



Anais da

Semana de História da Universidade Estadual de Londrina

V. 3, 2017

Organizadores:

Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez

Richard Gonçalves André

Rogério Ivano

Vinícius Augusto Andrade de Assis



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez
Richard Gonçalves André
Rogério Ivano
Vinícius Augusto Andrade de Assis
(Orgs.)

Anais da

Semana de História da
Universidade Estadual de
Londrina

V. 3, 2017

Londrina, UEL
2017

Edição: Vinícius Augusto Andrade de Assis
Diagramação: Vinícius Augusto Andrade de Assis

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S471a Semana de História da Universidade Estadual de Londrina (2017 : Londrina, PR)

Anais da Semana de História da Universidade Estadual de Londrina
[livro eletrônico] / Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez; Richard
Gonçalves André; Rogerio Ivano; Vinícius Augusto Andrade de Assis
(orgs.). V.3. – Londrina : UEL, 2017.

1 Livro digital : il.

Inclui bibliografia.

Disponível em: [http://www.anais.uel.br/portal/index.php/eventohistoria/
index](http://www.anais.uel.br/portal/index.php/eventohistoria/index)

ISSN : 2595-1645

1. História – Congressos. I. Martinez, Cláudia Eliane Parreiras Marques.
II. Universidade Estadual de Londrina. III. Seminário de Pesquisa do Programa
de Pós-Graduação em História Social (10. : 2017 : Londrina, PR). IV Encontro



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Reitora

Prof.^a Dr.^a Berenice Quizani Jordão

Vice-Reitor

Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Amauri Alcindo Alfieri

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Ms. Gilberto Hildebrando

Diretor do Centro de Letras e Ciências Humanas

Prof. Dr. Ronaldo Baltar

Chefe do Departamento de História

Prof. Dr. Richard Gonçalves André

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História Social

Prof.^a Dr.^a Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez

Coordenador do Colegiado de História

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto

Coordenador da Especialização em Patrimônio e História

Prof. Dr. Rogério Ivano

Coordenadora da Especialização em Religião e Religiosidades

Prof.^a Dr.^a Monica Selvatici

Coordenação Geral

Prof.^a Dr.^a Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez
Prof. Dr. Richard Gonçalves André
Prof. Dr. Rogério Ivano

Comissão Organizadora

André Luiz Marcondes Pelegrinelli
Bruna Garcia Catarino
Darlan Damasceno
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto
Fernanda Dayara Salamon
Juliana Belasqui
Leonardo Henrique Luiz
Prof.^a Dr.^a Monica Selvatici
Paulo Sérgio Micali Junior
Priscila Rosalen Passeto de Almeida
Raquel Fernandes Lanzoni
Taiane Vanessa da Silva
Vinícius Augusto Andrade de Assis

Comissão Científica

Prof. Dr. Alfredo dos Santos Oliva
Prof.^a Dr.^a Angelita Marques Visali
Prof. Dr. Cláudio Luiz Denipoti
Prof.^a Dr.^a Edmeia Aparecida Ribeiro
Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz
Prof. Dr. Gilmar Arruda
Prof. Dr. Jairo Queiroz Pacheco
Prof.^a Dr.^a Margaret Marchiori Bakos
Prof.^a Dr.^a Marlene Rosa Cainelli
Prof.^a Dr.^a Regina Célia Alegro
Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim
Prof. Dr. Wander de Lara Proença

Promoção

Centro de Letras e Ciências Humanas
Colegiado de História
Departamento de História
Especialização em Patrimônio e História
Especialização em Religião e Religiosidades
Programa de Pós-Graduação em História Social

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos ao leitor a edição dos Anais da XVII Semana de História, X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social, V Encontro das Especializações em História realizado no período de 21 a 24 de novembro de 2017, no Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina.

O evento conjunto teve como objetivo principal integrar, consolidar e divulgar os trabalhos desenvolvidos no âmbito dos três níveis de formação dos alunos e profissionais de História – a pós-graduação stricto sensu, a pós-graduação lato sensu e a graduação.

Além das palestras e mesas redondas, proferidas por professores e especialistas dessa e de outras Universidades do estado do Paraná contamos, também, com várias sessões de comunicações distribuídas em quinze eixos temáticos que contemplaram diferentes objetos, abordagens; tais como: religião e religiosidades, patrimônio cultural, identidade, cidade, ensino de história, gênero, violência, iconosfera, literatura, região etc.

É preciso deixar registrado que o referido evento não teria sido concretizado a contento sem a participação dos membros da Comissão Organizadora, da Comissão Científica, dos professores e alunos do Departamento de História e da Pós-graduação. Gostaríamos de dizer, ainda, que a realização de mais uma edição desse seminário, integrando graduação e pós-graduação, atesta sua relevância acadêmica e científica.

Por fim, desejamos a tod@s uma boa leitura e terminamos essa apresentação na esperança de encontrá-lo(a), em breve, na próxima Semana de História!

Comissão Organizadora

Programação

21/11 (terça-feira)

17:00 - Credenciamento e inscrições nos mini-cursos (Sala 112)

19:00 - Sessão de Abertura (Anfiteatro Maior do CCH)

19:30 - **Conferência de Abertura: Para além de rapaduras e jacubas. A alimentação dos mineiros na narrativa de Auguste de Saint'Hilaire. (Anfiteatro Maior do CCH)**

José Newton Coelho Meneses (Universidade Federal de Minas Gerais)

22/11 (quarta-feira)

08:00 – 12:00 - Mini Cursos:

- **O Império dos Sabores: uma História da Alimentação na China.**
Diogo Paulo Brandão Farias.
- **Imagens, Homens, Detalhes: História da Arte e Micro-História.**
André Luiz Marcondes Pelegrinelli
- **Enfoques teórico-metodológicos: abordagens possíveis em Thompson, Foucault e Norbert Elias.**
Nathany Andrea W. Belmaia
- **Ética, escrita e leitura da história: em torno do conceito de confiança.**
João Rodolfo Munhoz Ohara
- **História em quadrinhos na História**
José Rodolfo Viera

10:00 - Abertura das Exposições

1. **Paulo Menten** (Curador: Raphael Menten e Lunielle Bueno)
2. **Gravuras/Cenas japonesas** (Curador: Salvador Oliva Júnior)
3. **Hip hop** (Curador: Priscila Rosalen)
4. **XY** (Marco Antônio Soares)

14:00 – 18:00 - **Comunicações**

19:00 - **Lançamento de Livros (Anfiteatro Maior do CCH)**

19:30 - **Mesa de Debates: Patrimônio Imaterial (Anfiteatro Maior do CCH)**

Moderador: Rogério Ivano (UEL)

Palestrantes: Sandra Pelegrini (UEM)

Aline Carvalho (UNICAMP)

23/11 (quinta-feira)

08:00 – 12:00 - Mini Cursos:

- **O Império dos Sabores: uma História da Alimentação na China.**
Diogo Paulo Brandão Farias.
- **Imagens, Homens, Detalhes: História da Arte e Micro-História.**
André Luiz Marcondes Pelegrinelli
- **Enfoques teórico-metodológicos: abordagens possíveis em Thompson, Foucault e Norbert Elias.**
Nathany Andrea W. Belmaia
- **Ética, escrita e leitura da história: em torno do conceito de confiança.**
João Rodolfo Munhoz Ohara
- **História em quadrinhos na História**
José Rodolfo Viera

08:30 – 12:00

50 anos do filme “Terra em Transe”

Sessão de Cinema e discussão com o cineasta Luiz Henrique Mioto (Anfiteatro Maior do CCH)

14:00 – 18:00 - **Comunicações**

19:30 - Mesa de Debates: Religião e práticas sociais (Anfiteatro Maior do CCH)

Moderador: Richard Gonçalves André (UEL)

Palestrantes: Solange Ramos de Andrade (UEM)

Edméia Aparecida Ribeiro (UEL)

24/11 (sexta-feira)

09:00 - Sessão de Encerramento (Anfiteatro Maior do CCH)

Conferência de Encerramento: El cine histórico como história social
Fabio Nigra (Universidade de Buenos Aires)

14:00 – 18:00 - **Comunicações**

Sumário

A VILA CULTURAL FLAPT! ENTRE O MUSEU DE CIDADE E AS IDENTIDADES - Priscila Rosalen Pasetto de Almeida	15
OS “PROPRIETARIOS PRINCIPAES NEGOCIANTES”: VIDA MATERIAL E OPULÊNCIA NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1845-1873) - Vinícius Augusto Andrade de Assis	26
NOÇÕES DE JOVENS ACERCA DAS INFLUÊNCIAS HISTÓRICOPOLÍTICAS DO FUTEBOL NO BRASIL - Pedro Aurélio dos Santos Luiz	39
A HISTÓRIA DE HOMENS COMUNS: REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS - Juliana Souza Belasqui	52
PÁScoa CRISTã E PÁScoa JUDAICA: RESSIGNIFICAÇÕES - Nathany Andrea Wagenheimer Belmaia	62
OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO NO CAMPO E PARA O CAMPONÊS: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO IZAIAS RAFAEL DA SILVA - Camilla Samira de Simoni Bolonhezi	70
LUGARES DE MEMÓRIA: ENTRE O PIONEIRO E OS DESAPARECIDOS DA DITADURA, MONUMENTOS E ESCOLAS (1964-2012) - Guilherme Alves Bomba	83
ZUZU ANGEL E A DITADURA MILITAR: UMA BREVE ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE SUA MODA E A REPRESSÃO DE 1971 - Karol Sorgi Bomediano	95
O CONFLITO ENTRE CATÓLICOS E UMBANDISTAS EM TERRA RICA – PR (1960) E AS (NÃO) MUDANÇAS DOS PARADIGMAS SOCIAIS CAUSADOS PELA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL - Victor Santelli Botter	105
AS ADAPTAÇÕES DO IMAGINÁRIO MEDIEVAL EM HARRY POTTER: RESSIGNIFICAÇÃO DE MAGOS EM DUMBLEDORE - Lunielle de Brito Santos Bueno	113
O BOSQUE MAL. CÂNDIDO RONDON NA DIMENSÃO URBANA: CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE LONDRINA NA DÉCADA DE 1950 EM REGISTROS FOTOGRÁFICOS - Larissa Martins Buono	126
HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO: DO CAMPO ACADÊMICO PARA O CAMPO ESCOLAR - Gleisson Ramiro Cabral	139

A PRIMEIRA VISITAÇÃO DO TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO NA AMÉRICA PORTUGUESA: UM ESTUDO DAS CONFISSÕES DA BAHIA - Jhenifer Sergio Camagno.....	144
SEXO E SANTIDADE EM CANTIGAS DE ESCÁRNIO E MALDIZER GALEGO-PORTUGUESAS - Bruna Santos de Camargo	157
OS OBJETOS EDUCACIONAIS DIGITAIS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: A DIVERSIDADE RELIGIOSA E A RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE - Kauana Candido Romeiro.....	169
BREVE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA COMUNIDADE NEGRA NO BRASIL COMEÇO DO SÉCULO XX PÓS-LEI ÁUREA & SÉCULO XXI GOVERNO LULA: ANALISANDO OS JORNAIS “O MENELIK” (1915), “ALVORADA”(1945) E A REVISTA “O MENELIK 2ºATO” (2010) - Giovanna Vieira Cassiano	183
A REVOLUÇÃO IRANIANA E O PAPEL DA MULHER ATRAVÉS DO FILME PERSÉPOLIS - Gabriela Martimiano Crepald Siqueira; Iasmin Castro de Souza.	196
A REGIÃO NORTE DO PARANÁ NAS BIBLIOGRAFIAS NORTE PARANAENSES: REPRESENTAÇÕES DE PROGRESSO PRESENTES NA PROPAGANDA DA CTNP (1930-1940) - Bruna Garcia Catarino	209
O PÓ DOS JESUÍTAS OU CASCA MILAGROSA: QUINOGRAPHIA PORTUGUEZA POR JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO - Wagner Chaves Bizerra Junior.	222
REPRESSÃO E RESISTÊNCIA ESTUDANTIL NA SEMANA DO DIA 29: UM ENCONTRO ENTRE A HISTÓRIA ORAL E A COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA - Lucas de Godoy Chicarelli	233
IDENTIDADES EM CONFLITO NO MUNDO SOCIAL ROMANO: O SURGIMENTO E A FORMAÇÃO DO CRISTIANISMO EM CORINTO (I D.C.) - Amanda Cristina Martins do Nascimento.....	245
O DOCUMENTÁRIO A 13ª EMENDA: UMA ANÁLISE DAS FORMAS DE SEGREGAÇÃO RACIAL COMO MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA NOS SISTEMAS PRISIONAIS ESTADUNIDENSE E BRASILEIRO - Regina Célia Daefiol.....	257
MUSEUS, MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL EM PRUDENTÓPOLIS - PARANÁ - Darlan Damasceno	270
AS GESTÕES ADMINISTRATIVAS DO PRESIDENTE LULA (2003 – 2011): UM MODELO NOVO-DESENVOLVIMENTISTA? - Bruno Costa Dezotti.....	284
A RECEPÇÃO EM TORNO DO FILME DOCUMENTÁRIO “RÁDIO AURIVERDE” - Giovana Ferreira de Faria.....	397
“O GRANDE IRMÃOZELA PORTI”: UMA REFLEXÃO HISTÓRICASOBRE AS APROPRIAÇÕES DO TOTALITARISMO NO LIVRO“1984”DE GEORGE ORWELL (1948) - Maria de Fátima Fernandes Ferreira	308

ARQUÉTIPOS E RELIGIÃO: UMA INTERPRETAÇÃO JUNGIANA DAS VISÕES DO “PASTOR” DE HERMAS (SÉCULO II) - Carla Vivian Figueiredo	319
ASPECTOS DA RELAÇÃO BRASIL-ESTADOS UNIDOS NA CONJUNTURA PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL - Gabriel Ignácio Garcia	325
ANÁLISE DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (1995/2010) - Jefferson Francisco Gibellato	336
O INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO E A FORMAÇÃO DA REVISTA AMÉRICA INDÍGENA - Guilherme Gomes dos Santos	352
ENTRE SEDAS, BAETAS E TAFETÁS: AS ROUPAS, OS TECIDOS E A CULTURA MATERIAL NA VILA DE CURITIBA SETECENTISTA - Julia Maria Gonçalves	363
AÇÕES AFIRMATIVAS — UEL: O PROPE E AS ESCOLAS PÚBLICAS DE LONDRINA - Kawanni dos Santos Gonçalves	375
JOGOS DIGITAIS E HISTORICIDADE: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES A PARTIR DE TRÊS PERSPECTIVAS - Max Alexandre de Paula Gonçalves; Guilherme Akira Demenech Mori	391
ALÉM DA FICÇÃO: O CINEMA BRASILEIRO E SEU DIÁLOGO COM A REALIDADE (1960) - Gustavo Batista Gregio.....	402
A LENDA DE LUEJI (ANGOLA, SÉCULO XIX) POR MEIO DO QUADRADO SEMIÓTICO DE A. J. GREIMAS - Helena Fernandes Hidalgo.....	414
AS REPRESENTAÇÕES DA REVOLUÇÃO MEXICANA NA OBRA MURALISTA DE DIEGO RIVERA (1929-1935) - Denis Carlos Moser Ieni.....	421
CONTRA OS “FILÓSOFOS DE SALÃO”: RAZÃO E RELIGIÃO EM TEODORO DE ALMEIDA (1722-1804) - Júnior César Pereira.....	431
UM ESTUDO SOBRE WEBSERIE “BRASIL, A ÚLTIMA CRUZADA”, USOS E APROPRIAÇÕES DO ENSINO DE HISTÓRIA PELO MBL - Arnaldo Martin Szlachta Junior.....	444
A TESE DA POLÍTICA DE ERRADICAÇÃO DOS MILITARES E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: TRANSES, TRÂNSITOS E TENSÕES - Dirceu Casa Grande Junior	457
A TORCIDA DO LONDRINA ESPORTE CLUBE (LEC) DURANTE O CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL (1976-1982) - Osvaldo Fiorato Junior	470
REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES: IMAGENS E SEUS DIFERENTES PROPÓSITOS - Paulo Sérgio Micalí Junior; Taiane Vanessa da Silva.	479
BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A INFLUÊNCIA NORTE AMERICANA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA - Gigliola Aparecida de Oliveira Knapp	490

“UMA NOVA ARGENTINA”: A APROPRIAÇÃO DE SÍMBOLOS E DISCURSOS CATÓLICOS PELO PERONISMO NAS PÁGINAS DE MUNDO PERONISTA (1946-1955) - Raquel Fernandes Lanzoni.....	499
A RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA: O PAPEL DA ESCOLA PAULO APÓSTOLO - Ana Paula Mariano do Santos.....	509
SHINDÔ RENMEI: ANÁLISE DA PRESENÇA DO GRUPO VITORISTA EM LONDRINA (1944-1950) - Luana Martina M. Ueno.....	519
COBERTURA DA CHEGADA DE JEAN-PAUL SARTRE E SIMONE DE BEAUVOIR A CUBA ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS DO JORNAL REVOLUCIÓN (1960) - Ingrid Thibes Massambone.....	529
A QUERELA BONIFACIANA (1296-1303): O CREPÚSCULO DA IGREJA ROMANA - Eduardo Melin	537
OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM LONDRINA: A POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO MOVIMENTO A PARTIR DE MICHEL DE CERTEAU - Matheus Moreto Guisso Rodrigues	549
O DESAFIO DE PRESERVAR A MEMÓRIA DO TRABALHO: SERRARIA CUROTTO COMO PARADIGMA NA CIDADE DE LONDRINA, PARANÁ - Ione Nardi	561
NOVOS HORIZONTES: AS MIGRAÇÕES RUMO À GUARACI, JAGUAPITÃ E CENTENÁRIO DO SUL ENTRE 1950 E 1960 - Gustavo do Nascimento Silva	572
AS REPRESENTAÇÕES ANTICOMUNISTAS CONSTRUÍDAS PELA IGREJA CATÓLICA DE LONDRINA NO CONTEXTO DO GOLPE MILITAR DE 1964 - Luís Filipe Negrão de Souza.....	579
A EXPLORAÇÃO ESPACIAL DURANTE A GUERRA FRIA - Tiago Santos Paisana..	590
EXPERIÊNCIA DOCENTE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A INSERÇÃO DO ALUNO NO MERCADO DE TRABALHO - Michele Perciliano.....	600
ENTRE O REVÓLVER E A CANETA: MEMÓRIAS DE GUERRILHA EM FERNANDO GABEIRA, ALFREDO SIRKIS E FREI BETTO (1967 – 1974) - Eduardo Matheus Gomes Pereira.....	611
HISTÓRIA E FOTOGRAFIA: REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DA MORTE NOS ÁLBUNS DA FAMÍLIA IGARASHI - Cássia Maria Popolin.....	621
A LUTA PELA TERRA NO BENDENGÓ DO UBÁ: MARCAS E MEMÓRIAS DO MOVIMENTO DE (RE)OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NO SÉCULO XX - Simone Aparecida Quiezi	635
LIVRARIA E EDITORA DUAS CIDADES (1954-2006): UM DÍNAMO CULTURAL DE OPOSIÇÃO À DITADURA CIVIL-MILITAR? - Hugo de Carvalho Quinta	650
A ALIANÇA DEMOCRÁTICA DA DÉCADA DE 1980 - Daniel de Libório Ricardo	661
O ENTERRO ALEMÃO: UMA ANÁLISE DA IDENTIDADE LOCAL, A PARTIR DO CEMITÉRIO DO HEIMTAL/PR - Gabriela Cubaski Sala.....	674

A JUVENTUDE COMUNISTA, O CÓDIGO DE MENORES DE 1927 E O PROBLEMA DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA QUESTÃO SOCIAL (1926- 1930) - Márcio Santos de Santana	683
A MULHER E A MATERNIDADE NA REVISTA ALVORADA DA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DO BRASIL - Daniela Emilena Santiago Dias de Oliveira	692
“RAINHA DO BONGO” D. ANA JOAQUINA DOS SANTOS E SILVA E A COMPLEXA REDE DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS EM ANGOLA DO SÉCULO XIX - Alan Santos de Almeida.....	705
SCHWABINGER KUNSTFUND: A HISTÓRIA DE UMA COLEÇÃO DE OBRAS DE ARTE SAQUEADAS: (1933 – 2014) - Lucian Pereira dos Santos.....	712
UM REALISMO “AVANT LA LETTRE”: O QUE O “ESCRIBA SENTADO” TEM A NOS DIZER - Rodrigo Lourenço dos Santos.....	728
A RESISTÊNCIA XETÁ FRENTE A ESPOLIAÇÃO DE SEU TERRITÓRIO TRADICIONAL - Beatriz Rosa do Carmo Silva.....	738
VOZES FEMININAS: UM ESTUDO SOBRE A MULHER E OS DIREITOS TRABALHISTAS, A PARTIR DE BERTHA LUTZ E A FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO (1930-1937) - Izadora Carvalho da Silva	749
LITERATURA E HISTORIOGRAFIA: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE OS ROMANCES GUAYRÁ, DE MARCO AURÉLIO CREMASCO E SILÊNCIO, DE SHUSAKU ENDO - Lucimara Andrade da Silva	760
A PROBLEMÁTICA DA FRONTEIRA E A FRENTE DE EXPANSÃO DO OESTE PAULISTA - Paulo Renato da Silva.....	773
O MOVIMENTO “NOVA CANÇÃO CHILENA” SOB A PERSPECTIVA DE MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E SILÊNCIO EM MICHAEL POLLAK - Amanda Beatriz Riedlinger Soares.....	785
O ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA: AS EXPERIÊNCIAS COM OS MORADORES DAS PEQUENAS COMUNIDADES DA RML - Nátali Emilene de Souza	796
A TRAJETÓRIA E AÇÃO MÉDICA DE RUY MIRANDA: O COMBATE À LEPROSA EM CURITIBA (1960-2010) - Thaysa Lauara Loiola Stabelini	803
DIDÁTICA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA PÚBLICA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL - Matheus Henrique Marques Sussai	815
RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS EUROPEIAS DE 1871 A 1914: A WELTPOLITIK E O EXPANSIONISMO ALEMÃO - Danilo de Longhi Tessaro	828
PANÓPTICA: ASSOCIAÇÃO DO OLHAR E DO PODER NA OBRA LARANJA MECÂNICA - Valéria Mazzer Tortelli	842

“É PROIBIDA A ENTRADA DE JAPONESES E CACHORROS”: ORIGENS E
CONSEQUÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DO SENTIMENTO ANTIJAPONÊS
NA CHINA E COREIA DO SUL - Luiz Filipe Oliveira
Tosta

.....
852

**DE SANTO MONGE À SANTO MARTIR: AS VÁRIAS FACETAS DE
PRISCILIANO DE ÁVILA** - Cláudia Trindade de
Oliveira

.....
865

**VILA DE SÃO PAULO DO SÉCULO XVI: O COTIDIANO DOS MORADORES
ATRAVÉS DAS ATAS DA CÂMARA** - Andreza da Silva
Vieira

.....
874

**TORNAR-SE ANTROPOLOGA: RELATOS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE
NOS MEMORIAIS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (2000
- 2015)** - Rafaela Duarte
Vieira

.....
885

**UMA ANÁLISE DOS MURAIIS DE JOSÉ CLEMENTE OROZCO
SOBRE A REVOLUÇÃO MEXICANA (1926)** - Danielle Thais Vital Gonçalves
Longo

.....
900

**EXPERIÊNCIA RELIGIOSA NA INFÂNCIA: ALGUMAS PERCEPÇÕES PRECOSES DE C.
G. JUNG ACERCA DO CRISTIANISMO (1957)** - Fernanda Dayara
Salamon.....909

**HISTÓRIA CULTURAL DO CRISTIANISMO PRIMITIVO: CONCEPÇÃO PAULINA DE CRUZ
NA PRIMEIRA CARTA AOS CORÍNTIOS A PARTIR DE MICHEL DE CERTEAU (SÉCULO
I D.C.)** - Alaína Garcia Margiotti.....918



A VILA CULTURAL FLAPT! ENTRE O MUSEU DE CIDADE E AS IDENTIDADES

Priscila RosalenPasetto de Almeida¹
Universidade Estadual de Londrina

Resumo. O presente trabalho tem como objetivo introduzir a ONG e Vila Cultural Flapt! ao debate sobre *museus de cidade* (MENESES, 2003); bem como propor sua disposição como lugar fecundo e ponto de partida, para se localizar e problematizar o estudos das *identidades* (CANCLINI, 1994; 2005; HALL, 2003; 2004; MENESES, 1993), presentes na cidade de Londrina. Fazendo um recorte na pesquisa, por meio de discussões teóricas pontuais, pretendo neste artigo: construir um debate que costure os conceitos de *museus de cidade* e *identidades*, com a apresentação das fontes; limitando em apenas elencá-las e no levantamento de algumas questões que, por hora, será possível fazer, devido ao andamento do trabalho. Pensar uma instituição cultural preocupada à cidade – a Flapt! –, como um “museu de cidade”, é vestida de representação social e campo de significações, que faz reverberar aspectos importantes de uma cidade. Isto posto, serão aqui apresentados: o *corpus* documental da Flapt!, presente em seu *intramuros* – seus papéis de criação, atas de reuniões, projetos apresentados a editais de leis de incentivo, publicações, que compõem seu “acervo cartorial” –; bem como seu “acervo operacional”, o *corpus* dinâmico do seu *extramuros*. Este último será observado por meio de oficinas educativas, realizadas com jovens que frequentam a vila, a fim de perceber as relações que a mesma faz com os moradores da onde ela se encontra, e representa suas *identidades*. Estas, proponho trabalhá-las no plural, através dos autores anteriormente citados, e daquelas duas matrizes – refletidas pelo *intra* e *extramuros* –; desvelando significados e interpretações que iluminam os conceitos de *museu de cidade* e *identidades*, utilizados neste trabalho. Desta forma, buscarei entrecruzar os caminhos sugeridos por este prelúdio de produção historiográfica – como o levantamento e construção das fontes –, com as leituras e discussões teóricas; justificando e demonstrando um trabalho pensado e escrito a partir de uma metodologia histórica específica,

¹Orientadora: Cláudia E. P. Marques Martinez

ancorada em parceria a uma produção cultural. Como algumas considerações finais previstas, qualificaremos a Flapt!, logo a cidade e as identidades, não como produtos acabados, mas como objetos a serem estudados em constante movimento.

Palavras-chave: Vila Cultural Flapt!; Práticas Culturais; Museu de Cidade; Identidades.

Financiamento: Bolsista pelo Programa de Mestrado em História Social (Universidade Estadual de Londrina/CAPEs)

Introdução/Justificativa

Segundo o estudo “O museu de cidade e a consciência da cidade” do professor Ulpiano T. Bezerra de Meneses (2003), baseado na conferência proferida no Seminário Internacional “Museus & Cidades”, um *museu de cidade* deve ser uma referência inestimável para conhecer a cidade, entendê-la (no seu passado e no presente), fruí-la, discuti-la, preocupar-se com ela e agir em conseqüência. Tendo a cidade na mira, este deverá estar preocupado em trazer a cidade para o museu do que em levar o museu à cidade. (MENESES, 2003, p. 257)

No caso de museu de cidade, mais crucial ainda se torna a necessidade de imbricação de todos os tipos de organismos preocupados com a cidade, públicos ou privados: instituições de pesquisa, órgãos de planejamento, desenvolvimento urbano e preservação cultural, ONGs, arquivos, bibliotecas, associações de moradores, além de especialistas, colecionadores, líderes comunitários etc. [...] todos podem reverberar aspectos importantes da cidade. (MENESES, 2003, p. 258)

Sendo o nosso objeto de estudo, uma ONG e Vila Cultural que opera na e para a cidade de Londrina, acrescentamos à Flapt! a qualidade de, também, um museu de cidade, como justificativa de análise neste presente artigo. Percebemos que a vila dispõe de uma configuração nova e flexível, como uma plataforma, para articular uma constelação de unidades operacionais inseridos no tecido urbano londrinense. Iniciando suas atividades em 2001, até então chamada “Gibiteca de Londrina”, visava que este fosse um espaço de criação de gibis, oficinas de desenho, diagramação e de leitura (GIBITECA de Londrina, 2016). Após inúmeros outros projetos educativos desenvolvidos, a

instituição passou por algumas mudanças no ano de 2009, dentre as principais, a ida para região norte da cidade e da admissão da Prof^a. Dr.^a Elena Andrei – na época, docente do departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina – como principal gestora.

Desse modo, a partir do estreitamento dos laços com a comunidade periférica, percebeu-se a necessidade de um espaço cultural que trabalhasse com o empoderamento de jovens e crianças, principalmente, negras. Por meio do viés da cultura popular e da periferia londrinense, suas atividades formativas estenderam-se a inúmeras outras, como: aulas de capoeira, forró, Hip Hop, teatro; além de um clube do livro, uma ludoteca e uma biblioteca comunitária voltada às publicações sobre a cultura popular brasileira, com especial atenção para a influência da cultura afro-brasileira (GIBITECA de Londrina, 2016).

No início de 2016, a vila se mudou para Associação de Moradores do Conjunto Luiz de Sá, cedido em parceria com o CRAS – Centro de Referência da Assistência Social –, da região norte. Outra parceria importante feita recentemente, já em 2017, foi com produtores culturais do bairro que organizam, e tem ocupado semanalmente a Flapt!, a “Batalha do 5” – batalha de rimas, que leva o nome popularmente dado aos primeiros conjuntos habitacionais da região norte da cidade. Conseqüentemente, hoje a vila observa uma nova frequência de usuários, produtores e de eventos.

Para melhor analisar estas atividades que a vila realiza, assim como a parcela da cidade da qual a mesma contempla, recorrerei análise binária que Meneses (2003) se utiliza ao dividir os campos de organização e atuação de um museu em *extramuros* e *intramuros*. O que significa que, ao acrescentá-la a qualidade de

[...] museu de cidade, será conveniente distinguir uma dupla relação com a cidade, mediada de um lado, por um acervo digamos cartorial, organizando *intramuros* e constituído por tudo aquilo que remeter à cidade e a seus atributos e, de outro lado, por um acervo operacional, *extramuros*, a cidade sobre a qual agirá o museu, o espaço urbano ele próprio, na sua diversidade e dinâmica. (MENESES, 2003, p. 258)

Nesta primeira análise cartorial, ou dos *intramuros* de um museu de cidade, observamos que a base da qual esta trabalha internamente numa instituição, é sua relação e produção de *artefatos*, ou acervo, para e da cidade. Afinal, ela opera no domínio das formas, e sua especificidade e extraordinário potencial afetivo-cognitivo situam no universo sensorial. (MENESES, 2003, p. 270)

E o que seriam estes artefatos? Estes são fontes materiais para a produção de conhecimento, aprofundamento e a sensibilização para dimensão material, física, sensorial, da produção/reprodução da sociedade. (MENESES, 2003, p. 271) Qualquer setor da vida urbana se prestaria como artefato ao museu de cidade; o que o torna rol de temas infindáveis.

Tudo na vida humana e urbana pode representar e nos ensinar a cidade; logo, a tipologia do acervo é também a tipologia de problemas aos quais eles se vinculam e às perguntas que eles podem responder.

[...] colocar as “questões urbanas” em pé de igualdade com os “tipos de objeto” já por si pressupõe que se deseja ultrapassar o nível puramente descritivo ou da simples informação, abrindo espaço para explicações e o entendimento. (MENESES, 2003, p. 272)

Os artefatos, ou objetos a serem estudados neste trabalho, foram localizados através de um levantamento da documentação da Flapt!; da qual inclui: os papéis da criação da Gibiteca de Londrina e, posteriormente, da Flapt!, portfólios, atas de reuniões, projetos apresentados à editais de leis de incentivo – como o PROMIC –, documentação sobre as Vilas Culturais de Londrina – presente na Secretária de Cultura – e da Associação de moradores – no CRAS – da região norte, e suas publicações, como livros e HQs. Estes compõem seu acervo cartorial.

Ao passo que, se suas operações *extramuros* estão diretamente relacionadas aos lugares e momentos em que um museu de cidade age no espaço urbano. Voltando tal análise às ações e posturas da Flapt! com a cidade, manifestadas nos eventos, aulas e oficinas que a mesma organiza,

recortaremos aqui entre elas, apenas a “Batalha dos 5”, ou mais especificamente a “Oficina de lambes”²; cuja foi criada pela aluna pelo principal objetivo de conhecer e localizar quais identidades a vila tem representado – geográfica, política e socialmente, encontrando-se na região norte de Londrina –, e de maneira tal diálogo acontece.

Ofertadas nos eventos, as oficinas tiveram intenção de criar outro espaço de expressão, concomitante à batalha, e com foco no registro das experiências com cidade e enquanto indivíduos, contadas pelos moradores desta região específica. Os produtos, ou os lambe-lambes³, construirão exposições – no espaço da Flapt!, bem como na Universidade Estadual de Londrina, durante a Semana de História para qual escrevo este artigo –, que compartilhem aquela premissa em comum: tudo na vida humana e urbana pode representar, reverberar questões importantes, e nos ensinar sobre a cidade.

Assim, através desta prática cultural, fabricada em parceria com a universidade, a vila, e a batalha de rimas, possibilitou-se localizar outra importante linguagem presente nesta – como em outras – região e parcela da população específica: a dos pixos. Ou seja, nos lambes, foram gravadas outras respostas aos problemas da cidade cujos estes se vinculam, assim como expressam manifestações das *identidades* presentes neste grupo de jovens.

Para justificar as questões que este trabalho tem por objetivo levantar, é importante neste momento introduzir a discussão a cerca do que entendemos por *identidades*. Continuamos com Meneses (1993). Através de estudos sobre as problemáticas dos museus e suas “vocações identitárias” – ao disporem de um referencial sensorial importantíssimo pelas “coisas” materiais neles expostas, constituindo-se um terreno fértil para as manipulações das identidades que ali desejam representar –; este autor introduz a discussão a

² A escolha de abordar estas atividades, também se justifica por serem as únicas que hoje acontecem na Flapt!. Em consequência aos cortes dos investimentos oferecidos pela prefeitura, através do programa PROMIC, esta vila – assim como aconteceu com as demais da cidade – colou sua programação em hiato em 2017, devido a falta de verba para pagar seus funcionários.

³ O *lambe-lambe* é uma técnica ligada ao graffiti. Uma vertente da arte de rua que utiliza cartazes como intervenção urbana. Teve origem na propaganda popular, como cartaz informativo de muro.

questão da identidade dizendo que, ao ter como foco a semelhança, ela produz, em contrapartida, a diferença. Desta forma,

[...] a identidade não é uma essência, um referencial fixo, [...] cuja existência seja automática e anterior às sociedades e grupos – que apenas receberiam já prontos do passado. Não existe um conteúdo ou grau ideal de identidade. [...] Com efeito, não só a identidade é um processo incessante de construção/reconstrução, como também ganha sentido e expressão nos momentos de tensão e ruptura – precisamente quando aguça a percepção da diferença e sua presença se faz mais necessária. Assim, não existe identidade em abstrato. A identidade só pode ser identificada em “situação”. [...] (MENESES, 1993, p. 209-210).

A identidade identificada em “situação” é colocada pelo autor como fruto de interação entre pessoas, grupos e sociedades, em que a construção do “eu” e do “outro” subsistem dialeticamente, dada a exigência da situação. Logo, para ele, a identidade se fundamenta no presente, nas necessidades do presente, ainda que faça apelo ao passado (MENESES, 1993, p. 210).

Este breve recorte da análise do autor nos dá inúmeros subsídios para se pensar as *identidades* localizadas em *situação* (MENESES, 1993), na batalha de rimas, através da “Oficina de lambes”. Se ao ter como foco a semelhança, ela produz, em contrapartida, a diferença; isso é notado pela variedade tipológica dos desenhos expressos nos lambes, que nos dão – mesmo que ainda pequena – abertura aos universos destes jovens participantes da batalha, que estão em processo incessante de (re)construção. A quantidade expressiva de pixos e desenhos de graffiti, que apareceram nos lambes, nos trouxeram outros sentidos e expressões destes jovens que procuram estes eventos. A batalha é também lugar de tensões e rupturas que extrapolam as rimas: as letras saíram das linhas, dos versos, e se espalharam nas paredes, nos lambes.

Outra conjuntura importante, onde as questões identitárias de um grupo social e/ou de uma nação situam-se, é a do fenômeno da globalização. Esta cria um modo de vida em que os processos de formação das identidades, relacionam-se ao consumo de mercadorias e outras culturas. Para entender o

impacto da indústria cultural, nesta era da globalização, o antropólogo Néstor García Canclini (2005) desenvolve o conceito de *hibridismo*, ou *culturas híbridas*, partindo do pressuposto de que não existe uma cultura pura; logo, os processos de globalização tendem a intensificar as mesclas interculturais. Surgem a partir da quebra e mistura das coleções que organizavam os sistemas culturais, da *desterritorialização* dos processos simbólicos, expandindo, as tipologias das identidades, assim como formas de compreendê-las. (CANCLINI, 2005, p.17).

Trabalharemos melhor este conceito de *desterritorialização* da cultura por outro trabalho de Canclini (1994), cujo ao afirmar que a construção da cidadania efetua-se não só por princípios políticos e/ou pela participação “real” nas estruturas jurídicas ou sociais; reconhece que, também, ela é dada a partir de uma cultura formada por ações e interações cotidianas – como através de apropriações e usos de bens multiculturais conduzidos pelos migrantes, pelo turismo, pelo olhar do estrangeiro e pelas indústrias culturais. Ou seja, estes movimentos, o autor os nomeia de *transnacionalização* e *desterritorialização* da cultura, por atribuírem e modificarem os símbolos e traços de identificação de grupos (CANCLINI, 1994, p. 100).

Discutindo essa mesma problemática, mas de uma perspectiva diferente, Stuart Hall (2003) problematiza a questão da identidade cultural a partir do conceito de *diáspora*. Este forja, também, as noções de identidade que, normalmente, estavam sempre e unicamente associadas às suas origens. Por exemplo, caracterizada pelos processos de colonização e escravidão do povo negro, viram-se forçados a sair de sua terra e reconstruir suas culturas em um novo contexto de dominação estrangeira. A identidade estaria, neste caso, em um processo de tradução cultural (HALL, 2003, p.31).

Diferentemente de se buscar a identidade nas origens e nas tradições do passado, a *identidade diaspórica* rearticulária as novas informações culturais de tal modo que seu resultado híbrido já não pode mais ser separado de seus elementos “autênticos”.

Essa perspectiva é dialógica, já que é tão interessada em como o colonizado produz o colonizador quanto vice-versa: a co-presença, interação, entrosamento das compreensões e

práticas freqüentemente no interior de relações de poder radicalmente assimétricas (HALL, 2003, pp.31-32).

Com o fim da era colonial, o conflito não está mais na relação colônia-metrópole, mas sim em suas assimetrias internas e nas relações com os processos globais. Neste contexto, Hall (2004) considera que a modernização e a integração global, fragmentam o indivíduo moderno em diferentes grupos identitários, abalando a auto-percepção do indivíduo como sujeito. Esta consequência, enquanto “pluralização” de *identidades*, faz-nos percebê-las vezes quanto contraditórias, ou que constantemente se cruzam entre si em determinadas situações – onde se pode sobressair um ou mais de seus fragmentos. (HALL, 2004, p.7).

Nosso objeto de pesquisa nos proporciona algumas análises – seguindo os caminhos trilhados por Canclini (1994; 2005) e Hall (2003; 2004) –, tanto se voltarmos nosso visor ao movimento do Hip Hop – recortado pela batalha e pelos pixos e graffitis –, quanto aos moradores do Luiz de Sá. Ambos, imersos no contexto da globalização, ao consumirem outras culturas, mesclam às suas realidades a do estrangeiro – já que este movimento artístico do qual estamos trabalhando veio dos Estados Unidos da América – fazendo, a todo tempo, negociações. Ou seja, a *desterritorialização* e a *transnacionalização* (CANCLINI, 2005) da cultura do Hip Hop, tornam, também, estes jovens *híbridos* (CANCLINI, 1994), e vice-versa.

Ao passo que através das *diásporas* (HALL, 2003) presentes no bairro – seja pela (i)migrações de seus moradores, seja pelas culturas que nele circulam na internet, nas TVs, nos eventos à comunidade –, podemos reconhecer suas manifestações identitárias – forjadas ou não. Por meio das traduções culturais, transportam, rearticulam e aproximam o Hip Hop às suas realidades e contextos – como problemas específicos vivenciados no bairro –, e traduzem à sua língua – literalmente –, suas denúncias, seus julgamentos morais, suas consciências históricas, enquanto homens de seu tempo e de maneira plural. Aqui podem estar as identidades, como manifestos em constante transformação. Como um campo de tensão – literalmente – entre as normas vigentes e de exclusão geográfica e de oportunidades – entre tantas outras – nas periferias das cidades contemporâneas.

Reajustando e diminuindo nosso visor especificamente aos lambes que a oficina produziu, pergunta-se: quais são as pistas que os pixos e as letras – impressas no papel ou nas rimas – nos dão sobre a cidade? São reflexos das vivências e experiências destes jovens nas ruas? O que significam? Uma transgressão ao controle e as normas? Ou até mesmo ao próprio tempo, se tratando de sua efemeridade? Uma reflexão sobre patrimônio e propriedade, ou ataque a quem e como se usufrui a cidade? Uma manifestação desta arte e cultura marginal desterritorializada e transnacional?

É também importante esclarecer que, ao se propor o estudo da cidade e de suas identidades a partir dessas manifestações da cultura do Hip Hop, não se negligencia aqui as constantes negociações que este faz, muito menos o reduziu só em linguagem das oficinas. Não se terá o objetivo de propor uma função específica e isolada ao movimento Hip Hop, mas sim, apontar suas múltiplas interpretações, já que se trata de algo dinâmico, fluído – movimento –, como as demais manifestações da cultura e as identidades das quais ele representa.

Concluindo, justificam-se tais escolhas e discussões teóricas sobre as identidades, por onde se tentará localizar e estudar os processos de (re)construção e negociações que estes jovens fazem com lugares e momentos de pertença, já que se alteram e ganham sentido nestes campos de tensão. Assim, as identidades, ou suas manifestações, localizadas nos lambes, não terão intenções de generalizar ou estereotipar estes atores históricos da cidade, mas sim nos propor reflexões e resultados híbridos e plurais, assim como suas naturezas são.

Objetivos

Após elencadas as propostas de análise e discussões feitas a cerca de conceitos aqui tratados, este recorte de trabalho teve como um de seus objetivos gerais, organizar as análises das fontes sobre a ONG e Vila Cultural Flapt! e as identidades que a mesma representa, a partir da dinâmica de *intra* e *extramuros*. A partir dela será possível localizar os problemas da cidade que estas se vinculam, assim como as perguntas que podem responder. Bem como se propôs a disposição da vila, como lugar fecundo e ponto de partida para se

localizar e problematizar o estudo das *identidades* presentes em Londrina; compreendendo as identidades, assim como a cidade, não como produtos acabados, mas sim, objetos a serem estudados em constante movimento.

Ao passo que entre os objetivos específicos, foi explanado o que significa um *museu de cidade* (MENESES, 2003), e toda discussão que engloba sua organização interna para a cidade, assim como seus lugares e momentos em que age no espaço urbano. Dentre estes últimos, indicamos a proposta da “Oficina de lambes” que, entrelaçada a produção cultural e de fontes históricas, serviu como caminho para se conhecer e localizar as identidades que a vila tem representado – geográfica, política e socialmente –, encontrando-se nesta região específica; e que maneira este diálogo tem acontecido, com as batalhas.

Resultados e Considerações finais

Sob a ótica binária *intra* e *extramuros*, proposta pelo autor Meneses (2003), acrescentamos a qualidade de *museu de cidade* à Flapt!; ou seja, lugar onde se trata a cidade como um bem cultural. Este, se só possível criá-lo e preservá-lo se há vínculo com a comunidade, se há sentido de pertença da população residente; a proposta das oficinas aparece nesse sentido: de ouvi-la. Quais são as pistas que essas vozes expressas nas letras – nas rimas, nos pixos –, durante as batalhas e registradas nos lambes, nos dão sobre a cidade? E sobre suas identidades?

São muitas. Já que aqui também foi proposto assisti-las de forma híbrida, dinâmica, plural, e em situação da(e) batalha. Como lembrou Meneses ao citar Marcel Roncayolo,

[...] conhecemos mal os mecanismos pelos quais uma cultura popular, eventualmente uma contracultura, modificam os objetos urbanos. Esta reflexão nos convida a pensar que os modos de habitar não são simples reflexos das desigualdades ou mesmo dos conflitos sociais enquanto tais; seria necessário procurar, através do traçado urbano, as manifestações de liberdade, as reivindicações de autonomia, a construção do coletivo ou a defesa do privado, à margem das hierarquias sociais reconhecida (RONCAYOLO apud MENESES, 2003, p.280).

Na intenção de melhor entender a cidade de Londrina, a pluralidade de suas memórias e identidades de seus habitantes, considera-se aqui importante observá-la como uma grande batalha de campos de forças, ausências e confrontos culturais.

Referências bibliográficas

BISSONI, Mikael. **Vampira**. Londrina: Flapt!, v. 01, 2011. *Graphic Novel*.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas. Estratégias para entrar y salir de lamodernidad**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

_____. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. Tradução Maurício Santana Dias. In: **Revista Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1994, pp. 94-115.

GIBITECA de Londrina. **Quem somos**. Disponível em: <<http://gibitecadelondrina.blogspot.com.br/p/quemsomos-flapt-e-uma-instituicao-sem.html>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 9 a ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004

_____. **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MENESES, Ulpiano T. B. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: O Museu, v.1, 1993, pp. 9-41.

MENESES, Ulpiano T. B. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: O Museu, v.1, 1993, pp. 9-41.



OS “PROPRIETARIOS PRINCIPAES NEGOÇIANTES”: VIDA MATERIAL E OPULÊNCIA NA PROVÍNCIA DO PARANÁ (1845-1873)

Vinícius Augusto Andrade de Assis
Especialização em Patrimônio e História
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Resumo. Este trabalho busca investigar a dimensão material da vida social e econômica dos comerciantes de grosso trato e fazendeiros estabelecidos na comarca de Paranaguá no decorrer do Oitocentos. Na virada do século XVIII para o XIX, a então Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá além de passar por um processo de estabilidade e expansão comercial em seu porto, estabeleceu-se também uma sociedade segmentada, com alta concentração de riqueza na mão de poucos e uma considerável demanda por escravos. Com base em nove inventários *post-mortem*, foi possível levantar questões referentes à opulência de determinados objetos, a habitação, ao universo do trabalho, a composição dos patrimônios e outros aspectos que englobavam a cultura material de uma região periférica, voltada à vida marítima e aos engenhos de farinha e madeira. Tendo em vista as noções conceituais e metodológicas de cultura material (propostas por Daniel Miller e Daniel Roche) buscamos analisar a materialidade em simbiose com a sociedade e economia da Paranaguá oitocentista. Tal proposta nos permite compreender a vida cotidiana da elite comercial *paranaguara* enquanto reprodução de um padrão social vigente no Império do Brasil, além de enfatizar a importância dos objetos na formação histórica do Paraná.

Palavras-chave: cultura material, inventários *post-mortem*, história do Paraná.

INTRODUÇÃO

Localizada no litoral paranaense, Paranaguá teve sua fundação institucionalizada a partir da carta régia de 29 de julho de 1648, com um povoamento marcado pela busca do ouro de aluvião e trazendo características arraigadas pela colonização portuguesa. Tendo desenvolvido as atividades agrárias e portuárias no decorrer dos séculos XVIII, a então vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá apresentava uma economia de certa relevância em comparação a outras localidades da Capitania de São Paulo e inseria-se na dinâmica de abastecimento interno da região.

Foi na virada do Setecentos para o Oitocentos que se estabeleceu em Paranaguá uma sociedade segmentada, com relevante concentração de riqueza e tendo a posse de escravos como principal demanda nesse processo de hierarquização, sendo a década de 1820 um marco no desenvolvimento do comércio marítimo em decorrência da exportação farinha de mandioca, da madeira e erva-mate, além da importação de produtos manufaturados do Rio de Janeiro⁴. Relatos do naturalista Auguste de Saint Hilaire descrevem Paranaguá nesse período como o principal centro comercial da região, com casas de morada e prédios públicos feitos de pedra e bem cuidados, uma relevante população escrava e mulata, inúmeras lojas abastecidas e grande movimentação no porto⁵.

Do cais e dos ancoradouros se seguia a Rua da Praia e a Rua da Ordem, onde se encontravam casas terras e algumas de sobrado, estaleiros para construção e reparação de embarcações, além dos armazéns de fazendas e gêneros diversos que movimentavam a economia na região. O relatório da Alfandega de Paranaguá referente aos anos 1846/1847 nos oferece uma visão da composição dos produtos e da pluralidade do consumo naquela sociedade. Constavam 117 itens, entre eles: açúcar grosso e refinado, alambiques, âncoras, azeites, bacalhau, balanças, bandejas, cadeiras de palhinha, café, carne seca, cartas para jogar, cerveja em garrafas, chapéus,

⁴ WESTPHALEN, Cecília Maria. **Porto de Paranaguá, um sedutor**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998, p. 37.

⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina** (1820). Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia, Edusp. 1978, p.104.

cocos da Bahia e para água, colchões, farinhas, feijão, fogos de artifício da China, fogões de ferro, livros, louças, manufaturas de algodão, milho, mobílias, peixes salgados, pianos, pólvora, redes, sal, toucinho, vidros, uniformes da Guarda Nacional, entre outros⁶.

O aumento na exportação de madeira, farinha e erva mate contribuiu para o desenvolvimento da região, resultando na elevação de Paranaguá de vila à cidade em 1842. Ainda é preciso considerar que, após 1840, tal região se inseriu na conjuntura de emancipação política à Província de São Paulo, resultando na criação da Província do Paraná (em 1853) e num processo industrialização e modernização, ainda que numa localidade agrária e escravocrata que se estenderia até finais do Oitocentos. Segundo o historiador Carlos Roberto Antunes dos Santos:

[...] Toda essa situação anunciava um novo Paraná, caracterizado agora, ao inverso da situação precedente, pela expansão do poder urbano. O aumento da população nos perímetros urbanos, a maior movimentação do comércio, o crescimento da importação de artigos de luxo, as benfeitorias públicas os aumentos dos preços de escravos para trabalhos domésticos, são parâmetros que demonstram o predomínio econômico das cidades. Ainda nas cidades, os escravos de profissão doméstica também eram utilizados como negros de ganho e de aluguel⁷.

Diante de tal ascensão social e econômica buscamos aqui investigar os aspectos da cultura material dos comerciantes de grosso trato e fazendeiros da Paranaguá oitocentista. Para tanto nos portaremos a nove inventários *post-mortem* dos “proprietários principais negociantes” descritos pelo memorialista Antonio Vieira dos Santos⁸ e localizados no Museu do Tribunal de Justiça do Paraná, em Curitiba. Uma vez que os bens materiais (documentados nos

⁶ Relatório da Alfandega de Paranaguá referente aos anos de 1846 e 1847, 1848. Apud.: WESTPHALEN. Op. Cit., p. 120.

⁷ SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material e econômica** (Coleção história do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2001, p.65.

⁸ Português radicado em Paranaguá no ano de 1798, Vieira dos Santos poderia ser apenas mais um dos portugueses emigrados no Brasil e que exerceram atividades mercantis e administrativas nas vilas coloniais, entretanto, sua formação letrada o permitiu certa distinção social em seu meio e a produção de trabalhos patrocinados pela Câmara Municipal, como a *Memória Histórica, Cronológica, Topográfica e Descritiva da Cidade de Paranaguá e seu Município* (1850).

inventários *post-mortem*) devem ser vistos como produtos do tempo e do espaço, podemos assim propor algumas questões: 1) Houve uma circulação/multiplicação do consumo em Paranaguá no decorrer do século XIX? 2) A cultura material estaria ligada à economia de mercado local? 3) Os objetos do cotidiano estariam reproduzindo uma hierarquia social vigente na maior parte do Império?

Para o desenvolvimento da pesquisa nos apropriaremos das análises do historiador Daniel Roche acerca da cultura material e do consumo no ocidente moderno, devido sua forma de pensar os objetos a partir dos inventários *post-mortem* de Paris. Inserido no contexto da Nova História Cultural dos *Annales*, Roche buscou compreender – para além das relações de quantificação da produção – as práticas habituais e o lugar dos objetos no viver cotidiano e as relações de uso e troca que eles criam, seja numa escala econômica ou simbólica. Segundo o mesmo:

Os objetos, as relações físicas ou humanas que eles criam não podem se reduzir a uma simples materialidade, nem simples instrumentos de comunicação ou de distinção social. Eles não pertencem apenas ao porão e ao sótão, ou então simultaneamente aos dois, e devemos recoloca-los em redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais⁹. [...]

Ainda pensando nessa estreita relação entre humanidade e materialidade, nos apropriaremos também dos estudos antropológicos de Daniel Miller, uma vez que este nos apresenta contribuições conceituais importantes para a pesquisa da cultura material em perspectiva histórica. Segundo Miller, a melhor maneira de entender, transmitir e apreciar a humanidade é dar atenção à nossa materialidade fundamental – na qual ele define não apenas como cultura material, mas simplesmente como trecos, troços e coisas –, seja em sociedades industriais ou tribais. Sendo assim:

[os] Trecos tem uma capacidade notável de se desvanecer diante dos nossos olhos, tornam-se naturalizados, aceitos como pontos pacíficos, cenário ou moldura de nossos

⁹ ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p.13.

comportamentos. As coisas atuam muito mais comumente em analogia às molduras em torno das pinturas de que como as pinturas elas mesmas. Elas nos guiam até o modo apropriado de se comportar e permanecer incontestes, pois não temos a menor ideia de que somos conduzidos¹⁰. [...]

Para os referidos autores os objetos do cotidiano não apenas representam os seres humanos, mas nos constituem. Logo, o historiador voltado para os estudos da materialidade deve compreender os objetos como produtos da sociedade que os criou, da economia que a distribuiu e da cultura que permitiu sua existência estética, morfológica e funcional¹¹.

OS “PROPRIETARIOS PRINCIPAES NEGOÇIANTES”

No segundo volume de suas memórias sobre Paranaguá, Viera dos Santos destacou quatorze indivíduos na categoria de “proprietários negociantes” e outros oito como “proprietários fazendeiros”. Os proprietários negociantes eram os que se dedicavam ao comércio de grosso trato¹², seus bens geralmente compunham-se de engenhos que produziam farinha e madeira, algumas embarcações, uma relevante escravaria, armazéns de gêneros diversos e inúmeros imóveis urbanos de aluguel e para suas moradas. Apenas o Tenente Coronel Manoel Francisco Correia possuía 25 escravos e 56 imóveis – sendo quatorze casas de sobrado, trinta e duas casas térreas e um armazém –, além da chácara no Rocio Pequeno “com casa de morada e de fazer farinha” e o sítio na Ponta do Pasto com “casa de morada e de fazer farinha coberta de telha, com roda, prensa de dois furos [e] forno de cobre”¹³.

Outro comerciante de grosso trato foi o Comendador Joaquim Américo Guimarães, proprietário de 23 escravos, quatro casas térreas e duas casas de sobrado, no qual se destaca o “sobrado de numero trinta e nove da rua Direita

¹⁰ MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p.228.

¹¹ MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreira Marques. Legados de um passado escravista: cultura material e riqueza em Minas Gerais. In: **Varia Historia**. Belo Horizonte: v. 27, n. 46, 2011, p.418.

¹² Denominação típica da América Portuguesa referente a pessoas que atuavam em vários segmentos do comércio fosse ele mercantil, agropecuário, tráfico de escravos, arrendatário e em empréstimos.

¹³ MUSEU DA JUSTIÇA. **Inventário de Manoel Francisco Correia**, 1866.

contendo tres portas e sete janelas”, que foi descrito por Vieira dos Santos diante dos demais sobrados da cidade. Segundo o memorialista a casa:

[...] do Comendador Joaquim Américo Guimarães feita à moderna no exterior com sacadas de grade de ferro, envidraçadas elegantemente mostrando uma aparatosa perspectiva, adjunta com a 2ª morada assobradada, do mesmo Comendador, arrematada por uma formosa sotéia, circulada e avarandada com um gradil de ferro e ajardinado com riquíssimos vasos que manou buscar na Europa, onde plantou lindas flores e sendo ladrilhada a mesma sotéia com mármore diferentes, apresenta um alegreite que serve de recreio à sua família, e de formosamento à mesma rua: não falando do grandioso asseio do interior de magníficas Salas, acobertadas de tapetes e adornadas com a mais ricas mobílias, estas formosas propriedades consta, importam em mais de 30 contos de réis¹⁴.

A descrição da casa de Joaquim Américo Guimarães deixa nítida a opulência dos modos de morar da elite comercial de Paranaguá, elemento também encontrado nos sobrados de Salvador e analisados por Kátia Mattoso como elementos de uma riqueza ostentatória e visível na Bahia provincial¹⁵. Tal opulência também aparece na mobília interna, contendo “cadeiras de braço, de encosto, de balança, sofás, aparadores, urnas com tampa de pedra, marquesa, serpentinas, lampiões, redomas, quadros de sala e mais objectos pertencentes adornos das Salas”, além de castiçais grandes e pequenos, bule, açucareira, mantegueira, cafeteira, tigela, paliteiro, salvas e meio faqueiro de prata¹⁶.

Outros proprietários negociantes, descritos por Vieira dos Santos, foram o capitão mor Manoel Antonio Pereira, o sargento mor Antonio Pereira da Costa, José Francisco Correia e Manoel Leocádio d’ Oliveira. Quanto aos denominados proprietários fazendeiros, encontramos inventários referentes a negociantes que mesclavam suas atividades entre os ambientes urbano e rural, são eles Domingos Afonso Coelho, Felipe Tavares de Miranda e Cypriano Custódio de Araújo. Este último, sendo proprietário da “fazenda denominada Conceição com suas bemfeitorias com mil braças de terras”, um engenho em

¹⁴ VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. **Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município** (1850). Volume dois. Curitiba: Museu Paranaense, 1950, p. 16.

¹⁵ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando (org.). **História Privada no Brasil. Império: a corte e amodernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.149.

¹⁶ MUSEU DA JUSTIÇA. **Inventário do Comendador Joaquim Américo Guimarães**, 1871.

mau estado com casa de fazer farinha, “uma casa de paiol”, “uma morada de casas de sobrado na dita Rua do Rosario desta Cidade”, “uma Catraia em mau estado” e um relevante plantel de 33 escravos¹⁷.

Os inventários post-mortem de alguns dos homens aqui citados, juntamente com os de Senhorinha Maria de Souza, Ana Maria da Purificação Ribas e Leocadia Antonia da Costa Pereira¹⁸ (nove no total), nos indicam uma elite comercial cujos patrimônios eram investidos em bens de raiz, dívidas ativas e propriedade escrava, como nos informa o gráfico:

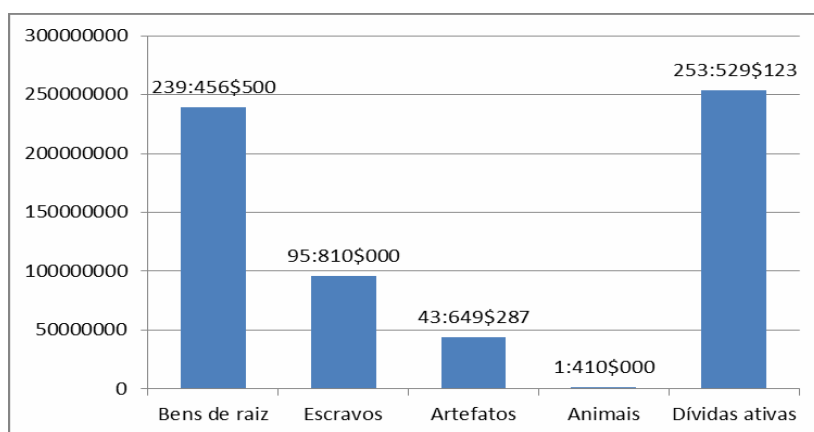


Gráfico 1: Distribuição dos patrimônios nos nove inventários post-mortem, em reis.

A prevalência das dívidas ativas (40%), dos bens de raiz (38%) e dos escravos (15%) nos indica a reprodução de uma hierarquia social e aristocrática vigente desde os primórdios do Império. Segundo João Fragoso e Manolo Florentino, no Rio de Janeiro (na passagem do Setecentos para o Oitocentos) a elite mercantil “viu-se marcada por aquilo de chamamos de ideal aristocrático, que consiste em transformar sua acumulação em terras, homens e sobrados”¹⁹, onde situação semelhante foi encontrada na documentação aqui analisada. Diante de tal estatística daremos ênfase aos artefatos arrolados dos inventários, para analisar a cultura material dessa “elite comercial” de Paranaguá e enfatizar a relação entre os objetos e a história do Paraná.

¹⁷ MUSEU DA JUSTIÇA. **Inventário de Cypriano Custódio de Araújo**, 1861.

¹⁸ Esposas de Domingos Afonso Coelho, Manoel Leocádio d'Oliveira e Manoel Antonio Pereira (na respectiva ordem).

¹⁹ FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**, Rio do Janeiro, 1790-1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.14.

A CASA E O TRABALHO

Segundo Daniel Roche os interiores domésticos devem ser entendidos enquanto percurso da vida. O mobiliário pode aumentar em quantidade, sofisticar-se, responder as necessidades de arrumação desenvolvidas pela riqueza e mudar de significados em determinados contextos, sejam nos interiores modestos às moradias complexas²⁰. Analisando os inventários de Bonfim do Paraopeba/MG, Cláudia Martinez observou dois tipos de móveis: os básicos – que apareciam em todas as moradas e constituíam-se de bancos, tamboretas, mesas, caixas, catres – e os sofisticados ou pouco comuns – guarda roupa, marquesas de palhinha, canapé, sofá, cantoneiras de mármore, cômodas. Para a autora o número reduzido desses móveis sinaliza uma possível definição de luxo da sociedade oitocentista²¹.

Por meio da leitura dos inventários dos agentes históricos já citados no começo do trabalho, nos deparamos com uma serie de objetos, categoricamente descritos e avaliados, que demonstravam a opulência presente na vida dos comerciantes e fazendeiros que viveram numa localidade comercial e portuária, ainda que periférica, no decorrer do século XIX.

Ao adentrarmos na casa de Ana Maria da Purificação Ribas e Manoel Leocádio d'Oliveira encontramos todo um mobiliário voltado à sociabilidade e sofisticação doméstica, como “Trez dusias de cadeiras de jacaranda, e palhinha”, “Quatro aparadores de jacarandá”, “Hum soffa de jacarandá”, “Dou sufas de vinhático”, “Huma mesa de jogo”, “Huma mesa de costura”, “Hum Lavatorio de arasiba”, “Hum ropeiro de cedro”, “Hum espelho grande de sala”, “Quatro vasos com flores e suas redomas” e um serviço de mesa que continha “Hum Bulle huma leitera huma crystaleira, hum assucareiro, huma mantegueira, huma tigella tudo de prata”. O casal ainda possuía o Hiate Inocente, “A quarta parte do Bergantin Cascudo” e 25 escravos²².

²⁰ ROCHE. Op. Cit., p.226.

²¹ MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG**. São Paulo: Annablume, 2007, p.114.

²² MUSEU DA JUSTIÇA. **Inventário de Ana Maria da Purificação Ribas**, 1853.

Outros inventários demonstraram a materialidade presente na vida privada dos inventariados, como os “bens móveis particulares” presentes no inventário do Comendador Joaquim Américo Guimarães e que continha “duas escrivaninhas”, “dois armarios com vidraças”, “dois aparadores”, “uma carteira velha”, “uma urna uzada”, “um guarda roupa”, “uma Santa em redoma”, “uma boceta de tartaruga”, “um Alfinete de brilhante”, “um lavatorio de ferro” e “um tinteiro de prata”, bens materiais que referenciam um suposto ambiente de trabalho do inventariado²³. Embora tenha falido, o comerciante José Francisco Correia²⁴ não hesitou na sofisticação do mobiliário de sua casa de sobrado, onde tinha “duas serpentinas e um candelabro”, “quatro jarras de porcelana”, “um guarda vestidos”, “uma mesa elástica”, “um étagère”, “um lavatório com pedra mármore”, quatro castiçais, um copo, dois bules e duas bombas para erva mate de prata²⁵.

Um mobiliário mais modesto foi descrito e avaliado nos inventários de Antonio Pereira da Costa e Felipe Tavares de Miranda, como “uma mobilia já uzada, contendo, doze cadeiras, dois sofas, dois aparadores, uma mesa redonda, duas cadeiras de balanço”²⁶, “dose cadeiras de palhinha, sendo uma quebrada”, “hum canapé velho usado”, “duas camas de armação usadas”, “um Armario usado” e “duas Bandejas de folha usadas”²⁷, coincidentemente o primeiro não possuía escravos e o segundo apenas sete, sendo um liberto²⁸.

Quanto ao universo do trabalho, encontramos em alguns inventários (principalmente nos proprietários fazendeiros) bens que aqui são analisados enquanto elementos materiais de uma economia pautada na produção e comercio da farinha de mandioca e da madeira. Vale a pena citarmos aqui a descrição de algumas fazendas localizadas no segundo distrito de Paranaguá, atual cidade de Guaraqueçaba, a começar pela fazenda de Domingos Afonso Coelho e Senhorinha Maria de Souza:

²³ MUSEU DA JUSTIÇA. **Inventário do Comendador Joaquim Américo Guimarães**, 1871.

²⁴ Enquanto seu Monte mor atingiu o valor de 26:434\$826, as dívidas passivas foram superiores à 40 contos de reis.

²⁵ MUSEU DA JUSTIÇA. **Inventário de José Francisco Correia**, 1871.

²⁶ MUSEU DA JUSTIÇA. **Inventário de Antonio Pereira da Costa**, 1873.

²⁷ MUSEU DA JUSTIÇA. **Inventário de Felipe Tavares de Miranda**, 1856.

²⁸ Este foi o menor plantel de escravos arrolados entre os nove inventários, além do menor Monte mor (11:261\$180). Tal situação não impediu que Antonio Vieira dos Santos declarasse Felipe Tavares de Miranda como “proprietário fazendeiro” seis anos antes de seu falecimento.

huma fazenda no lugar determinado Serraria no varadouro do segundo Districto desta Cidade com huma maquina de serrar madeira edificada sobre pilares ate o pavimento tendo maquina de ferro e bronse podendo adimitir de huma ademais serras movida por água; hum guindaste para fazer conduzir as madeiras ao lugar da serra, tudo coberto de palha huma casa de vivenda com noventa palmos de frente serraria com os utensílios precisos tudo coberto de telha, huma rampa para condução de madeiras, canoas rede de pescar mobília da casa e gado vacum²⁹.

Tais objetos evidenciam os elementos materiais de uma economia movida pelos engenhos de serrar madeira e as demais atividades agrícolas realizadas pelos sete escravos arrolados. No inventário de Leocádia Antonia da Costa Pereira e do Capitão Mor Manoel Antonio Pereira encontram-se arroladas as fazendas Boa Vista e das Palmeiras, onde as principais atividades eram a agricultura, a produção de farinha, tijolos e cerâmicas³⁰.

Na Fazenda Boa Vista encontrava-se uma “casa de sobrado coberta de telha com paredes e pedra e cal”, “hum Rancho de Canoas coberta de telha com pilares de pedra e cal”, dois ranchos cobertos “de palha que serve para deposito de madeiras sobre esteio de pau”, roda, prensa, pilão, forno de cobre, entre outros. Entretanto o que nos surpreendeu foi à existência de senzalas acopladas aos engenhos de farinha.

Huma casa térrea coberta de telha com paredes de pedra e cal que serve de sensala e fabrica de farinha tendo de frente setenta e dous palmos e setenta e sete de fundo avaliado por um conto de reis; Tres casas pequenas unidas coberta de telha sobre baldrame de pedra e cal com seis portas e serve de sensala com oitenta palmos de frente e trinta e cinco de fundo avaliados por quatro centos mil reis³¹.

Enquanto as atividades econômicas da fazenda Boa Vista se davam pela produção da farinha de mandioca, na fazenda das Palmeiras também se produzia arroz, aguardente, tijolos e madeiras. Nela encontrava-se “Hum Engenho de Serra coberto de telha sobre oito pilares de pedra e cal”, “Huma casa de sobrado que serve de paiol, coberta de telha”, “Huma casa com fabrica

²⁹ MUSEU DA JUSTIÇA, **Inventário de Senhorinha Maria de Souza**, 1845

³⁰ MUSEU DA JUSTIÇA. **Inventário de Leocádia Antonia da Costa Pereira**, 1855.

³¹ MUSEU DA JUSTIÇA, **Inventário de Leocádia Antonia da Costa Pereira**, 1855.

de soque de dose mãos e moendas de cana e dous Alambiques e pertences e encanamento de agua”, “Huma casa coberta de telha sobre pilares de pedra e cal que serve para fabrica de farinha tendo também um forno de assados”, “Huma casa com forno de queimar telha e tijolo coberta de telha”, “Huma Olaria coberta de palha sobre esteios de pau”, dois ranchos para estocar canoas e madeiras, além de objetos que seriam usados nas atividades agropecuárias da dita fazenda, como “Huma roda e preença”, “Hum forno de cobre”, “Hum pilão usado”, “Trez peneiras de coar de arros”, “Huma rede de pescas”, “Tres serrotes usados” e “Forno de ferreiro”.O casal ainda possuía um plantel de 52 escravos³², o Hiate Emília, canoas diversas, gado e três armazens de gêneros de negócios, uma na cidade e as outras duas nas respectivas fazendas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou investigar a dimensão material da vida social e econômica dos comerciantes de grosso trato e fazendeiros estabelecidos na comarca de Paranaguá no decorrer do Oitocentos. Com base nos indivíduos descritos por Antonio Vieira dos Santos como “proprietarios principaes negociántes”, localizamos nove inventários referentes aos mesmos ou suas esposas e pudemos levantar problemáticas referentes à opulência de determinados objetos, a habitação, ao universo do trabalho, a composição dos patrimônios e outros aspectos que englobavam a cultura material de uma região periférica, voltada à vida marítima e aos engenhos de farinha e madeira.

Sendo que Paranaguá em tal período era uma cidade mais comercial que a capital Curitiba, é provável que tenha havido muito mais prosperidade na mesma, tanto na posse de objetos (referenciais de opulência) quanto em propriedade escrava. Assim como as elites mercantis de localidades mais desenvolvidas do Império, como Rio de Janeiro e Salvador, os “proprietarios principaes negociántes” de Paranaguá também presenciaram um “ideal aristocrático” em seus patrimônios. Destacamos os altos valores dos bens de raiz e as dívidas ativas dos inventariados, elementos da riqueza e da circulação

³² 14 escravos urbanos em Paranaguá, 10 na fazenda Boa Vista e outros 28 na fazenda das Palmeiras.

monetária de tais indivíduos seja no aluguel e posse de casas de morada, na concessão de empréstimos e crédito na *praça*, ou no comércio de gêneros.

A cultura material presente nos inventários indicam determinado luxo e opulência dos comerciantes e fazendeiros no Brasil oitocentista, no entanto, apresentam objetos que podemos considerar como produtos da formação econômica do litoral paranaense, como a roda, a prensa, o pilão, a peneira, o forno de cobre, a rede e as embarcações já citadas no decorrer do trabalho. A leitura e análise dos demais inventários *parnanguaras*, da segunda metade do século XIX, – arquivados no Museu do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em Curitiba – podem nos fornecer respostas para tal hipótese, além de elementos de âmbito quantitativo e qualitativo sobre a vida social, econômica e também cultural das primeiras décadas da Província do Paraná.

FONTES

MUSEU DA JUSTIÇA; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. **Inventários post-mortem da comarca de Paranaguá** (1845-1873).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina** (1820). Belo Horizonte; São Paulo: Ed. Itatiaia, Edusp. 1978.

VIERA DOS SANTOS, Antonio. **Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município** (1850). Volume dois. Curitiba: Museu Paranaense, 1950.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia**, Rio de Janeiro, 1790-1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG**. São Paulo: Annablume, 2007.

_____ . Legados de um passado escravista: cultura material e riqueza em Minas Gerais. In: **Varia Historia**. Belo Horizonte: v. 27, n. 46, 2011, p.415-442.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; NOVAIS, Fernando (org.). **História Privada no Brasil. Império**: a corte e amodernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 143-181.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material e econômica** (Coleção história do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2001.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **Porto de Paranaguá, um sedutor**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.



NOÇÕES DE JOVENS ACERCA DAS INFLUÊNCIAS HISTÓRICO-POLÍTICAS DO FUTEBOL NO BRASIL

Pedro Aurélio dos Santos Luiz
(Universidade Estadual de Londrina – UEL)

RESUMO. O seguinte estudo procurou analisar as ideias dos alunos do Colégio SESI de Arapongas/PR sobre as relações do futebol com a política. A realização do mesmo, amparou-se nos seguintes pressupostos 1) os sujeitos, jovens estudantes de determinado grupo socioeconômico e cultural; 2) suas noções sobre política e história, bem como as relações que fazem entre estas questões e o futebol. Para isso, também consideramos a concepção de Hilário Franco Jr. (2007) a respeito do *futebol*, que o designa como um fenômeno cultural total, devido a capacidade desta temática em se relacionar com diversos outros campos do saber. Fundamenta-se o referencial na *Nova História Política* (RÉMOND, 2003) que entende que a política se dá em múltiplas esferas de interação e no campo investigativo da *Didática da História*, que segundo Bergmann (1989/1990) aborda as formas de elaboração da história, considerando que as relações possíveis entre o futebol e a política, implicam em pensar o passado destas relações, em suas mudanças e permanências. O estudo se utilizou da Teoria Fundamentada ou *Grounded Theory* (Charmaz, 2009) para a exploração de dados e análise dos resultados obtidos, por isso, desenvolveu-se através de um estudo piloto com a aplicação de questionários para estabelecer o perfil socioeconômico e cultural dos alunos inseridos no Ensino Médio e seus conhecimentos prévios sobre a temática. Posteriormente, no estudo principal, realizou-se um Grupo Focal que buscou colher dados relativos às noções dos alunos através de debate em relação à política e ao futebol, bem como a comparação crítica entre duas fontes históricas sobre o assunto. Como resultado, evidenciou-se nos jovens estudantes noções históricas bem fundamentadas que promoveram interlocuções de conceitos de segunda ordem de caráter crítico sobre a relação do futebol com a política, além de reconhecer o futebol como uma possível estratégia no entedimento dos conhecimentos históricos.

Palavras-chave: Didática da História; Política; Juventude; Futebol; Fontes Históricas.

A influência histórico-política das instituições de futebol no Brasil circunda os mais variados aspectos do imaginário popular. O cruzeirense não vota no ex-presidente do Atlético Mineiro que concorre à vaga de governador do estado de Minas Gerais; o presidente da república declaradamente corinthiano arquiteta todo um mecanismo público-estatal para a criação de um emblemático estádio que circunda o imaginário dos corintianos e que fora motivo de deboche dos rivais por muitos anos; o gremista não compra utensílios domésticos daquela empresa que patrocina o Internacional-RS, e por aí vão os exemplos, fictícios ou não, de como o futebol pode ser utilizado para compreender o comportamento do brasileiro em suas tomadas de decisões.

Contudo, percebe-se que este objeto de análise histórica ainda é evitado nos métodos de abordagem sobre o comportamento e visões de mundo dos brasileiros, e assim não se busca compreender as diferentes esferas das relações sociopolíticas do brasileiro através da ótica futebolística. Tais relações integram a cultura histórica de uma sociedade, e, para nossa pesquisa, de um determinado grupo: a do jovem estudante de Ensino Médio. Como este estudante interpretaria as relações entre política e futebol? Para responder esta problemática, temos como referência o campo da Didática da História que investiga os usos, funções e formas que o conhecimento histórico assume na sociedade (BERGMANN, 1989/1990).

O presente trabalho diz respeito a características introdutórias da pesquisa para dissertação do programa de mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina, que teve orientação da professora doutora Márcia Elisa Teté Ramos.

A pesquisa baseia-se na busca pelas noções de jovens estudantes do colégio SESI – Arapongas/Paraná, sobre a influência histórico-política do futebol no Brasil, mais precisamente, interessa saber se o estudante tem condições de perceber os posicionamentos políticos do esporte, se estes têm uma historicidade, se apresentam relação com o passado nas suas mudanças e permanências.

Para pensar as relações entre política e futebol, consideramos a dinamização dos estudos históricos sobre política de acordo com René

Rémond (2003), que busca uma reformulação da História Política, fugindo do tradicionalismo atrelado à história apenas voltada aos grandes heróis e às grandes narrativas nacionalizantes do período anterior à Escola dos *Annales*. Rémond é um dos expoentes da reformulação da História Política, que pretende uma transdisciplinariedade dos estudos políticos, principalmente em concomitância à sociologia, ciência política, antropologia, etc., onde se utiliza de novas técnicas para aprofundamento dos estudos históricos, não mais condicionados exclusivamente à economia.

A concepção de Rémond justifica a relação entre política e futebol que será proposta aos estudantes, mas vale lembrar que o objetivo principal da pesquisa não é uma historiografia política do futebol no Brasil, mas sim a compreensão das noções históricas de jovens sobre a relação futebol-política.

Como método de pesquisa, o entendimento da Teoria Fundamentada (*Grounded Theory*) descrita por Kathy Charmaz (2009) no livro *A construção da teoria fundamentada*, foi utilizada para escolha das técnicas que seriam utilizadas para coleta de dados. Na primeira parte foram aplicados dois questionários e por fim ocorreu a mediação de um Grupo Focal.

Partindo da abordagem da pesquisa qualitativa, viu-se a necessidade da aplicação de questionários prévios que buscaram melhor reconhecimento do grupo analisado, considerando seu universo sociocultural, bem como alguns de seus conhecimentos sobre a temática proposta. Sendo assim, a utilização desta estratégia possibilitou melhor mediação do estudo principal que circunda a aplicação de um Grupo Focal.

De acordo com Charmaz, a fundamentação teórica deve partir dos dados colhidos durante a pesquisa, não possuindo uma teoria *a priori*. Assim, a fundamentação teórica vai se desenvolvendo durante o desenrolar das atividades. Inicialmente se aplica um instrumento de pesquisa, captando dados, para depois se analisar os dados, projetando novos instrumentos, novos memorandos, aplicando-se outros instrumentos de pesquisa novamente, e assim até se obter dados que atendam a uma *core category*.

Como já dito, o estudo tem como pressuposto teórico o campo investigativo da Didática da História, que parte da premissa de que os saberes vividos são o ponto de partida para a aprendizagem histórica. A Didática da História se preocupa com as formas de elaboração da consciência histórica. Investiga o que é apreendido, o que se apreende e o que deveria ser apreendido na disciplina de História. A consciência histórica é objeto de atenção da Didática da História, pois é um recurso indispensável para as relações de identidade e alteridade, logo, a consciência histórica se apresenta em níveis distintos simultaneamente em diferentes estratos sociais e múltiplos universos culturais.

A Didática da História, campo de atenção dos escritos de Klaus Bergmann (1985), põe como resultados a introdução de argumentos racionais em discussões sobre a experiência histórica, a permear a dinamicidade da ciência em relação a novas problemáticas. Desta maneira, a pesquisa tem como objetivo entender o que jovens inseridos no ambiente escolar compreendem sobre a influência cotidiana dos aparatos ligados ao futebol no contexto histórico-político brasileiro. Neste caso, tem-se como objeto gerador o seguinte questionamento: como os atores juvenis se posicionam diante da influência das instituições de futebol no Brasil para com a política? A análise só se torna viável diante da pesquisa sobre o que tais pensam sobre essa influência hoje, como percebem isso e de que maneira é reproduzida.

[...] Com isso, a didática da história se volta para aqueles processos mentais ou atividades da consciência histórica sobre os quais afinal se funda a referência do aprendizado histórico à história. Trata-se de “processos de pensamento e de formação estruturadores de consciência”, “que geralmente encontram-se ‘por trás’ dos conteúdos e que habitualmente ficam velados ao aprendiz”, de “atos mentais determinantes do comportamento, que subjazem à lida com a História” (SCHÖRKEN, 1972, p.84 apud SCHMIDT, BARCA e MARTINS, 2011, p. 42).

A Didática da História conduz os vieses da pesquisa para reflexão em torno do pensamento histórico, dita a cientificidade em torno da consciência histórica e não mais se enquadra na antiga proposta de transposição dos saberes produzidos na academia para as cabeças supostamente vazias dos alunos. A Didática da História se apresenta como um campo de pesquisa que

investiga a consciência histórica, as carências de orientação do presente e as perspectivas de futuro.

Além da Didática da História, a Educação Histórica também auxiliou na fundamentação teórica da pesquisa. Segundo Isabel Barca, esta linha de investigação busca uma “observação sistemática do real”, não se centrando nos “formalismos e recursos da aula”, embora estes sejam também importantes, mas nas “ideias históricas de quem aprende e ensina”. Em última instância, o que se tem em meta é a qualidade do ensino de história, ou seja, as práticas em sala de aula (BARCA, 2008, p. 24). Nestes estudos em Educação Histórica:

Os investigadores têm entrado a sua atenção nos princípios, fontes, tipologias e estratégias de aprendizagem em História, sob o pressuposto de que a intervenção na qualidade das aprendizagens exige um conhecimento sistemático das ideias históricas dos alunos, por parte de quem ensina (e exige também um conhecimento das ideias históricas destes últimos). Análise destas ideias implica um enquadramento teórico que respeite a natureza do saber histórico e que deve refletir-se, do mesmo modo, na aula de História. (BARCA, 2005, p. 15).

Em síntese, os pesquisadores deste campo, investigam como alunos e/ou professores pensam, como agem, como vivenciam seu cotidiano escolar, destacando o processo de ensino/aprendizagem histórica a partir do conhecimento e sistematização das ideias históricas de crianças, jovens e professores, além de conhecer a progressão dessas ideias no ambiente escolar. Os estudos da Educação Histórica no Brasil, são influenciados pelas metodologias e conceituações dos pesquisadores da *HistoryEducation* na Inglaterra e “têm cada vez mais se apropriado de conceitos e dialogado com temas e propostas de teóricos da Didática da História na Alemanha, especialmente os trabalhos de JörnRüsen” (SOUZA, 2015, p. 01). Contudo, Didática da História e Educação Histórica, embora se assemelhem em alguns aspectos, se diferenciam em outros. Argumenta Éder Cristiano de Souza, que entanto a Educação Histórica procura compreender se os estudantes têm a capacidade de desenvolver conceitos de segunda ordem, para além dos conceitos substantivos, ou seja, se conseguem mobilizar conceitos próprios da

natureza do conhecimento histórico, a Didática da História cursa outro caminho. Para Rüsen, por exemplo, aprender história é partir das carências de orientação do presente, ampliar a compreensão da experiência temporal e desta forma, se tornar apto a argumentar e se orientar na vida prática projetando o futuro (RÜSEN, 2007).

A lembrar que, os conceitos históricos substantivos são específicos da história, e estão mais vinculados às informações históricas ou conteúdos históricos, por exemplo: Revolução Francesa, Feudalismo, Renascimento, Guerra de Canudos, Revolução Industrial, etc. Os conceitos de segunda ordem são constitutivos da cognição histórica, isto é, dizem respeito aos fundamentos teóricos e metodológicos da história, à natureza do conhecimento histórico, entre outros: explicação histórica, fontes e evidências, consciência histórica, inferência, imaginação histórica, interpretação, narrativa, etc. Tais conceitos também são ligados à noção temporal, como mudança, permanência, evolução e transição (LEE, 2001).

Tendo em vista tais aspectos entende-se que, enquanto a ênfase da Educação Histórica é na interpretação histórica, a ênfase da Didática da História é na orientação histórica.

Rüsen (2007) propõe pensar numa História que se abra para o futuro, num sentido de conciliação e esperança. A consciência histórica, nesse caso, se projetaria para o futuro no sentido de superação das condições dadas pela experiência e pela interpretação. A condição para esse exercício meta-histórico é compreender que as sínteses de experiências e interpretação têm limitações para as perspectivas de atuação na vida prática. Por isso, concentrar-se nas expectativas como uma forma de orientação histórica libertadora seria um passo para melhorar o ontem, qualificando o passado de sentidos que vão além do ocorrido e das suas possibilidades de entendimento. (SOUZA, 2015, p. 13-14)

Ronaldo Cardoso Alves, tendo como referência a Didática da História entende que:

História (como ciência) e vida (prática) sempre estiveram relacionadas, seja no âmbito dos interesses de satisfação das carências de orientação da sociedade, seja na necessidade do estabelecimento de parâmetros que possibilitem fiabilidade às

narrativas geradas para representarem essa mesma ação temporal dos seres humanos [...] (ALVES, 2013, p. 53).

Para Ronaldo Cardoso Alves, a Didática da História (de vertente alemã) “parte da racionalidade histórica, estruturada principalmente no espaço escolar, que relaciona a História às necessidades da vida cotidiana com a finalidade de construir consciência histórica”, enquanto que a Educação História (principalmente a vertente anglo-saxã) “toma a vivência escolar como ponto de partida para a construção do conhecimento histórico, mediada por uma reflexão epistemológica construtora de metodologias que dotem alunos e professores de habilidades e competências históricas que os façam ler e agir no mundo que os cerca” (ALVES, 2013, p. 60).

No caso desta pesquisa, pretende-se, de um lado, apreender o que um grupo de estudantes entende por História, Política, Cultura e a articulação que fazem entre estas áreas e o futebol, a vida prática, o que se aproxima da Didática da História. As ideias que os jovens aprendentes manifestarem, por sua vez, relaciona-se com a orientação temporal que mobilizam ao entenderem o passado, pelas carências do presente, perspectivando o futuro. Para tanto, este trabalho tem como um dos objetivos específicos, ver se os alunos têm condições de analisarem fontes históricas para mobilizarem suas noções em relação à temática. As fontes são capazes de fazer com que os alunos interpretem a história? Os alunos conseguem perceber, por intermédio dos documentos históricos que as interpretações são multiperspectivadas? Atividade esta que fora realizada durante Grupo Focal. Desta forma, este trabalho também se aproxima do campo investigativo da Educação Histórica, ao buscar averiguar se os aprendentes desenvolvem conceitos de segunda ordem, qual seja, de fontes históricas como indícios do passado e a natureza multiperspectivada do conhecimento histórico. Em especial, no campo da política, as ideias voltam-se para a perspectivação do futuro. Sobre a política na sua relação com o aprendizado histórico, diz Rüsen:

O saber histórico pode ser aproximado das crianças e dos jovens, como meio de sua orientação existencial, de diferentes maneiras. Eles podem ser manipulados para assumir atitudes políticas determinadas, com as quais se entregam incondicionalmente aos poderes dominantes (RÜSEN, 2007, p. 32).

Por isso a necessidade de se compreender as noções políticas que os estudantes apresentam. Conforme forem, “eles podem se tornar senhores de si nas atitudes que assumam com relação aos poderes dominantes, habilitar-se para serem eles mesmos a darem forma a suas vidas” (RÜSEN, 2007, p. 32).

Entender como os jovens percebem a influência da política no futebol, reconhecendo noções de mudanças e permanências históricas, pode ajudar na identificação de problemáticas no modo como esses atores interpretam a realidade, mas também como agem na mesma.

A pesquisa se deu diante das seguintes etapas metodológicas:

1) Estudo diagnóstico: Aplicação de questionário prévio sobre as condições socioeconômicas e universo cultural dos estudantes, a exemplo das questões aplicadas no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), atrelado a um questionário que busca analisar o conhecimento prévio acerca da historicidade das instituições de futebol no Brasil e suas influências histórico- políticas.

2) Estudo principal: a) Realização de Grupo Focal composto pelos alunos de Ensino Médio que responderam os questionários previamente aplicado onde discutiram a temática proposta. Em concomitância a execução do Grupo, indicou-se a realização de uma atividade didático-pedagógica de análise de fontes, com o propósito de perceber como os alunos são capazes de analisar e comparar documentos históricos. O *Guia Politicamente Incorreto do Futebol*, de Jones Rossi e Leonardo Mendes Júnior (2014), se mostrou uma das opções para a atividade, pois discorre sobre uma perspectiva revisionista de questões sobre o futebol que permeiam o debate proposto nessa pesquisa, como por exemplo a Democracia Corinthiana e o caráter político das torcidas organizadas. Um contraponto dessas versões foi contraposto aos escritos de Franco Júnior (2007).

b) Por fim, a atividade de Grupo Focal foi transcrita e os dados foram analisados e tabulados, onde se estabeleceu marcadores que agrupam as variadas narrativas, com o intuito de perceber a dinamicidade das mesmas, as

noções dos atores juvenis sobre a influência política das instituições de futebol no cenário nacional.

A utilização de questionários prévios é amplamente utilizada em trabalhos da área de Ciências Humanas com o intuito de nortear os rumos da pesquisa, levando em conta os conhecimentos já trazidos pelos estudantes e os campos que carregam menor fundamentação teórica. Com isso, viu-se a necessidade do estudo das condições socioeconômicas e o universo cultural em que os jovens estão inseridos, a possibilitar melhor compreensão do seu debate.

Partindo do pressuposto de que os alunos carregam conhecimentos históricos produzidos fora do ambiente escolar, isto fornece base para que estes saberes sejam melhores compreendidos e que possam ser utilizados para o desenvolvimento do estudo. Isabel Barca (2007) diz que “a aprendizagem é construída pelos próprios sujeitos” e se dá de maneira significativa e pessoal, estimulada pelo seu meio social, a incluir sua escola, seus professores, pares, etc.

Desta maneira, o entendimento sobre as condições socioeconômicas e o universo cultural dos jovens pode oferecer melhor compreensão do perfil dos alunos, pois interferem no modo como estes interpretam o contexto em que estão inseridos e a maneira com que lidam com as relações entre a política e o futebol.

A mediação de Grupo Focal como técnica para obtenção de dados foi escolhida com o princípio de que atende as experiências dos estudantes com o trabalho em equipe e visto que essa estratégia tem crescido cada vez mais nas pesquisas em Ciências Humanas. Vários trabalhos como de Gatti (2005), Mazza, Melo e Chiesa (2009) e Dias (2000), detalham os procedimentos a serem desenvolvidos e estabelecem as propriedades para melhor realização da atividade.

Logo, crê-se que o Grupo Focal possibilitaria a compreensão das noções dos jovens sobre as relações possíveis entre política e futebol, desta forma considerando conceitos históricos de segunda ordem, pois tiveram liberdade na exposição de suas concepções e opção de alteração das falas ao longo da

pesquisa, promovendo assim melhor consistência das respostas perante a dinamicidade de narrativas. Esta “alteração” é possível porque a técnica de Grupo Focal põe em interação, a sociabilização, o consenso e o conflito. No debate, os sujeitos têm a possibilidade de reforçar, concordar, discordar, reelaborar a perspectiva que tem sobre a temática.

Os Grupos Focais se apresentam como método de pesquisas qualitativas, onde

[...] os métodos qualitativos são menos estruturados, proporcionam um relacionamento mais longo e flexível entre o pesquisador e os entrevistados, e lidam com informações mais subjetivas, amplas e com maior riqueza de detalhes do que os métodos quantitativos (DIAS, 2000, p. 1).

O objetivo da técnica de Grupo Focal circunda na identificação de percepções, atitudes, ideias, sentimentos em torno de uma temática pré-determinada, podendo até gerar novas hipóteses ou teses. A pesquisa qualitativa se adequa melhor ao objetivo proposto, visto que o desenvolvimento do estudo possui um período determinado e recursos limitados, mas, atende aos requisitos necessários para a compreensão de cenários específicos e o estabelecimento de problemáticas que auxiliam no entendimento da sociedade.

De acordo com a técnica proposta por Gatti (2005), um Grupo Focal deve atender a um número restrito de amostragem pois a interlocução dos discursos pode impossibilitar a posterior transcrição e entendimento das narrativas colhidas, vendo isso, pensou-se na seleção de um grupo que não ultrapassasse 15 alunos, que compuseram o grupo e que discutiram as influências que as instituições de futebol no Brasil exercem durante o processo histórico-político do país na contemporaneidade e se estas caracterizam fator importante no entendimento do sociedade em geral.

O número de alunos poderia extrapolar a proposta de Bernadete Gatti, que gira em torno de 6 a 10 pessoas, contudo, em estudos anteriores como o desenvolvido pelo próprio proponente do estudo³³, no ato de execução há

³³ LUIZ, Pedro Aurélio dos Santos. *Educação Patrimonial segundo os jovens – experiência com grupo focal no Museu Histórico de Arapongas*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso

estudantes que não puderam comparecer por casos extraordinários, porém acredita-se que não houve prejuízo de resultados, visto que 9 alunos participaram do grupo.

A escola que os estudantes estão devidamente matriculados é o Colégio SESI³⁴, com sede em Arapongas/Paraná, e que tinha o pesquisador como professor titular da disciplina de História. O colégio se caracteriza por possuir um método que se distancia dos parâmetros tradicionais das escolas públicas e muitas da rede privada de ensino do Estado do Paraná, como será adiante melhor explicado.

Em síntese, o primeiro capítulo busca discutir a questão da juventude e sua condição política, expõe pesquisas que conceituam este estrato social e discorrem sobre suas percepções de mundo. Característica predominante nas pesquisas da área é o reconhecimento da diversidade juvenil. Fator levado em conta nas análises sobre os participantes da pesquisa e suas condições socioeconômicas e de universo cultural.

O segundo capítulo delimita todo o escopo teórico da pesquisa, tendo o pressuposto de realizar um levantamento das pesquisas em Didática da História e em Educação Histórica produzidas no Brasil, a possibilitar sua conceituação, estabelecer um breve histórico e reconhecer a importância desses campos para a ciência histórica e para o ensino de História. Realizado isso, serão promovidas reflexões teóricas que explicitem a natureza política do Ensino de História e que proporcionem o enquadramento das narrativas dos jovens neste ambiente histórico e político com sentido pra vida.

Posteriormente, no terceiro capítulo, o objetivo é evidenciar o caráter político da história do futebol no Brasil visto que este compõe a História Pública. Logo, serão promovidas reflexões que reconheçam o futebol como componente implícito na sociedade brasileira e com isso pertinente às discussões sobre História Pública, influência política e História do Brasil.

(Especialização em Patrimônio e História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

³⁴ Vale ressaltar que o nome da instituição fora mencionado pois acredita-se que o método proposto pela instituição auxilia no desenvolvimento da pesquisa e que pode ser uma característica válida para a desenvoltura dos estudantes pesquisados, visto que já carregam conhecimento pertinente para o desenvolvimento do trabalho em equipe.

O quarto capítulo demonstra a metodologia utilizada para a pesquisa, conhecida como *Grounded Theory* e as técnicas de captação de dados que compuseram a metodologia, no caso, um questionário de conhecimento prévio e a mediação de um Grupo Focal. Em seguida, foram promovidas análises dos dados captados a partir dessas técnicas. Sobre os questionários foram demonstrados os conhecimentos que os alunos carregam sobre a disciplina de História e sua importância, sobre a história do futebol e sobre as possibilidades do estudo do futebol nas aulas de História, e se o futebol carregava características histórico-políticas. Nas análises sobre o Grupo Focal, o capítulo 4 vai até as narrativas dos alunos sobre conceitos específicos, como política e cultura, passando por discussões sobre a importância da História para a vida e do relacionamento do futebol com a História do Brasil.

Por fim tem-se a apresentação das narrativas dos jovens estudantes que demonstram suas concepções em torno da influência histórico-política do futebol no Brasil a partir de fontes históricas. Desta maneira, foi possível identificar como tais alunos se utilizam dos documentos para fundamentarem suas narrativas e quais noções históricas eles carregam. Com isso percebeu-se noções históricas bem fundamentadas e capazes de articular as fontes históricas tendo em vista a promoção da relação entre história, futebol e política.

Referências

ALVES, R. C. História e Vida: o encontro epistemológico entre Didática da História e Educação Histórica. In. **História & Ensino**. Londrina, v. 19, n. 1, p. 49-69, jan./jun. 2013.

BARCA, I. Educação histórica: uma nova área de investigação. In: ARIAS NETO, J. M. (org.) **Dez anos de pesquisas em ensino de História**. Londrina: AtritoArt, 2005. p. 15-25.

BARCA, I. Investigação em educação Histórica: fundamentos, percursos e perspectivas. In Oliveira, Margarida, Cainelli, Marlene; Oliveira, A. F. (Orgs.), **Ensino de História: Múltiplos Ensinos em Múltiplos Espaços**. Natal RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007, p. 23-32.

BERGMANN, K. **A História na reflexão didática**. Revista Brasileira de História. V.9, n.19, set.89/fev.90, p. 29-42.

CHARMAZ, K. Convite à Teoria Fundamentada. In:_____. **A construção da teoria fundamentada**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DIAS, C. A. Grupo Focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p 7-22, 2000.

FRANCO JUNIOR, H. **A Dança dos Deuses: Futebol, Cultura, Sociedade**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

GATTI, B. A. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

LEE, P. Progressão da compreensão dos alunos em história. In: PRIMEIRAS JORNADAS INTERNACIONAIS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA. Perspectivas em educação histórica, 1., 2001, Braga. **Actas...**Braga: Uminho, 2001. p. 13-27.

MAZZA, V. A.; MELO, N. S. F. O.; CHIESA, A. M. O grupo focal como técnica de coleta de dados na pesquisa qualitativa: relato de experiência. **CogitareEnferm**, 2009 Jan/Mar; 14(1):183-8.

RÉMOND, R. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROSSI, J.; MENDES JÚNIOR, L. **Guia Politicamente Incorreto do Futebol**. São Paulo: LeYa, 2014.

RÜSEN, J. **Reconstrução do passado**. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. **JörnRüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SOUZA, E. C. Formação de Professores em História: Desafios e perspectivas para a redefinição da relação teoria e prática. **Revista Licencia&acturas**, v. 03, p. 85-92, n. 2015.



A HISTÓRIA DE HOMENS COMUNS: REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS

Juliana Souza Belasqui

(Mestranda do Programa de Pós Graduação em História Social, Bolsista CAPES , Universidade Estadual de Londrina)

Resumo. O presente estudo tem como objetivo apresentar algumas discussões que foram realizadas na disciplina de História e Linguagens do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, em 2017. E relacioná-las a pesquisa de mestrado em andamento intitulada: No interior da cidade: análise de causos circulantes de Londrina (2015-2016). Os causos circulantes foram coletados pelo “Projeto Memória e Patrimônio cultural imaterial: cartografia dos ‘causos’ circulantes em Londrina- PR como estratégia de preservação” entre os anos 2015 e 2016, em uma ação conjunta com o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss (MHL). Ao todo foram coletadas 512 narrativas orais, que posteriormente foram transcritas pelos alunos e atualmente compõem o acervo do MHL. O projeto faz parte do programa “Contação de Histórias do Norte do Paraná”, que tem como objetivo sensibilizar os olhares de alunos da rede básica de ensino e da comunidade para o lugar de vivência cotidiana e para as possibilidades referentes à memória local e ao ensino de história. Constitui a base do programa “Contação”, o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss (MHL), cujo trabalho realizado é feito por meio de pesquisa, documentação e divulgação e visa a ampliação e a inserção de diversos indivíduos no acervo do MHL. O objetivo deste estudo é trazer algumas reflexões que foram discutidas ao longo da disciplina, pensando no objeto da pesquisa que foi coletado pelo programa citado. Ao longo da disciplina foram discutidos vários autores, dos quais os que serão utilizados neste estudo são: Sílvia Lara (1997), Carlo Ginzburg (1991), Edward Palmer Thompson (1998), Sidney Chalhoub (1990). Com os respectivos trabalhos: História Social e História Cultural; O inquisidor como antropólogo; Costumes em comum; Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.

Palavras-chave: Causos circulantes; Reflexões historiográficas; pesquisa.

Introdução

Esta pesquisa propõe reflexões sobre alguns trabalhos que foram discutidos na disciplina de História e Linguagens do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, relacionando-os a pesquisa de mestrado em andamento do mesmo programa. Esta pesquisa analisa causos circulantes que foram coletado em Londrina entre 2015-2016, os causos circulantes designam histórias contadas por indivíduos comuns, configuram-se como uma narrativa oral curta que permeiam temas como por exemplo, as assombrações, visões, histórias de cunho moral, entre outras narrativas que transitam no cotidiano e no lugar desses indivíduos.

Os causos circulantes foram coletados pelo “Projeto Memória e Patrimônio cultural imaterial: cartografia dos ‘causos’ circulantes em Londrina-PR como estratégia de preservação” entre os anos 2015 e 2016. O trabalho realizado pelo projeto, que se iniciou em 2015 e terminou em 2016, realizou o inventário, o registro, o estudo e a socialização das narrativas dos causos circulantes como elemento de identidade e patrimônio imaterial da cidade.

E coletou ao todo 512 narrativas, essas narrativas orais foram coletadas e transcritas por alunos participantes do projeto, dos quais incorporaram ao acervo do MHL, e serão selecionados uma categoria ainda a ser definida para a análise neste projeto de pesquisa.

Resultados

Esta pesquisa insere-se no campo da História Social e também da História Cultural, tendo em vista que ambas preocupam-se em suas abordagens com os indivíduos comuns. De acordo com Silvia H. Lara em História Cultural e História Social (1997), as áreas estão entrelaçadas, pois as práticas e as representações estão presentes em ambas. Para Lara:

Os trabalhos recentes da história social vêm demonstrando que não só “novos” aspectos da experiência humana devem ser levados em conta, mas que eles só podem ser explicados ou interpretados se atentarmos para as complexas relações culturais que os informam [...] A tensão entre práticas e representações atravessa a “nova história social” tanto quanto a “nova história cultural” e constitui-se

num dos eixos centrais do debate a respeito dos limites do conhecimento histórico nestas duas áreas. (LARA, Silvia, H., 1997, p. 29)

Esta perspectiva auxilia a pensar os causos como uma complexa relação cultural e social que nos informam sobre práticas e representações, ainda, de acordo com Lara a associação entre História Cultural e História Social permitem ao historiador fugir de possíveis fragmentações, da despolitização e do diletantismo. (LARA, S. H. 1997)

Outra discussão que possibilita articular com a análise dos causos circulantes, é O inquisidor como antropólogo, de Carlo Ginzburg (1991), este artigo possibilita aos historiadores perceberem qual o método de Ginzburg, discute as implicações das fontes inquisitoriais, que é a sua abordagem, para o trabalho do historiador. E sublinha uma analogia entre o inquisidor e o antropólogo com a relação à utilização de documentos escritos produzidos a partir de relatos orais.

Ele toma essa analogia entre inquisidores e antropólogos, como entre réus e nativos como um experimento. Ao longo do artigo Ginzburg discute algumas implicações deste experimento do ponto de vista do historiador que trabalhou com registros inquisitoriais, interessando-se pela feitiçaria da Baixa Idade Média e início da Idade Moderna.

Para Ginzburg, a descoberta dos registros inquisitoriais como testemunhos históricos é um testemunho tardio, e ainda, há uma relutância dos historiadores em utilizar registros da Inquisição. Essa relutância se dá, segundo o autor, devido a uma falta de identificação religiosa, intelectual e emocional por parte dos historiadores. O testemunho que os processos forneciam eram vistos como superstições camponesas ou curiosidades teleológicas. Ginzburg aponta que essa visão mudou e a feitiçaria deslocou-se da periferia para os temas centrais na história. E essa relevância atribuída à feitiçaria deve ser associada a crescente influência da antropologia sobre a história.

A discussão do artigo de Ginzburg nos aponta reflexões sobre a utilização de documentos escritos produzidos a partir da oralidade. Faz uma analogia entre historiador e antropólogo, nesta analogia, o testemunho ilusório que os inquisidores estavam tentando arrancar dos réus não era diferente

daquilo que os historiadores estão procurando, o que é diferente é os seus meios e os fins. E, ainda, aponta que quando estava lendo os processos inquisitoriais ele frequentemente se sentia como se observasse por sobre os ombros dos juízes, como se estivesse esperando que o réu falasse sobre suas crenças, correndo aí seu próprio risco.

Ginzburg faz um questionamento sobre a utilização de documentos escritos a partir de relatos orais, no caso da pesquisa dele a questão refere-se a crenças da feitiçaria: [...] Têm os historiadores informação suficiente para reconstruir as crenças da feitiçaria na Europa Medieval e no Início da Idade Moderna que permita ir além dos esteriótipos dos juízes? (GINZBURG, 1991, p.13). A questão apontada pelo autor permite pensar na análise dos causos circulantes, nesta perspectiva, algumas perguntas são lançadas na documentação desta pesquisa, ou seja, dos causos. Será que os causos permitem pensar em nas crenças dos depoentes? Os elementos presentes nos causos permitem pensar no lugar e no cotidiano dos depoentes? Os causos circulantes são um patrimônio imaterial? Os causos permitem pensar nessa questão?

O que Ginzburg levanta na sua discussão possibilita pensar na documentação utilizada nesta pesquisa, ou seja, as perguntas que se faz aos causos são possíveis de ser respondidas por meio da análise? A partir da discussão de Ginzburg é possível perceber o método que o mesmo utiliza, dentre as analogias que o autor faz entre o inquisidor e o antropólogo, o autor aponta que suas bases são textuais, no seu caso, os textos são intrinsecamente dialógicos. Reflexão que é utilizada na pesquisa dos causos.

Esta estrutura dialógica, segundo Ginzburg, pode ser explícita ou implícita, sendo explícita, como em série de perguntas e respostas que pontuam tanto um processo inquisitorial quanto uma transcrição de conversas entre um antropólogo e seu informante. E pode ser implícita, como em anotações de pesquisa etnográfica de campo. Nesse sentido, os documentos devem ser lidos como produto de uma inter-relação peculiar, claramente desequilibrada. E ainda, devemos aprender a captar informações, que segundo expressão do autor: estão por baixo da superfície uniforme do texto. E também, devemos aprender a desenredar os fios distintos que formam o tecido factual desse diálogo, ou seja, não há textos neutros. (GINZBURG,

1991, p.15-16)

Ginzburg auxilia nesta pesquisa a pensar o método que ele utiliza, tendo em vista que sua documentação são registros escritos a partir da oralidade, além disso leva a reflexão do documento como um produto de uma inter-relação. Outro autor que auxilia nesta pesquisa dos causos circulantes é o historiador inglês de formação marxista Edward Palmer Thompson em *Costumes em comum* (1998). O livro discute a cultura a partir de costumes referentes à população inglesa do século XVIII, considerando a cultura manifesta pelos trabalhadores. Conforme o autor:

Todos os estudos reunidos neste livro estão ligados, por caminhos diferentes, ao tema do costume, assim como ele se manifestou na cultura dos trabalhadores no século XVIII e parte do XIX. (THOMPSON, 1998, p.13)

O autor, então, trabalha com os costumes do período referido e atribui a eles uma complexidade. Os costumes do século XVIII incorporavam, segundo o autor, muitos sentidos que hoje se atribui à cultura, a partir deles também é possível perceber as afinidades dos costumes com o direito consuetudinário, que era derivado de usos habituais do país. Para Thompson:

Em sua maioria, esses costumes podiam ser descritos como "visíveis": estavam codificados de alguma forma, ou podiam ser justificados com exatidão. [...] No século XVIII, o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado [...] o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. (THOMPSON, 1998, pp.16-17)

Esses costumes podiam ser percebidos de formas diversificadas em práticas exercidas no período, cuja perpetuação é em grande parte percebida por meio da oralidade, ou seja, da transmissão oral. Assim como Ginzburg, Thompson também utiliza uma documentação que possui um braço na oralidade, tendo em vista que o mesmo utiliza registros escritos de versos quebrados de discursos a partir da oralidade. Segundo o autor sobre sua documentação, a tradição oral: transmite com vigor [...] desempenhos ritualísticos ou estilizados, na recreação ou em formas de protesto. (THOMPSON, 1998, p. 18).

O capítulo do livro utilizado nesta pesquisa é o denominado *Rough Music*, em que Thompson faz uma análise cultural a qual levanta novas abordagens e problemáticas a partir de algumas práticas cotidianas, denominadas de *rough music*. Segundo o autor:

O testemunho da *rough music* [...] sugere que nas comunidades mais tradicionais (nem todas rurais) operavam forças muito poderosas de controle social e moral produzidas pela própria sociedade. Essa evidência pode demonstrar que, embora os desvios de conduta fossem toleráveis até certo ponto, além desse limite a comunidade impunha aos transgressores suas expectativas herdadas com respeito ao papel dos cônjuges e à conduta sexual. [...] essa era uma cultura de formas conservadoras, que recorria aos costumes tradicionais e procurava reforçá-los. (THOMPSON, 1998, p. 19)

Esses costumes inserem-se no campo da cultura e revelam relações de conflito e disputas entre as elites e as massas daquele período. O termo *rough music* que é comumente usado na Inglaterra, desde o final do século XVII, denota a zombarias ou hostilidades contra indivíduos que desrespeitam determinadas normas da comunidade. (THOMPSON, 1998, p. 353).

Essas eram práticas mais regionalizadas que consistiam em rituais barulhentos que compreendiam desde brincadeiras com recém-casados à sátiras brutais. A documentação que Thompson lida é em forma de versos quebrados que eram repetidos várias vezes seguidas:

Esses versos ou *nominy* - o exemplo é de Hedon, no East Riding de Yorkshire - permitiam que se acrescentassem improvisações apropriadas à vítima e à ocasião. O nome do infrator podia ser gritado, embora em algumas regiões fosse ocultado para evitar uma ação por difamação, ou ligeiramente disfarçado num jogo de palavras. Quando uma mulher bateu no marido chamado Lamb [cordeiro], um representante desfilou no seu lugar com uma *nominy* semelhante à de Hedon, mas cujo terceiro verso dizia: "Mas é pela velha loba que massacra o pobre cordeiro". Variantes dos versos apresentam uma ampla dispersão geográfica pelo Norte e pelas Midlands. (THOMPSON, 1998, p.357)

O trabalho de Thompson que pensa os costumes a partir da *rough music*, ou seja, pensa os costumes a partir de práticas cotidianas, me permite pensar nos casos também enquanto práticas cotidianas regionalizadas, embora há

registros de variantes formas da rough music, conforme citado acima, em várias regiões, elas revelam sua complexidade e sua diversidade. Isso também ocorre com os causos, que é o caso desta pesquisa. Os causos circulantes ou causos populares são encontrados em diversas regiões do Brasil, no entanto, é possível que cada uma delas revele suas particularidades.

Os causos circulantes analisados nesta pesquisa situam-se no interior da cidade, ou seja, revelam sujeitos e lugares que são invisíveis à narrativa oficial da cidade, que evidencia o pioneiro vencedor, o progresso. Além de falarem de pessoas comuns, os causos também possuem aproximações ao folclore, muitas das narrativas que os causos carregam dizem sobre o folclore. E nesse sentido o folclore constitui-se como um meio de resistência desta cultura popular.

Thompson também faz aproximações entre essas práticas de costume à registros folclóricos, que eram feitos por folcloristas a medida em que eles iam percebendo que essas práticas iam desaparecendo. Os folcloristas viam a necessidade de registrar para não se perder essa cultura popular. Para o autor:

[...] os folcloristas do século XIX, a quem devemos muitas das melhores narrativas desses rituais, estavam interessados, sobretudo, nas próprias formas; e se fossem além, era em geral para especular sobre a origem e relações, classificá-las segundo uma espécie de botânica humana. (THOMPSON, 1998, p. 360)

Para Thompson esses trabalhos não podem ser descartados, mas devemos olhar para eles com cuidado, pois nós como historiadores não podemos dissociar a ideia da fonte à historiografia. Esta reflexão proposta pelo autor auxilia a pensar nos causos com cuidado, contextualizando-os adequadamente para não cair em anacronismos.

Outra reflexão proposta por Thompson que pode ser utilizada nesta pesquisa é pensar nos indivíduos que vivenciam o lugar, no caso de Thompson, a comunidade da aldeia, cidade pequena ou bairro urbano compacto. Pois na lógica do autor não só os indivíduos, mas também as

famílias viam a necessidade de manter uma boa reputação do lugar em que viviam. Neste sentido, a *rough music* funcionava como um instrumento para manter a ordem, ou a boa reputação daqueles lugares. A *rough music* funcionava:

[...] o atributo essencial da rough music parecia ser o de que só funcionava se funciona: isto é, (primeiro) se a vítima é suficientemente "da" comunidade para ser vulnerável à desonra, para sofrer com o tratamento; e (segundo) se a música na verdade expressa o consenso da comunidade - ou pelo menos de grande parte dela [...] (THOMPSON, 1998, p. 368)

O que o autor está propondo é pensar também nesses costumes inseridos em um lugar, pensar assim na complexidade deste lugar, neste sentido é necessário pensar nos causos a partir dos elementos presentes na narrativa, pensar na sua complexidade e pensar na complexidade do lugar em que estão inseridos.

Sidney Chalhoub (1990) em *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, trabalha também com a utilização do método, que segundo o autor, a explicitação do método traz a concepção sobre como construir o objeto de estudo. Chalhoub também explicita que devemos por meio de um esforço minucioso decodificar e contextualizar a nossa documentação.(CHALHOUB, 1990, p. 16)

O autor cita Ginzburg ao se referir ao paradigma conjectural, que refere-se a proposta de criação de um método interpretativo no qual há possibilidades de aparecer detalhes denominados pelo autor de marginais e irrelevantes que configuram-se como formas essenciais de se alcançar determinadas realidades, significados sociais e psicológicos. O trabalho de Chalhoub nos sensibiliza em como utilizar o método na nossa pesquisa. Segundo o autor:

[...] o método utilizado é também uma tomada de posição a respeito do objetivo do esforço de produção do conhecimento. [...] preciso articular uma forma de ler as fontes tendo em vista o objetivo de entender mudanças históricas [...] só analisando diferentes vestígios, e procurando relacioná-los entre si, é que se pode

eventualmente chegar a formar uma imagem una e coerente. (CHALHOUB, 1990, p. 18-26)

Chalhoub em seu trabalho vai nos indicando como trabalhar com a fonte, como utilizar o método e como delinear o objeto de estudo. Para o autor:

Para o historiador, talvez haja aqui uma pista decisiva no processo de definição do seu objeto, seria importante delimitá-lo na confluência de muitas lutas, no "lugar" onde não seria possível determinar com qualquer precisão o que seriam os aspectos econômicos, sociais, políticos ou ideológicos do processo histórico em questão. (CHALHOUB, 1990,p. 28)

O autor nos indica em dado momento do texto que, segundo sua expressão, juntando os cacos ou vestígios chegamos às conclusões:

Enfim, aqui vai tudo o que é preciso saber no momento: juntando todos esses cacos ou vestígios, cheguei à conclusão de que as lutas em torno de diferentes visões ou definições de liberdade, e de cativo, eram uma das formas possíveis de acesso ao processo histórico de extinção da escravidão na Corte. (CHALHOUB, 1990, p. 29)

Considerações finais

Os autores discutidos ao longo da disciplina História e Linguagens oferecem um repertório muito rico para se pensar no método, no objeto e na documentação, os autores citados acima: Silvia Lara, Ginzburg, Thompson, Chalhoub, possuem um repertório que mais se aproxima com a discussão proposta que analisa casos populares.

Os casos circulantes carregam consigo, inúmeras memórias, e essas memórias trazem em seu íntimo elementos dos lugares vivenciados pelos sujeitos, que no caso são os interlocutores desses casos. O conceito Lugar, como dito anteriormente, nesta pesquisa é entendido como um mundo ordenado e com significados, (re)elaborados cotidianamente por meio das experiências individuais e coletivas. Os lugares são carregados de memórias, constitui como uma representação do real ligado aos sentidos que os indivíduos que ali se estabelecem, atribuem a eles. Os autores citados acima nos indicam como trabalhar com o objeto de estudo, pensando também nos conceitos que permeiam a discussão desta pesquisa.

Pretende-se analisar a documentação desta pesquisa que é composta por causos circulantes que é um misto de histórias de assombração, lendas urbanas e histórias que referem-se ao passado da família do interlocutor, e grande parte deles expressam uma mensagem de cunho moral. E posteriormente definir uma categoria de análise, que será trabalhada nesta pesquisa, pensando a partir de Chalhoub, "que o historiador deverá por meio de esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos, pode chegar a descobrir a 'dimensão social do pensamento'". (CHALHOUB, 1990, p. 16).

Referências Bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. **Revista Brasileira de História**. Vol. 21, 1991.

LARA, Silvia. História Social e História Cultural. **Diálogos** (Maringá), n. 1, 1997.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



PÁSCOA CRISTÃ E PÁSCOA JUDAICA: RESSIGNIFICAÇÕES

Nathany Andrea Wagenheimer Belmaia
(UEM)

Resumo Por um lado, há uma sensação de familiaridade com a temática da Páscoa devido à vivência desta tradição durante séculos, no entanto, não existe um grande arsenal de estudos acadêmicos sobre o a celebração mais importante de duas das maiores religiões monoteístas do mundo: cristianismo e judaísmo. Mas, Páscoa judaica e cristã são tão distintas? O que as une e quais as diferenças? O objetivo aqui é analisar justamente essas questões pela aplicação do conceito de ressignificação (de Todd Holden 2001, e da metodologia linguística de F. Saussure) às passagens bíblicas relacionadas à Páscoa. Assim, este trabalho intenta demonstrar que os relatos cristãos e judaicos estão sob um mesmo pano de fundo estrutural na medida em que os principais significantes do *Pessach* são ressignificados pela Páscoa cristã. Por meio dessas análises, conclui-se que as narrativas e significantes que compõe o *Pessach* judaico foram ressignificados pela a Páscoa cristã, que utiliza outros significados aos mesmos significantes para conferir um caráter identitário cristão a uma celebração judaica.

Palavras-chave Páscoa cristã; Páscoa judaica; ressignificação.

Introdução/ justificativa

Pode-se notar a partir dos relatos bíblicos, que as duas celebrações, Páscoa cristã e Páscoa judaica, têm fundamentos, memória e ritos distintos, e, a princípio, aparentemente estariam ligadas apenas pela coincidência de a ressurreição de Cristo ter ocorrido no mesmo dia da comemoração do *Pessach* (a Páscoa judaica, o que, em teoria, já poderia justificar o cristianismo realizar a celebração com uma memória cristã).

Mas ambas as celebrações realmente são tão distintas quanto possam parecer a partir de uma leitura despreziosa das passagens bíblicas em que se baseiam? Por fim, há algum elemento que as relaciona, além da ocorrência da ressurreição de Cristo durante o *Pessach* judaico? A fim de responder essas e outras questões, será empreendido aqui um esforço em evidenciar que, embora tenham significados diversos, ambas as Páscoas são unidas pelos mesmos significantes centrais, que lhes conferem um mesmo fundo estrutural de significantes e significados, dentro do qual tentar-se-á demonstrar que não houve uma supressão radical dos significantes judaicos, mas sim que estes foram ressignificados pelo cristianismo, tornando o *Pessach* a Páscoa cristã.

Mesmo sendo uma celebração tão popular e já comemorada por centenas de anos, raramente foi objeto de atenção histórica. Ademais, há pouca produção sobre o assunto. Assim, esse estudo se justifica devido a falta de materiais acadêmicos disponíveis para tal objeto.

Objetivos

O objetivo desse trabalho é tentar demonstrar a ressignificação da Páscoa judaica pela Páscoa cristã por meio dos mesmos significantes, que lhes conferem um mesmo fundo estrutural de significantes e significado.

O intento, assim, é analisar que não houve uma supressão dos significantes judaicos, mas sim que estes foram ressignificados pelo cristianismo.

Resultados

Entre os séculos I e IV d.C., período em que a Igreja primitiva se desenvolveu, não estavam consolidadas festividades religiosas de identidade³⁵ cristã. Tendo em vista que as tradições da Lei de Moisés eram conhecidas e praticadas pelos primeiros seguidores de Jesus, os primórdios da comemoração da Páscoa pela Igreja ocorreram num misto de permanência e tentativas de afastamento das práticas judaicas.

A querela que dividiu cristãos orientais e ocidentais do século II ao IV seguiu atestada por atas conciliares, cartas e tratados de cômputo pascal que ressaltavam a importância da fixação de uma data única da Páscoa para toda a Igreja, visto que as celebrações não estavam acontecendo simultaneamente devido à adoção de diferentes posicionamentos entre as autoridades (mais detalhes sobre a controvérsia da datação da Páscoa cf. BELMAIA, 2015 e BELMAIA, 2017). O concílio provisional na cidade de Arles, em 314 d.C., decidiu que a Páscoa do “Senhor” deveria ser observada no mesmo dia entre todos os cristãos e que, a cada ano, o bispo de Roma deveria enviar cartas informando a data da Páscoa (cf. Concílio de Arles *apud* MUNIER, 1963, p.9). Além disso, quem detinha o saber de calcular as datas detinha também o poder de determinar quando as celebrações ocorreriam, o que reforçava os centros de autoridade de sólidas competências, de início Alexandria, no Oriente, depois Roma, no Ocidente (BASCHET, *apud* SILVA, 2009, p.13).

O concílio de Niceia, convocado por Constantino em 325 d.C., o primeiro grande concílio da cristandade, intentava obter consenso sobre questões basilares da Igreja. Embora nada conste nos cânones, Eusébio de Cesareia, em *Vita Constantini*, III, XIV, menciona que Niceia estava de acordo sobre o “tempo para a celebração da festa da Páscoa”, mas nenhum detalhe foi registrado. Após vários embates, um cálculo definitivo para determinar a data da Páscoa foi promulgado por Roma no século VI, quando o ecumênico Dionísio Exíguo (470 d.C. – 544 d.C.) reformulou o ciclo de 19 anos alexandrino, instituindo que a Páscoa deveria ser celebrada por toda a Igreja

³⁵ Identidade pode ser relacionada à ideia de alteridade, sendo necessária a existência do “outro” para a definir identificações por comparação e diferença; ou seja, a identidade nasce e se desenvolve na relação com o outro, onde afirma-se um pertencimento de grupo (étnico, religioso etc.) na comparação com outros grupos (cf. WOODWARD, 2000).

no primeiro domingo de lua cheia após o equinócio da primavera no hemisfério norte (MOSSHAMMER, 2008, p.51).

A partir dessa breve discussão, é possível perceber que a criação de uma identidade cristã da Páscoa foi um processo institucionalizado lentamente. Vários ritos foram gradualmente adicionados ao repertório da Igreja, a fim de substituir os ritos e tradições judaicas, como o batismo, que ocupou o lugar da circuncisão, o domingo, que substituiu o sábado judaico como dia de descanso, e a Páscoa, que celebrava a ressurreição de Cristo e não mais a saída dos judeus do Egito (JOSSA, 1997, p. 55-57). Isto é, pode-se argumentar que a estrutura judaica era ressignificada pelo pensamento cristão. O sociólogo Todd Holden, baseado nos trabalhos estruturais de significação de Roland Barthes³⁶, define ressignificação da seguinte forma:

Como o próprio nome indica, ressignificação é um processo semiótico - que envolve a criação de significado a partir de sinais. No entanto, a ressignificação é um tipo particular de semiose: onde novos elementos de signo (significante, significados, signos, significações) são retirados de seus contextos originais e inseridos em outras sequências semióticas, embora nem sempre (na verdade raramente) na posição que ocupavam em sua encarnação anterior. Dois aspectos são mais salientes sobre a ressignificação: primeiro, costuradas em sequência inexorável, tais reciclagens equivalem a um fenômeno de importação sociológica. Mais especialmente, porque, processualmente, a ressignificação reflete e auxilia a mutação cultural. (HOLDEN, 2001, *tradução nossa*)

Assim definido, o núcleo central da ressignificação é a mutação cultural advinda da reordenação dos elementos *significado*, *significante*, *significação* e *signo*. O significado é denominado “representação psíquica da «coisa» [...] o significado da palavra boi não é o animal boi, mas a sua imagem psíquica” (BARTHES, 2007, p.46). Ou seja, significado é a “imagem” que jaz entre a linguística e o mundo “exterior” determinada por um mesmo conhecimento de mundo entre falante e ouvinte. A definição do significante, por sua vez, está atrelada ao significado na medida em que o significante funciona como “mediador” do significado. A junção das letras *b+o+i* como significante do signo *boi* advém da associação do som e da representação, fruto da educação coletiva (BARTHES, 2007, p.50). Já a significação pode ser concebida como um processo que une o significante e o significado, ato cujo produto é o signo

³⁶ Roland Barthes foi sociólogo, crítico literário, semiólogo e filósofo francês. Fez parte da escola estruturalista, influenciado pelo linguista Ferdinand Saussure.

(BARTHES, 2007, p. 53), sendo uma fatia (bifacial) de sonoridade, visualidade etc.

Através dessas noções, pretende-se aqui demonstrar que a Páscoa judaica e a Páscoa cristã estão sob um mesmo plano de fundo estrutural, definido por quatro significantes em comum (cordeiro, sacrifício, pão e libertação) com significados distintos. Os significantes, nesse caso, permitem resgatar os principais elementos do mito judeu e da memória cristã (vide tabela a seguir).

Significante	Significado judaico	Significado cristão
<i>Cordeiro</i>	Ser livre de pecado, “puro”.	Jesus, qualificado como um ser livre de pecado, “puro”, é designado como o cordeiro de Deus.
<i>Sacrifício do cordeiro</i>	“Sangue derramado” do “ser puro”, o cordeiro.	“Sangue derramado” do “ser puro”, Jesus.
<i>Pão</i>	Pão sem fermento, considerado resultado da pressa dos hebreus ao sair do Egito.	“Pão da vida”, “corpo de Cristo” passagem para a vida eterna (após a ressurreição).
<i>Libertação</i>	Libertação do povo hebreu do cativo egípcio	Libertação dos pecados para toda humanidade
<i>Ressurreição</i>	Não se aplica	Comprovação da deidade de Cristo

Tabela 1: Estrutura significante/significado das Páscoas judaica e cristã.

Considerações Finais

De um lado a Páscoa judaica traz o significante *cordeiro*, animal de significado mítico-ritual “puro”, cujo sangue da imolação (*sacrifício* do cordeiro, do animal) é requisitado para demarcar as portas das casas hebreias, a fim de protegê-las do anjo da morte que levaria a vida dos primogênitos. Uma vez sacramentada essa mortandade, o faraó concede a libertação (*libertação* dos hebreus), que, segundo a tradição do mito, ingeriram pães feitos sem fermento

devido à pressa da saída do Egito (significante *pão*). Esse evento funda a comemoração da Páscoa, instituída como estatuto perpétuo no livro do Êxodo.

De outro lado a Páscoa cristã apresenta quatro significantes iguais aos da judaica, com significados diferentes (que culmina posteriormente na formação de signos distintos). O *cordeiro* não é incarnado por um animal, mas pelo próprio Cristo (homem), anunciado por João 1:36: “E, vendo passar a Jesus, disse: Eis aqui o Cordeiro de Deus”. O significante *sacrifício* tem como significado o “sacrifício de Jesus”, do homem, aquele que se transfigura no “cordeiro” de Deus, que, segundo a memória cristã, enviou seu próprio filho à terra para a libertação da humanidade. A diferença entre os elementos fundamentais na tabela é o aparecimento do significante *Ressurreição* na Páscoa cristã, referência que fundamenta a condição divina de Jesus e dá legitimidade para a redenção dos pecados do mundo. Além do mais, ainda dialoga com a Bíblia hebraica na medida em que Jesus é posto como aquele que selou a nova aliança profetizada pelo livro de Jeremias. Desse modo a ressignificação do mito da Páscoa implicaria, inclusive, na modificação do rito do *Pessach* na celebração cristã. Afinal, se todos os pecados dos homens já haviam sido redimidos pelo sangue do sacrifício do filho de Deus, todo e qualquer sacrifício era dispensado, inclusive o *cordeiro* da Páscoa, ainda que este sacrifício ocorresse em função da memória mítica.

O significante *pão*, por sua vez, já não era mais o “pão da aflição” do êxodo do Egito, mas, simbolicamente, tornou-se o corpo de Jesus, sua “carne” sacrificada, significando ritualmente, a passagem para a vida eterna por aqueles que comungassem desse *pão* (possível apenas após a ressurreição, sendo que *pão* ocuparia, portanto, o último lugar em uma tabela apenas de significantes cristãos). Tal como proposto por Holden (2001) o rearranjo dos elementos de signo, significantes e significados é parte integrante do processo de ressignificação e mudança de paradigma.

Assim, através dos conceitos de morte (sacrifício), redenção dos pecados (libertação), atribuiu-se nova dimensão à Páscoa, na qual o significante *ressurreição*, elemento novo que o cristianismo introduziu à Páscoa, vinculado a outros, constituem-se “novos” dados, que não rompem com a estrutura anterior, mas sim a ressignificam.

A partir disso pode-se depreender que, ao longo dos séculos, os principais significantes do *Pessach* foram incorporados e ressignificados, o que permitiu a criação de uma identidade cristã da celebração, baseada na estrutura judaica já existente anteriormente. Essa transformação é de fundamental importância na medida em que contribuiu com a constituição teológica da religião (que se formou em torno da figura do Jesus ressuscitado do Novo Testamento), forneceu base para ritos (como o mistério da “transubstanciação” eucarística, em que o vinho e o pão convertem-se no corpo e sangue de Cristo, diante dos relatos da Última Ceia) e a organização do calendário litúrgico da Igreja, feito posteriormente segundo os eventos que precedem e sucedem a comemoração (como a Quaresma e Pentecostes).

Devido às ocorrências dos mesmos significantes (com significados diversos), que permitem resgatar passagens referentes ao mito da saída do Egito na Bíblia hebraica, e à memória da Paixão de Cristo no Novo Testamento, conclui-se que o mito do *Pessach* é ressignificado pela memória da Páscoa cristã já que guarda os mesmos elementos de significantes sob um plano de fundo estrutural. Além da transformação da liturgia ou do significado de uma celebração, essa ressignificação contribuiu também para a construção teológica da Igreja, fundamentada em Jesus, na ressurreição e na redenção dos pecados.

Fontes

BÍBLIA, Português. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 1985.

CESAREIA, EUSEBIO. *Vita Constantini*. (Org. Philip Schaff), versão inglesa em domínio público. Disponível em: <<http://www.ccel.org/ccel/schaff/npnf201.txt>>. Acesso em: julho 2015.

MUNIER, C. *Concilia Galliae a.314-a.506*. Turnhout: Brepols, 1963.

Bibliografia

BELMAIA, N. A. W. A datação da Páscoa: uma controvérsia na longa duração. **Anais** do I Seminário Paranaense de Pós-graduandos em História. Curitiba: Editora UFPR, 2015. v. 1. p. 1-365.

BELMAIA, N. A. W. Do Pessach à Pascha: ressignificação dos significantes da Páscoa judaica pela Páscoa cristã. Universidade Estadual de Londrina. **Revista Antíteses**, v. 10, n. 19, p. 543-564. jan.2017. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/27412>>. Acesso em: maio 2017.

HOLDEN, Todd. **Resignification and Cultural Re/Production in Japanese Television Commercials. Mc Journal**. V4. Issue 2. Abril 2001. Disponível em: <<http://journal.media-culture.org.au/0104/japtele.php>>. Acesso em: agosto 2014.

JOSSA, Giorgio. **Il cristianesimo antico. Dalle origini al Concilio di Nicea**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1997.

MOSSHAMMER, Alder. *The Easter Computus and the Origins of the Christian Era*. NY: Oxford University Press, 2008.

SILVA, Paulo Duarte. **Ciclo Pascal e normatização litúrgica no século VI: análise comparativa dos casos de Arles e Braga**. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

WOODWARD, Kethryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.



**OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO NO CAMPO
E PARA O CAMPONÊS: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO
IZAIAS RAFAEL DA SILVA**

Camilla Samira de Simoni Bolonhezi
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Resumo. Este trabalho é fruto de uma dissertação de mestrado na qual analisamos a educação do campo como uma política pública educacional que teve como objetivo central compreender o processo histórico no qual a luta pelo direito e acesso à educação no e para o campo ocorreram. O presente artigo tem como foco abordar a história da luta dos movimentos sociais organizados por uma política pública voltada para as populações camponesas. Nessa perspectiva abordaremos brevemente a história de um Colégio Estadual do Campo, no estado do Paraná. Visando compreender a influência e atuação dos movimentos sociais na construção e manutenção de tais política a investigação centrou-se em compreender o tema a partir de uma análise dos documentos elaborados pela articulação paranaense e pesquisa de campo realizada na escola libertação camponesa e no Colégio Estadual do Campo Izaias Rafael da Silva, localizado no assentamento Libertação Camponesa, município de Ortigueira, na região dos campos gerais paranaense. Para dar sustentação ao nosso trabalho, recorreremos aos conceitos e categorias de análise, tais como luta, cultura e resistência, pautando-nos nas concepções da história vista de baixo, nos estudos de Gramsci, Thompson e Marx, bem como na compreensão dos movimentos articulados na conquista e efetivação de direitos garantidos pela lei. Assim sendo, à luz deste arcabouço teórico, dos documentos pesquisados e das entrevistas realizadas foi possível vislumbrar experiências e vivências sociais, bem como perceber o papel fundamental dos movimentos sociais articulados na criação e manutenção de políticas públicas educacionais.

Palavras-chave: Educação do Campo; Políticas Públicas; Movimentos Sociais.

Introdução

Levando em consideração a interdisciplinaridade contida na abordagem e estruturação da temática em pauta, que é a Educação do Campo, este estudo buscou realizar uma análise do processo de conquista e desenvolvimento da Educação do Campo como uma política educacional a partir de um estudo de caso realizado no Colégio Estadual do Campo Izaias Rafael da Silva, localizado no município de Ortigueira, nos Campos Gerais paranaenses. O foco será uma abordagem histórica do processo, na medida em que objetivou-se compreender a história de conquista dessa política a partir das vivências, reivindicações e articulação dos movimentos sociais organizados por uma educação no e para o campo.

Para compreendermos esse processo de exclusão das populações camponesas nas políticas educacionais, faz-se necessário compreender o processo de modernização da agricultura.

Segundo Piori (2012, p.115) o interesse pela industrialização e o anseio de aumentar a produção nacional resultaram na modernização da agricultura brasileira nos anos de 1960, culminando com a manutenção dos problemas no campo. O contexto era de crise cafeeira, essa, em função do excesso da oferta e da concorrência com a África e Colômbia. Além de uma queda na produção intensificadas por pragas, alterações climáticas e geadas. Sendo assim, a modernização da produção ocorreu de modo a intensificar o processo de êxodo rural iniciado com a crise.

Dentre os fatores que explicam o êxodo rural, Piori (2012, p.115) nos afirma que a modernização agrícola não foi o único fator que determinou esse processo. Houve também uma significativa diminuição da utilização da mão de obra no campo por conta da substituição do café por plantações que estavam inclusas no sistema de rotação de culturas e também pelo elevado nível de mecanização do campo.

Em se tratando das políticas educacionais voltadas para a população camponesa essa realidade torna-se ainda mais complexa. Tais transformações levaram à construção de uma realidade social, que trouxe muitos problemas.

Entre eles a necessidade de se repensar a questão do campo e da educação para o campo.

Justificativa

A problemática abordada neste estudo nos remete a um processo de luta por uma educação de qualidade para e no campo. Levando em consideração a multiplicidade de sujeitos envolvidos no projeto, foi necessário lançar um olhar para a conquista dessa política por meio de uma abordagem interdisciplinar uma vez que a maioria dos estudos acerca da temática encontram-se entre profissionais da área de educação e ciências sociais.

De acordo com Cecílio (2013) é a partir da LDB 9.394/96 que as discussões políticas específicas para as populações do campo, e a educação do Campo em si, ganham espaço e entram em pauta.

Nesse contexto pós redemocratização, os movimentos sociais passam a movimentar-se em prol da luta por uma educação voltada para a formação do homem do campo a partir de suas especificidades e características.

A escola pública da Educação do Campo pode se constituir como um espaço de luta contra a hegemonia política, cultural e econômica dos grupos sociais dominantes ao mesmo tempo em que possibilita a livre expressão cultural e a união dos camponeses. A escola do campo pode ser um local de formação de uma unidade entre os camponeses contra as pressões desagregadoras do latifúndio e do agronegócio que se expandem de forma avassaladora no processo em curso de globalização da economia mundial. (PRAXEDES, 2015, p.97).

Como afirma Arroyo (2012), para que esta educação se estabeleça faz-se necessário compreender que o campo não é mais o lugar do tradicionalismo da inércia, e sim um território com dinâmicas próprias, um espaço de produção de vida, trabalho, cultura, saberes e valores.

O campo é um espaço de elaboração de saberes, um espaço onde valores são estabelecidos na contramão das propostas desestruturantes de um

sistema econômico e político que buscam atrelar o desenvolvimento ao espaço urbano e o atraso ao rural.

A luta por uma educação do campo corresponde a uma forma de resistência a pressão desagregadora do sistema de capital, uma vez que o agronegócio corresponde uma forma dominante de preservação de interesses das elites agrárias do país. Essa educação corresponde por um lado, a luta pela cidadania, e por outro, a luta pela autonomia camponesa frente o sistema.

Objetivos

A história, a conquista e o desenvolvimento da Educação do Campo como uma política foi o principal objeto de análise da presente pesquisa, na medida que buscamos construir o processo histórico no qual a luta pelo direito ao acesso à educação no e para o campo ocorreram.

No que se refere aos procedimentos metodológicos utilizados para o encaminhamento da pesquisa recorreremos a pesquisa e análise bibliográfica acerca do tema, documentos escritos e coleta de entrevistas.

Peter Burke (1992), em sua obra denominada *A escrita da história: novas perspectivas*, aborda a concepção da Nova História. Essa Nova história, que teve como território de surgimento de seus primeiros escritos, a França. Nesse país, o lançamento da revista intitulada “*Annales: économies, sociétés, civilisations*”, propõe uma nova visão historiográfica na qual a história não é mais caracterizada por uma perspectiva e visão “totalizante” e “globalizada”.

Essa visão “totalizante e Globalizada” é a história que comumente conhecemos como história tradicional do século XIX. Essa história é pautada em uma percepção de ser vista de cima, da ótica daqueles cujo poder e acesso aos meios de produção de conhecimento e relatos buscaram incessantemente fundamentar e narrar os “grandes acontecimentos” que formavam a história da humanidade, sempre a partir da ação de “grandes homens”.

A Nova história, busca superar essa visão lançando os alicerces para o surgimento de uma nova perspectiva histórica que considera a subjetividade, a compreensão de que sujeitos históricos são silenciados a partir de uma escrita

generalizante e dotada de visões parciais de quem detêm o monopólio dos instrumentos construtores de conhecimento.

Essa pesquisa, quando busca dar voz aos sujeitos desapropriados de seu modo de vida, de sustento, de sua cultura e valores, visa compreender o rastro no qual essa história foi construída. Uma história de luta e resistência e defesa de seus direitos.

O termo aqui utilizado, rastro, tem como foco a concepção de Paul Ricoeur, sendo ele, “o rastro é, assim, um dos instrumentos mais enigmáticos pelos quais a narrativa histórica “refigura” o tempo. Ela o refigura construindo a junção que efetua o recobrimento do existencial e do empírico na significância do rastro”. (RICOEUR, 1997, p.209).

Buscaremos reestabelecer e reconstruir a visão de uma política (Educação do Campo), como uma consequência da luta e resistência dessas populações rurais, ou oriundas do universo do campo.

Resultados

O Movimento dos trabalhadores sem terra é considerado um dos mais expressivos no Brasil. O mesmo consiste em um ator político importante nos debates acerca dos trabalhadores rurais e seus direitos como um todo.

Sobre ele Gohn (2013, p. 144) afirma:

O MST se destaca no território nacional como no plano internacional via um eficiente trabalho de mídia e marketing político de suas demandas pela Reforma Agrária, bandeiras e místicas. Destaca-se também por incluir a educação na sua agenda de trabalho e ter um modelo de educação próprio, para ser desenvolvido nas escolas em seus assentamentos e nas escolas de formação de suas lideranças.

O assentamento estudado e analisado no presente trabalho tem como nome Libertação Camponesa. Ele se situa no município de Ortigueira, na região denominada Campos Gerais nos Estado do Paraná.

A história desse território tem início na década de 1990, especificamente no ano de 1996, quando as terras que hoje pertencem às famílias assentadas pertenciam a fazenda RR – Ricardo e Simões,

Transparaná e Santa Paula. Segundo a estudante de pedagogia Nélia Regina Dutra as terras que hoje compreende o assentamento foram ocupadas por integrantes dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no ano de 1996.

Inicialmente reuniram-se cerca de 400 famílias, vindas de diversas regiões do Paraná. Segundo os moradores entrevistados, o assentamento é fruto de reforma agrária, congregando, atualmente, em torno de 748 famílias.

Como todo processo que envolve a Reforma Agrária, a história do Libertação Camponesa é uma história marcada por um conflituoso processo de negociação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o governo federal e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, órgão responsável pela política agrária e fundiária rural no país.

Questionados sobre o nome do assentamento, vários moradores, funcionários e ex alunos das escolas situadas no mesmo nos explicaram que foi uma homenagem aos trabalhadores sem-terra. Segundo o entrevistado ¹³⁷ os membros do movimento que estavam reunidos no momento da ocupação da fazenda, afirmavam “sentir-se oprimidos e à margem do desenvolvimento urbano e social em vigência no país”. A luta empenhada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se mostrou uma oportunidade de liberdade dos trabalhadores. Uma liberdade da opressão, segundo os entrevistados, que os mesmos sentiam por estar à margem do desenvolvimento urbano e capitalista vigente. Então, em uma das reuniões das lideranças escolheram esse nome: Libertação Camponesa. Essa compreensão faz-se notável, na medida que os discursos dos moradores da fazenda possuem uma forte influência do projeto articulado e desenvolvido pelo MST.

Atualmente, segundo os assentados, a produção de vida e trabalho no espaço do assentamento se dá por meio da produção agrícola em pequena escala, com arrendamentos de terra e criação de pequenos rebanhos, assim como o cultivo de estufas de tomate, realizadas por meio de projetos que envolvem a comunidade assentada e empresas privadas.

Segundo Alves (2000) a ocupação original do Assentamento aconteceu por meio de três fazendas denominadas Renato e Ricardo Simões,

³⁷ Para preservar a identidade e integridade de nossos entrevistados optamos por utilizar números para identificá-los.

Transparaná e Santa Paula. Essas fazendas foram conquistadas por meio de conflitos entre posseiros e safristas que praticavam a agricultura de subsistência e grileiros que buscavam a aquisição dessas áreas mediante a expulsão dos agricultores que viviam na região.

Quando buscamos informações sobre o início da ocupação das fazendas podemos perceber que as mesmas são escassas e são, em sua maioria, contadas por moradores do assentamento que ressaltam que na fase inicial da formação do assentamento não houve resistência ao movimento (MST), pois o fazendeiro já estava, segundo os moradores, “perdendo as terras” e houve uma negociação com o INCRA e o MST, fazendo com que a posse da terra ocorresse de forma relativamente pacífica em comparação a outros locais.

Para analisarmos a Escola Municipal do Campo Libertação Camponesa e o Colégio Estadual do Campo Izaias Rafael da Silva precisamos compreender que ambos, a escola e o colégio, foram reflexos de uma intensa luta de toda a comunidade pertencente ao Assentamento Libertação Camponesa.

A conquista das escolas e o reconhecimento das autoridades públicas foram resultado de um longo processo de luta e negociação da comunidade com as autoridades vigentes. Sobre essa modalidade de ensino, Praxedes (2015, p.11) afirma:

Esta nova modalidade educativa, em vias de consolidar-se efetivamente enquanto ampla realidade educacional brasileira, forjou-se na luta pela conquista e/ou permanência na terra encabeçada por organismos e movimentos ligados aos povos do campo, sejam eles de matiz religioso, acadêmico, social ou sindical, entre outros.

Como a implantação das escolas no assentamento aconteceram de forma gradativa, iniciando com o ensino básico e culminando com o ensino médio.

Em um primeiro momento, as salas de aula eram multisseriadas (ou seja, vários alunos em fases diferentes estudavam em um mesmo espaço físico e com apenas um professor regendo conteúdos diferentes), os professores eram voluntários e não havia apoio das autoridades.

Posteriormente, líderes do setor de educação do movimento entraram em contato com as autoridades municipais e reivindicaram uma ajuda de custo aos professores que estavam se dispondo a ensinar no assentamento.

Os entrevistados relatam que havia uma Escola em Briolândia (distrito de Ortigueira), hoje denominada Escola Estadual Dr Teotônio Vilella, na qual funcionava o Ensino Fundamental e no qual os alunos do assentamento estavam matriculados, porém, frequentavam as aulas com os voluntários do assentamento, o que criava uma situação injusta com os professores atuantes no campo.

A partir dessa negociação, os líderes da comunidade, conseguem uma ajuda de custo com o prefeito, em 1998. Segundo eles, esse valor era de aproximadamente duzentos reais por mês. Como as condições dos professores e das salas de aula continuavam precárias, eles não desistiram de lutar por uma escola dentro do assentamento. Mas essa conquista da escola não aconteceu de forma natural. Os entrevistados afirmam que houve resistência por parte da Escola localizada na Briolândia, pois, abrindo uma escola no assentamento a mesma perderia um grande número de alunos o que implicaria em menos recursos para a mesma e consequentes perdas para a instituição.

Dessa forma, a solução encontrada foi que a Escola do assentamento se estruturasse de forma gradativa, começando com uma turma de alfabetização, depois o primeiro ano, segundo, até chegarem a quarta série. O entrevistado 1³⁸ relata que aos poucos a escola localizada no distrito em Briolândia foi cedendo as séries até que chegasse à quarta série e que as crianças pudessem completar o ensino básico dentro do assentamento. O ensino Fundamental II e Médio eram realizados no Colégio em Briolândia.

Segundo a entrevistada 2 o trajeto para Briolândia era muito desgastante para os alunos o que fazia com que muitos desistissem de concluir os anos finais do Ensino Fundamental e Médio.

Segundo o Diário Oficial do Estado do Paraná, em uma quinta-feira, 20 de março de 2003, foi publicado a resolução nº 297/03 na qual o diretor geral da secretaria de estado de educação, no uso de suas atribuições, resolveu a criar e autorizar o funcionamento da Escola Estadual Izaias Rafael da Silva

³⁸ Para preservar a identidade e integridade de nossos entrevistados optamos por utilizar números para identificá-los.

ofertando o Ensino Fundamental II (5ª a 8ª série). A autorização foi concedida pelo prazo de um ano com implantação simultânea a partir do início do ano letivo de 2003.

O nome do Colégio foi escolhido através de uma discussão entre as lideranças do assentamento. Segundo a Ata de nº 04, lavrada por Misael Schauss, em uma reunião extraordinária realizada por lideranças do Assentamento na Sede da Fazenda RR, aos nove dias do mês de fevereiro de 2003, houve uma votação para a escolha do nome da escola. As opções eram Izaias Rafael da Silva, João Batista de Oliveira e Uzielton Zubem. Assim, o mais votado foi Izaias.

Para compreendermos um pouco da história e do funcionamento do Colégio entrevistamos funcionários. O entrevistado 3³⁹ leciona há 19 anos. Graduado e com especialização em educação do campo e educação especial. Possui carga horária de 40h/a semanais.

Ele nos conta que chegou ao assentamento antes da construção do prédio atual do Colégio, e atuou no antigo “barracão” onde funcionava a Escola.

Na época que cheguei só havia o ensino fundamental, até a oitava série. Depois veio a reforma do ensino. Viemos pra cá, de série passou pro ano, o ensino fundamental e o ensino médio veio aqui para assentamento(...) O acompanhamento do assentamento eu faço desde que ele começou. Então, fiz os levantamentos para instalar o ensino fundamental dois, que são os anos finais do ensino fundamental, eu estava junto fazendo levantamento, pra levar os alunos daqui pra Briolândia na época. Pois, eles estudavam lá (...)⁴⁰.

Em meados de 1997 para 1998 participou do levantamento realizado para saber o número de alunos que haviam dentro do assentamento para cursarem a quinta série, que hoje equivale ao 6º ano do Ensino Fundamental II. A partir de uma análise, as séries posteriores foram implantadas gradativamente. Em 2009, quando chegou no assentamento, o prédio novo do Colégio estava em construção, porém as obras estavam paradas. O mesmo

³⁹ Para preservar a identidade e integridade de nossos entrevistados optamos por utilizar números para identificá-los.

⁴⁰ Entrevista concedida à Camilla Bolonhezi no dia 15 de julho de 2016.

afirmou que a obra estava estagnada pois “a firma que tinha feito havia aberto concordata e parou”.

Podemos afirmar que a luta da comunidade foi fundamental para a conquista da estrutura física do Colégio. Todos os entrevistados são unânimes ao afirmarem que não houve influência de políticos e nem autoridades públicas que atuassem em favor dos assentados na luta pela Escola.

Segundo todos os entrevistados, foram realizadas várias manifestações e ocupações para que as reivindicações dos moradores fossem ouvidas. Em 2004 a comunidade compreendeu, a partir de discussões realizadas, que a Escola necessitava tornar-se uma Escola do Campo, como o termo sugere, na sua totalidade.

Dessa forma, encaminharam suas reivindicações ao NRE mais próximo, porém, como não havia uma resposta efetiva, em uma das visitas do Núcleo Regional de Ensino ao Assentamento, os camponeses paralisaram as estradas perto da escola e receberam o chefe do Núcleo com intensas manifestações,

Logo, os relatos apontam que todas as conquistas obtidas dentro do assentamento vieram da mesma forma, por meio de organizações comunitárias.

Após as reivindicações e manifestações contínuas em prol da construção do prédio para o Colégio, houve a liberação da construção, que aconteceu durante os últimos meses do governo Requião e especificamente foi assinado pelo então governador Orlando Pessuti no ano de 2010.

A inauguração do prédio novo aconteceu em 2012.

Considerações Finais

Os Movimentos Sociais são agentes transformadores e possuem um papel de fundamental importância na redemocratização do Brasil, bem como na manutenção do estado de direito.

Nesse contexto, a historiografia tem papel fundamental ao tentar elaborar e construir análises sobre o processo político, econômico e social ao qual estamos inseridos. Tendo em vista a escassez de estudos na área de

história que envolva a temática Educação do Campo, encontrei uma justificativa evidente para a estruturação e elaboração de minha pesquisa, na medida em que vislumbrei a possibilidade de contribuir de maneira evidente para o resgate da postura do historiador na análise dos movimentos sociais articulados em prol da luta por uma educação de qualidade no e para o campo.

Nosso objeto de análise, a educação do campo, a história e estruturação dessa política pública educacional foi compreendida a partir de um levantamento bibliográfico sobre a questão, análise dos documentos elaborados pela articulação paranaense no estado do Paraná, e, para fundamentarmos nossa pesquisa, buscamos especificamente estruturar um trabalho de campo, e pesquisa realizada na escola libertação camponesa e no Colégio Estadual do Campo Izaias Rafael da Silva.

Ao longo da pesquisa concluiu-se que a comunidade esteve unida, desde o início da ocupação da fazenda, estruturação e legalização da mesma, construção da escola e posto de saúde. Foram anos de luta, resistência e cobranças das autoridades para conferir a obtenção das melhorias de fato.

Conclui-se, a partir dos relatos e observações realizadas no período do trabalho de campo, que as estradas do assentamento, o posto de saúde, a escola, e todas as políticas públicas voltadas ao suprimento das necessidades da comunidade, foram conquistadas através de luta. Essa luta aconteceu de várias formas, entre elas a ocupação da prefeitura, ocupação de setores da SEED, paralisação de estradas, entre outros. Não houve iniciativa dos governantes, sempre houve a necessidade dos mesmos serem pressionados.

Dessa forma, a hipótese central desse trabalho é a de que a educação do campo é uma conquista dos movimentos sociais articulados, das classes trabalhadoras e sua manutenção e efetivação enquanto uma política pública de estado ainda vai demandar muitas lutas e esforços articulados.

Bibliografia

ALVES, Pérola Cristina Farias. Problemas e desafios da comunidade cozinheiro do assentamento libertação camponesa em Ortiqueira no Paraná. Londrina, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia) – Universidade Estadual de Londrina.

ARROYO, Miguel Gonzales. Políticas de formação de educadores (as) do campo. Cad. Cedes, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago, 2007.

BASSANEZI, Carla; BACELLAR Carlos. (Orgs.). Fontes Históricas: Fontes documentais. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

CECÍLIO, Maria Aparecida; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação, campo e cidade: território do saber. Maringá, PR: Massoni, 2006.

DUTRA, Nebia Regini. Escola do campo e comunidade: características da participação comunitária na escola municipal do campo libertação camponesa. Maringá, 2016. Trabalho de conclusão de curso (Monografia). Curso de Pedagogia Turma Especial para Educadores do Campo. Universidade Estadual de Maringá.

FALCON, Francisco. "História e Poder". In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.61-89.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GUHUR, Dominique Michéle Perieto. Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular. Maringá, 2010. 267 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2010.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. CEDES [online], v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>. Acesso em: 15 jun. 2016.

INCRA. Assentamentos. Disponível em: www.incra.gov.br/assentamentos. Acesso em: 24 mar. 2016.

MARTINS, Jose Sousa. Reforma Agrária: O impossível dialoga sobre a História possível. São Paulo: USP: FFLHC, 2000.

PRIORI, Ângelo. O Protesto do Trabalho: História das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954 – 1964. Maringá: EDUEM, 1996.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. São Paulo: Papirus, 1997. t.3.

ROSSATO, Geovanio; PRAXEDES, Walter. Fundamentos da educação do campo: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia. São Paulo: Loyola, 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOUZA, Ângelo Ricardo de; GOUVEIA, Andréia Barbosa; TAVARES, Taís Moura (Orgs.). Políticas educacionais: conceitos e debates. 3. ed. Curitiba: Appris, 2016.

THOMPSON, Edward P. A Formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



LUGARES DE MEMÓRIA: ENTRE O PIONEIRO E OS DESAPARECIDOS DA DITADURA, MONUMENTOS E ESCOLAS (1964-2012)

Guilherme Alves Bomba
(Unespar – Campus Apucarana)

Resumo. Em 31 de março de 1964, os militares tomaram o poder para afastar o “fantasma comunista” e ao se falar da ditadura, imagina-se a nação como um todo, porém, se estudado o país em suas regionalidades ou mesmo localidades, ver-se-á por outro ângulo, que há especificidades marcantes, e que a soma de todas elas compõem a história do Brasil. Nesse sentido, a contribuição nesse trabalho, vem com a interpretação das fontes locais sobre a história e memória dos apucaraneses sobre esse período. Tomando os relatos de memorialistas da região, os documentos do DOI-CODI e SNI, além dos trabalhos de historiadores como HELLER (1988) e Brunelo (2009), buscamos recompor as memórias dos homens e mulheres que foram torturados em Apucarana entre os anos de 1971 e 1980, ressignificando o período através de suas experiências. Tendo ainda em vista essa análise, propomos a descrição e comparação de dois monumentos erigidos sobre a memória do município, o primeiro ligado a imagem dos pioneiros, sendo chamado “Quarteirão das personalidades”, instalado junto a uma praça do cemitério municipal, onde os primeiros profissionais de algumas áreas são destacados, priorizando aqueles que atingiram sucesso financeiro. O segundo monumento, dedicado aos jovens que deram suas vidas durante nos embates contra a ditadura, sendo executados pela Operação Bandeirantes em São Paulo. Três e Brianezi, que lutaram ao lado de Marighela, foram homenageados em uma escultura denominada “Pessoas imprescindíveis”. Compreendemos com esse trabalho, que as disputas ideológicas são constantes, e essas se dão nos diversos campos sociais, físicos e ideológicos.

Palavras-chave: Ditadura; memórias; tortura; monumentos; identidade.

INTRODUÇÃO

Ao se falar da ditadura, imagina-se a nação como um todo, porém, se estudado o país em suas regionalidades ou mesmo localidades, ver-se-á por outro ângulo, que há especificidades marcantes, e que a soma de todas elas compõem a história do Brasil. Nesse sentido, a contribuição nesse trabalho, vem com a interpretação das fontes locais sobre a história e memória dos apucaranaenses sobre esse período. Para tanto, além dos autores já em cena chamamos a contribuição de Norbert Elias⁴¹, por meio de seus conceitos⁴² básicos, os quais, contribuirão para que possamos fundamentar melhor a ideia da formação identitárias em questão. Este autor desenvolve uma discussão em torno dos indivíduos inseridos em sociedade. Sociedade esta que muitas vezes se torna tão aglutinante que deixa escapar as especificidades das lutas regionais e locais⁴³ em seus discursos.

Para abordarmos a ditadura e o poder dos militares em Apucarana no norte do Paraná, faz-se relevante mencionar os caminhos que levaram a essas duas décadas de estado de exceção⁴⁴. A crise no governo de João Belchior Marques Goulart, mas conhecido como João Goulart ou Jango, foi o estopim de um conflito que se desenvolvia desde a época de Getúlio Vargas.

De acordo com Milton Ivan Heller (1988) a ameaça comunista já rondava os ânimos dos políticos brasileiros desde a década de 1930, quando se usava esta ameaça como ferramenta de controle social. O poder dos militares concentrava-se na possibilidade de coordenar, determinar e conduzir o comportamento de toda uma sociedade. Seu poder se garante em sua legitimidade. Mas como seria possível pensar em legitimidade em um estado

⁴¹ “Para onde quer que nos voltemos, deparamos com as mesmas antinomias: temos uma certa ideia tradicional do que somos como indivíduos. E temos uma noção mais ou menos distinta do que queremos dizer ao pronunciar o termo “sociedade”. Mas essas duas ideias – a consciência que temos de nós como sociedade, de um lado, e como indivíduos, de outro – nunca chegam a coalescer inteiramente” (ELIAS, 1994, p.67)

⁴² Os conceitos aqui explorados referem-se a ideia de sociedade e indivíduo, uma vez que labutaremos sobre o “eu” e o “nós”, nessa constante construção, estabelecendo ideias como costumes e moral, apesar de não ser estes nossos pontos centrais de pesquisa.

⁴³ Utilizamos do conceito regional e local a fim de definir a abrangência das manifestações e atuações, no sentido geográfico, uma vez que não há interesses em qualificá-los ou ordená-los em grau de importância.

⁴⁴ O estado de exceção (ou de emergência, de sítio) é pensado como um dispositivo legal capaz de suprimir alguns procedimentos democráticos em vista de uma ameaça externa à soberania estatal. AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Homo sacer II, 1. São Paulo: Boitempo, 2004.

de exceção? No caso dos militares brasileiros isso se deu através de algumas ações que pretendiam simular uma democracia que permeava os discursos.

Atos institucionais, constituição, partidos de oposição permitidos, intensa propaganda e desfiles estão entre as ações propostas que compunham a imagem dos militares no poder, que endurecendo buscavam parecer cada vez mais próximos dos oprimidos. O golpe militar, defendeu a ideia de estar livrando o país desse compromisso do presidente com as reformas de base que afetariam a todos.

A falácia da democracia que era divulgada pelos meios de comunicação de massa e nos discursos das autoridades, assim como a citada acima pelo general-presidente Figueiredo, era desmascarada pelos atos de violência contra os opositores ao regime militar em todo o país. As prisões dos contraventores eram constantes, ainda em concomitância com a obra *Brasil Nunca Mais* (1985) e HELLER (1988), algumas eram rápidas e outras até hoje não solucionadas, com prisioneiros desaparecidos e muitos dados como mortos, sem o acesso aos corpos. A repressão desmascarava essa falácia de pseudodemocracia que se tentava demonstrar. A democracia substancial apregoada pelos militares não se revelava em suas práticas, e isso foi vivenciado nas cidades, grandes e pequenas, mas a legitimidade buscada por aqueles, fez com que a classe média ainda sentisse nos seus líderes a força libertadora e revolucionária. Por isso, não é incomum encontrar discursos apologéticos ao regime militar e sua confiabilidade, endossada pela pretensa ausência de crimes, corrupção e crises econômicas, o que sabemos estar sobrepujada por um de ostensivo trabalho de propagandas e campanhas ufanistas durante o período militar.

No que se refere ao município de Apucarana, a prática da ação militar pode ser “recuperada”, no decorrer desta pesquisa, pelo trabalho com história oral, por meio da qual visamos tratar os discursos que foram construídos nessa localidade e que ainda hoje reverberam.

Entre os entrevistados, o senhor Eloir Milano, funcionário público municipal durante toda o período ditatorial foi um desses. Ao ser questionado sobre o papel dos militares no município – uma vez que a criação do 30º Batalhão Motorizado em 1971, alicerçado na 4ª Infantaria do Exército de Ponta

Grossa, havia sido deslocada para Apucarana em 1965 – relata: “*era muito bom, não se via nem bandido nas ruas, o exército era pacato*”.⁴⁵

Tal depoimento aponta a percepção do morador local a respeito da ação do exército sobre a forma como este agia no município e em que medida havia a resistência contra a ditadura. Nesse sentido observamos que o intuito em trabalhar com depoimentos orais é o de demonstrar que apesar de um clima de paz, a história oral contribui significativamente para a compreensão do que tenha sido o passado histórico dessa região. À medida que a fala do depoente ao ser cruzada com outro tipo de documento nos permite apresentar outra versão. Há outros depoimentos que contestam essa versão e apresentam outra construção discursiva sobre a memória local. Sobretudo aquela que se refere, como veremos em outros documentos, à violência que marcou o uso das salas escuras do 30º Batalhão, relata perseguições, exílios e assassinatos, conforme expõe os relatos obtidos por Antônio Narciso Pires de Oliveira, na publicação *Depoimentos para a história – A resistência à Ditadura Militar no Paraná*⁴⁶, onde dezenas de depoimentos apontam as perseguições ocorridas no Paraná, entre eles, inúmeros na cidade de Apucarana.

APUCARANA COMO SEDE DO MILITARISMO

O município de Apucarana faz parte da região do “Norte Novo do Paraná”, localizado geograficamente entre as cidades metropolitanas de Londrina e Maringá. Possivelmente, entre as várias razões que levaram a instalação do 30º Batalhão da Infantaria Motorizada⁴⁷, pois apresenta uma localização estratégica, está exatamente entre as duas maiores cidades dessa região. Cabe informar que durante o período de instalação do 30º Batalhão da Infantaria Motorizada, houve mudanças, entre essas destaca-se a existência do “Tiros de Guerra”. Tais mudanças também serão tratadas neste capítulo ao se

⁴⁵ Depoimento de Eloir Milano em entrevista no dia 22/09/2015.

⁴⁶ OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de. *Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná*. Orgs. Antônio Narciso Pires de Oliveira; Fábio BacilaSahd; Sílvia Calciolari. Curitiba. DHPaz, 2014, 328 p.

abordar a referida cidade em convivência com o militarismo e a hierarquia militar.

Segundo Selma Lúcia de Moura Gonzales⁴⁸, frequentemente, os Tiros de Guerra estão localizados em cidades que possuem centralidade sub-regional, polarizando municípios menores. A maioria dos municípios que conta com Tiros de Guerra apresenta uma média populacional que varia de 50.000 a 200.000 habitantes. Este estudo vem referendar a leitura de que a centralidade do município foi uma das razões da escolha de Apucarana como sede do 30º Batalhão.

Entretanto outros indícios nos levaram a essa compreensão, assim vejamos o mapa da figura 1, no qual podemos perceber o entroncamento de Apucarana em relação as outras duas cidades. Essa mesma centralidade ocorre em outra direção, a qual forma a rota de ligação com o município de Ponta Grossa, através da BR-376⁴⁹. É necessário ressaltar que é a partir do 13º BIB (Batalhão de Infantaria Blindada)⁵⁰ de Ponta Grossa que irá ser implantado o 30º BIMz (Batalhão de Infantaria Motorizada), que teve sua origem na 4ª Companhia de Fuzileiros, instalado em Apucarana no dia 09 de setembro de 1965, o qual veio a ocupar o terreno onde funcionava o pátio da Estação Ferroviária Central do Paraná⁵¹.

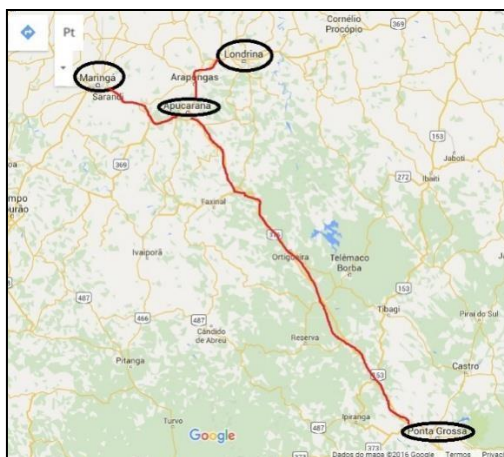
⁴⁸ GONZALES, Selma Lúcia de Moura. A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia de presença. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, USP, São Paulo, 2008, p.85. Disponível em: <http://tirodeguerra.dsm.eb.mil.br/phocadownload/tese/Tese%20de%20Doutorado%20TG.pdf>, acesso em 07/12/2015 às 05:50.

⁴⁹ “A BR-376 foi inaugurada oficialmente em 25 de julho de 1965, sendo considerada a maior obra de seu gênero entre 1961 e 1965 com aproximadamente de 530 km de extensão desde Paranaguá até Maringá”. DER- Departamento de Estradas e Rodagem – Paraná. Disponível em: <http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=11> . Acesso em: 13/07/2016 às 07:08.

⁵⁰ Anteriormente denominado 13ºRegimento de Infantaria, transformado em BIB (Batalhão de Infantaria Blindado) por ato do executivo em 1968.

⁵¹ DOMINGUES, 1994, p.22.

Figura 1. Fragmento do Mapa do Paraná com destaque as cidades de Maringá, Apucarana, Londrina e Ponta Grossa.



Fonte: Google Maps. A marcação no mapa foi realizada pelo autor.⁵²

A disposição geográfica de Apucarana, como aponta o destaque, garante o acesso terrestre dos militares em qualquer uma das cidades da região, possibilitando ainda um caminho aberto para as tropas advindas de Ponta Grossa ou Curitiba em direção à região Norte⁵³.

Ao tomar o mapa como referência podemos inferir quanto estratégica era a situação de Apucarana ante a necessidade de uma mobilização militar. Além dos aspectos possibilitados pelas fontes, não podemos deixar de versar a respeito da altitude do município, visto que esta é a região mais alta entre o trecho Maringá-Londrina da região. Esta altitude rendeu à cidade Apucarana a alcunha de “Cidade Alta”.

Sua posição geográfica e altitude, indicam os documentos foram decisivas, uma vez que era um dos pontos de apoio da ação da repressão militar no Estado do Paraná. Os estudos sobre o período e a região assim como sobre a ação militariza no Estado reverberam essa leitura, conforme argumenta Calciolari:

Já não era segredo que a violência generalizada no país deixara um rastro de sangue, matando militantes/cidadãos, desmantelando organizações políticas e lesionando irremediavelmente aqueles que

⁵² Imagem extraída do Google Maps, onde salientamos as cidades de Ponta Grossa, Apucarana, Londrina e Maringá, além da estrada federal BR-376 e BR-369 que ligam os municípios.

⁵³ Em nossas pesquisas não encontramos documentos oficiais que permitissem diretamente a análise acima, para tanto propusemo-nos a comparar editais, registros de imóveis, arquivos públicos e discursos memorialistas que nos permitiram essa interpretação.

ousaram discordar da doutrina oficial do Regime Militar. Em Curitiba, temos o prédio do antigo Dops, o Presídio Provisório do Ahu e as dependências do Exército na Praça Rui Barbosa; outras cidades como Apucarana, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu também serviram de instalação para que o Poder Público Estadual compactuasse com as mais bárbaras atrocidades.⁵⁴

As cidades destacadas, são as mesmas que Calciolari cita, estas representam os polos de repressão. Esta afirmação se pauta na ligação entre as cidades de Apucarana, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, ao realizar uma demorada observação e constar que estas cidades formavam um triângulo cobrindo boa parte do Estado.

Esta triangulação ampliava, por terra, a ação das forças de controle sobre os espaços mais distantes do território paranaense, criando uma rede direta de comunicação entre elas. Quando da instalação da 4ª Companhia de Fuzileiros de Apucarana em 1965, o primeiro comandante foi o capitão Luiz Carlos Fagundes Panza, este exerceu sua função até 1968, ao ser substituído pelo Major Alexandre Ritter von Jelita. Durante esse período os militares ocupavam as antigas instalações da Estação Ferroviária Central do Paraná. Porém, não permaneceram ali indefinidamente, não tardou e outra localidade lhes foi destinada. A mudança de local de funcionamento da 4ª Companhia de Fuzileiros teve início em 1968. O controle do poder militar sobre os espaços era total, visto que uma das negociações mais rápidas que se conhece na cidade a respeito de locais públicos envolve o novo espaço destinado à 4ª Companhia de Fuzileiros. As transações financeiras em torno das desapropriações e doações de particulares ao Estado brasileiro ocorrem em um tempo recorde.

Três meses antes da homologação do Ato Institucional número 5 (AI-5), no dia 17 de setembro de 1968, dois lotes de terra localizados na saída do município de Apucarana em direção ao de Ponta Grossa, cuja dimensão totalizava 61.785,00 m² (sessenta e um mil setecentos e oitenta e cinco metros quadrados), foram desapropriados em benefício do município. Os custos das desapropriações somaram NCr\$9.000,00 (nove mil cruzados novos)⁵⁵.

Trinta e sete dias depois, no dia 24 de outubro de 1968, estava formalizada a doação das terras à União Federal para a construção do edifício

⁵⁴ CALCIOLARI, Silvia. Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978). Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 2004, p.69.

⁵⁵ Idem.

que abrigaria o batalhão. Em 11 de janeiro de 1971, a 4ª Infantaria foi transferida para as instalações na BR-376, km353. Em 22 de dezembro do mesmo ano, através da portaria nº045, era transformado em batalhão. Esta nova condição rendeu-lhe novas atribuições às quais resultaram na aquisição de pesados armamentos que vieram a incorporar os equipamentos do referido batalhão como morteiros, canhões, metralhadoras, fuzis e dezenas de veículos⁵⁶.

O 30º Batalhão foi palco de torturas e violência, principalmente quando foi realizada a Operação Marumbi que visava investigar e prender os envolvidos com o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Este partido tinha um grupo de militante na cidade de Apucarana, e sua investigação foi liderada pelo Capitão Ismar Moura Romariz, incluído na lista de torturadores da ditadura. Os militares desenvolveram a prática de conduzir dezenas de pessoas para as instalações do município, de acordo com o que informam Heller⁵⁷ e Brunelo⁵⁸.

Quando mencionamos as atrocidades do período militar, no Paraná, ainda esbarramos em números que mascaram a intimidade desses fatos com pessoas reais. Por essa razão é indispensável investigar e aprofundar as memórias de homens e mulheres, por meio de seus relatos, os quais aponta o lado obscuro da ditadura, em contraposição ao que muitos que viveram no mesmo período não conseguiram dimensionar e ainda o caracterizam como um momento de sucesso, prestígio e paz. De acordo com Eloir Milano⁵⁹, antigo funcionário da Prefeitura Municipal de Apucarana e ex-vereador durante os anos 50, “*não havia violência, a relação dos militares com a população era tranquila e pacata*”. Entretanto, valemo-nos de discursos que vão no caminho contrário, expondo que não havia nada de *tranquilidade*. Tal qual o relato de Narciso Pires de Camargo,

Fui torturado nos dias 16 e 17 de outubro de 1975 pelo capitão Romariz. Perdi as unhas do pé, levei muita pancada no rosto e no corpo todo. Chutes no estômago. O pior é que a tortura não visava esclarecer nada, porque os companheiros presos anteriormente, que foram bem mais torturados que eu, não haviam resistido e já tinham

⁵⁶ DOMINGUES, 1994, P.66.

⁵⁷ HELLER, M. Resistência democrática: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁵⁸ BRUNELO, Leandro. Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação marumbi na Terra das Araucárias. Maringá, EDUEM, 2009, p. 19

⁵⁹ Entrevista concedida em 20 de setembro de 2015.

confessado tudo. O único objetivo do capitão Romariz era demonstrar a um grupo de agentes do DOPS e da Polícia Federal como ele conseguia obter informações dos presos políticos. Como eu não dizia nada, ele perdeu a calma e depois de me espancar bastante disse que os outros já haviam confessado. Pegou os depoimentos e gritou: 'Então você não esteve com fulano, no dia tal? Você não imprimiu o Voz Operária num 'aparelho' do PCB?' Eu continuei negando tudo, e ele ficou cada vez mais irritado⁶⁰.

Aos nos depararmos com tais relatos, compreendemos a discrepância dos discursos. Os símbolos e as construções em torno das representações sobre a ditadura, fizeram com que situações como esta caíssem no esquecimento social, por mais que estas jamais puderam ser esquecidas pelos que as vivenciaram. Isso ocorreu em boa parte pela Lei da Anistia de 1979⁶¹, que tornou impune os crimes cometidos, mas também pela publicidade e propagandas que sempre foram características do regime. Os bens simbólicos, sejam eles construídos em momentos de paz ou de conflitos, jamais podem ser considerados alheios ao desenvolvimento do imaginário social, e efetivamente, são encontrados em quantidades ilimitadas. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. “A prova disso é que constituem o objeto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras”⁶².

A produção histórica sobre o período, a partir do século XXI, procura por em questão a razão pela qual não foi explicado à sociedade, sobretudo ao familiares e amigos das vítimas de homens e mulheres que lutaram naquele momento, sobre “onde, como e por quê”, eles desapareceram. E a memória social envolvida pelas inúmeras referências, midiáticas ou dos discursos, acaba por torná-los parte de uma história que se faz parecer distante do nosso presente, ou até inexistente na dimensão que ocorreu.

Essa luta pela memória e o direito de justiça vai além das identificações dos crimes, ela busca o reparo, que ocorre através de ações que buscam dar o reconhecimento às lutas pela democracia referente àqueles desaparecidos, mortos e torturados. Em 14 de maio de 2010 – após conferência sobre o

⁶⁰ HELLER, M. Resistência democrática: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.551.

⁶¹ A Lei de Anistia de 1979, nº 6.683, sancionado pelo presidente Figueiredo.

⁶² BACZKO, Bronislaw. “*Aimaginação social*” In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p.299.

PNDH-3⁶³ (Plano Nacional dos Direitos Humanos: Terceira edição) lançado pelo presidente da República Luis Inácio Lula da Silva em 2009, dirigido pelo ministro Paulo Vannuchi, – Apucarana inaugurou a construção e símbolos que homenagearam⁶⁴ os estudantes José Idésio Brianesi e Antônio de Três Reis de Oliveira. Essa homenagem veio atender uma demanda local sobre a memória silenciada. Até aquele momento, ou seja, a primeira década do século XXI, não havia espaço público ou privado que pudesse vir a expor uma homenagem a qualquer preso político do período da ditadura no município de Apucarana.

Contudo, o processo de democratização levou às transformações sociais e políticas e permitiram que tais espaços viessem a ser disponibilizados, por meio das conquistas que esse processo ofereceu, os tempos agora são outros.

A PNDH – 3 é uma continuidade das ações realizadas desde 1995, que por meio do Decreto nº9.140, reconhecia como mortos os desaparecidos. Todos aqueles que em razão da participação⁶⁵ em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979⁶⁶ não tiveram seus paradeiros localizados. Foi por intermédio destas políticas públicas, assim como menciona o próprio decreto de 2009, que o *reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado*⁶⁷ veio como um dos meios a viabilizar à informação à sociedade e à sua transformação/reconhecimento e para muitos conhecimentos sobre esse passado recente. Pela instrumentalização que esse decreto instituiu foram criadas as Comissões Nacionais da Verdade, que atuaram em todo o país em reuniões públicas para debater sobre os desaparecidos da ditadura.

⁶³ Em 21 de dezembro de 2009, através do Decreto Federal número 7.037, foi aprovado o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – 3, que estabelece “como função do Estado a manutenção da memória sobre os mortos desaparecidos em razão da participação, ou acusação de participação, em atividades políticas”.

⁶⁴ OLIVEIRA, Baltazar Eustáquio de. Depoimentos para a história. Grupo Tribuna. Apucarana, 2010, p.01.

⁶⁵ Ou acusação da participação.

⁶⁶ Ano da publicação da Lei nº6.683 em 28 de agosto de 1979, esta que ficou conhecida como Lei da Anistia.

“Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares”.

A aplicação da PNDH – 3 em Apucarana, através dos depoimentos colhidos em assembleia e a organização das memórias, possibilitou elencar os nomes daqueles que a história oficial do município havia silenciado. Muitos que foram presos, torturados e exilados estavam entre os presentes no momento das investigações que ocorreram em 2012, deram suas contribuições, inclusive sobre os mortos e desaparecidos, representados na cerimônia por seus familiares e amigos. Em Apucarana, o reconhecimento se deu em duas iniciativas, a primeira com a construção de um colégio estadual, que carrega o nome de um dos jovens que foram assassinados durante a Operação Bandeirante em São Paulo, em 1970, Antônio Três Reis de Oliveira, e a segunda, a instituição de um monumento intitulado “pessoas imprescindíveis”, em um espaço público. Mortos em 1970, Antônio Três Reis de Oliveira e José Idésio Brianezi, com 21 e 24 anos respectivamente, tinham engajamento na luta armada contra a ditadura militar ainda à época escolar. Ambas as mortes ocorreram em São Paulo, durante a Operação Bandeirantes, ficando desaparecidos desde então. A luta a partir deste momento foi travada por seus parentes mais próximos, pai, mãe e irmãos, que buscaram o direito de enterrar esses jovens, e saber da situação de seus óbitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora essas memórias estejam cristalizadas, os movimentos de resistência surgidos nos últimos anos, colocam em xeque a memória oficial. Os “lugares de memória”, assim como estabelecido por Pierre Nora (1993), estão aptos a ressignificações, podendo ser reinterpretados e adequados às novas necessidades do Estado ou de grupos que possuem o poder. Em Apucarana, as demandas dos últimos anos, procuram por um lado reafirmar os velhos costumes, e por outro, dar o espaço inédito as discussões em torno da ditadura.

Apenas o tempo poderá prover as respostas quanto a aceitação do monumento “*pessoas imprescindíveis*”, dedicado a memória dos jovens de Apucarana, mortos durante a ditadura como memória social e coletiva, já que ele “*é parte da complexa e variável temporalidade e espacialidade que caracteriza a ação humana*” (CORREA, 2005). A memória sobre a ditadura é

heterogênea e polifônica, mesmo entre aqueles que faziam oposição a ela. Por isso se faz necessário políticas públicas como essa, não encerrando na função de dar o direito à memória aos desaparecidos, mas ao possibilitar uma discussão democrática sobre o passado, que está em constante ressignificação.

REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: Leach, Edmund etAlii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BRASIL NUNCA MAIS. **Um relato para a História**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação marumbi na Terra das Araucárias**. Maringá, EDUEM, 2009.

CALCIOLARI, Silvia. **Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)**. Dissertação de Mestrado, UFPR, Curitiba, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. In: **Revista *Electrónica de geografía e ciencias sociales***. Universidad de Barcelona. Vol. IX, n.183, 2005.

DOMINGUES, Marisa Guilherme. **Vivo Apucarana**. Grafmark, Londrina, 1994.

ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Vol. 1, 1994.

GONZALES, Selma Lúcia de Moura. **A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia de presença**. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, USP, São Paulo, 2008.

HELLER, M. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de. **Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná**. Curitiba, DHPaz, 2014.

OLIVEIRA, Baltazar Eustáquio de. **Depoimentos para a história**. Grupo Tribuna. Apucarana, 2010.



ZUZU ANGEL E A DITADURA MILITAR: UMA BREVE ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE SUA MODA E A REPRESSÃO DE 1971

Karol Sorgi Bomediano
(Universidade Estadual de Londrina)

Resumo. O presente trabalho tem como objetivo analisar a coleção apresentada por Zuleika Angel Jones, estilista brasileira conhecida como Zuzu Angel, em 1971, na cidade de Nova York, EUA. O desfile foi organizado com a finalidade de protestar contra a repressão do regime que assassinou seu filho, militante político, Stuart Angel Jones. Nas estampas retratadas por Zuzu, é possível analisar bordados que representam algumas das características autoritárias do período, como anjos amordaçados, quepes e canhões. A pesquisa busca trazer alguns dos significados das estampas pelo contexto histórico do país e a forma como o mesmo interferiu na vida da estilista. Além disso, pode-se analisar a moda como veículo de protesto para, nesse caso, buscar chamar atenção da imprensa internacional. Dessa forma, segundo Kathia Castilho, para realizar tal análise utilizou-se das teorias metodológicas da semiótica da moda e sua linguagem, abrangendo algumas das relações de estratégias de visibilidade e conceitos de aparência. A pesquisa ressalta, ainda, alguns pontos inovadores das criações de Zuzu Angel, que contribuíram para a construção da identidade da moda brasileira. Sendo assim, a pesquisa, ainda, busca articular um debate acerca da importância da preservação da memória.

Palavras-chave: Moda; Ditadura; Memória.

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Há tempos, a moda tornou-se parte da história da Humanidade, dentro da concepção de aparência e cultura. Cada sociedade possui sua história da moda e suas formas de se vestir, ainda que o ato traga tanta singularidade. O Brasil passou por inúmeras situações que construíram sua identidade dentro da história da moda. Zuleika Angel Jones, fez parte do pequeno grupo de estilistas brasileiros responsáveis por essa edificação da moda brasileira.

No Entanto, Zuzu Angel – como era conhecida e como batizou seu ateliê e mais tarde loja no Rio de Janeiro – acabou tornando-se vítima da Ditadura Militar no Brasil. Seu filho foi um jovem militante comunista, que acabou sendo vítima do Estado repressor que se instaurava no poder naquele momento. Dentro desse contexto, Zuzu Angel passou a buscar pelo filho desaparecido, e com isso surgiu a *Helpless Angel Collection*, apresentada em Nova York, no ano de 1971.

O Brasil vivia o período do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. O governo marcou a história como um dos mais truculentos dentro da Ditadura Militar, um momento em que a censura à imprensa era ainda maior. Apesar das circunstâncias, foi nesse período que Zuzu cria a coleção protesto, exposta em Nova York.

Sendo assim, presente trabalho tem como objetivo apresentar uma pequena análise das roupas apresentadas e das relações entre a mesma e o contexto ao qual encontrava-se a vida pessoal de Zuzu Angel com a Ditadura Militar Brasileira, e como a estilista expressa isso em bordados. Ademais, é possível, ainda, trazer uma pequena reflexão acerca da contribuição de Zuzu Angel para a História da Moda Brasileira, juntamente à importância da conservação da memória.

METODOLOGIA

Para que a análise das roupas fosse feita, foi necessário utilizar o livro *Moda e Linguagem*, da escritora Kathia Castilho. A metodologia trabalha com a semiótica da moda e a mesma como linguagem e comunicação. Sendo assim,

Castilho escreve sobre a expressão corporal, as gesticulações caracterizando uma linguagem.

Segundo a semioticista, a recriação do corpo pelas roupas, e a preocupação da construção da aparência de um indivíduo surge da insatisfação dos seres humanos e da insuficiência de se expressarem através unicamente do corpo. Sendo assim, vão além do limite do corpo e constroem uma linguagem a partir da vestimenta, assim, surgem os grupos sociais.

"A possibilidade de redesenhar o próprio corpo, em razão da eterna insatisfação humana com a própria aparência, é um dos movente que permitem a transformação do ser humano biológico ou "mais natural" em ser cultural. [...] Esse seu fazer, uma montagem discursiva, resulta na (re)arquitetura anatômica de seu corpo e de todas as suas modalidades expressivas e narrativas." (CASTILHO, 2004, p.83).

Ademais, a escritora cita a junção de alguns seguimentos que constituem as relações e estratégias de visibilidade. O "fazer-ver" é o ato estabelecido entre dos sujeitos, sendo um deles o que é visto e o outro o que vê, diante disso inicia-se uma linguagem visual. Isso é composto pela semiótica, sendo o estudo dos discursos, e esse sendo a interação entre sujeitos, e não só isso, como as relações visuais também se estabelecem, pela identidade, uma vez que a vestimenta caracteriza a individualização do ser. Isso, somado ainda à cultura, que vai ser caracterizada pelo modo como essa linguagem entre os indivíduos é feita. Diante disso, as sociedades se deparam com o conceito criado pela aparência.

"[...] uma delas vincula-se à necessidade de o sujeito edificar uma imagem que corresponda a seus anseios, e a outra, por sua vez, à forma por intermédio da qual esse indivíduo é percebido. [...] a aparência é um efeito de sentido que requer o exercício de percepção para apreender pelas ordens sensoriais o que se desnuda, o que pode ser desnudado e o que mostra, ainda que escondido, camuflado – de acordo com a cultura." (CASTILHO, 2004, p. 59).

Sendo assim, a partir de tal interpretação é possível fazer uma breve análise dos bordados estampados por Zuzu Angel em sua coleção protesto e

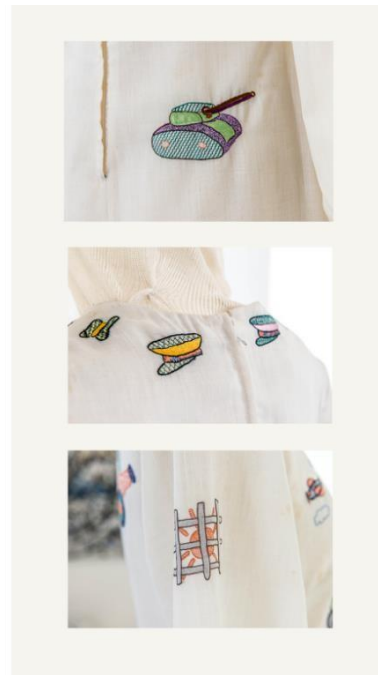
relacionar algumas de suas intenções pelo "ver" e pelo "chamar atenção" em sua coleção.

RESULTADOS

Em 1971, Zuzu Angel Jones, estilista brasileira, expôs o que viria a ser uma de suas mais famosas coleções, a *Helpless Angel* foi composta por vestidos com bordados que remetem à ditadura militar e seus sentimentos em relação ao desaparecimento e suposta morte de seu filho Stuart Angel Jones. Sua intenção com o desfile seria a de conseguir alguma informação de seu filho após a repercussão do desfile.

"Não sei porque eu imaginava que com esse escândalo do meu desfile alguma coisa ia acontecer. O mistério acabava. Mas não havia mais mistério, a não ser a própria morte. É que eu tinha muitos amigos lá na América que admiravam meu trabalho. Achei que o prestígio de toda essa gente me apoiando ia abrir a boca dos militares. Engano! Nada podia abri-la. O que eles tinham para contar era demasiado horrível." (VALLI, 1986, p. 50-51).

Abaixo temos a ilustração de um dos vestidos mais conhecidos de toda a coleção, onde os bordados ilustram desde quepes à tanques de guerra. Além disso, os bordados também apresentam sol entre grades, anjos amordaçados, sol quadrado, pássaros enjaulados e soldados. Apesar do contexto infeliz vivido pelo Brasil, as estampas são coloridas e remetem uma certa alegria. Isso porque, segundo Hildegard Angel, filha da estilista, em uma de suas entrevistas documentadas pelo Itaú Cultura, para a exposição de Ocupação Zuzu, ocorrida em 2014, a coleção apresenta um ponto de vista infantil, como o olhar de uma criança sobre a ditadura.



Fonte: <https://biloka.wordpress.com/2015/05/03/exposicao-traz-moda-politizada-de-zuzu-angel-agora-no-rio/>



Fonte: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,exposicao-reune-mais-de-400-pecas-de-zuzu-angel-estilista-que-combateu-a-ditadura,1144630>

Ademais, segundo Hildegard, Zuzu apresenta figuras e soldados que se mostram jovens, com chapéus de papel. Ainda, segundo a filha da estilista, a maior crítica da estilista era sobre as atitudes do Estado, que teoricamente obrigariam as Forças Armadas à fazer tantas atrocidades. O governo era responsável por obrigar jovens à torturar outros jovens, os impedindo de expressar seus ideais e pensamentos.



Fonte: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral/exposicao-reune-mais-de-400-pecas-de-zuzu-angel-estilista-que-combateu-a-ditadura,1144630>

Interessante ressaltar, sobre a próxima ilustração, que uma das primeiras peças a fazer sucesso foram as primeiras saias costuradas com estampas de coloridas de pássaros, o que batizou a loja da criadora como Zuzu Saias. Aqui os pássaros voltam a aparecer, no entanto, um engaiolado e o outro tentando o salvar, o que pode-se identificar a buscar incessante por seu filho. A designer especificou sobre sua coleção em carta ao Senador Frank Church, em 13 de setembro de 1971.

"Há quatro meses, quando comecei a pensar nela (a coleção), eu me inspirei nas flores coloridas e nos belos pássaros do meu país. Mas, então, de repente, esse pesadelo entrou na minha vida e as flores perderam o colorido, os pássaros enlouqueceram e produzi uma coleção com o enredo político. É a primeira vez, em toda a história da moda, que isso acontece" (VALLI, 1986, p. 50).



Fonte: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/21675-grife-zuzu-angel#foto-348797>



Fonte: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/21675-grife-zuzu-angel#foto-348797>



Fonte: <http://blogamandarruda.blogspot.com.br/2012/11/zuzu-angel-sabe-quem-e.html>



Zuzu com modelo no dia de seu desfile em Nova York. Fonte: <http://blogamandarruda.blogspot.com.br/2012/11/zuzu-angel-sabe-quem-e.html>

Fashion Takes Political Turn

The Associated Press
NEW YORK — Brazilian fashion designer Zuzu Angel, who dresses such stars as Joan Crawford, Kim Kovak and Margot Fonteyn, had decided last spring to present a collection based on birds, butterflies and flowers.
 But when her son Stuart disappeared after allegedly being tortured by Brazilian air force police, she embroidered cages over the birds, "angels," and sewed on military caps and scrawny-looking children with black doves.
 Miss Angel, who showed the dresses Monday night at the home of the Brazilian consul

in New York, called it "the world's first political fashion collection."

Son is missing

For the past three months Zuleika Angel Jones — her real name — has been trying to discover what happened to her son Stuart, 26. He was born of her marriage with Norman Angel Jones, a Canadian brought up in Plymouth, Mass., and a naturalized American.

A Brazilian congressman has demanded a government investigation after a top lawyer claimed Jones died in prison due to torture.

Brazilian police and armed forces maintain that Jones, a Brazilian citizen accused of subversive activities against the government, was never arrested and is still presumably at large.

Lawyer Heleno Fragoso claimed last month in a letter to the Brazilian Human Rights Commission that members of the Brazilian air force arrested Jones in May, beat him in a Rio jail, tied him to a jeep and dragged him before taking his body off on a stretcher.

Messages in dresses

"I decided to put two and two together and transmit the message in my dresses," Miss Angel explained in an interview.

Zuzu Angel made her first impact in the United States last year when a major New York department store — Berdorf Goodman — bought her entire collection.

Miss Angel has become Brazil's best known designer in the past decade. She dressed Rio's beautiful people and was soon cutting clothes for the country's first lady, Iolanda Costa e Silva.

In 1969, she was elected Brazil's woman of the year and became a symbol of its drive to export manufactured products.

Miss Angel admits her son had been involved in antigovernment underground activities in Brazil since 1969, when she last heard from him.

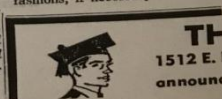
"But this cannot prevent me and our American relatives from striving to find out if he is alive, or where his body is buried," she said.

"I shall continue to knock on all the doors, and to let the world know — through my fashions, if necessary."



Cannons, airplanes and other symbols of war adorn dresses by Brazilian designer Zuzu Angel, left. Miss Angel replaced birds, butterflies and flowers with war symbols after her son disappeared after allegedly being tortured by Brazilian air force police.

Zuzu mostra sua moda política em Nova York



Fonte: p. 212 do livro "Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho", 1986.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve sua proposta esclarecida pelas análises pesquisadas e apresentadas. Além disso, traz-se a importância de lembrar a moda como comunicação e linguagem, além de, ainda, se mostrar capaz de fazer instrumento de manifesto político. Como foi afirmado pela própria Zuzu Angel, para o jornal *The New York Times*, em 15 de novembro de 1975, citado por Ruth Joffily, 1999, p. 26, "No meu país eles acham que moda é frivolidade, futilidade. Eu tento lhes dizer que moda é comunicação [...]".

Diante do exposto, portanto, concluímos inclusive a importância da conservação da memória historiográfica, e a possibilidade de se o fazer pela moda. Zuzu contribuiu para o processo da edificação da identidade da moda brasileira, como também contribui ainda hoje, apesar de sua morte, com os materiais que possibilitam compreender a ditadura através da arte do design da moda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTILHO, Kathia. **Moda e Linguagem**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2004.

ITAÚ CULTURAL. Hildegard Angel - Ocupação Zuzu (2014) - Parte 9/9. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VLhunSVYw-k>>. Acesso em: 27 de nov. De 2017.

JOFFILY, Ruth. O Que é Moda? In:_____. **O Brasil tem estilo?** 1ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1999, p. 26.

VALLI, Virgínia. **Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Philobliblion, 1986.



O CONFLITO ENTRE CATÓLICOS E UMBANDISTAS EM TERRA RICA – PR (1960) E AS (NÃO)MUDANÇAS DOS PARADIGMAS SOCIAIS CAUSADOS PELA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO BRASIL

Victor Santelli Botter
(UEM/PIC/LERR)
Vanda Fortuna Serafim
(UEM/DHI/PPH/LERR)

Resumo. Esta comunicação pretende analisar o episódio de intolerância religiosa que ocorrera no dia de finados de 1960 em Terra Rica, Paraná, onde – durante uma romaria feita pelos umbandistas no início da tarde daquele dia (14:00), do Terreiro Pai Thomaz Mineiro em direção ao cemitério municipal – ao passarem em frente a igreja, os católicos que já estavam os esperando – devido a boatos previamente propalados – ocasionou um embate civil entre os membros das respectivas religiões. Ao final da tarde (17:00) do dia 02 de Novembro, em consequência, aconteceu uma retaliação que resultou no incêndio e na conseguinte destruição da tenda umbandista e da residência do pai de santo e sua família. Buscamos aqui discutir – por meio do processo criminal sob nº 37/67, dentre outras fontes – as relações de poder e linguagem dentro do discurso processual. Pretende-se corroborar também o contexto histórico da cidade de Terra Rica na época, além de traçar um paralelo deste caso para com a situação de violência religiosa que religiões de matriz africana sofrem no Brasil, junto as mudanças, permanências e “evoluções” deste paradigma social dentro do país, buscando diálogos baseados em: “fundamentalismo religioso: a questão do poder teológico-político” (2006) de Marilena Chauí; Reginaldo Prandi em “O Brasil com axé: o candomblé e a umbanda no mercado religioso” (2004), e “ética, poder y politica: umbanda, um mito-ideología” de Renato Ortiz (2012).

Palavras-chave: Umbanda; Católicos; Intolerância Religiosa; Terra Rica; Brasil.

Introdução: como era a situação religiosa na cidade de Terra Rica?

É possível observar na fonte processual várias referências que já caracterizavam a situação de violência religiosa (seja física ou não) em que os umbandistas e católicos estavam inseridos dentro da cidade de Terra Rica, muito antes da situação conflituosa do dia de finados.

Em um dos primeiros depoimentos transcritos dos réus na Delegacia Regional de Paranaíba, a fala do Padre Vicente (o principal réu, acusado de incitar os católicos para com os atos cometidos; tanto durante o conflito quanto durante o incêndio do terreiro) foi transcrita como:

“(...) mais ou menos no mês de janeiro ou fevereiro, o declarante foi certificado que na cidade de Terra Rica (...), iriam abrir uma tenda Espirita, (...) Centro Ubandista Pai Tomaz Mineiro; (...) o declarante advertiu os católicos que aquele tipo de religião é proibido pela religião católica, mormente quando ter atividade de macumba: que no mês de maio (...), o declarante deparou, com despacho próximo a porta de sua residência, despacho esse que constituido em cinco galinhas pretas, as quais estavam mortas e retalhadas, (...); que o declarante achou-se insultado, tanto em pessoa como na própria religião;” (PROCESSO nº 37/67, 23 de Nov. de 1960, pág. 111).

O depoimento transcrito do Padre Vicente corrobora – pelo menos em aspectos temporais – o que Carlito relatara, com números impressionantes do corpo religioso que a tenda possuiu:

“Em menos de um ano o Centro de Umbanda Pai Tomas Mineiro já contava com cerca 80 médiuns e mais de 100 frequentadores. Isso para a época era um assombro, principalmente para o padre Vicente...” (FILHO, 28 de set. 2017).

É válido ressaltar que, 3 anos antes do confronto, o município beirava aos 20.000 habitantes, sendo 13.000 só no campo, o que caracteriza as aproximações que Carlito fez sejam plausíveis dentro do contexto demográfico da cidade. (CALÍRIO, pag. 25)

Posteriormente, durante a segunda quinzena de Agosto de 1960, uma carta de 11 páginas, escritas à mão por Carlos, datada do dia 19 de Agosto do mesmo ano, direcionada ao juiz Sinval Reis, a qual o mesmo, resumidamente, explica que o pai de santo e os Umbandistas estariam “reclamando medidas preventivas, visto encontra-se ameaçado o culto que ali praticavam – por pessoas daquele município.”

Dentre os denunciados citados na carta, está Dr Izido Modena, médico e ex-vereador da cidade de Terra Rica, o único que seria processado. Outro citado na carta, mas que não fora denunciado, é Joaquim Timóteo. Porém aqui o caso fora inverso, pois como cita Athos Bodó, advogado dos umbandistas, “coagiu Mariana Natavidade de Jesus a representar conta a Tenda Espírita (...)” (idem, pag. 92).

O relato de Carlito valida – também nos aspectos temporais – o depoimento de Elviro Diana que consta em um relatório policial do caso, anexado ao processo criminal:

“A testemunha (...), afirma ter escutado de um seu vizinho dizer em alta voz que CARLOS RODRIGUES DE LIMA, dirigente da Tenta Espirita Ubandista, havia mandado os Espiritas, que se o Padre pregasse qualquer coisa contra a Macumba éra para rasgar a batina do citado sacerdote.” (PROCESSO nº 37/67, 29 de Abril de 1961, pág. 144).

Nos depoimentos, Diana afirma ter escutado tais atos no dia 31 de Outubro, e que logo fora comunicar o Padre pelo que havia ouvido de seu vizinho, nomeado José Maria, um membro da tenta umbandista. (idem, 30 de Nov de 1960, pág. 140)

É perceptível que, por vários meses, prosseguiu-se uma grande dissonância entre os representantes de cada credo, sendo basicamente inexistente um diálogo inter-religioso que surtisse algum efeito de tolerância.

As relações de poder internas: religião e política dentro do terreiro

Carlito Rodrigues confirmou que Dona Zilda atuava como Mãe Pequena; ou seja, ao lado do marido, atuava em segundo lugar dentro da hierarquia religiosa do terreiro. É preciso destacar que a principal fonte (processo criminal) procurar ater-se apenas aos termos jurídicos; ou seja, o teor burocrático do documento, não há referências de seus papéis religiosos dentro do terreiro, apenas aos cargos.

Dada circunstância, é interessante compreender que “a organização dos terreiros umbandistas a partir de um quadro burocrático foi um dos primeiros sinais desses anseios de reconhecimento” (SILVA, pag. 114), algo que, em sua gênese, diferenciava-se da composição das hierarquias familiares

dos terreiros de candomblé (AMARAL, pag. 4). Vagner Gonçalves da Silva detalha essa organização dentro da religião umbandista:

“A umbanda se inspirou nas associações civis (cartoriais) para estabelecer sua organização socio-religiosa. O terreiro passou, então, a funcionar segundo um estatuto que estabelecia os cargos (como presidente, secretário, tesoureiro)” (SILVA, pag. 115).

Porém, é possível observar nas cartas anexas, que foram escritas a mão por Carlos, várias referências a religião umbandista, principalmente Oxalá; além dos depoimentos que citam Carlos como pai de santo.

No entanto, juridicamente falando, Manoel Rodrigues era o segundo em comando, sendo o vice-presidente da tenta. Dona Zilda era apenas classificada como doméstica; Carlos e Manoel eram lavradores, mas respondiam como presidente e vice-presidente, respectivamente, pela tenda.

Os dois foram os responsáveis pela abertura do boletim de ocorrência na ocasião do conflito.

Apesar de tudo, o processo fora aberto por outro membro na qualidade de presidente, Antonio José dos Santos, este que, de acordo com Carlito, irmão de Dona Zilda. Não há menção do parentesco entre Zilda e Antônio no processo criminal.

Relações de poder externas: os católicos e as autoridades

Antes de mais nada, devemos destacar que o processo, no final das contas, não resultou em nada. Nenhum dos réus foram responsabilizados; todos negaram, criaram álibis ou justificaram eufemicamente suas ações.

Tampouco houvera quaisquer tipo buscas ou negociações de ressarcimentos aos prejuízos, e o processo acabara por ser arquivado em quase 8 anos de duração. (PROCESSO nº 37/67, 03 de Abril de 1968, pag. 117).

Nisto podemos avaliar que as relações de poder sempre estiveram a favor do Padre Vicente e dos católicos em geral, mesmo que houvessem a clara culpabilidade destes em relação ao confronto e incêndio do terreiro. O poder da linguagem utilizada tem um grande impacto, como explica Hugo Monteiro:

“nenhuma linguagem é neutra, nenhuma língua (como forma sistemática, codificada e ordenada de linguagem) é eticamente imparcial, esvaziada de valores ou meramente instrumental. Todas as relações humanas, toda a relação entre seres é linguisticamente mediada, sendo a língua o elemento mais convencional em que toda a relação se estrutura, vive e se determina. Por isso mesmo, porque nenhuma linguagem nem nenhuma língua são isentas de valores, é também pela linguagem que o preconceito subsiste ou, pelo contrário, é ultrapassado.” (MONTEIRO, pag. 1).

Ao analisar o caso, é inexorável que os umbandistas, num aspecto geral, não gozavam da mesma “sociabilidade” em que o resto dos terra-riquenses detinham. Como já apresentado antes, o curto tempo de existência do terreiro sempre foi marcado por disputas entre os católicos e os umbandistas.

As evidências apontam que o “sucesso” em que o “centro espírita” Pai Thomaz Mineiro teve em recrutar seus novos adeptos causou grandes transtornos ao padre e aos católicos mais fervorosos.

Reginaldo Prandi denota que mudanças religiosas causam mudanças de vida e que podem gerar desentendimentos e dramas na vida destas pessoas e de suas famílias (pág. 10), o que naturalmente poderia tornar-se conflitos internos e privados, até ao caso estudado, que fora uma confusão pública, envolvendo centenas de pessoas.

Prandi não deixa de destacar o poder econômico como um dos fatores de concorrência no que denomina de mercado religioso, principalmente durante a década de 1960, onde a Umbanda experimentou uma grande adesão, mas que foi decaindo com o passar dos anos. (pág. 5).

Essa disputa do seio econômico das religiosidades eram feitas também entre terreiros; ou seja, o mercado religioso também era marcado por disputas, mas o discurso era focado na atratividade e não no denegrimto.

O Padre Vicente é conotado como principal réu, sendo este o suposto articulador, não só distanciamento da comunidade católica em relação aos praticantes da Umbanda, assim como fim do terreiro em Terra Rica. A filósofa Marilena Chauí traduz o poder do pensamento teológico dentro do apelo ao definir o que é sagrado ou profano:

“Recorrendo à razão ou luz natural quando dela carece para impor o que interpreta e expulsando a razão quando esta lhe mostra a falsidade da interpretação, ou quando já obteve a aceitação do seu ponto de vista, a atitude teológica em face da razão desenha o lugar próprio da teologia: esta é um sistema de imagens com pretensão ao conceito com o escopo de obter, por um lado, o reconhecimento da autoridade do teólogo (e não da verdade intrínseca de sua

interpretação) e, por outro, a submissão dos que o escutam, tanto maior se for conseguida por consentimento interior.” (CHAUI, pág.18).

Neste aspecto, fica claro que o Padre, uma autoridade religiosa, goza do apoio de praticamente toda uma cidade. E é claro que o fato do mesmo ser um teólogo e, logicamente, detentor da interpretação principal pela qual a comunidade religiosa interpreta sua própria religião e religiosidade, projetando-a em suas respectivas visões de mundo.

Na interpretação do pai de santo Carlos, o próprio afirma que um bom cristão é um bom espírita e vice-versa, destacando a relação de parentesco em que ambas religiões possuem. De fato, a umbanda faz uma hibridização que em diversos aspectos, muito lembra as religiosidades do catolicismo popular. (PRANDI, pág. 3)

Embora os terreiros de Umbanda fossem ansiosas por reconhecimento político e por uma tentativa de homogenizar muitos de seus ritos, Renato Ortiz argumenta que tal racionalização jamais seria possível, pois a pluralidade destes ritos e a autonomia dos terreiros impediam tais tentativas. (pág, 6)

Conclusões: as (não) mudanças do paradigma social da Intolerância Religiosa

Utilizaremos base desta discussão um diagnóstico a respeito da intolerância religiosa no Brasil, de autoria do grupo Criola, que atuam em diversas causas envolvendo pessoas e grupos que são mais vulneráveis socialmente falando, como mulheres, negros e pobres.

É inegável que depois da década de 40 houve um grande avanço – no que tange aos aspectos legais – em relação a proteção do culto as religiões. O grupo lista esse grande aparato que vai muito além do código penal e da constituição, denotando inclusive a representatividade da proteção ao culto religioso dentro do direito internacional, aprovado e sancionado por diversas entidades em vários países. Contudo, o mesmo grupo ainda afirma que, no Brasil:

“Desde 1924 (. . .) é um Estado laico, isto quer dizer que o país não adota uma religião, e que tem como princípio a imparcialidade em assuntos religiosos, não apoiando ou discriminando nenhuma religião. Mas apesar da existência de legislação que garante e protege o livre exercício dos cultos religiosos e a liberdade de crença, na prática ainda podemos perceber que algumas religiões recebem

tratamentos diferenciados mantendo privilégios ou negação de direitos.” (CRIOLA, pág. 3).

Os casos de intolerância religiosa para com religiões de matriz africana continuam crescendo, e que tal violência ocorre não somente em questão de indivíduos ou grupos, mas também pelo estado. A esfera de atuação destes casos englobam situações para além dos terreiros, como no campo profissional, acadêmico, etc. (PRANDI, pág. 10)

Portanto, as relações de poder que permeiam a religião católica (e também as diversas vertentes que tem como base central o cristianismo) continuam fortes e atuantes na sociedade – inclusive relações que permeiam as instituições públicas e a imprensa – em comparação as religiões afro- brasileiras.

Também não devemos esquecer que essas formas de violência religiosa também possuem raízes racistas e machistas. Mesmo a figura feminina ocupando a maior parte dos comandos dos terreiros de candomblé e umbanda, geralmente são as elas as principais vítimas da intolerância religiosa.

Atualmente o campo jurídico oferece muito mais recursos para combater-se o ódio pelas minorias, incluindo as religiosas. Mas o preconceito permanece, evolui e consegue reestruturar-se em tais mudanças de forma sutil e perigosa.

Referências:

ARIOCH David. **Um dia de Guerra Civil em Terra Rica**. Diário do Noroeste. Paranavaí: 06 de Abril de 2014.

CALÍRIO, Edson Paulo. **Vale do Paranapanema – Sonhos de uma Terra Rica**. Paranavaí: Editora Gráfica Paranavaí Ltda, 2005

CHAUÍ, Marilena. **Fundamentalismo religioso: a questão do poder teológico-político**. En publicacion: Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania. Atilio A. Boron, 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Abril 2006. ISBN-13:978-987- 1183-40-1

CRIOLA. Diagnóstico da situação da intolerância religiosa contra religiões de matriz africana e seus impactos sobre os direitos humanos e a saúde

das mulheres negras no estado do Rio de Janeiro, Grandes Regiões e Brasil. Rio de Janeiro, 16 de Set. 2017

FILHO, Carlos Rodrigues de Lima. Entrevista concedida a Victor Santelli Botter. 28-30 de set. 2017.

MONTEIRO, Hugo. **Língua, linguagem e poder: opressões na palavra.** 13/07/2013. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/a-ler/lingua-linguagem-e-poder-opressoes-na-palavra>. Acesso: 20/11/2017

ORTIZ, Renato. **Ética, poder e política: umbanda, um mito-ideologia.** Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 36-54, dez. 1984.

PARANÁ (BRASIL). Comarca de Terra Rica. **Processo nº 37/67.** Paranavaí: 07/11/1960.

PRANDI, Reginaldo. **O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso.** In: Estudos Avançados (18) 52, 2004.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e Umbanda: Caminhos da Devoção Brasileira.** São Paulo: Selo Negro, 2005.



AS ADAPTAÇÕES DO IMAGINÁRIO MEDIEVAL EM HARRY POTTER: RESSIGNIFICAÇÃO DE MAGOS EM DUMBLEDORE

Lunielle de Brito Santos Bueno (UEL)
Orientador: Prof. Dr. Lukas Gabriel Grzybowski (UEL)

Resumo. As adaptações cinematográficas são recorrentemente utilizadas na nossa contemporaneidade, atraindo públicos ora distintos, ora similares aos do suporte que fornece a base para o roteiro fílmico. Entendendo a distinção de cada um dos suportes e, compreendendo suas necessidades metodológicas específicas, procuramos entender quais as similaridades e divergências entre a série de livros, de Joanne K. Rowling, Harry Potter e o ciclo cinematográfico inspirado nessa. Ademais, buscaremos compreender os elementos medievais adaptados e ressignificados para o contexto atual através, primeiramente, da literatura e posteriormente pelos filmes, tendo como objeto de análise Dumbledore, que tanto em sua figuração imagética, narrada ou representada no cinema, quanto por sua inserção do enredo, apresenta elementos medievais ressignificados. Como arcabouço teórico-metodológico procuramos utilizar os estudos das ressignificações medievais presentes em literaturas e filmes contemporâneos de Daniele Gallindo Gonçalves Silva, além de alguns estudiosos dos suportes específicos aqui analisados.

Palavras-chave: Imaginário medieval; Ressignificação; mago; Dumbledore.

Introdução

Quando pesamos o medievo, partindo de um imaginário coletivo, tendemos a associar tal período a alguns elementos fundamentais que continuam sendo reforçados principalmente pelas artes com suas superproduções cinematográficas e literárias. Castelos, reis, guerras e magos são alguns dos exemplos que são citados quando questionamos alguém acerca da Idade Média. Não obstante, esses são elementos que dentre outros, são adaptados e ressignificados para a nossa atualidade. Segundo Souza⁶⁸ em ambos os suportes aqui citados, há um movimento de resgate de elementos medievais que passam pelo processo de adaptação ao novo contexto – adaptação essa para que haja uma identificação do público com o *modus operandi* de tal personagem – e de ressignificação – conferindo-lhe sentido outro que o seu no medievo.

Pensando em como o público recebe tal movimento, conseguimos compreender que esse último promove elementos fundamentais para a composição de vários arquétipos. A conduta, a vestimenta, a trajetória, o enredo de um herói, por exemplo, são elementos básicos na construção de tal personagem que é reformulado e repensado pelo movimento de adaptação e ressignificação. Em outras palavras, existem personagens que estão inseridos em diversas narrativas, roteiros, pinturas e/ou poemas e tais personagens são representados de forma similar por partirem de uma construção arquetípica. E esses arquétipos são baseados no movimento de adaptação e ressignificação.

Neste trabalho, procuraremos compreender qual é o arquétipo de mago vigente, a partir da análise de Dumbledore na literatura e no ciclo cinematográfico “Harry Potter”, e como tal arquétipo vem sendo construído a partir da adaptação e ressignificação de elementos medievais, principalmente os vinculados ao druidismo.

Como fonte utilizamos os sete livros da coleção *Harry Potter*, escritos pela britânica Joanne K. Rowling e também os oito filmes da Warner Bros. Pictures, do ciclo cinematográfico “Harry Potter”, tendo em mente toda sua

⁶⁸SOUZA, D. G. G e FURTADO JR. H. F. A morte, o príncipe e o cavaleiro: das ressignificações do encontro com a morte em Poe e Bergmann. Revista Signum, 2015, vol.16, n.1, p.154-175.

complexidade e construção a partir de cada diretor e de cada ator que atuou como o nosso objeto de estudo.

Pressupostos Teórico-Metodológicos

É importante ressaltar que, ao nos referirmos à arquétipo, não nos pautamos nos preceitos que Jung, empregou a psicologia analítica, mas sim, do conceito literário que por ele foi apropriado. Sabemos que Carl G. Jung apoiou-se na literatura clássica e medieval para a formulação do seu conceito. Autores como Pseudo-Dionísio Aeropagita, Platão e Santo Agostinho fazem parte do embasamento para a sua definição de arquétipo⁶⁹. Ao empregarmos neste trabalho o conceito, entendemos que Dumbledore possui elementos que foram construídos no medievo, e que acaba se tornando um mago pertencente a esse molde, pois ao ser nomeado mago, e o nome confere significado, o personagem, para ser reconhecido como tal, precisa conter a “estrutura básica” de mago.

Como boa parte da estrutura básica do mago bebe em fontes medievais ou parte do próprio medievo, conseguimos perceber que o elemento fundamental da maioria dos magos é bastante próximo dos druidas. Estudos apontam que os druidas, nos registros escritos de diversos pensadores como Amiano Marcelino, Júlio César e Plínio, executavam atividades que variavam de juízes, médicos, mentores da filosofia ética, conselheiro de reis, poetas, sábios que utilizavam do artifício de adivinhas para ensinar, intelectuais, participantes de guerras e executores de funções religiosas. Tais elementos podem ser resumidos por: “os druidas eram intelectuais [...] tinham especial sabedoria acerca da natureza em geral tanto da astronomia e cosmologia como dos reinos animal e vegetal; e exerciam funções jurídicas, e políticas além das pedagógicas”⁷⁰.

Como neste trabalho lidamos com dois suportes distintos, é importante conceber dois suportes metodológicos diferenciados. Sobre o suporte literário, segundo Sandra J. Pesavento⁷¹, há uma tríade básica e necessária para o

⁶⁹MELETÍNSKI, E. Os arquétipos literários. 1998, p.19-20.

⁷⁰LUPI, J. Os Druidas, 2004, p. 71-72.

⁷¹PESAVENTO, S. 2004, Apud. BORGES, V. R. História e literatura: algumas considerações, 2010.

entendimento da produção literária: escrita, texto e leitura. A escrita contempla quem fala, de onde fala e qual o tipo de linguagem utilizada pelo autor; o texto ressalta o que se fala e como se fala; e a leitura, ou recepção, nos direciona às expectativas contempladas ou não pela obra.

Sobre o suporte cinematográfico, procuraremos compreender as dimensões que vão para além do roteiro⁷². As direções do movimento⁷³, bem como o gênero, o suporte, a origem, a duração, a autoria, o conteúdo referente⁷⁴ são elementos fundamentais de análise audiovisual. Ademais, as relações implícitas que ocorrem entre elementos sensíveis como paleta de cores, trilha sonora, escolha de diretores e de atores, os ângulos das câmeras, também são cruciais para uma análise complexa e profunda da fonte em questão.

E, não menos importante, para complexificar nosso trabalho, compreender a relação entre o suporte cinematográfico com o literário, uma vez que a narrativa da base ao roteiro e a produção cinematográfica exerce influências sobre a autora e os rumos que sua narrativa tomou, é fundamental. Para tal, utilizamos os pressupostos de Monoel F. Guimarães em seu livro *Literatura e cinema: da palavra à imagem – adaptação e recriação* (2004) que também nos auxilia a pensar no movimento de adaptação e resignificação de um suporte ao outro.

Análise das Fontes

A Coleção britânica de literatura infanto-juvenil, de Joanne K. Rowling, Harry Potter foi publicada entre os anos de 1997 e 2007., sendo composta por 7 volumes. O primeiro volume teve uma tiragem de 500 cópias e a última tiragem alcançou o número de 11 milhões de cópias. Os números totais deste best-seller são de 450 milhões de cópias vendidas, até o ano de 2015, tendo versões disponíveis em 73 línguas diferentes. No Brasil, a editora Rocco é a

⁷²NAPOLITANO, M. "Fontes audiovisuais: a história depois do papel" IN: PINSKY, Carla B. (org). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

⁷³READ, H. A estética do filme. A idéia do cinema. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 35-40, 1969.

⁷⁴NAPOLITANO, op. cit.

responsável pela reprodução da coleção, tendo como tradutora Lia Wyler desde o primeiro volume até o último.

A forma como a Rowling escreve pode ser caracterizado como uma literatura fantástica maravilhosa, uma vez que os fatos narrados estão imbricados a uma lógica baseada na realidade, visível pela estrutura política vigente no “mundo dos trouxas”⁷⁵ ser a mesma que a da atual Grã-Bretanha – a existência de um primeiro-ministro⁷⁶ –, pela existência de elementos que compõe a nossa realidade – como a esfinge no Egito⁷⁷ – a explicação fantasiosa para acontecimentos corriqueiros do nosso dia-a-dia⁷⁸, imbricados com elementos que fogem a nossa realidade, e que geram uma aceitação “alógica” como a inserção de animais inexistentes na nossa realidade⁷⁹.

O que classifica ou não uma literatura de fantástica, é a proximidade com a realidade que o autor estabelece. Mesmo que os elementos narrados fujam da nossa lógica, por se estabelecerem em uma teia de relações bastante próxima da realidade, representam-na de forma mais explícita que outras obras e convencem o leitor de que tais fatos podem ter acontecido dentro da nossa lógica vigente. Partindo do pressuposto que o personagem “mago” ou “bruxo” se insere na nossa realidade por motivos outros que não apenas um outro “mundo”, como é o caso do vínculo de tais personagens com a religião, compreende-los enquanto pertencentes ao mundo real, não é tão “absurdo” quanto os elementos apresentados pela literatura maravilhosa, como as de John R. R. Tolkien ou Clive S. Lewis, e no caso, a obra de Rowling se encontra entre ambas.⁸⁰

Acerca da natureza do personagem Dumbledore, com base nos escritos de Nubia Hanciau⁸¹, tentaremos entender a distinção das traduções das obras literárias para o português. Originalmente produzidas em língua inglesa, mago ou bruxo, não tem distinção alguma de classificação ou de supremacia de

⁷⁵ Termo referido ao mundo real, no qual os não bruxos vivem.

⁷⁶ Cf. ROWLING, J.K. Harry Potter e o Enigma do Príncipe, 2015, p.7-20.

⁷⁷ Cf. ROWLING, J.K. Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban, 2015, p.14.

⁷⁸ Cf. ROWLING, J.K. Harry Potter e a Ordem da Fenix, 2015, p.112.

⁷⁹ Dragões, Bicho-Papão, Hipogrifos, entre outros.

⁸⁰ GAMA-KHALIL, M.M. A literatura fantástica: gênero ou modo? In: Terra Roxa e outras terras – Revista de estudos literários, vol 26, 2013, p.18-31.

⁸¹ HANCIAU, N.T.J. O universo da feitiçaria, magia e variantes, 2009, p. 75-85

poder, diferentemente da tradição brasileira, que, influenciada por uma série de conflitos entre tradição cristã e religiões afro-brasileiras, denota, até meados dos anos 80 e 90 um sentido ruim ao “bruxo”, vinculando-o a características mal-intencionadas e sombrias.

Entretanto, essa tradição muda com o movimento de contracultura no Brasil, em que a bruxaria e as religiões vinculadas a essa recuperação do imaginário acerca do medieval, como a *Wicca*, bem como o sentido pejorativo, transformam-se, ganhando um novo significado e rompendo com a cultura tradicional. Um exemplo disso é o chamamento de Dumbledore; uma vez que o mesmo é descrito no livro e nos filmes como *wizard*⁸²(que geralmente é traduzido como mago para língua portuguesa), e quando traduzidos livros e filmes para o Brasil, o mesmo é colocado como bruxo. Um ponto crucial nessa transição pode ser considerado a ascensão da carreira literária de Paulo Coelho e seus romances ligados aos temas da bruxaria, tendo o próprio autor se autointitulado “mago” em determinado momento de sua trajetória. Dumbledore, ao ser chamado de bruxo, nos remete ao medieval e ao Renascimento, onde surge essa divergência.

O nome dado ao personagem, nosso objeto de pesquisa, pela autora, é de Albus Percival Wulfric Brian Dumbledore, o que já nos oferece elementos para compreender as relações que sua obra estabelece com um passado medieval. Percival nos remete a Perceval, um dos cavaleiros da Távola Redonda. Nos mitos arturianos, principalmente após os escritos de Chrétien de Trois e Robert de Boron⁸³, Merlin, um dos magos mais famosos da história da literatura, é o personagem que amarra a lenda de Arthur, já vigente, com a Távola Redonda.

Pela descrição da autora do primeiro livro, *Harry Potter e a pedra filosofal*, Dumbledore:

“Era alto, magro e muito velho, a julgar pelo prateado dos seus cabelos e de sua barba, suficientemente longos para prender no cinto. Usava vestes longas, uma capa púrpura que arrastava pelo chão e bota com saltos altos e fivelas. Seus olhos azuis eram claros, luminosos e cintilantes por trás dos óculos em meia-lua e o nariz muito comprido e torto, como se o tivessem quebrado pelo menos duas vezes”⁸⁴

82 Além de *wizard*, Dumbledore é chamado duas vezes *sorcerer*, um sinônimo daquele termo.

83 BOGDANOW, F. O Graal, Artur e Merlin segundo Robert de Boron, 1994, p.179.

84 ROWLING, J.K. Harry Potter e a Pedra Filosofal, Rio de Janeiro: Rocco, 2015, p.12.

Tais elementos apresentados, são de suma importância, pois fazem referência ao arquétipo de mago já mencionado anteriormente. Entretanto, para além das questões imagéticas salientadas pela autora, Dumbledore é o responsável por guiar Harry Potter desde a morte de seus pais até a batalha final contra Lord Voldemort. O mesmo é bastante procurado no decorrer da narrativa para solucionar os problemas que vão aparecendo no decorrer da trama, possui objetos e poderes que nenhum outro mago ou bruxo possui e, por tantos feitos heroicos, dignos de um verdadeiro sábio, guia e conselheiro, o mesmo é classificado como pertencente a “ordem de Merlin, Primeira Classe, Grande Feiticeiro, Bruxo Chefe, Cacique Supremo, [membro da] Confederação Internacional de Bruxos”⁸⁵, o que nos fornece mais um vínculo com essa adaptação e ressignificação. Mais uma vez uma menção da autora que retoma ao mago mais famoso do medievo, Merlin, que nasce dos poemas de Geoffrey de Monmouth e fornece elementos fundamentais para esse arquétipo que dá base a outros tantos magos, como Dumbledore.

Ainda sobre outros magos que dão base para a construção do personagem Dumbledore, devemos destacar a fundamental influência dos livros de Terence H. White, principalmente o primeiro de sua coleção arturiana, *The sword in the stone* (1938), em que o mesmo descreve Merlin com características bastante similares ao que foram adaptados e ressignificados por Rowling com Dumbledore:

“O ancião [...] estava vestido com uma toga larga com estolas de pelo que tinha bordados por cima os signos do zodíaco, com vários sinais cabalísticos, tais como triângulos com um olho dentro, cruzeiros esquisitas, folhas de árvores, ossos de pássaros e de mamíferos e um planetário cujas estrelas brilhavam como pedaços de espelho com o Sol a dar-lhes. Tinha um chapéu em bico, como o dos cábulas, ou como o toucado das damas daquele tempo, com a diferença de que as damas costumavam usar um bocado de véu a flutuar na ponta. Tinha também uma varinha de pau-santo, que pusera na erva junto de si e um par de óculos com armação de chifre [...]. Merlin tinha uma comprida barba branca e bigodes brancos compridos que pendiam de ambos os lados daquela”⁸⁶

⁸⁵ ROWLING, op. cit., p.42.

⁸⁶ WHITE, T.H. A espada na pedra, In: WHITE, T.H. O rei que foi e um dia será, 1958, p. 31.

Quando comparados, Dumbledore e Merlin possuem cabelos brancos, barbas longas, usam túnicas e óculos, têm varinhas e andam com um chapéu pontiagudo, elementos esses que fazem parte do arquétipo de mago. Não obstante, os enredos em que ambos se inserem também são bastante similares; ambos ajudam o herói desde criança, cuidam de sua formação, preparam-no para suas missões de vida, acompanham-no até o fim, mesmo que distantes. Tais elementos, participam da lógica druidística dentro da cultura céltica e é resgatado não só por White e adaptado por Rowling, mas aparece desde Geoffrey de Monmouth como elemento básico da construção do mago.

Como características principais de Dumbledore, podemos destacar a relação dialética que há entre o longânimo e o poderoso, o que auxilia Harry Potter, mas é temido pelo mago/bruxo mais maligno de todos os tempos.

Já a coleção cinematográfica que foi produzida pela Warner Bros. Pictures traz outros elementos fundamentais para nosso trabalho, como por exemplo a atuação dos dois atores que fazem o personagem: Richard Harris (ator dos dois primeiros filmes) e Michael Gambon (ator do terceiro em diante), que também destoa não só no modus operandi, mas na vestimenta também.



Figura 1: Quadro comparativo - Dumbledore de Richard Harris a esquerda e Dumbledore de Michael Gambon a direita.

Em primeiro lugar, deve-se destacar a interferência dos diretores no decorrer da coleção. O primeiro e o segundo filme⁸⁷ foram dirigidos por Chris Columbus, que sempre esteve bastante envolvido com filmes de aventura e/ou fantasiapassando pelo roteiro, produção até a direção, como Home Alone em aventura e Bicentennial Man de fantasia. Como característica fundamental de sua direção, temos uma paleta de cores bastante diversificada, o toque de aventura e fantasia bastante marcada pela atuação dos atores, bem como pela parceria de anos com o trilhista John Williams, no qual criou vários *leitmotifs*, destacando as partes de Voldemort e Hogwarts. Em dezembro de 2001, a associação canadense CRIA certificou a trilha sonora com um disco de ouro pela venda de mais de 50.000 cópias durante o ano.



Figura 2: Ronald Weasley (Rupert Grint) e Harry Potter (Daniel Radcliff) em Harry Potter e a pedra filosofal (2000).

Dumbledore nesses dois primeiros filmes, interpretado por Richard Harris, não passa o dinamismo e a agilidade de Dumbledore enquanto um mago/bruxo poderoso, entretanto atuava em torno da qualidade de conselheiro e guia de Harry. Usava roupas bastante coloridas, sorria bastante e demonstrava simpatia por tudo e todos.

O terceiro filme⁸⁸, um dos que mais destoam da literatura base, foi dirigido por Alfonso Cuarón. O diretor que é marcado por uma filmografia de suspense, ao entrar em conflito também com a troca de atores que faziam o

⁸⁷Harry Potter e a Pedra Filosofal [2001] e Harry Potter e a Câmara Secreta [2002].

⁸⁸Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban [2004].

personagem Dumbledore, e contando com a ajuda de Columbus como seu “conselheiro”, continua com o trilhista dos dois primeiros filmes, mas traz uma paleta de cores frias e uma atuação mais carregada de mistério e suspense.

Dumbledore aqui, interpretado por Michael Gambon, perde a característica de bondade e longanimidade que foi explorada por Harris, mas traz os outros elementos do Dumbledore literário, como a imponência, a agilidade e o poder. Aqui, acompanhando a paleta de cores, as vestes de Dumbledore são acinzentadas (ver figura 1), vestimenta essa que o acompanhará pelo resto do ciclo cinematográfico, demarcando não só a característica do terceiro filme, mas a mudança do *modus operandi* do personagem.



Figura 3: Harry Potter (Daniel Radcliff) e Professor Remo Lupin (David Thewlis).

Mike Newell é o diretor do quarto filme⁸⁹, o mais experiente como diretor dos diretores até então. O mesmo transitava entre a TV e o cinema desde 1964, entretanto, é um dos que mais trazem distanciamentos do suporte literário. No livro, após Dumbledore saber que Harry Potter é um dos escolhidos do cálice de fogo para disputar o Torneio Tribruxo, pergunta calmamente ao menino se o mesmo colocou seu nome no cálice⁹⁰, enquanto no filme Dumbledore pensa Harry Potter em uma bancada e o questiona em alta voz se o mesmo colocou seu nome no cálice.

⁸⁹ Harry Potter e o Cálice de Fogo [2005].

⁹⁰Cf. ROWLING, J.K. Harry Potter e o Cálice de Fogo, 2015, p.221.

O trilhista escolhido pelo diretor é o escocês Patrick Doyle, e três faixas da trilha são tocadas pela banda "As Esquisitonas" [WeirdSisters], todavia, a banda Wyrdsisters processa a produção do filme e seu nome não é nomeado na produção fílmica. A banda é composta por Jarvis Cocker (vocalis, também compositor das faixas) e Steve Mackey (baixo) da banda Pulp; Jonny Greenwood (guitarra) e Phil Selway (bateria) do Radiohead; Jason Buckle (guitarra base, co-autor de "Do the Hippogriff") da All Seeing I e Steven Claydon (teclados e gaita de foles) de Add N to (X).

Do quinto filme em diante⁹¹ o diretor responsável pelos filmes é David Yates, sendo que os últimos dois filmes, contam com a Rowling como produtora. Este, no quinto e sexto filme, ignorou elementos que os fãs do suporte literário aguardavam nas adaptações cinematográficas, o que, pela participação da Rowling na produção do sétimo, parte 1 e 2, não ocorreu.

As trilhas dos dois primeiros que o mesmo dirigiu ficou sob responsabilidade de Nicholas Hooper, e os dois últimos sob a orquestração, maestria e composição do francês Alexandre Despat. Ambos deram seus toques pessoais de composição as trilhas. Enquanto o primeiro trazia composições bastante alegres e "coloridas", o segundo trazia composições mais introspectivas com elementos épicos, que causavam a sensação de tensão até mesmo para confluir com a ideia do roteiro e da história: a batalha final entre o vilão e o herói.

Considerações Finais

As adaptações cinematográficas não têm o compromisso de serem fieis totalmente as obras base de seus roteiros, no caso aqui, os livros de Joanne K. Rowling. A autora criadora do personagem, baseia-se em elementos de um arquétipo de mago, que vem sendo adaptado a novos contextos e ressignificados por diversos magos. Tal movimento é bastante importante, e, não obstante ao grau de importância que tal máxima tem para nossas análises, a mudança de diretor, bem como a de ator transforma o *modus operandi* do personagem, são elementos importantes a serem destacados e pensados.

⁹¹Harry Potter e A Ordem da Fenix [2007], Harry Potter e o Enigma do Príncipe [2009], Harry Potter e as Relíquias da Morte parte 1 e 2 [2010].

A maioria dos elementos adaptados e ressignificados de Dumbledore são inspirados no personagem Merlin de Terence H. White, autor da série *O rei que foi e um dia será* (1958) e os elementos druidísticos estão presentes em todos os magos, bem como em suas adaptações cinematográficas, caracterizando um dos elementos que perduram e continuam na representação imagética dos magos e os enredos em que esses se inserem.

Referências Bibliográficas

BOGDANOW, F. **O Graal, Artur e Merlin segundo Robert de Boron**, 1994

BORGES, V. R. *História e literatura: algumas considerações*. In: **Revista de Teoria da História** Ano 1, Número 3, junho/ 2010, p. 94-109

GAMA-KHALIL, M.M. A literatura fantástica: gênero ou modo? In: **Terra Roxa e outras terras – Revista de estudos literários**, vol 26, 2013, p.18-31.

GUARANHA, Manoel Francisco. Literatura e cinema: da palavra à imagem— adaptação e recriação. In: **Cinema, literatura e história**. Santo André: UniABC, p. 25-47, 2007.

HANCIAU, N. **O universo da feitiçaria, magia e variantes**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 44, n. 4, p. 75-85, out./dez. 2009

HARRY Potter e a pedra filosofal. Direção: Chris Columbus. Produção: David Heyman. Reino Unido/ Estados Unidos: WarnersBros. Pictures, color, 2001, DVD 1.

HARRY Potter e a câmara filosofal. Direção Chris Columbus. Produção: David Heyman. Reino Unido/ Estados Unidos: Warner Bros. Pictures, color, 2002, DVD 1.

HARRY Potter e o prisioneiro de Azkaban. Direção: Afonso Cuarón. Produção: David Heyman. Reino Unido/ Estados Unidos: Warner Bros. Pictures, color, 2004, DVD 1.

HARRY Potter e o cálice de fogo. Direção: Mike Newell. Produção: David Heyman. Reino Unido/ Estados Unidos: Warner Bros. Pictures, color, 2005, DVD 1.

HARRY Potter e a ordem da fênix. Direção: David Yates. Produção: David Heyman. Reino Unido/ Estados Unidos: Warner Bros. Pictures, color, 2007, DVD 1.

HARRY Potter e o enigma do príncipe. Direção: David Yates. Produção: David Heyman. Reino Unido/ Estados Unidos: Warner Bros. Pictures, color, 2009, DVD 1.

HARRY Potter e as relíquias da morte. Direção: David Yates. Produção: David Heyman. Reino Unido/ Estados Unidos: Warner Bros. Pictures, parte 1 e 2, color, 2010, DVD 1 e 2.

MELETÍNSKI, E. M. **Os Arquétipos Literários**. Trad. Aurora Fornoni Bernardini; Homero Freitas de Andrade; Arlete Cavaliere. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

NAPOLITANO, M. "Fontes audiovisuais: a história depois do papel" IN:

PINSKY, Carla B. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

READ, H. **A estética do filme. A idéia do cinema**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 35-40, 1969.

ROWLING, J. K. **Harry Potter e a pedra filosofal**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

_____. **Harry Potter e a câmara secreta**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

_____. **Harry Potter e o prisioneiro de Azkaban**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

_____. **Harry Potter e o cálice de fogo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

_____. **Harry Potter e a ordem da fênix**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

_____. **Harry Potter e o enigma do príncipe**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

_____. **Harry Potter e as relíquias da morte**. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

SILVA, D. G. G e FURTADO JR. H. F. A morte, o príncipe e o cavaleiro: das ressignificações do encontro com a morte em Poe e Bergmann. **Revista Signum**, 2015, vol.16, n.1, p.154-175.

WHITE, T. H. **O rei que foi e um dia será Vol 1 e 2**. Sintra: Publicações Europa América, 1958.



**O BOSQUE MAL. CÂNDIDO RONDON NA DIMENSÃO URBANA:
CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE LONDRINA NA DÉCADA DE 1950 EM
REGISTROS FOTOGRÁFICOS**

Larissa Martins Buono
Mestranda em História Social⁹²
(PPGHS/ Universidade Estadual de Londrina)

Resumo. Este artigo propõe algumas abordagens de pesquisa mais ampla que ainda está em discussão e que se referem à urbanização de Londrina na década de 1950 tendo como objeto o Bosque Mal. Cândido Rondon. O bosque foi a área verde preservada como “jardim” desde a década de 1930 quando da municipalização de Londrina, e hoje compõe uma trilha interpretativa que se pretende oficialmente ser centro histórico patrimonializado, juntamente com seu entorno. Utilizando como fonte primária parte da coleção de fotografias de Oswaldo Leite, naquele momento funcionário da Prefeitura Municipal de Londrina (PML), buscou-se neste texto historicizar a produção destas imagens durante alguns anos da década de 1950 e sua trajetória até fazer parte da Coleção da PML, presente até hoje no Museu Histórico de Londrina. Para isto, fizemos uma contextualização da historiografia de Londrina no período eleito e abordamos os trabalhos que tem o Bosque Mal. Cândido Rondon como tema e as fontes principais utilizadas.

Palavras-chave: Bosque Mal. Cândido Rondon; História de Londrina; Memória.

⁹² Orientadora: Prof^a Dra. Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez (UEL).

A Nova história cultural em voga no final da década de 1980 possui peculiaridades que a identifica, particularmente visível na história das cidades. “[...] Certas teorias culturais fizeram com que os historiadores tomassem consciência de problemas novos ou até então ignorados, e, ao mesmo tempo criassem por sua vez novos problemas que lhe são próprios.”

[...] A história política das cidades, a ‘história municipal’, como se pode chamar, vem sendo praticada desde o século XVIII, talvez antes. A história econômica e social das cidades tomou impulso nas décadas de 1950 e 1960. A história cultural das cidades é ainda mais recente [...]. Ao que veio ser um novo estilo de história cultural, à expansão do domínio da ‘cultura’ e à ascensão do que passou a ser conhecido de teoria cultural [...]. (BURKE, 2005, p.69-70)

A urbanização era vista como ação de ordenamento do espaço e do cidadão, normatizados por saberes técnico-científicos incontestáveis para a época. A multidisciplinaridade foi instrumento fundamental para os estudos urbanos nas análises historiográficas no sentido amplo, pois acolhem escritos de sociólogos, economistas, geógrafos, antropólogos e arquitetos. (BRESCIANI, 2012). A pesquisadora aponta que o vocabulário próprio do urbanismo, o “campo conceitual”, começou a delimitar-se no século XVIII quando:

se evidencia um forte e inseparável vínculo entre os preceitos do higienismo e sua tradução em termos da Engenharia Civil e da Arquitetura, não se pode ignorar estarem também inscritas preocupações éticas e moralizantes de religiosos, filósofos, filantrópicos, reformadores sociais e literatos. Trata-se, pois, da formação de um complexo campo transdisciplinar [...] por posições políticas em constantes movimentos e pelos interesses econômicos e financeiros de proprietários e empresários [...]. (BRESCIANI, 2012, p. 148).

Num tocante aos centros urbanos já formados no Brasil, a exemplo de São Paulo, na década de 1920 muito se falava sobre projetos de reformas urbano-culturais. Valemo-nos de Nicolau Sevcenko (2003) para a valorização da cultura urbana no que ele chamou de “frementes anos 20”. Ele nos enriquece com os aspectos da modernidade. Aliás, demonstra como a modernidade esquiva-se a uma definição, mas oferece uma série de fatores que a caracterizam.

A aceleração do tempo após a Guerra de 1914 é vista por Sevcenko (2003, p. 310) como um sintoma resultante das transformações tecnológicas

em escala mundial, concretizada, mais notadamente, nas novas megalópoles modernas: “elas têm temporalidades e ritmos que lhes são próprios e que estão mais próximos do que qualquer outra parte dos impulsos mecânicos e automáticos dos equipamentos modernos”. Assim, a notável aceleração do tempo lança luz à tomada de ações, estas que vão configurando as cidades que num contexto amplo correlacionam-se às tecnologias, urbanização, industrialização, imigração, migração.

À efeito dos exponenciais processos históricos do início do século XX a cidade de Londrina, situada no norte paranaense, foi marcada por configurações urbanas que estiveram (e ainda estão) em constantes e rápidas modificações. Sobre a formação e construção de Londrina em sua maior parte responsável pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)⁹³, entre as principais pesquisas que compõe a historiografia consagrada sobre a região citamos a de 1993, “O Eldorado: Londrina e o norte do Paraná (1930-1975)” do historiador José Miguel de Arias Neto que aborda a representação da cidade sob o ponto de vista político-ideológico em torno do terras da promessa do “Eldorado”, e a tese de 1997 de Nelson Dárcio Tomazi “Norte do Paraná: história e fantasmagorias” que questionam as memórias, primeiras e oficiais, na ocupação das terras no Norte do Paraná no chamado “vazio demográfico”. Cultura, cidadania, cotidiano, progresso, cafeicultura, poderes políticos, boemia, prostituição, minorias, policiamento, trabalhadores foram (e são) temas pesquisados sobre a cidade de Londrina⁹⁴.

Uma recente publicação de Richard Gonçalves André (2014, p.75-92) fruto de pesquisa preliminar defendida em 2006 possui um capítulo com um detalhado levantamento memorialístico da manutenção das nossas memórias entre 1930-1970 (o que não é objeto de sua pesquisa que, aliás, tem um valor

⁹³ Empresa britânica que, com apoio governamental foi responsável pelo loteamento e venda das primeiras terras até então povoadas pelo nativos indígenas e caboclos.

⁹⁴ Teses e dissertações se consagraram por enriquecer a historiografia sobre a região. Algumas foram citadas. Além delas apontamos: ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. **Imagens do progresso:** civilização e barbárie em Londrina – 1930/1960. Dissertação (Mestrado em História Social) - UNESP, Assis, 1991; CASTRO, R. A. A.. **O Cotidiano e a Cidade:** Práticas, Papéis e Representações Femininas em Londrina (1930-1960). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – UFPR, Curitiba, 1994; TOMMASINO, K.. **A História dos Kaingáng da bacia do Tibagi:** Uma sociedade Jê Meridional em movimento. Tese (Doutorado em Antropologia) – USP, São Paulo, 1995; ROLIM, R. C. **O policiamento e a ordem:** repressão e violência (1948-1962). Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Assis, 1996.

muito além disto) sob a luz de Peter Burke (2000), a saber, que determinados grupos podem utilizar estratégias que definam e mantenham as memórias e identidades de/numa sociedade. Isto ocorreu num primeiro momento pelo discurso elegido pela companhia e mais tarde por grupos sociais e seus aparatos ideológicos que representassem a classe dominante do poder naquele momento,

Porém, a partir do final de 1980 e no decorrer dos anos de 1990, pode-se perceber um caráter de revisionismo na historiografia regional, bem como a exploração de territórios do conhecimento ate então inexplorados ou silenciados. (ANDRÉ, 2014, p. 75)

Lançamos mão de André (2014), pois ele vem sendo, entre outras contribuições não abordadas neste momento, um norteador para rigor teórico-metodológico. À luz de grandes nomes (BURKE, 2004; GINZBURG, 1989; KOSSOY, 1989; SONTAG, 1981) o historiador tem como uma de suas áreas de interesse de atuação a imagem fotográfica e a produção imagética.

Há um trabalho na área de Comunicação que teve como objeto as fotografias de Oswaldo Leite de modo a comprovar a capacidade da fotografia de “atuar como auxiliares na recuperação de fragmentos históricos da cidade retratada” (UNFRIED, 2006). Seus métodos são sustentados por depoimentos orais, uma vez que para Rosana Unfried a fotografia seria um disparador do gatilho da memória. Este procedimento é visto pela equipe de pesquisadores ao qual ela compõe como uma metodologia inovadora para área da comunicação haja vista que o conceito “gatilho da memória” seria muito discutido, porém só sendo usado como ferramenta metodológica por eles. Lembramos que parte do nosso objetivo da pesquisa em desenvolvimento é, justamente, discutir estes saberes relacionados ao vasto e antigo campo da museologia histórica. É o acervo que faz do museu um lugar de memória, mesmo porque o patrimônio de um povo/ uma cidade não é seu passado, pois tem a finalidade em certificar identidade e afirmar valores no presente. [NORA, 1993; POULOT, 2009]

A pesquisa em comunicação tem o mérito em contribuir para a (re)construção das memórias. Para os saberes da ciência histórica as imagens (como pintura ou fotografia) carregam metodologias próprias de fonte histórica e que vem sendo utilizadas há muitas décadas. A rigor da tarefa que faz o

historiador, disse Michel Certeau (2011) que a “operação historiográfica” refere-se às combinações de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita.

Considera-se que a fonte histórica não carrega uma verdade absoluta, mas que sua representação não a destituiu de fonte histórica. Para a representação de tais fontes é necessária sua interpretação iconográfica e iconológica (KOSSOY, 2002 apud ANDRÉ, 2014). Primeiro desmonta-se seus elementos de composição do primeiro olhar de representação, objetos, pessoas, espaço, além das técnicas utilizadas na fotografia e também o contexto histórico de sua produção. No segundo momento usamos esta iconografia já feita posta em diálogo com a análise iconológica de identificação dos detalhes. (ANDRÉ, 2014, p. 26-37). O objeto fotográfico é representação (CHARTIER, 2002) de uma realidade que situado metrologicamente atesta uma nossa representação ao observador que o faz com rigor. Em Chartier (1990 p. 16-7), “a história cultural tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. História cultural, história das mentalidades, história intelectual, são tantas contribuições de Chartier sobre os pensamentos próprios da história. Assim, é fundamental que pensemos – aliás, como metodologia própria da análise de fotografia – entre outras indagações, onde estão estas fontes, quem as guarda, para que público consumir. Ora, as fotografias de Oswaldo Leite estão no MHL, certificador legítimo de identidades com papel também de manter a história do patrimônio e as maneiras como a sociedade constrói seu patrimônio. Ainda estão resguardadas na coleção da Prefeitura Municipal de Londrina. Sabemos que os discursos nunca são neutros, carregam intencionalidades próprias pelos agentes envolvidos.

Segundo Hobsbawm (1998) a ideia de se preservar um legado histórico é uma forma de estabelecer “o sentido do passado” no tempo presente por meio das construções de relações, de identidades, trajetórias políticas, projeções de perspectivas futuras. Além do já exposto, como historiadora (embora não adentremos ao tema) não poderíamos deixar de citar os saberes específicos do ensino de história/ didática da história: Na perspectiva de Rüsen (2006) o conhecimento histórico não deve ser desconectado da experiência do sujeito, visto que esta experiência o orienta intencionalmente no tempo,

conduzindo assim a compreensão desse sujeito no mundo. Sabendo que o aprendizado histórico não deve ser meramente a aquisição de fatos acumulados, mas sim um conhecimento que atue nos “arranjos mentais” dos sujeitos a História engloba saberes teórico-metodológico próprios fornecendo as estes uma compreensão contextualizada dos processos humanos no passado e no presente e perspectivando o futuro.

Até o presente foram identificados e estudados dois trabalhos nos quais se referem especificamente ao Bosque Mal. Cândido Rondon. O mais recente, de 2010, em monografia de Fernanda Cequalini Frozoni “Bosque Marechal Cândido Rondon (1950 a 1970): Referência e patrimônio londrinense?”. Com base em jornais antigos e recentes, fotografias, plantas, mapas, entrevistas e bibliografias locais, a autora elucida o bosque como local de forte representatividade para a cidade e seus moradores uma vez que destaca que o trabalho tem como objetivo principal reforçar a ideia de que o espaço é um patrimônio e necessita ser conservado (2010, p. 17).

A pesquisa pioneira, de 2007, é resultado de discussões em Projeto de Extensão do Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina (IPAC)/UEL com alunos e professores de Ciências Sociais, História e Arquitetura. Escritos por Ana Maria Chiarotti de Almeida e Sônia Maria Sperandio Lopes Adum, “Memória e Cotidiano do Bosque” faz um leitura dos usos e apropriações do bosque e o modo como seus frequentadores significam e (re)significam o presente e o passado local. É uma expressão de posicionamento do IPAC para registro da memória e do entendimento de Patrimônio Cultural da cidade. A pesquisa reconstrói o passado do bosque desde a aquisição das terras no Norte do Paraná pela Companhia de Terras (CTNP) sendo que em 1929 teve sua área “definida no projeto de organização espacial, elaborado pela CTNP, como espaço público, e, desta forma, cedido à prefeitura” (ALMEIDA; ADUM, 2007, p. 10). Dentro do nosso recorte temático e temporal, foram 03 imagem utilizadas naquela pesquisa, com a indicação de que o bosque passava por reformas urbanas (p.15).

O Bosque apresenta-se desse modo, enquanto bem cultural na medida em que é através das práticas cotidianas vivenciadas nesse espaço, que os diversos grupos constroem suas representações e redes de sociabilidade e é através dessa apropriação que se configura a memória coletiva, matéria-

prima para uma outra perspectiva do processo histórico. (2007, p. 29)

Além das imagens, fonte importante para a pesquisa foram as entrevistas. E finaliza:

Diante do abandono, da insegurança e do perigo que o Bosque atualmente apresenta, esses frequentadores apontam para a necessidade de preservá-lo, através de ações do poder público. Pois, enquanto patrimônio cultural da cidade deve se transformar em espaço de fruição coletiva. (2007, p.61)

Na objetividade do uso das imagens de Oswaldo como fonte (entre outros) para chegar ao nosso objeto que é o Bosque, discordando de que:

elas [as fotos] somente serviam para ilustrar relatórios de prestação de contas [...] uma vez que houve publicação dessas imagens com o intuito de promover este ou aquele prefeito, esta ou aquela empreiteira, tampouco com o intuito de atrair migrantes para aquela região. (UNFRIED, p. 26)

Pois, “as representações do mundo social [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17). Uma vez que os discursos nunca são neutros, e os saberes técnicos da urbanização é executado e registrado conforme imagens e outras fontes, promove-se sim uma intencionalidade nas representações de Oswaldo.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores [...]. (CHARTIER, 1990, p. 17).

De todo modo, reconhecendo a produção da imagem e sua preservação no MHL, focamos no Bosque como espaço de sociabilidade gerido pelo município.

Em 1929 Londrina teve a primeira demarcação de suas terras, depois foi decretada como município em 3 de dezembro de 1934, e em janeiro

de 1938 foi instituída a comarca de Londrina. A década seguinte foi de desenvolvimento urbano e fortalecimento comercial.

Londrina, já nos anos 50, emergiu no cenário nacional como importante cidade do interior do Brasil. Neste período, apresentou considerada expansão urbana em razão da produção cafeeira no norte do Paraná, em especial na cidade de Londrina, o que levou à intensificação do setor primário de toda região. Nesta década a população passou de 20.000 habitantes para 75.000, sendo que quase metade se encontrava na área rural. (LONDRINA, 2016)

Hoje Londrina é a terceira maior cidade do sul do Brasil e segundo estimativa do IBGE para 2017 possui 558 mil habitantes, estando em 18º posição entre as cidades com mais de 500mil habitantes (exceto capitais). Assim, para organizar o município de forma integrada, em 1993 foi instituído em Londrina o órgão do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), “[...] um órgão-chave na definição de inúmeras diretrizes que têm influência direta na qualidade de vida da população”. (LONDRINA, 2013).

O primeiro plano de obra na cidade foi no ano de 1951 quando integrantes Câmara municipal de Londrina apresentaram projeto de lei nº 28/51 que foi sancionado e convertido na Lei 133 em 27/12/1951, promulgada pelo então prefeito Milton Ribeiro de Menezes e que teve consultoria do ex-prefeito de São Paulo (1938-1945) Francisco Prestes Maia, engenheiro e arquiteto pela Politécnica de São Paulo. O “Plano de Obras” nos referencia as datas e o conteúdo que dispõe sobre arruamentos, zoneamentos, loteamentos e outras providências.

Cap II - Determinações Gerais:

[...] Art. 11º - Os arruamentos e loteamentos deverão atender em sua concepção geral: [...]

d) – à adaptação ao terreno, **preservação** dos acidentes interessantes, **belezas naturais**, pontos de vista panorâmicos etc;.

e) **às melhores normas de urbanismo** (LONDRINA, 2016, grifo nosso).

Oswaldo Leite, servido municipal que era “testemunha da urbanização”, registrou em imagens fotográficas as obras técnicas do Plano de Obras que estavam sendo executadas e fiscalizadas. No Cap III – Ruas e logradouros se vê a importância para a delimitação dos espaços destinados à preservação das

belezas naturais. Para arruamentos de área iguais ou superiores a 30mil m², no mínimo 20% devia ser destinado às áreas públicas e,

Além destes espaços destinados a via de comunicação, haverá ainda uma proporção para espaços livres (praças, jardins, parques) não inferior a 6% da área total do terreno, na zona urbana; 10% na área suburbana; 12% na área rural adjacente a qualquer das anteriores; e 14% na zona rural, não adjacente, isto é, no caso de criação de povoação nova. (LONDRINA, 1952)

Desde modo, seguirmos o caminho da urbanização da cidade nos anos seguintes ao “Planejamento de Obras”, de 1951, e as medidas de criação e preservação das áreas verdes, áreas de lazer, praças, bosques como concepção de bem cultural necessário à comunidade londrinense. Para o desenvolvimento da pesquisa estamos realizando um mapeamento das fotografias de Oswaldo Leite que compõe parte significativa da coleção “Prefeitura Municipal de Londrina” do acervo do Museu Histórico de Londrina (MHL) e seu cruzamento com outras fontes pertinentes ao tema, tais como o Plano de obras. Delimita-se a década de 1950 por ser o momento de implantação do plano e momento de elevado crescimento da área urbana. Também porque o momento histórico estava imbuído de características urbanas ligadas à modernidade e de abundantes tentativas em estabelecer uma identidade da cidade, identidade esta que se mantém como memória preservada no acervo do MHL. Esta é a primeira década de produção de Oswaldo Leite, tendo em vista que ele fotografou até o fim da década de 1970.

No bosque, detectamos que a ações ocorreram a partir de 1955. Leite registrava alguns dados no verso nas fotografias. Embora muitas delas tenham sido coladas em papel cartolina, foi possível detectar data registrada em verso de fotografias anteriores às intervenções no bosque. Notamos que ele registrava a situação anterior e posterior às obras de sua equipe.

Nossa intenção é investigar os saberes e práticas urbanísticas da cidade de Londrina por uma das primeiras representações fotográficas “oficiais” do município⁹⁵, que foram acolhidas e estão preservadas no MHL.

⁹⁵ O primeiro fotógrafo oficial, ainda da CTNP, era Hanp Kopp que atendia quando solicitado pela Companhia, pois morava em Ourinhos. Isto também colaborou para que a Companhia passasse a solicitar os serviços de José Juliani, migrante que residia em Londrina e que veio a ser o segundo fotógrafo. (ANDRÉ, 2014, p. 91-3). Após Juliani entendemos que Oswaldo Leite, ainda que não fosse fotógrafo oficial antes de 1970, já cumpria este papel.

Oswaldo Leite foi admitido na Secretaria de Obras e Urbanismo de Londrina em 1942 e em 1950 assume função de Oficial Administrativo do Departamento de Obras e Planejamento (D.O.P.). Nesta década começa fotografar obras na cidade embora só tenha sido admitido como fotógrafo da prefeitura em 1970, momento em que retorna à Prefeitura depois de aposentado. Ainda que num primeiro momento não tenha sido registrado como fotógrafo oficial da cidade, na prática ele foi. Em nome da Prefeitura, Hélio Silva, que sucedeu o fotógrafo foi quem entrou em contato com o MHL para salvaguardar os preciosos documentos. Leite teve a perspicácia de assinar, datar, e identificar a localização de todos os seus registros, embora alguns tenham se perdido por terem sido colados em papéis tipo cartolina.

Fotografias e fotogramas foram encaminhados ao MHL e regulamentados em 07/06/1990 sob “Convênio de Cessão” para permissão de uso. Segundo informações da Técnica em Assuntos Culturais do Museu⁹⁶, Célia Rodrigues de Oliveira que fizera parte daquele processo juntamente com a Técnica Aurea Keiko, os documentos encontravam-se abandonados em barracão na Prefeitura, dispostos em baús e sem quaisquer medidas de conservação. Os documentos cedidos estão organizados de um modo geral por décadas. Entre fotografia e fotogramas do arquivo da Prefeitura Municipal de Londrina são:

- Década de 1950, 2.278 imagens. Todas inventariadas e catalogadas. O processo de digitalização e indexação à base de dados - aspectos das condições físicas dos objetos e componentes de identificação - foi processado sob execução de projeto com apoio do Programa de Incentivo à Cultura (PROMIC);

- Década de 1960 e 1970, 11.738 imagens. Em processo de catalogação, sendo que mais da metade já está concluída;

- Década de 1980, 33.735 imagens somente inventariadas. É possível que nem todas sejam de Oswaldo Leite.

- Uma segunda remessa da prefeitura foi feita em 15/07/2010 por funcionária do Arquivo da PML identificada como Silvia e são referente às

⁹⁶ Estas conversas acontecerem nos meses de agosto e setembro de 2016 em atendimento agendado e registrado pelo Museu. Além disto estas e outras informações foram revisadas em Unfried (2016) a partir de entrevista ao filho do Oswaldo Leite, Otacílio Leite, em agosto de 2013.

décadas de 1980 e 1990 com total de 12.918 imagens. Estas foram somente inventariadas e não são de Oswaldo Leite.

- Doação de Otacílio Leite referente ao acervo pessoal do pai, Oswaldo Leite. Aproximadamente 1.000 imagens da década de 1970 a serem trabalhadas.

Destes aproximadamente 61.669 objetos (haja vista a doação particular não ter quantidade oficial) foram selecionados aqueles pertinentes à década de 1950. Facilitadas pela já concluída catalogação e digitalização é possível estabelecer um padrão peculiar do estilo fotográfico, que num primeiro momento poderia dizer ser registro da execução de obras da urbanização.

Concluimos que as fontes das quais dispomos são ricas de detalhes das situações daquele momento do boques: a movimentação dos transeuntes, aspectos da vizinhança, das configurações sociais naquele momento. Desta configuração social entende-se, por Norbert Elias (2000) a compreensão dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais. No diálogo ainda em andamento com estas fontes, já podemos traçar que estas imagem de Leite correspondem a execução do plano de urbanização promulgado pelas instancias políticas da época pelo município de Londrina e que visava, entre outros aspectos, propiciar aos cidadãos área de lazer como um benéfico direito de espaço que já vinha sendo espaço de sociabilidade, lugar de passagem, de conversas fortuitas, encontros marcados, eventos programados - aspectos que semeiam nossa problemática -.

A pesquisa realizada até o presente nos fornece subsídios para outra fase em que buscamos abordar a memória que o Museu de Londrina quer apreender da cidade e a importância da coleção da PML como objeto de memória que é. A quem se pode atingir esta memória, quais significado damos aos espaços de sociabilidade e no que resulta ao cidadão?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de; ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. **Memória e cotidiano do Bosque**. Londrina: Eduel, 2007.
- ANDRÉ, Richard Gonçalves. **O paraíso entre luzes e sombras**: representações da natureza em fontes fotográficas (Londrina, 1934-1944). Londrina: Eduel, 2014.
- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**. Representações da política em Londrina (1930-1975). São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 1993.
- BRESCIANI, Maria Stella . A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar?" In: FREITAS, J.F.B.; MENDONÇA, E.M.S. (Org.). **A construção da cidade e do urbanismo**: ideias têm lugar? Vitória-ES: EDUFES, 2012. p 141-159.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Butrand Brasil, 1990.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: a sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FROZONI, Fernanda Cequalini. **Bosque Marechal Cândido Rondon (1950-1970)**: Referência e patrimônio londrinense?. 2010. 96f. Monografia (Pós-graduação em História) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.
- HOSBAWM, Eric. O sentido do passado. In: _____ **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 22-33.
- IBGE. **IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios para 2017**. 2017. Disponível em:<<http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>>. Acesso em: 30/ago. 2017.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LONDRINA, Câmara Municipal de. Decreto-lei nº 133, de 27 de dezembro de 1951. Dispõe sobre arruamentos, loteamentos, zoneamentos dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Londrina, PR., 1 fev. 1952. Número 2, p. 155-201.

LONDRINA, IPPUL - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina. **Leis Históricas**. 2016. Disponível em: <<http://ippul.londrina.pr.gov.br/index.php/leis-historicas.html>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

LONDRINA. IPPUL - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina. **Quem somos**. 2013. Disponível em: <<http://ippul.londrina.pr.gov.br/index.php/quem-somos.html>>. Acesso em 29 nov. 2017.

NORA, Pierre. Tradução de Iara Aun Khoury. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, **Projeto História**, São Paulo, (10), p. 7-28, dez. 1993.

POULOT, Dominique. **História do patrimônio no ocidente, séculos XVIII- XXI: Do monumento aos valores**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação liberdade, 2009.

RUSEN, Jorn. Razão histórica. **Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

UNFRIED, Rosana Aparecida Reineri. **Fotografia e documentação urbana: as imagens de Oswaldo Leite como auxiliares na recuperação de fragmentos históricos de Londrina**. 2016. 126 f Dissertação (mestrado em comunicação) – Centro de Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.



HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO: DO CAMPO ACADÊMICO PARA O CAMPO ESCOLAR

Gleisson Ramiro Cabral
(Bolsista PIBID/ID/CAPES História - Uem)

Resumo. O presente trabalho trata-se de um relato de experiência de uma atividade desenvolvida no Pibid do Colégio Estadual Alfredo Moisés Maluf (Maringá-PR). A realização se deu em turmas de 2º ano do Ensino Médio. Nossa proposta foi trazer para alunos, que estão próximos de ingressar no Ensino Superior, uma noção de como é o Curso de História-Uem. Buscamos adaptar a experiência obtida da disciplina acadêmica optativa História da Alimentação no campo escolar, uma vez que, acreditamos que cabe ao professor se atentar para esse processo de articulação entre o saber acadêmico e o saber escolar. Nosso enfoque foi a alimentação africana no Brasil uma vez que a disciplina esteve direcionada ao estudo de aspectos dos povos africanos no Brasil. Esta atividade possibilitou aos alunos entenderem que a História pode ser estudada por meio de diversas temáticas. A aula referente ao conteúdo “Os africanos no Brasil”, foi ministrada por nossa supervisora e nela foram abordados aspectos culturais, escravidão e resistência. Coube aos pibidianos articular o conteúdo com a História da alimentação, em uma segunda aula. Destacamos os principais pratos de origem africana e pedimos aos alunos que trouxessem na próxima aula o prato escolhido juntamente com uma pesquisa sobre o mesmo. Nesta terceira aula, os alunos realizaram a apresentação da pesquisa e ao fim realizou-se a degustação. A degustação foi um momento de descontração, mas também de muito aprendizado. A ideia foi mostrar que há muitos alimentos que ingerimos diariamente que tem origem africana. Isto fez o aluno perceber que os negros fazem parte da história do Brasil e que eles têm uma forte influência em nosso país.

Palavras-Chaves: Alimentação africana no Brasil; Curso de História; Saber acadêmico; Saber escolar; Pibid.

Introdução/justificativa

A atividade aqui relatada, trata-se de uma experiência realizada no Colégio Estadual Alfredo Moisés Maluf (Maringá-PR) em turmas do 2º ano de Ensino Médio.

Nossa proposta levou em consideração o fato destes alunos estarem a caminho do Ensino Superior. Assim, buscamos levar aos estudantes uma visão de como é o curso de História-UEM.

Os alunos estavam estudando a temática os “Africanos no Brasil”, nesse contexto introduzimos um aprofundamento no tema sobre História da Alimentação de forma a evidenciar os pratos de origem africana na culinária brasileira e ao mesmo tempo mostrar que a História pode ser estudada por meio de diversas temáticas, ampliando assim a visão do aluno sobre a História.

Na Universidade, tivemos uma disciplina optativa chamada História da Alimentação. A ideia foi levar para a sala de aula, a experiência que tivemos na disciplina. Para tanto, buscamos adaptar esta experiência para que se tornasse adequada para se trabalhar com os alunos. Partimos então do conceito de Transposição Didática.

A temática História da Alimentação é, hoje, considerada um objeto de estudo, utilizada pelos historiadores para refletir sobre a dinâmica social. A alimentação vai além da necessidade nutricional, biológica. É também histórica, pois muitos fatos históricos estão relacionados com a alimentação. Na visão de Pestana:

A história também pode ser entendida através da evolução dos hábitos e costumes alimentares. Além de ser parte importantíssima da sobrevivência material da espécie, a alimentação está ligada a questões culturais e religiosas, a distinções sociais, étnicas, regionais e até de gênero, a problemas ambientais, ao desenvolvimento econômico, às relações de poder e tantos outros assuntos que demandam atenção dos historiadores. Por isso, o tema da alimentação é interessante para a História. (PESTANA, 2013, p. 95.)

Outro fator importante da História da alimentação é que seu uso em sala de aula de aproxima do cotidiano do aluno, já que hábitos alimentares estão presentes na vida das mais diferentes categorias sociais.

Ao levar a história da alimentação para a sala de aula buscamos fazer com que os alunos compreendessem que seus hábitos alimentares dizem

muito sobre sua ancestralidade. A intenção foi mostrar que há muitos traços, hábitos culturais e alimentares presentes no nosso país, que trazem consigo toda a história brasileira. Pestana diz que:

A identidade de uma nação, de uma região ou de um grupo, em larga medida, pode ser observada pelas suas características gastronômicas, seus rituais de consumo de alimentos, sua padronização no compartilhamento da comida, nos acessórios mobiliários utilizados durante a refeição e em uma série de outras características que envolvem a temática. (PESTANA, 2013, p. 100.)

Nossa forma de trabalhar levou em consideração a transposição didática que busca articular o campo acadêmico com o campo escolar. Notamos que são ambientes diferentes, mas que podem se relacionar, através de um mediador, que nesse caso é o professor. Nota-se a importância do educador no processo de exploração de ambientes educativos, pois ele articula-se de acordo com cada ambiente e com cada público que lida.

Almeida diz: “o professor segue construindo -se no espaço que ocupa, e essa construção se dá quando o espaço em que está inserido, já é ou será, mediante transformação que ele poderá implementar, um ambiente educativo.”

A transposição didática entra nesta discussão como uma maneira de se ensinar em moldes novos, rompendo com o ensino tradicional. É necessário, portanto, a contextualização na transmissão de conteúdo do campo acadêmico para o escolar. Essa adaptação deve ocorrer uma vez que o saber científico, passa por transformações até se tornar em saber ensinado e aprendido.

A temática dos negros no Brasil, pode e deve ser trabalhada pelo viés cultural, pois as marcas culturais estão presentes na sociedade brasileira até a atualidade. Os alunos devem perceber que os negros, fazem parte da história de nosso país e que não há motivos para haver preconceito ou exclusão em relação a estes. A partir do momento em que o aluno reconhece que sua alimentação é de origem africana, ele passa a perceber o quão presente os negros estão em nosso cotidiano.

Trabalhar na sala de aula temas como a alimentação, além de reforçar o conteúdo, torna a aula mais envolvente. Isto foi perceptível na aplicação desta aula.

O desenvolvimento do nosso trabalho ocorreu após a aula em que nossa supervisora tratou do assunto “Os africanos no Brasil”, abordando aspectos culturais, escravidão e resistência. A partir daí, articulamos o conteúdo com a História da alimentação, em uma segunda aula com duração de 50 minutos, ministrada no dia 28/04/2017, no período matutino. Destacamos os principais pratos de origem africana como o cuscuz, a feijoada, o xinxim, o bobó, entre outros e pedimos aos alunos que trouxessem na próxima aula (12/05/2017) o prato escolhido juntamente com uma pesquisa sobre o mesmo. Nesta terceira aula, os alunos realizaram a apresentação da pesquisa e ao fim realizou-se a degustação. Percebemos que os alunos ficaram bastante empolgados com a atividade e realizaram as pesquisas conforme solicitado. Ao fim das apresentações da pesquisa, todos puderam experimentar pratos diversificados. A degustação proporcionou um momento de descontração e muito aprendizado.

Nosso embasamento teórico foram os textos trabalhados na optativa de História da alimentação, sendo estes: “Dieta Africana” do livro Sobre a reedição de História da Alimentação no Brasil de Câmara Cascudo e “Alimentação” do livro Novos temas nas aulas de História de Carla Pinsky.

Objetivos

Vários foram os objetivos que propomos com esta atividade: ampliar a visão do aluno a respeito dos conteúdos de história, levar para a sala de aula uma abordagem nova, atrelada à temática africana, isto é, discutir a História da alimentação nos estudos africanos e evidenciar a presença dos africanos em nossa sociedade.

Resultados

Os alunos ficaram surpresos com a temática e passaram a ter mais curiosidade e interesse pelo Curso de História. Ao perceberem que muitos alimentos de origem africana fazem parte de suas refeições, os alunos puderam ver a forte influência negra na cultura brasileira.

As apresentações das pesquisas foram bem descontraídas e uma das alunas cantou um pequeno trecho de uma canção africana.

Durante os trabalhos constatou-se interesse dos estudantes pelos temas abordados. Enquanto o tema estava sendo apresentado os alunos fizeram perguntas, relatos de experiências e mostraram-se inteirados das atividades desenvolvidas.

Não houve estranhamento em relação aos alimentos já que eram, em sua maioria, conhecidos pelos alunos. Este resultado pode ser justificado pelo fato que o município de Maringá conta com forte imigração nordestina. O Nordeste corresponde ao estado brasileiro com o maior número de afrodescendentes. Estes imigrantes nordestinos trouxeram traços da cultura afro-brasileira para a cidade. (FONTE: <https://noticias.r7.com/brasil/regiao-nordeste-concentra-maior-proporcao-de-negros-do-brasil-06112013>).

Considerações Finais

Por fim, concluímos que a aproximação dos alunos de ensino médio com o ambiente acadêmico é algo muito importante, pois serve para prepara-los para uma nova etapa que está pelo caminho. Ao falar do curso de História da Uem, abrimos espaço para despertar o interesse dos alunos fazendo com que ele tenha uma visão mais ampla sobre História, muitas vezes desconhecida nas escolas.

A discussão sobre os negros no Brasil é de suma importância para romper com visões preconceituosas e o desrespeito que esse povo tem sofrido. Os alunos devem reconhecer que os negros estão presentes em nosso cotidiano e podem inclusive fazer parte de sua origem familiar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Transposição Didática**: Por onde começar? São Paulo: Cortez. Editora, 2007.

RAMOS, Fabio Pestana. Alimentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de História**. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-118

REGIÃO NORDESTE CONCENTRA MAIOR PROPORÇÃO DE NEGROS NO BRASIL. R7 notícias. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/regiao-nordeste-concentra-maior-proporcao-de-negros-do-brasil-06112013>>. Acesso em: 21 de nov. 2017



A PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO NA AMÉRICA PORTUGUESA: UM ESTUDO DAS CONFISSÕES DA BAHIA

Jhenifer Sergio Camagno (UEM)
Orientador: Sezinado Luiz Menezes

Resumo: O presente trabalho analisa a primeira visitação da Inquisição à colônia portuguesa na América datada de 1591. A partir do exame das narrativas confessionais relatadas pelos moradores da Bahia e do recôncavo, presentes no livro *Confissões da Bahia* copilado pelo historiador Ronaldo Vainfas (1989), é possível adentrar no mundo colonial do final do século XVI. Nosso objetivo visa compreender como esses indivíduos lidaram com a presença do Visitador Heitor Furtado de Mendonça e até que ponto esse novo contexto interferiu nas relações sociais. Os temores, sentimentos, valores e religiosidades dos soteropolitanos também são levados em consideração em nosso estudo. Além do documento inquisitorial *Confissões da Bahia* escrito entre os anos de 1591 e 1593, foram utilizados textos historiográficos referentes à temática da Inquisição tanto no Brasil quanto em Portugal. A expansão da Inquisição para os territórios além mar decorreu entre muitos motivos, do estabelecimento de famílias cristãs-novas no nordeste brasileiro a partir da segunda metade do século XVI, que investiram seus cabedais na produção de cana de açúcar. Além da perseguição aos cristãos-novos considerados praticantes secretos do Judaísmo, caracterizando assim um crime contra a fé, a Inquisição no Brasil buscou também reprimir aqueles partilhavam dos costumes gentílicos, bem como os feiticeiros e os blasfemadores. Os crimes contra a moral sexual, como a bigamia e a sodomia também eram frequentes entre os moradores da Bahia.

Palavras-chave: Inquisição; Confissões; Cristãos-novos.

Introdução:

O trabalho tem como objetivo analisar a primeira visitação do Tribunal do Santo Ofício na América portuguesa entre os anos de 1591 a 1595. Para tanto, inicialmente procuramos traçar um quadro mais amplo, sobre as origens do Santo Ofício em terras lusas, para, em um segundo momento, nos voltarmos para a América.

Quando pensamos a Inquisição Ibérica é necessário estar ciente do elevado nível de poder que emanava da igreja católica. A Instituição possuía como principal missão a manutenção da fé cristã, tal qual concebia a Igreja Romana no início da modernidade. A respeito dessa temática Anita Novinsky (1982) afirma que o estabelecimento da Inquisição em Portugal ocorreu vinculado intimamente ao poder régio e pontifício. Introduzida em 1536 se efetuou por meio das investidas de D. João III, que enfatizava ao Papa ser de grande necessidade a criação de um tribunal voltado para a perseguição, controle e punição dos cristãos novos, isto é, judeus convertidos compulsoriamente que praticavam em segredo a lei de Moisés, fugindo do modelo ideal de cristão. A autorização para instalação do Tribunal do Santo Ofício ocorreu mediante a emissão da bula papal *Cum ad nihil magis* depois de intensas negociações entre o rei e o papa, que resultaram em benefícios financeiros para ambas as partes, inclusive para a nobreza e o clero português. A partir dos anos de 1540, além de Lisboa, novos tribunais inquisitoriais foram sendo criados nos domínios lusitanos, em Évora, Coimbra e Goa (Índia), evidenciando assim, a intensa perseguição aos hereges, sobretudo os judaizantes, que perdurou até meados do século XVIII.

A política antisemita no reino luso teve início no fim do século XV, como é possível observar em 1497, ano esse em que o rei D. Manoel, por influência da Espanha com a qual buscava solidificar alianças, determinou a obrigatoriedade da conversão de todos os judeus ao cristianismo, dando início a era dos cristãos novos. Arnold Wiznitzer (1966) acrescenta que o rei preferiu optar pela conversão ao invés do exílio, em razão de continuar a beneficiar-se das riquezas e das profusas habilidades dos judeus.

Para realizar o casamento entre D.Manoel e D.Isabel, filha de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, o rei de Aragão exigiu que D. Manoel eliminasse do reino português todos os indesejáveis, ou seja, os judeus e árabes. Cabe destacar que a Espanha naquele período sentia-se ameaçada com a possibilidade de acomodação de uma nova comunidade judaica próxima ao seu território, visto que em 1492 os reis católicos haviam determinado a expulsão ou conversão forçada dos judeus. Deste modo, milhares deles se deslocaram para Portugal na busca de abrigo e puderam até certo ponto desfrutar de algumas regalias enquanto imperava D. Manoel “o Venturoso”. (VAINFAS, 1997)

Destarte, a inquisição foi concebida como um corpo externo a Igreja, possuía sua própria organização, regimentos e hierarquia interna acomodando assim, uma extensa rede de funcionários, súditos e clientes. Contava também com um conselho-geral composto por deputados que orientavam os tribunais. Apesar disso, em razão do Padroado, era subordinada ao Estado, como é possível constatar por meio da nomeação do Inquisidor-geral feita pela autoridade real, ademais, as sentenças de morte eram executadas pelo poder civil.

Cada tribunal dispunha de seu próprio corpo burocrático e judicial: notários, oficiais de diligência, promotores, advogados, procuradores e uma cadeia privativa com guardas, alcaides, meirinhos, médicos, barbeiros e capelães, entre outros. (NOVINSKY, 2015, p.48)

Ao passo em que a Inquisição se desenvolvia, o número de “familiares” ligados a ela aumentava significativamente. Esses indivíduos “limpos de sangue” comumente pertenciam a famílias ricas e reportavam aos inquisidores as ações e discursos que contestavam a ordem religiosa vigente. Além de competir a eles o confisco de bens em determinadas ocasiões, possuíam a vantagem de não pagar impostos, usufruindo assim uma série de privilégios. Segundo Novinsky (2015) “Juntamente com a população geral, foram integrantes ativos daquilo que se tornou o motor propulsor da Inquisição: as denúncias”. (NOVINSKY, 2015, p. 48)

Em Portugal, cristãos, mouros e judeus por muito tempo conviveram em harmonia, de modo que os judeus ocuparam durante longo tempo cargos de grande relevância no reino. Os judeus e posteriormente os cristãos novos, além de consagrados no desenvolvimento da navegação eram considerados excelentes administradores financeiros e hábeis comerciantes, motivo para aguçar as rivalidades por parte cristãos que os enxergavam com extrema desconfiança. No entanto, apesar de talentosos e inteligentes o fanatismo religioso foi maior e até mesmo os estatutos de pureza de sangue foram empregados em Portugal com a finalidade de proibir os cristãos novos de ocupar cargos públicos, participar de corporações e ingressar nas universidades. (NOVINSKY, 2015)

Os cristãos novos eram considerados eventualmente como cripto judeus, ou seja, falsos cristãos que mantinham secretamente sua religião original, costumes e ritos. Heresia essa que se definiu como o maior crime contra a fé católica e portanto a causa fundamental das perseguições conduzidas pela Inquisição. Novinsky (2015) procura mostrar que a partir da conversão se propagou pela sociedade portuguesa uma “cultura do segredo que predisponha o povo a simulação” (NOVINSKY, 2015 p. 45), resultando no impedimento dos indivíduos expressarem seus pensamentos, opiniões e especialmente algum tipo de manifestação crítica.

Conforme exposto, o Santo Ofício português operou por meio de um pesado terror psicológico que se estendeu por toda a sociedade lusitana e posteriormente para as colônias além mar. Sua intenção era vigiar, controlar e repreender os indivíduos que decidissem seguir conscientemente uma fé diferente daquela que descendia da Igreja Romana. Em virtude das privações impostas aos conversos, dos insultos discriminatórios emitidos pelos cristãos velhos e pelo estabelecimento da Inquisição, sucedeu-se à fuga de inúmeros judeus para as diversas partes do mundo, inclusive para a colônia portuguesa na América, o Brasil, e conseqüentemente de seus capitais, considerados importantes para o progresso científico, industrial e cultural do reino. (NOVINSKY, 2015)

À vista disso, são essas saídas massivas de judeus de Portugal que mais tarde motivaram a primeira visita do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição às terras brasileiras. Em busca de liberdade religiosa, a descoberta do Brasil em 1500 motivou intensas emigrações e assim constituiu-se a colônia um refúgio para a minoria marginalizada dos convertidos. Em maior número vieram os fugitivos, mas também havia em grande quantidade os penitenciados pela Inquisição condenados ao degredo. Portanto, acomodando-se como um dos primeiros colonos povoadores da América portuguesa, instituiu-se nesse espaço uma combinação de crenças e práticas católicas e judaicas. Sincretismo esse que por pouco não resultou no estabelecimento oficial de um tribunal no Brasil colonial, visto que a Inquisição prezava a pureza da doutrina cristã.

É por volta de 1503 que D. Manoel não identificando nenhuma riqueza importante no Brasil, ressaltou que não era viável naquele momento para o reino lusitano realizar a colonização e exploração daquela terra. Por conseguinte, arrendou a colônia e a extração do pau-brasil para alguns comerciantes que empreenderiam apoiados em seus próprios capitais. (WIZNITZER, 1966)

Em 1516, D. Manoel inicia o processo de colonização do Brasil, oferecendo a todos os indivíduos que aspirassem povoar o território, os instrumentos e instruções necessárias para empregarem no cultivo da cana-de-açúcar, a qual se fez presente nos anos iniciais do descobrimento. De acordo com Wizenitzer (1966) além do donatário Duarte Coelho dono da capitania de Pernambuco, muitas famílias de cristãos novos se instalaram na América para investir seus cabedais e mão de obra na produção de açúcar no litoral nordestino. Logo, a visitação encaminhou-se primeiramente nos locais que concentravam as maiores populações de convertidos, principal foco das ações inquisitoriais, mas não os únicos.

Chegada do Santo Ofício na Bahia:

Ao final do século XVI no ano de 1591, desembarcam no nordeste brasileiro o Licenciado Heitor Furtado de Mendonça e sua comitiva. Sua chegada representou uma nova fase da Inquisição portuguesa que estava ampliando aos territórios coloniais uma maior vigilância. Além da América,

Açores, Madeira e Angola também receberam a visita oficial da Inquisição. No caso brasileiro, Novinsky (1982) declara que o Tribunal do Santo Ofício já havia concedido alguns poderes inquisitoriais ao bispo da Bahia, porém em casos de denúncias graves como o crime de judaísmo, o herege deveria ser enviado imediatamente para Lisboa a fim de ser processado.

Estabeleceu-se o visitador no colégio dos padres da Companhia muito doente, porém recuperou-se logo e em seguida iniciou suas visitas as autoridades da Bahia. Entrou em contato com o bispo para informar os motivos de sua vinda, conheceu juízes, vereadores e os relevantes homens ricos da região. Seu séquito era modesto, estavam presentes o notário Manuel Francisco, e o meirinho Francisco Gouveia. (WIZNITZER, 1966)

Após firmar comunicação, isto é, apresentarem-se aos dirigentes locais, realizou-se em 28 de julho uma cerimônia oficial com toda a ostentação possível e assim, deu início às atividades inquisitoriais na região da Bahia. Estavam presentes nesse dia todas as pessoas importantes da cidade, inclusive a população baiana temerosa. Sobre a vinda da Inquisição escreve Luiz Mott “a notícia da tão temível visita deve ter-se alastrado a trote de cavalo pelos mais de quarenta engenhos do recôncavo, deixando a população em palpos de aranha”. (MOTT, 2010, pg. 19). Logo depois se realizou uma missa na igreja da Sé de Salvador e em seguida o visitador representante oficial do Santo Ofício no Brasil, recebeu o juramento dos funcionários, vereadores, juízes e governador da Bahia, que se colocavam a disposição para colaborar com o Tribunal, caso contrário corria-se o risco de serem excomungados por desobediência a instituição. (MOTT, 2010)

Data desse mesmo dia a leitura do Edital da fé e da carta Monitória⁹⁷ que posteriormente foram fixadas nas portas das igrejas e no centro da cidade, informando quais eram os pecados a serem delatados diante do visitador, aliás, é importante ressaltar que entre os anos de 1545 a 1563 ocorreu o Concílio de Trento, acontecimento que marcou a defesa da Igreja Católica contra a Reforma protestante. De acordo com Vainfas (1997), foi a partir desse momento que o Tribunal do Santo Ofício se reorganizou e engajou-se aos

⁹⁷ Listagem minuciosa das heresias que deveriam ser comunicadas ao Santo Ofício.

novos objetivos da Reforma católica, ampliam-se as heresias, censuras e combates.

As inquisições passaram a se preocupar com o perigo protestante, a defender a pureza dos dogmas e leis da igreja de Roma: Perseguir os que duvidavam da virgindade de Maria, os que afirmavam não haver pecado na fornicção, os que negavam existir o Purgatório, os que questionavam os sacramentos, os bígamos. (VAINFAS, 1997, p.9).

Dando seguimento as apresentações, o visitador concedeu tanto para a capital como ao recôncavo 30 dias conhecidos como “período da graça”. Dentro desse prazo todos os moradores eram convocados a confessar suas falhas, e se constatadas completas e verdadeiras as confissões e arrependimentos, seriam poupados das penas mais severas, como o confisco de bens e torturas físicas. (ASSIS, 2011)

No que diz respeito a Heitor Furtado de Mendonça, Vainfas (1989) destaca que ele sempre se manteve em bons cargos, foi deputado do Santo Ofício e posteriormente nomeado visitador pelo Inquisidor-Geral cardeal arquiduque Alberto de Áustria. Para ocupar a função, foi necessário realizar uma série de investigações de “pureza de sangue”, de modo que estivesse claro que ele não possuía vestígios de sangue judeu. O visitador permaneceu na Bahia até 1593 e em seguida visitou Pernambuco, Itamaracá e Paraíba finalizando sua atuação em 1595, entretanto a visitação deveria se realizar, além da Bahia, nas capitanias do Sul e nos bispados de São Tomé e Cabo Verde. No entanto, o plano inicial não se concretizou. Como efeito, um grande número de materiais inquisitoriais foi produzido durante o período da visitação, porém significativas partes desses escritos, que constituem ricas fontes para a investigação da sociedade colonial nordestina, ainda são de difícil acesso para o pesquisador brasileiro, dado que se encontram preservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Portugal.

O impacto gerado pelo discurso e apresentação do Santo Ofício na América portuguesa, repercutiu de maneira intimidadora na consciência da sociedade que se encontrava aterrorizada. A partir daí movidos, sobretudo pelo medo, os habitantes foram “obrigados” a se confessarem e a delatarem tudo o que sabiam sobre as práticas heréticas e sobre quem as executava,

fossem apenas conhecidos ou parentes próximos. Dessa forma, tanto a sociedade portuguesa quanto colonial, foram instrumentos fundamentais para manter a Inquisição viva até o século XVIII. (ASSIS, 2011)

É sobre esse pano de fundo que se encontram os relatos inquisitoriais. As numerosas confissões ouvidas pelo Inquisidor Heitor Furtado durante a primeira visita, revelam a estrutura econômica e social em que se fundou a sociedade colonial, além disso, pode-se verificar o panorama dos recorrentes valores e costumes vivenciados no Brasil quinhentista, espaço onde as leis metropolitanas e o cristianismo eram seguidos com menor rigidez. Sobre isso a autora Sonia Siqueira declara que a “distância, associada à atenuação das pressões sociais, favorecia o desmaio das crenças e diminuía a regularidade das práticas religiosas onde a assistência eclesiástica era mais precária.” (SIQUEIRA, 1978. p. 134-135)

Na América portuguesa a religião cristã incorporou a sociedade colonial um complexo de diversas crenças ortodoxas e heterodoxas, oriundo da intensa mestiçagem da população que aqui se estabeleceu, e que deste modo atraíram a atenção do Santo Ofício. Contudo, encarregou-se a estrutura da cidade baiana no final do século XVI de atizar a espionagem da privacidade alheia. As casas muito simples apesar de serem cercadas, dispunham de muros baixos que facilitavam o acesso ao ambiente vizinho, aliás, eram comuns nessa época que as construções possuíssem grandes quintais, com jardins e hortas aos fundos, aspecto que contribuía para as comunicações. Com a visita da Inquisição tornou-se ainda mais rotineiro observar os comportamentos do morador ao lado. Entretanto, é errôneo imaginar que as diferenças entre o público e o privado no mundo colonial, sejam as mesmas que admitimos hoje. Portanto é preciso entender que muitas das intimidades poderiam ser mencionadas em locais que hoje entenderíamos como impróprios, mas que naquele momento eram consideradas naturais não prevendo nenhuma implicação. (ALGRANTI, 1997)

Levando em consideração os referidos aspectos, entende-se que na presença do Santo Ofício, a qualquer momento palavras ou atividades fora do comum poderiam ser identificadas como heresias e mesmo que incertas, era

muito provável que o sujeito que a evidenciou se encarregasse da tarefa de relatar a denúncia até a mesa da Inquisição, especialmente se houvesse entre eles alguma relação de inimizade. É oportuno mencionar que quem delatava mantinha descrição sobre a incriminação e o acusado não possuía acesso ao seu processo, visto que eram altamente sigilosos.

Com a publicação do monitório, diversas condutas corriqueiras no espaço colonial passaram a ser consideradas judaizantes. O cristão velho Nicolau Faleiro ao ouvir na Sé a leitura do monitório foi um dos primeiros a comparecer a mesa da Inquisição para denunciar sua esposa cristã nova por parte de mãe, a qual jogava fora a água dos cântaros quando morria algum escravo em sua casa, prática que segundo ele “não sabia ser aquilo cerimônia de judeus”. Por conseguinte, numerosos casamentos entre cristãos novos e velhos foram desfeitos durante a visitação, momentos esses em que o temor e a insegurança penetravam através das fissuras da vida privada.

Constava na carta monitória serem ritos judaicos a preservação do sábado, isto é, não desempenhar nenhum tipo de trabalho nesse dia, bem como a utilização de roupas limpas e de festas com muitas joias, realizar a limpeza da casa as sextas feiras à tarde e preparar nesse mesmo dia a comida do sábado, além de acender as velas antes do horário habitual e deixar queimá-las até o fim. O texto também mencionava os dias de jejuns judaicos, a forma como matavam as aves e os procedimentos seguintes, preferências alimentares, como por exemplo não consumir peixes sem escamas. Ademais, o modo como executavam o sepultamento dos mortos e posteriormente o posicionamento durante os dias de luto, como comer em mesas baixas, vestir os defuntos com roupas de linho, cortar as suas unhas e enterrá-lo em solo virgem. (WIZNITZER, 1966)

Apesar de serem esses costumes seguidos por grande parte da população cristã nova, não se pode assegurar que todos eles o faziam atribuindo o significado dado pela religião judaica. O autor Assis (2011) afirma que “muitas das práticas consideradas heréticas no além-mar eram, na terra nova, vivenciadas por todos sem noção exata de sua origem” (ASSIS, 2011 pg.34). Em sua confissão, Fernão Pires, que era cristão velho por parte de pai,

mas que não sabia ao certo se era cristão novo por parte de mãe, informou ao visitador “que algumas vezes assando-se em sua casa quartos de carneiro, lhe tirou a landoa⁹⁸ para assar melhor, e alguns sábados vestiu camisa lavada por limpeza somente, como costuma a vestir quase todos os dias da semana”. A respeito dos atos informou ao inquisidor que não foram realizados com intenção judaica e que se considerava muito bom cristão. Nesse caso, é muito provável que seus hábitos tenham sido assimilados em algum momento de sua vida sem que ele fosse um seguidor da Lei de Moisés, como esperava o inquisidor. Os cristãos novos residentes na colônia compartilhavam de uma cultura diferente daquela de seus antepassados. Todavia, o confessante também poderia estar mentindo, caso fosse um cripto judeu que praticava secretamente o judaísmo, mas que para se proteger das suspeitas precisava envolver-se em uma capa de fiel cristão. No entanto, muitos cristãos novos se esforçaram para abraçar os princípios do cristianismo.

Com o tempo as práticas perderam seu significado original, tornaram-se fragmentadas e mesmo desconhecidas, não sendo coerente encará-las obrigatoriamente como pratica judaica. Mas sim entendê-las como incorporadas ao sincretismo religioso da colônia. (NOVINSKY, 1972, pg. 57)

No entanto, não somente rituais judaicos foram retratados no monitório, apesar de serem considerados os mais nocivos a ortodoxia cristã. Outras heresias fizeram parte das investigações inquisitoriais, de modo que foram descobertos na América portuguesa muitos homens e mulheres apostatas, bígamos, sodomitas, blasfemadores, feiticeiros, protestantes entre outros. Além desses, despertou a curiosidade e preocupação do visitador, em razão das numerosas denúncias e confissões, uma seita gentílica conhecida como Santidade, que, dispersa pelo sertão nordestino inseria em seus rituais práticas e imagens católicas. Muitos homens brancos e mamelucos que se embrenhavam nas matas para capturar índios e escravizá-los, acabavam por vezes interagindo com as ditas cerimônias indígenas. No dia 13 de janeiro de 1591, apresentou-se ao para confissão o cristão velho Gonçalo Fernandes que foi processado pelo inquisidor por envolvimento com a seita Santidade, pois

⁹⁸ Segundo Vainfas, landoa era a gordura retirada no preparo das carnes.

“fez com eles as ditas cerimônias, tomando os ditos fumos e falando a sua linguagem e crendo que era verdade o que eles diziam”⁹⁹.

As blasfêmias eram também recorrentes nas confissões da Bahia, apresentando algum tipo de injúria relacionado às leis divinas. A título de exemplo, encontramos o relato do cristão velho Bento Rodrigues que ao caminho da igreja “se benzeu e querendo dizer o nome de “Jesus em que creio”, disse e pronunciou com a boca “Jesus de que arrenego”¹⁰⁰. Nesse caso, observa-se que a população vislumbrava na figura do inquisidor o representante de Deus que detinha o poder de perdoar e julgar as confissões por menores que elas aparentassem ser. Dessa forma os que fossem perdoados e não voltassem a praticar tais pecados, teriam de volta a possibilidade de garantir o reino dos céus.

Outro pecado muito narrado eram os relacionados à sodomia, que ocorriam em relações homossexuais e heterossexuais. O primeiro a reportar-se a mesa inquisitorial foi o vigário de Matoim Frutuoso Álvares que recorrendo a memórias antigas, um mecanismo utilizado por diversos confessores, disse ter realizado a “torpeza dos tocamientos desonestos com algumas quarenta pessoas pouco mais ou menos”¹⁰¹, sendo a maioria dessas pessoas meninos e jovens homens. Ao final foi recomendado que se afastasse dos indivíduos “que lhe possa causar dano em sua alma”. (VAINFAS, 1997)

Em outros casos, segundo Vainfas (1987) junto às confissões surgiam também denúncias, que ora serviam para afastar as suspeitas do confessor atribuindo a culpa de seus erros a outros indivíduos, ou somente por deleite de incriminar outros por semelhantes pecados. A cristã velha Paula Siqueira processada pelo visitador por ler livros proibidos, além de realizar uma série de outras heresias, dirigiu-se a mesa da Inquisição para delatar a cristã nova Felipa Souza, que também foi processada e posteriormente condenada ao

⁹⁹ Confissão de Gonçalo Fernandes, cristão velho no tempo da graça do recôncavo. Livro das Confissões da Bahia. p.184.

¹⁰⁰ Confissão de Bento Rodrigues, cristão velho no tempo da graça do recôncavo. Livro das confissões da Bahia. p. 228.

¹⁰¹ Confissão de Frutuoso Álvares, vigário de Matoim no tempo da graça. Livro das Confissões da Bahia. p. 46.

degreo, em virtude de “Ihe escrever cartas de amores e requebros”¹⁰² entretanto, apesar da confessante sentir que havia por parte de Felipa Souza más intenções, mais adiante revelou ter tido com ela “ajuntamento carnal”.

Competia a Heitor Furtado de Mendonça, proceder sobre os crimes menores e encaminhar para o Tribunal de Lisboa, responsável pela visitação colonial, os casos mais dramáticos como o cripto judaísmo. Porém conforme reconhece Vainfas (1989) o licenciado extrapolou as ordens e agiu conforme bem entendeu, chegando até mesmo a encabeçar e sentenciar processos.

Considerações finais:

Por fim, compreende-se que com a chegada da primeira visitação oficial da Inquisição na América portuguesa em 1591, segundo afirma Novinsky (1972) interessada nos numerosos cristãos novos que aqui se estabeleceram, representou assim, a extensão da vigilância e regulamentação da fé cristã, visto que as manifestações sincréticas esboçadas na importante colônia açucareira eram consideradas como empecilho a plenitude do cristianismo ortodoxo e a unidade do reino. O medo, poderoso agente mobilizador foi um dos principais instrumentos empregados pela Inquisição. Através dele os habitantes da região baiana foram condicionados a confessarem suas falhas, das quais muitas não cogitavam serem heresias, e a delatar seus familiares, amigos e inimigos. Assim, pode então o visitador ficar a par de toda conjuntura colonial. Dessa forma, interferiu o Santo Ofício nas mais variadas relações sociais e consciências, proporcionando desavenças e hostilidades no ambiente em que anteriormente conviviam em relativa harmonia os cristãos novos, cristãos velhos, mamelucos, indígenas e africanos.

Este trabalho consiste em um dos desdobramentos de uma pesquisa em andamento que tem como objeto a primeira visitação do Santo Ofício às terras brasílicas. Não pretende-se aqui esgotar o estudo acerca do tema dentro dessa e de outras áreas do conhecimento, mas sim colaborar para a construção de um novo olhar sobre a história da América portuguesa.

¹⁰² Confissão de Paula Siqueira, cristão velha no tempo da graça. Livro das Confissões da Bahia. p. 104.

Referências Bibliográficas:

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 p. 54 a 96.

ASSIS, Angelo Faria de. **João Nunes, um rabi escatológico na Nova Lusitânia: sociedade colonial e inquisição no Brasil quinhentista**. São Paulo: Alameda, 2011.

MOTT, Luiz. **Bahia Inquisição e sociedade**. Bahia: EDUFBA, 2010.

NOVINSKY, Anita. **A Inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Cristãos novos na Bahia: **A Inquisição**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **Os judeus que construíram o Brasil**. São Paulo: Planeta, 2015.

SIQUEIRA, Sônia. **Inquisição portuguesa e sociedade colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campos, 1989.

_____. **Confissões da Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WIZNITZER, Arnold. **Os judeus no Brasil colonial**. São Paulo: Pioneira, 1966.



SEXO E SANTIDADE EM CANTIGAS DE ESCÁRNIO E MALDIZER GALEGO-PORTUGUESAS

Bruna Santos de Camargo¹⁰³

Resumo. O trabalho pretendido consiste na investigação quanto à sexualidade no período medieval a partir de cantigas de escárnio e maldizer galego-portuguesas, entendendo que a sexualidade extrapola o campo da prática, a ideia é compreender também as dimensões simbólicas do sexo. Em suas composições, os trovadores expressavam não apenas aquilo que era idealizado, mas também suas observações e concepções a cerca da vida cotidiana. Incorporavam em sua narrativa elementos da vida diária e expressavam-nos pela via do riso. As cantigas de escárnio e maldizer têm a interessante característica de revelar através do humor, da sátira, do escárnio, traços da sociedade a qual pertenciam seus compositores. As sátiras fogem do formal, do coloquial, nelas há espaço e oportunidade para expressar o que não se expressa em outras situações. Desta forma seu estudo pode representar uma oportunidade para repensar conceitos e ideias sobre a sexualidade na Idade Média. O recorte temporal pretendido é o século XIII, período marcado por investidas eclesiásticas que visavam combater o poder laico, definir os lugares de cada um na sociedade (e na própria instituição), estabelecer um corpo de práticas que definisse o comportamento apropriado para os cristãos. Neste sentido, as cantigas são importantes instrumentos de pesquisa, pois são fontes não oficiais, possuem uma natureza risível, e tem forte caráter de subversão. Os compositores da poesia satírica muitas vezes ignoravam o tom de sutileza exigido pela cortesia, expressando claramente o que queriam dizer. Então é possível observar de que modo a sexualidade dos clérigos é descrita nessas fontes.

Palavras-chave: sexualidade; santidade; idade média; cantigas de escárnio e maldizer.

¹⁰³ Aluna de graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina

Introdução

A Idade Média foi um período profundamente marcado pela presença do cristianismo, desde a queda do império romano a instituição eclesiástica trabalhou para expandir sua esfera de poder na Europa e agregar o maior número possível de fiéis. Esse foi um processo longo e trabalhoso, pois as populações da Europa, anteriormente identificadas como “bárbaras”, população de origem principalmente germânica, possuíam sua própria cultura, religião e tradições, assim, a Igreja utilizou-se de estratégias diversas para adentrar esses terrenos, visto que a imposição nem sempre funcionava, os indícios dessas culturas “pagãs” permaneciam velados em práticas diversas. Enquanto isso a própria Igreja trabalhava em torno de organizar-se enquanto instituição, de estabelecer um corpo doutrinário e litúrgico único, formando uma comunidade cristã sob sua autoridade.

Desde o início do movimento cristão, havia uma preocupação em purificar o corpo e a mente na busca pela salvação. Muitos debates aconteceram em torno de quais seriam as práticas mais e menos adequadas para um cristão. Jesus, os apóstolos e os teóricos da Igreja, todos eles falaram sobre santidade. E dentro deste debate um tema em especial permaneceu por séculos: o prazer carnal. O apóstolo Paulo e Santo Agostinho, por exemplo, manifestaram posições bastante pessimistas quanto ao corpo e principalmente ao sexo. A satisfação carnal era em geral mal vista, não apenas na cultura cristã, mas também nas culturas que exerceram sobre esta alguma influência, como o judaísmo e a cultura greco-romana. Assim, o trabalho pretendido consiste na investigação quanto à sexualidade no período medieval a partir de cantigas de escárnio e maldizer galego-portuguesas, entendendo que a sexualidade extrapola o campo da prática. A ideia é compreender também as dimensões simbólicas do sexo.

Em suas composições, como explica Lapa (1965), os trovadores expressavam não apenas aquilo que era idealizado, mas também suas observações e concepções a cerca da vida cotidiana. Incorporavam em sua narrativa elementos da vida diária e os expressavam pela via do riso. Esse material compõe um conjunto de três manuscritos: o Cancioneiro da Ajuda,

Cancioneiro da Biblioteca Vaticana e Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Portugal. Neles, o tema da sexualidade dos religiosos é abordado em algumas cantigas, assim pretende-se analisá-las a fim de compreender o lugar da sexualidade na sociedade medieval, particularmente no meio religioso, e como ela era representada na poesia trovadoresca. Este texto é parte de uma pesquisa em desenvolvimento, assim algumas questões não serão abordadas com muitos detalhes.

A bibliografia sobre a Idade Média indica que havia ideais de uma vida santa, com pureza e humildade. Os prazeres corporais deveriam ser desprezados, e o lugar de aceitação do sexo seria dentro do casamento, ainda assim com muitas ressalvas, havendo interdições diversas feitas pela Igreja quanto às sexuais dos casados, como uma lista de dias em que a mulher estaria impura para o ato sexual, por exemplo (LE GOFF, 2013). No caso dos eclesiásticos era preferível que vivessem em continência, sendo que a partir da Reforma Gregoriana no século XI o celibato passou a ser cobrado dos clérigos, pois deveriam viver em constante estado de pureza, tanto de corpo como de coração. Para Jacques Le Goff (2013), por exemplo, a Idade Média viu o horror ao corpo culminar na sexualidade, e ainda a causa do pecado original que antes era o orgulho intelectual, passou a ser o pecado do corpo, o prazer carnal, a prática sexual.

A ideia de sexualidade utilizada aqui é a de Wilza Vieira Villela e Margareth Arilha, que concebem-na como o complexo de idealizações construídos por cada um sobre e para si, relacionados às sensações que conduzem ao prazer (SILVA, 2008). Este complexo é composto pelos elementos culturais que circundam o indivíduo, e pelas representações sociais quanto às permissões e interdições que atravessam a sexualidade. A sexualidade também é pensada aqui a partir das formulações de Michel Foucault sobre a relação entre sexo e poder. Para o autor, em uma sociedade onde o sexo é reprimido, falar sobre ele já implica em uma transgressão, “quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura” (FOUCAULT, 1988, p.4).

É necessário salientar que, o termo “sexualidade” não é próprio do período, mas sua veiculação se deu a partir do século XIX (FOUCAULT, 1988). Entretanto, é possível realizar uma investigação como esta a partir de outros termos que constam nas fontes selecionadas e direcionam à sexualidade, conforme indica Medeiros (2009), como: ações relacionadas ao ato sexual: “ambrar”, “foder”, “emprenhar”, “madeirar”; órgãos sexuais: “pissa”, “caralho” colhões”; artifício para estimulação do prazer sexual: “dedo”; caralhos franceses”; qualificação para o estado sexual do indivíduo: “escaralhado”, “fodimalhas”.

Justificativa

Das razões que conduziram a essa pesquisa pode-se dizer o desejo de compreender o funcionamento da sociedade medieval, como as pessoas concebiam o mundo a sua volta, como se relacionavam com a cultura e religião. Mas principalmente por observar na historiografia que a temática da sexualidade era uma discussão recorrente no período medieval. A exigência do cumprimento do celibato pelos clérigos foi reforçada a partir da Reforma do século XII e continuou a ser cobrada no século XIII, no terceiro Concílio de Latrão. Neste sentido, as cantigas são importantes instrumentos de pesquisa, pois são fontes não oficiais, possuem uma natureza risível, e tem forte caráter de subversão. Os compositores da poesia satírica muitas vezes ignoravam o tom de sutileza exigido pela cortesia, expressando claramente o que queriam dizer. Então é possível observar de que modo a sexualidade dos clérigos é descrita nessas fontes.

Para Foucault (1984) o sexo é colocado contra a parede por um discurso que pretende não dar-lhe espaço, e mesmo assim, os discursos sobre o sexo continuam a se multiplicar. As próprias cantigas evidenciam isto, pois falam sobre sexo ora de maneira velada, ora abertamente. Foucault fala ainda sobre a relação entre poder e sexo. Pensando a repressão da sexualidade na cultura cristã-ocidental, aquele que discursa sobre o sexo coloca-se acima das normas. Na Idade Média a Igreja retém para si a autoridade sobre o sexo ao apoderar-se do discurso sobre ele e ao estabelecer um conjunto normativo a seu respeito. O medieval como sociedade cristã elevou a importância da

castidade e do celibato (questões que já não eram novas), o discurso se prolifera na intenção de diferenciação entre religiosos e não-religiosos, entretanto a implantação deste discurso convive com contradições, e espera-se conseguir observar essas práticas e contradições nas fontes selecionadas.

A literatura trovadoresca e a sexualidade

A literatura satírica medieval é riquíssima e oferece um olhar alternativo à ideia de período de trevas. O risível opõe-se à cultura oficial, ao tom sério da vida feudal. “O riso enraíza-se num contexto cultural do qual é, ao mesmo tempo, um componente e um elemento revelador” (MINOIS, 2003, p.194). O riso desenvolve-se num quadro espaço-temporal determinado, e é capaz de revelar características deste. Entender do que e por que riam ajuda a compreender a sociedade medieval.

A poesia trovadoresca, influenciada fortemente pela cultura greco-romana, têm suas origens nas cortes do sul da atual França, espalhou-se para o norte, para a Itália e para a Península Ibérica, correspondendo ao período aproximado dos séculos XI ao XIV, e é um importante elemento da cultura popular da Idade Média e da literatura ocidental. Seus intérpretes eram os trovadores, os menestrais, segreis, jograis e as soldadeiras. (CARREIRO, 2011). O movimento trovadoresco mostra-se como um reflexo da nova dinâmica que se deu a partir do desenvolvimento das cidades, com a urbanização, as mudanças econômicas e políticas e ainda os movimentos religiosos. Então, os trovadores são:

“... atores sociais que anunciaram um novo cenário na grande aventura medieval e que se contrapuseram àquelas já conhecidas figuras do monge em clausura, do servo da gleba, do nobre encastelado e de outras que tradicionalmente remetem à pesada estabilidade medieval”. (BARROS, 2007, p.86)

A poesia trovadoresca galego-portuguesa é composta por três gêneros: as cantigas de amor, cantigas de amigo e cantigas de escárnio e maldizer, ou sátiras, e todos carregam traços do trovadorismo provençal, embora com o passar do tempo tenham desenvolvido suas próprias características, e vale

lembrar que naquele período a excelência no domínio da técnica precedia originalidade criativa (MASSINI-CAGLIARI, 2015). As cantigas de amor, inspiradas pelos romances de cavalaria, eram voltadas diretamente para a dama, e demonstravam a total submissão e devoção do trovador, disposto a amá-la, servi-la e ser-lhe fiel, porém seu nome não é revelado, a fim de proteger a identidade da amada. Um ponto interessante que indica uma diferença entre a poesia provençal e a ibérica é a musa inspiradora. Na poesia provençal, a musa é uma mulher (bem) casada, e na poesia ibérica a musa é uma mulher solteira (BARROS, 2007). Rui Pais de Ribela declara seu amor a sua senhora, garantindo não querer viver sem vê-la ou amá-la(LAPA, 1965).

Já nas canções de amigo, quem fala é a dama, geralmente uma donzela solteira que confessa ao amigo seus dramas e aflições, as cantigas de amigo possuem seis categorias:

“O cantar d’amigo exclusivamente amoroso (em que a donzela nos narra a separação do namorado e as circunstâncias acessórias dessa partida); o cantar de romaria (em que a donzela convida companheiras, a irmã ou a própria mãe para uma peregrinação a santuários); a alva (ou alba) (cujo tema típico é o da separação dos amantes ao amanhecer, depois de um desfruto amoroso durante a noite); a pastorela (que versa normalmente os temas de encontro entre cavaleiros e pastoras que são por eles requestadas de amor); as bailadas (que traduzem as manifestações coreográficas das populações primitivas, versando sobre os temas da dança e das circunstâncias sentimentais que ela pode suscitar); as marinhas ou barcarolas (a versarem temas de amor envolvidos por sugestões e circunstâncias da vida do mar) (MASSINI-CAGLIARI, 2015, p. 52)”.

Como as cantigas de amigo possuem mais registros, e comportam mais características da região ibérica acredita-se que eram mais populares que as demais. De acordo com Lapa (1960, p.11) “essas cantigas eram bailadas, geralmente a dois coros, de modo que a sua forma estrófica era paralelística e consistia num repetir dos mesmos versos, com variantes no fim”.

As cantigas de escárnio e maldizer são marcadas pela sátira da política, da religião, da sociedade, dos indivíduos, enfim, da vida. A subversão é um traço marcante desse gênero, bem como o vocabulário torpe, violento,

desrespeitoso. O intuito era despertar gargalhadas, rir de si mesmo e do outro. A sátira podia ser feita diretamente, difamando o alvo de maneira explícita (escárnio) ou de maneira discreta, indireta, utilizando metáforas, por exemplo (maldizer). Se na cantiga de amor a mulher é venerada, exaltada, na poesia satírica ocorre o inverso, tudo o que outrora era admirado aqui é escarnecido, despido, rebaixado, como na cantiga de Afonso Eanes do Cotom(LAPA, 1965, p.69):

Abadessa, oí dizer
que érades mui sabedor
de tod'o bem; e, por amor
de Deus, queredes-vos doer
de mim, que ogano casei,
que bem vos juro que nom sei
mais que um asno de foder.

Ca me fazem en sabedor
de vós que havedes bom sem
de foder e de tod'o bem;
ensinade-me mais, senhor,
como foda, ca o nom sei,
nem padre nem madre nom hei
que m'ensin'efic'i pastor.

E se eu ensinado vou
de vós, senhor, deste mester
de foder e foder souber
per vós, que me Deus aparou,
cada que per foder direi
Pater Noster e enmentarei
a alma de quem m'ensinou.

E per i podedesgaar,
mia senhor, o reino de Deus,
per ensinar os pobres seus
mais ca por outro jajũar;
e per ensinar a molher
coitada, que a vós veer,
senhor, que nom souber ambrar.

Essa sátira traz a mistura entre o sagrado e o profano, o autor diz ter casado há pouco tempo e não possuir muitas habilidades no amor, então recorre à uma abadessa, cujo nome não é mencionado, para que o ensine, insinuando a prática sexual. E diz que vai rezar um pai nosso em agradecimento, e que não são os jejuns que salvarão a sua alma, e sim o ensinamento dos exercícios sexuais.

A poesia satírica podia muitas vezes se transformar em uma arena de combates, “estabeleceram-se verdadeiros confrontos líricos entre vários tipos sociais” (BARROS, 2007, p.102), dos quais participavam vilões, jograis, nobres e até mesmo os monarcas. Esses confrontos foram denominados *disputatio* lírico. Assim, os trovadores alternavam as estrofes, respondendo às falas um do outro, e aqui observa-se outra diferença entre a poesia provençal e a ibérica: na primeira discutia-se questões relacionadas ao amor cortês ou questões sobre estilística poética. Já na segunda em geral o tema das *disputatio* eram de fundo social, muitas vezes ataques relacionados à posição social, e o combate devia ser vencido através do talento. Entretanto, apesar da agressividade dos confrontos, as tensões tinham como contraponto o riso, a finalidade era a desmoralização, o rebaixamento.

Nas sátiras feitas a respeito dos religiosos observa-se a forte presença do erotismo, da relação entre o sagrado e o profano, em geral as cantigas chamam a atenção para o comportamento sexual de monges e freiras. O humor erótico e a violação de tabus podem ser entendidos como uma forma de aliviar as tensões de uma rígida moral cristã em relação à sexualidade de modo

que “nenhuma barreira moral detém o autor, que mistura, de forma deliberada, sexo e sagrado, com uma evidente intenção provocadora, indo até a blasfêmia” (MINOIS, 2003, p. 194). Abaixo uma cantiga de Fernando Esquio (LAPA, 1965, p. 233):

A um frade dizem escaralhado,
e faz pecado quem lho vai dizer,
ca, pois el sabe arreitar de foder,
cuid'eu que gaj'é de piss'arreitado;
e faze filhos e filhas assaz,
ante lhe dig'eu bem encaralhado.

Escaralhado nunca eu diria,
mais que traje ante caralho arreite,
tem, ca lhe parirom três em um dia,
e outras muitas prenhas que tem;
e atal frade cuid'eu que mui bem
encaralhado per esto seria.

o que tantas filhas fez em Marinha
e que tem ora outra pastorinha
prenhe, que ora quer encaecer,
e outras muitas molheres que fode;
e atal frade bem cuid'eu que pode
encaralhado per esto ser

Fernando Esquio fala sobre um frade que dizem ser impotente, contudo, o autor diz que erram aqueles que isto afirmam, que na verdade o frade não só é capaz como engravidou várias mulheres, tal que em certa ocasião nasceram no mesmo dia três crianças de três mulheres diferentes engravidadas pelo

frade. A canção é carregada de um tom irônico e de um vocabulário obscuro. E o mesmo acontece em outras muitas cantigas cujos alvos são membros do clero. As sátiras em geral são bastante carregadas de teor erótico e de uma linguagem torpe, de ambiente informal. Bakhtin faz uma interessante reflexão à este respeito:

“A linguagem familiar converteu-se, de uma certa forma, em um reservatório onde se acumulavam as expressões verbais proibidas e eliminadas da comunicação oficial. Apesar de sua heterogeneidade original, essas palavras assimilavam a concepção carnavalesca do mundo, modificaram suas antigas funções, adquiriram um tom cômico geral e converteram-se, por assim dizer, nas centelhas de uma chama única do carnaval, convocada para renovar o mundo”. (BAKHTIN, 1993, p. 15).

A degradação e o vocabulário obscuro, a referência aos órgãos sexuais e necessidades naturais tem a função de aproximar da terra, da vida, de promover comunhão. Esse riso popular é especialmente interessante, pois não é degradante no sentido negativo, é um riso renovador. Aquele que ri, escarnece do outro e ao mesmo tempo de si mesmo, não exclui-se desse quadro. Porque este riso, a sátira, a degradação não tem como alvo a pessoa individual, mas um sistema, uma situação, um contexto. Ria-se da vida, de uma sociedade em transformação, quem ria o fazia de dentro, e renovava-se junto aos outros, porque o riso popular tinha essa interessante característica de degradar e renovar “ esse público de nobres, de clérigos, de burgueses bate nas coxas escutando relatos que ridicularizam nobres, clérigos e burgueses e todos os seus valores, seu sistema cultural, arrasado a não mais poder” (MINOIS, 2003, p. 198), porque a vida medieval podia ser bastante tensa com as guerras, a moral cristã, e a violência, mas o riso renovador a tornava mais leve.

Considerações finais

A poesia satírica medieval apresenta-se como um importante remanescente de uma sociedade complexa, tensa, e ao mesmo tempo alegre e festiva, imersa em uma cultura tão rica que ainda nos dias de hoje seus ideais e formas são saudados na literatura, no cinema, na música e na televisão. O estudo da sexualidade a partir das cantigas de escárnio e maldizer têm

permitido observar a sociedade medieval a partir de uma perspectiva diferente daquela que a concebe apenas sob a ótica das trevas.

Essa literatura mostra uma sociedade que encara as dificuldades de seu contexto, mas também o transforma pela via do riso. A sexualidade é reprimida, condenada, submetida à normas, mas também é vivida, satirizada, degradada. E este é o momento em que todos se reconhecem como humanos, onde há a possibilidade de exorcizar os medos, ainda que por um período apenas. A expectativa é que essa pesquisa resulte em um belo trabalho que possibilite ao leitor compreender um pouco mais este período da história do Ocidente Europeu, pelo movimento de conhecer, repensar, ressignificar.

FONTES

LOPES, Graça Videira. *Cantigas de escárnio e maldizer dos trovadores e jograis galego-portugueses*. Lisboa: Estampa, 2002. (Obras clássicas da Literatura Portuguesa).

LAPA, Manuel Rodrigues. *Cantigas d'escarnho e mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. 1. ed. Coimbra: Galaxia, 1965a.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais/ Mikhail Bakhtin: trad de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

BARROS, José D'Assunção. A gaia ciência dos trovadores medievais. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: EDUFSC, v 41, n 1 e 2, p 83-110, abril e outubro de 2007.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LE GOFF, Jacques. *Uma Longa Idade Média*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Cantigas medievais profanas e religiosas. In: *A música da fala dos trovadores: desvendando a pro-sódia medieval* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 29-74. Disponível em: <http://books.scielo.org>
Acesso em: 10/11/2017.

MINOIS, Georges. História do riso e do escárnio. São Paulo: Editora UNESP, 1ed, 2003.

SILVA, A.C. L. F. da. *Reflexões sobre santidade, gênero e sexualidade nos textos berceanos*. In: Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva. (Org.). *Hagiografia e História: reflexões sobre a Igreja e o fenômeno da santidade na Idade Média Central*. Rio de Janeiro: HP Comunicações Editora, 2008, v. 1, p. 45-60. ISBN 978-85-7576-126-7.



OS OBJETOS EDUCACIONAIS DIGITAIS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: A DIVERSIDADE RELIGIOSA E A RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

Kauana Candido Romeiro
UEL- Mestranda em Educação
Orientadora: Dr^a Sandra R. F. de Oliveira

Resumo. Analisaremos os Objetos Educacionais Digitais (OEDs), presentes em DVDs da coleção de livros didáticos, “Projeto Araribá História”. Os OEDs são recursos audiovisuais, como jogos, infográficos, animações, presentes nos livros didáticos a partir do PNLD (2014). A partir de nossa análise se destaca o enfoque sobre a diversidade religiosa e o meio ambiente. Como referencial teórico, temos: Lévy(2007), Rösen (2012), Cainelli (2011), Schmidt (2011), e o edital do MEC (2011) de orientação para a produção dos OEDs. Este estudo é parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento na Universidade Estadual de Londrina. Selecionamos três DVDs, o para o 6º, 7º ano e outro para o 8º ano, que lançam três OEDs sobre diferentes religiões e crenças do mundo antigo e que se apresentam no mundo atualmente, além de dois OEDs sobre o meio ambiente, respectivamente. Com isso, analisamos que se baseando no visual, em imagens, ilustrações, animações, o movimento de conhecer o Outro se torna presente é exposto nestes materiais, assim como alternativa para se viver mais sustentável.

Palavras-chave: OEDs, Ensino de História; Religiosidade; Meio-Ambiente.

Introdução

Analisaremos três objetos educacionais digitais relacionados ao mundo antigo, compreendido a partir do mundo mesopotâmico, egípcio, grego e romano. Estes recursos digitais, os objetos educacionais digitais são imagens, recursos audiovisuais, vídeos e documentários, jogos eletrônicos, infográficos, e estão disponibilizados em DVD-ROM e presentes nos livros didáticos de História, no edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2014.

Neste material que analisamos, encontramos em sua maioria animações que se compreende na transmissão de imagens com sons (BRASIL, 2011). E, em infográficos animados, o edital do MEC (BRASIL, 2011) especifica como um recurso gráfico. O edital coloca que os lineares sem interatividade são aqueles que contam somente com a apresentação de processos, fenômenos; multimídia com narrativa multilinear, o qual apresenta fotos, áudio, vídeos como informações adicionais; outro tipo é o infográfico em base de dados, apresenta dados extras.

Para a discussão traremos como referência Pierre Lévy (1999), que definiu estes DVDs como hiperdocumentos, pois se compõe de hipertextos dentro de uma rede *offline*. A visão, audição, tato, e interpretação são acionados a partir deste objeto digital, por meio das ilustrações, animações, legendas, informações sobre o período histórico, e com interatividade.

Além de nos referenciar em Peter Lee (2006), Sandra R. F. de Oliveira (2009) e Rüsen (2007) para pensarmos no ensino de história, o qual deve ter o compromisso com a indagação, com a investigação, com a interdisciplinaridade, em pôr em evidência as fontes históricas, utilizando o conhecimento prévio dos alunos, experienciando o passado por destes documentos e vestígios. Além de instigar um conflito cognitivo e argumentativo para se aprender história. E, nós pensaremos estes pressupostos facilitados por meio desses objetos digitais, os OEDs.

Assim, giramos entorno das seguintes problemáticas: Quais as contribuições destes OEDs para o Ensino de História? Quais as propostas de História apresentadas? Qual a relação estabelecida com o presente e contexto social e cultural do aluno?

O Ensino de História

Rüsen (2001) apresenta uma matriz disciplinar, um conjunto de princípios que orientam o pensamento histórico e determinam a ciência da história. Para com isso, percebemos a importância da História como ciência na vida cotidiana e como esta, a vida prática e o presente se relaciona com o conhecimento histórico.

Em nossa vida cotidiana vivemos com questionamentos, “carências de orientação” e interesses que dialogam com o passado. Para compreendermos o presente, projetar o futuro, muitas vezes precisamos nos direcionar ao passado. (RÜSEN, 2001).

Uma aula de História que contribua para a mobilização de identidades na construção de uma consciência histórica adequada às complexidades da sociedade neste início de século, e no contexto de uma sociedade que se deseja aberta e dialogante tem de reflectir opções conscientes [...] (BARCA, 2007, p 116).

O ensino de História vem a ganhar uma dimensão de atuar, ajudar na vida do indivíduo, quando “interesses de conhecimento” se movem para o estudo da História (RÜSEN, 1987). Em meio ao presente, ao contexto do aluno, que se encontra com diferentes, com culturais diversas, desestabiliza antigas formas de conhecer, saber e se comportar (RÜSEN, 2012). Pensando aqui, não só na proximidade de diferentes culturas, colocando-nos em contato com pessoas refugiadas, exiladas, migrantes de todas as partes do globo, mas também com o contato por meio da acessibilidade em viajar, e por meio do digital.

Interesses e ideias são princípios que se apresentam antes da pesquisa e dos resultados da historiografia (RÜSEN, 2001). Somos instigados pelo interesse a lançar ideias sobre o passado, quando mobilizados pelas fontes, pois a partir destas que nós nos aproximamos das experiências no passado: “É essa inclusão da experiência concreta do tempo do passado ‘que constitui propriamente o processo do conhecimento histórico.” (RÜSEN, 2001, p. 33).

Nosso objetivo no ensino de História:

[...] não é a transformação dos alunos do ensino básico e secundário em pequenos historiadores. Almeja-se, sim, reflectir

acerca de possibilidades, racionalmente constituídas, de práticas metodológicas que visem desenvolver as operações mentais do pensamento histórico, seja em seus aspectos substantivo (na compreensão e aplicação dos conceitos históricos na vida prática), seja em sua vertente meta-histórica (concernente aos instrumentos cognitivos utilizados para raciocinar historicamente) (ALVES, 2013, p.61).

Tencionamos trabalhar no ensino tanto os acontecimentos do passado, seus marcos, datações, protagonistas quanto com os conceitos de segunda ordem, como mudanças, permanências, documentos, transformações, comparação, argumentação (BARCA, 2007).

Para consolidar nossos objetivos frente ao ensino de História, elencamos nossas metas, assim como Barca (2011):

- O conhecimento prévio do aluno, sendo parte importante para o desenvolvimento do pensar historicamente a ser desenvolvido.
- O trabalho com a História se dá entorno de seus elementos factuais, assim como os elementos que compõem a metodologia historiográfica, por meio da narrativa, explicação, interpretação, confrontação de informações, fontes, evidências e mudanças, entre outros conceitos da área.
- A importância do presente e do contexto social, cultural e econômico do aluno, no sentido de conhecer suas ideias, aprofundá-las relacionando-se com seu contexto e inserção social.
- A partir de questões, geramos interpretações que constituem as ideias que dão sentido para a ação. As ideias se compõem de conjecturas, interpretações ao interrogarmos sobre o passado, a partir das fontes. “[...], pois sem existirem fontes não se pode reconhecer um passado que faça sentido como história.” (RÜSEN, 2001, p. 32). E, por meio destas interpretações promovemos a liberdade no indivíduo de se colocar para além de seu tempo e ao mesmo tempo, intrinsecamente localizado no seu contexto, por meio da sua subjetividade entrelaçada na sua interpretação.
- Um trabalho historiográfico pode ser desenhado no sentido de apontar as permanências nas funções e em uma forma de marcar o tempo. Além do trabalho com simultaneidade no uso do marcar o tempo em diferentes sociedades, por meio da localização espacial e temporal. Trabalho que se fundamenta na contextualização, seu significado e personificação, por meio

dos diferentes matérias para a construção dos relógios, são caminhos para a construção da narrativa histórica, e este trabalho em sala de aula. (MATOZZI, 2008).

Incentivar a interpretação dos alunos sobre o que se vê e as informações, pois os alunos, conforme Schimidt (2009) afirmou “[...] os alunos nas escolas não buscam gerar ‘novo’ conhecimento por meio de evidências e narrativas históricas, mas eles geram novas compreensões históricas pessoais.” (SCHIMIDT, 2009, p.16). Estes dão sentido às fontes, as informações a partir de suas vivências, gerando sínteses sobre o passado, relacionando informações, o presente do sujeito que o analisou e os contextos desenvolvidos em torno daquele.

Os Objetos Educacionais Digitais

O edital que trata das especificações sobre os OEDs (BRASIL, 2011) os definiu, como recursos com imagens contendo sons ou não, podendo ser animações, trechos de filmes ou documentários. Estes objetos digitais são divididos em: audiovisual, jogo eletrônico educativo, simulador ou um infográfico animado, ou ainda, uma hipermídia- um objeto digital que congrega todas ou algumas das categorias anteriores.

Tabela 1- Classificação dos OEDs suas configurações digitais no edital do MEC 2011.

Audiovisual	Jogo eletrônico educativo	Simulador	Infográficos animados
Transmissão de imagens com sons ou não.	Resolução de desafios a partir da interação.	Situação que promova a interação	Recurso gráfico com explicações resumidas
Filmes, animações ou documentários.			<ul style="list-style-type: none"> • Lineares: sem interação: explicações de processos e fenômenos. • Multilinear: conta com diferentes recursos visuais. • Base de dados: apresenta dados adicionais.

Fonte: (BRASIL, 2011)

Há ainda a classificação em graus de interatividade, possuindo três parâmetros de interatividade: alta interatividade, podendo ter três ou mais possibilidades de interferência do aluno no objeto de aprendizagem; já os de média interatividade possuem apenas duas possibilidades de interferência do aluno no objeto; e por fim os de baixa interatividade, com apenas um parâmetro de interferência.

Por meio do edital, ainda devemos considerar que este material foi instruído a funcionar *off-line*, ou seja, sem precisar da internet para o seu acesso, basta o professor ter em seu computador o dispositivo para a leitura de DVD. Os OEDs são auto executáveis a partir do DVD. (DIAS, 2016; BRASIL, 2011). A abertura do material na tela do computador se dá automaticamente, quando este contém o *software* Flash instalado.

Toda a configuração foi feita em *Flash*, uma especificidade trazida no edital técnico sobre os OEDs, sendo que a maioria dos computadores não suporta mais este programa, pois é um *software* que não acompanha mais os novos computadores. Assim, tal especificidade está desatualizada com as mudanças nas configurações dos computadores atuais.

Encontramos estes DVDs na contracapa do livro didático do aluno e professor. Para acessá-lo deve-se utilizar a entrada para DVD no computador ou comprar este componente e conectá-lo no seu computador.

Nosso foco de análise se dirigiu para o DVD para o professor, nele além dos OEDs, também apresentam orientações para o trabalho com estes para serem aplicados aos alunos em sala e em suas casas.

Na imagem da tela do DVD para o professor observamos que há orientações para o professor para cada OED. Apresentam os objetivos e os aspectos abordados da animação. De maneira geral, estas orientações se direcionam para a análise deste em sala de aula, para todos, em um único momento. Valorizam o trabalho em grupo em sala de aula, e o individual para a casa. Valorizam a pesquisa na *internet*, em alguns casos sugerem *sites* e livros. E, também, em todas as orientações indicam o momento de relacionar livro didático e material digital.

Nas orientações para uma atividade individual, se constituiu ou em uma pesquisa na *internet*, ou se dá de maneira ao aluno recordar a animação, vista

em sala, em algumas sugestões propõem outra visualização em casa. Em todos os OEDs, apresentam questionários, o que seria uma segunda ou terceira possibilidade de atividade, individual e para casa.

Esta diferenciação nas atividades em grupo e individual aparentou elencar níveis de dificuldades para a realização das atividades propostas, primeiro em grupo, depois individual, e ao final, os questionários. Do mais difícil, realizar em grupos e interdisciplinar (sugerem o apoio de outro professor, de maneira geral), para o mais fácil de propor aos alunos, as perguntas sobre a animação para o aluno responder sozinho. Realmente, é mais fácil, a depender da turma, aplicar atividades individuais para fixar um conteúdo. Mas, tendo em vista nossa base teórica, se precisa trabalhar além da memorização, com a experiência, interpretação, narrativa dos alunos.

Nas páginas que abrem os OEDs é possível configurar para tela cheia, acessar *ogoogle*, recortar ou copiar a imagem, ampliá-la. O acesso a página inicial do *google* somente se dá se o computador estiver conectado na Internet. Mesmo sem este recurso, a visualização mais ampliada, com possibilidade de recorte, facilita na compreensão dos detalhes, das legendas. Por meio de o ícone *localizar* não é possível procurar palavras-chave ou informações das legendas, ou qualquer outra, sedo um ícone desnecessário, não utilizável.

Outros recursos internos que são gerais, tanto para alunos e professores, são: a legenda do áudio; o título do OED; a pausa, o retroceder ou o adiantar das cenas; o “botão” informações; a possibilidade de sair da animação e voltar na tela de acesso aos OEDs, por meio do SAIR; o uso ou não do som, e, em todas as imagens há legenda e a fonte, a localização ou autoria desta. Todos estes recursos proporcionam a retomada de determinadas cenas, a pausa na explicação para complementar ou sanar dúvidas, uma melhor compreensão pela leitura da legenda, caso o som não seja ouvido muito bem em toda a sala ou em outro ambiente, um recurso muito importante para esclarecer dados trazidos pelo o OED, como nomes, datas, conceitos.

Os OEDs e o presente: a diversidade religiosa e o meio ambiente

Procuramos relacionar algumas considerações sobre a cultura histórica atual, com demandas do século XXI, que Rösen (2012, p.20) apontou em seu texto de 2011, publicado em 2012:

[...] decorrente da densidade crescente do encontro intercultural e da comunicação em todas as dimensões da vida humana [...] e, é claro, das crianças e estudantes na escola: (a) a insegurança crescente da identidade histórica, (b) uma experiência [...] relacionada à diversidade cultural, (c) um ataque contra as tradições ocidentais e (d) uma nova ameaça sobre a natureza.

O autor lançou também a importância das novas mídias para a cultura histórica, mas não comentou, em razão do tamanho do artigo. Analisando os desafios e as demandas atuais elencadas, iremos destacar “a insegurança da identidade histórica”; “as pressões da diversidade cultural” e “uma nova ameaça sobre a natureza”, relacionando com a seleção dos OEDs para esta discussão.

O contato com a diversidade cultural está cada vez mais próximo favorecido pelas TICs quanto pelas nossas próprias diferenças:

Isso levanta uma necessidade urgente de encontrar a estabilidade de sua própria perspectiva de vida vis-à-vis com uma irritante multiplicidade de possibilidades. As perguntas ‘quem sou eu, quem é o meu povo, e quem são as pessoas com quem eu tenho que viver junto?’ adquiriram uma nova qualidade de urgência (RÜSEN, 2012, p. 20-21).

A identidade se refere ao sujeito definir-se, quem seria ele. Em meio a:

“[...] multiplicidade das origens étnicas estimuladas pela imigração [...]”, a diversidade cultural, ao mundo globalizado, definir-se perde sua dimensão. a partir disso, temos [...] uma nova e radical questão do que significa ser um ser humano. [...] todas as narrativas que nos contam sobre quem somos devem ser recontadas [...]” (RÜSEN, 2012, p. 20).

E, com isso, novas formas de pensar e ver o mundo se modificam, sendo reforçado pela “crise ambiental”, a destruição do ambiente que é propício para o ser humano. Reforçando nossa crise de identidade frente a

comportamentos, práticas que devem ser repensadas em meio a crise ambiental.

Percebemos que o destaque para as diferentes religiosidades do mundo antigo que ainda permanecem até hoje, como o judaísmo, os o hinduísmo e o islamismo, tem sua pertinência para se pensar o mundo atualmente. Em meio às diferenças culturais, sociais, se pode perceber princípios e conceitos que podem servir para os alunos se identificarem com tais crenças, além de desenvolver a empatia, o respeito, a alteridade. Ao colocarmos em relevo, comparando, analisando e conhecendo mais aspectos sobre religiões diferentes, podemos debater nossa relação, comportamento, pré-conceitos em relação a estas, para com isso, promover práticas de respeito, percebendo as diferenças e semelhanças com a nossa individualidade.

Os OEDs *A religião hindu*, *O shabat*, *A religião islâmica* pode contribuir para pensar a diversidade religiosa no mundo atualmente. Além de apresentarem dois que abordaram a temática sobre o meio ambiente, *Rio Tâmis* e *Energia eólica*. Além de colocarem em uma perspectiva geral e futura, questões do milênio em *Cenários do novo milênio*. E, como Lévy (1999) apontou, o digital abre a possibilidade de reapropriação e personalização da mensagem, proporcionando uma abordagem simultânea entre os próprios os OEDs, dentro de um DVD. E, para o ensino de História desponta o trabalho com os conceitos substantivos, por meio das religiões no mundo e com os conceitos de segunda ordem, aqueles que transitam no conhecimento histórico (BARCA, 2011), como transformações, culturas, entre outros.

No OED *O shabat* há duas ilustrações que irão embasar o conteúdo do áudio: uma sobre uma família, com pai, mãe e duas crianças em torno de uma mesa com pão e vinho e outra de uma sinagoga com seus membros.

Na narrativa é colocado o significado do *shabat* (dia de descanso), além do significado do acendimento de vela pela matriarca (a iluminação), assim o foco se dá na ilustração sobre ela. Também, há a explicação de vários rituais judaicos na sinagoga: *cabalatshabat*, as boas vindas, na qual os homens cobrem a cabeça com o *quipá* e os ombros com o *talit*. Além disso, um membro, *jazan*, lê para o público, na *jupá*.

Além de destacarem a divisão entre os homens e mulheres nas sinagogas mais ortodoxas; na decoração especial para este ritual. Ao final,

volta-se a ilustração da família, com o ritual *kidush*, feito pelo pai (a bênção do vinho), e o encerramento deste período, a *havdalá* (separação), o retorno à rotina.

Apresentaram como uma das propostas de atividades, uma entrevista com uma pessoa ligada ao judaísmo, novamente não apresentam um roteiro e objetivos para tal procedimento. Outra foi realização de uma pesquisa sobre rituais e celebrações cristãs e judaicas, a fim de se conhecer mais sobre as apresentadas em vídeo e promover a comparação.

Atividade que foi também colocada no livro didático. Ainda sobre este apresentaram para a pesquisa, outros rituais judaicos, a partir do calendário religioso. Uma atividade que vai ao encontro de realizar a discussão e apropriação do conhecimento, possibilitando ampliar a vivência do aluno, muitas vezes cristão, em relação à outra cultura e religião.

Outro OED que se direciona para a discussão sobre religiosidade, *A religião hindu* que traz imagens da lavagem de pés no rio Ganges, além de uma única ilustração de um ritual de purificação. Traz, também, imagens dos deuses *Vishnu*, *Durga*. Apresenta fotos das ruas de Jaipur e Rajastão; de um sacerdote meditando e de um hinduísta recebendo do sacerdote uma pintura em sua testa.

Na narração se pode ouvir sobre o surgimento desta religião, alguns princípios como: o carma, a *samsara* (reencarnação), *dharma* (condutas éticas), *mokha* (meditação para atingir um estado superior), *brahman* (princípio único), a importância da peregrinação para a purificação no rio Ganges, e a crença nas vacas.

Como atividade propõe a confecção de um painel expondo elementos do hinduísmo. Também, sugeriram que os alunos produzam uma biografia que apresente o indivíduo que seja hindu e seu modo de vida. Além de incentivarem a pesquisa em relação aos rituais mostrados no OED. Atividades que promovem o contato com outra cultura religiosa, sendo necessário contextualizar os espaços desta religião, os países com mais hindus, além de localizar no tempo o desenvolvimento desta com os países em questão.

No livro didático, este material é indicado para o trabalho com a Índia, mas não se pode esquecer outros países, até mesmo do Brasil, que também possui praticantes do hinduísmo.

No OED *A religião islâmica* entre imagens e ilustrações de fieis e rituais da religião, mostram os princípios desta: jejum, caridade, credo, oração e peregrinação. Aspectos diários das orações e sua orientação para Meca, além do Ramadã, um dos rituais islâmicos e a importância da família.

Em relação à outra tema e preocupação no presente, vem a ser em torno do meio ambiente, temos *Energia eólica* e *Rio Tâmis*, os dois para o 8º ano. No primeiro por meio de desenhos, fotos traz toda uma narrativa sobre a questão da importância e impacto em sua geração de energia, discutindo as vantagens e desvantagens desta forma de obter energia.

Em relação à outra tema e preocupação no presente, vem a ser em torno do meio ambiente, temos *Energia eólica* e *Rio Tâmis*, os dois para o 8º ano. No primeiro por meio de desenhos, fotos traz toda uma narrativa sobre a questão da importância e impacto em sua geração de energia, discutindo as vantagens e desvantagens desta forma de obter energia.

Como sugestões de atividades, trabalho interdisciplinar, envolvendo a pesquisa sobre problemas climáticos atuais, como: problema da água, a questão energética, dentre outros, para uma exposição temática. Apontaram sites para a pesquisa. Além deste, sugeriram uma pesquisa em torno da própria energia eólica, no Brasil e no mundo.

No livro didático, o OED foi indicado na seção Ciência e tecnologia, Fontes energéticas. Trazendo de maneira geral, as possibilidades de energia alternativas frente as energias advindas do petróleo. Com atividades que incentivam o aluno a pesquisar sobre outras fontes de energia como o Sol e dentre outras.

Uma temática que se relaciona com problemáticas do presente, promovendo a discussão sobre o assunto e estimulando a comparação e análise em relação a outras energia e suas presença no Brasil.

Outro OED que aponta para este discussão sobre o meio ambiente foi o *Rio Tâmis*. Este abordou em desenhos e uma foto atual, o seu processo de poluição no século XVII e a despoluição, em conjunto com a conscientização de governos e população.

As atividades sugeridas procuram explorar o contexto dos alunos, estimulando-os a pesquisar sobre um rio da região, e apontar sua localização e

problemas, apresentando um roteiro de questões para tal pesquisa. Para a apresentação desta, propõe o uso de fotos atuais e mais antigas para se evidenciar as diferenças, os impactos em torno deste rio. E, também, uma pesquisa, mais geral, sobre impactos ambientais realizados pelo homem, ao final, o aluno faria uma redação sobre a pesquisa e o problema apontado.

No livro didático o OED foi indicado na seção *Ampliando conhecimentos, O Rio Tâmis*. Neste apresentam um infográfico, que por meio da cronologia, mostrou os impactos e as diferenças em torno do rio ao longo dos séculos XVIII ao XX. Trouxe também questões para se perceber as mudanças em torno do rio e sobre um rio brasileiro.

Analisando a relação entre OED e livro didático impresso, percebemos que o livro impresso se apresentou mais completo o processo de impactos e da ação humana em torno deste rio. Evidenciando as datas, os edifícios, com a mesma ilustração mostrada no OED. As atividades do OED que foram interessantes para se investigar, baseadas em um roteiro, sobre algo próximo do aluno, com questões que permite-o refletir mais aprofundado sobre o seu entorno.

Conclusões

Por tudo isso, podemos perceber que temas que giram em torno da atualidade, como religião e meio ambiente, foram destacados nos OEDs, mas nem sempre agregaram conteúdos diversos ou mais ricos que o impresso. Temos que perceber que as atividades sugeridas ficam a critério do professor em colocar em prática ou não. Mas, foram muito válidas ao pensarmos em estimular este aluno a pensar em seu contexto, embasando com questões, sites e aliando as TICs neste processo de aprendizagem.

Algumas observações apreendidas a partir de nossa reflexão sobre os OEDs: a) a proposta de história se lança sobre aspectos culturais e cotidianos da História: por meio da religiosidade e materialidade; b) não habilita o professor a embasar tal linha teórica, com autores que se apresentam nas referências do livro didático, mas que não dialogam nos materiais digitais e impresso para o professor; c) problematizam aspectos temporais e espaciais, nas construções antigas; c) em torno das crenças e religiões, o material digital trata-se a explorar seus princípios e bases, não lançando a problematização

sobre as transformações também, entre os povos e regiões que possuem estes religiosos; d) trata da simultaneidade de maneira implícita, não estabelecendo diálogos mais profundos e comparativos entre os diferentes desenvolvimentos sobre a cultura escrita e material; d) apresentam propostas de atividades, com questões sobre o presente, em diálogo com o contexto do aluno; e) outros temas podem ser suscitados a partir da pausa no vídeo e decisão do professor.

Os OEDs desta coleção analisada trataram de assuntos contemporâneos relacionados com problemáticas históricas, com enfoque para as transformações refletidas por meio da cultura material, no meio ambiente, e em relação as comunicações.

A cultura religiosa, escrita e material foi exposta nos OEDs de maneira muito ampla, sem refletir sobre um determinado objeto com suas mais amplas funções na sociedade antiga, tratando como fontes históricas, mas como pontos de partida para uma contextualização e comparações frente a um período ou uma sociedade. A ação do homem na natureza ganha maior amplitude, com o que restou de seu legado antigo. O foco no religioso se estabelece mais no sentido de apresentar diferentes religiões no mundo, do que estabelecer diálogos e interligações entre os OEDs e entre estas. Além disso, utilizam a exposição como maior foco de apresentar o conteúdo, com interatividade muito superficial e simples, tendo em vista as possibilidades que somente uma fonte, um templo visto ampliado, com maior resolução e aproximação poderia servir para trabalhar a História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCA, Isabel. O papel da Educação Histórica no desenvolvimento social. In: CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria A. **Educação Histórica: teoria e pesquisa**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.p.21-48.

CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria A. **Educação Histórica: teoria e pesquisa**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2014**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

DIAS, Rui. Os conteúdos digitais de História nos editais e guias dos PNLD 2014 e 2015: observações iniciais. In: XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2016, Curitiba. **Anais...**Curitiba: UFPR, 2016. p. 1-11.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. **Educar**, Curitiba, 2006. Disponível em: <revistas.ufpr.br/educar/article/view/5543>. Acesso em: 24 mar.2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MATOZZI, Ivo. Ensinar a escrever sobre a História. **História e Ensino**, Londrina, v.14, ago.2008.

OLIVEIRA, Sandra R. F. de. Pontes, jaboticabeiras, princípios pedagógicos e o ensino de História. **História e Ensino**, Londrina, 2009, v. 15, p.183-196.

RÜSEN, Jorn. Didática- funções do saber histórico. In:_. **História Viva**. Brasília: UNB, 2007a. P. 85-133.

_____. **Reconstrução do passado**. Trad. Asta-Rose Alcaíde. Brasília: UNB, 2007b.

_____. O livro didático ideal. In: SCHIMIDT, M; BARCA, I; MARTINS, E.(org). **Jorn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 109-127.

_____. Reflexão sobre fundamentos e mudança de paradigma na ciência histórica alemã-ocidental. In: NEVES, Abílio A. B. (coord.). **A nova historiografia alemã**. Porto Alegre: UFRGS, 1987. P. 14-40.

_____. Aprendizado Histórico. In: SCHIMIDT, M; BARCA, I; MARTINS, E.(org). **Jorn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.p. 41-49.

_____. Tarefa e função da história. In: RÜSEN, Jorn. **Razão histórica: teoria da história**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2001. P. 25-51.

_____. Formando a Consciência Histórica- Por uma Didática Humanista da História. **Antíteses**, v.5, n.10, jul.-dez. 2012.

SCHIMIDT, Maria A. Literacia histórica: um desafio para a educação histórica no século XXI. **História e Ensino**, Londrina, 2009, v.15, p.9-22.



**BREVE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA COMUNIDADE NEGRA NO BRASIL
COMEÇO DO SÉCULO XX PÓS-LEI ÁUREA & SÉCULO XXI GOVERNO
LULA:
ANALISANDO OS JORNAIS “O MENELIK” (1915), “ALVORADA”(1945) E A
REVISTA “O MENELIK 2ºATO” (2010)**

Giovanna Vieira Cassiano
(História - UEL)

Resumo. A pesquisa tem como objetivo entender como se dá o discurso de defesa social da própria comunidade negra Paulista, nos anos de 1915, quase três décadas pós-lei áurea, 1945 ao fim do estado Novo antes do governo Dutra e 2010 governo Lula, que foram representadas em publicações de edições específicas. Vemos as publicações como um meio de preservação de uma memória coletiva, pretendemos trabalhar com o jornal “O Menelik” de 1915, o jornal “Alvorada” de 1945 e a mais recente a revista digital “O Menelik 2º ato” de 2010. O objetivo é comparar as características das comunidades negras nesses diferentes períodos temporais. O discurso presente nessas publicações é de grande importância para a comunidade negra brasileira, periférica ou não periférica, pois carrega consigo a busca pela preservação de sua identidade. Pretendemos relatar quais acontecimentos políticos influenciaram tais publicações em seus respectivos anos, daremos ênfase em todos os recortes e representação da mulher negra. Sempre trabalhando com o conceito de representação de Chartier e o conceito de “amefricanidade” e “afrolatinoamericano” de Lélia González, uma grande antropóloga brasileira, que analisa o conceito de representação dessa cultura afro-americana qual o Brasil também provém.

Palavras-chave: Comunidade Negra; Representação; São Paulo.

“É preciso, portanto, aprofundar as pesquisas sobre o tema e o debate sobre como enfrentar as desigualdades em nossa sociedade, inclusive as que atingem a grande maioria da população negra e parda. Como escreveu Beatriz Nascimento, ‘a história da raça negra ainda está por fazer, dentro de uma História do Brasil ainda a ser feita’.”

***Hubert Alquéres** (Vice-Presidente na Câmara Brasileira do Livro do Estado de São Paulo)*

A frase de Alquéres resume o objetivo desse trabalho. O nascimento desta pesquisa veio a partir de uma matéria que nós realizamos, Teoria da história, da qual o professor nos incentivou a procurar fontes de pesquisa, partindo de uma necessidade particular de cada um, problemas que realmente nos interessam para que assim nós possamos usá-lo como trabalho de conclusão de curso (T.C.C.) . Esse artigo é o resultado de uma pesquisa inicial sobre as fontes que pretendo trabalhar.

Toda mudança social vem de um coletivo de indivíduos, o processo de resistência da Comunidade Negra também parte de uma necessidade coletiva. O objetivo, deste trabalho é entender como se dava o discurso, desta comunidade Negra Paulista e como esse discurso foi se alterando conforme o tempo. Ao comparar as características da identidade das comunidades negras que são gravadas nessas publicações, traços de críticas sociais que marcaram a época, de memória, ao buscar relembrar datas comemorativas e trazem a figura do negro ao público e de um recorte racial que por tempos foi ignorado pelas mídias mais influentes.

A resistência é uma reação natural, fruto de uma repressão, assim como toda busca por identidade que nasce do vazio, deixado pelo esquecimento de um povo. O conceito de "Defesa Social" é muito associado ao dever do Estado de prover segurança e paz a sociedade. Aqui, entretanto iremos utilizar esse termo como uma defesa que não parte do Estado, mas parte da comunidade, parte desse coletivo, parte desta resistência, desta resistência negra.

O Menelik (1915) denominado por seus editores como um “órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor” e a Edição comemorativa do jornal Alvorada (1945) com seu subtítulo mensal “Declaração

aos negros do Brasil”, que referenciava a comemoração do “Dia 28 de setembro o Dia da Mãe Negra”. Entender como essa representação da vida cotidiana dessa comunidade acabou influenciando a criação em pleno século XXI da revista digital, O Menelik 2º Ato (2010).

O discurso de identidade dessas publicações que iremos analisar se colocam como destinada a comunidade negra, pretendemos inicialmente usar como fonte uma edição de número um dos órgãos noticiários citados acima. Analisando a questão cultural em São Paulo nesse período, por trabalhar com as músicas os textos encontradas no jornal e a até mesmo a própria formação do jornal, que é descrita no primeiro volume do jornal, compreender como se dá à apropriação de seus fundadores e redatores, assim como os da revista no século XXI, “O Menelik 2º Ato”. Segue uma tabela com as referências entre as publicações.

Fonte	Tipo	Duração	Distribuição	Nº pagina	Dimensão	Plataforma	Valores
O Menelik	Jornal	1915-1917	Mensal	4	Não divulgada	BNDigital	1\$500
Alvorada	Jornal	1945-1948	Mensal	4	Não divulgada	BNDigital	Gratuita
O Menelik 2º Ato	Revista	2010 - (...)	Trimestral	21	Formato digital retangular	ISSUU	Gratuita

Além da questão do tempo e o contexto político de cada época, “O Menelik” no contexto pós-abolicionista, sofrendo com uma nova estruturação econômica, a mudança da condição de escravo para uma nova forma de vida, condicionada na falta de trabalho, ou melhor, falta de oportunidade. Uma vida de subsistência. Uma vida de negligência por parte das autoridades governamentais, que apenas se mobilizaram ao trazerem excursões à procura desses moradores¹⁰⁴, desses chamados Quilombos.

¹⁰⁴ Expedições retratadas inúmeras vezes, com claro o objetivo de assassinar e não prender. Esses acontecimentos são muito retratados em obras que trazem os movimentos resistência negra como por exemplo: GOMES, Flávio dos Santos ‘Uma hidra no recôncavo da Guanabara’ In: GOMES, Flávio dos Santos **História de quilombolas**. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.p.25-143.

O jornal O Menelik que iremos analisar, é oriunda da capital de São Paulo, edição de número um, referente à data de 17 de outubro de 1915, seu redator-chefe, Deocleciano Nascimento, seu redator secretário, Geralcino de Souza. “O Menelik” durou cerca de três anos, duração máxima da qual muitos jornais do mesmo gênero, que vieram posteriormente, também suportaram, foi um dos primeiros jornais feitos por negros para negros. Ambos dos redatores também foram citados em outros jornais, que assim como O Menelik, tanto os redatores como repórteres e a região ou vizinhanças, das quais esses repórteres eram responsáveis que eram membros destas comunidades negras paulistas.

Trabalhando o conceito (re)apropriação de Michel de Certeau, entendemos que esse processo, de adquirir certos conceitos, símbolos, ideais que se transformam ou adaptam-se a uma nova realidade, transformando-se assim no que é definido por, Roger Chartier, como um representação, que seria o jornal.

Logo no começo ele fala de uma reunião uma reunião da qual o redator-chefe e outros membros do jornal se encontram e sem objeção aprovam a ideia da construção do jornal essa reunião ocorreu no dia 18 de julho do mesmo ano, 1915, como fora publicado no próprio jornal:

[...] Fundou-se então esse jornal, o qual buscou adquirir um nome, que não deveria, mas era esquecido dos Homens de cor, é esse nome o de Menelik II, o grande rei da raça preta, falecido em 1913. Surge então a fundação deste jornal com a denominação “O Menelik” [...]. (O Menelik. 1915. folha 1. Coluna 1.)¹⁰⁵

Ao (re)apropriar o nome do Imperador da Etiópia, Menelik II. Entendemos que buscavam uma figura que os inspiraram, exaltar a memória dos que vieram antes deles. A maioria dos africanos que foram traficados para o Brasil veio de territórios que pertenciam a Portugal, que predominara na

¹⁰⁵ FONTE: “**O Menelik** – orgam mensal, noticioso, literário e critico dedicado aos Homens de cor” Redator chefe: Deocleciano Nascimento, Redator secretário: Geralcino de Souza. São Paulo capital, Brasil, 17 de Outubro de 1915, ANO 1, NÚMERO 1.

costa Leste do continente Africano. Temos acesso a vários documentos, documento de registro realizado pelo governo português, que atestam que essas pessoas foram transportadas por vias marítimas que saiam de portos específicos, território que hoje se encontra a Nigéria e o antigo Reino do Benin e o segundo principal porto utilizado pelo governo português, aonde denominamos como Angola, na qual todas as pessoas que eram encontradas na longa faixa de extensão de leste a oeste da parte sul do continente Africano, que hoje abrangeria os territórios de Angola a maior parte da República Democrática do Congo, Zâmbia, Tanzânia, Zimbábue e Moçambique por completo.

Qual a importância de falar sobre onde essas pessoas eram retiradas?
Como essa informação pode ser útil para nós?

Essas figuras que hoje são muito retratas e lembradas, a Rainha Nzinga e o Imperador Menelik II, foram líderes de grandes civilizações que tiveram sua fama espalhadas pelo continente, o conhecimento sobre essas figuras não foi esquecido, eles se tornaram símbolos de resistência, para os que perdiam a esperança da liberdade, trazendo assim aos leitores esse ideal de resistência de luta de melhores condições de vida. Assim podemos compreender o porquê da escolha do nome não ser questionada pelos participantes do jornal.

Na primeira fonte que analisamos a primeira edição do jornal “O Menelik” começa condicionando o leitor aos ideais do jornal, ao relatar a história da fundação do jornal e o motivo de se fazer um jornal de negros para negros, naquele exato momento na cidade de São Paulo as necessidades de percorrer e lembrar a história daquelas comunidades.

Posteriormente, é retratado como funciona a questão econômica do jornal, por custar um valor supérfluo de 1\$500 (aproximadamente R\$ 3,75), por semestre em sua publicação de número um, e mesmo em sua décima quarta publicação, em 11 de fevereiro de 1917 o valor se mantinha baixo, 2\$000 semestral, a propriedade do jornal, mesmo não tendo um dono propriamente dito, pois consideravam o jornal como um bem coletivo, “O Menelik não tem proprietário, é uma sociedade, composta de ilimitados sócios que todos fazem por um e um faz por todos” (folha 1 ; coluna 3).

Mesmo sabendo dessa condição coletiva do patrimônio do jornal, existiam cargos ocupados por esses fundadores e diretores, como presidente está Reginaldo Máximo Gonçalves como secretário Octaviano Ferraz, como tesoureiro Marciano Marques de Oliveira, procurador-geral Paulo de Souza Lima e tinham como representantes de algumas localidades, pessoas que reportavam os acontecimentos dos bairros, como Avelino Paiva responsável pelo distrito da Vila Buarque e Consolação, Marcelo Cruz como representante pela comunidade de Belenzinho Brás, cabo Manoel Domingues pelo distrito de Canindé e Brás, José Felice pelo distrito da luz e como repórteres Teófilo Gonçalves de Freitas, José Luiz Sampaio e José Paulino, qualquer representante do jornal poderia exercer a função de procurador em nome do procurador-geral.

O jornal Alvorada traz sempre um subtítulo diferindo sendo geralmente datas comemorativas visto que é uma produção mensal. A primeira edição a qual estamos analisando tem o subtítulo, “Declaração aos negros do Brasil”, que referenciava a comemoração do “Dia 28 de setembro o Dia da Mãe Negra”. O jornal é organizado José Correia Leite, Fernando Góes e Raul J. do Amaral, a distribuição da revista era gratuita, mesmo pedindo donativos apenas para membros e tendo um local físico e fixo.

Um dos idealistas que se preocupavam de maneira constante para comunidade Negra local, Gervásio de Moraes, era também uma das figuras importantes de um antigo jornal chamado "Clarim d' Alvorada", o mesmo havia falecido naquele mesmo ano em janeiro. Retomando o conceito de (re)apropriação, de Certeau, dando homenagem a Gervásio, o nome do jornal se tornou Alvorada.

O jornal Alvorada, diferente do jornal O Menelik, traz uma grande carga do chamado nacionalismo brasileiro. Essa concepção de identidade brasileira começa um pouco antes do governo Vargas. Tal pensamento perdurou durante muito tempo e influenciou também os estudos sociais dessa comunidade negra que passa a retomar os laços anteriormente pedidos em uma historiografia branca e elitista.

O trabalho de, Lélia González, ao definir características culturais que diferem o negro latino americano, da cultura africana e norte americana, tratando a como algo novo repleto de singularidades. Ela trabalha com os termos “amefricanidade” e “afrolatinoamericano” nessas novas concepções da figura do negro e seu processo de produção cultural.

Esses ideais nacionalistas que sempre reafirmam a comunidade Negra paulista como sendo “negros brasileiros”, no artigo principal desta primeira edição, cita Gilberto Amado, mostrando que já tinha um conhecimento sobre os intelectuais da época. O artigo principal desta edição do jornal Alvorada traz a comemoração do dia da mãe negra comemorando o dia 28 de Setembro, onde foi dada a Lei do Ventre Livre em 1871. Trata-se de um texto bem curto, mas que muito nos fala sobre a concepção da mulher negra.

"[...] A data cuja Concepção de humanidade nos diz respeito e traz no rastro da sua exaltação os primeiros ecos da alegria que a raça negra sentiu para sua libertação - nos símbolo da mulher negra que, Como disse Gilberto Amado, " foi duplamente sofredora pelas duas maternidades - as das entranhas que geravam o escravo e a do leite que amamentava o senhor sofreu mais do que a simples mãe de filhos sem Liberdade confundida com o fruto da sua carne na amargura lenta e secreta de seus seres sei defesa sofreu por que amava também o opressor"[...]" (Alvorada,1945. folha 1.coluna 1.)

A Lei do Ventre Livre mudou a forma negativa que se via a mulher, como sendo a árvore que produz os frutos da escravidão, acabou e agora ela era vista como um símbolo de esperança e de liberdade, para um povo que durante muito tempo foi escravizado e tratado de maneira desumanizada, o jornal retrata também uma imagem de uma mulher negra com uma criança branca em seus braços.

Uma frase no final desse texto, nos ajuda a entender, o real objetivo do jornal que diferente do Menelik não tratou isso de um modo mais explícito, "esse sentimentalismo é à força do nosso patrimônio contra a desintegração do nosso valor histórico". Sendo a busca por uma legitimação histórica de suas origens.

Entendemos que esse movimento nacionalista, que já perpetuava antes mesmo do governo Vargas estava presente também nas ideais da comunidade Negra nesse período, de 1945. As outras matérias situadas no jornal também trazem essa mesmas expressões de uma identidade nacional anteriormente não encontrada no jornal O Menelik.

O jornal traz uma forma de organização muito contrastante por se tratar de um grande esquema hierárquico completo, dentro da formação do jornal, por possuir um grande número de membros, com grandes departamentos conferidos, a A.N.D, a "Associação dos negros do Brasileiros", o centro de irradiação do pensamento de associação social unificadora do negro brasileiro" também.

O sistema de organização que inclui mais de mil membros. Diferente do outro jornal, ele não recebe um valor simbólico, mas é mantido por donativos voluntários que são doados pelos próprios membros dessas comissões, que são organizados em oito departamentos, sendo responsáveis por cerca de mais de 50 tipos de serviços e áreas de atuação diferentes, a A.N.D. é responsável por fazer um ciclo de reuniões periódicas, para manter o diálogo e a organização dentro dessas subcategorias do jornal e que sejam feitos os repasses das notícias. As fichas de inscrições também são enviadas esse comitê. As doações são nominais e aparecem nas publicações tanto doações em dinheiro ou de bens materiais que possam ser vendidos e seus valores revertidos.

Apresentam assuntos que chamam atenção, como compositores negros participando da "Orquestra Afro-brasileira" e outros acontecimentos sociais como a "Cruzada Afro-brasileira de Alfabetização". Sempre lembrando e ressaltando a ideia do negro inserindo publicamente o Negro na sociedade ao representá-lo em certas ocasiões sociais de grande prestígio social. Retratando também de membros da sociedade negra, como Professor Artur Ramos, sempre colocando fotos para que esses rostos sejam lembrados.

Esse ideal de representação da imagem do negro nestas publicações floresceu durante a década de 1950 até 1980. Santos traz uma análise de eventos nacionais e internacionais do movimento negro do Brasil, datados na

década de 50¹⁰⁶, mesmo que ela se concentre nos movimentos das mulheres negras.

A revista “O Menelik 2º Ato” de 2010 é um projeto independente de valorização e reflexão acerca da produção artística, negra bem como das manifestações culturais dessa comunidade, popular e urbana da comunidade negra no Brasil. A revista foi criada inicialmente em um formato de blog em 2007 e ganhou uma nova edição em 2010, saindo do formato de blog para uma publicação digital de alta qualidade.

O projeto O Menelik 2º Ato utiliza outros meios além da revista digital, como entrevista gravadas disponíveis online, coberturas de eventos e auxilia novos artistas e músicos membros dessa comunidade negra brasileira. Analisaremos a primeira edição da revista nesse novo formato digital, publicada no dia 8 de junho de 2010. A mesma era impressa mensalmente, inicialmente com 2 mil exemplares, a revista passou a ser impressa trimestralmente também de maneira gratuita em eventos culturais, shows, espetáculos, galerias de arte, lojas, bibliotecas e zonas periféricas da cidade de São Paulo, disponibilizam também gratuitamente no formato online na plataforma do ISSUU.

O editor da revista é o jornalista Nabor Jr. e como colaboradores desta edição, Janaína Gomes, Nayara de Deus, Alexandre Bispo, Thays Quadros, Ana Paula Santiago e Maria Cecília Braga, já nessa primeira edição eles já fazem uma explicação da referencia que tiveram do jornal, “O Menelik” (1915) e do objetivo da revista:

“[...] Assim, em 1915 começou a circular na cidade de São Paulo uma das mais importantes manifestações da trajetória do negro brasileiro na luta pela cidadania, a chamada imprensa negra paulista, cujos registros históricos apontam o jornal O Menelik, fundado pelo poeta negro Deocleciano Nascimento como pioneiro.

¹⁰⁶SANTOS, Ana Cristina Conceição ‘Memórias dos I e II Encontros Nacionais de Mulheres Negras pelo Olhar das Ativistas Baianas - Organização, Raça e Gênero: movimento de mulheres negras na cidade de Salvador – 1980 a 1991.’ Artigo apresentado no **XI Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos – Embates do Cotidiano**. Rio de Janeiro. 2016.

Entre os principais objetivos da publicação estavam à valorização da raça e a divulgação do patrimônio cultural dos negros, além da possibilidade de externar reivindicações, protestos e discussões sobre a inserção do negro na sociedade (...)

O Menelik 2ºAto, que pretende dar continuidade a essa luta, porém, concentrando sua produção no campo das artes (incluindo aí, manifestações ditas marginais urbanas) como o propósito de difundir, contextualizar e apresentar a história, os protagonistas e os movimentos artísticos de origem afro-brasileira [...]”. (O Menelik 2º Ato. 2010.p.3)

Ao analisar o conceito de representação de Chartier e a condição da história cultural, que traz o discurso da história das apropriações. Representação essa que vem como forma de legitimar a identidade de um grupo, nós entendemos essa busca pela identidade como uma forma de “defesa social”, uma forma de unir indivíduos que têm diferentes condições de vida, com um laço de identidade, que seria um conjunto de características que uniriam sujeitos, nesse caso seria a identidade de comunidade ou coletivo negro.

O conceito de representação como o “tornar meu”, que implica em uma seleção do que vai ser (re)apropriado, que é feita por determinado grupo. O ato de representar tal apropriação, ressignificando assim uma determinada ação ou valores de uso para determinados objetos ou símbolos, atribuindo valores culturais a coisas coletivas. Vemos a revista como um reflexo dessa apropriação se trata de uma representação, resultado de uma pré-seleção de conteúdos, temas e linguagens usadas nas publicações, essa seleção é denominada por, Chartier, de “tática” que seria o fato de escolher o que será ou não representado ali e como será apresentada essa representação, fazendo referência aos valores estéticos explícitos no layout da revista. Nessa noção de “tática” e “estratégia” de Chartier. A “estratégia” seria feita pelo autor que é fruto de uma “tática” inicial, que seria essa pré-seleção de conteúdos e temas.

Uma característica dessa “estratégia” representada nessa primeira edição da revista é a utilização do termo Quilombo, no lugar da palavra Sumário. O retomarmos o conceitos de Quilombo de um espaço destinado ao

negro, um espaço de resistência, de liberdade. Entendemos que esse termo que era usado como uma definição para um local histórico, físico agora se torna um imaginário ao ser representado na revista denominando assim todo o valor cultural de resistência desse espaço agora em uma publicação.

Plataformas digitais como a ISSUU, a qual a revista, “O Menelik 2ºAto” se encontra, é acessível online, gratuitamente e cobra um valor muito simbólico para a publicação do material. Concluímos que a globalização, esse acesso à internet possibilitou que muitas plataformas digitais fossem criadas e um novo tipo de mídia surgisse, uma mídia acessível economicamente para a classe trabalhadora, sendo essa também uma das críticas de, Antônio Candido em seu livro ‘Formação da Literatura Brasileira’, além da crítica ao sistema hierarquia racial literária, que se aplicam a construção de um jornal, o qual ele também faz uma série de denúncias.

Ambas das revistas passaram por um processo de (re)apropriação, todas praticaram a “tática” e se tornaram “estratégias” em algum momento, assim como nós nesse presente momento, estamos nos apropriando no sentido de selecionar e refletir sobre essas três representações. As quais são influenciadas por ações políticas, econômicas e sociais, que acabam sendo um grande gatilho para essas representações. Tanto o jornal como a revista são representações de um único objetivo uma “resistência negra” no caso do jornal para informes e mobilização da comunidade em prol de mais direitos sociais, após a Lei “áurea” em 1889, que ainda era recente. No caso da revista uma busca por acessibilidade cultural e interação do negro em espaços acadêmicos.

FONTE:

Jornal “**Alvorada** – Órgão de propaganda cívica” de Declaração aos Negros do Brasil. São Paulo Capital. Ano 1, Número1. Setembro de 1945 / **Edição:** 00001/
Código: TRB02809.0172/ **Rótulo:**845086/ **Datado** : 24/04/2015 / **Número de**
Paginás:4

Endereço:

memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=845086&PagFis=3&Pesq=

Acessado: 23 de novembro de 2017.

Jornal “**O Menelik** – orgam mensal, noticioso, literário e critico dedicado aos Homens de cor.” Redator chefe: Deocleciano Nascimento, Redator secretário: Geralcino de Souza. São Paulo capital, Brasil, 17 de Outubro de 1915, Ano 1, Número1. /**Edição:** 00001/ **Código:** TRB02783.0172/ **Rótulo:** 844829 /**Datado** : 24/04/2015 /**Número de Páginas:** 4

Endereço: memoria.bn.br/pdf/844829/per844829_1915_00001.pdf

Acessado: 9 de agosto de 2017

Revista “**O Menelik 2ºAto** – Afrobrasilidades & Afins”, 1ª edição, junho de 2010.São Paulo.

Endereço: issuu.com/omenelick2ato/docs/afrobrasilidadeseafins

Acessado: 9 de agosto de 2017.

BIBLIOGRAFIA:

CHARTIER, Roger. O mundo como representação_ In: CHARTIER, R. **À beira da falésia:** a História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2002. p. 61-79.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

_____. “Por um feminismo latino-americano”. **Revista Isis Internacional**, n.8, outubro, 1988. (p.133-141)

LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. **Estudos Feministas** v. 22, n.3, 2014. (p. 935-952)

MELLI B. Tenente “A Colônia da Eritrea - sue origini fino al 01 de março de 1899”___In. **Capitulo VII** (1888-1889) PARMA , LUIIGI BATTEI. 1899. p.69

Endereço: wdl.org/pt/item/2549/view/1/5/

Acessado: 17 de agosto de 2017.

SANTOS, Ana Cristina Conceição 'Memórias dos I e II Encontros Nacionais de Mulheres Negras pelo Olhar das Ativistas Baianas - Organização, Raça e Gênero: movimento de mulheres negras na cidade de Salvador – 1980 a 1991.' Artigo apresentado no **XI Seminário Regional de Psicologia e Direitos Humanos – Embates do Cotidiano**. Rio de Janeiro. 2016.

Endereço: eventos.livera.com.br/trabalho/98-1020549_01_07_2015_02-16-26_8633.PDF

Acessado: 23 de novembro de 2017.

SILVA, Joselina. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. **O Movimento de Mulheres Negras**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014. p. 13-40.



A REVOLUÇÃO IRANIANA E O PAPEL DA MULHER ATRAVÉS DO FILME PERSÉPOLIS

Gabriela Martimiano Crepald Siqueira
(Universidade Estadual de Londrina)
Iasmin Castro de Souza
(Universidade Estadual de Londrina)

Resumo: O uso de filmes como fontes historiográficas nem sempre foi aceito pelos intelectos da história. É algo recente, que vem ganhando espaço no campo da pesquisa. No presente trabalho analisaremos o papel da mulher iraniana dentro do contexto da Revolução Iraniana (1979) através do filme Persépolis. Este por sua vez conta a história de Marjane Satrapi, uma menina iraniana que tem tanto sua infância, adolescência e fase adulta marcadas pelo contexto histórico da Revolução Iraniana, na qual vemos a troca de governo do Xá Mohammed Reza Pahlevi para a instituição da República Islâmica do aiatolá Ruhollah Khomeini. Baseando-se nos preceitos do historiador Marcos Napolitano, tentaremos compreender a força que os filmes têm na formação do imaginário do público através de recursos audiovisuais. De modo geral, Persépolis demonstra bem a vida e o cotidiano das pessoas dentro de um cenário de guerras e revoluções. Através da leitura do filme sob uma ótica analítica, tentaremos compreender a visão que a diretora e protagonista Marjane Satrapi compartilhou de suas experiências como uma mulher que viveu na década de 70 e 80 no Irã. A partir disso, teremos a oportunidade de enxergar sob a perspectiva de uma iraniana todo o processo revolucionário e suas consequências que, de certo modo, foram inesperadas por parte da sociedade.

Palavras-chave: Revolução; Irã; mulher; cinematografia.

Introdução

O uso de filmes como fontes historiográficas nem sempre foi aceito pelos intelectos da História. É algo recente, que vem ganhando espaço no campo da pesquisa. Assim, a partir do século XIX, este ganha outro rumo, fugindo dos aspectos da chamada História Tradicional. Esta limitava a definição de fonte histórica para somente documentos oficiais e escritos, excluindo assim, entre tantos outros objetos, a cinematografia. Mas foi principalmente com LucianFebreve e Marc Bloch que houve uma quebra significativa nos conceitos historiográficos até então impostos, através da carta “*Aos nossos leitores*”, da 1ª edição da Revista dos Annales¹⁰⁷.

No presente trabalho analisaremos o papel da mulher iraniana dentro do contexto da revolução iraniana (1979) através do filme *Persépolis*, dirigido por MarjaneSatrapi e Vincent Paronnaud. Ele estreou no festival de Cannes e é uma animação francesa de 2007 baseada na HQ autobiográfica de MarjaneSatrapi. O filme foi indicado ao Oscar de 2008 na categoria de melhor animação, e ao Golden GlobeAwards de 2008 como melhor filme em língua estrangeira, além de ter ganhado diversos prêmios em eventos como César, Festival de Cannes e Festival de São Paulo.

Baseando-se nos preceitos do historiador brasileiro Marcos Napolitano, devemos compreender a força que os filmes têm na formação do imaginário do público através de recursos audiovisuais. Apesar da cinematografia não ter um compromisso com a “verdade” histórica, ela tem uma importância muito grande no que se refere à propagação de convicções para a construção do conhecimento, tanto individual quanto coletivo. Portanto, segundo Napolitano, não devemos focar na fidelidade da produção com os eventos “realmente” ocorridos, devemos, na verdade, nos atentar no quê e no porquê de se omitir ou se destacar certas passagens e acontecimentos, ou seja, não podemos tomar os filmes como registro da realidade. Outro ponto relevante seria que as fontes audiovisuais, como qualquer outra, não estão isentas de neutralidade, carregando opiniões, tendências e um discurso, muitas vezes postos de forma indireta. Cabe ao pesquisador, ir além das narrativas,

¹⁰⁷BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia*. 1991

questionando a sua contemporaneidade, linguagem, o porquê e para quem esta determinada produção foi feita, evitando, assim, anacronismos.

Desenvolvimento

O filme, preto e branco, conta em primeira pessoa a história de Marjane Satrapi, uma menina iraniana que vivencia um contexto histórico opressor e conservador em seu país, o Irã. O filme se inicia com Marjane ainda criança, por volta de seus 10 anos, que sonha em ser profeta um dia para resolver os problemas do mundo. A animação nos mostra os costumes, influências e rotinas do cotidiano feminino no Irã, além da opressão diária. Marjane vem de uma família de classe média que tem uma ideologia contrário ao então governo de Xá Reza Pahlevi. O fato de sua família ser engajada nos assuntos políticos de seu país e sempre estarem falando sobre no seu dia a dia, Marjane passa a ter conhecimento muito cedo da real situação do Irã, a ter suas próprias opiniões e críticas.

Marjane vivencia justamente o momento em que o governo de Xá Reza Pahlevi decai em 1979 com a revolução feita por esquerdistas e muçulmanos fortemente tradicionais. Os xiitas tomam o poder tendo como líder o aiatolá¹⁰⁸ Khomeini. Antes, com o Irã como aliado dos países ocidentais, ela se via em meio há influências dos mesmos, onde ouvir bandas como *Iron Maiden* usar marcas norte-americanas como *Nike* era comum. Porém com a troca de governo, as influências mudam e as meninas, por exemplo, passam a ser proibidas de saírem com seus amigos por serem do sexo oposto, são obrigadas a usar véus, a ter ensinamentos nas escolas onde deveria se glorificar o governo, enaltecer os homens perante as mulheres e, conseqüentemente, as diminuir e reprimir.

A situação fica tão crítica para Marjane, que ela, agora na sua fase adolescente se vê sendo enviada para a Europa, para que não sofresse mais no Irã. O problema é que até na Áustria, local no qual ela se estabelece, Marjane sofre um terrível preconceito por conta de sua dificuldade de aprender a língua nativa, de não se adequar aos padrões pré-estabelecidos e, principalmente por conta de sua origem estrangeira iraniana, chegando a ser

¹⁰⁸Maior cargo ou nomenclatura dentro do islã-xiita

expulsa de algumas moradias que frequentou, a dormir algumas noites nas ruas e a passar fome. Devido a essa situação precária em que se encontrava, Marjane, agora adulta, decide voltar ao seu país de origem e o descobre destruído por conta das guerras que ali ocorreram. No fim das contas, Marjane sofre tanto em seu país como no estrangeiro.

O nome do filme, *Persépolis*, faz referência à cidade que leva o mesmo nome, localizada no atual Irã e que significa “cidade dos persas”. Foi também a mais antiga capital do Império Aquemênida, persa, por volta de 515 a.C. Hoje é uma das mais importantes ruínas que sobrou do império persa. Talvez o título também tenha sido escolhido como uma forma de chamar a atenção do público, uma vez que dificilmente um livro ou filme que fale sobre o Oriente Médio com alguma temática que não sejam os clichês mitológicos do mundo antigo chame atenção, baseando-se no fato de que estamos acostumados apenas com grandes produções hollywoodianas.

A Revolução Iraniana

Para entendermos melhor o contexto do filme *Persépolis*, é preciso nos debruçarmos aos processos da chamada Revolução Iraniana ou conhecida também como Revolução Islâmica. Além disso, é importante ter em mente as configurações da Pérsia no momento e suas relações internacionais com o Ocidente.

A região do Irã e Oriente Médio durante o século XIX passam por um período de grande influência das sociedades ocidentais. Mesmo não incluindo o Irã, em 1916, França e Grã-Bretanha assinam o acordo de Sykes-Picot que transformava uma parte do Oriente Médio em uma zona de influência permanente francesa e inglesa.

É desse modo que podemos enxergar o interesse ocidental nessas regiões. Vale lembrar que, por ser uma região muito rica em petróleo, minerais e rios com localizações estratégicas, países como França, Inglaterra e Estados Unidos sempre disputavam as zonas de influência para negociações e controle nas empresas produtoras dentro dos países orientais.

Em relação à política, a Pérsia vinha sendo governada deste o século XVI por inúmeras dinastias que formavam uma monarquia iraniana. Para dar início aos processos que levaram a Revolução, em 1925, Mohammed Reza Khan acaba com a dinastia dos Qajar dando início a dinastia Pahlevi, se auto nomeando o novo Xá da Pérsia. Xá, por sua vez é uma palavra que vem do persa moderno *Šāh*, que significa rei ou imperador. O primeiro Xá da história persa foi Abas I, o Grande, da dinastia dos safávidas que reinou de 1557 até 1628.

Treinado nas brigadas cossacas, Reza Khan teve seu governo caracterizado por crueldade e torturas, reprimindo as religiões locais e instaurando um culto a sua própria personalidade. Além de diminuir as influências estrangeiras dentro do país, o Xá tendia a se relacionar economicamente com a Alemanha e não escondia sua simpatia com os regimes nazifascistas. Uma ação muito importante do governo do Xá foi em 1935 quando ele decide que o país não se chamaria mais Pérsia, mas sim Irã.

É em 1941 que Reza Khan abdica seu reinado pelo seu filho Mohammed Reza Pahlevi. Educado em Londres e sem total conhecimento do país iraniano, Reza Pahlevi ao menos sabia falar persa. Tal fato fez com que os interesses britânicos ganhassem força dentro do país, transformando o governo de Pahlevi em um fantoche nas mãos inglesas. A partir disso, os britânicos passaram a ter o controle das grandes empresas e produtoras de petróleo, como a Companhia de Petróleo Anglo Iraniana.

A situação social da população se transformava em um caos. Marcados pela enorme desigualdade social, a sociedade iraniana não tinha acesso à energia elétrica e a água encanada. Aos poucos, as camadas mais pobres iam demonstrando seus descontentamentos com o governo.

Em 1951, Mohammed Mossadegh foi nomeado primeiro ministro da monarquia diante das insatisfações com a situação social. Procurando medidas que acalmassem a população, Mossadegh nacionalizou a produção do petróleo, fato esse que deixou os ingleses descontentes. A crise veio quando os ingleses passaram a conspirar contra Mohammed Mossadeg e suas

decisões. Desse modo, o primeiro ministro foi obrigado a expulsar todos os ingleses do Irã.

Como vem se demonstrando ao decorrer da História, os Estados Unidos, sempre com muitos interesses, interferem na situação e aconselham a Grã-Bretanha a aceitar a nacionalização do petróleo. Assim, os EUA eram vistos pelos iranianos como “bonzinhos” enquanto o papel de “Grande Satã” ficava com a Inglaterra.

Diante da crise e insatisfação do povo, Mohammed Massadegh foge do país, dando espaço para um golpe monárquico de Mohammed Reza Pahlevi. Influenciada e apoiada pelos Estados Unidos. A ditadura que se concretizou no Irã fez parte de uma operação americana chamada “Operação Ajax”, que visava a retirada de Massadegh e a instauração de uma ditadura por Reza Pahlevi.

A já então mencionada Companhia de Petróleo Anglo Iraniana concordou em dividir os lucros com o Irã após a saída de Massadegh. Mas os ingleses ainda consideravam um insulto terem que negociar com os “nativos ignorantes” e se sentiam numa missão civilizadora para dominar o país. Essa mesma companhia muda o nome para Companhia de Petróleo Britânica em 1954.

Mohammed Reza Pahlevi só se manteve no governo através da força e repressão política que se instaurava. Além disso, o xá sempre buscava de elementos do passado persa e se intitulava “A luz dos Arianos” como estratégias de legitimação do seu poder. Não é à toa que em 1957 ele cria a Savak, uma poderosa polícia política iraniana especializada em contenção de manifestos e torturas. Vale lembrar que até o ditador chileno Pinochet mandou seus torturadores serem treinados em Teerã, capital do Irã.

Em 1960 se instaura uma crise política no Irã. As causas foram as consequências de uma reforma agrária que favorecia os donos de terra e desapropriava os pobres para construção de indústrias. Nas palavras do historiador argentino, Osvaldo Coggiola, “As fábricas do Irã se assemelhavam ao Inferno de Dante”. Uma série de medidas que beneficiavam somente a elite

urbana e os investimentos em tecnologias bélicas ao invés de programas sociais foram mais razões encontradas pela classe trabalhadora que demonstrava suas insatisfações.

O conflito ganha um caráter religioso quando, em 1962, o governo proíbe o uso de véu, fazendo com que as mulheres se trancafiassem nas suas casas, pois não estavam acostumadas a andar sem ele. Visto como o “inimigo do Islã”, o xá proibiu o funcionamento de escolas religiosas, matando mais de 100 estudantes em protestos e proibiu também a comemoração do ano novo islâmico.

Mesmo passando por um período de estabilidade econômica e aumento do valor do petróleo em 1963 a 1973, esse sucesso só atingia a alta sociedade. Não é surpreendente se pensar que surgiram mais greves nas fábricas e mais movimentos que foram reprimidos pela força da Savak. O xá, por sua vez, investia mais ainda em armamentos bélicos. Só a Inglaterra exportava mais de 8 mil fuzis especiais para o Irã para conter a população.

Pedindo direitos democráticos e partilha das riquezas, os trabalhadores entraram em greve por quase dois meses, causando uma perda de 74 milhões de dólares diários. As manifestações ganharam até apoio xiita, fazendo com que as 80 mil mesquitas presentes no Irã, servissem como locais estratégicos para encontros e disseminação das ideias contra o xá e com o apoio dos aiatolás.

A revolução a partir de agora tinha um líder religioso-político: o aiatolá Ruhollah Khomeini, que fora exilado no Iraque e na França por pedir a saída do xá e por ser o centro de concentração das forças opositoras. A saída do xá do Irã aconteceu diante de muita pressão popular no dia 16 de janeiro de 1979, deixando como primeiro ministro o indicado pelos EUA, Chapour Bakhtiar. Caso Bakhtiar não conseguisse conter a crise, os EUA iriam intervir com um golpe militar.

Mas é no primeiro dia de fevereiro de 1979 que Khomeini voltou do exílio na França e fermentou a ideia de uma República Islâmica. Apoiado por 5 milhões de iranianos nas ruas, Khomeini contava também com o apoio da

imprensa que registrava todos os momentos daquele dia. A Revolução Iraniana é tida como a primeira transmitida pela TV. Assim, o aiatolá liderou toda uma luta contra o primeiro ministro Bakhtiar que ainda, minorativamente, defendia os ideais da monarquia do xá.

A luta para construção de uma República Islâmica não foi fácil. Direto de Los Angeles, Mohammed Reza Pahlevi, deu as instruções para o exército iraniano “atirar à vontade” contra os manifestantes, com o objetivo de provocar uma guerra civil. Nas palavras do xá,

Criando hostilidade e ódio entre o Exército e o povo, ordenando aos soldados para atirar a vontade e matar, vocês poderão jogar estas duas forças poderosas uma contra a outra. Uma longa guerra civil, assim criada, nos dará tempo suficiente para que possamos idealizar contramedidas, como por exemplo a formação de um governo que seria aceitável até certo ponto pelo povo, [...] O povo não deve ter a liberdade em excesso, pois já mostrou que não merece esta bênção que lhe concedi”¹⁰⁹. (MOHAMMED REZA PAHLEVI, 1978)

No dia 10 de fevereiro de 1979, o Estado-maior das forças armadas do Irã se rende junto a Bakhtiar para evitar que mais sangue e anarquia sejam derramados. A população havia tomado o controle das cidades. Vários comitês operários se formaram para organização do país. Houve ainda lutas armadas contra a embaixada americana. O dinheiro iraniano depositado em cofres ocidentais finalmente foi liberado.

A revolução estava feita. Em dezembro de 1979 uma nova constituição teocrática havia sido instaurada. A Sharia, lei islâmica, também foi adotada. Durante todo início da década de 80, o Irã passou por um processo de nacionalização das empresas, a instauração de médicos e transportes gratuitos e as contas de água, energia e luz foram canceladas. Por outro lado, a sociedade iraniana sofreria de outras perseguições.

Intelectuais de esquerda, comunidades religiosas rivais, organizações feministas, partidos democráticos e socialistas, passaram a ser reprimidos. A lei islâmica se sobrepôs à lei secular. Em três anos, todas as leis “seculares” foram anuladas, juridicamente ou de facto. Códigos de vestimenta feminina foram estabelecidos através de uma severa interpretação dos costumes islâmicos. (COGGIOLA, 2007, p.43).

¹⁰⁹ Fragmentos de um áudio na voz do Xá instruindo os generais do exército, dias antes de sair do Irã.

A revolução Iraniana marcou então um processo de revoltas populares e greves trabalhistas que buscavam direitos democráticos e participação dos lucros das indústrias petrolíferas. Repleto de fardas e decorações, o regime do xá se apoiava numa repressão selvagem, torturas e a brutalidade a Savak. Após a saída do ditador, os iranianos passaram por outros desafios vindo da repressão religiosa islã-xiita do aiatolá Khomeini.

A revolução no filme

É importante percebermos as mudanças trazidas pela então chamada Revolução. No filme *Persépolis*, a revolução é apoiada pela família de Marjane, tanto que é possível ver que muitos amigos e parentes da família acabavam presos e perseguidos pelo governo do Xá.

O filme exhibe, em sua grande maioria, a vida dos iranianos após a saída do Xá e o decorrer da vida de Marjane nesse processo. Fazendo parte de uma classe média, os pais de Marjane tiveram a oportunidade de mandar a filha para fora do país com o objetivo de ter um futuro melhor. Para os iranianos em geral, a Europa sempre pareceu um sonho, cheio de oportunidades e igualdade. Porém quando Marjane viaja para Viena, ela reconhece que a Europa é muito diferente do que ela imaginava. Ela percebe o tamanho do preconceito dos europeus em relação a cultura do Oriente Médio e Irã. Essa é uma abordagem muito interessante da direção do filme, pois mostra com humor e ironia a hipocrisia da Europa no período.

De acordo com o jornalista Raul Lores em entrevista para a TV Cultura, o filme mostra bem a tentativa de ter uma vida dupla dentro do sistema, onde, mesmo escondidas, as pessoas ingerem álcool, escutam e dançam músicas ocidentais e se vestem de maneira livre (dentro de festas secretas). Nas palavras de Lores, é uma “janela da vida privada de uma classe média alta urbana do Irã”.

O filme retrata de maneira geral a revolução do seu modo mais destruidor. O medo daqueles que pensavam contra o governo do xá e do aiatolá eram constantes, fazendo com que as pessoas perdessem sua

liberdade de expressão dentro do país. A separação da família diante do conflito também é abordado, quando Marjane viaja para Europa e se separa de seus familiares. Uma cena muito importante que trata dessa separação é quando uma amiga da mãe de Marjane a pede ajuda pois os militares de aiatolá estariam convencendo os adolescentes a entrarem na guerra e a pegar em armas em troca de receber a “chave para o paraíso”.

Toda uma ideia era criada em volta do aiatolá para que as pessoas se juntassem aos seus interesses. O filme mostra como, antes da revolução, os pais e familiares de Marjane mais os grupos de esquerda e de trabalhadores acreditavam e apoiavam o aiatolá Ruhollah Khomeini. Mas já no início da década de 80, é notável a frustração da população que, ao se juntarem numa sangrenta luta a favor de democracia, acabaram por cair numa repressão violenta com caráter religioso. Às mulheres, foram tirados vários direitos e imposto o uso do *hijab* e do *chador*, enquanto a população geral foi proibida de diversos direitos como sair em público em determinado horário e ingerir bebida alcoólica.

Uma das mais marcantes cenas que representa essa ideia, é de quando Marjane, no início do filme, conta que “adorava batatas fritas com ketchup e filmes do Bruce Lee, usava tênis Adidas e tinha duas obsessões: depilar as minhas pernas e me tornar a última profetiza”. Já no meio do filme, sob o governo do aiatolá, ela ao menos podia escutar músicas ocidentais ou usar tênis importados.

Persépolis nos mostra as lutas nas manifestações contra aiatolá e a cidade muitas vezes destruída pelas bombas. É retratado um Irã baseado nas leis islâmicas xiitas e controlado por um presidente que não representa o povo. A sociedade nas ruas é conservadora, principalmente os mais velhos. Quando se tem a oportunidade de reunir em casas de amigos, os mais jovens bebem, dançam e se vestem ocidentalmente.

O papel da mulher no filme

Para entendermos como o filme representa a mulher na revolução, é preciso entender o contexto político e religioso. Ambos estavam imbricados um

no outro, ou seja, tanto no governo de Xá Reza Pahlevi como no de Ruhollan Khomeini, havia influências e decisões tomadas baseadas na religião, seja a favor ou contra ela. Por exemplo, naquela, o uso do véu era estritamente proibido, já neste, era obrigatório, ambos, portanto, eram autoritários de alguma forma. Tanto um quanto o outro deixavam pessoas insatisfeitas. Quando Khomeini toma o poder, a classe mais conservadora em relação às tradições muçulmanas se manifesta mais ainda.

Portanto havia grupos de mulheres que aprovavam o conservadorismo político e, portanto, religioso e outras que o condenavam. Além disso, existiam organizações feministas que queriam revolucionar totalmente a situação atual do país, como podemos classificar Marjane, mas outras, como a que a irmã do Xá do Irã criou – Organização de mulheres do Irã –, que acreditava que a “mulher deve ser moderna, mas modesta”¹¹⁰.

No filme vemos cenas de Marjane sendo repreendida por duas mulheres que claramente apoiam o conservadorismo islâmico, onde ela usava tênis *Nike*, *boton* do Michael Jackson e camiseta com referências ao estilo musical *Punk*, representações norte-americanas, ocidentalizadas que eram repudiadas no governo de Ruhollan Khomeini. Temos também Marjane na escola, onde questiona a professora sobre os meninos poderem vestir as roupas que bem queriam, mas as meninas eram obrigadas a usar o véu e a cada vez mais mostrar o menos possível de seus corpos.

Outra cena que retrata bem a resistência de muitas mulheres perante o governo, é quando um homem aborda sua mãe no estacionamento do supermercado, mandando-a colocar o véu e ela bate de frente com ele, o fato dele ainda a agredir verbalmente mostra como a situação era agressiva e perigosa para as mulheres. Outro momento marcante do filme é quando a professora de Marjane está palestrando sobre o atual governo ser bom, onde não se teria mais prisioneiros políticos ou execuções, declarando que todos seriam livres, mas Marjane se revolta com as ladainhas e a corta dizendo que seu tio foi preso no antigo regime e executado no atual.

¹¹⁰ Fala de AzadehKian-Thiébaud em uma entrevista para Carmen Rial intitulada Princesas, sufragistas, islâmicas, laicas, onguistas, escritoras – a luta feminista no Irã: entrevista com AzadehKian-Thiébaud

Tudo isso evidencia como o filme tenta retratar de forma realista como era a situação da mulher na revolução, denunciando os abusos de poder, as divergências entre os grupos feministas, onde umas tentavam repreender para impor sua crença nos costumes do Alcorão e outras tentavam resistir.

Conclusão

É importante percebermos o papel dos filmes na construção de imaginários históricos. *Persépolis* demonstra bem a vida e o cotidiano das pessoas dentro de um cenário de guerra e revolucionário. As vezes, para grande parte da população, filmes como *Persépolis* são a única fonte de conhecimento sobre determinado assunto. Ainda mais quando o assunto se refere ao Oriente Médio, que muitas vezes é representado apenas pela mídia jornalística apelativa ocidental.

Através da leitura do filme sob uma ótica analítica, pudemos compreender a visão que a diretora e protagonista Marjane Satrapi compartilhou de suas experiências como mulher vivida na década de 70 e 80 no Irã. Passando por situações de repressão, o filme ilustra como a sociedade conservadora iraniana impunha certas obrigações e padrões sociais a serem seguidos pelas mulheres.

Desse modo, tivemos a oportunidade de enxergar sob a ótica de uma iraniana todo processo revolucionário e suas consequências que, de certo modo, foram inesperadas por parte da sociedade. Até hoje o Irã vive num regime “teocrático” onde as mulheres devem obediência e submissão aos homens. O testemunho de uma mulher vale metade do testemunho de um homem. Mulheres não podem ser eleitas presidentes ou juízas e tudo depende da aprovação do pai ou do marido. Essa situação atual é parte de um processo que se deu a partir de 1978 e observamos através de *Persépolis*.

Referências

BURKE, Peter. *A revolução francesa da historiografia (1929- 1989)*. São Paulo, Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.

COGGIOLA, Osvaldo. *A revolução Iraniana*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CULICAN, William. *Medos e persas*. Editorial Verbo, 1968.

GRIMBERG, Carl. *História universal, volume II*. Os persas: De Micenas à Grécia clássica. Tradução: Jorge de Macedo. Publicações Europa-América, 1965.

KINZER, Stephen. *Todos os homens do Xá*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. *Os historiadores e as fontes audiovisuais e musicais*. In: Fontes Históricas. – Organização: Carla Pinsky. Editora Contexto, 2005.

RIAL, Carmen. *Princesas, sufragistas, islâmicas, laicas, onguistas, escritoras – a luta feminista no Irã: entrevista com AzadehKian-Thiébaud*. Florianópolis: Revista de Estudos Feministas (UFSC), 2008.



**A REGIÃO NORTE DO PARANÁ NAS BIBLIOGRAFIAS NORTE PARANAENSES:
REPRESENTAÇÕES DE PROGRESSO PRESENTES NA PROPAGANDA DA CTNP
(1930-1940)**

Bruna Garcia Catarino
(Universidade estadual de Londrina - UEL)

Resumo. Esta pesquisa tem como foco as representações de progresso presentes na propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná, especialmente suas repercussões na historiografia Norte Paranaense. Assim, a pesquisa tem em seu tempo e espaço a região Norte do Paraná, em específico Londrina, nas décadas de 1930 e 1940. Exploraremos as representações sobre o Norte do Paraná nas obras de base. Deste modo, apresentamos as bibliografias norte paranaense que serão utilizadas de análise: Sônia Maria Sperandio Lopes Adum, “Imagens do progresso: Civilização e Barbárie em Londrina – 1930 / 1960”, datada de 1991; Nelson Dácio Tomazi, com sua tese de doutorado em História à Universidade Federal do Paraná intitulada “Norte do Paraná: História e Fantasmagorias de 1997”; e por último, o livro de José Miguel Arias Neto, “O Eldorado: Representações da política em Londrina (1930-1975)”, de 2008. O problema que norteia esse trabalho consiste em investigar quais as representações presentes no discurso que norteia a trajetória e os atos da CTNP, e sua repercussão na historiografia Norte Paranaense – representações estas que, ainda hoje, estão impregnadas na memória coletiva. Essa pesquisa busca, portanto, explorar as representações temáticas que esses autores produziram em seus estudos referentes à propaganda realizada pela CTNP para venda de terras. A metodologia utilizada foi à análise a pesquisa bibliográfica de trabalhos historiográficos que abordam o tema. Conhecer a forma como esses autores puderam ter a possibilidade de trabalhar com seus temas se faz necessário, além de pontuar as interseções dessas pesquisas: a história regional, a propaganda e a colonização do Norte do Paraná.

Palavras-chave: Companhia de Terras Norte do Paraná. Representação de Progresso. Historiografia Norte Paranaense. Norte do Paraná.

Introdução

Nossa fonte são as produções científicas que pontuam e analisam a trajetória, os atos da CTNP, os discursos que, definitivamente, possuem uma simbiose entre si e, desde sua gênese, são descritos, criticados e expostos pelas mais diferentes referências bibliográficas.

Tomazi (1989, p. 2) se refere a uma sedução que a ocupação do Norte do Paraná gera sobre a produção intelectual desde sua criação pelo grupo inglês. A CTNP e sua sucessora, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), segundo o autor, tem sido objeto de análise desde a década de 30, através de artigos, livros, dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Essa extensa produção intelectual se apresenta desde uma visão crítica até o discurso que reproduz a visão da própria Companhia. Nesse estudo, serão exploradas três obras bibliográficas de intelectuais que serão tomados como base. Dessa forma, pretendemos percorrer e explorar, através do levantamento bibliográfico, a literatura regional especializada no tema.

Objetivos

Essa pesquisa busca, portanto, explorar as representações temáticas que esses autores produziram em seus estudos referentes à propaganda realizada pela CTNP para venda de terras.

Os autores são: Sônia Maria Sperandio Lopes Adum, com sua dissertação de mestrado apresentada à UNESP/Assis, com título “Imagens do progresso: Civilização e Barbárie em Londrina – 1930 / 1960”, datada de 1991. Nelson Dácio Tomazi, com sua tese de doutorado em História à Universidade Federal do Paraná intitulada “Norte do Paraná: História e Fantasmagorias de 1997”. E, por fim, o livro de José Miguel Arias Neto, “O Eldorado: Representações da política em Londrina (1930-1975)”, resultado de seu Mestrado em História, pela Universidade de São Paulo, produzida em 1993 como dissertação, posteriormente publicada e republicada em 2008, dez anos depois como uma segunda edição.

Esses autores trabalham e definem suas produções e análises de suas fontes a partir de “modalidades historiográficas”. Devemos ressaltar, porém,

que, em muitos casos, as fontes são as mesmas, mas a abordagem é o diferencial. Os intelectuais vão produzindo e escrevendo com base em produções anteriores, mesmo que seja para desconstruí-las ou para apoiar suas ideias. Sendo assim, a produção científica da área vai se propagando. Essas produções intelectuais, por sua vez, formam e alimentam o corpo literário que a história como disciplina possui.

As obras elencadas são profundamente marcadas pelas escolhas dos seus autores, suas crenças e formas de escrita, além de possuírem a capacidade de disseminar ideias e conceitos, um instrumento da prática intelectual.

Uma forma de análise, que foi eleita para esse estudo, foi a de pontuar as escolhas produzidas pelos autores sobre a propaganda, em certa medida em caráter exato, evidenciando como eles exploram as representações sobre o norte do Paraná – se discordam ou silenciam, seus pontos de vista sobre civilização, progresso, nova Canaã, Terra da Promissão, entre outros.

Resultados

Com o intuito de não incorrer na simplificação do termo progresso, como podemos perceber pelas ideias de Dupas (2006), progresso não é um termo que nasce no século XX, mas possui sua trajetória e uma maior evidência a partir do século XIX. Le Goff (1990, p.245) afirma que de 1620 a 1720, aproximadamente, a ideia de progresso se afirma, antes de mais nada, no domínio científico.

Mas o século XIX foi o grande século da ideia de progresso, a linha dos dados adquiridos e das ideias da Revolução Francesa. Como sempre, o que mantém esta concepção e a faz desenvolver são os progressos científicos e técnicos, os sucessos da revolução industrial, a melhoria, pelo menos para as elites ocidentais, do conforto, do bem-estar e da segurança, mas também os progressos do liberalismo, da alfabetização, da instrução e da democracia. (LE GOFF, 1990, p.256)

Essa proposta de progresso atinge como avanço e crescimento na região Norte do Paraná, e esteve conectada a várias áreas. Essa região denominada Norte do Paraná possui um espaço geográfico delineado e redelimitado historicamente. Tivemos a atuação nessa região de diferentes

empresas colonizadoras: “Estas são empresas privadas que surgem a partir do século XX e têm o objetivo de organizar e ditar os parâmetros das novas ocupações de extensa porção do território centro-sul”. (MENDONÇA, 2010, p.01).O rápido desmatamento e ocupação e a geração de produção dessas terras eram percebidos como o avanço de progresso da região.

Essa “forma moderna de colonização”, apontada por Lévi-Strauss (1957), nos remete às Companhias de Colonização e, como essa pesquisa se vincula com a produção intelectual da região conhecida como Norte Novo, temos que apontar a atuação em específico da CTNP¹¹¹ com seus construtores, engenheiros e empreiteiros.O verbo prosperidade aparece em consonância com civilização, crescimento rápido, desenvolvimento, progresso e exportação. Assim, esses são alguns dos elementos do discurso de progresso da região Norte do Paraná. Com essa passagem em mente, iniciamos o exercício de entender as bibliografias norte paranaense que abordam as representações em suas obras e, a partir desta, elencar os aspectos levantados, em especial o “progresso”.

Miguel Arias Neto (2008), em seu livro, pontua as representações políticas na cidade de Londrina. Seu período temporal é compreendido entre 1930 a 1975, e sua vertente política se apresenta na sua escrita, mas, nessa mesma escrita, encontramos um autor que não se limita a tal campo.

A propaganda no período entre 1930 e 1975 adquire uma função: legitimar a existência do progresso na região Norte do Paraná. A existência dessas propagandas, segundo Arias Neto (2008, p. 08), expõe as ideias difundidas em especial pelo jornal Paraná Norte. Nas propagandas, podemos perceber mudanças/ readaptações do discurso:

Ao mesmo tempo, o documento como um todo representa uma reorientação decisiva da estratégia ideológica da CTNP em termos propagandísticos, uma vez que a propaganda incorpora as imagens da Marcha para Oeste produzido pelo Estado Novo [...].

¹¹¹CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná, uma subsidiária da Paraná Plantation Ltda., formada por engenheiros, investidores, construtores e empreiteiros, que adquiriu 515.000 alqueires das melhores terras, situadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí em contrato com o Governo do Estado do Paraná, no ano de 1925.

Percebemos no livreto uma mistura de campo e cidade:

E muito significativo que, quando se fala das razões do progresso, é a cidade e ao planejamento urbano que se refere a propaganda. Ao longo do tempo, campo e cidade vão adquirindo, cada qual, significações específicas: o campo é a terra fértil, local de trabalho, fonte de riqueza; a cidade é sede jurídica, administrativa, planejada urbanisticamente, local de comodidade onde os homens encontram a alegria de viver. (ARIAS NETO, 2008, p.11)

Neste ponto, temos que destacar que o autor chama ao seu texto Monbeig e Claude Lévi-Strauss, e se refere a eles afirmando não haver apologia em seus textos: “[...] ao progresso, mas sim a descrição de uma organização criada por um modelo de colonização moderna.” (ARIAS NETO, 2008, p.14).

Em sua introdução, Miguel Arias Neto diz que “a ideia de progresso constitui-se uma episteme que, em determinados momentos, pode ser potencializada como ideologia em função de necessidades práticas e imediatas dos grupos dominantes”. Ele (2008, p.17) pontua que a cidade e a região foram palco de lutas econômicas, políticas e ideológicas entre concepções diferentes de progresso ao longo dos anos. Definiram e delimitaram os espaços urbanos e rurais “[...] bem com deixaram impressões na produção escrita e simbólica acerca da cidade, no registro da crônica, da imprensa e da ciência.”.

O autor (2008, p. 15) expõe a transformação que o discurso teve, pois, anteriormente, o discurso nas propagandas era o da fertilidade da terra roxa, adequada a policultura.

Somente anos mais tarde é que o Norte do Paraná e a cidade de Londrina foram identificados ao café, transformando-se assim no Eldorado cafeeiro. Até fins de 1930, o Norte do Paraná era a Terra da Promissão, o paraíso prometido da fertilidade, da produção agrícola abundante, das oportunidades iguais de enriquecimento para aqueles que quisessem nela trabalhar e prosperar.

“Nos primeiros anos, o comércio, a policultura, a industrialização e a exportação de madeira foram os principais negócios da cidade. Em 1936, as estatísticas municipais registram 611 empresas comerciais e indústrias e 3 bancos” (ARIAS NETO, 2008, p 30).

Arias Neto (2008) ressalta que a época da concessão de terras a CTNP, instituiu-se em Curitiba, o Centro Paranista, que possuía nos seus objetivos promover o progresso e a civilização do Estado do Paraná. Tal ideologia sobreviveu à hostilidade do governo 1930, mas permaneceu dentro dos aparelhos ideológicos do Estado e atuou nas configurações ideológicas dos anos 1940 e 1950.

Arias Neto (2008) aponta a interferência do Paranismo em 1935:

[...] até então a propaganda desenvolvida pela CTNP procurava identificá-la ao Norte do Paraná e a cidade de Londrina, a partir da fundação do Paraná Norte, a ideia de Terra da Promissão vai ser elaborada refinadamente de modo a não só promover aquela identificação, mas também a incorporar as imagens veiculadas pelo Paranismo como estratégia de resolução dos problemas ideológicos criados pela “questão curda”¹¹². (ARIAS NETO, 2008, p. 38).

Ao alinhamento político, segundo o autor supracitado, deveria seguir a construção de uma representação ideológica que buscasse a legitimação da atuação da Companhia junto às elites paranaenses. Neste alinhamento, temos a propagação da fronteira em expansão e uma marcha do progresso, que também se harmoniza com a marcha da civilização.

Há uma ligação de um discurso, nesse primeiro momento, com o capitalismo internacional e nacional, segundo Arias Neto (2008), sediados em Londres e São Paulo. Existiu um compartilhamento nos interesses entre a Companhia e o governo. Esses interesses tinham como visão o progresso sobre a perspectiva da Terra da Promissão, construindo uma representação

¹¹²Esta questão Curda está explicitada em OBERDIEK, Hermann. **Fugindo da morte**: imigração de judeus alemães para Rolândia-Pr, na década de 30. Londrina, EDUEL, 2007. “O governo estadual do Paraná, como tinha interesse que todo o projeto de colonização da CTNP desse certo, entrou como avalista para conseguir a licença. Aliás, não só o governo do Estado (...). A Liga das Nações tinha interesse em alocar aqueles beduínos-assírios em algum lugar, porque estavam sem territórios próprios(...). Naquele Momento, estavam radicados no Iraque, sob proteção inglesa. (...) A Intenção de trazer os beduínos-assírios para o Brasil criou uma oposição na opinião pública, retratada nos jornais de Curitiba e Rio de Janeiro. (...) Os beduínos-assírios objetivamente não emigraram para o Brasil porque a CTNP, sentindo o peso da oposição na opinião pública, desistiu do intento. Comunicaram ao governo do Estado que não os trariam mais, porque havia o risco de causarem graves prejuízos ao projeto de colonização, pois provocariam uma desvalorização sensível das terras circunvizinhas. (p. 145, 148, 150).

calcada em imagens de um Norte do Paraná fértil que, segundo o autor, nada seriam sem a ação dos desbravadores da Companhia. Uma visão em que um empreendimento privado por natureza, atrelado ao capitalismo, com o intuito de levar o progresso econômico e o bem-estar social a estas terras em caráter quase que missionário:

Fertilidade do solo de terra roxa, abundância de madeiras, facilidades para aquisição de pequena propriedade, títulos seguros, igualdade de oportunidades oferecidas a todos os que quiserem trabalhar em harmonia e enriquecer, cidades planejadas, modernas e dinâmicas. São esses os elementos que – inscritos no mapa da imaginação definem os contornos incertos da [...] Terra da Promissão, [...] onde ninguém encontrou até hoje um único mendigo domiciliando em seu seio. (ARIAS NETO, 2008, p.46)

A construção da representação do Eldorado cafeeiro paranaense é apontado por Arias Neto (2008) como um processo que redefiniu político-ideológico e socioeconomicamente. Tal processo ocorre na visão do autor entre os anos de 1937 e 1945, advindo de transformações locais, nacionais e internacionais.

As mudanças têm como base na visão do autor o Estado Novo, que havia sido instaurado em 1937 e, a esse fato, seguem alterações no relacionamento entre a área pública e a área privada, entre CTNP e o Estado, com Londrina. A Companhia buscou legitimidade e alinhamento do seu empreendimento com a ideologia do Estado Novo (ARIAS NETO, 2008). Assim, a propaganda também se redireciona, agora ao processo de expansão de suas atividades em destaque a Marcha para Oeste.

O autor pontua, portanto, nesse segundo momento, o florescer do Eldorado nos panfletos e o silêncio referente à Terra da Promissão.

De fato, a menção do Eldorado não é casual e revela a incorporação das imagens produzidas por Cassiano Ricardo. Se no Norte do Paraná não havia as minas de ouro descobertas pelos bandeirantes paulistas nos séculos XVII e XVIII, os empreendedores da moderna Marcha para Oeste poderiam transformar, através do trabalho, as riquezas naturais do norte e a fertilidade da terra, em ouro. As imagens da Marcha para Oeste recriam a natureza e os produtos do trabalho da terra. Desta época em diante, os cafeeiros emergem da terra como o ouro que atinge de verde os horizontes [...]. (ARIAS NETO, 2008, p.57).

A representação de progresso se deslocou de Terra da Promissão e sua figura de homem Norte paranaense desbravador para Eldorado, ganhando novas características e, inclusive, engendrou a ascensão da figura do pioneiro do Eldorado Cafeeiro, uma construção ligando este ao Bandeirante e ao jesuíta. Este eixo do discurso de progresso alinha-se à ocupação do território e suas potencialidades (ARIAS NETO, 2008). É uma tentativa de caracterizar a região e seu progresso sobre outra perspectiva, a do Eldorado em que o pioneiro e sua Marcha para Oeste estão presentes.

Nelson Dácio Tomazi, ao escrever “Norte do Paraná: História e fantasmagorias”, expõe uma visão sobre o discurso de progresso. Tal visão vem desmistificar alguns pontos e sua análise possui uma base interpretativa marxista. Ela aponta que o discurso possui, entre seus componentes básicos, terra de trabalho, de progresso, civilização, terra vermelha, roxa, fertilíssima, pioneiros etc.

[...] a ideia de trabalho é tomada em seu sentido amplo e homogeneizador, procurando silenciar as contradições envolvidas na esfera do trabalho, procurando apenas reforçar a ideia de que quem trabalha, progride. Assim, trabalho e progresso formam um casal harmônico. Esquece-se de acrescentar que muitos trabalham, mas poucos são os que recebem os benefícios do progresso. (TOMAZI, 1997, p. 60).

O referido autor ainda ressalta que o discurso “Norte do Paraná” traz consigo um conjunto de ideias e imagens que fazem uma identificação com algumas ideias basilares: um conjunto de ideias e imagens construído através de vários anos, mas estruturado, principalmente, entre os anos 30 e 50.

[...] progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, terra roxa, enfim, todo, procurando assim criar uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo da (re)ocupação desta região. Este conjunto de ideias e imagens, que estão presentes na simples enunciação da expressão “Norte do Paraná” é o que poder-se-ia chamar de uma “identidade”.(TOMAZI, 1997, p. 14).

A trajetória da construção do “Norte do Paraná” mais elaborada, para Tomazi (1997, p.15), aparece nas décadas de 1930 e 1950 e traz no seu bojo um ideário mais amplo: o republicano no Brasil.

Se me detenho um pouco na análise do “projeto republicano” no Brasil, que vai encontrar sua maior expressão, na chamada “Primeira República”, é porque ali estão presentes as ideias de ordem, progresso, civilização, racionalidade, etc. que posteriormente serão assumidas por muitos outros discursos e que encontraram ali os germes destas construções.

Para o autor em questão, a construção do projeto de definir uma modernidade para o Brasil é baseada nas ideias de ordem, progresso, civilização, racionalidade, entre outros. A visão republicana de governo revestiu-se obrigatoriamente da noção de progresso.

Assim, o conceito de progresso, para Tomazi (1997), estava presente em todo o pensamento da segunda metade do século XIX, e era a expressão do desenvolvimento do trabalho cuja noção necessitava ser recuperada em decorrência do próprio processo social de produção. Essa visão de progresso estava consubstanciada em:

[...] atitudes concretas como o desenvolvimento da vida urbana, a construção de um sistema ferroviário, a intensificação de transações financeiras e comerciais, além de um controle técnico cada vez maior sobre o processo produtivo e sobre a natureza. Tendo isso por base, foi possível à classe dominante construir uma imagem de si mesma como a classe progressista por excelência. (TOMAZI, 1997, p.15).

Nesse sentido, a representação de progresso que a região Norte do Paraná disseminava estava centrada nessa perspectiva de que há uma elaboração da ideia de evolução histórica como uma lei que determina o caminho da humanidade sempre em direção ao progresso. Tal pensamento explana Tomazi (1997, p.16), era o suporte do projeto político republicano.

O progresso é visto como crescimento econômico enquanto expansão da economia capitalista em curso. Citando Iraci Galvão Salles (1986, p. 63) o caminhar em direção ao progresso é fundamental para alimentar a crença de que “[...] quanto mais progresso houver mais chances os cidadãos teriam de participar na riqueza e na determinação dos desígnios políticos da nação”.

Apesar de breve, esta incursão permite que se visualize os pontos fundamentais do pensamento que estava presente e que plasmou o processo de (re)ocupação das novas terras para o capital na região em estudo: progresso, modernidade, igualdade de oportunidades, etc. Mas estas ideias não ficam estagnadas no início do século, elas ganham vigor nos anos 30 e muito mais com o Estado Novo. (TOMAZI, 1997, p.16).

Tomazi (1997) reafirma seu raciocínio quando diz que a ideia de progresso estava presente na sociedade desde o século XVIII, associada à evolução e desenvolvimento. Citando o jornal “O Estado do Paraná”, datado de 16/01/25, Tomazi (1997, p.72) chama a atenção para matéria “A Zona Norte-Paraná”. A partir dessa narrativa, o autor vem com o intuito de evidenciar as ideias progressistas, direcionadas à região: “Incontestavelmente, o Norte do Paraná há de ser, em breves dias, o Eldorado sonhado por Francisco Orelhana, transmudando em searas de ouro todas as sementes que ali foram plantadas.”.

Outra intencionalidade advém da crítica ao livro de Arias Neto, pois, com essa passagem do jornal de 1925, pode-se ler as palavras que Arias Neto aponta como utilizadas em um discurso posterior, início da década de 1940:

Como se pode perceber, os elementos essenciais daquilo que se continuará a falar, por mais de 70 anos, já estavam presentes nestes excertos: o abandono das terras, a ideia de sertão aonde ninguém quer ir, terras fabulosas e fertilíssimas, riqueza, progresso e a obra civilizadora desenvolvida por pioneiros, além da ideia da construção do futuro, na possibilidade de se encontrar, finalmente, o El Dorado. Aliando-se à formulação anterior de **nosso progresso** e **nossa riqueza**, desde então, procura-se dar a ideia de que havia algo comum a todos os que viviam no Paraná. (TOMAZI, 1997, p.181).

Dessa forma, essa segunda bibliografia afirma que, ao analisar a bibliografia e a documentação levantada para seu estudo, houve a constatação de que a trajetória da construção “Norte do Paraná” é encontrada desde os últimos anos do século passado, anterior ao que propaga alguns autores.

Mas Tomazi faz a ressalva de que as construções mais elaboradas sobre a região aparecem na década de 1930 e 1950, e que ainda trazem, no seu repertório, um ideário mais amplo: o republicano no Brasil. Em específico, a Primeira República, em que estão presentes as ideias de ordem, progresso, civilização, racionalidade, etc. Tais ideias serão posteriormente assumidas por muitos outros discursos, incluindo o discurso Norte do Paraná, que encontra aí as origens da sua construção.

Sônia Maria Sperandio Lopes Adum, com a terceira bibliografia intitulada: “Imagens do progresso: Civilização e barbárie em Londrina – 1930 /

1960”, analisa o progresso sobre a ótica das lutas cotidianas dos populares e, portanto, da face amarga do progresso. Segundo a autora:

Pensar-se-á Londrina - “Pequena Londres” –, enquanto cidade construída dentro de uma nova distribuição do espaço – que supunha um novo modo de vida –, e como resultado de um projeto racional prévio, que pretendia organizar e moldar homens, tanto no presente, como no futuro, também sonhado de forma planejada em função das exigências ligadas à expansão do capital no Brasil e, mais especificamente, do capital imobiliário inglês. Para a concretização do projeto constatar-se-á a exigência de uma máxima concentração do poder nas mãos dos agentes que lideraram o processo. Este poder se mascara ideologicamente com a ideia de “Progresso” que tem como eixo a noção de “ordem”, mais especificamente, aquela que emana da ideologia burguesa (ADUM, 1991, p.77).

Citando Marilena Chauí (1982), Adum (1991, p.77) expõe a ideologia burguesa, assinalando que ela tende a explicar a história através da ideia de progresso:

Como a burguesia se vê a si mesma como uma força progressista, porque usa as técnicas e as ciências para um aumento total do controle sobre a Natureza e a sociedade, considera que todo o real se explica em termos de progresso. O historiador ideólogo constrói a ideia do progresso histórico concebendo-o como a realização, no tempo, de algo que já existia antes de forma embrionária e que se desenvolve até alcançar seu ponto final necessário. (...) Com isto, os homens se tornam instrumentos ou meios para a história realizar seus fins próprios e são justificadas todas as ações que se realizam em nome do progresso.

Por esta perspectiva, a autora questiona a visão de progresso e aponta que o que se processa é, na verdade, uma “moralização”, que possuía como ideia principal a formação de uma nova figura do trabalhador. O momento histórico que se insere essa construção é “[...] marcado por intensas transformações no quadro sociopolítico-econômico brasileiro, especialmente, no projeto de captação das massas populares através da política urbana de intervenção estatal”. (ADUM. 1991, p.77)

E essa leitura da história a contrapelo, que aqui se busca, e que tem como eixo central a investigação do jogo dialético entre civilização e barbárie como caracterização do progresso. Por ora, tentou-se captar como essa dualidade se manifesta na tentativa de efetivar a ordem sonhada que se traduz, em uma desordenação do espaço natural, desde que adote-se um ponto de vista fundamentado em uma outra lógica. (ADUM, 1991, p.93).

A caracterização do progresso, segundo a autora, se desdobra em uma “história sem problemas”, “história limpa”, em que o engrandecimento da região narra uma trajetória racional de vitórias a caminho da “civilização”. Sendo que, na perspectiva liberal burguesa da história, encontram-se tais elementos de sustentação: “[...] a livre iniciativa, a garantia do direito de propriedade, o estímulo do lucro, o espírito público da empresa privada, o caráter civilizatório e progressista da burguesia, o pioneiro [...]” (ADUM, 1991, p.155).

Considerações Finais

Esse trabalho teve ênfase na história regional e a consequência da representação nas bibliografias posteriores. Dessa forma, foram analisadas obras de três autores que, em seus textos, nos proporcionaram visões que em alguns pontos são antagônicas e em outros se alinham.

Assim, percebemos três visões sobre o progresso na região Norte do Paraná. Todos os elementos elencados pelos autores são facilmente percebidos nas propagandas realizadas pela CTNP. Dessa forma, concluímos que tais visões de progresso, mesmo cada qual dentro da sua linha de pesquisa, complementam-se e, além disso, abre para debate uma questão tão complexa.

Autores com influências marxistas, história cultural e política foram ao longo dos anos sendo seduzidos pelo tema. Apontar uma perspectiva da historiografia que se aproxime da realidade vivenciada é restringir, a nosso ver, as possibilidades de uma leitura e análise da documentação ampla.

Referências

ADUM, Sônia Maria e Lopes. **Imagens do progresso**: barbárie e civilização (1930-1960). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1991.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**. Representações da política em Londrina (1930-1975). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

DUPAS, G. **O mito do progresso: ou progresso como ideologia**. São Paulo, UNESP, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1957.

MENDONÇA, Dafne. Marques de. **Plantando Cidades**: um panorama sobre a ocupação da região pioneira e a atuação das Companhias Colonizadoras. In: XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo - A Construção da Cidade e do Urbanismo: ideias tem lugar?, 2010, Vitória/ES. Anais do XI SHCU: A Construção da Cidade e do Urbanismo: ideias tem lugar?. Vitória: Editora da UFES, 2010. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1305/1279>. Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

OBERDIEK, Hermann. **Fugindo da morte**: imigração de judeus alemães para Rolândia-Pr, na década de 30. Londrina: EDUEL, 2007.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada**. São Paulo :Hucitec, 1986.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Certeza de lucro e direito à propriedade**: o mito da Companhia de Terras do Norte do Paraná. 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1989.

_____. **Norte do Paraná**: histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.



O PÓ DOS JESUÍTAS OU CASCA

MILAGROSA: *QUINOGRAPHIA* PORTUGUEZA POR JOSÉ MARIANO DA CONCEIÇÃO VELOSO

Wagner Chaves Bizerra Junior¹¹³
UEM

Resumo. Nascido em 1742 na Vila de São José da comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais, José Mariano da Conceição Veloso levou uma vida dedicada a “serviço das sciencias”. Durante seus anos no Convento de São Boaventura de Macacú, dividiu seu tempo entre as atividades eclesíásticas e as aulas de História Natural onde se tornou professor em 1763. Frei Veloso foi um dos responsáveis direto pela criação da Oficina Tipográfica do Arco do Cego (1799-1801) que tinha por propósito traduzir e publicar obras relacionadas, sobretudo, a agricultura, como meio de fomentar o desenvolvimento técnico dos produtos explorados nas colônias. Como diretor da dita Oficina, Frei Veloso era encarregado desde atividades burocráticas para seu funcionamento como escolha dos livros para publicação e custos, até atividades de tradução feitas por suas mãos. Durante seu período em Portugal, Veloso escreveu *Quinographia Portugueza* ou *Colleção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quina* em 1799. O livro em questão compila diversos relatos e memórias a respeito da árvore do gênero *chinchona*; da *chinchona* aera possível extrair um fármaco que se popularizou na Europa no século XVII com o nome de “pó dos Jesuítas” e consiste na casca da árvore moída para infusão e foi amplamente utilizada como medicamento contra as “febres”.

Palavras-chaves: Brasil; Século XVIII; *chinchona*; quinina.

¹¹³ Formado em História pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: wagnerchavesjunior@gmail.com

Vida e obra José Mariano da Conceição Veloso

Uma vida dedicada a “serviço das sciencias”. Está foi a definição usada por José de Saldanha da Gama para apresentar a figura de José Mariano da Conceição Veloso (Gama, 1869, p.11). Nascido em 1742 com o nome José Vellozo Xavier, na cidade de São João Del Rey, comarca de Rio das Mortes (atual município de Tiradentes), província de Minas Gerais, em sua árvore genealógica encontramos o famoso inconfidente Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Adotou onome de José Marianno da Conceição Vellozo em 1761 ao entrar para o Convento de São Boaventura de Macacú, na atual cidade de Itaboraí, no Estado do Rio de Janeiro. Em 1765 iniciou o curso de filosofia e teologia no convento de Santo Antônio; lecionou aulas de geometria, de retórica e de história natural no Convento de São Paulo. Em 1781 foi incumbido de colher amostras de plantas, rochas, minerais, conchas, e demais objetos da natureza encontrados na capitania, e por cerca de três anos, enviou de São Paulo inúmeras caixas com materiais para o Rio de Janeiro inúmeras caixas com materiais coletados para o vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza que nutria certa admiração pelo trabalho e qualidade nas técnicas empregadas por Veloso no trato desses objetos.

Por essa breve introdução, podemos perceber a ampla formação de Frei José Veloso, sendo este tema já tratado por alguns historiadores sobre a formação dos religiosos da Companhia de Jesus e Franciscanos. Em um estudo realizado por Luiz Fernando Sangenis (2006), o autor aponta a qualidade no ensino oferecidos pelo Convento de Santo Antônio eram equivalente ao ensino superior:

Os estudos superiores no convento do Rio de Janeiro [Santo Antônio] constituíam um curso público superior, único no gênero, composto de matérias literárias, filosóficas e teológicas. Funcionava como uma espécie de universidade onde se ensinavam História Eclesiástica, o Grego, o Hebraico, a Retórica, a Filosofia, a Teologia, a Exegética, e onde foi introduzido o ensino oficial das línguas francesa e inglesa (Sangenis apud Bediga, Lima; 2015, p.93)

Em outro estudo apresentado por Myriam Ellis (1957) acerca do conteúdo da biblioteca do convento, podemos encontrar inúmeros títulos voltados para a História Natural de autores com Carlos Lineu, Conde de Buffon, Charles Plumier, George Marcgrave etc. além de inúmeros outros títulos que eram importados da Europa direto de livreiro sem passar pela mesa censória (Ellis apud Bediga, Lima; 2015, p.93-93).

Os trabalhos realizados por Frei Veloso interessaram muito a elite intelectual brasileira, sobretudo em pessoas como o Marquês do Lavradio e Luís de Vasconcelos e Souza, símbolos da ilustração brasileira (Bediga; Lima, 2015, p.94; Dias,1968, p.114). No cargo de Vice-rei, Luís de Vasconcelos e Souza implementou políticas embasadas no ideal ilustrado como a implementação de passeios públicos, incentivo a novas formas de cultura como anil e cânhamo como alternativa agrícola; foi de sua autoria a criação do primeiro Museu de História Nacional do Brasil, a Casa de História Natural, popularmente conhecida como Casa dos Pássaros (Dias, 1968, p.115)

Durante os anos de coleta, Frei Veloso deu deveras atenção à flora local. Os resultados desses estudos foram publicados somente anos mais tarde em sua obra *Flora fluminensis*. Graças a seus serviços prestados à coroa portuguesa, Frei Veloso foi convidado por Luís de Vasconcelos e Souza para ir a Portugal. Chegando ao Velho continente levando consigo um manuscrito de sua obra, Veloso buscou por todos os meios uma maneira de editar e publicar aquele extenso estudo compilado na *Flora Fluminensis*, todavia, não existia em Portugal nenhuma tipografia com equipamento e mão de obra especializada para tal trabalho (Bediga; Lima, 2015, p.98). Seu livro possuía mais de 1600 descrições de plantas com mais de duas mil pranchas botânicas. A solução que se chegou foi enviar o trabalho para ser publicado em Veneza, recebendo o patrocínio da coroa. O Decreto oficial que viabilizava a publicação do livro foi promulgado em nove de julho de 1772, mas devido a problemas burocráticos e, sobretudo, o descontentamento da Academia Real das Ciências de Lisboa, a publicação da obra é postergada, sendo publicada apenas no século seguinte, com uma das edições com tiragem de 3 mil exemplares feitos pela tipografia Senelfelder em Paris e financiada por D. Pedro I em 1824.

Impossibilitado de seguir com a publicação, Don Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro da Marinha e Ultramar juntamente com Frei Veloso iniciam uma nova empreitada: A “TypographiaChalcographica, Typoplastica e Litteraria do Arco do Cego”; a oficina tipográfica tinha por objetivo publicar livros referentes a temas considerados estratégicos como nautica, medicina, ciências naturais, e sobretudo a agronomia. A dita oficina funcionou durante 28 meses entre 1799 e 1801 publicando 83 títulos; com esse projeto, Frei Veloso queria muito mais que apenas disseminar informação em Portugal, ele buscava também garantir a autonomia portuguesa para publicação de livros (Santos; Fiori; Campos, 2014, p.51):

há já 24 peritos, exercitando-os nas multiplicadas Obras de diferentes natureza que se tem impresso na dita Officina, denominada por isso Calcografica: pelo que não será preciso jamais mendigar-se a abertura das sobreditas chapas a Nação alguma (Sousa apud Bediga, Lima, 2015, p.99).

A criação da oficina do Arco do Cego ocorre justamente em período de efervescência cultural e científica em Portugal fomentada pelas políticas ilustradas do Marquês de Pombal enquanto geriu o cargo de Ministro da Marinha e Ultramar (1756-1777) que buscaram inserir o pensamento iluminista vigente na Europa por meios de reforma na educação, na economia, no Estado e em muitas outras instâncias. Foi durante a administração de Pombal que a Universidade de Coimbra passou por uma reforma em seus cursos, criação dos novos cursos de matemática e filosofia natural em 1772 e foi crucial para a criação de um ambiente de apreciação de um trabalho como o de Frei José Mariano Veloso.

Quineiras e balsameiras

Na região amazônica próxima aos Andes, sobretudo na Bolívia e no Peru cresce a árvore do gênero *Cinchona* que compreende cerca de 40 espécies de plantas da onde é possível se extrair o alcaloide do quinino. Seu nome deriva da Condessa de Chinchón, Francisca Henriques de Rivera esposa do Vice-rei D. Gerónimo Fernandez Cabrera y Bobadilla, que utilizou a casca da árvore como medicamento para tratamento das “febres intermitentes” em 1630 após a ineficácia de diversos fármacos europeus (Couteur; Burreson,

2006, p.303). Ainda no século XVII o fármaco se popularizou na Europa como um eficiente febrífugos¹¹⁴ com o nome de “pó dos Jesuítas”:

A informação de que a quina [*cinchona*] podia curar a maláriachegou rapidamente à Europa. Em o padre Antonio de laCalaucha registrou às assombrosas propriedades da casca da ‘árvore da febre’, e outros integrantes da Companhia de Jesus no Peru começaram a usar a quina tanto para curar como para prevenir a malária. (Couteur; Burreson, 2006, p.304)

Embora com a fama repentina, pouco se sabia sobre a origem da casca, haja vista que o monopólio ficou por muito tempo em mãos dos Jesuítas. Em 1735 o botânico francês Joseph de Jussieu por fim encontrou a árvore fonte de casca usada com medicamento; antes da identificação de Jussieu, a árvore era conhecida por dezenas de nomes genéricos como quinas ou quineiras, balsameiras, casca do Peru e casca milagrosa.

O consumo da quina, quase sempre era realizado via oral em forma de chá ou xarope; os modos de preparo variam desde a fervura de pedaços de cascas de quinas ou moídas para infusão. A principal característica da quina é seu amargo adstringente, sempre lembrado nos documentos e que rendeu alguns rituais para consumo. Um dicionário de medicina popular do século XIX traz alguns modos para disfarçar o gosto ruim:

A melhor forma de tomar sulphato de quinina é em pílulas; prescreve-se também em pó e dissolvido em água, mas é muito amargo; tomando com café diminue um tanto o gosto amargo. Nas crianças pequenas, que não podem toma-lo por causa do gosto, nem mesmo misturado com calda de assucar; pode-se aplicar em fricções sobre a extensão do espinhaço (Langgard,1685, p. 231)

Enquanto no Brasil o café era utilizado para camuflar o amargor, os ingleses diluíam a quinina em gim, criando a popular gim tônica¹¹⁵(Couteur;

¹¹⁴ Febrífugos ou antiperiódicos (sic) são medicamentos utilizados para o tratamento das febres intermitentes e/ou doenças periódicas como febre terçã ou quartã, sintomas quase sempre relacionados a malária. Cf. verbete sobre febrífugos in Langgard, 1865, p.242.

¹¹⁵ A água tônica possui pequenas doses de quinina, quantidade insuficiente para uso em tratamento ou medida profilática contra a Malária. Existem inúmeras propagandas, sobretudo no século XIX do uso da água tônica como medicamento

Burreson, 2006, p.307). De fato a quinina se tornou um remédio extremamente eficaz para a colonização das áreas maláricas, sobretudo na África, onde o processo de imperialismo só foi possível como o domínio do medicamento.

Ainda que fosse possível colher parte da casca sem matar as árvores, os lucros eram maiores quando se derrubava e tirava toda a casca, o que contribuiu significativamente para redução drástica dos espécimes *in natura*. A procura pela quinina se acentuou no século XIX durante o processo de expansão imperialista, fazendo com que países como Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, maiores vendedores de quina, impedissem a saída de sementes ou mudas para a manutenção do monopólio. Em meados de XIX, um punhado de semente foram contrabandeadas e plantadas no Jardim Botânica holandês na Ilha de Java (Indonésia) com êxito tanto no crescimento como na qualidade de quinina possível de se extrair. Os primeiros anos do empreendimento holandês juntamente com os primeiros resultados está muito bem descrito e documentado no livro *Cultura das plantas que dão a quina* escrito por Bernadino Barros Gomes em 1864.

QuinographiaPortuguesa ou Collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quina

O livro *QuinografiaPortuguesa* foi publicado em 1799 pela tipografia patriarcal de João Procópio Correia da Silva, cuja parceria com Frei Veloso existia desde longa data e mesmo após a criação da tipografia do Arco de Cego, Veloso recorreu a ela e outras tipografias particulares (Santos; Fiori; Campos, 2014, p.51). O livro traz informações sobre vinte e duas espécies de quina com uma descrição detalhada de cada planta, bem como uso, modo de preparo, habitat e de espécies erroneamente chamadas de quina.

O texto de Frei Veloso foi embasado em correspondências amostras que cascas de quina que recebeu, além de muitas traduções de obras contemporâneas como sugere o subtítulo do frontispício “copiada de variosautores modernos”, como a obra *Quinologia, o tratado delárbol de la*

quina (1792) escrito pelo espanhol Hipólito Ruiz extensamente citada, além de obras de ingleses, e franceses como Charles-Marie La Condamine.

Com a fama, logo surge a escassez. Com o passar dos anos, a exploração da quina foi diminuindo drasticamente a ocorrência da árvore da região; embora hoje se saiba que exista mais de 40 espécies possíveis de se obter o quinino, nem todas possuem quantidade de alcaloide suficiente para fazer o medicamento. Quando Marquês de Pombal assumiu o posto de Ministro de Marinha e Ultramar, parte da sua atenção voltou-se para a região norte do Brasil; uma de suas primeiras providências foi tornar seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado governador geral do Grão-Pará e Maranhão. Para Pombal, a manutenção da região norte era extremamente crucial para a economia portuguesa onde anualmente saíam toneladas de pau-cravo (*Dicypelliumcaryophyllaceum*), de cacau (*Theobromacacao*), salsaparrilha (*Smillaxspp.*) além de outras drogas do sertão. Nesse bojo, como sugere Frei Veloso, as canoas de coleta de drogas do sertão que subiam o rio Amazonas poderiam ocupar de procurar também a famosa árvore de quina:

Sendo esta preciosa planta huma das naturaesproduçções do grande rio do Amazonas, ou das suas cabeceiras, he cousa pasmosa, de que até senão tenha descoberto nas cabeceiras deste mesmo rio que pertencem aos dominiosPortuguezes; talvez em toda a sua carreira. Tanto nos seria a sua exportação mais facil quando ellahedifficifil aos Hespanhoes; porque nós a exportariamos rio abaixo, e elles rio acima. (VELOSO, 1799, p. 4)

Apesar da importância da obra, em nenhum momento Veloso propõe uma cultura sistemática da quina, mas sim a exploração, haja vista a inexistência de um conceito sólido de extinção. Com o passar dos anos, a árvore foi tornando-se escassa, não ao ponto de chegar à extinção, mas o suficiente para que os contemporâneos notassem.

Mas até para a exploração é necessário conhecimento das diversas plantas, sua utilização e processo de beneficiamento da casca e é nesse espaço que inserimos o livro *QuinografiaPortugueza: um manual capaz de fornecer noções básicas para o reconhecimento da quina.*

Frei Veloso busca fazer uma descrição (quando possível) minuciosa de cada uma das espécies contidas no livro: superfície da casca; cor exterior; cor interior; raízes, caules e galhos; folhas e flores; peso; consistência da madeira; suco gomoso-resinoso (resina); cheiro e sabor, e sempre que possível acompanhado de um breve histórico e em alguns poucos casos com estampa botânica..

Embora a *cinchona* englobae um vasto número de árvores que possuíam o alcaloide do quinino, a mais valiosa para o comércio era a quina do Peru (*Quina Officialis*); Sobre a casca do Peru, Frei Veloso se utiliza de uma descrição feita por M. Dombei escrita durante a sua viagem ao Peru em pesquisa e exploração da Real Academia de Sciencia (Veloso, 1779, p.6):

[casca] do tronco he mui carnosa, gretada, e de cor parda escura: a dos ramos grossos tem a sua superficieaspera, alguma cousa gretada, bem que não tanto, como a do tronco, e a cor matizada de negro, pardo escuro, cinzento, e pardo claro: a dos ramos novos, quase sem aspereza, e de huma cor parda clara (Veloso, 1799, p.7)

Com essas informações conseguimos compará-la com outras espécies de quina, como a quina pálida (*Cinchona palefeens*) que não era admitida no comércio:

“[casca] do tronco, e ramos são polidas, lisas, e esbranquiçadas, de corapalhagada, ou palhiça, e algumas vezes opaca” (Veloso, 1799, p.33), ou da quina vermelha (*Cinchona rubra*), mas que possuíam as mesmas propriedades da casca do Peru, pois “mostrão ter a casca vermelha às mesmas virtudes, que a commum, mas humgrao muito mais alto, e se tem julgado ser muito mais eficaz na cura das febres intermitentes” (Veloso, 1799, p.65).

Com a variedade de cascas disponíveis, a procura de algumas se tornou acentuada, enquanto outras só eram admitidas, ou pela falta de conhecimento do comerciante que adquiria um produto de baixa qualidade ou pela ausência de outras cascas:

Os cascareiros misturão às casca desta especie com às das três anteriores, [quina lisa (*Cinchona glabra*); quina delgada (*Cinchona tenuis*) e quina do Peru (*Cinchona officialis*)] affim de vender aos Comerciantes e Tractantes; pois são mui raro os desta classe que saibão distinguir com perfeição; mas os mesmos cascareiros e peões pelo uso, e pratica, que às tem, às distinguem com muita facilidade. Sem embargo de que estas cascas [quina morada (*Cinchona purpurea*)] não estejam admitidas por si só no Commercio, pódem muito bem suprir a falta das tres antecedentes pela efficacia da sua virtude medicinal, ainda quando os Facultativos, e droguistas às preferem ás outras anteriores (Velooso, 1799, p.25).

O ofício dos casqueiros

Casqueiros, cascareiros ou cascarrilheiros era o nome atribuido a pessoas que trabalhavam na extração da casca da quina; o processo era realizado em várias etapas, seguindo rigorosas orientações de extração, manuseio e armazenamento, pois, como alerta Velooso, “por senão terem estas cautellas, tem se perdido muitas” (Velooso, 1799, p.175).

O cascareiro deve estar munido com machados, machadinhas, facas, mantas sacos e tendas: os machados para cortar as árvores; às machadinhas para a remoção de galhos; facas para retirar a casca; sacos mantas e tendas para armazenagem. Segundo Velooso, para retirar a casca com maior facilidade, “he requisito preciso, e indispensavel cortallas hum ou dois dias antes pra que se murchem” (Velooso, 1799, p.173). Em dias chuvosos, é necessário fazer o trabalho embaixo de uma cobertura, pois, a umidade é grande inimiga da qualidade das cascas:

pos que a molhadura lhe retardará a defeccação, e alterará a cor interior escurecendo-a demasiadamente: não se enrolará bem; e criará mofo com muita facilidade, e ultimamente um cheiro fedorento, e hum sabor mais fastidioso que, o que naturalmente tem (Velooso, 1799, p.174).

Após o corte da árvore, era aguardado até dois dias (um dia em caso de baixas temperaturas) para que as cascas murchem e soltem com maior facilidade; uma faca era então introduzida até o “lenho”; devem ser retiradas longas tiras longitudinais; às cascas retiradas eram postas para secar ao sol, sempre atento a umidade, pois facilmente criavam bolor. Somente quando as

cascas estivessem bem secas e que eram encaixotadas e transportadas. Quase sempre o trabalho em feito dentro da mata fechada, sem locais apropriados para o processo como diz Veloso: “as defecções feitas nos moros raras vezes são perfeitas, pela pouca comodidade dos seus sítios, e por causa dos aguaceiros, que principião, e são continuos de Outubro em diante até Maio, que he quando principia o bom tempo” (Veloso, 1799, p.175).

Considerações Finais

A quinina como um remédio antimalárico foi fundamental para o processo de colonização do Continente africano no século XIX, mas a sua procura datava desde o século XVII; considerando a malária sendo a doença que mais matou e ainda mata em toda a história, o domínio da quinina foi fundamental para alguns processos. Desde a sua descoberta, em nenhum momento o seu consumo decaiu ou foi substituído, e a alternativa sintética só foi alcançada em 2001 após anos de pesquisa e milhões em investimento, embora, que grande parte do quinino consumida venha de plantações na Indonésia, Índia e Zaire com uma menor fração vinda da Bolívia, Peru e Equador (Couteur; Burreson, 2006, p.309-310). É explícito a apreço que Veloso nutria em relação a *Cinchona* quando diz “Que planta domesticada pela cultura deixou de mostrar huma maior virtude?” (Veloso, 1799, ?), mas sua visão era de inserir Portugal em um lucrativo comércio, mas que para tal ocorrer é necessário a busca através do sertão como exemplificado com o salitre: “já não são amostras de salitre, às que vem do Brasil, mas sim arrobas. Não he de hum único lugar, he de muitos que tem vindo” (Veloso, 1799, ?).

Referências Bibliográficas

BEDIGA, Begonha; LIMA Haroldo Cavalcanti de. A “Flora fluminensis” de frei Vellozo: uma abordagem interdisciplinar. **Bol. Mus. Emílio Goeldi**, Belém, v. 10, n. 1, p.85-117, 2015.

COUTEUR, PennyLe, BURRESON, Jay. **Os botões de Napoleão**. As 17 moléculas de mudaram o mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº 278, p. 105-

170: 1968.

GAMA, José de Saldanha. **Biographia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Frei José Mariano da Conceição Velloso**. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiros, 1869.

LANGGARD, Theodoro. **Diccionario de medicina domestica e popular**. Tomo II. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

SANTOS, Christian Fausto; FIORI, Marlon; CAMPOS, Rafael. A Calcografia do Arco do Cego e a disseminação de saberes no Império português no final do século XVIII e início do século XIX, **Confluente**, Bologna, v. 6, n. 1, p. 48-60, 2014.

VELLOSO, José Mariano da Conceição. **Quinografia Portugueza** ou colleção de varias memorias sobre vinte e duas espécies de quina. Lisboa: Officina de João Procopio Correia da Silva, 1799.



REPRESSÃO E RESISTÊNCIA ESTUDANTIL NA SEMANA DO DIA 29: UM ENCONTRO ENTRE A HISTÓRIA ORAL E A COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA

Lucas de Godoy Chicarelli¹¹⁶
UEL

Resumo. A semana do dia 29 de abril de 2015 foi uma situação limite na qual o Estado usou diversos aparatos, entre os quais mais de 4500 policiais de diversas tropas, para reprimir docentes, estudantes e servidores que pediam a rejeição ou a retirada do projeto de lei que alterou o Paraná Previdência. O objetivo desse artigo é apresentar a pesquisa desenvolvida durante 8 meses na especialização em Comunicação Popular e Comunitária da Universidade Estadual de Londrina como forma de compor a participação estudantil nessa semana por meio de um encontro possível entre os campos da história e da comunicação. Para isso será apresentada uma conceituação básica, a metodologia da pesquisa e os resultados obtidos. O estudo resultou em mais de 26 horas de entrevistas, áudio relatos e uma mostra itinerante de cartazes. Essa interdisciplinaridade, quando pensada de baixo para cima, buscando constituir, na medida do possível, uma participação poder, pode vir de encontro aos anseios das comunidades formadas nas classes subalternas e contribuir com seus processos de luta e resistência.

Palavras-chave: História oral, Comunicação, Popular, Comunitária, 29 de abril.

¹¹⁶ Mestrando em comunicação pela Universidade Estadual de Londrina: Lucasgch@gmail.com.

A semana do dia 29 de abril foi uma situação limite na qual o Estado usou diversos aparatos, entre os quais mais de 4500 policiais de diversas tropas¹¹⁷, para impor os interesses da classe dominante. Entendidos como uma forma de comunicação popular e comunitária, os protestos ocorridos nessa semana se enquadram em contextos de aceleração do neoliberalismo, retirada de direitos sociais e cortes de investimentos na Educação Superior pública. A violenta ação do Estado nessa situação deixou muitos feridos e traumas. A partir dessa vivência realizamos, no âmbito do movimento estudantil, uma pesquisa que se utilizou da metodologia da história oral. Além de criar um espaço no cotidiano para recompor o vivido, a pesquisa produziu um acervo com cerca de 26 horas de áudio, áudio relatos e uma mostra itinerante de cartazes que circulou pela universidade, espaços culturais e ocupações. Além de contribuir com discussões sobre o tema. Essa interdisciplinaridade entre a comunicação e a história, pensada de baixo para cima, buscou constituir uma participação poder. Assim, almejou vir ao encontro dos anseios da comunidade, contribuindo com seus processos de luta, resistência e com a compreensão do mundo que vivemos gerando documentação histórica sobre o tempo presente.

Esse artigo apresenta esse estudo desenvolvido ao longo de 8 meses na especialização em Comunicação Popular e Comunitária da UEL¹¹⁸. Para isso, aborda de modo resumido a metodologia usada, alguns conceitos utilizados da história oral, comunicação, comunicação popular e comunitária, os resultados obtidos e por fim analisa tal metodologia.

É importante ressaltar que, além de pesquisar o tema, esse pesquisador foi um dos estudantes que participaram ativamente do movimento grevista em 2015. Assim, embora algumas pessoas tenham permanecido em Curitiba apenas um dos três dias, fui um dos que embarcou nos ônibus da Universidade Estadual de Londrina no dia 27 de abril e retornou no dia 29,

117 Mais detalhes sobre a semana do dia 29 podem ser encontrados em uma leitura crítica do artigo de Gilberto Calil (2015) e do livro de Ricardo Gozzi (2016).

118 A pesquisa foi concluída em 2016 e recebeu o título: Quando as comunidades fazem história, a forma popular de se narrar o vivido. (CHICARELLI, 2016).

após três dias de acampamento na praça Nossa Senhora da Salete, localizada no centro cívico, em frente a assembleia legislativa do Paraná¹¹⁹.

Como uma forma de recortar o universo de possibilidades, optamos por elaborar a metodologia junto à comunidade estudantil da qual eu fazia parte. Na perspectiva da comunicação popular e comunitária, essa vinculação à comunidade pesquisada pode contribuir para a elaboração do projeto.

O recorte estudantil se mostrou relevante em virtude do papel que o movimento estudantil tem na luta contra uma série de medidas neoliberais no campo da educação. Sobretudo na Universidade Estadual de Londrina, onde os estudantes estabeleceram em 2015 uma greve que durou quatro meses, definindo suas pautas, alterando suas formas de organização e que foi suspensa após uma ocupação da reitoria.

Analisando os dados socioeconômicos fornecidos pela própria universidade constatou-se também que o quadro estudantil indicava no período uma alta demanda por políticas de acesso e permanência. Segundo dados da UEL, a Universidade possui aproximadamente 13 mil alunos de graduação, sendo que desses 52,05% ingressam pelo sistema de cotas, 32,51% possuem renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos e 70,33% não possuem atividade remunerada. (PROPLAN, 2015a, 2015b).

Vale lembrar que quatro estudantes da UEL foram presos no dia 29 de abril. Foram publicamente acusados de black blocs infiltrados no movimento docente e fabricarem bombas de cal¹²⁰. As acusações não se sustentaram, mas que, mesmo assim, obtiveram certo sucesso na guerra de informações ao levantar falsas suspeitas e contribuir para legitimar a violenta ação policial.

Apesar desse estudo se organizar no seio desse movimento estudantil, ele compreende que essa comunidade está inserida em contextos mais amplos. Entre esses, o contexto nacional de precarização da educação superior pública¹²¹, a existência histórica de uma classe dominante que

119 "O ponto de partida da elaboração crítica é a consciência do que se é realmente, e é o "conhece-te a ti mesmo" [...] Portanto é imperativo no início compilar tal inventário". (GRAMSCI apud SAID, 1990, p. 37).

120 O líquido branco, produzido a partir da dissolução de um remédio para estômago na água, era na verdade utilizado para aliviar os efeitos do spray de pimenta.

121 No Paraná, desde o governo Lerner (1995-2002), ao comparar receitas e despesas, os recursos à educação superior pública vêm sendo percentualmente reduzidos. Com relação aos contratos de trabalho, consolida-se um quadro defasado de pessoal e os contratos, quando

concentra o poder político institucional¹²² e a concentração dos meios de comunicação que no Paraná abrange a televisão, jornais e meios eletrônicos. (RODRIGUES, 2011).

Nesse sentido, diante da predominância do uso acadêmico da metodologia da história oral no Brasil¹²³ e da hegemonia cultural estabelecida no país, caracterizada pela ausência de diversidade de versões e pela precariedade nas condições de vida da classe subalterna, nos parece de extrema importância divulgar as potencialidades dessa metodologia. A metodologia da história oral é uma das ferramentas que a comunicação popular e comunitária pode usar para produzir outras versões e questionar a hegemonia.

Além disso, muitos estudantes mostraram-se sensibilizados após a volta do dito “centro cívico”. Amparado por discussões da psicologia social, da mídia radical e da história oral, a oportunidade de estabelecer um diálogo no cotidiano com quem participou da semana do dia 29 de abril foi mais um dos fatores motivadores da pesquisa:

Mas foi assim terapêutico, porque eu nunca tinha conversado com ninguém assim, acho que depois, porque eu não participei dessa terapia de choque que foi voltar pra UEL e fazer as paradas. [...] e acho que foi massa, foi mó terapia, acho que o que você tá fazendo é bem importante.

ANHAIA, Dayane. **Entrevista 21**. [jan. 2016]. Entrevistador: Lucas de Godoy Chicarelli. Londrina, 2015. 1 arquivo .wmv (122 min.).

Tem que contar essa história, tem que contar o que aconteceu, entendeu? Não pode passar impune. E essa é uma forma de começar a trabalhar a mentalidade dessa galera que vai nos substituir futuramente para pensar, ó, aquilo não foi justo e o que está acontecendo também não é. Como que a gente vai mudar? Entendeu? E precisa desses relatos, não pode deixar passar em branco.

surgem, são prioritariamente temporários ou efetuados por meio de terceirizações. (REIS, BOSIO & DEITOS, 2015).

¹²² Por meio da genealogia, foi possível traçar o perfil das famílias tradicionais históricas no Estado entre 1853 até 1930: “Poucas regiões do Brasil apresentam continuidades históricas tão expressivas na posse do poder político por parte de grupos familiares tão antigos quanto o Paraná”. (OLIVEIRA, 2001, p. 23).

¹²³ Ao analisar três encontros sobre história oral realizados no Brasil, entre 1994 e 1996, constatou-se essa predominância, em que é comum o uso das entrevistas como fonte de pesquisa, sem que isso envolva qualquer discussão sobre a natureza das fontes ou de seus problemas. (AMADO, FERREIRA, 2002, p. 9-11).

RAMOS, Márcio R. V. **Entrevista 2**. [nov. 2015]. Entrevistador: Lucas de Godoy Chicarelli. Londrina, 2015. 1 arquivo .mp3 (62 min.).

No que você disse, de ah, o que faria de para mudar o mundo? Escrever uma memória disso é uma delas. E eu acho que você tá fazendo, então eu acho que é por esses caminhos mesmo. Eu acho super importante, principalmente diante do que aconteceu tem que ser relatado, tem que ser guardado, já ficou, mas a gente não pode deixar apagar a chama, né? Não pode deixar daqui dois três anos, falar que dia 29 de abril não foi dia 29 de abril. (risos). Entende?

SOUZA, Carlos H. E. **Entrevista 21**. [jan. 2016]. Entrevistador: Lucas de Godoy Chicarelli. Londrina, 2015. 1 arquivo .wmv (122 min.).

A partir desse desejo inicial, uma série de questões se apresentou para a elaboração de uma metodologia que se adequasse também as características de um trabalho de comunicação popular e comunitária. Por essas características, a metodologia foi pensada previamente e alterada ao longo do processo prático. Na perspectiva popular e comunitária deve haver um vínculo de interesses, um uso comunitário da pesquisa na qual todos os membros da comunidade colaboram, na medida do possível, nas etapas de elaboração. Nesse sentido, ao nosso ver, a comunicação popular e comunitária deve almejar a forma de participação que queremos, a participação poder¹²⁴.

O trabalho de pesquisa, entretanto, iniciou-se em um período de refluxo do movimento estudantil. Após meses de greve, enfrentamentos e até uma ocupação de reitoria, estudantes pareciam necessitar de um tempo para recuperar o fôlego e as assembleias realizadas pelo movimento estudantil não conseguiam reunir mais de 30 pessoas. Por essa dificuldade organizacional e pelo prazo para a conclusão da pesquisa, optei por elaborar o roteiro da entrevista com base na bibliografia consultada e na minha própria experiência. Com a definição dos objetivos, do roteiro, a proposta foi apresentada aos estudantes nas reuniões, assembleias e redes sociais no mês de outubro de 2015. A divulgação na comunidade estudantil da UEL obteve resultado positivo e, logo de início, algumas pessoas que estiveram presentes na semana do dia 29 de abril se dispuseram a contribuir com a pesquisa.

¹²⁴ A participação pode ser pensada em níveis que vão desde o nível mais baixo, o da informação, até o mais alto, o da autogestão. (PERUZZO, 1995).

Tentamos preencher a lacuna de uma assembleia específica sobre o tema com a abertura da metodologia às críticas e sugestões dos participantes. A partir desse roteiro inicial e das primeiras entrevistas¹²⁵, cada entrevistado foi convidado ao final da entrevista a questionar o roteiro inicial, propor novas perguntas e indicar pessoas para participarem das entrevistas. Assim, embora o roteiro não tenha recebido muitas críticas, em virtude das muitas indicações, ao final, além dos estudantes que estiveram presentes na semana do dia 29 de abril as entrevistas também incluíram uma servidora, uma docente e um estudante que não viajou para Curitiba, mas participou da greve e acompanhou a situação. Ao término de cada entrevista buscava-se fazer contato com as pessoas indicadas e incluir as perguntas sugeridas no roteiro.

O roteiro das entrevistas foi pensado de forma semidirigida, essa metodologia é um meio termo entre a entrevista aberta e um interrogatório padronizado em que as mesmas questões são repetidas para todos os entrevistados¹²⁶. Esse modelo foi escolhido por dois riscos: De que em um modelo aberto a conversa possa fugir do tema de interesse inicial da pesquisa. De que em um modelo fechado algumas questões importantes que possam surgir da relação dinâmica entre entrevistador e entrevistados fiquem de fora, limitem o diálogo e prejudiquem a composição¹²⁷ sobre o tema.

Ao todo foram gravadas e transcritas 28 entrevistas em áudio, envolvendo diretamente 40 pessoas. Os gestos e detalhes considerados importantes durante as entrevistas foram registrados em um caderno de campo, detalhes que contribuíram com sua análise posterior. O trabalho de transcrição é muito importante e deve ser feito o quanto antes para que gestos e detalhes não se percam. (TOURTIER-BONAZZI, 1991, p. 239-240).

Ao término do processo, as transcrições foram apresentadas aos entrevistados que puderam solicitar alterações ou autorizar a publicação. O

¹²⁵ Devido a limitação de tempo, incentivado pelo meu orientador e confiante nas recomendações de Paul Thompson, o trabalho de entrevista começou paralelamente às leituras de metodologia. "Na verdade, seria aconselhável começar pelo trabalho de campo. A experiência prática da história oral conduzirá, por si só, às questões mais profundas a respeito da natureza da história." (THOMPSON, 1992, p. 9).

¹²⁶ Chantal de Tourtier-Bonazzi classifica o roteiro de entrevista em três modelos básicos: Dirigida, não dirigida e semidirigida. (TOURTIER-BONAZZI, 1998, p. 236-237).

¹²⁷ Pensado a partir de Alistar Thompson, "composição da memória", o termo é utilizado nessa pesquisa para descrever um processo vivo e dinâmico de significação que vai além do recompor ou reviver e relaciona ação, linguagem, passado, presente, singular, coletivo, tradição e cultura. (THOMPSON, 2006, p. 56).

objetivo com isso era obter transcrições mais ricas ao final da interação. Apesar disso, poucas foram as alterações solicitadas envolvendo mais questões de concordância e clareza de entendimento. Após ler a transcrição, uma pessoa solicitou que sua entrevista não fosse publicada, ainda que de forma anônima, pois considerou que seu depoimento não seria relevante para o estudo. Para a gravação foi utilizado um gravador simples da marca Panasonic (RR-US450) e um celular de apoio, caso o primeiro deixasse de funcionar, como de fato aconteceu em algumas entrevistas.

Tais entrevistas foram planejadas para constituírem um acervo oral sobre o tema, como base para análise e para a produção de materiais de comunicação que pudessem expor a composição estudantil.

A análise dos resultados da pesquisa nos levou para caminhos que, ao nosso ver, se complementam. Por um lado, esse projeto contribuiu para gerar produções em comunicação popular e comunitária. Por outro, permitiu caracterizar a própria participação estudantil na semana do dia 29 de abril como uma forma de comunicação popular e comunitária.

Foi produzido durante a pesquisa um acervo de fontes orais sobre a semana do dia 29 de abril, um áudio relato curto e, após uma reunião com os participantes no DCE UEL Centro, uma mostra itinerante de cartazes com trechos dos relatos. A possibilidade da publicação de um livro ainda segue no horizonte. Livro que só não feito em virtude da falta de condições materiais e tempo para dedicação a esse projeto. Conforme lembra Antônio T. Montenegro, o registro e a publicação desses depoimentos, dessas experiências e vivências, é importante e passa a gerar por si só uma referência histórica marcadamente popular, a disputar sentidos que até então estavam restritos à sua classe e aos seus movimentos. (MONTENEGRO, 2003, p.27).

A coletânea de transcrições obtidas também nos permitiu caracterizar essa ação direta como uma forma de comunicação popular e comunitária. Ao irem para Curitiba, os manifestantes esperavam comunicar descontentamento ao Governo do Estado e pedir a reprovação ou a retirada de pauta da alteração do Paraná Previdência. Para isso ampliaram seus laços de solidariedade comunitária, estabelecendo outra forma de relação para além do capital.

Essa compreensão ampla de comunicação não é o esvaziamento do conceito, mas sim a aceitação de sua complexidade. Nesse sentido, o conceito

de comunicação sugerido por Paulo Freire vem de encontro aos pressupostos da comunicação popular e comunitária. Para ele, comunicação é encontro, uma forma de relação social e não mera transferência de informações. (MEDITSCH & FARACO, 2003, p. 27).

Essa visão é complementada e ganha força com as contribuições de Cicilia Peruzzo (1995, 1998), Rozinaldo Miani(2011) e John Downing (2002).

A “Comunicação popular e comunitária” é uma expressão que tem sentido empregada em conjunto e se diferencia da comunicação, da comunicação popular, da alternativa e da comunitária. Embora tenham muitas imbricações e semelhanças.

De forma resumida, o conceito de comunidade parte do contexto de uma sociedade capitalista em que os meios de comunicação se encontram concentrados nas mãos de poucos. Uma sociedade que massifica, que aliena, que padroniza as relações sociais e torna tudo mercadoria. A formação de uma comunidade é uma forma de resistir a esse contexto. Em uma comunidade, outros valores além do capital se tornam comuns e encontram na relação dos indivíduos com o coletivo sua possibilidade de realização. (Miani, 2011).

Já o conceito de popular ganha relevância na efervescência dos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980 na América Latina em sua luta por direitos, contra a carestia de vida e vai além dos meios tradicionais de comunicação. (PERUZZO, 2006, p. 2).

A práxis da comunicação popular e comunitária ganha relevância nessa disputa pela hegemonia. Isso porque parte dos anseios reais de comunidades formadas nas classes subalternas, de um entendimento comunitário da necessidade de construir outras formas de sociabilidade.

Considerando que, dentro da perspectiva popular e comunitária, a construção das memórias se dá de forma social, também entendemos que a análise dessas memórias não deva ser feita individualmente, mas no seu conjunto. Cada entrevista teve o seu sentido considerado dentro de um todo.

Por fim, cabe lembrar que não estamos falando de uma experiência qualquer. Mas sim de uma situação limite¹²⁸ em que o monopólio da força

¹²⁸ “Estas situações são limites porque produzem muita tensão e obrigam as pessoas a viver situações muito extremas, ainda que com o tempo vão se tornando “habituais””. (BERISTAIN, RIERA, 1993, p. 39, tradução nossa).

policial pelo Estado reprimiu os manifestantes permitindo que o projeto de lei fosse aprovado na Assembleia Legislativa.

Nesse sentido, algumas leituras prévias nos ajudaram a abordar a situação traumática com sensibilidade. Carlos Martín Beristain e Francesc Riera (1993) discutem as consequências da repressão e propõe dinâmicas para superar as marcas deixadas por ela sobre indivíduos e comunidades. Paul Thompson (1992, p. 197-215) discute as potencialidades e limitações do papel terapêutico dos projetos de história oral. Conclui que é preciso ouvir atento, solidário, mas que não existem soluções mágicas. Com uma série de cuidados, cada situação e cada pessoa tem que ser considerada de modo particular.

O estudo dos contextos, a análise das entrevistas e das experiências permitiu apontar dimensões políticas em contraste: por um lado, a comunidade estudantil que busca autogerir suas lutas; por outro, a política de um setor dominante do Estado que se considera no direito de usar o monopólio da força para impor seus interesses. Dessa forma, uma via política possível para as comunidades formadas nas classes subalternas, para que possa existir, parece exigir mais de sua capacidade de se unir e se organizar com outras comunidades parceiras e superar as forças repressivas do Estado.

Durante a análise das entrevistas, outros temas sugeriram a necessidade da análise mais atenta. A violência policial no cotidiano é uma das que grita aos olhos. Esse Estado que reprimiu estudantes, professores e servidores durante a semana do dia 29, não deixou de existir após a data, mas, na opinião de alguns entrevistados, segue perverso sobretudo nas periferias e no dia a dia das cidades paranaenses.

Considerando que essa comunicação pressupõe, portanto, participação. Buscamos forjar uma modalidade de participação poder que por si só já contradiz a cultura política instituída. Embora não tenhamos conseguido conquistar todos os objetivos nesse sentido, a participação estudantil foi fundamental do início ao fim da pesquisa. A submissão das transcrições para revisão não surtiu muito efeito, talvez pelo cansaço de abordar o tema tão difícil, talvez pela falta de tempo e excesso de atividades acadêmicas em um período pós-greve. Mesmo assim, os participantes não só contribuíram com as entrevistas como também indicaram entrevistados, perguntas interessantes,

até artigos e livros. Essa interação foi muito bem sucedida e a partir dela tornou-se mais fácil realizar as entrevistas e obter participações.

Buscamos indicar, com o auxílio do conceito de comunicação em Paulo Freire, que até mesmo uma ação direta merece ser estudada e entendida como forma de comunicação popular e comunitária. Grupos subalternos, na busca de mudanças sociais, estabelecem uma comunicação entre si e, em seguida, buscam estabelecer uma comunicação com o Estado, com outras comunidades e setores dominantes. A presença, os gritos e ações diretas pretendiam, de alguma forma, alterar a hegemonia preestabelecida.

Nesse sentido, a metodologia da história oral pode ser mais uma ferramenta para as comunidades. Pode se tornar uma forma participativa de se narrar o vivido. Ao difundir a sua versão dos fatos, as comunidades combatem o silêncio, disputam significados e contribuem para desfazer as possíveis distorções impostas por setores dominantes, sobretudo num contexto de concentração dos meios de comunicação. Criam ainda espaços no cotidiano para a troca de experiências.

Não nos preocupamos nessa pesquisa em estabelecer a verdade absoluta dos fatos. Mas sim em expor a forma como as pessoas compuseram essa situação limite no momento das entrevistas. Nesse sentido, a narrativa da comunidade pode exagerar, pode criar fatos fantasiosos, mas de forma alguma são fatos falsos, se estão presentes é porque foram vivenciados de forma intensa e ainda estavam vivos durante as entrevistas.

Considerações Finais

Esse artigo foi composto como um relato resumido da experiência de uma pesquisa que buscou unir a metodologia da história oral com conceitos da comunicação popular e comunitária.

As maiores dificuldades nesse tipo de pesquisa, que busca estabelecer a participação poder, encontram-se no próprio contexto que vivemos. A falta de tempo e de recursos pode ter dificultado a participação mais efetiva da comunidade, demandando muitas vezes um empenho maior do pesquisador para cumprir as tarefas necessárias para a elaboração e divulgação da pesquisa. Isso, por si só, não é um problema, visto que é prática

comum dentro das universidades. Mas é importante ressaltar tal característica pois ela aponta para uma compreensão maior dos contextos envolvidos. A comunicação popular e comunitária deve buscar alternativas para superar tais dificuldades. Uma possibilidade é buscar investimentos para pesquisas com esse tipo de perspectiva. Outra, é o estabelecimento de outras formas de sociabilidade para além do capital. Essa pesquisa, feita sem qualquer tipo de recurso, pode ser um exemplo dessa busca. Apesar das dificuldades, o estudo só foi possível porque os participantes entenderam a importância da iniciativa e, solidariamente, dedicaram o seu tempo para contribuir com o processo.

Acreditamos que essa interdisciplinaridade entre a comunicação e a história é importante, pode contribuir para ambas as áreas do conhecimento e para aumentar a relação entre os campos acadêmicos e populares. Fortalecendo tanto os estudos quanto os processos de luta e resistência.

Referências

AMADO, J.; FERREIRA, M.M.; (Org). **Usos e abusos da História Oral**. 8ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BARBOSA, BERISTAIN, Carlos M., RIERA, Francesc. **Afirmación y Resistência**: La comunidad como apoyo, Virus Editorial, 1993.

CALIL, Gilberto. **Paraná: genealogia de um massacre**. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10733%3Asubmanchete050515&catid=72%3Aimagens-rolantes. Acesso em 12/08/2015.

CHICARELLI, Lucas G. **Quando as comunidades fazem história**: A forma popular de se narrar o vivido. Monografia (Especialização em comunicação popular e comunitária) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 155p. 2016.

DOWNING, John D.H. **Mídia radical**: Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais. 2º ed. Trad. Silvana Vieira. São Paulo: Editora Senac, 2002

GOZZI, Ricardo. **Educação sob ataque**: resistência e luta dos educadores no Paraná. São Paulo: Campos, 2016, 192 p.

MEDITSCH, E., FARACO, M.. **O pensamento de Paulo Freire sobre jornalismo e mídia**. Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, América do Norte, 26, jun. 2012. Disponível em:

<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1031>. Acessado em: 22 Nov. 2015.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária como alternativa política ao monopólio midiático**. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 221-233, dez. 2011.

MONTENEGRO, António Torres. **História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada**. São Paulo: Contexto, 2003.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Comunicação e culturas populares**. São Paulo: Intercom, 1995.

_____. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PROPLAN. **Perfil do ingressante: vestibular 2015**. 2015a. Disponível em: <http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/fotos/UELEMDADOS2015.pdf>
Acessado em: 01 abr 2016.

PROPLAN. **UEL em dados 2015: Uma universidade em evolução. Gestão 2014 – 2018**. 2015b. Disponível em: <http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/fotos/UELEMDADOS2015.pdf>
Acessado em: 01 abr 2016.

RODRIGUES, Márcio de O. O perigo do monopólio no paraná. **Observatório do direito a comunicação**. 2011. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=26463>. Acessado em: 20 dez 2015.

Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do ocidente** / Edward W. Said; tradução Tomás Rosa. Bueno. - São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THOMPSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. **Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da História Oral**. 8ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: **propostas metodológicas**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da História Oral**. 8ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.



IDENTIDADES EM CONFLITO NO MUNDO SOCIAL ROMANO: O SURGIMENTO E A FORMAÇÃO DO CRISTIANISMO EM CORINTO (I D.C.)

Amanda Cristina Martins do Nascimento
Discente do Mestrado em História Social/UEL
Programa de Demanda Social da CAPES/MEC

Resumo. Esta comunicação tem por objetivo refletir acerca da formação das identidades paleocristãs pertencentes à segunda metade do século I d.C. dentro do Mundo Social Romano. No interior desse vasto Império, que abarcava Palestina, grande parte da Europa e África do Norte, a diversidade de povos se entrelaçava em interações culturais. Em meio a essa diversidade surgiu o cristianismo, inicialmente entendido como um movimento no interior do judaísmo na Palestina do século I d. C., nos anos que se seguiram à morte de Jesus Cristo, todavia, sua difusão atingiu rapidamente diversos centros urbanos do Mediterrâneo. Destarte, chegamos ao nosso estudo de caso: a comunidade cristã de Corinto, colônia de Roma. Mais do que apenas uma identidade religiosa, para os indivíduos da Antiguidade sua crença fazia parte de todos os campos da vida em sociedade. Assim, o cristianismo, como uma religião nova nesse período, fez com que seus fiéis refletissem acerca de todo seu modo de vida. Conflitos e interações surgiram entre o comportamento e ideias cristãs e as práticas e pensamentos presentes em Corinto, e ainda, dentro da própria comunidade cristã surgiram desavenças entre seus membros e lideranças. Portanto, nessa apresentação buscaremos observar como esses conflitos de pertencimentos fizeram parte da construção das identidades cristãs coríntias por meio de duas fontes: a I Carta aos Coríntios, escrita por Paulo (apóstolo e fundador da igreja de Corinto) e a I Carta de Clemente aos Coríntios, escrita por Clemente. Ambas escritas no século I d.C., mas com uma diferença aproximadamente de 40 anos (enquanto Paulo escreveu na década de 50 d.C., Clemente escreveu entre 95 e 96 d.C.) dessa maneira podemos analisar como se deu o desenvolvimento das identidades cristãs nesse momento histórico dessa comunidade.

Palavras-chave: Identidades; religiosidades; comunidades urbanas cristãs; identidades religiosas.

INTRODUÇÃO

Tempo em Trans[e]jito é o chamado para a reflexão que o Departamento de História faz à comunidade acadêmica. Tempo trans, em transe, em trânsito. Deslocamentos, movimentos, (trans)figurações. Possessões, manifestações, re(ações). Partidas, chegadas, (des)enraizamentos. O passado move-se no presente, ajeita-se ao futuro, que se renova. O passado escapa ao presente, prova do futuro, que se aproxima. O passado nega o presente, foge do futuro, que se vai.

Este é o texto de apresentação deste evento “Tempo em Trans[e]jito: cultura, poder e linguagens” que faz um jogo de palavras com título do filme de Glauber Rocha, “Terra em Transe”, com um dos objetos de estudo do historiador: o tempo. Ao pensar no momento em que se encontra a sociedade na atualidade, em que se pensa e fala muito em “crise” política, “crise” da moral, entre outras tantas crises, principalmente nas redes sociais. E, ainda, em buscam-se “heróis” ou “messias”, ou experiências do passado elaboradas em situações concretas, que abordem uma relação entre um passado e o futuro (KOSELLECK, 2006).

Porém, será que esses conflitos de pensamentos e ideias são questões apenas de nosso presente? Além disso, esses conflitos seriam tão problemáticos para um mundo tão diverso e conectado como o nosso?

Refletindo acerca dos questionamentos propostos por esse seminário preparamos aqui uma comunicação para se discutir conflitos socioculturais enfrentados por uma comunidade religiosa, mas, eventos vivenciados no século I d.C..

“Identidades em Conflito no Mundo Social Romano: o surgimento e a formação do cristianismo em Corinto (I d.C.)” faz parte da minha pesquisa de mestrado pertencente ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, orientada pela professora Mônica Selvatici e financiada pelo Programa de Demanda Social da CAPES/MEC.

O cristianismo surgiu no interior do Império Romano, um mundo social vasto, com uma grande diversidade de povos, Palestina, África do Norte e grande parte da Europa eram as regiões que estavam sob o domínio de Roma. Assim, “[...] uma experiência história concreta de unificação de diferentes povos e culturas, sob a égide de um poder centralizado [...]” (GUARINELLO, 2009, p.

149). Em um ambiente no qual pensamentos e práticas culturais *transitaram* e se encontraram, emergiram as primeiras comunidades cristãs.

Assim, sem uma ortodoxia instituída, nesse novo campo religioso existiu um embate entre diferentes agentes e seus pontos de vista do que seria um “verdadeiro” cristão. Houve o constante jogo pela definição da hierarquização, e a alteração constante de posições entre dominantes e dominados na comunidade coríntia, além disso houve um conflito entre as práticas já existentes em diferentes campos da sociedade coríntia que os fiéis participavam com o campo religioso cristão.

Um espaço de possibilidades para a constituição de novas identidades sociais, embates pela hegemonia dentro das comunidades, ressignificações de papéis de gênero, enfim, uma nova articulação entre os papéis ocupados pelos agentes no mundo social romano.

O cristianismo em transe: entre Paulo e Clemente

Como fontes escolhemos duas cartas: I Carta aos Coríntios e I Carta de Clemente aos Coríntios. Assim, temos como objetivo de pesquisa estudar a construção das identidades cristãs em uma comunidade específica ao longo de 40 anos.

A I Carta aos Coríntios é um documento que foi escrito entre os anos de 52 e 55 d. C. Esse texto é considerado uma carta autêntica do apóstolo Paulo, com algumas inserções posteriores. Essa epístola trata de rixas e discussões que remetem à experiência cotidiana dos membros da comunidade coríntia, tanto na regulamentação da vida cristã como na administração de um bom convívio entre os membros. Essa carta responde a dúvidas e problemas que surgiram no interior da comunidade enquanto o apóstolo estava em viagem, já que sua autoridade é estabelecida tanto por ser um apóstolo como também fundador dessa igreja.

Já a I Carta de Clemente aos Coríntios é datada entre os anos de 95 e 96 d.C., ao final do governo do Imperador Domiciano. Escrita em Roma por Clemente, além de dar conselhos, o autor intenta manter a unidade entre os membros da igreja. Clemente, segundo a tradição católica foi considerado o terceiro bispo de Roma, posterior a Lino e Anacleto, porém segundo Bart D.

Ehrman (2005), tradutor e editor da versão de I Clemente que aqui utilizamos, se ele fosse um bispo o autor teria usado de sua autoridade e posição em seu texto. Ao longo dos anos estudiosos apresentaram diferentes teorias acerca de quem seria o autor desse texto, para Koester (2005) ele teria sido apenas um secretário da igreja romana, posição defendida também por Ehrman (2005). O que nos importa aqui é observar como esse autor se relaciona com a comunidade de Corinto em seu texto. Eusébio de Cesaréia o aponta como companheiro de Paulo citado ao final da Carta aos Filipenses (Fil 4, 3).

I Carta aos Coríntios que aqui utilizamos se encontra da *Bíblia de Jerusalém*, essa tradução é a mais utilizada por estudiosos do cristianismo antigo por sua crítica literária. Já a versão de I Clemente pertence à obra *The Apostolic Fathers*, uma versão bilíngue (inglês-grego), confrontaremos a versão inglesa com o texto original, buscando uma análise do vocabulário utilizado pelos autores. Essa obra constitui em um conjunto de textos cristãos organizados no século XVII com esse título porque se pensava que foram escritos entre as décadas de 30 e 70 depois de Cristo, por discípulos dos primeiros apóstolos.

Os dois documentos são cartas, tratam de uma comunidade específica, ou seja, elas nos transmitem as experiências vividas no espaço da igreja. Entretanto, devemos salientar que é a visão do autor da carta sobre a comunidade, portanto, devemos nos atentar a interpretar a situação descrita como uma análise do autor da epístola e tentar ouvir as vozes dos fiéis presentes no texto.

Observamos conflitos de diferentes formas de pensar e agir, como as divergências acerca de como deveria ser realizado o banquete eucarístico (a crítica de Paulo a partir de I Cor 11, 17). Para esta comunicação escolhemos trabalhar com as disputas internas pela liderança da comunidade, condição presente tanto na I Carta aos Coríntios do apóstolo Paulo, como na carta de Clemente (I Clemente 47, 1-3).

Deslocamentos do conceito de identidade

Desde a minha pesquisa de iniciação científica na graduação em História venho trabalhando com o cristianismo primitivo, e um dos conceitos que sempre esteve presente em minhas análises foi o de *identidades*. Identidades

no plural por que entendemos que o indivíduo não apresenta uma essência, ou mesmo ligada a uma ideia de nação. identidades são fragmentadas (HALL, 2015), os agentes sociais produzem pensamentos e práticas em diferentes momentos e situações, que dependem do contexto específico no qual eles estão inseridos.

Desde a década de 1990 novas discussões foram propostas dentro da teoria social, com as mudanças sociais que ocorreram na segunda metade do século XX, principalmente ligadas ao conceito de identidade. Ao repensar a ideia de identidade a partir da problematização das questões do presente, da emergência de movimentos sociais representantes dos direitos das minorias encontramos uma grande diversidade de temáticas e problemáticas com relação aos estudos de identidades. Esse cenário também se modificou na História Antiga:

[...] Tem-se ressaltado, desde então, que oposições binárias como entre “romanos” e “bárbaros”, “judeus” e “cristãos” ou “pagãos” e “cristãos” são, antes de tudo, construções discursivas de nossa fontes, que tentam normatizar interações sociais [...] O que falta, em outras palavras, é o reconhecimento de que indivíduos têm sempre múltiplos pertencimento (sejam eles étnicos, religiosos, profissionais, etários ou de gênero) e de que as identidade são sempre ativadas de modo estratégico, dependendo de cada contexto. (OLIVEIRA, 2017, p. 1-2)

A identidade é compreendida como um elemento mutável, isto é, uma característica do indivíduo (ou de um determinado grupo) produzida em contextos históricos específicos.

Entre gregos e romanos: a diversidade sociocultural em Corinto

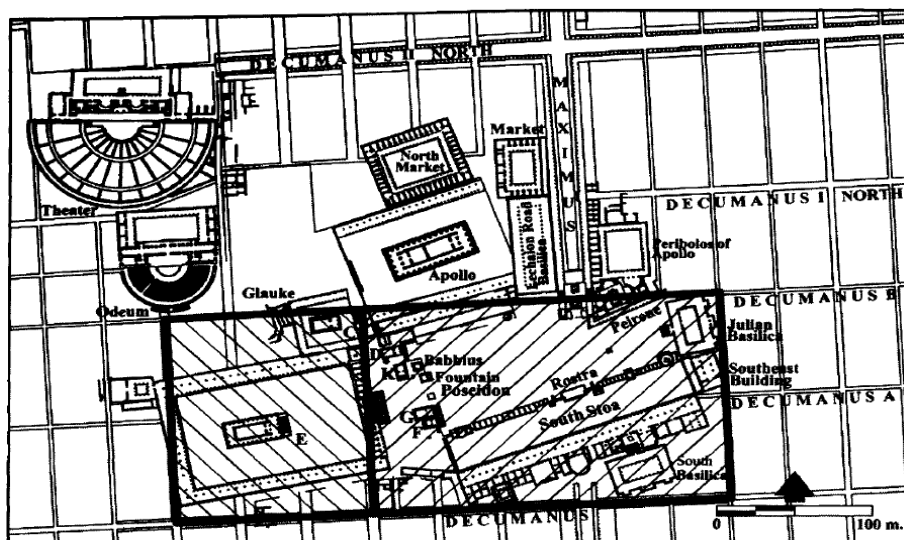
No início da década de 50 d.C. o apóstolo Paulo acompanhado de Silas chegaram a um dos maiores centros urbanos de seu período, uma colônia romana a oitenta quilômetros de Atena, com dois portos e grande centro industrial (VASCONCELLOS; FUNARI, 2013), a cidade de Corinto.

Apesar de situar na Grécia a Corinto que aqui analisamos reproduzia as estrutura e modo de vida romano, já que foi destruída no século II a. C. e reconstruída em 44 a.C. por Júlio César, da qual herdou o nome de colônia *Laus Julia Corinthiensis*. Essa nova cidade foi formada principalmente por

libertos, alguns veteranos do exercito romano e sacerdotes que foram enviados para organizar os cultos.

Mais do que edificações e estruturas semelhantes a capital do Império, as cidades sob o seu controle eram verdadeiras reproduções da própria Roma. Um espaço constituído de elementos socioculturais amplamente difundidos e estrategicamente trabalhados para submissão sob o poder militar e civilizatório romano (BUSTAMANTE, 2006, p.112-113).

Podemos observar na imagem abaixo como costumes romanos foram inseridos por meio da própria arquitetura romana. O espaço do Fórum localizado no centro da cidade, onde ficavam os principais edifícios públicos e templos, as principais vias da cidade: o *Cardo* e o *Decumanus Maximus*, entre outras estruturas.



Corinto Romana na década de 70 d.C.. Fonte: ROMANO, D. G. Urban and Rural Planning in Roman Corinth. p. 54

Assim, podemos notar como a sociedade de Corinto era diversa ao refletirmos sobre as características apresentadas acima: uma cidade grega sob domínio do Império Romano. E, ainda, um centro urbano por ser uma cidade portuária, dessa maneira recebia diferentes povos e culturas em seu território.

Conflitos internos e as reações dos autores

Nos anos iniciais do cristianismo, Corinto demonstrou ser uma comunidade bem complexa e difícil nos escritos paulinos, membros chegaram

a questionar a autoridade da pregação do Paulo em I Carta aos Coríntios, sendo que além de alcunha de apóstolo também era fundador dessa comunidade cristã.

No início de sua epístola Paulo expõe o problema de grupos dentro da comunidade (I Co 1, 11-15). Segundo Koester (2005) essas tensões que estão ligadas a distintos *mistagogos*, indivíduos encarregados de ministrar o batismo aos fiéis, sendo os dois principais partidos “os de Paulo” e “os de Apolo”.

No caso de Apolo, Paulo o menciona em outras passagens (I Co 3; 5, 6 e 22: 4, 6 e ainda: 16, 12), colocando-o como servo de Deus (como o próprio Paulo), só que com atributos diferentes: “Eu [Paulo] plantei; Apolo regou, mas é Deus quem fazia crescer” (I Co 3, 6), o que nos leva a crer que Apolo passou mais tempo com a comunidade de coríntia, como pregador e mentor da Igreja de Corinto. Ainda nesses capítulos iniciais, Paulo apresenta suas recomendações acerca dessas divisões, mencionando várias vezes a palavra “sabedoria” ligada à oratória, à persuasão, o que nos leva a crer que o pregador Apolo teria uma melhor habilidade discursiva.

“Prestígio da palavra” e “linguagem persuasiva” a necessidade de se ter o Evangelho defendido por uma boa retórica parece-nos ser um capital simbólico para os fieis coríntios, advindos da educação romana, orientada para o campo político. Segundo Pedro Paulo Funari (2001) há dois tipos de educação no Mundo Romano: a *paidéia*, no sentido do ensino da cultura clássica, como a descrita acima e a *instructio* (“empilhar” conhecimento), que seria uma posse cognitiva do mundo, por parte dos ricos e pobres, livres e escravos. Dessa maneira, a *paidéia* era utilizada como um marcador de diferenças.

Em I Coríntios Paulo caracteriza a igreja de Corinto nestes termos: “não há entre vós muitos sábios segundo a carne, nem muitos poderosos, nem muitos de família prestigiosa” (I Co 1, 26). Segundo Theissen (apud PROVIN et al., 2007), o apóstolo recorre aqui a uma descrição sociológica, na qual os sábios seriam lideranças dentro da comunidade. Crossan e Reed (2007) também apontam que Paulo não estaria falando de algo abstrato, mas sim de pessoas reais, indivíduos socialmente reais. Portanto, notamos como os fiéis que se consideravam mais sábios tentavam se sobrepôr interior da Igreja reproduzindo um habitus pertencente ao campo cultural e político.

Para a resolução desse entrave Paulo tenta impor um conhecimento novo como forma de reconhecimento. Como vimos anteriormente uma educação dentro da sociedade romana era pertencente a cultura elitista, preocupada com a oratória e discursos eloquentes. Mas o apóstolo aponta para uma sabedoria que estaria associada ao outro, uma solidariedade cristã ligada ao próximo. Em contraponto a exaltação de um indivíduo de alta classe, que reproduziria a civilidade da “nação togada” (BUSTAMANTE, 2006) o cristão precisa se submeter e solidarizar com o mais necessitado.

Essa submissão pode ser entendida como a “Nova Antropologia” cristã de que fala Peter Brown, uma nova visão do homem baseada na solidariedade;

Reforçada por uma crença viva no fim dos tempos e no Juízo Final, essa grande esperança afirma que um estado de solidariedade completa e de transparência aos outros é o estado predestinado e natural do homem social [...] (BROWN, 1989, p. 245-246).

Através do ato de submissão, o apóstolo tentou unir a comunidade em uma solidariedade na qual não haveria distinção (BROWN, 1989). Todavia, observamos na verdade uma tensão entre novas práticas que Paulo tenta impor dentro de um grupo que estava habituado a reproduzir o modelo vigente romano.

Na epístola de I Clemente (escrita entre 95 e 96 d.C.) o autor discorre vários elogios à comunidade coríntia; sua conduta piedosa, a fé, a hospitalidade da igreja era notável e apresentou repercussão em outras comunidades (I Clemente 1, 2-3). Clemente Romano escreveu sua carta aos coríntios em forma de *parênese*, uma espécie de discurso moral que dispõe as obrigações de cada agente no interior da comunidade e seu modo de agir de acordo com os seus deveres. Portanto, desde a atmosfera familiar, esposo, esposa, filhos, até para com os dons que o cristão apresentava a serviço da igreja, ou mesmo com os deveres com o Estado e a sociedade a sua volta (KOESTER, 2005).

A epístola contém essas particularidades no decorrer de todos os seus 65 capítulos, pois a finalidade de Clemente era repreender apenas alguns membros da comunidade coríntia. Isso se segue, pois segundo o próprio autor, as autoridades religiosas foram depostas por membros mais jovens, levando o

autor até comparar as divisões que surgiram no início da comunidade (I Clemente 47, 1-5):

Pegue a epístola do bem-aventurado apóstolo, Paulo. O que ele vos escreveu primeiro, no começo da proclamação do evangelho? Na verdade, ele enviou uma carta inspirado pelo Espírito quando vos comunicou sobre ele e Cefas e Apollo, [...] Mas aquele partidarismo é um pecado relativamente menor do que o qual vocês se envolveram, já que vós se agruparam em torno de apóstolos e de um homem aprovado por eles. É vergonhoso, amados, extremamente vergonhoso e indigno de sua conduta em Cristo, que a igreja mais segura e antiga do coríntios teria criado uma facção contra seus presbíteros [...] (tradução nossa)

Embora seja uma epístola muito mais extensa que a I Carta aos Coríntios do apóstolo Paulo (que tinha por volta de 15 capítulos), I Clemente demonstra como a igreja coríntia estava organizada. Sua admoestação só é feita a partir do capítulo 47, após um prelúdio no qual o autor intercalou elogios e personagens do passado judaico-cristão. Clemente recorda arquétipos de fiéis no passado, remetendo-se ao Antigo Testamento, e ainda, modelos do “presente”, isto é, desde o próprio Cristo, até os apóstolos e mártires, indicando como exemplos a serem seguidos pelos coríntios. Assim, em todo o seu discurso, Clemente deseja estabelecer a ordem da igreja local.

Como afirmamos acima, Clemente procurou manter a ordem da igreja de Corinto. Assim, no decorrer da carta, o autor repete o termo *submissão* diversas vezes, tentando demarcar que cada fiel teria sua função social dentro da comunidade cristã. Os fiéis devem ser submissos às lideranças da comunidade (I Clemente 1, 3); submissos a palavra de Deus (I Clemente. 13, 3); ou seja: “[...] em Cristo Jesus, e deixe que cada pessoa sujeita ao seu vizinho, de acordo com o dom da graça que recebeu.[...]” (I Clemente. 38, 1):

Assim, você que lançou as bases da facção deve estar sujeito aos presbíteros e aceitar a disciplina que leva ao arrependimento, caindo de joelhos em seu coração. Aprenda a ser submisso; deixar de lado a insolência arrogante e altiva de sua língua. Pois é melhor para você ser considerado insignificante, mas respeitável no rebanho de Cristo [...] (I Clemente 57, 1-2). (tradução nossa)

Conclusões preliminares

Para essa comunicação apresentamos algumas discussões preliminares que ainda estão em desenvolvimento em nossa pesquisa de mestrado. Também escolhemos um recorte dessa pesquisa, para não ultrapassar o tempo aqui cedido.

Destarte, o que podemos apontar até aqui é que tanto Paulo como Clemente evocam uma hierarquia dentro da comunidade cristã de Corinto para estabelecer uma organização através da submissão entre os cristãos. Contudo, enquanto Paulo evocou uma submissão solidária, que reflita nas práticas com o próximo (I Co...), Clemente já intenta estabelecer uma hierarquia institucionalizada sob a liderança de presbíteros (I Clemente 57, 1-2).

No momento estamos procurando entender alguns conceitos da língua original que foram escritas as cartas, o *grego koiné*, para levar a uma melhor compreensão do que os autores queriam passar aos ouvintes (como o termo submissão). Outra questão importante que ganha destaque é a contínua persistência de Clemente de preservar a autoridade de presbíteros. Surgem as seguintes indagações: como eram escolhidos esses presbíteros? Quem os escolhia? E por quais motivos fiéis não aceitam essas lideranças e a acabam a tomando para si?

Mas, com tudo isso, podemos afirmar que conflitos internos estão presentes ao longo dos primeiros escritos cristãos; conflitos entre os próprios apóstolos e, mais especificamente, entre os próprios membros da igreja.

A tensão entre a fé e o saber gera uma reflexão científica acerca do fenômeno religioso cristão. Por meio de pesquisas por diferentes estudiosos pertencentes às Ciências Humanas é de grande importância para se compreender de maneira crítica o campo religioso. As ideias e práticas cristãs estavam em trânsito, em constante modificação e negociação com o ambiente que se encontrava (COLLINS, 2010).

No conflito surgem as transformações, significações e ressignificações das práticas religiosas cristãs, e através desses processos históricos podemos compreender a riqueza os discursos religiosos presente dos estudos culturais e sociais envolvendo História Antiga e Cristianismo Antigo.

Fontes

BÍBLIA. N.T. I Carta aos Coríntios. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.

CLEMENT. First Letter of Clement. In: **The Apostolic Fathers I**. Edited and Translated: Bart D. Ehrman. The Loeb Classical Library. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2005, p.17-151.

Referências Bibliográficas

BUSTAMANTE, R. M. da C. Práticas Culturais no Império Romano: entre a unidade e a diversidade. In: Silva, G. V.; Mendes, N. M.(orgs). **Repensando o Império Romano: Perspectivas Socioeconômicas, Política e Cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EUFES. 2006, p. 109-136.

BROWN, Peter. Antiguidade Tardia. In: VEYNE, P. (org.). **História da Vida Privada, vol. I: Do Império Romano ao Ano Mil**. Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 225-299.

COLLINS, J.J. Prefácio. In: NOGUEIRA, P.A. de S.; FUNARI, P.P.; COLLINS, J.J. (orgs.) **Identidade Fluídas no Judaísmo Antigo e no Cristianismo Primitivo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2010, p. 7-9.

CROSSAN, J. D.; REED, J. L. **Em busca de Paulo: como o apóstolo de Jesus opôs o Reino de Deus ao Império Romano**. São Paulo: Paulinas, 2007.

EHRMAN, Bart D. Introduction. In: **The Apostolic Fathers I**. Edited and Translated: Bart D. Ehrman. The Loeb Classical Library. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2005, p. 18-33.

FUNARI, P.P.A. Considerações sobre as Contribuições da Arqueologia para o Conhecimento da Instrução Latina. Phao; **Revista de Estudos Clássicos**, IEL-UNICAMP, 1, 2001, 105-114. Disponível em: <http://www.gtantiga.net/textos/PhaosFunariArqInstruLatina.pdf>. Acessado em: 13/11/2011, às 10h40min.

GUARINELLO, N.L. Império Romano e Identidade Grega. In: Funari, P. P. A., SILVIA, M. A. de O. (orgs.). **Política e identidades no mundo antigo**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009, p. 147-161.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Lamparina, 12ª edição, tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 1992.

KOESTER, H. **Introdução ao Novo Testamento - volume 2**: História e Literatura do Cristianismo Primitivo. São Paulo: Paulus, 2000.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto Ed. PUC-Rio, 2006.

OLIVEIRA, JULIO CESAR MAGALHÃES DE. **Identidades sociais na Antiguidade Tardia**: perspectivas teóricas e estudos de caso a partir da África de Agostinho. Comunicação realizada no I Seminário internacional de estudos sobre a antiguidade e o medievo: ocidente e oriente. 2017

PROVIN, G.; RIBEIRO, G. M.; NOGUEIRA, S.; GALLEAZZO, V. Estratificação social em Corinto: debates recentes. **Rev. Oracula** - Revista Eletrônica de Pesquisas em Apocalíptica Judaica e Cristã da Universidade Metodista de São Paulo. 2007. Disponível em: <http://www.oracula.com.br/numeros/012007/05-genildogilvaldosebastianavinicius.pdf>. Acessado em: 29/09/10, às 21h35min.

ROMANO, D. G. Urban and Rural Planning in Roman Corinth. In: SCHOWALTER, D. N.; FRIESEN, S. J. **Urban Religion in Roman Corinth: Interdisciplinary Approaches**. Harvard University Press 53, Massachusetts, 2005, p. 25-59.



O DOCUMENTÁRIO A 13ª EMENDA: UMA ANÁLISE DAS FORMAS DE SEGREGAÇÃO RACIAL COMO MANIFESTAÇÃO DA VIOLÊNCIA NOS SISTEMAS PRISIONAIS ESTADUNIDENSE E BRASILEIRO

Regina Célia Daefiol

(Graduanda do curso de História da Universidade Estadual de Maringá – UEM)

Delton Felipe - Orientador

(Professor Doutor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá - UEM)

Resumo. A proposta do artigo é analisar o documentário *A 13ª Emenda* (título original: 13th), produção de 2016 que lança um olhar sobre o sistema prisional dos Estados Unidos e como o mesmo é revelador das desigualdades raciais existentes naquele país. A partir da análise do documentário, que tem como foco a grande presença de negros e latinos nas prisões estadunidenses, o artigo coloca em debate as formas segregação racial contemporâneas como manifestações de violência que resistem no tempo. Mesmo em se tratando de uma percepção da realidade estadunidense, o documentário propõe uma reflexão que pode nos oferecer parâmetros para pensar quais são as determinantes para a formação da população carcerária no Brasil, considerando que no país a população negra é maioria entre os encarcerados. Para elaborar essa análise, em primeiro lugar será traçada uma breve trajetória da construção do pensamento de segregação racial por meio de formulações científicas que serviram como base para a justificação das ideias de superioridade e inferioridade das raças, como a Grande Cadeia do Ser (século XVIII) e as teorias da Craniometria (século XIX). Num segundo momento, descreveremos de que forma o documentário estrutura o debate do tema, E, finalmente, proporemos algumas reflexões sobre a abordagem do filme como referencial para o debate da violência manifesta na discriminação racial velada que ocorre no Brasil, que coloca a população negra como maioria entre os encarcerados do país.

Palavras-chave: População negra; segregação; encarceramento.

Introdução

A *13ª Emenda* (título original *13th*) é um documentário norte-americano, lançado e produzido em 2016, com direção de Ava DuVernay. Com duração de 100 minutos, o filme lança um olhar sobre o sistema prisional dos Estados Unidos e como ele revela a história de desigualdade racial do país. A partir de entrevistas com lideranças políticas e ativistas da causa negra, acadêmicos e escritores, o filme traça um paralelo entre a segregação racial contra população negra, que sofreu um processo de marginalização após a abolição da escravidão, em 1863, e a atual situação da população carcerária nos Estados Unidos.

A produção aborda o processo de criminalização da imagem do negro ao longo da história como um dos principais fatores que contribuíram para o crescimento da população carcerária dos EUA, amparado em décadas de leis e políticas que levaram ao encarceramento em massa da população negra.

Por meio de dados estatísticos oficiais, o documentário evidencia que a população carcerária daquele país começou a crescer exponencialmente a partir dos anos 1960, época em que os movimentos pelos direitos civis dos negros estavam no auge. Em 2014, apesar de os homens negros representarem cerca de 6,5% da população americana, totalizavam 40,2% da população carcerária, uma demonstração dos efeitos de leis discriminatórias que afetam desproporcionalmente a população negra.

O crescimento exponencial da população carcerária serviu como meio de instrumentalizar a privatização do sistema prisional norte-americano. Além de fornecer mão de obra barata para a produção de mercadorias para grandes indústrias através do regime de trabalhos forçados – que tem amparo legal na 13ª Emenda da Constituição, que dá nome ao documentário - o inchaço da população carcerária transformou o sistema prisional estadunidense num lucrativo negócio controlado por influentes grupos empresariais que atuam como administradores e fornecedores das penitenciárias do país.

A escravidão foi legalmente abolida nos Estados Unidos ainda no século XIX, mas suas marcas ainda persistem na sociedade. A proposta do documentário é demonstrar que tais marcas manifestam-se de maneira mais perversa no processo de encarceramento em massa da população negra.

Conceito de raça como estratégia de hierarquização social

A construção da ideia da segregação racial não pode ser compreendida sem um breve histórico das teorias, especialmente da História Natural, que ao longo dos séculos tentaram explicar as diferenças físicas entre os seres humanos. Para esse fim, a obra *A falsa medida do homem* (1991), do paleontólogo e biólogo evolucionista estadunidense Stephen Jay Gould, oferece um bom panorama de como o pensamento científico que justificava a segregação racial com base nas diferenças físicas se desenvolveu, se difundiu e se consolidou no seio da sociedade.

Gould analisa a Craniometria, metodologia que considerava a medida das características do crânio para classificar as pessoas de acordo com raça, tendências criminosas, capacidade intelectual. A teoria da Craniometria – formulada pelo psiquiatra e antropólogo italiano Cesare Lombroso no século XIX a partir de dados antropométricos - postulava que características como a capacidade craniana, o peso do cérebro e a conformação das circunvoluções cerebrais traduziam aspectos morais e intelectuais dos indivíduos, permitindo uma classificação entre raças ‘superiores’ e raças ‘inferiores’ de seres humanos (GOULD, 1991). O autor mostra que, a partir de argumentos pré-evolucionistas sobre a diferença entre as raças - como características intelectuais já pré-determinadas em uma escala natural de perfeição – tentava-se provar que os negros representariam uma etapa inferior da evolução humana em relação ao homem branco europeu.

No século XIX, o processo de expansão do colonialismo europeu levou em conta os preceitos da Craniometria para justificar políticas discriminatórias contra povos de origem africana, em função das diferenças físicas. Tais atitudes refletiam as ideias que permeavam o meio científico da época, onde eram acalorados os debates sobre a possibilidade ou não das chamadas ‘raças primitivas’ – aí incluídas populações indígenas e negras com as quais os colonizadores europeus se deparavam durante o expansionismo colonizador, especialmente no continente africano – subirem os degraus mais elevados da escala racial e se civilizarem (GOULD, 1991; SANTOS, 1996).

O argumento científico foi uma arma de ataque de primeira linha por mais de um século. Ao discutir a primeira teoria biológica baseada em amplos dados quantitativos — a Craniometria do início do século XIX — devo começar por propor uma questão de causalidade: a introdução da ciência indutiva acrescentou dados legítimos capazes de modificar ou fortalecer um argumento nascente em favor da hierarquização racial? Ou a opção *a priori* em favor dessa hierarquização determinou as questões “científicas” então formuladas e até mesmo os dados reunidos para sustentar uma conclusão preestabelecida? (GOULD, 1991. p.18).

A questão colocada por Gould é um ponto de partida para a reflexão não só sobre o surgimento como também sobre a ratificação e o predomínio de teorias que hierarquizam as raças em degraus de superioridade e inferioridade. Foi grande a influência das teorias científicas formuladas pelos naturalistas europeus nas ideias de raça elaboradas nos séculos XVIII e XIX. Esses cientistas, na busca de entender os fenômenos naturais, formularam teorias como, por exemplo, a da “Grande Cadeia do Ser, que fundamentava os conhecimentos acerca do mundo natural no Setecentos. Pressupunha uma contínua escala dos seres, em melhora linear e unidirecional ascendente.” (SANTOS, 2014, p.3).

A teoria da Cadeia do Ser (*Scala Naturae*), que localizava negros e indígenas em degraus inferiores da escala em relação aos caucasianos, foi largamente utilizada para justificar a “superioridade” dos brancos em relação aos negros. O alcance e aceitação dessas concepções foram grandes nos meios intelectuais da época.

Os argumentos não contrastavam igualdade com desigualdade. Um grupo - que poderíamos chamar de “linha dura” - afirmava que os negros eram inferiores e que a sua condição biológica justificava a escravidão e a colonização. Outro grupo - os de “linha branda”, por assim dizer - concordava que os negros eram inferiores, mas afirmava que o direito de uma pessoa à liberdade não dependia do seu nível de inteligência. (GOULD, 1991, p.18).

No processo de colonização e expansão dos Estados Unidos, tais teorias vieram na bagagem dos europeus e firmaram bases no pensamento coletivo do povo em formação. Gould ressalta que, não por acaso, uma nação que praticava “a escravidão [...] tenha favorecido o estabelecimento de teorias

que sustentavam que os negros e os índios eram espécies à parte, inferiores aos brancos”. (GOULD, 1991, p.30.).

O autor comprova sua tese da vigência de um pensamento de segregação racial baseado em teorias científicas da superioridade e inferioridade citando o exemplo de Louis Agassiz (1807-1873), naturalista suíço que em 1840 emigrou para os EUA, tendo se tornado professor da renomada Universidade de Harvard. Agassiz, depois de seu primeiro contato com negros nos Estados Unidos – nunca havia estado na presença de um na Europa – passou a defender a teoria de que as raças humanas não só eram diferentes entre si em termos de superioridade e inferioridade, como também constituíam espécies distintas.

Quando, pela primeira vez, viu-se diante dos camareiros negros de seu hotel de Filadélfia, sentiu uma aversão intensa e profunda. Essa experiência desagradável, somada a seus temores sexuais com relação à miscigenação, aparentemente despertou-lhe a convicção de que os negros constituem uma espécie em separado. (GOULD, 1991. p.30).

Agassiz utilizava um “argumento histórico” para justificar tal raciocínio: o continente africano tem uma população que historicamente esteve em constante contato com a raça branca e, no entanto, nesse continente “jamais existiu uma sociedade organizada de homens negros. Isto não indica a existência de uma peculiar apatia por parte dessa raça, uma peculiar indiferença pelas vantagens conferidas pela sociedade civilizada?” (GOULD pp. 143-144.), questionava Agassiz.

As ideias de inferioridade racial em relação aos negros não eram comuns apenas no mundo das ciências. Tais pensamentos também encontraram terreno fértil entre personalidades importantes da história norte- americana. O presidente Benjamin Franklin, apesar de atribuir a inferioridade dos negros a aspectos puramente culturais e, portanto, remediáveis, tinha esperanças de ver a América tornar-se “um território de brancos, livre de mescla com cores menos agradáveis”.

E visto que, por assim dizer, estamos limpando nosso planeta, livrando de florestas a América e, com isto, fazendo com que este lado do globo reflita uma luz mais brilhante para quem o

contempla de Marte ou Vênus, por que deveríamos... escurecer seu povo? Por que incrementar o número dos Filhos da África transportando-os para a América, onde nos é oferecida uma oportunidade tão boa de excluir todos os negros e escuros, e de favorecer a multiplicação dos formosos brancos e vermelhos? (*Observations Concerning the Increase of Mankind*, 1751). (GOULD, 1991. p.20.).

Gould enumera outras personalidades da história americana que argumentaram em favor da tese da inferioridade biológica:

“Thomas Jefferson escreveu, se bem que a título de mera hipótese: ‘Sugiro, portanto, apenas como conjectura, que os negros, quer constituindo originalmente uma raça distinta, quer diferenciados pelo tempo e pelas circunstâncias, são inferiores aos brancos tanto física como mentalmente’ (in Gossett, 1965, p. 44). (GOULD, 1991. p.20.).

Tais afirmações demonstram que as lideranças brancas dos séculos XVIII e XIX não só não questionavam a validade da hierarquia racial, como também abraçavam as ideias acerca desta teoria para justificar os meios e métodos para a institucionalização de uma segregação racial que, por ser social e cientificamente aceita, apresentava-se como legítima.

A imagem do ‘negro criminoso’

A construção de ideias coletivas com base em teorias de segregação racial formuladas ao longo de décadas é o ponto partida para a reflexão proposta pelo documentário *A 13ª Emenda*, dirigido pela norte-americana Ava DuVernay e produzido em 2016. A produção toca não só na questão da histórica segregação racial existente nos EUA, como também no processo de criação de mitos que levaram à associação das palavras “criminoso” e “negro”.

Além de trazer depoimentos de lideranças políticas, militantes da causa negra, acadêmicos e ex-presos, o documentário cita o filme *O Nascimento de Uma Nação*, produção estadunidense de 1915 que fez grande sucesso entre o público, como um fator que contribuiu decisivamente para a construção e consolidação no meio da sociedade americana do começo do século passado – que ainda vivia os primeiros tempos da abolição da escravidão - da imagem do “negro criminoso”.

Segundo mostra o documentário, à exibição do filme *O Nascimento de Uma Nação* seguiu-se uma onda de criminalização da imagem do negro, como “criatura fora de controle”, verdadeira ameaça aos brancos e, em especial, às mulheres brancas. Uma emblemática cena do filme contribuiu para cristalizar no inconsciente coletivo essa imagem: um negro tenta atacar uma mulher branca, que, para não ser por ele violentada, joga-se de um penhasco. Um artista branco, com *black face*¹²⁹, representa o negro na cena.

O filme *O Nascimento de Uma Nação*, conforme fica demonstrado no documentário *A 13ª Emenda*, teve também papel importante no renascimento da Ku Klux Klan (KKK), grupo extremista que defendia a supremacia branca e apoiava a violência contra negros e que naquele momento encontrava-se numa fase de latência. A KKK é exaltada de forma heroica no filme, como a mão da justiça contra o negro criminoso.

Todos esses fatores desencadearam no Sul dos Estados Unidos, logo após o fim da Guerra Civil, uma onda de terrorismo contra negros, que eram mortos em linchamentos e enforcamentos em vários pontos do país, conforme expõe o documentário *A 13ª Emenda* por meio de notícias de jornal e fotos da época. Justamente neste período, foi registrado um grande êxodo da população negra do Sul para diversas regiões americanas como forma fugir do terror.

Com base em documentos, a produção mostra que, quando o terrorismo aberto se tornou intolerável e injustificável, passaram a ser criadas leis que transformaram os afro-americanos em cidadãos de segunda classe por meio da segregação racial oficializada e legalizada. Além de separar brancos e negros em escolas, locais públicos e até no transporte de massa, as leis de segregação negavam o direito ao voto aos afro-americanos.

¹²⁹ *Black face* é o nome dado para a caracterização de personagens do teatro com estereótipos racistas atribuídos aos negros. Na tradução literal do inglês, *Black face* significa “rosto negro”, em português. Os *black faces* surgiram no começo do século XIX nos Estados Unidos. Os atores brancos utilizavam carvão de cortiça e outras tintas para pintar os seus rostos de preto, com exceção dos olhos e lábios (estes eram realçados com uma coloração vermelha intensa). A intenção era representar personagens afro-americanos, satirizando e ridicularizando de modo extravagante os negros que, normalmente, eram apresentados com personalidades pejorativas, como ignorantes, bêbados, vadios. (www.significados.com.br/blackface/).

Passados mais de 150 da abolição da escravidão nos EUA, a prática da segregação e do preconceito raciais não só permanece como revela sua face mais perversa em brechas nas leis. É o que busca demonstrar o documentário tomando como exemplo a 13ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos, que oficializou a abolição da escravidão, mas legaliza a servidão como uma prática aceitável em caso de condenação por um crime cometido. Ou seja, quem é preso pode tornar-se escravo do Estado.

Neither slavery nor involuntary servitude, except as a punishment for crime whereof the party shall have been duly convicted, shall exist within the United States, or any place subject to their jurisdiction. ["Não haverá, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito à sua jurisdição, nem escravidão, nem trabalhos forçados, salvo como punição por um crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado."] (13th Amendment to the U.S. Constitution, 1865).

O negro na população carcerária

Segundo estatísticas oficiais citadas no documentário a 13ª Emenda, em 2014 os Estados Unidos abrigavam 25% da população carcerária do mundo, sendo que a população estadunidense representava apenas 5% da população mundial. Apesar dos negros representarem apenas 6,5% da população daquele país em 2014, 40,2% dos encarcerados eram homens negros.

Ao longo das décadas ocorreu nos Estados Unidos um processo de crescimento da população carcerária sustentado em grande parte pelo encarceramento em massa de negros e latinos. Segundo relata o documentário, a primeira onda de prisões de negros ocorreu depois do fim da Guerra Civil (1865), quando milhares de afro-americanos foram presos por crimes insignificantes - como vadiagem. Esses presos eram obrigados a trabalhos forçados para reconstruir a economia do Sul, arrasada pela guerra.

O documentário demonstra, por meio de dados estatísticos oficiais, que a população carcerária daquele país teve um crescimento exponencial na década de 1960, quando os movimentos que reivindicavam os direitos civis dos negros atingiram o auge, com o surgimento de lideranças como Martin Luther King Jr. e Malcon X. Para reprimir tais movimentos, a ferramenta usada foi a

criminalização dos protestos baseada no argumento de que as leis estavam sendo violadas pelos ativistas.

Dados oficiais sobre os anos 1970 apontam que nesse período teve início um verdadeiro processo de encarceramento em massa, desencadeado por novas leis aprovadas durante a era Nixon (WACQUANT, 1999). A filósofa e ativista Angela Davis, professora emérita da Universidade da Califórnia em Santa Cruz (UC) e que cumpriu pena por atuar em movimentos pró-direitos civis dos negros, como *Os Panteras Negras*, afirma no documentário *A 13ª Emenda* que, a partir da política da *Lei e Ordem* - eslogam adotado pelo governo de Richard Nixon para sintetizar o significado das ações de segurança pública - o crime começou a ser definido pela raça.

Outra ação que o documentário aponta como responsável pelo processo de encarceramento em massa ocorrido nos Estados Unidos foi a “guerra às drogas”, política de segurança pública adotada também a partir do governo Nixon, que passou a tratar a dependência das drogas como um problema criminal (WACQUANT, 1999). O documentário exhibe um áudio secreto de John Ehrlichman, assessor para Assuntos Domésticos do governo Nixon, obtido pela imprensa na época, em que ele admite que a nova política de segurança pública era um subterfúgio para prender negros e hippies que se envolvessem em protestos, associando-os às drogas.

Em 1982, o governo de Ronald Reagan transformou a guerra às drogas numa verdadeira cruzada nacional, declarada pelo presidente oficialmente em cadeia nacional. Apesar de pesquisas de opinião da época mostrarem que as drogas não eram a maior preocupação dos americanos, Reagan estava determinado a definir a questão como um problema. Mais uma vez a mão da lei se voltaria contra as minorias raciais, como negros e latinos, especialmente a partir do surgimento do crack (WACQUANT, 1999).

Enquanto a cocaína era um problema dos bairros mais abastados, o crack se disseminou nos bairros pobres, especialmente entre a comunidade afro-americana. Rapidamente o governo Reagan instituiu leis de combate ao crack bem mais duras do que as de combate à cocaína. Negros e latinos passaram a receber longas penas por posse de crack, acelerando ainda mais o processo de encarceramento em massa. Todo esse conjunto de leis contribuiu de forma decisiva para o crescimento exponencial da população carcerária com

base na segregação racial (WACQUANT, 1999). Na era Clinton, o processo de crescimento da população carcerária registrou um *boom* com dispositivos legais como a lei *Três Faltas e Você está Fora (3 Strikes and You're out)*, que previa cadeia para sempre para quem cometesse um crime grave por três vezes.

Um negócio de bilhões de dólares

Para fazer frente ao crescimento do número de encarcerados, uma lei, de 1994, foi aprovada para destinar US\$ 30 bilhões para reforçar as estruturas da segurança pública, com a construção de unidades prisionais em vários estados americanos. A partir deste momento, com o sistema prisional transformado em um lucrativo negócio, a competição entre as grandes corporações para a gestão de todo este sistema passa a ser acirrada.

A participação de muitas dessas corporações no ALEC (*American Legislative Exchange Council*) é um exemplo disso, conforme fica demonstrado no documentário a 13ª Emenda. O ALEC, criado em 1980, é um conselho que reúne políticos e representantes de grandes corporações. Os membros dessas corporações, por meio deste conselho, propõem leis a seus correspondentes políticos - na maioria republicanos - que as aprovam. Ou seja, as corporações têm voz ativa por meio do conselho e podem influenciar a elaboração das leis, muitas vezes em seu favor.

O documentário enumera algumas das grandes corporações que integram ou integraram o ALEC, citando o exemplo da gigante Walmart, que fazia parte do conselho quando foi aprovada a *Lei Não Ceda Terreno (Stand Your Ground Law)*, que estimulava as pessoas a reagirem em caso de suspeita de crime. Essa legislação aumentou a venda de armas de fogo no país. De acordo com depoimentos de especialistas entrevistados no documentário, a Walmart era e continua sendo o maior revendedor de rifles dos EUA e o maior varejista de balas no mundo.

Outro exemplo mostrado no documentário é a CCA, líder das administradoras das prisões privadas americanas. A corporação nasceu como uma pequena empresa no Tennessee, em 1983, se expandiu para outros estados e passou a pressionar os governos, por meio da participação de seus representantes no ALEC, para manter as prisões cheias como garantia de seus

investimentos. Até mesmo leis que facilitavam a prisão de imigrantes ilegais foram obtidas através das ações da CCA no ALEC.

Outras empresas lucram milhões de dólares anualmente oferecendo assistência médica à população carcerária. Grandes indústrias lucram milhões de dólares por meio de parcerias com as prisões para uso da mão de obra dos detentos, de forma apontada pelo documentário como trabalho escravo em função dos subsalários pagos e dos poucos benefícios oferecidos em troca. “O complexo industrial presidiário, o sistema, é um monstro. Come negros e latinos no café, no almoço e no jantar”, ressalta no documentário a ativista Liza Jessie Peterson, que atua contra o encarceramento em massa nos Estados Unidos.

Considerações finais

Mesmo se tratando de uma percepção da realidade estadunidense, a reflexão proposta pelo documentário *A 13ª Emenda* pode nos oferecer parâmetros para uma reflexão sobre a população carcerária do Brasil, que em sua maioria é formada por mulheres e homens negros, refletindo uma perversa realidade social que segrega e discrimina.

De acordo com o relatório divulgado no dia 1º de novembro de 2016 pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU), o índice de miséria entre os afrodescendentes brasileiros chega à média de 22%, duas vezes maior que entre os brancos (10%). De acordo com o relatório, no Brasil 33% dos afrodescendentes pertencem à quinta parte mais pobre da população, enquanto 24% das pessoas brancas estão entre os 20% mais ricos da sociedade. As condições apontadas pelo estudo da CEPAL submetem essas comunidades a risco social e as expõem à criminalidade e à violência, elevando também as chances de encarceramento.

Segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) do [Departamento Penitenciário Nacional \(Depen\)](#), a população carcerária do Brasil atingiu 622.202 presos em dezembro de 2014, dos quais 61,67% eram negros (INFOPEN dezembro/2014, p. 36). No conjunto da população, a representatividade dos negros era de 53,6% em 2014,

segundo números da [Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio](#) (Pnad/2013) divulgada em setembro de 2014.

O perfil da população carcerária brasileira assemelha-se ao norte-americano. As prisões brasileiras encontram-se lotadas de condenados por negócios com drogas, furtos, roubos ou atentados à ordem pública, ou seja, por crimes não violentos. Como aponta Wacquant (1999) a filosofia neoliberal se faz presente também no sistema prisional, por meio de um Estado mais policial e penitenciário do que um Estado econômico e social.

A título de contribuição, este trabalho propõe algumas questões para reflexão: Não será a tão celebrada 'democracia racial' atribuída ao Brasil apenas uma máscara a encobrir a face velada e ainda mais cruel da segregação racial presente na sociedade? O encarceramento de negros em proporção mais elevada que de brancos não seria um indicativo dessa segregação racial? Não seriam as políticas oficiais de combate às drogas do Brasil baseadas em princípios de segregação racial, já que na maioria das vezes operações policiais resultam em prisão de elementos de menor peso na cadeia do crime organizado, que geralmente pertencem a comunidades pobres das grandes cidades, onde predomina a população negra?

REFERÊNCIAS

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. Crime e castigo nos Estados Unidos: de Nixon a Clinton. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 13, p. 39-50, 1999.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. CAMPOS, Rafael Dias da Silva. Apontamentos acerca da Cadeia do Ser e o lugar dos negros na filosofia natural na Europa setecentista. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 21, p. 1-20, 2014.

SANTOS, Ricardo Ventura. Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX. In: Maio, Marcos Chor; Santos, Ricardo Ventura (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, p.125-140.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen, dezembro/2014), divulgado em 26/06/2016 pelo [Departamento Penitenciário Nacional \(Depen\)](#), do Ministério da Justiça. Arquivo acessado em 25/10/2016. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf/@@download/file

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2013), divulgado 18/09/2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Arquivo acessado em 25/10/2016. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2013_v33_br.pdf

Texto da 13ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos. Acessado em 28/10/2016. Disponível em: <https://www.loc.gov/rr/program/bib/ourdocs/13thamendment.html>

Mapa do Encarceramento – Os Jovens do Brasil. Arquivo acessado em 30/10/2016. Disponível em: http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/1092/Mapa_do_Encarceramento_-_Os_jovens_do_brasil.pdf

La Matriz de la Desigualdad Social en América Latina. Acessado em 04/11/2016. Disponível em: <http://www.cepal.org/es/publicaciones/40668-la-matriz-la-desigualdad-social-america-latina>



MUSEUS, MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL EM PRUDENTÓPOLIS - PARANÁ

Darlan Damasceno
PPGHS-UEL / Fundação Araucária

Resumo. Partindo da reflexão proposta por Mario Chagas a respeito dos museus como, “espaços de memória, de esquecimento, de poder e de resistência, são criações historicamente condicionadas. São instituições datadas e podem através de suas práticas culturais, ser lidas e interpretadas como um documento.” (CHAGAS, 2005, p.25), o presente artigo terá por objeto de análise dois museus localizados na cidade de Prudentópolis, na região centro-sul do Estado do Paraná. A especificidade de nosso estudo resulta da presença e colonização de imigrantes ucranianos ocorrida nessa localidade nos finais do século XIX. Tanto os museus como as narrativas sobre o município estão envoltas nas esferas memorialísticas da comunidade denominada “ucraniana”, construindo assim os espaços de sociabilidade e referenciais culturais através de aspectos que delimitam o componente étnico deste grupo. Assim, esses aspectos inserem-se na assertiva de Chagas na qual o museu, enquanto uma instituição de poder, seleciona e promulga símbolos que no campo da memória, atuam na construção e na imaginação de determinadas comunidades. Portanto, temos como objetivo principal deste artigo analisar os discursos e representações presentes nas narrativas museais do município de Prudentópolis, a partir das reflexões teóricas a respeito do processo de enquadramento da memória e da constituição de uma identidade cultural do grupo ucraniano e como esses elementos contribuem para o processo de constante (re)construção da etnicidade do grupo em diálogo com as narrativas referentes à Prudentópolis.

Palavras-chave: Memória; Identidade; Museus; Representações.

Introdução

Partindo da reflexão proposta por Mario Chagas a respeito dos museus como, “espaços de memória, de esquecimento, de poder e de resistência, são criações historicamente condicionadas. São instituições datadas e podem através de suas práticas culturais, ser lidas e interpretadas como um documento.” (CHAGAS, 2005, p.25), o presente artigo terá por objeto de análise dois museus localizados na cidade de Prudentópolis, na região centro- sul do Estado do Paraná. A especificidade de nosso estudo resulta da presença e colonização de imigrantes ucranianos ocorrida nessa localidade nos finais do século XIX.

Tanto os museus como as narrativas sobre o município estão envoltas nas esferas memorialísticas da comunidade denominada “ucraniana”, construindo assim os espaços de sociabilidade e referenciais culturais através de aspectos que delimitam o componente étnico deste grupo. Assim, esses aspectos inserem-se na assertiva de Chagas na qual o museu, enquanto uma instituição de poder, seleciona e promulga símbolos que no campo da memória, atuam na construção e na imaginação de determinadas comunidades.

Portanto, temos como objetivo principal deste artigo analisar os discursos e representações presentes nas narrativas museais do município de Prudentópolis, a partir das reflexões teóricas a respeito do processo de enquadramento da memória e da constituição de uma identidade cultural do grupo ucraniano e como esses elementos contribuem para o processo de constante (re)construção da etnicidade do grupo em diálogo com as narrativas referentes à Prudentópolis.

Reconstrução de um velho mundo

A respeito dos ucranianos, temos um grupo étnico eslavo historicamente denominados como Rutenos, oriundos da região da Galícia localizada na porção ocidental da atual Ucrânia, esta denominação foi dada pelas autoridades do Império Austro-húngaro que detinha o domínio político da região nos finais do século XIX (GUÉRIOS, 2012). O processo de migração de tal grupo para o Brasil, ocorre em três períodos, os quais respectivamente

abrangem os finais de século XIX, o período entre guerras e após a Segunda Guerra Mundial com o maior número de imigrantes como mostra Oksana Boruszenko. (BORUSZENKO, 1969) Tais imigrantes foram alocados em diversas colônias, situadas majoritariamente nas regiões centro-sul do Paraná e ao norte de Santa Catarina, ali fixaram suas moradias e voltaram-se ao trabalho no campo. Vale ressaltar que, junto com os imigrantes, a igreja católica ucraniana de rito bizantino veio se fixar em tais colônias como uma espécie de auxílio à comunidade. Esta deu um apoio especial na manutenção das tradições culturais desta população (BORUSZENKO, 1969).

Outro aspecto importante para pensarmos o contexto de estabelecimento desses grupos em terras paranaenses é a composição social das primeiras famílias que migraram. Conforme demonstrado por Maria Luiza Andrezza, as primeiras levas de imigrante ucranianos foram constituídas principalmente pela população camponesa da região da Galícia. Esta vivia sob um regime econômico e de exploração da terra análogo ao feudalismo, devido à baixa industrialização do leste europeu; estava presa às terras de gleba pertencentes à nobreza austríaca ou polonesa (ANDREAZZA, 1999). Nesse sentido, temos um grupo social que se constitui e se reconhece através das práticas e vivências do mundo e da mentalidade camponesa.

Como demonstrado por Zuleika Alvin (1997), o impacto que o processo migratório teve nas mentalidades dessa população foi muito significativo. No contexto europeu do século XIX, essas populações camponesas estavam acostumadas a uma realidade social estruturada nas relações comunitárias e familiares. Desse modo, as formas de conflito, de produção ou religiosidade se baseavam em uma mentalidade voltada para a tradição e a prática mágica, fatores que contribuíam para a coesão do grupo (ALVIN, 1997).

Com os processos políticos e econômicos em andamento na Europa durante este período, essa forma de se ver e vivenciar o mundo estava ameaçada. Alvin demonstra esta situação,

Assim, motivos econômicos, perseguições religiosas, crescimento demográfico, desenvolvimento tecnológico, expansão das companhias de navegação podem ser apontados como causas da emigração em larga escala, principalmente a partir de 1850. Mas acima de tudo os camponeses partiram porque, [...] lutaram o quanto puderam para fugir à proletarização, lutaram para manter seus

valores, como o apego à terra e à forma de vida” (ALVIN, 1997 p.230).

Essa questão referente à mentalidade do imigrante, seu apego à terra e ao seu modo de vida, torna-se importante para pensarmos como eles estruturarão sua comunidade após o processo migratório. Uma vez em terras paranaenses, “suas condições de sobrevivência supõem a preservação de suas estruturas familiares e de seu modo de vida” (ALVIN, 1997, p. 230).

Faz-se necessário considerar também, aspectos pertinentes à religiosidade do grupo. A preocupação em analisar o campo religioso ucraniano como um dos objetos que compõem as reflexões deste estudo se faz necessária devido à presença que tal rito tem na região centro sul do Paraná e como marcou historicamente os costumes e tradições da etnia ucraino-brasileira, como afirma Paulo Renato Guérios:

Nos relatos dos migrantes, suas reconstruções da decisão de partir da Galícia, da viagem de vinda ao Brasil e dos primeiros anos vividos nas colônias paranaenses não deixavam dúvidas acerca da centralidade de referência à religião na percepção dos eventos, nas decisões tomadas, no modo peculiar pelo qual eles construíram um novo universo social no Brasil. A esses relatos somavam-se outras fontes históricas que apontavam no mesmo sentido: aquilo que padres e intelectuais leigos de origem ucraniana contavam em seus livros acerca do devir histórico das colônias de ucranianos e das disputas pelas posições de liderança frente a esses camponeses indicava que a centralidade da referência à religião não esmoreceu ao longo do século XX. (GUÉRIOS, 2012, p.23)

O historiador John Paul Himka (1988) demonstra o papel que a Igreja Católica de rito ucraniano – Igreja Católica Uniat – teve no processo de construção identitária dessa população. Para o autor, membros do clero atuaram na alfabetização da população camponesa através da criação das selas de leitura junto à igreja. Assim, além da escolarização a noção de uma identidade ucraniana foi sendo construída, o que acaba relacionando a história da própria Igreja ucraniana com o Estado nacional na criação de símbolos e significados de uma “comunidade imaginada”. Sobre esse aspecto Eric Hobsbawm aponta que,

[...] as verdades universais estão frequentemente em competição, e as pessoas que estão na fronteira de algumas dessas verdades podem, às vezes escolher outras como um distintivo étnico, como o fazem russos, ucranianos e poloneses para se diferenciarem entre si como católicos romanos, ortodoxos e uniatas (HOBSBAWM, 1990 apud ANDREAZZA, 1999, p.82).

Essa percepção de uma determinada etnicidade será transportada além-mar, assim como, os conflitos frente à população polonesa e permeará o cotidiano dos imigrantes no seu estabelecimento nas colônias paranaenses.

Prudentópolis: religião e museus

O município de Prudentópolis conta com uma população que gira entorno de 51,849 habitantes conforme a estimativa do IBGE para o ano de 2016 (IBGE, 2017). Caracteriza-se, portanto, como uma cidade de pequeno ou médio porte, tendo sua principal fonte de renda dirigida pela agricultura. Um aspecto significativo, é a cidade contar com a existência de dois museus dirigidos aos componentes simbólicos da etnia ucraniana, aspecto que demonstraremos mais tarde, em comparação ao número de habitantes. Os museus denominam-se “Museus Histórico das irmãs servas da Maria Imaculada” e “Museu do Milênio”, A análise dos acervos, assim como a narrativa museal, baseiam-se em trabalho de campo realizado no município em 15 de fevereiro de 2017.

Museu Histórico das Irmãs servas de Maria Imaculada

Fundado em 20 de janeiro de 2010, o museu origina-se da ideia de preservar a memória das primeiras freiras da ordem de Maria Imaculada que chegaram na região no ano de 1897. A estrutura do museu conta com dezoito ambientes divididos por temáticas como educação, saúde e religião, aspectos que representam as atividades que a ordem religiosa ocupou na região. O acervo é composto por 3.900 peças catalogadas que ficam em exposição permanente. O museu conta também com uma reserva técnica e um laboratório para restauração das peças.

A narrativa apresentada objetiva seu foco na história da ordem religiosa, assim, devemos atentar para o tipo de representação construída entorno de discurso institucional que se volta para a memória dos vencedores. O acervo prioriza a instituição religiosa fundada pelas irmãs, no entanto, a visitação abrange diversos elementos do cotidiano. Inicia-se pela narrativa de como “era” a vida no colégio de internato fundado por elas, os ambientes reconstituem a cozinha do local, despesas e os dormitórios das estudantes. Em seguida,

somos apresentados às atividades voltadas à educação; a disposição das peças representa as primeiras salas de aula e os métodos de ensino da época. Há também um ambiente voltado para o trabalho na área da saúde realizados pelas freiras, desde fabricação de medicamentos à assistência médica.

A principal estrutura da narrativa do museu se apresenta na forma do trabalho religioso, desde a confecção das indumentárias usadas nas celebrações até à produção dos ícones bizantinos (lembrando que na igreja ucraniana não se usa imagens tridimensionais, mas sim, os ícones do culto católico bizantino). Esses aspectos apresentam-se junto com as tradicionais pêsankas (ovos pintados à mão), e aos bordados ucranianos onde predomina-se a técnica do ponto-cruz. Tais elementos constituem uma narrativa voltada à legitimação de um componente étnico que identificaria os “ucranianos”.

Museu do Milênio

Concebido em 1985 pela Sociedade Instrutiva São Basílio e inaugurado em 1995, foi idealizado para a comemoração do “milênio do cristianismo na Ucrânia 988-1988”, e para preservar a memória e a cultura do imigrante ucraniano e seu estabelecimento em Prudentópolis (METROPOLIA, 2017). A narrativa apresentada no museu inicia-se com a exposição de fotos que se organizam em uma ordem cronológica da ocupação da região pelos imigrantes. O seu enfoque dirige-se somente à etnia ucraniana, mostrando uma narrativa de cunho épico sobre a ocupação e mostra o imigrante como desbravador ou conquistador de uma natureza selvagem e inóspita.

A disposição dos objetos segue eixos temáticos centralizados nos aspectos simbólicos da cultura, as referências à religião ocupam um papel central na narrativa museal, demonstrada através de inúmeras peças usadas nas cerimônias do culto ucraniano tais como, indumentárias, ícones e maquetes de igrejas. Dentro do aspecto da etnicidade além dos símbolos religiosos, encontramos os objetos tradicionais e interiorizados na narrativa memorialística do grupo; pêsankas, bordados, vestimentas típicas. Produções escritas em língua ucraniana também possuem um destaque no acervo, como o jornal Prácia, publicado em Prudentópolis desde 1905 e as obras do poeta Taras Chevtchenko. O museu possui também uma sala destinada aos objetos

do cotidiano do “colono ucraniano”, mostrando principalmente as ferramentas utilizadas na agricultura.

Museu de cidade e enquadramento da memória

Conforme exposto acima, ambos os museus se originam de instituições religiosas que objetivam estruturar os espaços de sociabilidade no município através da premissa de pertencimento étnico ao grupo denominado ucraniano. Embora o município possa ser considerado de pequeno porte, percebemos uma tendência de preservação de uma “memória”, combinada com a demonstração da existência de um grupo coeso entorno desta, figurado na identidade ucraniana. Isso nos faz levantar o questionamento referente à participação e o papel dos museus aqui citados nessa ação, papel este que buscaremos analisar tendo como princípio norteador a noção de memória como elemento constituinte dessa identidade, de acordo com Michel Pollak:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p.05)

Começamos pela premissa de Dominique Poulot acerca dos museus, “os museus de história se inscrevem comumente em uma perspectiva identitária para defender uma convicção, uma nação ou comunidades” (POULOT, 2013, p.35). Pensando o museu enquanto um lugar de poder, capaz de criar e recriar referenciais simbólicos, temos que, as narrativas museais em Prudentópolis, assim como seus agentes, preocupam-se em estabelecer o que Pollak chamou de processo de “enquadramento da memória” (POLLAK, 1989). Para ele, o enquadramento da memória consistiria em processo de selecionar e promover determinados conjuntos de representações comuns a determinado grupo, favorecendo assim a perpetuação de uma noção de pertencimento e continuidade (POLLAK, 1989). Tal processo de enquadrar a memória não poderia seguir noções totalmente arbitrárias, para Pollak, seria necessário que determinados componentes e significações transmitam a noção de semelhança e que tenham uma matriz histórica como justificativa. Algo que Guérios justifica como “esquemas de percepção”:

Bourdieu propões chamara de *habitus* um sistema de gostos ou de disposições adquiridas comum a um conjunto de agentes, que dão uma mesma significação ao conjunto de suas práticas; um “esquema de percepção” é um módulo lógico do *habitus* que substitui, no pensamento de um indivíduo, objetos “neutros” – ou seja, objetos percebidos de formas similares, de acordo com sua inscrição no mundo social. (GUÉRIOS, 2012, p.66)

Nos museus aqui em análise, esse fenômeno ocorre principalmente através da instituição religiosa que organiza tais museus, ou seja, agente social detentora do capital simbólico sobre a memória do grupo. No entanto, é válida a análise de casos específicos. No caso do Museu do Milênio, esse processo fica evidente desde sua organização. Fundado pela Sociedade Instrutiva São Basílio e administrado atualmente pelo grupo de “catequistas”, mulheres leigas ou consagradas responsáveis pelo ensino da liturgia ucraniana (GUÉRIOS, 2012), ambos seguimentos da hierarquia religiosa local. Outro exemplo pode ser visto no próprio nome do museu; segundo a narrativa local, “milênio” corresponderia à cristianização da Ucrânia, representado pelos anos de 988 e 1988. O ano de 988 corresponderia ao reinado do Grão-príncipe Volodêmer no principado de Kiev e à sua conversão ao rito bizantino (GUÉRIOS, 2012).

Evidencia-se dessa forma uma narrativa continua ligando os ideais de um estado nacional a uma perspectiva religiosa, formando uma noção de comunidade coesa ainda em solo europeu em um contexto pré-migratório.

Embora focado em uma história mais institucional, o museu das Irmãs servas de Maria Imaculada demonstra o processo de enquadramento através de sua narrativa. Ao apresentar o discurso de como as irmãs ajudaram a “comunidade ucraniana” no início da colonização, e ao expor como a educação das meninas era voltada para componentes étnicos, sobretudo, o ensino da língua ucraniana, o museu promove não só um discurso de pertencimento, mas sim uma noção de reforço de um passado que se perdera e precisa ser encontrado.

Essa noção de uma temporalidade que passara, que apresenta o tempo da etnicidade, dos costumes e de um grupo “coeso”, está presente em ambas narrativas museais. Podemos pensar como sugere Poulot, que o processo de imigrar e encontrar no novo mundo o impacto da alteridade, atuou nas mentalidades dessas pessoas como um evento traumático, e que o tempo vivenciado atomizou suas relações e seus costumes. Daí a necessidade de

demonstrar, através dos museus, um processo de continuidade como apresentado por Poulot:

A relação muito dolorosa – ou, do ponto de vista político, demasiado problemática – a um trauma histórico é, então, contornada pela implementação de uma narrativa que elimina tal fardo, ao simular a continuidade de uma identidade ou a integridade de uma história. (POULOT, 2013, p.44)

A noção de museu de cidade trabalhada tanto por Poulot como por Meneses é válida para compreendermos melhor essa questão. Meneses ao conceituar a cidade, irá demonstra-la como um artefato socialmente produzido e dotado de um campo de representação social (MENESES, 2004). Logo, a exemplo do Museu do Milênio, enquanto um museu de cidade, que se preocupa a representar a Prudentópolis do tempo das imigrações e como esta foi construída pelo imigrante ucraniano, constrói no campo da representação social da cidade um elemento de disputa e poder, tendo o grupo ucraniano papel central na constituição da cidade. Para Poulot, o desaparecimento desse referencial de pioneirismo ou de um “tecido tradicional” da cidade, leva o museu na busca da identidade local:

A consciência contemporânea relativamente ao patrimônio urbano, [...] associada ao desagrado pelo desaparecimento de uma parte do tecido tradicional; essa nova sensibilidade cidadina – a do passeante – converte o museu de cidade em um empreendimento da identidade local. (POULOT, 2013, p.50)

Essa perspectiva relaciona-se às narrativas de ambos os museus que, apesar de serem institucionalizados sob a égide da igreja ucraniana, voltam seus discursos para o modo de vida camponês e seu estabelecimento nos primeiros anos da colônia. Ao reconstruírem ambientes tipicamente rurais, relacionado as ferramentas agrícolas com os trabalhos realizados por religiosos, buscam recuperar o “tecido tradicional” da cidade de Prudentópolis no seu início. Desse modo, assumem características de um semióforo ao iluminarem memórias de uma reconstrução da realidade social camponesa. Uma vez que, esses objetos exemplificam uma experiência vivida, que da base para essa argumentação como nos mostra Meneses: “A cidade ‘representada’, ‘imaginada’ não é uma suposta ‘cidade em si’, puro objeto, mas signos e significações no interior de uma experiência humana, que serve de matriz” (MENESES, 2004, p. 264).

A análise apresenta acima fica evidente no caso do museu das Irmãs servas de Maria Imaculada. A dada altura da visitação, somos apresentados à última sala que consiste em uma representação da vida rural do camponês imigrante no final do século XIX até meados do XX. O acervo desta sala, semelhante ao do Museu do Milênio, apresenta diversas ferramentas e utensílios de uso agrícola, organizados dentro de uma narrativa que reconstruiria a “roça”, a casa da “babá” e do “didjo” (avó e avô em ucraniano). A monitoria apresenta esses elementos dessa forma; a tentativa de se recuperar um passado nostálgico ao mesmo tempo que lhe atribui os aspectos da comunidade ali inserida. Logo, é comum ao visitante encontrar objetos que representam a reconstrução de sua própria memória: o “jêdek” (lâmpada a óleo), a “jórna” (moedeira de milho) e a carroça, com suas grandes rodas de trabalho e de passeio.

Esse fenômeno pode ser compreendido também, pelo conceito de “visualizar o passado” segundo Stephen Bann. Para ele, determinados acervos podem apresentar objetos seguindo três características: valor artístico, valor histórico e valor de época (BANN, 1994). Esse último pode caracterizar as exposições dos museus prudentopolitanos, pois segundo o autor:

Quando comparado com outros valores, o valor de época tem uma vantagem sobre todos os outros valores ideais do trabalho de arte, ao reivindicar dirigir-se a todos e ao possuir validade universal. Ele eleva-se acima das diferenças de crença religiosa e transcende diferenças de educação e de compreensão de arte. E de fato, os critérios pelos quais reconhecemos o valor de época são, via de regra, tão simples que podem ser apreciados até por pessoas cujas mentes estão, diferentemente, voltadas exclusivamente para as constantes preocupações da existência material. O mais simplório colono é capaz de distinguir um velho campanário de um novo. (RIGEL, 1982, apud BANN, 1994, p.157)

Sendo assim, o processo de visualizar o passado, está estruturado em um jogo dialógico entre a memória, as representações presentes tanto nos museus como na cidade. Logo, o processo de enquadramento da memória permeará esses fenômenos objetivando a noção de continuidade dessa comunidade, fazendo assim com que Prudentópolis seja, e continue sendo, “a cidade mais ucraniana do país”.

A problemática da identidade cultural

O debate entorno dos aspectos da identidade torna-se pertinente como uma elaboração final em nossa análise. Uma vez que pensamos o museu como uma instituição de memória e poder, ele torna-se também, detentor dos referenciais simbólicos sobre a identidade do grupo ali retratado, de acordo com Meneses, “É comum considerar-se o museu, principalmente o museu histórico, como *locus* de criação e culto de identidade.” (MENESES, 2004, p.266).

No entanto, caímos em uma questão problemática quando pensamos a identidade e o museu. Meneses já apontava para os usos políticos da noção de pertencimento identitária (MENESES, 1993), e em contexto a essa afirmação, ao pensarmos a cidade como campo de força, principalmente políticas, e o museu histórico que promove as identidades, caímos em três problemas apontados por Meneses:

[...] em primeiro lugar, trata-se de processo afetivo e ideológico, o que perturba o conhecimento e o entendimento. Depois, não se trata de uma essência estável, que guarde em si seu próprio significado, mas ela é significativamente situacional, mutável, adaptativa, dependente na natureza e no grau de variáveis conjunturais. Finalmente, a identidade constitui, mais que mecanismo de auto-referência, mecanismo de exclusão, de estabelecimento de fronteiras e de busca de diferenças e incompatibilidades para legitimar interesses ou defender-se de ameaças. (MENESES, 1993, p.266)

Como já apresentamos anteriormente, essa noção de identidade está entrelaçada à etnicidade presente na narrativa dos museus aqui analisados, em especial, à prioridade dos acervos em retratar a religiosidade e a língua.

Partindo da análise do Museu do Milênio, observamos que seu acervo possui sua centralidade volta à religião em uma forma de narrativa que nos remonta àquela tentativa de reconstrução social do grupo camponês apresentada no primeiro tópico deste estudo. Outro fator de uma representação identitária na esfera do religioso seria a exibição de objetos considerados como semiófaros como já expusemos. Como exemplo disso, temos a indumentária e a mitra episcopal do arcebispo-mor Dom Efraín Krevey, que ocupava o maior cargo na hierarquia da igreja católica ucraniana no Brasil.

A questão da busca por uma “identidade” especialmente em um museu histórico, enfrenta o problema apontado por Meneses no que tange à

concepção de identidade. Para ele, a identidade “não é uma essência, um referencial fixo, apriorístico, cuja existência seja automática e anterior às sociedades e grupos.” (MENESES, 1993, p. 210). Ela é sim uma construção *a priori* inserida no campo social. Um exemplo dado pelo autor e visível até os dias de hoje são os conhecidos “portais étnicos” nas entradas de cidades que foram foco de colonização imigrante. Embora tragam à tona essa noção de identidade, tais monumentos podem muitas vezes esconderem os conflitos inseridos no campo urbano se não problematizados.

Conclusão

Através da análise e apresentação dos museus e suas narrativas no município de Prudentópolis, procuramos demonstrar neste artigo as características que levam um determinado discurso, ao processo de enquadramento da memória efetuado por determinados agentes sociais. Desse modo, temos na figura do museu, uma instituição de poder que, no caso específico do município aqui em estudo, promove a memória dos feitos e da cultura da “comunidade ucraniana”.

Do nosso ponto de vista crítico, ambos os museus não participam de uma visão do passado pautado na historiografia, mas estão inseridos em algo denominado por Zygmunt Bauman como “comunitarismo”. Ou seja, devido à constante aceleração dos tempos em nosso mundo e à constante “liquefação” dos laços humanos, há um processo de individualização muito grande em curso. Isso faz com que busque reatar laços, anteriormente sólidos à uma comunidade. (BAUMAN, 2001). Encontra-se nos museus a resposta para essa inquietação; a possibilidade de encontrar um “passado ucraniano”, o tempo das “bábas” e dos “didjos”, tempo da comunidade.

De forma semelhante a noção de identidade é construída através dos percursos da memória. Mostrando o imigrante ucraniano como o sofredor que deixa sua terra e aqui constrói uma vida melhor, desbrava a natureza e edifica um município, as narrativas dos museus criam uma noção de identidade imune ao tempo, um *continuum* da tradição.

Para concluirmos, lembramos do que nos alerta Hobsbawm sobre a busca da identidade e do universal no ofício do historiador (HOBSBAWM,

1998). Fica-nos visível que o tipo de história na qual entramos em contato em Prudentópolis não é a mesma da qual se preocupa a historiografia, há diferenças. Por mais que prezemos pela plenitude da evidência, as noções que permeiam uma comunidade e os esforços que serão feitos para mantê-la continuarão, pela simples necessidade de sobrevivência.

Por fim, através das discussões apresentadas neste artigo, dentro do contexto de identidade problematizado aqui, finalizamos utilizando a reflexão de Brandão (1989) sobre a festa popular adaptando-a aos museus. Estes atuam como o espelho da medusa, nos mostrando que o tempo passa, que passamos. Não somos mais o que éramos antes, mas somos os mesmos e isso nos entristece.

Referências

ALVIN, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A. (coord). **História da vida privada no Brasil - Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 215-287.

ANDREAZZA, Maria Luiza. **O paraíso das delícias**. Um estudo da imigração ucraniana, 1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BANN, Stephen. **As invenções da História**. Ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORUSZENKO, Oksana. **A imigração ucraniana no Paraná**. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores de História - ANPUH. Colonização e Imigração, São Paulo: 1969.

BRANDÃO, Carlos Rorigues. **A Cultura na rua**. Campinas: Papyrus, 1989.

CHAGAS, Mário. Museu, museologia e pensamento social brasileiro. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó, ano 18, n.21, 2005, p.25.

GUÉRIOS, Paulo Renato. **A imigração ucraniana ao Paraná: memória, identidade e religião**. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museus de cidade e a consciência da cidade. In: **Livro do Seminário Internacional**. Orgs: SANTOS, A. M., KESSEL, C., GUIMARÃES, C. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.

_____. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). In: **Anais do museu paulista**. Nova série, N. 1, 1993, p. 207-309.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 2, N. 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 5, N. 10, 1992, p. 200-212.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

CHAGAS, Mário. Museu, museologia e pensamento social brasileiro. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó, ano 18, n.21, 2005, p.25.



AS GESTÕES ADMINISTRATIVAS DO GOVERNO LULA (2003 – 2010): UM MODELO NOVO-DESENVOLVIMENTISTA?

Bruno Costa Dezotti - Universidade Estadual de Maringá¹³⁰
Rosalina Lima Izepão – Universidade Estadual de Maringá¹³¹

RESUMO. As políticas governamentais executadas nas gestões administrativas do presidente Lula (2003 – 2010) produziram resultados positivos e negativos para a sociedade brasileira. Entre os primeiros se destacam a redução das desigualdades e nos negativos tem-se os ganhos excessivos do setor financeiro. Para alguns especialistas em economia, as gestões administrativas lulistas podem ser caracterizadas como um modelo novo-desenvolvimentista. Ante ao exposto, no presente artigo tem-se como objetivo verificar em que aspectos das políticas governamentais, as gestões Lula podem ser caracterizadas como novo-desenvolvimentistas. Por ser tratar de um tema cuja análise envolve fatores multidimensionais, elegeram-se como variáveis de estudo, as seguintes ações do Estado: orientação do processo de desenvolvimento, inflação e políticas para a redução das desigualdades. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfico-descritiva. O artigo encontra-se estruturado em quatro seções, além da Conclusão: na primeira tem-se a Introdução, na segunda caracterizam-se o Nacional- Desenvolvimentismo e o Novo-desenvolvimentismo, na terceira apresentam-se os dados empíricos sobre o modelo de Desenvolvimento adotado no período analisado, com ênfase nas variáveis já mencionadas, na quarta seção realiza-se, por meio do método de associação, a interlocução entre os fundamentos teóricos e os dados empíricos e, por fim, tem-se a Conclusão.

Palavras-chave: Nacional-Desenvolvimentismo; Novo-Desenvolvimentismo. Governos Lula; Políticas Governamentais; Brasil.

¹³⁰Bruno_h costa@hotmail.com

¹³¹rlizepao@uem.br.

INTRODUÇÃO

A busca por explicações dos fatores que geram o crescimento de uma economia, sempre foi objeto de estudos do homem, mesmo antes do surgimento da Ciência Econômica, com a publicação da obra “A Riqueza das Nações”, de Adam Smith, em 1776. A experiência histórica tem mostrado que, desde a Revolução Industrial Inglesa, de 1750, a industrialização vem sendo colocada como fator essencial para o crescimento econômico das nações¹³².

No Brasil até 1930 predominou o modelo de desenvolvimento agrário-exportador, tendo como principal produto de exportação, o café. Assim, com a crise de 1929, os Estados Unidos, principal importador do produto brasileiro reduziu, significativamente, sua compra, acarretando forte crise na economia brasileira. No âmbito político, no Brasil, houve a substituição do Estado Oligárquico por outro em que o setor industrial passou a predominar, com a chegada de Getúlio Vargas à presidência (1930 – 1945). A partir de então, até aproximadamente a década de 1960 predominou no Brasil um novo modelo de desenvolvimento, que foi caracterizado como Nacional-Desenvolvimentismo. Neste aspecto, as ideias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), criada em 1948, exerceu grande influência. A base deste modelo era a industrialização por substituição de importações, promovida por políticas governamentais.

Por outro lado, entre o período que se estendeu de 1980 a 2003, viu-se o auge e, também, o declínio das políticas governamentais de cunho neoliberais no país. Em 2003, a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal, por meio da eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2002 e sua reeleição em 2006, despertou discussões acaloradas nos meios acadêmicos sobre que modelo de desenvolvimento ou quais modelos foram executados nas suas gestões administrativas. Contudo, não houve consenso em relação a isto. Para alguns tratou-se da conjunção de políticas Neoliberais,

¹³²Na Inglaterra, por exemplo, desenvolveu-se o capitalismo do tipo clássico, tendo se industrializado no século XVIII, outros do tipo prussiano, a exemplo da Alemanha que só se tornou Estado Nacional no século XIX e a partir de então industrializou-se. No Brasil, desenvolveu-se o capitalismo colonial, e, somente em 1822, tornou-se independente politicamente, mas, sua Industrialização por Substituição de Importações só foi alavancada a partir de 1930.

com Novo-Desenvolvimentistas, para outros, a exemplo de Oliva (2010), foramsomente novo-desenvolvimentistas.

Ante ao exposto, no presente artigo tem-se como objetivo verificar em que aspectos das políticas governamentais, as gestões Lula podem ser caracterizadas como Novo-Desenvolvimentistas. Por ser tratar de um tema cuja análise envolve fatores multidimensionais, elegeram-se como variáveis de estudo, as seguintes ações do Estado: orientação do processo de desenvolvimento econômico, controle da inflação e a execução de políticas de transferência de renda, para a redução das desigualdades. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfico-descritiva, onde foram utilizados livros, teses e artigos científicos para a obtenção de dados secundários qualitativos e quantitativos.

O artigo encontra-se estruturado em quatro seções, além da Conclusão: na primeira tem-se a Introdução, na segunda caracterizam-se o Nacional - Desenvolvimentismo e o Novo-Desenvolvimentismo, na terceira apresentam-se os dados empíricos sobre o modelo de desenvolvimento adotado no período analisado, com ênfase nas variáveis já mencionadas, na quarta seção realiza-se, por meio do método de associação, a interlocução entre os fundamentos teóricos e os dados empíricos e, por fim, tem-se a Conclusão.

ASPECTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E HISTÓRICOS ACERCA DOS MODELOS NACIONAL-DESENVIMENTISTA E NOVO- DESENVIMENTISTA NO BRASIL

2.1 O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL E O SEU ESGOTAMENTO NO FINAL DA DÉCADA DE 1960

O Brasil enquadra-se nos países de industrialização tardia e as primeiras manifestações mais intensivas para o seu desenvolvimento industrial ocorreram no século XIX, a partir da Tarifa Alves Branco, em 1844, da criação de um mercado de trabalho com a abolição da escravatura, em 1888, além dos parques investimentos em transportes, sobretudo, ferroviários. Contudo, foi somente a partir de 1930, com a substituição do Estado tipicamente oligárquico

pelo industrialé que o Estado brasileiro passou a investir na industrialização do país, por meio de políticas governamentais específicas a este setor.

O início do processo de industrialização brasileiro se deu com mudanças ocorridas de forma natural, num período caracterizado por Furtado (1986 apud Souza, 2008) como implantação de atividades industriais complementares ao comércio exterior e que pouco influenciou na criação de uma mentalidade industrial no país. O verdadeiro processo de industrialização brasileiro, se deu por meio da substituição de importações, modelo que se desenvolveu a partir do início da década de 1930, como umas das consequências da crise de 1929¹³³.

O chamado modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) predominou no Brasil dos anos 1930 a 1960¹³⁴, tendo os sinais do seu esgotamento ficado evidentes já no início da década de 1960. A base teórica de sustentação deste modelo de desenvolvimento é encontrada na concepção Nacional-Desenvolvimentista fortalecida na América Latina pela Comissão Econômica para América Latina¹³⁵ (CEPAL) criada em 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Para os defensores do Nacional-Desenvolvimentismo, a desigualdade entre países ricos e pobres eram grandes e o setor industrial poderia exercer papel fundamental na redução destas desigualdades, gerando emprego e renda.

Nesta época, o governo brasileiro que não possuía nem tecnologia, nem capital para desenvolver uma indústria de produtos duráveis e de capital, dedicou suas

¹³³A superprodução e a especulação exacerbada nos Estados Unidos, no pós guerra, levou-o à crise de 1929 e à Grande Depressão, com enormes consequências para as demais economias capitalistas. O Brasil, com uma economia fundada no modelo agroexportador e que dependia de um único produto para exportação, ou seja, o café, ficou em situação difícil tanto para adquirir produtos industriais, quanto para obter renda para pagamento da dívida externa. A substituição de produtos industriais internamente, os de consumo não duráveis, foi uma das soluções buscadas. Ver Baer (2002)

¹³⁴ Existem divergências entre os economistas sobre o período final do modelo de Industrialização por Substituições de Importações (ISI) no Brasil. Neste estudo assumiu-se o fim da sua predominância nos anos 1960.

¹³⁵ A partir dos anos 1980 passou a ser denominada Comissão Econômica para América Latina e Caribe. A Cepal teve um papel decisivo no surgimento das teorias de desenvolvimento e subdesenvolvimento periférico. Afirmava que a industrialização para substituir importações seria o principal caminho para as economias latino americanas se desenvolverem e saírem da condição de periferia do Capitalismo internacional. Mas, para que isto ocorresse seria necessária a participação ativa do Estado na promoção de políticas intervencionistas visando aumentar o investimento no setor industrial e em infraestrutura. Ver Rodrigues (1981)

políticas à criação de uma indústria voltada para a produção interna de alguns produtos importados. Tratava-se, portanto, de uma indústria voltada ao atendimento do mercado interno. Para Souza (2008), também no Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o modelo Nacional Desenvolvimentista teve grande impulso, com intenso investimento na indústria pesada, sob o controle nacional e protecionismo à indústria nascente e à naval, financiadas pelo capital estatal, nacional e estrangeiro. Foi uma fase em que a indústria de consumo popular (bens não duráveis) deu espaço à indústria de bens de capital e duráveis ligados ao consumo de luxo.

O Governo J.K foi um período de abertura ao capital estrangeiro, onde a indústria cresceu de 2,9%, em 1955, para 9,4%, em 1960. Contudo, a inflação também aumentou de 23%, em 1955, para 29,5%, em 1960. No triênio de 1959-1961, os preços aumentaram 34%, segundo Abreu (1990). O período de 1968 a 1973 ficou conhecido como período do “Milagre Econômico”, em razão do crescimento acelerado no Brasil. Para Souza (2008), as empresas estatais tiveram importância fundamental neste crescimento, apoiadas no capital estrangeiro e nos baixos salários dos trabalhadores. A média global de crescimento do Brasil neste período foi de 11%, sendo de 14%, em 1973. Mas, em 1973, ocorreu o primeiro Choque do Petróleo¹³⁶, e, em 1979, o segundo, desencadeando uma crise mundial. No Brasil a inflação tornou-se “galopante”, marcando a fase do descontrole do endividamento externo e do esgotamento do modelo Nacional-Desenvolvimentista.

2.2 O INTERREGNO (1970 a 1990)

Apesar da crise econômica mundial, o modelo Nacional-Desenvolvimentista contribuiu para a consolidação da industrialização no Brasil e o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro manteve um crescimento anual de 6,8% de 1974 a 1980, abaixo do registrado no período do “Milagre”, mas de acordo com a trajetória histórica, segundo Souza (2008). Os anos 1980 foram os piores para a economia brasileira, desde a crise de 1929. Estagnação econômica, altas taxas de inflação e fracassos dos planos de estabilização foram marcas do período.

¹³⁶Os valores dos barris de petróleo quase duplicaram por decisão da Organização dos Produtores de Petróleo (OPEP).

Na década de 1990, a economia brasileira foi marcada pela recessão, pela abertura comercial e pela reestruturação produtiva, como desdobramento do modelo de substituição de importações (ISI), do Nacional-Desenvolvimentismo. Os seus fundamentos foram as medidas liberalizantes e de ajustes apontadas pelo chamado Consenso de *Washington*¹³⁷, levando a privatizações de empresas estatais, abertura da economia e desregulamentação dos mercados. A implementação do Plano Real, em 1994, levou ao controle da inflação, mas os juros altos e o câmbio sobrevalorizado aumentaram a vulnerabilidade externa, inibindo o crescimento econômico do País e agravando o problema das contas públicas. (LACERDA, BOCCHI, REGO et al, 2000)

A taxa de crescimento do PIB caiu de 4,9%, em 1993 para 0,2%, em 1998 e a participação do produto industrial no PIB baixou de 41,61%, em 1993 para 34,7%, em 1998, gerando desemprego no setor. Além disto, as finanças públicas sofreram deterioração e as contas externas aumentaram (SOUZA, 2008). Para Coutinho (2014), nas décadas de 1950, 1960 e 1970 a economia brasileira apresentou crescimento acelerado e de 1980 a 2003, um período de estagnação. A recuperação econômica veio a partir de 2004, com a expansão dos investimentos, cuja taxa média de crescimento foi de 9% ao ano entre 2004 e 2008. Este ciclo de crescimento foi interrompido, em 2008, com a crise internacional, mas, a recuperação veio em 2009, e, em 2010 com a ampliação do crédito ao consumo e ao investimento. Para alguns autores, as gestões Lula marcaram o enfraquecimento das políticas neoliberais e o fortalecimento do Estado, caracterizando um novo modelo de desenvolvimento, caracterizado como Novo-Desenvolvimentismo.

2.3 ASPECTOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS SOBRE O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

De acordo com Bresser-Pereira (2012), a partir do início dos anos 2000, já estava evidente que as políticas propostas pelo Consenso de *Washington* não eram capazes de promover o desenvolvimento. Na América Latina tem-se o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento, diferente do Nacional-

¹³⁷ Expressão cunhada pelo economista John Williamson, para as reformas sugeridas aos países em desenvolvimento, pelas organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Desenvolvimentismo, que encontrava-se superado desde o final dos anos 1960, e, também, oposto ao Neoliberalismo/Consenso de *Washington* que se mostrou incapaz de gerar desenvolvimento e reduzir as desigualdades. Para Cepêda (2012:83), a partir dos anos 2000 “[...] detecta-se o retorno a vários aspectos do desenvolvimentismo, porém, com outra roupagem e novos compromissos, o que lhe granjearia a denominação de novo- desenvolvimentismo”.

De acordo com Cepêda (2012), a inovação do Novo-Desenvolvimentismo está ligada à preocupação com a questão social. Assim, a atuação do Estado no sentido de gerar crescimento econômico abrange, também, a superação dos problemas sociais. Portanto, o Novo-Desenvolvimentismo, ao contrário do Nacional-Desenvolvimentismo apoia-se no processo de transformação social, colocando a redistribuição e a equidade como prioridade. Para Sicsú, Paula e Michel (2005), o Novo-Desenvolvimentismo fundamenta-se na forte relação entre o Estado e o Mercado, sem esquecer dos problemas sociais, procurando associar crescimento econômico com melhoria na distribuição de renda. Para Cepêda:

De maneira geral, pode-se definir desenvolvimentismo como um projeto de transformação social profunda, operada politicamente de maneira racional e orientada pelo Estado, vinculando economia e avanço social. Se essa definição estiver correta, o desenvolvimentismo nasce de uma constatação de deficiência estrutural e crônica como base lógica de intervenção com objetivo de transformação. Portanto, é mais que desenvolvimento: é mudança social sistêmica, orientada e sustentada politicamente. O desenvolvimentismo, percebido como projeto, é produto de um momento datado e de uma conjuntura específica, mas mesmo nessa modalidade foi capaz de produzir um arranjo teórico e político capaz de ser atualizado e realinhado em outras situações históricas. (CEPÊDA, 2012: 79)

A criação de políticas governamentais, direcionadas para o crescimento econômico, é questão obrigatória de qualquer projeto desenvolvimentista, porque é de onde vêm os recursos distributivos para investimentos sociais e produtivos. Para obtenção dos recursos, no modelo Novo-Desenvolvimentista, o Governo terá que promover o crescimento das exportações de manufaturados, para fomentar a acumulação de capital e a entrada do progresso tecnológico no país. Da mesma forma, deve fortalecer o mercado interno, criando condições deste disputar, a mesmo nível, com o mercado externo. (OREIRO, 2012; SICSÚ, PAULA e MICHEL, 2005)

Para Oreiro (2012), trata-se de uma situação que condiciona uma política macroeconômica, em diferentes direções, estando todas interligadas uma a outra. Dentre as principais políticas no modelo Novo-Desenvolvimentista se destacam: cambial, fiscal, salarial, inflacionária e de juros, que são, segundo o autor, o conjunto ideal na condução macroeconômica. O câmbio possui posição de destaque devido ao regime ser baseado em exportações, sendo assim, se faz necessária uma política cambial ativa que deixe a taxa real de câmbio em valores competitivos no médio e longo prazo, associada a uma política fiscal correta que diminua o *déficit* público e dê oportunidades ao aumento do investimento público.

Segundo Oreiro (2012), a demanda agregada é motor do crescimento das economias capitalistas, assim, é importante impulsioná-la de maneira interligada ao crescimento econômico, por meio do aumento real dos salários, da renda e do crescimento da produtividade, que refletem na demanda efetiva e no aumento da oferta de mercadorias. Se por algum motivo a demanda cresce e a oferta continua deficitária, o resultado será a inflação. Por isso, a condução macroeconômica deve sempre ser levada em conjunto, até porque não há como separá-la.

POLÍCIAS GOVERNAMENTAIS NAS GESTÕES ADMINISTRATIVAS DO PRESIDENTE LULA (2003 – 2006) E (2006 -2010)

Nos dois primeiros anos da primeira gestão administrativa de Luís Inácio Lula da Silva, havia duas alas no governo, com posições diferentes em relação às políticas governamentais: uma que defendia a ideia de que o mercado regularia a economia e promoveria o crescimento, cabendo ao Estado cuidar da estabilidade monetária. A outra, defendia a ideia de que o Estado deveria, sim, promover o crescimento por meio da distribuição de recursos entre os setores econômicos, realizar investimentos e executar políticas de distribuição de renda. A partir do terceiro ano do seu primeiro mandato até 2010 verificou-se a predominância das ideias defendidas pela ala governista que dava prioridade ao desenvolvimento sustentado.

Ao ser reeleito em 2006, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 5% ao ano passou a ser prioridade do governo Lula. Segundo Araújo (2008,

p. 326), “a palavra de ordem passou a ser ‘destravar a economia’ para garantir a efetivação desta meta de crescimento” e a melhoria na distribuição de renda. Isto sem abandonar as metas inflacionárias. Nestes aspectos, as políticas governamentais foram efetivas, pois, de acordo com Crozatti (2016), a taxa de crescimento média da economia brasileira na primeira gestão Lula foi de 3,48% e, na segunda, 4,57%. Segundo o autor, entre 2006 e 2008, a economia brasileira apresentou crescimento acentuado. Em 2003-2005, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 3,2% ao ano, aumentando, para 5,1% ao ano, no período de 2006 a 2008. Logo, a meta desejada em 2006, de 5% ao ano, foi alcançada. Este desempenho deveu-se à preservação da estabilidade econômica, à queda na taxa real de juros e ao controle da inflação.

Quanto à inflação, a sua taxa média na primeira gestão Lula (2003-2006), foi de 6,41%. Por outro lado, no segundo mandato a taxa média de inflação caiu para 5,14%. Em termos acumulados a taxa caiu de 28,2%, no primeiro mandato, para 22,21%, no segundo. Este desempenho refletiu, positivamente, na redução da taxa média de desemprego que caiu de 10,9%, na primeira gestão Lula, para 8% na segunda (CROZATTI, 2016). No que se refere à distribuição de renda, segundo Oliva (2010), nas gestões Lula retirou-se da pobreza cerca de 30% das famílias que vivem nesta condição, por meio da geração de aproximadamente 14,5 milhões de novos empregos formais, o que representou o dobro dos empregos gerados no período de 1990 a 2002. Aliado a isto, a massa salarial cresceu, em termos reais, 20,7% e os programas de transferência de renda, incluindo o Programa Bolsa família (PBF) atenderam 68 milhões de pessoas, o que representava 1/3 da população brasileira. Considerando-se que, por meio das políticas sociais, na sua totalidade, foram transferidos aos mais pobres do país R\$ 33 bilhões por ano. Este valor gerou efeito multiplicador importante na economia, causando forte expansão do mercado interno de consumo de bens assalariados. (OLIVA, 2010)

Para Oliva (2010), houve comprovada redução nas desigualdades. A pobreza no Brasil, caiu de 35,8%, em 2003, para 21,4%, em 2009. Por outro lado, os gastos sociais aumentaram de 0,9%, em 2002, para 1,9%, em 2009. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas apud Villela (2011), de 1994 a 2010, o Brasil

reduziu a pobreza em 67,3%. De 2000 a 2010, os 50% mais pobres tiveram 69% de crescimento em sua renda. A pobreza caiu em 50,6%, durante as gestões Lula, de junho de 2003 a dezembro de 2010, contra a queda de 31,9%, de 1994 a 2002.

Segundo Villela (2011), os investimentos sociais e, em educação, foram fundamentais para esta redução da pobreza. Para Hoffman apud Campello e Neri (2013), no período de 2003 a 2011, o Governo Federal, por meio de transferências, nas quais se inclui o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) auxiliou entre 15 e 20% da população na redução da pobreza. Por outro lado, não há como negar que o setor financeiro também foi altamente beneficiado por meio dos juros altos praticados no Brasil. Segundo Oliveira (2014), as instituições financeiras do país lucraram muito nas gestões Lula, posicionando-se entre as mais lucrativas do mundo, apesar de não estarem no *ranking* das maiores no cenário mundial. Segundo Oliveira (2014), o lucro líquido do Sistema Financeiro Nacional, em valores corrigidos pelo IPCA, em 2014, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) foram no total acumulado de R\$63,63 bilhões, uma média anual de R\$7,95%. Nas gestões administrativas de Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), o total acumulado foi de R\$254,76 bilhões, registrando uma média anual de R\$31,84 bilhões.

O CONTRAPONTO ENTRE OS DADOS EMPÍRICOS E O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO PERÍODO DE 2003 A 2010

Desde o surgimento dos Estados Nacionais modernos, existe o embate entre os formuladores de políticas econômicas e os estudiosos sobre o assunto, a respeito da necessidade de intervenção maior ou menor do Estado na economia. Para os mercantilistas, o Estado Absolutista e a forte intervenção estatal seriam fundamentais para o crescimento econômico de uma nação. Pouco mais tarde, a fisiocracia e a escola clássica à reboque das ideias iluministas e das concepções de ordem natural das ciências naturais passaram a defender o Estado mínimo. A partir da publicação da “Teoria Geral”, por Keynes, em 1936, o Estado voltou a assumir papel de destaque na solução da crise de 1929, oriunda da superprodução e da especulação.

No Brasil, a partir dos anos 1930 até a década de 1960, predominou uma forte participação do Estado na proposição e execução de políticas direcionadas ao crescimento econômico, pautado na Industrialização por Substituição de Importações (ISI), modelo que ficou conhecido como Nacional-Desenvolvimentismo. Nos anos 1970, os dois choques do Petróleo (1973 e 1979), além do fim do chamado “Anos Dourados” do Capitalismo mundial, marcaram o início de uma crise no âmbito internacional e nacional. No Brasil, foram anos de difusão das políticas governamentais de cunho neoliberais que predominaram até os primeiros anos de 2000.

No início da primeira gestão administrativa do presidente Lula, houve um misto de políticas de cunho ortodoxo e desenvolvimentista. Contudo, a partir do terceiro ano da mesma gestão, as políticas Novo-Desenvolvimentistas já se faziam presentes e só fortaleceram-se no segundo mandato. Os dados empíricos apresentados na seção anterior, confirmam esta tendência evidenciando que o foco sobre as políticas direcionadas ao crescimento econômico, com distribuição de renda foi claramente mantido. O Quadro 01 mostra um contraponto entre o Nacional-Desenvolvimentismo, as políticas de cunho de neoliberais e o Novo-Desenvolvimentismo.

Especificações	Nacional-Desenvolvimentismo (1930-1960/70)	Neoliberalismo (1980-2003)	Novo-Desenvolvimentismo (2003 – 2010)
Estado	Intervencionista. Promotor do crescimento econômico.	Mínimo. Desregulação dos mercados. Controle da política monetária.	Incentivador do crescimento econômico, com promoção de políticas de distribuição e transferência de renda.
Elemento gerador de crescimento	Industrialização por Substituição de Importações (ISI), induzida pelo Estado	Estabilidade monetária e controle da política fiscal	As exportações de produtos manufaturados e dinamização do mercado interno.
Políticas sociais e distributivas	São importantes, mas, o foco é o crescimento econômico, por meio da industrialização.	Poucas, pois a prioridade é estabilidade monetária.	Políticas governamentais de transferência e distribuição de renda são prioridades.
Inflação	Admite-se um pouco de inflação	Inflação controlada	Admite-se um pouco de inflação, mas controlada.

Quadro 01 – Um contraponto entre os modelos de desenvolvimento
 Fonte: elaborado pelo autores.

Como afirmou Stiglitz apud Sicsú, Paula, Michel (2005, p. v), “A escolha não deve ser se o Estado deve ou não estar envolvido [na economia], mas como

ele se envolve. Assim, a questão central não deve ser o tamanho do Estado, mas as atividades e métodos do governo [...]”. Concorde-se com o autor, porque o importante é a qualidade das políticas governamentais e, neste aspecto, políticas voltadas para a redução da pobreza e das desigualdades são fundamentais, em uma sociedade altamente injusta como é a brasileira.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como objetivo evidenciar alguns aspectos das gestões administrativas do presidente Lula (2003-2010) em que o modelo Novo-Desenvolvimentista predominou. O estudo mostrou que o governo Lula, sobretudo, na segunda gestão preocupou-se com as políticas econômicas direcionadas ao crescimento econômico, com distribuição de renda.

Por meio dos dados empíricos foi possível observar que o Produto Interno Bruto apresentou o crescimento esperado, em especial no segundo governo, quando registrou a média de 5,1%, o que refletiu, positivamente, na queda da taxa de desemprego. Da mesma forma, os gastos sociais cresceram resultando em expressiva redução da desigualdade e da pobreza no país, característica do modelo Novo-Desenvolvimentista.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. (Org.). **A ordem do Progresso**: cem anos de política econômica republicana – 1889-1989. Rio de Janeiro: campus, 1990.
- BAER, W. A **Economia Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Nobel, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**. 26 (75), p. 7-28, 2012.
- CEPÊDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. **Estudos Avançados**. 26 (75), p. 77-90, 2012.
- CAMPELLO, T; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.
- COUTINHO, L. Crise, desenvolvimento e políticas. In: MONTEIRO FILHA, D; PRADO, L. C. D; LASTRES, H. M. M. (Orgs.). **Estratégias de desenvolvimento, política industrial e inovação**: ensaios em memória de Fábio Erler. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.
- CROZATTI, R.O. **Fundamentos do Novo-Desenvolvimentismo Brasileiro nos Governos Lula e Dilma (2003 a 2014)**. 157f.Dissertação (Mestrado)em Ciências Econômicas pela Universidade estadual de Maringá, 2016.

IANNI, O. **Estado e Planejamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991

LACERDA, A. C. de; BOCCHI, J. I; REGO, J. M. et al. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000

OLIVA, A. M. **As Bases do Novo-Desenvolvimentismo no Brasil**: análise do Governo Lula (2003 – 2010). 537f. Tese (Doutorado) em Ciências Econômicas pela Universidade de Campinas, 2010.

OLIVEIRA, M. J. N. (Org.). Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec). **Boletim Econômico**. Ed. 02, setembro de 2014.

OREIRO, J. L. da C. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. **Estudos Avançados**. 26 (75), p. 29-40, 2012.

RODRIGUES, O. **Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

SICSÚ, J; PAULA, L. F. de; MICHEL, R. (Orgs.). **Novo-Desenvolvimentismo**: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2005.

SOUZA, N. A. de. **Economia Brasileira Contemporânea**: de Getúlio a Lula. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.



A RECEPÇÃO EM TORNO DO FILME DOCUMENTÁRIO “RÁDIO AURIVERDE”

Giovana Ferreira de Faria
(Universidade Estadual de Londrina)

Resumo. A finalidade deste trabalho é assinalar apontamentos acerca da recepção e repercussão do filme documentário “Rádio Auriverde”, produzido pelo cineasta catarinense Sylvio Back. Lançada em 1991, estaprodução tornou-se polêmica em razão do conteúdo que difunde sobre o envio e participação dos expedicionários brasileiros à Campanha daltália (1944/5), durante a Segunda Guerra Mundial. O diretor expõe a criação da FEB e a atuação destes soldados como um episódio tragicômico da história nacional, marcado pelo imperialismo presente nas relações entre Brasil e Estados Unidos. Neste contexto, os febianos foram representados de forma irônica e sarcástica, de modo que esta produção acaba “ferindo” a memóriacoletiva dos ex-combatentes, gerando indignação e ressentimento. A partir disto, a publicação de críticas em páginas de jornal tornaram-se frequentes manifestações da opinião do público. Para análise foram utilizadas matérias de jornais e cartas do leitor publicadas no ano de 1991 – o ano de lançamento, reunindo cerca de trinta críticas que expressaram as opiniões públicas a respeito do documentário em questão. Também foram examinadas outras fontes que relataram sua repercussão no período.

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira; Rádio Auriverde; Sylvio Back.

INTRODUÇÃO

O que confere importância a uma obra é sua recepção. Um filme torna-se consagrado – ou polêmico, a partir do momento em que é visto pelo público e através dele recebe seu veredito. “Rádio Auriverde” segue esta premissa. Escrito e elaborado pelo cineasta catarinense Sylvio Back, o documentário em questão aborda a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, durante a Campanha da Itália (1944/5). Com a eclosão do conflito, o mundo encontrou-se polarizado entre grandes potências: o Eixo e os Aliados. Alemanha, Japão e Itália apresentavam-se na constituição do primeiro bloco. Estados Unidos, Império Britânico, União Soviética e China representavam os países principais que compunham a segunda coalizão.

Getúlio Vargas, que governava o Brasil no período sob o regime do Estado Novo, conseguiu manter-se neutro durante considerável tempo, enquanto simultaneamente, tentava extrair benefícios para o país diante da situação que se instaurava. No entanto, o estado de neutralidade foi abalado pelo torpedeamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães. O acontecimento, ocorrido em 1941, acarretou uma série de manifestações populares exigindo o posicionamento do presidente em relação ao conflito. Finalmente, em 1942, Vargas declarava guerra ao Eixo e alinhava-se às potências Aliadas. Neste contexto, a Força Expedicionária Brasileira foi criada, resultando no envio de aproximadamente 25 mil soldados para os Apeninos italianos, onde combateriam as forças nazifascistas que haviam se instalado na região (FERRAZ, 2012, p. 43 - 84).

Ao serem convocados, os expedicionários precisaram enfrentar a dura realidade que os aguardava. Em pouco tempo, tiveram que se deslocar para as longínquas terras italianas, suportando inimagináveis intempéries. Mesmo tendo recebido pouco treinamento, os soldados brasileiros conseguiram realizar importantes conquistas, como a tomada de Montese e Monte Castelo. Com o fim da guerra, surgiram inúmeras formas de registrar as memórias dos ex-combatentes e imortalizar o vivido – dentre elas, o documentário. Considerada um momento importante da história do país, a atuação da FEB ainda é um campo de disputas e divergências, ao mesmo tempo em que se

institui como uma esfera inexplorada. Neste cenário é que “Rádio Auriverde” se insere – um documentário que gerou, e ainda gera distintas reações.

Para o entendimento deste filme documentário a um nível mais profundo e sua conseqüente recepção, faz-se necessário conhecer a vida e trajetória do diretor. Sylvio Back nasceu em 1937, em Blumenau, Santa Catarina. Filho de imigrantes europeus - mãe alemã e pai judeu húngaro, Back desde a juventude interessou-se pelo universo literário e cinematográfico. Sua trajetória como cineasta iniciou-se nos anos de 1960, com a filmagem de curtas-metragens. A temática de seus filmes, em grande parte é voltada para a história do Brasil, com tom característico de denúncia, discutindo acontecimentos como a Guerra do Paraguai, Guerra do Contestado e as Missões Jesuíticas entre os índios guaranis. As controvérsias de seus filmes são anteriores a “Rádio Auriverde”, como se pode observar em “República Guarani”¹³⁸.

Suas primeiras obras se inserem na conjuntura do Cinema Novo – um movimento cinematográfico que revolucionou o cinema nacional. A principal característica desta corrente consistia em realizar filmes de autor, produzindo filmes antiindustriais que trouxessem a discussão dos problemas sociais da época. Assim, seria possibilitado ao cineasta questionar através das lentes da câmera, a realidade social do Brasil (ROCHA, 1981, p. 17). Outra tendência do Cinema Novo era o retratar temáticas que se concentravam no eixo Rio-São Paulo. Por revelar cenários do sul do país, Sylvio Back foi considerado por Glauber Rocha (um dos principais nomes do movimento), a consciência do sul do Cinema Novo. Conforme o diretor, o fato dos filmes privilegiarem as temáticas de São Paulo e de outras localidades do Brasil, o sul encontrava-se marginalizado. E quando o faziam, traziam consigo uma dose de folclore. Por essa razão, Back decidiu dedicar-se a redescobrir o imaginário desta região (BACK, 1997, p. 25).

Ao longo dos anos de 1970, Sylvio Back enfrentou problemas com a censura na Ditadura Militar durante os governos de Médici e Geisel. Segundo o cineasta, dois de seus longas-metragens “A Guerra dos Pelados” (1971) e

¹³⁸ Sylvio Back recebeu fortes críticas da Igreja católica nesta produção, por esta última entender que as Missões Jesuíticas não foram do modo como apresentadas em “República Guarani”.

“Aleluia Gretchen”(1976) se defrontaram com problemas políticos, ideológicos e morais, resultando em consequências financeiras para ambas as produções. Durante as gravações de “A Guerra dos Pelados”, Back, juntamente com outros integrantes do elenco foram fichados sob a acusação de, ao estarem realizando as filmagens do filme, estariam concomitantemente, fazendo treinamento de guerrilha (BACK, 2004, p. 46). Simultaneamente ao trabalho de cineasta, Back ingressou na militância política contra o regime militar. Através da escrita de textos, reuniões de estudos marxistas e panfletagens, o diretor participava ativamente da luta clandestina. O (re) sentimento antimilitarista pode ser sentido com intensidade em suas obras, especialmente em “Rádio Auriverde”. Alguns pesquisadores inclusive atribuem à forma como o documentário foi feito a sua trajetória pessoal, contribuindo de forma significativa na recepção do documentário em foco.

OBJETIVOS

O presente artigo tem como objetivo analisar a recepção do documentário e dimensionar o alcance da obra a partir de críticas e cartas do leitor publicadas em diversos jornais durante o ano de seu lançamento. O filme documentário estreou em 1991 no 24º Festival de Cinema Brasileiro (MORETZSOHN, 1992, p. 91). A estreia foi marcada por manifestações do público, em especial dos ex-combatentes, que ficaram indignados com a forma que foram representados na produção de Sylvio Back. A opção do cineasta em retratar a atuação da FEB através do humor escrachado e do deboche resultou em um grande descontentamento com a obra, levando veteranos, críticos de cinema e o público em geral a escrever diversas críticas relatando suas opiniões sobre o filme. Para tanto, foram reunidas cerca de quarenta notícias publicadas ao longo do referido ano que expressavam a opinião do público sobre o documentário.

Referente à recepção cinematográfica, Fernando Mascarello destaca a mudança de perspectiva acerca das teorias da espectralidade cinematográfica. Nos anos de 1970, a recepção foi pensada a partir do cinema

*mainstream*¹³⁹, reduzindo-a a um determinismo textual homogeneizante. O autor reitera que nesta vertente, há uma redução do espectador como mera “inscrição textual”. Neste contexto, o espectador é interpretado como um indivíduo abstrato e passivo, onde seu entretenimento e absorção do texto fílmico dominante são sentenciados como meio do “posicionamento subjetivo” no interior da ideologia capitalista (MASCARELLO, 2004, p. 92). Tal perspectiva pode ser comparada a de Escola de Frankfurt, que em seu conceito de indústria cultural, via as formas midiáticas – na qual se inclui o cinema, como “absolutamente manipuladora e ideológica, [...] em que a mídia simplesmente fornece recursos para o uso e o prazer do público” (KELLNER, 2001, p. 424).

Na sequência, Mascarello assinala que a partir dos anos de 1980 no contexto de uma ruptura teórico-metodológica, há uma modificação na concepção de espectador, quando surgem outros *locus* e posições para ele. Segundo o autor, a análise entre o texto fílmico e a audiência passou a vigorar, examinando a manifestações presentes na produção e recepção. A partir daí inicia-se o desenvolvimento da ideia de “audiência ativa”, quando a utilização do filme dominante começa a ganhar espaço no campo teórico (MASCARELLO, 2004, p. 92). Neste sentido, como aponta Graeme Turner (2000, p. 197), o estudo da conjuntura cultural e econômica da audiência também passa a ser observada. De acordo com Turner, estes estudos contribuem para o entendimento de como os textos televisivos são absorvidos, e como assimilamos essas compreensões em outros aspectos da vida cotidiana (*apud* MASCARELLO, 2004, p. 95-96).

Com a evolução das pesquisas nessa esfera, Mascarello (2004, p. 99) percebe que

[...] verifica-se um consenso entre estes autores quanto ao fato de que os estudos culturalistas de audiência de fato inspiram importantes deslocamentos ocorridos nos estudos de cinema, de modo geral, e nos estudos da espectralidade cinematográfica, em particular. Por outro lado, com relação aos efeitos específicos dos influxos dos estudos culturais, não parece haver o mesmo grau de consensualidade, o que deriva, de certa forma, da falta de um maior aprofundamento de seus esforços de reflexão histórico-teórica neste sentido.

¹³⁹Conforme a definição do *site* Significados, a expressão *mainstream* pode ser traduzida como um conceito que expressa uma tendência ou moda principal e dominante. A tradução literal de *mainstream* é "corrente principal" ou "fluxo principal".

Por outro lado, averigua-se que apesar do espectador esteja sendo estudado em categorias específicas de espectadorialidade, a recepção cinematográfica ainda não alcançou uma definição uniforme e precisa. Conforme Mahomed Bamba, alguns teóricos tendem a dissociar “os comportamentos de consumo daquilo que eles consideram como atos reais de recepção”. Neste entendimento, o pesquisador pode – na teoria, reedificar o âmbito espectadorial, as decodificações solicitadas por um filme e trama de possíveis interpretações baseadas em dados textuais extraídos do filme, desconsiderando na totalidade, ou parcialmente, o contexto em que está inserido (BAMBA, 2013, p. 23). Ainda que seja um campo difuso, há um consenso em denominar o fenômeno da recepção como espectadorialidade, criado a partir do termo em inglês *spectatorship*, resultando na disposição de uma subárea exclusiva do “estudo da reconstrução de figuras e modos de espectadoriais em perspectivas diacrônicas ou contemporâneas” (BAMBA, 2013, p. 24).

Em relação às reações do espectador, Christian Metz avalia que a participação afetiva do audiente pode ser variada de acordo com o nível ficcional da narrativa e do perfil do espectador. Metz utiliza-se da ótica psicanalítica para desvendar as ligações entre os filmes e o público, revelando como o filme tradicional tenciona suprimir os vestígios do agente da enunciação. O autor prossegue afirmando que, se esta estratégia dá o efeito do espectador assistir a uma narrativa sem discurso, de outro modo, todo o princípio de ação da instituição-cinema reside na transparência do discurso narrativo (1983, *apud* BAMBA, p. 30). Parte-se da premissa que, se o filme oferece conteúdo ao espectador e mesmo assim simula que não está sendo visto pela esfera espectadorial, “é porque o cinema como instituição, que opera em todos os filmes, regulou o visionamento a partir deste princípio em que a relação do espectador passe a se dar mais com a história narrada do que com os modos como é narrada (discurso)” (BAMBA, 2013, p. 30).

No tocante a reação que uma produção cinematográfica pode despertar reconhece-se que os filmes são pensados com o intuito de o espectador se aproximar do protagonista, como se vivesse a situação imposta pelo cenário,

através das lentes do personagem principal. O mesmo acontece quando o personagem, ou a trama, transgride alguma norma socialmente estabelecida. Neste sentido, Juan Droguett reitera que

O foco do filme tem muito a ver com o saber do personagem e sua relação com o saber do espectador. Estes pressupostos de identidade são recursos cinematográficos que os filmes utilizam para possibilitar que o olhar do personagem se converta no olhar do espectador. Um personagem que efetue mudanças e que transgrida a norma social, pela qual a identificação promove uma atitude crítica da instância receptora, além do filme, instala-se no espectador-receptor do mesmo modo como funciona a lei social estabelecida (DROGUETT, 2007, p. 06).

O autor também destaca que as tramas estão bem calcadas no princípio de alteridade, estabelecida de eficazmente na sociedade atual. Este conceito, ambientado na estética da recepção, nivela o plano fenomenológico com a alteridade alheia, sempre evocada no sentido de identificação do personagem/protagonista, mesclando este reconhecimento com os modos de pensar, agir e sentir do ser humano (DROGUETT, 2007, p. 06).

RESULTADOS

Para a análise proposta foram examinadas quarenta e cinco notícias publicadas de abril a agosto de 1991 em diversos jornais do país, sobretudo os de Brasília e São Paulo. Embora haja notícias sobre o documentário de 1990 a 1999, elegemos tal recorte temporal em razão de 1991 ser o ano de estreia nacional. Jornais como Gazeta do Povo, Zero Hora, O Estado de São Paulo e Folha de Londrina, veicularam notícias sobre o lançamento e repercussão de “Rádio Auriverde”. Muitas das críticas não foram assinadas por jornalistas ou colaboradores específicos, mas falavam em nome do jornal. Tais publicações foram categorizadas em dois campos temáticos. O primeiro refere-se ao fluxo de publicações do período selecionado. Ao realizar esta quantificação, pode-se avaliar durante qual mês o número de matérias encontra-se mais intenso e se o número encontrado se correlaciona com o alvoroço imediato do lançamento do filme – que seria considerado o movimento natural, ou se a intensidade de publicações distribuiu-se de forma relativamente uniforme ao longo dos cinco meses analisados.

A segunda categoria diz respeito à esfera qualitativa da recepção. Esta categoria foi dividida em três subáreas: avaliações positivas, negativas e neutras. Entendemos “neutras” como publicações que não se posicionaram claramente acerca do documentário, expressando opiniões próprias, ou que apresentaram os prós e contras da obra, buscando uma posição aparentemente imparcial. A seguir, os resultados foram compilados em gráficos.

3.1 Relações número de publicações/mês em 1991.

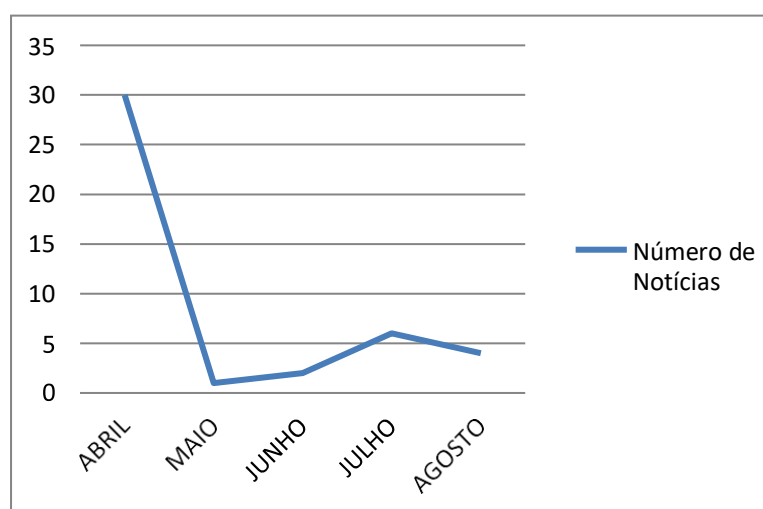


Figura 1. Número de publicações por mês de abril a agosto de 1991

Podemos perceber que neste primeiro gráfico o número de matérias atinge elevado número em abril, quando o documentário foi lançado oficialmente no Cine Ritz, em 13 de abril de 1991. A estreia foi marcada por protestos de ex-combatentes da Campanha da Itália, que de acordo com os jornais, vaiaram Back, ameaçando-o de agressão física, tendo este último que recorrer à proteção policial. Os veteranos acusaram o cineasta de deturpar a história da FEB, utilizando cenas e comentários falsos, manipulando a história do ocorrido. Algumas notícias sobre a produção já circulavam no início de abril, mas após o lançamento no cinema, as matérias sobre a obra, especialmente sobre os protestos organizados pelos expedicionários, aumentaram de forma significativa. Ao total, trinta notícias foram publicadas ao longo do mês. Passada a efervescência da polêmica, o número de reportagens despencou, passando a ser raramente mencionado em maio e junho do referido ano. As matérias passam a ganhar força novamente em julho, embora não na

intensidade que abril. O documentário volta à tona pela exibição no Festival de Brasília, ocorrido em julho de 1991. Desta forma, as críticas e polêmicas em torno de “Rádio Auriverde” recomeçam, indo até aproximadamente o fim de agosto.

3.2 Relações qualitativas críticas/avaliações.

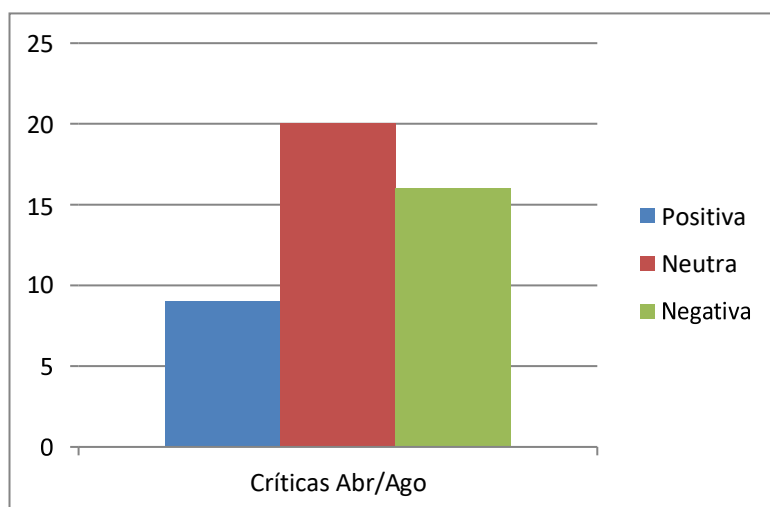


Figura 2. Número de críticas de acordo com o posicionamento.

Nesta segunda categoria, as posições consideradas “neutras” encontram-se em maior número¹⁴⁰. Nota-se que as primeiras notícias acerca do filme documentário apenas comunicavam a estreia e faziam breve relato sobre o conteúdo que o mesmo veiculava. A partir do lançamento, as reportagens que tentavam ser imparciais mostravam as opiniões negativas – majoritariamente emitidas pelos ex-combatentes e as respostas e declarações que Sylvio Back oferecia em defesa de sua obra. Os posicionamentos positivos¹⁴¹ têm o ponto em comum de destacar a grande pesquisa realizada pelo cineasta em arquivos nacionais e do exterior, pela qualidade e raridade das imagens elegidas e pela coragem do diretor de tentar desmistificar este período da história nacional.

¹⁴⁰ Totalizando vinte reportagens do material analisado.

¹⁴¹ Totalizando nove reportagens do material analisado.

Por fim, as avaliações negativas¹⁴² enfatizam o demasiado uso da ironia e do deboche e consideram que todo trabalho feito por Back entra em descrédito pela maneira desrespeitosa e até mesmo antiética com que representa os expedicionários. Percebe-se que o número de reportagens negativas emitidas por críticos de cinema e pelo público em geral se avoluma quando os primeiros textos escritos por veteranos entram em circulação. A partir daí pode-se discutir qual o nível de influência do teor da crítica publicada em relação ao público que, antes de assistir ao filme, lê opiniões que se posicionam de alguma forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por conseguinte, pode-se inferir que “Rádio Auriverde” alcançou público considerável no período em que foi lançado, tendo em vista o gênero fílmico do documentário não atinge grande audiência no Brasil¹⁴³. Ainda que motivada pela celeuma provocada nos festivais ou nas exposições em salas de cinema, o documentário de Sylvio Back consegue tornar-se um dos mais lembrados quando surge a temática da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Não cabe aqui discutir se o documentário ultrapassa os limites necessários ao tratar de um item tão delicado quanto a memória coletiva. No entanto, é possível afirmar que grande parte das motivações pelas quais o documentário popularizou-se no período, foi em razão das polêmicas geradas pelo rompimento que “Rádio Auriverde” ocasiona com a memória oficial.

REFERÊNCIAS

BACK, Sylvio. **Rádio Auriverde**: a FEB na Itália. Governo do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura, 1990. Roteiro, sinopse e comentários do cineasta.

_____. Censura (2004). In: **Dossiê Back**, p. 39 (Arquivo digital enviado pelo autor).

¹⁴² Totalizando dezesseis reportagens do material analisado.

¹⁴³ Cf. TOMAIM, Cássio dos Santos (2014, p. 79-85).

_____. Solidão Curitibana (1997). In: **Dossiê Back**, p. 45 (Arquivo digital enviado pelo autor).

BAMBA, Mahomed. Teorias da recepção cinematográfica ou teorias da espectralidade fílmica. In: BAMBA, Mahomed (org). **A recepção cinematográfica: teorias e estudos de caso**. Salvador: EDUFBA, 2013, p. 21 – 68.

DROGUETT, Juan. Estética da recepção cinematográfica – sobre os efeitos receptivos da produção cinematográfica. **Comunicação & Inovação**. São Caetano do Sul, v. 8, n. 15:(2-10) jul-dez 2007.

FERRAZ, Francisco C. A. A formação da Força Expedicionária Brasileira e sua atuação na campanha da Itália. In: FERRAZ, Francisco C. A. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012, p. 43-84.

MASCARELLO, Fernando. Os estudos culturais e a recepção cinematográfica: um mapeamento crítico. **ECO-PÓS**, vol. 7, nº 2, p. 92-110, 2004.

MORETZSOHN, José. “Rádio Auriverde” uma debochada afronta. **A Defesa Nacional**, nº 756, abr/jun, p. 91-109, 1992.

ROCHA, Glauber. **Revolução do Cinema Novo**. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme, 1981.



“O GRANDE IRMÃOZELA PORTI”: UMA REFLEXÃO HISTÓRICA SOBRE AS APROPRIAÇÕES DO TOTALITARISMO NO LIVRO “1984” DE GEORGE ORWELL (1948)

Maria de Fátima Fernandes Ferreira
UEL

Resumo. Esse trabalho tem por objetivo analisar o livro 1984 de George Orwell. O livro representa um regime político de caráter disciplinante, baseado na coerção e no controle. A obra foi escrita em 1948 e sua primeira edição foi lançada 1949, dessa forma é possível perceber vários aspectos do imaginário da época, que havia passado por duas guerras, sendo a última de grandes proporções deixando marcas no cenário político, econômico e social. Dessa maneira é possível estabelecer diálogo com Michel Foucault que demonstra em escritos, como por exemplo, “Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão” como enxerga a sociedade de forma semelhante. Para Michel Foucault a sociedade utiliza de mecanismos para normatizar, adequar e docilizar as pessoas em escolas, prisões e instituições militares. Para que essa análise fosse possível, estou utilizando o livro de Antônio Cândido “Literatura e Sociedade” e o também o livro “A Invenção do Cotidiano” de Michel de Certeau, por meio desses autores é possível estabelecer um diálogo entre a obra e como houveram modificações na visão dos que pertenciam aquele momento. Dessa forma é possível perceber visões da sociedade, e como isso faz parte da História, sendo assim é possível perceber uma relação com o imaginário e como ele se perpetua no tempo.

Palavras-chave: Apropriações; Totalitarismo; Orwell; Foucault; Imaginário.

Introdução

Este trabalho se predispõe a fazer uma análise do livro “1984” de George Orwell pseudônimo de Eric Arthur Blair¹⁴⁴. É importante salientar a relevância dessa pesquisa nos dias atuais devido ao fato de que as vendas desse livro após a eleição de Donald Trump aumentaram e o livro voltou a ocupar as primeiras posições entre os mais vendidos nos Estados Unidos. Recentes escândalos expostos por Wikileaks¹⁴⁵ que se tratavam de documentos do exército americano sobre a guerra do Iraque.

A pesquisa sobre Orwell nos permite compreender todo um imaginário de prognósticos de pessimismo que podem ser percebidos no Pós-Guerra, as pessoas tomaram para si a ideia de que tudo iria ficar ainda pior levando em conta o que duas guerras haviam lhe proporcionado. O que fica quando se pensa no mundo atualmente é a questão de como essa vigilância e esse controle por parte do estado é nocivo e exacerbado.

Essa pesquisa tem o intuito de analisar como se dialogam e se distanciam o pensamento de George Orwell e Michel Foucault tomando como base os livros “1984” (Mil Novecentos e Oitenta e Quatro) e “Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão”. O livro 1984 foi escrito no ano de 1949 em sua primeira edição, por George Orwell pseudônimo de Eric Blair, no período Pós-Guerra, nesse período em várias partes do mundo havia a existência de regimes autoritários com o Fascismo italiano e o Stalinismo russo. Já o livro “Vigiar e Punir” foi escrito em 1975 em sua primeira edição, vinte e seis anos depois, período no qual a França, país no qual pertencia Foucault passava pelas revoluções intelectuais.

¹⁴⁴ Eric Arthur Blair nasceu em 25 de Junho de 1903 em Motihari, Bengala, Índia. Além de “1984” (1949) tem outras obras escritas como “A Revolução dos Bichos” (1945) e “Mantenha o sistema” (1936).

¹⁴⁵ WikiLeaks é uma organização transnacional sem fins lucrativos, sediada na Suécia que publica, em sua página, postagens de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas, sobre assuntos sensíveis. A página foi construída com base em vários pacotes de programas (software), incluindo [MediaWiki](#), [Freenet](#), Tor e PGP.

Desenvolvimento

Em “1984”, Orwell cria um regime de caráter totalitário pelo ponto de vista do personagem Winston Smith, que permanece o tempo todo atordoado e com medo que o regime possa descobrir que ele não está totalmente imerso nos termos disseminados, seja por atos que eram considerados crimes ou até mesmo suas feições vigiadas o tempo todo para evitar revoltosos.

Sobre isso Coelho¹⁴⁶ (2012, p. 158) coloca que

[...] Suas angústias, medos e sonhos são revelados em contradição com a tirania e o controle das ideias, dos *sentimentos* e dos comportamentos. Mas este totalitarismo é sempre amenizado pela falsa certeza de que “O Grande Irmão zela por ti” – frase emblemática estampada em cartazes aficcionados em todos os espaços públicos, e amplamente difundida nos sistemas de controle do partido.

Essa obra de ficção se passa em Londres, e tem seu controle pela IngSoc (Socialismo inglês), IngSoc é uma sigla adotada pela novilíngua, idioma também criado com o qual se denomina o Partido governante. Governo no qual o seguinte lema é disseminado: “Guerra é paz, Liberdade é escravidão, Ignorância é força”. Nesse regime existem quatro ministérios que servem para manter o controle sobre a política, economia e social que são: o Ministério da Fartura, o Ministério do Amor, o Ministério da Verdade e o Ministério da Paz. O Ministério da Fartura é responsável por manter a fome, pois, juntamente com a guerra, servia para manipular e dominar as massas. Já o Ministério da Verdade, tem como razão de existência o ato de deturpar dia a dia o passado, para que fizesse sentido quando confrontados com os prognósticos que o Partido distribuía para a sociedade no presente. Havia também o Ministério do Amor, principal mecanismo repressor e de espionagem, que se utilizava de tortura psicológica e física contra os que resistissem e por último, o Ministério da Paz que existia unicamente para manter o estado de guerra.

Essa sociedade que Orwell descreve se caracteriza pela necessidade em disciplinar e normatizar todos conforme as ideias do Partido, em vários momentos do livro é possível notar que Winston quase não lembra de sua vida

¹⁴⁶ COELHO, Cláudio Márcio. Poder, sentimento e terror na literatura de George Orwell. Simbótica. Espírito Santo, v. un., n. 01, 2012, p. 157-161.

anterior ao regime estar presente no poder e quando tenta recordar, se confunde em relação a datas e fatos. Praticamente não consegue se lembrar de como era um possível relacionamento com seus pais. Isso pode ser notado no decorrer do livro com bastante frequência.

É possível notar esses aspectos em Orwell¹⁴⁷ (2007, p.3)

[...] Tentou encontrar na memória uma recordação infantil que lhe dissesse se Londres sempre tivera aquele aspecto. Havia existido sempre aquelas apodrecidas casas do século dezanove, os flancos reforçados com espeques de madeira, janelas com remendos de cartolina e os telhados com chapa de ferro corrugado, e os muros doidos dos jardins, descaindo em todas as direções? E as crateras de bombas onde o pó de reboco revolteava no ar e o mato crescia à matroca sobre os montes de escombros; e os lugares onde as bombas haviam aberto lareiras maiores e tinham nascido sórdidas colônias de choças de madeira que mais pareciam galinheiros? Mas era inútil, não conseguia se lembrar: nada sobrava de sua infância, exceto uma série de quadros fortemente iluminados, que se sucediam sem pano de fundo e eram quase ininteligíveis.

Em um regime que pregava a ideia de uma “solidão necessária”, Winston pode compreender as faces do totalitarismo da IngSoc, num primeiro momento, notou que o lema: “O grande-irmão zela por ti” poderia ser considerado uma inverdade, e estabeleceu isso relacionando ao fato de existirem especificidades ligadas a proteção do regime e a punição para atos que o Partido entendia como subversivos e a solução era combatê-los de forma que não atraísse atenção e não despertasse possíveis revoltosos.

Na ficção desenhada por Orwell, todos eram incitados a fazer denúncia caso percebessem que o outro fazia algo que fosse contrário ao regime, dessa maneira, a Crimideia não iria ocorrer (pensar de maneira criminosa, desviando do controle do Partido). O Partido, para obter ainda mais controle, cria a Novilingua, um novo idioma para limitar o pensamento e a reflexão, pondo um fim a ideia de Crimideia pelo fato de não haver mais palavras para explicá-la. A denominada Facecrime, seria uma demonstração de sentimentos e pensamentos que divergiam as ideias do partido IngSoc e podia ser percebidas tanto pelas teletelas espalhadas pela cidade e até mesmo no âmbito

¹⁴⁷ORWELL, George. 1984. São Paulo: Nacional, 2007.

residencial. A Propivida era a ideia de que o individualismo deveria ser combatido e que o Grande Irmão resolveria isso. A ideia de um ser Bempensante, era de que aquele que conseguisse deter, em semelhança ao instinto, qualquer pensamento que apresentasse perigo. Então, essa pessoa se tornaria alguém que aceita ideais contraditórios num processo consciente e ao mesmo tempo inconsciente, ocorrendo uma adulteração na maneira de pensar, a isso se dava o nome de Duplipensar.

Sobre o fim da Crimidéia, é possível notar em Orwell¹⁴⁸ (2007, p. 38)

[...] Syme mordiscou outro fragmento do pão escuro, mastigou-o pouco e continuou: - Não vês que todo o objetivo da Novíngua é estreitar a gama do pensamento? No fim, tornaremos a crimidéia literalmente impossível, porque não haverá palavras para expressá-la. Todos os conceitos necessários serão expressos exatamente por uma palavra, de sentido rigidamente definido, e cada significado subsidiário eliminado, esquecido. Já, na Décima Primeira Edição, não estamos longe disso. Mas o processo continuará muito tempo depois de estarmos mortos.

Mas, apesar das inúmeras maneiras que o Partido utilizava para controle, não somente as rigorosas leis, mas também a teletela que estava em todos os lugares anunciando dados, regendo a educação física e até mesmo vigiando cada passo de todas as pessoas, Winston se apaixona por uma moça chamada Júlia, que assim como ele trabalhava no Ministério da Verdade, dessa maneira, observa que há uma condenação fervorosa ao amor no qual há relação sexual, pois, o IngSoc considera esse ato como sendo Propivida, sobretudo político, ou seja, um momento no qual o Grande Irmão é deixado de lado e o indivíduo toma as rédeas da própria vida.

Winston acaba ficando mais próximo de O'Brien, que fazia parte do Partido Interno, mas apresenta a Winston ideias contra o regime, ou seja, ideias de resistência. Em meio a isso, é descoberto seu relacionamento com Júlia e sua Crimidéia é delatada. O'Brien foi quem traiu Winston, pois, na realidade, ele era parte da espionagem e repressão do Ministério do Amor. Winston e Júlia são presos, ele é por meses torturado psicologicamente, fisicamente e emocionalmente. O'Brien se torna seu agressor direto, justifica

¹⁴⁸Orwell, 2007,p. 38.

esses atos dizendo que se fazem necessários para que Winston se cure, ou seja, renuncie a Crimideia cometida, e a ideia de Propivida.

Esses aspectos podem ser notados em Orwell¹⁴⁹ (2007, p.180)

[...] Dou-me a esta trabalhadora contigo, Winston, porque vales a pena. Sabes perfeitamente qual é o teu mal. E sabes há muitos anos, embora lutasses contra o conhecimento. És mentalmente desequilibrado. Sofres de memória defeituosa. És incapaz de recordar acontecimentos reais e pensas que te lembras de outros, que nunca tiveram lugar. Felizmente, é curável. Não te curaste, porque preferiste não te curar. Não te dispuseste a fazer um esforcinho. Neste mesmo instante, sei que te agarras à tua doença, sob a impressão de que é uma virtude.

Após tantas torturas, Winston ouve de O'Brien que no caso dele há uma melhora intelectualmente, mas emocionalmente não, levando em consideração o parâmetro de melhora estabelecido pelos ideais do partido. É libertado e acaba se encontrando com Júlia, o que havia de sentimento entre eles foi alvo de tantos ataques, que não chega a ser destruído, mas acaba por adormecer, seja pela dor sofrida e o medo recorrente a todo o momento. É possível considerar que agora Winston, assim como a maioria, idolatrava o Grande Irmão, considerada uma vitória sobre si mesmo e seus ideais anteriores.

Em "Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão", na terceira parte de seu livro, intitulada Disciplina, especificamente no capítulo: "Os Corpos Dóceis", estabelece aspectos por muitas vezes semelhantes à obra de Orwell. Inicia esse capítulo com uma reflexão sobre o que é ser soldado, explicando que isso se percebe de longe e entende que é possível notar seu vigor e coragem. Foucault explicita que o corpo de um soldado é como um brasão e a principal maneira de demonstrar sua valentia, considera que o ofício das armas apesar de ser aprendido por meio da luta, a marcha e o porte da cabeça estão relacionados a isso.

Sobre isso é possível notar em Foucault (1978, p.166) apud Saxe (p.5)¹⁵⁰

¹⁴⁹ Orwell, 2007, p.180.

¹⁵⁰ FOUCAULT, Michel. Os Corpos Dóceis. In: _____ Vigiar e Punir. RJ: Vozes, 1978. apud Marechal de Saxe, Mês rêveries, t. I, avant-propos, p. 5.

[...] Os sinais para reconhecer os mais idôneos para esse ofício são a atitude viva e alerta, a cabeça direita, o estômago levantado, os ombros largos, os braços longos, os dedos fortes, o ventre pequeno, as coxas grossas, as pernas finas e os pés secos, pois o homem desse tipo não poderia deixar de ser ágil e forte: [tornado lanceiro, o soldado] deverá ao marchar tomar a cadência dos passos para ter o máximo de graça e gravidade que for possível, pois a Lança é uma arma honrada e merece ser levada com um porte grave e audaz.

Ao pensar o século XVIII, Foucault compreende que o soldado é algo a ser moldado, um corpo que até então não se enxergava aspectos ligados semelhanças militares, é possível perceber uma correção nas formas de postura, tornando dessa maneira uma máquina, e que por esse motivo deixa de aparentar ser camponês para adquirir a aparência do soldado.

Para Foucault, num dado momento, o corpo se tornou algo importante para a construção de um poder “Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”. (Foucault, 1978, p. 163)¹⁵¹. Foucault ressalta que o livro *O Homem Máquina*, foi escrito em suas primeiras páginas por Descartes e que médicos e filósofos o continuaram, sendo a outra parte constituída por regulamentações de regulamentos militares, escolares e hospitalares para controlar e corrigir o corpo. Esses dois registros serviam ao mesmo tempo para submeter e utilizar. O autor considera que ao relacionar o corpo manipulável ao analisável é possível adestrar, e, sobretudo, docilizar, pois “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. (Foucault, 1978, p.163)¹⁵².

Para exercer total controle, Foucault explica que não é somente cuidar do corpo, mas, trabalhá-lo em todos os detalhes, para ele, se faz necessária uma imposição sem descanso, utilizando métodos semelhantes a mecânica, é primordial que seja dada atenção a realização de exercícios, dessa forma, se torna possível controlar minuciosamente o corpo, tornando a relação docilidade-utilidade facilitada, na qual Foucault nomeia de Disciplina. Michel

¹⁵¹ Foucault, 1978, p.163.

¹⁵² ibidem, p.163.

Foucault coloca que nos séculos XVII e XVIII foi que as disciplinas foram utilizadas para dominar.

Pensando nesse aspecto Foucault (1978, p. 164)¹⁵³

[...] O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.

Dessa maneira então se dá o que Foucault chama de “política das coerções”, que seriam uma espécie de trabalho sobre o corpo, uma manipulação conjecturada em comportamentos, gestos e elementos. Para Foucault, há uma maquinaria do poder que o explora, desarticula e que o refaz. Ele ressalta que isso é o que se pode chamar de “Anatomia política” e uma “Mecânica do Poder” que tem por objetivo definir uma maneira do corpo ser controlado, mas não apenas para que façam o que se quer, mas também para que o façam da maneira que se quer, como técnicas pré-estabelecidas eficácia e rapidez. Para Michel Foucault a disciplina molda corpos exercitados e submissos, ou seja, “corpos dóceis”.

Foucault considera que a disciplina aumenta as forças do corpo seja em termos de utilidade quanto de obediência, ela dissolve o poder do corpo, faz dele uma capacidade a se aumentar e faz da energia uma espécie de potência para tirar maior proveito de uma relação de estrita sujeição. Para Michel Foucault, observar minuciosamente os detalhes, e ao mesmo tempo focar no aspecto político dessas pequenas coisas, para controlar e tornar fácil a utilização dos homens.

Ao falar especificamente de disciplina Foucault (1982, p.167)¹⁵⁴

[...] Uma observação minuciosa do detalhe, e ao mesmo tempo um enfoque político dessas pequenas coisas, para controle e utilização dos homens, sobem através da era clássica, levando consigo todo um conjunto de técnicas, todo um corpo de processos e de saber, de descrições, de receitas e dados. E desses esmiuçamentos, sem dúvida, nasceu o homem do humanismo moderno.

¹⁵³ ibidem, p.164.

¹⁵⁴ Foucault, 1982, p. 167.

Ao se estabelecer relação entre o livro “1984” de Orwell e o livro “Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão” é importante notar algumas especificações: há uma distância temporal entre as duas obras, uma pertence ao ano de 1949, já a outra foi escrita em 1975, vinte e seis anos depois, são escritos diferentes, Orwell escreveu um romance baseado no contexto em que vivia, numa projeção pessimista de futuro, cercada de exageros, espelhando-se no fato de haver um crescente Autoritarismo tomando o poder na Europa. Já Michel Foucault, escreveu seu livro com outras intenções, a começar pelo fato de que o livro se deu, baseado nas pesquisas que havia feito em várias instituições, aos autores que leu e o período em que vivia estar passando por transformações intelectuais e políticas. Estas são as diferenças que devem ser enfatizadas quando se pensa nas duas obras.

O diálogo que existem entre as obras são muitos, a começar pelo fato do tema central de ambas ser a forma como se dá o poder, em “1984” o poder está nas mãos de um partido que se empenha em controlar a vida das pessoas em todos os aspectos possíveis, no trabalho, em casa, nas ruas e, sobretudo, nas relações pessoais que devem ser evitadas ao máximo, pois apegar-se a outro é uma atitude na qual afasta a principal ideia do partido governante, de que o governo rege tudo e não concordar com isso é uma atitude de protesto, que deve ser punida de acordo com seu nível.

Já “Vigiar e Punir”, descreve como se dá a questão do poder em instituições como escola, hospitais, conventos e até mesmo no sistema prisional, é importante notar que Michel Foucault descreve como ele enxerga as manobras do poder para fazer com que a relação de obediência e utilidade se dê por meio do controle rígido, semelhante ao estresse que se aplica a uma máquina, quase mecânico. Foucault entende que esse processo de disciplinarização está diretamente relacionada a docilização, ou seja, a submissão sem questionamentos e a obediência sem empecilhos.

Quando estabelecemos um diálogo entre os dois livros, é possível encontrar o fato de que o poder é o que move a ficção de Orwell e estudo de Foucault, para Orwell o estabelecimento do poder está correlacionado com a disciplina que está inserida num primeiro momento ao corpo físico e sua obrigatoriedade de exercício físico pela manhã, em horário pré-estabelecido e que isso é observado pelos detentores do poder atentamente. Sobre isso

“Somos vigiados a todo instante e condenados por nossas atitudes quando essas não seguem os padrões de “normalidade” ditados pela sociedade”. Assunção (2012, p. 304) ¹⁵⁵.

Em Foucault, a semelhança no ponto de vista pode ser vista pelo fato de que as grandes instituições adotam medidas semelhantes as descritas por Orwell, é comum em várias escolas que o hino seja tocado num dia pré-determinado, no mesmo horário em escolas pela manhã, isso mostra que há uma relação de poder estabelecida e que ela é incutida nos seres humanos desde criança, o poder deve ser enxergado como em todas esferas.

Sobre isso Coelho (2009, p.2)¹⁵⁶

[...] Interpretamos o *poder* como a faculdade e a possibilidade de possuir e exercer força física ou moral, influência, valimento, autorização, vontade, autoridade, domínio, controle, direito, decisão, mando, supremacia e governo das ações de outrem pela imposição da obediência ou pelo convencimento e persuasão, produzindo assim determinado efeito ou eficácia de dominação.

Quando Foucault coloca que o poder é uma prática social, que se constrói conforme a história há um paralelo que pode ser encontrado em Orwell, quando a personagem de sua ficção trabalha alterando dados e notícias para haja um conformismo na relação governante-governado, para gerar uma sensação de que tudo está bem e que o governo cumpre com o que promete, mas, o que acontece de fato não é isso e sim apenas inverdades na qual há um setor somente para efetuar alterações nos dados reais.

Considerações Finais

E possível dizer que Orwell antecipa Michel Foucault em “Vigiar e Punir” ao pensar uma sociedade na qual o poder e controle são estruturados em seus mínimos detalhes. Perpassa a relação subjetividade-objetividade ao descrever

¹⁵⁵ASSUNÇÃO, Karina Luiza de Freitas. Michel Foucault, o poder e o corpo: Uma Reflexão Acerca da Atualidade. In: CÓLOQUIO INTERNACIONAL DO GRUPO DE PESQUISA O CORPO E A IMAGEM NO DISCURSO. n.s/n, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia-MG: ASSUNÇÃO, 2012. p. 295-306.

¹⁵⁶COELHO, Cláudio Márcio. O Poder invisível. *Ágora*. Vitória-ES, v. s/v, n.15, 2009. p. 1-19.

que depois de um dado momento o poder já está consolidado que a mente já não consegue mais se desvencilhar, que o controle ainda se faz necessário, mas que a maior estruturação do poder se tornou a própria pessoa e que essa, já está submissa, dócil, a ponto de não mais conseguir olhar criticamente, pois já não enxerga a possibilidade de uma nova estrutura.

Orwell e Foucault entendem o mundo de uma maneira tão pessimista e caótica que não conseguem pensar em maneiras de transformação desse mundo, mundo no qual a tecnologia se desenvolve a cada dia que passa e as pessoas vão perdendo sua liberdade e sua individualidade sem nem se dar conta do quanto isso é prejudicial e problemático para a sociedade como um todo.

Referências Bibliográficas

ASSUNÇÃO, Karina Luiza de Freitas. Michel Foucault, o poder e o corpo: Uma Reflexão Acerca da Atualidade. In: CÓLOQUIO INTERNACIONAL DO GRUPO DE PESQUISA O CORPO E A IMAGEM NO DISCURSO. n.s/n, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia-MG: ASSUNÇÃO, 2012. p. 295-306.

COELHO, Cláudio Márcio. Poder, sentimento e terror na literatura de George Orwell. Simbiotica. Espírito Santo, v. un., n. 01, 2012, p. 157-161.

COELHO, Cláudio Márcio. O Poder invisível. Ágora. Vitória-ES, v. s/v, n.15, 2009. p. 1-19.

FOUCAULT, Michel. Os Corpos Dóceis. In: __ Vigiar e Punir. RJ: Vozes, 1978.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Nacional, 2007.



ARQUÉTIPOS E RELIGIÃO: UMA INTERPRETAÇÃO JUNGIANA DAS VISÕES DO “PASTOR” DE HERMAS (SÉCULO II)

Carla Vivian Figueiredo¹⁵⁷
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Resumo. Carl Gustav Jung (1875 - 1961), terapeuta suíço e criador da psicologia analítica, ao longo de toda a vida dedicada ao ensino e aos estudos, publicou diversas obras voltadas ao estudo do inconsciente e dos significados dos sonhos, que, assim como palavras faladas ou escritas, são uma forma de comunicação e de expressão do desejos. A fonte escolhida é conhecida como “Pastor de Hermas”, um livro que chegou a acompanhar alguns dos escritos do Novo Testamento, foi redigido por volta do segundo século, entre 142 e 155 d.C. e atualmente é considerado apócrifo. Os sonhos, por conterem uma carga considerável de simbologias, me auxiliarão a desenvolver essa discussão. Jung analisava sonhos em muitas de suas obras e definiu a palavra *arquétipo* como designação de predisposições inatas para a formação de determinadas imagens. Dentro da obra de Hermas, ao fim das visões, os significados das coisas que ele via e as “revelações” que tinha foram sendo colocados à mostra, criando uma relação entre todos os acontecimentos. Eu diria que vários arquétipos são representados pelos personagens e os significados dos sonhos vão sendo conectados a esses símbolos, conforme os identificamos. A proposta, então, é analisar alguns arquétipos presentes no “Pastor” sob a luz jungiana, dando prioridade para o livro “O Homem e seus Símbolos”.

Palavras-chave: Arquétipos; C. G. Jung; Pastor de Hermas; Visões; Sonhos.

¹⁵⁷Acadêmica do curso de licenciatura em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

A intenção deste artigo é apresentar o tema da pesquisa que venho desenvolvendo, onde busco explicitar minhas ideias para meu Trabalho de Conclusão de Curso ainda dando seus primeiros passos. A fonte escolhida se trata de um antigo livro apócrifo, escrito durante o período patrístico¹⁵⁸, por volta do segundo século entre 142 e 155 a.C. por Hermas¹⁵⁹ e que era muito utilizado para auxiliar e orientar aqueles que tinham acabado de entrar na Igreja em busca da salvação. Já fez parte do Novo Testamento mas hoje não compõe mais o corpo do Cânon e por essa razão é tido como uma obra apócrifa. Embora seja uma obra longa, dividida em 114 capítulos organizados em 5 visões, 12 mandamentos e 10 parábolas, trabalharei de início apenas com as 5 visões. A eclesiologia presente ao longo dos relatos sonhados de Hermas chama muita atenção para sua preocupação moral, impondo a ideia de que a Igreja é uma instituição necessária para alcançar a salvação. Objetiva-se, portanto, fazer breve análise dessa carga simbólica contida nos sonhos que compõem a obra a partir de perspectiva jungiana, com foco no personagem do Pastor.

Carl Gustav Jung (1875 - 1961), terapeuta suíço e criador da psicologia analítica, ao longo de sua trajetória dedicada ao ensino e aos estudos publicou diversas obras voltadas ao estudo do inconsciente e do significado dos sonhos, que assim como palavras faladas ou escritas, são uma forma de comunicação e de expressão dos desejos. Uma das principais obras em que me baseio enquanto metodologia para conseguir percorrer esse caminho e compreender melhor o tema é de sua autoria, *O Homem e seus Símbolos*.

Os sonhos, por conterem uma carga considerável de simbologias, me auxiliarão a desenvolver essa discussão. Jung analisa sonhos em muitas de suas obras, e define a palavra *arquétipo* como um sinônimo de ideia, no sentido platônico.

“Uma vez que tudo o que é psíquico é pré-formado, cada uma de suas funções também o é, especialmente as que derivam diretamente das disposições inconscientes. [...] Nos produtos da fantasia tornam-se visíveis as ‘imagens

¹⁵⁸ Período que abrange os três primeiros séculos; filosofia cristã desenvolvida pelos “pais” ou padres da igreja. Hermas teria sido um deles.

¹⁵⁹ Hermas teria sido um dos pais/padres da Igreja.

primordiais' e é aqui que o conceito de arquétipo encontra sua aplicação específica." (JUNG, 2000, p. 90)

Fazendo breve apresentação do conteúdo dos sonhos, logo nos primeiros 25 capítulos da obra encontramos as 5 visões que Hermas tem ao longo da vida, sendo a primeira iniciada logo no primeiro capítulo. Tendo sido levado à Roma para ser vendido, possivelmente, como escravo, Hermas encontra uma mulher de nome Rosa, por quem nutre um amor tido como pecado. Passado um tempo, em viagem para Cumas¹⁶⁰, Hermas se deita para dormir e ali tem um sonho onde uma idosa o convida ao arrependimento. O arrependimento é algo muito visado ao longo de toda a obra, sendo também ligado ao conceito de penitência. Na segunda visão, também em viagem para Cumas mas no ano seguinte, lembrou-se da viagem anterior e da visão que teve e conta que novamente teve uma visão, onde a mesma idosa da visão anterior aparece e entrega-lhe um livro, que trazia uma mensagem onde anunciava a perseguição à Igreja, para que fosse transcrito e futuramente distribuído afim de alertar sobre a mensagem trazida. Na terceira visão, a mais longa, a idosa reaparece, com um aspecto mais jovem e traços rejuvenescidos. Junto com a idosa aparece uma torre, que simboliza a Igreja, sendo construída por pedras boas e pedras ruins, que representam os santos e pecadores. Todas as dúvidas de Hermas quanto à simbologia das pedras e sua ligação com a torre vão sendo sanadas, assim como a simbologia do rejuvenescimento da idosa que lhe fazia as revelações. Ao longo da quarta visão, uma fera monstruosa aparece para confrontar Hermas. Hermas aceita então o desafio e enfrenta a grande fera. Logo depois, a idosa das visões anteriores entra em cena para parabenizar Hermas por ter entregue tudo nas mãos do Senhor e explicar-lhe os significados da fera, que representa as tribulações na Igreja. Por fim, no capítulo 25, onde inicia-se e conclui-se a quinta visão, os relatos abrem acesso à próxima parte da obra, onde Hermas vai relatar os mandamentos e as parábolas, respectivamente. Hermas vê se aproximar o Pastor em forma de Anjo, que ordena-lhe que escreva tudo o que viu e ouviu para que outros tenham acesso e tomem conhecimento baseado em suas experiências.

¹⁶⁰ Próximo à Nápoles, na Itália;

Inserido na obra estão alguns significados de suas visões. A idosa que aparece na primeira visão está representando a Igreja. Seu aspecto idoso refere-se à fragilidade que a atingia na época. Na segunda visão, essa mesma idosa reaparece e entrega a Hermas um livro que revelava a mensagem de perseguição à Igreja. Já na terceira visão, a personagem da idosa reaparece com um aspecto mais jovial. Seu rejuvenescimento refere-se à superação que a Igreja vem passando, tornando-se mais forte e viva. Nesse mesmo capítulo aparece uma torre em construção. A torre também representa a igreja, mas dessa vez a representa enquanto órgão a ser construído. A obra relata nessa visão que enquanto a torre é construída, pedras boas e ruins vão sendo separadas para a construção. Ao mesmo tempo, algumas pedras vão caindo da torre enquanto é erguida. A explicação contida na obra para essas simbologias nos conta que a construção da torre simboliza a construção da própria igreja, e as pedras boas e ruins distinguidas significam os santos e os pecadores. Quanto as pedras que caem da torre durante sua construção, a obra explica que são aqueles que estavam no caminho da salvação e que por algum motivo, desviam de caminhos, lançando-se para fora da torre. Na quarta visão, chega a tribulação que foi revelada a Hermas no livro entregue pela idosa. Essa tribulação assume a figura de uma fera imensa a qual Hermas sabiamente enfrenta, segundo os ensinamentos do Senhor. Por fim, na quinta e última visão o Pastor (aquele a quem Hermas teria sido confiado) surge e Hermas o descreve como anjo.

Dentro da obra de Hermas, ao fim das visões, os significados das coisas que ele via e as revelações que tinha foram sendo colocados à mostra, criando uma relação entre todos os acontecimentos. Há também vários arquétipos sendo representados pelos personagens, e o significado dos sonhos vão sendo amarrados a essas figuras conforme as identificamos. Jung discorre que

“O que chamamos de símbolo é um termo, um nome ou mesmo uma imagem que nos pode ser familiar na vida cotidiana, embora possua conotações especiais além do seu significado evidente e convencional. Implica alguma coisa vaga, desconhecida ou oculta para nós. [...]” (JUNG, 2016, p.18.)

Sendo assim, para Carl Gustav Jung fica claro que todos nós temos símbolos pessoais, criados dentro do nosso inconsciente de acordo com experiências vividas, imagens vistas ou sons que escutamos ao longo da vida, que vão se materializar dentro do nosso inconsciente de maneira particular, podendo ganhar sentidos diferentes daqueles que conhecemos convencionalmente.

Jung também fala sobre o inconsciente coletivo, diferenciando-o do inconsciente pessoal, alegando que o primeiro é constituído de arquétipos enquanto o segundo constitui-se de complexos.

“O inconsciente coletivo é uma parte da psique que pode distinguir-se de um inconsciente pessoal pelo fato de que não deve sua existência à experiência pessoal, não sendo portanto uma aquisição pessoal. Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes e no entanto desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e portanto não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à hereditariedade. Enquanto o inconsciente pessoal consiste em sua maior parte de complexos, o conteúdo do inconsciente coletivo é constituído essencialmente de arquétipos.” (JUNG, 2000, p. 53)

Previamente, acredito poder visualizar o arquétipo de Velho-sábio dentro da figura do Pastor, pelas características que ele oferece, descritas na obra. Hermas o descreve como “[...] um homem de aparência gloriosa, vestido com roupas de pastor, coberto com uma pele branca de cabra, com o bernal nas costas e o cajado na mão [...]” (HERMAS, 2010, p. 14). O Pastor acaba assumindo um papel de conselheiro, de alguém que possui certo conhecimento, assume aspecto glorioso e transmite paz. Jung, em *Arquétipos e o inconsciente coletivo* detalha que

“[...] Nos sonhos, é de uma figura paterna que provém convicções decisivas, proibições e conselhos. A invisibilidade desta fonte é muitas vezes ressaltada pelo fato de consistir apenas de uma voz autoritária que pronuncia julgamentos definitivos. É por isso que a imagem de um velho simboliza geralmente o fator "espírito". [...]” (JUNG, 2000, p. 212)

Ainda há muito o que descobrir, muito o que ler, muito conhecimento a ser adquirido, mas considero acréscimo a oportunidade de apresentar à comunidade acadêmica um projeto de pesquisa que venho desenvolvendo com muito zelo e cuidado. Considerando a pesquisa ainda em estágio inicial e não havendo contato direto com a fonte em sua língua original, apenas com a tradução livre disponível no referencial bibliográfico, não há muitas conclusões acerca de resultados mas há algumas hipóteses significativas e questionamentos possíveis para a conclusão deste texto.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

FONTE:

HERMAS, “**O Pastor de Hermas**”, disponível em
<<http://monergismo.com/hermas/o-pastor-de-hermas/>> acessado em
23/11/2017 às 15:54.

JUNG, Carl Gustav. **O Eu e o Inconsciente**. 9. ed. Trad. SILVA, Dora M. R. Ferreira da. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

JUNG, Carl Gustav. **O Homem e seus Símbolos**. 3. ed. Org. JUNG, Carl Gustav. Trad. PINHO, Maria Lucia. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2016.

JUNG, Carl Gustav. **Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo**. 2. ed. Trad. APPY, Maria Luiza; SILVA, Dora Mariana R. Ferreira da. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.



ASPECTOS DA RELAÇÃO BRASIL-ESTADOS UNIDOS NA CONJUNTURA PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Gabriel Ignácio Garcia
(Programa de pós-graduação em História Social - UEL)

Resumo. Após o término da segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se firmaram como a maior potência global, porém, convivendo com a ameaça soviética a sua soberania política e ideológica. No cenário de enfrentamento entre essas duas superpotências, a América Latina passou a ter um papel estratégico. Atentos a essa conjuntura, estudiosos de diferentes nacionalidades exploraram nas últimas décadas a relação entre os EUA e a América Latina. Servindo-se de uma rica documentação diplomática, novas questões foram levantadas, não se restringindo as implicações políticas, sociais e econômicas, como também, discorrendo sobre as relações culturais entre esses povos. Recorrendo a uma parcela desses especialistas, esperamos compreender como a política externa brasileira esteve atrelada os interesses estadunidenses, em um recorte temporal que se divide em dois momentos. O primeiro, o contexto da II Guerra Mundial e do governo de Getúlio Vargas. O segundo, a conjuntura da Guerra Fria, chegando até a derrubada de João Goulart e a consolidação da ditadura militar. Além disso, ao longo do texto, pontuaremos um pouco das negociações entre o Brasil e os demais países latino-americanos, e destes, com a superpotência norte-americana.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Guerra Fria; Brasil; América Latina; Estados Unidos.

Financiamento: CAPES

Introdução

Após o término da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se firmaram como a maior potência mundial, porém, tendo de conviver com a ameaça soviética a sua soberania política e ideológica. No cenário de enfrentamento entre essas duas superpotências, a América Latina passou a ter um papel estratégico ainda maior. Para os estadunidenses, sua hegemonia no continente passou a ser vista como “um indicador de credibilidade nas relações internacionais” (SCHOULTZ, 2000, p. 408).

Não apenas os aspectos políticos vêm sendo pesquisados, mas também, questões culturais, como no livro “Estados Unidos: poder e submissão, uma história da política norte-americana em relação à América Latina” de Lars Schoultz. Se servindo de memórias de viagem, depoimentos de diplomatas, entre outras fontes, o autor analisou a construção do olhar dos mandatários e agentes estadunidenses acerca dos latino-americanos. Uma relação de alteridade alicerçada em preconceitos e estereótipos, que justificaram de modo simplista o estado de subdesenvolvimento da América Latina, tendo por base, sua cultura e seus costumes sociais (SCHOULTZ, 2000, p. 366). Nesse sentido, Sidnei Munhoz apontou a necessidade de pensarmos os reflexos da Guerra Fria nos múltiplos campos da vida social. De uma forma, ou de outra, as pessoas foram afetadas por alguma ideologia, fosse ela de cunho capitalista ou comunista (MUNHOZ, 2004, p. 275).

Haja vista todos esses aspectos e recorrendo a uma parcela de especialistas que versaram sobre a relação Brasil-Estados Unidos, esperamos compreender melhor a forma como a política externa brasileira esteve atrelada a política estadunidense. Num primeiro momento, de forma sucinta, no contexto da Segunda Guerra Mundial e do governo Vargas. Em seguida, atentando para a conjuntura dos tempos de Guerra Fria, chegando até a derrubada de João Goulart e a consolidação da ditadura militar.

De Getúlio a Goulart: as nuances da relação Brasil-Estados Unidos

Antes de localizar-senem mundo polarizado entre Estados Unidos e União Soviética, coube à diplomacia brasileira lidar com a tensão imposta pela conjuntura da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Alguns autores, como Sidnei Munhoz destacam a Guerra Fria como uma forma de desdobramento da Segunda Guerra Mundial, onde já se cristalizava a animosidade entre Stalin e os países ocidentais, devido à demora na formação de uma segunda frente de combate (MUNHOZ, 2004, p. 270). Tendo em vista essa espécie de continuidade entre essas duas guerras, acreditamos ser oportuno iniciar nosso recorte temporal ainda na Segunda Grande Guerra.

Apesar do apoio oferecido pelo Brasil aos aliados, Amado Luiz Cervo apontou um aspecto importante da relação Brasil-Estados Unidos nesse período. Chamando a atenção para uma espécie de “jogo duro” por parte do governo brasileiro com o governo estadunidense. Desenvolveu-se assim, uma estratégia direcionada a obtenção de vantagens para o desenvolvimento nacional (CERVO, 2001, p. 65-66). Acerca da política externa brasileira na década de 1930, o historiador propôs a existência de três princípios norteadores. O primeiro, o aumentoda capacidade de barganha por meio da exploração das rivalidades entre os dois blocos antagônicos. O segundo, a tendência a um posicionamento ao lado da política liberal dos EUA, mas fazendo os norte-americanosagirem em “razão das condições de competição provocadas”, e o terceiro princípio, ligado a incrementarão do intercâmbio com a Alemanha através das facilidades do comércio compensado (CERVO, 2001, p. 41-42). Vale frisar ainda, o importante papel ocupado pelo comércio com a Alemanha, de maneira que “[...] no fim de 1930, era responsável por 25% das importações brasileiras, ligeiramente acima dos Estados Unidos” (MILANI, 2011, p. 71).

No começo da década de 1940, traçando um paralelo do Brasil com a Argentina, Cervo chamou atenção para o crescimento do prestígio do Brasil em detrimento a um movimento de introspecção do país vizinho. Durante a Segunda Guerra, a declaração de neutralidade desgastou a relações da Argentina com os Estados Unidos. Entretanto, mesmo diante da crise

diplomática entre os dois países, o Brasil, que tinha Oswaldo Aranha a frente das Relações Exteriores, procurou não tomar partido, mantendo a lealdade aos Estados Unidos, mas sem romper ou alterar suas relações com a Argentina. Em outras palavras, a diplomata manteve um “[...] extremo cuidado em manter relações com as duas potências continentais das quais dependia o êxito do pan-americanismo e da política exterior brasileira, Estados Unidos e Argentina” (CERVO, 2001, p. 41-76).

O cenário das relações exteriores brasileiras teve uma mudança drástica com a chegada ao poder de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Assumindo a cadeira presidencial num momento de desenvolvimento da Guerra Fria, o generalteria levado o Brasil a uma condição servil, amargando “[...] profundas frustrações por não alcançar recompensa econômica nem pela cooperação da guerra nem pelo concurso que prestou a implantação da nova ordem internacional” (CERVO, 2001, p. 115). Conforme Cervo, diferentemente da postura mais autônoma de Getúlio, Dutra não teria mostrado a mesma firmeza na defesa dos interesses nacionais frente à hegemonia estadunidense.

Munhoz aponta para os avanços sociais e políticos da ditadura Vargas em contraposição aos retrocessos experimentados no governo Dutra, sendo que este, “[...] buscou criar os mecanismos institucionais e legais para a repressão às organizações de esquerda e os movimentos sindicais e populares” (MUNHOZ, 2011, p. 179). Além disso, esse discurso repressivo encontrou sua justificativa na ação estadunidense de combate a ameaça soviética¹⁶¹ (MUNHOZ, 2011, p. 179). Dessa forma, o historiador indica a existência de um paradoxo na política brasileira. Um regime caracterizado como ditatorial, mas que deixou um legado de espaços democráticos em contraste à um regime teoricamente democrático, mas que na prática, manifestou repressão e endurecimento quanto às liberdades sociais e democráticas (MUNHOZ, 2011, p. 182).

¹⁶¹ Ainda sobre o processo de “caça aos comunistas” vale reforçar que o mesmo não foi exclusividade brasileira. Em diversos países latino-americanos houve uma ação coordenada para tais fins. Em 1948, oito países latino-americanos haviam posto os partidos comunistas em situação de ilegalidade (MUNHOZ, 2011, p. 203).

Comparando a política adotada pelos dois governos, Munhoz sinaliza para uma relação Brasil-Estados Unidos mantida sobre bases renegociadas, durante o governo Vargas. Posteriormente, no governo Dutra, o apoio incondicional cedido aos estadunidenses, levou a perda da capacidade de negociação, perdendo também, a “expectativa de receber um tratamento preferencial e a conquista do *status* de potência regional” (MUNHOZ, 2011, p. 205). Assim como Dutra, outros governantes desejaram desfrutar de uma posição vantajosa em relação aos EUA, esse desejo, acabou sobrepondo-se a uma busca de unidade entre os países latino-americanos. Cerro assinalou as grandes dificuldades que os países latino-americanos tiveram na defesa de interesses comuns. Nesse sentido, os governos de Juscelino Kubitschek e Frondini, teriam sido exceções ao compartilharem uma “[...] visão de mundo da solidariedade ocidental conjugada a necessidade de desenvolvimento cuja expressão realista era a superação do antiamericanismo e a inauguração do diálogo construtivo com os Estados Unidos” (CERVO, 2001, p. 107).

Em 1951, com o retorno de Vargas ao poder, Carlos Roberto S. Milani atenta para um clima de descontentamento dos setores sociais. Essa insatisfação seria fruto da falta de correspondência estadunidense ao apoio brasileiro que vinha sendo oferecido desde a Segunda Guerra:

Com o novo governo de Vargas, movimentos nacionalistas expressaram seu profundo descontentamento diante dos meios financeiros limitados e do fracasso dos acordos de cooperação com os Estados Unidos, muitas vezes tratados por Washington como uma questão meramente técnica. Por conseguinte, os projetos eram deixados sob a tutela dos bancos de desenvolvimento, ao passo que as elites brasileiras nutriam a expectativa de um apoio político de envergadura, da parte dos Estados Unidos, a fim de alavancar e viabilizar o projeto nacional de desenvolvimento econômico. (MILANI, 2011, p. 71)

Com uma estratégia semelhante à de seu primeiro governo, Vargas teria procurado tirar vantagem da bipolarização mundial,

Sabendo que a intenção dos Estados Unidos era minar a influência soviética na região, o governo brasileiro procurou negociar projetos econômicos mais favoráveis, acreditando que o subdesenvolvimento poderia ser combatido por meio da ajuda pública internacional, oriunda principalmente dos Estados

Unidos (CERVO; BUENO, 2008). Mas a ordem mundial havia mudado o contexto político, que não era mais o mesmo dos anos 1935-1941 e tal estratégia não prosperou. (MILANI, 2011, p. 72)

Também procurando contar com a maior cooperação estadunidense, mas por um caminho distinto de Vargas, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), desenvolveu o plano nomeado “Operação Pan-Americana” (OPA), lançado em 1958. Antônio Carlos Lessa recorda uma carta de JK endereçada ao presidente estadunidense Eisenhower. Na carta, datada de maio de 1958, o mineiro propunha uma revisão das relações interamericanas em virtude do desenvolvimento de um sentimento antiamericano no país e da falta de cooperação dos EUA para com os países latino-americanos (LESSA, 2003). Lessa (2003, p. 5) sugere pensar os resultados obtidos pela OPA:

Ainda que os resultados concretos e diretos da OPA sejam considerados limitados, a iniciativa ganha vulto quando são examinadas as suas vinculações com o sentido geral da ação internacional do Brasil naquele momento e dali por diante. Assim, a reivindicação de um novo lugar para o país na política hemisférica e internacional, a busca de reconhecimento do seu amadurecimento político, uma nova construção de autonomia nas suas relações com os Estados Unidos e a valorização do multilateralismo como vetor da ação internacional fazem parte do legado da Operação Pan-Americana.

Marcados por uma política externa independente, os governos de Jânio Quadros (1961) e o de seu sucessor João Goulart (1961-1964), estiveram situados em um período de novidades no cenário mundial, como a Revolução Cubana em 1959. Tendo em mente as mudanças que pontuaram esse contexto, a pesquisadora Letícia Pinheiro anotou as especificidades que diferiram a política adotada por cada um dos governos:

De fato, a Política Externa Independente pode ser dividida em duas fases, correspondendo cada uma delas ao período de gestão de Quadros e Goulart: a primeira, cuja marca principal foi a busca pela preservação da paz, aproveitando-se do poder de barganha decorrente da possibilidade do país optar por uma postura neutralista; e a segunda, em que se dissocia da Guerra Fria como elemento definidor central e se destaca pela ênfase na questão do desenvolvimento. Em outras palavras, a disputa Leste-Oeste cede lugar ao conflito Norte-Sul como eixo condutor principal da política externa. (PINHEIRO, on-line)

O governo de Goulart teve seu fim antecipado com os eventos ocorridos entre março e abril de 1964. Os acontecimentos que culminaram no Golpe, certamente, marcaram de forma contundente o pensamento acerca da interferência estadunidense na política brasileira¹⁶². No tocante a esse episódio, Lars Schoultz ressalta o suporte oferecido aos militares para a derrubada de João Goulart. Tal auxílio se constituiu no envio de 23 consultores de polícia e no treinamento de centenas de policiais brasileiros (SCHOULTZ, 2000, p. 397). Em seu texto, o doutor em ciência política lembra o apoio que o governo estadunidense ofereceu, por meio de empréstimos, na consolidação do regime de Pinochet no Chile e o modo como ditadores, a exemplo de Anastásio Somoza, souberam obter vantagens e ajudas junto ao governo dos Estados Unidos (SCHOULTZ, 2000, p. 359). De acordo com Cervo, na década de 1960, com os países latino-americanos sob o governo de militares, acirrou-se uma corrida na busca de tratamento privilegiado dos Estados Unidos. Na esteira desse processo, desenvolveram-se mecanismos de investigação da presença de ameaça comunista em agremiações estudantis, universidades e sindicatos de trabalhadores. Na Argentina, levantamentos monitoravam o percentual de atividade comunista nos centros universitários (CERVO, 2001, p. 142-143).

Ruth Leacock em sua pesquisa nomeada “*Requiem for Revolution: The United States and Brazil, 1961*”, também analisa a influência dos EUA nos governos brasileiros, mais especificamente, nos mandatos de Jânio Quadros e João Goulart. Dentro de um processo de construção nacional, Leacock frisa a contraposição entre a democracia e o comunismo internacional. Nesse viés, as ações e intenções, tanto do setor governamental, quanto do setor privado, estavam direcionadas ao desenvolvimento da nação como forma de “antídoto

¹⁶² Não existe uma concordância entre os estudiosos quanto à extensão da ação estadunidense no golpe de 1964. Mark T. Gilderhus em seu texto “*An emerging synthesis? U.S. - Latin American relations since the second World War*” assinala tais divergências interpretativas. Phyllis R. Parker e Ruth Leacock sustentaram uma participação mais efetiva do governo estadunidense. Uma ação que teria sido instigada pela suspeita de que o presidente João Goulart seria um simpatizante do comunismo. Com uma perspectiva diferente, Thomas E. Skidmore minimizou a ação estadunidense no golpe, enfocando os problemas internos da realidade brasileira (GILDERHUS, 1992, p. 447).

ao comunismo”. Em meio a esse panorama, o golpe de 1964 teria sido um resultado inevitável em virtude das recusas de João Goulart em acatar as recomendações dos *policymakers* estadunidenses. Conseqüentemente, a ideia das elites de que o governo Goulart estimulava a consciência das classes mais baixas, se estreitou de tal maneira, que, impediu que Goulart pudesse governar efetivamente (WALKER, 1992, p. 459-460). Sublinhando também a conjuntura desestabilizadora que desembocou na queda de Goulart, escreveu a professora Lucília de Almeida Neves Delgado:

Como presidente, João Goulart atuou, com firmeza, no escopo da democracia política, pela efetivação de uma democracia social no Brasil. Tal orientação governamental, apesar de considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, trouxe real desconforto aos conservadores que com ela não concordavam. Destacaram-se entre eles: a União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, igreja católica conservadora, proprietários rurais, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais. Uniram-se em forte atuação desestabilizadora de seu governo, que culminou com o golpe que o destituiu. (DELGADO, 2009, p. 126)

Embora tenham contado com a ajuda dos EUA para a tomada do poder, como defendem alguns dos autores mencionados ao longo do texto, no decorrer dos 21 anos, os militares tiveram uma postura que não se limitou a subordinação aos interesses estadunidenses. André Luiz Reis da Silva em seu texto “As relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante o regime militar (1964-1985)”, argumenta em favor do desenvolvimento de um “distanciamento estratégico” do Brasil, tendo em vista, a tentativa de redução de sua dependência. Apesar da reaproximação com os EUA no governo de Castelo Branco, a partir do governo Geisel, “[...] o dogmatismo cedeu lugar ao pragmatismo na política externa brasileira” (SILVA, 2005, p. 275). Assim, Silva propõe pensar de forma dinâmica a relação entre o Brasil e os demais latino-americanos com os Estados Unidos, de maneira que:

[...] o Brasil e a América Latina tinham seus papéis constantemente redefinidos pela política externa norte-americana conforme as alterações do sistema internacional e os interesses deste país. Mesmo sem nunca ter rompido com o sistema interamericano sob a hegemonia dos EUA, o Brasil buscou atuar de forma independente, demonstrando que tinha

interesses próprios no sistema internacional. Neste sentido, recusou-se a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (1967), decretou a ampliação do limite do mar territorial para 200 milhas (1970), restabeleceu relações diplomáticas com a China Comunista (1974), reconheceu a Angola como país independente (1975), rompeu o acordo militar com os EUA (1977), contrariou o embargo de cereais à URSS promovido pelos EUA (1979) e solidarizou-se com a Argentina na Guerra das Malvinas (1982). (SILVA, 2005, p. 276)

Considerações finais

Em razão da diversidade e quantidade de produções existentes sobre as relações internacionais entre Brasil/América Latina e Estados Unidos, procuramos fazer uma seleção e discorrer acerca de alguns pontos dessa temática tão ampla e complexa. Partindo do primeiro governo de Getúlio Vargas, que procurou estabelecer uma espécie de “barganha nacionalista” (SILVA, 2005) com o governo estadunidense, como meio de angariar vantagens ao desenvolvimento nacional. Num outro momento, seguindo uma linha diferente, o governo Dutra ofereceu um apoio quase incondicional aos Estados Unidos, o que se converteu em frustração com a não obtenção da recompensa econômica cobiçada. Além disso, deixando a marca de um governo que impôs sérios retrocessos democráticos ao país.

Buscando um novo espaço para o país no cenário internacional, JK por meio da OPA buscou uma maior cooperação por parte dos Estados Unidos, alegando o afloramento de um sentimento antiamericano. Se na maior parte do tempo, os países latino-americanos careceram de unidade e cooperação, esse momento representou uma exceção na política adotada pelos governos de Brasil e Argentina.

No governo Goulart, encontramos a defesa de uma política externa independente, voltada ao desenvolvimento e que procurou efetivar a democracia social no país, mas que encontrou sérias resistências (DELGADO, 2009). E finalmente, discorreremos acerca da posição de autores que sustentam em maior ou menos grau, a importância da intervenção estadunidense no golpe de 1964. Por esse ângulo, pensando a forma como as ditaduras latino-americanas se engajaram na luta anticomunista e, no caso do Brasil, a posição

dos militares frente aos Estados Unidos, oscilando entre a subordinação dos primeiros anos de ditadura para uma posição um pouco mais autônoma e distanciada com o passar dos anos.

Referências

CERVO, Luiz Amado. **Relações internacionais na América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: *Tempo*, UFF, ed. 28, 2009. p. 123-142.

GILDERHUS, Mark T. **An emerging synthesis? U.S.-Latin American relations since the second World War**. *Diplomatic History* 16:3 (summer 1992). p. 427-452.

LESSA, Antonio Carlos. **Há cinquenta anos a Operação Pan-Americana**. Brasília: Revista brasileira de política internacional vol.51 no. 2 Jul./Dez., 2008.

MILANI, Carlos Roberto Sanches. **A importância da relação Brasil-Estados Unidos na política externa brasileira**. Boletim de Economia e Política Internacional, n. 6, abr./jun. 2011. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/110614_boletim_internacional06_cap8.pdf. Acesso em: 13 out. 2016.

MUNHOZ, Sidnei J.. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Teixeira da (Org.). **O século sombrio: guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 261-281.

MUNHOZ, Sidnei. Na gênese da Guerra Fria: os EUA e a repressão ao comunismo no Brasil. In: MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2011. p. 165-209.

PINHEIRO, Letícia. **Apolítica externa independente durante o governo João Goulart**. Disponível em:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Apolitica_externa_independente. Acesso em: 2 out. 2016.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos**: poder e submissão, uma história da política norte-americana em relação à América Latina. (Tradução Raul Fiker). Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 353-427.

SILVA, André Luiz Reis. **As relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante o regime militar (1964-1985)**. Porto Alegre: Ciênc.let. n.37, jan./jun., 2005. p. 251-278. Disponível em:
<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>. Acesso em: 10 out. 2016

WALKER, William O. **The future of Inter-American Relations**: What must be done. *DiplomaticHistory* 16:3, p. 453-461, (summer 1992).



**ANÁLISE DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS DOS GOVERNOS DE
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
(1995/2010)**

Jefferson Francisco Gibellato

RESUMO. O presente artigo pretende contribuir com uma série de hipóteses sobre a economia e a política, da regulação do *lobby* como condicionante para estabilidade política, neste artigo também visou discutir de maneira didática a economia, mostrando aos jovens que buscam explicações sobre o atual momento político institucional brasileiro, quem foram os responsáveis pelas políticas econômicas aqui adotadas, seus principais personagens, planos econômicos e posições políticas dentro destes últimos 30 anos. A principal discussão aqui apresentada se refere à maneira como Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva programaram suas políticas, o alcance ideológico de seus programas de governo e a complexa relação entre política e economia, tentando elucidar quais são os principais aspectos que inerentes ao *modus operandi* do governo acabam por tornar-se transversais pela necessidade do sistema capitalista em si. Vale ressaltar que o principal objetivo aqui é tornar didática a discussão das políticas econômicas adotadas em nosso país, mostrando a consequência das escolhas levadas a cabo por nossos mandatários, sejam eles eleitos democraticamente ou frutos de uma indicação política.

Palavras-Chave: política econômica; capital; *lobby*; transversalidade.

INTRODUÇÃO

Agentes políticos e econômicos se misturaram no processo de abertura da economia do Brasil, uns mais influentes que outros. No primeiro capítulo, apresento a conjuntura política e econômica do fim da ditadura e do período de redemocratização.

Faço também uma sucinta apresentação e comentário sobre os planos econômicos do período de redemocratização, suas principais características são trazidas a discussão para que haja uma noção do leitor nas comparações com o Plano Real e que serão eventualmente feitas no decorrer do texto, tais ilações são feitas com intuito de tornar o texto inteligível aos interessados na história da economia política brasileira.

No segundo capítulo, trago à tona a Biografia e as principais características de cada personagem que elenquei como fundamentais para a economia política da era pré-Real e Real, uns mais influentes que outros nomes como Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco, além de outras importantes figuras que em um momento ou outros serão citados nesse texto.

No terceiro capítulo discorro sobre o período de estabilização e a relação entre a regulamentação da economia brasileira e a melhora da entrada de capitais, o aumento de instrumentos de fomento vindo de bancos internacionais, fruto da segurança jurídica e da fragilidade do mercado de ações, que possibilitou que nossa economia fosse usada por especuladores brasileiros e estrangeiros, exemplos como à quebra da Bolsa do Rio, arquitetada por banqueiros como Daniel Dantas, réu na Operação Satiagraha¹⁶³, demonstram que a preocupação explicitada nas hipóteses levantadas por este artigo merece atenção.

No capítulo quatro, discorro sobre o Governo Lula e suas características políticas enquanto fruto de uma coalização de centro-esquerda, que deixará marcas indelévels na história de nosso país, pelos avanços notáveis nas áreas

¹⁶³ Operação desencadeada no ano de 2004 pela PF, que investigou dolo contra o sistema bancário nacional e investigou dezenas de políticos, banqueiros e servidores públicos.

sociais e também pelos escândalos de corrupção, utilizados a exaustão pela grande mídia nacional, com o objetivo de desgaste do Partido dos Trabalhadores junto a sociedade.

FIM DA DITADURA E REDEMOCRATIZAÇÃO

1.1 Plano Cruzado - 1986

Seu primeiro plano econômico, datado de 1986 fora o Plano Cruzado, encontrou um processo de crescimento datado de 1984, onde houve elevação do PIB, o balanço de pagamentos estava superavitário, a conta corrente estava equilibrada, com elevação dos investimentos e salários ocorreu um aumento do déficit público, o ganho dos salários era maior do que a produtividade.

Como medida utilizou o congelamento de preços, fez com que a inflação atingisse índices negativos, grande aumento de consumo, pouco tempo depois esse mesmo aumento desenfreado do consumo levou o plano a falência, faltaram produtos de primeira necessidade nas prateleiras dos supermercados, empresários cobravam ágio sobre os produtos, as reservas cambiais do país foram utilizadas para a compra de mercadorias essenciais, um caos se instalou na economia e o plano foi a falência.

Os desdobramentos foram terríveis para a economia brasileira, o uso das reservas motivou a moratória, e sem o pagamento dos juros da dívida, a pressão internacional pelo pagamento levou o governo a abandonar o controle de preços, desta forma os preços voltaram a disparar e os responsáveis pela área econômica eram novamente chamados para criar um novo plano econômico, sem esquecer que a confiança na economia brasileira que já não era grande desabou, a falta de segurança jurídica e política espantaram os investimentos estrangeiros.

1.2. Plano Bresser - 1987

Em Abril de 1987, o economista Carlos Bresser Pereira fora indicado para Ministro da Economia, em Junho de 1987 anunciou um novo plano de estabilização da moeda, também adotou o congelamento dos preços, diferentemente do Plano Cruzado, o Plano Bresser foi um plano de

emergência, os preços foram congelados por três meses, não houve congelamento da taxa de câmbio e sim uma desvalorização foi assegurada para restabelecer o fluxo e o equilíbrio dos pagamentos, houve uma desvalorização cambial de 9,5%, mantendo minidesvalorizações diárias.

Em relação aos resultados do Plano Bresser, houve um aumento das vendas no varejo, recuperação dos salários, equilíbrio da conta corrente, redução da inflação além de uma moderada estabilização política, mas as pressões pela reposição salarial dos servidores públicos, o aumento dos repasses a Estado e Municípios além dos subsídios para as estatais praticamente acabaram com o plano, tal situação fez com Bresser pedisse demissão em Dezembro de 1987, com a demissão de Bresser assumiu Maílson da Nóbrega.

Foi ministro da Administração Federal e ministro de Reforma do Estado em todo o 1º mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995– 1998) e ministro da Ciência e Tecnologia nos 6 meses iniciais do 2º mandato, permanecendo nesse cargo até 19 de julho de 1999. Foi um dos fundadores em 1988, do Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, partido do qual se desligou em 2011, pois, segundo ele o partido seguira definitivamente o rumo da direita ideológica.

1.3. Plano Verão - 1989

O Plano Verão foi colocado em prática a partir de 16 de Janeiro de 1989, onde ocorreu uma modificação do índice de rendimento da caderneta de poupança, o congelamento dos preços e salários e a criação de uma nova moeda, o Cruzado Novo, atrelada ao Dólar e extinção do fator de correção monetária, o Plano foi realizado por Maílson da Nóbrega, talvez o mais delituoso entre todos, além de comprometer a economia naquele período, tem criado custos aos cofres públicos até a atualidade, dadas as ações judiciais frutos das perdas na caderneta de poupança.

A TRANSIÇÃO POSSÍVEL

2.1. Itamar Franco

Itamar Franco nasceu em Salvador, a 28 de junho de 1930 e morreu em São Paulo, no dia 2 de julho de 2011, fora o 33º presidente da República (1992-1994), vice-presidente (1990-1992), senador por Minas Gerais (1975-1983; 1983-1990 e 2011) e governador do estado de Minas Gerais (1999-2003), fora um político longevo, com uma grande capacidade de adaptação, um forte discurso ético/moralizante, mas com pouco ou quase nenhuma profundidade política no âmbito nacional.

Foi vice na chapa de Collor, assumindo após o impeachment no final de 1992, Itamar Franco governou dentro de um período de total descrédito da confiança das instituições financeiras internacionais em relação a economia nacional, foi o responsável pela indicação de Fernando Henrique Cardoso ao Ministério da Fazenda, que naquele momento era o Ministro das Relações Exteriores, responsável pela formação da equipe econômica que montou e arquitetou todo o Plano Real, sua condução política daquele processo, possibilitou a implementação das medidas que garantiram sucesso ao plano de estabilização econômica que conhecemos hoje como Plano Real.

Ao fim de seu mandato tornou-se um crítico do programa gestado sob seu governo, muitas de suas críticas estavam baseados no fato de que o preço pago pela estabilidade era muito alto, seu Estado, Minas Gerais que tem regiões muito pobres, como o Vale do Jequitinhonha, viu a carestia se aproximar de centros urbanos importantes como o de Belo Horizonte e também do triângulo Mineiro, que detém importantes cidades de porte médio.

2.2. Fernando Henrique Cardoso

Sociólogo, nascido na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em 18 de junho de 1931. Formou-se bacharel em Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), em 1952, especializando-se em Sociologia no ano seguinte e tornando-se doutor em 1961. Foi um dos sociólogos mais influentes do país, chegou à Presidência da Associação Internacional de Sociologia, reconhecido como o melhor aluno de

Florestan Fernandes, chegando por muitas vezes a grandes embates com seu mestre nas discussões que se referiam a Teoria da dependência e subdesenvolvimento.

Sua carreira política começa a deslanchar em 1983, quando assume a vaga de senador aberta com a candidatura de Franco Montoro ao governo do estado de São Paulo. Candidato à prefeitura de São Paulo nas eleições de 1985, foi derrotado por Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), reelegeu-se senador pelo estado de São Paulo em 1986, ainda na legenda do PMDB, tornando-se líder do governo e do PMDB no Senado (1985-1988), fundando em 1988 o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ao lado de Franco Montoro e Mário Covas, entre outros, tornando-se líder da nova legenda no Senado (1988-1992). Senador constituinte (1987-1988), foi o relator do regimento interno da Assembleia Constituinte. Foi ministro das Relações Exteriores (1992-1993) e ministro da Fazenda (1993-1994) durante o governo Itamar Franco. Candidato à presidência da República pela coligação PSDB/PFL/PTB, elegeu-se no primeiro turno eleitoral, em 3 de outubro de 1994, tendo obtido 54,3% dos votos válidos. *Reelegeu-se presidente da República em 1998 pela coligação PSDB/PFL/PTB/PPB.

A reeleição de Fernando Henrique Cardoso ainda é tema de debates acalorados Brasil afora, existem várias denúncias que levantam críticas profundas a reeleição em si, e ao fato que muitos Deputados daquela legislatura (1995-1998) teriam recebidos suborno para votar a favor da emenda que garantiu a continuidade do projeto Tucano, projeto que se encontrava ameaçado pela viabilização da coligação PT-PDT-PCdoB, onde Lula encabeçaria tendo como vice ninguém menos que Leonel Brizola. Só uma chapa encabeçada por Fernando Henrique Cardoso garantiria, dado a grande aprovação de seu Governo a manutenção do PSDB-PFL no poder, fato que aconteceu, o vice seria o então Senador Marco Maciel. Outra opção seria candidatura de Pedro Malan, ou José Serra, posteriormente viríamos que Serra venceria as disputas internas, utilizando o mote de articulador do projeto que liberou a venda de medicamentos genéricos com quebra de patentes por tempo.

No âmbito econômico, foi o grande articulador do Plano Real e responsável pela grande maioria das medidas provisórias, utilizou durante a implementação do plano, todos os meios possíveis para pressionar o Congresso Nacional, inclusive pronunciamentos em rede nacional de rádio e TV. Dada as disparidades de toda ordem que se estabeleceram na equipe econômica que formulou o Plano Real, a liderança, clareza de objetivos e fria condução de Fernando Henrique Cardoso foram muito importantes para o sucesso dos trabalhos.

Seu mandato contribuiu para que a economia brasileira conseguisse finalmente articular-se com o mercado internacional, as privatizações dos bancos públicos e o constante salvaguardo a instituições financeiras privadas, através de aporte do Tesouro Nacional, foram à coluna de sustentação do país dentro do período de crise que se instaurou desde o ano de 1996, as crises asiática, Russa e Mexicana fizeram com que os grandes investidores desconfiassem da viabilidade de se capitalizar as nações em Desenvolvimento, tal desconfiança tinha embasamento em comportamentos passados do próprio Brasil, que nos fim dos anos 80 aplicou uma moratória para o pagamento da dívida externa.

Pouco tempo depois no início do ano 2000, nosso país vizinho, a Argentina, também viria a entrar numa profunda crise, que tem seus desdobramentos até os dias de hoje, os Portenhos viriam a ter três Presidentes, por vezes durante a crise, diversos Ministros da Fazenda e do Banco Central mal se sentaram nas suas respectivas cadeiras e já foram defenestrados pelos painéis ou pela pressão dos bancos internacionais. A dolarização e a moratória implementada naquele período, mostrara-se ineficaz, dada a força dos acontecimentos, o Brasil nesse período, viu seu maior parceiro comercial da região, pedir um aporte bilionário ao *FMI, que naquele período pleiteou uma lista enorme de privatizações como garantia do empréstimo, fato que também ocorreu aqui todas as vezes que se pediu ao FMI algo parecido.

ESTABILIZAÇÃO DA MOEDA E A REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

3.1. Plano Real - 1993

Podemos dividir o Plano Real em três etapas. Primeiramente ocorre o equilíbrio das contas públicas, reduzindo despesas e aumentando as receitas, ocorre entre 1993 e 1994, uma série de medidas provisórias foram enviadas ao Congresso, visando facilitar as intervenções na economia, um processo que ainda existe até os dias de hoje, o Governo, criou novas ferramentas com aspectos Keynesianos, num período onde o Estado faz uma espécie de mea-culpa em relação aos problemas sociais, leis como a de responsabilidade fiscal (1998) fecham um ciclo importante dos pacotes adotados no início da estabilização.

Em seguida a criação da URV para preservar o poder de compra da massa salarial, evitando confisco e quebra de contratos, esse passo foi provisório, a conversibilidade em dólar, ocorreu aqui através de um método já conhecido, onde o lançamento de títulos da dívida cobriu grande parte das despesas do Estado Brasileiro, que ainda seguiu se endividando, não foi e não é muito diferente de países ditos desenvolvidos, como Japão, Estados Unidos e Inglaterra, em que pese a grande aproximação com as medidas adotadas na Argentina.

E por último o lançamento do padrão monetário utilizado até os dias de hoje, como é expresso no trecho a seguir:

A política cambial sempre foi usada com múltiplos objetivos, e a experiência do Plano Real não era inédita na literatura econômica internacional. O Brasil, em 1986, com o Plano Cruzado congelou os preços e a taxa de câmbio numa tentativa de segurar a inflação, o que acabou levando à erosão das reservas internacionais e à decretação de moratória da dívida externa em 1987. A Argentina, a partir de abril de 1991, introduziu uma nova moeda no governo de Carlos Menem e conseguiu controlar a hiperinflação que há anos castigava aquele país. O regime cambial da Argentina ficou conhecido na literatura como *currency-board*, onde o peso tem o mesmo valor do dólar americano e existe plena conversibilidade de dólares em pesos, e vice e versa. O México, a partir do início da década de 90, praticou um sistema de câmbio fixo semi-atrelado ao dólar que fez sua moeda se apreciar no mercado cambial dificultando as exportações e facilitando as importações. Seus eventuais déficits na balança comercial eram cobertos por uso de poupança externa.(NEUTZLING, 2007. p. 98)

O Real conseguiu em apenas dois anos após sua implementação, que a inflação chegasse a exíguos 9% ao ano, contra uma taxa de 2000% em 1993, ano anterior ao do começo do programa de congelamento da estrutura de rendimentos e da liberação total dos preços. Esses dois passos, que descritos aqui parecem simples, foi feito concomitantemente com uma quantidade generosa de envios de Medidas Provisórias ao Congresso, seguida de rodadas de negociações com os mais diversos setores da economia que acompanhavam de perto a movimentação no Ministério da Fazenda, a conversão e conseguinte reconversão da moeda, só foram possíveis dentro de um contexto política e economicamente conturbados como o início dos anos 90, pelo talentoso diálogo que os responsáveis pelo plano fizeram, a interlocução clara dos responsáveis pela comunicação com os diversos canais envolvidos (Políticos, Economistas, Empresários e Juristas), mesmo que diletantes, possibilitou seu êxito.

A linha clássica de argumentação dos economistas que estiveram à frente do Ministério da Fazenda antes de Fernando Henrique era a necessidade de ajustar os gastos públicos financiados com imposto inflacionado, que foi substituído pelo aumento da carga tributária, de 27% em 1994, para 38% em 2002, em que pese o fato de que o programa de estabilização tenha sido exitoso, a falta de uma justa renegociação da dívida externa, o declínio do consumo interno, e uma absurda política de juros, elevaram a dívida a dois terços do Produto Interno Bruto.

Vale lembrar que Fernando Henrique Cardoso à frente do Ministério da Fazenda e também em seu mandato como Presidente, gozava de grande condição de governabilidade, com uma base aliada fiel, com maioria absoluta na Câmara e no Senado, onde os partidos PSDB, PMDB, PFL (hoje DEM) e PPB (hoje PP), detinham grandes bancadas, Fernando Henrique estava sob uma conjuntura política internacional tensa, mas no âmbito nacional *nadava de costas* para a oposição, o que corrobora a opinião de muitos críticos de seu governo sobre a inconsequente intransigência em relação a uma política econômica adotada por Malan e Fraga, que impossibilitava ganhos reais ao

salário mínimo, estrangulava o mercado interno e trazia carestia ao trabalhador.

A consequência política dessa opção da gestão tucana não foi imediata, em 1998, mesmo com o país em crise, o eleitorado optou pela manutenção do projeto Tucano, com medo da volta da inflação, já em 2002, o então candidato da situação, o Ministro da Saúde, José Serra foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva no primeiro e segundo turno, o Brasil dava início, finalmente a um programa de distribuição de renda.

O GOVERNO LULA

4.1. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Inácio Lula da Silva nasceu em 27 de outubro de 1945 na cidade de Garanhuns, interior de Pernambuco. Casado com Marisa Letícia, desde 1974, tem cinco filhos. Lula, por sua vez, é o sétimo dos oito filhos de Aristides Inácio da Silva e Eurídice Ferreira de Mello. Em dezembro de 1952, a família de Lula migrou para o litoral paulista, viajando 13 dias num caminhão "pau de arara". Foi morar em Vicente de Carvalho, bairro pobre do Guarujá. Foi alfabetizado no Grupo Escolar Marcílio Dias. Em 1956, a família mudou-se para São Paulo, passando a morar num único cômodo, nos fundos de um bar, no bairro de Ipiranga. Aos 12 anos de idade, Lula conseguiu seu primeiro emprego numa tinturaria. Também foi engraxate e office-boy. Com 14 anos, começou a trabalhar nos Armazéns Gerais Columbia, onde teve a Carteira de Trabalho assinada pela primeira vez. Lula transferiu-se depois para a Fábrica de Parafusos Marte e obteve uma vaga no curso de torneiro mecânico do SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. O curso durou 3 anos e Lula tornou-se metalúrgico. A crise após o golpe militar de 1964 levou Lula a mudar de emprego, passando por várias fábricas, até ingressar nas Indústrias Villares, uma das principais metalúrgicas do país localizadas em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. Trabalhando na Villares, Lula começou a ter contato com o movimento sindical, através de seu irmão José Ferreira da Silva, mais conhecido por Frei Chico, em 1969, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema fez eleição para escolher uma nova diretoria e Lula foi eleito suplente. Na eleição seguinte, em 1972, tornou-se primeiro-

secretário. Em 1975, foi eleito presidente do sindicato com 92 por cento dos votos, passando a representar 100 mil trabalhadores. Lula deu então uma nova direção ao movimento sindical brasileiro. Em 78, Lula foi reeleito presidente do sindicato e, após 10 anos sem greves operárias, ocorreram no país às primeiras paralisações. Em março de 79, 170 mil metalúrgicos pararam o ABC paulista. A repressão policial ao movimento grevista e a quase inexistência de políticos que representassem os interesses dos trabalhadores no Congresso Nacional fez com que Lula pensasse pela primeira vez em criar um Partido dos Trabalhadores.

O primeiro mandato de Lula colocou o Brasil num eixo de mudanças e preparou o país para o crescimento econômico, com importantes avanços sociais e significativa melhoria na distribuição de renda, sobretudo, graças à política de valorização do salário mínimo e a programas como o Bolsa Família.

A redução das desigualdades foi uma das marcas dos quatro primeiros anos de governo, e nada menos que 7 milhões de brasileiros e brasileiras ascenderam à classe média. Lula terminou o primeiro mandato com a aprovação histórica de 57%.

No dia 29 de outubro de 2006, Luiz Inácio Lula da Silva, novamente na companhia do vice José Alencar, foi reeleito presidente da República com mais de 58 milhões de votos, a maior votação da história do Brasil, mesmo com o grande desgaste do escândalo do Mensalão¹⁶⁴, Lula derrotou Geraldo Alckmin (PSDB-SP), que não conseguiu enfrentar a grande frente política criada por Lula, que já elencava setores da Direita como membros do PFL (não-coligados) até membros do PCdoB(coligados).

4.2. Henrique Meirelles

Henrique de Campos Meirelles, nascido em Anápolis, a 31 de agosto de 1945 é um executivo do setor financeiro brasileiro e internacional, ex- presidente do Banco Central do Brasil. Permaneceu no cargo entre 2003 e 2011, sendo sucedido por Alexandre Tombini. Conforme a lista de presidentes

¹⁶⁴ Escândalo da compra de votos, ocorrido já no início do Governo Lula, que levou membros da executiva nacional do PT como José Dirceu, ex-chefe da Casa Civil, José Genoíno, Dep. Federale o Tesoureiro do partido Delúbio Soares à prisão.

do Banco Central do Brasil, foi quem por mais tempo ocupou a presidência desta instituição. Em 2002 candidatou-se pelo PSDB a deputado federal por Goiás, tendo sido o candidato mais votado neste Estado. Entretanto, não chegou a ocupar a cadeira de deputado federal, desfilando-se, pois aceitou o cargo de presidente do Banco Central do Brasil. Atualmente é filiado ao PMDB.

Apesar da filiação no PSDB, Meirelles fora levado ao Banco Central para dar credibilidade ao Governo de Lula, que até aquele momento enfrentara dificuldades para ganhar a confiança do mercado, mesmo após a *Carta aos Brasileiros*¹⁶⁵, onde Lula se comprometia com a manutenção e respeito aos contratos existentes o mercado detinha forte desconfiança, que sofreu melhoras depois das reformas da previdência e consequente manutenção do tripé econômico (Superávit primário, Metas da inflação e câmbio flutuante) que alicerçou a estabilidade da moeda naquele período.

Meirelles foi o fiador da política econômica e de seu respectivo respeito pelos membros do sistema financeiro internacional, no governo Lula, seu sucessor sofre com as interferências do Governo atual, coisa que não ocorreu com muita frequência durante os anos de 2003-2010.

4.3. POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA

O Governo Lula se beneficiou da estabilidade, mas conseguiu lograr êxito onde o Governo FHC não conseguira, utilizando-se das relações bilaterais, e de um profundo diálogo com os mais diversos setores da sociedade brasileira, Lula, resumindo, *fez política*, para atrair investimentos e diversificar a carteira de exportações brasileira. A política de valorização do mercado interno, dando aumentos reais ao salário mínimo e concedendo crédito através de financiamentos consignados a aposentados e pensionistas, fomento ao crédito, aumento substancial das receitas (impostos) que ocorreram graças ao também substancial aumento do consumo, as reformas da previdência entre outras garantiram a estabilização das contas do Governo que tratou de implementar seu Programa de Governo, acerca das expectativas

¹⁶⁵ Elaborada pela equipe econômica do Plano de Governo e pela área de marketing, foi lançada durante o período eleitoral para trazer calma ao Mercado Financeiro e ao eleitorado, em que pese o endereço certo, Washington DC.

sobre as diferenças entre a administração de Lula e do Partido dos Trabalhadores a frente do Governo Federal podemos dizer que:

Durante 20 anos, Lula e o PT representaram, ao menos, seis coisas essenciais para quem sonhava com a possibilidade de outro Brasil: 1) a luta contra os excessos do Fundo Monetário Internacional; 2) a oposição à política dita tradicional marcada pelas alianças entre os partidos de direita e de centro em nome da manutenção do poder; 3) a ideia de transparência em política, com a defesa do fim da distância entre as promessas de campanha eleitoral e as realizações dos eleitos; 4) a renegociação da dívida externa brasileira com os bancos estrangeiros de modo a relançar os investimentos sociais e o crescimento econômico do país; 5) a inclusão social de milhões de excluídos vivendo em condições precárias; 6) as reformas consideradas fundamentais: agrária (dar terra a quem precisa), educacional (universidade para todos), do trabalho (geração, segundo promessa de campanha de Lula, de dez milhões de empregos em quatro anos), da saúde, da previdência social, da desconcentração de renda, etc. (SILVA, 2006)

Boa parte desses seis pontos logrou êxito, mas desde o primeiro ano de mandato tivemos inúmeras denúncias de corrupção e um conflito interno duríssimo dentro do Partido dos Trabalhadores e suas diversas correntes, desse conflito emergiram novas siglas partidárias que pipocam até hoje, como no caso do Partido do Socialismo e Liberdade, de Heloísa Helena e da Rede Sustentabilidade de Marina Silva. A continuidade do Programa de Governo de FHC, chocou-se com o Programa de Lula em diversos setores, mesmo na economia, houve continuidade naquilo que balizava o tripé da condução macroeconômica (meta de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante), mas durante a gestão de Lula à frente do país, por diversas vezes o câmbio fora administrado, ou melhor politicamente direcionado, assim como as metas de inflação foram revistas enfim, mudanças ocorreram. O redirecionamento da economia baseado em um *boom* de consumo, foi possibilitado pelo aumento substancial da renda, atrelado ao fato de que a inflação estava controlada e a relação do Governo junto ao setor privado estava muito bem desenvolvida, o Governo não controlava nenhum setor da economia, todas as decisões eram negociadas, o que possibilitou uma espécie de ganho para os empresários e pela primeira vez na história do país, um avanço no consumo de pessoas das classes mais baixas, o que trouxe grande simpatia à Lula, um fenômeno conhecido na política como *Lulismoe* na economia como Novo

Desenvolvimentismo, segundo especialistas, assim foi inaugurado o Novo Desenvolvimentismo, que consiste em:

O Novo Desenvolvimentismo consistiria na elevação do social à condição de eixo estruturante do crescimento econômico, por meio da ampliação do mercado de consumo de massa, com políticas de renda e inclusão social. Esse fortalecimento do consumo popular e do mercado interno seria capaz de gerar um novo dinamismo econômico, bem como escala e produtividade para a disputa do comércio globalizado, impulsionando as exportações e consolidando a trajetória de crescimento acelerado e sustentado. Essa foi a base do programa de governo apresentado por Lula em 2002.(MERCADANTE, 2010. p.31)

O novo desenvolvimentismo, se baseou na grande capacidade do Governo de dialogar com os mais diversos setores da economia, principalmente com o setor industrial automotivo e de serviços, setores estes que foram grandes parceiros das campanhas petistas , com grandes doações, além da clara intenção de influenciar as decisões do comportamento de Lula, existem motivações históricas, Lula sempre teve forte influência junto a massa de trabalhadores do complexo automotivos, as grandes greves dos anos 70"s, fortaleceram as lideranças sindicais do grande ABC, nomes como Luiz Marinho, Vicentinho e Lula posteriormente viriam a fundar nos anos 80 a Central única dos Trabalhadores, maior central sindical da América Latina e uma das maiores e mais estruturadas do mundo.

CONCLUSÃO

Apesar de pouco tempo ter se passado entre o fim do mandato de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva até os dias de hoje, faltam análises que compreendam por uma ótica que leve em conta às realizações que ocorreram entre 1995 até 2010, estas deixaram marcas indeléveis na economia e supriram uma lacuna no projeto desenvolvimentista, que se encontra em curso desde a *Era Vargas* em nosso país.

O processo de privatização da *Era FHC*, seguido pelas concessões da *Era Lula* abriu espaço gigantesco, para que o Plano Real seguisse as suas premissas de auto regulação via mercado, com forte atuação do Estado, a abertura do mercado brasileiro ao capital estrangeiro, e a regulamentação (FHC) e conseqüente manutenção e respeito aos contratos(Lula), com certeza foram o diferencial deste período em comparação com todos os anteriores.

Esta mesma regulamentação permitiu aos investidores Nacionais e Estrangeiros alavancar o desenvolvimento da economia nacional com uma segurança jurídica e política comparada em nossa zona hemisférica apenas a Chile e Uruguai. Vale também dar destaque a atuação do BNDES, as receitas em dólares criadas pelo tão criticado Agronegócio, e a valorização do Salário Mínimo que se tornaram marcas de um conturbado, mas importante período da economia brasileira, que como sabemos enfrentou crises na Ásia, América, Europa e um incessante processo de liquidações de Bancos Privados, que pela amplitude das privatizações do sistema bancário nacional foram de longe nossa pior desestruturação, só países que enfrentaram guerras tiveram tamanhas mudanças na sua estrutura financeira.

Para o melhor desempenho da economia em consonância com a política, proponho a utilização do lobby como instrumento de interlocução entre os setores empresariais, como tem ocorrido com os movimentos sociais, parto da premissa que grande parte da volatilidade do mercado esta ligada a garantia da continuidade de políticas econômicas em curso, as crises decorrentes de casos de corrupção, que ocorreram nos últimos 20 anos comprovam por si que dada à existência do *lobby*, tolerado, mas não regulamentado a relação entre agentes públicos e privados podem tornar-se ilícitas de acordo com as conjecturas políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Baltar, R., O novo desenvolvimentismo e a integração comercial internacional: Uma revisão sobre os conceitos de centro e periferia, Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 6, n. 2, Jan./jun.2013.

Cardoso, F., Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil, Ed. Difusão Europeia do Livro, SP, 1964

Carvalho, S., Primeiro mandato do Governo Lula(2003-2006): Uma revisão literária, Seminário do Curso de Ciências Sociais, Fecilcam, Campo Mourão, 2007.

- Castro, C; Falcão, L,.Ciência Política: Uma Introdução. São Paulo: Atlas, 2004.
- Ferreira, Pinto, Capitais Estrangeiros e dívida externa do Brasil, Ed. Brasiliense, SP, 1965.
- Franco, G., O Plano Real e outros ensaios, Ed, Livraria Francisco Alves, RJ, 1995
- Giambiasi, F., (Org.), Economia Brasileira Contemporânea, Ed. Campus, RJ, 2006.
- Keynes, J., Economia (Org. Tomas Szmcecznyi), SP, Ed. Ática, 1978.
- Lemos, Roberto, Lobby: Direito Democrático, Ed. Sagra, Porto Alegre, 1986.
- Mercadante, A.,(Org.), Brasil pós-Real: A política econômica em debate, Ed. Instituto de Economia, SP, 1998.
- Netto, Delfim, Não Olhe só a dívida/Ed. Coord. Secretaria de Planejamento, Brasília, 1983.
- Netto, Delfim, Só o político pode salvar o economista, Ed. Autores Associados, RJ, 1986.
- Neutzling, J.,O setor externo da economia brasileira durante e após o Plano Real, Revista Perspectiva Econômica, Pelotas, 2007.
- OIT/CNI - Uma organização de empregadores eficaz Uma série de guias práticos para a criação e gestão de organizações de empregadores eficazes, Guia III – Lobby, Ed. CNI, Brasília, 2007
- Oliveira, Francisco, Câmaras Setoriais: A experiência do setor automobilístico,Cadernos de Pesquisa, nº1, Junho de 1994, CEBRAP.
- Silva, J., O governo Lula em revista: o jornalismo como fenômeno de descobrimento (a cobertura de Veja). PUCRS. Revista FAMECOS. Porto Alegre. nº 29. abril 2006. quadrimestral. 9p



O INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO E A FORMAÇÃO DA REVISTA AMÉRICA INDÍGENA

Larissa FossSochodolhak
Guilherme Gomes dos Santos
(Universidade Estadual de Maringá – CRV)

Resumo. A questão do indigenismo está presente na história do continente americano desde a chegada dos europeus no fim do século XV. Ao longo do tempo, os chamados “índios” foram encarados pelos grupos dirigentes das sociedades americanas como um “problema” a ser resolvido. Apesar de terem existido inúmeras discussões acerca do tema ao longo dos séculos na maior parte dos países do continente, foi só no século XX, mais especificamente na década de 40, que se formou uma instituição de caráter continental em torno da questão indígena, o Instituto Indigenista Interamericano, fruto do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México em 1940. O objetivo do Instituto era refletir sobre o tema e formular propostas de políticas indigenistas para os diversos países do continente. Uma das ações do Instituto foi a edição da revista *América Indígena*, criada em 1941, visando compartilhar informações científicas e promover uma política cultural de caráter indigenista. Buscamos compreender a formação desse Instituto, seu objetivo de levantar propostas indigenistas para o continente americano e a função cumprida pela revista *América Indígena*, nesse projeto. Analisamos seu contexto de criação e algumas reflexões e propostas nela apresentadas para entender quais eram as intervenções na conjuntura da sociedade pretendidas pela publicação. A análise será realizada a partir dos referenciais teórico-metodológicos da História Intelectual.

Palavras-chave: Indigenismo; Instituto Indigenista Interamericano; Revista *América Indígena*; Intelectuais.

Introdução/justificativa

A cidade de Pátzcuaro (Michocán, México) foi palco, em abril de 1940, do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano; que representou um importante marco para a formação de um programa indigenista intercontinental. O congresso obteve ampla participação dos países do continente, uma vez que apenas o Canadá e o Paraguai não enviaram delegações para participar do evento. (Ibidem, 2011) Como destacado pela historiadora Laura Giraudo (2011), em Pátzcuaro foram apresentadas e discutidas várias perspectivas sobre a questão indígena, que foi entendida como um problema que perpassava a grande maioria dos países e cuja solução, portanto, deveria ser pensada em conjunto, dentro de um debate continental. (GIRAUDO, 2011)

Com relação aos idealizadores do congresso, se faz necessário destacar a figura do educador mexicano Moisés Sáenz, um nome importante dentro do indigenismo mexicano. Sáenz, fora um dos fundadores do Departamento de Assuntos Indígenas (DAI), criado em 1936. Inicialmente adepto da chamada “corrente da incorporação indígena”, que defendia a transformação do indígena por meio de sua aculturação e assimilação à cultura dominante; nos anos de 1930 o mexicano mudou “radicalmente de posição”, adotando uma “perspectiva pluralista”, propondo uma política de “integração”, que reconhecesse o valor e as “particularidades da cultura indígena”. Assim, “o objetivo já não era incorporar o índio, mas integrar o México”. (Idem, 2011, p.28)¹⁶⁶

Por representar uma figura de grande influência para o indigenismo na época, Saéenz desempenhou um importante papel para a convocação do Congresso Indigenista. O mexicano mantinha contato com indigenistas de todo o continente, nesse sentido a lista de convidados elaborada por Saéenz, com o auxílio de John Collier, que era Comissário dos Assuntos indígenas dos Estados Unidos, se fez importante, pois, por meio desta, Sáenz pôde convidar indigenistas que possivelmente não seriam indicados pelos governos para compor as delegações oficiais de seus países, por representarem uma ala mais radical do indigenismo. (Idem, 2011, p.26)

¹⁶⁶ Todas as traduções em língua estrangeira foram realizadas pelos autores deste artigo.

De uma forma sintética, podemos afirmar que o congresso e o próprio campo indigenista era marcado pela pluralidade de concepções, englobando desde a defesa da “necessária transformação e melhora” da condição de vida dos grupos indígenas do continente, até a “defesa da preservação dos costumes e instituições indígenas.”(Idem, 2011, p.22)

Apesar da falta de consenso sobre as pretensões indigenistas, o congresso de Pátzcuaro obteve alguns êxitos. Pela primeira vez, um congresso do tipo conseguiu reunir representantes de praticamente todos os países; além disso, a ata final do evento conseguiu reunir uma série de resoluções em favor dos direitos dos povos nativos, de suas especificidades culturais e pela melhora das condições socioeconômicas dos nativos.(Idem, 2011, p.79)

Mas a principal importância do Congresso foi que, por meio das bases lançadas em Pátzcuaro, foi criado, em 1940, o Instituto Indigenista Interamericano, inicialmente sob a direção de Moisés Sáenz. Uma das primeiras ações do Instituto foi a criação, em 1941, de uma publicação oficial, a revista *América Indígena*: órgano trimestral del Instituto Indigenista Interamericano.

No entanto, Sáenz faleceu inesperadamente em outubro de 1941 e a direção do Instituto foi assumida, em março de 1942, pelo antropólogo mexicano Manuel Gamio, que ocupou o cargo por quase vinte anos, até sua morte em 1960. A substituição de Saéenz por Gamio representou, “a ruptura do indigenismo político e social defendido por Sáenz, pelo indigenismo apolítico e científico defendido por Gamio.” (Idem, 2011, p.82) Nesse sentido, buscamos analisar qual o papel desempenhado pela revista *América Indígena* dentro do programa indigenista intercontinental que se consolidou a partir da ascensão de Gamio à diretoria do Instituto.

Objetivos

Busca-se no presente artigo analisar principalmente quais seriam os principais objetivos que perpassavam a publicação da revista. A análise será realizada por meio dos referenciais teórico-metodológicos concedidos pela história intelectual e pela história da imprensa. Levando-se em conta o caráter da publicação, uma

revista dirigida por intelectuais,¹⁶⁷ buscamos entender quais seriam as intervenções político-intelectuais pretendidas por *América Indígena*. Além disso, almejamos analisar os aspectos físicos da revista, englobando tanto sua materialidade quanto sua periodicidade, a fim de obtermos subsídios para os questionamentos acima apontados.

Resultados

Para analisarmos os objetivos que direcionaram a publicação de *América Indígena*, faz-se primeiramente necessário discorrermos sobre as particularidades desse periódico no campo da imprensa e sua materialidade. Como destacado pela historiadora Tania Regina de Luca (2008) “[ao pesquisador] é importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural.” (LUCA, 2008, p.132)

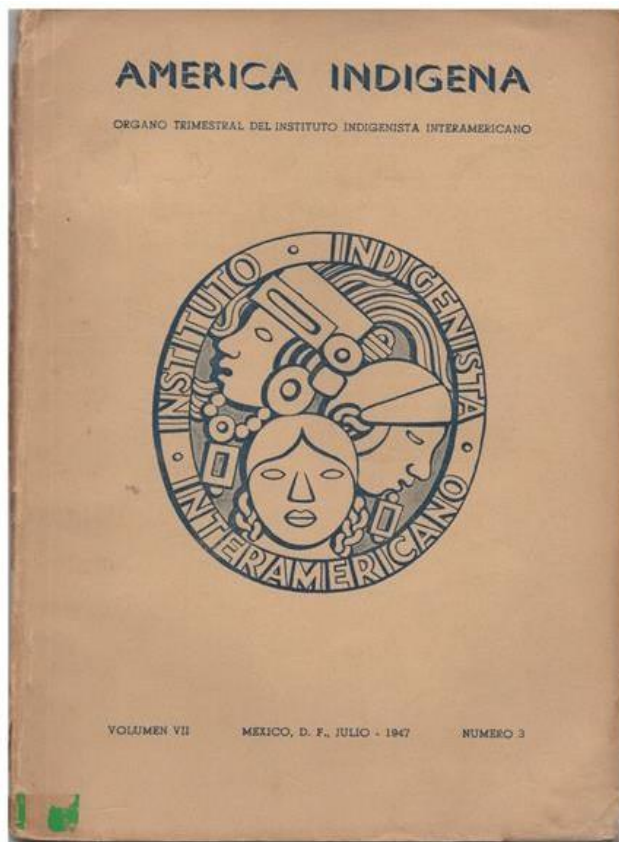
Nesse sentido, devemos considerar uma vasta gama de elementos que envolvem a materialidade da imprensa, desde “letras miúdas comprimidas em muitas colunas às manchetes coloridas” [...] (Idem, 2008, p.132). Em suma, “historicizar” a fonte demanda ter em mãos as “condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê”, abarcar as “motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa” (Idem, 2008, p.132-140).

As edições trimestrais de *América Indígena* eram compostas por aproximadamente 200 páginas. A publicação não possuía colunas fixas, mas era preenchida por artigos individuais, normalmente de caráter científico, principalmente antropológico, publicados, em sua maioria em espanhol, mas também em inglês e português. Todas as edições eram acompanhadas por um editorial e um sumário, publicados sempre em espanhol e inglês. Esse é um fator importante, que revela a postura continental da publicação.

Na capa da revista constava, além do título: *América indígena, órgão trimestral do Instituto Indigenista Interamericano*, edos dados da edição, como ano e local

¹⁶⁷A definição de Intelectuais da qual partimos é a proposta pelo historiador Carlos Altamirano que permite incluir uma grande variedade de figuras “sejam escritores ou artistas, criadores ou difusores [culturais], eruditos, expertos ou ideólogos”, desde que exercendo o “papel que os torna socialmente mais visíveis: atores do debate público, o intelectual como ser cívico”. (ALTAMIRANO, 2010, p.9)

de publicação: México, volume, número de edição, também o selo ou



emblemado Instituto Indigenista Interamericano estampado. Como podemos observar na imagem 1.

O emblema, que começou a aparecer na capa da segunda edição da revista, é caracterizado pela representação de três cabeças humanas com elementos que remetem às culturas indígenas. Segundo informações contidas na revista, o símbolo foi criado pelo artista plástico guatemalteco Carlos Mérida e tinha uma simbologia, conforme explicou também guatemalteco Carlos GirónCerna, que era o secretário da publicação ainda antes da ascensão de Gamio como diretor do Instituto.

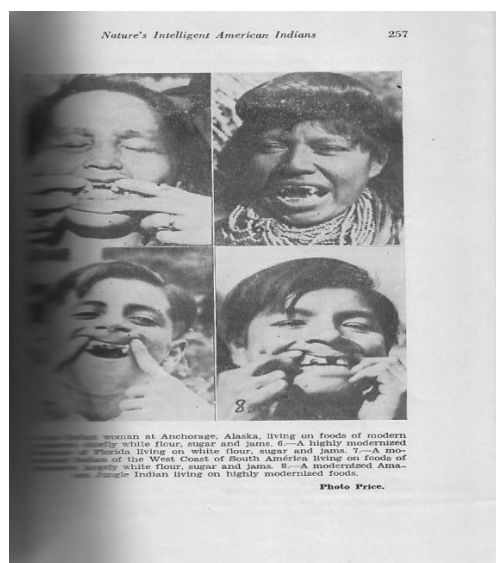
Imagem 1

Capa de *América Indígena*

Segundo GirónCerna, as três cabeças simbolizam a história da dominação dos povos indígenas do continente americano. A cabeça mais acima, identificada

por meio de ornamentos indígenas pré-hispânicos, representa o passado indígena do continente, através da figura do deus asteca Quetzal-monte-culebra. A segunda cabeça, do lado direito, está inclinada, representando os abusos e explorações quando da chegada dos europeus. Já a terceira cabeça, que está no centro da imagem, representa a “maternidade futura”: o arrependimento dos homens da América diante dos sofrimentos enfrentados pelos povos indígenas, aderindo a uma “verdadeira religião indigenista”, dispostos a devolver “ao índio a sua terra”, “a retirar a cruz, a remover os obstáculos de seus caminhos, a dar-lhe o pão e a cultura de cada dia, a devolver sua alegria [...] sua palavra de luz.” (GIRÓN CERNA, AI, 1942, vol.1) Ainda com relação à materialidade da revista, outros elementos merecem destaque, como é a presença marcante de imagens, sempre publicadas em preto e branco, como podemos observar nas imagens 2 e 3.

Imagem 2



América Indígena, 1943, vol. 3, p.257.

Imagem 3



América Indígena, 1942, vol. 3, p. 51.

As publicações trimestrais de *América Indígena* vinham sempre acompanhadas de uma série de imagens que representavam os vários povos indígenas do continente, dentre as quais a fotografia se fazia mais presente.

Essas fotografias, em geral, que não se relacionavam diretamente com os artigos publicados na revista, mas constituíam um discurso visual independente e comumente retratavam os indígenas isolados de seu meio social e identificados às suas etnias por meio das legendas que acompanhavam as imagens. Esse tipo normalmente registram indivíduos indígenas a partir de um olhar marcado pela exterioridade, pela postura do cientista que registra seu objeto de estudo. Essas imagens possuem muita relação com o uso típico da fotografia pela Antropologia em seus inícios na Europa, no século XIX, quando as fotos eram usadas como forma de registros “verdadeiros” para os estudos objetivos, científicos (PINNEY, 1996) e o “outro”, o diferente do ocidental, era registrado e estudado normalmente porque era visto como primitivo, fadado a desaparecer. (TACCA, 2011, p. 192-202)¹⁶⁸

¹⁶⁸ Sobre o discurso visual em *América Indígena* ver: SOCHODOLHAK, Larissa Foss. Imagens do “índio” na revista *América Indígena*: órgão trimestral del Instituto Indigenista Interamericano (1941-1945). Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos>

Partimos da hipótese que o discurso visual em *América Indígena* está em sintonia com as concepções do diretor do Instituto Indigenista Interamericano, o antropólogo mexicano Manuel Gamio. Como é destacado por Gonzalo Aguirre Beltrán (1990), para Gamio a cultura poderia ser dividida em duas dimensões distintas, os campos material e intelectual, um separado do outro, sendo que mudanças poderiam ocorrer em cada um desses campos sem impactar o outro. Assim, como observa Aguirre Beltrán, por meio desse “esquema mecanicista de cultura”, determinadas “características constitutivas” de uma cultura poderiam ser deslocadas e “substituídas” por outras sem comprometer o conjunto da cultura modificada. Gamio, portanto, acreditava ser função do indigenista, por meio da aplicação prática das Ciências Sociais, mapear os elementos das culturas indígenas a fim de determinar quais deveriam ser preservados ou substituídos. (BELTRÁN, 1990, p.155-156)

Essa pretensão científica do Instituto sob a direção de Gamio foi duramente criticada por alguns antropólogos, principalmente pelo estadunidense Sol Tax. Por meio de alguns artigos publicados em *América Indígena* entre os anos de 1942-1945, Tax rebateu as concepções de Antropologia Aplicada de Gamio, desencadeando uma intensa polêmica em *América Indígena*,¹⁶⁹ travada entre indigenistas e antropólogos estadunidenses. Tax defendeu o argumento de que os indigenistas, ao buscarem solucionar problemas sociais, não estariam realizando ciência, mas sim política. Na concepção do antropólogo, a principal finalidade da ciência seria o acúmulo de conhecimentos a fim de identificar padrões à ação humana. (TAX, AI, 1945, vol.1, p.24)

No entanto, apesar da perspectiva de um indigenismo científico, defendido por Gamio, identificamos a existência de fortes indícios que apontam para o viés político do Instituto, enquanto um órgão cujo objetivo seria direcionar políticas públicas para melhorar a condição de vida das populações indígenas do continente. Na contra capa das edições da revista, por exemplo, afirma-se que *América Indígena* objetivava o “intercambio de informações acerca da vida indígena atual e da política e programas que estão sendo desenvolvidos em seu favor”. (AI, 1947, vol. 3)

¹⁶⁹ Sobre a polêmica indigenista estadunidense em *América Indígena* ver: SANTOS, Guilherme Gomes. A polêmica indigenista norte-americana nas páginas da revista *América Indígena* (1942-1945). Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos>

Para entendermos a intervenção da revista, acreditamos ser importante analisá-la por meio da fórmula proposta por Pierre Albert, conforme apontado por Renée Barata Zicman (ALBERT, 1976 *apud* ZICMAN, 1981, p.92). O autor francês propõe analisar os periódicos questionando suas três dimensões básicas: “atrás”, “dentro” e “em frente”. O “atrás” da revista seria tudo o que colaborou com sua produção, norteando a mesma. No caso de *América Indígena*, esse “atrás” consiste no próprio Instituto Indigenista Interamericano – com seu conselho e o comitê executivo, compostos por lideranças indigenistas de vários países – que mantinha a publicação da revista com o objetivo principal de difundir os estudos científicos e fomentar a implantação de políticas e programas pró-indígenas no continente. “Dentro” da revista é entendido como as características formais da publicação, que envolvem aspectos como a materialidade e estilo da revista, como a ausência de colunas fixas e a presença dos editoriais e fotografias. Por fim, o “em frente” é relacionado com o público leitor alvo da revista. Pelo caráter científico dos artigos publicados e o tom mais político dos editoriais, acreditamos que esse público seria formado pelas comunidades científica (principalmente antropólogos) e os intelectuais indigenistas do continente americano.

Conforme destacado por Beatriz Sarlo (1992), as revistas, diferentemente dos livros, possuem sua existência justificada estritamente ao presente, sendo criadas pela vontade de intervir em determinada conjuntura vista como urgente:

“Publiquemos uma revista” quer dizer “uma revista é necessária” por razões diferentes da necessidade que os intelectuais descobrem nos livros; se pensa que a revista faz possíveis intervenções exigidas pela conjuntura. Enquanto que os livros julgam habitualmente seu destino em médio ou em longo prazo. Desta perspectiva, “publiquemos uma revista” quer dizer “façamos política cultural” [...]. Entre todas as modalidades de intervenção cultural, a revista põe o acento sobre o público, imaginado como espaço de alinhamento e conflito. Seu tempo é, portanto, o presente. (SARLO, 1992, p.9)

Quais seriam, portanto, as intervenções na realidade pretendidas por *América Indígena*? O principal objetivo da revista era a difusão do conhecimento sobre as populações indígenas do continente, além de conceder espaço para a discussão intercontinental de programas políticos voltados a melhorar o quadro

social dessas populações. Identificamos que a estrutura material da revista está sintonizada com esses objetivos, desde o teor científico dos artigos presentes na publicação até a presença de elementos que indicam seu caráter continental, como a publicação nos três principais idiomas do continente. Além disso, ressaltamos a pluralidade de seu comitê executivo, composto por membros de vários países.

Considerações finais

Buscamos, no presente artigo, apresentar os aspectos que envolveram a fundação do Instituto Indigenista Interamericano e de seu órgão oficial, a revista *América Indígena*, que como analisamos, representou um marco na construção de um indigenismo de caráter continental.

Como mostramos, a ascensão de Manuel Gamio como diretor do Instituto representou o afastamento de um indigenismo politicamente mais ativo, por um de cunho mais científico e pretensamente apolítico. No entanto, embora seja evidente a pretensão mais científica adquirida pela instituição, o Instituto não conseguiu romper completamente com o caráter político que caracterizou sua formação, algo que acreditamos possuir relação com as bases do campo indigenista, caracterizado pela busca de medidas práticas para a intervenção na realidade vivida pelos povos indígenas e a melhora de seu quadro social.

Constatamos que, apesar da revista *América Indígena* figurar como uma revista de caráter intelectual, visando, entre seus objetivos, a difusão do conhecimento sobre as populações indígenas, a publicação possuía um evidente ideal político, ao estar comprometida com a melhora do quadro social dos povos indígenas do continente. Isso caracterizava a própria lógica do indigenismo do Instituto Indigenista Interamericano, que defendia uma aplicação prática das Ciências Sociais.

Referências bibliográficas

ALTAMIRANO, Carlos. Elites culturales en el siglo XX latinoamericano. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). ***Historia de los intelectuales en América Latina II***. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires, Katz, 2010, p. 9-28.

BELTRÁN, Aguirre Gonzalo. **Crítica Antropológica**: Hombres e Ideias. México: FCE, 1990.

GIRAUDO, Laura, SÁECHEZ, Juan Martín. **La ambivalente historia del indigenismo**: Campo interamericano y trayectorias nacionales 1940-1970. 2011.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. São Paulo, 2008, p.111-153.

PINNEY, Christopher. **A história paralela da antropologia e da fotografia**. In: Cadernos de Antropologia e Imagem. UERJ – Rio de Janeiro, vol.2, 1996, p. 29-52.

SANTOS, Guilherme Gomes. **A polêmica indigenista norte-americana nas páginas da revista *América Indígena* (1942-1945)**. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos>.

SARLO, Beatriz. **Intelectuales y revistas: razones de una práctica**. In: **América**: Cahiers Du CRICCAL. Paris, 1992, p. 9-16.

SOCHODOLHAK, Larissa Foss. **Imagens do “índio” na revista *América Indígena*: órgão trimestral del Instituto Indigenista Interamericano (1941-1945)**. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos>.

TACCA, Fernando de. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. In: **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.18, 2011, p.191-223.

ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa – algumas considerações metodológicas**. São Paulo. 1981, p.89-102.



ENTRE SEDAS, BAETAS E TAFETÁS: AS ROUPAS, OS TECIDOS E A CULTURA MATERIAL NA VILA DE CURITIBA SETECENTISTA

Julia Maria Gonçalves (Universidade Estadual de Londrina)

Resumo. Esse artigo tem como objetivo apresentar aspectos referente às vestimentas dos moradores da Vila de Curitiba no século XVIII. A Vila de Curitiba, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, foi marcada por um momento de prosperidade econômica. A pecuária, principal atividade econômica da Vila no dito período, permitiu a integração da região com importantes centros econômicos da América portuguesa. Tendo em vista essa problemática histórica, levantamos a hipótese que, o contato com outras localidades permitiu uma maior circularidade e diversidade de mercadorias. Para a realização desse trabalho, iremos nos apoiar nos inventários *post mortem*, especificamente nos bens materiais que compunham esses documentos, pertencentes aos moradores da Vila neste período. Analisando os artefatos relacionados a indumentária, buscaremos compreender a forma como esses indivíduos se vestiam durante os setecentos. Ainda, perceber qual era a importância econômica e simbólica dessas vestimentas. Para responder tais questões, contaremos com o auxílio de alguns teóricos da cultura material, tal como o historiador Daniel Roche, a fim de apreendermos essa indumentária em simbiose com as especificidades da Vila de Curitiba e com a sociedade colonial.

Palavras-chave: Cultura material; Indumentária; Vila de Curitiba.

Introdução/justificativa

A ocupação e o povoamento da região Sul da América portuguesa, inicialmente nas Vilas de Paranaguá e Curitiba, foram impulsionados pelos indícios de ouro presentes nesses espaços no decorrer da segunda metade do século XVII. Porém, os investimentos destinados a extração de metais preciosos, tanto na Vila de Curitiba, quanto na de Paranaguá, não receberam os resultados esperados. As riquezas encontradas não eram significativas, e a atividade mineradora apresentava lucros maiores na região central da Colônia, principalmente em Minas Gerais, fazendo com que muitos habitantes que situavam na Vila partissem rumo a essas localidades. Devido a tais circunstâncias, a Vila de Curitiba, em fins do século XVII e início do XVIII, caracterizou-se por um período de instabilidade econômica e dispersão populacional. Alguns autores se referem a região como um local de “miséria”¹⁷⁰. Os (poucos) que permaneceram tiveram que encontrar outras ocupações e atividades econômicas. A maioria dos habitantes se dedicaram a agricultura de subsistência e a criação de gado. Essas atividades visavam exclusivamente o abastecimento interno, somente no decorrer do século XVIII que a Vila passou a fornecer subsídios às áreas mineiras, possibilitando o desenvolvimento econômico da pecuária.

Em trabalho anterior¹⁷¹, foi possível identificar, a partir de uma amostra com nove inventários *post mortem* do período de 1697 a 1729, que a criação de gado era uma importante ocupação para os moradores da Vila naquele período. A descoberta das minas de ouro na região central da América portuguesa, destinou grande atenção e investimento das autoridades oficiais, tornando-se a principal atividade econômica no momento e substituindo a economia do açúcar. Esse efervescer econômico possibilitou a integração da Vila no conjunto econômico da América portuguesa. Essa integração pode ser compreendida pelas seguintes circunstâncias: “a região das minas situava-se

¹⁷⁰ Ver na tese de Enezila de Lima, 1982.

¹⁷¹ Em pesquisa que desenvolvemos na graduação, tínhamos o objetivo de investigar como os habitantes da Vila de Curitiba refizeram suas vidas na transição do século XVII para o XVIII: a quais atividades econômicas passaram a se dedicar, quais eram as principais ocupações profissionais, como eram suas habitações, espaços domésticos, vestimentas, enfim, a cultura material daquele espaço. Ver em: GONÇALVES, 2017.

numa distância inconveniente do Rio de Janeiro, não havia gado, não havia meios de transporte. ” (NADALIN, 2001).

Nesse sentido, para atender as exigências necessárias às áreas de mineração, a região Sul, no qual há a participação efetiva da Vila de Curitiba, fornecia aos mineiros o que eram indispensáveis a estes: os animais para transporte e a alimentação. A economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que articulassem as diferentes regiões do sul do país¹⁷².

Como mencionamos, em pesquisa realizada anteriormente, compreendemos que a pecuária foi o elemento que possibilitou que a Vila se distanciasse da situação de crise. Porém, em fins do século XVII e início do século XVIII, essa atividade estava por começar¹⁷³. Em alguns dos inventários que analisamos foi possível perceber que se tratava de um processo, pois ainda notamos a presença de objetos de trabalho relacionados a mineração. Ou seja, essas atividades poderiam coexistir. E alguns artefatos do cotidiano nos mostraram que a Vila nesse período realmente era um local simples, de “miséria”: as moradias eram elementares, os interiores domésticos escassos, quase não havia moveis. Porém, no tocante à indumentária o cenário era um pouco diferente. Em inventários que praticamente inexistia mobiliário e outros objetos do cotidiano, havia certa diversidade de vestimentas, com tecidos sofisticados e significativo valor econômico. Ainda que vivendo de maneira simples e isolados do conjunto econômico da América portuguesa (até os primeiros anos do século XVIII), os indivíduos daquele espaço tinham a preocupação em manter uma boa aparência? Em vestir-se bem? Para responder essas questões nos apoiaremos em um conjunto de nove inventários *post mortem*¹⁷⁴, referente ao período de 1697 a 1729.

¹⁷² FURTADO, 1967.

¹⁷³ Alguns autores apontam que a construção da estrada, em fins da década de 1720, que ligava o Viamão, no Rio Grande do Sul, aos Campos Gerais, no Paraná e fazia o elo com as feiras de São Paulo, onde comerciantes mineiros, fluminenses e outros vinham buscar o gado para revendê-los nas áreas das Minas, efetivou a integração da Vila de Curitiba com os outros centros da Colônia e garantiu o desenvolvimento da pecuária. (NADALIN, 2001).

¹⁷⁴ As fontes cartorárias utilizadas nesse trabalho estão localizadas no Arquivo do Estado do Paraná. Referente a esse período de transição do século XVII para o XVIII, foi possível localizar apenas nove inventários.

Objetivos e metodologia

Pensando no contexto da Vila de Curitiba em fins do século XVII e início do XVIII temos a intenção de compreender como os indivíduos que habitavam aquele espaço se vestiam. Mais que isso, entender o peso dessa indumentária dentro dos seus patrimônios, comparando-as com os outros bens e também, os valores simbólicos que representavam para aquela sociedade. Os inventários *post mortem* são adequados para esses objetivos porque constituem “depoimentos incomparáveis do teor da vida e da feição das almas na sociedade colonial”(MACHADO, 2006).

Quando um indivíduo vinha a óbito, por lei, os seus bens materiais deveriam ser reunidos e avaliados, a fim que fosse feita a divisão entre os herdeiros. Nesses processos cartoriais, pouco se detalhava acerca do defunto, apenas informações sobre o ano de seu falecimento e quem eram seus herdeiros. Já os seus bens materiais eram informados de maneira detalhada e minuciosa. Em decorrência dessa característica, os inventários coloniais em nada se assemelham aos da atualidade. Nada escapava ao arrolamento, por mínimo que fosse o valor. Mesmo que o bem estivesse em precárias condições, ainda assim era mencionado pelos louvados/avaliadores¹⁷⁵. A partir dos valores quantitativos e qualitativos dos bens presentes nos inventários, podemos perceber a importância que estes tinham para determinado meio e sociedade. Essa rica fonte histórica nos traz uma visão muito próxima do cotidiano material da América portuguesa.

Entendemos esses artefatos presentes nos inventários como a cultura material da sociedade curitibana. Compartilhamos a noção de cultura material desenvolvida por José Newton Coelho Meneses ao entender que

[...] O conjunto de objetos de uma vivência, a chamada “cultura material”, é mais que o trabalho do homem, o seu produto, o consumo do homem, a técnica e a tecnologia que ele cria, o saber que ele inventa, o progresso da sociedade humana, a

¹⁷⁵ Os louvados eram um dos profissionais necessários para a elaboração dos inventários *post mortem* (além de juizes, advogados, testemunhas, escrivães). Em decorrência de seus conhecimentos acerca do valor dos bens imóveis, móveis, escravos e animais, tinham a função de avaliar os bens do inventariado.

simbologia ou a filosofia do homem. O objeto é o homem; é a extensão do seu gesto. É o próprio gesto.

[...] o artefato, materialidade que estende o gesto ao seu mundo, é instrumento das intenções, opções e sentimentos do homem. (MENESES, 2017, p. 10).

Ainda, pensamos esses artefatos dentro dos contextos sociais que lhes dão sentido e historicidade. (ROCHE, 2000). As vestimentas aqui analisadas devem estar em consonância com as circunstâncias da Vila de Curitiba no dito período. Conhecer o funcionamento econômico daquela sociedade também nos permite compreender a posse de determinados bens.

As atuais contribuições de alguns historiadores que se adentraram aos estudos da cultura material, através dos inventários *post mortem*, e buscaram compreender seus variados aspectos como produtos do tempo e do espaço que estão inseridos são importantes referenciais teóricos e metodológicos para esse estudo. Destacamos aqui os estudos de Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez (2014) sobre as transformações da riqueza e dos objetos do cotidiano, antes e depois da escravidão, no Vale do Paraopeba/MG; Leila Mezan Algranti (2017) sobre a importância do universo material para o funcionamento, representação e celebração da Casa Real portuguesa no Rio de Janeiro Joanino; Maria Aparecida Meneses Borrego (2017) referente à materialidade presente nas práticas sociais em torno das refeições no espaço doméstico em São Paulo colonial; além de José Newton Coelho Meneses (2015) que buscou analisar as fazendas mineiras, entre os séculos XVIII e XIX, como lugares de abastecimento alimentar, sociabilidades e da intimidade familiar.

Resultados

Fernand Braudel (1995), ao estudar as vestimentas das sociedades pré-industriais, afirma que o vestuário possui uma dupla função: a de proteger-se das circunstâncias climáticas e também, a de diferenciar-se socialmente. Na Vila de Curitiba, por meio das informações encontradas nos inventários em simbiose com as especificidades daquela localidade, concordamos com o historiador.

Para refletirmos acerca das vestimentas da Vila, primeiramente iremos nos ater a uma compreensão geral das indumentárias. Com uma análise

descritiva, observaremos quais eram as principais vestimentas presentes nos nove inventários, quais tinham o maior valor, de qual material eram feitas, para posteriormente, reduzirmos a análise a dois inventários, a fim de compararmos o valor das roupas com o valor do montante do patrimônio, e também, comparar os valores das vestimentas em relação a outros bens. Enfim, pensar a representatividade desses artefatos no cabedal desses sujeitos. Para a elaboração dessas análises, nos apoiamos metodologicamente em Algranti (2016).

Na tabela abaixo foram inseridos todos os artefatos relacionados a indumentária que estavam presentes nos inventários. Destacamos aqui três itens: a matéria prima, os adjetivos/descrições e o preço:

Tabela 1: Indumentária presente na amostra dos inventários (1697 – 1729)

Tipo de indumentária	Material/cor	Adjetivos	Quantidade presente nos inventários	Valor dos bens nos inventários
Saia	Seda preta	Usada	1	9\$000
Saia	Seda fina vermelha	Usada	1	7\$000
Gibão	Seda fina azul com onze botões de prata	-	1	2\$560
Manto	Carrião	Usado	1	6\$000
Manto	Seda	Usado	1	1\$600
Manta	Baeta vermelha	Usada	1	\$960
Meias	Seda rosa	-	1	2\$000
Chapéu	Branco	-	1	1\$000
Vestia	-	-	1	2\$000
Calção	-	-	1	2\$000
Casaco	Baeta preta	-	1	1\$000
Meias	-	-	1	\$960
Chapéu	-	-	1	\$480
Par de sapatos	-	-	1	\$640
Manto	Tafetá	Bom uso	1	8\$000
Gibão	Damasco	Velho	1	\$800
Carapuça	Serafina azul, forrada de serafina vermelha, com botão de prata	Já com seu uso	1	2\$000
Côvados	Baeta verde	Usado com um furo ou um buraco	2	2\$000
Côvado	Baeta vermelha	Usado	1	1\$200

Capote	Baeta	Bom uso	1	6\$000
Vestia	Serafina azul	Já usada	1	2\$600
Par de meias	[laja]	Já usada	1	\$500
Par de meia	[pizam]	Já usadas	1	\$640
Três quartos	Brim	-	-	1\$120
Par de sapatos	Veado	Bom uso	1	\$640
Vestia	Baeta de mulher	Bom uso	1	1\$600
Vestia	Seda de Mulher	Bom uso	1	4\$500
Saia	Seda fina preta	Usada	1	4\$000

Fonte: Arquivo do Estado do Paraná, elaborada pela autora.

Da amostra de nove inventários, em seis documentos (66%) foi possível localizar artefatos ligados a indumentária, que são os que constam na tabela acima. A maioria dessas roupas eram feitas de seda, baeta e tafetá, que são tecidos sofisticados, possivelmente vindos da Europa. O preço varia entre o tipo de material que eram feitas e também pelo seu estado: velhas, usadas ou em bom uso. Como por exemplo: “um manto de seda usado” que foi avaliado em 1\$600 réis e “um manto de tafetá em bom uso”¹⁷⁶ que foi avaliado em 8\$000 réis. Notamos que algumas vestimentas, mesmo já usadas, até “com um furo ou um buraco” eram bem avaliadas. De acordo com Daniel Roche, alguns adjetivos utilizados para descrever as vestimentas demonstram que já foram reutilizados inúmeras vezes. Mesmo estando fora de moda, eram artefatos sofisticados. Provavelmente foi usado por gerações:

Era uma civilização onde o usado dominava, ao término de anos de lavagem e limpeza com os meios precários, sem detergente eficaz que a cinza das lixívias, ou um raro sabão que aparecia pouco a pouco. Em Poitou, no Limousin ocidental, 50% do guarda roupa branco ou indumentário era qualificado de “usado; no melhor dos casos o mau estado de um traje não exigia, como hoje, o seu abandono, se inscrevia num conjunto de gestos e valores, nessa transmissão que era feita pela doação, a herança e os mercados de ocasião [...] (ROCHE, 2000, p. 265).

Também devemos considerar que a indumentária não se limitava a essas que notamos acima, poderiam existir roupas produzidas pelos próprios habitantes, feitas do algodão, da lã, com baixo custo: “A grande maioria dos inventários não tinha relacionados entre seus bens roupas de uso pessoal ou mesmo

¹⁷⁶ Arquivo do Estado do Paraná, 1705 e 1729.

roupa de cama e banho. Provavelmente essa ausência refletia a confecção própria e pouco comercializada dessas roupas”. (FARIA, 1998, p. 233).

Referente ao preço dessas vestimentas, podemos observar questões interessantes. No inventário do casal Luiz Rozado e Maria Mello, de 1729, “um manto de tafetá em bom uso” custa 8\$000 réis, enquanto “uma vaca solta” ou “um novilho de dois anos” custam 2\$000 réis cada¹⁷⁷. O casal possivelmente se dedicava à pecuária, já que no rol de seus bens notamos uma grande quantidade de animais. Ainda assim, em um momento que a criação de animal era uma atividade de destaque, ou seja, os animais eram valorizados monetariamente, notamos algumas vestimentas com valores similares e até superiores a esses bens. Na tabela abaixo, na qual destacamos dois inventários: o de Anna da Silva (1705) e o do referido casal (1729), podemos perceber essa representatividade da indumentária.

Tabela 2: Relação da indumentária aos outros bens em dois inventários (1705 e 1729)

Ano do inventário	1729	1705
Nome do inventariado	Luiz Rozado e Maria Mello	Anna da Silva
Monte-mor do inventariado	356\$140	124\$680
Valor total da indumentária	25\$500	27\$120
(%) da indumentária em relação ao inventário	7,16%	21,75%
Valor total dos escravos	95\$000	30\$000
(%) dos escravos em relação ao inventário	26,6%	24,5%
Valor total dos animais	196\$900	51\$780
(%) dos animais em relação ao inventário	55,28%	41,05%
Valor total dos imóveis	10\$000	5\$000
(%) dos imóveis em relação ao inventário	2,8%	4%
Valor total dos utensílios profissionais	23\$200	6\$460

¹⁷⁷ Arquivo do Estado do Paraná, 1729.

(%) dos utensílios profissionais em relação ao inventário	6,51%	5,18%
Valor total do mobiliário	5\$540	4\$320
(%) do mobiliário em relação ao inventário	1,5%	3,46%

Fonte: Arquivo do Estado do Paraná, elaborada pela autora.

De acordo com a tabela acima, podemos notar o que tinha maior valor econômico dentro do patrimônio do casal Luiz Rozado e Maria Mello e da inventariada Anna da Silva. No do casal, em 1729, em primeiro lugar estavam os animais, representando um pouco mais da metade do montante de seus bens, 55,28% para sermos mais exatos. Conforme mencionamos, o casal obtinha posse de muitos animais, eram criadores de gado. O que explica a maior representatividade desses bens. Em segunda lugar vinham os escravos, totalizando 26,6 % dos bens. A mão de obra escrava era altamente valorizada na sociedade colonial e no contexto da Vila no período, a demanda era alta devido ao desenvolvimento da pecuária. Já referente aos outros artefatos, a indumentária vinha em terceiro lugar representando 7,16% da riqueza do casal. O imóvel e o mobiliário do casal tinham valor bem inferior se comparado a outros bens, moravam em uma “casinha de palha” e possuíam uma quantidade mínima de moveis. Já no tocante a indumentária, possuíam uma diversificação de bens, tal como: “um manto de tafetá em bom uso”; “um capote de duas baetas em bom uso”; “uma vestia de serafina azul já usada”; “um par de sapatos de veado em bom uso”¹⁷⁸. Essas são algumas das vestimentas que os inventariados possuíam. A matéria prima desses artefatos, tal como o tafetá e a baeta, eram tecidos sofisticados como já mencionamos, com significativo valor econômico. Com exceção a vestia de serafina, que já estava usada, os outros artefatos apresentavam “bom uso”. Poderiam ser roupas novas. Mesmo o habitat do casal sendo simples, com pouco mobiliário e artefatos domésticos, poderia haver uma preocupação em vestir-se bem. É possível inferir que a posse desses itens foi possível através do contato com outros centros econômicos da América portuguesa. A atividade econômica ligada à pecuária,

¹⁷⁸ Arquivo do Estado do Paraná, 1729.

exercida por Luiza Rozado e Maria Mello, possibilitou o acesso a determinadas mercadorias, como as referidas vestimentas.

Da mesma maneira, no inventário de Anna da Silva, as roupas tinham um lugar de destaque. Em primeiro lugar estavam os animais, representando 41,05% da riqueza da inventariada, seguido dos escravos, 24,5% e da indumentária, valor quase similar desse último, totalizando 21,75% do montante da inventariada. O ano de seu inventário era 1705, sabemos que era um momento que a Vila passava por momentos de instabilidade, devido à crise do ouro, possivelmente a criação de gado era uma solução encontrada pela inventariada para se (re) estabelecer economicamente. Ainda assim, a mesma tinha necessidade de vestir-se bem, possuía: “uma saia de seda fina preta já usada”; “um gibão de seda fina azul com seus onze botões de prata”; “Uma manta de baeta vermelha usada”; “uma Saia de seda fina vermelha usada”¹⁷⁹, entre outras roupas. Em comparação aos outros artefatos do cotidiano (que eram praticamente irrisórios) a valorização da indumentária não tem como passar despercebida.

Considerações finais

Essas foram algumas (das muitas) observações que podemos obter em relação as vestimentas da Vila de Curitiba. É notável que os indivíduos se preocupavam em manter uma boa aparência. Provavelmente, com o desenvolvimento da pecuária e a integração da Vila ao conjunto econômico da América portuguesa, foi possível ter um maior acesso a esses tipos de artefatos, tal como vimos no inventário do casal Luiz Rozado e Maria Mello em 1729. Essas vestimentas não demonstram apenas o consumo/a possibilidade de adquirir certo bens pelos indivíduos da Vila, mas demonstram o próprio gesto desses homens, mesmo vivendo na “miséria”, principalmente nos fins do século XVII e início do XVIII, era uma necessidade vestir-se elegantemente, talvez uma maneira de se distinguirem-se socialmente. A indumentária, é assim, um importante elemento para compreendermos a cultura material da sociedade curitibana na época colonial.

¹⁷⁹ Arquivo do Estado do Paraná, 1705.

Referências bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. Alimentação e cultura material no Rio de Janeiro dos vice-reis. Diversidade de fontes e possibilidades de abordagens. **Varia Historia**, v. 32, n. 58, 2016.

ALGRANTI, Leila Mezan. Em torno da mesa do rei: artefatos, convivialidade e celebração no Rio de Janeiro joanino. **Anais do Museu Paulista**, v. 25, n. 1, 2017.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Das caixas da casa colonial às arcas do Museu Paulista. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 25, n. 1, p. 199-225, 2017.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível**. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v.1.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. **A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1967.

GONÇALVES, Julia Maria. **(Re) fazendo a vida em tempos de crise: riqueza e cultura material na Vila de Curitiba (1697 – 1729)**. Londrina, 2017. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). UEL, 2017.

LIMA, Enezila de. **A Vila de Curitiba: 1765 – 1820, estudo da dinâmica econômico-social de uma comunidade**. São Paulo, 1982. Tese (doutorado em História Social), FFLCH, USP, 1982.

MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do Bandeirante**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1930. (1.ed. 1929).

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Cinzas do Passado: cultura material, riqueza e escravidão no Vale do Paraopeba/MG (1831/1914)** – Londrina: Eduel, 2014.

MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: O quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 23, n. 2, p. 69-92, 2015.

MENESES, José Newton Coelho. Introdução-Cultura material no universo dos Impérios europeus modernos. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 25, n. 1, p. 9-12, 2017.

NADALIN, Sérgio Odilon, **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo**. Séculos XVII-XIX. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.



AÇÕES AFIRMATIVAS — UEL: O PROPE E AS ESCOLAS PÚBLICAS DE LONDRINA

Kawanni dos Santos Gonçalves
(Universidade Estadual de Londrina)

Resumo. Em 2013, alocado à Pró-Reitoria de Graduação, o Programa de Apoio à Permanência (PROPE) da Universidade Estadual de Londrina foi elaborado com o objetivo de divulgar nos colégios públicos de Londrina as formas de acesso à UEL, bem como articular políticas de permanência em benefício de seus graduandos — como apoio pedagógico e assistência estudantil —, em parceria com outros setores. Na prática, além da busca dos gestores por soluções de problemas pontuais relacionados aos estudantes da UEL, os bolsistas do Programa atuam diretamente na rede pública com os terceiros anos do Ensino Médio. Divulgam o acesso à UEL através do ENEM/SISU, e informam datas do Vestibular e do pedido de isenção das taxas desse processo seletivo; dissertam a respeito dos detalhes da prova em duas fases, além de esclarecer e promover o debate acerca do sistema de reserva de vagas (cotas) da referida instituição. Visamos, assim — sob a perspectiva dos direitos humanos, discutir as ações afirmativas da UEL a partir das experiências do PROPE nos colégios públicos de Londrina, sobretudo por meio de questionários aplicados em alguns desses espaços. Inevitavelmente, a discussão a respeito da persistência, em nossa sociedade, de desigualdades sociais e raciais se apresenta nesse artigo — através de dados estatísticos, tais como da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, do (último) Censo realizado em 2010, entre outros. Trata-se de um programa recente, ainda há muito a desenvolver a fim de reduzirmos evasões e retenções dos discentes da UEL. Entretanto, tem sido expressivo o trabalho realizado pelo PROPE quanto à divulgação da Universidade àqueles que mais se distanciam dela: os alunos da rede pública da cidade, em especial, os autodeclarados negros.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Ações Afirmativas; Sistema de Cotas; UEL; PROPE.

Em 10 de Dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos do Homem. O documento atesta, em âmbito internacional, o compartilhamento de valores entre Estados que visam o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais¹⁸⁰. Norberto Bobbio (2004, p.46), em suas discussões sobre “A Era dos Direitos”, argumenta que, assim, “o problema mais urgente que temos de enfrentar não é o problema do fundamento, mas o das garantias” dos Direitos do Homem. De fato, no Brasil, a Constituição de 1988 foi denominada “Constituição Cidadã”, uma vez que se caracteriza por ser plenamente democrática, por sua ampliação no que se refere, justamente, à garantia de direitos fundamentais. No que tange à igualdade, por exemplo, embora presente na Constituição de 1988 (Título II - os Direitos e Garantias Fundamentais), na prática, persistem desigualdades sociais e raciais. Nesse sentido, políticas públicas de “desigualdade positiva” são necessárias para a promoção da igualdade. Ou seja, conforme Boaventura,

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (2003, p.56 *apud* PIOVESAN, 2005, p. 39).

Nesse contexto, o sistema de reserva de vagas ou sistema decotas para grupos marginalizados desenvolve-se em Instituições Públicas Brasileiras de Ensino Superior como ação afirmativa, a fim de equilibrar a desigualdade no acesso à educação. Na Universidade Estadual de Londrina, as cotas são implantadas a partir de 2005, conforme a Resolução Nº78/2004 do Conselho Universitário, destinando vagas no Vestibular “para candidatos oriundos de Instituições Públicas de Ensino e para aqueles que se autodeclararem negros”. Por conseguinte, em 2013, é instituído o Programa de Apoio ao Acesso e à Permanência (PROPE) na Universidade Estadual de Londrina, elaborado a partir do compromisso na redução das desigualdades sociais e com o objetivo de divulgar nos colégios públicos de Londrina as formas de acesso à UEL, bem

¹⁸⁰ A Declaração Universal dos Direitos do Homem remete a garantias à dignidade humana, direitos de liberdade, de participação política, direitos sociais, enfim, a Declaração remete à “liberdade, igualdade e fraternidade”, conforme o Artigo I: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

como articular políticas de permanência em benefício de seus graduandos — como apoio pedagógico e assistência estudantil —, em parceria com outros setores. Em seu cotidiano, além da busca dos gestores por soluções de problemas pontuais relacionados aos estudantes da UEL, os bolsistas do Programa atuam diretamente na rede pública com os terceiros anos do Ensino Médio. Visamos, assim, discutir as ações afirmativas enquanto direitos humanos, sobretudo a partir das experiências do PROPE - UEL nos colégios públicos do Núcleo Regional de Educação de Londrina, em especial por meio de questionários aplicados em alguns desses espaços.

A CONSTITUIÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, BREVE TRAJETÓRIA.

As declarações de direito remetem ao jusnaturalismo moderno com John Locke, segundo o qual “o verdadeiro estado do homem não é o estado civil, mas o natural, ou seja, o estado de natureza no qual os homens são livres e iguais (...).” (BOBBIO, 2004, p. 48). Nessa perspectiva filosófica, portanto, o homem é portador de direitos inalienáveis por natureza. A contemporaneidade, entretanto, considera os direitos humanos enquanto processo, ou construção humana. Afinal, “a liberdade e a igualdade dos homens não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não são uma existência, mas um valor; não são um ser, mas um dever ser.” (BOBBIO, 2004, p. 49). A partir das Revoluções Norte-americana e Francesa, no final do século XVIII, os direitos do homem transitam da teoria à prática, da expressão de pensamentos individuais para o direito efetivo, positivo, ou um sistema de direitos que irá reger Estados democráticos. Os direitos humanos, contudo, são reconhecidos apenas nas fronteiras dessas nações, perdem sua universalidade. Com a já citada Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948, tais direitos tornam-se, desse modo, positivos e universais; o Direito Internacional dos Direitos Humanos se desenvolve nesse contexto:

O processo de universalização dos direitos humanos permitiu a formação de um sistema internacional de proteção desses direitos. Este sistema é integrado por tratados internacionais de proteção que refletem, sobretudo, a consciência ética contemporânea compartilhada pelos Estados (...). (PIOVESAN, 2005, p.36).

Os Estados-Parte assumem tais tratados internacionais e, desse modo, os desígnios estabelecidos na ONU aliam-se aos sistemas nacionais de

proteção, às constituintes, e assim proporcionam maior “efetividade na tutela e promoção dos direitos fundamentais”. Ao longo dos anos, através das convenções, os instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos convertem-se de perfis mais genéricos para perfis que priorizam grupos específicos, particularizados, vulneráveis. Assim, o Estado assume a responsabilidade de garantir a proteção de setores marginalizados da sociedade, a redução de desigualdades sociais. Em 1968, por exemplo, o Brasil ratifica a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (1965), na qual “ressalta-se a urgência em se adotar todas as medidas necessárias para eliminar a discriminação racial em todas as suas formas e manifestações e para prevenir e combater doutrinas e práticas racistas”.(PIOVESAN, 2005, p.39). Tais compromissos demandam, conforme mencionamos, não apenas reafirmar os direitos humanos na Constituição, mas políticas públicas efetivas de promoção da igualdade — as ações afirmativas. Nesse contexto, surge como fator de inclusão social e racial o sistema de reserva de vagas nas Instituições Públicas de Ensino Superior.

AS AÇÕES AFIRMATIVAS

O sociólogo Válder Roberto Silvério disserta que, em decorrência da manutenção de “mecanismos sociais de exclusão” são necessárias políticas sociais compensatórias. Logo, uma vez findados tais mecanismos de exclusão, as políticas não serão mais necessárias. O autor discorre que as ações afirmativas são “intervenções do Estado, a partir de demanda da sociedade civil, as quais garantem o cumprimento de direitos sociais, que não são integralmente cumpridos pela sociedade” (SILVÉRIO, 2007, p.21). As desigualdades no país são apontadas em estatísticas sociais que, por si só, atestam a necessidade das referidas ações afirmativas. Conforme o Imposto de Renda de Pessoa Física (2014/2015), em média, no Brasil, o 1% mais rico acumula 15% de toda a riqueza da nação. Tal concentração de renda “tende a limitar a igualdade de oportunidades na sociedade e pode ser um inibidor do crescimento econômico”¹⁸¹.

¹⁸¹Relatório Da Distribuição Pessoal Da Renda e Da Riqueza Da População Brasileira - Secretaria de Política Econômica, 2016.

Em âmbito local, o Plano Estadual de Educação no Paraná (2015) informou que, em 2010, o número de matriculados no ensino médio público em Londrina correspondia a 88,35% dos estudantes. No mesmo ano, a porcentagem de ingressantes na UEL que estudaram integralmente em escola pública no Ensino Médio correspondia a 51,24% dos discentes — apesar do já implantado sistema de cotas. Em outros termos, os alunos de colégios particulares, embora representantes de pequena parte do contingente de estudantes em Londrina, ocupam maior porcentagem de vagas na Universidade Pública¹⁸² — diversos artigos atestam essa mesma realidade em âmbito nacional. Nesse sentido, o sistema de reserva de vagas, enquanto ação afirmativa, faz-se imprescindível para oportunizar o acesso à Instituição Pública de Ensino Superior aos estudantes provenientes da educação básica assegurada pelo Estado.

O primeiro país a institucionalizar um sistema de cotas em cargos públicos e em universidades foi a Índia a partir de 1950 — três anos após sua independência, reservando 15% das vagas desses espaços para castas intocáveis. Segundo o antropólogo KabengeleMunanga, o sistema obteve como resultado a elevação de milhares de “intocáveis” à classe média. Nos Estados Unidos, as cotas foram implantadas desde a década de 1960, decorrentes da luta do movimento afro-americano pelos direitos civis, em consonância com o desenvolvimento de “programas de aprendizado da tomada de consciência da discriminação racial” (MUNANGA, 2007, p. 10). No Brasil, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) são pioneiras ao implementarem o sistema de cotas no início do século XXI. Em 2012, é instituída a Lei 12.711 ou “Lei de Cotas”, que reserva, a partir de critérios socioraciais, 50% das vagas em Instituições Federais de Ensino Superior.

Na Universidade Estadual de Londrina (UEL), tais ações afirmativas — possibilitadas pela autonomia universitária — surgiram a partir de lutas da comunidade, com destaque para a participação do movimento negro. Quando implantado em 2005, o sistema de cotas para o Vestibular da UEL propunha reserva de vagas de até 40%, ou seja, percentuais conforme a

¹⁸² Desconsideramos, para as finalidades desse artigo, a quantidade de estudantes provenientes de outras cidades, porquanto a diferença na porcentagem é bastante expressiva.

proporcionalidade do número de inscritos — nesses 40%, até 20% para autodeclarados negros de escola pública. Visando aprimorar esse sistema, a partir de 2013 — Resolução Nº 15/2012 do Conselho Universitário — fixaram-se a reserva de 40% das vagas ofertadas pelos cursos de graduação — 20% para alunos de escola pública e 20% para alunos negros de escola pública —, não mais em proporção correspondente aos inscritos, portanto. Atualmente, são 45% das vagas reservadas nos cursos da UEL; acrescentaram-se 5% aos negros de qualquer percurso escolar. Essa decisão deriva do reconhecimento das diferenças raciais presentes na sociedade em função das persistentes ações discriminatórias. Entretanto, muitos são os questionamentos a esse sistema; além disso, as cotas, por si, não garantem o preenchimento das vagas por alunos de escola pública — independente da cor/etnia. É necessário divulgar as formas de acesso à UEL e esclarecer ou justificar o sistema de cotas para os estudantes do ensino básico. Para preencher essa lacuna, foi instituído o Programa de Apoio ao Acesso e Permanência (PROPE), em 2013, junto à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UEL.

Conforme mencionado no início, o PROPE auxilia articulando estudantes e setores específicos da UEL — responsáveis por apoio pedagógico e assistência estudantil. Em geral, o Programa, em decorrência de sua recente implantação, auxilia na divulgação dos setores diretamente relacionados à permanência, tais quais o SEBEC — Serviço de Bem-Estar à Comunidade —, o LABTED — Laboratório de Tecnologia Educacional — e os Programas de Educação Tutorial — PET's. O acesso, todavia, está bastante organizado, à medida que discentes colaboradores do Programa atuam efetivamente nos terceiros anos do Ensino Médio das escolas públicas de Londrina. Nas visitas, os “propeanos” divulgam datas do Vestibular, datas para isenção das taxas do processo seletivo, cursos que aderiram ao SISU, o Cursinho Especial Pré- Vestibular da UEL (cuja seleção é por renda familiar), bem como esclarecem e incentivam os estudantes a inscreverem pelo sistema de cotas no Vestibular da UEL — em outras palavras, a exercerem seu direito de ocuparem vagas no ensino superior público e de qualidade.

PROPE - VISITAS ÀS ESCOLAS PÚBLICAS

As visitas do PROPE duram, em média, 20 minutos por sala — exceto quando a turma apresenta várias dúvidas e debate ideias a respeito do sistema de cotas. Este artigo discute questionários (fichas) aplicados em quatro escolas públicas de Londrina, duas na zona leste e duas na zona oeste da cidade, totalizando seis turmas matutinas de “terceirão”. As fichas são entregues no início e recolhidas antes de começarmos nossas falas, para não comprometermos as ideias prévias dos estudantes. No questionário, há duas questões abertas com “justifique”, e quatro questões objetivas — “sim” ou “não”; além das perguntas por idade, sexo e cor. As questões são as seguintes:

1. Você sabia que a Universidade Estadual de Londrina (UEL) é gratuita?
2. Já viu uma prova de vestibular da UEL?
3. Prestará vestibular esse ano? JUSTIFIQUE.
4. Conhece o sistema de reserva de vagas da UEL (COTAS) para alunos do ensino público e para aqueles que se autodeclararam negros?
5. Você acha que ainda existe racismo no Brasil?
6. Qual sua opinião sobre o sistema de cotas? É favorável, contra, possui ressalvas? (JUSTIFIQUE).

Na zona leste, destacamos duas escolas visitadas no mês de Agosto; uma turma do Colégio Estadual João Sampaio e duas turmas do Colégio Estadual Benedita Rosa Rezende. No que diz respeito ao Colégio Estadual João Sampaio, periférico, dos 28 alunos que responderam ao questionário, a maioria possuía entre 16 e 17 anos, mas havia seis alunos com 18 anos e dois com 19 anos. Lá, 53,56% se declararam “pardos” — e apenas um aluno “negro”; 35,7% se declararam “brancos” e houve um “moreno”. No Colégio Estadual Benedita Rosa Rezende, situado em avenida importante da zona leste, dos 49 alunos, também maioria entre 16 e 17 anos, seis alunos, igualmente, com 18 anos. Quanto à cor, 71,43% se declaram “brancos” e 26,53% “pardos”, com três “negros” e um “amarelo”. Em ambos os colégios, mais de 50% são jovens do sexo feminino. Proporcionalmente, portanto, o Colégio Estadual João Sampaio apresenta mais alunos negros — pretos ou pardos — e em distorção idade-série.

Na zona oeste, igualmente, escolhemos duas escolas, 3 turmas matutinas: Colégio Estadual Antônio de Moraes Barros (2 turmas, 45 alunos) e

Colégio Estadual Tsuru Oguido (1 turma, 20 alunos). Os estudantes são maioria “branca” em ambos os Colégios, 44,43% e 65%, respectivamente. No Colégio Estadual Antônio de Moraes Barros, ainda, dois alunos declararam-se “morenos”, cinco “negros” e quatro “amarelos”. No Colégio Tsuru Oguido, “brancos” e “pardos”, apenas. No Antônio de Moraes Barros, há maioria masculina, ao contrário do Colégio Tsuru Oguido, com 70% de estudantes do sexo feminino em sala. Também em ambas as escolas, a maior parte dos discentes possui 16 ou 17 anos; no Colégio Antônio de Moraes Barros há também um aluno com 20 anos e um com 21 anos. Tais informações, referentes às idades dos estudantes, seguem na tabela a seguir¹⁸³:

Tabela 1 - Idade dos estudantes do terceiro ano do Ensino Médio

Escolas	16 anos	17anos	18anos	19anos	20anos	21anos
Col. Estadual João Sampaio (28 alunos)	08	12	06	02	-	-
Col. Estadual Benedita Rosa Rezende (49 alunos)	16	25	06	-	-	-
Col. Estadual Antônio de Moraes Barros (45 alunos)	10	25	05	-	01	01
Col. Estadual Tsuru Oguido (20 alunos)	07	09	04	-	-	-

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada em 2015,apresentou dados da “proporção de estudantes de 15 a 17 anos de idade no ensino regular com idade dois anos ou mais acima da esperada para a série/ano que frequentavam, em relação ao total de estudantes dessa faixa etária” (IBGE, 2016, p.60), ou estudantes com distorção idade-série em 2015. Segundo a pesquisa, entre o período de 2005 e 2015, houve redução na taxa dessa distorção. Contudo, há variações nessa distorção idade-série entre as redes de ensino; a rede pública apresentou taxa 3,6 vezes maior de distorção do que a rede privada. Além disso, observou-se que quanto menor os rendimentos da distribuição do rendimento mensal domiciliar per capita, maior

¹⁸³ Em algumas escolas, há quantidade menor de alunos referenciados na tabela do que o total daqueles que responderam aos questionários. Deve-se ao fato de que alguns não escreveram sua idade; deixaram-na “em branco”.

a taxa de distorção idade-série. Com relação às características “cor ou raça” do IBGE, no quesito discutido, enquanto a população branca representa 18,9%, a preta ou parda representa 31,4% de distorção idade-série.

Quanto às primeiras perguntas do questionário aplicado, na zona leste, enquanto apenas um aluno, entre os 49, do Colégio Estadual Benedita Rosa Rezende não sabia da “gratuidade” da UEL, ou melhor, da ausência de mensalidade, 25% dos estudantes do Colégio Estadual João Sampaio desconheciam essa mesma informação. Quanto à pergunta se já haviam visto uma prova de vestibular, a resposta “não”, infelizmente, prevaleceu, com 71,43% e 82,13%, respectivamente. No Colégio Estadual Antônio de Moraes Barros, oito alunos não sabiam da ausência de mensalidade na UEL (entre os 45) e 62% nunca tiveram contato com uma prova do Vestibular dessa Universidade. No Colégio Estadual Tsuru Oguido, apenas um aluno respondeu “não” à primeira questão e 70% responderam “não” também à segunda pergunta. No que diz respeito à terceira pergunta, segue a tabela com as respostas:

Tabela 2 - Prestará vestibular esse ano? JUSTIFIQUE.

Escolas	SIM	NÃO	Não Sabe	Sem Resposta
Col. Estadual João Sampaio (28 alunos)	17	08	02	01
Col. Estadual Benedita Rosa Rezende (49 alunos)	33	15	01	-
Col. Estadual Antônio de Moraes Barros (45 alunos)	29	16	-	-
Col. Estadual Tsuru Oguido (20 alunos)	07	13	-	-

Na terceira questão da ficha, portanto, em três escolas, cerca de 30% dos estudantes não prestarão quaisquer vestibulares em 2017 — não, necessariamente, o vestibular da UEL. Entre as justificativas para tanto, no Colégio João Sampaio responderam, sobretudo, desinteresse e incapacidade — “Porque sou meio lerda, acho que para mim não dá”. No Colégio Benedita Rosa Rezende as justificativas reportaram, principalmente, à necessidade de preparação mais adequada — “Não estou preparado para fazer a prova, vou

prestar ano que vem” —, a questões financeiras, referentes ao valor da inscrição, e ao desinteresse. No Colégio Antônio de Moraes Barros, seis estudantes apresentaram justificativas relativas à perda da data de inscrição do processo seletivo, seguido por motivos de indecisão — “Não sei o que quero fazer/ se quero fazer”. No Colégio Estadual Tsuru Oguido, assustadoramente, 65% dos alunos não farão Vestibular para ingresso em Ensino Superior. A principal justifica é o sentimento de despreparo — “Não tenho conhecimento suficiente” ou “Não fiz cursinho e com o ensino público (apenas) não conseguiria passar”.

Na quarta pergunta do questionário — referente ao conhecimento do sistema de cotas —, no Colégio Estadual João Sampaio, 60,7% desconhecem o sistema, enquanto uma média de 20% a 30% dos alunos dos demais colégios atribuíram a mesma resposta para essa questão. Quanto à quinta pergunta, 100% dos estudantes, das quatro escolas, afirmam que persiste o racismo na sociedade brasileira. Apesar disso, na sexta pergunta, entre os 142 alunos que responderam aos questionários mencionados no presente artigo, apenas cerca de 40% declararam-se integralmente favoráveis ao sistema de cotas. Integralmente porque 11% declararam-se favoráveis com ressalvas; reportando, sobretudo, contrariedade às cotas raciais. Contrários, de fato, formaram 25% — embora muitos desse grupo tenham justificado, novamente, apenas em relação às cotas raciais; o que demonstra desconhecimento do sistema de reserva de vagas em sua totalidade. Além disso, 13% dos estudantes informaram não apresentar opinião a respeito, e os 11% restantes não responderam a essa questão:

Tabela 3 - Qual sua opinião sobre o sistema de cotas? É favorável, contra, possui ressalvas? (JUSTIFIQUE)

Escolas	Favorável	Contra	Favorável com Ressalvas	Sem Opinião	Sem Resposta
Col. Estadual João Sampaio (28 alunos)	12	01	03	-	09
Col. Estadual Benedita Rosa Rezende (49 alunos)	19	18	03	05	05
Col. Estadual Antônio de Moraes Barros (45 alunos)	20	13	05	06	01

Conforme a tabela, portanto, no Colégio Estadual João Sampaio — o mais periférico entre as quatro escolas —, embora muitos não tenham respondido à questão, a maioria posicionou-se favoravelmente ao sistema, e apenas um aluno manifestou-se contrário às cotas, mas se justificou reportando apenas às cotas raciais — “Contra, os direitos devem ser iguais para negros e brancos”. Três justificaram devidamente, contra cotas raciais, apenas — “Sou favorável para cotas do sistema público, pois a concorrência é desigual”. Nas demais escolas, houve um equilíbrio entre favoráveis e contrários, somando-se a estes os favoráveis com ressalvas. Em geral, as respostas contrárias, conforme explicitado anteriormente, mencionavam apenas as cotas raciais — “Contra, pois racismo é uma desigualdade e seria uma desigualdade isso” (Colégio Estadual Antônio de Moraes Barros) — ou justificavam pelas categorias “capacidade” ou “esforço”, como o exemplo a seguir: “Qualquer um tem a mesma capacidade. Quem quer passar no vestibular que estude” (Colégio Estadual Benedita Rosa Rezende).

Entre os discentes favoráveis, mas com ressalvas, muitos declaravam ser “a favor das cotas de acordo com a situação financeira, ou seja, aqueles de escolas públicas” (Colégio Estadual Antônio de Moraes Barros); e ainda “Acho favorável, porém não aos negros, porque não acho legal alguém ter ou não privilégio apenas por sua cor de pele” (Colégio Estadual Tsuru Oguido). Todavia, houve também aqueles que apontaram as fragilidades do sistema: “Não é o melhor sistema de inclusão, mas por enquanto é o que funciona” (Colégio Estadual Benedita Rosa Rezende). Entre as opiniões favoráveis, destacam-se referências aos direitos às oportunidades e à reparação histórica: “Favorável, pois é uma forma de assegurar o direito de todos, independente de cor, classe social, etc.” (Colégio Estadual Tsuru Oguido); “Minha opinião sobre o sistema de cotas é favorável. Pois antigamente não havia, era raro negros nas universidades. E já com as cotas, é uma forma de se incluírem (...)” (Colégio Estadual João Sampaio).

Diante do quadro apresentado, sem dúvida, a presença do PROPE nas escolas poderia ter evitado perda dos prazos, e teríamos incentivado os alunos

a prestarem o processo seletivo ainda que se sentissem despreparados, a fim de, ao menos, testarem seus conhecimentos na prova — já que, em todos os Colégios avaliados, mais de 60% dos estudantes não conhecem o formato da prova da UEL. Além disso, o PROPE distribuiu folder aos estudantes que contém o site da Coordenadoria de Processos Seletivos — “COPS”, no qual podem acessar as provas dos últimos Vestibulares aplicados pela UEL. A divulgação do processo de Isenção da taxa do Vestibular, igualmente, poderia ter elevado o número de inscritos. Infelizmente — em decorrência de dificuldades com transporte e períodos letivos distintos entre a Universidade e a Educação Básica —, alcançamos tais escolas apenas após os períodos de Isenção (zona leste) e Inscrição (zona oeste) do Processo Seletivo 2018. Ao menos 30% dos estudantes de todas as Escolas Públicas elencadas neste artigo não prestarão Vestibulares. Além disso, torna-se evidente que, quanto mais centralizado o colégio, maior a consciência acerca da Universidade. No Colégio João Sampaio, por exemplo, a maioria não prestará vestibular por desinteresse ou por não se considerar capaz. Nas demais escolas, em geral, muitos discentes não prestarão apenas porque decidiram melhorar sua preparação para o processo seletivo. Esses dados são bastante significativos, sobretudo se avaliássemos essas informações no ensino privado. Além disso, há dados que ratificam os resultados da presença do PROPE nas escolas públicas. Por exemplo, através da página da COPS observamos que o número de inscritos com a opção de cotas raciais aumentou progressivamente nos últimos anos; tal qual a quantidade de inscrições no CEPV-UEL, quase quadruplicada. Também se acentuaram os candidatos isentos ou com descontos na taxa do processo seletivo. Esses últimos dados, disponíveis no Serviço de Bem-Estar à Comunidade (SEBEC) da UEL, denotam, em certa medida, os incentivos e divulgações do PROPE entre os estudantes de Ensino Médio da rede pública de Londrina e, muitas vezes, região.

De modo geral, os dados apontam para o distanciamento, ainda bastante presente, entre os alunos de escola pública e o Ensino Superior, especialmente em relação à UEL. Apesar de não haver pergunta a respeito no questionário aplicado, sempre pedimos que levantem as mãos os alunos que possuem pais com ensino superior. Em todas as visitas, poucos levantam as mãos — conforme a região da escola e a quantidade de alunos. Esse fato

indica que muitos desses estudantes serão os primeiros em seus núcleos familiares a ingressar no nível superior de escolarização. Daí também o dever e a importância do Programa de Apoio ao Acesso e à Permanência (PROPE) da UEL em incentivar esses estudantes a ocuparem suas vagas no Ensino Superior.

Nas discussões a respeito do sistema de cotas na Universidade, é notória a aceitação das cotas sociais e significativos os posicionamentos contra as cotas raciais. Entre os principais argumentos contrários à reserva de vagas para indivíduos que se autodeclaram negros, estão noções simplórias de igualdade, capacidade, meritocracia ou mesmo a ideia de que esse sistema “aumentaria” o racismo, a discriminação, ou de que o próprio sistema seria um modo de discriminação, pois consente “privilégios”. Ora, desfrutar de espaço público de Ensino Superior jamais será privilégio, trata-se de um direito fundamental, previsto constitucionalmente. Além disso, “Depois de quatro séculos de escravidão, de mais um século para vivermos sem terra para trabalhar, sem direito à saúde e sem direito à educação de qualidade, como pensar em cotas como privilégio?” (OLIVEIRA, 2007, p. 140). A igualdade, conforme discutimos anteriormente, é um princípio visado diante de nossos contextos ainda desiguais — o fato de 100% dos alunos concordarem com a existência do racismo, atesta essa ideia. Daí a justificativa para o sistema de cotas sociais e raciais. Não se trata de capacidade ou mero “esforço”, uma vez que convivem, reiteramos, realidades desiguais e, portanto, as oportunidades tornam-se desiguais. Alunos de Escola Pública, em geral, não podem dedicar-se integralmente aos estudos — muitos trabalham durante o Ensino Médio, inclusive —, ao contrário da maioria dos estudantes que frequenta a rede privada; os estudantes de Escola Pública são passíveis de sofrer discriminações por sua classe. Alunos negros da Escola Pública são passíveis de dupla discriminação: por sua classe e por sua cor. A ideia de que cotas raciais aumentam o racismo, novamente, é simplória. Afinal, o racismo já está presente na sociedade — “os conflitos existem e devem existir, não obstante encobertos pelo mito da democracia racial e pelo silêncio”. (MUNANGA, 2007, p.13). Além disso, como reflexos dessa sociedade discriminatória — e que ratificam a importância das ações afirmativas, estão as estatísticas populacionais.

A última Síntese de Indicadores do IBGE (2016) revelou que 53,9% dos brasileiros se autodeclararam negros — pretos ou pardos. Apesar disso, os negros sempre estão em condições piores do que os brancos nos indicadores apresentados. Por exemplo, o Suplemento de Segurança Alimentar do PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — 2013, informou que 43,1% de crianças negras até 4 anos de idade vivem em situação de insegurança alimentar; para a população branca, esse número é de 25,1% (IBGE, 2016, p.40). No que diz respeito à desigualdade de renda por “cor ou raça”, em 2015, “pretos ou pardos representavam [...] 75,5% das pessoas com os 10% menores rendimentos (contra 23,4% de brancos), ao mesmo tempo em que eram apenas 17,8% das pessoas no 1% com os maiores rendimentos, contra 79,7% de brancos”. (IBGE, 2016, p.96). Finalmente, quanto à presença do negro no Ensino Superior em 2015, entre os jovens de 18 e 24 anos com frequência líquida na graduação, 12,8% são representados por jovens negros, enquanto 26,5% são representados por brancos. Em 2005, a taxa dos jovens negros era de 5,5%. (IBGE, 2016, p.62). As taxas de evasão escolar também são maiores entre a população negra. Além dos dados, basta pensarmos que os negros ocupam, em geral, cargos mais baixos da sociedade. Somos, normalmente, atendidos por médicos negros? Quantos negros ocupam cargos na política brasileira? Qual a porcentagem de negros participando da mídia televisiva? Quantos professores negros já tivemos em nosso percurso escolar, sobretudo no Ensino Superior? Poderíamos avaliar que, na região Sul, a população negra é menor; de fato.

Segundo o último Censo realizado (2010), a população de Londrina apresenta 70,45% brancos e 25,78% negros. O mesmo Censo nos informa que a “razão (por cor ou raça) do valor médio do rendimento mensal total nominal”, ou seja, considerando a soma dos rendimentos (do trabalho e outras fontes) que uma pessoa de 10 anos ou mais de idade recebeu no período de um mês, se compararmos brancos/pretos em Londrina, a razão é 1,8 — igual a brancos/pardos; enquanto brancos/índios é 1,7 e brancos/amarelos é 0,8. Portanto, em Londrina, os rendimentos da população branca são quase o dobro da população negra (pretos e “pardos”). Ainda maiores são os rendimentos da população amarela, e considerando que essa parcela representa cerca de 3,61% dos londrinenses, o indicador revela a significativa

desigualdade. O fator renda, como sabemos, é limitador da escolarização. No caso dos negros, soma-se a limitação imposta pelas discriminações raciais e obtemos um ciclo vicioso. Por exemplo, apesar dos negros representarem quase 26% da população de Londrina, conforme os dados da UEL, em 2010, apenas 15,51% de negros ingressaram na Universidade¹⁸⁴. Por isso a importância do PROPE-UEL, em âmbito local, para que essa população vulnerável conscientize-se acerca dos imperativos de seu “lugar social” e usufrua de ações afirmativas, como o sistema de reserva de vagas, a fim de se aprimorar no Ensino Superior e possibilitar o rompimento com ciclos de marginalização.

Em outras palavras, as cotas visam ampliar as oportunidades daquela população cujos indicadores sociais são inferiores aos de uma minoria branca (ou amarela). Daí a necessidade de cotas sociais e raciais, pois como vimos, a cor da pele ainda é fator de distinção em nossa sociedade, por isso não é possível considerarmos simplesmente o recorte econômico em nossas políticas públicas. O fator étnico é fundamental. O sistema de reserva de vagas não é o ideal — conforme alguns indivíduos contrários a esse sistema argumentam. De fato, o ideal é não haver desigualdades, mas elas existem! Também não podemos omitir os problemas desse sistema, sobretudo diante de casos na mídia em que brancos ocupam vagas reservadas aos negros em cursos mais concorridos — por exemplo, recentemente, no curso de Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais. Todavia, não extinguimos o Imposto de Renda por conta das sonegações. Faz-se necessário aprimorar esses sistemas. Além disso, até quando as gerações da população pobre e/ou negra devem aguardar para que possam alcançar melhores condições de vida, ou melhores indicadores sociais? As ações afirmativas “constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade[...]. Através delas transita-se da igualdade formal para a igualdade material e substantiva”. (PIOVESAN, 2005, p.40). Conforme vimos acima, tais ações são medidas com prazo determinado; findados os mecanismos de exclusão ou marginalização, não serão mais necessárias. É dever do Estado garantir que todos, independente de cor ou classe social (por isso o princípio da igualdade), tenham acesso pleno à

¹⁸⁴ Dados da PROPLAN. Disponível em:
<<http://www.uel.br/prograd/index.php?content=cotas/panorama.html>>.

educação; afinal, é um dos direitos fundamentais do ser humano e, portanto, fundamentais a própria condição humana.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

MUNANGA, K. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: PACHECO, J; SILVA, M. N (Orgs.). **O Negro na Universidade: o direito à inclusão**. Curitiba: Optagraf, 2007. pp.07-19.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, 2005. pp.43-55.

OLIVEIRA, Vilma Santos de. Comunicações Orais. In: PACHECO, J; SILVA, M. N (Orgs.). **O Negro na Universidade: o direito à inclusão**. Curitiba: Optagraf, 2007. pp.139-144.

SILVÉRIO, V. R. Ação Afirmativa: uma política pública que faz a diferença. In: PACHECO, J; SILVA, M. N (Orgs.). **O Negro na Universidade: o direito à inclusão**. Curitiba: Optagraf, 2007. pp. 21-42.



JOGOS DIGITAIS E HISTORICIDADE: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES A PARTIR DE TRÊS PERSPECTIVAS

Max Alexandre de Paula Gonçalves
(Docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Londrina)
Guilherme Akira Demenech Mori
(Discente, Instituto Federal do Paraná – Campus Londrina)

Resumo. A proposta deste trabalho consiste em analisar os jogos digitais sob a perspectiva de sua representação histórica, social e cultural. Compreendidos como artefatos culturais, os jogos digitais/jogos de videogame carregam em seus elementos narrativos e midiáticos concepções sobre a sua História, Sociedade e Cultura. Nota-se que a espacialização e a temporalização são elementos marcantes nos jogos digitais, de forma que demonstram serem representações dotadas de historicidade, uma vez que derivam de determinados indivíduos em um grupo definido com tempo e espaço específicos. Podem discutir temas variados, portando ideais e ideias característicos, e, em alguns momentos, explicitados pela temática abordada pelo game analisado. De fato, a perspectiva multicultural sobre os games se faz importante neste momento, uma vez que os sujeitos consumidores ressignificam suas culturas e identidades a partir das representações contidas nesse tipo de mídia. Fundamentado em algumas produções ambientadas e elaboradas de maneiras distintas, tais como *Assassin's Creed*, *Broforce* e *Inside*, o presente trabalho propõe o estudo das representações contidas em jogos digitais a fim de investigar como tais artefatos culturais do ambiente digital estão imbuídos de sentimentos, visões e proposições dos desenvolvedores e de seu respectivo contexto de produção, assumindo, então, o papel de representantes da indústria do entretenimento e, portanto, de uma interpretação sobre o mundo em sentido amplo. Pela exploração desse caminho, observa-se que a própria narrativa histórica passa por transformações, advindas essencialmente da construção e ressignificação cultural que as mídias, a exemplo dos jogos digitais, articulam na sociedade contemporânea, em crescente dependência das tecnologias da informação e comunicação.

Palavras-chave: Jogos Digitais; Artefatos Culturais; Representação; Historicidade.

Introdução

Reduzidos pelo senso comum à esfera do entretenimento, os Jogos Digitais carregam o estigma do lúdico acrítico, ou ainda, do objeto infantil e imaturo em sentidos pejorativos. No entanto, mesmo que seu consumo seja majoritariamente informal, com o divertimento sobrepondo a análise formal, os Jogos de Videogame, possuem as ideias de seus desenvolvedores. Segundo Morais e Assis (2008), os jogos eletrônicos são Artefatos Culturais, isto é, portadores de sentidos e perspectivas intrinsecamente ligados aos contextos dos seus respectivos desenvolvedores.

Por terem sido originados a partir da cultura de *mass media*, os Jogos Digitais dialogam com o universo cultural do cinema, da televisão, do rádio, e também da chamada “cultura *pop*”, tendo nas Histórias em Quadrinhos o seu principal representante. Essa rede interligada de objetos e público viria com uma nova cultura, a de mídias. Ao tomarmos os computadores e os consoles como meios indispensáveis para a execução do game, notaremos que, nesse caso, eles são uma amálgama de várias mídias, pois misturam recursos técnicos e estéticos do cinema, da televisão, da literatura e das animações. Assim, os jogos digitais estão inseridos dentro da Cultura Digital, campo também pertencente à Cultura de Mídia.

Um conceito essencial para a análise sobre os Jogos Digitais é o de Representação, o qual permite compreender um objeto que se apresenta em sua imediaticidade por meio das imagens e da materialidade disseminadas. Entretanto, seus códigos e elementos internos podem atenuar a percepção sobre as estruturas e os elementos que os criaram, já que também geram uma distância para o sujeito que interage com eles. Então, ao acionar aquelas imagens, adentra-se em uma parte do mundo dos jogos digitais. Por isso, o seu estudo crítico deve englobar os diversos gêneros de jogos, das Simulações de Tiro aos *Massively Multiplayer Online Role-Playing game*, as relações de produção dos *games*, incluindo aqui as estratégias de circulação mercadológica e de seus conteúdos e, por último, as práticas que conferem os sentidos diversos que o público dá aos jogos enquanto bens simbólicos. Segundo Chartier, a noção de representação “coloca em destaque a força das representações, sejam elas interiorizadas ou objetivadas. (...) Possuem uma

energia própria que convence que o mundo, ou o passado, é realmente o que elas dizem que é” (CHARTIER, 2011, p. 281). Isso significa que cada jogo digital precisa ser compreendido na relação que ele estabeleceu com o seu passado e o seu presente no momento de sua produção e com o passado do gênero do jogo.

A Representação possibilitada pela mídia dos Jogos Digitais, em diálogo com a Iconosfera (MENESES, 2003) que abarca essas imagens, possibilita a análise do Jogo enquanto uma Imagem que constrói uma experiência visual e histórica distinta da elaborada por outros meios. Os Jogos Digitais devem ser articulados ao todo social. Examinar “o poder da forma para gerar sentido... e a relação das práticas representacionais para processos de significação social e psicológico” (BERMINGHAM apud MENESES, 2003, p. 27), conforme Ann Bermingham considera, é um dos caminhos aqui seguidos. Então, ao conceber as imagens presenciadas nos jogos digitais como detentoras de sentido em si mesmas, comete-se o erro de descolá-las do corpo social do qual emergiram. Segundo Meneses,

É a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar. (MENESES, 2003, p. 28)

Desse modo, analisar um objeto que tem na imagem um de seus elementos fundantes e essenciais exige um movimento dialético permanente com o social, o cultural e, no nosso caso em particular, com o histórico, ou seja, com a problemática histórica. É essa última que deve se sobressair no final. Assim, a nossa investigação acerca de um conjunto de *games* de autorias distintas demonstrará a articulação existente entre as perspectivas de análise e as propostas de jogos.

Inside: a subjetividade do surreal e da experiência e morte

O jogo *Inside*, desenvolvido pela *Playdead* (empresa que ficou conhecida mundialmente em 2010 pela criação de *Limbo*) e lançado em 2016, demonstra a valorização do uso dos recursos audiovisuais na construção da representação presente no game. Já em *Limbo*, houve um aspecto semelhante ao que o seu “sucessor espiritual” mostraria com mais vivacidade alguns anos

mais tarde: a imersão pelo uso das sensações, com os sons acidentais do protagonista, do ambiente, e das mortes apoiados nos gráficos surreais e sombrios.

A experiência nos jogos da *Playdead*, especificamente em *Inside*, busca a expressão do sentimento imediato da cena, com ênfase na tensão referente à repetição de tentativas e mortes. O cenário compõe uma sequência ininterrupta de ambientes visualmente impressionantes. Com o uso desses recursos em sincronia, a narrativa inexplicável caracteriza a subjetividade expressa na representação desse *indie game*.

É, contudo, o aproveitamento da estrutura do jogo que completa a representação interativa e, conseqüentemente, sua interpretação. *Inside* apresenta gráficos tridimensionais, porém, o jogo se realiza em somente duas dimensões. Além disso, a jogabilidade o qualifica como “ludus” (FRASCA, 2001), isto é, somente se é capaz de realizar ações que visem o objetivo do jogo. Dessa forma, o jogador-interator de *Inside* aprende que, ao ser incapaz de retroceder, concluiu todas as ações que deveriam ser realizadas até aquele ponto de não retorno. É importante notar que esse comportamento se constrói pela reatividade entre jogador-jogo. Janet H. Murray explica que a “representação primária do computador é a reconstituição codificada de respostas comportamentais. É isso o que, na maioria das vezes, se pretende afirmar quando dizemos que os computadores são *interativos*” (MURRAY, 2003, p. 80). Compilando tais características de restrição no game, os desenvolvedores se apropriaram da linguagem para elaborar a representação. As sensações transmitidas transcendem os sentimentos particulares das cenas para também apresentarem a subjetividade da restrição de liberdade apresentada ao longo do jogo também por elementos visuais (como o constante bizarro de pessoas sem reação própria).

Inside utiliza também de alguns ícones e elementos visuais para propiciar uma discussão sobre a restrição de liberdade, tais como a ausência de identidades (rostos), as máscaras nos únicos personagens que se movem individualmente e os efeitos de iluminação e escolha de cores. Para compreender e participar dessa reflexão, é utilizada uma característica essencial desse meio: a imersão, a experiência de ser transportado para um lugar primorosamente simulado. A imersão realiza a criação de um espaço de

ilusão, de forma a superar a separação do público consumidor da mídia com os suportes de representação. Então, *Inside*, ao inserir o jogador-interator em uma cena sombria e fazê-lo concluir objetivos não explicitados (pois não há nenhum texto senão título e créditos), assim como lidar com o risco da morte iminente e constante para a execução da narrativa, utiliza de recursos técnicos, imagéticos e objetivos para que a atenção daquele sujeito que interage com o objeto seja apoderada por esse último, isto é, que o sistema sensorial dele esteja imerso naquela experiência. A imersão exige a participação, que, em *Inside*, ocorre por meio do aprendizado contínuo por cenas-problemas (*puzzles*). Dessa maneira, a representação confina as diversas interpretações livremente potencializadas pela sua subjetividade narrativa e, especialmente, os elementos sensoriais bem explorados em prol da construção do aparentemente surreal e ilógico, e, sobretudo, instigante e perturbador.

Broforce: a paródia caricatural da ação e da guerra

O jogo *Broforce*, desenvolvido pela *Free Lives Games* e lançado em 2013, apresenta outra perspectiva para representar a discussão do tema que aborda. O game, também bidimensional e de plataforma, foi desenvolvido como uma paródia dos filmes de ação e guerra americanos, principalmente os da década de 80 e 90 do século XX, os próprios videogames *arcade* (games jogados pelo console dos fliperamas) e também o Imperialismo Americano da Guerra Fria.

Sua representação visa o paralelismo com tudo que parodia: inimigos visualmente iguais e com ações “bobas” e “ridículas”, exagero nas explosões e tiros, protagonistas extremamente poderosos (no caso, os diversos heróis dos filmes de ação norte-americanos) e um ambiente visualmente estereotipado do Vietnã. A interação entre esses diversos elementos atuam para a elaboração da paródia, na qual é feita a opção pela estética visual simples do game e dos avatares, que em seus textos primários já apresentavam heroísmos e dramas muito peculiares (o herói norte-americano que parte em busca da autorredenção em territórios comunistas). A proposta do game é coerente com a paródia, que, segundo Linda Hutcheon, é:

(...) na sua irônica “transcontextualização” e inversão, repetição com diferença. Está implícita uma distanciação crítica entre o texto em fundo a ser parodiado e a nova obra que incorpora, distância geralmente assinalada pela ironia. Mas esta ironia tanto pode ser tanto apenas bem humorada, como pode ser destrutiva. O prazer da ironia da paródia não provém do humor em particular, mas do grau de empenhamento do leitor no “vaivém” intertextual (bouncing) para utilizar o famoso termo de E. M. Forster, entre cumplicidade e distanciação. (HUTCHEON, 1989, p. 48).

Mantendo-se cômico e saudosista, *Broforce* critica a bestialização do inimigo do americano ao colocar, como único requisito para a conclusão de fase, uma representação do diabo, vermelho e passivo. A capa do jogo traz o grande e poderoso dito inimigo, nas fases mero objetivo, sem nenhuma ameaça ao *player*. Ao mesmo tempo em que entretém o jogador, a representação com a qual ele interage critica a política estadunidense de invasão e conquista militarista no Exterior.

Assassin’s Creed: a busca da representação histórica

O terceiro jogo digital escolhido para compor a nossa análise possui uma peculiaridade: está no limiar da fronteira entre História e Ficção. Lançado em 2007 pela *Ubisoft*, grande desenvolvedora franco-canadense de games, o primeiro jogo da série *Assassin’s Creed* apresentava como trama principal de sua narrativa um embate entre a Ordem dos Templários e a Irmandade dos Assassinos. O jogo (e a maior parte da franquia) se desenvolve pela perspectiva de um Assassino. Isso decorre dos objetivos de cada um dos grupos rivais: enquanto os Templários almejam adquirir os Artefatos do Éden, objetos antigos e mitológicos com poderes extraordinários, sendo um deles o controle da mente das pessoas, os Assassinos buscam obter esses objetos com o intuito de que as pessoas preservem o livre-arbítrio. Por essa razão são os antagonistas dos Templários, compondo assim um conflito dual entre as facções e definindo a essência da narrativa ficcional do jogo. No entanto, o que distinguiria *Assassin’s Creed* entre as fronteiras já mencionadas?

Inicialmente, observamos que esse enredo de luta entre grupos divergentes ocorre em contextos históricos bem delimitados: o primeiro game da série se passava durante as Cruzadas no período medieval, enquanto o penúltimo tinha como cenário histórico a Inglaterra vitoriana e o último “retornou” (se pensarmos em uma sequência cronológica e linear) ao Egito

Antigo. Personagens históricos e reais como Leonardo da Vinci e Nicolau Maquiavel interagem com o *player*, conferindo verossimilhança histórica a *Assassin's Creed*. A desenvolvedora desse game utiliza a História e objetos dela para compor a sua representação. Por exemplo, a trama de *Assassin's Creed: Unity* ocorre às vésperas, durante e depois da Revolução Francesa do século XVIII. A imagem promocional do jogo demonstra elementos que nos inserem nessa narrativa quando comparados ao célebre quadro de Eugène Delacroix em virtude da comemoração da Revolução de 1830: a bandeira francesa, personagens que surgem na fumaça, ou ainda, as massas que saíram às ruas para a realização das Revoluções, as armas presentes, sendo implícita a decorrência da fumaça pela pólvora, assim como a presença da icônica fortaleza da Bastilha ao fundo.

Se esses elementos utilizados já na propaganda colaboram para criar no jogador um imaginário da Revolução Francesa, no jogo *Assassin's Creed: Unity* eles são potencializados, pois ocorrem por meio dos espaços representados no game. Nele, o personagem Arno explora o mundo francês no final do século XVIII, do palácio de Versalhes à Bastilha, interagindo com personagens e espaços muito bem caracterizados. Assim, ocorre uma encenação histórica, na qual ficção e história se misturam, pois uma das principais características dos novos ambientes digitais é a capacidade que eles detêm de representar espaços navegáveis. De acordo com Murray, a diferença deles para os meios lineares, tais como livros e filmes, está em que estes últimos “retratam espaços tanto pela descrição verbal quanto pela imagem, mas apenas os ambientes digitais apresentam um espaço pelo qual podemos nos mover” (MURRAY, 2003, p. 84).

A história exibida na tela do computador ou da televisão é também um lugar. Com isso, mergulhamos e somos inseridos em uma Paris revolucionária. Essa qualidade espacial se dá pelo nível de interação que o game consegue estabelecer com o jogador. Ou seja, como o interator manipula aquele espaço ali representado, pois esse último também possui regras que não podem ser violadas, tanto para a realização do fluxo narrativo quanto para a imersão daquele sujeito que deseja superar os desafios ali propostos.

Por último, *Assassin's Creed: Unity*, como nos demais jogos da série, busca transmitir conteúdos históricos em uma perspectiva multicultural,

englobando sujeitos e monumentos históricos com explicações detalhadas sobre cada um deles. Percebe-se assim o caráter enciclopédico do jogo, pois sempre que se interage com algo histórico verídico, pode-se abrir uma tela sobre tal elemento. Há, entretanto, um ponto muito sensível que aqui irrompe: há um problema quando não temos a prática em identificar os valores subjacentes de uma história multiforme. Ou seja, por que assume-se sempre o papel de um assassino, e não o de um templário, em *Assassin's Creed*? É fundamental considerar-se isso, pois, conforme Murray, em um “meio interativo, a estrutura interpretativa está embutida nas regras pelas quais o sistema funciona e no modo pelo qual a participação é modelada” (Ibid., p. 93). Ademais, a capacidade enciclopédica do computador pode distrair de tal forma que se esquece de questionar elementos como se fossem naturais.

SUPERHOT e a jogabilidade significativa

O jogo *SUPERHOT*, desenvolvido pelo *SUPERHOT Team* entre 2013 e 2016, é um *First Person Shooter* (FPS, jogo de tiro em primeira pessoa) composto por fases de crescente dificuldade e incremento de elementos de jogo, porém praticamente resumidas a “constantes socos e tiros”.

SUPERHOT se apropria dos seus elementos característicos de jogo digital (notoriamente a interação e a imersão, atributos chave dos videogames) para compor sua significação. Um exemplo significativo de diálogo máximo entre os elementos da linguagem e de metalinguagem. O jogo propõe que se jogue um jogo (tais interações ocorrem numa interface *retro style* de telas pretas com diálogos pré-estabelecidos), justamente o “FPS só de socos e tiros” (ênfase dada em um desses diálogos narrativamente equivalentes às *cut scenes* de jogos de videogames tradicionais) e a repetição (pode-se apropriar-se do jargão da informática: iteração) de elementos e ações, com algumas discrepâncias acentuadas em momentos específicos da trama, compõe a força narrativa evocada pela “falta de história no jogo”. Na categorização exposta por Frasca (2001), assim como em *Inside*, trata-se de um jogo *ludus*, tirando do jogador, propositalmente, os raciocínios narrativos e somente propondo desafios progressivamente naturalizados.

São essenciais as frases apresentadas ao jogador em diálogos ou em *flashes* durante a luta. Dialoga com ideias de manipulação e alienação, pois os

elementos narrativos (instrumentos, inimigos maniqueístas e o ambiente neutro) são totalmente simplificados à mera textura preta, vermelha e branca. Aliados a iteração, a ausência de escolhas significativas (somente o cumprimentos de ordens e sugestões ou, no mínimo, de falas pré- estabelecidas) e aos momentos em que os padrões repetitivos/iterativos são utilizados para outros objetivos, a narrativa superficialmente restrita a “socos e tiros” reflete sobre a liberdade, explorando a própria liberdade artística de elaboração narrativa. Portanto, *SUPERHOT*, bem como *Inside*, explora a linguagem dos jogos digitais para compor sua representação.

Mr. President! e a jogabilidade da sátira

O jogo *Mr. President!*, desenvolvido pela *Game Developer X* no final de 2016, propõe ao jogador que salve o candidato à Presidência Estadunidense Ronald Rump de ser morto ao longo de sua campanha. A mecânica e os gráficos visam a caracterização do engraçado e do ridículo.

As fases trazem alusões aos escândalos e polêmicas do republicano, visualmente exageradas, juntamente com um amplo conjunto de ícones como a Bandeira Confederada da Guerra da Secessão, a Cruz em chamas, o Grande Muro da fronteira com o México entre outros.

Pode-se analisar sua proposta como um “meme político jogável”, sendo intrinsecamente ligado ao seu contexto socioeconômico (as eleições dos Estados Unidos de 2016) e com caráter significativamente humorístico. Dessa maneira, *Mr. President!* explora as referências mais claras para que o entretenimento seja possível, mas sem o humor e ironia de *Broforce*, para propor ideias e visões de mundo contextualizadas.

September 12th e a jogabilidade da crítica

O jogo *September 12th*, desenvolvido pela *Newsgaming.com* e disponibilizado gratuitamente no seu portal, consiste em uma única cena, somente uma ação possível e nenhum objetivo específico: há civis e terroristas circulando, o *player* pode, ou não (uma ressalva enfática nas instruções), atirar mísseis. Ao matar civis, outros vêm e, tristes e vingativos, tornam-se terroristas, sem final para o jogo.

A cena é um ambiente árabe estereotipado, e o dilema de criar mais terroristas ao tentar matá-los é a grande discussão acerca da Guerra ao Terror – a política militar estadunidense após o Atentado ao World Trade Center, em 11 de Setembro de 2001. Sua proposição ainda reflete as faces controversas da guerra, muito debatidas com a insistência dos Estados Unidos na luta contra os terroristas árabes.

Considerações Finais

A Convergência Midiática de Henry Jenkins (2009) colabora para o entendimento da participação dos jogos digitais (e das outras mídias e artefatos culturais) na Sociedade e na Cultura. Jenkins detalha as relações dentre as mídias e sua aproximação de conteúdos e linguagens. Destaca-se o período histórico em que os jogos digitais surgem, já com os formatos de narrativa transmídia: a formação de artefatos culturais com linguagens de diversas mídias (televisiva, jogada, online e outras). Assim, os jogos digitais, enquanto uma mídia híbrida, possuem peculiarmente a interação e a imersão, um dos principais objetos de análise de Jenkins, que salientou a influência desses elementos nas outras mídias, como a produção de filmes relacionados aos videogames, ou mesmo livros e histórias em quadrinhos, bem como a divulgação nas mais diversas plataformas e tantos outros momentos em que a Narrativa Transmídia e a Cultura da Convergência se expressam na Sociedade e fazem seu papel na Cultura e na Comunicação: são Artefatos Culturais inter-relacionados. Então, o conteúdo de um mesmo arco narrativo é expandido para diversos suportes utilizando o que cada um deles pode oferecer de melhor para ampliar a experiência narrativa.

Tendo em vista as facetas culturais de composição e comunicação dos jogos digitais, o presente trabalho propôs três perspectivas analíticas (complementares e não excludentes), em suma: o viés histórico do conteúdo retratado (a exemplo de *Assassin's Creed* e *September 12th*, especialmente), os diálogos paródicos e satíricos da representação (respectivamente, salientados em *Broforce* e *Mr. President!*) e a expressão da própria linguagem (como foco de *Inside* e *SUPERHOT*). A representação composta pelos jogos digitais possibilita dessa maneira um vasto estudo acerca da Sociedade, da

Cultura e da Linguagem, de forma que as transformações pelas quais esses domínios passam sejam apreendidas em suas visualidades.

Referências Bibliográficas

CHARTIER, Roger. Aula inaugural do Collège de France. In: ROCHA, João de Castro. **Roger Chartier – a força das representações**: história e ficção. Chapecó: Argos, 2011, p. 112-136.

FRASCA, Gonzalo. **Videogames of the oppressed**: Videogames as a means for critical thinking and debate. 2001. 128 f. Dissertação (Mestrado em Information Design and Technology) - School of Literature, Communication and Culture, Georgia Institute of Technology, Atlanta. 2001.

HUTCHEON, Linda. **Uma Teoria da Paródia**: Ensinaamentos das formas de arte do século XX. Lisboa: Edições 70, 1999.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2009.

MENESES, Ulpiano T. B. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História (São Paulo)**, v. 23, no 45, pp. 11-36, 2003.

MORAIS, Welerson R.; ASSIS, Ricardo L. A. **Os jogos eletrônicos**: artefatos culturais, tecnológicos e virtuais na sociedade da era digital. CEFET-MG, Grupo de pesquisa AMTEC/CNPq, 2008.

MURRAY, Janet H. **Hamlet no holodeck**: o futuro da narrativa no ciberespaço. Tradução Elissa Khoury Daher e Marcelo Fernandez Cuzziol. São Paulo: Itaú Cultural: Unesp, 2003.



ALÉM DA FICÇÃO: O CINEMA BRASILEIRO E SEU DIÁLOGO COM A REALIDADE (1960)

Gustavo Batista Gregio
(Universidade Estadual de Maringá - UEM/PPH)
Orientadora Dra. Sandra Pelegrini

Resumo. O trabalho busca refletir sobre o início do cinema moderno no Brasil, a partir das concepções estéticas e políticas do movimento Cinema Novo. A produção fílmica cinemanovista é uma importante manifestação artística para compreendermos as transformações e os embates sociais e políticos no país no decorrer da década de 1960. Os cinemanovistas influenciados pelos ideais do *neorrealismo italiano*, da *nouvelle vague* francesa e do modernismo brasileiro e, preocupados, sobretudo, com questões sociais e qual o papel dos artistas na sociedade, passaram a defender que o cinema deveria dialogar de forma íntima com a população, representando a realidade nacional de maneira crítica, descolonizando a linguagem e o mercado cinematográfico que era dominado, principalmente, pelos modelos de Hollywood. O Cinema Novo pode ser dividido em três fases, cada uma correspondente a um momento político do Brasil durante os anos sessenta. As obras buscaram representar temas ligados a sociedade, denunciando as grandes mazelas do povo brasileiro, como a seca e a miséria do Nordeste e os rumos políticos após o golpe militar de 1964. Assim, os membros do movimento foram contestadores do governo vigente, questionando o Estado e o novo sistema político autoritário implantado no país. Onde várias obras foram censuradas e, inúmeros diretores e cineastas perseguidos e exilados. Esteticamente, inauguraram o cinema moderno, modificando a maneira de fazer e produzir cinema. Obras como *Vidas Secas* (SANTOS, 1963), *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (ROCHA, 1964), *Terra em Transe* (ROCHA, 1967), *Manhã Cinzenta* (SÃO PAULO, 1968) e *Macunaíma* (ANDRADE, 1969), por exemplo, se tornaram relevantes fontes para a pesquisa histórica, pois representam um período da História brasileira, com seus dilemas e inquietudes, contexto histórico que deve ser sempre lembrado para jamais ser esquecido devido suas atrocidades cometidas.

Palavras-chave: Cinema; História; Política; Sociedade.

O Novo Cinema Brasileiro (1960)

O cinema moderno brasileiro, representado pelo movimento do Cinema Novo, foi uma manifestação artística, inserido dentro processo de modernização vivido pela sociedade brasileira desde os anos de 1920. O movimento originário do final da década de 1950 nasceu na euforia desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e influenciado pelas teorias do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiro). O movimento surgiu a partir do ideário de um grupo de jovens cineasta e intelectuais que frequentavam cineclubes e a cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

A produção inicial do grupo tinha como característica central obras independentes e de baixo orçamento, com equipes pequenas, filmando em locações e com atores muitas vezes amadores. Os cinemanovistas tinham como intuito a partir da linguagem fílmica, contribuir com os debates acerca do subdesenvolvimento do Brasil, através da adoção de temáticas nacionais, com uma visão engajada da realidade brasileira, na tentativa de criarem uma linguagem cinematográfica descolonizada, principalmente, dos paradigmas da produção estadunidense.

Em 1957-1958, eu, Miguel Borges, Cacá Diegues, David Neves, Mario Carneiro, Paulo Saraceni, Leon Hirszman, Marcos Farias e Joaquim Pedro (todos mal saídos da casa dos vinte) nos reuníamos em bares de Copacabana e do Catete para discutir os problemas do cinema brasileiro. Havia uma revolução no teatro, o concretismo agitava a literatura e as artes plásticas, em arquitetura a cidade Brasília evidenciava que a inteligência do país não encaixava. E o cinema? Vínhamos do fracasso de Ravina, de uma súbita interrupção em Nelson Pereira dos Santos, de um polêmico Walter Hugo Khoury, do fracasso Vera Cruz & Cavalcanti e sofríamos na carne a tirania da chanchada (ROCHA, 1981, p. 15).

Esses cineastas, diretores e intelectuais questionavam o domínio do cinema industrial no país, representado pela produção hollywoodiana, como contraponto, buscavam desenvolver novos modos de produção, desde os processos técnicos, até a linguagem narrativa e novos estilos estéticos. Optando por um *cinema de autor*. Na perspectiva de Glauber Rocha (2003), a centralidade da figura do autor é fundamental para a criação de uma obra, pois existiriam operações críticas no proceder dos filmes, que tudo condensa na referência a um momento de criação chave: o da *mise-en-scène*.

O autor ao seguir os referenciais da *política dos autores*, formulada pelos críticos da revista *Cahiers du Cinéma*, ressalta que a noção de autor está estreitamente vinculada ao jogo de poder no interior de uma produção, tem uma dimensão “contratual” que diz respeito à defesa prática – política do diretor – autor nas relações com produtores. Esta dimensão é apenas parte de um problema mais complexo, mas tinha um peso especial, dado as necessidades de afirmação do novo cinema, no qual a figura do produtor só era essencial na medida em que desse espaço para os diretores com ambição radical de auto-expressão. Uma ambição que permitiria ajustar um estilo (que quebrasse o domínio dos técnicos) à escassez de recursos de um cinema que deveria abandonar os sonhos industriais.

Nesse sentido, no projeto dos cinemanovistas, autoria significava não só anti-indústria, mas, uma postura crítica, um engajamento social e político, contra a inautenticidade e o universalismo tecnicista. Assim, a construção do Cinema Novo como movimento político, social e cultural, não está dissociada das transformações que estavam ocorrendo no cenário internacional e, que influenciaram de modo direto outros movimentos cinematográficos pelo mundo.

Glauber Rocha, Arnaldo Jabor, Ruy Guerra, além do veterano Nelson Pereira dos Santos, preconizava a necessidade de um cinema ousado, em forma e conteúdo, que falasse do Brasil sem copiar os padrões falsamente hollywoodianos das chanchadas da Atlântica e dos dramas da falida Vera Cruz (NAPOLITANO, 2001, p. 31).

Para Johnson (1993), o movimento representou não apenas um novo começo para o cinema brasileiro, mas, uma nova definição do papel social do cinema, já não concebido apenas como um objeto de entretenimento, mas, como um modo de intervenção artística e cultural na conjuntura histórico-social do país. Portanto, o Cinema Novo surgiu como reação aos paradigmas de cinema existente no Brasil. Uma produção desligada, no sentido crítico da realidade brasileira e, preocupado principalmente com a comercialização de obras baseada na “imitação” dos modelos hollywoodianos.

Foi em clima de otimismo e crença na transformação da sociedade que surge o cinema brasileiro moderno, representado pelo Cinema Novo. Segundo Xavier (2001), a obra *Revisão crítica do cinema brasileiro* de Glauber Rocha publicada em 1963, é importante fonte para a compreensão dos caminhos traçados pelo cinema moderno no país. O autor demonstra que no início dos anos de 1960, Glauber Rocha poderia ser polêmico e revolucionário e, não soar como delirante, pois estava efetivamente a encarnar a força produtora de

uma nova era do cinema brasileiro. “Glauber Rocha de 1963, a tônica era a vontade de ruptura, a par do balanço histórico; [...] De uma perspectiva que supunha a Revolução iminente e pedia um cinema à altura dos desafios do tempo” (XAVIER, 2001, p. 12).

Podemos elencar que os anos da década 1960, são marcados por significativas transformações nas nações da América Latina. O cinema vivenciava, principalmente no início de década, debates em torno do nacional-popular e da problemática do realismo. Por outro lado, em contrapartida com as novas estratégias encontradas pelo cinema político, foram típicos os debates que discutiam os caminhos estéticos do cinema, desde uma linguagem mais convencional e uma estética da colagem e da experimentação, até uma pedagogia organizadora dos temas, própria ao documentário tradicional e, da linha mais questionadora, de pesquisa aberta, proposta pelo *cinéma-vérité*.

Tais debates colocavam em confronto cineastas que acreditavam na potência comunicativa da linguagem clássica e cineastas que [...] definiam a crítica ao próprio cinema como condição de um cinema crítico voltado para as questões sociais. No final da década de 1960, a polêmica entre Cinema Novo e Cinema Marginal foi a última versão deste debate constante da década, colocando em pauta temas vinculados ao cinema conceitual e à desconstrução que tanto mobilizavam as revistas francesas (XAVIER, 2001, p. 16).

Os cinemanovistas ao conduzirem essa atualização estética, alteraram substancialmente o estatuto do cineasta no interior da cultura nacional, promovendo um diálogo de maior profundidade com o movimento modernista, e com os movimentos que marcaram a música popular e o teatro naquele período. O diálogo com os modernistas não se fez presente apenas nas adaptações fílmicas de obras literárias, como em *Vidas Secas* (SANTOS, 1963), *Porto das Caixas* (SARACENI, 1963), *O padre e a moça* (ANDRADE, 1965), *Menino de Engenho* (LIMA JR. 1965), *A hora e a vez de Augusto Matraga* (SANTOS, 1965) e *Macunaíma* (ANDRADE, 1969). A literatura expressou uma conexão profunda, que fez o Cinema Novo, no próprio impulso de sua militância política, trazer para o debate, determinados temas de uma ciência social brasileira, ligados a questões da identidade e às interpretações conflitantes do Brasil em sua formação social.

Rocha (2003) ao analisar a estrutura cinematográfica da época, observa que a maioria dos críticos se especializava em cinema estrangeiro, sobretudo o

hollywoodiano, pois era mais fácil de compreender e discutir esses filmes sem maiores preocupações políticas ou culturais. Na ótica do autor:

Cada crítico é uma ilha; não existe pensamento cinematográfico brasileiro e justamente por isto não se definem os cineastas, fontes isoladas em intenções e confusões, algumas autênticas, outras desonestas. Teoricamente, o clima é de “vale tudo”; a partir de 1962, o que não era chanchada virou cinema novo (ROCHA, 2003, p. 34).

Nesse caminho, o aspirante a autor sofria mais que o crítico, pois não havia campo profissional, sem escolas de formação teórica e produções insuficientes para manter uma prática ininterrupta e evolutiva. “O aspirante é um suicida que se obriga a deixar os compromissos e sofrer as humilhações até, por jogo de azar, dirigir um filme” (ROCHA, 2003, p. 34). Desse modo, muitos autores acabavam se direcionando para um cinema de mercado, concebiam seus filmes sem um sentido ideológico ou significado cultural, faziam filmes apesar do cinema e desconhecendo cinema. Contudo, os autores, ao contrário, eram desprestigiados e muitas vezes renegados.

Se na Europa e nos Estados Unidos ainda existem reservas para um diretor dotado de inteligência, cultura e sensibilidade, no Brasil estas qualidades são sinônimos de loucura, irresponsabilidade e comunismo. Em nosso ambiente cinematográfico um diretor é medido pela altura de sua voz: se berra no estúdio ou na sala de dublagem é um grande diretor, venerado pelos técnicos, atores e produtores; ainda é medido pela chamada capacidade de trabalho que se reflete na sua disposição de carregar o tripé para filmar qualquer história disfarçada em “filme sério”; incorpora os mitos da mulher nua e da pornografia, faz dois filmes por ano, é um monstro sagrado. Do outro lado está o diretor-autor, que já recusa a “história”, o “estúdio”, a “estrela”, os “refletores”, os “milhões”; o autor que necessita apenas de um operador, uma câmera, alguma película e o indispensável para o laboratório; o autor que exige apenas liberdade. Vencida a chanchada, surgiu o cinema comercial como um inimigo maior e complexo do cinema no Brasil. O autor, na sua obsessão criativa, terá de resistir à incompreensão, má-fé, antiprofissionalismo, indigência intelectual do meio e desrespeito mesquinho da crítica (ROCHA, 2003, p. 34-35).

Foi nessa conjuntura de otimismo e pessimismo, que o cinema moderno brasileiro tentava se consolidar no decorrer dos anos de 1960. Cabe destacar, que na trajetória do Cinema Novo podemos dividi-lo em três fases de produção, cada uma correspondente a um momento político do Brasil, entre os anos 1960 a 1970 (1960-1964; 1964-1968; 1968-1972). Entretanto, o movimento deve ser visto como um processo:

Ininterrupto, continuando talvez até hoje, no qual, não obstante mudanças e evolução da linguagem cinematográfica utilizada, a premissa ideológica básica permanece a mesma, uma visão crítica da realidade brasileira (JOHNSON, 1982, p. 80).

A produção inicial do movimento inclui filmes que estavam completos ou quase terminados, mas que ainda não haviam sido lançados quando os militares depuseram João Goulart em 1964. Os filmes mais representativos dessa fase são os que representavam questões acerca do Nordeste brasileiro, obras como: *Vidas secas* (SANTOS, 1963), *Deus e o Diabo na terra do sol* (ROCHA, 1964) e *Os fuzis* (GUERRA, 1964), são narrativas caracterizadas por um compromisso com a realidade brasileira, refletindo a influência dos movimentos estrangeiros como o *neorrealismo italiano*.

Xavier (2001) destaca que na narrativa de *Deus e o Diabo na terra do sol* prevaleceu o impulso de mobilização para a revolta, e a matiz do filme era de esperança, pois se vivenciava os anos anteriores ao golpe militar, no qual era retratado o que seus realizadores entendiam por realidade brasileira, ou seja, a miséria e exploração do país, resultantes do seu subdesenvolvimento.

Porém, se as temáticas estavam se voltando para uma representação do real a partir dos setores marginalizados, como os favelados, pescadores e camponeses pobres, que viviam tanto na miséria no Nordeste brasileiro, como na periferia das grandes metrópoles, faltava ao movimento certa comunicação com a população.

No que se refere ao movimento cinematográfico brasileiro, em matéria de política, eu acho que ninguém pode ter a consciência tranquila [...]. Não basta que um cineasta indique estar numa posição progressista em relação aos fenômenos que ocorrem no Brasil [...]. Para que um filme seja instrumento político efetivo, é preciso primeiro que se comunique com o público visado [...]. Isto não ocorreu até agora em qualquer dos filmes feitos a partir de uma posição política revolucionária [...]. A meu ver, um dos fatores dessa defasagem de nossos filmes em relação ao público brasileiro e, portanto, em relação também à realidade brasileira, decorre dos problemas de autoria (VIANY, 1966).

Todavia, após o golpe, essas questões teóricas e estéticas ficam em segundo plano, pois o cinema encontrou outro motivo para tornar ainda mais urgente sua discussão sobre a mentalidade do oprimido no Brasil: “era preciso

entender a relutância do povo em assumir a tarefa da Revolução” (XAVIER, 2001, p. 20).

Na ótica de Simis (2008), com o golpe militar, o Estado autoritário se voltou primeiramente para a repressão aos sindicatos e às forças políticas que lhe eram adversas. As manifestações artísticas, como a cinematográfica, que já havia criado forte presença cultural e intelectual integrada ao processo cultural nacional, foi inicialmente preservada dessa repressão.

Assim, é significativo que o Itamaraty tenha indicado oficialmente um filme como *Deus e o Diabo na terra do sol* para representar o Brasil no XVII Festival Internacional de Cinema de Cannes. Foi também nesse contexto que o governador Carlos Lacerda ao premiar *Vidas Secas*, criou pela primeira vez expectativas de realização no mercado nacional. A reorganização e fiscalização da produção cinematográfica pelo Estado só ocorreu em 1966, quando foi criado o INC (Instituto Nacional de Cinema).

Com o golpe, iniciou-se a segunda fase do movimento. Essa produção é marcada por filmes extremamente pessimistas que, por um processo de autoanálise, tentam examinar o fracasso da esquerda intelectual diante do golpe militar. Filmes como *O Desafio* (SARACENI, 1965) e *Terra em Transe* (ROCHA, 1967) vão abordar essa problemática. *O Desafio* foi o primeiro filme a dialogar diretamente com tal conjuntura, nas palavras de Cohn (1966) a obra seria: “Um apelo apaixonado à Revolução. [...] Saraceni mistura longas discussões teóricas com cantos revolucionários como somente, parece-me, os brasileiros sabem colocar e seus filmes” (COHN, 1966, p. 90-91).

O que há de único em *O Desafio* (título que cumpre promessa) é a vontade irresistível de construir um debate de ideias, um drama puramente ideológico no qual nenhuma divisão anedótica venha acomodar ou edulcorar o argumento, erguido num esplêndido rigor (BERNAYOUN, 1966, p. 24).

No ano de 1965, Glauber Rocha vai apresentar sua tese: *Uma estética da fome*, que é referenciada como a obra teórica para pensar a produção cinemanovista, sendo considerada a concepção estética que simboliza o movimento. A discussão elencada pelo autor baseia-se na crise de dependência crônica da América Latina, para afirmar que o Brasil, tal como o continente latino-americano, é subdesenvolvido, dominado pela fome.

O objetivo de sua obra era ressaltar que as imagens da realidade brasileira de pobreza, injustiça social, alienação, estariam sendo representadas e discutidas pelo Cinema Novo, não apenas como sintoma da situação de miséria generalizada (econômica, política, cultural e artística), mas tratadas como “o nervo de sua própria sociedade” (ROCHA, 2004, p. 30).

De Aruanda a Vidas Secas o Cinema Novo narrou, descreveu, poetizou, discursou, analisou, excitou os temas da fome: personagens comendo terra, personagens comendo raízes, personagens roubando para comer, personagens matando para comer, personagens fugindo para comer, personagens sujas, feias, descarnadas, morando em casas sujas, feias, escuras: foi esta galeria de famintos que identificou o Cinema Novo com o miserabilismo [...]. O que fez do Cinema Novo um fenômeno de importância internacional foi justamente seu alto nível de compromisso com a verdade; foi seu próprio miserabilismo, que, antes escrito pela literatura de 30, foi agora fotografado pelo cinema de 60; e, se antes era escrito como denúncia social, hoje passou a ser discutido como problema político (ROCHA 1965 apud PIERRE 1996).

No entanto, os cineastas perceberam que embora tivessem conseguido construir um cinema popular, no sentido de representar as mazelas enfrentadas por grande parte do povo brasileiro como resultado direto do subdesenvolvimento, não conseguiam criar um cinema popular, um cinema com grande audiência e, muito menos um cinema que se comunicasse com as camadas mais populares.

Apesar do sucesso internacional do movimento, os realizadores não conseguiram conquistar o mercado interno, dominado por filmes estrangeiros, sobretudo os hollywoodianos. Além disso, tentativas de criar circuitos paralelos de distribuição foram frustradas em consequência do Estado autoritário.

Muito mais próximos econômica e culturalmente dos Estados Unidos do que da Europa, os nossos espectadores têm uma imagem da vida através do cinema americano. Quando um cidadão brasileiro pensa em fazer seu filme, ele pensa em fazer um filme “à americana”. E é por isso que o espectador brasileiro de um filme brasileiro exige, em primeira instância, um filme “brasileiro à americana”. [...] O espectador condicionado impõe uma ditadura artística a priori ao filme nacional: não aceita a imagem do Brasil vista por cineastas brasileiros porque ela não corresponde a um mundo tecnicamente desenvolvido e moralmente ideal como se vê nos filmes de Hollywood. Assim, não é mistério quando um filme brasileiro faz sucesso popular: todos os filmes brasileiros que fazem sucesso são aqueles que, mesmo abordando temas nacionais, o fazem utilizando uma técnica e uma arte imitadas do americano (ROCHA, 2004, p. 128).

Napolitano (2001) enfatiza que as discussões e debates intelectuais entre os anos de 1964 a 1968, para entender a nova conjuntura brasileira e na tentativa de criação de uma produção artística engajada foi fracassada. Pois, após a instauração do Ato Institucional Número 5 (AI-5), em dezembro de 1968, o Estado militar inviabilizou o projeto original dos cinemanovistas de discutir abertamente questões relacionadas à realidade do país. É nesse contexto que a última fase do movimento se inicia.

Xavier (2001) ao analisar a cultura brasileira do final da década de 1960, principalmente após *Terra em Transe*, salienta que esse contexto representou a perda de inocência diante da sociedade de consumo e, mobilizou o dinamismo do próprio mercado para tentar uma radicalização de seu poder dissolvente do lado patriarcal, da tradição nacional. Essa nova fase buscou inspiração tanto no movimento tropicalista como no modernista, dando ênfase ao exotismo do país e utilizando todos os signos e símbolos ligados a ele, como sua flora, fauna e alegorias sociais e culturais.

Entre os filmes lançados, *Macunaíma* (ANDRADE, 1969), *Jardim das Espumas* (ROSEMBERG, 1969), *O anjo nasceu* (BRESSANE, 1969), *O Bravo Guerreiro* (DAHL, 1969) e *Orgia* (TREVISAN, 1970), se destacam. Sendo que *Macunaíma* é considerado o primeiro filme verdadeiramente popular do movimento. A obra é compreendida como uma tentativa de conquistar o grande público e de manter uma visão engajada e crítica da realidade brasileira.

Ramos (2004) compreende que embora a técnica fosse bastante precária nas produções tidas como “heroicas” do Cinema Novo. O primordial era sua concepção de cinema como “arte autônoma”, em termos de criação e, ao mesmo tempo vinculada a um projeto político-cultural nacionalista, que tinha como intuito representar a precariedade da produção reelaborada pelos cineastas. Todavia, essa concepção foi sendo diluída no decorrer dos anos de 1970, e filmes como *Bye Bye Brasil* (DIEGUES, 1979), procuraram desconstruir esse enfoque:

Não pretendo ser prisioneiro do mito da miséria de nossa sociedade, por trás do qual (do mito) se contrabandeia em nome da fome os maiores absurdos técnicos. *Bye Bye Brasil* tenta escapar dessa prisão artificial, na medida em que procuramos dar ao nosso público um nível técnico excepcional (RAMOS, 2004, p. 31).

Assim, a trajetória definida pelos últimos filmes do Cinema Novo se expressa em outro texto de Glauber Rocha de 1971, a *Estética do sonho*. Nessa obra o cineasta compreende que as mudanças políticas e mentais ocorridas durante a década de 1960, impuseram alterações nos conceitos de arte revolucionária e, na visão do seu tema correlatado, a pobreza. A razão, na concepção do autor, não era mais a medida de uma obra de arte revolucionária. O cineasta passou a defender que a magia era capaz de enfeitiçar o homem a tal ponto que ele não mais suportaria viver nesta realidade absurda.

Nesse caminho é elaborada a *Estética do sonho*, pois o sonho seria o único direito que não se poderia proibir, sem justificativas ou explicações, emergindo da íntima relação com os temas de seus filmes, o sentido natural de sua vida. O autor assinala que a liberdade do artista seria o objetivo mais precioso, conjectura que não ocorria no período, devido à censura e repressão dos militares.

Por fim, o Cinema Novo, no governo Médici (1969-1974), se tornou mais uma sigla para identificar um grupo de repressão. A partir dos anos iniciais da década de 1970 os cinemanovistas dispersaram-se, cada um a seu modo, na tentativa de sobreviver. A crise do movimento foi percebida como uma crise ideológica, na concepção de Dahl (1967), foi uma desorientação produzida por dois fatores: primeiro, a descoberta de uma complexidade maior na análise da sociedade brasileira; segundo, a situação política a partir da ascensão dos militares ao poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos de 1960 no Brasil representaram para o cinema um momento de grande agitação estética e intelectual, o qual vai romper com os padrões nacionais de produção da época, modernizando a maneira de criação e de concepção da narrativa audiovisual.

O processo que envolveu o Cinema Novo e o Cinema Marginal, entre o final da década de 1950 e meados dos anos de 1970, tal processo se apresenta como dotado de uma peculiar unidade. Foi sem dúvida, o período estética e intelectualmente mais denso do cinema brasileiro. As polêmicas da época formaram o que se percebe hoje como um movimento plural de estilos e ideias que, a exemplo de outras cinematografias, produziu aqui a convergência entre a “política

dos autores”, os filmes de baixo orçamento e a renovação da linguagem, traços que marcam o cinema moderno, por oposição ao clássico e mais plenamente industrial (XAVIER, 2001, p. 14).

As construções estéticas e teóricas de criação e concepção do Cinema Novo foram um processo de redescoberta do Brasil, que pouco tinha sido explorado pela cinematografia nacional. A produção brasileira moderna, sobretudo, a realista, ao se desligar dos modelos dominantes, não conquistou o grande público nacional. Todavia, essas obras se tornaram importantes fontes para compreendermos as relações de poder existentes no país, especialmente durante a década de 1960, como também, o papel das manifestações artísticas, como o cinema, no interior de uma sociedade.

Portanto, os cinemanovistas apesar de terem sofrido com a repressão e censura do Estado, conseguiram produzir um cinema moderno, influenciando a produção nacional. Essas narrativas audiovisuais ao representarem, questionarem e criticarem a realidade política, social e cultural do Brasil, abriu caminho para a transformação do estatuto do cinema. Demonstrando que os filmes além de entreter, devem ser utilizados como instrumento questionar da realidade, tornando-se, além de uma manifestação artística, uma manifestação política e social.

REFERÊNCIAS

- BERNAYOUN, Robert. Cangaço. **Positif**, n. 73. Fevereiro de 1966.
- CARVALHO, Maria do Socorro. Cinema Novo Brasileiro. In: MASCARELLO, Fernando (org.). **História do Cinema Mundial**. Campinas: Papyrus, 2006, p. 298-309.
- COHN, Bernard. Propos de King Vidor. **Positif**, n. 79. Outubro de 1966.
- DAHL, Gustavo. Cinema Novo e seu público. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 11 e 12, 1967.
- JOHNSON, Randal. **Literatura e Cinema. Macunaíma: do modernismo na literatura ao cinema novo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- _____. Ascensão e queda do cinema brasileiro 1960-1990. Dossiê Cinema Brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 19, p. 31-49, 1993.
- NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2001.
- RAMOS, José Mario Ortiz. **Cinema Estado e lutas culturais: anos 50/60/70**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- _____. **Cinema, televisão e publicidade: cultura popular de massa no Brasil nos anos 1970-1980**. São Paulo: Annablume, 2004.

ROCHA, Glauber. **A revolução do Cinema Novo**. Rio de Janeiro: Iambra/Embrafilme, 1981.

_____. Eztétyka da fome. In: PIERRE, Sylvie (Org.) **Glauber Rocha**. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. **Revisão crítica do cinema brasileiro**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

_____. **Revolução do cinema brasileiro**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

SIMIS, Anita. **Estado e Cinema no Brasil**. São Paulo: Annablume; Fapesp; Itaú Cultural, 2008.

VIANY, Alex. Crítica e autocrítica: O Padre e a Moça. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, ano I, n. 7, 1966.

_____. **Introdução ao cinema brasileiro**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Alhambra/Embrafilme, 1987. Ática, 1992

XAVIER, Ismail. **Cinema brasileiro moderno**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.



EXPLORANDO A LENDA DE LUEJI (ANGOLA, SÉCULO XIX) POR MEIO DO QUADRADO SEMIÓTICO DE A. J. GREIMAS

Helena Fernandes Hidalgo
(Graduandas em História na UEM.
Integrantes do LEAAO)

Resumo. A partir das recomendações feitas por Ciro Flamarion Cardoso em diversos estudos, o presente trabalho utiliza-se do quadrado semiótico, método de pesquisa textual desenvolvido por Algirdas Julien Greimas, para analisar um trecho da lenda de Lueji tal como exposta por Henrique Dias de Carvalho em sua *Etnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda* (1884-1888). São dois os objetivos básicos: (a) defender o emprego dessa metodologia na pesquisa histórica; (b) demonstrar sua viabilidade em um estudo sobre uma documentação africana. Ao tratar o conto de Luéji por esse método, podem-se elaborar diversas hipóteses sobre temas como as relações de parentesco, de matrimônio e de poder, elementos fundamentais para a compreensão dos povos que produziram essa lenda. Em termos específicos, interroga-se o texto para discutir hipóteses sobre a seguinte situação: a filha mais nova de um chefe de clã, contrariando o que seria esperado diante da tradição regional de entronização do macho primogênito, se torna rainha e exerce efetivamente o poder. O que levou isto a acontecer? Qual o papel deste fenômeno na narrativa etnográfica de Henrique Dias de Carvalho?

Palavras-chave: África; Angola; Região da Lunda; Lendas tradicionais; Quadrado semiótico.

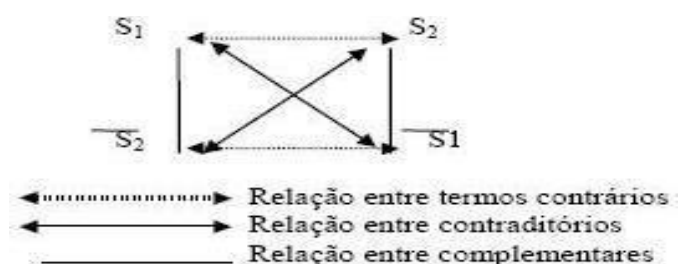
O quadrado semiótico:

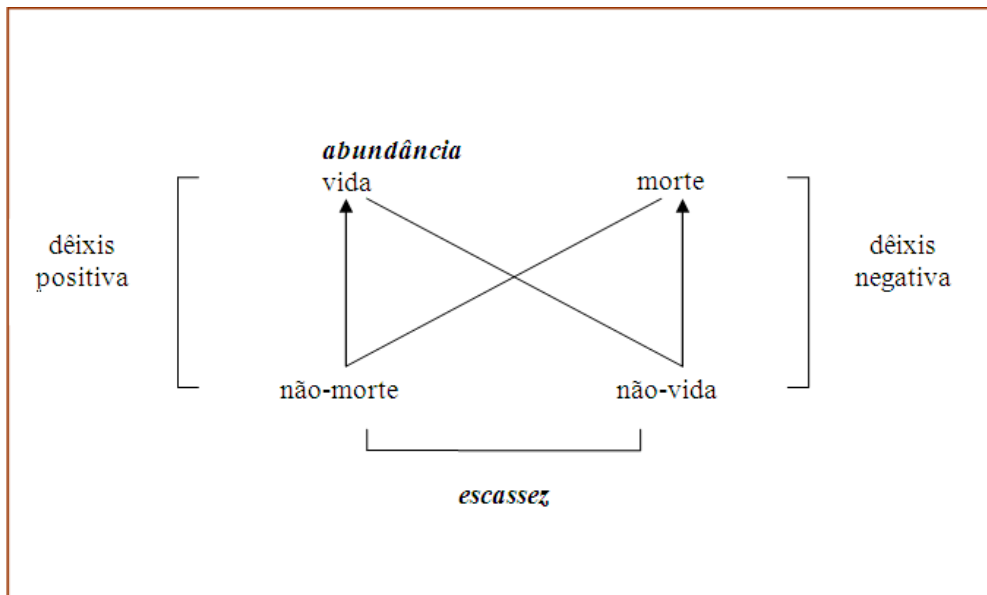
Desenvolvido por Algirdas Julien Greimas, o quadrado semiótico pode se tornar uma importante ferramenta de pesquisa em diversos estudos, tendo como função aprofundamento de determinadas informações textuais, explorando todas as suas possibilidades. Para isso é preciso ter uma vaga compreensão de como ele funciona.

O quadrado semiótico é definido como representação de uma estrutura elementar da significação definida como relação entre dois termos e que se apoia “sobre uma distinção de oposição” (GREIMAS e COURTÉS, 2011, p. 400). Essa estrutura elementar é reconhecida com base em dois tipos de relações, uma definida pelas oposições ou contrariedade e a outra pela não ausência e não presença que estabelecem com os termos originais relações que negam ou relações contraditórias, e entre os termos originais respectivos e as negações contrárias, uma relação de complementaridade.

O protocolo básico do trabalho com essa metodologia é o seguinte: parte-se de um conjunto textual previamente escolhido, pode ser uma obra inteira ou partes dela. O importante deste é que havia um conteúdo significativo e são sentenças isoladas.

O formato padrão do quadrado é o que se segue:





Posiciona-se na parte superior o S^1 , e na parte contraditória localiza-se o S^2 deve ser a posição contraditória.

Já na parte inferior será posto em diagonal o oposto a linha superior, S^2 contrário a S^2 , e S^1 contrário a S^1 , como no exemplo.

Portando o quadrado semiótico trabalha com termos opostos, como: liberdade, morte e vida, natureza e cultura. Assim sentido se organiza em termos de relações semióticas em que cada um desses encontra sua definição em relação ao outro termo oposto (PIETROFORTE, 2008)

“Cada elemento supõe o seu contrário, o que torna os dois termos “aparentados” de certa maneira. Assim, o contrário de “doença” pode ser “cura”, mas não, por exemplo, “riqueza” (CARDOSO e VAIFAS, 1997, p. 551).

EXPLORANDO O CONTO DE LUÉJI:

Buscando analisar o conto da princesa Luéji presente na obra *Ethnographia e História Tradicional dos povos da Lunda*, escrita entre 1884 e 1888, por Henrique Dias de Carvalho, utilizando a técnica do quadrado semiótico podemos obter respostas para algumas perguntas que rondam este conto.

Primeiramente focando sobre como a princesa chegou ao poder, é importante ressaltarmos as regras de sucessão local nas quais, segundo os costumes, o primogênito deveria herdar o trono. No relato após uma série de conflitos com o rei, os filhos mais velhos acabam por atacar seu pai, o

levando à beira da morte, momento este em que o rei decide que sua filha mais nova Luéji deve herdar o trono, e assim é feita a sua vontade.

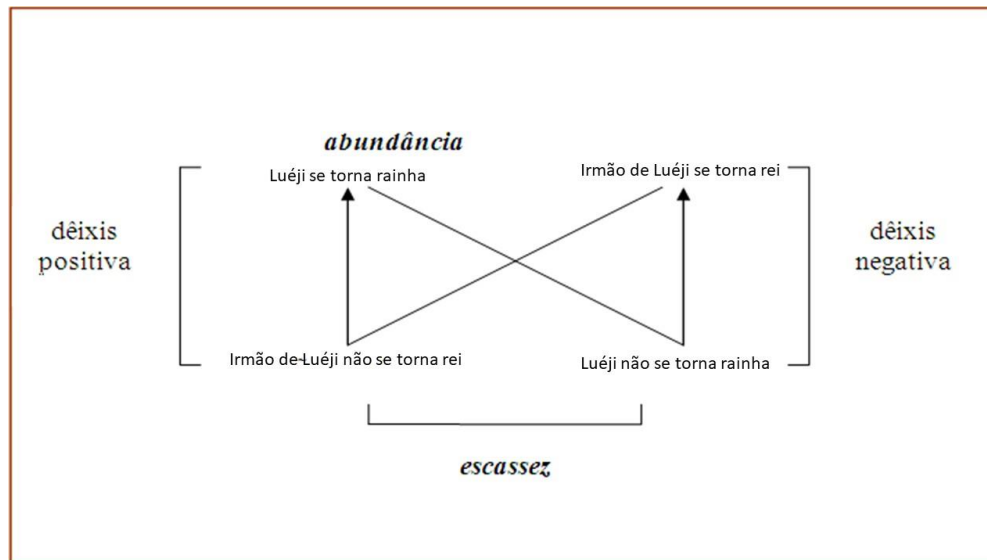


Figura 1.

Luéji ter se tornado rainha era algo fora do comum para a época, já que o esperado era que seu irmão se tornasse rei. Uma vez que o primogênito era quase sempre o herdeiro legítimo do trono.

Mas se Luéji não tivesse se tornado rainha pode ser que Henrique Dias de Carvalho não tivesse desenvolvido um interesse suficiente na história do reino para registrar em seus relatos.

O fato do irmão de Luéji não ter se tornado Rei, pode ser considerado uma reviravolta, já que ao tentar matar seu pai o príncipe esperava um acesso mais rápido ao trono, e acaba gerando um efeito totalmente contrário, fazendo de sua irmã a futura rainha.

O poder ficou sob a tutela do estado, até que Luéji foi mostrando uma maior capacidade de governar, assim ganhando a afeição do povo. Mas seus conselheiros, os Muatas decidem que Luéji deveria escolher um marido para governar ao seu lado, e garantir a linha de sucessão, porém nenhum homem de seu grupo agradava Luéji.

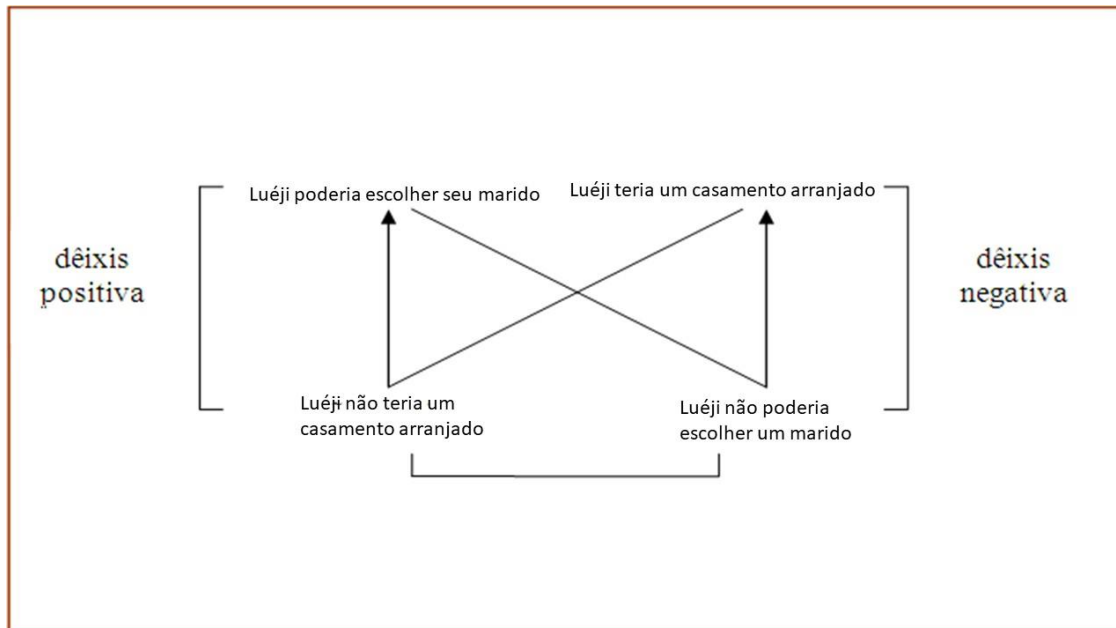


Figura2.

O fato de que Luéji poderia escolher seu marido mostra que a mulher não era tratada de uma maneira muito diferente ao homem, uma vez que ela era “considerada” capaz de governar seu povo, e escolher um marido.

Luéji poderia ter tido um casamento arranjado, já que era comum para a época em diversas culturas, o casamento arranjado evitava possíveis uniões indesejável, ou prejudicial ao reino.

Se Luéji não tivesse a opção de escolher seu marido, veríamos como os Muatas não confiavam na capacidade de escolha da princesa/mulher.

Mas Luéji não ter sido obrigada a um casamento arranjado mostra como os Muatas confiavam nela o suficiente para escolher quem governaria ao seu lado.

Quando Ilunga filho de Mutombo sai para uma jornada de caça (no sul) após a morte de seu pai, acaba encontrando as acompanhantes de Luéji no rio cajidixi, estas logo contam a Luéji sobre a beleza de Ilunga, que curiosa marca um encontro para conhecê-lo no cajidixi. Logo que apresentados Luéji mostra um interesse pelo caçador, e pede a ele que ajude seu povo que estavam com dificuldades nas caças. Ilunga aceita o convite de bom grado, e Luéji e logo o hospeda em uma cubata, para evitar que ele se interessasse por qualquer uma de suas servas.

Com o passar dos dias, Ilunga foi se estabelecendo em Lunda, e logo mandou um recado renunciando seus direitos, e dizendo que passaria a

viver e ser pela senhora de Lunda, e lá viveria o resto de seus dias. Essa atitude agradou Luéji, e logo os dois foram se aproximando ainda mais, e Ilunga foi dando a ela provas de seus sentimentos.

Luéji convocou o oraculo e logo contactou que Ilunga havia sido enviado por seu pai, já que ela não havia encontrado um companheiro entre os seus.

Ela logo convocou uma reunião com os Muatas, e pede a autorização desde para que pudesse se casar com Ilunga, que mesmo sendo um estrangeiro consegue a aprovação de todos, e após muitas cerimoniais e testes de aprovação e acaba se casando com Luéji que logo fica grávida, e dá a luz a Noéji.

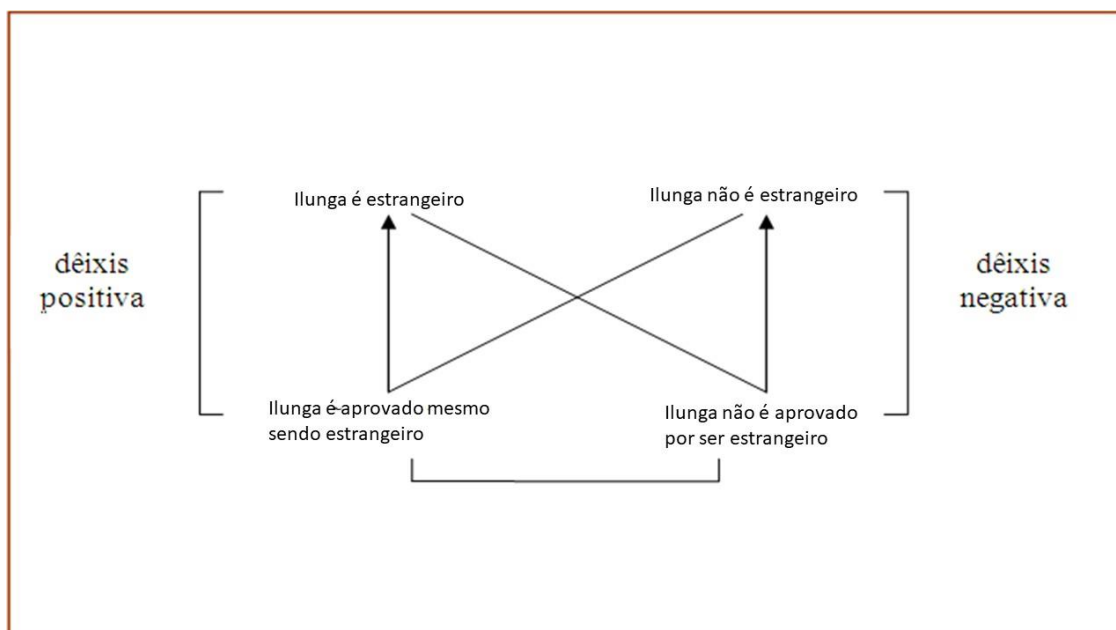


Figura3.

O fato de Ilunga ser um estrangeiro fez com que ele fosse visto com desconfiança pelo resto da tribo, mas se Ilunga fosse da própria tribo este teria sido aceito mais facilmente como possível candidato a rei.

Porém o fato do caçador ter sido aprovado mesmo sendo um estrangeiro mostra que este acabou por conquistar a confiança não só mesmo da princesa, mas dos Muatas, e do resto da tribo. Se Ilunga não fosse aprovado por ser um estrangeiro poderia ter feito com que por fim Luéji escolhesse um membro da própria tribo como rei, e esta poderia acabar por ser uma decisão precipitada e incorreta para todo o grupo, já que Ilunga acabou por conquistar todos como líder, e ser a melhor escolha.

Ilunga após o casamento foi eleito o primeiro Muatiânvua, e todos deveriam respeitá-lo. Porém Quingúri, que nunca tinha aceitado que a irmã herdasse o poder, nem que tenha se casado com um estrangeiro, se revolta, organiza um pequeno grupo, e parti com a promessa de um dia voltar e destruir os Muatiânvua.

Após uma longa jornada, Quingura encontrou um bom lugar, e ali decidiu se estabelecer, incentivando os que lhe acompanharam a começar a trabalhar, e se multiplicarem. E logo mandou um recado a Lunda para que o resto de sua família se juntassem a ele, pois estavam em terras boas, e com fartura em sal.

E assim começaram a crescer, e a notícia logo chega até Luéji que em assembleia decide mandou buscarem Quingura, desta maneira foram se espalhando, e montando tribos no caminho.

CONCLUSÃO

O conto da Princesa Luéji ainda conta com muitos “pontos cegos” já que na verdade este se trata de um breve relato sobre um conto Angolano. Por este motivo não se tem muitas informações de como seriam os costumes antecedentes ao conto, se a mulher tinha realmente tido um papel mais livre naquela região ou se na verdade a princesa Luéji é uma exceção.

Com a ajuda do Quadrado semiótico de Greimas pode se fazer uma melhor análise, e assim obter diversas possibilidades ao redor das teorias do conto, e assim saber um pouco mais sobre esta fascinante história.

BIBLIOGRAFIA

GREIMAS A.; COURTÉS, J. Dicionário de semiótica. São Paulo: Contexto, 2011.

PIETROFORTE, A. V. S. Tópicos de semiótica: modelos teóricos e aplicações. São Paulo: Annablume, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAIFAS, Ronaldo: Domínios da História.1997



AS REPRESENTAÇÕES DA REVOLUÇÃO MEXICANA NA OBRA MURALISTA DE DIEGO RIVERA (1929-1935)

Denis Carlos Moser Ieni
Daniel Longhini Vicençon
(UEM/CRV)

Resumo. Este trabalho busca analisar a releitura da Revolução mexicana por meio da obra muralista do pintor mexicano Diego Rivera (1886-1957). Para este fim, é tomado como fonte o mural intitulado de *A Epopeia do Povo Mexicano* (1929-35), pintado nas paredes do Palácio Nacional, sede do governo federal, na Cidade do México. O aporte teórico-metodológico da pesquisa consiste numa interseção da História Visual com a História Intelectual. Entendemos a figura de Diego Rivera enquanto um artista-intelectual que produzia e divulgava, através de sua obra, discursos estético-políticos a respeito da sociedade e da história mexicana. Alguns elementos se destacam na narrativa muralista da história do México, como por exemplo, a valorização da identidade nacional mexicana, a figura do mestiço e da cultura mexicana. Nesse discurso visual, a Revolução Mexicana ocupa um lugar central na pintura analisada. Nessa representação, os diferentes setores da sociedade aparecem como seres ativos no processo de Revolução. Os camponeses e operários são representados em maior número e retratados como a base social do movimento. Entretanto, Rivera considerou ainda figuras de líderes políticos ligados ao movimento revolucionário, como é o caso do ex-presidente Álvaro Obregón, em cujo governo se iniciou a prática do Estado patrocinar a arte muralista. Como ver-se-á, o mural aqui analisado, não exprime apenas uma visão oficial da Revolução Mexicana, mas exterioriza também uma proposta política mais crítica, em conformidade com a posição ideológica do pintor.

Palavras-chave: México; Revolução Mexicana; Muralismo; Diego Rivera.

Introdução/justificativa

Conhecido também como a “Arte da Revolução”, o muralismo mexicano, surgiu no México no início da década de 1920 sob os auspícios do governo de Álvaro Obregón (1921-1924). Um dos principais propósitos do movimento seguiam na direção de forjar uma nova identidade nacional mexicana por meio da valorização da identidade étnica e cultural do passado pré-colombiano, onde inseriu intelectuais, pintores e poetas como condutores de uma nova sociedade e promotores de um México esplendido em face de integrar e fazer avançar as massas populares através da educação e da arte, descobrindo um novo conceito de beleza a partir de seus próprios elementos nativos/nacionais, valorizando não somente o popular e o cotidiano, mas também o seu passado indígena (EDER, 1990).

Os pintores muralistas objetivavam, para além de retomar o passado histórico do México, também apresentar “a diversidade étnica e cultural do país, em uma tentativa esperançosa de reconstrução da história e da identidade de um povo renegadas por anos de dominação colonial e de controle político e econômico de uma aristocracia republicana” (DIAZ; MOLINA, 2014, p. 15).

No contexto mundial, o muralismo mexicano foi um dos vários exemplos das vanguardas artísticas, que emergiram entre fins do século XIX e inícios do XX a partir da ruptura dos valores estéticos predominantes, como o classicismo. Algumas de suas principais propostas foram: a recusa da arte pela arte, a busca incessante de um papel social para a arte e o artista, estabelecendo como prioridade conectar a arte com a sociedade (MICHELI, 1991).

Sem dúvida, a maior expressão das vanguardas artísticas no México foram os murais. Essas pinturas enormes, realizadas principalmente em prédios do governo, eram o tipo de arte pública por excelência, possibilitando aos pintores a inserção social tão defendida pelas vanguardas. Mas, ao serem patrocinados principalmente pelo poder público, esses murais tendiam a se tornar espécies de discursos oficiais do poder instituído, como ocorreu com boa parte da arte russa após a Revolução de 1917, dentro do chamado realismo socialista.

No caso do México, entretanto, o novo Estado revolucionário assumiu uma postura menos autoritária no que dizia respeito à produção artística, o que permitiu que os principais expoentes do muralismo naquele período – sobretudo os chamados “Três grandes”: Diego Rivera, David Alfaro Siqueiros e José Clemente Orozco – assumissem posturas estéticas independentes.

Diego Rivera assumiu uma postura que marcou profundamente seus trabalhos e os diferenciou bastante das obras de Orozco e Siqueiros, por exemplo, ao assumir uma linguagem figurativa clara com fins didáticos. Segundo a historiadora da arte mexicana Alicia Azuela (2005), Rivera operou essa mudança em sua obra por volta do final dos anos 1910, quando encontrava-se na Europa; seguindo a nova orientação do próprio Picasso, ele abandonou o cubismo com o objetivo de desenvolver uma arte mais acessível, ou seja, mais compreensível para o público em geral (AZUELA, 2005). A partir de 1921, quando retornou ao México, Rivera consolidou essa nova tendência, ao produzir uma obra muralística, de caráter público e evidente sentido explicativo e instrutivo sobre a história do México e a identidade nacional mexicana.

Posto isso, na pesquisa a ser desenvolvida tomaremos um dos principais murais de Diego Rivera como objeto de análise – A Epopeia do Povo Mexicano (1929-1935), buscando considerá-la enquanto parte da produção artística/visual de um intelectual, Diego Rivera, ator histórico capaz de comunicar um discurso sobre um movimento revolucionário de acordo com sua própria perspectiva estético-política.

O direcionamento teórico-metodológico da pesquisa encontra-se na interação entre História Visual e História Intelectual. Entendemos a figura de Diego Rivera enquanto um artista-intelectual que produzia e divulgava, através de sua obra, discursos estético-políticos a respeito da sociedade e da história mexicanas. Essa compreensão baseia-se na definição do historiador argentino Carlos Altamirano, que propõe tratar como “intelectuais” as mais distintas figuras, “sejam escritores ou artistas, criadores ou difusores [culturais], eruditos, expertos ou ideólogos”, desde que exercendo o “papel que os torna socialmente mais visíveis: atores do debate público, o intelectual como ser cívico” (ALTAMIRANO, 2010, p. 9).

Resultados:

O mural, intitulado de: A Epopeia do Povo Mexicano (Figura 1), foi pintado por Diego Rivera, no ano de 1929-1935 nas paredes do segundo andar do Palácio Nacional, na cidade do México. O mural é composto por três dimensões (Norte, Sul e dimensão Central), porém cada uma das três partes é relativamente autônoma, no entanto, todas elas compunham a História mexicana como um todo. Sua dimensão abrange uma área de 276 m². Nessa obra o artista buscou descrever, retratar, por meio de um discurso épico, a História do México entre os anos de 1521 a 1930.



Figura 1 - Vista panorâmica da Epopeia do Povo Mexicano Fonte: Panoramio. Online.
Disponível em: <http://www.panoramio.com/photo/20522853>.

Entretanto, tendo em vista o recorte analítico para o presente artigo, nos deteremos especialmente a pintura dedicada à Revolução Mexicana (Figura 2), e conseqüentemente aos desdobramentos políticos-ideológicos, presentes na arte de Rivera, que deveriam direcionar/influenciar o movimento revolucionário de 1910. (Figura 3).



Figura 2 - La Revolución mexicana (1910). Diego Rivera (1886-1957), Palacio Nacional, México, D.F, 1929-1935. De: Los Frescos Diego Rivera en el Palacio Nacional de México, Sin indicación de fecha. Disponível em: <https://orda.revues.org/docannexe/image/2516/img-1.png>.

Na imagem apresentada acima, deparamo-nos de início, com um aglomerado de indivíduos que compõe as mais diversas camadas da sociedade mexicana, e que, portanto, foram representados por Rivera como seres ativos nesse processo Revolucionário de 1910. Observa-se, por exemplo, uma das principais figuras responsáveis pela mobilização dos camponeses – Emiliano Zapata e Francisco Pancho Villa -, segurando uma bandeira intitulada de Terra e Liberdade (lema dos camponeses), no qual representava claramente a faceta camponesa da Revolução Mexicana.

Além disso, observamos também no plano esquerdo superior da imagem dois líderes políticos mexicanos engravatados que subsidiaram o movimento muralista, como por exemplo os ex-presidentes Álvaro Obregón (1920-1924) e Plutarco Elias Calles (1924-1928). Portanto, Rivera também considerou a vertente política como parte atuante na Revolução Mexicana. Não obstante, é importante enfatizar ainda que o movimento muralista teve início e desenvolveu-se sob os auspícios do presidente Álvaro Obregón (1920).

Obregón, segundo Molina e Diaz (2014, p.18) foi um “antigo líder regional que buscou consolidar a Revolução colocando em prática propostas firmadas no programa revolucionário, em especial a reforma agrária. Em seu governo o Estado assumiu importante papel na construção de uma economia moderna”, perpassada por uma ideologia nacionalista revolucionária e políticas educacionais encabeçadas pelo secretário de educação José Vasconcelos.

Nesse sentido, José Vasconcelos, após ter sido nomeado no governo de Obregón como secretário de Educação Pública:

Fez da pintura mural um dos pilares de seu programa político e cultural. Empreendeu um amplo programa iconográfico que tendia a representar paisagens da história mexicana e incluía os costumes e festividades indígenas, retratando, assim, a história do México desde os povos originários até a Revolução de 1910. Vasconcelos impulsionou a pintura de murais em prédios públicos não impondo padrões estéticos e ideológicos, o que possibilitou uma variedade de recortes históricos representados [...] A mensagem visual que a Secretaria de Educação Pública quis retomar, relacionava-se com as idéias que o governo pós revolucionário queria transmitir sobre o passado da nação (DIAZ; MOLINA, 2014, p. 18).

Todavia, Obregón indicou para ser seu sucessor na cadeira presidencial Plutarco Elias Calles. Ao assumir o poder, Calles, adota políticas personalistas e autoritárias. Nesse palco de mudanças políticas, no ano de 1923:

[...] o movimento muralista declarou-se como — arte da Revolução quando publicou o Manifesto do Sindicato de Trabalhadores, Técnicos, Pintores e Escultores do México. Ele foi escrito no contexto da chamada rebelião —delahuerista. O manifesto se posicionou claramente favorável a Calles, — por considerar que sua personalidade, inquestionavelmente revolucionária, seria a garantia de um governo capaz de melhorar as condições das classes produtivas no México. Conforme o escrito, o país ainda estava em um Estado de transição, a velha ordem não havia sido totalmente derrotada. A luta e a revolução deviam continuar, já que existiam dois lados: o dos revolucionários e o da burguesia. A vitória desta última viria com o triunfo de La Huerta e, por conseguinte, a aceitação da arte burguesa através da pintura de cavalete. Os muralistas dirigem-se à — raça indígena, depois aos trabalhadores do campo, aos operários, aos soldados rasos e aos intelectuais revolucionários para que continuem a lutar (JACOB, 2014, p. 82).

Entretanto, ao retomarmos novamente a análise da Imagem 2, avistamos ao lado de Zapata e Villa, no plano superior da imagem, uma figura masculina trajada com roupas específicas de um operário daquele contexto, encontrando-se em posição de diálogo com os líderes camponeses; apontando e indicando à estes uma direção a ser seguida na qual é representada, na dimensão sul do mural intitulado de *O México hoje e Amanhã* (Figura 3), o futuro que Diego Rivera ansiava para o México – o comunismo.¹⁸⁵ Embora a participação camponesa tenha sido considerada pela historiografia clássica a mais expressiva na Revolução de 1910, o artista acabou inserindo os operários

¹⁸⁵No ano de 1922, Diego Rivera, Siqueiros e muitos outros muralistas filiaram-se ao Partido Comunista Mexicano, e desse modo “a perspectiva marxista proporcionou, mais ainda do que a própria Revolução de 1910, a radicalização dos temas sociais nas pinturas murais” (JACOB, 2014, p. 82).

num lugar de destaque na pintura analisada; eles são retratados por Rivera como figuras centrais da Revolução Mexicana, portanto, algo típico de um intelectual comunista, que considera o operariado urbano como vanguarda de um movimento revolucionário.¹⁸⁶



Figura 3 - - Mural O México, Hoje e amanhã Fonte: LOZANO e CORONEL RIVERA (2007).

Ao voltarmos os olhos para o mural denominado de *o México hoje e amanhã*, deparamo-nos com a figura de Karl Marx, segurando o manifesto comunista, dialogando e também indicando para vários operários e camponeses qual o caminho a ser seguido para consumir definitivamente a Revolução iniciada em 1910 e sanar, definitivamente, todos os problemas que assolavam as mais diferentes classes sociais mexicanas. Contudo, para Rivera o movimento Revolucionário ainda estava em curso e deveria ser direcionado por uma nova ideologia, a comunista (Tal como ocorria na URSS naquele contexto histórico, por exemplo).

É importante ressaltar, ainda, que nas décadas de 1929-1935, período ao qual o mural foi pintado, o México sofria um forte processo de industrialização, assim como fora retratado por Rivera na figura 3. Observamos também, nesta dimensão da parede sul do mural, o sistema capitalista pintado de forma metafórica como uma estrutura metálica, fragmentado em várias

¹⁸⁶Tal como consideravam Karl Marx e F. Engels na obra *O Manifesto Comunista*, ao refletir sobre a destruição da sociedade capitalista: “A burguesia, não forjou apenas as armas que lhe darão a morte; produziu também os homens que manejarão essas armas – os operários modernos, os proletários [...] Finalmente, nos períodos em que a luta de classes se aproxima da hora decisiva, o processo de dissolução da classe dominante, de toda a velha sociedade, adquire um caráter tão violento e agudo, que uma pequena fração da classe dominante se desliga desta, ligando-se à classe revolucionária, a classe que traz em sim o futuro. Do mesmo modo que outrora uma parte da nobreza passou-se para a burguesia, em nossos dias, uma parte da burguesia passa-se para o proletariado [...] De todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária” (ENGELS; MARX, 1998, p. 18-24).

cenar por tubos e vigas. Da direita para a esquerda, no plano inferior da pintura, o artista buscou retratar a exploração dos trabalhadores. Já numa posição central foi representado manifestações operárias e camponesas sendo reprimidas pela ação policial. Nessa cena, é possível notar uma bandeira que indica a situação de greve e que, portanto, exprime a insatisfação social e a busca por melhores condições de vida.¹⁸⁷

Além disso, esse período (1930-34), foi marcado ainda por várias políticas/reformas radicais do governo de Cárdenas, no qual pode ter refletido diretamente na arte de Rivera, e conseqüentemente na representação da Revolução Mexicana. Segundo Camín e Meyer (2000), Cárdenas rompeu com a influência conservadora empregada do governo antecessor – Cálles -, apoiou várias organizações operárias que atacavam o Chefe Máximo (Cálles); era contrário aos grandes latifúndios; acelerou a Reforma Agrária em 1935 e o processo de unificação do movimento operário desembocando na criação da Confederação de Trabalhadores do México (CTM) - elementos esses que ocasionaram uma melhoria imediata no padrão de vida da população mexicana -, e expropriou e nacionalizou as empresas petrolíferas estadunidenses (CAMÍN; MEYER, 2000).

Outras reformadas cardenistas seguiram na direção de transformar o México num país predominantemente agrícola, rural e cooperativo. A grande meta de Cárdenas era o desenvolvimento integral do indivíduo e da sociedade como um todo, e não apenas um simples crescimento da produção industrial. Um de seus grandes programas políticos era criar um parque industrial essencialmente de cooperativas, de modo que os operários fossem, simultaneamente, os donos dos meios de produção (CAMÍN; MEYER, 2000).

Em decorrências dessas inúmeras reformas radicais do governo cardenista, uma grande parcela da população, sobretudo a ala esquerda, acreditava estar vivendo uma “renovação da Revolução Mexicana” que conduziria diretamente à um “regime socialista mexicano”. Nesse sentido o partido do governo de Cárdenas “continuava sustentando que a luta de classes era o motor do desenvolvimento histórico e que a meta da Revolução era

¹⁸⁷De acordo com Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer as décadas de 1930 a 1935 foram marcadas por grandes tensões sociais após a ascensão do governo de Cárdenas. No início de 1935, por exemplo, “havia problemas com trabalhadores ferroviários, eletricitistas, telefônicos, petroleiros e encanadores, entre outros” (CAMÍN; MEYER, 2000, p. 170).

construir uma sociedade na qual os instrumentos de produção estivessem sob o controle direto dos trabalhadores” (CAMÍN; MEYER, 2000, p. 210).

Contudo, diante do contexto histórico no qual Rivera estava inserido, e a despeito da ideologia comunista assumida pelo artista, percebe-se que Rivera entendia que o comunismo seria a solução para os impasses que afligia as mais diferentes camadas da sociedade mexicana, uma vez que o artista colocou que os problemas não se resumiam apenas à uma reforma agrária, mas sim à algo mais amplo e complexo. Portanto, sua arte exercia um papel didático e transformador, atuando no sentido de difundir um discurso político- ideológico em prol da população mexicana no cenário do século XX.

Considerações Finais

A Revolução Mexicana (1910) foi retratada pelos pincéis de Diego Rivera como um divisor de águas da História do México. Por meio de uma leitura analítica do mural ora proposto, conclui-se que a partir do movimento revolucionário o México iniciaria uma nova História. Além disso, é perceptível, ainda, que a Revolução Mexicana está amplamente ligada à ideia de uma nova identidade nacional mexicana, assim como era proposto pelo muralismo nesse período, pois tal movimento artístico propunha resgatar ou criar uma ideia de mexicanidade, ou seja, uma nova identidade nacional para o México, incluindo a Revolução de 1910 como algo definidor para a História do país.

Além disso, ao pintar imagens que remetiam à história do México, e especialmente à Revolução Mexicana, o artista desenvolvia uma determinada interpretação sobre tal evento histórico e o colocava no espaço público, o que permitia influenciar diretamente na formação de um imaginário coletivo a respeito da trajetória histórica da identidade nacional mexicanas e dos novos rumos que a Revolução de 1910 deveria tomar.

Constatou-se, ainda, que os camponeses e operários são representados em maior número e retratados como a base social do movimento. Entretanto, Rivera considerou ainda figuras de líderes políticos ligados ao movimento revolucionário, como é o caso do ex-presidente Álvaro Obregón, em cujo governo se iniciou a prática do Estado patrocinar a arte muralista, contudo, a pintura não exprime apenas uma visão oficial da

Revolução Mexicana, mas exterioriza também uma proposta política mais crítica, em conformidade com a posição ideológica do pintor.

Desse modo a arte produzida por Rivera não rompeu definitivamente com os elementos europeus em solo mexicano, tal como propunha o movimento artístico, uma vez que o pintor retratou e difundiu por meio de sua obra ideais comunistas acreditando que tal ideologia deveria ser o novo motor da Revolução iniciada em 1910 no México.

Referências Bibliográficas

- ALTAMIRANO, Carlos. Elites culturales en el siglo XX latinoamericano. In: ALTAMIRANO, Carlos (ed.). **Historia de los intelectuales en América Latina II**. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires, Katz, 2010, p. 9-28.
- AZUELA, **Alicia**. **Arte y poder**. México: El Colegio de Michoacán; FCE, 2005.
- CAMÍN, Héctor Aguilar; MEYER, Lorenzo. A Utopia Cardenista: 1934-1940. **À Sombra da Revolução Mexicana**. São Paulo, EDUSP, 2000.
- DIAZ, Natalia Germano Gejão; MOLINA, Ana Heloisa. Pintura Mural Mexicana: povo e paisagem na aula de História. **Olhares Sobre a América Hispânica**. – Londrina: UEL, 2014, p. 11-27.
- EDER, Rita. **Modernidade: Vanguardas Artísticas na América Latina**. São Paulo, UNESP, 1990.
- JACOB, JorcyFoerste. **Os filhos de Malinche**: As representações sobre os indígenas na ótica de Diego Rivera (1920-1940). Vitória, 2014. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5859_jorcy%20disserta%E7%E3o.pdf. Acesso em: 20/Set/2017.
- LOZANO, Luis - Martín e CORONEL RIVERA, Juan Rafael. **Diego Rivera**: Obra mural completa. Los Angeles: TaschenAmericaLlc, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. In: COGGIOLA, Osvaldo. (org.). Manifesto do partido comunista – Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Fontes visuais, cultura visual, História visual**. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.23, n°45, pp.11 - 36, 2003.



CONTRA OS “FILÓSOFOS DE SALÃO”: RAZÃO E RELIGIÃO EM TEODORO DE ALMEIDA (1722-1804)

Júnior César Pereira
(UEL)

Resumo. Figura cimeira da ilustração portuguesa, Teodoro de Almeida (1722-1804) desempenhou intensa atividade, seja no púlpito, na cátedra de Filosofia da Congregação do Oratório ou como animador da Academia das Ciências de Lisboa. Esse líder espiritual e filósofo deixou uma marca indelével na história intelectual lusitana que pode ser comprovada por meio de sua monumental *Recreação Filosófica ou Diálogo sobre a Filosofia Natural para pessoas cultas que não frequentaram a Universidade*, obra enciclopédica publicada em dez tomos entre os anos de 1751 e 1800. Ao lado de homens insignes, tais como Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas (1724-1814) e Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782), o clérigo buscou defender a religião católica frente aos sediciosos ideais iluministas que circulavam na cultura portuguesa setecentista, configurando uma corrente de pensamento apologética. Tal defesa da tradição religiosa pode ser vislumbrada no último tomo de seu referido trabalho, intitulado de *Harmonia da Razão e Religião*, o qual será perscrutado por nós no intuito de compreender melhor a relação entre moral e religião católica do ponto de vista desse erudito em um momento de importantes mudanças no campo das ideias em Portugal.

Palavras-chave: Teodoro de Almeida; Iluminismo; Moral; Religião.

Introdução

O século XVIII português foi marcado por diversas inovações culturais. A tendência renascentista de valorização das línguas nacionais culminou na subalternização do latim e estabeleceu as bases da universalização do ensino. No decorrer dessa centúria, a cultura francesa ganhou espaço conforme a circulação da literatura oriunda dos insígnies homens de letras, o que ocorria de forma obscura à censura. O público leitor ampliava-se paulatinamente. Pessoas menos cultas, mas capazes de ler e escrever em português juntaram-se àqueles conhecidos consumidores de letra impressa, como os membros do clero, letrados, cortesãos, e mercadores endinheirados (BRAGA, 2001, p.465).

A denominação desse fenômeno cultural fora muito problematizada pelos historiadores, entre os quais, alguns chamam de ilustração de compromisso, outros de ecletismo, e terceiros de ilustração católica, clima de luzes etc. Fato é, que conforme uma historiografia mais recente, assevera que o termo iluminismo português deve ser considerado, no interior de um quadro amplo atinente aos vários iluminismos europeus, obedecendo as especificidades de cada local onde as luzes se manifestaram, atentando ademais, para as características similares (CARVALHO, 2007, p.6).

Fato é que a década de 1740 foi crucial para o estabelecimento das luzes em Portugal. Luís Antônio Verney, figura cimeira da inteligência portuguesa publica O verdadeiro método de estudar, obra que endossaria as reformas educacionais promovidas pelo Marquês de Pombal em 1759 e 1772. Concomitante, as aulas de Filosofia Experimental proferidas pelo padre João Baptista na Congregação do Oratório contribuíam para a difusão da ciência moderna nesse ambiente, e representaria uma nova forma de educação em relação àquela preconizada pelos inicianos, responsáveis pela instrução em solo português desde o século XVI (TUNA, 2009, p.22).

Congregação do Oratório que formaria Teodoro de Almeida (1722-1804) vulto das luzes portuguesas, cuja atuação na cultura letrada implicou em inúmeras obras, sob diversos formatos (tratados de filosofia natural, moral, metafísica, teologia, lógica), poesias, romances, sermões, cartas espirituais etc (SANTOS, 2002, p.504). Este importante homem de letras é o fio condutor da pesquisa materializada nas linhas que seguem.

As reflexões sobre a moral foram inscritas por Teodoro de Almeida no último volume de sua obra magna, qual seja a *Recreação Filosófica*. Ao lado de filósofos de alto coturno, tais quais Frei Manuel Cenáculo Vilas Boas e Antônio Nunes Ribeiro Sanches conformou uma corrente de pensamento apologética, que buscava harmonizar as novas ideias oriundas das luzes francesas e inglesas com a tradição de pensamento católico. Se por um lado, a ciência pautada pelas ideias de Newton, Descartes e Locke era valorizada, por outro a moral católica e os bons costumes deveria ser defendida a todo custo por esses homens, rechaçando principalmente os temíveis princípios franceses, que atentavam contra o poder do monarca e o da igreja (GOVASKI, 2017, p.76).

O problema moral em Teodoro de Almeida foi objeto de estudo de Marta Mendonça (2011). Na ocasião, a autora buscou entender o lugar da reflexão ética no interior da *Recreação Filosófica* do padre oratoriano, acenando para o projeto da mesma e lançando mão de uma abordagem essencialmente textualista, a qual buscamos ampliar e enquadrar no contexto histórico iluminado pelas novas ideias que circulavam em Portugal e contra as quais Almeida trava uma batalha no que tange a moral.

Tendo em vista a ideia de animal dependente que é central na reflexão em pauta, optamos por pensar a partir do contextualismo linguístico de Quentin Skinner, entendendo o discurso de Teodoro de Almeida como ação política, empreendida diretamente contra os filósofos incrédulos, ateus, aqueles que discutiam as matérias do intelecto de forma pueril, a base de bebedeiras nos salões franceses. Acerca desta abordagem, nos diz o autor

Com razão a historiografia recente chegou ao lugar-comum de que, se temos em mira compreender sociedades anteriores à nossa, precisaremos recuperar suas mentalités de dentro, da forma mais empática possível. Mas é difícil perceber como poderemos chegar a essa espécie de compreensão histórica se continuarmos, no estudo das idéias políticas, concentrando o eixo de nossa atenção naqueles que debateram os problemas da vida política num nível de abstração e inteligência que nenhum de seus contemporâneos terá alcançado. Se, por outro lado, tentarmos cercar esses clássicos com o seu contexto ideológico adequado, poderemos ter condições de construir uma imagem mais realista de como o pensamento político, em todas as suas formas, efetivamente procedeu no passado. Um mérito que assim me atrevo a

apontar no método que descrevi é que se for praticado com sucesso, poderá começar a dar-nos uma história da teoria política de caráter genuinamente histórico. (SKINNER, 1978, p.11)

Dessa forma cremos que retomar a crítica desse filósofo português setecentista à ética dos filósofos iluministas franceses, enquadrando a mesma em seu tempo histórico e enfatizando seu caráter político, nos permite entender melhor o projeto de harmonização entre razão e religião empreendido pela corrente de pensamento apologético em Portugal. Na sequência, podemos vislumbrar um pouco melhor os principais aspectos conformadores da trajetória intelectual de Almeida.

Aspectos da trajetória de Teodoro de Almeida

O padre oratoriano Teodoro de Almeida (1722-1804) foi uma figura de relevo no que toca à divulgação da filosofia moderna no quadro intelectual português do setecentos. Produtor de uma obra extensa, que ainda não foi completamente explorada, esse intelectual nos proporciona ainda hoje inúmeras possibilidades de estudos.

O limiar da formação intelectual de Almeida deu-se na Congregação do Oratório, instituição que teve seus pilares erigidos em Roma, no ano de 1565, pelo clérigo florentino Felipe Neri, tendo sido acolhida em diversas outras parte da Europa, incluindo Portugal, onde instalou-se em Lisboa, no ano de 1668. Nos anos seguintes, outras cidades lusitanas conheceram as atividades desses religiosos; Porto, Braga, Viseu, Estremoz e Monção são as que podemos citar. A Congregação caracterizou-se pelo seu caráter assistencial, que privilegiava a recuperação dos desvalidos da sociedade, além de ter acolhido as novas perspectivas filosóficas em detrimento da Escolástica, apontando deste modo, novos rumos para a produção científica e orientação pedagógica no Reino às vésperas do começo do século XVIII. No entanto, somente com o apoio de D. João V esses religiosos tiveram a base necessária para desenvolver suas atividades de modo significativo no quadro intelectual (GOVASKI, 2017, p.30).

As mercês concedidas aos membros da Congregação sustentaram seu desempenho no âmbito pedagógico, que voltou-se para aqueles que

frequentavam as aulas ofertadas, como as de Gramática, Retórica, Filosofia e Teologia. Na segunda metade do século XVIII grande era a visibilidade de tal instituição, que revelou ao mundo lusitano Teodoro de Almeida, figura exponencial do Iluminismo em Portugal. Desde cedo demonstrou Almeida grande aptidão para os estudos, sendo admitido como membro da Congregação aos 13 anos de idade, o que era incomum, uma vez que os estatutos da instituição preconizava os 18 anos de idade para o ingresso de seus membros. Desse modo, estudou Filosofia por três anos, seguido por mais quatro de Teologia, optando pela Matemática em outra ocasião. Sob a tutela do padre João Baptista de Castro conheceu as novas ideias que configuravam o quadro da filosofia moderna (GOVASKI, 2017, p.33).

Em 1744, Teodoro de Almeida ordenou-se sacerdote, assumindo logo na sequência o posto de orador e pregador da Congregação lisboeta, cargo de extrema relevância naquele meio. O cariz racionalista de seus sermões apontava para sua formação ilustrada, dando sinais de sua representatividade como um dos arautos daquele meio intelectual, o qual ajudou a formar. Em 1748, foi nomeado professor de filosofia do Convento das Necessidades, atividade desempenhada concomitante às religiosas. Ocupou a cadeira de filosofia até 1754, período este em que fora também tutor de figuras como José Maria Távora, filho do Marquês de Távora. Nesse tempo, suas bases filosóficas eram bem conhecidas, Descartes, Newton entre outros davam sustento às atividades intelectuais do clérigo, como as aulas de física experimental no hospício das Necessidades, sendo estas, objeto de grande apreço por membros da nobreza. Mas os tempos dourados do personagem retratado foram eclipsados

A tempestade rodava, porém, de perto a sua existência e abateu-se sobre ele rápida e impetuosamente. Na realidade, nos anos que cobrem os fins da década de cinquenta e os inícios da seguinte, a maioria dos membros do instituto a que Teodoro pertencia mantinha relações difíceis com o poderoso ministro de D. José. A intransigência deste último tinha que fazer vítimas entre aqueles que ousassem opôr-se-lhe. E foi o que aconteceu ... Quatro dos filipinos mais ilustres tiveram que deixar Lisboa a caminho do desterro. Chamavam-se João Baptista, João Chevalier, Teodoro de Almeida e Clemente Alexandrino. O primeiro e último foram para o Hospício de Monção de onde, depois, o padre alexandrino, irmão de João Baptista, passou para Viseu, prestando a essa cidade excelentes serviços. Teodoro

rumou ao Porto e João Chevalier esperava-o o remoto Alto Douro, como já referimos. Que crime, afinal, haviam cometido? Recusaram o imprimatur às ideias regalistas da obra *De Protestate Regis* escrita pelo intendente geral de polícia Inácio Ferreira Souto 'mas inspirada diretamente por Pombal'. João Baptista e Teodoro manifestaram sem equívocos o seu desacordo para com a doutrina do escrito. O mesmo acontecendo, ao que se presume, aos outros dois, até porque João Chevalier era homem de prestígio firmado (SANTOS, 1980, p.35).

Nesse seguimento, a história de Teodoro de Almeida fora marcada pela perseguição do Marquês de Pombal, tendo que partir de Lisboa imediatamente, reconhecendo morada na cidade do Porto, onde chegou em 1760. Nessa cidade, obteve acolhimento e sustentação para continuar exercendo seus trabalhos de missionário e escritor até 1768. O ano seguinte tornou-se traumático para o padre, que não conseguiu estabilizar-se em nenhum dos lugares por onde esteve. Adquiriu nesse tempo, grande aversão por viagens marítimas, passou ainda, por humilhações, como quando fora expulso do solo espanhol de forma humilhante. Todavia, em 1769 conseguiu sossego espiritual em Bayonne, na França, onde permaneceu junto ao mosteiro das religiosas da Visitação. Gozou de grande prestígio nesse lugar por oito anos, aliando trabalhos religiosos e prática docente. O apogeu de sua fama deu-se no ano de 1774, mesmo sob à vista de Pombal era extremamente assediado porquanto excelente mestre que era. Convites chegavam-lhe aos montes, no entanto a estabilidade auferida em solo francês o impedia de arriscar fortuna em outras paisagens (SANTOS, 1980, p.35).

Se por um lado, os anos finais de seu exílio deram-se sob conforto e estabilidade financeira, por outro, a saudade de sua terra natal não o deixava completamente em paz. O retorno à pátria ocorreu em maio de 1778, quase um ano após a queda de Pombal. Em Lisboa, não tardou em retomar aquilo que o diferenciou entre os demais, a aguda lida com as matérias do intelecto (SANTOS, 1980, p.35).

Em 1779, um antigo projeto de Teodoro de Almeida idealizado em parceria a um amigo também apreciador das mais diversas ciências, Duque de Lafões, materializou-se enfim na capital do reino. A Academia Real das Ciências de Lisboa configurou-se como um importante espaço de produção e

divulgação do conhecimento. Célebres personagens compuseram o quadro de membros de tal instituição.

Desse modo, para além do padre Teodoro de Almeida e do duque de Lafões, poder-se-ia encontrar entre os primeiros membros da Academia Real das Ciências de Lisboa alguns intelectuais que agiram no sentido de divulgar os ideais ilustrados em Portugal, ao longo do século XVIII. No que se referiu a organização dos primeiros membros, segundo José Alberto Teixeira da Silva, o duque de Lafões foi o primeiro presidente da instituição. Outro destacado intelectual, o visconde de Barbacena (1754-1830), primeiro aluno a receber doutoramento na reformada Universidade de Coimbra, foi o primeiro-secretário da Academia. Da mesma forma, a abade José Correia da Serra, renomado botânico e, mais tarde, ministro plenipotenciário nos Estados Unidos, foi o vice-secretário. O botânico italiano Domingos Vandelli (1735-1816), um dos intelectuais estrangeiros convidados pelo marquês de Pombal, posteriormente, nomeados entre o quadro de professores da Universidade de Coimbra, foi o diretor da Seção de Ciências Naturais observadas na Academia. O marquês de Alorna (1754-1813), membro da Academia Real da História Portuguesa, liberado de uma pena de prisão na cadeia de Junqueira, a qual cumpriu por dezoito anos durante o governo pombalino, tornou-se o primeiro diretor da Seção de Ciências Exatas da instituição. E, por fim, o padre Teodoro de Almeida foi nomeado o primeiro orador da Academia Real das Ciências de Lisboa (GOVASKI, 2017, p.64).

Teodoro de Almeida ficou incumbido de proferir a oração de abertura da Academia. Uma vez mais, o oratoriano viu-se envolto por uma aura de críticas e ataques viscerais. Fato é, que logo após a leitura, carregada de críticas ao que chamou de esmorecimento das ciências em Portugal, assim como à sua má reputação no estrangeiro, diversos escritos anônimos denunciaram os queixumes de Teodoro. O caso foi parar no Paço, tendo Almeida que se retratar por meio da apresentação do texto original que conformava sua oração. Passado o conflito, dedicou-se com mais fervor à outras atividades, devendo ser colocada em relevo a instauração do Convento da Visitação em 1782, projeto que tinha em mente após conhecer uma instituição de igual jaez na França. Encantara-se pela organização pedagógica daquela ordem religiosa feminina, e trabalhou duro até conseguir junto à D. Maria I o subsídio necessário para a fundação de uma congênere em sua pátria (SANTOS, 1980, p.36).

Entre 1792 e 1795 Teodoro de Almeida retornou à docência na Congregação do Oratório, ministrando aulas de Filosofia natural na Casa das Necessidades. Nos anos finais do século XVIII continuou atuando vigorosamente nestes mesmos ambientes de produção intelectual.

No início do ano de 1800, atingido por uma enfermidade que o paralisou completamente, Teodoro de Almeida recolheu-se na Casa do Espírito Santo da Congregação do Oratório, local onde dedicou boa parte de sua trajetória intelectual ao estudo e ao ensino dos dogmas religiosos, bem como dos domínios da Filosofia Moderna. Por fim, o padre Teodoro de Almeida veio a falecer no dia 10 de abril do ano de 1804, deixando uma extensa e influente obra intelectual, muito importante para a divulgação científica e dos costumes cristãos portugueses da segunda metade do século XVIII (GOVASKI, 1980, p.72).

Exposta de forma sumária, a trajetória intelectual desse importante homem ilustrado materializou-se na sua vasta produção, composta por obras como: *Recreação Filosófica* (1751-1800); *O feliz independente do mundo e da fortuna* (1779); *Sermões* (1787); *Lisboa destruída* (1803); *A morte alegre do filósofo cristão*; *Uma drama para a festa de nascimento do menino Jesus*; *A vida alegre do filósofo cristão* (as três publicadas em 1767); entre outras.

Contra a moral dos incrédulos

Teodoro de Almeida começou a escrever a *Recreação Filosófica* em 1751 e a findou em 1800. A princípio, a obra seria composta por seis volumes, todos dedicados à Filosofia Natural. No entanto, ao longo de sua trajetória intelectual, Teodoro acrescentou mais quatro volumes, abordando a Lógica, a Metafísica, a Teologia Natural e por fim, a Ética (MENDONÇA, 2011, p.107).

O último volume, objeto de nossa análise, é organizado de forma tripartida. O padre oratoriano não ordenou a *Recreação Filosófica* em capítulos, mas sim em 'tardes', uma vez que optou por escreve-la em diálogos. Nesse sentido, o presente volume demonstra as conversações filosóficas realizadas nas tardes XVI, XVII, XVIII e XIX. Os interlocutores são Teodósio (que incorpora as ideias de Teodoro de Almeida em defesa da ética cristã), Chevallier, Coronel, Comendador (os três personagens representando aqueles

que se animaram com as novas filosofias da moda, ou seja, as francesas) e a Baronesa (prima do Comendador, que corrobora as ideias do oratoriano).

Nos primeiros tomos da obra o personagem Teodósio fazia a defesa dos ideais científicos ilustrados, debatendo contra figuras como Eugênio e Silvío, representantes da ciência escolástica, sendo que tais conversas eram realizadas em solo português. No último volume, não só mudam os personagens que dialogam com Teodósio, mas também o lugar, que agora é a França (MENDONÇA, 1800, p.108).

A difusão da cultura francesa em Portugal no século XVIII pode ser notada na presença de vários professores dessa língua radicados em Lisboa nesse período. Muitos eram os anúncios em gazetas dos serviços prestados por esses homens. Nesse quadro, poucos eram aqueles que liam em francês, mais precisamente membros das elites e os homens de letras, como Teodoro de Almeida, que esteve exilado em Bayonne.

No domínio literário, a França foi impondo suas modas, quer na literatura, quer no teatro, quer ainda na pregação, ao mesmo tempo que o ensino do idioma francês foi ganhando terreno não sem a relutância de alguns setores particularmente apreciadores do gosto espanhol. De qualquer modo, poetas, dramaturgos, pregadores e pedagogos foram acusando cada vez mais o peso e a influência de autores franceses, a par de alguns castelhanos, italianos, de poucos ingleses e raros alemães, quer nas versões originais, quer em traduções (BRAGA, 2001, p.550).

Porquanto homem de letras, e pupilo do padre João Baptista, Teodoro teve acesso à essa cultura francesa, que assimilou em parte (no modo de pregar, principalmente, e em aspectos científicos), mas outros termos, como na questão moral, a rechaçou. Logo na dedicatória da obra em tela, nosso autor indica contra quem escreve

Esta parte da filosofia nunca foi mais necessária do que agora; porquanto a doutrina dos incrédulos, que tapam inteiramente os olhos à luz da religião, e também à da boa razão, forceja para transformar as bases dos bons costumes, firmadas na religião, e na boa razão, nas leis da humanidade, e até nos interesses sólidos de toda a sociedade: porém nada disto basta, porque ao ouvir os ímpios Voltaire, Rousseau, L'Esprit, LesMoeurs, d' Alembert, Diderot e outros nem a religião é freio para subjugar a furiosa libertinagem, nem a razão é ouvida, nem o poder dos soberanos basta (ALMEIDA, 1800, p.13).

Na primeira parte da obra (tardes XVI e XVII) a reflexão se dirige às obrigações do homem para com deus. Na segunda (tarde XVIII), Teodoro dirige-se às obrigações do homem para consigo mesmo. Na terceira, e mais extensa parte (tarde XIX), o assunto em pauta se refere às obrigações do homem para com seus semelhantes.

Uma leitura atenta nos permite vislumbrar diversas acusações à reflexão ética dos filósofos de salão. Teodoro os acusa de serem incoerentes, proferindo discursos sem bases lógicas e desprovidos de razão. A instrumentalização discursiva em prol de uma liberdade desenfreada, estranha às leis da natureza também é matéria de repúdio por parte de Almeida. A incoerência, o dogmatismo irracional, a manipulação do discurso e a superficialidade lógica dos filósofos incrédulos é apontada em uma fala reveladora da Baronesa a seu primo

Baronesa: 'Ah meu primo, que imprudente, e que louco é o modo com que vejo que os vossos partidários tratam estas matérias do culto que se deve a deus, e outras semelhantes, às vezes é na mesa entre prato e prato, copo e copo; mas se nesse tempo vem algum de seus rendeiros a dar-lhes contas, ou se eles são chamados para negócios de importância, mandam que venham buscar a resposta em outra ocasião. Quem quer pensar seriamente busca tempo e lugar oportuno, e deixe que o estômago não trabalhe na digestão, sossega a família, retira-se ao seu quarto, evita os estrondos, não admite recados, nem perguntas importunas: encosta na mão a cabeça, fecha os olhos e com sossego está pensando na imaginação as conveniências, e os perigos, os descontos, e as utilidades; e somente assim obra com prudência: então toda a lógica é pouca, toda a especulação útil. Mas os vossos doutores falando deste ponto, que joga imediatamente com o todopoderoso, e com a nossa felicidade ou desgraça eterna, fazem com quatro versos, quatro palavrinhas galantes, um riso de zombaria, duas finezas a uma madame, e uma jocosidade nova, e estes são os meios de acertar com a verdade. Oh meu primo, confessais que os vossos filósofos são loucos.' (ALMEIDA, 1800, p.164-165)

Em síntese, duas críticas aparecem como pilares da estrutura discursiva de Teodoro, uma ontológica e outra antropológica. As bases ontológicas da filosofia moral francesa são atacadas no momento em que Teodoro enfatiza que a natureza não seria uma força cega, de origem desconhecida, e da qual só poderíamos conhecer os efeitos, pelo contrário sua origem, na visão do filósofo português era bem clara, qual seja Deus, a causa inteligente que obra segundo seu costume, de forma quase ocasionalista, fundando o elo entre ser e dever ser (ALMEIDA, 1880, p.54).

Outro fundamento rechaçado é o que aborda a concepção de homem. Almeida infere que por ter sido expulso do paraíso, o homem carregaria em si paixões e desejos que se não se submetessem a razão (mecanismo ordenador inculcado por deus) sua vida seria desordenada, e no limite, inviável. Tal concepção, fundada na noção de que o homem seria um animal dependente bateria de frente àquela ideia preconizada pelos iluministas franceses de que a ética calcada na submissão de todas as paixões ao intelecto seria adequada somente aos homens de pau (ALMEIDA, 1800, p.286).

A segunda parte da recreação filosófica manifesta a concepção de heteronomia. Para Teodoro, os homens não seriam donos de suas vidas, mas sim usufrutuários. Nesse sentido deveriam prestar contas à deus, a causa motriz da vida humana, por meio da subordinação dos desejos à boa razão. o trecho do diálogo a seguir elucida bem a questão

Teodósio: "Suponho que não duvidais que nossa vida depende de todos os órgãos, que são precisos para o corpo humano ter as suas funções, e por conseguinte, que a vida não é como a dádiva de uma peça preciosa, que uma vez dada, está dada, sem que quem a deu continue em ação nenhuma precisa para a conservar. Creio que confessais que o Onipotente, quando formou para cada um de nós o seu corpo orgânico com tanta sabedoria e inteligência, e (a nosso modo de falar) estudo, qual convinha para vivermos, não só nos deu a vida mas que a continua a dar em todos os dias que perdura; pois que cada dia há novidade em nosso corpo, que com sua divina mão repara, ou remedeia.

Baronesa: "De nada disso duvidamos."

Teodósio: "Também creio que haveis de assentar, que o supremo senhor não fez isso como um tonto, sem saber para que fim. A sua perfeição summa o obriga a não obrar sem fim; e fim digno da obra, e digno do artífice supremo. Para que fim pois deus deu a vida ao homem com tanto cuidado, estudo e (deixai-me dizer assim) empenho e trabalho? Será para o homem se regalar?"

Baronesa: "Certamente não: não era esse um fim digno de deus."

Teodósio: "Logo o seu fim foi ... dissei-o vós agora."

Baronesa: "Que ei de dizer? Foi sem dúvida para que o homem empregue todos os dias de sua vida em o servir, adorando o poder, amando a bondade, obedecendo a sua lei. Tendes dúvida, meu primo, nesta consequência que nós devíamos tirar?"

Comendador: "Teodósio tem arte para levar o meu juízo aonde quiser, sem eu lhe poder resistir." (ALMEIDA, 1800, p.99)

As bases da vida social são discutidas na terceira parte do livro, o que mostra seu teor político. Almeida aponta a necessidade natural da vida em sociedade, por conseguinte, a observação de leis para a viabilidade da coexistência humana. Nesse ensejo, erravam aqueles que defendiam uma

liberdade irrestrita, que se ocorresse dessa forma desorientaria todos os homens, implicando em vidas solitárias e vazias (ALMEIDA, 1800, p.370).

Considerações finais

Forte tendência em Portugal no setecentos, a cultura francesa foi divulgada de diversas formas. Uma vez que a maioria da população era iletrada, coube aos homens de letras refletir sobre a pertinência dos valores oriundos das luzes francesas para a nação portuguesa. Muitos desses ideais foram apropriados nos âmbitos literário, pedagógico e parenético. Se por um lado houve aceitação, por outro houve completo rechaço.

Filósofos como o padre oratoriano Teodoro de Almeida negaram severamente a pertinência das reflexões éticas e morais francesas para a vida do povo português. Como podemos ver na análise executada acima, a crítica do fundador da Academia Real das ciências de Lisboa àqueles que ele denominou 'filósofos de salão' esteve endossada sob a ideia central de heteronomia da ética, defendendo a subordinação de todas as paixões ao intelecto, no intuito de servir àquele que deu a vida aos homens, o criador.

As reflexões analisadas podem ser lidas no último tomo da *Recreação Filosófica*, onde Teodoro se ocupa da questão ética. Com base no contextualismo linguístico de Quentin Skinner buscamos compreender a discussão moral como ação política no interior dessa batalha travada pelos filósofos membros da corrente de pensamento apologético, representada por Teodoro, mas também por Manuel Cenáculo Vilas Boas e Antônio Nunes Ribeiro Sanches, que propuseram uma harmonização entre razão e religião.

Nosso olhar sobre a questão, é apenas um entre tantos possíveis. Partindo do pressuposto de que o conhecimento se dá por meio do diálogo, e que sempre pode ser revisto, criticado, alterado, intentamos com o presente trabalho chamar atenção para um ponto fulcral da história da cultura lusitana do século XVIII, que poderá ser contemplada por outros pesquisadores que se interessem pelo tema, que ao nosso ver é muito abrangente.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Theodoro de. **Teologia Natural da Recreação Filosófica ou Harmonia da Razão e da Religião ao argumento dos incrédulos que**

reputação a Religião contra a Boa Razão, tomos IX a X. Lisboa: Regia OfficinaTypografica, 1793-1800.

BRAGA, Isabel M. R. Drumond. As realidades culturais. In: MENESES, Avelino de Freitas (cor). **Nova história de Portugal: Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil**. Editorial Presença, 2001.

CARVALHO, Flávio Rey de. **Um Iluminismo português? A Reforma da Universidade de Coimbra de 1772**. Universidade de Brasília: Dissertação de Mestrado em História: 2007.

GOVASKI, Patrícia. **Ilustração e filosofia natural em Portugal** : a Recreação Filosófica (1751-1800) do padre Teodoro de Almeida. Universidade Federal do Paraná: Dissertação de Mestrado em História, 2017.

MENDONÇA, Marta de. O problema moral em Teodoro de Almeida. **Revista de Estudos Filosóficos**. Minas Gerais, n. 7, 2011, p.106-118.

SANTOS, Eugénio dos. Para a história da cultura em Portugal no século XVIII: Oração de abertura da Academia de Ciências de Lisboa do padre Teodoro de Almeida. **Repositório Digital Universidade do Porto**, 1980, p.53-90.

SANTOS, Zulmira C. **Literatura e Espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Tese de Doutorado, 2002.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TUNA, Gustavo Henrique. **Silva Alvarenga**: representante das luzes na América portuguesa. Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: Tese de Doutorado em História social, 2009.



UM ESTUDO SOBRE *WEBSERIE* “BRASIL, A ÚLTIMA CRUZADA”, USOS E APROPRIAÇÕES DO ENSINO DE HISTÓRIA PELO MBL.

Arnaldo Martin Szlachta Junior
(Universidade Estadual de Maringá)

Resumo: A *webserie* intitulada “Brasil, a última cruzada” que é uma produção do canal Brasil Parelho e amplamente divulgada por membros do Movimento Brasil Livre (MBL), propõe apresentar e vender um pacote de um “curso de História do Brasil” que se compromete a ensinar o que eles chamam de “a verdadeira história do Brasil”. Destacam ainda que essa *webserie* (que eles chamam de Curso de História) apresentaria a História do Brasil não contada, e sem a influência da doutrinação da esquerda, segundo os organizadores do portal a constituição desse documentário é composto de especialistas que não possuem ligações com instituições tradicionais ligados a uma intelectualidade de viés “esquerdistas”. O presente estudo, visa analisar as apropriações e os usos que esse canal do *youtube* faz do ato de ensinar história através da linguagem documentário destacando um tom de verdade e revelação.

Palavras chave: Brasil paralelo, Uso do Ensino de História, Youtube, MBL, História e Ensino.

Aspectos políticos da perspectiva das novas direitas

A formação de uma nova política no âmbito das lutas contra a pobreza no Brasil desde 2013 traz grandes desafios para a compreensão da sociedade e da política brasileiras. O novo tema da cena, composto de indivíduos e sociais, introduz uma configuração diferente em termos de social do tempo. A ação coletiva dessa nova ordem dos grupos tem uma cultura cultural, mas também emergem com diferentes formas de apropriação das rotinas subjacentes à sua ação. E no sentido de explorar e descrever o contexto de emergência que proporciona a abertura na estrutura da política de prioridade para o surgimento de novos participantes nas políticas dos Estados Unidos que residem na problemática dessa exploração de investigação.

Os conflitos que marcaram o ano 2013 no país, com maior êxodo durante o mês de junho, assinaram as mudanças que foram cometidas. O surgimento de novos atores com uma visão ideológica de um estado liberal, relacionado à economia, foi indiretamente destacado pela multidão que tomou as ruas ao redor do mundo em 2013 (GOHN, 2016).

A presença de milhões de pessoas em várias cidades em todas as regiões do país, reivindicando os problemas relacionados à vida cotidiana, procura melhorar serviços, acesso e direitos, impulsionar a força de trabalho a intercalar diferenças diferenciadas na trajetória de grupos associados. As discontinuidades observadas durante as manifestações em 2013, dando origem à aparência de novos grupos e grupos seletos, também fizeram fragmentos explícitos na estrutura estrutural do Estado.

Em 2013, o espaço para a aplicação de novas diretrizes e a participação de grupos individuais e grupos de confronto. Essa discontinuidade do movimento tem sido um incentivo para mudanças nos aspectos sociais e econômicos dos contextos que podem apresentar problemas relacionados às diretrizes anteriores subestimadas, a criação de agendas diferentes a as levou a cabo no ano 2013. O ciclo de protesto iniciado nesse ano com grande quantidade em atuação que gerou o surgimento de um ativismo reação liderado por atores sociais vinculados a as classes dominantes brasileiras

(SILVA, PEREIRA, SILVA, 2016). O corte realizado por estes autores mostra a existência de pesquisa destinada ao conhecimento político dos atores relacionados com Classe dominante brasileira entretanto, pouco se tem estudado até o momento sobre as possibilidades de abertura, emergência, sucesso e manutenção de movimentos sociais como o MBL.

Ensino de História, caminhos e percursos.

A prática cotidiana do ensino de história na educação básica não é uma tarefa fácil, não imaginamos, quando ainda na graduação, que enfrentaremos como professores questões que não circundam os programas das disciplinas cursadas. Essas questões estão tanto na esfera da disciplina do ensino de história quanto na própria realidade de ser professor e ter de aprender a lidar com a indisciplina dos alunos, as questões burocráticas das instituições de ensino e o funcionamento desse todo que forma o sistema educacional do nosso país. Entretanto, se fôssemos adentrar nesses pontos, sem um aprofundamento necessário não conseguiríamos problematizar todas essas relações do professor com o meio seria muito difícil, inclusive, encontrar alguns caminhos.

E atualmente nos defrontamos com questionamentos dos alunos que observando as mídias acabam por absorver o discurso desses grupos da nova direita, visto que possuem uma organização focada nas mídias sociais, alias, o uso de vídeos com uma linguagem direta e com aspecto que se aproximam aos adolescentes é a principal estratégia desses grupos da nova direita como o MBL.

Nos perguntamos como deve ser a atuação dos professores frente a esses tempos de revisionismo absurdos, caça á esquerda e questionamento há tudo que não seja de aspecto liberal. Mas a atuação de uma ação docente mais próxima e interlocutora ao educando não é simples como apresentada, uma visão como essa tende a positividade e de certa forma a idealização da profissão que conta com grandes dificuldades, merecendo destaque os baixos salários e a indisciplina escolar, somado a isso o professor tem de seguir um

planejamento de conteúdos que estejam de acordo com os parâmetros curriculares nacional ou os parâmetros de cada estado, como os que temos estabelecidos aqui no Paraná.

Na formulação do currículo deve se levar em conta sua execução em sala de aula que é um processo dinâmico, pois se se estabelece caminhos muito fixos deixará o professor sobrecarregado, sem uma ação transformadora. Entretanto, o agente mais dinâmico desse processo é o professor, que tem a possibilidade de re-selecionar os conteúdos de uma forma que julgue ser mais importante para a formação daquele aluno, por mais que os programas, sejam eles no campo nacional ou regional, busquem uma unificação na execução do trabalho em sala de aula, o que contará mesmo é “final da ponta dessa corda” que é ação do professor que terá como resultado seus próprios recortes e destacando aquilo que segundo sua formação e/ou experiência lhe indique como um caminho correto.

Considerar que o ensino se reduz ao que os programas oficiais ou os próprios professores/as dizem que querem transmitir é uma ingenuidade. Uma coisa é o que dizem os professores/as o que devem ensinar, outra é o que eles acham ou dizem que ensinam de outra forma diferente é o que os alunos/as aprendem. (SACRISTAN, 2000, p.131)

Sacristan aborda de uma forma expressiva as vozes que formam esse ensino, que existem maneiras de dizer sobre os conteúdos e de como ele chega até o aluno, o que cada agente desse processo afirma e defende e o que acaba acontecendo no sentido prático tanto sobre a composição do currículo como a assimilação por parte dos alunos.

Um item claro, que inclusive acontece com boa parte dos alunos, é a busca de uma linha teórica ou ideologia de seu professor, modulando, dessa forma, seu discurso nas atividades e avaliações de uma forma que lhe garanta uma melhor visão do professor sobre seu trabalho. Muitas vezes o que nossos alunos escrevem e defendem é apenas feito para a pessoa do professor, não havendo uma problematização ou reflexão realizada propriamente pelo educando.

Nessa mesma linha recorreremos a Tomaz T. da Silva que faz considerações sobre o currículo e as ações dos docentes sobre ele. Silva considera que o caminho que percorre o ensino é composto pela linguagem e o processo de transformar o que está escrito numa aula, ou seja, a ação docente ganha muitas possibilidades por meio da função linguística, uma ação pode se transformar, ou até mesmo ganhar significados distintos daquilo que antes se havia sido pensado.

A produtividade das práticas de significação é função, entre outras coisas, do caráter indeterminado, aberto, incerto, incontido da atividade lingüística, da atividade de produção de sentido. Se o processo de significação girasse sempre em torno dos mesmos significados e se os significados fossem fixos, se as marcas lingüísticas que utilizamos estivessem vinculadas a significantes, apontariam para significados unívocos, certos, singulares. (SILVA, 2001, p.20)

A essa ideia é atribuído o conceito de currículo oculto, ou seja, mesmo tendo um significado, uma estruturação na composição do currículo, o professor no agir da sala de aula consegue mudar a sua aula, e, se quiser, é possível inclusive modificar por completo o que esteja definido na escrita sem alterar ou acrescentar nada. Isso é possível, segundo Silva, por meio da variação linguística, que transmite o saber presente no currículo que está estático, frio podendo gerar outras interpretações.

Sobre o que seria um currículo e sua função podemos citar o trabalho que discute a relação do currículo com a história e a teoria, trata-se de um texto de Ivor F. Goodson intitulado “Currículo: Teoria e História”, e sobre a função do currículo o autor pondera:

O currículo escrito não passa de um testemunho visível, público e sujeito a mudanças, uma lógica que se escolhe para mediante sua retórica, legitimar uma escolarização [...] enquanto o currículo escrito estabelece a lógica e a retórica da matéria, o que aparece é apenas o aspecto mais tangível, abrangendo padronização de recursos. (GOODSON, 1995, p.21)

Goodson, que é traduzido por Tomaz Tadeu da Silva, reflete que a ação do docente não está intrinsecamente ligada ao currículo, aliás, observa o currículo como um agente burocrático de certa forma, pois trata o currículo

escrito como um simples documento de padronização de recursos. Dessa forma entendemos que a atuação do professor frente aos questionamentos realizados por grupos como MBL e o Brasil paralelo necessita cada vez de uma atuação de agente transformador, deixar o aspecto de detentor do conhecimento para se tornar alguém que possa interagir o ensino de história.

Para responder a isso vamos nos valer de Lana Mara de Castro Siman, que enxerga o professor como um mediador, ou seja, uma pessoa responsável em trabalhar os assuntos relativos a disciplina de história de uma forma que seja possível aproveitar esse conhecimento que o aluno possui previamente para assim poder construir seu entendimento sobre as relações do passado.

Para que o ensino de História, todavia, seja levado a bom termo, ao longo de todo o ensino fundamental, torna-se necessário que o professor inclua, como parte construtiva do processo ensino aprendizagem, a presença de outros mediadores culturais, como objetos da cultura, material, visual ou simbólica, que ancorados nos procedimentos de produção do conhecimento histórico possibilitarão a construção do conhecimento pelos alunos, tornando possível “imaginar”, reconstruir o não vivido diretamente, por meio de variadas fontes documentais. (SIMAN, 2004, p.88)

Esse conceito de imaginar apresentado pela autora talvez seja o laboratório de atuação máxima desse historiador dentro da sala de aula, poder estabelecer uma relação com o presente, com o contato cultural do aluno fazendo com que esse aluno tenha condições de criar formas de entendimento sobre uma determinada época, sobre como estabelecer esses diálogos com o passado e como não cometer julgamentos que tendem ao anacronismo. A mediação cultural perpassa o que qualquer atitude de um manual que tente cristalizar um conteúdo e o currículo ganha vida, pois essa mediação trata de uma relação de troca entre a figura do docente e do aluno.

Atualmente, o que o recém-graduado em história acaba encontrando como realidade profissional é um ambiente escolar formado na grande maioria por uma sala, lousa de giz para anotações à frente, com os lugares dos alunos posicionados e organizados um atrás do outro. Esse ambiente, apesar de comum aos olhos dessa atual sociedade, é uma herança de uma tradição

escolar com raízes medievais e composição moderna que se manteve até os dias de hoje.

Depois de nos focar no espaço físico que corresponde à escola, e antes de entrar em outras discussões, vamos voltar nossos olhos àqueles que são os sujeitos principais do processo educacional: os alunos. Na grande maioria das vezes pensamos nos jovens do ensino regular os quais a maior porcentagem diz que não gostam ou até mesmo odeiam ter que aprender história. Aqueles que se julgam incapazes de “decorar” o conteúdo acabam inventando as mais criativas formas de “cola”, a fim de conseguirem aprovações nas provas e, assim, da forma mais rápida possível, jogarem seus cadernos de anotações e fazer questão de esquecer toda essa “chatice” o mais rápido possível. Talvez essas linhas que você acabou de ler possam lhe soar como mais um desabafo de um profissional da educação, mas essas seriam atitudes inerentes à condição ou natureza do aluno? Ou seria somente um fenômeno ligado a prática do ensino de História?

Tais questionamentos não são respondidos de uma forma precisa e focada, nem será simples encontrar uma fórmula que motive o aluno a aprender história já que o jovem em idade escolar vive a pós-modernidade¹⁸⁸ enquanto a nossa estrutura educacional, da formação dos professores na universidade, o currículo e até mesmo a estrutura física da escola são instituições modernas.

MBL e Brasil Paralelo na Perspectiva do Ensino

O movimento do Brasil Livre surgiu no meio de um período de lutas sociais no país. Depois de muita emoção em disputas após 2013, existe uma ampla gama de possibilidades políticas para a ocorrência de adesões e projetos controversos antagônicos. Nesse cenário, as chances aparecem como uma inovação em agendas políticas sobre uma orientação conservadora que tenta romper com a lógica de uma agenda do governo nacional sobre o alinhamento ideológico com a esquerda política. Aqui, o conservadorismo é

¹⁸⁸Quando usamos o termo pós-modernidade estamos usando os conceitos propostos por Zigmunt *Bauman*, principalmente as obra “A sociedade Individualizada (2001)” e “A sociedade Líquida”.(2008)

observado pelo conceito de Oakeshott (2014) da ideia de gerenciar um governo com atividade limitada, que é fornecer as regras gerais de conduta como uma ferramenta para que os indivíduos busquem seu mínimo risco de frustração de metas individuais com objetivos gerais. As manifestações de grupos ligados ao direito político no Brasil não são novas para a sociedade, mas nunca alcançaram o reconhecimento de tantos estrangeiros individuais como em 2014-2016. Após Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015) na cidade de São Paulo, na última década, surgiram pequenos grupos que foram articulados com diretrizes para a articulação polêmica no contexto do direito político. A situação pública de tais grupos coincide com a liderança política nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

O ressurgimento deste conservadorismo no Brasil, o novo modo de se envolver em polêmicas políticas, tem sido fortemente observado nos movimentos sociais que se formaram desde 2013 e na fusão política do resultado das eleições presidenciais de 2014. O discurso associado ao liberalismo econômico, com a redução da intervenção estatal na esfera socioeconômica, segue na redoma de um fundo conservador. A tentativa de dissociar a imagem do novo direito conservador do direito antigo no contexto do regime totalitário (CODATO, BOLOGNESI, ROEDER, 2015), no entanto, foi realizada através de um discurso sobre a liberdade individual que justifica o aspecto liberal.

Esses novos atores, como MBL. Em alguns momentos de 2013, em meio às manifestações em curso, em breve o grito de algum ator único na multidão deslocou. Os gritos de "fora PT" e "fora Dilma" em conexão com as manifestações contra o aumento dos transportes públicos marcaram a aparição pública de um pequeno movimento desses novos atores na política de litígios brasileiros (TATAGIBA, TRINDADE, TEIXEIRA, 2015). É importante sublinhar que, neste contexto da política brasileira de resolução de litígios, os movimentos sociais que estavam em confronto político não se baseavam em agendas que incluíssem o direito político, o Levy da Juventude Popular, o bloqueio de Transporte Público eo Movimento de Passagem Livre As estradas foram associadas à redução ou isenção das tarifas de transporte público.

O Brasil Paralelo é um site organizado por ativistas políticos do Porto Alegre, produzem um conteúdo independente e se auto intitulam membros da direita alinhados com o liberalismo econômico. Juntamente com outros grupos, foi uma referência no ativismo político digital produziram e publicaram obras audiovisuais, principalmente em um formato documental. Segundo sua própria divulgação o site busca contribuir para a melhoria da educação brasileira, especialmente na formação da política e da história, sempre destacam que suas produções não sofrem influência do que chamam de Marxismo Cultural, sem a manipulação da esquerda que prevalece nas universidades brasileiras.

Entre os trabalhos do Brasil Paralelo está um documentário sobre o Impeachment de Dilma Rousseff, que ocorreu em 2016 para contrariar a corrente que entende de que o processo foi um golpe, em direção a um estado voltado a perspectiva neoliberal. Os vários filmes disponíveis no site incluem a participação de políticos, cientistas políticos, analistas políticos, economistas, jornalistas e outros formadores de opinião coletivamente designados como "Congresso Paralelo do Brasil".

O Brasil Paralelo vende assinaturas e segundo sua própria divulgação teria alcançado milhares para acessar seu conteúdo que eles produzem. O primeiro episódio disponível na plataforma de vídeos *Youtube* teve cerca de 1,5 milhão de acessos. O documentário, que eles intitulam como um "Curso de História do Brasil" divulgado como uma boa formação para ter boas argumentações contra sindicalistas, professores de história esquerdistas, feministas...

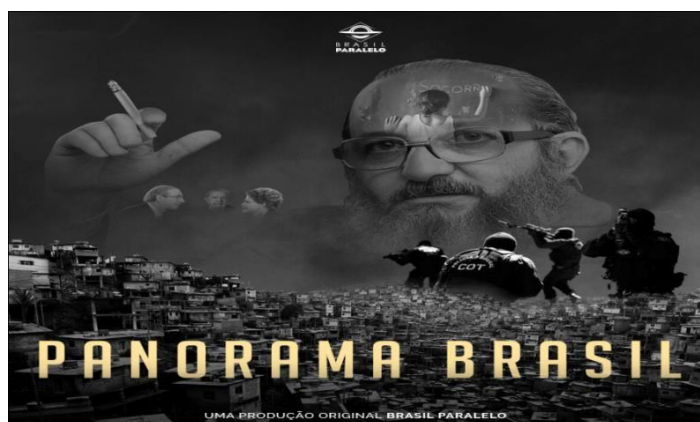


Imagem 1: Cartaz de divulgação do 1º episódio, disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/211950726193010521/> acesso em 27/10/2017

Possuem um discurso revisionista, a todo instante usam expressões do tipo: você terá a verdade, vamos apresentar a história do Brasil que esconderam de você por décadas. Apesar do próprio site se colocar como um instrumento ligado a proposta do liberalismo econômico, há uma construção cheia de antagonismo. Para sustentar seus argumentos chamam “autoridades” de diversas espaços e áreas do conhecimento e nos depoimentos o dito liberalismo soma-se a aspectos políticos conservadores e monarquistas. Entre os mais de 88 entrevistado, destacamos os que se auto intitulam historiadores, mesmo sem estar associada a qualquer universidade e muitas vezes não possuem formação na graduação e pós graduação. Abaixo deixamos um quadro com a descrição dos “historiadores” que está disponível no próprio site do Brasil Paralelo.¹⁸⁹

VALDIRENE AMBIEL - ARQUEÓLOGA E HISTORIADORA

Valdirene é graduada em Licenciatura Plena História pelo Centro Universitário Assunção. Possui conhecimentos na área de Arqueologia, tendo participado de escavações na capela interna do Mosteiro da Luz em São Paulo, pesquisas históricas sobre a Ordem das Irmãs Concepcionistas. Atualmente, é aluna do mestrado em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP).

RAFAEL NOGUEIRA - PROFESSOR DE HISTÓRIA E PESQUISADOR

Aluno de Olavo de Carvalho há dez anos, Rafael Nogueira é formado em filosofia e Direito pela Universidade Católica de Santos e pós-graduado em Educação. Tem experiência em sala de aula como professor de História, Filosofia e Sociologia para o Ensino Fundamental, Médio e Superior. É pesquisador de História do Brasil, sobretudo da história do Império, com foco na biografia de José Bonifácio de Andrada e Silva. Há mais de dez anos, Rafael promove cursos independentes (presenciais e à distância) sobre filosofia, literatura e história. Criou um método de ensino e leitura que desmistifica os livros clássicos chamado "Ciclo de Estudos Clássicos".

ALBERTO V. DA COSTA E SILVA - EMBAIXADOR E HISTORIADOR

Alberto Vasconcellos da Costa e Silva é formado pelo Instituto Rio Branco, e foi diplomata em Lisboa, Caracas, Washington, Madrid e Roma, antes de ser embaixador na Nigéria, no Benim, em Portugal, na Colômbia e no Paraguai. Foi eleito para a cadeira 9 da Academia Brasileira de Letras, em 27 de julho de 2000. Foi presidente da entidade nos anos de 2002 e 2003. Em 2004 foi escolhido pela União Brasileira de Escritores (UBE) como o "Intelectual do Ano". É diplomata, poeta, ensaísta, memorialista e historiador, membro da Academia Brasileira de Letras e atual orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além disso, é acadêmico correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

¹⁸⁹Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/home/> acesso em 27/10/2017

CLÉBER EDUARDO – FILÓSOFO, TEÓLOGO E HISTORIADOR

Padre Cléber se especializou em Direito Canônico (Processo Matrimonial) na PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), em Filosofia Medieval pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal), possui doutorado em Filosofia, cursou mestrado em Teologia e se especializou em Paleografia latina no Mediaevalium Studiorum Diploma Europense (Roma). Foi professor visitante na Pontifícia Universidad Católica del Perú, atuou como professor na UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), no IDC (Instituto de Desenvolvimento Cultural/ Porto Alegre) e em universidades européias. Suas publicações e conferências desenvolvem os temas relacionados à Filosofia, Teologia, História da Igreja e História do pensamento latino-americano.

JORGE CALDEIRA -HISTORIADOR, ESCRITOR E JORNALISTA

Jorge Caldeira é graduado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo. Além disso, é mestre em Sociologia e doutor em Ciência Política. Atualmente, é sócio-fundador e Diretor da Mameluco Produções Artísticas, profissional da área jornalística e editorial, e ocupa a cadeira nº 18 da Academia Paulista de Letras. Foi publisher da Revista Bravo!, consultor do Projeto Brasil 500 Anos, da Rede Globo, editor-executivo da Revista Exame, editor do Caderno Ilustrada e da Revista da Folha, do jornal Folha de S. Paulo, editor de economia da Revista Isto É e editor da Revista do Cebrap. Caldeira e a Mameluco Produções foram responsáveis pela digitalização da obra completa de José Bonifácio, disponível no portal Obra Bonifácio. Também é autor do best seller Mauá: um empresário do Império, publicado pela Companhia das Letras.

THOMAS GIULLIANO - PROFESSOR DE HISTÓRIA E PESQUISADOR

Thomas Giuliano ultrapassou as barreiras físicas da sala de aula. Hoje vem ensinando a história brasileira sem revisionismos via internet para milhares de alunos através dos portais "A Civilização Ocidental" e "História Expressa." Thomas acha a divergência humana benéfica para a saúde, respeita a singularidade do direito à escolha própria dos indivíduos e antipatiza com qualquer tipo de doutrinação ideológica. Formado em História pela PUCRS, coordenador do livro "Desconstruindo Paulo Freire", mantenedor do site historiaexpressa.com.br, professor dos cursos "Em torno de Nabuco", "Gilberto Freyre: vida, forma e cor" e o "Brasil segundo Machado de Assis", palestrante bimestral da Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul, pesquisador autodidata.

Esse artigo trata-se dos aspectos iniciais de pesquisa sobre essa relação entre o MBL, na qual faz ampla divulgação de conteúdos do Brasil paralelo e a concepção de trazer uma nova história do Brasil, fica claro que o ensino de história é um importante lugar de disputa ao imaginar a política vigente ou ao imaginarmos as perspectivas dos projetos políticos que se projetam.

O que nos chama a atenção, é como se utilizam do discurso político do liberalismo econômico, do conservadorismo para desacreditar toda a produção historiográfica brasileira, considerando-a como "infectada" pela esquerda, e

assim considerada indigna para a compreensão. Outro fator é como utilizam-se de uma perspectiva de ensino que apesar de uma roupagem moderna, por usar a linguagem cinematográfica (e ter uma perspectiva de verdade por ser um documentário), ainda se sustenta em conceitos historiográficos já superados pela academia como o conceito de uma única história que seria verdadeira.

Referências:

ALONSO, Angela. **Repertórios segundo Charles Tilly**. Sociologia e Antropologia, v. 02.03:21 – 41, 2012.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____, Z. **A sociedade individualizada. Vidas Contadas e histórias vividas**. Tradução José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda. Razões e significados de uma distinção política**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Fundação Editora da Unesp, 2º edição, 1995.

_____, MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Editora UNB, 13a edição, 2007.

CODATO, Adriano. BOLOGNESI, Bruno. ROEDER, Karolina Mattos. **A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral no campo conservador. Direita Volver!** Fundação Perseu Abramo, 2015.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431 – 441, Maio/Ago. 2016.

_____. Manifestações de protestos nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125 – 146, jan./abr. 2016.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e História**. Petrópolis: Vozes, 1995
Tradução de Tomaz Tadeu da Silva.

OAKESHOTT, Michael. **Ser conservador**. Tradução Rafael Borges. Gabinete de Estudos Gonçalo Borgonha, 2014. Disponível em: <<http://portalconservador.com/livros/Michael-Oakeshott-Ser-Conservador.pdf>>. Acesso em: 20/09/2017.

SACRISTAN, J. G. e GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o Ensino**. Porto Alegre, Artmed: 2000.

SILVA, Marcelo Kunrath. PEREIRA, Matheus Mazzilli. SILVA, Camila Farias da. **As raízes do ativismo reacionário contemporâneo no Rio Grande do Sul: as manifestações públicas dos empresários e profissionais liberais gaúchos, 1970 – 2010**. 40º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, 2016. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st13-7/10270-as-raizes-do-ativismo-reacionario-contemporaneo-no-rio-grande-do-sul-as-manifestacoes-publicas-de-empresarios-e-profissionais-liberais-gauchos-1970-2010/file>>. Acesso em: 15/03/2017.

SILVA, Tomaz T. da. **O currículo como fetiche**. B.H.: Autentica, 2001.

SIMAN, Lana Mara de Castro. O papel dos mediadores culturais e da ação mediadora do professor no processo de construção do conhecimento histórico pelos alunos.in: **Ensino de história e educação**. Ijuí: Unijuí, p. 81-107, 2004.

TATAGIBA, Luciana. TRINDADE, Thiago. TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Protestos à Direita no Brasil (2007 – 2015). Direita Volver!** Fundação Perseu Abramo, 2015.



A TESE DA POLÍTICA DE ERRADICAÇÃO DOS MILITARES E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: TRANSES, TRÂNSITOS E TENSÕES

Dirceu Casa Grande Junior
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/ Assis-SP

Resumo: No dia 15 de setembro de 2017, o General Antonio Hamilton Mourão, Secretário de Economia e Finanças do Exército brasileiro, declarou solenemente em uma palestra realizada na sede da loja maçônica Grande Oriente, em Brasília-DF, que “o Exército poderá intervir caso as instituições não solucionem os problemas políticos e institucionais que o país enfrenta atualmente”. Para o general, “o Judiciário deve retirar da vida pública todos os políticos envolvidos em ilícitos, ou então, o Exército terá que impor isso”. O estudo das intervenções militares no Brasil, como um desdobramento do estudo das relações entre civis e militares foi abordado por Edmundo Campos Coelho (1939-2001) em sua obra, *“Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira”* (1976). Nesse trabalho, o autor utilizou uma série de conceitos sociológicos para explicar a formação da identidade e o comportamento do Exército na História do Brasil afirmando que, da independência até a Revolução de 1930 a organização militar sofreu um intenso e violento processo de erradicação pela elite política civil, o que culminou com sucessivas intervenções militares na política. O Exército brasileiro é uma instituição especializada na administração e aplicação da violência, braço armado do Estado para defesa territorial, segurança nacional e preparação da nação para a guerra. O Exército do General Mourão transcende suas especialidades e configura-se como força política autônoma, sempre disposta a intervir na política – com suas visões, valores e ideologias – para regenerá-la e livrar o país de pessoas ineficientes e corruptas. O Brasil do século XXI não possui instituições políticas e de Estado suficientemente fortes para propor à sociedade ações que viabilizem a dignidade e o bem estar, que atendam demandas genuinamente sociais com amplitude para alcançar todas os indivíduos de modo igualitário e que permitam às pessoas viver e se expressar livremente. Por conta disso, nossas instituições políticas e democráticas não são capazes de impedir que, de tempos em tempos, organizações especializadas de todos os tipos e segmentos tomem de assalto o poder, imponham suas visões e estabeleçam governos autoritários, ou

mesmo, cruéis. Edmundo aborda questões políticas e descreve as relações entre civis e militares na História do Brasil com a objetividade e a coerência de um pesquisador sério, responsável e honesto. O objetivo desse trabalho é analisar a tese da política de erradicação dos militares pela elite civil, proposta por Edmundo Campos Coelho, considerando seus transes e trânsitos, bem como, as tensões que se estabelecem mediante o confronto com novas perspectivas e fontes.

Palavras-chave: Brasil, Império, Política, Militares, Erradicação.

Transes, trânsitos e tensões: os militares e a política

O Brasil atravessa hoje uma das crises políticas mais tensas de sua História. Os partidos políticos brasileiros e seus representantes mais importantes estão presos ou respondendo a processos judiciais por crimes de corrupção passiva, fraudes, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, peculato, caixa dois para compra de votos e obtenção de apoio político, além de uma infinidade de outros crimes cometidos contra o patrimônio público e a sociedade. Malas de dinheiro pertencentes a empresários e políticos foram descobertas recentemente em investigações da Polícia Federal. Conversas gravadas em escutas telefônicas autorizadas pela justiça revelam os meandros de atividades ilegais que surpreenderam os criminosos em ilicitudes de todos os tipos. O Presidente da República, implicado em investigações e processos criminais, tenta conter avalanches de denúncias com negociatas e acordos costurados em reuniões e encontros “fora da agenda”. Grandes quantidades de dinheiro público são literalmente jorrados sobre deputados e senadores para que eles ajudem a barrar a estrondosa carga de acusações contra o chefe do Executivo, seus ministros e uma centena de apoiadores e operadores. Estrategicamente, os juízes do Supremo Tribunal Federal trabalham com extrema cautela para validar parte das denúncias mas, também, para arquivar sorrateiramente outras. Enquanto isso, nos andares de baixo do Judiciário, a primeira e a segunda instâncias da Justiça Federal impõem aos julgados pesadas penas de prisão.

Em meio a esse emaranhado complexo de denúncias, investigações, prisões, liberações e arquivamentos, a sensação de impunidade persiste. As pessoas comuns, isto é, aquelas que não estão diretamente ligadas ao poder,

debatem ativamente os assuntos com bastante interesse. Mas, a percepção geral conduz os atentos expectadores à certeza de que tudo, ou quase tudo, ficará sem julgamento. Os crimes poderão prescrever nas gavetas dos tribunais ou os denunciados serão inocentados mediante o emprego de artifícios jurídico-legais de domínio exclusivo de bacharéis e magistrados.

Para complicar o quadro desastroso, a grande imprensa, diretamente implicada em parte importante desses ilícitos e comprometida com projetos políticos altamente suspeitos, deturpa diariamente a realidade pelo mecanismo da seletividade, transformando situações bastante claras em confusões generalizadas com o intuito de iludir ou desviar o foco dos problemas mais importantes. Para isso, apelam aos jornalistas e intelectuais homologados pelo poder para tentar dirigir a opinião pública. De igual modo, notícias falsas produzidas indiscriminadamente por grupos político-partidários e suas organizações obscuras, perturbam ainda mais um ambiente que já se encontra bastante deteriorado. Nas redes sociais, um vasto território virtual sem qualquer tipo de regulação, grupos de diferentes inclinações políticas e ideológicas discutem fervorosamente todas essas questões e situações. Uns, de modo racional e coerente, outros, pregando o ódio e defendendo a repressão violenta e arbitrária. Entre esses últimos, estão os que defendem a intervenção das Forças Armadas na política.

O contexto, que já se encontra absurdamente conturbado, foi sacudido recentemente quando um dos mais importantes integrantes do Exército Brasileiro, o General Antonio Hamilton Mourão, Secretário de Economia e Finanças da instituição fez um pronunciamento que gerou polêmica. Em resposta a uma questão que lhe foi dirigida após discurso proferido em uma das instituições mais poderosas e conservadoras do país, a Loja Maçônica Grande Oriente de Brasília-DF, no dia 15 de setembro do corrente ano, o oficial advogou em favor de uma “solução militar para o país”, caso o judiciário e a sociedade civil não retirem da vida pública todos aqueles que estão envolvidos em casos de corrupção na política.

O pronunciamento revelou no éthos do pensamento militar brasileiro dos dias atuais, permanências ideológicas que remontam os períodos que antecederam a Ditadura de 1964. São valores e princípios, teoricamente orientados por um modelo moral positivo e elevado, os quais prescrevem que,

de tempos em tempos, os militares são obrigados a intervir na política para regenerar a Nação e livrá-la dos sujeitos maus. Nessas ocasiões, o esforço dos militares passa necessariamente pela missão de impor à sociedade civil, padrões de conduta típicos dos soldados, invariavelmente íntegros e disciplinados. Diante disso, é possível avaliar em parte, como e porque determinadas instituições especializadas realizam deliberadamente intervenções na vida política de um país. É a partir de imagens que esses indivíduos e grupos elaboram de si mesmos, de seus atributos, valores e missões que estes se sentem aptos para o exercício da intervenção e da política, as quais materializam-se na imposição de visões e projetos de viés invariavelmente autoritário.

Edmundo Campos Coelho, publicou em 1976 uma de suas mais importantes obras: *Em Busca da Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. O texto, inovador e ao mesmo tempo perturbador, adotou como objeto a trajetória histórico-institucional do Exército e a formação da identidade militar como o fios condutores para explicar as intervenções militares na política. Em uma interpretação histórica que remonta os tempos da Independência e passa sistematicamente pelos grandes eventos nacionais, como por exemplo, a Guerra da Tríplice Aliança e a Questão Militar, a Proclamação da República e o governo dos coronéis, a Revolução de 1930 e a Ditadura Vargas, até o movimento de 1964 e seus desdobramentos, Coelho descreveu as complicadas teias sobre as quais se erguem as representações, atitudes e práticas mais peculiares da organização militar e de alguns de seus integrantes.

Esse trabalho tem como objetivo explorar os aspectos mais relevantes da tese de Coelho, discutindo trânsitos e tensões, desde sua apresentação até a sua recepção pela historiografia nacional. Cumpre ainda, em meio ao transe sociocultural de nossos dias, identificar as angústias e aflições, as perdas e renúncias, as sensações e atitudes que revelam a atualidade do texto e sua relação com os vertiginosos apelos pela intervenção militar na política do Brasil na atualidade.

Trânsitos e tensões: a Tese da Política de Erradicação dos Militares

A Tese da Política de Erradicação dos Militares pela elite política civil produziu efeitos bastante significativos na História do Brasil. No livro *Em Busca da Identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira* (1976), Coelho descreveu a trajetória histórico-institucional do Exército desde a Proclamação da Independência até o movimento de 1964. O fio condutor dessa perspectiva está, entre outros aspectos, na formação da identidade militar a partir de uma abordagem investigativa de viés organizacional. Para Coelho, as Forças Armadas são organizações fechadas e complexas, capazes de elaborar suas próprias referências e criar as próprias demandas segundo interesses corporativos muito peculiares. No caso do Exército, Coelho entende que essas referências e demandas foram criadas a partir de eventos históricos bastante específicos, cujas bases se encontram na política de erradicação dos militares pela elite civil e liberal. Conforme explicou Coelho,

O que Huntington chamou de política de erradicação descreve com propriedade as atitudes básicas e o comportamento da elite política civil brasileira com relação ao Exército até a Revolução de 1930. A forma particularmente violenta de que se revestiu esta política durante o Primeiro Império apenas acentua a natureza mais dissimulada de suas manifestações no Segundo Império e na República. Sem perda de eficácia, a política de erradicação evoluiu da hostilidade aberta para formas mais prudentes de marginalização do Exército, no Segundo Império, e de cooptação da liderança militar, na República Velha (COELHO, 1976, p. 49).

Esse trecho do trabalho indica a principal referência teórico- metodológica de Coelho, o cientista político norte-americano Samuel P. Huntington. Na sequência, o autor apresenta o conceito sociológico que utilizou para analisar as relações entre civis e militares – a *erradicação*. Mais adiante, Coelho descreve a trajetória histórico-institucional do Exército que, de acordo com o autor, evoluiu da hostilidade e da marginalização para a cooptação das lideranças militares pelos grupos governantes. Existe, aliás, uma metáfora para representar a trajetória histórica da instituição. De acordo com ela, o Exército é como uma criança que foi severamente maltratada em sua infância por seus pais adotivos – o governo Imperial. Ao crescer e se tornar adulto, vingou-se dos

maus tratos impondo aos pais e a sociedade, um jugo bastante duro – o Regime Militar.

No livro de Samuel P. Huntington, *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*, publicado pela primeira vez em 1957, o autor analisou várias questões sobre as Forças Armadas com foco na História das relações entre civis e militares e a participação dos militares na política em três sociedades bastante diferentes, a Prússia, o Japão e os Estados Unidos. No caso dos Estados Unidos, boa parte das discussões estão balizadas no que Huntington denominou, *constante histórica e ideológica*, a partir da qual afirmou existir grande hostilidade contra o profissionalismo militar pela sociedade civil e liberal.

Huntington afirmou que a ideologia dominante entre os norte-americanos é o liberalismo. Contudo, a Constituição da Nação, é fundamentalmente conservadora e foi orientada, entre outros elementos, pelo temor de que o poder político pudesse ficar concentrado nas mãos de um grupo ou organização. Para o autor, a ortodoxia liberal e a dispersão do poder entre numerosas unidades governamentais, resultado da combinação entre o liberalismo e o conservadorismo que orientou os próceres da Nação, impôs aos militares um rígido controle civil. De um lado, esse mecanismo barrou o avanço militar sobre a política e, de outro, retardou a profissionalização dos militares norte-americanos enquanto, na Europa, ela já estava consolidada (Huntington, 2016, p. 169).

Do Exército Continental que lutou e venceu as batalhas pela Independência, restaram apenas 80 vigias em 1784, responsáveis pela guarda dos depósitos de Fort Pitt e West Point. Em contrapartida, o Congresso ordenou aos estados que fornecessem homens para a formação de 700 milícias de cidadãos-soldados para defender as fronteiras do oeste. Mais tarde, em 1915, mesmo diante da necessidade inadiável de participar de um conflito armado sem precedentes em sua história, a Primeira Guerra Mundial, os norte-americanos receavam organizar forças militares profissionais e permanentes. Segundo Huntington, são pontos básicos da mentalidade política nos Estados Unidos: o domínio exercido pelos liberais desde a Independência até a primeira metade do século XX e a hostilidade desses grupos em relação aos militares.

“O liberalismo não compreende as instituições militares nem a função militar”, constatou (2016, p. 171).

Com poucas variações, Coelho aplicou a mesma dinâmica e parte importante dos conceitos utilizados por Huntington para explicar as relações entre civis e militares no Brasil. Com base na *constante ideológica* de Huntington, Coelho explicou as relações entre a sociedade e os quartéis, bem como, as intervenções dos militares na política. O primeiro ponto de apoio da tese da erradicação foi justamente a ideia da repulsa ou ojeriza dos liberais brasileiros contra Exércitos profissionais e permanentes. O autor utilizou inúmeros pronunciamentos de parlamentares liberais, reunidos na Assembleia Nacional em 1823 e dirigidos contra o Exército para fundamentar a versão erradicadora. Coelho enxergou na redução dos efetivos militares e na diminuição dos recursos financeiros destinados ao Ministério da Guerra, a vitória do empenho liberal para licenciar as forças regulares. Nesse contexto, a criação da Guarda Nacional em 1831 serviu como argumento suficiente para consagrar o êxito liberal. Munido da fórmula: indiferença civil, redução dos efetivos e criação das milícias cidadãos, Coelho criou a tese da política de erradicação dos militares pela elite civil.

A perspectiva de Coelho aliás, transitou sem grandes obstáculos pela historiografia brasileira. Isso pois, a visão de que os militares foram sumariamente afastados da cena política ou sistematicamente contidos pelos civis, já era bastante forte quando Coelho propôs sua tese. Muitas análises sobre as relações entre civis e militares no Brasil, suas funções e as intervenções na política assumiram a perspectiva erradicadora sem grandes embaraços. Salvo alguns trabalhos e críticas pouco contundentes, a tese foi acolhida por inúmeros pesquisadores da História Militar e do Brasil sem maiores tensões. Contestações mais incisivas vão ocorrer somente a partir do final da década de 1990, quando a versão erradicadora passou a ser avaliada com maior atenção e discutida com mais cuidado.

Entre transes e tensões: as relações entre civis e militares no Brasil

Embora novas pesquisas tenham contribuído para registrar as inconsistências da versão erradicadora, sobretudo quando tratamos das

relações entre civis e militares no período de formação e consolidação do Estado no Brasil, em meados do século XIX, o texto de Coelho continua importante em vários pontos. Ele estabeleceu por exemplo, tensões significativas com os adeptos das teorias instrumentais, opondo-lhes a visão organizacional. O autor defendeu que as intervenções militares não partiram das premissas usuais de que as Forças Armadas são instrumentos das classes senhoriais, nem tão pouco de que os militares são os representantes fardados das classes médias cartoriais.

Para Coelho, os militares não atuaram na política nacional sob as ordens de representantes dos setores dominantes da sociedade brasileira como os latifundiários, comerciantes e industriais, dos bacharéis ilustrados ou das classes médias. O poder militar nunca foi um fator do poder civil, nem produto das relações de classes. A polarização maniqueísta dos paradigmas baseados nos conflitos de classes contribuiu, no Brasil, para a formação das concepções instrumentais. A polarização radical deturpou o estudo das relações entre civis e militares no Brasil, constituindo-se a maneira mais fácil de explicar cenários complexos, convencer pessoas, criar inimigos, exercer o poder etc. Entretanto, é possível afirmar que, tanto em 1889, quanto em 1930 e 1964, as Forças Armadas não permitiram que a ingerência civil ditasse seus passos ou determinasse suas ações. Em nenhum desses momentos os militares atenderam, sem questionar, os clamores de uma categoria social ou mesmo da opinião pública, que o General Castelo Branco chamou, aliás, de “vivandeiras alvoroçadas”. Na visão de Coelho, não houve em nenhum desses momentos, qualquer ator político capaz de exercer influência determinante sobre os militares, suas ações e atuações.

Se por um lado, os militares nunca se prestaram ao papel de guarda pretoriana das categorias sociais abastadas ou das classes médias cartoriais, de outro, sempre deixaram claro que não exerceriam funções de arbitragem ou a função de moderadores dos conflitos políticos. Em primeiro lugar porque normalmente não há como saber qual é o limite dos conflitos, isto é, não há como determinar o ponto em que os embates e desmandos dos civis se tornam insustentáveis. Em segundo lugar, porque os militares possuem autonomia para gerar demandas e elaborar concepções políticas e ideológicas mais coerentes com suas realidades e experiências do que busca-las fora dos

quartéis. As intervenções militares na política são, segundo Coelho, resultado da evolução dessas concepções e demandas, bem como, do fortalecimento e consolidação da organização enquanto instituição especializada em suas funções e tarefas, mas também, politicamente ativas.

Desse modo, as Forças Armadas são organizações autônomas que reúnem capacidades para definir e redefinir seus objetivos, mas principalmente, para servir-se deles. Nenhuma organização serve a objetivos, elas na verdade são servidas por eles, explicou Coelho. É justamente esse fator que determina o grau de competitividade das organizações e o êxito de seus projetos. A capacidade para elaborar com precisão os próprios interesses, combinadas às melhores condições para implementá-los é o que garante maior poder e força a uma organização. Ademais, o que prevalece é o cálculo dos ganhos e perdas que determinadas ações e movimentos podem gerar. As organizações normalmente agem prudentemente para alcançar e manter ou não serem excluídas do poder.

Coelho reconheceu e descreveu com precisão as clivagens internas e os desdobramentos dos conflitos no interior das Forças Armadas, bem como os efeitos dos influxos externos sobre a instituição. Mas, ao longo da trajetória histórico-institucional do Exército, o autor demonstrou como os militares alcançaram níveis elevados de coesão, unidade e autonomia em relação a sociedade e aos influxos dos diferentes segmentos particulares. Com isso, as demandas internas não somente aumentaram em quantidade, mas cresceram qualitativamente. A condição preliminar para a institucionalização das funções políticas que uma organização deve cumprir ou realizar é a definição de conteúdos e objetivos específicos próprios. Se em 1930 os conteúdos e objetivos não estavam plenamente constituídos, em 1964 eles já estavam suficientemente maduros (COELHO, 1976, p. 159).

Na dinâmica desenvolvida por Coelho, a trajetória histórico-institucional do Exército brasileiro teve início com a política civil de erradicação e marginalização, que se estendeu do Primeiro Reinado até a Questão Militar em 1880. Nesse intervalo, os militares se recolheram nos quartéis para concentrar-se nas atividades rotineiras da vida na caserna. Durante esse longo período, que Coelho denominou *hibernação*, os militares formaram gradualmente as bases ideológicas de sua identidade e do espírito militar, fundamentadas na

profissionalização, na disciplina, no civismo e no amor à pátria, mas também, na visão de que a sociedade alimentava forte hostilidade em relação a sua existência. A essa trajetória, Coelho acrescentou um período de alienação e cooptação da liderança militar pelos políticos civis, que ofereciam cargos e benefícios no governo aos oficiais superiores em troca de apoio político. A insatisfação dos tenentes na década de 1920 e a rebelião de 1922 ocorreram, entre outros fatores, para combater a alienação do alto oficialato e suas relações com o governo.

No período varguista, a figura prospectiva do General Góis Monteiro teria conduzido o Exército a regeneração de princípios como a disciplina, a unidade e a coesão, os quais contribuíram para a superação de clivagens entre os revolucionários e os hierarquistas das décadas passadas. Nessa esteira, ocorreu a ativação da consciência de que o Exército era uma entidade distinta da sociedade, seguida da ampliação da capacidade da força em definir os próprios valores e objetivos. Segundo Coelho, é nesse quadro que o movimento de 1964 foi efetivado pelos militares a partir de uma estrutura que se retroalimentava continuamente desde a década de 1930, sustentada pela seguinte configuração: (1) definição autônoma dos objetivos; (2) institucionalização dos objetivos; (3) aquisição de poder; (4) exercício efetivo de poder (1976, p. 169).

Na visão de Coelho, o movimento de 1964 e o Regime Militar são resultados, portanto, de um processo de amadurecimento histórico do Exército, cuja evolução teve início com a superação da política de erradicação em meados do século XX. A partir daí, lideranças militares ativaram mecanismos de construção da coesão e unidade, afirmando e reafirmando valores e visões particulares, pouco ou nada influenciadas pelos setores externos da sociedade. Construída durante décadas de amadurecimento, a solidariedade militar tornou-se orgânica, criando redes de interdependência que sedimentaram na identidade militar, elementos baseados no espírito de comunidade, na doutrina de segurança e desenvolvimento nacional, na necessidade de governos centralizados e fortes, na repressão e combate a indisciplina social dos cidadãos e do anticomunismo, entre outros. Tais fatores de convergência, emergiram no interior das Forças Armadas a partir de sucessivas crises e

etapas de amadurecimento e se estabeleceram majoritariamente pela atuação e habilidade de grupos políticos militares importantes.

Considerações Finais

Não é possível validar a tese de que a política de erradicação dos militares pelas elites civis tenha criado as condições para as intervenções militares na política no século XX. Nem tão pouco, podemos confirmar a perspectiva de que o Exército evoluiu enquanto organização ao longo de uma trajetória histórico-institucional que remonta o Primeiro Reinado. Como adverte Adriana Barreto de Souza, “O sentimento que predomina quando analisamos o Exército da primeira metade do século XIX, é de estranheza” (SOUZA, 1999, p. 27). Para a autora, um dos problemas do trabalho de Coelho é que ele realizou uma leitura retrospectiva do passado, com o objetivo de encontrar nas “origens” da instituição, as respostas para as intervenções militares na política. A adoção, aparentemente passiva dos postulados de Huntington, obrigou Coelho a escrever a História do Exército brasileiro como um processo de evolução organizacional e de amadurecimento político-institucional.

Todavia, mesmo diante dessas inconsistências, a perspectiva de Coelho, baseada na visão organizacional – caso desconsideremos a erradicação e as ideias de evolução e amadurecimento – contribuiu para a reavaliação historiográfica de diversos aspectos que costumeiramente aparecem nas versões instrumentais. As concepções instrumentalizantes e a ideia de que os militares devem promover a arbitragem ou exercer uma função de moderadores na política em tempos de crises ou graves conturbações, devem ser substituídas pelo entendimento de que as organizações militares são, antes de qualquer outra coisa, instituições especializadas na administração e na aplicação da violência. Por outro lado, os interesses políticos das Forças Armadas também são reais e, nesse sentido, são iguais às de qualquer outra instituição ou organização.

O problema das intervenções militares, segundo Huntington, é que em certos países, o sistema político-institucional é tão fraco que controle civil objetivo e as instituições que deveriam conter o predomínio de um grupo sobre demais, simplesmente não funcionam. Países onde as ações e decisões

políticas exigem consenso, legitimidade, organização, eficiência e estabilidade e possuem burocracias eficientes, partidos políticos bem organizados, graus elevados de participação popular nos assuntos públicos, sistemas variáveis de controle civil sobre os militares, extensa atividade do governo sobre a economia e procedimentos razoavelmente eficazes para regular a sucessão e controlar o conflito político (1975, p.13) conseguem, de uma forma ou de outra, minimizar ou anular anomalias como o militarismo, o clericalismo, o sindicalismo, o partidarismo, o clubismo, entres outras.

Quando elementos ideológicos tipicamente militaristas se transformam em “Razão de Estado” (BOER, 1980, p. 1), os militares extrapolam os limites de suas funções e prerrogativas negligenciando a preparação técnico-científica voltada para a defesa territorial, integridade da nação e dos cidadãos, preparação para a guerra, para interferir na política. O mesmo acontece quando partidos políticos e agentes públicos, sindicatos, universidades, igrejas, empresas, mancomunados uns com os outros ou agindo isoladamente, rompem seus limites de atuação para impor seus valores e práticas sobre o restante da sociedade. As ações de grupos específicos que, por razões diversas, se tornam hegemônicos, desequilibram radicalmente o sistema político e social, provocando severos danos ao sistema político. Nesses casos, a solução não está em medidas extremas e pontuais, como as intervenções militares, mas sim, no fortalecimento planejado das instituições políticas, na transparência dos atos, tanto públicos quanto privados, na ampliação dos espaços de participação democrática e na otimização dos instrumentos de controle e fiscalização.

Em sua obra, Coelho assinala que todas as vezes que as demandas e interesses das pessoas ou dos grupos que dirigem determinadas organizações se tornaram maiores do que as próprias organizações, estas passaram a impor aos demais membros de uma comunidade suas visões e valores. Em todas as experiências desse tipo, os governos das organizações não contribuíram para “melhorar” ou “desenvolver” a sociedade, mas para atender demandas e interesses produzidos no interior das organizações. Quando isso ocorre, fica claro que a organização não deseja ou mesmo reúne capacidades para melhorar ou corrigir falhas no sistema político, mas deseja dominá-lo. Em países onde as instituições políticas e sociais são fortes, as organizações não

são capazes de extrapolar os limites de suas especializações. Notadamente elas participam da política de maneira republicana, ou seja, exercendo suas liberdades, registrando seus anseios e expectativas, trabalhando para fortalecer suas instituições sem que isso gere prejuízos às demais e, o mais importante, nunca agem para alterar as relações de poder existentes em sua comunidade. Ao contrário, atuam para fortalecer as instituições e preservá-las. A fala do General Hamilton Mourão nos revelou que no Exército ainda existem homens que possuem uma identificação mais íntima com o mecanismo da intervenção autoritária e, por isso, preferem excluir qualquer possibilidade de participação política que privilegie as diferentes instituições existentes, o diálogo e a resolução pacífica dos conflitos.

Referências

BOER, Nicolas. Militarismo e clericalismo em mudança. 1ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. 373 p.

COELHO, Edmundo Campos. Em busca da identidade: o Exército e a Política na sociedade brasileira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. 207 p.

HUNTINGTON, Samuel P. O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares. 2ª ed. ver. atual. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016. 592 p.

HUNTINGTON, Samuel P. A Ordem Política nas sociedades em mudança. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975. 496 p.

SOUZA, Adriana Barreto de. O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. 191 p.



A TORCIDA DO LONDRINA ESPORTE CLUBE (LEC) DURANTE O CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL (1976-1982)

Oswaldo Fiorato Junior
Mestrando em História Social
(Universidade Estadual de Londrina)

Resumo. O objetivo deste trabalho é discutir a participação do Londrina Esporte Clube (LEC) durante o Campeonato Brasileiro de futebol entre os anos de 1976 a 1982. A pesquisa se origina na possibilidade de investigar aspectos correlacionados ao fenômeno do futebol na cidade de Londrina, enfocando na recepção das torcidas quanto esta participação do clube no certame. Primeiro, se faz necessário abordar os aspectos que permearam a inclusão do LEC no mais importante campeonato de futebol do Brasil. O clube vivia um bom momento dentro e fora dos gramados. Um novo grupo de dirigentes assumiu a dianteira da administração do LEC a partir da segunda metade da década de 1970. Assim, lograram alcançar novos patamares ao futebol londrinense. Além disso, suspeitamos haver uma questão política relacionada a negociação que conferiu visibilidade e importância ao LEC a nível nacional. Pois o Campeonato Brasileiro sofreu um inchaço de times dentro do contexto da ditadura militar em fins dos anos 1970. Também será nossa intenção analisar como os torcedores construíram significações diante de todo esse cenário. Já que historicamente a maior parte dos aficionados pelo futebol na cidade manteve preferência pelos grandes clubes do estado de São Paulo. Ainda, pretendemos observar, concomitantemente, como a imprensa esportiva representou o clube em suas páginas.

Palavras-chave: Londrina Esporte Clube; Futebol; Torcidas; Campeonato Brasileiro.

Introdução

Nosso interesse de pesquisa recai sobre a cidade de Londrina e suas manifestações esportivas. Recortando um pouco mais, procuraremos estudar a participação do Londrina Esporte Clube (LEC) no Campeonato Brasileiro de futebol entre os anos de 1976 a 1982. Ora, mas há muitos pormenores que possam ser extraídos da ideia apresentada na última sentença. Sabendo disso, proponhamos examinar com mais cuidado quais fatores estão ligados a essa inclusão do clube no mais importante campeonato nacional; visto que não existiam divisões de acesso, como é natural hoje.

Para lograr essa missão, não há outra alternativa senão escarafunchar acervos e documentos a fim de obter respostas às nossas questões. Todavia, também é bem sabido que, não raro, historiadores se defrontam com respostas às perguntas não feitas ao princípio, ou, dito de outro modo, são as fontes que indicam para caminhos não cogitados. Assim, as hipóteses não se confirmam, mas ao torturar nossas testemunhas, digo, nossas fontes, elas deverão responder algo. Pereira (2000) revela uma circunstância em seu trabalho, ao demonstrar como as fontes o encaminharam ao estudo do futebol nas primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro. Inicialmente pretendia pesquisar nacionalismo e carnaval carioca, mas acabou por se render ao futebol, um tema “aparentemente menos respeitável” (PEREIRA, 2000, p. 9).

Desenvolvimento

Com efeito, não nos furtamos a encontrar resultados antes não previstos, que por sinal não é um caso de exceção. Mas vamos ao ponto. A hipótese elencada é que o LEC foi incluído no campeonato via uma negociação política, envolvendo agentes da ditadura militar e governantes locais. Argumento sobre o qual iremos discorrer adiante. Outras questões nos interessam, por conseguinte. Não obstante, foi requerido à cidade e ao clube, Londrina e o LEC, um estádio de futebol capaz de abrigar grandes espetáculos ao nível das pretensões de um campeonato nacional; já que o palco das emoções londrinenses ainda era o Vitorino Gonçalves Dias (VGD), acanhado

estádio que comportava não mais que quinze mil pagantes. Surge então o Estádio do Café¹⁹⁰, construído pela prefeitura municipal, apoiado pela população, comerciantes e jornalistas. Com capacidade de público de aproximadamente cinquenta mil pessoas, é um empreendimento de saltar os olhos. Por outro lado, não é um caso estranho em nível nacional, outros tantos grandes estádios de futebol foram erguidos durante a ditadura em muitas regiões do país. Durante todo o período da ditadura militar foram construídos ou significativamente reformados cinquenta e dois estádios em todo território nacional (STEIN, 2014).

Mas pretendemos aqui observar quais as relações que torcedores estabeleceram com essa novidade, ou seja, a pergunta é se houve mudança na maneira de significar e torcer se comparada ao antigo VGD. Ainda mais, como os torcedores dos clubes paulistas, que bem possivelmente eram maioria entre os habitantes em razão de um grande número de imigrantes de São Paulo, perceberam e agiram diante das mudanças em curso? Isto é, qual a relação entre torcidas distintas e rivais ocorreu entre os torcedores do LEC e dos clubes paulistas? Não será de fácil explicação essas indagações; temos ciência. Dada a complexidade de examinar e precisar o que é o torcer, como se adere a um clube de futebol e quais os seus significados sociais. Mais um complicador, coexiste a possibilidade de manter uma primeira opção a um time de futebol, e manter simpatia, e mesmo torcer acaloradamente, por outro – pasmem os dogmáticos do futebol, para quem isso seria absurdamente observado. Isso parece ocorrer na cidade.

Por outro lado, há de considerar também que torcedores de futebol frequentemente escolhem suas agremiações por motivações sentimentais, ainda na mais tenra infância, quase sempre por influência paterna. Como aponta Franco Júnior (2007), esta escolha tende a ser eterna, salvo por exceções, um torcedor não troca de clube, como pode fazer com menos traumas em relações amorosas ou religiosas, por exemplo. Especialmente em Londrina, até a década de 1950, existiram muitos times de futebol amadores com nomes de clubes de São Paulo, o que evidencia a forte influência deste

¹⁹⁰ Hoje rebatizado como Estádio Municipal JacyScaff, este que foi um dos presidentes do LEC entre os anos de campeonato nacional.

estado na colonização da cidade. Apenas em 1956, um grande clube (LEC), este sim com representações condizentes à própria cidade, como o nome e o escudo, o qual carregava uma rama de café, grande símbolo de riqueza do município, surge para satisfazer a população que ansiava pelo futebol profissional.

Segundo uma edição especial do jornal Panorama, datada de 1976, justamente em comemoração/homenagem a inclusão do LEC no nacional, logo na introdução declaram os autores: “nesse trabalho todo, Nilson e Capucho acabaram convencidos de que o torcedor do Londrina é, antes de tudo, um corinthiano [...]” (LONDRINA... 1976, p. 2). A explicação sobre tal comparação é justificada no fanatismo que ambos mantêm com seus respectivos clubes. Entretanto, há de ser perceber que não é ao acaso a escolha do time a ser posto em analogia, porque não o Sport de Recife, duma torcida composta por aficionados imensuráveis? Por fim, mas sem ser o fim, caberia analisar como os jornalistas locais, tanto da Folha de Londrina como do Panorama, construíram suas representações do futebol nesse ínterim. No primeiro momento supomos que há uma exaltação em relação a todo o frisson que o futebol causa entre as diversas torcidas. No entanto, já em 1982, temos uma pista que nos leva a pensar sobre uma possível decadência do futebol local, e, por consequência, um distanciamento do público, já que o jornal retrata agora os torcedores como uma “geração Estádio do Café, fria como o próprio” (A FOLHA... 1982, p. 6).

Na História Cultural uma das principais questões a preocupar os pesquisadores é sobre as possíveis significações diversas dadas a determinados eventos em determinadas culturas. Isso é patente também para a História Social, quando as duas vertentes em imbricam. Para a historiadora Lara (1997, p. 26): “A existência ou não de consensos culturais, a multiplicidade e as relações entre significações diversas e em conflito” são exemplos dessa relação. Para nosso objeto, cabe analisar como significados diferentes a respeito do sentimento quanto ao Estádio do Café por parte dos torcedores do Londrina E.C. e os corinthianos, palmeirenses, santistas, são paulinos, podem ser observados. A questão colocada aqui é tentar compreender como esses diversos grupos expressaram suas apropriações e

significaram diferentemente a pertença à tal estádio. Pois, conforme depoimento do arquiteto João Bortolotti (2016), um dos envolvidos à época da construção do estádio, este serviu muito mais às pretensões dos torcedores de clubes paulistas antes dos próprios londrinenses. Segundo essa lógica, quem mais se beneficiou não foram os aficionados do LEC, estes historicamente minoria na cidade, o interesse maior residia, portanto, na possibilidade, antes custosa e rara, de grandes clubes brasileiros estarem presentes na cidade para desfrute de seus admiradores. Seguindo ainda o indício deixado pelo arquiteto, esse cenário está envolto na região Norte do Paraná, englobando cidades próximas, extrapolando, assim, as supostas pretensões municipais. Ainda na perspectiva apontada por Lara na qual reflete a pesquisadora:

Creio que um dos grandes problemas que atravessam a história cultural e social hoje em dia seja justamente o de lidar com estas relações contraditórias de consenso e dissenso, unidade e diversidade, união e conflito entre os grupos sociais e no interior dos grupos de uma sociedade (LARA, 1997, p. 28).

São esses alguns dos problemas os quais vamos nos defrontar durante a pesquisa. Porque parece um pouco nebuloso compreender como as torcidas, as quais em teses seriam rivais, podem se unir num “propósito maior”. A guisa de exemplo, no projeto de edificação de um grande estádio de futebol, aparentemente criado para os londrinenses, mas com indícios de ser aproveitado em maior parte pelos apreciadores do futebol paulista. Quando a Folha de Londrina publica uma edição especial em razão do campeonato nacional, numa das propagandas a seguinte mensagem aparece: “Se V. torce por um time do Rio, ou de São Paulo, ou do Rio Grande, decida-se. Nosso time no nacional agora é um só.” (SE V.... 1976, p. 111). Ora, então antes não se torcia por apenas um? O que sugere o jornal é justamente essa possibilidade de ser primeiramente torcedor de um clube, geralmente um paulista, mas manter uma afinidade com o LEC por uma questão de sentimento que extrapola o futebol. Nossa hipótese é que exista aí uma relação de sentimento com a própria cidade de Londrina, que por sinal dá nome ao clube. Mas quando esses dois clubes se enfrentam, para qual dos lados os torcedores penderam? União ou conflito? Nessa linha de indagações pretendemos passar

adiante das hipóteses e fundamentar argumentos. Portanto, são válidas as considerações da autora citada acima em propósito de nossa pesquisa.

Aspectos novos em pesquisas de História Cultural, como o futebol, por exemplo, só podem ser levados em conta se postos em relação com o espectro mais amplo. No nosso caso, esta afirmativa tem muita relevância, porquanto que nosso intuito é também compreender qual a relação estabelecida entre a questão da inclusão do LEC no Campeonato Brasileiro de 1976 com a dimensão política que a subjaz. Um ditado comum em tempos do crescimento vertiginoso da participação de times disputando o certame em pauta é razoável para seguirmos nossa ideia: “Onde a ARENA vai mal, um time no nacional”. A ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido político representante da ditadura militar, realmente não estava em seus melhores momentos em Londrina. A última eleição municipal antes do evento foi vencida pelo opositor José Richa, político ligado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A própria concepção de um campeonato que pudesse unificar todas as regiões do país é já uma jogada política lograda pelos militares. Antes de 1971 é um tanto complicado aplicar a ideia de campeonato nacional aos moldes do qual o LEC participou, incorrendo nos riscos de anacronismo. As estratégias políticas, porém, nos interessam muito mais no tocante à equipe do Londrina, já em meados dessa década. Possivelmente, o fator que propiciou o LEC na elite do futebol brasileiro foi essa relação conflituosa entre duas instâncias rivais pela disputa do poder. A CBD (Confederação Brasileira de Desportos)¹⁹¹ tinha a frente Heleno Nunes, homem da ditadura que manejou e negociou uma porção relevante de clubes neste campeonato, sobretudo no final da década de 1970.

Sob esses rastros, construímos a hipótese da força maior em colocar o LEC no cenário do campeonato mais importante de clubes no período enquanto uma negociação engendrada por políticos a nível local e nacional, com aspirações que ultrapassam o “simples” desejo de glórias e conquistas perspectivadas por dirigentes e torcida. No âmbito político parece que é provável estabelecer tal relação, ainda que a pesquisa exhaustiva sobre as

¹⁹¹ Instituição que deu origem a atual Confederação Brasileira de Futebol (CBF), responsável pela organização dos campeonatos a nível nacional, assim como pelas seleções brasileiras de todas as categorias, masculinas e femininas.

fontes ainda se encontra em curso, um primeiro levantamento parece indicar tal ponto de vista.

Santos (2015) analisou como se deu a criação de tal certame nacional, propondo haver interesses especialmente políticos para a conclusão do projeto. Também perspectivou o processo de incrementação exacerbada de clubes durante toda a década de 1970. Esse autor é importante para dar respaldo à nossa hipótese. Já que seus resultados apontam justamente na mesma direção: negociações visando apoio político por meio do futebol.

Sem esgotar as possibilidades de enformar nosso objeto noutros problemas, nos causa interesse conjuntamente observar como o desenrolar da participação do LEC no certame acarretou em múltiplas percepções por parte dos grupos sociais da cidade e região. Cita-se, sobremaneira, os torcedores. Nesse ponto, a tensão emergente está nas práticas e representações. Lara (1997, p. 29) discute sobre as possibilidades de conhecimento histórico assentado nos documentos. Para nós, cabe agora perguntar como os jornais representaram o LEC, sua torcida, e seu desempenho no percorrer de nosso recorte cronológico. Ora, para atingir nossos objetivos, primeiramente é necessário identificar as condições de produção dos jornais. “Conhecer os parâmetros no interior dos quais as fontes que utilizamos foram produzidas é condição primordial do trabalho do historiador” (LARA, 1997, p. 30). Algumas questões nos surgem e compreendemos que devemos nos guiar para tentar responde-las, na medida do possível. Como era produzido o jornal? Qual seu público alvo? Quem são os responsáveis pela produção? Quais as tendências e posições políticas? Qual sua periodicidade? Tarefa a ser cumprida por todo historiador que pretenda investir numa análise documental.

Considerações finais

Em vista dos problemas enunciados, podemos indicar que se trata de uma percepção calcada nas transformações históricas que está nossa atenção. De uma torcida acostumada aos pequenos públicos e aos jogos sem a dimensão grandiosa de um campeonato nacional, aos públicos recordes e ao êxtase gerado pela ascensão do LEC e de um novo estádio, o qual muito provavelmente mudou os modos de se perceber o esporte na cidade. Para o

bem ou para o mal? Acreditamos não se tratar disso, se a torcida apreciou a possibilidade de acompanhar as mudanças que trouxeram repercussão e momentos de grande euforia com todo esse movimento, também foi “fria” anos posteriores quando já não mantinha o mesmo patamar. Cabe analisar essas transformações em curso na sociedade londrinense. A cidade que na década de 1970 também passou por crises de representação do progresso é a mesma que assistiu o futebol em clima de exorbitante crescimento, porém efêmero.

Referências

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Dança dos Deuses**: futebol, sociedade e cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LARA, Silvia Hunold. História Cultural e História Social. **Diálogos**, Maringá, v. 1, n. 1, p.25-32, jan. 1997. Disponível em: <<http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=336>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania** - Uma História Social do Futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

STEIN, Leandro. **[Ditadura] Da criação do Brasileirão aos elefantes brancos, como o futebol entrou no Plano de Integração Nacional. 2014.** Disponível em: <<http://trivela.uol.com.br/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

Fontes

Acervo do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica (NDPH)

Jornais:

A FOLHA e o esporte: "... É realmente a melhor". **Folha de Londrina**. Londrina, p. 6-6. 30 abr. 1982.

LONDRINA. Do caçula ao time de hoje, quantas estórias. **Panorama**. Londrina, 25 ago. 1976. Documento, p. 2-64.

SE V. torce por um time do Rio, ou de São Paulo, ou do Rio Grande, decida-se. **Folha de Londrina**. Londrina, 29 ago. 1976. Londrina no Nacional, p. 111-111.

Acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss

Entrevista:

BORTOLOTTI, João Baptista. (Depoimento oral, 2016). Londrina: **Museu Histórico de Londrina**. Entrevista concedida a André Xavier e Osvaldo Fiorato Junior



REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES: IMAGENS E SEUS DIFERENTES PROPÓSITOS

Paulo Sérgio Micali Junior
(Mestrando em História Social/UEL)
Taiane Vanessa da Silva
(Mestranda em História Social/UEL)

Resumo. Neste artigo nós nos propomos a problematizar as relações humanas (que muitas vezes são conturbadas) para com as imagens. O tema nos parece se tornar hoje cada vez mais efervescente, portanto acreditamos ter surgido, a partir daí, um pano de fundo bastante frutífero para o estabelecimento de discussões referentes às questões da representação e da apropriação sob o ponto de vista histórico. Imagens são dados históricos, logo, representam as intencionalidades e as influências de seus autores, de seus respectivos tempos e são passíveis de (re)significação por parte daqueles que delas se apropriam. Ainda, uma vez que “imagem” é dotada de larga abrangência conceitual, buscamos pincelá-la ao passo em que analisamos alguns acontecimentos/elementos bastante diversificados e referentes às últimas duas décadas (desde desenhos animados, mostras artísticas, casos de iconoclastia até ataques terroristas como o ocorrido em 11 de setembro nos Estados Unidos) de forma a melhor compreendê-la enquanto dado historicizável. Assim o fizemos, pois as imagens servem a diferentes propósitos (como insultar, divertir e provocar) em diferentes lugares e tempos. Por fim, destacamos que elas podem ser mais ou menos significativas dependendo da forma como são empregadas e é justamente para isso que buscamos chamar a atenção do leitor.

Palavras-chave: História; Imagens; Representação; Apropriação; (Re)significação.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Introdução

“Imagem” é um termo bastante vago. Do latim *imago*, ele refere-se aquilo que representa algo e/ou alguém. Todavia, mesmo após estas explicações a nebulosidade persiste. Pois bem, destacamos que ele alude a um objeto que representa outro, sejam estes dois últimos físicos ou não. Sejam mais claros. Uma *selfie* que retrata você, leitor, é uma imagem digital sua e, por mais estranho que isso possa soar, ela lhe vale, pois remete a você, um ser composto por matéria orgânica, a partir de unidades de memória digitais conhecidas como octetos ou baites.

Agora, chamamos atenção para o seguinte ditado popular: a primeira impressão é a que fica. Bem, não nos interessa a veracidade de tal asserção, mas sim ao fato de que, da mesma forma que no caso da *selfie*, “a primeira impressão” que construímos de algo ou de alguém também é uma imagem, uma vez que é possível construir uma representação mental sobre qualquer coisa. Seja ela verdadeira ou falsa, não importa, pois ela não deixa de valer pelo objeto representado simplesmente porque sua apropriação se deu de tal ou de tal forma. A apropriação é, antes de tudo, fruto da subjetividade.

Imagens se tratam de representações, de intermediários que possibilitam o vislumbre do objeto representado aos observadores. Todavia, a complexidade dessa discussão transborda sobre ela mesma, uma vez que as formas como algo ou alguém podem ser representados – além das significações que eles representarão (ou não) – somente são mais bem compreendidas mediante o emprego de determinadas ferramentas metodológicas. No nosso caso, os estudos realizados pelos historiadores franceses Michel de Certeau (1998) e Roger Chartier (1991) relacionados, respectivamente, às questões da apropriação e da representação pareceram- nos bastante frutíferos.

Assim, ao longo do texto, nos ateremos ao relacionamento humano para com as imagens. Para sermos mais específicos, pretendemos fazê-lo por meio de imagens que podem ser interpretadas como ultrajantes e ofensivas além, é claro, de chamar a atenção para alguns casos de iconoclastia bastante sintomáticos nos quais houve, de fato, “respostas destrutivas” por parte dos observadores. Por mais “esquizofrênico” que a situação possa parecer, da

mesma forma que em uma contenda envolvendo dois seres vivos, parece haver provocações por parte de um lado e um (ou mais) contra-ataque(s) por parte de outro. Reforçamos: uma das partes é inanimada. Por que, então, “respondê-la?”. O que nos motiva, por exemplo, a destruir a fotografia de uma pessoa odiada ou aplicar bofetadas em um aparelho de televisão enquanto o time de futebol A é derrotado de forma humilhante pela equipe B? São essas as questões que problematizaremos a partir de agora.

Imagens ofensivas? Interpretações contextualizadas

Existem várias formas por meio das quais podemos acessar coisas, objetos e acontecimentos. Seja de forma verbal ou visual, suas transfigurações podem ocorrer por intermédio de representação, reprodução e inscrição que são levantados, encenados e enquadrados para exibição (MITCHELL, 2005). O contato entre algo representado e alguém pode se dar de formas diversas. No caso de fontes orais, por exemplo, é possível inferir que algo aconteceu e foi verbalizado para terceiros. Parafraseando Roger Chartier (1991), existe aí a relação entre uma imagem presente (o relato oral) e um objeto ausente (aquilo que é relatado). Novamente, salientamos que o relato e o objeto relatado não são a mesma coisa, mas, uma vez firmada a relação entre elas, associaram-se, tornando-se homólogas. Do ponto de vista do historiador, no entanto, dados contidos em uma fonte nunca sugerem verdades prontas e absolutas, mas evidências passíveis de problematizações científicas. Assim, *selfies*, relatos orais, fotografias, a impressão que é construída a partir de algo ou alguém, enfim, todas estas imagens encontram-se na condição de representações largamente influenciadas por aquele que as construiu e que, por sua vez, é ele próprio alguém influenciado pela realidade na qual se encontra. A isso damos o nome de valores. Aquele que constrói determinada imagem, portanto, o faz não de forma inocente, mas sob a influência dos valores que lhe são intrínsecos.

Seria a estátua de uma pessoa nua bem aceita em todos os cantos do Brasil? É impossível dizê-lo, já que valores não são absolutos. Talvez em certas regiões e/ou ocasiões ela possa ser apreciada do ponto de vista artístico, mas o mesmo não necessariamente vale para todos os cantos.

Repetimos: valores não são dados universais, portanto as formas como imagens são representadas e percebidas também não o são.

Falávamos sobre percepção. Antes de darmos continuidade a sua investigação, alteremos sua nomenclatura para apropriação. Assim, será mais simples de seguir a lógica de Michel de Certeau (1998). Esse autor enfatiza a necessidade de refletir sobre a suposição de uma passividade do consumo de textos escritos, de meios de comunicação, de imagens, etc. De acordo com ele, existe a ilusão de um consumo-receptáculo que não considera a forma como os consumidores se apropriam dos produtos, como se a intenção dos produtores fosse transmitida ao público sem ressignificações deste último. Entretanto, é possível substituir a ideia de “produção-consumo” por “escrita-leitura” e, assim, perceber que toda interpretação transforma o seu objeto. Em outras palavras, “[...] um sistema de signos verbais ou icônicos é uma reserva de formas que esperam do leitor o seu sentido” (CERTEAU, 1998, p.263).

O raciocínio de Michel de Certeau (1998) vai ao encontro da forma como entendemos a apropriação de imagens e, como vimos, uma imagem é uma representação e não a coisa em si, pois “[...] o acesso ao que já se passou se fará por meio de discursos e fontes documentais diversas que nos farão reimaginar o real, ou o que teria sido já imaginado” (SIMAN, 2004, p. 86). Em adição, de acordo com Myrian Sepúlveda dos Santos (2006), o ato de interpretar, não o mundo empírico, mas suas representações, não está relacionada a “criações arbitrárias” da realidade, mas a sistemas e conjuntos de representações capazes de oferecer um novo sentido envolvido por um jogo político e ideológico. E, assim, podemos dizer que uma imagem é uma representação passível de apropriações. Tanto as representações como as apropriações são envolvidas pela subjetividade de quem lê. Dessa maneira, quem se apropria – seja do mundo empírico ou de uma representação deste – constrói uma nova representação com base em suas experiências.

Quer se trate do jornal ou de Proust, o texto só tem sentido graças a seus leitores [apropriação]; muda com eles; ordena-se conforme códigos de percepção que lhe escapam. Torna-se texto somente na relação a exterioridade do leitor, por um jogo de implicações e de

astúcias entre duas espécies de “expectativa” combinadas: a que organiza um espaço *legível* (uma literalidade) e a que

organiza uma *démarche* necessária para a *efetuação* da obra (uma leitura). (CERTEAU, 1998, p.266)

A representação (o texto, a imagem, etc.), então, só faz sentido a partir do momento em que é apropriada (feita a leitura), pois “[...] uma literatura difere de outra menos pelo texto que pela maneira como é lida” (CERTEAU, 1998, p.263). De acordo com Certeau, não podemos dizer que o leitor toma o lugar do autor, pois aquele “Inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era a ‘intenção’ [deste]” (1998, p.263). Entretanto, a apropriação é circunscrita em uma relação de forças travada entre produtores e consumidores. Dessa maneira, aqueles que produzem um produto cultural acreditam que existe um sentido “literal” a ser desvendado pelo leitor. Esse sentido é o sinal e a consequência de um poder social, geralmente, exercido por uma elite.

Levanta entre o texto e seus leitores uma fronteira que para ultrapassar somente eles [a elite] entregam os passaportes, transformando a sua leitura (legítima, ela também) em uma “literalidade” ortodoxa que reduz as outras leituras (também legítimas) a ser apenas heréticas (não “conformes” ao sentido do texto) ou destituídas de sentido (entregues ao ouvido). (CERTEAU, 1998, p.267)

Assim, a manifestação das liberdades daquele que pratica a leitura é admitida apenas se forem de sujeitos autorizados – no caso da literatura por especialistas em estudos sobre a leitura, e das artes por um crítico de arte – e condenada caso seja feita pelo público. É como se o último fosse reduzido a um depósito de informações, notificado sobre o que se deve pensar. Entretanto, de acordo com Certeau (1998), o leitor independente de hierarquizações sociais e pode se manifestar por meio de atividades silenciosas, transgressoras, irônicas ou poéticas.

As apropriações são plurais, ultrapassam relações de classes e mostram “[...] sua inventividade nas brechas de uma ortodoxia cultural” (CERTEAU, 1998, p.268). Portanto, o leitor – ou aquele que se apropria de uma imagem – escapa da lei de cada texto por meio de sua subjetividade. Um mesmo texto – ou imagem – pode ser lido de diversas formas, inclusive pode ser considerado ofensivo de acordo com as experiências de quem o lê.

Em seu *What Do Pictures Want? Essays on the Lives and Loves of Images*, o especialista em língua inglesa e história da arte, William John

Thomas Mitchell (2005), dedicou um capítulo completo às *offending images*, título este que, na formatação em que se encontra, sugere uma dupla leitura: 1) imagens ofensivas; 2) ofendendo imagens. Seguindo essa lógica, imagens podem ser ofensivas ao passo em que também estão passíveis de se tornarem elas próprias vítimas de ofensas, vandalismo, depredações, etc. Dando continuidade a essa discussão, Mitchell, ao tratar de imagens materiais (pinturas, fotografias impressas ou cartazes), afirma que estas nunca se tratam unicamente de coisas físicas, pois os seus teores podem estar carregados de significados. Esse é o caso de imagens que representam o grotesco, monstruosidades, ações tidas como violentas, elementos nauseabundos, enfim, objetos e experiências tão sintomáticos que chegam a provocar, muitas vezes, certo desarranjo identificativo e, com isso, queremos dizer que a imagem é comumente tratada não como tal, mas como aquilo que ela representa. Assim, e apesar de poder se tratar de uma fotografia impressa em papel, a representação de algo nauseante causa repulsa, a da violência, apesar de não possuir qualquer ligação com o ato criminoso, causa indignação e os monstros continuam a nos apavorar por mais que suas existências encerrem-se na computação gráfica ou nas costuras de uma fantasia.

“Ao invés de buscar a projeção de uma única função nas imagens de todas as épocas, convém muito mais compreender o papel específico exercido por elas em cada era distinta” (BAITELLO JUNIOR, 2007, p. 2). A advertência de Baitello Junior nos é bastante propícia, pois, como viemos dizendo até aqui, a apropriação é, antes de tudo, um processo de percepção do indivíduo. Ele próprio está inserido numa complexa teia de inter-relações sociais (BOURDIEU, 1989). Em outras palavras, os valores a serem atribuídos a uma imagem encontram-se intimamente associados ao domínio de determinada *léxis* além do contexto histórico no qual se encontra. A fim de que reflitamos sobre essa questão, imaginemos que cartazes com dizeres homofóbicas e/ou machistas são dispostas em Copacabana. Qual seria a recepção disso no Brasil de 1950? E no Brasil atual, de 2017? Seriam diferentes as formas de apropriação dos mesmos cartazes com os mesmos dizeres? É evidente, pois há nesse recorte temporal um espaço de quase sete décadas, tempo o suficiente para que gerações morram, nasçam, envelheçam e surjam outras. Nesse meio tempo, a dinâmica social, como o próprio nome já a acusa,

mantém-se “em movimento”, trazendo consigo uma série de transformações tecnológicas, culturais e científicas de forma que os dois “Brasis” mencionados (um atual e outro de 1950), apesar de dividirem uma série de semelhanças, apresentam-se de forma bastante diferente.

Com esse artigo, nosso intuito não era (e continua não sendo) discutir as questões dos direitos individuais, mas sim nas questões que envolvem imagens e as formas como são apropriadas. Como dizíamos, elas estão intimamente associadas aos elementos de seu tempo e, por mais que os estudemos,

As forças psicológicas que levam as pessoas a serem ofendidas por imagens são invisíveis e imprevisíveis. Mas, quando alguém ofende uma imagem, seja por meio da censura, denúncia ou punição, é a este tipo de comportamento que devemos nos ater. (MITCHELL, 2005, p. 126, tradução nossa)

Acreditamos que a imprevisibilidade mencionada no excerto anterior de forma alguma descredita os estudos concernentes ao contexto histórico, mas evidencia-nos que eles não bastam para que melhor compreendamos a situação como um todo. A fim de entender as violências cometidas contra as imagens de forma mais apurada, então, Mitchell sugere que nos atenhamos justamente ao próprio ato ofensivo que, segundo o mesmo autor, pode se dar em três níveis: aniquilação, desfiguração e ocultamento/censura. Nos três casos, a imagem violentada pode perder mais ou menos da sua função representativa. Isso depende do que lhe é feita. Uma estátua pode ser reduzida a pedaços, uma tela pode ser incinerada e um álbum de fotografias pode ser escondido, por exemplo. Muito mais profundo do que pode parecer, no entanto, cada uma dessas formas mais ou menos destrutivas vem acompanhada de um vasto arcabouço de significados que buscaremos explorar, mesmo que brevemente, a partir de três situações distintas: a censura contra desenhos animados, o atentado contra o *World Trade Center* e um ato de vandalismo envolvendo uma das obras do artista plástico inglês Chris Offili.

Iniciemos pelos casos de censura. Como é sabido, os aparatos censurais tem como objetivo coibir, cessar, reprimir, tolher, enfim, impedir a realização de algo. Isso, é claro, pode ser feito de diferentes formas e assumir diferentes roupagens. A censura pode ser legalmente legítima, no sentido de

estar de acordo com as leis vigentes, ou ilegítima, no sentido de amparar-se numa violência irracional, ou seja, quando há o emprego da força de forma a criar empecilhos amparados em nada além de anseios pessoais (MUCHEMBLED, 2012). Neste parágrafo, de fato, há informações bastante vagas, mas isso vai ao encontro justamente da polissemia que caracteriza a própria ideia de “censurar”. É possível, por exemplo, impedir alguém ou algo de ir, vir, ser, estar, acontecer, deixar de ser, enfim, as situações são incontáveis e não nos propomos a tratar de todas elas além de uma única: a censura de desenhos. Pois bem, desenhos animados são, como o próprio nome já o diz, um suporte aparelhado ao processo de animação. Grosso modo, são uma série de imagens “interligadas” cujo sequenciamento “cria movimento”. Assim como imagens estáticas, então, os desenhos animados são passíveis de apropriação e também podem (ou não) serem entendidos como ofensivos. Talvez o caso da pintura de Chris Ofilli clarifique melhor a questão da iconoclastia, mas, é importante que compreendamos a censura também como um procedimento que pode ser cometido contra as imagens, ou seja, uma forma de ofendê-las.

Esse é o caso, por exemplo, das censuras governamentais, por parte do Estado Russo, contra a série estadunidense “Os Simpsons”, de Matt Groening. De acordo com o portal digital Band (2012), a medida é fruto de uma lei promulgada em 2012 e que tem por objetivo “proteger as crianças e evitar constrangimentos e a banalização da violência”. Não nos compete avaliar a medida, mas chamar a atenção para o fato de que imagens foram percebidas como violentas e/ou impróprias e, destarte, houve uma resposta contra elas: foram proibidas de serem veiculadas. Este é apenas um exemplo de imagens que podem ofender ao passo em que também são passíveis de serem ofendidas. Foquemos em outras.

Como é sabido, em 11 de setembro de 2001 uma série de ataques terroristas foram cometidos contra Estados Unidos por parte de integrantes da organização fundamentalista denominada Al-Qaeda. Os atentados em questão aconteceram em diferentes localidades e envolveram aviões comerciais que, sequestrados pelos terroristas, não colidiram contra vilarejos pacatos ou a esmo, muito pelo contrario. As aeronaves foram direcionadas contra estruturas de grande importância social, política e econômica e, nesse contexto, é possível considerar que o Pentágono, que é a sede do Departamento de

Defesa dos Estados Unidos, e o *World Trade Center*, que na época constituía se num dos maiores complexos comerciais do mundo, foram escolhidos não necessariamente pelas pessoas que nele se encontravam, mas pelo que eles próprios representavam. De certa forma, podemos interpretar que, nesse caso, os alvos principais não eram as vítimas, mas os Estados Unidos enquanto unidade política e, para ultraja-lo, uns dos seus mais importantes símbolos foram aniquilados. Em casos como estes, em campo de batalha estão paralelamente acontecendo guerras simbólicas por meio das quais se buscam atacar, além de seres humanos e edifícios, significados e ideias. Destruir o *World Trade Center* e danificar um dos pavimentos do Pentágono possivelmente significaram, além de milhares de perdas humanas, ataques contra a moral de toda uma nação, contra sua economia, seus sistemas de defesa, sua capacidade em proteger seus cidadãos, enfim, pode funcionar como uma castração simbólica que visa, além de mutilar o inimigo, humilhá-lo.

No parágrafo anterior, tratamos de dois casos de aniquilamento imagético – uns dos mais drásticos na história recente, a propósito. Agora, abordaremos uma situação na qual houve processos tanto de desfiguração quanto de censura contra uma obra de arte, e a peça em questão, como mencionado, é de autoria do artista plástico Chirs Ofilli que, criada em 1996, foi exposta em alguns museus ao redor do mundo até que em 2000, devido a seu caráter “um tanto quanto controverso”, foi banhada de tinta branca por parte de um senhor enfurecido. Intitulada *The Holy Virgin Mary*, a história dessa pintura é especialmente sintomática, pois é possível estabelecer por meio dela paralelos tanto para com o conceito de representação quanto para com o de apropriação devido ao seguinte: sagrado e profano confundem-se no contexto de um profundo choque cultural. A obra em questão representava a Virgem Maria. Curiosamente, a polêmica não girava em torno daquilo que era representado, mas da forma como o era feito: ao invés de tinta, foram usadas fezes de elefante. O emprego destas, nesta e em outras obras de Ofili, é fruto de experiências suas vivenciadas durante uma viagem ao Zimbábue, em 1992. Lá, elefantes e suas fezes são, aparentemente, dotados de significados sagrados (MITCHELL, 2005). Sua utilização em regiões marcadas por culturas “esteticamente dissonantes”, no entanto, pode (e o fez) provocar sentimentos

relativos à uma suposta afronta. Assim, a seguinte observação (que talvez soe como clichê) parece-nos bastante pertinente: aquilo que separa o sagrado do profano é nada mais, nada menos, que o olhar do observador.

Em ambos os casos, a teórica dissociação entre meio e imagem nos chama muito a atenção, pois a destruição da obra, ao que nos parece, vai ao encontro justamente dessa problemática. O quadro não foi rasgado, queimado, chutado ou jogado ao chão, mas banhado por tinta branca. O que levou o iconoclasta a agir dessa forma? Será o receio de profanar uma imagem que, por mais que seja composta por fezes, representasse a Virgem Maria? Será possível dissociar representação e material utilizado e, assim, apropriar-se da pintura de forma a tê-la, ao mesmo tempo, como sagrada e profana? Embora não possamos afirmá-lo com maior propriedade, a última questão parece-nos uma possibilidade bem plausível, afinal, a imagem que tanto perturbou aquele senhor continua “intacta”, embora desfigurada (já que sua aparência externa fora drasticamente alterada) e ocultada por uma camada de tinta branca.

Considerações finais

As imagens são representações do mundo empírico, construídas de acordo com as intenções de seus produtores. Aqueles que às leem interpretam por meio de suas próprias experiências e subjetividades, as quais vão além da mensagem que o produtor desejou mediar ao consumidor. Portanto, as apropriações de imagens são plurais.

Ao nos pautarmos nas ideias de Mitchell (2005), entendemos que as imagens ultrapassam representações de coisas físicas, pois, também, possuem significados simbólicos. Estes significados estão imersos em um contexto histórico que os possibilitam. Os ataques de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, e as imagens geradas por eles, sejam elas fotográficas, imaginárias etc., têm sentidos que vão além de destruições de prédios feitos de concreto. Na imagem *The Holy Virgin Mary*, os teores ofensivo e não ofensivo também dependeram de apropriações e contextos que os permitissem.

Portanto, o sentido é dado por quem lê o produto – no caso, as imagens. Os contextos históricos possibilitam que estas apropriações aconteçam e a

subjetividades daqueles que se apropriam permitem percepções diversas, nunca unilaterais.

Referências bibliográficas

BAITELLO JUNIOR, Norval. Para que servem as imagens mediáticas? Os ambientes culturais da comunicação, as motivações da iconomania, a cultura da visualidade e suas funções. **Revista f@ro**, Valparaíso, n. 6, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

CERTEAU, Michel de. Ler: uma operação de caça. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 259-273.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

MITCHELL, William John Thomas. Offending images. In: MITCHELL, William John Thomas. **What do pictures want? The lives and loves of images**. Chicago: The University of Chicago press, 2005.

MUCHEMBLED, Robert. **História da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

PORTAL BAND. **Governo russo anuncia censura a desenhos**. 8 set. 2012. Disponível em: <<http://entretenimento.band.uol.com.br/bandfolia/noticias/100000531837/governo-russo-anuncia-censura-a-desenhos.html?mobile=false>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond; Minc/IPHAN/DEMU, 2006.

SIMAN, Lana Mara de Castro. O papel dos mediadores culturais e da ação mediadora do professor no processo de construção do conhecimento histórico pelos alunos. In: ZARTH, Paulo. et al. (Org.). **Ensino de História e Educação**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2004. p.81-107.



BRASIL NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A INFLUÊNCIA NORTE AMERICANA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA

Gigliola Aparecida de Oliveira Knapp (UEL)
Maria Luiza Favoreto Nery (UEL)

Resumo. Trabalho realizado em sala de aula do ensino fundamental II, 9º ano, no formato de aulaoficina, com o objetivo de abordar um assunto pouco divulgado, praticamente inexistente nos livros didáticos, a participação efetiva do exercito brasileiro na Segunda Guerra Mundial (1944) e sua aliança com as forças Norte Americanas e como influenciou na formação da identidade brasileiraque permanece em nosso cotidiano, levantando questões de formação de uma identidade brasileira e se ouve ou não relações de alteridade entre os dois países.Realizamos uma sondagem através de um questionário de conhecimento prévio sobre o tema, utilizando fontes áudio visual e um documentário sobre o Estado Novo e o Governo de Getúlio Vargas. Para a passagem do tempo foi utilizado imagens e utilizando o quadro negro foi feita uma linha de tempo com o período da Segunda Guerra e as ações norte americana no Brasil e América Latina. Desde o início das hostilidades na Europa, o EUA já pressionava os governos latinos americanos para autorizarem o uso de bases aéreas e navais e para os países fornecerem matérias primas estratégicas (borracha cobre minério de ferro, etc.). Os países periféricos, como o Brasil, entraram na guerra através do fornecimento de matérias primas (preferencial/ exclusivo) para a Alemanha, EUA e Inglaterra.Até aquele momento o Brasil era um dos principais fornecedores de algodão para os alemães, Getúlio via com certo agrado a politica nacionalista dos nazistas, que tinha semelhanças com sua própria forma de governo. Demorando assim umtempo para se posicionar com os aliados, graças em parte da pressão dos norte americanos. O governo brasileiro não queria receber soldados, mas sim armas e recursos norte americanos para organizar sua própria defesa. Com o Birô Interamericano, os norte americanos implantaram uma “politica de boa vizinhança”, com medidas em varias áreas, como imprensa, cinema e ciência e cultura, para divulgar o “modo americano” de viver, assim sua cultura se tornou presente em nosso dia a dia até os dias de hoje.

Palavra-chave: Segunda Guerra; Participação brasileira; Identidade; Alteridade.

Financiamento: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- PIBID- CAPES.

INTRODUÇÃO

O trabalho foi realizado no ano de 2015, pelo subprojeto de História no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- PIBID, os coordenadores apresentaram o tema central para ser desenvolvido naquele ano, “Brasil: onde estamos de onde viemos, para onde vamos?” que deveria guiar nossas atividades e aula-oficina, os objetivos a serem trabalhados eram: alteridade, identidade, tolerância e cidadania.

Foi estabelecido que o tema central devesse estar ligado ao conteúdo didático das diretrizes curriculares para o 9º ano do ensino fundamental, no formato de aula oficina, com o objetivo de abordar um assunto pouco divulgado no livro didático, que foi a participação efetiva do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o conteúdo para o 9º ano incluía o período da Primeira e Segunda Guerras Mundiais e no Brasil a Revolução de 1930, a Era Vargas e o Estado Novo, como foi um período de grandes mudanças sócio econômicas no país, com medidas que estão em vigor até hoje, também neste período ocorreu à aproximação do Brasil com os Estados Unidos, devido à aliança formada durante a Guerra, a cultura norte americana foi amplamente divulgada no país, com isso entramos na questão de formação da identidade brasileira, que foi marcada por influências estrangeira que moldaram e estão presente até hoje no nosso cotidiano, trabalhando com a influencia norte americana, abre caminho para trabalhar outros conceitos com os alunos, como cidadania e alteridade, se houve uma interação entre duas culturas diferentes, trabalhando uma visão crítica, fazendo com os alunos uma reflexão das influencias norte americana em seu cotidiano.

EXPERIÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Seguindo o modelo de aula oficina da Dra. em história Isabel Barca, para o desenvolvimento no ensino de história, em que devemos ter uma interação com o aluno, que ele possa ter uma participação mais efetiva no

processo de aprendizado, foi elaborado aulas oficinas com uma visão diferente da forma tradicional de abordar o tema escolhido. Com maior participação dos alunos em forma de debates.

Como referências bibliográficas, foi utilizado os trabalhos sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra, o livro do historiador Francisco César Ferraz "Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial" dando todo o contexto histórico e aprofundamento no tema, com mais detalhes como que "em 22 de agosto de 1942, o presidente Getúlio Vargas, após reunião com seu ministério, declarou estado de beligerância contra o Eixo. O Brasil estava na guerra". (FERRAZ, 2005, pg. 08).

A Guerra em que os brasileiros estavam se envolvendo já era, pela amplitude geográfica e pelo volume de recursos humanos e materiais envolvidos, a maior da história da humanidade. É mais correto dizer que não foram os brasileiros que foram à guerra, mas sim a guerra que chegou aos brasileiros. (FERRAZ, 2005, pg. 09).

Através de tópicos foi trabalhado os fatos mais marcantes da atuação do Brasil na guerra, como em 1943 foi confirmado que o Brasil iria à guerra, com isso era necessário à criação de um novo exercito, mais preparado. Mas a população ainda estava alheia às notícias. A FEB (Força Expedicionária Brasileira) e os EUA eram responsáveis pela preparação. Em 1944 soldados brasileiros embarcam para a Itália. Cerca de 25 mil soldados da FEB, 42 pilotos e mais de 400 homens da FAB (Força Aérea Brasileira). Foram tantas as dificuldades para selecionar e treinar os soldados, que acabou gerando boatos que o Brasil acabaria nem embarcando ou chegaria depois que a guerra já estivesse acabado. Os boatos foram tantos que até gerou um ditado popular, segundo o boato "Adolf Hitler teria afirmado que somente quando uma cobra fumasse cachimbo o Brasil conseguiria enviar seus homens para a guerra, tamanha a incapacidade brasileira". Sendo verdade ou não o interessante é que o lema da FEB na Itália foi a "cobra fumando". (FERRAZ, 2005, pg. 51).

A ação dos soldados foi muito difícil, o treinamento não foi parecido com a guerra e os soldados não estavam adaptados ao clima frio europeu.

Monte Castelo é o maior símbolo e mito das ações da FEB. Muitas das histórias que o cercam originaram-se na série de dificuldades enfrentadas pelos brasileiros para tomar a posição indicada. Erros táticos grosseiros dos oficiais superiores, falta de apoio logístico e de retaguarda, além de um dos piores invernos da década naquela região da Itália (a temperatura chegou a 20 graus abaixo de zero), conferiram à luta pelo Monte Castelo um aspecto dramático e épico, muito explorado depois. (FERRAZ, 2005, pg. 64).

As principais ações da FEB e da FAB foram contra alemães, apesar de estarem na Itália. O exército brasileiro lutou junto com forças armadas norte americanas. O Brasil foi o único país latino americano a mandar soldados para a guerra. O desempenho do Brasil foi considerado satisfatório, mesmo assim teve 443 brasileiros mortos na guerra.

Desde o início das hostilidades na Europa, o EUA já pressionava os governos latino americanos para autorizarem o uso de bases aéreas e navais e para os países fornecerem matérias primas estratégicas (borracha, cobre, minério de ferro, etc.).

E para tratar à influência cultural dos EUA no Brasil no período de 1941-1945, foi utilizada a obra “Tio Sam Chega ao Brasil – A penetração cultural americana de Gerson Moura”. Foi possível encontrar explicações de maneira bem simples, exatamente aquilo que queríamos que os alunos entendessem: a influência norte americana vai muito além de marcas, filmes e música, os EUA implantaram no Brasil uma agência, durante a Guerra, para aproximar os dois países culturalmente, e acabaram por influenciar a mídia, a cultura, as notícias, a alimentação e até mesmo a saúde.

Para iniciar a oficina utilizamos como instrumento de investigação, um questionário de conhecimento prévio, com a intenção de descobrir quais conhecimentos eles tinham guardado de todo conteúdo exposto pela professora e se eles entendiam os conceitos que deveriam ser trabalhados em sala de aula: identidade e alteridade, 22 alunos de um total de 30 responderam. Questionário com as seguintes questões:

1. O que você entende por identidade?
2. O que você entende por alteridade?

3. O que você sabe da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial?
4. Como você explica a expressão “american way of life” (estilo de vida americano)?
5. Você é influenciado pelo estilo de vida norte americano? Se sim, como?

Percebemos que seria necessário trabalhar novamente o contexto, porém desta vez buscando ressaltar a relação entre EUA e Brasil. Nossa primeira aula-oficina foi realizada no, apresentamos uma linha do tempo para que os alunos completassem com mais informações e buscamos fazer uma oficina dinâmica, com espaço para os alunos falarem de seus conhecimentos prévios enquanto nós colocávamos mais informações e até mesmo curiosidades. (ANEXOS).

Em seguida exploramos o tema identidade e alteridade a partir da influência norte americana no Brasil e em como isso ajudou na construção na nossa identidade nacional. A partir do livro do Gerson Moura, escolhemos apresentar a criação do Birô Interamericano, e como este órgão comandou as atividades em diferentes esferas como Imprensa: Notícias que privilegiavam a colaboração do EUA na guerra; Cinema: Maior capacidade de penetração ideológica, através de filmes, ficção e documentários; Radio: Propaganda de guerra, com transmissão direta dos EUA; Ciência e Educação – Intuito de aumentar a simpatia da América Latina com os EUA; Assistência – Os nortes americanos proporcionavam treinamento a estudantes e técnicos brasileiros, as principais áreas beneficiadas foram: administração pública e de empresas, agronomia, engenharia, língua inglesa, entre outros; Intercambio – O numero de norte americanos que vieram para o Brasil durante a guerra era muito maior aos de brasileiros que iam para os EUA. Os norte americanos vinham ensinar o “modo de vida americano”, enquanto os brasileiros viajavam para ter uma visão favorável dos EUA e voltarem ao Brasil com um sentimento de amizade;

O objetivo básico do Birô no setor de informações era imprimir sobre a sociedade brasileira o ponto de vista, a informação, os valores, o saber e os métodos norte americanos. Eles faziam de tudo para ganhar a batalha ideológica contra o fascismo, como também para afirmar sua liderança e democracia, propagar o “american way of life”.

Com a exposição do conteúdo usando o quadro negro e apresentação de fotos e trechos de filmes e documentários na televisão. Ao final, discutimos como a cultura americana está presente no cotidiano brasileiro e na nossa identidade e como foi a relação de alteridade entre Brasil e EUA. Depois de ampla discussão, foi aplicada uma atividade avaliativa para os alunos, esta deveria ser realizada em sala de aula e ainda no mesmo dia. Eles foram separados em 5 grupos, e como se fossem escrever para um jornal cada grupo trabalharia um tema e escreveria um pequeno texto sobre. A divisão então ficou: Estado Novo, Brasil na Segunda Guerra, elogiar as ações dos EUA no Brasil, criticar as atividades do Birmã e uma charge. Esperávamos dos alunos senso crítico e que pudessemos ver os conteúdos absorvidos, porém as atividades ao final não corresponderam com nossas expectativas, foram produzidos textos muito superficiais e em alguns casos fora do tema proposto.

CONCLUSÃO

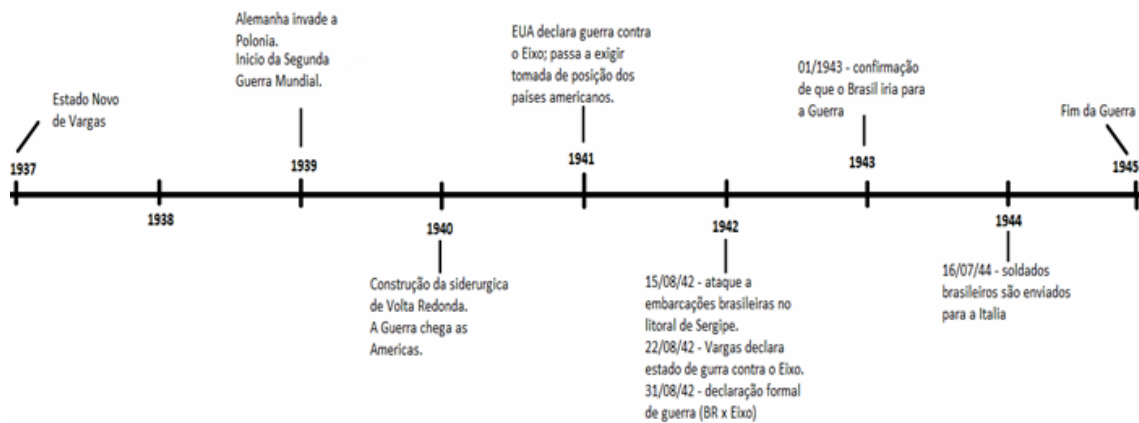
Foi possível identificar a dificuldade dos os alunos em compreender os conceitos de identidade e alteridade. Os alunos participaram de maneira satisfatória, contribuíram com as explicações e realizaram as atividades propostas, só em questão de crítica, deu para perceber que abordaram o assunto um pouco superficialmente, não conseguimos uma reação crítica e particular sobre seus entendimentos.

ANEXOS: Imagens utilizadas para auxiliar na fixação do conteúdo



Figura 3 - Getúlio Vargas e o presidente Roosevelt- upload.wikimedia.org/Wikipédia/commons/9/9a/Vargas_e_Roosevelt.jpg

Nome:



FEB - força expedicionária brasileira / FAB - força aérea brasileira / Eixo - Alemanha, Itália e Japão / Aliados - EUA, Inglaterra e URSS

Figura 4 - Linha do tempo trabalhada com os alunos.



Figura 5 - <http://www.homensdeguerra.com.br/wp-content/uploads/2013/12/O-Globo-Expedicionario-4.jpg>



Figura 6 - Soldados brasileiros na Itália em pleno inverno - www.pinterest.com/pin/560909328567850418

Referências Bibliográficas

Dia a Dia Educação. Secretaria da Educação. Governo do Paraná. Vídeo: História do Brasil – Era Vargas. Disponível em: www.historia.seed.pr.gov.br/modules/video/showVideo.php?video=5248. Acesso em 02/10/2015.

Dia a Dia Educação. Secretaria da Educação. Governo do Paraná. Vídeo: O Brasil na visão dos EUA – Anos 1930. Disponível em: www.historia.seed.pr.gov.br/modules/video/showVideo.php?video=5272. Acesso em 02/10/2015.

Dia a Dia Educação. Secretaria da Educação. Governo do Paraná. Vídeo: Alô Amigos – Zé Carioca. Disponível em: www.historia.seed.pr.gov.br/modules/video/showVideo.php?video=17292. Acesso em 05/10/2015.

Dia a Dia Educação. Secretaria da Educação. Governo do Paraná. Vídeo: Serenata Tropical – Carmen Miranda. Disponível em: www.historia.seed.pr.gov.br/modules/video/showVideo.php?video=17313. Acesso em 05/10/2015.

FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial.** Riode Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MOURA, Gerson. **Tio Sam Chega ao Brasil: a penetração cultural americana.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

You Tube. Banned Cartoons: Der Fuehrer's Face [Donald Duck Nazi]. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=CEVupZPE29g. Acesso em 05/10/2015.



“UMA NOVA ARGENTINA”: A APROPRIAÇÃO DE SÍMBOLOS E DISCURSOS CATÓLICOS PELO PERONISMO NAS PÁGINAS DE *MUNDO PERONISTA* (1946-1955).

Raquel Fernandes Lanzoni
CLCH – Universidade Estadual de Londrina

Resumo. Um dos principais movimentos políticos da Argentina no século XX, o Peronismo, cujo principal nome foi Juan Domingo Perón, ascendeu ao poder oficialmente em 1946 com forte apoio da Igreja Católica. Nesta pesquisa, pretende-se analisar como o Peronismo se apropriou de símbolos e elementos discursivos da Igreja Católica para legitimar suas ações e consolidar-se no poder. O período a ser analisado compreende os dois primeiros governos de Perón (1946-1955) e é conhecido como o Primeiro Peronismo. Para isso, será utilizado o periódico *Mundo Peronista* (1951-1955) como fonte nesta pesquisa. Apoiado por grupos de trabalhadores, dirigentes sindicais e setores nacionalistas que reconheciam o caráter social de suas reformas, bem como contando com o apoio da Igreja Católica, Perón saiu vitorioso das eleições de 1946 pelo Partido Laborista, derrotando o concorrente da União Democrática. Assim que assumiu o cargo de presidente, em fevereiro de 1946, promoveu a fusão dos grupos políticos que lhe haviam apoiado em um novo partido: o Partido Peronista. Reeleito em 1952, governaria o país até ser deposto por um golpe em 1955. Os dois mandatos de Perón foram marcados por uma mescla de tendências democráticas e autoritárias. O período que compreende essas duas gestões a frente do Executivo (1946-1955) é conhecido como Primeiro Peronismo. Naquele contexto, a corrente política se autointitulava como um “movimientorevolucionario” que transformaria a Argentina. Como fenômeno político e movimento de massas o peronismo foi e continua sendo exaustivamente estudado. Contudo, a pluralidade dos significados que essa experiência política assumiu, tem trazido à tona novas abordagens e problemáticas. Nesse sentido, a utilização de novos conjuntos documentais como fonte de pesquisa pode contribuir para um melhor conhecimento das práticas peronistas e da relação – nem sempre harmônicas – de suas lideranças com outros setores sociais.

Palavras-chave: Peronismo; Argentina; Igreja Católica; Discursos Políticos; Populismo.

O século XX na Argentina foi marcado por intensos conflitos políticos, sucessivos golpes militares, recessões econômicas e crescente protagonismo de massas trabalhadoras e demais grupos sociais. Nesse ínterim, a reestruturação do poder da Igreja Católica como ator político foi mais um fator de desestabilização em um cenário já conturbado.

Espaço de conflitos desde o início de seu processo de independência em 1810¹⁹², a Argentina viveu nas últimas décadas do século XIX um grande desenvolvimento econômico, favorecido pela imigração¹⁹³. O desenvolvimento acarretou na modernização da capital Buenos Aires, transformando-a para se igualar às metrópoles europeias da época. Ademais, a adoção do modelo primário-exportador de cereais e a criação de ovelhas foram preponderantes para o acelerado crescimento econômico. Entretanto, a riqueza produzida era relativa, pois se concentrava em poucas mãos, além de gerar um alto índice de desemprego.

A instabilidade econômica e política abriu espaço para sucessivos golpes militares: o de 1930, liderado pelo general José Félix Uriburu, que derrotou o presidente Hipólito Yrigoyen da União Cívica Radical, e, posteriormente, em 1943 com a chamada Revolução de 43, explicitamente declarada anticomunista. No golpe de 1943, uma figura até então desconhecida começa a ganhar relevância na política argentina: o general Juan Domingo Peron, principal figura do que mais tarde seria o Peronismo. Segundo Federico Neiburg, a palavra peronismo:

[...] serve para nomear o movimento político nascido em meados da década de 1940, identificado com a figura do coronel Juan Perón; para qualificar o período da história da Argentina que se inicia em 1945 e termina em 1955 [...]; para designar o partido político criado por Perón logo após sua vitória nas eleições de 1946 e que sobrevive até hoje com outras denominações; para fazer referência à identidade política dos que, desde aquela época, invocam sua figura e recordação de seus governos para

¹⁹² Intensos conflitos marcaram a Argentina pós-independência, sobretudo entre federalistas (fazendeiros conservadores) que defendiam a autonomia provincial e os unitários (comerciantes cosmopolitas) que buscavam o lucro, incentivavam a imigração e a importação de ideias europeias, além de defender um governo centralizado na cidade de Buenos Aires. (BETHELL, Leslie. (Org.). História da América Latina: da independência até 1870, volume III. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001, passim).

¹⁹³ FERRERAS, Noberto. A formação da sociedade Argentina contemporânea. Sociedade e trabalho entre 1880 e 1920. **História**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 170-181, 2006.

legitimar diferentes posições no campo da política. O adjetivo peronista também serviu, e hoje ainda serve, para descrever uma doutrina política, um tipo de governo, uma forma de discurso. (NEIBURG, 1997, p. 14)

Para entender o movimento peronista originado na década de 1940, é preciso contextualizá-lo. Através do GOU (Grupo de Oficiais Unidos), Perón participou do complô que retirou do poder Ramón Castillo, presidente do regime anterior. Após a implantação do governo militar de 1943, Perón assumiu o posto de Ministro do Trabalho e do Bem-Estar e em seguida, em 1945, tornou-se Ministro da Guerra assumindo concomitantemente a vice-presidência da República. Como Ministro do Trabalho, Perón realizou mudanças no âmbito da legislação, ganhando respeito e notoriedade entre as massas populares e líderes sindicalistas, o que resultou no aumento de sua popularidade e autoridade.

O general reconhecia a existência de classes e o conflito entre elas, e via no Estado o único mediador possível para essas tensões. Com base nessa ideia, Perón começa a articular o Justicialismo, doutrina/movimento político cuja combinação de elementos populistas e mecanismos de centralização do poder resultaria na ampla intervenção do governo na economia, monopolizando o comércio exterior e nacionalizando diversos setores, convertendo-se também na base ideológica do Partido Peronista.

Entretanto, a popularidade do coronel começou a incomodar os membros do governo em que participava, e em outubro de 1945 Perón foi destituído de seu cargo e levado preso. O que os articuladores do golpe não contavam, porém, era que Perón já contava com o apoio das massas populares e sindicatos em sua defesa. A multidão, juntamente com Eva Perón, conseguiu sua libertação no dia 17 de outubro de 1945. No mesmo dia, Perón realizou um discurso para mais de 300 mil pessoas, garantindo a realização das eleições pendentes e a construção de uma nova nação; nessa ocasião, valeu-se do momento de euforia para lançar sua candidatura à presidência.

Apoiado por grupos de trabalhadores, dirigentes sindicais e setores nacionalistas que reconheciam o caráter social de suas reformas, bem como contando com o apoio da Igreja Católica, Perón saiu vitorioso das eleições de 1946 pelo Partido Laborista, derrotando o concorrente da União Democrática.

Assim que assumiu o cargo de presidente, em fevereiro de 1946, promoveu a fusão dos grupos políticos que lhe haviam apoiado em um novo partido: o Partido Peronista.

Reeleito em 1952, governaria o país até ser deposto por um golpe em 1955. Os dois mandatos de Perón foram marcados por uma mescla de tendências democráticas e autoritárias. O período que compreende essas duas gestões a frente do Executivo (1946-1955) é conhecido como Primeiro Peronismo. Naquele contexto, a corrente política se autointitulava como um “movimiento revolucionario” que transformaria a Argentina. Para Claudio Panella, um ponto importante nesse momento inicial do Peronismo foi “la necesidad de concientización del pueblo, es decir del sujeto que recibiría los beneficios de esa transformación pero también el que debía ser partícipe activo de ella.” (2010, p. 283).

Nesta pesquisa, pretende-se analisar como o Peronismo se apropriou de determinados símbolos e elementos discursivos da Igreja Católica para legitimar suas ações e consolidar seu poder. O recorte temporal a ser investigado compreende os dois primeiros governos de Juan Domingo Perón (1946-1955), principal nome do movimento. Neste período, houve por parte dos peronistas uma tentativa de conscientizar a massa popular no sentido de que o indivíduo, além de receber os benefícios da transformação implementada pelo Peronismo, deveria também agir como um ser ativo nessa transformação.

Como fenômeno político e movimento de massas o peronismo foi e continua sendo exaustivamente estudado. Contudo, a pluralidade dos significados que essa experiência política assumiu, tem trazido à tona novas abordagens e problemáticas. Nesse sentido, a utilização de novos conjuntos documentais como fonte de pesquisa pode contribuir para um melhor conhecimento das práticas peronistas e da relação – nem sempre harmônicas – de suas lideranças com outros setores sociais

A presente pesquisa justifica-se primeiramente pela carência de estudos baseados na revista *Mundo Peronista*, que segundo Claudio Panella (2010) tem sido mais mencionada do que realmente estudada. Publicada entre 1951- 1955, esse periódico é um rico material para investigação, uma vez que composto por vários tipos de publicações, como artigos escritos por Perón e Evita, cartas de leitores, seções reservadas ao público infantil, crônicas e textos

literários, textos humorísticos e entre outros, dando a possibilidade de estudá-lo utilizando diferentes enfoques.

Nas páginas de *Mundo Peronista* há uma grande quantidade e variedade de assuntos, dentre os quais, muitas matérias que discutem diretamente temas religiosos, notadamente os do catolicismo. Como primeira aproximação do tema, entendo que, diferentemente do que pensava Max Weber ao conceber a expressão “desencantamento do mundo” (WEBER, 2004, p. 96), as sociedades contemporâneas não abandonaram o culto a forças superiores, nem deixaram de apoiar-se em religiões, as quais se mantiveram como importantes elementos culturais e identitários. Da mesma maneira, a religião continuou sendo uma forma de justificar e legitimar o poder, principalmente em sociedades marcadas pelo discurso religioso desde sua formação.

A apropriação feita pelo Peronismo de símbolos e discursos católicos gerou, a partir da década de 1950, um intenso conflito com a Igreja. A instituição possuía espaço privilegiado desde a colonização espanhola, passando pelo período de formação do Estado nacional e adentrando o século XX. Todavia, com a ascensão do Peronismo foi aos poucos perdendo seu espaço, não só em áreas da sociedade que costumava controlar, mas principalmente como a religião oficial e predominante da Argentina.

Esse estudo pretende fornecer elementos para um entendimento de que, segundo Mariano Plotkin (2002), quando o Peronismo se transformou em uma religião política, sacralizando o poder e seus líderes, tornou-se uma outra opção de religião (e mais forte) para os argentinos, enfrentando, desse modo, a religião católica. Para o autor, Perón possuía uma concepção totalitária da política e assim objetivava ocupar todos os espaços da vida social.

Objetiva-se, portanto, entender como o Peronismo, movimento político argentino do século XX, se apropriou de símbolos e discursos católicos para chegar ao poder e se consolidar entre os anos de 1946-1955, período conhecido como “Primeiro Peronismo” e, concomitantemente, analisar a ação do Peronismo em se estender para a esfera privada da sociedade argentina como uma forma de controlar o país e converter-se em um dos movimentos mais significativos da Argentina. No âmbito religioso, delineia-se, através de *Mundo Peronista*, demonstrar como o Peronismo patenteou a apropriação de

símbolos e discursos católicos por meio de periódicos e, à luz de Alcir Lenharo (1968), identificar em que momentos a revista sacralizou os líderes do movimento, transpondo para o discurso político imagens religiosas, com a finalidade de legitimação do novo governo.

Mundo Peronista é um periódico argentino publicado entre julho de 1951 e setembro de 1955. Considerado como um órgão de doutrinação e difusão da Escola Superior Peronista¹⁹⁴, sua periodicidade era quinzenal. Era produzida em um tamanho de 32cm x 25cm, com um total de 52 páginas por edição, capas coloridas compostas por fotografias e ilustrações alternativas de Perón e Evita. Escrita em linguagem simples e direta, seu interior foi impresso em cor sépia apresentando fotografias, seções fixas e variáveis, artigos, reportagens e ilustrações. Seu preço inicial era de \$1,5 (pesos argentinos), mas com o tempo passou a ser vendida pelo dobro do valor. Foram publicadas 93 edições da revista e sua coleção integral está disponibilizada no site Ruinas Digitales - Arqueologia comunicacional¹⁹⁵, projeto realizado por um grupo de estudantes de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires (UBA).

Como fonte desta pesquisa, o periódico em questão será analisado levando-se em consideração sua inserção histórica e não apenas tomando-o como um mero instrumento de comunicação, mas principalmente uma força ativa na constituição de modos de vida e valores, pois “[...] todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui. ” (CRUZ; PEIXOTO p. 258, 2007)

Ademais, cabe ao pesquisador compreender que nenhum periódico foi produzido com o objetivo de se tornar objeto de pesquisa futuramente. Sendo assim, é indispensável que a todo momento a fonte seja historicizada, isto é, utilizar técnicas capazes de perceber que não há de fato neutralidade naquilo que a compõe. Há intenções implícitas e explícitas desde a escolha dos conteúdos e estruturação dos mesmos, até sua impressão e características

¹⁹⁴Para difundir a nova cultura política do país, a Escola Superior Peronista tinha como objetivo, nas palavras de Perón, “encarar la formación y preparación de nuestros dirigentes en las tareas de gobierno y la capacitación de los mismos para la conducción política. [...] La Escuela Superior Peronista es el instituto superior de cultura justicialista y esta destinada a dar orientación integral y uniforme a toda nuestra cultura política. ” (MUNDO PERONISTA. Buenos Aires: Escola Superior Peronista, 1951-1955, nº 1, p. 3)

¹⁹⁵<<http://www.ruinasdigitales.com/mundo-peronista/>>

materiais. O pesquisador, ao se deparar com uma fonte periódica, deve dispor de ferramentas da análise do discurso para problematizar o fato ocorrido e o fato narrado.

Para a utilização dos conceitos “representação” e mais precisamente “apropriação”, recorrer-se-á aos escritos Roger Chartier e Michel de Certeau. Michel de Certeau, jesuíta francês nascido em 1925 e autor de obras fundamentais sobre a história e a religião, apresentou e desenvolveu no campo historiográfico o conceito de apropriação. Para ele, a apropriação seria uma seleção de ideias articuladas de formas imprevisíveis. Em relação a um objeto, cada indivíduo se apropria de diferentes formas, em distintos espaços e com diferentes pessoas, ou seja, a mesma imagem/objeto causa variadas reações que estão condicionadas ao lugar onde o indivíduo e/ou objeto se encontram e também à presença de outros indivíduos.

Aproximando-se de Certeau, Chartier acredita que as formas produzem sentidos: a leitura é sempre uma prática composta por gestos, espaços e hábitos. Dessa maneira, a prática de leitura não é universal, pois há disposições específicas de cada sociedade, tempo e espaço, o que implica em diferentes modos de leitura. O sujeito, mesmo ativo, não é universal, mas alguém situado historicamente. O sentido de um texto, para Chartier, assim como para Certeau, não está dado e nem é fixo; ao contrário, resulta da atuação do leitor. A apropriação seria então o modo como as pessoas se apoderam dos discursos e visões da realidade, resultando em novas visões de mundo.

Quando a linguagem religiosa é usada pelo Peronismo, seja na apropriação de símbolos ou do discurso, pretende-se persuadir o indivíduo, a fim de manipular a esperança e o temor, componentes básicos para a dominação de massas populares. (CAPELATO, 2009, p. 32). A palavra de Perón, seja ela escrita ou falada, tinha, para a revista, “sabor de aire puro, de fe, de esperanza, de optimismo. ¡Es la palabra que siempre se cumple!” (MUNDO PERONISTA. Buenos Aires: Escola Superior Peronista, 1951-1955, nº 1, p. 1). Além disso, as palavras proferidas pelo “Conductor” ou “Líder y Sábio Conductor” do movimento peronista fazia com que o coração dos ouvintes vibrasse de emoção ao escutá-las. (MUNDO PERONISTA. Buenos Aires: Escola Superior Peronista, 1951-1955, nº 49, p. 26). Portanto, toda

palavra de Perón era interpretada como guia para os peronistas. Era ela que determinava e dava sentido às ações de seu “Pueblo”. Dessa forma, esse discurso muito se parece ao discurso que a Igreja profere sobre as palavras e ensinamentos de Cristo, contido nos Evangelhos.

Para Certeau (2014), toda atividade humana pode ser considerada cultura, mas ela só é reconhecida como tal quando essas práticas sociais passam a ter significado para aquele que as realiza. Há uma seção em *Mundo Peronista* intitulada “El Ejemplo peronista” em que constava testemunhos de leitores que tiveram suas vidas transformadas pelo peronismo. Na 14ª edição (p. 10-11), a revista apresenta em duas páginas o testemunho de Mariádel Carmen Varela, imigrante espanhola e empregada doméstica. Quando entrevistada por um repórter, María assinalou que se tornou peronista desde quando Péron começou a atuar na política. Por se identificar com as ideias do General, adotou a cidadania argentina em 1946 e se considerava cidadã da Nova Argentina de Péron e de Evita. Contou que graças à Perón e Evita, os trabalhadores domésticos foram dignificados e passaram a viver com decência, o que nos anos anteriores não era possível pois eram explorados. Através desse exemplo, percebe-se um contraste entre um passado marcado pelo sacrifício dos trabalhadores e um presente que os tornavam dignos, fazendo justiça à suas causas graças ao governo peronista. A figura de Perón foi construída como o salvador, aquele que tirou da escuridão a classe trabalhadora argentina e a colocou em um presente luminoso e respeitoso. Observa-se aqui a apropriação que o Peronismo fez do discurso salvador da Igreja Católica em relação à figura de Jesus Cristo. Quando se menciona “Nova Argentina”, evidencia-se o nascimento de uma nova pátria, pautada em princípios capazes de apagar o passado obscuro e construir uma nova nação.

A fim de “dar forma” às práticas sociais” (CERTEAU, 2014, p. 260) a apropriação feita pelo Peronismo dos símbolos católicos está mergulhada em uma relação poder muito interessante. Ciente da influência do catolicismo na formação da sociedade argentina, apropriar-se do discurso católico e sacralizar seus principais líderes era uma forma de se estabelecer nos lugares que até então eram da Igreja Católica. Esse estabelecimento representava o controle maior de todos os níveis da sociedade argentina. Transformando-se em uma religião política, o Peronismo lançou mão de uma doutrina que não objetivava

somente conscientizar politicamente a massa popular, mas oferecer uma outra opção de religiosidade, situada em um nível superior que o catolicismo.

FONTE

MUNDO PERONISTA. Buenos Aires: Escola Superior Peronista, 1951-1955.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEIRED, José Luis Bendicho. **O movimento operário argentino: das origens ao peronismo (1890-1946)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J-P; SIRINELLI, J-F. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BIANCHI, Susana. Catolicismo y peronismo: iglesia católica y Estado em la Argentina, 1945-1955. **Trocadero**: revista de historia moderna y contemporanea, Espanha. nº 8-9, 1996-1997, p. 351-368

_____. Catolicismo y peronismo: la religión como campo de conflicto (Argentina, 1945-1955). **Boletín americanista**, Espanha. nº. 44, 1994, p. 25-37

_____. Iglesia católica y peronismo: la cuestión de la enseñanza religiosa (1946-1955). **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, Israel. v. 3, n. 2, 1992.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo**, Papyrus: Campinas, 1998.

CERTEAU, Michel de. Ler: uma operação de caça. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 236-248.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, R. **À beira da falésia: a História entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2002. p. 61-79.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversar sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 06 de ago. 2017.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LIDA, Miranda. Catolicismo y peronismo: debates, problemas, preguntas. **Bol. Inst. Hist. Argent. Am. Dr. Emilio Ravignani**, Buenos Aires, n. 27, p. 139-148, jun. 2005.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153

NEIBURG, Federico. **Os intelectuais e a invenção do peronismo**: estudos de antropologia social e cultural. São Paulo: EDUSP, 1997.

PANELLA, Claudio. Mundo Peronista (1951-1955): "una tribuna de doctrina". In: PANELLA, C.; KORN, G. (Org). **Ideas y debates para la nueva argentina**: revistas culturales y políticas del peronismo (1946-1955). La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2010. Pp. 281-306.

PLOTKIN, Mariano. **Mañana es San Perón**: a cultural history of Peron's Argentina. Estados Unidos: Rowman&Littlefield, 2002.



A RENOVAÇÃO CARISMÁTICA CATÓLICA: O PAPEL DA ESCOLA PAULO APÓSTOLO

Ana Paula Mariano do Santos
(DHI/PPH-UEM)
Solange Ramos de Andrade
(UEM/DHI/PPH)

Resumo. A presente comunicação encontra-se vinculada ao projeto de Mestrado intitulado *A História da Renovação Carismática Católica em Ivaiporã-PR (1990-2015)*. Neste trabalho objetivamos a compreensão da formação dos servos da RCC e o papel da Escola Paulo Apóstolo através da análise das revistas de formação, essas que abarcam questões espirituais e sociais, uma vez que ocorre a abdicação do mundo temporal e dedicação ao mundo espiritual. Trabalhamos também com a ata do grupo de oração de Ivaiporã, este que é intitulado de “*Jesus te ama*”, sendo esta uma ata paroquial e também com a ata diocesana. Sabendo que esta escola é o início dos estudos para a formação de um servo da RCC, esta permite compreender a manifestação e o batismo no Espírito Santo e o recebimento dos dons carismáticos. Os aportes teóricos e metodológicos estão vinculados à História Cultural e História das Religiões e Religiosidades, trabalhando com os historiadores Roger Chartier com a obra *A história cultural entre práticas e representações* (1988), por abordar as práticas e as representações dentro da cultura e Mircea Eliade com a obra *O sagrado e o profano: a essência das religiões* (2013) que discute a vivência religiosa e as formas como os seres humanos se relacionam com o sagrado, Jacques LeGoff na obra *História e memória* (2003) aborda a importância dos documentos e a maneira que o mesmo é analisado pelo historiador. Assim abrangendo a tradição católica em Ivaiporã-PR e influência religiosa da RCC na cidade.

Palavras-chave: Escola Paulo Apóstolo; formação de servos; cultura religiosa; Batismo no Espírito.

INTRODUÇÃO

Quando se trabalha com a Renovação Carismática Católica, logo devemos pensar todo o seu envolvimento, com destaque para os grupos de oração que segundo o sociólogo Reginaldo Prandi (1997), é o seu principal alicerce. E dentro do universo que abrange a RCC, elegemos para este trabalho a compreensão da Escola Paulo Apóstolo, a escola de formação de servos que atuam na comunidade e nos grupos de oração.

O recorte temporal é de 25 anos que vai de 1990 a 2015 e o recorte espacial é a cidade de Ivaiporã – PR, local no qual concentra-se uma tradição católica e o atribui-se também um grande valor religioso ao grupo de oração da Renovação Carismática.

Para buscar a compreensão do sentido da escola e os seus ensinamentos trabalhamos com as revistas de formação dos servos formadores. Estas revistas são de cunho religioso e trazem um conteúdo de ensino voltado para a vida religiosa de quem decide seguir a Renovação. Esta escola é o início dos estudos para a formação de um servo da Renovação Carismática Católica dentro do conteúdo das revistas o principal ponto abarcado é manifestação e o batismo no Espírito Santo e o recebimento dos dons carismáticos.

Segundo Reginaldo Prandi (1997), um sociólogo que pesquisa os aspectos sociais e políticos da Renovação, a Igreja católica estava perdendo fiéis, estes estavam se dirigindo as igrejas neopentecostais, e o movimento da Renovação dentro da Igreja católica é também uma forma de manter fiéis. A RCC não assumi um sentido neopentecostal, mas tem por missão manter viva a chama do Pentecostes.

Como sabemos O movimento da Renovação Carismática originou-se de inquietações religiosas e o desejo de um contato com o Espírito Santo (PRANDI, 1997), a Igreja católica visando uma organização do movimento e um ensino sobre os dons, desenvolveu então um material que ajudasse as pessoas a lidar com os dons dentro do universo mágico-religioso que estavam inseridos.

Nas atas diocesana e paroquial que usamos como diretrizes para a pesquisa, sendo documentos oficiais, a preocupação com a organização e

ensino dos servos aparece como ponto inicial de discussão das reuniões e esses foram pontos que nos levaram a pensar a Escola Paulo Apóstolo.

Os aportes teóricos e metodológicos utilizados para esta análise se concentram na História das Religiões e Religiosidades e História Cultural, pensando um universo cultural religioso já instituído e que adequou-se paulatinamente às suas necessidades, como pensa Bourdieu (2007), temos uma estrutura estruturada, estruturante.

DESENVOLVIMENTO

A realidade social onde o grupo se localiza é um fator que influencia na sua organização e sistematização de acordo com Prandi (1997), para tanto é necessário falarmos um pouco sobre o município para que possamos entender como a Renovação Carismática Católica se tornou parte da vida religiosa dos munícipes integrando-se a sua realidade cultural. Fazendo o levantamento das informações já mencionadas, passamos a organização e os meios de formação do grupo, ou seja, dos servos.

Politicamente o município de Ivaiporã emancipou-se do município de Manoel Ribas em 1955. O município é conhecido pelos ciclos dos safristas de porcos, da madeira e atualmente de uma das agropecuárias mais prósperas do país. Sua população é formada por migrações de catarinenses, paulistas, mineiros, baianos, principalmente atraídos na época do auge do ciclo do café. Constituiu-se como um ponto de encontro de culturas de sulistas e nortistas.¹⁹⁶

Como tradição religiosa assim como nos demais municípios e localizações não só do Brasil, sabe-se que era forte e predominante o catolicismo, mantendo as tradicionais missas e outros movimentos já instituídos pela Igreja, como disse Prandi (1997), o que se tinha de mais próximo a população eram as Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs que atuavam junto a população com encontros nas casas.

Em 1990 a religiosidade da cidade de Ivaiporã tinha como tradição desde sua emancipação o catolicismo. Neste ano chegava à cidade Renovação Carismática Católica através de um médico da cidade, Doutor Akira, ele já

¹⁹⁶Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=411150>. Acesso: 23/09/2017.

conhecia o movimento e participava na cidade de Londrina – PR. O médico chegou em Ivaiporã e apresentou a RCC as pessoas, porém no começo ficaram receosas e não gostavam muito, isso nos foi relatado pela coordenadora diocesana Maria Virgilia do Nascimento no dia 08 de maio de 2017.

Aos poucos as pessoas foram se aproximando do movimento, e o número de pessoas foi crescendo, ocupando inicialmente um pequeno salão da Igreja Bom Jesus, pois era o espaço que o pároco havia concedido, dirigindo-se posteriormente ao salão maior até a conquista do espaço da Igreja. Onde atualmente ocorrem os encontros semanais.

O movimento da Renovação Carismática Católica originou-se de inquietações religiosas e o desejo de um contato com o Espírito Santo, o que se buscava era um retorno às raízes religiosas, a partir do Concílio do Vaticano II (1962-1965) com o Papa João XXIII, os ideais de retorno às origens cristãs se intensificaram, pois a Igreja passou por várias reformas e mudanças. (PRANDI, 1997).

O Movimento nasceu nos Estado Unidos, na cidade de Pittsburgh no final dos anos de 1960. No Brasil ocorreu a primeira experiência de oração em 1970, na cidade de Campinas - SP. O objetivo era levar para as pessoas a Obra do Espírito Santo, chamada de Batismo no Espírito, os iniciantes do movimento foram os padres Haroldo Joseph Rahm e Eduardo Dougherty (PRANDI, 1997).

Assim entramos na organização e sistematização da Escola Paulo Apostolo, após termos feito uma breve contextualização do movimento, seu nascimento nos EUA e seu começo no Brasil e seu desenvolvimento em Ivaiporã - PR. A busca pelo entendimento da Escola Paulo Apostolo se deve pelas primeiras anotações das atas, logo na primeira página de descrição do encontro na ata diocesana, aparece a preocupação com a organização e ensino do grupo.

O que sabemos é que a Escola Paulo Apostolo é a base para todos os outros ministérios, uma vez que todos os servos passam pelo processo de formação antes de atuarem na comunidade, não só na paróquia de Ivaiporã ou

na diocese de Apucarana, mas é um padrão de organização nacional¹⁹⁷. Desde o início para melhor atender à necessidade religiosa das pessoas, os membros se organizam em equipes de âmbito local, regional, nacional e internacional, para coordenar e garantir sua unidade. (PRANDI, 1997).

Contamos com a atada paróquia Bom Jesus – Ivaiporã, datada de 1990, porém os registros oficiais nessas atas se iniciam a partir do ano de 1994, quando Conceição das Graças foi coordenadora, esta que ainda é viva e em plenas faculdades mentais. Antes não existiam registros oficiais porque segundo o que nos foi passado, o grupo era visto com maus olhos e interpretados ainda por parte da população como sendo uma seita.

Os primeiros registros da ata diocesana estão datados de 1995, entre a oficialização de uma e de outra, temos um ano. O fragmento que destacamos é o pronunciamento do Bispo sobre a necessidade de formação dos servos.

Aos vinte e um dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e cinco deu-se início à reunião de apresentação da Escola de Formação Paulo Apóstolo para o Bispo Dom Domingos Gabriel W. Estava presente na reunião Dilben; (da comunidade Mar a dentro-RS, responsável pela escola em nossa diocese), Marcos R. Bueno (coordenador diocesano), Florinda Garuth (vice-coordenadora), Sandra Rapchan (coord. Minist. Intercessão), Rosianne (secretária). (ATA RCC, 1995, p. 01).

A Escola se originou da Ofensiva Nacional, depois passou a se chamar Ministério Paulo Apóstolo e ficou simplesmente o nome de Escola Paulo Apóstolo que é responsável pelo Ministério de Formação. Antes a formação era feita através dos servos mais velhos, que eram responsáveis de ensinar aqueles que queriam se dedicar a RCC. Com o passar dos tempos foram desenvolvidas revistas e apostilas de formação que abarcam todo o ministério.¹⁹⁸

É responsabilidade da diocese escolher as pessoas para capacitar os formadores, estes iniciam com o módulo de Formação de formadores que foi elaborado pelo Ministério Nacional de Formação. Esse Módulo não é obrigatório e é dividido em três encontros, é ministrado quando houver a necessidade por

¹⁹⁷ Disponível em: www.rccbrasil.org.br/artigo.php?artigo=100. Acesso em: 24/09/2017.

¹⁹⁸ Disponível em: www.rccbrasil.org.br/artigo.php?artigo=100. Acesso em: 24/09/2017.

parte do grupo, pode ser ministrado por pregadores e coordenadores e membros que não fazem parte oficialmente, do Ministério de Formação.¹⁹⁹

No começo da RCC na diocese havia a necessidade de formadores virem de fora para dar formação aos servos. O objetivo da Escola era unificar a linguagem da RCC em todo Brasil. O Bispo destacou sua importância para abrir a mente das pessoas e seus corações.²⁰⁰

As transcrições das atas mostram que além da religiosidade e espiritualidade que envolve o grupo, havia a necessidade uma organização séria. Um planejamento anual das Formações é fundamental para promover o melhor andamento do mesmo. Em todos os encontros eram realizadas orações e a efusão do Espírito Santo.

A diocese fornece o material para formação. Este material tem seu conteúdo dividido em cinco módulos e diversas apostilas. Algumas das apostilas que temos acesso são Apostilas de Módulo Básico; Apostilas do Módulo Formação Humana; Apostila de Apoio Pedagógico; Apostilas do Módulo Formação Bíblica; Apostilas do Módulo Formação de Formadores; Caderno do Formador; Projeto Pedagógico; Cartilha do Ministério de Formação. De livros disponíveis tem-se a Coleção Novo Milênio e a coleção RCC Responde. Além de fitas k7, fitas VT, CD's.²⁰¹

O Módulo Básico conta com as seguintes revistas: Identidade da RCC; Carismas; Grupos de Oração; Oração, Caminho de Santidade; Santidade; Liderança em Serviço na RCC; Igreja; Ensino Social da Igreja. Este módulo tem por finalidade, apresentar á quem deseja ser servo o que é a RCC, seu contexto histórico, suas funções, pensando conteúdo o sentido social do grupo.

O módulo de formação humana tem três apostilas: Relacionamento com Deus; Relacionamento com o outro; Relacionamento consigo mesmo. Vemos neste aflorar o sentido mais espiritual pensando o próprio ser humano e o relacionamento com os outros, tratados por eles de "irmãos". O terceiro é o de Formação Bíblica, durante este módulo ocorre o estudo aprofundado da bíblia.

O módulo quatro se chama, Reavivando a Chama podemos entender aqui que a chama é o fogo do Espírito Santo, e as revistas são intituladas

¹⁹⁹ Disponível em: www.rccbrasil.org.br/artigo.php?artigo=100. Acesso em: 24/09/2017.

²⁰⁰ Ata diocesana, diocese de Apucarana, p. 1, 1995.

²⁰¹ Disponível em: www.rccbrasil.org.br/artigo.php?artigo=100. Acesso em: 24/09/2017.

como: O Reavivamento do Louvor; O Reavivamento do Grupo de Oração; Os Ministérios no Grupo de Oração; Maria, simplesmente; Grupo de Perseverança; Discipulado; Liturgia. O quinto módulo é o já mencionado, a formação de formadores.

A revista intitulada *A identidade da Renovação* apresenta de maneira clara logo no primeiro encontro as principais características da Renovação. “São elas: Batismo no Espírito Santo, prática dos carismas, notadamente dos extraordinários, e formas de vida comunitária”. (SILVA, SD, p. 14).

Percebemos a preocupação de ensinar os servos sobre as práticas religiosas e principalmente explicar o Batismo no Espírito Santo e a maneira que este universo religioso é compreendido.

Os eferênciais teóricos e metodológicos que possibilitam essa discussão se vinculam a História das Religiões e religiosidades e à História Cultural, para isso contamos com os historiadores Roger Chartier (1988) e Mircea Eliade (2010) e os referenciais metodológicos se pautam na história documental e oral com os autores Paul Thompson (1992) e Jacques LeGoff (2003).

Como sabemos, ao longo da História de toda e qualquer sociedade existe um poder de criação principalmente ligado à religião. Ao longo da história a Igreja tinha o propósito de manter a unificação da sociedade, atuando não só na parte espiritual, mas cultural, política, econômica e social.

As revistas mostram a preocupação da RCC de atuar em todos esses sentidos, principalmente na parte espiritual, com a representação do sagrado. Os servos da RCC e as pessoas que participam do grupo, normalmente já possuem uma tradição religiosa e outros acabam encontrando no grupo o sentido religioso que antes não tinham e não conheciam. (PRANDI, 1997).

Roger Chartier (1988) na obra *A história cultural entre práticas e representações* explica como as práticas culturais permeiam as sociedades ao longo do tempo. O que temos é uma cultura compartilhada por grupos que vivem em um mesmo espaço, numa mesma sociedade, podendo ocorrer uma transmissão sociocultural. A RCC e a Escola Paulo Apostolo se enquadram nos novos objetos e novos desafios lançados à história, para esta compreensão Chartier (1988), destaca a importância da Antropologia e da Linguística.

Incluimos aqui a discussão abordagem de Michael de Certeau (1998), sobre usos e táticas, sabemos que a História das Religiões é também uma das

formas de manifestação e expressão cultural. A aculturação que ocorre dentro de uma cultura religiosa já instituída. Certeau (1998) fala das maneiras de escrever, de agir e se criar, maneiras de fazer, essas são influenciadas pelo meio ao qual encontram-se inseridos, utiliza-se as ordens e leis dos lugares, pluralidade e criatividade.

Usos e costumes de um povo, reproduzir ações, o reemprego de métodos, usos. Podemos dizer que a Igreja soube fazer uso dos instrumentos que estavam a seu alcance, criando um meio que abrigasse a necessidade religiosa da população e desenvolvendo ainda um material para ensino dos servos, fazendo o que Certeau (1998), define como usos e táticas.

Para compreender a e instituição religiosa é interessante a colocação de Bourdieu (2007), no que concerne falarmos de uma estrutura, estruturada, estruturante, o que temos é todo um contexto que pedia mudanças e a Igreja se reestruturou para melhor atender seus fiéis.

O que percebemos é a busca de um sentido religioso para a vida do homem, em todos os tempos e em qualquer espaço, e o conteúdo das apostilas expressam justamente isso. Para March Bloch (2001) disse história tem por objeto o homem, este se organiza de acordo com suas necessidades.

Ora, a obra de uma sociedade que remodela, segundo suas necessidades, o solo em que vive é, todos intuem isso, um fato eminentemente 'histórico'. Assim como as vicissitudes de um poderoso núcleo de trocas. Através de um exemplo bem característico da topografia do saber, eis portanto, de um lado, um ponto de sobreposição onde a aliança de duas disciplinas revela-se indispensável a qualquer tentativa de explicação; de outro, um ponto de passagem onde, depois de constatar um fenômeno e pôr seus efeitos na balança, este é, de certa maneira, definitivamente cedido por uma disciplina à outra. (BLOCH, 2001, p. 53).

A função do Historiador é registrar essa busca realizada pelo homem, pois este está em um universo cultural e de sentido religioso que não lhe cabia mais a quando surgiu a RCC em 1967 (PRANDI, 1997).

A Escola de Formação vem para ensinar como trabalhar quando ocorrerem essas manifestações através de orações, êxtases, etc. as manifestações são definidas por Eliade (2001) como hierofanias e podem se manifestar de qualquer forma e em qualquer coisa, nas folhas ou na argila, mas

o próprio fato dele se manifestar, e por coincidência, se limitar e tornar-se relativo e homem pode não estar preparado para este momento.

Eliade (2010) discute a linguagem emocional do corpo, os gestos e as práticas dos rituais de cura, que entendemos como uma forma mística nos rituais de cura e representa seu universo mágico religioso. O homem possui a necessidade de observar, de ver o sagrado se manifestando, e a RCC se articula como a expressão do que o homem busca, viabiliza um contato mais direto com o sagrado, viver no sagrado. (PRANDI, 1997).

Sobre a história oral, Thompson (1992) é fundamental para discutir a história oral que foi de grande importância para o início da pesquisa. Para ele a história oral é mais remota que a documental, pois antes de ter a história escrita as informações eram transmitidas oralmente e em sua maioria através dos mitos em todas as sociedades. O que nos foi relatado pela coordenadora diocesana, Maria Aparecida Virgilio do Nascimento durante a entrevista no dia 08 de maio de 2017, é a grande importância religiosa do grupo não só para a paróquia, mas para a cidade e também para a região.

Sobre as atas e as revistas buscamos em Jacques LeGoff (2003) o embasamento para pensar os materiais de memória coletiva que formam a história, aqui trabalhando com os documentos oficiais. Considerando a proposta do autor em analisar os documentos como monumentos, cabe destacar que o documento é tudo aquilo produzido pelo homem sendo assim as atas é de total importância, mas sabendo que nela existe um discurso de quem o produz, os registros são frutos de uma memória coletiva.

CONCLUSÃO

Com base nas discussões realizadas destacamos a importância da cultura religiosa ao longo de todos os tempos que é um campo de estudos que vem ganhando espaço no meio acadêmico. Nesta discussão delimitamos falar do contexto histórico da Renovação Carismática Católica enfocando a atuação e ação da Escola Paulo Apóstolo como formadora de servos da RCC.

As discussões abrangem a cultura religiosa que envolve a cidade de Ivaiporã- PR e escola Paulo Apóstolo que compreende um espaço maior de atuação não se concentrando só na cidade de Ivaiporã, mas possui servos formadores atuando em toda a região. Como já mencionado, as diretrizes da

discussão fora possibilitada pelas atas paroquial e diocesana juntamente com o conteúdo das revistas de formação.

Como destaca Roger Chartier (1988), este universo cultural e religioso é um campo vasto, para a compreensão da história humana devemos pensar o esforço de entendimento acerca das representações coletivas que cada sociedade estabelece.

Por fim, o trabalho está vinculado ao projeto inicial de mestrado que tem por objetivo compreender a Renovação Carismática Católica em Ivaiporã – PR (1990-2015), pois buscando captar as formas de expressão e de comunicação das culturas e a constituição das identidades, através da análise religiosa e práticas de apropriação e representação pensando também as táticas e estratégias adotadas pelos diferentes grupos sociais.

Fontes

Ata paroquial do grupo Jesus te Ama. Ivaiporã, 1994.

Ata diocesana. Apucarana, 1995.

SILVA, Dercide Pires da. Renovação Carismática Católica – Brasil. **Identidade da Renovação Carismática Católica**. Sd.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. **A apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. (1998)

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. 2ª ed. Lisboa/PT: DIFEL, 1988.

ELIADE, Mircea. **Tratado de história das religiões**. 4ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

PRANDI, Reginaldo. **Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1997.



SHINDÔ RENMEI: ANÁLISE DA PRESENÇA DO GRUPO VITORISTA EM LONDRINA (1944-1950)

Luana Martina Magalhães Ueno²⁰²
Universidade Estadual de Londrina

RESUMO: A pesquisa busca analisar os conflitos intraétnicos nas comunidades japonesas, em que procura demonstrar a presença dos Vitoristas (*Kachigumi*) e a influência da sociedade secreta denominada Shindô Renmei em Londrina (PR), comparando com as ações realizadas em São Paulo, que é caracterizado como ponto inicial desse corpo social. Como recorte temporal, é estabelecido o período de 1944, quando começa os primeiros assassinatos e torna-se público as ações da Shindô Renmei, a 1950 que começou a desmitificar as ideias da sociedade. Quanto à metodologia, foram utilizados processos judiciais, disponíveis no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH) e inquéritos realizados pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Curitiba. O estudo dos conflitos intraétnicos e a atuação da sociedade Shindô Renmei são abordados por Rogério Dezem (2000), mas a abordagem da ação no Norte do Paraná é estudada apenas por Rosangela Kimura (2006) e por Cacilda Maesima (2012).

PALAVRAS CHAVES: Conflitos intraétnicos; Shindô Renmei; imigrantes japoneses.

²⁰² Luana Martina Magalhães Ueno é acadêmica de História da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: 8.luana@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pesquisa busca analisar a presença de grupos de *Kachigumi*(vitoristas) e *Makegumi*(derrotistas) em Londrina (PR), buscando a influência da Sociedade Shindô Renmei no norte do Paraná. Compara-se o fenômeno com as ações em São Paulo, que é caracterizado como ponto inicial desse grupo social. Utiliza-se como fontes documentos do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS) e processos criminais do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH). A pesquisa faz parte do projeto “Lugares e dimensões do sagrado: religiosidade, culto aos ancestrais e cultura material entre nikkeis em Londrina (1929-2013)”, coordenado pelo professor Richard Gonçalves André.

A Imigração japonesa para o Brasil iniciou-se em 1908. Daquele ano em diante diversos japoneses vieram para o Brasil e fixaram-se, principalmente, nos estados de São Paulo e Paraná. E ao longo dessa trajetória imigracionista,

[...] o grupo se deparou com vários obstáculos e situações adversas, que vai desde as más condições de trabalhos nas fazendas cafeeiras paulistas; o desamparo em terras longínquas, estrangeiras e em guerra com seu país de origem; a desilusão pela impossibilidade de retorno ao Japão; as tensões vividas nas próprias comunidades no pós-guerra e até o racismo antinipônico” (MAESIMA, 2012, p.41)

A necessidade dos japoneses emigrarem foram as profundas transformações ocorrida no processo de modernização do país, ou seja, devido a Restauração Meiji em 1868. De acordo com Homero Oguido (1988), a Restauração Meiji foi uma tentativa de modernização, no Japão, no qual foi uma transição entre a era feudal para o capitalismo, resultando em uma crise demográfica no país, por isso, o governo japonês adota uma política de enviar trabalhadores para outras partes do mundo.

De acordo com Célia Sakurai (2000, p. 206), as primeiras conversações, sobre a introdução de imigrantes japoneses no Brasil ocorreram no final do século XIX. Entretanto, havia uma cautela por parte do governo brasileiro sobre a vinda desses imigrantes, principalmente, pois naquele momento havia fervorosos debates de ordem racial contra a entrada de “amarelos” no país, e também, o Brasil podia contar com os imigrantes europeus, para preencher a mão-de-obra. Somente, em 1895 que é firmado o Tratado de Amizade,

Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão, mas sem se estabelecer qualquer ideia sobre a questão da imigração.

A imigração japonesa para o Brasil só é pensada com mais afinco quando a economia cafeeira começa a se expandir, necessitando assim, de mais mão-de-obra e, também quando o governo italiano restringe a vinda de novos contingentes para o Brasil em 1902, gerando insuficiência de mão-de-obra para os cafezais. Diante dessas situações, os cafeicultores paulistas se decidem pela contratação dos imigrantes japoneses. Já o governo japonês começa a se interessar pelo Brasil, como um país de destino, pois as imigrações japonesas para os Estados Unidos, Canadá, México e Peru começa a ter problemas.

Célia Sakurai discute e distingue a imigração japonesa em duas fases, que compreende os períodos de 1908 a 1941. A primeira fase é denominada de “experimental”, inicia-se com a chegada das primeiras levas de imigrantes japoneses no Brasil em 1908 e é marcada pela insegurança, pois nem os japoneses e nem os fazendeiros estavam seguros do seu sucesso. É caracterizada pela imigração temporária, em que os trabalhadores japoneses queriam ganhar somente o suficiente para pagar as dívidas, ajudar a família e juntar algum dinheiro para retornar ao seu país de origem. No entanto, os trabalhadores se deparam com uma realidade bem diferente daquela sonhada, em que as condições de trabalho nas fazendas de café não permitem a poupança, sem contar a diferença cultural que é enfatizada nos primeiros tempos. Sakurai (2000, p.211) aponta que é nessa fase também que começam a ser forjadas bases para a identidade do grupo, que podem ser observadas na conduta coletiva do grupo enquanto grupo étnico em contato com a sociedade receptora.

Enquanto a segunda fase é chamada de “tutelada” vai do período de 1924 a 1941, quando é interrompida pela Segunda Guerra Mundial. Recebe essa denominação, pois ela é tutelada e amparada, desde o início, através de orientações e ajudas dos representantes do governo japonês. É nesse período que se concentram os elementos mais significativos da imigração japonesa, pois é quando “chegam mais da metade de todos os japoneses que vieram ao Brasil ao longo de quase 90 anos” (SAKURAI, 2000 p.219). A diferença dessa fase é que a entrada de imigrantes japoneses não é através de contratos pelas

fazendas de café, mas de imigrantes que vem trabalhar nas terras adquiridas pela KKKK²⁰³ e posteriormente por outras companhias para a formação de colônias. Outro ponto, é que nesse contexto da imigração que ocorre também uma mudança do “mundo mental” dos imigrantes japoneses, em que agora eles passam a comprar terras em outros estados e começam a se estabelecer por um prazo mais longo.

Devido essa mudança mental dos imigrantes japoneses, a partir de 1920, diversos japoneses migram de São Paulo para o Paraná. Oguido (1988) destaca dois fatores que explica essa migração, o primeiro é a proximidade com o estado de São Paulo e o outro é a fertilidade das terras norte- paranaenses. Além disso, o preço das terras e a ajuda das empresas colonizadoras facilitaram a fixação dos migrantes no estado. Essa presença fortíssima dos nipônicos, principalmente, no norte do Paraná, faziam com que algumas cidades parecessem um pequeno país asiático, como por exemplo Assaí e Uraí, ambas foram cidades inteiramente fundadas por migrantes japoneses. Além delas, as maiores concentrações de nipônicos estão em Londrina, Curitiba e Maringá.

Mesmo antes do início da imigração japonesa no Brasil ela foi envolta por discursos que alimentou o mito do “perigo amarelo”²⁰⁴. E essa ideia ganha mais força durante o período de 1920 a 1930, no qual os japoneses deveriam ser evitados por serem representantes de uma nação imperialista e agentes ameaçadores de degenerescência racial, sendo um duplo perigo. (TAKEUCHI, 2002, p.16). Com a Segunda Guerra Mundial, esse conceito de perigo amarelo ressurgiu mesclado a novos argumentos, como por exemplo, identificavam os nipônicos como súditos do Eixo e que haveria uma possível invasão japonesa na América Latina. De acordo com Marcia Yumi Takeuchi (2002, p.12) durante a guerra e juntamente com o perigo alemão, o perigo comunista e da conspiração judaica, o perigo amarelo contribuiu para potencializar a intolerância racial e a desumanização dos indivíduos. Ocorrendo então uma

²⁰³ A Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK) foi criada em 1917. A partir de 1920 ela passou a monopolizar o serviço de emigração do Japão e era controlada diretamente pelo governo japonês

²⁰⁴ Perigo amarelo é a ideia de um perigo japonês, dada pela estratégia japonesa em dominar espaços econômicos com o militarismo. Possibilitando que tais domínios militares engendrassem o domínio da raça amarela sobre a Branca. Para aprofundar-se mais Dezem (2005) e Maezima (2012)

perseguição aos nipônicos, em que começam a ocorrer inúmeras restrições do governo brasileiro, entre elas, está a proibição de falar línguas estrangeiras em público ou em particular, proibição da compra e venda de propriedades e a proibição da imprensa em língua japonesa.

A Shindô Renmei surge nesse contexto, principalmente, quando ocorre a proibição da imprensa em língua japonesa, pois com o fim da Segunda Guerra Mundial e a rendição do Japão, muitos imigrantes japoneses ficaram sem ser noticiados sobre esse fato. Entretanto, alguns indivíduos isolados, com uma alta aquisição, tinham acessos a essa informação. A partir disso, se formou um pequeno grupo nipônico que tentava propagar o fim da guerra e a perda do Japão, através de panfletos e discursos em praça pública.

O fator que contribui para a divisão da comunidade nipônica, foi o aparecimento de um determinado grupo que não acreditavam na rendição do Japão e normalmente faziam parte das sociedades secretas, eles eram denominados de *Kachigumi* (vitoristas), justamente por acreditar na vitória do Japão, e denominavam de *Makegumi* (derrotistas), de forma pejorativa, aqueles que tentavam propagar a rendição do Japão. Além disso, o forte nacionalismo e o fanatismo pelo imperador, contribui para o surgimento dessa sociedade em que cada indivíduo japonês possuía um *on*²⁰⁵ para com o Imperador. De acordo com Rute Benedict (2014) o *oné* sempre empregado no sentido de devoção sem limites.

Portanto a Shindô Renmei surgiu no final da Segunda Guerra Mundial no Brasil, e foi uma união de nacionalistas japoneses que não acreditavam na rendição do Japão. Devido à falta de informação nas comunidades japonesas, essas sociedades acabaram ganhando muitos adeptos fanáticos. Lesser (2001) interpreta que a nacionalidade era tão enfática que os derrotistas colocavam em esfera pública uma lista negra dos “traidores”, utilizando-se do *IHA*²⁰⁶. Além disso, foram recrutados jovens fanáticos, para integrar a equipe especiais de ataque (*Tokkotei*) ou esquadrão suicida (*Kesshitei*), objetivando os

²⁰⁵ O *on* significa débito para com alguém. Como por exemplo, um filho que nutre profundo afeto por sua mãe pode dizer que não esquece o *on* que dela recebeu. O termo, contudo, refere-se especificamente não a este amor, e sim a tudo o que a mãe fez por ele quando bebê, os seus sacrifícios. Implica na retribuição desse débito (BENEDICT, 2014).

²⁰⁶ Os *ihai* são pequenos tabletes, inscrito com o nome dos ancestrais, colocados em frente a santuários. Utilizados para o culto aos ancestrais japoneses.

assassinatos de indivíduos que eram contra o movimento, ou seja, os derrotistas.

É necessária essa pesquisa, pois este tema ainda é uma lacuna historiográfica, por não ser divulgado nem mesmo entre os descendentes das comunidades japonesas. Parece haver certo receio em falar desse movimento, pois remete a conflitos intraétnicos e a desestruturação de identidades dos imigrantes japoneses.

MATERIAS E MÉTODOS

Nessa pesquisa se realizou um levantamento bibliográfico sobre o tema geral da imigração japonesa, e também foi feito um levantamento sobre a migração dos japoneses no norte do Paraná, focando principalmente na cidade de Londrina.

Ademais, foram analisados dossiês do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), composto por processos, cartas, transcrições, recortes de jornais, fotografias, materiais apreendidos, entre outros. Além de, analisar os processos judiciais do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH).

Deve-se levar em consideração que essas fontes são escritas por terceiros, ou seja, são fontes indiretas. Ginzburg (2006) argumenta que por ser fontes escritas e indiretas, provavelmente escritas por indivíduos ligados a cultura dominante passam por filtros e intermediários que deformam, devido aos pensamentos, crenças, esperanças, etc. Mas o fato dessa fonte não ser “objetiva” não significa que ela não seja inutilizável. E para a sua compreensão, foi considerado o pensamento nacionalista daquele momento histórico e também o contexto histórico, como por exemplo, a Segunda Guerra Mundial.

RESULTADOS, DISCUSSÕES E CONCLUSÕES

Com as análises documentais realizadas dos inquéritos reunidos do CDPH e do DOPS, percebemos a esfera densa que se estabelece em relação aos nipônicos. Como a análise do inquérito criminal, que teve abertura em 1939 e arquivou-se no mesmo ano, pertencente à vara criminal 01, do pacote 15, da notação 434, localizado no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, referente a um incêndio em uma Escola Japonesa, no distrito de Rolândia. Com

a investigação dos peritos, eles chegaram à conclusão de que o incêndio foi realizado propositalmente, através de gasolina ou querosene. Foram recolhidos depoimentos de sete testemunhas, em que três das testemunhas japonesas confirmam que um homem apareceu na hora do incêndio e começou a ameaçá-los de morte, dizendo “Voceis [...] estão pondo fogo nas casas aqui no Brazil, este bicho não pode ficar aqui, e quem manda aqui somos noizbrazileiros; corja filhos da puta”.Deixando claro a perseguição aos japoneses antes mesmo da Segunda Guerra Mundial. Dezem (2005) argumenta que mesmo antes da guerra, os japoneses já vinham sofrendo represálias em consequência da campanha de nacionalização sustentada pelo Estado Novo desde 1938.

Outra análise é a do Inquérito Criminal da vara criminal 2, pertencente ao pacote 9, da notação 3146, localizado no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica. Tendo início no dia vinte do mês de julho de 1948 e sendo arquivado no dia nove do mês de maio de 1951. Trata-se de uma denúncia realizada contra o japonês T.F do crime previsto no artigo 35, Nº I do decreto-lei 4.545. O devido artigo traz que serão punidos com seis meses ou um ano de prisão quem praticar, em lugar público, ato que se traduza em menosprezo, vilipêndio ou ultraje a qualquer dos símbolos nacionais ou que desrespeitar ou tentar desrespeitar, por palavras ou por escrito, contra qualquer dos símbolos nacionais, a repulsa ou desprezo público.Foram colhidos depoimentos do réu, do denunciante e de sete testemunhas, sendo quatro em defesa do réu e três de acusação. Percebe-se que nos testemunhos contra o réu é encarregado de nacionalismo, em que acusam o japonês T.F de com malícia e intenções escusas hasteou a bandeira de ponta cabeça, como se ele estivesse provocando e desrespeitando intencionalmente o símbolo nacional brasileiro.

Enquanto a análise dos arquivos do consulado japonês, pertencente ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) dos anos de 1941 a 1943. Demonstra que existia dois tipos de tratamentos em relação aos nipônicos, em que os consulados ShunichiKomine e o chanceler Yoshimi Saito passam do patamar de confiáveis para inimigos do Estado. Observa-se isso quando dois jornais, “Diário da terra” e “O dia”, publicam a importância de ter representantes diplomatas do Japão no Paraná e a necessidade da criação de um consulado, devido ao crescente aumento da colonização nipônica no Estado. Além disto é

exposto a satisfação em haver um representante do país amigo, o cônsul diplomata Dr. Shunichi Komine, descrito como um homem culto e de espírito brilhante. Nos jornais há um jubilo em relação as suas duas filhas, onde há ênfase no fato delas terem nascido no Brasil. Devido ao agravante da guerra, a imposição do Estado novo por Getúlio Vargas, em novembro de 1937 e as leis que restringiam os imigrantes alteraram totalmente a forma de tratamento em relação a eles. Passam a ser vistos como inimigo do país, as formas de tratamentos e as relações com os diplomatas e funcionários dos consulares japoneses são alteradas, sofrem restrições e começam a ter os mesmo tratamentos dos diplomatas e funcionários dos consulares alemães e italianos.

Ademais, foram utilizados nessa pesquisa uma entrevista oral realizada com Estela Okabayashi Fuzii feita em 18 de setembro de 2015, pelo professor Richard Gonçalves André e a análise do livro autobiográfico “Minha vida é de amor” escrita por Masanobu Sato, em Rolândia no ano de 2003. Ambos expõem brevemente sobre a existência dos vitoristas em Londrina. Na transcrição oral feita com Estela Okabayashi Fuzii, é relatado que, com o fim da Segunda Guerra Mundial, em Londrina houve tensões no interior das próprias comunidades japonesas, mas não tão intensas quanto em São Paulo. Mas houve ameaças, perseguições, pichações de muros, ocorrendo pressão e terror, ela observava isso nas conversas de seus pais. Já no livro de Masanobu Sato, conta-se que a Shindô Renmei se expandiu para várias regiões, tanto que possuía várias filiais e cada filial possuía um diretor e conselheiro. No estado do Paraná, Saijiro Tanita era o responsável pela administração da sede.

É notável que tanto na entrevista quanto no livro há um receio em falar da tensões e violências causadas pelo o surgimento dessas sociedades, no qual eles aderem o discurso que aqui em Londrina, as perseguições tenham sido mais “leves”, como se essas sociedades não tivessem conseguido forças no Paraná. Observa-se uma tentativa de exclusão do ódio ocorrido naquele período histórico.

Por fim, foram analisados também os dossiês reunidos pelo DOPS, em uma pasta chamada de “Soc. terroristas japonesas” 1948 a 1951, no qual foram encontradas denúncias relacionado a cidade de Londrina. Como a denúncia realizada pelo japonês chamado José Kawai, que residia na cidade de Londrina, e alegava que dois outros japoneses, conhecidos como Akntsue e

Horisawa estavam saindo pela cidade de Assaí espalhando para os patrícios sobre histórias fantásticas, dizendo que o exército japonês logo desembarcaria no Brasil para o regresso ao Japão. E pedia para os japoneses não cultivassem mais, por causa a vinda do imperador e eles moviam uma campanha para o repatriamento de japoneses no Paraná, cobrando de cada uma determinada importância de dinheiro. Lesser (2001) diz que a Shindô Renmei surgiu como uma expressão de solidariedade étnica, mas alguns de seus integrantes começaram a praticar extorsões.

Outra denúncia envolvendo esse japonês chamado Akntsue, é uma carta, que se acredita que tenha sido postado em Apucarana. Ela foi traduzida por Soichilwaya, nomeado pelo juiz de direito da comarca de Assaí. A carta é dedicada “ao chefe da propaganda derrotista do império do Japão judaico, Hossaka”. A carta é de dezembro de 1949. Nesta carta, acusa Hossaka-pai e filho, Udihara-pai e filho, ladrão Taruma, OdakiShinto-pai e filho, Yamada e Nakanishi de propagarem ideias falsas durante a conflagração mundial. Aproveitando enquanto os indivíduos da *Doshikai* (grupo fanático) estavam presos, os derrotistas distribuíam panfletos a todo Paraná sobre a derrota do Japão, o autor da carta diz que causava atritos com os que não acreditavam na derrota, revoltando o seio da sociedade. Devido a isso, o autor ameaça esses indivíduos “Para reportar esta responsabilidade, brevemente, entre este ano e o ano de 1950, irei até aí, afim de liquidar os responsáveis, aviso de antemão”. Por fim, a carta é assinada pela associação do Dragão negro. Lesser (2001) diz que:

No Paraná, os japoneses “derrotistas” passaram a receberem ameaças de mortes, que afirmavam que dentro de pouco tempo, o Exército japonês iria desembarcar no Rio de Janeiro ou em Paranaçu indo diretamente em Londrina, para acabar com elementos Judeus e comunistas, não só isto, como também para liquidar os amarelos que não acreditavam na vitória do Japão [...] (p.250)

Com a pesquisa, foi possível observar as perseguições existente em relação ao imigrante japonês, antes mesmo da Segunda Guerra Mundial. Deve ser levado em consideração a campanha da brasilidade e o nacionalismo estabelecido por Vargas, além dos discursos de perigo amarelo relacionado ao imigrante, antes mesmo da sua vinda para o Brasil. Pode se perceber também que a ascensão da Shindô Renmei foi uma tentativa de reagir contra a ordem

pública, pois com as tensões sociais e étnicas criadas pelas atitudes antijaponesas levaram alguns integrantes das comunidades a se tornarem cada vez mais japoneses. Lesser (2001) diz que o culto ao imperador logo passou a substituir o culto aos antepassados, como forma de preservação de identidade. Por fim, foi possível demonstrar que houve a existência de vitoristas e derrotistas em Londrina, com perseguições e ameaças, apesar de não ter sido encontrado comprovações de assassinatos.

Fontes primárias

Consulado japonês (1941-1943). Curitiba: Departamento de Ordem política e social (DOPS).

Coleção de Autos Criminais do Fórum da Comarca de Londrina, 1938-1970, do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica – CDPH, da Universidade Estadual de Londrina.

FUZII, Estela Okabayashi; FUZII, Cristina Okabayashi. **Entrevista** [setembro, 2015]. Entrevistador: Richard Gonçalves André. Transcrição: Leonardo Luiz. Londrina, 2015. A transcrição encontra-se nos arquivos pessoais do Richard Gonçalves André.

SATO, Masanobu. **Minha vida é de amor**. Rolândia, 2003.

Sociedade Terrorista japonesa. Departamento de Ordem Política e Social. Pasta 004424, 1948-1951.

Bibliografia

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001

MAESIMA, Cacilda. **Japoneses, Multietnicidade e Conflito na Fronteira: Londrina, (1930/1958)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói

OGUIDO, Homero. **A saga dos japoneses no Paraná**. Curitiba, 1988.

SAKURAI, Célia. **Imigração Japonesa para o Brasil: Um exemplo de imigração tutelada (1908-1941)**. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

TAKEUCHI, M.Y. **O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002.



**“COBERTURA DA CHEGADA DE JEAN-PAUL SARTRE E SIMONE DE
BEAUVOIR A CUBA ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS DO JORNAL
REVOLUCIÓN (1960)”**

Ingrid Thibes Massambone
Universidade Estadual de Londrina

Resumo. Tenho por objetivo apresentar a fase inicial do projeto de Iniciação Científica sobre as fotografias da viagem para Cuba de Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir, em Fevereiro e Março de 1960, a convite de Carlos Franqui, diretor do *Revolución*. As fotografias encontram-se presentes no jornal *Revolución*, jornal de comunicação do Movimento 26 de Julho, que posteriormente tornou-se o periódico oficial após o triunfo da Revolução Cubana. A proposta para essa comunicação é mostrar como foi realizada a cobertura da recepção de Sartre e Simone de Beauvoir, feita pela *Revolución*, através das fotografias e das reportagens.

Palavras-chave: fotografias, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, *Revolución*, Revolução Cubana.

Este artigo tem por objetivo apresentar uma discussão bibliográfica sobre fotojornalismo cubano e parte do projeto de Iniciação Científica sobre as fotografias acerca da cobertura de recepção de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir em Cuba, em 22 de Fevereiro de 1960, presentes no jornal *Revolucion*, a convite do diretor do periódico Carlos Franqui. As fotografias selecionadas para o recorte da apresentação são as fotografias da chegada de Sartre e Simone de Beauvoir no aeroporto e a recepção dos principais redatores do Lunes, suplemento do *Revolucion*.

O *Revolucion* nasceu como um jornal clandestino do Movimento 26 de Julho, mas com o triunfo da Revolução em 1959, passou a ser o periódico oficial do governo. Desde sua origem, Carlos Franqui o dirigiu e também a *Rádio Rebelde*, as vias de comunicações do Movimento 26 de Julho no período pré-revolucionário, mas a partir de 1959, Franqui assumiu exclusivamente a diretoria do *Revolucion*.

A Revolução cubana teve inicialmente um caráter nacionalista, causado pelo descontentamento da população com o regime ditatorial de Fulgencio Batista. É preciso evidenciar que a Revolução aconteceu no momento de um contexto global de guerra fria, período de disputa entre as duas superpotências da época, Estados Unidos e União Soviética, do capitalismo e socialismo.

Após a frustrada tentativa de assalto ao quartel Moncada, em 26 de Julho de 1953, data escolhido em homenagem ao centenário da morte de José Martí, na tentativa de derrubada do governo ditatorial de Fulgencio Batista, os guerrilheiros liderados por Fidel Castro foram capturados, presos e/ou executados. Enquanto estavam presos, denominaram-se “Movimento 26 de Julho”, como forma lembrar o assalto ao Moncada. Fidel Castro foi capturado e preso alguns dias depois, no período de cárcere atuou sua advocacia escrevendo uma autodefesa, que ficou conhecida como “A História me Absolverá”, mas não foi suficiente para que fosse liberto. Fidel foi condenado, posteriormente com a anistia concedida por Batista, auto exilou-se no México, com objetivo de reorganizar a guerrilha para derrubar a ditadura que estava acontecendo em Cuba.

Já em Dezembro de 1956, após o período em que reorganizaram a guerrilha, partiram do México rumo a Cuba no *Granma*, que tinha suporte de embarcação de 25 pessoas, mas estavam a bordo 81 guerrilheiros. Alguns dias após chegarem a Cuba foram surpreendidos por soldados do governo, ocasionando diversos combates, resultando na morte da maioria dos guerrilheiros. Os guerrilheiros que conseguiram escapar fugiram para a Sierra Maestra, onde se reagruparam em “método de guerrilha” (MISKULIN, p.209, 2016), com o apoio imprescindível dos camponeses, pois muitos camponeses aderiram-se a guerrilha.

No ano de 1958, os guerrilheiros que estavam na Sierra Maestra passaram para o momento de ofensiva, as frentes das colunas organizadas estavam Che Guevara, Camilo Cienfuegos, Raul Castro e Juan Almeida, além de Fidel Castro. Após conquistarem diversos locais estratégicos e com o apoio popular, Batista se vê sem saída e abandona Cuba dia 31 de Dezembro de 1958.

Foi então que em 1 de Janeiro de 1959 houve o triunfo da Revolução cubana. O primeiro ano pós-revolução foi de consolidação dos projetos sociais do Movimento 26 de Julho, como os exemplos citados por Miskulin: aumento salarial e a redução de tarifas, e também a Reforma Agrária, nacionalização das empresas privadas. (MISKULIN, p. 212, 2016)

A historiadora Silvia Miskulin analisou o *Lunes*, suplemento do jornal *Revolución*, pertencente ao governo revolucionário e com direção de Guillermo Cabrera Infante, que acompanhavam as diretrizes do Movimento 26 de Julho. Suas grandes influências, colocadas pela autora, é a psicanálise de Freud e o existencialismo de Sartre, na tentativa de criar uma “nova cultura cubana”. Para a historiadora, em 1959 houve em Cuba uma movimentação intelectual, momento de liberdade de expressão artística e de imprensa, que posteriormente toma outros rumos. (MISKULIN, 2000, 2016)

Segundo Grethel Morell Otero, nas décadas de 50 e 60, os jornais foram utilizados pelo novo governo cubano como uma ferramenta de aproximação

com a população. Para a autora, as fotografias pertencentes a esses periódicos foram importantes para os guerrilheiros ganharem simpatia popular, também tiveram sua relevância como suporte documental para a reafirmação dos fatos e feitos. (OTERO, 2012)

No contexto do periódico, a fotografia de imprensa é um texto visual, tendo como objetivo passar uma mensagem informativa para o público e o modo de produção dos conteúdos, segundo Lorenzo Vilches, influencia a leitura do texto e a sua compreensão. Vilches sustentou a ideia de que uma fotografia se torna narrativa quando alguém dá um sentido para ela, e que através da sua perspectiva pode fazer uma análise, porque há intencionalidade na fotografia e a capacidade perceptiva do leitor é responsável para sua compreensão. (VILCHES, p.80)

A imagem pode ter uma autonomia a respeito do texto escrito do jornal, o texto pode vir acompanhado de imagens apenas ilustrativas, de forma irrelevante, mas pode também ser rica em informação, podendo superar até mesmo o texto escrito. (VILCHES, p.80)

Segundo Boris Kossoy, a fotografia sofre manipulações, de forma consciente ou não, ela serve como instrumento de ideologias políticas como, por exemplo, pode alterar o sentido dos acontecimentos ou exaltar um fato que não tenha tido tanta importância. Existe também a manipulação feita pelos fotógrafos, como as escolhas dos temas, como já foi explicado, e também passa por várias manipulações técnicas de edição, de laboratório e de armazenamento de fotografias, de publicação. (KOSSOY, p. 121,122). Para o autor:

“Uma única imagem contém em si um inventário de informações acerca de um determinado momento passado; ela sintetiza no documento um fragmento do real visível, destacando-o do contínuo da vida [...]” (KOSSOY, 2014, p.115)

Na opinião de Kossoy é necessário fazer uma análise contextual da fotografia, pois ela em si mesma não é suficiente para sustentar-se como história. Por trás da fotografia existem diversos contextos: econômicos, políticos, familiares, cultural, etc. É necessário recuperar a história da imagem

fotográfica, é preciso investigar os fatos ausentes da fotografia, para que se tenha uma perspectiva daquela imagem. (KOSSOY, p. 131, 132)

Segundo a tese de doutorado de Rodrigo Davi Almeida, a viagem de Sartre e Simone para Cuba em 1960 foi por motivações políticas, porque a Revolução Cubana representava a práxis, portanto era importante analisar dos projetos que estavam sendo realizados pelo governo revolucionário, como a Reforma Agrária, construção de casas para quem não tinha condições, entre outros. A visita foi importante no sentido de divulgação da Revolução Cubana, mostrando ao mundo como a figura de liderança de Fidel era bem vista pela população e pelos intelectuais, afinal Sartre e Simone de Beauvoir eram intelectuais franceses da esquerda internacionalmente reconhecidos. (ALMEIDA, 2010)

O convite foi feito de Carlos Franqui à Simone de Beauvoir, em Paris, onde a filósofa escreve que “[...] disse-me com energia, que era nosso dever ver de perto, com nossos próprios olhos, uma revolução em marcha [...]”. (ROMANO, 2002, p. 72 apud BEAUVOIR, 1961, vol II, p.215)

O casal ficou hospedado em Cuba durante 22 de Fevereiro a 21 de Março de 1960, quando viajam para o Brasil e depois retornaram a Cuba. Sartre estava curioso para observar os progressos que Cuba tinha realizado desde sua primeira visita, no ano anterior. No Anexo 1 podemos observar a fotografia da capa do *Revolución* anunciando a chegada do casal, tirada por um fotógrafo não identificado.

Já no Anexo 2, podemos notar que foram recebidos no aeroporto pelos redatores e os diretores do *Revolucion* e *Lunes de Revolucion* e, durante a reportagem da recepção foi apontado a pergunta um sujeito não identificado para Simone de Beauvoir, “o que acha da Revolução Cubana?”, que responde “*Todavía es muy pronto para hablar. Déjeme conocerla primeiro*”. Participaram de eventos importantes do país, como o Carnaval da Reforma Agrária e a homenagem das vítimas do “ataque” ao “La Coubre” pelos Estados Unidos, que posteriormente foi constatado que foi apenas um acidente.

Por tratar-se de uma pesquisa em fase inicial, ainda não há resultados significativos, mas sim possíveis hipóteses e questionamentos para a

conclusão deste artigo. Primeiramente, até o momento o levantamento realizado identificou uma maior preferência do *Revolucion* nos escritos e personalidade de Jean-Paul Sartre, sendo ele o personagem central da visita. Para justificar essa reflexão, podemos analisar no anexo 1, apenas a imagem Sartre focalizada, apesar de estar como o olhar direcionado para outro local. Em contrapartida, Simone de Beauvoir apareceu na fotografia desfocalizada, atrás de Sartre. Na segunda fotografia podemos observar a atenção dos redatores voltada a Sartre, Simone ao lado das mulheres, ao lado esquerdo da fotografia, aparentando não participar da conversa.

Contudo, finalizo com uma reflexão segundo o pensamento de Kossoy, de que as fotografias são instantes de um todo, um breve momento capturado de um contexto imenso, devido a sua variedade de interpretações, a fotografia pode ganhar vários significados e problematizações durante seu tempo de existência. Para ele a fotografia é uma forma de obter-se conhecimento sobre o passado, porém a fotografia em si não possui um conteúdo definitivo. (KOSSOY, p. 116, 120).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Rodrigo Davi. *As posições políticas de Jean-Paul Sartre e o Terceiro Mundo (1947-1979)*. 2010. 261 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2010. Disponível em:

<<http://hdl.handle.net/11449/103131>>.

AYERBE, Luís Fernando. *A Revolução Cubana*. Col. Revoluções do século XX. SP: Editora da UNESP, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. *Sob o signo da história*. Tradução de Sérgio Milliet. Ed Difusão Europeia do Livro, Rio de Janeiro, vol II, 1961.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. Capítulo 1, 2 e 5. 5ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014, p. 27-56, p. 111-137.

MISKULIN, Silvia Cezar. *A política cultural no início da Revolução Cubana: o caso do suplemento cultural*. caso do suplemento cultural Lunes de Revolución. Revista Outubro. 6ª Ed. Artigo 7. 2000, p. 77-90.

_____. *A Revolução Cubana: conquistas e desafios na História das Américas*. In: BARBOSA, C. A. S.. *As revoluções contemporâneas paradigmáticas*. Maringá-PR, Ed UEM, 2016, PP. 207-204.

MORELL OTERO, Grethel. *Fotografía Cubana, Absolut Revolution (1959- 1969)*. In: HEMISPHERE: Visual Cultures of the Americas. Department of Art and Art History. University of New Mexico. Vol. III, p. 8-22, 2010.

ROMANO, Luis Antônio Contatori. *Sartre e a América Latina*. In: ROMANO, Luis Antônio Contatori. *A passagem de Sartre e Simone de Beauvoir no Brasil em 1960*. Ed Mercado das Letras. Campinas- SP: Fapesp, 2002

SADER, Emir. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

VILCHES, Lorenzo. *Teoría de La Imagem Periodística*. Barcelona: Editorial Paidós, 1997, p.79-90, p. 111-166.

“*Admiro Realmente la Revolución Cubana*”, REVOLUCIÓN. 23 de Fevereiro de 1960. Ed. 2, p. Capa e 18

ANEXO 1:



Revolucion, Havana, 23 de Fevereiro. 2ª edição, pg- Capa, 1960.

ANEXO 2:



SARTRE Y MADAME BEAUVOIR

Recibidos por Carlos Franqui y los redactores de LUNES de REVOLUCION Baragano, Piñera y Walterio Carbonell. María Fraide, del Comité de la Paz y Raimundo de Castro, del Protocolo del Ministerio de Relaciones Exteriores. También se encontraban en el aeropuerto, entre otros, Alfredo Guevara, del INCAIC y la actriz Miriam Acevedo.

Revolucion, Havana, 23 de Fevereiro. 2ª edição, pg.18, 1960.



A QUERELA BONIFACIANA (1296-1303): O CREPÚSCULO DA IGREJA ROMANA

Eduardo Melin
Mestrando em História – UNESP/Assis

Resumo. A seguinte pesquisa aborda o período conflituoso que se estende de 1296 a 1303 entre a Monarquia francesa de Felipe IV e a soberania pontifícia de Bonifácio VIII. Se trata de uma época de fortalecimento do caráter centralizador instaurado pela monarquia capetíngia desde de o início do século XII que diante das intervenções políticas do papado procura amiúde deixar de depender do mesmo, ou até impedir suas interferências nos negócios do reino. Tais intervenções partiam do fato de que o reino francês ampliara a cobrança de impostos sobre os clérigos, até mesmo os regulares que durante pontificados anteriores eram isentos do tributo. O papa Bonifácio VIII antes de ser eleito já conhecera o problema, contudo ainda não conseguira saná-lo, no entanto, como representante do poder espiritual procurando estabelecer a paz entre os reinos de Inglaterra e França e acabar com a cobrança de impostos de membros eclesiásticos emite a bula Clericis Laicos na qual que ameaçava de excomunhão quaisquer senhores seculares que ousassem usurpar bens, propriedades e moedas pertencentes aos clérigos em seus respectivos reinos. O trabalho se contextualiza além de uma disputa por taxação dos clérigos e se situa no conflito entre duas mentalidades de tempos opostos. O trabalho procura por meio da análise das bulas papas mais relevantes analisar qual a posição do papado, seus argumentos e interesses diante da política secular na Cristandade Ocidental.

Palavras-chave: Papado; Igreja; Monarquia Francesa; Poder.

De fato, o início do conflito entre o papado sob Bonifácio VIII e a Monarquia francesa de Felipe o Belo ocorreu pela insistência do papa em interferir na política real e sua exigência por dízimos. Contudo, era muito comum que tais monarcas gravassem as igrejas de seu reino com tais cobranças, embora acontecessem com mais frequências em tempos de guerra. Essa prática não era novidade, pois durante o século XIII, tanto os reis de Inglaterra e França já arrecadavam parte dos rendimentos do clero, aliás em muitos casos os reis deviam conceder permissão aos cobradores de impostos enviados pelo papa sob a condição de que partilhassem a coleta, além do benefício que os papas teriam direito de colocarem os seus candidatos (servidores) em bispados e canonicatos. (BARRACLOUGH, 1968, p. 160).

Contudo o rei francês requeria desde 1292 um aumento dos pagamentos clericais, embora esta ambição fosse negada por Nicolau IV, o monarca manteve o que vinha arrecadando. Entretanto, a mencionada guerra que Felipe IV vinha travando com Eduardo I de Inglaterra desde 1294 pelos territórios de Flandres e da Gasconha na região Aquitana, ambas regiões sob suserania francesa, a determinação habitual era que a contribuição permanecesse ativa “afim de que os governos pudessem fazer frente às despesas da guerra” (PASSOS, 1972, p. 62).

De acordo com Passos a solução para o rei de França fora alterar a moeda a fim de contornar a recusa papal e sobretaxar ainda mais os clérigos (1972, p. 63). Em janeiro de 1296, foi acordado em uma assembleia de nobres e prelados cobrar tanto de laicos como de clérigos um imposto do quinquagésimo, era o limite para os clérigos franceses acostumados com o dízimo (FAVIER, 1978, p. 273). Contudo, a ascensão de Benedetto Caetani como papa Bonifácio VIII fez mudar sua posição em partes conciliadora.

Antes de ascender a cadeira pontifícia, Caetani e Gerardo de Parma visitaram a França a fim de investigarem os excessos dos funcionários reais que pleiteavam os bens da Igreja. No entanto como sumo pontífice, interessado em regular e restituir o poder clerical nos domínios seculares não negligenciou as acusações dos meios clericais acerca dos procedimentos do rei. Provenientes dos capítulos de Reims, sobretudo dos cistercienses sob comando do cardinal Simão de Beaulieu que instruiu os arcebispos dessa província, assim como os de Sens e Rouen para convocar um concílio nacional

datado para junho de 1296, a fim que o papa ouça e interceda pelos clérigos franceses (1972, p. 63).

Nesse ínterim, antes mesmo de qualquer concílio, em 24 de fevereiro Bonifácio emite a Bula *Clericis Laicos*, que proibia sob pena de excomunhão que membros eclesiásticos disponibilizassem quaisquer divisas aos senhores seculares sendo a mesma punição válida a todos os príncipes cristãos que taxarem o clero e as propriedades da Igreja. A bula não menciona diretamente Felipe o Belo, haja vista que Eduardo I também praticava o mesmo devido aos gastos provindos da guerra com a França.

Segundo Barbosa e Souza a atitude de Bonifácio diante das circunstâncias era uma continuidade da política hierocrática de seus antecessores, seus princípios estavam baseados na ideia de que a Igreja como corporação de cristãos renascidos pelo batismo, *homo novus* ou *renatus*, devia impelir a coesão dos fiéis à obediência de acordo com as leis estabelecidas pelos Soberanos Pontífices, visto que estessão a cabeça da cristandade, autores de princípios jurídicos universais e líderes incontestes daquela sociedade, cabendo-lhes a responsabilidade perante Deus de unir todos os membros batizados em um só Espírito para que possam compor um único corpo cristão (1997, p. 126-127).

O texto não parte de um aviso, mas de uma ameaça, de acordo com Passos, a bula *Clericis Laicos* possuía uma linguagem áspera, direcionada contra autoridades civis, sobretudo coletores de impostos, e até mesmo censura sob pena de excomunhão as autoridades eclesiásticas e quaisquer clérigos que contribuíssem com os senhores seculares, seja por cobranças dos mesmos, ou por disponibilidade voluntária (1972, p. 64).

[...], *nec non imperatores, reges seu principes, duces, comites vel barones, potestates, capitanei, vel officiales vel rectores, quocunque nomine censeantur, civitatum, castrorum seu quorumcunque locorum, constitutorum ubilibet, et quivis alii cuiuscunque prae eminentiae, conditionis et status, quitalia imposuerint, exegerint vel receperint, aut apud aedes sacras deposita ecclesiarum vel ecclesiarum personarum ubilibet arrestaverint, saisiverint seu occupare praesumpserint, vel arrestari, saisiri aut occupari mandaverint, aut occupata, saisita seu arrestata receperint, nec non omnes, quiscienter dederint in*

praedictis auxilium, consilium velfavorem publice vel occulte, eo ipso sententiam excommunicationis incurrant. (GRAZ, 1959, p. 1063)²⁰⁷

Todo o documento é dramatizado sob uma visão agostiniana da sociedade cristã na qual a ordem dos eclesiásticos era superior e guia incontestada da moral e do direito, contudo na mesma se percebe a pretensão antes estatuída por Gregório VII de que os clérigos não devem ser integrados ou tratados de forma semelhante aos *laboratores* e *bellatores* (FAVIER, 1978, p. 276).

Devido ao mencionado litígio ocorrido entre o até então Cardeal-diácono Benedetto Caetani e os mestres parisienses sob o pontificado de Martinho IV, e em represália aos ininterruptos problemas franceses, Bonifácio VIII ataca os membros das universidades, sobretudo a de Paris, sem ao menos nomeá-la, *Universitates quoque, quae in his culpabiles fuerint, ecclesiasticos supponimus interdicto* (PASSOS, 1972, p. 64). Com efeito, o papa também busca estender a excomunhão a toda a Cristandade que se comportasse negligente as premissas papais, acreditava que os clérigos estavam se tornando servos dos senhores laicos, era mais que uma questão financeira, se trata de um impasse à dignidade dos *oratores*, haja vista que estes são superiores e não podem ser submissos a servidão (FAVIER, 1978, p. 276).

Para a perpétua lembrança do acontecimento. O tempo mostrou-nos que os leigos sempre foram excessivamente hostis para com o clero, e isto comprova-se de modo evidente face ao ocorrido nos nossos dias, pois, não contentes com o que lhes diz respeito, desejam obter o que lhes está proibido e extravasam a sua ganância. Tampouco atentam diligentemente em que se lhes proíbe igualmente exercer qualquer poder sobre o clero, bem como sobre as pessoas eclesiásticas e os seus bens. Antes pelo contrário, os leigos impõem pesados tributos aos prelados e às suas igrejas, e ainda ao clero secular regular, fazendo-os pagar impostos e taxas. Extorquem-lhes consideráveis tributos dos seus proventos e exigem o pagamento da metade, um décimo ou um vigésimo, ou uma outra importância qualquer, além de se empenharem de muitos modos em escravizá-los sob o seu domínio. (BONIFÁCIO VIII In: SOUZA, 1997, p. 151).

Percebe-se, de fato, no texto mencionado, que o papa expõe de modo nostálgico a histórica hostilidade dos laicos diante dos clérigos, que estes

²⁰⁷ Corpus iuris canonici, editio Lipsiensis secunda post Aemilii Ludovici Richter curas ad librorum manuscriptorum et editionis Romanae fidei recognovit et adnotatione critica instruxit Aemilius Friedberg II, Leipzig 1879; rpt. Graz 1959. Pp. -1062 - 1063 ff.

deturpam a autoridade eclesiástica sem qualquer respeito ao que lhes foi proibido diversas vezes e incorpora de maneira teatral em suas palavras os sentimentos do clero francês (PASSOS, 1972, p. 65). Bonifácio estava determinado a acabar com os abusos seculares “[...] *quumnostraeintentionisexsistat, tamhorrendumsaeculariumpotestatumabusumnullatenus subdissimulationetransire.*” (GRAZ, 1959, p. 1063).

Contudo, Passos admite que o texto se mostra confuso por não fazer distinção entre abuso e os direitos feudais (1972, p. 64) e mesmo que para a maioria dos canônicos da época, o imposto era uma forma de servidão, não havia dúvida entre os clérigos, seja de França ou outro reino da Cristandade, que deveriam pagar impostos por sua propriedade patrimonial. O receio de Bonifácio VIII era que o poder hierocrático se tornasse tão falho a ponto de que os clérigos aceitassem a cobrança de tributos sem consulta ou permissão da Sé Apostólica (FAVIER, 1978, p. 274-275).

Como reação a essa bula autoritária de Bonifácio VIII, Felipe o Belo, assessorado e influenciado pelos juristas burgueses Pedro Flotte, Guilherme de Plaisians, Enguerrando de Marigny e Guilherme de Nogaret, especialistas em Direito Romano, reagiu de maneira severa, haja vista que sua formação não poderia tolerar mais essa mundividência papal (BARBOSA ESOUZA, 1997, p. 127). Em 17 de agosto do mesmo ano todas as determinações da *Clericis Laicos* são desprezadas pelo rei, ao mesmo tempo que foram proibidas as exportações destinadas a Santa Sé de metais preciosos como ouro e prata, fosse em lingotes ou em moedas, em vasos, ornatos ou de quaisquer formas de riqueza, tal medida política estancou uma das fontes de rendimento mais apreciáveis recebidas pelos papas, eram grandes somas de dinheiro, que lhes eram adquiridas por pagamentos dos próprios benefícios eclesiásticos situados na França (PASSOS, 1972, p. 65).

Outrossim, são impedidas sob qualquer hipótese a saída do reino, de víveres, cavalos, armas ou letras de câmbio sobre bens franceses, além do que nenhum estrangeiro permaneceria no reino francês sem autorização do rei (PASSOS, 1972, p. 65), tal embargo “expulsou os banqueiros italianos que transferiam o óbolo de São Pedro para Roma (BARBOSA ESOUZA, 1997, p.

127), entretanto fez vista grossa para com os templários, que foram acometidos por outro estratagema depurada ao longo do reinado de Felipe o Belo.

Diante dessa situação sufocante, a Igreja de Bonifácio é acometida pelo golpe francês que decerto acertara o alvo, pois “a Igreja vinha enfrentando o encolhimento de finanças, visto que o movimento cruzadístico e o aumento do comércio fizeram com que os tributos migrassem para os poderes locais” (PIEREZAN, 2008, p. 158). Logo, Bonifácio se dirige ao rei por meio de outra bula “*Ineffabilis amoris dulcedine*”, na qual procura de forma mais amena, porém indignada, convencer Felipe de que está cercado por homens ímpios que fora mal aconselhado e pode sofrer consequências tenebrosas caso continue usurpando as liberdades clericais, o papa chega a mencionar uma ameaça ao poderio francês quando censura que a França está cercada por reinos que podem atacá-la (PASSOS, 1972, p. 66).

Entretanto a então referida bula não provoca impacto significativo, Felipe IV estava convicto de suas ações e de que era bem assessorado, o ano de 1296 era para o papado o início de uma querela distinta das anteriores, pois não se tratava mais de um poder universalista ou um poder estatuído pelo papado, mas de um reino que se assegurava da subordinação de seus membros, tanto que os mencionados juristas “produziram e divulgaram junto à opinião pública cidadina, em especial a parisiense, textos em que defendiam a política assumida por Filipe O Belo” (BARBOSA ESOUZA, 1997, p. 127) e lançariam no mesmo ano o opúsculo *Disputatio inter clericum et militem*.

Esse texto trata-se de um diálogo entre um soldado que se assegura ao defender a autoridade monárquica diante de um clérigo, sendo que este último, o autor ironiza e demonstra sua pretensão, sendo que ainda que conheça sobre leis, faz-se acreditar que pode justificar o poder pontifício. Pressupondo que a relevância do texto que transcorre à importância das discussões hierárquicas emana desses particulares do rei, é possível notar a colaboração recíproca entre Felipe, o Belo e seus juristas, a proximidade do que seriam os parâmetros da Monarquia absoluta, visto que esses intelectuais (laicos) eram também burgueses em ascensão, que precisavam da autoridade monárquica a fim de deslocar aqueles (clérigos, nobres entre outros) que soterravam as ambições de suas atividades financeiras, dessa forma, o rei supostamente

utilizaria de suas riquezas, para manter fortalecidos seus exércitos e consolidar sua autoridade centralizada.

Ao passo que as finanças se regularizavam, o papa enxerga a oportunidade de resolver o problema do clero francês, visto que Felipe o Belo, continuava a sobretaxar os eclesiásticos sempre que possível ou necessário, entretanto escolhera como legado para tal empreitada, o então bispo de Pamier Bernard Saisset (c.1232-c.1314). A história desse eclesiástico com a França de Felipe IV não era das mais agradáveis, desde que fora abade do mosteiro de Santo Antonio de Freelas, o clérigo colocado em segundo plano tivera que aceitar dividir a administração com Roger Bernard (1302) conde de Foix, contudo buscou apelação papal em Nicolau IV, este pontífice morrera antes de decidir acerca do assunto, porém a atitude de Saisset fez com que Felipe oferecesse liberdade para que o conde agisse como bem quisesse, tendo conhecimento das intenções do conde de exterminá-lo, o abade buscou refúgio em Roma durante o período inicial do pontificado de Bonifácio VIII (PASSOS, 1972, p. 74).

A atitude de Bonifácio diante do evento fora beneficiar o clérigo com uma nova diocese em Pamier na qual Saisset seria o primeiro bispo e deteria domínio sobre vasta região de Toulouse além de punir o conde de Foix com a excomunhão pela ação violenta diante de um religioso. Dentre idas e vindas, um acordo foi selado entre França e o papado para pôr fim ao problema e equilibrar os benefícios de ambos os lados. “Bonifácio e Saisset tinham em comum a concepção sobre direitos eclesiásticos. O papa conhecendo-o, reservará alguma boa ocasião para servir-se do temperamental bispo” (PASSOS, 1972, p. 75).

Contudo surgira tal momento, o bispo de Pamier fora escolhido para resolver em nome da Santa Sé o procrastinado problema dos bens eclesiásticos. Bernard Saisset se prostra diante do rei com tamanha pompa incitando Felipe IV a abandonar de vez sua política espoliadora, a respeitar os direitos da igreja e empregar os rendimentos obtidos com os eclesiásticos em uma nova cruzada almejada por Bonifácio VIII (PASSOS, 1972, p. 75).

A atitude do rei fora amparada pelos seus juristas, pois durante o período que segue a intimação do bispo, o mesmo vinha sendo investigado e acusado pelos conselheiros reais, teve que comparecer a julgamento perante o

rei em 12 de outubro de 1301, no entanto, embora condenado, busca apelo novamente em seu direito como eclesiástico sob custódia do arcebispo Gilles Aycelin de Narbona que junto com outros clérigos decidiu levar o caso ao papa (DE BONI In BAYONA AZNAR; SOUZA, 2016, p. 60).

Como juiz nessas causas Bonifácio se sente atingido profundamente diante do caso. Como costume peculiar em promulgar diversas bulas em tempo estreito, Bonifácio publica em quatro de dezembro de 1301 a bula “*Salvator mundi*” na qual revoga todos os benefícios concedidos ao rei no tocante a arrecadação de impostos e quaisquer contribuições clericais, no dia seguinte é emitida a conhecida bula “*Ausculda fili*” pela qual pretendeu demonstrar mais uma vez a preponderância do poder espiritual sobre o secular e rebater o debate teórico do opúsculo *Disputatio inter clericum et militem*, entretanto, a bula emitida circulou apenas dentre os conselheiros do rei, pois seu conteúdo fora modificado pelos mesmos afim de hostilizar o pontífice (PIEREZAN, 2008, p. 45).

O conteúdo da bula se situa em torno da supremacia pontifícia, salientando sob um fundo teórico “nitidamente neoplatônico” (SOUZA, 1995, p. 134) que a unidade da Igreja cuja cabeça é o papa e os príncipes são membros pelo batismo, que é dever do pontífice zelar pelo bem espiritual dos reis, julgar e corrigir caso saiam do caminho da salvação (DELGADO, 1996, p. 123). O papa persuade o rei da França afirmando que acima de sua hierarquia existe uma superior, que está submetido ao chefe eclesiástico, visto que quem pensar ao contrário não passa de um incrédulo “*Muy querido hijo, no te dejes convencer por nadie de que no tienes un superior o que no estás sujeto a la cabeza de la jerarquía eclesiástica, pues es tonto el que piensa de esa manera, y el que lo afirma con pertinacia está convicto de incredulidad [...]*”²⁰⁸

Passos afirma que o tom do documento que é violento, pois o seu autor passa a acusar o rei de não observar os direitos pontifícios na nomeação de bispos, por julgar e condenar prelados sem respeitar o “*privilegium foris*” sempre aceito, acusa-o também de extorquir bens e rendas eclesiásticas e não permitir o livre exercício da autoridade episcopal (1972, p. 72). Ainda de modo

²⁰⁸ Bonifácio VIII, Bula Ausculda fili. In: GALLEGU BLANCO, Enrique. Relaciones entre la iglesia y el estado en la edad media. Madrid: Revista de Occidente, 1973, p. 278-280.

inusitado convoca Felipe IV a comparecer em um concílio em primeiro de novembro de 1301, ou enviar embaixadores fiéis a fim de resolver todos os problemas que permeiam seu reino e defender das diversas acusações que partem de clérigos de seu reino (DE BONI In BAYONA AZNAR; SOUZA, 2016, p. 61).

Nunca a teocracia papal foi tão longe nas suas pretensões, pois desta vez o papa simplesmente se via no direito de julgar o governo da França em um tribunal (FAVIER, 1978, p. 346) era uma guerra declarada.

Contudo, como mencionado, o conteúdo da bula *Ausculta filifora* modificado e uma nova bula fora feita por Pedro Flotte, esta “foi divulgada por todo o país a fim de denegrir a imagem do pontífice diante da opinião pública” (DE BONI In BAYONA AZNAR; SOUZA, 2016, p. 63), por consequência de tal manobra política, no ano de 1302, Felipe o Belo impediu a saída de qualquer membro eclesiástico do reino e em abril do mesmo ano “convocou os representantes da nobreza, do clero e da burguesia para deliberarem sobre as atitudes do Sumo Pontífice relativas à França” (BARBOSA E SOUZA, 1997, p. 134).

Todo o processo ocorrido no reino francês decorrente da querela bonifaciana será melhor discutido no próximo capítulo, pois devido à complexidade do fato para o contexto histórico se faz necessário alicerçar as bases do que foi construído no reino e na política real do período abordado. No entanto a recepção da carta dos Estados Gerais pelo cardeal Mateo de Acquasparta em julho de 1302 não foi das melhores, o mesmo proferiu um discurso em defesa do papa justificando que o pontífice limitara sua ação nos domínios quando ocorresse *ratione peccati* que por esse motivo teria o direito de depor o rei francês (DE BONI In BAYONA AZNAR; SOUZA, 2016, p. 64)

Durante o mês de novembro fora aberto um sínodo romano no qual diversas tentativas de reatar as negociações com Felipe a fim de resolver os problemas de impostos excessivos sobre a Igreja, entretanto segundo De Boni fora promulgada duas bulas em 18 de novembro de 1302 quando se encerra a reunião, na primeira se excomungava qualquer indivíduo “que prendesse ou molestasse quem voltasse de visita da Santa Sé” (In BAYONA AZNAR; SOUZA, 2016, p.64), a segunda consiste na afamada bula “*Unam Sanctam*”

inspirada no tratado hierocrático *De ecclesiasticapoteestate* escrito por Egidio Romano.

A bula pode ser dividida em três partes, na primeira parte na qual De Boni afirma estar contido a “constituição da Igreja como Corpo Místico de Cristo, dirigida por Cristo e por seu vigário” (In BAYONA AZNAR; SOUZA, 2016, p. 64). O papa evidencia que é o único líder, o único vigário de Cristo a conduzir a Cristandade, que sem ele não há salvação e não há outro a liderar a humanidade, pois seu cargo foi confiado a Pedro (Primeiro Papa) por Jesus Cristo.

Na segunda parte do documento Bonifácio resgata a doutrina lucana das espadas utilizada por Bernardo de Clairvaux (1091-1153) para justificar as atribuições do poder espiritual e temporal presente em sua forma original no evangelho de Lucas 22.38. Não obstante a mesma passagem fora usada posteriormente por alguns hierocratas que buscaram subordinar a espada temporal a espiritual “reservando para si o uso do espiritual e igualmente a competência para instituir e destituir os governantes seculares” (BARBOSA E SOUZA, p. 58, 1997).

Para finalizar fica subentendido de que toda criatura para obter a salvação deve ser submissa ao pontífice (In BAYONA AZNAR; SOUZA, 2016, 65), tal afirmativa deixa clara a posição universalista do papado, fato que ao ser recebida por juristas régios franceses acolheram-na como uma atitude pretenciosa na qual o papa aspira pela “hierocracia mundial e absoluta, onde reis e governos fossem vassalos seus” (PASSOS, 1972, p. 85).

Diante desses documentos produzidos é que aprofundam as perspectivas do desenvolvimento das ideias políticas na Baixa Idade Média, tanto no que se refere à crença, cujas instituições nesse período eram imbuídas da atmosfera espiritual e ambos os lados opostos na disputa utilizaram da teologia, mesmo que no caso da Monarquia ainda salientavam o Direito Romano com a ideia de que o poder do rei provém unicamente de Deus, por outro lado a Santa Sé afirmava a autonomia baseada na hierocracia dos gládios sobrepostos.

É certo de que após esse embate, o reino monárquico havia subjugado o sumo pontífice episódio que os historiadores conhecem como “Crise de Avignon” dando início ao cognominado “Segundo Cativoiro Babilônico dos

Papas” (1309-1377). Mas ao analisarmos tais acontecimentos, percebemos que as teorias eclesiásticas permanecem inertes, e o papado não nota as transformações que percorrem a Europa dos príncipes, e se assim o faz, só reconhece o perigo de perder sua hegemonia.

BIBLIOGRAFIA

I- FONTE PRIMÁRIA

BONIFÁCIO VIII. **Bula Auscultafili**. In: GALLEGO BLANCO, Enrique. **Relaciones entre la iglesia y el estado en la edad media**. Madrid: Revista de Occidente, 1973, p. 278-280.

BONIFÁCIO VIII. “**Bula Clericis Laicos**”. In: SOUZA, José Antônio C.R. de & BARBOSA, João Morais. O reino de deus e o reino dos homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

BONIFÁCIO VIII. “**Bula Clericis Laicos**”. In: Corpus iuris canonici, editio Lipsiensis secunda post Aemilii Ludovici Richter curas ad librorum manu scriptorum et editionis Romanae fidem recognovit et adnotatione critica instruxit Aemilius Friedberg II, Leipzig 1879; rpt. Graz 1959. Pp. 1062 ff.

BONIFÁCIO VIII. **Unam Sanctam**. In: GALLEGO BLANCO. **Relaciones entre la Iglesia y el Estado en la Edad Media**. Madrid: Revista de Occidente, 1973, p. 282-285

DISPUTATIO interclericum et militem. In: SOUZA, José Antônio C.R. de & BARBOSA, João Morais. O reino de deus e o reino dos homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

II- OBRAS ESPECÍFICAS

DE BONI, L.A. **EL PONTIFICADO DE BONIFÁCIO VIII**. In: BAYONA AZNAR, Bernardo; SOUZA, José Antônio C. R. de. **Iglesia y Estado. Teorías políticas y relaciones de poder en tiempo de Bonifacio VIII y Juan XXII: Teorías políticas y relaciones de poder en tiempo de Bonifacio VIII y Juan XXII**. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2016. p. 27-76.

CASTAÑEDA DELGADO, Paulino. **La teocracia pontifical en las controversias sobre el nuevo mundo**. Universidad Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Jurídicas, 1996.

FAVIER, Jean. **Philippe, Le Bel**. Paris: Fayard, 1978.

PASSOS, José Afonso de Morais Bueno. **Bonifácio VIII e Felipe o Belo, de França**. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, USP, 1972.

PIEREZAN, Alexandre. **De regia potestate et papali, o equilíbrio de poderes segundo Johannes Quidort (1270-1306)**. Niterói. Tese de Doutorado em História Social, UFF, 2008.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Os Papas Na Idade Média**. Lisboa: Editorial Verbo, 1968.

SOUZA, José Antônio C. R. de & BARBOSA, João Morais. **O reino de deus e o reino dos homens: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.



OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM LONDRINA: A POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO MOVIMENTO A PARTIR DE MICHEL DE CERTEAU

Matheus Moreto Guisso Rodrigues
(Universidade Estadual de Londrina)

Resumo. Entre os meses de Outubro e Novembro de 2016 várias escolas de todo país foram ocupadas por estudantes secundaristas, movimento esse que acucou fortemente em Londrina, assim como em todo o estado do Paraná. Conforme informações da imprensa, no pico do movimento, o percentual de unidades paralisadas na cidade chegava a 40%. No estado, segundo dados da Secretaria de Estado da Educação, menos da metade das escolas estavam funcionando regularmente no período. Segundo as informações veiculadas pela imprensa e também por parte dos próprios alunos, através das redes sociais, a manifestação se dava como forma de protesto para obrigar o governo federal a retirar a proposta de reforma do ensino médio através da MP n. 746/2016, medida provisória que alterava a grade até então estabelecida flexibilizando as matérias, e contra a PEC 241/55 dos gastos, que impunha limites aos gastos públicos para os próximos vinte anos. Em declarações, os estudantes disseram que as medidas não poderiam ser impostas pelo governo federal, mas que deveriam ser debatidas com toda a sociedade e depois encaminhadas ao Congresso Nacional para apreciação dos deputados e senadores. Diante de um evento de tamanha magnitude, discussões sobre a legitimidade das ocupações nas escolas estaduais ganharam bastante destaque. Os debates giraram em torno do Art. 5º, § IV, da Constituição Federal, que estabelece que os alunos têm direito a livre manifestação de pensamento, e também o direito de participar da vida política no país, conforme prevê o Art. 16, § VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Não podemos nos esquecer também que outras discussões vieram à tona, como os impactos que as duas PECs teriam no direito à educação, já que uma delas mudava 104 radicalmente a estrutura do ensino médio do país e a outra limitava os gastos públicos, com isso, afetariam diretamente a vida dos estudantes. Com o intuito de auxiliar na sistematização da parte teórica-metodológica do trabalho, também é necessário pensar mais profundamente a respeito do que moveu os secundaristas a ocupar os colégios, no sentido de refletir os ímpetus e significações que promoveram tal atitude. Dessa forma, a tomada de decisão

do governo em tentar implementar determinadas medidas, ou seja, a intencionalidade daquele que parte a tomada de ação entendida como estratégia é problematizada. A partir disso, a interpretação seguida da resposta por parte dos estudantes em ocupar as respectivas escolas como forma de repúdio, se estabelece como tática. Partindo de conceitos empregados pelo historiador francês Michel de Certeau em seu livro *A invenção do cotidiano* e focando nas apropriações que esses estudantes tiveram, é possível perceber, com o exemplo das ocupações, a não passividade da tática. Diante do exposto, o presente estudo pretende apresentar uma proposta de pesquisa sobre os embates ocorridos entre os estudantes e os demais segmentos sociais da sociedade, acerca da vivência dos direitos no país, tais como o direito a educação, a livre manifestação de pensamento e o direito a participar da vida política no país. Tal objetivo prende-se ao fato de que desde a promulgação da Constituição de 1988, denominada de constituição cidadã, vários direitos foram previstos, como direitos civis e individuais, direitos políticos e direitos sociais, contudo, muitos deles ainda não foram efetivados ou são alvos constantes de disputas entre os diferentes segmentos da sociedade.

Palavras-chave: Ocupações; Direito e Cidadania; Vida política; Michel de Certeau.

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

As manifestações estudantis que ocasionaram as ocupações de várias escolas públicas em Outubro de 2016, foi um amplo movimento ocorrido em diferentes estados do país, surgindo inicialmente no estado de São Paulo, porém aderido por estudantes de outras localidades, com diferentes reivindicações. Estima-se que mais de mil instituições de ensino tenham sido ocupadas em todo o Brasil, sendo que oitocentos e cinquenta delas se localizavam no estado do Paraná, e aproximadamente vinte e três na cidade de Londrina²⁰⁹. Ainda com o movimento acontecendo, diariamente novos colégios iam sendo ocupados, dessa forma foi possível notar o impacto que as manifestações causaram. Não se restringindo a comunidade escolar, isto é, alunos, professores, direção escolar, etc. Mas a sociedade como um todo, uma vez que os veículos de comunicação, sejam eles impressos e televisivos,

²⁰⁹ Dados do site: <<http://ocupaparana.org/>>. Acesso em: 14 ago. 2017

noticiaram e transmitiram inúmeras e cotidianas matérias sobre os estudantes – com necessárias ressalvas para o modo e intencionalidade passada²¹⁰.

Quando não pensada de forma mais ampla, as ocupações transpassam a falsa impressão de um movimento que contava somente com apoiadores das causas levantadas, por aqueles que estavam ocupando os colégios. Não foi bem assim, existiam um grande número de pessoas contrárias. Com constantes informações dadas pelas mídias, a dimensão de disseminação do movimento se ampliou consideravelmente, popularizando as discussões sobre os argumentos utilizados por aqueles que eram favoráveis ou desfavoráveis. Além de alguns próprios estudantes, pais e autoridades políticas – como o governador do Estado do Paraná – expressaram sua opinião a respeito das escolas paralisadas pelas ocupações, reforçando seus posicionamentos desfavoráveis e agitando as “teorias” sobre a legalidade das ocupações – temática que propiciou “quentes” discussões na sociedade, refletindo em conversas no dia-a-dia e na internet.

OBJETIVOS

O presente artigo tem por objetivo refletir algumas questões relacionadas as ocupações afim de compreender não somente as motivações dos alunos que propiciaram o movimento, mas também a legitimidade desse ato segundo os próprios estudantes. Da mesma forma, sistematizar a possível relação, das ações desses estudantes com os escritos do historiador francês Michel de Certeau presentes no livro *A invenção do cotidiano*, que dentre as temáticas abordadas ao longo da obra, descreve os conceitos denominados *Estratégia* e *Tática* – interessantes conceitos que possibilitam relacionar e observar as relações, sobretudo os desdobramentos de como medidas governamentais voltadas a educação aferem e interferem no pensamento e na percepção dos estudantes secundaristas. Analisando esse processo juntamente com os conceitos supracitados que são abordados por Certeau. Além disso, utilizei-me de outras fontes, aos quais apresentam reflexões compostas em pesquisas e trabalhos que tratam sobre o tema proposto aqui.

²¹⁰ Ainda que não seja objeto do presente trabalho, vale lembrar que em alguns casos, exageros foram cometidos não só por parte da imprensa, mas do órgãos de serviço público igualmente.

Pretende-se então, primeiramente elaborar uma discussão a respeito da metodologia utilizada na pesquisa, que ligada a sua temporalidade, é identificada e intitulada como “História do tempo presente”, temática que movimentou e movimentou diversos debates sobre a legitimidade e possibilidades de historiadores escreverem sobre seu próprio tempo, ao qual estão diretamente inseridos, isto é, contemporâneos de seu objeto de análise.

Inicialmente, pensando a respeito do entendimento sobre a necessidade de distanciamento da fonte, a historiadora Marieta de Moraes Ferreira escreve a respeito dessa importante problematização, referenciando e argumentando, em seu trabalho intitulado: “História, tempo presente e história oral” sobre como e a partir de que, essa concepção do distanciamento se estabelece:

Se se acreditava que a competência do historiador devia-se ao fato de que somente ele podia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não podia começar verdadeiramente se não quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados. Para que os traços pudessem ser interpretados, era necessário que tivessem sido arquivados. Desde que um evento era produzido ele pertencia a história, mas, para que se tornasse um elemento do conhecimento histórico erudito, era necessário esperar vários anos, para que os traços do passado pudessem ser arquivados e catalogados. (FERREIRA, 2000. p.2)

Ou seja, há um receio e/ou uma reserva sobre a proximidade temporal, muito ligada a compreensão de se evitar a perda de objetividade, entendida como consequência do pouco distanciamento frente a fonte. A autora ainda expressa mais considerações ao longo da obra, analisando como essa visão se desenvolve, atribuindo entre uma das causas, a emergência do estudo recente como uma demanda social ocasionada durante, mas principalmente depois do término da Segunda Guerra Mundial, quando se tem inúmeras descrições tanto de civis, como militares que vivenciaram e foram agentes do maior embate do século XX, experiências em campos de guerra e de concentração que configuram importantes fonte, necessárias até certa medida, para se entender o ocorrido – com o interesse na área ampliado, Marieta descreve que logo após, mais precisamente em 1978 na França, os poderes públicos tomaram a decisão de criar em Paris, um laboratório denominado *Institut d' Histoire du*

Temps Présent com o propósito de estudar o tempo presentes. (FERREIRA, 2000, p. 9/10).

Dentre as reformulações passadas pela história, quando se pensa o fazer histórico de um modo científico, a ideia inicialmente pensada era então de necessário afastamento do objeto, um determinado período de tempo para que, somente então, objeto de análise possa ser passível de estudo da história.

Foi nesse quadro de afirmação dos historiadores profissionais que se colocou uma condição indispensável para se fazer uma história científica: a visão retrospectiva. O que, exatamente, queria dizer isso? A afirmação da história como uma disciplina que possuía um método de estudo de textos que lhe era próprio, que tinha uma prática regular de decifração de documentos, implicou a concepção da objetividade como uma tomada de distância em relação aos problemas do presente. Assim, só o recuo no tempo poderia garantir uma distância crítica. (FERREIRA, 2004. p. 315)

Atualmente a questão da legitimidade²¹¹, e da inicial necessidade do recuo no tempo para que só assim, a história pudesse explorar o fenômeno, está sendo superada na medida em que novos trabalhos que abordam a temática surgem. Inclusive com grandes contribuições de importantes autores que pensaram e escreveram sobre esse primeiro aspecto da História do tempo presente.

Autores como René Remond, organizador e escritor de dois capítulos intitulados: *Uma história presente* e *Do político* ambos compondo o livro *Por uma história política*; além de, François Dosse que possui um artigo intitulado: *História do tempo presente e historiografia*, ao qual em um “subtópico” dentro da obra, aborda os “problemas e desafios da história do tempo presente”²¹². Todas essas análises contribuem e fomentam com discussões a respeito da parte teórico-metodológica desse campo da história, que se coloca em constante mudança e reavaliação em suas práticas de estudo, pois tem por objetivo estudar uma temporalidade “volátil/flexível” no sentido de se alterarem, e serem alteradas, por contínuos desdobramentos.

²¹¹ Ver mais em: FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, 2000. p.9 .

²¹² DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 6-23, jan/jun. 2012.

Entende-se que é possível constituir um bom trabalho historiográfico, sobretudo a respeito do estudo da história recente, desde que se tenha lucidez para enxergar as transformações ao longo do tempo, não somente tentar entender e analisar o fenômeno de modo estático, quer dizer, o fato por ele mesmo, mas enxergar historicidade e observar que os desdobramentos são consequências pertencentes a contextos que “amarram” todas essas mudanças e acontecimentos.

Igualmente importante é ter criticidade e estar pautado em um método bem definido, pois as ferramentas as quais nos utilizamos para tratar fatos recentes, podem causar complicações ou até mesmo comprometer toda uma pesquisa se forem usadas de maneira não sistematizada e/ou errônea, como o exemplo da “história oral” – método bastante empregado, devido a, muito provavelmente aquele que se dispõe pesquisar a história recente terá a disponibilidade de testemunhos vivos, agentes que lideraram ou fizeram parte do movimento, podendo relatar sua perspectiva do ocorrido. Em um livro intitulado *História do tempo presente*, organizado por Lucilia de Almeida Neves Delgado e Marieta Moraes de Ferreira é destacado também a utilização de fonte oral, como uma oportunidade de valorização da heterogeneidade de discursos e visões do mesmo ocorrido, agindo em detrimento da homogeneidade que determinados métodos causam simplificando e distorcendo especificidades nas exposições. (DELGADO; FERREIRA, 2014, p. 9).

O historiador Rodolfo Fiorucci, autor que também aborda em seu artigo para a revista “Espaço Acadêmico” não somente as dificuldades em se analisar e se produzir esse tipo de história, mas do mesmo modo, a necessidade de se produzir sobre, sempre com os devidos critérios de avaliação. Fiorucci também aponta para a questão da globalização²¹³, que não somente influencia e propicia novos debates acadêmicos, mas acelera o mundo atual. A respeito do trato das fontes e a necessidade de criticidade, o historiador escreve:

Cabe ao próprio historiador matizar as argumentações do depoente e extrair o que lhe importa do discurso, peneirando a fala munido de senso crítico e procedimentos metodológicos. Para Rousso, é exatamente a grande variedade de fontes que dificulta o trabalho. É um risco que se apresenta para a história

²¹³ Ver mais em: FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do Tempo Presente. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 11, n. 125, p. 110-121, out. 2011.

do tempo presente, por ela ter a possibilidade de ir além, buscar mais fontes, de ir mais fundo, o que pode afogar a pesquisa. (FIORUCCI, 2011. p. 115)

Ou seja, ao se estudar esse campo da história, deve-se atentar que as virtudes e possibilidade de dispor de relatos ainda recentes, e fontes ainda vivas, torna-se contraditório, pois o mesmo motivo e disponibilidade pode configurar um grande obstáculo. Como o depoimento oral, uma linha tênue estabelece as razões para que essa prática seja valorizada e recusada ao mesmo tempo²¹⁴. Contudo, como aponta Fiorucci, todos os empasses não impedem a viabilidade ou a qualidade da pesquisa que se pretende estudar o presente, porém a constante auto avaliação e o pensamento crítico sobre o próprio trabalho são necessários. O autor no fim de seu artigo, destaca:

No entanto, há de se mencionar que, assim como muitos historiadores, antes de qualquer coisa, entende-se a história do tempo presente como história, certo de que ela apresenta muitas dificuldades para a execução do trabalho historiográfico, mas ciente de que pode apresentar resultados tão bons quanto a história feita sobre o passado mais distante. Assim como expõe problemas, a história do tempo presente apresenta virtudes não encontradas no estudo de tempos históricos passados, como a riqueza de realismo que o historiador pode empregar, pois não chega ao passado por meio de documentos, mas enxerga o presente vivo, com toda sua intensidade. Essa é a história do tempo presente, hoje já consolidada – o que não significa livre de problemas a serem discutidos: mais rica no realismo, porém mais perigosa na proximidade. (FIORUCCI, 2011. p. 120)

RESULTADOS

Por conseguinte, mesmo que de maneira breve em consequência da pesquisar estar em seu processo de inicialização, se faz necessário expressar alguns dados referentes as instituições ocupadas com o intuito de apresentar um curioso elemento vigente quando se fala nos números e localidades das escolas dos alunos que aderiram ao movimento. Segundo as informações veiculadas pela imprensa e também por parte dos próprios alunos, através das redes sociais, a manifestação se dava como forma de protesto para obrigar o governo federal a retirar a proposta de reforma do ensino médio através da MP

²¹⁴ Ver mais em: FIORUCCI, Rodolfo. Op. cit., p. 115.

n. 746/2016, medida provisória que alterava a grade até então estabelecida flexibilizando as matérias, e contra a PEC 241/55 dos gastos, que impunha limites aos gastos públicos para os próximos vinte anos. O que mais chama a atenção frente aos “porquês” e as fundamentações apresentadas pelos estudantes, é a aderência da causa em específicas partes do país.

Observando os números já apresentados no início do trabalho, é notável a grande adesão das ocupações por parte dos estudantes paranaenses, que chegaram a somar 850, das mais de 1000 instituições de ensino ocupadas, número esse que representa mais ou menos – ainda não se tem o número exato de escolas ocupadas em todo território nacional – 85% de todo o movimento. Com uma porcentagem tão presente em nosso Estado, as causas geram considerável curiosidade.

Em entrevista para o programa de rádio EPC (Esporte, Política e Cidadania) da emissora CATVE (Cascavel TV Educativa), o filósofo brasileiro Mario Sergio Cortella responde quando foi questionado sobre esse aspecto numérico das ocupações paranaenses, argumentando que em 2015 o governador do Estado inicia o ano com forte enfrentamento contra os professores, no dia 29 de abril. Utilizando a tropa de choque para conter uma manifestação em frente à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), onde estava sendo votado proposta referente a Paraná Previdência. Houve forte e violenta intervenção da polícia deixando inúmeras pessoas feridas. Cortella comenta que essa ação dos policiais em utilizarem balas de borracha, jatos d’água entre outras coisas nos professores, teria gerado impacto na sociedade, pois a ação militar foi exibida ao vivo por diferentes canais de televisão aberta. Com isso, a impopularidade do governador frente a classe escolar paranaense, somado a outros âmbitos da sociedade após esse episódio do dia 29, teria aumentado e preparado um “caldo fervido” no Paraná. Passado um ano, e as novas medidas propostas, criou-se um ambiente propício para manifestações e as ocupações emergiram com grande força e representatividade no Estado²¹⁵.

²¹⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jgFoTyKu7Nk>>. Acesso em: 14 ago. 2017

Fazendo um paralelo com a área de pesquisa tratada neste artigo, com os conceitos e ideias apresentadas pelos autores, é possível observar e exemplificar na prática como se dão alguns processos. Quando nos debruçamos sobre os conceitos de *Estratégia* e *Tática*, bem como suas implicações, é possível pensar as ocupações ocorridas nas escolas públicas de todo o país em Outubro de 2016. Michel de Certeau, em meio a suas abordagens presentes no livro *A invenção do cotidiano*, se propõe analisar as *práticas cotidianas*, com isso o autor levanta algumas formas de se analisar essas operações feitas pelos indivíduos diariamente. Uma delas seria de forma estatística, porém resultando uma série de problemas nos resultados alcançados. Certeau escreve sobre esse método

[...] a enquête estatística só “encontra” o homogêneo. Ela reproduz o sistema ao qual pertence e deixa fora do seu campo a proliferação das histórias e operações heterogêneas que compõem os *patchworks* do cotidiano. A força dos seus cálculos se deve à sua capacidade de dividir, mas é precisamente por essa fragmentação analítica que perde aquilo que julga procurar e representar. (CERTEAU, 1988. p. 46)

Com isso, a preferência pela distinção entre *táticas* e *estratégias*. A *estratégia* é sistematizada, isto é, se constitui como a parte pensada e intencionada dessa relação, afim de atingir o outro. É utilizada por um grupo ou indivíduo para persuadir, afim de que um determinado objetivo seja formado ou cumprido. Ou seja, a intencionalidade daquele que parte a tomada de ação. Sobre isso, Certeau escreve:

Chamo de estratégia o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações como uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico. (CERTEAU, 1998. p. 46)

Quando essa temática foi abordada em sala, após a leitura do texto, observamos que esse “mundo”, essa relação, ao qual a estratégia pertence, é um mundo de guerra, pois sempre se está tentando convencer, ou se sobressair nas relações de força, uma vez que diferentes grupos ou pessoas. Da mesma forma, o autor escreve:

Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que

distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. (CERTEAU, 1998. p.46)

E a *tática* seria a apropriação da estratégia sem se saber as implicações, por mais calculada e sistematizada que seja a estratégia, não é possível identificar a intensidade ou a forma com que foi “recebida”, uma vez que, a mesma apropriação pode se alterar dentro de um mesmo indivíduo, e de um indivíduo para outro também. Tornando-se impossível quantificar como e com qual intensidade se deu a apropriação da estratégia. Importante descrever que a “tática” nem sempre é racional, mas nunca é passiva, posto que um indivíduo nem sempre racionaliza que alguma estratégia tenha interferido direta ou indiretamente em sua forma de agir e pensar, mas em algum determinado momento vai ter algum tipo de reação frente a estratégia.

Relacionando esta mesma distinção com o movimento estudantil, é possível observar, no caso da *estratégia*, a tentativa de implementação por parte do governo, da PEC 241/55, que congela os gastos públicos em 20 anos²¹⁶, bem como a MP n. 746/2016. E por sua vez, a resposta dos estudantes em ocupar as respectivas escolas como forma de repúdio à medida, se estabelecendo como *tática*.

Por exemplo, trazendo para o contexto das ocupações e imaginando que um indivíduo seja estudante de alguma das escolas ocupadas: Esse ou essa estudante pode não estar ciente das tentativas de implementações da medida por parte do governo, porém por compor o corpo social ao qual a medida afeta, em algum momento se posicionará, a favor ou contra ao movimento, sobretudo quando a escola em que pertence for ocupada.

Do mesmo modo, o governo por mais que tenha pensado em como lançar a proposta do congelamento, elaborado todas as cláusulas e medidas, problematizado o momento em notificar a sociedade como um todo, jamais imaginaria e da mesma forma, não tem o controle da reação daqueles que “recebem” a estratégia. Claro que, posteriormente - com inúmeras ressalvas de como e porquê, mas que não cabem entrar em discussão no presente trabalho

²¹⁶ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

- as escolas foram reintegradas. Ainda assim, a falta de controle se dá, na forma com que cada indivíduo se apropria da estratégia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por concluir, o presente trabalho apresentado, faz parte de um projeto, desenvolvido a não muito tempo, onde os encontros muitas vezes se colocam para discutir a teoria da chamada “História do Tempo Presente”. Importante discussão para se entender, primeiramente o que as produções historiográficas dizem sobre a área, posteriormente para aprimorar os conhecimentos sobre a origem desses movimentos de recusa a alguma medida governamental, alavancadas desde 2013 com as passeatas que iniciaram contra o aumento da passagem na cidade de São Paulo e posteriormente tomaram maiores proporções. A discussão é mais ampla, pois também deve considerar a apropriação que os indivíduos fazem, da mesma forma com que é subjetiva. É fundamental destacar este aspecto para elucidar o estudo sobre o presente de forma contextualizada e analisada com historicidade, métodos que serão aplicados no decorrer das etapas do projeto. É possível analisar e entender as ocupações a partir daqueles que participaram, não deixando de considerar as críticas, parte integrante de todo movimento estudantil. Porém, igualmente necessário é observar que mesmo os alunos organizados entre si, apontando reivindicações e sabendo discutir políticas que envolvem o corpo social ao qual pertencem, ainda se existe a ideia dos mesmos não possuírem capacidade de pensar e tomarem decisões por si próprios, como se suas opiniões derivassem de um agente maior responsável por moldar todos os âmbitos ao qual estão inserido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988).

Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 out. 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 04 out.
2017.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.).
História do tempo presente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Tempo e
Argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 6-23, jan/jun. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura
Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

_____. História, tempo presente e história oral. **Revista Topoi**, Rio de
Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, [online] 2002.

FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do Tempo Presente.
Revista Espaço Acadêmico, Maringá, v. 11, n. 125, p. 110-121, out. 2011.



O DESAFIO DE PRESERVAR A MEMÓRIA DO TRABALHO: SERRARIA CUROTTO COMO PARADIGMA NA CIDADE DE LONDRINA, PARANÁ

Ione Nardi

Discente na Faculdade Pitágoras de Londrina

Priscila Henning

Docente na Faculdade Pitágoras de Londrina

Resumo. O reconhecimento e a preservação de conjuntos arquitetônicos que remetem à memória do trabalho, principalmente os conjuntos urbanos considerados patrimônio industrial, vêm crescendo paulatinamente ainda no Brasil. No contexto internacional já há uma discussão relativamente madura a respeito do tema, inclusive com a publicação da Carta de Nizhny-Tagil (2003) com orientações de salvaguarda, enquanto que no Brasil a discussão se concentra nas grandes cidades brasileiras, como São Paulo, onde já há um movimento expressivo de registro e proteção destes bens significativos para a construção da identidade da sociedade em que estão inseridos. Em cidades como Londrina, Paraná há poucos exemplares conservados, embora persistam nas áreas urbanas exemplares singulares, como a antiga Serraria Curotto, uma das primeiras da cidade que representa a efervescência da indústria madeireira, nas décadas de 1940 a 1970. Embora relativamente intacta, é um exemplar do patrimônio pouco lembrado e valorizado pela maioria da população, que não se dá conta da relevância de se defender a história que pertence a si própria e às futuras gerações. Verifica-se nesse âmbito a urgência pela conscientização de assegurar a memória do trabalho, visto que persiste a grande dificuldade em se preservar por meios legítimos os conjuntos arquitetônicos desprovidos de forte apelo estético, de porte menor e construção não atribuída a grandes nomes. Considerando o exposto, o presente trabalho apresenta os resultados de um projeto de pesquisa das Faculdades Pitágoras em que propomos registrar o conjunto de bens que compõem a antiga Serraria Curotto, por meio da atualização de inventário, levantamento do máximo de informações possíveis por intermédio das distintas fontes ainda disponíveis (como entrevistas, visitas técnicas, pesquisas em arquivos da cidade) e atualização dos levantamentos gráficos e fotográficos já registrados, visando fornecer subsídios à sua conservação, difundir sua importância na memória da

cidade, e registrar sua existência em documentos diante da improbabilidade de persistir fisicamente acessível.

Palavras-chave: Patrimônio industrial; memória do trabalho; Serraria Curotto.

Introdução

Esta pesquisa trata da relevância das dependências da antiga serraria Curotto, que é um exemplo do que os estudos científicos denominam patrimônio industrial. Torna-se vital uma discussão prévia a respeito dos aspectos que circundam este tema, afim de esclarecer as peculiaridades que o compõem e expor o atraso no reconhecimento e aceitação dos processos de industrialização como bens pertencentes à identidade da sociedade, e dignos de atenção e salvaguarda. A falta do reconhecimento e de proteção adequada destes bens vem causando perdas irreparáveis, como a total destruição, sem nenhum registro, de partes importantes da história da industrialização brasileira, visto que no país são poucos os exemplares de monumentos reconhecidos como patrimônio industrial que possuem sua memória devidamente conservada.

Patrimônio industrial: base da memória do trabalho

Quando o patrimônio é identificado como cultural, este remete ao legado que uma sociedade herda das gerações passadas e que deve transmitir às gerações futuras. O direito ao acesso a esse legado é assegurado pela Constituição Brasileira de 1988, como dever do Estado. Nesse contexto é importante ressaltar que os bens patrimoniais, ditos culturais, não são somente de natureza material (palpáveis)²¹⁷, há também os bens imateriais²¹⁸.

Com relação ao patrimônio cultural, a Constituição Federal Brasileira de 1988, estabelece em seu artigo 216, na seção II da Cultura, o seguinte:

²¹⁷ O patrimônio material compreende os bens tangíveis, imóveis, como a condição das construções arquitetônicas e acervos arqueológicos.

²¹⁸ O patrimônio imaterial refere-se aos bens intangíveis, que não possuem valor comercial e são relacionados ao campo do saber, dos costumes, como celebrações, danças típicas e culinária tradicional.

Art. 216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A conotação "patrimônio" se torna ainda mais específica quando associada a adjetivos distintos - patrimônio arqueológico, artístico, indígena, industrial e outros mais que diferem apenas em suas particularidades culturais, desempenham papéis parecidos e em valor são igualados. No caso do patrimônio industrial, inclui-se toda sorte de bens relacionados aos resquícios das atividades voltadas ao processo de industrialização, ou seja, o patrimônio industrial é responsável pelo apoio à memória da produção industrial, a qual realça os valores do trabalho e de conhecimentos técnicos. Com relação às particularidades da condição de patrimônio industrial, Beatriz Kühl, discorre:

[...] um ponto a ser notado é que os "monumentos da industrialização" se referem não apenas à arquitetura dos edifícios relacionados com unidades de produção, mas se volta a todo o complexo de edifícios que pode compor um conjunto industrial - fábrica, residências, enfermarias, escola etc.- além de abarcar unidades de produção de energia e meios de transportes; ademais, concerne também a edifíciospré-fabricados(total ou parcialmente), que são fruto do processo de industrialização. (KÜHL, 2008, p.45)

A memória industrial abarca toda estrutura física de uma empresa - arquitetura, instrumentos, maquinários, meios de transporte, edificações adjacentes, etc. - associada às propriedades imateriais, que geram reflexos e impactos na vida dos indivíduos inseridos neste contexto. Os aspectos tangíveis e intangíveis muitas vezes se completam e, para entender como essas relações ocorrem, é necessário que haja um estudo pautado na interdisciplinaridade das ciências sociais, econômicas e humanas.

1.2. O processo de aceitação dos bens remanescentes da indústria

A consagração dos bens resultantes da produção industrial, como patrimônio, ocorreu tardiamente, com origens no Reino Unido, no período pós-industrial²¹⁹, onde houve um reconhecimento da importância das indústrias e suas particularidades, na consolidação do país. Essa concepção se difundiu Europa afora. Um fato considerado marco dos movimentos de salvaguarda aconteceu em 1961, sinalizado por protestos, mesmo que frustrados, contra a demolição do Arco de Euston²²⁰ (PEREIRA, 2013).

A primeira convenção com o tema patrimônio industrial aconteceu só no ano de 1973, intitulado como Congresso Internacional para a Conservação dos Monumentos Industriais, realizado na cidade de Ironbridge, Grã-Bretanha. O segundo, dois anos mais tarde, em Bochum, na Alemanha, e a partir das discussões apresentadas nesses e nos congressos seguintes sobreveio a criação de um organismo específico destinado à proteção do patrimônio industrial, o *The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage* (TICCIH), com representações regionais em cada país.

O TICCIH é responsável por realizar convenções ao redor do globo com o propósito de promover a interação entre os países com o interesse na salvaguarda do patrimônio industrial, e presta auxílio ao ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) nos assuntos que envolvem a temática de patrimônio industrial.

O principal documento que trata e orienta as questões que dizem respeito desse campo específico foi redigido somente em julho de 2003, intitulado "Carta de NizhnyTagil", decorrente de uma conferência, que reuniu a Assembleia Geral do TICCIH, realizada na cidade de NizhnyTagil, na

²¹⁹ O período pós-industrial ocorre, após a Segunda Guerra Mundial, aproximadamente, a partir de 1950 e se estende até os dias atuais. Nele, a necessidade de operários trabalhando nas indústrias é menor, o que dignifica uma grande redução se comparado ao número de operários que trabalhavam no período industrial. Nesse momento observa-se que o conhecimento científico e técnico é enaltecido, por essa razão, o período pós-industrial, é também conhecido como período da informação.

²²⁰ O Arco de Euston marcava de maneira imponente a entrada da Estação de Euston, em Londres, construído entre 1835 e 1837, e projetado pelo arquiteto inglês Philip Hardwick (1782-1790), com a mesma forma dos propileus gregos. Apesar da luta conservacionista, o arco foi destruído, em partes, para reconstrução da estação.

Rússia(LINS, 2015). Este documento não ignora nem rejeita as cartas patrimoniais anteriores, de Veneza e de Burra²²¹, que tratam do patrimônio histórico e artístico. Sobre a particularidade do patrimônio industrial, a Carta de NizhnyTagilressalta que:

O património industrial deve ser considerado como uma parte integrante do património cultural em geral. Contudo, a sua protecção legal deve ter em consideração a sua natureza específica. Ela deve ser capaz de proteger as fábricas e as suas máquinas, os seus elementos subterrâneos e as suas estruturas no solo, os complexos e os conjuntos de edifícios, assim como as paisagens industriais. As áreas de resíduos industriais, assim como as ruínas, devem ser protegidas, tanto pelo seu potencial arqueológico como pelo seu valor ecológico. (2003, Carta de NizhnyTagil sobre o património industrial)

Destaca também "a importância da identificação, do inventário e da investigação" no processo de salvaguarda de todo bem patrimonial industrial:

O inventário constitui uma componente fundamental do estudo do património industrial. O inventário completo das características físicas e das condições de um sítio deve ser realizado e conservado num arquivo público, antes de se realizar qualquer intervenção. Muitas informações podem ser obtidas se o inventário for efectuado antes do abandono da utilização de um determinado processo industrial ou do fim da actividade produtiva de um sítio. Os inventários devem incluir descrições, desenhos, fotografias, e um registo em vídeo do referido sítio industrial ainda em funcionamento, com as referências das fontes documentais existentes. As memórias das pessoas que aí trabalharam constituem uma fonte única e insubstituível e devem ser também registadas e conservadas, sempre que possível.(2003, Carta de NizhnyTagil sobre o património industrial)

1.3. O cenário nacional e a antiga serraria Curotto no contexto de Londrina

No Brasil, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) atua desde 1937 em prol dos bens patrimoniais históricos e artísticos, porém os olhares começaram a se voltar notoriamente à problemática do patrimônio industrial somente em 2004, a partir do "I Encontro em Patrimônio Industrial", organizado pelo Comitê Brasileiro de Patrimônio Industrial, na Universidade de Campinas (SCHICCHI,2005). A concretização desse evento abriu caminhos

²²¹ A versão da Carta de Burra aceita hoje é a revisão de Novembro de 1999. Foi formulada pelo ICOMOS da Austrália com o intuito de conservação dos sítios dotados de significado cultural, servindo de base aos proprietários, gestores e àqueles que são responsáveis por projetos ou execução de obras nesses sítios.

para introdução de discussões voltadas aos princípios aplicados no campo de preservação dos bens e desenvolvimento e divulgação de pesquisas, possibilitando ao país uma participação mais efetiva junto ao TICCIH.

Embora as discussões científicas sobre o patrimônio industrial tenham conseguido espaço nos últimos anos dentro do panorama nacional, considera-se que a divulgação do seu conceito é ainda recente e as ações de salvaguarda são tímidas. São Paulo, que possui a imagem de estado industrial, se sobressai do restante do país, com ações mais ativas representando o estado com mais bens industriais tombados.

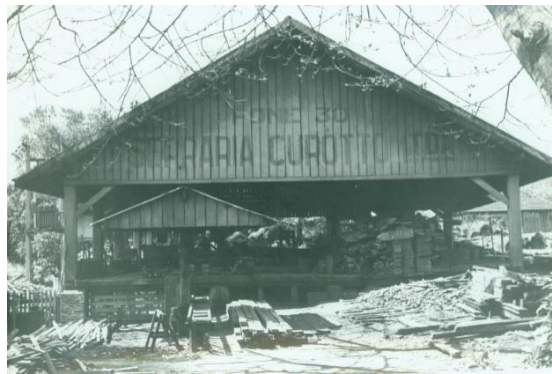
Ainda que as atividades industriais sejam mais evidentes em alguns estados, como o caso de São Paulo, elas não deixam de estar presentes em todo o vasto território nacional, deixando traços marcantes nos estados de norte a sul do país. O Paraná, por exemplo, desenvolveu-se mediante uma economia majoritariamente agrícola, mas não se abstém dos rastros da industrialização com caráter cultural e histórico, indispensáveis para memória do povo paranaense. O único bem industrial tombado pelo IPHAN no estado do Paraná, até então, encontra-se no distrito de Rondinha, representado por um antigo engenho de mate, do século XIX, chamado de "Engenho velho" cujo uso foi convertido para museu (PEREIRA, 2013).

Na cidade de Londrina os bens patrimoniais tombados ainda são poucos, um exemplo é a antiga rodoviária, hoje museu de arte, projeto do célebre arquiteto Artigas, inaugurada na década de 1950, uma construção que simbolizou inovação na paisagem urbana da época, entretanto mesmo estando tombada é uma obra que carece maior atenção nos serviços de manutenção do poder público, para que seja devidamente conservada e preservada, esse fato evidencia o quanto os esforços de salvaguarda no município ainda estão aquém do necessário para se evitar a destruição completa dos acervos que retratam a história e identidade da cidade.

Os bens já tombados em Londrina possuem variedade de representações e valores, porém em relação à área de domínio industrial não existe nenhum modelo salvaguardado por políticas públicas ou privadas. Sendo assim, julga-se que há muito a ser explorado no campo de pesquisas científicas voltadas ao patrimônio industrial no cenário nacional, estadual e

municipal e enquanto esse processo ocorre de forma lenta, os monumentos testemunhos dessa esfera, levados a obsolescência e sujeitos aos perversos interesses econômicos, são completamente destruídos. Fundada na década de 1940, na cidade de Londrina, por Aldolfo Curotto e os filhos, a antiga serraria Curotto, fez parte da formação da cidade e de seu desenvolvimento no âmbito econômico e social, acompanhando toda efervescência das atividades que envolveram a indústria madeireira no estado do Paraná, durante as décadas de 1940 a 1870, sobressaía por seu porte e atuação no setor econômico nacional e internacional junto com outras duas serrarias: SIAM e Mortaria, que após o declínio da demanda madeireira nas construções, encerraram suas atividades também e foram extintas sem terem ao menos a chance de serem devidamente registradas, restando apenas a Curotto como registro da fase de ascensão das serrarias no município. A antiga serraria Curotto constitui um conjunto arquitetônico único em meio a paisagem urbana de edifícios verticalizados, possui arquitetura vernacular, que encanta pela beleza e técnicas construtivas rudimentares, revela, sem dúvidas a memória do trabalho das gerações que presenciaram as décadas anteriores a 1970.

Imagem 3: Fachada Serraria Curotto Ltda



Acervo Museu Pe. Weiss

Objetivos

A partir da compreensão dos aspectos que integram o conceito de patrimônio industrial e sobretudo da importância e dificuldades que o cingem, a proposta do trabalho é de documentar e ressaltar a relevância da antiga Serraria Curotto ao município de Londrina, colaborando com a reflexão e propagação do tema, além de fornecer amparo a salvaguarda de sua memória,

por meio da atualização do inventário, a fim de que as futuras gerações não sejam privadas de conhecer parte da nossa história, visto que este singular conjunto arquitetônico corre o risco de se desfazer.

Resultados

Entre os registros já documentados em relação à história e às particularidades da Serraria Curotto, consta um levantamento minucioso realizado por Antonio Carlos Zani, em 1987, com o interesse e preocupação em registrar o sistema construtivo e salvaguardar a memória da Serraria Curotto, antes que estase extinguisse -como era o caso da maior parte das construções em madeira na época. O professor Zani inventariou todo conjunto por meio de fotografias e desenhos a mão feitos com caneta nanquim (ZANI, 2017).

Todo trabalho de pesquisa baseado neste tema elaborado por Zani é passível de ser encontrado através de seu livro *Arquitetura em Madeira*, publicado pela Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2013, em que discorre:

[...] desativada no início da década de 1980, composta pelo barracão de produção de 770 m², escritórios e três moradias onde residiam o pai, o Sr. Adolfo Curotto, e os filhos Nelson e Oscar Curotto. Este conjunto de edificações, construído na década de 1940 pelo mestre carpinteiro João Caldana, tornou-se um dos exemplares mais representativos da indústria madeireira e da arquitetura do trabalho na região, tanto pelo conjunto como pelas qualidades plásticas e construtivas. (ZANI, 2013 p. 379)

Questionado quanto ao estado de conservação da edificação e de seus elementos no momento do levantamento feito, Zani respondeu:

Na época estava funcionando, eles não estavam mais serrando perobas, estavam serrando eucaliptos. Serrava sempre Eucalipto e Pinho. Eles continuavam fazendo tábuas, mata-juntas... A conservação era pelo uso... depois ficou muito tempo parada, mas eles cuidavam, não chegava a se deteriorar. [...] Mas o interesse nisso até hoje é conseguir o máximo de informações, porque aquilo a gente sabe que vai sair dali. Se hoje alguém conseguisse comprar (a construção) e montar novamente em outro lugar, aproveitar essa estrutura... porque está longe do chão, essa madeira está perfeita. (ZANI, 2017)

Trinta anos após o inventário arquitetônico desenvolvido por Zani é possível traçar uma cronologia das mudanças ocorridas ao longo do tempo, a começar pelo uso: dado que na ocasião em que o levantamento foi realizado, embora a serraria Curotto já estivesse desativada, a mudança de uso não havia ocorrido até então. Com a transformação do uso, atualmente para abrigar um restaurante, inevitavelmente alterações foram necessárias em sua estrutura física e arquitetônica.

Após o encerramento das atividades voltadas ao mercado madeireiro no local da serraria, Lucas Hruschka entrou em negociação com Oscar Curotto com a intenção de dar nova serventia ao galpão da serraria, alterando seu uso para um restaurante de comida típica. O acordo deu certo, Lucas Hruschka se tornou inquilino de Oscar Curotto e abriu as portas do novo empreendimento no ano de 1998. Mesmo após o falecimento de Oscar Curotto, o contrato de locação foi mantido com as filhas que herdaram o patrimônio do pai, e hoje o local é conhecido como "Restaurante Fogão Caipira".

Em entrevista, o Sr. Lucas confessou que se encantou pela beleza do local e que alguns reparos foram necessários na ocasião da instalação do restaurante. Relatou que, na época, o galpão teria sido prejudicado por um vendaval, ficando com parte do telhado descoberto e que havia alguns pontos de infestações de cupim que precisaram ser tratados. Dentre as alterações, teve que substituir o assoalho, acrescentar a parte elétrica e hidráulica, anexar ao galpão uma estrutura de alvenaria para compor as áreas de cozinha, bar e banheiros e em sua base. Ao galpão, que antes era livre, foi adicionado uma estrutura em concreto, fechando ao redor de todo galpão.

Sobre a estrutura do galpão em si, que é toda constituída em madeira nobre – a peroba, típica da região Norte do Paraná (esta é uma informação importante, visto que além deste tipo de madeira ser nobre e símbolo da região, a madeira foi o material construtivo primordial no início de Londrina, portanto as serrarias eram atividades essenciais para a construção da cidade), o Sr. Lucas contou que não precisou de grandes reparos, pois encontrava-se em bom estado, assim como as telhas que foram retiradas apenas para higienização e recolocadas em seguida. As construções agregadas ao galpão,

como o escritório e o depósito, ficaram por muito tempo em desuso, e sem manutenção adequada, acabaram se deteriorando e hoje já não existem mais fisicamente. Quanto às casas de madeira no entorno do galpão, onde os membros da família Curotto residiam no tempo de funcionamento da serraria, estas continuam no mesmo lugar e aparentemente em bom estado.

Imagem 2: Fachada atual antiga serraria Curotto



Foto de Gabriel Piassi

Considerações Finais

Muito provavelmente o complexo arquitetônico que amparou o período de funcionamento da antiga Serraria Curotto só permanece existente devido à sua conservação ter sido dada pelo uso. Em virtude da preservação ser mais cara que a perda/destruição total do patrimônio, a realidade indica que na maioria das vezes os valores econômicos se sobressaem aos culturais. Após 20 anos de trabalho, o arrendatário expôs planos de fechar as portas do restaurante no ano de 2018. Se esse fato realmente se concretizar, a ação necessária para prevenir a destruição deste imóvel não ocorrer, as esperanças de conservar o galpão como memória do patrimônio industrial da cidade de Londrina diminuem, por saber falta de interesse tanto do poder público quanto da iniciativa privada em preservar este patrimônio, restando apenas o que se pode registrar por meio de documentos.

Referências

HRUSCHKA, Lucas. Entrevista concedida ao Projeto de pesquisa "Serraria Curotto" da Faculdade Pitágoras de Londrina. Londrina, 03 jun. 2017.

KÜHL, Beatriz. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização:** Problemas teóricos de restauro. Cotia, SP: Atêlie Editorial, 2008.

LINS, Ana Paula Mota de Bitencourt da Costa. **As Ferrovias como Patrimônio Cultural Mundial:** Os Estados-partes, a UNESCO e o Valor Universal Excepcional. Recife, 2015. 228 f. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2015.

PEREIRA, Juliana Regina. **Patrimônio Industrial:** Arquitetura e Tecnologia no Cenário Cultural Paranaense. Curitiba, 2013. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) - Universidade Federal do Paraná, 2013.

SCHICCHI, Maria Cristina. Preservação do Patrimônio Industrial no Brasil: Entrevista com Silvana Rubino e Cristina Meneguello. **Oculum Ensaios.** Campinas, v. 3, n. 3, p. 124-131, 2005.

The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). **Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial,** Julho 2003.

ZANI, Antonio Carlos. **Arquitetura em madeira.** Londrina: Eduel, 2013.

ZANI, Antonio Carlos. Entrevista concedida ao Projeto de pesquisa "Serraria Curotto" da Faculdade Pitágoras de Londrina. Londrina, 31 maio. 2017.



**NOVOS HORIZONTES: AS MIGRAÇÕES RUMO À GUARACI, JAGUAPITÃ
E CENTENÁRIO DO SUL ENTRE 1950 E 1960.**

Gustavo do Nascimento Silva
(Universidade Estadual de Londrina)
Orientador: Prof. Dr. Wander de Lara Proença
(Universidade Estadual de Londrina)

Resumo. O presente trabalho tem o intuito de analisar as representações vivenciadas pelos migrantes que se estabeleceram nas áreas rurais localizadas entre as cidades de Guaraci, Centenário do Sul e Jaguapitã, pertencentes à região metropolitana de Londrina, durante as décadas de 1950 e 1960. A produção, que é parte do projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, e ainda se encontra em fase de desenvolvimento, será realizada por meio da coleta e análise de dados obtidos com recursos da História Oral, buscando-se perceber, primeiramente, quais razões levaram tais grupos a mudar para a região, tendo em vista que havia na ocasião um alto desenvolvimento da região mais próxima à Londrina, e, também, compreender o motivo da saída de seus estados de origem. Para situar o contexto histórico e político da época, as informações serão embasadas nos trabalhos de alguns historiadores paranaenses que tratam sobre a (re)ocupação do norte do Paraná, como José Miguel Arias Neto (1993) e Nelson Tomazi (1997), os quais mencionam em seus trabalhos as cidades analisadas e seu desenvolvimento em conjunto com o norte paranaense, de maneira geral em tal período. Além disso, as concepções de Roger Chartier (2002), acerca de representação, e Michel de Certeau (2014), acerca da apropriação, serão muito importantes para compreender os movimentos migratórios.

Palavras-chave: Fluxos migratórios; Guaraci; Jaguapitã; Centenário do Sul; Representação.

Introdução

A iniciativa deste projeto surgiu por inspiração de meu avô, Antônio Ramos da Silva, um dos migrantes e pioneiros da região analisada. Tendo vivido boa parte de sua vida entre as cidades de Recife e Bom Conselho, Pernambuco, Antônio mudou-se para a zona rural da Colônia São Sebastião de Guaraci, ainda distrito de Jaguapitã, em 1952. Junto a ele, diversos outros, nordestinos, mineiros e paulistas, vieram para a região, promessa certa de fartura. É discurso comum entre estes migrantes que, nos primeiros contatos com quem já estava por aqui na década de 1940, seja com amigos, familiares ou conhecidos, obtinham o relato de que “aqui se junta dinheiro ao puxar o rastelo” (informação verbal)²²². A região, que se encontra à cerca de 80 km de Londrina, teve como principal produto e fonte de renda o Café. Tal fato nos espanta, visto o senso comum julgar, de maneira generalizante, que a linha produtora perdeu força após a década de 1940 em todo o território do estado. No entanto, segundo as análises de historiadores que estudam o norte paranaense, citando como exemplo Tomazi (1997, p.233), vemos que

Os preços altos no mercado internacional e os incentivos para novos plantios de cafezais que, no Paraná, já haviam começado em meados da década de 1940, criaram, nos anos seguintes, e, principalmente, no final da década de 50 e início da 60, as grandes safras de café que nos anos de 1959/60 a 1962/3, produziram um total de aproximadamente 70 milhões de sacas de 60 kg e colocaram o estado como o maior produtor de café do Brasil.

Justificativa

Muito se sabe a respeito das mudanças ocorridas no norte do Paraná, porém elas se restringem, na maioria das produções bibliográficas, aos grandes centros. Nessas pequenas cidades pessoas vieram de outras localidades, carregando seus sonhos, suas concepções, adquiridas através de apropriações e representações dos discursos do governo, das companhias de terra e dos que aqui (norte paranaense) já estavam, bem como a esperança de “Novos Horizontes”. É necessário que tais acontecimentos venham à tona, ganhem um lugar ao sol na História do norte paranaense, a fim de que este

²²² Citação pertencente aos relatos de Antônio Ramos da Silva, sem data definida.

não fique ligado apenas às metrópoles, mas que seja plural e construído de maneira integral.

Objetivos

Ressalto, primeiramente, que esta pesquisa se encontra em desenvolvimento e, portanto, meus objetivos encontram-se conjugados no infinitivo, visto que estou realizando tal processo como parte de meu trabalho de conclusão de curso. Busco, por meio da análise de fontes obtidas por recursos da História Oral, observar as condições em que os fatos ocorreram, através dos relatos dos pioneiros e moradores que vivenciaram o período delimitado. Um alto contingente populacional se estabeleceu nas áreas analisadas, e o município de Guaraci, que atualmente conta com 6.000 (seis mil) habitantes, segundo Censo da prefeitura municipal, incluindo os da zona rural, chegou a abrigar, segundo relato dos moradores, cerca de 15.000 (quinze mil) habitantes, em um momento onde a cidade não possuía estrutura que comportasse esse contingente populacional, sendo um grande marco entre os municípios vizinhos, para a época. Da mesma forma, Jaguapitã e Centenário do Sul passaram por essa expansão populacional, vendo sua população, urbana e rural, aumentar em um ritmo crescendo, conforme comentam os moradores da região que vivenciaram o período. Tal questão é evidenciada em um recorte realizado por Arias Neto (1993) de um trecho de artigo publicado em 1949 por José de Oliveira Rocha. Cita-se que

Diariamente, homens de todas as latitudes aqui aportam. Essa peregrinação tem muito de parecido com a penetração e conquista do Oeste Americano. Vêm todos eles à procura da riqueza da qual a terra é, sempre, a maior depositária. (1993, p. 72)

Podemos observar, desta forma, que nesta região um movimento, ocasionado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e o conseqüente aumento da exportação cafeeira, bem como pelas políticas expansionistas propostas pelo governo Vargas, influenciou as mentalidades destes migrantes, que se sentiram impelidos na busca de um novo local para começar a vida.

No que concerne as questões teóricas, especificamente do campo da Teoria da História, os conceitos de representação e apropriação descrevem da

melhor maneira possível como pensar as mentalidades dos analisados. Primeiramente, utilizo para tal o teórico Roger Chartier que nos explica o conceito de representação. Segundo o autor, esta consiste em uma assimilação de um determinado discurso, conteúdo, forma, fotografia etc., onde, através das características presentes no indivíduo, bem como suas concepções e conhecimentos prévios, tornam a forma de consumo desse elemento ativo. Para Chartier, alguns aspectos de relação com o mundo social dão a noção de representação para esses grupos de migrantes. São eles

[...] as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; [...] as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais “representantes” [...] marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 2002, p. 73)

Concomitantemente, Michel de Certeau nos explica o conceito de apropriação. Para o autor, de maneira sucinta, a apropriação nada mais é do que a forma de consumo cultural como uma operação de produção, assinalando sua presença a partir da maneira de utilizar os conceitos que lhes são impostos, ou seja, utiliza-se das representações para produzir concepções. Para o autor, cada mente, cada situação, cada lugar social é capaz de gerar uma apropriação relacionada a um acontecimento, uma forma de perceber a sociedade que rodeia as pessoas.

Tendo base nessas duas concepções, vemos que essas pessoas apropriaram-se das representações do discurso de prosperidade da terra, criando suas próprias representações, acerca da possibilidade de construir uma nova vida deixando suas certezas para trás, bem como da terra, fértil e com um certo toque “mágico”, visto que “esta faz prosperar tudo em que nela é plantado” (informação verbal)²²³. O fato de menção à fartura e o dinheiro “certo” tomou conta do imaginário destes e muitos partiram com a família para as cidades em análise, afim de “tocar” as plantações de café ou ajudar na formação dos cafezais. Busco, em meu trabalho, analisar estes discursos, as motivações pessoais, afim de compreender tais representações.

²²³ Citação pertencente aos relatos de Antônio Ramos da Silva, sem data definida.

Seguindo a linha de raciocínio, pretendo compreender as questões sociais, econômicas e culturais que culminaram na saída de suas antigas propriedades. Seriam as questões econômicas fatores fundamentais para a migração? Visto que a atividade agrária regia a forma de arrecadação da época, qual a diferença entre um território e outro? Retrocedendo para a década de 30, encontraremos o início de todo o processo. A proclamação da marcha para o Oeste, movimento realizado pelo governo de Getúlio Vargas no intuito de povoar as terras não ocupadas, em 1938, promoveu mudanças nas representações da ocupação do território, incluindo o norte paranaense. Segundo Arias Neto (1993, p.55)

[...] muitas das imagens da Marcha para o Oeste se manifestaram nos discursos da política partidária (o nacionalismo dos partidos locais durante o período populista), nos discursos da ciência, (a imensa polêmica sobre as frentes pioneiras e a questão regional no âmbito de geografia, da história e da sociologia), e no plano da crônica (que introduziu, na narrativa histórica da [...] região, o tema da conquista e destruição das missões jesuítas espanholas pelos bandeirantes paulistas).

Tal fato perpassou o tempo e as localidades, chegando às concepções locais da área analisada. Mais uma vez, a apropriação e a criação de representações a partir dos “incentivos” do governo, formou as concepções dos migrantes, dando ao território um viés de “lugar para fazer a vida”. Vale lembrar que posteriormente esta região será palco de conflitos, envolvendo posseiros e sitiados, sendo um dos desdobramentos da fatídica “Guerra de Porecatu”, abordada de melhor forma no trabalho de Angelo Priori.²²⁴

Por fim, esta produção tem o intuito de analisar, em sua segunda fase, quais foram as modificações trazidas pelos migrantes, como sua vivência cultural moldou os aspectos da população norte paranaense analisada. Bem sabemos que a pluralidade de concepções, da forma de lidar com a terra, dos hábitos culturais, da alimentação, entre outros aspectos, moldou a forma desses paranaenses e seus descendentes. É possível observar, dessa forma, a

²²⁴ PRIORI, Angelo, et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. A revolta camponesa de Porecatu. pp. 129-141.

diferença entre os costumes do Norte, atualmente, com os costumes do sul do estado.

Metodologia

Trabalharei com recursos da História Oral, coletando dados juntamente com os munícipes que vivenciaram o período estudado, analisando os dados obtidos em função de minha problemática. Irei contrastar as informações obtidas com a bibliografia existente, a fim de obter um cenário com maior coesão. Há, porém, a possibilidade de informações contraditórias neste percurso, que deverão ser analisadas e postas em análise por meio da historiografia. Por meio das concepções dos teóricos supracitados irei analisar as questões referentes a apropriações e representações em todo o processo migratório, bem como o estabelecimento no território.

Considerações finais

Este trabalho ainda não possui resultados posto seu estado inicial, porém o ato de trabalhar com a História local nos mostra a importância de trabalharmos com nossas realidades, aproximar a historiografia do que conhecemos, e neste caso, levar à comunidade acadêmica, bem como a população dessas localidades, informações e análises de excelência acadêmica que preencham a lacuna deixada na história desses municípios. Uma citação, lida no primeiro ano da graduação, me provocou um certo incomodo, ao relacionar com o passado da região onde eu vivo. Eric Hobsbawm, em sua obra “A era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991” (1995) nos fala que

A uma Era de Catástrofe, que se estendeu de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se 25 ou trinta anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável. Retrospectivamente, podemos ver esse período como uma espécie de Era de Ouro, e assim ele foi visto quase imediatamente depois que acabou, no início da década de 1970. (p.15)

Esta citação me levou a relacionar tal afirmação à história da região analisada, algo que me intrigou a ponto de iniciar os diálogos com meu avô a fim de constatar o que ocorreu no local, neste mesmo período pós-guerra, culminando neste projeto, ainda em desenvolvimento. A construção de uma historiografia que analise o espaço delimitado nesta pesquisa, no recorte temporal escolhido, faz-se necessária para que as futuras gerações possam conhecer a história do lugar onde vivem e quais as influências do passado no tempo presente. Uma trajetória, marcada por memórias, pioneirismo, coragem e esperança, crenças em novos horizontes, fizeram a região analisada uma peça importante na História local, bem como na História do Paraná, e nesse sentido, esta pesquisa busca dar voz e lugar na História à esta região, ainda hoje pouco conhecida pela maioria dos paranaenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**: Londrina e o Norte do Paraná (1930-1975). São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, 1993.

CERTEAU, Michel de. Ler: uma operação de caça. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 22. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 236-248.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, R. **À beira da falésia**: a História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2002. p. 61-79.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Norte do Paraná**: história e fantasmagorias. Curitiba, 1997. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade Estadual do Paraná. Curitiba, 1997.



AS REPRESENTAÇÕES ANTICOMUNISTAS CONSTRUÍDAS PELA IGREJA CATÓLICA DE LONDRINA NO CONTEXTO DO GOLPE MILITAR DE 1964

Luís Filipe Negrão de Souza
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Resumo. O presente trabalho tem como objetivo abordar as formas de construção de representações anticomunistas por parte da Igreja Católica de Londrina no período que envolve o golpe militar acontecido no Brasil no dia 31 de Março de 1964. Para tanto serão essenciais os conceitos de “representação”, de Roger Chartier, e de “apropriação”, desenvolvido por Michel de Certeau, os quais se mostram a base para a investigação da maneira pela qual o comunismo foi discutido e qualificado pela Igreja Católica. Assim, a partir de documentos como o Manifesto dos Bispos Paranaenses, publicado em Março de 1964 e assinado pelo bispo de Londrina à época, D. Geraldo Fernandes, serão avaliados os processos de caracterizações negativas do comunismo construídas por certos membros da alta hierarquia católica do período. Um dos eixos principais do artigo é o enfoque sobre a relação entre as representações anticomunistas e determinados trechos bíblicos ou certos dogmas do catolicismo, ou seja, como algumas caracterizações foram atribuídas ao comunismo a partir da “apropriação” de doutrinas religiosas. Para que isso seja possível, serão trazidos como meios de reflexão sobre o assunto encíclicas papais como *Quod Apostolici Muneris* (1878) e *Rerum Novarum* (1891), publicadas por Leão XIII, e também *Divinis Redemptoris* (1937), escrita pelo papa Pio XI. Dessa forma, poder-se-á compreender as ligações entre as representações construídas pela Igreja Católica de Londrina em 1964 e o que já vinha sendo debatido há décadas pelo alto clero católico.²²⁵

Palavras-chave: Anticomunismo; Igreja Católica; Golpe Militar

²²⁵ Trata-se da apresentação de uma proposta de pesquisa envolvendo o tema e os conceitos descritos. Os estudos relacionados a essa perspectiva estão no início e busca-se aprofundá-los. No seguinte trabalho são abordadas as principais noções orientadoras da pesquisa, bem como seu tema essencial, seus desafios e suas possibilidades.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as intenções e os conceitos norteadores de uma pesquisa voltada à análise do envolvimento da Igreja Católica de Londrina, principalmente na pessoa do bispo D. Geraldo Fernandes, com o golpe militar ocorrido em 1964. Para tanto, as perspectivas balizadoras desse estudo voltam-se às formas de construção de representações anticomunistas por essa instituição religiosa e como essas se relacionam ao contexto político brasileiro daquele momento histórico.

É essencial que fique claro o caráter inicial da pesquisa. Nesse texto apresentam-se as principais propostas e possibilidades, mas há ainda muito que se desenvolver em diversos sentidos. Pretende-se ampliar esse estudo como forma base para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e, sendo assim, realmente, o apresentado aqui, apesar de já demonstrar os objetivos essenciais e certos caminhos a serem traçados, é apenas o início do que se almeja como um trabalho mais consolidado.

Esse trabalho parte da concepção de que diferentes perspectivas teóricas são essenciais para a análise da História. Assim, a realidade histórica é passível de ser estudada por meio de ângulos e conceitos possibilitadores de um aprofundamento em relação ao contexto pesquisado. Com isso, os diferentes conceitos e metodologias relacionados à História permitem variadas (e muitas vezes complementares) interpretações da realidade histórica, contribuindo assim para um desenvolvimento positivo das pesquisas e para o enfraquecimento da tendência de se buscar uma suposta História “verdadeira”. Buscou-se, dessa forma, avaliar quais as “lentes” que mais contribuiriam à análise do objeto da pesquisa. Ou seja, determinados conceitos foram selecionados por demonstrarem que podem ser relacionados ao estudo a ser desenvolvido. O principal objeto de análise, como já citado, são as representações anticomunistas construídas e propagadas pela Igreja Católica de Londrina no período do Golpe Militar de 1964. Serão essenciais para a pesquisa os conceitos de “representação”, do autor Roger Chartier, “apropriação”, de Michel de Certeau, e de “identidade”, de Kathryn Woodward. A partir da seleção de determinadas fontes e da utilização dos conceitos

apresentados, espera-se que a pesquisa ganhe corpo e possa ser bem desenvolvida.

OBJETIVOS

Como já explicitado anteriormente, o grande foco da pesquisa consistirá em analisar as representações anticomunistas da Igreja Católica de Londrina no início da década de 1960, relacionando-as ao Golpe Militar de 1964. Assim, faz-se necessário abordar o contexto geral brasileiro desse período, pois é justamente nessa realidade que se insere a situação político-social da cidade de Londrina, a partir da qual são constituídos elementos para as representações elaboradas pela Igreja Católica quanto ao comunismo.

O início da década de 1960 foi um período extremamente agitado considerando as relações políticas e sociais brasileiras. Trata-se de um contexto marcado por dificuldade econômica e pela luta travada entre diferentes grupos para que suas reivindicações fossem atendidas. O presidente da época era João Goulart (1961-64; fazia parte do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB), o qual enfrentou grande oposição ao longo de seu mandato, sendo que inclusive sua tomada de posse em 1961 foi cercada de conspirações golpistas que tiveram como consequência a diminuição dos poderes de Jango com a instituição do parlamentarismo até 1963. Segundo as autoras Sonia Regina de Mendonça e Virginia Maria Fontes (2006, p.7), a “crise de 1964” pode ser caracterizada como um momento em que

[...] as dificuldades econômicas foram vistas através de uma ótica ampliada pela participação crescente das camadas trabalhadoras e pela luta entre os grupos dominantes, no sentido de definir quem teria maior peso político, vale dizer, conduziria o Estado na direção da satisfação de seus interesses.

Diante dessa realidade, João Goulart propõe as chamadas Reformas de Base, as quais previam, principalmente, reforma agrária, educacional, bancária e eleitoral. Como indicam Adriano Nervo Codato e Marcus Roberto de Oliveira, há nesse momento intensa polarização ideológica e, assim, diferentes manifestações acontecem pelo Brasil em apoio ou oposição às propostas de Goulart. No dia 13 de Março de 1964 acontece o Comício da Central do Brasil, no qual o presidente expõe os principais pontos das Reformas, recebendo

apoio de grupos como a União Nacional dos Estudantes(UNE) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). O evento aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, reunindo cerca de 200 mil pessoas em um ato a favor das Reformas de Base. Como resposta e oposição à essa mobilização e aos planos de Jango, acontece em diferentes partes do país a chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, apoiada por vários membros do clero católico e que reuniu em São Paulo, no dia 19 de Março de 1964, cerca de 500 mil pessoas. Segundo Codato e Oliveira (2004, p.273), essas marchas “[...] condenavam genericamente a política ‘populista’ [...] e o ‘comunismo’ (seja seu caráter ‘materialista e ateu’, seja o risco que o ‘totalitarismo’ poderia representar à propriedade privada e à democracia).[...]”, além de exaltarem a “obediência aos ‘valores tradicionais cristãos’”. Percebe-se, assim, de acordo com os autores, a ativa inclusão do catolicismo na conjuntura do golpe de 64, sendo que a ação e o apoio de setores da Igreja Católica foram utilizados como “legitimidade” para a atuação dos militares no dia 31 de Março de 1964.

O centro da pesquisa a ser desenvolvida seria justamente a ação da Igreja Católica de Londrina nesse contexto do Golpe. Na cidade também ocorreu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, porém, segundo Reginaldo Fernandes (2007), essa caracterizou-se como um ato de comemoração, pois aconteceu posteriormente, no dia 04 de Abril de 1964. Como afirma o autor,

[...] A Marcha, programada para iniciar-se na Avenida Higienópolis, endereço do baronato cafeeiro da cidade, percorreu toda a Avenida Paraná, até atingir o largo da Prefeitura, onde houve grande concentração para ouvir o pronunciamento das autoridades que durara aproximadamente duas horas. Houve queima de fogos, chuva de papel picado colorido, confete e serpentina. O desfile foi encabeçado por um grupo de senhoras que carregavam a bandeira do Brasil e dos estados da federação. [...](FERNANDES, 2007, p. 166)

A participação da Igreja Católica também se fez presente, segundo o autor. O bispo de Londrina à época, D. Geraldo Fernandes, teria sido um dos organizadores da manifestação e foi um dos que discursaram ao final da Marcha. De acordo com Reginaldo Fernandes (2007, p.168), a fala do bispo, juntamente com a do prefeito da cidade (Hosken de Novaes), propunha a cassação de mandatos de políticos ligados a “teorias totalitárias” para que as cinzas do “fogo comunista” que havia sido “debelado” fossem encobertas.

Outro exemplo da ação do bispo de Londrina nesse contexto foi a sua assinatura presente no “Manifesto do Episcopado Paranaense”, publicado em 31 de Março de 1964 e que envolve bispos das principais cidades paranaenses, como Curitiba, Ponta Grossa, Maringá e Londrina. Esse documento afirma o “avanço comunista” como o “maior perigo do momento”, fazendo uma série de críticas à ideologia comunista, a qual seria incompatível com o cristianismo. Além disso, o Manifesto se coloca contra as Reformas de Base propostas por João Goulart, caracterizando-as como propostas que teriam surgido a partir de estudos não devidamente aprofundados. Citando um suposto momento de “subversão à ordem”, os bispos paranaenses dirigem seu apelo e apoio ao Congresso e às Forças Armadas “[...] a fim de que zelem pelos altos interesses de um Brasil que nasceu sob o signo da Cruz de Cristo.” (MANIFESTO DO EPISCOPADO PARANAENSE, 1964, p. 3).

A intenção da pesquisa é abordar como é dado o processo de construção das “representações” anticomunistas por parte da Igreja Católica de Londrina. Um dos pontos a ser analisado diz respeito ao quanto essa elaboração se liga a “apropriações” feitas por católicos em relação aos escritos da Bíblia e aos dogmas da Igreja. Ou seja, a partir dessas apropriações, determinados trechos da Bíblia ou mesmo de outros textos são utilizados para legitimar a posição anticomunista de parte do clero católico. Outro aspecto muito relevante é a importância que o anticomunismo teve para a elaboração de certa “identidade” católica no período. Isso acontece por meio da valorização das diferenças entre “comunistas” e “católicos”, a partir da qual são exaltadas determinadas marcas características destes que os separam definitivamente daqueles. Para que essas abordagens sejam possíveis, serão utilizados os conceitos de “representação” de Roger Chartier, “apropriação” de Michel de Certeau e “identidade” de Kathryn Woodward.

Em “O mundo como representação”, Chartier explicita a importância do conceito de representação para a análise da realidade. A representação, em Chartier, pode ser entendida como a forma como os grupos, as sociedades, os indivíduos são dados a ser percebidos pelo outro. Além disso, para o autor, é preciso tomar sua construção como um processo que envolve inúmeras disputas, as quais estão permeadas por relações de poder. Assim, diferentes grupos disputariam a forma de representar determinada realidade, sendo que

existiriam pontos essenciais a serem delimitados. A essencialidade desse conceito de acordo com o autor se dá à medida que “[...] não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e grupos dão sentido a seu mundo.” (CHARTIER, 2002, p. 66) Dessa forma, como afirma Chartier, a inserção dos seres humanos na sociedade se dá a partir de um mundo de representações pelas quais são possíveis a orientação e a significação em relação à realidade vivida.

É a partir desse conceito que a pesquisa será orientada, de forma que a análise central se pautará na forma como os comunistas eram representados por determinados setores da Igreja Católica em Londrina. Assim, serão questionados os principais modos como determinadas representações foram construídas, tendo como foco as palavras e expressões utilizadas por alguns membros Igreja em suas propostas anticomunistas. Como já explicitado, uma das representações criadas nesse momento qualificava o comunismo como o maior perigo daquele período. Mas são várias outras possíveis e que criam uma representação maior do comunismo como um grande inimigo da Igreja.

Para a análise dessa conjuntura, serão utilizadas fontes diretamente ligadas a membros do clero católico. Em relação à cidade de Londrina, o foco residirá principalmente nos discursos do bispo da cidade à época do Golpe e também outras manifestações da Igreja naquele período (como matérias em periódicos, panfletos...), uma vez que a análise do discurso oficial de apenas um membro do clero não é o suficiente para considerações mais amplas. Essa talvez seja a parte mais desafiadora da pesquisa, uma vez que as fontes ainda precisam ser recolhidas. Pretende-se buscá-las, principalmente, no NDPH-UEL (Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica) e também no arquivo oficial da Cúria de Londrina. Quanto a Dom Geraldo Fernandes, pelo menos uma fonte já é passível de informação: o Manifesto do Episcopado Paranaense, de 1964, assinado pelo clérigo. Já em contexto mais amplo e global da Igreja Católica, o discurso anticomunista pode ser analisado em encíclicas papais divulgadas no final do século XIX e ao longo do século XX. Como exemplos, têm-se as elaboradas pelo Papa Leão XIII, quais sejam *Quod Apostolici Muneris* (1878) e *Rerum Novarum* (1891) e também duas assinadas por Pio XI: *Quadragesimo Anno* (1931) e *Divinis Redemptoris* (1937). Assim, por mais que

estejam relativamente afastados no tempo em relação ao objeto da pesquisa, esses documentos são essenciais para a análise do tema, possibilitando a abordagem da forma como o comunismo já vinha sendo representado pela autoridade máxima da Igreja.

Um aspecto a ser trabalhado também são os elementos pelos quais essa representação é construída. Nesse sentido, pretende-se, ao longo dos estudos, avaliar a relação entre esses discursos anticomunistas presentes nas fontes a ser estudadas e as citações bíblicas ou os dogmas católicos que foram utilizados para sustentá-los. Para essa abordagem seria essencial o conceito de “apropriação”, de Michel de Certeau. Um dos pontos essenciais afirmados por Certeau diz respeito ao caráter ativo da leitura. Para esse autor, essa prática distancia-se da passividade, envolvendo, pelo contrário, um processo de “apropriação” pelo qual o leitor faz do texto algo próprio, “apropria-se” dele. Segundo Certeau, a leitura não diz respeito simplesmente a textos escritos, uma vez que “[...] Hoje o texto é a própria sociedade. Tem forma urbanística, industrial, comercial ou televisiva. [...]” (CERTEAU, 1998, p. 261)

Assim, aplicando esse conceito ao objeto de pesquisa, seria interessante perceber a forma de apropriação de determinados trechos bíblicos por clérigos, de acordo com sua intenção de argumentar em relação ao comunismo. Para isso, enriqueceriam bastante a pesquisa outras ideias de Certeau. Dentre elas, destaca-se a concepção de que a leitura seria um processo produtivo por parte do leitor e, dessa forma,

[...] Este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era a ‘intenção’ deles. Destaca-os de sua origem (perdida ou acessória). Combina os seus fragmentos e cria algo não-sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações. [...] (CERTEAU, 1998, p. 264 e 265)

Portanto, alguns trechos bíblicos e dogmas católicos são apropriados por membros do clero a partir de uma interpretação própria, visando, muitas vezes, a um determinado objetivo. No caso, a intenção seria a construção de representações negativas em torno do comunismo. Portanto, faz-se clara a relação entre os conceitos de “representação” e “apropriação”, sendo que é a partir de apropriações de determinados textos que bispos, papas e outros

membros da Igreja fundamentam a elaboração de suas representações anticomunistas. Tanto Certeau quanto Chartier afirmam em seus textos a importância das relações de poder para os dois processos (apropriação e representação), uma vez que determinadas leituras e construções são classificadas como “corretas” ou “incorretas” por determinados grupos tidos pela sociedade como detentores de certa legitimidade. Essa constatação é muito válida para a pesquisa, uma vez que serão analisados discursos e textos de grandes autoridades de uma instituição que seguia rígidos padrões de hierarquia.

Mesmo assim, um dos pontos que se pretende abordar futuramente, provavelmente não nessa pesquisa, diz respeito às variadas formas de apropriações dos próprios fiéis católicos tanto dessas representações anticomunistas da Igreja quanto dos textos bíblicos. Esse amplo campo de interpretações abre espaço para posições opostas e conflitantes no interior da própria instituição. Sabe-se, por exemplo, da ação no Brasil do início da década de 1960 de grupos católicos como a Ação Popular (AP) e a Juventude Universitária Católica (JUC), os quais se posicionavam mais à esquerda na arena política, opondo-se às concepções conservadoras de vários membros do clero católico. Isso demonstra o quanto, mesmo envolvidos em relações de poder, os processos de representação e apropriação dão brechas para diversas posições, uma vez que o sujeito do processo sempre se coloca ativamente diante da realidade, não absorvendo passivamente tudo o que lhe é imposto. Mas esse realmente é um tema a ser explorado posteriormente.

Por fim, um dos aspectos a ser trabalhado nessa pesquisa se relaciona à construção de um “ser católico” a partir da diferença concebida em relação aos “comunistas”. Segundo Kathryn Woodward (2009, p. 9), a identidade é “marcada pela diferença” e, sendo assim, é elaborada a partir de relações que são feitas entre diferentes grupos. Ainda segundo a autora, “[...] Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença. [...]” (WOODWARD, 2009, p. 39 e 40).

A partir dessas concepções de Woodward, seriam analisadas as formas como determinados membros do clero católico construíam a própria identidade

do “ser católico” em oposição a elementos pelos quais caracterizavam os grupos tidos como “comunistas”. Nesse âmbito, seriam tomadas como foco principal as representações que certos clérigos construíam em relação à própria Igreja e seus membros como uma consequência da marcação das diferenças quanto aos “comunistas”. Assim, faz-se interessante o estudo dos principais adjetivos utilizados para caracterizar ambos os grupos e analisar a oposição presente entre eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o caráter inicial da pesquisa, os resultados ainda são escassos e, assim, espera-se um estágio mais avançado dos estudos para divulgá-los. Mesmo assim, o aprofundamento das questões teóricas que balizam a pesquisa já se mostra algo fundamental para a continuidade e o desenvolvimento das análises em relação ao tema. Os conceitos apresentados nesse trabalho demonstraram-se essenciais ao que se pretendia quanto à investigação das relações entre a Igreja Católica de Londrina e seus discursos anticomunistas no contexto do golpe militar de 1964.

Entender os discursos anticomunistas da Igreja Católica como “representações” elaboradas a partir de intencionalidades e em meio a relações de poder é algo muito significativo para o andamento dos estudos em relação ao objeto. Mostra-se interessante também compreender como esses discursos eram envoltos por argumentos elaborados a partir de textos bíblicos, e o conceito de “apropriação” mostrou-se muito significativo para que essa perspectiva seja abordada. O conceito de “identidade” possibilita a reflexão sobre a forma como essas representações anticomunistas acabaram criando fortes laços identitários para determinados grupos católicos a partir da diferença estabelecida em relação a indivíduos tidos como opostos à forma de vida católica.

Por mais que ainda sejam necessárias várias outras fontes para um andamento produtivo dos estudos, o Manifesto dos Bispos Paranaenses e as encíclicas papais citadas já se mostram importantes objetos de investigação. Em relação a esses documentos, já podem ser aplicados os conceitos norteadores da pesquisa, fato que os torna de relevância central para o trabalho ainda a ser desenvolvido. Novos conceitos e fontes ainda serão

alavancados ao estudo, mas, há, nesse momento, certa base sobre a qual a investigação se desenvolverá.

Portanto, os conceitos norteadores (“representação”, “apropriação” e “identidade”) e as fontes já recolhidas apresentam-se como o núcleo a partir do qual a pesquisa deverá ganhar forma mais complexa e profunda. Essas linhas interpretativas mostram-se de grande importância para a investigação do envolvimento entre a Igreja Católica de Londrina e o Golpe Militar de 1964, mas, principalmente, como essas relações são permeadas pela ação anticomunista de parte do clero católico. Assim, as representações construídas a partir de apropriações de textos bíblicos constituem argumentação importante não só para qualificar negativamente o “inimigo”, mas também para uma qualificação positiva de si mesmo, de sua própria identidade.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. Ler: uma operação de caça. In: CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. 3.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 259- 273

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 61-79

CODATO, Adriano Nervo; Oliveira, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH. vol. 24. nº47. p. 271-302. Jan-jun, 2004

FERNANDES, Reginaldo Junior. **O delito dos proscritos: a marginalidade política em Londrina (1956-1967)**. 2007. 272 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93445>. Acesso em: 12 ago. 2017

FONTES, Virginia Maria; MENDONÇA, Sonia Regina de. **História do Brasil recente: 1964-1992**. 5 ed. São Paulo: Ática, 2006.

Voz do Paraná. 5 de abril de 1964, n. 403. Manifesto do Episcopado Paranaense, p.1. In: BIANCO, Alberto. **A cruzada anticomunista: a Igreja no período ditatorial no Paraná (1964)**. 2001. 48 f. Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em História do Brasil. Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Tuiuti do Paraná.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 7- 71.



A EXPLORAÇÃO ESPACIAL DURANTE A GUERRA FRIA.

Tiago Santos Paisana
(Universidade Estadual de Maringá)

Resumo. A presente comunicação visa desenvolver a exploração espacial durante a Guerra Fria, assim, com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, as duas principais potências vencedoras da guerra, estavam frente a frente no cenário internacional, desta forma. Por não se tratar de um conflito bélico, muitos aspectos da sociedade foram influenciados, ou criados, para a disputa entre Estados Unidos e União Soviética, a exploração espacial foi uma delas. Tendo como objetivo analisar o papel da Exploração Espacial na Guerra Fria (utilizando artigos divulgados pela Nasa como *“United States-Soviet Space Cooperation during the Cold War”* do autor Roald Sagdeev e textos como *“Guerra Fria: um debate interpretativo”* de Sidnei Munhoz); assim como os reflexos que atingiram a mesma durante os vários períodos do conflito (espaços de tempo com um maior conflito ou com um maior diálogo entre as duas potências), assim, tendo como início característico a dita corrida espacial, a exploração do espaço se iniciou com uma grande rivalidade e um aspecto de propaganda muito forte, porém com o seu fim (com o pouso na Lua em 1969), e também refletindo uma aproximação maior entre as duas potências, algumas missões em conjunto foram realizadas, culminando, principalmente, no acordo de construção da Estação Espacial Internacional, em 1998.

Palavras-chave: Guerra Fria; Exploração Espacial; Corrida Espacial.

Introdução

Após 1945, os países vitoriosos da 2ª Guerra Mundial passaram a se verem como inimigos, assim, teve início ao período conhecido com Guerra Fria. Ambas potências (Estados Unidos e União Soviética) estavam em um certo pé de igualdade no quesito militar, os dois países tinham bombas nucleares, isso acabou por inviabilizar todo e qualquer confronto direto entre eles, cabendo assim enfrentamentos em regiões satélites e em outras áreas da sociedade.

A exploração espacial foi uma destas áreas, tendo início na corrida espacial, onde existiu um caráter competitivo muito grande; e após tal período, onde os programas espaciais muitas vezes serviam de espelho para as relações entre as super potências.

Objetivos

- Compreender o desenvolvimento da exploração espacial durante o período compreendido como guerra fria;
- Analisar as influências que as relações internacionais de ambos países tiveram na exploração espacial;
- Entender os processos de cooperação espacial e como isto afetou a aproximação entre E.U.A. e URSS.

Resultados

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os países vitoriosos, ou mais precisamente Estados Unidos e União Soviética, começaram a se preocupar com o que aconteceria após o fim da guerra. Na conferência de Ialta, em fevereiro de 1945, os três líderes dos países aliados (Roosevelt, Stalin e Churchill) já decidiam as zonas de influência de cada bloco vitorioso.

A união contra um inimigo comum, o Eixo, que possibilitou uma harmonia entre forças opostas acabara, desta forma, diversos pontos de discordância estavam à tona agora, como aponta Sidnei Munhoz, do lado Soviético, o sentimento de vitória sem a ajuda das forças estadunidenses, contra os alemães era forte, já do lado ocidental, o fato de que o governo Bolchevique não reconhecer dívidas internacionais do antigo regime, somado

ao pacto Germano-Soviético gerou uma sensação de não confiança nos soviéticos.

Além disso, os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki podem ser interpretados como uma tentativa de vitória antes da entrada soviética na guerra contra o Japão, além de ser uma demonstração de força perante o futuro inimigo dos Estados Unidos. Anos mais tarde, em 1949, a URSS realiza seu primeiro teste de bomba nuclear, colocando ambas potências em igualdade.

Caracterizando assim, pela incrível vontade de disputa entre as duas potências, fato que acabou por moldar gerações, que cresceram com o medo do confronto direto e “iminente”, que culminaria para um embate nuclear, como foi apontado por Eric Hobsbawm e “Era dos Extremos”.

Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento e devastar a humanidade. Na verdade, mesmo os que não acreditavam que qualquer um dos lados pretendia atacar o outro achavam difícil não ser pessimistas, pois a Lei de Murphy é uma das mais poderosas generalizações sobre as questões humanas[...] (pg 224).

Desta forma, o pensamento de que qualquer coisa poderia dar errado e iniciar o confronto, seja no campo político ou tecnológico, aumentando a ideia de um confronto nuclear perdurável, baseando-se no pensamento de que apenas o medo de que uma destruição inevitável de ambos os lados poderia impedir o confronto direto. Mesmo nada tendo ocorrido, durante quarenta anos o medo da MAD (sigla em inglês para *mutually assured destruction*) foi uma possibilidade cotidiano.

Entretanto, a guerra fria apresentou uma interessante peculiaridade: em momento algo houve um real perigo de início de uma nova guerra mundial. Mesmo que ambas potências utilizassem uma retórica apocalíptica, segundo Hobsbawm, as duas acabaram aceitando a distribuição global das forças após o fim da Segunda Guerra Mundial, mesmo que tal distribuição levasse a uma constância desigual no poder, que não foi contestado.

Estas circunstâncias possibilitaram certa estabilidade durante a guerra fria, passando mesmo por períodos como a Guerra da Coreia ou a Crise dos Mísseis de Cuba, não houve um embate direto entre as duas, sendo percebido um período de “paz”, onde ambas as potências aceitavam a divisão das influências no mundo.

Em situações onde decisões deveriam ser tomadas, as duas potências confiavam na moderação uma da outra, mesmo com períodos onde a guerra era dada como certa, ou quando ela já estava ocorrendo, como aponta Hobsbawm, durante a Guerra da Coreia, onde, ao contrário dos soviéticos, o governo estadunidense se envolveu diretamente no confronto, e mesmo com Washington sabia que parte da frota aeronáutica chinesa pertencia à U.R.S.S. (inclusive alguns pilotos), entretanto o governo dos E.U.A. não revelou tal informação, pois acreditavam que, a última coisa que o governo soviético queria era a guerra. O mesmo aconteceu durante a crise dos mísseis cubanos, onde acima de tudo, ambos os lados não queriam que ações belicosas fossem considerados como medidas concretas para a guerra.

Até a década de 1970, esse acordo tácito de tratar a Guerra Fria como uma Paz Fria se manteve. A URSS sabia (ou melhor, percebera), já em 1953, quando não houve reação aos tanques soviéticos que restabeleceram o controle diante de uma séria revolta operária na Alemanha Oriental, que os apelos americanos de “fazer retroceder” o comunismo não passavam de histrionismo radiofônico. Daí em diante, como se confirmou a revolução húngara de 1956, o Ocidente se manteria fora da região de domínio soviético. (HOBBSAWM, E. “*Era dos Extremos*”. pg 226).

Portanto, visando evitar conflitos militares diretos, coube a outros campos servirem de base para as disputas travadas durante a guerra fria. Assim, campos tecnológicos (como desenvolvimento de tecnologias que facilitariam muitos setores da sociedade), científicos (como descobertas científicas que melhorariam a saúde e a medicina), esportivos (através das olimpíadas), entre outros setores que abrigaram a disputa ideológica da Guerra Fria.

Em um destes campos, surgiu uma área de competição que gerou grandes conquistas para ambos os lados: a Exploração Espacial. Torna-se até um pouco difícil enquadrar-la em apenas uma única esfera, pois acabou

envolvendo o desenvolvimento de tecnologias, pesquisas científicas, como também gerou grandes conquistas, que muitas vezes eram utilizadas somente como propaganda, provando a derrota do outro lado.

Entretanto, para podermos compreender como se desenvolveu a exploração espacial, devemos antes de tudo estabelecer o início da mesma: a Corrida Espacial. É preciso entender, que tal corrida, assim como o desenvolvimento e surgimento dos programas espaciais de cada país, não teve seu início imediato no lançamento do primeiro satélite artificial, o Sputnik, em 1957.

Um ponto importante a ser ressaltado é a respeito do nascimento de ambos os programas espaciais, seja da União Soviética, seja dos Estados Unidos. Tal nascimento se deu através de programas militares, pois após a obtenção de armas nucleares pelos soviéticos, a importante não era, necessariamente, a fabricação dos armamentos nucleares e sim o seu transporte, através dos mísseis balísticos intercontinentais. Desta forma, observa-se a importância do recrutamento de cientistas e da obtenção de tecnologias alemãs, visto que antes mesmo de 1945, a Alemanha já desenvolvera o primeiro míssil balístico, a V-2.

Tal nascimento dos programas espaciais, nos setores militares, não se limitou a apenas no âmbito da utilização dos mísseis e foguetes (desenvolvidos, em primeiro momento, para aprimorar as ações militares), mas também envolveu as vantagens que seriam trazidas da exploração espacial: a possibilidade de espionar o inimigo, seja através de fotos, ou da captação de ondas de rádio, como também na oportunidade de lançamento de ogivas nucleares através do espaço, o que significaria uma enorme ameaça/força.

Em 4 de outubro de 1957 a União Soviética alcançou uma grande vitória: o lançamento do primeiro satélite artificial. Tal marco é considerado por muitos o início da Corrida Espacial, entretanto, para Asif Siddiqi em seu texto "*Mutual Influences: U.S.S.R. – U.S. Interactions During the Space Race.*", o real início da corrida aconteceu em 1955, pois neste ano, a administração do presidente Eisenhower anunciou que o governo dos Estados Unidos pretendia realizar o lançamento de um satélite no Ano Internacional da Geofísica (em

inglês *International Geophysic Year*) que foi proclamado pela ONU como sendo o ano de 1957.

Do outro lado, os Soviéticos planejavam o lançamento de um enorme observatório espacial, chamado por Siddiqi de Object D, tal satélite deveria levar consigo uma enorme quantidade de equipamentos científicos. Entretanto, como aponta Siddiqi, com o anúncio estadunidense, juntamente com o lançamento do Míssil Júpiter C, realizado pela equipe chefiada por Wernher von Braun, foi mal interpretado pela equipe soviética como uma tentativa de lançamento de um satélite, em conjunto com isso, Sergei Korolev observou a possibilidade da presença de um terceiro estágio no foguete lançado pelo lado estadunidense, o que era superior ao foguete R-7, que apresentava apenas 2 estágios de lançamento, impossibilitando o lançamento de objetos mais pesados.

Assim, a equipe soviética optou por abandonar o projeto do Object D (que já vinha apresentando problemas no cumprimento do cronograma estabelecido) em cumprimento de lançar um satélite artificial primeiro que o governo dos Estados Unidos. Assim sendo, surgiu o Sputnik, muito mais simples e leve que o Object D, que também apresentava equipamentos para experimentos serem realizados, entretanto a principal função do Sputnik era observada em um transmissor de rádio, que durante 22 dias transmitiu um simples “bipe” que poderia ser sintonizado em determinadas frequências, e ouvido de qualquer lugar do planeta.

Fica evidente no caso do Sputnik, como a presença militar e midiática se tornou muito mais importante com a possibilidade do primeiro satélite ser lançado pelo governo estadunidense, visto que a grande maioria dos instrumentos científicos foi “abandonada” em detrimento de um lançamento, quase que “imediatamente”, pois os Soviéticos queriam conquistar esse primeiro marco da corrida espacial. Sendo assim, podemos notar que, acima de tudo, manteve-se presente o rádio transmissor no Sputnik, o que significaria uma prova inegável da conquista soviética, sendo usada para demonstrar a superioridade perante o capitalismo; como também havia deveria ser capaz de captar e gravar ondas de rádio que se dispersam para fora do planeta (assim

como estudar tal fenômeno), o que seria utilizado para espionar as comunicações dos Estados Unidos.

Também durante a administração Eisenhower que surge uma primeira tentativa de cooperação no meio espacial entre as duas superpotências. Como apontam Roald Sagdeev e Susan Eisenhower em *“United States-Soviet Space Cooperation during the Cold War”*, o Presidente Norte Americano pôs em plano uma aproximação entre os dois países para a exploração espacial, além de buscar estabelecer uma paz no espaço, prevenindo que ambos os lados armassem o espaço sideral.

Entretanto, tal aproximação não gerou frutos, visto que para o líder soviético, Nikita Khrushchev, a URSS apresentava uma enorme (e verdadeira) vantagem com o lançamento do Sputnik. Tal superioridade e “desfeita” soviética, perante as tentativas estadunidenses de cooperação, se manteve e se fortaleceu na década de 1960 com o sucesso na missão de levar o primeiro homem ao espaço.

Asif Siddiqi diz que, a conquista Soviética, representou uma inédita era no que tange os mísseis soviéticos, pois representava uma vantagem perante os Estados Unidos, e que a partir de tal acontecimento, os líderes soviéticos deram prioridade para o Programa Espacial.

O voo do primeiro homem ao espaço significou muito, para ambos os lados. Primeiro que, para a União Soviética, tal fato representou a maior conquista durante a corrida espacial, mas também significou e, de certa forma, ditou as seguintes conquistas e a “superioridade” soviética na exploração espacial, visto que todas as primeiras conquistas foram realizadas pelos cosmonautas soviéticos: primeira mulher no espaço, primeira caminhada espacial, maior caminhada espacial, primeira tripulação a ir ao espaço, primeira acoplagem, entre muitos outros (exceto a ida do homem à lua).

Já para o lado dos Estados Unidos, o voo de Yuri Gagarin, definiu a meta, estabelecida pelo discurso do presidente Kennedy em 1962, de ida ao homem à lua (pelos Estados Unidos) até o fim da década de 1960.

Entretanto, com o sucesso no envio de John Glenn para o espaço, o líder soviético deu sinais de uma possível cooperação:

Despite the continued space competition between the United States and U.S.S.R., Khrushchev sent Kennedy a letter raising the possibility

of space cooperation on a modest level after John Glenn became the first American to orbit Earth on Feb. 20, 1962. That led to two rounds of discussions between NASA's Deputy Administrator Hugh Dryden and Soviet academician Blagonravov. An agreement led to the opening of cooperation in three areas: 1) the exchange of weather data from satellites and the eventual coordinated launching of meteorological satellites; 2) a joint effort to map the geomagnetic field of Earth; and 3) cooperation in the experimental relay of communications. This link became a primary forum for subsequent U.S.-U.S.S.R. interaction on space. (SAGDEEV, Roald & EISENHOWER, Susan. "United States-Soviet Space Cooperation During The Cold War ." Nasa.gov. N.p..Disponível em <https://www.nasa.gov/50th/50th_magazine/coldWarCoOp.html>).

Fica visível que, mesmo com uma aproximação, a “confiança” entre as potências ainda era pequena, visto que, tal cooperação não visava uma troca de tecnologias, e sim coisas que poderiam beneficiar ambos países. Entretanto Sagdeev e Eisenhower elencam um ponto importante: em 1958 a NASA torna-se completamente civil, isso possibilitou a entrada e auxílio de vários cientistas civis no programa espacial, já no lado soviético, o programa espacial nunca deixou de ser militar, isso gerou certos problemas na cooperação, visto que os soviéticos tinham todas as informações dos americanos, porém as informações soviéticas eram, em sua enorme maioria, sigilosas.

Ao longo da década de 1960, o programa Apollo da NASA foi conseguindo sucessos nos seus objetivos, porém tal fato não foi encarado como uma ameaça para os soviéticos:

We know that the Soviets were in a race to the Moon with the United States, and they tried hard. Kennedy committed NASA to a Moon landing in 1961. It was a national goal. But the Soviets hardly took notice. In 1961, they had just launched Yuri Gagarin and had no reason to feel threatened. It was only in 1964 that they really began to think seriously about a Moon landing. It was a national priority only in 1967, which was too little, too late. [...] One of the interesting things that I have discovered in my research is how American information seeped over to the other side and how the Soviets dealt with it. Apollo is an interesting case because repeatedly throughout the 1960s, the Soviets simply did not believe that the Americans would make it to the Moon by 1969. They really had this feeling, and you would see this in documents. “Well, yes, they’ve got this equipment ready and that equipment ready, but it would just be impossible for them to make the 1969 deadline.” What really shook them up was the Apollo 8 mission in December 1968, because this impressed upon the Soviets the imminent reality of a human Moon landing. But again, by then, it was too little, too late. I think what all of this indicates is that, in some sense, the seeds of the Soviet failure were actually laid much earlier in the sense of complacency that emerged after Gagarin’s flight. In some ways, the Soviets believed that “we’re the best already,” and it was too late before they realized that the U.S. was committed to Apollo and, thus, was a real threat. (SIDDIQI, A. *“Mutual Influences: U.S.S.R. – U.S. Interactions During the Space Race.”*, pg 69-70).

Como dito pelo autor, os soviéticos só perceberam a real possibilidade da ida até a lua, na missão Apollo 8, sendo a primeira missão a sair da órbita terrestre e orbitar a lua, o que significou que os estadunidenses estavam preparados para realizar tal feito, porém, para a União Soviética, isso foi tarde demais, visto que o principal nome do programa soviético, Sergei Korolev, morreu em 1966, atrasando o programa espacial.

Por fim, no dia 20 de julho de 1969, a missão Apollo 11 realiza o seu pouso em solo lunar, levando os astronautas Neil Armstrong e Buzz Aldrin, ficando a bandeira dos Estados Unidos e encerrando a corrida espacial.

Com a corrida espacial encerrada, ambos países buscaram o desenvolvimento e aprimoramento de alguns pontos das suas pesquisas: enquanto a NASA buscou a pesquisa e desenvolvimento dos ônibus espaciais, os soviéticos voltaram para a manutenção e estabelecimento do ser humano durante períodos de tempo maiores no espaço, através de estações espaciais.

Foi somente na década de 1970 quando ocorreu a primeira grande cooperação entre ambos os lados: o desenvolvimento de um sistema de acoplagem único que culminou, em 1975, com o alinhamento e acoplagem entre a Soyuz soviética e a Apollo 18 americana:

In the early 1970s, the Nixon administration sought to reduce U.S.-Soviet tensions, and launched a major effort to reach a strategic arms limitation breakthrough, as well as new cooperation in space. In 1970, during a meeting with Keldysh, U.S. Academy of Sciences President Philip Handler mentioned an American movie starring Gregory Peck and Gene Hackman called *Marooned*, in which Soviet cosmonauts helped rescue three U.S. astronauts stranded in Earth orbit. Handler suggested the United States and U.S.S.R. develop a mutually compatible docking system that would make possible such rescues, as well as non-emergency space dock-ings. This imaginary movie scenario touched a chord within space communities on both sides, which already had experienced emergency situations in real life. Talks led to the Apollo-Soyuz Test Project docking mission of 1975, which developed compatible rendezvous and docking systems still in use today, and the establishment of a few topical working groups in different space science and applications disciplines. (SAGDEEV, Roald & EISENHOWER, Susan. "United States-Soviet Space Cooperation During The Cold War". Nasa.gov. N.p.. Disponível em <https://www.nasa.gov/50th/50th_magazine/coldWarCoOp.html>).

Após isso, um cenário para a cooperação entre ambos os lados, sendo discutido a possibilidade de uma estação espacial entre EUA e URSS, porém, durante o governo de Jimmy Carter, mais precisamente em 1978, o presidente

estadunidense realizou um discurso onde dizia que no ano de 1975, com a acoplagem realizada, os soviéticos haviam conseguido tecnologias americanas, corroborando à um afastamento entre as potências, em 1979 a URSS invade o afeganistão, o que finaliza por vez um possível cooperação.

Por fim, durante o governo de Ronald Reagan as tensões aumentaram ainda mais, principalmente pelo programa Guerra nas Estrelas e também pelo desenvolvimento de uma estações espacial com a união de vários países (o que acabou gerando a Estação Espacial Internacional), possibilitando, assim, uma pequena cooperação no âmbito de pesquisas para a medicina espacial, em 1984 uma pequena missão entre os astronautas do ônibus espacial e dos cosmonautas da estação espacial Salyut.

Considerações Finais

Portanto, podemos concluir que a exploração espacial apresentou, de certa forma, algumas características únicas no contexto da Guerra Fria, pois mesmo em períodos mais tensos entre Estados Unidos e União Soviética, algum tipo de cooperação foi realizado, porém isso não significou um grande avanço para acordos entre ambos países, visto que, a exploração espacial ainda apresentava interesses únicos de cada país, além de servir como uma forma de embate não oficial.

Referências:

HOBBSAWM, Eric. "Era dos Extremos". São Paulo: Companhia das Letras, 1995;

MUNHOZ, Sidnei. "Guerra Fria: um debate interpretativo" In SILVA, Francisco Carlos Teixeira. "O século sombrio." Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004;

SAGDEEV, Roald & EISENHOWER, Susan. "United States-Soviet Space Cooperation During The Cold War ."Nasa.gov. N.p.. Disponível em <https://www.nasa.gov/50th/50th_magazine/coldWarCoOp.html> Último acesso em 20/11/2017;

SIDDIQI, Asif. "Mutual Influences: U.S.S.R. – U.S. Interactions During the Space Race.". Disponível em <<http://ntrs.nasa.gov/archive/nasa/casi.ntrs.nasa.gov/20060021510.pdf>> Último acesso em 20/11/2017.



EXPERIÊNCIA DOCENTE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS OBJETIVANDO A INSERÇÃO DO ALUNO NO MERCADO DE TRABALHO.

Michele Perciliano – ProfHistoria/Unespar²²⁶
Andreza da Silva Vieira – PPH/UEM²²⁷

Resumo. Vivendo uma era de tecnologias e reinvenções, o homem contemporâneo sabe que precisa se adaptar às regras de mercado para ser bem sucedido, e isso vai muito além de dominar a máquina, talvez signifique dominar o conhecimento. A escola, enquanto ponte entre a educação e o trabalho, age diretamente nesse contexto, possibilitando o desenvolvimento das primeiras habilidades do sujeito. É possível estabelecer uma conexão, por meio da aplicação metodológica docente, entre a vida cotidiana do aluno de ensino médio e sua futura inserção no mercado de trabalho, conhecendo os mecanismos usados pelo mundo capitalista na busca de novos agentes participativos através do tempo (antes e após a Revolução Industrial do século XVIII) e levando os discentes a se adaptarem aos mecanismos de sobrevivência no ambiente corporativo.

Palavras-chave: aluno; mercado de trabalho; metodologia; educação; Revolução Industrial.

²²⁶Professora de História do Ensino Fundamental II e Médio na rede Privada de Ensino desde 2007 e mestranda no Programa do Mestrado Profissional de Ensino História, ProfHistória, na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

²²⁷Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPH) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e participante do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP), vinculado à mesma instituição.

Introdução

Por muito tempo a educação brasileira seguiu padrões de ensino, com professores que se comunicavam apenas pela oralidade, lousa, giz, caderno e livros nas salas de aulas. Este tipo de ensino serviu ao objetivo da época em que estava situada, mas no atual contexto está sendo questionado e reavaliado. Na atual conjuntura, o jovem não aceita mais uma educação onde é apenas receptor do conhecimento, quer ser parte integrante de um processo de aprendizagem e busca resultados que ultrapassem os bancos escolares. Assim, os professores precisam constantemente se reinventar, criando novas estratégias didático-pedagógicas, lançando mão de novas linguagens para atrair esses discentes de modo que a educação os projete para além da escola, quem sabe para o mercado de trabalho.

O que se observa atualmente é uma tentativa de mudança em educação, diferente de décadas anteriores onde as aulas eram “[...] pautadas em exposições que visavam à aprendizagem por intermédio da repetição do que [era] falado ou escrito” (Rocha, 2006, p. 300), o que fez dos últimos anos o período de efervescência de transformações pedagógicas por justamente projetar medidas que abandonaram esse tipo de raciocínio, buscando-se novas formas de aproximar alunos e professores, seja na atividade de leitura em sala de aula, seja nas especificidades do conhecimento histórico, para meios que propiciem um aprendizado significativo.

A disciplina de História também está envolvida nesse processo de transformação, pois passa a ser questionada quanto ao seu papel social e sua validade e utilidade na escola. Circe Bittencourt afirma que

Se esse perfil diferenciado do público escolar tem apresentado desafios para educadores, no caso da História as questões se avolumaram à medida que a sociedade consumista tem se estruturado sob a égide do mundo tecnológico, responsável por ritmos de mudanças acelerados, fazendo com que tudo rapidamente se transforme em passado, não um passado saudosista ou como memória individual ou coletiva mas, simplesmente, um passado ultrapassado. (2006, p.14)

O que se observa é um quadro de expectativa com relação à disciplina e seu papel na formação de um cidadão crítico. A relevância e a carga dada à

disciplina dentro dessa expectativa são de que a História, enquanto disciplina, deva ao menos fazer o indivíduo refletir sobre seu presente e localizar-se temporalmente, reconhecendo que faz parte de um ambiente político, cultural e social. Tem-se com a disciplina de História “expectativas de aprendizagem, [onde] valoriza-se a capacidade dos indivíduos de realizar leituras sobre o mundo em que vivem; de se orientar no tempo” (SILVA; ROSSATO; OLIVEIRA; 2013, p. 454).

História na prática

Em sala de aula, muitas vezes o professor se depara com questionamentos por parte dos alunos a respeito da função da História na vida prática do cidadão, que tenta encontrar uma conexão com sua vida cotidiana, como se não conseguisse perceber seu lugar na história, ou seja, seu lugar social na elaboração do pensamento histórico, pensamento este que seria algo como

[...] uma forma de compreender processos, contextos, ações humanas no tempo, mudanças, permanências, semelhanças e diferenças em suas dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais. (Monteiro, 2010, p. 192)

A percepção do seu lugar de fala, ou *lugar social*, como diz Certeau (1975, p. 94), está diretamente ligada a como se enxerga no mundo contemporâneo e como lida com as mudanças sociais ocorridas no passado. Saber se posicionar enquanto agente social que sente e compreende o mundo evita o chamado anacronismo, tão comum fora do ambiente acadêmico. É importante salientar que dessa percepção nasce a construção do ser, do seu entendimento como parte de um processo, do que seria uma consciência histórica.

Jörn Rüsen (2007) afirma que a *consciência histórica* é vital, pois dá sentido à experiência do tempo, como se permitisse ao homem justificar suas ações ou ao menos legitimá-las. Esse exercício de distanciar-se do passado para poder observá-lo geraria uma visão essencial nessa construção do ser, no que é sua identidade como homem, cidadão e agente histórico.

Embora haja uma certa convergência de que a história enquanto disciplina escolar deva propiciar condições favoráveis para que os educandos consigam pensar historicamente e, sobretudo, estabeleçam relações entre os

conhecimentos históricos e a vida prática, não há consenso sobre como alcançar esse objetivo. Pois bem, como fazer isso de forma prática no ensino básico? E como associar essa tomada de consciência histórica a conteúdos pragmáticos de ensino, por exemplo, a Revolução Industrial? Essa tentativa foi realizada na disciplina de História com alunos do Ensino Médio em um projeto denominado Minha Empresa, onde relacionou-se práticas docentes e o conteúdo estruturante do ensino médio (presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais de História para Educação Básica) ao processo de criação empresarial e industrial e consequente análise do momento criativo dos alunos ao empreendedorismo exigido no mercado de trabalho atualmente.

Esse tipo de atividade pode amenizar aos discentes o impacto que o mundo do trabalho pode lhes trazer. Pensando nisso o trabalho desenvolvido em harmonia com a proposta de inserção social do aluno no mercado de trabalho foi feito com a turma de segunda série do ensino médio do Colégio Adventista de Campo Mourão nos anos de 2016 e 2017. Este trabalho já é realizado há alguns anos mas foi focado nos dois últimos anos por questões meramente temporais.

Foi pedido aos alunos que criassem uma empresa na qual constasse o produto ou o serviço prestado, uma hierarquia social e a evolução dessa empresa como se esta existisse antes e depois da chamada Revolução Industrial, que dominou o mundo em transição para o capitalismo no século XVIII. A classe foi dividida em grupos de cinco a seis alunos e foi estabelecida, logo de início, a hierarquia que haveriam de respeitar e a consequente divisão de tarefas para o encaminhamento das atividades. Os educandos foram instruídos para que deixassem claro inicialmente o ramo que a empresa seguiria e que fosse feito um trabalho de pesquisa sobre esse produto ou serviço na história, assim seria melhor a colocação dos mesmos com o conhecimento desses períodos e a melhor compreensão para exposição aos demais no final do processo inerente ao contexto escolhido. A empresa deveria ser criada nos primórdios da Revolução Industrial e ter um histórico até os dias atuais, ou seja, ser uma empresa que conseguiu resistir as agruras do tempo e se adaptar as mudanças até o século XXI.

Os alunos que optaram por empresas prestadoras de serviço tiveram um pouco mais de dificuldade em virtude do foco exigido no trabalho. Como no século XVIII a prestação de serviços como se tem hoje não era uma constante no mundo (em proporção e variedade), criar uma empresa nesse ramo exigiu um pouco mais de criatividade e adaptação de processos históricos já existentes. Isso, porém, não os impediu de realizarem um trabalho rico em detalhes, como um dos trabalhos em que a empresa se especializou na fabricação e comércio de bolos e guloseimas em escala “quase” industrial. O trabalho estava repleto de imagens, apresentadas via *data show* e a riqueza de detalhes no histórico da empresa quase levou os ouvintes a acreditarem que a empresa realmente havia existido. Essa mesma equipe assinalou que antes do frisson da produção das fábricas na Inglaterra do século XVIII era praticamente impossível conceber a ideia de alguém produzindo alimentos caseiros para venda, uma vez que o foco principal das fábricas na Inglaterra nesse período era a indústria têxtil, mas todos ficaram extremamente satisfeitos quando desenvolveram a questão relacionando-a com a criação dos chamados restaurantes na França, antes do século XIX, onde as pessoas tinham o hábito de sentarem-se, debilitadas, e pedirem o **consume (espécie de caldo) para se restaurarem de viagens ou trabalhos cansativos**.

Outro grupo optou pela indústria automobilística, adaptando o *slogan* de uma conhecida fábrica de automóveis e criando funções hierárquicas bem elaboradas, como a de um diretor de produção e uma equipe de *design*. A maneira como o trabalho foi exposto também merece destaque: como se estivessem numa feira industrial ou seminário internacional empresarial, apresentaram-se aos colegas como se todos fossem empresários bem-sucedidos e tentando passar a imagem de uma empresa idônea, séria e lucrativa no mercado mundial.

A empresa de prestação de serviços domésticos, como encanadores e, posteriormente, eletricitas, demonstrou como essa modalidade era um diferencial no mundo onde as fábricas exigiam operários que exercessem funções repetitivas nas fábricas e que conseguiram lucrar muito na manutenção dos eletrodomésticos criados ao longo do século XX. Interessante foi notar como colocaram a evolução da tecnologia e a especialização do trabalhador ao longo do século, se moldando para aprender a manusear e consertar esses novos equipamentos.

Os trabalhos apresentaram os mais diversos enfoques e foram criadas, além das já citadas, empresas de selas de cavalos, móveis, indústria têxtil, calçados, embarcações, aviões, entre outros. A riqueza e variedade de áreas escolhidas foram de total responsabilidade dos alunos, consultando o professor apenas para se certificarem da procedência de alguns materiais utilizados e para tirarem dúvidas se este ou aquele produto poderia ser utilizado para o trabalho se este fosse inserido temporalmente no século XVIII.

Interessantes foram as colocações feitas pelos próprios alunos relacionadas às crises e momentos históricos passados pelas empresas. Algumas empresas foram atingidas por guerras, como a Primeira Guerra Mundial, como no caso de uma empresa moveleira (o que acabou por fazer os proprietários mudarem de rumo e investirem pesadamente no ramo da publicidade). Outras, porém, acabaram lucrando com a guerra, como uma empresa de aviões que passou a produzir aviões para a guerra até serem obrigados a criarem aviões comerciais para não serem pegos pelos países vencedores da Tríplice Entente (Inglaterra, França, Estados Unidos e Rússia). Algumas não sofreram impacto com crises mundiais dos anos anteriores, mas com a crise mundial que afligia o mundo em meados de 2008, essa empresa, em específico (de selas de cavalo), foi apresentada não apenas como indústria, mas como comércio, numa tentativa de redução de custos e para amenizar o impacto que a crise lhes propiciou.

Foi possível observar que todas as equipes foram muito criativas na formulação das empresas, comparecendo na apresentação devidamente trajados conforme o tema produto/serviço que se propuseram a apresentar, algumas equipes inclusive com crachás. Equipes no ramo de alimento trouxeram petiscos para degustação dos demais alunos, planilhas de gastos e lucros foram formuladas e até exposição de produtos como canecas, roupas e livros foram feitas. Todas as equipes, sem exceção, trouxeram algum produto que fizesse alusão à sua empresa.

Refletindo sobre este mercado de trabalho de que falariam, é importante salientar que neste projeto o perfil da empresa criada deveria se aproximar das noções de mundo real, onde o cotidiano mostra a dificuldade em se interagir com seres humanos de origens tão diversas, onde a dependência que os indivíduos

têm uns dos outros no mundo os leva a uma certa rivalidade no mercado e na divisão do trabalho social (o conceito de divisão do trabalho social e Solidariedade Mecânica e Orgânica, em Durkheim foi estudado pelos alunos nas aulas de Sociologia, lecionada pela mesma professora). É comum essa rivalidade ser pautada em práticas individualistas e tomar conta do homem no sentido de direcioná-lo a um pensamento egoísta, desconsiderando os demais. Comum ao longo da história, esse individualismo foi constatado no projeto embora o espírito de cooperação tivesse sido considerado em alguns momentos.

O envolvimento dos discentes uns com os outros enquanto escolhiam os temas e na apresentação final também foi observado. Isso foi um dos itens avaliados e discutidos no final. Problematizar a questão da cooperação com esses jovens se torna imprescindível para um trabalho em equipe e quando entendem que o resultado final dependerá da maneira como irão socializar, percebem que o caminho é o diálogo em prol da união. Para Erik Boettcher (1974, p. 22)

“[...] cooperação é a atuação consciente de unidades econômicas (pessoas naturais ou jurídicas) em direção a um fim comum, pela qual as atividades dos participantes são coordenadas através de negociações e acordos”

Portanto, se o aluno tiver esse sentimento de cooperação conseguirá mais facilmente interpor-se na dinâmica do mundo do trabalho.

A interação foi extremamente necessária para o desenvolvimento do projeto. Entre as etapas da criação da empresa houve a discussão do que seria feito, de como estipulariam a hierarquia de forma, pelo menos sob o ponto de vista deles, justa e a tentativa de criar um histórico na empresa que atendesse as demandas de todos os componentes da equipe. A iniciativa e a flexibilidade foram avaliadas nessas etapas, mas, acima de tudo, o trabalho em equipe. Como já haviam passado pelas leituras em Foucault sobre poder, a questão da hierarquia soou suavemente.

Há de se levar em conta que quando se faz um trabalho desse tipo, no qual a criatividade deve sobrepor-se na criação de um produto ou serviço, muitos alunos têm dificuldades em estabelecer conexões com seus pares. Observou-se

nessa dinâmica a tentativa de imposição de determinados elementos da equipe sobre os demais, o que gerou alguns desconfortos na prática. Esse era um problema previsto, então, em meio a discussões, fizemos uma pausa e problematizamos a questão da hierarquia no mundo do trabalho e no Estado capitalista para que os alunos enxergassem que essa era uma realidade também e principalmente fora da sala de aula. Selecionamos uma leitura crítica, no livro didático de Sociologia (Lima, 2015), sobre a obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, autor já conhecido pelos discentes nessas aulas. Como a base da obra se pauta nas relações entre Estado e poder, refletimos a maneira como o sistema disciplina corpos e como as instituições exercem esse poder sobre o indivíduo, modificando seu cotidiano. Como os alunos já estavam familiarizados com o termo “microfísica do poder” utilizado por Foucault, conseguiram enxergar em suas próprias atitudes um confronto e estratégias nos exercícios de poder que eles próprios estavam fazendo.

É necessário frisar também que nesse projeto foi dada uma atenção especial à questão do recorte temporal, da cronologia. Fazer esse recorte seria imprescindível para a localização da pretensa empresa e para a fundamentação de como seria o mundo do trabalho no período pretendido. Só assim seria possível perceber o empreendedorismo almejado, por isso um recorte temporal era parte fundamental do projeto. Foi trabalhado então o papel dessa cronologia no ensino de História e assinalado que este os serviria de referencial ao distanciarem-se do objeto a ser trabalhado uma vez que

mediante este tempo referencial [...] pode condensar ou estender seu próprio tempo, produzir efeitos de sentido, redistribuir e codificar a uniformidade do tempo que corre. (CERTEAU, 2006, p.96)

Importante que estes alunos percebam que também estão *fazendo História*, não apenas como idealizadores de um produto, mas também como agentes da História, como sujeitos. Assim, a localização temporal contribuiu para a sustentação da noção de que, segundo Ana Maria Monteiro, “o que vem antes origina o que vem depois e oblitera o fato de que *antes de* e *depois de* não são a mesma coisa que *por causa de* [...]” (MONTEIRO, p. 194) e justamente por isso é inevitável que consigam perceber a relação temporal entre o ontem, o hoje e o amanhã.

Entender essa cronologia os faria também terem a percepção das mudanças que os indivíduos passam nas formações sociais, que resultariam em um processo de autocontrole ou, como diz Norbert Elias (1994), um “processo civilizador”. A mudança de hábitos por meio de atitudes sociais que moldou o comportamento sexual, violência, funções corporais e etiqueta da humanidade, transformando esses hábitos em vergonha ou medo, seria a base do autocontrole. Entender essa mudança de comportamento no tempo é útil na medida em que os alunos percebam que as transformações do homem no tempo refletem nos seus desejos e anseios e conseqüentemente em suas necessidades diárias, o que estaria proporcionalmente ligado ao produto ou serviço que prestariam na empresa fictícia.

Esse trabalho pôde contribuir para o desenvolvimento criativo dos alunos e, independente das vivências específicas de cada um, o interesse pelo mundo empreendedor foi aguçado gerando muitos questionamentos e interesses nos futuros universitários.

Pode-se constatar que, embora o objetivo fosse a interação desses jovens para uma futura inserção no mercado de trabalho, as questões mais interessantes nessa dinâmica foram duas: a cooperação e a problematização do capitalismo. Ao trabalharem unidos, estipulando suas hierarquias e coordenando suas equipes, perceberam seu lugar social na escola e na sociedade enquanto sujeitos históricos e problematizaram o capitalismo em suas vivências identificando as contradições do sistema, ao inserirem cada empresa em determinado panorama onde o capitalismo exercia influência. Assim, longe de apenas ser uma dinâmica em grupo, o aprender História foi interativo e interessante, claro, para alunos e professor.

Referências:

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. Lisboa: Afrontamento, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço Social e Poder Simbólico**. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BITTENCOURT, Circe M. **O saber histórico na sala de aula**. 11ª Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

CHARLOT, B. **Relação com o Saber, Formação de professores e Globalização**. Porto Alegre: ArtMed, 2005.

COBLAN, Alfred. **A interpretação social da revolução francesa**. Gradiva, 1988.

DURKHEIM, Émile. **A divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 2012, 2ª Tiragem.

DORNELLAS, José. **Brasil: o país de jovens empreendedores pouco inovadores**. Disponível em: <http://www.josedornelas.com.br/artigos/brasil-o-pais-de-jovens-empreendedores-pouco-inovadores>. Acesso em: 29 mar. 2009.

ELIAS, Norbert. (1994). **O Processo Civilizador**. Vol. I. 2. ed., Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

FLORENZANO, Modesto. **As revoluções burguesas**. Brasiliense, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOMEZ, Margarita Victoria. **Paulo Freire: Re-leitura para uma teoria da informática na educação**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1999.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos, o breve século XX: 1914-1991**. S. P.: Cia. das Letras, 1998.

HORKHEIMER, Max. **Conceito de Iluminismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

HUBERMAN, A. M. **Como se realizam as mudanças em educação: subsídios para o estudo do problema da inovação**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1973.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **A Primeira Grande Guerra: o confronto de imperialismos**. São Paulo: Atual, 1992.

LIMA, Marcos Eduardo G.& Mauri, Renato Garibaldi. **Sociologia**. Sistema Interativo. São Paulo: Casa Publicadora, 2012.

MONTEIRO, Ana Maria. Tempo presente no ensino de História. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida ET AL (Org.). **Qual o valor da história hoje?**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

PARSONS, Talcott. **Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1984.

_____. **A formação de um sistema social**. Humanidades, 2(6):28-62.

REIS, José Carlos Reis. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RÜSEN, JÖRN. **Razão Histórica**. Editora UnB: Brasília, 2001.



**ENTRE O REVÓLVER E A CANETA: MEMÓRIAS DE GUERRILHA EM
FERNANDO GABEIRA, ALFREDO SIRKIS E FREI BETTO (1967 – 1974)**

Eduardo Matheus Gomes Pereira
UNESP/Assis

Resumo. Resistência é a palavra que desenha a sociedade brasileira, seja ela marcada pelos interesses de uma classe mais abastada ou dos movimentos sociais marginalizados. Importante destacar que a ideia de um povo brasileiro “resistente” é fortemente influenciada no período em que o regime militar entra em crise permitindo, após arranjos políticos a “abertura democrática” que visava ser lenta, gradual e segura. Para percepção desse modo de construção de memória, parte-se para análise do relato de três pessoas, Fernando Gabeira em *O que é isso, companheiro* (1979), Alfredo Sirkis em *Os carbonários* (1980) e Frei Betto em *Batismo de Sangue* (1982), que participaram efetivamente e na logística da luta armada, entre 1968 – 1974. A análise desses livros foi balizada pelo arcabouço teórico dos estudos sobre a memória na construção da História (POLLACK 1980; SARLO, 2007), relato biográfico e autobiográfico (BARROS, M.L.P 2006; SILVA, 2009; ARFUCH, 2010) e História das esquerdas revolucionárias (REIS FILHO, 1999; ROLLEMBERG, 2003). O exercício depreendido para investigação desses livros parte da premissa que a memória social sobre a luta armada e a resistência da esquerda em meio aos *anos de chumbo*, foi construída por meio de relatos que trazem em primeiro plano, não um confronto crítico do passado, mas uma narrativa envolvente que incluem prisões, mortes, torturas e feitos considerados heroicos. Desse modo, se permite criar questionamentos sobre como a imagem da guerrilha é lembrada, discutida, e formada, na ótica desses três narradores com vivências semelhantes, mas visões diferentes.

Palavras-chave: memória; autobiografia; memorialismo; ditadura; guerrilha.

“Carregava no coração o próprio inferno, no qual descera antes de morrer”.

Frei Betto

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o desenho político brasileiro é inegável perceber que se trata de um reflexo dos atos, amores e intrigas construídas no período anterior ao da democracia. Este período é o da ditadura civil-militar (1964 – 1985)²²⁸. É claro notarmos que este período em que predominou o terrorismo de Estado houve um silenciamento quanto à memória, onde “algumas questões não podiam ser pensadas a fundo, eram examinadas com cautela ou afastadas à espera de que as condições políticas mudassem.” (SARLO, 2007, p. 19).

Deste modo, no Brasil, durante a chamada abertura democrática que tem início na década de 1980, possibilitou, ainda que de forma pequena um ressurgimento da memória da resistência. A História da resistência aos “*anos de chumbo*” é marcadamente feita pela esquerda por meio de relatos dememória, biográficos ou autobiográficos, em que tendem a demonstrar um viés de luta, de força, de heroísmo e poucas vezes de uma volta crítica ao passado. Parte da escolha dessa forma de escrita está no fato de que durante a abertura, esta, lenta, gradual e segura, seria mais “‘pertinente’ uma recuperação do passado que não colocasse o dedo na ferida, não abordasse as relações de identidade ou apoio, ou omissão ou colaboração de parte expressiva da sociedade com o regime” (Reis Filho *apud* Rollemberg, 2009).

Estas formas de escolha de escrita para o relato de memória em certos períodos fazem parte do biografismo

que envolvem a seleção, descrição e análise de uma trajetória individual a partir de diversos enfoques e metodologias que permitem sua incorporação através do romance histórico, das memórias pessoais (autobiografias e testemunhos), da literatura escolar e das biografias propriamente ditas. (SILVA, 2009, p. 152)

²²⁸O termo “civil” ligado ao “militar” foi dado por René Armand Dreifuss, em sua tese de doutorado, intitulada: “1964: A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe).” Petrópolis, Vozes, 1981, em que após análise de uma farta documentação comprovou que setores civis da sociedade apoiaram o movimento militar para a tomada do poder.

Assim sendo, compreender como a memória da resistência, mais especificamente, da luta armada durante a ditadura por meio dos relatos biográficos e autobiográficos ajuda a entender as relações entre a construção de mitos, de inverdades, de verdades, de heroísmo ou anti-heroísmo e claro, de uma crítica a esses relatos, que ora contribuíram para denunciar o terrorismo de Estado formado pelas torturas nas Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS), perseguições e espionagens, ora serviram para florear e colocar a esquerda como a única que guardava as chaves da “liberdade”. Esses relatos também nos faz compreender como os narradores ao longo da sua luta transmitem partes importantes do seu pensamento revolucionário, como a colocação da democracia em lugar de destaque a tradição da revolução.

Os *best-sellers* da luta armada

Esse estudo pretende analisar três relatos da luta armada publicados no final da década de 1970 e começo da década de 1980. São eles *O que é isso, companheiro?* (1979) Fernando Gabeira, *Os carbonários* (1980) Alfredo Sirkis e *Batismo de Sangue* (1982) Frei Betto.

Cada livro possui uma ótica sobre os acontecimentos, que servirá para entender a concepção de guerrilha. Antes de analisar como cada livro trata a luta armada, temos que nos atentar como se desenvolve a luta armada no Brasil.

O “pegar em armas” para fazer a revolução não foi algo inédito por causa dos movimentos civis-militares que originaram o golpe de 1964.

No Brasil, o primeiro esboço de guerrilha foi fácil e rapidamente debelado dentro da ordem democrática do governo Goulart, antes mesmo de pegar em armas. Com respaldo das Ligas Camponesas e de seu principal líder, Francisco Julião, foi fundado o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), em abril de 1962. (RIDENTI, 2003, p.26)

Neste período a oposição ao governo materializava-se na figura do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em que devido a suas ações de conciliação com determinados setores da sociedade perdia apoio, por ficar imóvel frente às tramas políticas. Com o golpe de 1964, o PCB que era o

partido com maior voz na oposição começa a desmantelar-se por seu imobilismo. Deste modo o PCB perde seu protagonismo na oposição e cala-se gerando uma ausência de oposição política legal contra o golpe, e é desse cenário que nascem as organizações armadas, a maioria delas derivadas de partidos de esquerda com maior representatividade antes de 1964, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Ação Popular (AP), Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop), e também alguns setores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTD) ligados a esquerda. (RIDENTI, 2003).

Há muitas interpretações sobre que ótica devemos tomar para entender o porquê do “pegar em armas”. Para Reis Filho, a memória construída no processo democrático (a abertura) gerou um equívoco protagonizado pela mudança de concepção das ações, antes como objetivo político principal a implantação do socialismo e não a protagonização da derrubada da ditadura (seria a derrubada de um regime militar e a subida de um regime socialista, a revolução) ou a defesa de ideais democráticos. (RIBEIRO, A.M, 2016). De outro lado temos Marcelo Ridenti que afirma que as lutas armadas “são imprescindíveis fora do quadro concreto de combate à ditadura, ainda que os projetos das organizações guerrilheiras não se restringissem a derrubá-la” (RIDENTI, 2003, p.27).

O processo da Anistia, materializada na Lei nº 6.883, em 1979, permitiu a volta dos exilados e também que nenhum militar ou envolvido no regime responderia por crimes cometidos. Assim, começou-se uma disputa da memória, para formação de uma memória social do regime, mais especificamente, de uma memória sobre os que lutaram contra o regime. Essa memória histórica e social começa a ser construída por aqueles que foram “vítimas do regime”, os exilados, os torturados e todos aqueles que de alguma forma foram perseguidos por seus princípios políticos.

O livro de Fernando Gabeira *O que é isso, companheiro?* (1979), lançado pouco tempo depois da Anistia deixa marcas quanto à forma que a memória da esquerda e da luta armada tomou. Com uma história envolvente, característica essa que Gabeira retira de sua experiência como jornalista, ele

descreve a sua entrada na luta armada no grupo MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e como ápice da narrativa o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, aqui descrita com pitadas de suspense e ação.

Os personagens aparecem de uma forma simplista, e os capítulos curtos nos remetem a uma ideia de uma narrativa corrida e como lema principal “as armas” para o processo revolucionário. Uma das passagens do livro mostra que após o golpe, um almirante, chamado Aragão e um suboficial da Marinha, Antônio Duarte, ambos simpatizantes com os ideais de esquerda ficaram imóveis, por um momento frente aos acontecimentos políticos, já que ficou subentendido que eles forneceriam armas para a luta.

Todos esperavam que Aragão fosse atacar o Palácio Guanabara. Mas na realidade era a polícia política que controlava as ruas e ameaçava a reprimir. Vocês ainda telefonaram para o Aragão e disseram:

- Comandante, o DOPS está prendendo as pessoas aqui na rua.
- Vou mandar uma patrulha, meus filhos.
- Que patrulha, Almirante! Mande armas! (GABEIRA, F. p. 18, 1980)

Gabeira e sua narrativa são o ponto fundamental para construção do que é considerada como luta armada. São heróis contra um vilão. A própria entrada de Gabeira na guerrilha é cheia de incertezas e descaminhos.

Os carbonários (1980) de Alfredo Sirkis diferente do de Gabeira que passa levemente por sua própria trajetória e foca mais nas ações dele e da organização armada, Sirkis, traça com mais detalhes os personagens que compunham a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e fala de sua evolução política antes de ser guerrilheiro. Essa fase ele trata quase como uma conversão religiosa, o jovem, estudante, burguês e liberal agora em plena efervescência dos anos de 1968 é o jovem, estudante, burguês e comunista.

Menos de um ano depois, meu triunfal ingresso no liceu seria visto por ele como uma tragédia, uma cilada, um erro a responder perante Deus. Por causa, até hoje acredita, daquele “maldito colégio”, como diz, é que o seu filho rebelde, mas no fundo bom menino e, em todo caso, sadiamente direitista, um belo dia trocou, no quarto o retrato de John Fitzgerald Kennedy pelo de Ernesto *Che* Guevara... (SIRKIS, A. p. 45, 2008)

A escrita de Sirkis é envolvente e, nos leva a entender como o Movimento Estudantil foi importante para fundamentar grande parte das ações dos grupos armados na década de 1960. Nos mostra também uma classe revolucionária de elite, vinda majoritariamente da classe média. Pouco do movimento estudantil era composto por pessoas marginalizadas, não que não existissem, mas era minoria dentro das dinâmicas das organizações. Inclusive o próprio Sirkis elucida bem como essa elite era formada, conta ele sobre sua formação

Depois de uma bem cuidada infância no British School of Rio de Janeiro, no Anglo-Americano, e todo o ginásio no Andrews, caros colégios particulares de Botafogo, de cursos na Aliança Francesa, na Cultura Inglesa e mais uns quantos professores particulares – não somos ricos, mas fazemos os sacrifícios necessários para te dar a formação que não pudemos ter, dizia ela – aos 16 anos, por sugestão-para-o-meu-próprio bem, fui medir-me com o temido exame de seleção do CAP. (SIRKIS, A. p. 44, 2008)

Alfredo Sirkis ao contrário de Gabeira descreve como ele se percebeu da importância da resistência e por que as armas era o único caminho viável, após o AI-5, que ficou conhecido como o “golpe dentro do golpe”. Essas incursões entre o eu e a narrativa do fato, fazem com que o relato de *Os carbonários* seja mais detalhado, com um tom mais crítico, menos conciliatório do que em *O que é isso, companheiro?*, destarte o interessante na obra de Sirkis é que o tempo é moldado mostrando suas idiosincrasias, a relação com o pai, a preocupação da família quando o filho rebelde torna-se comunista, a preocupação da mãe quanto a sua formação intelectual.

Sua contribuição ao campo da memória da guerrilha está no fato de demonstrar uma revolução armada formada por uma elite de classe média, atemorizada pelos relatos de tortura e principalmente, feita por pessoas que apesar do medo e das ações que deviam fazer como assaltar bancos e sequestrar pessoas, causassem uma certa instabilidade nas organizações, faziam por um ideal, e é aqui que Sirkis se aproxima de Gabeira. Apesar de criticar certas ações, e descrever com mais detalhes os personagens da trama, ainda os militantes são vistos como pequenos heróis. Em um prefácio do livro da edição de 1998 faz uma vista ao passado em um estilo de *mea culpa*

Nos anos de chumbo tive a tríplice felicidade de sobreviver, não ter sido capturado e seviciado e não ter matado ninguém. A ventura de ser apenas um guerrilheiro mediano (mediocre?), tremendamente sortudo (...) me deixou um inventário relativamente brando, que se resume à dor da perda de alguns queridos companheiros. (...) Se não me envergonho, tampouco posso me orgulhar, porque cometemos muitos erros. (SIRKIS, A. p. 11-17, 1998).

Assim, Sirkis e Gabeiradescobrem a desilusão socialistanas ações das organizações armadas, buscando em seus exílios uma nova configuração política, uma nova ideia para reestruturar uma esquerda, agora, preocupada com a democracia.

Nossa última análise está para o livro *Batismo de Sangue* (1982) do frade dominicano Carlos Alberto Libânio Cristo, conhecido como Frei Betto. Quiçá seja a obra com mais características diferentes das duas anteriores. Sua formação religiosa o permite estabelecer ampla análise crítica, e escreve a narrativa o tempo todo num tom melancólico e sombrio.

O relato de Frei Betto contém partes entre o “eu” e “eles”. O eu é a descrição das ações do próprio Frei, já o eles, é a biografia dentro da escrita de si de dois personagens marcantes, o líder da Aliança de Libertação Nacional (ALN) Carlos Marighella e do seu amigo também frade, Frei Tito. O eixo da narrativa está nessas três figuras.

Ao falar da relação de Frei Betto com a guerrilha, não podemos separar a relação dos religiosos dentro da luta de resistência. Parte integrante dos padres, a maioria deles dominicanos, são ideologicamente guiados pelo marxismo e pela fé cristã, mais especificamente pela Teologia da Libertação.²²⁹

Frei Betto diferentemente de Sirkis e Gabeira, não quer se colocar como herói ou como parte do grupo de heróis (apesar de reconhecerem que suas ações dentro das organizações foram poucas, não negam que tiveram um

²²⁹Corrente da teologia cristã que tem como interpretação da realidade não sua forma eclesial, mas a dura realidade de pobreza e exclusão. Parte dessa corrente agrega diversos pensamentos antropológicos, filosóficos e políticos como o marxismo, desta forma, a Igreja Católica em meados de 1980 considerou-a herética e não condizente com a doutrina católica. Essa corrente foi amplamente divulgada e posta em prática na América Latina, tendo como seus maiores representantes o padre peruano **Gustavo Gutiérrez**, o brasileiro **Leonardo Boff** e o uruguaio **Juan Luis Segundo**.

lugar de certo heroísmo dentro da luta armada) e vê sua visão política como decorrente da sua fé.

Ah, como seria fácil ocultar com a máscara do herói minhas falhas perante a repressão! Não creio que o propalado homem novo possa nascer de nossa habilidade de blefar, mentindo aos companheiros, enganando os amigos, como se a luta fosse um jogo no qual só a vitória pessoal interessa (...) Sim, eu teria condições de atenuar minhas falhas sem que outros pudessem apontá-la, a menos que valesse a versão policial. Elas não foram graves, mesmo porque escapei da prova cabal: a tortura física; mas convenceram-me de que o combate exige muita maturidade ideológica e espiritual. Talvez a vivência cristã, estímulo ao hábito do exame de consciência, me ajudasse a ser menos prepotente. Essa prática sem dúvida contribuiu historicamente para reafirmar o primado da consciência humana e minar as bases de todo poder que se pretenda absoluto e inquestionável. (BETTO, F. p. 167, 1982)

A escrita de Betto é poética e reflexiva. Vê a luta de resistência como parte importante para evolução da sociedade, extinção da miséria, da opressão. Para Betto e seus amigos frades que ajudaram logisticamente a ALN, a luta não era meramente uma luta política, carnal, mas tratava-se de um plano metafísico de liberdade. O sagrado aqui entrava em equilíbrio com o profano, aqui o sagrado tenta resgatar o profano de um mar de repressão.

Além de retratar as relações dos frades com a logística da ALN de Marighella, conta os últimos dias do principal líder da guerrilha urbana, e de como não foi um acidente, mas uma cilada armada pelos órgãos de repressão. E por fim, a parte mais bela do seu relato, concentra-se no papel do seu amigo Frei Tito. Frei Tito foi preso junto com Betto, porém, foi vítima de tortura que lhe causou tantos danos psicológicos que recorreu em exílio ao suicídio.

De modo exemplar, Frei Tito encarnou todos os horrores do regime militar brasileiro. Este é, para sempre, um cadáver insepulto. (...) Ficaré, sobretudo, como exemplo a todos os que resistem à opressão, lutam por justiça e liberdade, aprendendo, na difícil escola da esperança, que é preferível “morrer do que perder a vida”.

Nele a tortura não foi um método para se obter confissões ou informações como é hábito nos cárceres administrados por homens formados pelo serviço de inteligência norte-americanos. (...) Tito foi sangrado na carne até que a dor e o pânico atingissem o âmago da sua alma. (...)

Em busca de si mesmo, Frei Tito peregrinou pelo exílio. Encontrava-se também banido de seu próprio ser (...) A morte foi seu último ato de coragem e de protesto. (BETTO, F. p. 289 – 290, 1982).

Com uma visita a memória, Frei Betto não transforma Frei Tito em herói, mas em um mártir. Uma pessoa que morreu por um ideal, que morreu para deixar aos seus amigos a mensagem que não importassem a dor que lhe imputassem, a resistência deve ser levada ao fim.

Considerações finais

Os relatos desses três narradores são diferentes e convergentes. Temos uma visão conciliatória de Gabeira, uma de crítica quanto a formação dos grupos de Sirkis, e uma mais reflexiva e memorialística de Frei Betto, e com o entrelaçamento dessas três obras podemos construir uma memória coletiva e histórica da resistência por um outro viés, o viés de que a liberdade e a mudança, por mais que possa ser difícil deve ser sempre pensada e repensada.

Construir uma memória a partir do eu é lidar com inúmeras subjetividades e principalmente com toques da ficção, que servem para tapar os espaços da memória não recuperados. “Senhores, a ficção é frequentemente muito mais poderosa, para a apropriação da memória de uma época, do que os tratados sociológicos e históricos mais sérios.” (REIS FILHO, 1997).

Por isso ao tomar como ponto de partida esses livros, é pretendido uma História atrelada aos fatos e que de uma forma ou outra consiga interligar questões subjetivas como os pensamentos, a crítica, a análise, como historiográficas de como escrever uma história das guerrilhas partindo de relatos que vão entre realidade e ficção.

Referências bibliográficas

AARÃO REIS FILHO, D. et al. **O sequestro da História-versões e ficções**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997. v.1. 230p.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas Revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. **Revolução e Democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As Esquerdas no Brasil; v.3)

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 43 – 92.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SILVA, Wilton C. L.. Biografias: construção e reconstrução da memória. **Revista Fronteira**, v. 11, p. 151-166, 2009.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

VEIGA, Alfredo Cesar da. **Teologia da Libertação**: nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.



HISTÓRIA E FOTOGRAFIA: REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DA MORTE NOS ÁLBUNS DA FAMÍLIA IGARASHI

Cássia Maria Popolin

Resumo: Este artigo resgata uma série de fotografias extraídas do álbum da família Igarashi, de Rolândia (PR), e analisa sua relação com a morte. Para tanto, foi necessário uma imersão na cultura japonesa, para entender seus rituais relacionados à morte e o culto aos mortos. Os japoneses mantêm, inclusive, oráculos dentro de suas casas. Diálogos e silêncios estão além da superfície fotográfica e revelam histórias latentes do tempo, das circunstâncias, dos objetos e das pessoas fotografadas. Este trabalho propõe um resgate da memória “coagulada” na fotografia que, mesmo em sua aparente banalidade, traz sempre para o presente as marcas indelévels do destino e extrapola o retângulo de papel. A linha norteadora do trabalho foi a tentativa de resposta à pergunta da pesquisadora Miriam Moreira Leite: “como se servir desses instrumentos de reconstrução do mundo que podem ser as fotografias, nas quais se imprimiram os vestígios do homem no tempo?” Os métodos utilizados foram a revisão de literatura, o de levantamento das características externas, depois, a análise interna das fotografias, que compõem o corpus documental e a história oral – por meio de entrevistas com descendentes da família Igarashi – importante instrumento para contextualização e elucidação de peculiaridades inerentes à cultura japonesa. Como referenciais teóricos deste trabalho foram utilizados Boris Kossoy, Miriam Moreira Leite, Susan Sontag, Edgar Morin, entre outros.

Palavras-chave: Fotografia e história; memória; cultura japonesa; morte.

Introdução

As imagens são uma linguagem e uma ferramenta de expressão e comunicação. Imagem, do latim *imago* – semelhança, não significa necessariamente identidade nem reprodução idêntica ao original, mas indicia que há traços que correspondem ao real. Segundo Baitello (2005, p.45) isto quer dizer que ao lado ou atrás da visibilidade de uma imagem emergem numerosas configurações que a acompanham e que nossos olhos não conseguem ver.

Descobrir os enigmas que as imagens guardam em seu silêncio é desvendar fatos que lhe são inerentes, aspectos de um passado desaparecido e, nas palavras de Kossoy (2007, p.61) “nebuloso, que tentamos imaginar, recriar, a partir de nossas imagens mentais”. A fotografia tem essa magia, guarda atrás de si uma história e vai além do que mostra em sua superfície e, ainda nas palavras de Kossoy (2007, p.131) documentando vivos ou mortos, é sempre memória daquele preciso tema, num dado instante de sua existência. É o assunto ilusoriamente re-tirado de seu contexto espacial e temporal, codificado em forma de imagem. [...] Mantendo a lembrança, através dos retratos de família.

A imagem fotográfica tem múltiplas faces e realidades. A primeira é a mais evidente, visível. É exatamente o que está ali imóvel no documento (ou na imagem petrificada do espelho), na aparência do referente, isto é, sua *realidade exterior*, o testemunho, o conteúdo da imagem fotográfica (passível de identificação). As demais faces são aquelas que não podemos ver, permanecem ocultas, invisíveis, não se explicitam, mas que podemos intuir, é o outro lado do espelho e do documento; não mais a aparência imóvel ou a existência constatada mas, também, e principalmente a *vida* das situações e dos homens retratados, desaparecidos, a história do tema e da gênese da imagem no espaço e no tempo, a *realidade interior* da imagem (KOSSOY, 1999, p.131).

Enquanto pesquisadores, transformamo-nos em “arqueólogos das imagens”, termo usado por Kossoy (2007, p.135). Cabe a nós, penetrarmos nestes meandros da memória iconográfica, na tentativa de resgatar as tramas e mistérios que envolvem sua gênese, sua realidade interior. E é isto que propõe este trabalho: pesquisar a história latente que extrapola o retângulo de

papel das fotografias do álbum da família Igarashi, de Rolândia (PR). Para tanto, foi selecionada uma série de imagens relacionadas à morte e nos propomos a desvendar os motivos culturais ou religiosos que motivaram a produção dessas imagens.

Por meio da análise das imagens fotográficas é possível se comunicar com as informações visuais, dialogar com elas, decifrar seus códigos e resgatar suas realidades interiores, seus silêncios, isto é, seus significados.

Diálogos e silêncios permeiam nossa relação com as imagens. O que elas dizem em suas iconografias nos é relativamente inteligível. É por trás da aparência, porém, no ato de sua concepção e ao longo de sua trajetória, naquilo que ela tem de oculto, em seus silêncios, que residem as histórias secretas dos objetos e dos seres, das paisagens e dos caminhos (KOSSOY, 2007, p.156).

Fotografar é resgatar o passado no presente. Andrade (2002, p.48) diz que “a fotografia é espelho e memória: imobiliza nossa imagem para sempre”. A cada página novos personagens aparecem, enquanto outros desaparecem do álbum e da nossa vida. Porém, dificilmente nos desligaremos emocionalmente dessas imagens. Para Sontag (2004, p.28) cada foto testemunha a dissolução implacável do tempo. É um momento privilegiado, convertido em um objeto que as pessoas podem guardar e olhar outras vezes.

Além da realidade exterior

Por que produzimos imagens? Baitello (2005, p.48) aponta uma resposta:

Por medo da morte, o homem produziu imagens. E as imagens produzidas para afastar e esquecer a morte acabaram por trazê-la para mais perto e por antecipá-la, acabaram por trazer sua materialidade vazia, a máscara de cera de uma imago. [...] A complexa relação das imagens com a morte merece assim uma atenção que tem sido recalcada tanto pelos meios de comunicação visuais quanto pelos estudos e reflexões sobre os mesmos. Se a motivação primeira da produção de imagens foi a tentativa de fugir da morte, esta tentativa, repetida exaustivamente só fez evocá-la, recordando-a não mais em espaços de cultos e rituais, mas em todos os espaços e tempos da vida humana.

O que levou a família Igarashi a produzir essa série de imagens, todas relacionadas à morte? E como relacioná-las com a premissa de Leite (1993, p.12), que questiona como se servir desses instrumentos de reconstrução do mundo que podem ser as fotografias, nas quais se imprimiram os vestígios do homem no tempo? As imagens ao mesmo tempo podem dizer e calar; os álbuns, as coleções de retratos de família interrogam silenciosamente nossa memória e nos fazem compreender por que e para que algumas imagens foram construídas. Os leitores da documentação fotográfica procuram na imagem, e através dela, lembranças comuns e os significados realçados.

Leite (1993, p.44) afirma que a leitura leva ao transbordamento do quadro destacado pela câmera. Após a identificação do conteúdo da fotografia é preciso deduzir (investigar) o que não se vê em torno daquilo que se está vendo. E completa:

Os retratos de família estão fundamentalmente ligados aos ritos de passagem – aqueles que marcam uma mudança de situação ou troca de categoria social. São tiradas em aniversários, batizados, fim de ano, casamentos e enterros. Os retratos passaram rapidamente a fazer parte desses rituais mais amplos, que marcam a passagem de criança a adulto, de solteiro a casado, de vivo a morto (LEITE, 1993, p.159).

A passagem da vida para a morte – ou a despedida dos vivos ao morto – é retratada na figura 1. A história dessa fotografia começa no Japão, na Província de Guma. Sohei Igarashi, jovem descendente de família rica, estudou e concluiu o ginásio, formação rara naquele tempo, segundo relata seu filho Tokuzo. Foi trabalhar no setor de finanças em Tóquio, ocupando importante cargo no governo. Mas, um contratempo familiar fez essa história bem-sucedida mudar de rumo. O pai de Sohei avalizou um empréstimo para um irmão, que foi à falência e fugiu, deixando a dívida para o avalista. A família, sem alternativa, foi obrigada a voltar para a zona rural. Igarashi (2005, p.29) lembra os momentos difíceis que atingiram as famílias japonesas.

O crescimento demográfico no Japão foi muito expressivo: de 35 milhões de habitantes, em 1873, para 55 milhões em 1918. Entretanto, as reformas impuseram sacrifícios enormes a estratos da população, aderir à

revolução industrial e adotar a economia capitalista implicou aumento de tributos e inflação; a política deflacionária fez crescer a miséria na zona rural, apesar da assistência governamental à indústria e ao comércio, as exportações ficavam aquém do volume necessário, a oferta de empregos diminuiu, alterou-se a economia, que deixou de se basear quase toda na agricultura e passou a manufatureira e industrial. Oprimidos pelos altos impostos, após vender ou arrendar as terras, camponeses chegavam às cidades, a grande maioria não encontrava empregos e, nos últimos anos da década de 1860, tinham fortes razões para emigrar.

Por estas razões, Sohei decidiu se mudar com a mulher e os filhos para o Brasil. Sua meta era ficar por cinco anos, ganhar dinheiro e voltar para o Japão. Desembarcou no porto de Santos em março de 1928. Como a maioria dos imigrantes, veio para trabalhar nas lavouras de café no interior paulista. Ficou dois anos na região de Ribeirão Preto, depois se mudou para Lins, para trabalhar numa fazenda, onde permaneceu por mais seis anos. Foram anos difíceis. Encontrou um Brasil diferente do anunciado nas campanhas publicitárias veiculadas no Japão.

Enfrentou as más condições de vida nas fazendas de café, trabalho árduo em áreas a serem desmatadas, jornada de trabalho do clarear do dia ao anoitecer, casas de pau-a-pique e chão de terra batida, sem móveis e sem banheiro. Alimentos básicos, mas desconhecidos de sua cultura, como feijão, fubá e carne seca, eram comprados na venda da fazenda, a preços elevados; não havia verduras nem peixe, a base da alimentação oriental.

Sofreu muito e o sonho de voltar ao Japão ficava cada vez mais distante. Persistente, continuou trabalhando muito e, em 1943, conseguiu comprar sua primeira propriedade: 15 alqueires, na Gleba Bandeirantes, em Rolândia, norte do Paraná. Como não conseguiria voltar para sua terra natal, decidiu construir uma casa de alvenaria, para morar com a esposa e os filhos – cinco homens e uma mulher. Seguindo a tradição da cultura japonesa, o filho mais velho, Massao, mesmo casado, permaneceu morando com os pais.

Após sofrer um derrame, Sohei Igarashi faleceu em 25 de janeiro de 1947. Na saída de seu enterro, a família e amigos se reuniram para a última lembrança: uma fotografia em frente à casa que ele construiu no Brasil. Tokuzo

relata que seu pai vivia triste e alimentou, por muitos anos, uma mágoa por não ter conseguido regressar. Cópias dessa imagem foram enviadas aos parentes do Japão para mostrar que, apesar de não haver voltado, ele havia vencido e estava morando bem no Brasil. O número de pessoas mostra que ele também fez muitas amizades. Nota-se os homens de terno e gravata, segurando o chapéu na mão, em sinal de respeito ao falecido. Os familiares – filhos, netos e a esposa Fuku Sohei (viúva) estão sentados. O caixão foi colocado ao centro, de forma perpendicular, para destacar sua “presença”.

Os retratos são objetos de exibição e distribuição entre convidados e parentes que não puderam comparecer, devolvendo assim uma função integradora dos membros e ramos imigrados com os que ficaram na terra de origem. E passam a construir a memória da família fixando lembranças e registrando para os descendentes o evento (LEITE, 1993, p.125).

Morin (s/d, p.95), afirma que os funerais – em todas as sociedades sapientais que se conhecem – traduzem ao mesmo tempo uma crise e o ultrapassamento dessa crise. Por um lado, a dilaceração e a angústia e, por outro, a esperança e a consolação. Todas as religiões e filosofias vão procurar transpor a morte. Além da imagem, a família Igarashi buscou em sua origem religiosa, o budismo, as orações e rituais para perpetuar a presença de seu ente querido.



Figura 1 – Despedida dos familiares e amigos a Sohei Igarashi, antes da saída do cortejo/Fonte: Arquivo da família

O monge Genshō, da religião budista, em seu site cita o texto do reverendo Wagner Bronzeri:

De acordo com o Budismo, a atitude correta em relação ao falecido é vê-lo, humildemente, como um mestre que ensina sobre o caráter transitório e finito de nossas vidas. Isso é chamado no Budismo de "impermanência". Além do mais, é graças aos nossos antepassados que nós estamos vivendo atualmente. Nós herdamos através de nossos pais essa vida que chegou até nós através de uma linhagem incalculável de pessoas que existiram antes de nós. Para o futuro também, através de nossos filhos, netos, bisnetos e etc., essa mesma vida será transmitida, como se fosse a semente de uma árvore, que gera uma nova árvore, que dará novos frutos e estes por sua vez novas sementes que gerarão novas árvores, assim infinitamente, enquanto houver condições da vida se manifestar.

Os budistas realizam cultos especiais nos aniversários de morte de seus antepassados. O fazem para expressar sua gratidão em relação à vida e refletir sobre o verdadeiro significado da existência. Após a cerimônia dos 10 anos de falecimento, Tokuzo com a mulher, os filhos e a mãe (Figura 2) se dirigiram ao cemitério para uma fotografia junto ao túmulo de Sohei Igarashi, que também foi enviada aos parentes no Japão. Nesta fotografia nota-se a presença da tabuleta (placa feita em granito), no túmulo, ao contrário das figuras 1 e 3 que mostram uma cruz, símbolo maior do cristianismo. A tabuleta simboliza os vários elementos da natureza, onde se inscreve o nome e a data de falecimento.



Figura 2 – Visita ao túmulo de Sohei Igarashi, no 10º aniversário de sua morte. O filho Tokuzo, com a esposa, os filhos e a mãe/Fonte: Arquivo da família



Figura 3 – Tokuzo, acompanhado da esposa, visita o túmulo de sua mãe, poucos dias depois de seu falecimento, em 1969/Fonte: Arquivo da família

Toda fotografia representa em seu conteúdo uma interrupção do tempo, e, portanto, da vida. Leite (1993, p.41) ressalta que sendo essencialmente o instante congelado, a imagem fotográfica fixa não registra a passagem do tempo. As mudanças ou o prolongamento do mundo visível só podem ser

obtidos pela justaposição de diversas imagens sobre a mesma questão, tomadas em momentos diferentes.

Nas figuras 4 e 5, observamos o jazigo da família. Marido e esposa estão enterrados juntos. No altar, tabuletas com a inscrição dos nomes e datas de falecimento, suporte para incenso, velas e, na parede, fotografias de Sohei e sua esposa Fuku. Em julho de 1975, os filhos Tokuzo e Massao (o mais velho) posam para a fotografia de terno e gravata. Na figura 5, observamos Tokuzo, primeiro à esquerda utilizando um “colar”. Trata-se de um símbolo chamado de Wa Rakusu, ornamento usado por devotos para lembrar o compromisso assumido como praticante do budismo. Ele está acompanhado pela nora Noêmia, e por parentes de sua esposa que vieram visitar a família.

Na parede, agora (Figura 5) tem o retrato de Massao, falecido há pouco tempo. Da esquerda para a direita, os retratos na parede da esposa do filho Tokuzo, o filho Massao, a esposa de Sohei, Fuku e as duas últimas imagens de Sohei em momentos diferentes. No altar, copos de água em oferenda aos falecidos, velas e incenso. O incenso é colocado com a finalidade de purificar o ambiente, eliminando o odor humano, para facilitar a presença dos espíritos elevados. A oferenda de água e alimento é para que os espíritos se “alimentem” da boa intenção de seus descendentes, do sentimento de amor que motiva a oferenda, os bons pensamentos “nutrem” os espíritos, levando-os a atingir mais cedo altos graus de evolução.



Figura 4 – Os filhos Tokuzo e Massao, em julho de 1975, no jazigo da família em Rolândia (PR)/Fonte: Arquivo da família



Figura 5 – Tokuzo, sua nora Noêmia e parentes de sua esposa visitam o jazigo da família, após cerimônia budista em intenção aos antepassados da família. A imagem é do ano de 2000/Fonte: Arquivo da família

Dos seis filhos de Sohei, três estão vivos: Akira, nascido no Brasil, é dentista, Toshio, o autor do livro sobre a imigração japonesa no Paraná, é

médico aposentado, e Tokuzo, que chegou ao Brasil com 10 anos, estudou até a 4ª série, e trabalhou como agricultor, tendo sido, inclusive, diretor-presidente da Cooperativa Cotia Norte do Paraná. Casou-se em 1942 e teve oito filhos. Hoje, aos 91 anos, mantém firme as tradições de família. Além do Budismo, há 40 anos participa também de um grupo de estudos da moral, denominado Moralogia, baseada nos ensinamentos de Jesus Cristo, Buda, Confúcio, Sócrates e Amaterasu Omikami. Esta filosofia também destaca a importância de se cultuar os antepassados diariamente e a cuidar dos túmulos da família.

Há dois anos, Tokuzo esteve no Japão, visitando o túmulo da família (Figura 6). Trouxe terra de lá e depositou no túmulo de seu pai aqui no Brasil. No Japão, encomendou orações perpétuas. Segundo ele, era uma obrigação fazer isso em sinal de gratidão aos antepassados, porque estando longe não é possível cuidar e manter os túmulos bem conservados. Todas as manhãs, faz a oração de gratidão aos antepassados diante do oratório que tem em seu quarto (Figura 7). Nele encontramos fotografias do pai, da mãe e da esposa, pequenas tobas – com a inscrição do nome e data de falecimento de cada um – água, café, incenso, vela, flores e a imagem de Buda.

Os primeiros imigrantes japoneses trouxeram seus altares familiares. Todo budista tem esse altar com os nomes de familiares inscritos. Oficialmente, não vieram monges. Era proibida a imigração de religiosos não-cristãos. Eles entravam como agricultores, e o budismo era praticado às escondidas. No período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) era proibido até mesmo falar o japonês.

Em tempo, Tokuzo Igarashi faleceu em dezembro de 2016, pouco tempo depois das comemorações do seu aniversário de 100 anos. Pela tradição japonesa, comemora-se aniversário sempre contando a data da fecundação.



Figura 6 – Jazigo da família Igarashi, no Japão. À direita, uma prima de Tokuzo/Fonte: Arquivo da família



Figura 7 – Oratório (butsudan) em memória aos antepassados/Fotografia: Cássia Popolin

Considerações finais

Ao analisarmos estas imagens percebemos a importância do estudo da fotografia como memória e documento histórico. A reconstituição da história através da fotografia não se esgota e permite releituras do passado multiforme, passível de novas abordagens e leituras. Desvendar a história congelada nas imagens fotográficas foi o que motivou e instigou a curiosidade para elucidar

um importante ritual religioso da cultura japonesa. Unindo estes fragmentos e colocando-os numa ordem cronológica foi possível reconstruir a trajetória da família Igarashi e seus costumes.

Esta série de imagens se abre a novos estudos e descobertas. Acreditamos que alguns questionamentos foram elucidados, entre eles, o aspecto religioso muito forte na relação vida e morte presente na cultura japonesa. Outros poderão – e deverão – ser desvendados em futuros trabalhos. Kossoy (1999, p.139) ressalta que:

As fotografias, em geral sobrevivem após o desaparecimento físico do referente que as originou: são os elos documentais e afetivos que perpetuam a memória. A cena gravada na imagem não se repetirá jamais. As personagens retratadas envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem. De todo o processo, somente a fotografia sobrevive.

A “sobrevivência” da fotografia dá início a uma outra realidade, a do documento, que não apenas conserva a imagem do passado, mas é parte constitutiva do mundo presente. As imagens constituem a essência do visível fotográfico, o homem em si mesmo e suas inúmeras manifestações sociais, culturais e religiosas. A fotografia, nesse processo, constituiu-se em importante instrumento de disseminação da informação histórico-cultural. E mesmo passados muitos anos do momento em que foi congelado o fragmento do tempo, ela carrega em si uma história que extrapola o retângulo do papel.

Pelas fotografias dos álbuns de família constata-se a ação inexorável do tempo e as marcas por ele deixadas, ora traduzidas em emoções, ora em histórias. São estes fragmentos interrompidos da vida – que, vez ou outra, revemos – uma insuperável, por vezes constrangedora, fonte de recordação. Os documentos fotográficos são também um insubstituível meio de informação. Seja como meio de recordação e documentação da vida familiar, como meio de informação e divulgação dos fatos, como forma de expressão artística, ou mesmo como instrumento de pesquisas científicas, a fotografia tem feito parte indissociável da experiência humana. Memória do mundo físico e natural da vida individual e social.

Borges (2005, p.92) diz que a imagem fotográfica funciona, na realidade, como um espelho cultural, que tanto informa quanto constrói interpretações sobre os objetos e sujeitos fotografados. Dentre a multiplicidade de usos e funções a ela atribuída, há que se celebrar e difundir a memória coletiva de grupos sociais e sua capacidade de definir perfis socioculturais de resgatar e desvendar histórias latentes. É a fotografia sendo alçada à condição de documento histórico.

Referências:

ANDRADE, Rosane de. **Fotografia e antropologia: olhares fora- dentro**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

BAITELLO, Norval. **A era da iconofagia**. São Paulo: Hacker, 2005.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

IGARASHI, Toshio. **História da imigração japonesa no Paraná**. Londrina: Edição do autor, 2005.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de Família**. Texto e Arte, vol.9. São Paulo: Edusp, 1993.

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

_____. **Fotografia e história**. 2 ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido**. Lisboa: Europa América, s/d

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Companhia das Letras, São Paulo, 2004

Sites

<http://opicodamontanha.blogspot.com/> último acesso julho de 2017.



A LUTA PELA TERRA NO BENDENGÓ²³⁰ DO UBÁ²³¹: MARCAS E MEMÓRIAS DO MOVIMENTO DE (RE)OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NO SÉCULO XX

Simone Aparecida Queizi²³²
Gilmar Arruda²³³

Resumo. Relato de experiência pedagógica, fruto da implementação do projeto PDE/2016/2107 realizado no Colégio Est. do Campo D. Pedro I – EFMF, localizado no Município de Lidianópolis-Pr, que teve como um dos seus principais objetivos construir com a turma do 6º ano, interpretação crítica do movimento de (re)ocupação, onde estão os atuais municípios de Ariranha do Ivaí, Arapuã, Godoy Moreira, Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli e São João do Ivaí, no centro-norte do Paraná, apropriando-se dos conceitos da História Local, História Ambiental e de Paleoterritório, a partir da presença das populações indígenas Xetá e Kaingang na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, confrontando a versão de vazio demográfico e o predomínio da versão do pioneirismo, que aponta para uma ocupação pacífica e ordeira desse território. O diálogo interdisciplinar se deu com a Geografia, Arte e Língua Portuguesa, a fim de refletir sobre a utilização de metodologias para além do Livro Didático e da versão linear da História. Foram realizadas quatro aulas de campo. O

²³⁰ *Bendengó*: Conforme dicionário Aurélio de Língua Portuguesa Básico, Bendengó tem três definições: 1- Aerólito caído no sertão da Bahia, e que se conserva no Museu Nacional do Rio de Janeiro; 2- Coisa descomunal; 3- Certo penteado. (FERREIRA, 1988, p. 91). Esse termo foi usado também por Edmundo Alberto Mercer para se referir às pessoas que se apossavam de terras ilegalmente no território do Ubá, bem como em outros territórios, pautados em um discurso de que as terras seriam “devolutas” e “incultas” e que eram aviltadas do Estado do Paraná, sobretudo nas primeiras décadas do séc. XX. (MERCER, 1913 *apud* QUIEZI, 2009, p.2). Ainda conforme pesquisas de Lucio Tadeu Mota, a partir dos relatos de Ozório (1910, p.8) a palavra *Bendegó* (de mesma variação *Bendengó*) era utilizada pelos kaingang no Paraná para se referir às demarcações de terras como “concessões escandalosas” (MOTA, 2012, p.378).

²³¹ Ubá: palavra indígena que significa embarcação indígena sem quilha e sem banco, constituída de um só lenho, escavado a fogo, ou de uma casca inteiriça de árvore cujas extremidades são amarradas com cipós. Também pode ser uma planta herbácea, empregada na confecção de balaios e cestos (FERREIRA, 1988, p. 656).

²³² Professora PDE/2016/2017, lotada no Colégio Estadual do Campo D. Pedro I – EFMP, município de Lidianópolis, núcleo regional de Ivaiporã. E-mail: simone.queizi@escola.pr.gov.br.

²³³ Professor Doutor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e orientador da professora PDE. E-mail: garruda@uel.br

material didático-metodológico foi todo pensado e construído a partir das pesquisas e fontes encontradas, utilizando-se dos seguintes recursos tecnológicos: fotos, impressora, computador, Power points, mapas confeccionados, textos e o software livre Google Earth.

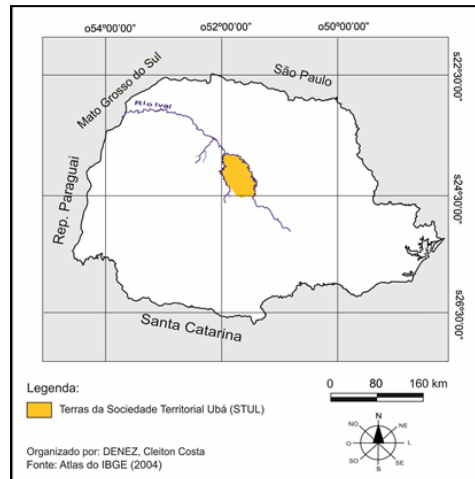
Palavras-chave: Bendengó do Ubá. História Local. Ensino de História. Interdisciplinaridade. (Re)ocupação de terras.

APRESENTAÇÃO

A proposta deste trabalho consiste em compartilhar experiência prática da implementação do meu projeto PDE/2016/2017 realizado no Colégio Estadual do Campo D. Pedro I, localizado no Município de Lidianópolis-Pr. O público-alvo foram os(as) alunos(as) matriculados no 6º A, período da manhã. Uma turma que durante a implementação, ocorrida no primeiro semestre/2017, oscilou entre 27 a 31 alunos(as), na faixa etária de 11 para 12 anos.

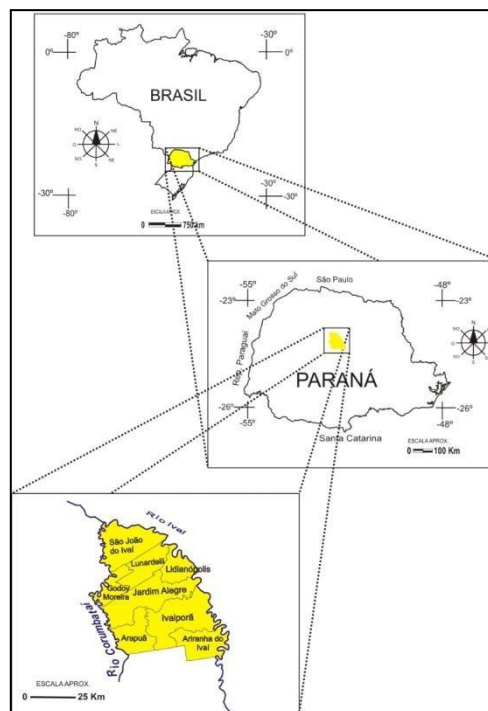
O objetivo central do projeto foi construir com os alunos e alunas uma interpretação do processo de (re)ocupação do Território que chamo de “Bendengó do Ubá” (Mapa 01), onde atualmente encontram-se oito municípios da região centro-norte do Paraná: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Godoy Moreira, Jardim Alegre, Lidianópolis, Lunardelli, Ivaiporã e São João do Ivaí (Mapa 02). Estrategicamente região de residência dos alunos (História Local). Durante e ao final da implementação, subsidiei os(as) alunos(as), para que tivessem condições de compreender a conflitividade que envolveu o processo de (re)ocupação dessas terras, bem como compreender que esse processo faz parte da (re)ocupação das terras do Paraná, fazendo paralelos com a (re)ocupação do Brasil. Os(as) alunos(as) puderam perceber os diversos personagens e as várias narrativas que estes personagens poderiam ou podem apresentar, desconstruindo uma versão única e dominante da (re)ocupação das terras que não foi pacífica e nem mesmo foi feita sob um espaço demograficamente vazio de terras devolutas durante o século XX.

Mapa 01: Território do Bendengó do Ubá entre os Rios Ivaí e Corumbataí



Fonte: QUIEZI, S.A (2014, p.80)

Mapa 02: Municípios que hoje se localizam no Território Bendengó do Ubá



Fonte: IBGE (2012). **Organizado por:** QUIEZI, Simone A. (2016, p.52).

Nesse sentido, o projeto deu visibilidade para alguns personagens, destacando-se entre eles, as populações indígenas Guarani, Xetá e Kaingang que em algum momento na História, e, antes, muito antes dos brancos, ocuparam o Território do Bendengó do Ubá e foram praticamente eliminadas

das narrativas oficiais dominante se/ou receberam um tratamento que não condiz com suas narrativas. Propus o caminho inverso. Busquei com os(as) alunos(as) as raízes da história a partir dos conceitos de ocupação (de quem primeiro se tem registros da presença no território) e de reocupação (os que depois vão se sobrepondo a quem já estava) e de que forma faziam essa (re)ocupação. Processo didático e metodológico que nos reportou para fora do século XX, tendo que buscar informações, fontes e reflexões antes e depois.

As Diretrizes Curriculares da Educação Básica de História do Paraná (2008) e a Lei nº13. 381/01 que dispõe sobre o ensino de história e historiografia do Paraná, fundamentaram os preceitos legais, pedagógicos e curriculares dessa intervenção, bem como diversos outros autores que desenvolveram pesquisas tanto sobre o Ensino de História, como sobre a História do Paraná, História das Populações Indígenas e sobre o local de estudo. Fontes memorialísticas também foram significativas para a construção da proposta didática.

Dialoguei então com três questões centrais: a) desconstruir a versão de vazio demográfico e pacificidade no processo de o (re)ocupação das terras do Território do Bendengó do Ubá, dando espaço para os personagens invisibilizados ou excluídos, trazendo a luz da reflexão suas narrativas e desafiando os(as) alunos(as) a produzirem outras narrativas para a história local que não se desconecta da história do Paraná e do Brasil; b) Propora interdisciplinaridade e ela ocorreu dialogando com Língua Portuguesa, Arte e Geografia; c) organizar outras metodologias para além do Livro Didático, aproveitando outros recursos, entre eles os tecnológicos, como fotos, vídeos, slides, software Google Earth. A utilização dos termos “Bendengó” e “Ubá” na titulação também foi uma estratégia para dar um novo olhar para a história até então conhecida ou não contada.

Entre os conceitos acadêmicos e teóricos elenco a seguir alguns fundamentais, mas ressalto que a pesquisa se pautou por inúmeras fontes e referenciais que não darei conta de tratar de todas aqui. Selecionei alguns, sem desmerecer a importância das demais: História, História Local, História Ambiental, Paleoterritório e narrativa histórica.

Para conceituar História dialoguei com Le Goff (1990) que afirma ser a história ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objeto da história, por uma reconstrução incessantemente. Essa reconstrução se dá, segundo o autor, por meio de narrativas. Neves (1997) contribuiu com o conceito de História Local tendo o conhecimento histórico o local como **objeto** do conhecimento e/ou o local como **referência** para o conhecimento. Como tratei das diversas marcas e transformações da paisagem foi necessário utilizar-se da História Ambiental que tem como foco os acontecimentos históricos que modificaram e, ao mesmo tempo, foram modificados pelo ambiente, e, é um documento histórico, que interpreta os fatos históricos a partir da paisagem natural e do que nela está impresso (SOLÓZANO; OLIVEIRA e GUEDES-BRUNI, 2009).

Já na perspectiva metodológica, alguns autores fundamentaram a prática a partir do conceito de Paleoterritório e da narrativa histórica. Nesse sentido, o diálogo se deu com Cainelli (2010) que considera o aluno como sujeito e sua realidade como ponto de partida e chegada, devendo, portanto a didática fazer as conexões necessárias para a análise e reflexão da história, dando condições para que os alunos possam ser capazes de produzir suas próprias narrativas. Marc Ferro (1924) nos alertou também que a história é constantemente vigiada, controlada e manipulada, o que requer um olhar minucioso do professor na condução das abordagens.

Quanto ao conceito de Paleoterritório, parti das pesquisas e afirmações do Professor Rogério Ribeiro de Oliveira (2015, p.277) de que “um paleoterritório consiste na espacialização das resultantes ecológicas decorrentes do uso dos ecossistemas por populações passadas (ou por atividades econômicas) na busca de suas condições de existência.” A partir dos estudos sobre a formação dos paleoterritórios, foi possível pensar e desenvolver metodologias de identificação da existência de possíveis paleoterritórios na região do estudo proposto, podendo os(as) alunos(as) buscar essas marcas e memórias (resultantes ecológicas) no Território do Bendengó do Ubá, adquirindo informações e constatações para subsidiar novas narrativas para a história da (re)ocupação humana local.

Os conteúdos e metodologias específicas foram pensados e propostos a partir de duas questões que precisaram ser destacadas e problematizadas: 1ª) a afirmação dominante e velada de que o território do Bendengó do Ubá era um espaço vazio demograficamente, sem ocupações e usos, anteriores à chegada dos posseiros, grileiros e da Sociedade Territorial Ubá Ltda. Questão que foi tratada a partir das pesquisas de Lúcio Tadeu Mota e Éder da Silva Novak (2008) sobre a presença dos Xetá e Kaingang na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí; e, 2ª) o silêncio histórico, que atribuo à ausência de pesquisas acadêmicas sobre o território estudado, que alimenta a ideia de que a ocupação feita pelos brancos (posseiros e grileiros), imigrantes europeus, migrantes (mineiros, catarinenses e paulistas) e a Sociedade Territorial Ubá Ltda., tenha se dado na perspectiva do progresso e do desenvolvimento, de forma ordeira e pacífica, sem uso da violência e sem a “limpeza” do território para a sobreposição das ocupações. Para fundamentar esta questão, tive a ajuda de Nelson Dácio Tomazi (1997) e Zueleide Casagrande de Paula (2013). Outras fontes e documentos tratados na pesquisa como memorialistas (imagens, jornais, registros cartoriais, ofícios governamentais, o próprio espaço territorial, depoimentos, revistas, livros de memórias, objetos, etc.), também ajudaram nas possíveis reconstruções de narrativas históricas, intercalando e dialogando com os estudos historiográficos acadêmicos.

PRÁTICA PEDAGÓGICA

A turma de trabalho foi o 6º ano “A” do Colégio Estadual do Campo D. Pedro I – EFMP, localizado no município de Lidianópolis, núcleo regional de educação de Ivaiporã. Foram 79 horas/aulas ministradas, de fevereiro a julho/2017, sempre as terças-feiras (3º horário) e as quartas-feiras (1º e 2º horários) no período da manhã. No compute dessas aulas estão também às quatro aulas de campo e o dia da finalização do evento. Atividades que utilizaram cinco horas/aulas cada. A intervenção se deu durante as aulas de história da professora regente da turma, Vânia Inácio Costa Gomes e de forma interdisciplinar com Língua Portuguesa, Arte e Geografia, respectivamente com os professores Joaquim Correa Gomes, Lúcia Artioli Nunes Maciel e Cleodete Gomes Dionísio. A Equipe Pedagógica da escola acompanhou e deu suporte

do início ao fim. Ressalto que foi utilizada a aula e turma de outra professora, devido eu estar ocupando a função de direção da escola e não estar em sala de aula naquele momento.

Três momentos pedagógicos e didáticos foram organizados para a implementação: 1º) apresentação do projeto e sensibilização da turma; 2º) conceituação teórica de termos e problematizações; 3º) estudo da (re)ocupação do Território do Bendengó do Ubá com inúmeras atividades e utilização de diversos recursos didáticos e tecnológicos. Dessa forma, a partir desses três momentos, segue abaixo breve relato do percurso da implementação, ressaltando os encaminhamentos metodológicos, recursos e estratégias.

1º – Apresentação do projeto e sensibilização da turma

Para a apresentação do projeto organizei duas ações. A primeira consistiu em uma reunião com os(as) alunos(as) e seus responsáveis onde: comentei sobre a proposta; porque a turma foi escolhida; qual ligação tinha o trabalho com a escola; expliquei sobre o programa PDE e as razões do trabalho com a história local. Nessa reunião coletei assinatura dos responsáveis em documento padronizado autorizando seus filhos e filhas a participarem do projeto. A segunda ação, foi somente com os(as) alunos(as), quando retomei uma sensibilização que já havia feito com eles quando ainda estavam na rede municipal (5º ano), em novembro de 2016. Essa abordagem foi refeita integralmente, pois a turma agora no 6º ano ficou composta pela junção dos dois quintos anos (manhã e tarde) e, naquele momento, havia feito a abordagem somente para a turma do 5º ano da manhã, com 14 alunos(as). Agora com 27 alunos(as), refiz a atividade de tempestade de ideias com questões escritas sobre: o que os alunos compreendiam por História, História Local, sobre as populações indígenas e sobre o Rio Ivaí. Recebi as respostas por escrito, mas dei bastante atenção para a oralidade dos(as) alunos(as).

Na sequência desenvolvi com eles atividade sobre fontes históricas. Partindo de uma aula expositiva e da orientação de que cada um trouxesse para a próxima aula, um objeto e/ou documento que retratasse um fato importante de suas vidas. Todos trouxeram o solicitado, organizei-os em círculo

na sala, e, mediei para que apresentassem o objeto trazido e narrassem a importância dele para sua vida. A partir das narrativas de cada um, trabalhei com eles sobre: fontes históricas, o recorte histórico (tempo e espaço), o que é a história e as diversas possibilidades de narrar um fato, o conceito de verdade, etc.

Os(as) alunos(as) então participaram de outra atividade. Em grupo, receberam fotos, estrategicamente selecionadas e impressas, todas contendo imagens que retratavam algum momento do processo de (re)ocupação do Território do Bendengó do Ubá. Manusearam e dialogaram entre si sobre cada uma delas livremente, até que cada um(a), foi orientado(a) a escolher uma das fotos que ficaria em seu poder durante todas as aulas e momentos da implementação do projeto. As fotos foram todas exibidas em slides, da mesma forma que foram impressas. Todas com referências, identificação de tempo, espaço e fato. Após as escolhas os(as) alunos(as) foram desafiados a produzirem um texto descritivo da foto escolhida e finalizar a produção levantando hipóteses e problematizando, fazendo perguntas quanto aos fatos, os personagens ou outras questões que lhes chamassem atenção na imagem. O texto também seria mais um subsídio para o processo de busca, pesquisa e aprendizagem durante as demais aulas.

Paralelo, de forma interdisciplinar com Língua Portuguesa, os(as) alunos(as) receberam o texto impresso “Arraial de Santo Inácio, 29 de fevereiro de 1896” também conhecido como “O Cego Faustino” trecho da obra **Viva o Povo Brasileiro** de João Ubaldo Ribeiro, edição de 2011. A leitura e reflexão do texto teve como propósito subsidiar os(as) alunos(as) quanto as diversas possibilidades de se narrar e interpretar a história, bem como, instigá-los à compreensão de que podem existir vários personagens no contexto histórico e que cada um possui uma narrativa para os fatos, podendo ser diferentes umas das outras. E, dessa forma, problematizou-se o conceito de verdade, os interesses e a condição humana para cada versão apresentada na e da história. A partir do acompanhamento pedagógico do professor de Língua Portuguesa os(as) alunos(as) foram motivados a realizarem atividade escrita, dando continuidade com suas próprias narrativas para a história da personagem Maria da Fé, após o “Cego Faustino” ter contado sobre o

assassinato da mãe dela, a pescadora Adaê.

2º - Conceituações teóricas e problematizações

Nessa fase os(as) alunos(as) tiveram aulas expositivas, com a utilização de mapas, imagens e informações em formato de slides, vídeos e a utilização do software Google Earth para compreender conceitos de História, História Local, História Ambiental, o que são Paleoterritórios e a possibilidade da história contada através de narrativas. Estrategicamente, todos os recursos teóricos (conceitos e autores) dialogavam com o local – o Território do Bendengó do Ubá -, para que os(as) alunos(as) não perdessem o “foco” da proposta e fossem conseguindo fazer as correlações entre o teórico e a prática (nesse caso representada pelo estudo da história local na perspectiva dos silenciados e invisibilizados das versões que se conhece até então dessa história). Foi um momento que exigiu muito trabalho e estratégias pedagógico- metodológicas para que os(as) alunos(as) conseguissem acompanhar o raciocínio ou tivessem estímulo para o seu próprio pensar. Atividades escritas ajudaram, além das aulas expositivas, mediadas e dialogadas. Nessa fase, a turma recebeu mais dois alunos, que levaram um tempo até conseguirem acompanhar o projeto. Foi necessário também trabalhar com um grupo com mais dificuldades no contraturno por diversas vezes.

O destaque nesse momento da implementação foi para o software Google Earth que possibilitou um avanço significativo. Os(as) alunos(as) puderam percorrer virtualmente o espaço geográfico do Território do Bendengó do Ubá, tendo o Rio Ivaí e o município de Lidianópolis como referência do percurso e foram fazendo identificações de possíveis paleoterritórios e transformações da paisagem. Foi possível dialogar com os(as) alunos(as) sobre todos os conceitos estudados, todas as hipóteses e problematizações a cerca do processo de (re)ocupação e ir pensando em narrativas possíveis, diferentes das até então conhecidas ou nem mesmo pensadas. O uso desse software como recurso metodológico chamou tanto a atenção dos(as) alunos(as) e dos demais professores da escola que organizamos dois outros momentos interdisciplinares com as turmas do turno da tarde e do noturno para aula sobre a história local de forma mais condensada utilizando o Google Earth

como recurso. Para se ter uma ideia do quanto foi interessante, o turno da tarde que conta com 7º, 8º e 9º anos, foi reunido na sala de mídias, juntamente com os professores de Língua Portuguesa, Geografia, Ciências e História. Durante quatro horas aulas navegou-se sobre o espaço geográfico do Território do Bendengó do Ubá, através do Google Earth, estudando-o com abordagens interdisciplinares, dialogando sobre passado, presente e futuro, a partir das ocupações e reocupações humanas, seus interesses e interferências que vão produzindo alterações, marcas, memórias e mudanças na composição da paisagem. Os(as) alunos(as) identificavam suas realidades, moradias e contextos durante a aula e uso dessa ferramenta. Muitas questões foram problematizadas e refletidas durante as aulas em que se utilizou o software Google Earth.

3º - Estudos da (re)ocupação do Território do Bendengó do Ubá

Esta foi uma fase muito dinâmica e rica da implementação. O projeto deixou de ser unicamente uma intervenção proposta por uma professora PDE e ganhou a escola. Nas aulas de história os(as) alunos(as) recebiam informações e dialogavam sobre a histórica local a partir das cinco (re)ocupação do Território do Bendengó do Ubá apresentadas pela professora. Na interdisciplinaridade: Geografia trabalhava a Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí; Arte a cultura das populações indígenas Guarani, Xetá e Kaingang; e, Língua Portuguesa o texto adaptado por Motta (2013) do Engenheiro Inglês Thomas Bigg-Wither “A captura de grupos Xetá pelo Engenheiro Bibb-Wither nas imediações do Salto do Ariranha no rio Ivaí em 1873”. Concomitantemente, de forma estrategicamente pensada, as aulas de campos iam sendo realizadas, sendo visitados locais onde os(as) alunos(as) pudessem dialogar com a paisagem e suas transformações, fazer observações e constatações, sobretudo na perspectiva da identificação de paleoterritórios. Durante as aulas de campo, os(as) alunos(as) também tiveram a oportunidade de ouvir as narrativas de um pescador que vive na região desde 1957 e que conviveu com os kaingang no local onde hoje é conhecido como “corredeira dos índios”. Conheceram objetos e artefatos das populações indígenas estudadas, que são de posse de pessoas que residem nos locais onde foram realizadas as aulas de campo, e, ainda, ouvir as narrativas dos próprios indígenas kaingang na

Terra Indígena Ivaí, a atual reserva localizada no município de Manoel Ribas.

Foram quatro aulas de campo: 1ª em Jardim Alegre – na balsa no Marolo às margens do Rio Ivaí -, os(as) alunos(as) conheceram o sistema de balsa atual, artefatos indígenas e constataram *in loco* região de habitação das populações indígenas e de sítios arqueológicos cadastrados no sistema estadual; 2ª em Lidianópolis – no distrito de Porto Ubá – ouviram as narrativas do pescador Maurício Oliveira que conviveu com os kaingang, conheceram e manusearam os artefatos indígenas de propriedade da professora Cleodete Gomes Dionísio, verificaram a possibilidade de paleoterritórios de circulação da população indígenas e posseiros na propriedade da família Sobreira (vista panorâmica), que seria o antigo caminho às margens do Rio Ivaí e os resquícios das balsas que serviam de locomoção e transporte de um lado a outro do rio. Conheceram também os restos da construção do sistema de geração e fornecimento de energia elétrica para o distrito de Porto Ubá nas décadas de 50 e 60; 3ª em Fênix – no Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo -, onde visitaram o museu indígena, aprofundaram os estudos sobre a presença e resistência da população Guarani, os paleoterritórios mantidos pelos usos e ocupações daquele espaço, bem como o local de entrada das populações indígenas e de muitas expedições brancas no Território do Bendengó do Ubá durante o processo de (re)ocupação; 4ª em Manoel Ribas – na Reserva Indígena Ivaí, onde os(as) alunos(as) puderam ouvir as narrativas atuais e as condições culturais de vida da população kaingang sobrevivente do processo de (re)ocupação e luta pela terra no Território do Bendengó do Ubá.

Neste momento da implementação ganhou destaque o diálogo sobre a conflitividade inerente do processo de (re)ocupação das terras, a desconstrução do discurso de vazio demográfico quando da chegada dos brancos no século XX e o discurso de pacificidade e do pioneirismo desbravador da região. Os(as) alunos(as) foram instigados a retomarem a foto e o texto descritivo com as questões levantadas no início da implementação, para então, produzirem novas narrativas, procurando darem respostas para as questões levantadas por eles mesmos.

As narrativas dos(as) alunos(as) se deram de forma escrita, com o acompanhamento do professor de Língua Portuguesa e de forma oral, com orientação e acompanhamento da professora de História PDE. Por fim, foi

proposto uma reunião com os pais/mês e/ou responsáveis dos alunos e alunas, com a participação dos professores e demais profissionais envolvidos na implementação da proposta. Nessa ocasião, 22 alunos(as) da turma que se encontrava com 30 alunos(as), apresentaram suas narrativas. Foi o momento de encerramento das atividades. Fechando as apresentações e o projeto, o aluno Valdenirdos Santos Belbiano, narrou sua descendência indígena kaingang, a partir do momento que sua bisavó Kaingang foi pega a laço pelo seu bisavô branco.

CONSIDERAÇÕES

Penso que a partir da participação dos(as) alunos(as) nesse projeto, seus olhares para a história tendem a ser mais refinados e questionadores, com condições de argumentar sobre as verdades impostas em muitas versões. Contudo, ao ler os relatos da implementação acima não se pode concluir que tudo foi positivo, com resultados fantásticos para a aprendizagem.

Há que se considerar todas as nuances da implementação, que no geral, não descaracteriza o sucesso, mas que nos desafia dia a dia a enfrentar os entraves e dificuldades. Talvez contrariando a regra, vou destacar alguns pontos críticos e que requer reflexão para trabalhos pedagógicos dessa natureza. Vejamos:

a) Os recursos didáticos e metodológicos foram produzidos com recursos próprios, pois não estavam presentes em nenhum manual público disponível para o aluno. Dessa forma sua reprodução para os(as) alunos(as) também foi custeada pela professora PDE.

b) Trabalhar na perspectiva da interdisciplinaridade requer muita disposição e comprometimento por parte dos profissionais. O que nem sempre ocorre. Nem todas as atividades propostas interdisciplinarmente tiveram resultados práticos e envolvimentos dos professores. O diálogo interdisciplinar também precisa considerar as capacidades e limitações dos colegas, bem como as especificidades de suas disciplinas.

c) Os recursos tecnológicos nem sempre estão presentes e em condições adequadas para o uso. É preciso muita adaptação e preparativos anteriores ao momento da aula propriamente para que as tecnologias

funcionem minimamente.

d) Existe uma demanda de trabalho extra com pesquisas teóricas, pesquisas de campo, tratamento das fontes memorialísticas e a conversão desses estudos e pesquisas em metodologias e materiais didáticos, que nem sempre o professor tem condições de fazer em virtude de sua carga horária exaustiva de trabalho.

e) A dinâmica de funcionamento da escola em hora aulas não contribui para a realização de aulas de campo. A retirada de professores da escola para acompanhamento da turma desestabiliza a organização da escola quanto às demais turmas.

Contudo, finalizo a implementação com a certeza de que subsidiei alunos(as) e alguns profissionais com informações que permitiu a eles a construção de outras narrativas para a história local, podendo fazer paralelos com a história mais global, e, uma leitura mais crítica da história, posicionando-se nela como sujeitos do presente, compreendendo as relações do passo nesse presente. Com toda certeza outros olhares e o pensar histórico foi ampliado dando visibilidade para muitos personagens e suas narrativas silenciadas pelo tempo e pela história. E nesse momento vem à mente fortemente a afirmação de Arruda (1995) de que “ao remexer nos baús do passado, dando voz e vez aqueles que foram silenciados duplamente, pelo poder e pelo tempo, (...) somos como alguém que ajuda a dar vida novamente aos derrotados.”

E do ponto de vista pedagógico metodológico, a tecnologia é uma ferramenta poderosa no processo de ensino aprendizagem ampliando e ressignificando a prática docente e a relação professor(a) aluno(a) em tempos tão virtuais.

REFERÊNCIAS

ARRUDA. Gilmar. **Para que serve o Ensino de História**. Londrina: História & Ensino: 1995, p.61-68;

CAINELLI. Marlene. **O que se ensina e o que se aprende em História**. Ind: Margarida Maria Dias de Oliveira (org.). **História Ensino Fundamental**. Brasília, MEC, 2010, p. 17-34. Disponível no site:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7839-2011-historia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192.
Acessado em 08/08/2016;

_____. **A escrita da História e os conteúdos ensinados na disciplina de História no Ensino Fundamental**. Educação e Filosofia Uberlândia, v.26, n.51, p. 163-184, jan/jun, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/7666/9694>.
Acessado em 10/10/2016;

FERREIRA. Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988;

FERRO, Marc. **A Manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**. Tradução de Wladimir Araújo. São Paulo: IBRASA, 1983;

LE GOFF. Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996;

MERCER. Edmundo Alberto. **OS BENDENGÓS. A Fazenda Ubá. As terras do Campo Mourão**. Jornal Diário dos Campos. Ponta Grossa: Casa da Memória, 17/04/1913;

MERCER. Luiz Leopoldo. **Edmundo Alberto Mercer – Toca Mercer, um livro só para nós**. Curitiba, 1978;

_____. **Os Xetá no Vale do rio Ivaí 1840 – 1920**. Maringá-PR: Eduem, 2013;

MOTA. Lúcio Tadeu. NOVAK. Éder da Silva. **Os Kaingang do Vale do Rio Ivaí-Pr – História e relações interculturais**. Maringá-PR: Eduem, 2008;

NEVES. Joana. **História Local e Construção da Identidade Social**. Paraíba: Saeculum Revista de História, UFPB, 1997. Disponível no site: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11226/6341>. Acessado em 25/06/2016;

OLIVEIRA. Rogério de. **“Fruto da terra e do trabalho humano”:** **paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudoeste brasileiro**. Revista de História Regional. Disponível no site: www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/download/8086/4813. Acessado em 23/06/2016;

_____. Rogério Ribeiro. Vídeo: **As delimitações espaciais em História Ambiental: Paleoterritório e biodiversidade(16min)**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1w6Cby0uVQI>. Acessado em 04/11/2016

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de História**. Curitiba, SEED/2008. Disponível no site: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_mat.pdf. Acessado em 25/03/2013.

PAULA. Zueleide Casagrande de. A relação antagonista entre homem e natureza no processo de colonização/(re)ocupação do Norte do Paranaense. In:ARRUDA. Gilmar (org.). **Natureza, Fronteiras e Territórios: imagens e narrativas**. Londrina, PR: Eduel, 2013, p. 279-312;

QUIEZI, S. A.; PRZYBYSZ, J. . A (re)organização do território entre os rios Ivaí e Corumbataí após a ocupação da sociedade territorial ubá LTDA. no Estado do Paraná 1911 a 1990. In: Almir Nabozny. (Org.). **Geografia a Distância: Experiências de Pesquisa em EaD**. 1ed.Ponta Grossa: NUTEAD, 2013, v. 1, p. 1-30.

_____. S. A. **A luta pela terra no Bendengó do Ubá: marcas e memórias do movimento de (re)ocupação do território no século XX**. Projeto PDE, Londrina: UEL/2016.

_____. S. A. **A luta pela terra no Bendengó do Ubá: marcas e memórias do movimento de (re)ocupação do território no século XX**. Produção Didática do PDE, Londrina: UEL/2016/2017.

RIBEIRO. João Ubaldo. **Viva o Povo Brasileiro**. 5ª ed. 2011, p. 330-335. Disponível no site: <http://elivros.me/book/download-viva-o-povo-brasileiro-joao-ubaldo-ribeiro-em-epub-mobi-e-pdf/>. Acessado em 02/09/2016;

SOLÓRZANO. Alexandre; OLIVEIRA. Rogério Ribeiro de; GUEDES-BRUNI,Rejan Rodrigues. **Geografia, História e Ecologia: Criando pontos para a interpretação da paisagem**. Campinas: Ambiente & Sociedade, 2009, p. 49-66;

TOMAZI. Nelson Dacio. **“Norte do Paraná” História e Fantasmagorias**. Curitiba: UFPR, 1997.



LIVRARIA E EDITORA DUAS CIDADES (1954-2006): UM DÍNAMO CULTURAL DE OPOSIÇÃO À DITADURA CIVIL-MILITAR?

Hugo Quinta
(Doutorando em História na UNESP – Câmpus de Assis)

Resumo: Esta proposta de comunicação tem como objetivo investigar a relação da Livraria e Editora Duas Cidades com a Ditadura Civil-Militar brasileira. Fundada na cidade de São Paulo em 1954, a Duas Cidades encerra suas atividades no ano de 2006. Dentre os 52 anos de existência, a editora publicou diversos autores, desde os dominicanos, passando pelos professores e estudantes da Universidade de São Paulo (USP), e artistas e poetas. A livraria pode ter exercido um papel importante como espaço de resistência à ditadura. Essa característica decorre não somente por intermédio de suas publicações, mas também por ser um local de sociabilidade entre dominicanos, amigos, autores, leitores e estudantes e professores da USP. Esses atores frequentavam amiúde a livraria, um dos poucos sítios da capital paulista onde se podia debater os destinos do país em face da censura e da tortura. Com esse propósito, expõe-se, primeiro, as causas de constituição da Duas Cidades, depois o envolvimento do empreendimento cultural com determinados episódios período de exceção, e, por fim, questiona-se em que medida a Duas Cidades pode ser considerada um dínamo cultural de oposição ao regime civil-militar. Assim, o propósito dessa comunicação é deslindar de que modo a Livraria e Editora imbrica (e confronta) com os meandros do regime de exceção instalado no Brasil entre 1964 e 1985.

Palavras-chave: Livraria e Editora Duas Cidades; Ditadura civil-militar; dínamo cultural.

Introdução

A presente comunicação tem origem na investigação em curso no doutorado em História da UNESP (Câmpus de Assis). A pesquisa iniciou em agosto de 2017 e as hipóteses enleadas neste texto são introdutórias. As conjecturas procedem do depoimento de Maria Antonia Pavan de Santa Cruz, da bibliografia problematizada no projeto de pesquisa e dos vestígios descobertos na etapa inicial do doutorado. Conseqüentemente, os objetivos traçados neste texto são, em primeiro lugar, expor os motivos de constituição da Livraria e Editora Duas Cidades (São Paulo, 1954-2006), depois investigar os pontos de interseção entre a empresa fundada por Frei Benevenuto de Santa Cruz e a Ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), e problematizar a possibilidade de a Duas Cidades ser uma propulsora cultural de oposição ao regime ditatorial.

José Petronilo de Santa Cruz é o nome civil de Frei Benevenuto, que nasceu em 1918 na cidade de São Luís do Quitunde²³⁴, interior de Alagoas, e faleceu aos 79 anos de idade na capital paulista. Antes de editar obras e vender livros, José estudou o primário no Colégio Marista de Recife (período em que conheceu o colega e amigo João Cabral de Melo Netto), depois frequentou o curso de Direito na capital pernambucana, porém não o concluiu. Na década de 40, ingressou na Ordem Dominicana, cursou Filosofia e Teologia na França, e, em 1950, retornou ao Brasil como um dos correspondentes do movimento Economia e Humanismo, pensado e coordenado pelo Padre Lebrecht (BOSSI, 2012) – responsável por criar, em 1947, na cidade de São Paulo, a Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS).

Em 1950, Frei Benevenuto de Santa Cruz tornou-se o principal diretor da SAGMACS (PONTUAL, 2011) e coordenador dos principais projetos até a dissolução da entidade em 1964. Nesse ínterim, mais precisamente em 1954, o religioso fundou a Duas Cidades com o investimento dos dominicanos de São

²³⁴ A reportagem da Folha de São Paulo retrata a vida de Frei Benevenuto, da Duas Cidades e o identifica como “formador de intelectuais”. A notícia, de 10 de julho de 1997, *Personalidade*: missa celebra Frei Santa Cruz, “formador de intelectuais”, está disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq100709.htm>>. Acesso em 20 de junho de 16.

Paulo. Num primeiro momento, a meta do empreendimento cultural foi publicar os autores da Ordem, propagar as ideias do movimento encabeçado pelo Padre Lebret, e importar as obras e revistas importantes para distintos públicos. Um padre, entretanto, não pode ter bens em seu nome, o que implicou na formação societária da Duas Cidades entre 1954 e 1966, período em que a empresa é de propriedade da Ordem Dominicana e de outros sócios, a despeito da autonomia do editor e livreiro para gerir a Livraria e Editora. O proprietário da Tecelagem Parahyba, Olívio Gomes, emprestou duas salas de sua fábrica, localizadas na Praça da Bandeira, n. 40, onde se instalou a primeira sede²³⁵ da Duas Cidades. O espaço foi notadamente frequentado, muitos se interessaram pelas obras dos padres, pelas revistas e livros importados, e o crescimento fez com que o Frei Benevenuto sentisse a necessidade de mudar seu empreendimento cultural para um espaço mais amplo, e em 1966 ele comprou uma sala comercial na rua Bento de Freitas, n. 158, local onde funcionou o empreendimento cultural até 2006.

Livraria e Editora Duas Cidades (São Paulo, 1954-2006)

O período de existência da empresa de Santa Cruz corresponde aos anos de intensas transformações políticas, sociais, econômicas e culturais, tanto na cidade de São Paulo como no Brasil. Essas questões refletiram no desenvolvimento de seu empreendimento e deflagraram a produção intelectual e cultural da Duas Cidades, de modo a configurar um espaço para um campo intelectual, formado por pessoas que pensavam e discutiam as idiossincrasias do período. Por ora, ainda não há indícios contundentes para uma investigação criteriosa dos elementos que objetivavam essas relações, como, por exemplo, os valores compartilhados entre os autores publicados pela editora, a livraria enquanto apoio à formação intelectual desse grupo, os frequentadores assíduos desse espaço e a posição do editor e fundador da Duas Cidades. Ainda assim, a pesquisa ao acervo pessoal²³⁶ pode corroborar para a

²³⁵ Informações fornecidas através do depoimento de Maria Antônia ao autor deste texto.

²³⁶ O acervo familiar pertencente a Maria Antonia Pavan de Santa Cruz é o ponto de partida para a análise da trajetória de Frei Benevenuto de Santa Cruz e da empresa que ele e dirigiu na cidade de São Paulo – a Livraria e Editora Duas Cidades. A herdeira está a realizar a doação do acervo pessoal do professor Santa Cruz e da Duas Cidades para a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). O presente trabalho apresenta informações relativas à trajetória de Frei Benevenuto/professor

problematização da Livraria e Editora como um espaço de sociabilidade liderado por Frei Benevenuto/professor Santa Cruz.

Inserida no contexto urbano da cidade de São Paulo, a investigação sobre a empresa de Frei Benevenuto é importante para resgatar as múltiplas dimensões de um empreendimento cultural que surgiu durante o desenvolvimento da metrópole, do movimento dominicano, passou pela ditadura militar e pela redemocratização²³⁷. A editora publicou obras importantes da intelectualidade brasileira e paulistana e a livraria foi um dos palcos de sociabilidade da cidade, com frequentadores assíduos, professores e estudantes da USP e de outras instituições.

Nesse sentido, se é possível pensar a Duas Cidades como um espaço de sociabilidade²³⁸ de intelectuais e artistas, como uma produtora e difusora cultural liderada pelo professor Santa Cruz, é decisivo refletir sobre a relevância social e cultural da Duas Cidades, da trajetória do criador da empresa, e ir além, ao acreditar que “as pesquisas sobre o mundo editorial brasileiro devem levar em conta as devidas dimensões históricas da escala espacial dos mercados do livro para progredirem hipóteses que comumente forcem a validade nacional dos fatos.” (SORÁ, 2011, p. 53).

Dessa forma, a pesquisa ao acervo familiar da Duas Cidades nos leva a objetivar uma série de questões que procuram avaliar quem é o público leitor, qual o nível de escolaridade, se houve um tipo de formação desejável para o público leitor de cada coleção, se houve estratégias de edição e critérios do editor que auxiliam a definir o perfil da editora, se as figuras importantes da cena cultural paulistana influenciaram na escolha dos títulos a serem publicados, se as coleções configuram um projeto cultural da editora, entre outros questionamentos. (FONSECA, 2010)

Santa Cruz e às atividades da Duas Cidades, e têm como fonte um longo depoimento, realizado em São Paulo no dia 14 de setembro de 2016, concedido por Maria Antônia ao autor da comunicação.

²³⁷Sobre a pesquisa da Folha de São Paulo que trata das maiores livrarias do país, diz o investigador Laurence Hallewell (2012, p. 682): “o alto grau de amor à leitura pelo resultado da sondagem realizada pelo Caderno Mais! da *Folha de São Paulo*, de dezembro de 1992 a janeiro de 1993, na qual foram avaliadas 68 livrarias em dezessete cidades do Brasil, de acordo com sua infraestrutura, acervo e pessoal (...). A melhor em Santa Catarina, a Lunardelli, de Florianópolis, vem em seguida com 73%, igual à terceira de São Paulo, a Duas Cidades.”

²³⁸O trabalho de Gustavo Sorá sobre o editor José Olympio e a livraria homônima tem como uma de suas metas a rede de relações sociais geradas por intermédio do editor, de sua livraria, e das implicações das relações políticas, literárias e matrimoniais na produção, circulação e difusão das ideias – a José Olympio foi um símbolo para o processo de profissionalização do trabalho de editor. Para maiores informações, consultar: Cf. SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp / ComArte, 2010. 486 p.

Para responder essas e outras indagações, as entrevistas a serem realizadas, o acervo, as fontes bibliográficas e outras pistas podem levar à definição das possíveis afinidades existentes a partir dos laços pessoais do professor Santa Cruz, a partir do campo editorial proporcionado para a existência e atuação da Duas Cidades. A pesquisa pode revelar, portanto, que de fato a empresa tenha conformado um meio de sociabilidade:

A livraria, por sua especificidade editorial, tornou-se um ponto de encontro de intelectuais e se configurou como uma importante fornecedora de livros para esse público, sendo a “grande abastecedora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, quando ela se localizava na rua Maria Antonia. (PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA, 2015, p. 3)

A trajetória da Duas Cidades está amalgamada ao cenário cultural da cidade. Vários intelectuais frequentaram e participaram do projeto de Santa Cruz²³⁹: Celso Lafer, Augusto de Campos e o amigo íntimo do editor, Antonio Candido²⁴⁰. Assim, “em certas ocasiões, podíamos abordar com absoluta informalidade Antonio Candido, Marilena Chauí, Celso Lafer, Rogério Cerqueira Leite, José Arthur Giannotti e outros.” (MASSI, 2012, p. 26).

Duas Cidades e a Ditadura civil-militar

O alagoano José Petronilo de Santa Cruz (1918-1997) foi um dos primeiros padres brasileiros a entrar em contato com Le Bret e suas ideias. Já em São Paulo, e integrando a Ordem, Frei Benevenuto de Santa Cruz foi indicado por Le Bret para estudar Filosofia e Teologia na França, entre finais de 40 e início de 50, período em que retorna ao Brasil e passa a ser um dos intermediários de Le Bret no país²⁴¹. Os estudos na França contribuíram para

²³⁹ Outra reportagem da Folha de São Paulo retrata a Duas Cidades como um polo cultural da cidade de São Paulo. A notícia, de 29 de abril de 2000, Editora e livraria é marco na história cultural de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2904200008.htm>>. Acesso em 20 de junho de 2016.

²⁴⁰ Antonio Candido publicou dois livros pela Duas Cidades, sendo eles: *Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida* e *Vários Escritos*.

²⁴¹ A pesquisa procurará elucidar a trajetória do personagem durante os anos 40, pois ainda não se sabe ao certo qual é o período que ele viveu na Europa e como foi, de fato, sua formação na Ordem e sua relação com Le Bret.

ele atuar nos círculos de arte da cidade de São Paulo²⁴², cultivar o gosto pela música erudita e pela poesia.

Em 1954²⁴³ fundou a Duas Cidades para (entre outros objetivos) disseminar as ideias do movimento liderado por Le Bret e atuar em diversas esferas institucionais gestadas pela ordem dominicana. A Duas Cidades foi mantida pelos Dominicanos entre 1954 e 1966, momento em que publicaram e venderam livros de autores da Ordem, como Michel Quoist, José Carlos Josaphat e Le Bret.

De 1966 a 1968, os militares aumentaram a perseguição aos que se opunham às atrocidades cometidas pela ditadura, e os dominicanos foram um dos alvos da repressão, já que com o crescimento da Ordem, eles influenciaram a opinião pública em diversas cidades brasileiras posicionando-se contra a ditadura militar. A partir de 1968 a polícia militar de São Paulo passou a investigar os dominicanos do Convento de Perdizes, local que atraiu intelectuais e estudantes vinculados ao movimento dominicano. A Duas Cidades esteve envolvida na perseguição dos militares aos religiosos, como relata a denúncia no documento do DOPS/SP de 13 de novembro de 1968:

Faltou mencionar ainda outro foco de subversão onde são feitas reuniões secretas: Livraria Duas Cidades, na rua Bento Freitas, próxima à Praça da República, dirigida por frades especialmente treinados em técnicas de comunização, na França. (SOUZA, 2009, p. 296).

Entre os episódios de perseguição da ditadura militar, a sede da Duas Cidades também esteve, através de um de seus funcionários, indiretamente inserida no caso do assassinato de Carlos Marighella. O batalhão comandado pelo delegado Fleury acompanhou a vida dos dominicanos, principalmente dos que eram estudantes da FFLCH, incluindo Frei Fernando de Britto, que além de estudante da USP foi empregado da Duas Cidades nesse período. Em 2 de novembro de 1969, com o fim de investigar os dominicanos envolvidos com a Ação Libertadora Nacional (ALN), ocorreu a operação Batina Branca em que a

²⁴² A tese de doutorado de Mauro Claro relata que Frei Benevenuto foi frequentador dos círculos ligados ao Museu de Arte Moderna de São Paulo e responsável por convidar, no início de 1950, os artistas plásticos modernos, Alfredo Volpi, Bruno Giorgi, Yolanda Mohalyi, Moussia Pinto Alves, para decorar a capela Cristo Operário. Para maiores informações, consultar a tese de CLARO, Mauro. **Dissolução da Unilabor**: crise e falência de uma autogestão operária – São Paulo, 1963-1967. São Paulo, 2012. 197 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. p. 22.

²⁴³ O ano de 1954 também é o ano do IV Centenário da cidade de São Paulo.

polícia invadiu o convento de Perdizes e Frei Fernando foi preso pelo DOPS. “O convento dos dominicanos permaneceria ocupado pela polícia e incomunicável até a noite de terça-feira, 4 de novembro. Nesse dia, a equipe de Fleury levou o frei Fernando até a Livraria Duas Cidades” (FEIJÓ, 2011, p.

68) e aguardou o contato da ALN com uma arma apontada para a sua cabeça. O desenrolar desse episódio culminou no assassinato de Carlos Marighella, nessa mesma noite. Frei Betto (1987, p. 66-67) relata o envolvimento da Livraria e Editora, e de alguns frades dominicanos, na dinâmica que levaria ao assassinato de um dos maiores opositores ao regime de exceção civil-militar:

Frei Fernando avisou-me que mais refugiados passariam pelo Sul. Quase sempre suas comunicações eram feitas através do telefone da Livraria Duas Cidades, no centro de São Paulo. Como funcionário que cuidava das edições da casa, ele ganhava o seu sustento. Os dominicanos brasileiros nunca tiveram fonte de renda estáveis [...]. Os dominicanos trabalhavam para se sustentar. A maioria dava aulas. Frei Fernando preparava as obras a serem editadas pela Duas Cidades. O telefone da livraria, por ser menos visado que o do convento, servia às comunicações cifradas, códigos improvisados em nossos contatos pessoais.

No decorrer dos anos, Frei Benevenuto modificou o projeto editorial de seu empreendimento cultural, desvinculou-se da Ordem dos Dominicanos e tornou-se o sócio majoritário da Duas Cidades²⁴⁴.

O panorama político, econômico e social foi dramático durante os anos do regime militar. Independentemente disso, o país avançou na constituição de instituições artísticas e intelectuais, a despeito do ambiente marcado por tensões que influenciaram o mercado cultural e produziram ambiguidades. Uma das questões desse interregno democrático é o fato de o acesso à cultura e educação ter se ampliado significativamente durante o governo militar, aumento, porém, ditado pela lógica racional de uma sociedade produtora de mercadorias, onde a promoção do sistema capitalista se deu pela lógica de produção de bens simbólicos. Durante os anos militares explodiram manifestações na literatura e nas artes, e “essa pluralidade foi acompanhada pelo crescimento e pela profissionalização do mercado editorial, embora a

²⁴⁴ Segundo Maria Antônia, a estrutura societária da Duas Cidades ficou da seguinte forma: José Petronilo de Santa Cruz e Ana Maria Rappa Sad (artista plástica) ficaram sócios. A Ordem dos Dominicanos vendeu suas cotas para os sócios, porém ficaram com a propriedade do imóvel e cobraram aluguel da Duas Cidades.

ampliação da rede de livrarias tenha sido modesta em âmbito nacional.”
(RIDENTI, 2014, p. 58).

O livro do historiador Flamarion Maués (2013) investiga as brasileiras *editoras de oposição* ao regime civil-militar, com o enfoque nos anos de 1974 a 1984, listando um amplo leque de editoras que podem ser enquadradas com essa alcunha, a despeito de seu estudo se debruçar “em três²⁴⁵ pequenas editoras de oposição engajadas, criadas durante o período em análise, de modo a acompanhar a trajetória de cada uma delas desde suas origens até o fim de suas atividades.” (p. 17). Para o autor, as *editoras de oposição* são as que tinham capacidade de aglutinar o engajamento político e a ação editorial, e não tinham um único perfil na medida em que nem todas podem ser taxadas de esquerda. Muitos dos colaboradores, editores e proprietários dessas editoras tinham em comum a oposição ao governo civil- militar e a publicação de livros de oposição²⁴⁶. E o historiador determina os elementos centrais a definir o que vem a ser uma editora caracterizada como de oposição, desde o “perfil político e ideológico da editora, determinado pelas simpatias e filiações políticas de seus proprietários e/ou editores, e seu catálogo de livros publicados.” (MAUÉS, 2013, p. 27).

O historiador fez um levantamento das editoras brasileiras de oposição, enumerando ao menos 40 editoras que, segundo ele (2013, p. 32), têm esse perfil. A Duas Cidades (MAUÉS, 2013, p. 36) aparece nessa lista como uma editora envolvida no episódio do assassinato de Marighella, um espaço de sociabilidade frequentado por intelectuais, leitores e autores, um dos poucos lugares de São Paulo onde se podia debater, durante o regime militar²⁴⁷, sobre

²⁴⁵São a Livraria e Editora Ciências Humanas (1975-1982), Kairós Livraria e Editora (1978- 1985) e a Editora Brasil Debates (1979-1982).

²⁴⁶Maués (2013, p. 31) define o que, para ele, são os livros de oposição: “1) o papel político que a obra desempenhou no período estudado; 2) o conteúdo do livro; 3) as condições de em que a obra foi criada; 4) o percurso do original ao livro publicado; 5) o perfil do autor e da editora; 6) as ligações políticas do autor e da editora; 7) a difusão da obra; 8) a repercussão nos meios políticos e na imprensa; 9) a análise da obra como produto editorial e comercial.”

²⁴⁷Sobre a relação entre edição e política, Gustavo Sorá (2010, p. 98) assevera: “A edição é uma prática estratégica para observar a ação de elites culturais que interveem na esfera pública através de representações sobre o cidadão, o público leitor, a nação, a cultura, a educação, a política.”. Tradução minha.

o país, e lista alguns títulos²⁴⁸, considerados de oposição, publicados pelo empreendimento do Professor Santa Cruz.

Considerações finais

Segundo o depoimento de Maria Antônia, ela não acredita que a Duas Cidades pode ser identificada como uma *editora de oposição* à ditadura estabelecida, ainda que tenha sido um centro de encontro, de debate e de formação de intelectuais. A editora Duas Cidades e o projeto editorial de Santa Cruz respeitavam diferentes matizes, publicando não só Antonio Candido e seus alunos, mas também acolhendo os poetas concretos, Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Décio Pignatari. E nós acreditamos que o projeto editorial de Santa Cruz não se encaixa nos quesitos elementares anteriormente descritos e, portanto, não se edifica como uma editora de oposição ao regime de exceção. Houve, de fato, títulos de oposição. Maués (2013) identifica onze livros de oposição editados pela Duas Cidades, e essas obras representam 3,66% do total de publicações (aproximadamente 300 títulos²⁴⁹) da Livraria e Editora.

No fim do regime militar a cidade de São Paulo é uma das “arenas culturais” (PEIXOTO; GORELIK, 2016) mais importantes do país. E mais: é uma cidade que rompeu as fronteiras, uma “cidade latino-americana” (GORELIK, 2005). Os diferentes matizes e propósitos dos vários projetos modernos que foram criados no meio do século XX em diante estimularam debates intelectuais, programas políticos e criações artísticas. Esse panorama

²⁴⁸Flamarion Maués (2013, p. 253) elenca os livros de oposição publicados pela Duas Cidades: Tecnologia e desenvolvimento Nacional (1976), de autoria Rogério C. de Cerqueira Leite; Saco de gatos: ensaios críticos (1976), de autoria de Walnice Nogueira Galvão; JK e aluta pela presidência: uma campanha civilista (1976), de autoria de Roland Corbisier; Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro (1977), de autoria de Roberto Schwarz; Os cangaceiros (1977), de autoria de Maria Isaura Pereira de Queiroz; Capitalismo: notas teóricas (1977), de autoria de Luiz Pereira; Ordem burguesa e liberalismo político (1978), de autoria de Wanderley Guilherme dos Santos; Classe operária: situação e reprodução (1978), de autoria Luiz Pereira; As sete pragas da universidade brasileira (1978), de autoria de Rogério C. de Cerqueira Leite; Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco (1979), de autoria Lygia Maria Sigaud; Colnização consentida (1980), de autoria de Rogério C. de Cerqueira Leite; e Entre o passado e o futuro (1982), de autoria de Severo Gomes.

²⁴⁹Informação fornecida por Maria Antonia.

recria, permanentemente, a cidade de São Paulo, um cenário cultural e social a caracterizar a metrópole marcada por disputas políticas e ideológicas.

Dessa forma, compreende-se que a empresa do professor Santa Cruz foi uma realização cultural inserida em um contexto de transformação, que editou obras importantes para gerações de estudantes universitários, proporcionou a diversificação da cultura e da poesia brasileira, e propiciou a manifestação de práticas específicas de sociabilidade por meio dos autores, dos intelectuais e dos frequentadores e clientes da livraria. A Duas Cidades deixou sua marca expressa na cidade de São Paulo, foi um dínamo cultural a provocar o imaginário que se tem sobre a cidade.

Referências

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue**: Guerrilha e Morte de Carlos Marighella . 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. **Estudos Avançados**, vol. 26, 2012, n. 75, p. 249-266.

CLARO, Mauro. **Dissolução da Unilabor**: crise e falência de uma autogestão operária – São Paulo, 1963-1967. São Paulo, 2012. 197 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. **Memória da resistência à ditadura**: uma análise do filme Batismo de Sangue. São Paulo, 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FONSECA, Sílvia Asam da. **A coleção Bibliotheca do Espírito Moderno**: um projeto para alimentar espíritos da Companhia Editora Nacional (1938-1977). São Paulo, 2010. 366 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GORELIK, Adrián. A produção da cidade latino-americana. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 17, n.1, p. 111-133, junho de 2005.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 3. ed. (trad. de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura**: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher, 2013.

MASSI, Augusto. Revisitando Duas Cidades. **Revista da Biblioteca Mário de**

Andrade. V. 68, p. 23-37, dezembro de 2012.

PEIXOTO, Fernanda Arêas; GORELIK, Adrián. Introducción. Cultura y perspectiva urbana. In: PEIXOTO, Fernanda Arêas; GORELIK, Adrián (orgs.) **Ciudadessudamericanas como arenas culturales**. Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores, 2016. pp. 10-21.

PONTUAL, Virgínia. O engenheiro Antônio Bezerra Baltar: práticas urbanísticas, CEPUR e SAGMACS. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, V.13, n. 1, p. 151-169, maio de 2011.

PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. **Livraria Duas Cidades**. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2015.

REDAÇÃO. **Personalidade**: missa celebra Frei Santa Cruz. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq100709.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

REPORTAGEM LOCAL. **Editora e livraria é marco na história cultural de São Paulo**. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2904200008.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

RIDENTI, Marcelo. Caleidoscópio da cultura brasileira (1964-2000). In: MICELI, Sérgio; PONTES, Heloisa. (orgs.). **Cultura e Sociedade**: Brasil e Argentina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. pp. 21-72.

SORÁ, Gustavo. **Brasilianas**: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp / ComArte, 2010. 486p.

_____. A arte da amizade: José Olympio, o campo de poder e a publicação de livros autenticamente brasileiros. **Antropolítica**. Niterói, n.30, p. 49-71, 1 sem. 2011.

_____. Edición y política. Guerra fría en la cultura latino-americana de los años 60. **Revista del Museo de Antropología 1**. p. 97-114. Facultad de Filosofía y Humanidades – Universidad Nacional de Córdoba – Argentina. 2010.

SOUZA, Ademar Mendes de. **Estado e Igreja católica**: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974). São Paulo, 2009. 388 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.



A ALIANÇA DEMOCRÁTICA DA DÉCADA DE 1980

Daniel de Libório Ricardo
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Resumo. Este trabalho busca refletir sobre a importância da Aliança Democrática para o processo de redemocratização do Brasil entre meados de 1984 ao final de 1985. Ressaltando que os resultados obtidos nesta pesquisa são parciais e ainda estão em análise. O objetivo deste trabalho é demonstrar que a Aliança Democrática teve um papel vital na transição democrática do país. E mesmo tendo em seu arcabouço políticos das mais variadas ideologias políticas, conseguiu dar garantias e segurança para que a transição ocorresse sem o temido revanchismo pelos militares. Entretanto, depois de chegar ao poder, a Aliança não se preocupou em propor um projeto de transformação mais profunda para a sociedade no tocante à economia, à política e à distribuição de renda. Assim, a pesquisa visa elucidar também como a Aliança fracassou como objeto de mudança política para o Brasil. Para encaminhar a discussão dessa temática está sendo utilizada uma bibliografia que discute o contexto histórico da transição política no Brasil, bem como obras que abordam o tema proposto. No tocante as fontes para a realização da pesquisa foram utilizadas as revistas semanais *Veja* da editora Abril e a *IstoÉ* da editora Três, entre agosto de 1984 e o final do ano de 1985. E para a análise destes documentos, foi empregado à metodologia de análise de conteúdo que consiste num conjunto de técnicas e instrumentos metodológicos para auxiliar a análise de dados informacionais ou discursivos. Assim, parcialmente se compreende que a Aliança Democrática foi um pacto político idealizado para superar a vigência ditatorial que o antigo governo promovia. Este arranjo político que contou com ideologias e concepções diversas, que acabou por promover políticos que iniciaram a Nova República no Brasil.

Palavras-chave: Aliança Democrática; transição democrática; redemocratização.

INTRODUÇÃO

As divergências entre José Sarney, presidente do PDS, e Paulo Maluf, ambos do mesmo partido, levariam o primeiro a se transferir para o PMDB, onde se tornaria candidato à vice-Presidência da República pelo partido. A escolha de Sarney para vice de Tancredo Neves havia sido um lance da estratégia de contemporização com os remanescentes do sistema anterior, e também uma estratégia seguida por Tancredo para assegurar uma maioria de votos no Colégio Eleitoral (LAMOUNIER, 1990, p. 22). Os apoiadores de Sarney que ainda pertenciam ao PDS não fariam o mesmo, pois perderiam espaços e poderes se ingressassem no PMDB. A solução encontrada pelos outros dissidentes do PDS foi a formação do PFL (Partido da Frente Liberal). Como vimos, o PFL surgiu da dissidência com o PDS nesse processo e formou, com o PMDB, a chamada Aliança Democrática, para garantir a eleição de um presidente comprometido com a democratização, mas que fosse confiável ao regime (NASCIMENTO, 2003, p. 55). Deste modo, a Aliança Democrática foi a união entre o PMDB e a Frente Liberal originada pela dissidência no PDS que futuramente passaria a se chamar PFL, como mencionado acima.

As ações da Aliança Democrática contribuíram para acelerar a transição do governo militar para o civil. Ela ecoou os desejos da sociedade brasileira que já estava cansada do autoritarismo do regime vigente. Dessa forma, a abertura não estava mais sendo ditada pelos militares, mas sim por várias lideranças políticas e partidos: Tancredo Neves (PMDB), Franco Montoro (PMDB), José Sarney (PDS/PMDB), Leonel Brizola (PDT), Marco Maciel (PDS/PFL) entre outros.

A construção da Aliança Democrática correspondeu a um realinhamento de forças: reuniu, ao lado dos setores da antiga oposição, que aceitaram a eleição via Colégio Eleitoral, representantes do antigo regime que, por diversas considerações, mostraram-se determinados a derrotar a candidatura de Paulo Maluf (A TRANSIÇÃO, 1988, p. 104).

Nesse sentido, o que deu origem à Aliança Democrática foi a vontade dos homens que a formaram de apressar a devolução do poder aos civis e de eleger o presidente Tancredo Neves. A união de diversos partidos e políticos

experientes na Aliança Democrática resultariam na eleição de Tancredo Neves para presidente do país. Assim, deve ser enfatizado, que a Aliança Democrática nasceu, encorpou e firmou-se como uma aliança acima de tudo eleitoral ou eleitoreira (NOBLAT, 1990, p. 32).

Ela nunca incluiu, claramente, quaisquer mudanças no terreno socioeconômico: fazer isso teria representado, naquela fase do processo de transição política, correr o risco de jogar os setores conservadores na oposição ao regime, o que os “moderados” não desejavam (MOISÉS, 1989, p. 78).

Nada demais nem de surpreendente aconteceu com uma aliança que não implicou revisão de ideias, não obrigou ninguém a se converter a novos credos, e que não dispunha de uma ideologia. Mesmo diante desses aspectos a Aliança Democrática cumpriria muito bem seu papel, em eleger um presidente que implantaria um Estado Democrático de Direito (NOBLAT, 1990, p. 33). Ou seja, ela contribuiu para pôr fim à ditadura civil militar e dar sustentação ao início do governo de José Sarney e, conseqüentemente, ao início do processo de redemocratização do País.

Com a morte de Tancredo Neves, o país seria, então, governado pelo seu vice José Sarney. Alguns políticos do PMDB tentariam propor que Ulysses Guimarães assumisse o cargo de presidente. Fato que não seria aceito pelos militares. Sarney era conhecido pelos militares; era, por assim dizer, um político do antigo regime, respaldado pelo apoio dado a ditadura e, com isso, possuía a aceitação dos militares. Por essa razão Sarney assumiu o poder onde enfrentaria turbulências econômicas e sociais.

OBJETIVOS

No âmbito geral, este estudo visa colaborar para ampliar o conhecimento sobre o fim da ditadura civil militar no Brasil, em meados da década de 1980. Com esta pesquisa visou abordar a discussão sobre a complexa relação entre as concessões do regime militar e as conquistas dos movimentos sociais e políticos que resultaram no fim da ditadura.

Em termos mais específicos, a pesquisa pretende contribuir para o conhecimento sobre a Aliança Democrática, pacto que deu garantia para que os mais divergentes políticos brasileiros se sentissem seguros quanto ao

resultado que a abertura política tomaria no decorrer de uma transição acertada e combinada. Entretanto, se ela deu determinadas prerrogativas no campo político, a Aliança falhou em promover mudanças econômicas, sociais e culturais mais profundas no Brasil.

Assim, busco demonstrar que o pacto que deu origem à Aliança Democrática contribuiu para efetivar a mudança de governo que viria a proporcionar leis que priorizavam uma liberalização política que o país tanto almejava. Contudo, a construção da democracia não foi bem planejada e nem definiu o quadro institucional necessário para a consolidação do novo regime.

No tocante as fontes para a realização da pesquisa foram utilizadas as revistas semanais *Veja*, da Editora Abril, e a *IstoÉ*, da editora Três, entre agosto de 1984 a dezembro de 1985. Também será analisado o documento intitulado *Compromisso Com a Nação* que traz em seu conteúdo propostas de medidas de ações sociais, culturais e econômicas. E, além disso, se empregará bibliografias históricas que fazem menção ao tema proposto.

O INÍCIO DA ALIANÇA

O então governador, Tancredo Neves almejava a Presidência da República, mas antes de deixar o governo de Minas Gerais, ele se precaveria e consolidaria o acordo com a Frente Liberal. Preocupado em manter os integrantes da Frente Liberal unidos no decorrer da campanha, comenta-se que Tancredo teria declarado ao então ex-presidente Geisel que a suposta revolução de 1964 pertencia a História. Assim, quem deveria se preocupar com ela seriam os sociólogos e historiadores. Claramente Tancredo mostrava que não tinha a intenção de promover um governo que viesse a culpar os militares pelos atos cometidos durante seu regime.

Tancredo temia que o adversário no Colégio Eleitoral fosse Mário Andreazza, do PDS, o que acarretaria na perda de votos que julgava possuir em função da dissidência dentro do partido de Andreazza. Já Aureliano Chaves, também do PDS, viria a integrar-se à Frente Liberal, e possuía o apoio de Roberto Marinho, dono da Rede Globo de Televisão. Assim, por conta da amizade que Aureliano Chaves tinha com Roberto Marinho, este último utilizaria de sua emissora para dar o apoio necessário a Aliança Democrática.

Essa união entre o PMDB e a Frente Liberal denominada de Aliança Democrática, seria formalmente firmada com a assinatura de um documento por expressivos políticos pertencentes às duas alas da aliança. Neste momento, a ideia de pacto visava à formação de uma ampla coalizão democrática que pudesse dar suporte ao governo de forma a viabilizar a transição (DINIZ e BOSCHI, 1989, p. 36).

Tancredo Neves era um político hábil, que conseguiu convencer a esquerda do PMDB a aceitar a aliança com o PDS e com Sarney, prometendo que sob seu governo uma nova constituinte seria instaurada, visando à restauração do voto livre, secreto e universal. O candidato ainda pretendia ampliar a aliança com PT (Partido dos Trabalhadores), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e com o PDT (Partido Democrático Trabalhista). O claro objetivo de Tancredo era o de não correr riscos no Colégio Eleitoral. Entretanto, o PT se negaria apoiá-lo, supostamente por conta da eleição indireta. Lembrando que o PT nunca apoiou este tipo de votação (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 399, p. 25 a 27, agosto, 1984).

A criação da Aliança Democrática, de fato, ocorreria no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, no dia 7 de agosto de 1984. O documento que firmaria a Aliança Democrática seria denominado de *Compromisso com a Nação* e era composto de uma série de princípios que os dois grupos entenderiam como fundamentais para o Brasil. Caso do restabelecimento da eleição direta tão almejada pela Aliança Democrática; da elaboração de uma nova Constituição que fosse promulgada; da reforma na legislação eleitoral que possibilitasse as coligações partidárias, aspecto esse que poderia fortalecer a Aliança Democrática; o combate à inflação através de medidas que considerassem o âmbito social e o financeiro.

Assim, a Aliança Democrática seria pactuada com as assinaturas de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães pelo PMDB e por Aureliano Chaves e Marco Maciel pela Frente Liberal. Desse modo, a Aliança Democrática, fruto da derrota da campanha das Diretas Já, reuniu setores da antiga oposição e representantes do antigo regime por diferentes motivos (TRANSIÇÃO, 1998).

Restava saber se a Aliança esqueceria as divergências e os antecedentes que ocorreram até aquele momento da vida política, em prol de um suposto futuro promissor para o país. Por certo, as diversidades de ligações

que amarraram a Aliança Democrática, seriam colocadas à prova cotidianamente. Sendo que a primeira grande provação da Aliança seria se ela conseguiria arrastar grandes multidões para os comícios de Tancredo Neves. Esse seria um dos fatores determinantes para descobrir se a união política havia convencido também a opinião popular.

AÇÕES QUE OBJETIVAVAM A PRESIDÊNCIA, MAS NÃO A MANUTENÇÃO DA ALIANÇA

Tancredo passou a cultivar o que combateu, o voto indireto, e isso se deu pelos próximos cinco meses que antecederam a eleição. Neste intervalo de tempo recebeu o apoio do ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, do PDS, que anteriormente apoiava Andreazza na convenção do partido. Vale lembrar que ACM era inimigo declarado de Maluf (VEJA, São Paulo: Editora Abril, nº 833, p. 28 a 31, ago. 1984). Assim, Tancredo conseguiu o apoio de Antônio Carlos Magalhães que traria junto com ele votos do PDS da Bahia (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 400, p. 26 a 28, ago. 1984).

Alguns políticos do PMDB, como Ulysses Guimarães, temiam que com o crescente apoio recebido por políticos do PDS, a Aliança Democrática se descaracterizasse como um símbolo oposicionista frente à ditadura civil-militar. Fato que poderia influenciar em uma imagem negativa da Aliança Democrática nas eleições municipais em novembro de 1985 (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 403, p. 18 a 25, set. 1984). Sobre este assunto, o que se pode comprovar de fato é que temendo perder espaço político com uma provável vitória de Tancredo Neves, os políticos com menos influência dentro do PDS passariam a dar apoio à oposição, acontecimento que a IstoÉ denominou como situacionismo, pois os políticos aderiam conforme a situação o beneficiasse. Vários destes políticos viriam futuramente a compor o PFL, entre outros partidos (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 398, p. 16 a 22, ago. 1984).

Deste modo, a principal ferramenta utilizada por Tancredo era a conciliação, responsável por unir políticos de diversas ideologias dentro da mesma aliança (CORRÊA, 1984). O candidato Paulo Maluf, buscava conter o avanço de seu adversário; para isso promoveria um movimento anti Frente Liberal, que surgiria na oposição (PMDB e Frente Liberal), buscando assim

recuperar votos. O movimento não surtiu grande força e acabou sendo ineficaz (VEJA, São Paulo: Editora Abril, nº 839, p. 20 a 23, out. 1984).

A Aliança Democrática por vezes possuía o aspecto de conciliar velhos adversários na votação para a Presidência da República, entretanto, não conseguiu pulverizar as divergências locais de seus integrantes. Assim, a Aliança Democrática se fortaleceu no âmbito federal que visava eleger Tancredo Neves do PDMB, por outro lado, as disputas estaduais e regionais a enfraqueceriam a Aliança Democrática durante as futuras eleições municipais de 1985, por conta das desavenças políticas que impediriam a promoção de um candidato da Aliança em chapa única (PDMB/PFL) (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 410, p. 32 a 33, out. 1984). Diante desse embate federal- estadual, o historiador Néelson Werneck Sodré destacaria que: “o acordo político revela que a Aliança Democrática é nada mais que uma prova de “cordialidade” do brasileiro” (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 410, p. 33, out. 1984). Entendo, intrinsecamente, que quem mantinha os conflitos internos da Aliança Democrática controlados era o candidato Tancredo Neves, tendo a prerrogativa de dar a palavra final sobre determinado assunto, encaminhando, assim, os moldes que a Aliança tomaria.

A vitória parecia cada vez mais certa para os membros da Aliança Democrática. Entretanto, o objetivo passava a ser evitar a renúncia de Paulo Maluf, ato que poderia colocar outro concorrente mais forte no páreo. O próprio Tancredo temia que a desistência de Maluf provocasse o surgimento de uma candidatura militar para enfrentá-lo. A preocupação naquele momento seguia sendo assegurar uma pacífica transição do poder (VEJA, São Paulo: Editora Abril, nº 845, p. 24 a 26, nov. 1984).

Outra inquietação de Tancredo Neves se resolveria, pois o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) derrubaria o último sinal de casuísmo contra a candidatura de Tancredo, resolvendo por decisão unânime que os membros do poder legislativo que fossem escolhidos para votar nas eleições do dia 15 de janeiro, poderiam votar de acordo com suas consciências e não segundo o princípio da fidelidade partidária. Essa decisão influenciaria assim nos resultados da eleição para presidente (ROLLEMBERG, 1984).

Na eleição de 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves seria eleito sem surpresas para o cargo de presidente da República. O Resultado da eleição foi

o seguinte: 480 votos para Tancredo, 180 votos para Maluf, 17 abstenções e 9 ausências (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 422, p. 16 a 19, jan. 1985). Com a vitória de Tancredo ocorreram festas por todo o país. E sobre sua vitória, Tancredo afirmaria: “tenho na heterogeneidade das forças que me apoiam não um aspecto negativo da minha candidatura, mas antes um aspecto positivo” (VEJA, São Paulo: Editora Abril, nº 855, p. 27, jan. 1985). Sua frase fazia alusão às forças políticas que se filiaram a Aliança Democrática e assim o ajudaram a se eleger presidente, admitindo a heterogeneidade das forças políticas que o apoiaram.

Para o seu Governo o presidente Tancredo Neves tinha em mente propor quatro objetivos básicos: o combate à inflação, a retomada do desenvolvimento do país, a formulação de um pacto social envolvendo o governo, empresários e trabalhadores, e por último ponto a convocação de uma Constituinte, premissa principal que ajudou a unir os membros da Aliança Democrática (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 422, p. 20 a 21, jan. 1985). Uma reforma na política cultural e educacional também estava prevista.

A conquista na eleição, sem dúvida, se deu pela decisão de Tancredo Neves em convidar o ex-presidente do PDS, José Sarney, para ser vice de sua chapa. Mesmo enfrentando oposições dentro do PMDB, como a de Ulysses Guimarães, que preferia a escolha de Marco Maciel (PDS) para ser vice de Tancredo. A escolha de Sarney trouxe um grande apoio e ofereceu garantias para aqueles que ainda se encontravam dentro da névoa da dúvida, entre compor a dissidência ou manter seu apoio ao antigo governo.

Com este fato, ocorria uma das maiores viradas políticas da época, o candidato do PMDB tendo indicado José Sarney para vice-presidente da República de sua chapa, agradaria a Frente Liberal, tendo recebido a notícia como um sinal de confiança. Já a ala radical do PMDB refugaria a escolha de Sarney como vice, preferindo que a escolha recaísse no nome do empresário Ermínio de Moraes, que era diretor do grupo Votorantim, uma das maiores empresas do país (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 400, p. 26 a 28, ago. 1984). Com a saída do PDS, Sarney aceitaria o convite feito por Tancredo Neves para ocupar o cargo de vice-presidente. Ressaltando que Tancredo escolheu Sarney como vice, por conta da estratégia para assegurar uma maioria de votos no Colégio Eleitoral (LAMOUNIER, 1990).

No dia 14 de março de 1985, véspera da posse presidencial, Tancredo Neves seria acometido de uma diverticulite, uma infecção do intestino, e as tentativas de evitar uma intervenção cirúrgica terminaram por agravar o seu estado. Tancredo não conseguiria realizar o que tanto almejou receber, a faixa presidencial. O cargo seria então ocupado por José Sarney e a transição se daria de forma tranquila, com o vice sendo empossado no dia 15 de março, mesmo dia que anunciou a posse dos ministros escolhidos por Tancredo Neves. Assim, José Sarney assumiu interinamente a Presidência da República, se tornando presidente de fato com o falecimento de Tancredo Neves em 21 de abril de 1985. Sarney se manteria no cargo, muito embora existissem especulações sobre quem realmente deveria assumir a presidência fosse Ulysses Guimarães (PMDB).

Supondo que se manteria no poder temporariamente, interessava a Sarney não criar desavenças, assim propôs a criação do “Conselho da Aliança Democrática” que seria formado por Ulysses Guimarães (PMDB) e Jorge Bornhausen (PFL) ambos presidentes dos seus partidos, e também pelos líderes dos dois partidos no Congresso. O objetivo desse Conselho era dividir as forças e responsabilidades do governo até a volta de Tancredo Neves. Mas esse Conselho nunca foi criado de fato (VEJA, São Paulo: Editora Abril, nº 864, p. 44 a 47, mar. 1985).

Com a morte de Tancredo restou ao vice-presidente José Sarney, político de muito menor estatura política e identificado sob muitos aspectos com o precedente Regime Militar, a tarefa de conduzir a bom porto a nascente “Nova República” (LAMOUNIER, 1990, p. 16).

A Aliança não impulsionou, de fato, mudanças relevantes nos âmbitos econômico e social, ela as promoveu no âmbito político, muito embora não tão significativas como os seus integrantes anunciavam. Era o caso da maior dívida contraída nas praças públicas, as eleições diretas, que foram resgatadas pela Aliança Democrática. A escolha para os cargos de presidente da República, prefeito de capitais e de municípios que antes eram considerados de segurança nacional, voltariam a ser eleitos pela população. Mudança prometida por Tancredo, em comum acordo com a Aliança, que naquele momento seria promulgada por José Sarney, o mesmo que ajudou a vetar a emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização de uma eleição direta

para presidente da República no ano de 1985 (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 438, p. 18 a 21, maio. 1985).

As eleições marcadas para novembro de 1985 acabariam por ser o ultimato desse pacto político, que foi montado tendo como principal objetivo eleger o presidente da República. Tancredo Neves armou seu governo com componentes da química política que dificilmente se misturam, mas teve a cautela de juntá-los no liquidificador acionado pela maré montante anti-malufista (VEJA, São Paulo: Editora Abril, nº 883, p. 36 a 39, ago. 1985).

Fato é que as eleições de 1985 trariam mais disputas pelo poder dentro do governo. E diferente de Tancredo Neves, José Sarney não interferia no jogo político das eleições, apoiar algum candidato seria como apoiar um dos dois partidos que ainda mantinham a Aliança Democrática. Sabia ele que ainda precisaria do apoio dos grandes políticos da Aliança (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 458, p. 18 a 19, out. 1985).

O ministro da administração, Aluizio Alves, afirmaria que, segundo sua concepção: “divergências espalhadas pelo país decretaram a morte da Aliança Democrática, firmada entre o PMDB e o PFL para ser o sustentáculo político do governo” (VEJA, São Paulo: Editora Abril, nº 897, p. 5, nov. 1985). Ainda segundo o ministro, os dois partidos se uniram para eleger Tancredo e Sarney e mesmo sendo aliados políticos, com as eleições municipais, acabaram por voltar a guerrear. Assim, na opinião de Aluizio Alves a Aliança não existia mais. “Ela passou bem pela eleição de Tancredo, balançou um pouco na distribuição de cargos federais e explodiu na eleição das prefeituras” (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 464, p. 23, nov. 1985). Na opinião do ministro, em face dos ataques mútuos entre seus membros, constatava-se que a Aliança Democrática estava finalizada. “A Aliança se formou acima de tudo por questão eleitoral, e basicamente conseguiu com a vitória de Tancredo. Assim, alcançando seu principal objetivo, ela perdeu a razão de existir. Apenas isso. Trate o presidente de providenciar outra para governar em paz” (NOBLAT, 1990, p. 33).

Muito provavelmente a última ação feita pela Aliança Democrática tenha sido aprovar o pacote de reformas fiscais e econômicas no Congresso, cujo nome o governo intitulou de Programa de Mudanças. O Plano de reforma que foi elaborado pelo novo ministro da Fazenda Dilson Funaro. Assim, o último ato

da Aliança Democrática foi prevalecer na votação com a maioria tanto dos deputados como dos senadores do PMDB e do PFL, exceção de Itamar Franco (PMDB) que se aliou ao PDS na votação (ISTOÉ, São Paulo: Editora Três, nº 468, p. 22 a 24, dez. 1985). Político que, tal como Sarney, assumiria a Presidência do país depois do impeachment de Fernando Collor em 1992.

Logo, a Aliança Democrática esteve supostamente destinada a ser tão duradoura quanto o mandato de Sarney. A garantia do mandato até 1988 era uma questão vital para a conservação da Aliança e, é claro, de José Sarney. Embora a Aliança não tenha sobrevivido até 1990, ano em que Sarney deixou a Presidência da República, o presidente conseguiu se manter graças ao arranjo político que restou da antiga união.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a dificuldade de se promover uma mudança de governo durante o Regime Militar, pode-se destacar a existência de uma crise política. A Aliança Democrática foi o pacto político idealizado para apressar o fim da ditadura civil militar. A união de vários políticos distintos demonstrava toda a insatisfação com o arcabouço legislativo que fora criado sob tutela da outorgada Constituição de 1967, e principalmente pela ditadura civil militar que vigorava no país desde 1964.

O Compromisso com a Nação oficializava a união entre PMDB e a Frente Liberal e possuía no seu conteúdo um programa considerado como fundamental para a construção da chamada Nova República. Em linhas gerais esse programa estabelecia: eleições diretas e livres para todos os níveis do poder executivo, com sufrágio universal; defendia a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 1986; propunha um acordo justo com o FMI para o pagamento da dívida externa; estabelecia o combate à inflação; propunha medidas emergenciais contra a fome e o desemprego; além disso, propunha melhorias nas áreas da educação fundamental e superior, entre outros compromissos. Portanto, o programa continha um conjunto de medidas que visavam transformar o país numa real democracia, além de passar por mudança de cunho social, econômico, político e cultural.

A Aliança Democrática foi assim originada objetivando mudanças no governo, mudanças estas que não poderiam ser alcançadas por um único partido daquela época. A simples possibilidade de um continuísmo governamental liderado por Paulo Maluf influenciou e deu força para que a Aliança expandisse suas energias.

A Aliança Democrática saiu vitoriosa no seu compromisso mais importante, o de colocar fim à ditadura civil militar e dar sustentação política ao início do governo de José Sarney. Mas não conseguiu promover as mudanças que foram propostas no documento *Compromisso com a Nação*, exceção seja apontada dentro no campo político, por conta da realização de eleições diretas, da implantação de uma Assembleia Nacional Constituinte e, sem dúvida, de medidas que prezavam por uma liberalização política, caso dos partidos comunistas que foram legalizados.

Se o grande nome da Aliança, Tancredo Neves, não sobreviveu para vê-la terminar, sua personalidade moderadora não garantiria que sob sua supervisão a Aliança Democrática manteria todo o empenho que demonstrou durante a campanha presidencial. Assim não se trata de analisar se foi sob a tutela de Sarney que os sustentáculos da Aliança começaram a ruir e sim o que ela proporcionou ao cenário político do país.

Não é meu dever como historiador demonstrar que, sob a fiscalização de Tancredo, a Aliança Democrática poderia ter modificado também outras estruturas que eram necessárias para o Brasil. Meu dever recai na análise obtida com a leitura da bibliografia e das principais fontes destacadas para este trabalho, que foram as revistas *Veja* e *IstoÉ*. Essa análise demonstra que a Aliança Democrática foi importante para que o Brasil superasse o Regime Militar, pois ela foi um arranjo político que contou com ideologias e concepções diversas, acabando por promover políticos que iniciariam a Nova República no Brasil. Além disso, a Aliança deu sustentação política no período conturbado em que o presidente José Sarney acabava de assumir, dando segurança para que o novo sistema democrático vigorasse no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A TRANSIÇÃO política: necessidade e limites da negociação – relatório final. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v. 4, n.2, p. 100-110, abril/julho. 1988.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. A consolidação democrática no Brasil: atores políticos, processos sociais e intermediação de interesses. In: DINIZ, Eli et all. **Modernização e consolidação democrática no Brasil: Dilemas da Nova República**. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

LAMOUNIER, Bolívar. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.) **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Editora Sumaré Ltda/IDESP, 1990.

MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 16, p. 47-86, mar. 1989.

NASCIMENTO, Luiz Miguel do. **Política e eleição na vida cotidiana**. Maringá: Eduem, 2013.

NOBLAT, Ricardo. **Céu dos favoritos: O Brasil de Sarney a Collor**. Rio de Janeiro: Rio fundo Ed., 1990.

REVISTA ISTOÉ, consultada entre agosto de 1984 e dezembro de 1985.

REVISTA VEJA, consultada entre agosto de 1984 e dezembro de 1985

ROLLEMBERG. O império da lei. **ISTOÉ**. São Paulo, nº 412, p. 22 a 25, nov. 1984.



O ENTERRO ALEMÃO: UMA ANÁLISE DA IDENTIDADE LOCAL, A PARTIR DO CEMITÉRIO DO HEIMTAL/PR.

Gabriela Cubaski Sala
PPGHS-UEL

Orientador: Prof. Dr. Richard Gonçalves André

Resumo. Este trabalho tem o intuito de apresentar a pesquisa que desenvolvo junto ao programa de mestrado em História social da Universidade Estadual de Londrina. A exploração, demarcação e venda das terras da região norte do Paraná iniciou-se na década de 30, pela Companhia de Terras Norte do Paraná, que além da venda dos lotes, incentivou a vinda de migrantes e imigrantes de inúmeras partes do país e do mundo. O Heimtal foi projetado pela CTNP para ser um centro rural, facilitando assim a escoação da produção agrícola, e sendo uma ligação do campo com a cidade. Ali chegaram inicialmente imigrantes alemães de religião luterana, que trouxeram na mala seus costumes e tradições, que tentaram cultivar nas terras paranaenses. A chegada destes alemães foi marcada por muita precariedade, que refletiu em um surto de doenças e no elevado número de mortos, principalmente de crianças e bebês. Neste período ainda não existia cemitério na região, e o mais próximo ficava a aproximadamente 33 km, no município de Jathay. Com o crescente número de mortes e o difícil acesso ao cemitério mais próximo, foi construído o primeiro cemitério da região, localizado no Heimtal. Hoje, a história e a cultura destes primeiros moradores do Heimtal estão quase esquecidas. O cemitério, objeto desta pesquisa, é um dos poucos vestígios deste passado, e fundamental fonte para a compreensão da identidade local.

Palavras-chave: Identidade; Cultura Material; Cemitério.

Introdução

A pesquisa que desenvolvo no Mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina vem ao encontro de algumas lacunas a serem preenchidas na historiografia sobre a cidade de Londrina. Acabei me interessando pelo distrito do Heimtal, talvez por sua presença no meu imaginário desde a infância, e ou por sempre ter me causado curiosidade, pois aquele pequeno lugarejo, com cara de interior, era ao mesmo tempo parte de uma cidade de médio porte como Londrina.

Ao estudarmos a ocupação²⁵⁰ do norte do Paraná, e a criação das cidades existentes hoje na região, fica evidente que o mote para a formação de todas estas cidades, foi o impulso capitalista da Companhia de Terras Norte do Paraná. Esta subsidiária da empresa Paraná Plantations Ltd., adquiriu terras do Governo Paranaense na década de 20, comprando um total de 1.235.240,60 hectares para desenvolvimento de seu projeto de colonização na região (ALMEIDA, 1997). Diferente do surgimento de cidades mais antigas do Paraná, como Paranaguá e Curitiba, a “povoação” da região norte do estado foi projetada com base em interesses econômicos, se aproveitando do momento histórico mundial.

Segundo análise realizada pela historiadora Ana Maria Chiarotti de Almeida (1997), inúmeros fatores ligados a dinâmica capitalista internacional, garantiram o sucesso do projeto da CTNP, e da atração de inúmeros imigrantes para a região. De um lado a crise européia e o desemprego no pós 1ª Guerra, do outro as políticas brasileiras favoráveis a imigração. Além do aumento do preço do café, que estimulava a produção nacional. A intensificação das propagandas da “*Terra da Promissão*” e do “*Eldorado*” divulgadas na imprensa internacional, atraiu estes imigrantes que acreditavam que poderiam obter muito lucro se tornando proprietários da terra. Podemos considerar, que “a migração das populações para a região colonizada pela CTNP deve ser considerada como um evento historicamente determinado pela expansão do capitalismo no campo.” (ALMEIDA, p. 25, 1997).

²⁵⁰ Quando utilizei a palavra ocupação, me referi a ocupação realizada pelo capital da empresa “colonizadora” da região do Norte Novíssimo do Paraná, a Companhia de Terras Norte do Paraná, pois como se sabe, a região já era habitada pelas populações indígenas Kaingang e Guarani.

O objeto desta pesquisa é o Heimtal, que foi parte importante do projeto de colonização realizado pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Sua ocupação foi realizada sincronicamente com a da cidade de Londrina. O Heimtal foi pioneiro em educação, na cidade, ao fundar em 1931 a primeira escola de Londrina. Sua história nos mostra a bricolage que compõe o cenário cultural, e também a história da cidade de Londrina, e todo o processo de formação da cidade.

Segundo dados levantados pela historiadora Ana Maria Chiarotti de Almeida, as primeiras famílias que chegaram na gleba Jacutinga²⁵¹, eram sobretudo alemãs, de religião luterana.

Após se estabelecerem, tentaram minimamente reproduzir seu costumes, e sua cultura, criando meios para preservá-la. A escola alemã cumpriu papel fundamental para a integração do grupo, sendo um espaço para a manutenção das tradições alemãs. Ela foi o primeiro espaço comum dos imigrantes, pois além de oferecer o ensino (em alemão) as crianças, e de possuir uma biblioteca aberta à comunidade (com obras também em alemão), era o local onde ocorriam os cultos religiosos, e onde se reuniam para festas e comemorações. Ela foi inaugurada em julho de 1931, e construída pelos próprios imigrantes, sendo a primeira instituição educacional construída na área de colonização da CTNP.

A chegada destes imigrantes foi marcada por muita precariedade, que refletiu em um surto de doenças e no elevado número de mortos. No início da década de 30, Londrina ainda não possuía cemitério, pois ainda permanecia ao município de Jathay, distante em aproximadamente 33 km, sendo o cemitério mais próximo para a realização dos sepultamentos. Com estradas também precárias, que dificultavam o acesso a cidade de Jathay, em 1930, por iniciativa da CTNP foi construído o primeiro cemitério, localizado no Heimtal (ALMEIDA, 1997).

Este cemitério em questão, objeto desta pesquisa, já parte de uma concepção moderna de sepultamento. No Brasil colonial, a morte era um dos ápices ritualísticos do catolicismo: desde as mortalhas que vestiam os defuntos, as missas de corpo presente e a teatralização do enterro barroco.

²⁵¹ Após a CTNP adquirir as terras do Governo Paranaense, as dividiu em “glebas”. A gleba onde o Heimtal foi criado, chamava-se Jacutinga, pois seu principal rio era o Rio Jacutinga.

A preparação do corpo, corte de cabelo, barba, unhas e banhos específicos, asseguravam que a alma não ficaria neste mundo penando. A roupa fúnebre, na maioria das vezes era uma mortalha que remetia a um santo de devoção, e desempenhava outro papel fundamental: integrar o defunto ao outro mundo, e assegurar sua ressurreição.

Embora não tenhamos informações precisar sobre os múltiplos sentidos atribuídos às mortalhas por nossos antepassados, o certo é que não eram um elemento neutro. Seu uso exprimia a importância ritual do cadáver na integração do morto ao outro mundo e sua ressurreição no fim deste mundo. [...] A mortalha falava pelo morto, protegendo-o na sua vigem para o além, e falava do morto como fonte de poder mágico, mas também enquanto sujeito social. Dizia de sua idade e sexo [...], dizia de sua posição na sociedade [...]". (REIS, 1991, p.124)

O corpo era velado em casa, sendo o último ritual de despedida do morto no ambiente doméstico. Familiares e amigos realizavam esta vigília fúnebre, onde “reunidos solidários para despachar o morto, os vivos recuperavam algo do equilíbrio perdido com a visita da morte, afirmando a continuidade da vida.” (REIS, 1991, p. 138)

O funeral compunha uma das celebrações religiosas de maior importância no Brasil do século XVII e XVIII, e sua pompa marcava a estratificação social do fiel defunto. Quanto mais grandioso fosse seu funeral, mais grandeza a família demonstrava a sociedade, além de aproximar o morto da salvação. O lugar de enterro também mostrava essa hierarquia social, pois segundo João José Reis (1991), existia uma “geografia social dos mortos”: os afortunados conseguiam lugares mais distintos para serem enterrados no corpo do templo. Lugares próximos ao altar ou da pia batismal eram garantia de benesses espirituais. Já as pessoas menos privilegiadas eram enterradas no adro, área entorno do corpo da igreja e de menor prestígio.

Outro tipo de sepultura empregada no Brasil, antes dos cemitérios, foram os carneiros. Estes, ainda eram nas igrejas, porém não mais no corpo do templo, onde os rituais religiosos eram celebrados. Normalmente ficavam em partes subterrâneas, e eram uma espécie de catacumba destinada ao descanso dos fiéis falecidos. A inserção dos carneiros foi fundamental na transição para os cemitérios modernos, e também para a separação entre culto dos mortos e culto ao divino. (REIS, 1991)

A transição para os sepultamentos nos cemitérios se deu seguindo os avanços higienistas e os modelos propostos na França pré revolucionária. Foi marcado por extrema resistência por parte dos fiéis, e só ocorreu devido as proibições de enterros nas igrejas. A ideia de um local destinado apenas ao sepultamento, distanciado do espaço sagrado, ameaçava a mentalidade e as tradições funerárias em voga até então, realizando forçadamente uma dessacralização da morte (REIS, 1991).

É fundamental entendermos como se dava o trato com os mortos no Brasil, para podermos compreender os cemitérios modernos, pois mesmo séculos após estas transformações, nossas práticas ainda estão atreladas a estas tradições.

Como a pesquisa está em andamento, e em fase de coleta de fontes, ainda não podemos precisar como eram realizados os velórios e sepultamentos na década de 30 no norte do Paraná, mais especificamente no Heimtal. Todavia, as condições da época, e a cultura material ainda existente nos dão pistas, que nos levam a crer que, apesar da precariedade, a identidade era marcante, e devia ser lembrada no *post mortem*.

Hoje, o cemitério é administrado pela ACESF (administração de cemitérios e serviços funerários de Londrina), órgão pertencente a Prefeitura. Inicialmente ali eram sepultados apenas membros da comunidade local, majoritariamente de origem germânica, porém ele é um cemitério interétnico, abrigando sepulturas de descendências distintas. Sua arquitetura tumular se distingue que todos os outros cemitérios da cidade, seja por seus jazigos com pouca ou nenhuma manutenção, mostrando os sinais do tempo, ou por seus epitáfios em alemão.

O cemitério fica localizado no limite entre a área urbana e rural do Heimtal, no fim de uma rua, demonstrando talvez a tentativa de distanciar o mundo dos mortos do mundo dos vivos. É dividido, embora informalmente, entre a parte mais antiga, com a maioria dos túmulos datados até a metade do século XX, e a parte nova, onde sepultamentos ainda são realizados. É possível observar através da disposição dos túmulos e das datas de falecimento de seus defuntos, que o cemitério provavelmente se expandiu ao

longo do tempo, por conta do crescimento da cidade e por seguinte o aumento do número de sepultamentos, evidenciando ainda mais esta separação entre o antigo e o novo.

O cuidado com os mortos sempre foi fundamental para a cosmogonia das mais variadas culturas: desde a antiguidade, como por exemplo com o processo de mumificação egípcia, ou na época do Brasil império, com a incrível quantidade de irmandades destinadas aos cuidados do cadáver e do *post mortem*. Nas palavras de Àries (1989), “a atitude tradicional diante da morte aparece como um dique de inércia e continuidade.”

A preparação do morto, os rituais *post mortem* e o enterro do corpo, eram vistos como fundamentais para assegurar a salvação da alma do defunto, não se esquecendo que “[...] se o morto passa ao outro mundo feliz e plenamente, ele poderá interceder pelos vivos juntos aos deuses [...].”(REIS, 1991, p.89.)

Os ritos fúnebres revelam não só a dor da perda de um ente querido, como também “[...] seus valores culturais, hierarquias sociais, ideologias políticas e religiosas [...]” (REIS, 1991, p. 159), e todo um sistema simbólico existente. A sepultura em si também era fundamental, pois se o morto não fosse devidamente enterrado, “[...] significava virar alma penada.” (REIS, 1991, p.171)

Ao observar os rituais funerários de imigrantes no Brasil, pude notar que o rito é uma forma de reafirmar sua identidade, vindo diretamente ao encontro da afirmação de Vovelle (1997) de que a partir do século XIX, os ritos funerários passam a ser “organizados em torno de dois fulcros maiores: a família e a pátria, ou o Estado.” (VOVELLE, 1997, p. 352)

No caso japonês e no alemão, por exemplo, os túmulos são suporte material para reafirmação da identidade do defunto, e podem indicar formas de negociação

da identidade religiosa próprias das minorias étnicas num país ideologicamente católico, [...] que sofreram as consequências do discurso e práticas de cunho racista. Dessa forma, a própria conversão, [...] possuía sentidos políticos ligados ao ser imigrante ou descendente, num país no qual suas identidades eram em parte

rejeitadas pelas autoridades políticas e intelectuais. (ANDRÉ, 2011, p.125)

Os jazigos são entendidos seguindo a ótica de Meneses (1998), sendo estes objetos materiais concebidos “por intermédio de um investimento social de significação, utilizado como determinados fins, embora possam ser multiplicados historicamente.” (ANDRÉ, 2011)

Os túmulos “[...] a princípio, possuem duas funções: por um lado venera a memória do finado; por outro, ostentar algo aos viventes, seja riqueza, propriedade ou poder, como se percebe nos jazigos monumentais existentes, por exemplo, no cemitério da consolação em São Paulo.” (ANDRÉ, 2011)

Em relação a arquitetura tumular, sua perpetuidade está submetida ao gosto dos herdeiros, que podem realizar interferências, ou reformas quando um novo membro familiar é sepultado no mesmo túmulo. Entretanto, a questão do artefato ter sido modificado não necessariamente é ruim, pois mostra a manutenção das práticas realizadas neste local.

No cemitério do Heimtal muitas das sepulturas aparentam ser recentes, principalmente por conta da arquitetura do jazigo, e dos materiais empregados em sua construção. Porém, ao observarmos mais atentamente aos detalhes das datas dos sepultamentos, constatamos na maior parte das vezes que apenas um dos entes foi enterrado recentemente, e que certamente levou a ser feita nova manutenção no túmulo familiar. Outro ponto importante a ser observado no cemitério, é a ausência de uma capela, que talvez possa ser interpretado como um indicio da herança da religião Luterana.

Ao tratarmos estes suportes materiais de memória como fontes,

[...] Percebe-se que o artefato tumular, bem como quais quer outros objetos de cultura material, são constituídos por intermédio do cruzamento de múltiplas linguagens, sejam textuais, icônicas ou simbólicas, tornando complexa a sua leitura, não obstante a quase completa ausência de sugestões metodológicas no interior da historiografia em torno da cultura material. (ANDRÉ, 2011, p. 122)

A cidade dos mortos (cemitério) é uma recriação da cidade dos vivos, pois reproduz em suas sepulturas aspectos culturais e sociopolíticos. Segundo Reis (1991), “no cemitério, as sepulturas enfatizariam a relação dos mortos com a sociedade”, representando e até recriando o cosmos da sociedade.

Os jazigos não são apenas locais resignados ao silêncio e esquecimento: são suportes vivos de memória, destinados a cultos e a devoções (ANDRÉ, 2011). No dia em celebração dos finados, estas praticas são evidenciadas.

Abaixo, estão fotografias de algumas sepulturas do referido cemitério, para exemplificar um pouco qual será a documentação lidada nesta pesquisa. Friso que como a pesquisa ainda está em desenvolvimento, ainda não foram realizadas as devidas análises das fontes e documentos.



Figura 8. Túmulo da década de 30, que recebeu sepultamentos posteriores, e que teve suas características arquitetônicas modificadas. Foto: SALA, G.C. 2017



Figura 7. Túmulo também da década de 30, porém com as características arquitetônicas originais conservadas. Foto: SALA, G.C. 2017

Referencias Bibliográficas

ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. *A morada do Vale: sociabilidade e representações; um estudo sobre as famílias pioneiras do Heimtal*. Londrina: EDUEL, 1997.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **Religião e silêncio: Representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assai por meio de túmulos (1932 – 1950)**. Assis, 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, 2011.

ÀRIES, Philippe. **O homem diante da morte**. 2.ed. Tradução de: Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, v.2. Tradução de: L'homme devant La mort.

MENESES, U. B. de. Memória e cultura material: Documentos pessoais no espaço público. **Estudos históricos**, n. 21, 1998, s. p.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na história: Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. Tradução de: Maria Julia Goldwasser. São Paulo: editora ática, 1997. Tradução de: Immagini e immaginario nella storia: Fantasmie e certezze nelle mentalità dal medioevo al Novecento.



A JUVENTUDE COMUNISTA, O CÓDIGO DE MENORES DE 1927 E O PROBLEMA DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA QUESTÃO SOCIAL (1926-1930)

Márcio Santos de Santana
(HIS/CLCH/UEL)

Resumo: A primeira metade do século XX teve como marco a proliferação de ações estatais na vida social e econômica, fenômeno de caráter generalizado. Esse período foi profícuo também na produção de organizações que tinham o jovem como objeto de ação e cobiça. O advento dos regimes totalitários na Europa foi importante catalisador. Vários países europeus, sobretudo Alemanha, Itália e URSS criaram organizações para cooptação dos jovens à política. Nesses três países as organizações eram parte do aparelho de Estado. A proposta é estudar o tema da juventude, no período compreendido entre 1926 e 1930, analisando as relações de força na política brasileira, sob o prisma do problema da intervenção do Estado na Questão Social. O problema a ser perquirido pode ser esboçado como segue: de que modo os embates pelo poder envolvendo o Poder Público – patrocinador do Código dos Menores – e os Comunistas – organizadores da Juventude Comunista – influenciou a formulação de críticas ao surgimento do Código de Menores em fins da década de 1920?

Palavras-chave: Cultura Política; Questão Social; Controle Social.

Introdução: a republicanização ausente

A instauração do regime republicano no Brasil ocorreu através de um golpe encabeçado por militares. Contudo, não podemos, de modo algum, reduzir tal processo histórico a uma mera quartelada. Isso porque, os militares agiram em sintonia com o Poder Civil, aglutinado no Partido Republicano. Além disso, há muito o ideal republicano encontrava adeptos no país. As transformações ocorridas no final do século XIX apenas conduziram à destruição das bases de apoio da instituição monárquica. Com o enfraquecimento desta, estava aberto o terreno para a chegada da República. Desse modo, a tese de Emília Viotti reveste-se de alta consistência, na medida em que as bases de sustentação do Império só foram destruídas devido ao descompasso surgido entre poder político e poder econômico (COSTA, 2010).

A população brasileira seria predominantemente analfabeta e refratária à cultura superior, além de não apresentar solidez na sua formação biológica e, por isso, exposto a doenças frequentes. Decorre disso, duas metáforas que perpassam todo o debate político e intelectual da Primeira República, qual seja, “a metáfora do 'imenso hospital' [que] se juntou ao diagnóstico banalizado a respeito da educação no país: 'a grande chaga nacional'” (BOMENY, 1993, p. 24).

Nesse sentido, politicamente o cenário republicano do Brasil não era dos mais promissores. Careceria de um denso processo de republicanização da República. Na síntese de Bomeny (1993, p. 24-25),

a nação brasileira nascia com o desafio de minimizar os efeitos das duas manchas que se confundiam: a doença do analfabetismo com o despreparo da população para a nova sociedade emergente, e a debilidade física de um país, distanciado em muito dos padrões mínimos de saúde, condenado a um ambiente insalubre, fruto da irresponsabilidade pública.

A questão social sofreu amplas transformações na sua forma de recepção por parte das autoridades públicas mundo afora. O Brasil integrou tal processo. A Primeira Guerra Mundial inaugura conjuntura específica nesse sentido, sendo o conflito uma espécie de catalisador dos fenômenos históricos (HOBBSAWM, 2009). Ao término do conflito internacional, os vencedores impuseram o Tratado de Versalhes (1919), no qual constavam alterações de caráter estrutural com relação ao tema do trabalho. O Brasil estava entre os signatários do tratado. Daquele momento em diante, o Estado gradativamente

assumiu papel pró-ativo no gerenciamento social, buscando a antecipação de problemas e situações que viriam a necessitar de mobilização de seu aparato ou recursos (BRESSER-PEREIRA, 2012).

A percepção pública sobre a Questão Social apresentou sensível alteração nos últimos anos da década de 1910, com destaque para a ação de políticos de oposição. Na década seguinte, contudo, nova onda de conscientização veio à tona, pois parte da intelectualidade, assim como da elite, tanto política quanto econômica se sensibilizaram para tal problema (NAGLE, 1974).

A modernização do Brasil entrava na agenda com tema prioritário. Entretanto, para que se pudesse realizar tal proeza, duas estruturas arcaicas deveriam ser combatidas, ou seja, de um lado, era preciso que o Brasil fosse alçado ao patamar dos países civilizados, superando o atraso histórico no qual se encontrava; de outro, mas intimamente vinculado, era necessário salvar a nacionalidade brasileira, regenerando o povo brasileiro, projeto e execução de motivação e conteúdo eugênico (PATTO, 1999).

Como estudamos em trabalho precedente, a problemática a Questão Social camufla um problema vital para a política brasileira naquele momento histórico:

o da inserção de novos atores sociais nas tramas políticas. Por mais variadas que fossem e, por conseguinte, aparentemente não possuíssem qualquer ponto de intersecção, as tramas encerravam nítido sentido, a saber: o do esgotamento de um arranjo sociopolítico excludente e elitista, em vigor durante todo o primeiro período republicano, caracterizado como um “esquema decididamente espoliador que está na raiz de nossa sociedade”, cujo efeito seria o bloqueio das “transformações socioeconômicas sem as quais os regimes políticos não mudam na essência” (SANTANA, 1999, p. 24).

A questão social e a mudança no ordenamento do Estado

A chamada Revolução de 1930 foi acompanhada por significativas transformações na estrutura do Estado brasileiro. O reordenamento entre os poderes da República e a reformulação no papel do Estado é um marco na história do país. A primeira transformação estrutural a ser destacada é o deslocamento do poder decisório do poder Legislativo para o poder Executivo; em segundo lugar, porém não menos significativo, foi a forte intervenção estatal sobre o patronato, sobretudo com a criação do *Ministério do Trabalho*; finalmente, para ficarmos apenas em três grandes exemplos, a criação do

Ministério da Saúde e Educação, que inaugurava a orientação e o controle federal sobre as políticas estaduais (GOMES, 2005).

No que se refere à relação Estado–Sociedade, o que significa tal alteração na estrutura e no papel do Estado brasileiro? Se ao longo das primeiras décadas do regime republicano era corrente a designação da Questão Social como “caso de polícia”, o que mudou na prática? Segundo uma estudiosa,

se em 1920 a questão social foi definida como uma questão policial – e os anarquistas foram apontados como o ‘inimigo objetivo’ – em 1935 ela iria ser definida como uma questão de segurança nacional, e o mesmo tipo de discurso acusatório iria se voltar contra uma nova categoria: os comunistas (GOMES, *Idem*, p. 177).

A percepção pública da Questão Social sofreu importante alteração, malgrado a persistência do aparato de repressão e da substituição do conceito de inimigo objetivo pela questão de segurança nacional. Embora persista a ação repressora, com aparato até mais sofisticado e mais bem preparado e com mais recursos, há outras instancias do Estado brasileiro para fazer frente.

A mensagem que o governo transmite às pessoas é clara: a obediência será “premiada” com o braço social do Estado; a contestação e o enfrentamento, com o aparelho repressor. Sendo assim, a transição entre modelos de Estado e, por extensão, profunda transformação na relação Estado-Sociedade.

O Código de Menores de 1927

O Código de Menores foi instituído pela Câmara dos Deputados por meio do Decreto nº 5.083, de dezembro de 1926, ratificado pelo Senado Federal por meio do Decreto nº 1794–A, em outubro do ano seguinte, com o fito de “consolidar as leis de assistência e proteção a menores” (BRASIL, 1927).

O referido instrumento legal carregava o intento de funcionar como um instrumento de civilização, bem como de adotar, conforme estabelece o artigo 1º, “o menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código” (BRASIL, 1927).

O código inaugurava um novo modelo de intervenção social, cuja premissa básica era a prevenção e a possibilidade de recuperação e reintegração desses menores à vida social plena. No que diz respeito à classe trabalhadora, a visão registrada pelo código é explícita: no horizonte dela estaria ou o trabalho ou a delinquência. Era competência do Estado à tutela desses menores ou mesmo a ação sobre suas famílias, de modo que pudessem reduzir as possibilidades de reprodução de novos marginais e delinquentes, resultado de uma estrutura social injusta.

O código, dessa maneira, configurava, segundo análise corrente,

um novo dispositivo de disciplina e controle de um segmento da população que antes parecia ainda indiferenciado, disperso entre as figuras dos expostos, enjeitados, infantes trabalhadores, crianças pobres em geral, que, a partir do Código de 1927, passarão a girar em torno de uma categoria discursiva e institucional única – o menor (ALVAREZ, 1989, p. 205).

No artigo 73 o Código de Menores estabelece o protocolo de atuação para a autoridade pública encarregada da proteção dos menores: esta tem a prerrogativa de “visitar as escolas, oficinas e qualquer outro lugar onde se achem menores, e proceder a investigações”. Além disso, o § 1º atribuía a possibilidade de “visitar as famílias, a respeito das quais tenha tido denúncia, ou de algum outro modo venha, a saber, de faltas graves na proteção física ou moral, dos menores” (BRASIL, 1927).

O trabalho era outro espaço de atuação que Código reservava para as autoridades do setor. O artigo 70 estabelecia a proibição do exercício de atividades profissionais em ruas, praças ou outros lugares públicos para homens com menos de 14 anos e mulheres solteiras menores de 18 anos. O desrespeito a tais regras geraria a apreensão do sujeito – no caso considerado abandonado aos olhos da justiça –, assim como a imposição de multa variando de 50\$ a 500\$ e dez a trinta dias de prisão (BRASIL, 1927).

Os jovens comunistas e a recepção ao Código de Menores

A militância comunista direcionou esforços na organização política das novas gerações desde os primórdios de sua ação política. A Federação da Juventude Comunista (FJC) foi constituída nos últimos anos da década de 1920, tendo como atribuições: (i) organização política e estratégica dos novos

militantes; (ii) Agitação e propaganda (Agitprop); (iii) formação de novos quadros e doutrinária; (iv) arrecadação de fundos para manutenção das atividades de militância. Em suma, como órgão auxiliar do Partido Comunista do Brasil, a FJC deveria contribuir para a realização da revolução socialista, tido como único caminho para a solução dos problemas do proletariado.

As discussões, os programas e mesmo o exame das ações da FJC revela um método de avaliação que imputa realidades, valores e problemas para a realidade brasileira. A arena política era vista como o lócus de enfrentamento e campo de possibilidade para a transformação da sociedade que, na leitura comunista, viria apenas com a Revolução, redentora dos pobres e excluídos. A URSS teria feito grandes realizações em nome de seu povo:

[...] o 2º plano quinquenal, com o qual se acabará, definitivamente com a diferenciação e a divisão da sociedade em classes; onde não há mais crises, nem desemprego e onde a juventude trabalhadora participa ativamente na construção vitoriosa do Socialismo, goza da plenitude dos seus direitos econômicos, políticos e sociais, com repouso, divertimentos, instrução, assistência especial e todas as regalias indispensáveis e adequadas à sua idade à sua condição de pioneiros da sociedade; [...] (RESOLUÇÃO, 1929, p. 1).

O Código de Menores é denunciado como “pura farsa”, uma vez que “o próprio governo” não estaria atribuindo-lhe a “mínima importância quanto ao seu cumprimento”. Segundo os jovens comunistas relatam em sua resolução,

O próprio governo emprega as crianças proletárias nas mais diversas ocupações: distribuição de telegramas, limpeza pública, fabricas de munição, etc. No comércio, grande número de meninos é utilizado para a entrega a domicilio, como varredores, reclamistas, vendedores de rua, jornaleiros, engraxates, etc. A utilização do trabalho de meninos, nesse sentido, aumenta de dia para dia em todos os ramos de produção. (RESOLUÇÃO, 1929, p. 12).

Ante o exposto, a finalidade era tornar o socialismo o ideal de organização social, tornando-o, aos olhos do público-alvo do discurso, o único modelo capacitado para efetuar as transformações estruturais almejadas pela camada pobre e oprimida. Assim sendo, a estratégia consistia também em demonizar seus adversários, ou seja, a burguesia (empresários industriais e comerciais), o fascismo, o imperialismo e o latifúndio, além dos banqueiros.

Considerações finais

Propusemo-nos, neste trabalho, a enfrentar a seguinte reflexão: de que modo os embates pelo poder envolvendo o Poder Público – patrocinador do Código dos Menores – e os Comunistas – organizadores da Juventude Comunista – influenciou a formulação de críticas ao surgimento do Código de Menores em fins da década de 1920?

O Estado brasileiro a partir de 1926, com a Reforma Constitucional encaminhada pelo governo de Arthur Bernardes, rompe com a configuração liberal ortodoxa. De uma perspectiva macropolítica, portanto, temos um ponto de inflexão. Deste ano, como se sabe, até 1945, com a queda do Estado Novo, o poder do Estado brasileiro seguirá uma escalada crescente.

A década de 1920 foi de busca pelo Brasil Moderno. A cultura política de rejeição aos novos atores sociais persistiu. Mulheres e jovens continuaram com seu papel social sendo posto em segundo plano (secundarização social). A questão social, como se dizia à época, era caso de política.

Lentamente, algumas mudanças se fizeram sentir... A postura policial baseada unicamente em coerção física foi gradativamente sendo suplementada por outras abordagens de controle social da população. A manutenção da ordem vai se tornando uma atividade mais complexa. O Estado brasileiro adota um paradigma preventivo em detrimento de um reativo.

A alteração do paradigma estatal não implica no abandono da coerção física das massas populares, bem ao contrário. Tal prática, no entanto, tornar-se-ia mais seletiva, apesar de não menos intensa. Dito de outra forma: os sujeitos que não se enquadrassem no projeto político do Estado brasileiro seriam considerados potenciais inimigos, comunistas ou não, portanto agentes perigosos à Segurança Nacional.

Em suma, o enfrentamento político em torno do Código de Menores teve problemática própria, envolvendo motivações humanitárias, sociais, políticas, econômicas e culturais. Essa problemática se cruza com a querela política da arena política pela tomada do poder que o Brasil entre 1926-1930 e especialmente no período posterior à chamada Revolução de 1930. A Juventude Comunista, ao menos, no caso do Código de Menores não conseguiu compreender a complexidade da problemática para além da forma Revolução Socialista.

REFERENCIAS

Fontes

BRASIL. Código de Menores (1927). Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

Resolução do 2º Pleno do Comitê Central da Federação da Juventude Comunista do Brasil sobre a situação do país e sobre as tarefas da Juventude Comunista do Brasil. Federação da Juventude Comunista do Brasil (FJCB). Rio de Janeiro, 1929.

Bibliografia

ALVAREZ, Marcos Cesar. **A emergência do Código de Menores de 1927**: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: Os renovadores e a política educacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 24-39, Janeiro–Junho 1993.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o estado republicano**: democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. A Proclamação da República. In:_____. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Burguesia e trabalho**: política e legislação social no Brasil, 1917–1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/ EDUSP, 1974.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estud. av.**, São Paulo , v. 13, n. 35, p. 167-198, abr. 1999 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100017&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141999000100017>.

SANTANA, Márcio Santos de. **Projetos para as novas gerações: Juventudes e relações de força na política brasileira (1924-1945)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.



A MULHER E A MATERNIDADE NA REVISTA ALVORADA DA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE DO BRASIL

Daniela Emilena Santiago Dias de Oliveira
(Mestrando em História, Unesp - Assis)

Resumo. A Revista Alvorada é uma publicação da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil que foi criada no ano de 1969 com a finalidade de estabelecer um diálogo com o público feminino. Inicialmente denominada Revista da Mulher Presbiteriana Independente e posteriormente recebendo o nome Alvorada Feminina e Revista Alvorada, a publicação ainda em edição busca conferir às Mulheres normas de conduta. Visando identificar e analisar as normas e padrões de comportamento destinados às Mulheres, realizamos uma análise de duas revistas produzidas nos anos 80 e 90 no Brasil, nas quais orientamos, nessa produção, para a questão da Maternidade, tema recorrente em toda produção dessa Revista. Partindo dessa análise pudemos observar que a maternidade é compreendida como dom, missão, algo necessário e naturalmente vinculado ao universo feminino. Como tal, a Maternidade não pode e não deve ser evitada pelas Mulheres que, devem aceitá-la com muita alegria e felicidade. Imbuídas dessa missão, Mulheres devem ser as únicas responsáveis pela sobrevivência dos filhos e também pela formação moral dos mesmos. Dessa forma, à Mulher é destinado o espaço doméstico, a procriação e a manutenção da prole, estando excluída do Trabalho, do Estudo e de demais manifestações da vida social. Essa compreensão, extremamente agressiva, confere à Mulher um papel secundário em outros aspectos da vida social e encontra embate com a luta feminina presente no Brasil desde meados dos anos 70 e que prima pela igualdade de gênero.

Palavras-chave: Mulher; Maternidade; Revista Alvorada; Igreja Presbiteriana Independente.

Introdução/justificativa

A tradição literária acompanha a Igreja Presbiteriana Independente desde os alicerces mais antigos de sua constituição no Brasil. Os primeiros missionários que aqui vieram em meados de 1800 usavam os impressos com o objetivo de propagar a fé cristã e também como um dispositivo de colocação da Igreja em território nacional. As bíblias eram distribuídas com tal finalidade assim como uma variedade de impressos, dentre os quais folhetins, jornais, etc. ²⁵²

Contemporaneamente a Igreja Presbiteriana Independente tem mantido a literatura como um meio de evangelização mas também como uma forma de mostrar-se presente na sociedade. Destacam-se nesse rol de impressos, livros variados, jornais, folhetins, bíblias específicas, revistas e outros itens afins. Essa produção é organizada para públicos específicos já que há livros para Mulheres, para Crianças, para o Casamento, dentre outros (MATOS, 2007).

Mais do que simples mídias, esses elementos são dispositivos que a Igreja usa para transmitir sua imagem aos fieis e também representa neles a forma de compreender a realidade em que está inserida. Visando assim compreender um aspecto das representações vinculadas a Igreja Presbiteriana Independente, analisamos a Revista Alvorada, uma produção destinada ao público feminino. E, nesse artigo observaremos apenas a perspectiva difundida nessa revista sobre a Mulher e sobre a Maternidade

A Revista Alvorada da Igreja Presbiteriana Independente foi criada em 1969, no Brasil, então denominada Revista da Mulher Presbiteriana Independente, e nos anos 80, intitulada Revista Alvorada Feminina. Os artigos versavam sobre as questões da Igreja, assuntos relacionados à Revista e sobretudo sobre aspectos presentes na vida cotidiana das famílias. O objetivo da revista era estabelecer um discurso com o público feminino, e, para isso abordava uma série de temáticas.

²⁵² A Igreja Presbiteriana Independente surgiu no Brasil em 1903, porém, antes dessa divisão havia apenas a denominação Igreja Presbiteriana.

Cada um desses números da Revista possuía, em média, 20 artigos e 30 páginas. Há textos curtos, de uma página, assim como existem também poesias e crônicas. Todos os textos foram colaborações dos fiéis da Igreja Presbiteriana Independente e, apesar de haver um Conselho Editorial, nem sempre as matérias são escritas pelos representantes da Revista. Todas as Revistas trazem colaborações de pastores, todavia, os textos, em sua grande maioria, são escritos por mulheres.

A Revista, com uma tiragem média de 4.500 a 5.000 exemplares, nos anos 70, contudo, chegando até a alcançar a tiragem de 11.000 exemplares, no final dos anos 80, pode ser considerada um marco na produção de mídias para o público feminino, uma vez que temos uma quantidade expressiva para uma revista feminina, ainda mais para uma revista confessional. É importante pontuar que, nesse período, nem todas as mulheres tinham acesso à educação, ou seja, muitas delas não sabiam ler. Além disso, é mister salientar que essa aquisição só poderia ser viabilizada por meio de assinatura prévia, uma vez que a revista não era vendida em bancas. Buitoni (2009) salienta que a quantidade de tiragem de revistas nos diz da aceitação da mesma no mercado, já que as Revistas Femininas, nesse período, possuíam um público reduzido.

Há que se observar ainda que a Revista se destaca pelo longo período de sua existência, pois as revistas destinadas ao público feminino, nesse período, tinham vida curta. Buitoni (2009) aponta que as Revistas Femininas, em grande parte, chegavam a permanecer no mercado por cerca de um a dois anos, exceto as mais populares, como *Cláudia* e *Nova*, por exemplo. Portanto, a Revista em questão deve ser considerada uma referência, na medida em que conseguiu se manter por anos, no mercado, difundindo uma cultura que não era representativa de toda a sociedade, mas de grande parte dela.

Visando a apresentar e discutir alguns dos conceitos presentes na Revista, realizamos a análise de quatro números, dois dos quais produzidos nos anos 80 e dois, nos anos 90.²⁵³ Como nosso olhar está interessado em

²⁵³ Para a elaboração deste artigo, nós nos reportamos às Revistas Alvorada Feminina (Outubro, Novembro, Dezembro de 1984 e Julho, Agosto, Setembro, 1981) e Alvorada (Jan, Fev, Mar de 1995 e Abril, Maio e Junho de 1997)

conhecer a perspectiva de Mulher e o entendimento da revista sobre a Maternidade, nesse texto abordaremos apenas esses aspectos. Também delimitamos por discutir esses itens dada a natureza desse texto e que possui limite de páginas a ser cumprido.

Consideramos esse estudo basal uma vez que vimos cada vez mais a ampliação das referências religiosas em determinar parâmetros para a vida em sociedade. Portanto, compreender essas matrizes é de vital importância, uma vez que nossa aproximação a elas nos permite entender as referências por ela usadas buscando um padrão de comportamento.

Objetivos

Identificar e analisar a perspectiva de Mulher e de Maternidade representada na Revista Alvorada da Igreja Presbiteriana Independente, considerando uma amostra da produção dos anos 80 e 90.

Resultados

Antes de uma discussão específica como pretendemos sobre a representação da Mulher e sobre a maternidade, cabe destacar que os trechos aqui identificados são amostras. Assim, como já realizamos a análise de 100 números da revista, podemos afirmar que as compreensões retratadas nas revistas de 80 e 90 aqui apresentadas tem uma analogia com o restante da produção. Portanto, as amostras que destacamos no texto em voga não diferem do restante da produção da revista.

É necessário também apontar que os conceitos que discutiremos são apresentados de forma extremamente relacionada na revista. Por conseguinte, para a Revista, discutir sobre Mulher é também falar a respeito de Maternidade. Assim, os trechos que orientam a discussão para a Mulher tecem uma série de indicações sobre a Maternidade.

A Mulher é representada nas revistas como uma figura que tem o espaço doméstico como principal local de vinculação. Dessa forma, a Mulher compete o cuidado da família. Nesse sentido, cabe a ela exercer os cuidados da casa, dos filhos e do marido. Para isso, deve priorizar à família, as necessidades desse órgão em detrimento de seus desejos e aspirações. O trecho abaixo é bastante representativo dessa colocação:

Mulher virtuosa que de manhã à tardinha
Lava...passa...limpa o fogão
Que transforma em altar até mesmo o fogão...Que trata o carteiro, o
lixeiro como "irmão!"
[...] E ainda à família dá a prioridade! É meiga no trato, é toda
amor!.(SANTOLIN,1984,p.21)

Compete então à Mulher lavar, passar, cozinhar e fazer tudo isso como certa alegria, comparando as funções domésticas aquilo que é considerado sagrado, divino. A Mulher idealizada pela Revista Alvorada é aquela que prioriza a família e tem qualidades como ser meiga, carinhosa, amorosa. Nesse sentido, além de possuir habilidades do cuidado com a casa, com os filhos, a mulher ainda possui determinadas qualidades que traçam o perfil de uma pessoa carinhosa, amável e submissa. A questão das habilidades domésticas é também representada do texto: "Sua hora devocional era exercida com pontualidade e regularidade. Mesmo quando todos os filhos estavam em casa, ela servia o almoço à sua grande família e, logo após, subia para seu quarto onde ficava no seu exercício espiritual".(ALVORADA FEMININA,1981,p.26),ou seja, a Mulher deveria fazer a oração e também deveria servir o almoço, com pontualidade, aos domingos.

Pelo texto acima ainda podemos inferir que é natural à Mulher o casamento heterossexual, ter filhos e cuidar da casa. Importante frisar que em nenhuma das revistas o trabalho doméstico ou o cuidado dos filhos é atribuído ao homem. Por outro lado, a análise das Revistas nos permitem entender que o fato de nascer Mulher, nascer vinculada ao gênero feminino automaticamente atribui a ela a incumbência de casar com um homem, de ser mãe e de desempenhar os cuidados domésticos.

A questão da maternidade aparece diluída em vários outros trechos das revistas aqui destacadas. Mulher é Mãe. Um dos textos extremamente representativos desta forma de entendimento da figura feminina é representada na seção Galeria Heroínas da Fé. Essa é uma seção em que são apresentadas Mulheres que são consideradas exemplos da comunidade presbiteriana. No texto da Revista Alvorada de 1981 não há indicação de autor, mas nele temos o relato da vida de uma Mulher que seria o exemplo a ser adotado. Nele podemos ler o que segue:

[...] é essa mãe que poderia servir de mãe-símbolo no tocante ao seu desprendimento, no doar-se a cada minuto sem pensar em si, no rigor com que levava os filhos aos pés de Cristo através do culto doméstico praticado com regularidade, e à Igreja, domingo após domingo [...] (ALVORADA FEMININA,1981,p.26)

Mulher é Mãe e ser Mãe é um símbolo, um exemplo a ser seguido. Também aqui temos a defesa pela Mulher dedicada, desprendida, que pensa primeiro nos outros e depois em si e que é responsável pela educação, inclusive religiosa, dos filhos. Essa Mulher: [...] tinha como objetivo o lar e a igreja” (ALVORADA FEMININA,1981,p.26), e nunca os seus anseios. É quase um ser sobrenatural, sem defeitos e capaz de suportar todas as precariedades da vida em prol da família.

Outro trecho extramente emblemático da perspectiva conferida à Mulher consta no documento De tudo para Todos, uma seção que integrou grande parte das revistas, até meados de 1980 e que trazia assuntos variados e diversos. Na edição de 1981 o Acróstico Confederação das Senhoras da IPI Brasil, escrito por Leônidas Leonel, presbítero da Igreja no período lemos:

Conscientes no saber; consagradas ao bem;
Operam entre os seus e na Igreja também;
Na perfeita consciência do dever cumprido!...
Felizes essas **mães – avós, esposas, tias;**
Exemplo de bondade, amor e alegrias;
Devotam seu esforço;e, sem achar perdido, espalham caridade, em
contínua oração!
Refundem seus talentos, **distribuindo aos pobres;**
Ativas, cooperando em prol das causas nobres;
Ação sublime e pura, em máximos desvelos;
Hão de auxiliar ao fraco e ao doente; e sempre tê-los ombreando
junto a si,ouvindo uma canção.
Divina e inspiradora – um hino de louvor: ESPIRITO DE DEUS
atuando em seu favor !
Senhoras do Evangelho!

“ALVORADA” feliz, Esplêndida, efetiva, informando – assim diz: “Nuances bem coloridas da VIDA A SERVIR; Honestas na labuta, o tempo a redimir; Os íntimos desejos são os de ajudar; Refletem, de JESUS, Seu amor Divinal!; Atividades Santas, na terra mar e ar, Segredam do BOM DEUS Seu Amor Paternal!(LEONEL, 1981,p.02)

Mulher que é consciente do dever a ser cumprido, e, feliz por ser mãe, avó, esposa e tia. Mulheres tidas como: “Exemplo de bondade, amor e alegrias”, ou seja, a mulher é naturalmente boa, amorosa e alegre, como indicado em outros artigos, trechos acima,e, essas características seriam necessárias às Mães. O trecho do presbítero Leonel indica a Mulher como aquela que faz caridade, que distribui aos pobres. Isso nos remete a uma figura da Mulher na Igreja no período 80 e 90, considerada como uma pessoa que deveria se ocupar da evangelização e do cuidado dos pobres. Pereira (1984) retrata a Mulher como auxiliar ao trabalho desenvolvido pelos pastores na evangelização ou como aquela figura que na Igreja é responsável pela caridade. No entanto, a Mulher compete o espaço doméstico e nem na Igreja ela pode ser grande expressão.

No entanto, esse padrão praticamente hegemônico presente nos textos representativos dos anos 80 também são presentes na produção dos anos 90. O texto “Mãe: Mistério...Amor...Encanto...Mãe” de Ruth de Campos Santos foi uma homenagem para as mães. Nele a autora indica dois exemplos que seriam referências para a maternidade. Um dos exemplos retrata uma mãe jovem,pobre, sendo que nos dá a ideia de que essa mãe sabia aceitar a pobreza e criar os filhos, ou seja, mãe como um ser sobrenatural que supera até as dificuldades financeiras, conforme o trecho: “Uma era bem simples, pobrezinha,com muitos filhos. Até boia-fria foi”(SANTOSA,1997,p.24) dando ideia de que o fato de ser trabalhadora rural representasse algo degradante para a mulher. Além disso, indica que essa mãe teria participado de cursos para gestante e pintura em tecido, na creche, ou seja, cursos que fortalecem a habilidades consideradas femininas, como a pintura, e o cuidado com a criança. Nesse texto, no entanto, vemos o surgimento de um perfil distinto de mulher do representado antes dos anos 80. Surge agora a mulher trabalhadora, vista no período posto como mulher que luta pela manutenção da família, também expresso no trecho em que a autora reflete sobre o exemplo

representado: “Uma grande ternura invadiu meu coração por causa daquela mulher. MÃE com letras maiúsculas, mãe verdadeira leoa, mas também manava leite e mel, mãe coruja”(SANTOSa, 1997,p.24)

O outro exemplo retratado no texto seria de um momento vivenciado entre uma mãe e uma filha em um local com várias flores. A autora retrata um momento de grande harmonia entre ambas,ao qual presenciou. Sobre esse momento específico, retratado como de grande ternura entre mãe e filha a autora nos coloca: “Oxalá nestes tempos difíceis,todas as mães puderem ter momentos que representassem marcos na vida de seus filhos, fazendo-os seguros, fortes, saudáveis física e emocionalmente”(SANTOSa, 1997,p.24). Esse trecho nos permite ainda inferir que agora emerge a necessidade da mãe ter momentos de carinho com os filhos, sendo que tais momentos cada vez mais tornam-se raros,possivelmente pela ocupação laboral da Mulher, agora mais comum. A autora reforça ainda a importância da Mulher para o desenvolvimento dos filhos, porém, aqui temos a relação ao desenvolvimento físico e psicológico.

A autora ainda ressalta o perfil esperado para a mãe dos anos 90, quando indica: “Precisamos de mães que cantem canções de fé e esperança. Mães de olhos abertos para criar os filhos, que são herança de Deus, fazendo- os cidadãos do céu e da terra também!””(SANTOSa, 1997,p.24), ou seja, além de ser responsável pelo desenvolvimento orgânico e sadio dos filhos, a mãe também deve educá-lo na fé, para então torná-lo um cidadão do céu. Essa tendência estava presente também nas revistas produzidas nos anos 80 como indicamos acima. E prossegue a autora indicando que naquele momento vivíamos tempos difíceis, criticando uma suposta decadência de valores morais que antes norteavam a vida em sociedade e conseqüentemente a vida em família.

Por fim, conclui que frente tantas mudanças, que considera a nosso ver, prejudiciais à família exista uma necessidade por fortalecer essa instância através da oração. “Nossa oração é para que Deus salve os lares – o meu, o nosso, os lares evangélicos,todos os lares sem exceção; que restaure a família nos padrões de que Deus seja o alvo de todos os seus membros””(SANTOSa,

1997,p.24) e, nesse sentido, destaca, a importância novamente, da família tradicional, ao indicar a necessidade de recomposição da família nos formatos apresentados por Deus. Ainda ao final do texto, a autora indica exemplos de mulheres retratadas na bíblia como Joquebele (mãe de Moisés), Ana, Maria, Lóide mãe de Eunice, ou seja, oferece às mulheres presbiterianas os valores pelos quais devem guiar sua conduta na vida familiar e social.

Outro texto, na página seguinte, da mesma autora, ora intitulado: “Mulher, eis aí o teu filho!”, é utilizado como uma forma da autora apresentar ao público sua experiência da maternidade algo que ela inicia agradecendo a Deus o fato de ser mãe, reforçando ainda mais a conotação de Maternidade como dom divino e que não poderia ser negado pela Mulher.

No texto a autora agradece ainda a Deus o fato de seus filhos sempre serem bons, ou seja, aqui já nos diz que tipo de filho deve ser “produzido” pela família, quando nos coloca: “Os filhos vêm para enriquecer nossa vida e fazer de nossa casa um lar. Quero agradecer a Deus porque nunca me deram grandes desgostos, nem me envergonharam com atitudes desonestas, erradas.” (SANTOSb, 1997,p.25)e, no trecho subsequente agradece aos filhos em geral, dizendo o que segue: “Agradecemos a Deus os filhos que não se declinam nem para a direita, nem para a esquerda, antes, têm prudentemente retirado o pé do caminho mau” (SANTOSb, 1997,p.25), fazendo alusão ao tipo de ser humano idealizado pela Igreja Presbiteriana Independente.

Também nesse texto reforça a responsabilidade da mãe em fornecer bases morais para os filhos ao colocar: “E, para construir um homem, quanto trabalho! Mãe é mãe 24 horas por dia, vigiando e orando e até morrer se preocupa com ele. E essa missão vitalícia, sem férias, descanso remunerado, nem aposentadoria, traz desgaste” (SANTOSb, 1997, p.25), descrevendo a maternidade como algo inato da mulher e como algo que a mulher conseguirá, sempre, desempenhar. Aliás, parece que a educação dos filhos é de total responsabilidade da Mulher. Mas, a Mulher não existe, sendo que existe apenas a Mãe.

E, no trecho final do artigo cumprimenta as mães, as quais se esforçam para cuidar dos filhos, transformando a maternidade em algo romântico. “Quero

saudar você,mãe, que luta para criar seus filhos *decentemente*,você mãos calosas, avental molhado e chinelo de dedo, para a qual nunca sobra dinheiro, pois as necessidades dos filhos estão em primeiro lugar”(SANTOSb, 1997, p.25), ou seja, quase uma heroína. E assim segue saudando aquelas que vacinam os filhos, que estão nas casas de acolhimento, e as que seriam oprimidas pelos filhos. Mais uma vez vemos também aqui a relevância conferida ao fazer doméstico, ao desempenho de atividades domésticas como ação análoga ao gênero feminino e conseqüentemente como algo específico da maternidade.

Mas, a conclusão da autora é para que Deus releve o ato grave daquela que abandonam o lar, dando, mais uma vez a ideia de que toda mulher tenha que, necessariamente, ser mãe. Ou seja: “Que Deus tenha piedade das mães que desertam da “trincheira” do lar!”. (SANTOSb, 1997, p.25), dando até a ideia de que aquelas eu fogem a tal dom poderiam ser castigadas por Deus. Assim, prevalece ainda a proposta por uma Mulher idealizada para o casamento, para os filhos e para os afazeres domésticos. A Mulher que trabalha é pouco retratada na produção teórica em pauta e mesmo trabalhando deve corresponder a tudo aquilo que é idealizado à Mulher no espaço doméstico.

Bellotti (2004) em sua análise sobre livros escritos por autores vinculados a Igreja Presbiteriana Independente, indica que os livros destinados à Mulheres tendem a reforçar o papel feminino no cuidado com a casa, com os filhos e com o Marido. O Marido deve sustentar à casa, prover com recursos financeiros. A autora ainda nos fala que é comum nessas mídias colocar a Mulher em papel submisso, porém de forma que a mesma não perceba essa submissão. A submissão aparece assim diluída sob os supostos valores do amor, dedicação, abnegação, e outros afins. Nos trechos acima vimos alguns dos valores que são enaltecidos como modelos a serem seguidos pelas Mulheres.

A autora reforça que a imprensa presbiteriana em sua produção literária colabora para reforçar o papel da Maternidade, destinado à Mulher como um dom inato de Deus. Como tal, não deve ser evitado pela Mulher. Antes a Mulher precisa de dedicação ao máximo para cumprir seu papel,sua missão,

que lhe fora confiada por Deus. Para isso deve a Mulher usar de todos os artifícios quanto possíveis para melhor desempenhar o papel que lhe foi conferido. Apesar de serem livros, sua análise é extremamente pertinente e nos permitem entender a produção da Revista como um dispositivo de difusão da fé mas também como um meio para legitimar condutas, práticas esperadas por aqueles que comungam uma dada religiosidade. Até que ponto, no entanto, a vinculação aos postulados de uma religião colaboram para sustentar uma dominação masculina? Até que ponto postulados difundidos podem ser considerados cultura de uma sociedade específica e não uma agressão? Nossa pesquisa avança em prol de refletir sobre esses quesitos, porém, até o presente momento compreendemos a produção da Revista como um meio de perpetuar a sociedade patriarcal, de sustentar a violência contra a Mulher sob o argumento religioso, bíblico.

Considerações Finais

Pela amplitude da pesquisa que realizamos junto a uma média de cem números da Revista Alvorada é extremamente difícil resumir nossas considerações em apenas doze páginas de um texto. O recorte realizado pretendia diminuir as considerações viabilizando assim ao leitor o conhecimento dos dados produzidos por meio da pesquisa. No entanto, há uma infinidade de questões que estão presentes nesse estudo e que serão melhor apresentadas em outras produções bibliográficas.

No entanto, é necessário salientar que nas produções analisadas nesse texto vemos que é construída a imagem da Mulher como um ser sobrenatural, capaz de suportar todas as vicissitudes da vida em prol do outro. E, quem seria o outro? A família. Resultado do casamento heterossexual e que teve como produto os filhos que serão educados na fé pela Mãe, que, também será o único responsável por exercer os cuidados dos mesmos. A Mulher compete ainda exercer todos os cuidados domésticos necessários à sobrevivência da família.

Dessa forma é legitimado um papel feminino, esperado e idealizado para a Mulher presbiteriana. Esse papel resume a Mulher ao desempenho de atividades domésticas, a Maternidade e não a vincula a atividades de estudo, por exemplo. Apesar de admitir a possibilidade de trabalho fora de casa, é a capacidade de cuidar dos filhos e de educá-los na fé cristã que torna uma Mulher admirável, um exemplo a ser seguido em toda comunidade.

Referências

ALVORADA FEMININA. **Galeria das Heroínas da Fé**. IN **Alvorada Feminina**. São Paulo, v.03, p.26, jul./set.,1981.

BELLOTTI, K. K. **A Mídia Presbiteriana no Brasil: Luz para o Caminho e Editora Cultura Cristã**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2005.

BELLOTTI, K. K. **Mídia, Religião e História Cultural**. Revista de Estudos da Religião, São Paulo, Vol. 4, ano 4, p. 01-11, 2004.

BITTONI, D.S. **Mulher de Papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

LEONEL, L. Confederação de Senhoras – IPI Brasil. IN **Alvorada Feminina**. São Paulo, v.03, p.02, jul./set. 1981.

MATOS, A. de S. A Atividade Literária dos Presbiterianos no Brasil. **Fides Reformata**, São Paulo, Volume XII, nº 2, p. 43-62, 2007.

PEREIRA, Y. Do coração do VIII Congresso Nacional Carta Aberta a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil IN **Alvorada Feminina**. São Paulo, v.04, p.20-21, out./dez.,1984.

SANTOS, R.C. Mãe: Mistério...Amor...Encanto...Mãe. IN **Revista Alvorada**. São Paulo, v.13, p. 24, abr./jun.,1997a.

SANTOS, R.C. Mulher, eis aí o teu filho. IN **Revista Alvorada**. São Paulo, v.13, p. 25, abr./jun.,1997b.

SANTOLIN, E.S. Carta Aberta. IN **Alvorada Feminina**. São Paulo, v.04, p.21, out./dez.,1984.

SILVA, S.C. da **Educação de papel: impressos protestantes educando Mulheres**. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

SILVA, S.C. da; STAMATTO, M.I.S. Educação Impressa: Estratégia Presbiteriana de Educar por meio da Imprensa Protestante. **Exedra, Revista**

**Científica- Temas e Reflexões da História da Educação:perspectivas
portuguesas e brasileiras.** Número Temático de 2013, p.60 – 70,2013.



“RAINHA DO BENGO” D. ANA JOAQUINA DOS SANTOS E SILVA E A COMPLEXA REDE DO COMÉRCIO DE ESCRAVOS EM ANGOLA DO SÉCULO XIX.

Alan Santos de Almeida
(Graduando em História na UEM;
Integrante do LEAAO)

Resumo. O objetivo geral dessa comunicação é discutir a dinâmica do comércio de escravos em Angola em meados do século XIX. O levantamento de dados recentes mostram que a complexidade do comércio de escravos era maior que do que se imaginava em um passado recente; muitos fatores influenciavam esse comércio, cujas redes se modificavam a todo instante. Como objetivo mais específico, pretende-se discutir a figura de D. Joaquina dos Santos e Silva tida pela historiografia como a maior comerciante de escravos da região naquela época. Embora não exista muita documentação a respeito, essa senhora chama atenção não só por sua riqueza, mas pela maneira peculiar de tratar seus cativos. Fazendo uso do site www.slavevoyages.org (banco de dados que reúne cerca de 36.000 viagens negreiras desde do século XV até o final do XIX), mapearam-se algumas embarcações de D. Ana Joaquina dos Santos e Silva que, em meados do século XIX, exportava escravos para diversas regiões coloniais e pós-coloniais. Nessa comunicação, serão expostas as principais rotas negreiras que envolviam os navios da referida comerciante e os dados disponíveis sobre seus bens. Serão discutidos, também, os mecanismos sociais que possibilitaram seu enriquecimento e seu papel de protagonista numa sociedade essencialmente patriarcal.

Palavras-chave: África; Angola; Comércio negreiro; Mulheres negociantes, Tráfico.

Introdução

Essa pesquisa tem como objetivo discutir a dinâmica do comércio de escravos no território de Angola, um pedaço ao sul do território do Congo no século XIX. Uma compilação sistemática de dados mostra que a dinâmica do comércio de escravos era maior que do que se imaginava. Uma gama fatores influenciaram esse comércio, cujas redes complexas se modificavam a todo instante durante todo século XIX.

Ao longo do século XIX dentre os europeus que se integraram em África havia negociantes que, após 1865, já possuíam grandes redes do comércio de produtos tropicais e companhias de comércio brasileiras. A todo momento havia disputas entre os próprios europeus por determinados territórios, em principal regiões pertos dos rios como o Cuanza, onde também foram se configurando novos atores sociais.

A ênfase dessa pesquisa dentro do comércio de escravos está na figura de D. Joaquina dos Santos e Silva tida pelas bibliografias e documentos como a maior comerciante de escravos em Angola no século XIX. Ela chama atenção não só por sua riqueza, mas pela maneira peculiar dessa de tratar seus escravos cativos. Infelizmente não há muita documentação a seu respeito.

Objetivos

A pesquisa de caráter quantitativo tem por base o site www.slavevoyages.org, que é um banco de dados que reúne cerca de 36.000 viagens negreiras desde do século XV até o final do XIX. Esse site tem como propósito reunir todas as informações conhecidas sobre o tráfico negreiro transatlântico contando com unificação de vários institutos de pesquisas como o instituto de pesquisa African-American Research Havard, Cambrigde University. Possui acervos documentais de Luanda, Rio de Janeiro, Madri, Havana, Sevilha, Amsterdã, Midelburgo, Copenhague e Londres. Através de cruzamento de dados consegue-se mapear algumas embarcações de D. Joaquina dos Santos e Silva que, nesse período, segundo alguns documentos, exportava escravos para todas regiões coloniais.

A figura de Dona Joaquina dos Santos e Silva se destaca pelo o seu papel no comércio de escravos. Nesse período, as mulheres comerciantes angolanas tinham grande prestígio, exemplo disso eram *quitandeiras*, mulheres

livres que praticavam o comércio de mercadorias tropicais, possuíam ou não escravos. Algumas delas foram casadas com europeus, como foi caso de D. Joaquina dos Santos e Silva, que se tornou viúva tanto de um militar quanto de um rico comerciante ambos portugueses. D. Joaquina acumulou grande riqueza em razão de seus casamentos. Mas, só isso não explica sua imensa fortuna e sua posição como a maior comerciante de escravos de Angola em seu tempo. D. Joaquina era filha de pai português e mãe luso-africana. Era considerada “parda” (WHELLER, 1996, p. 284).

Nesse período de entrada de europeus em África, houve uma profunda miscigenação de culturas diferentes. As relações mudavam tanto para os portugueses quanto para os africanos. De modo geral, D. Joaquina foi aquilo que se recebeu o nome de *filho do país*, que no caso seria o resultado da forma de uma interação racial que Portugal teve que fazer para de fato conseguir se estabelecer em Angola. O papel desse como “intermediário” era de promover a relação comercial de compra e venda de escravos, já que era herdeiro tanto das relações culturais africanas quanto europeias. Em geral esses intermediários falavam as duas línguas, o que lhes permitiu ascender socialmente e conquistar tanto cargos políticos na Administração de Angola quanto *prestígio social* entre os africanos, o que era algo muito importante para se ter boas relações comerciais. A importância dos *filhos do país* como intermediários no comércio aumentou com expansão do tráfico no sertão [...]” (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 352).

A historiografia consagrou a hipótese de que o casamento inter-racial entre portugueses e luso-africanas foi uma forma economicamente muito lucrativa de expandir o comércio de escravos. “Além disso, suas esposas e amasias atuavam como tradutoras e agentes comerciais, facilitando o acesso as redes do comércio local que abasteciam o tráfico de escravos. Essas mulheres transitavam entre os dois mundos atuando como intermediadoras culturais entre comunidades atlânticas” (OLIVEIRA, 2016, p. 137). A baixa imunidade do português em relação a um ambiente epidemiológico hostil, como a África, fez com que muitos destes colonizadores morressem e deixassem viúvas que herdavam todos os seus bens. “Consequentemente, muitas esposas rapidamente se tornavam viúvas, herdando os bens deixados pelos seus maridos e companheiros [...]” (OLIVEIRA, 2016 p.137-138). Assim foi o

caso de D. Joaquina que, pelos registros disponíveis, casou-se duas vezes. O primeiro casamento foi com João Rodrigues Martins um Major da Infantaria de origem portuguesa. (CARDOSO, 1972, p. 9). Após o falecimento de seu cônjuge D. Joaquina casou-se com o rico comerciante chamado Joaquim Ferreira dos Santos Silva (WHEELER, 1996, p. 289).

Essa pesquisa irá se ater ao comércio de escravos, atividade que nos permite ter uma noção da riqueza acumulada por D. Ana Joaquina. É importante notar que, as relações entre senhor e escravo em Angola nesse período, principalmente pelas donas de escravos, eram um pouco diferentes, por exemplo, da relação senhor e escravo estabelecida aqui no Brasil. Em Angola ter escravo era sinônimo de prestígio social, até a vestimenta que escravo utilizava fazia referência a riqueza de seu dono. No caso de nossa protagonista, “... as várias centenas de escravos pertencentes a Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva achavam-se espalhados por toda parte de Angola vivendo sobre si de seu trabalho nos arrimos e fazendas de sua senhora, ou sustentando de outros meios”. (ALEXANDRE & DIAS, 1998, p. 354-355). O que dá para se notar é que nesse período em Angola os escravos possuíam uma maior mobilidade social.

A riqueza da traficante mestiça estava atrelada a investimentos em diversos segmentos para além do lucrativo comércio de escravos. Nas primeiras décadas do século XIX, D. Ana Joaquina com sua grande quantidade de navios já possuía relações comerciais com as cidades brasileiras, na região do prata e Portugal. “Nos Anos de 1830 e 1840, Ana Joaquina comunicava, com uma frota de navios, com todas as principais cidades brasileiras, incluindo Baía, Recife, Pernambuco e Rio de Janeiro, para além de Montevideo e Lisboa”. (AHU, Angola, CG, pasta 3, ofício nº 139, 17 de julho de 1840 *apud* ALEXANDRE & DIAS, 1998, p.).

Através do site <http://slavevoyages.org/voyage/search> temos alguns registros dessas viagens. É possível se ter uma noção de quantos escravos eram trazidos de algumas das embarcações de D. Ana Joaquina e de quantas viagens o barco realizou, pelo menos, daquilo que foi registrado. Também se pode ter uma noção de se houve alguma mudança depois da proibição do tráfico de escravos pela Inglaterra. Vejamos o caso do navio negreiro Oriente

(AHU< Angola, CG, pasta 3, ofício nº 139, 17 de julho de 1840 *apud* ALEXANDRE & DIAS, 1998, p.).

Por volta de 1850, uma embarcação chamada *Oriente*, possivelmente pertencente a D. Joaquina, foi capturada por cruzadores britânicos perto da costa do Brasil, depois de ter importado, ilegalmente, 20 escravos no Rio de Janeiro. Eis a quantidade de escravos que foram embarcados nesse navio:

	Ilhas de domínio espanhol	Brasil	Totals
1801-1825	410	466	876
1826-1850	0	1491	1491
Totals	410	1957	2367

Fonte: <http://slavevoyages.org/voyage/search>

Ainda há registro de dois navios do quais também poderiam ter pertencido a D. Ana Joaquina são eles *Maria Segunda* e *Conceição Maria* embarcações essas que também tiveram tanto uma rotatividade de destinos na América quanto de capitães disponíveis para pilotar os navios. Pode-se suspeitar que, às vezes os nomes das embarcações eram trocados, como teria ocorrido com a *Conceição de Maria* e a *Oriente*. Pode-se inferir que, se adiciona um nome ou se modifica o nome da embarcação provavelmente para fins de camuflar ou disfarçar o navio negreiro em detrimento da patrulha inglesa. O navio negreiro *Maria Segunda* também tinha como possível proprietária D. Ana Joaquina. Observe no gráfico suas rotas:

identificação	nome da embarcação	capitão	ano	origem	destino
1026	Maria Segunda	Madruça, Francisco Pereira Nunes	1829	Sudeste Africano e Ilhas do Oceano Índico	Sudeste do Brasil
1371	Maria Segunda	Farias	1835	Outro África	Cuba
1491	Maria Segunda	Albuquerque	1836	Outro África	Cuba
1501	D Maria Segunda		1836	África Centro-Occidental e Santa Helena	Sudeste do Brasil
1633	Maria Segunda (a) Socorro	Garcia, J	1837	Sudeste Africano e Ilhas do Oceano Índico	Cuba
1641	Maria Segunda	Albuquerque	1838	Outro África	Cuba
1672	Maria Segunda	Pereira, B D	1837	África Centro-Occidental e Santa Helena	Sudeste do Brasil
1776	Maria Segunda		1838	Outro África	Cuba
1794	Socorro (a) D Maria Segunda	Batalha, A	1839	Sudeste Africano e Ilhas do Oceano Índico	Cuba
1812	Maria Segunda		1838	África Centro-Occidental e Santa Helena	Sudeste do Brasil
1941	Maria Segunda (a) Socorro	Figueira	1839	Sudeste Africano e Ilhas do Oceano Índico	Cuba
2243	Maria Segunda		1842	Golfo do Benim	Sudeste do Brasil
2694	DMariaSegunda (a) Relampago		1840		
2702	D Maria Segunda (a) Socorro		1840		
3576	Segunda Conceição de Maria	Silva, F C da	1846		
900163	Socorro (a) D Maria Segunda		1839	Sudeste Africano e Ilhas do Oceano Índico	Cuba
900173	Maria Segunda		1840	África Centro-Occidental e Santa Helena	
900217	Maria Segunda	Fonseca, Manoel Camilo Urbano da	1846	África Centro-Occidental e Santa Helena	Bahia
900218	Maria Segunda	Fonseca, Manoel Camilo Urbano da	1846	África Centro-Occidental e Santa Helena	Bahia

Fonte: <http://slavevoyages.org/voyage/search>

Considerações finais

Em geral essas embarcações foram utilizadas tanto no transporte de escravos quanto de mercadorias, o que nos faz lembrar que D. Ana Joaquina também detinha plantações imensas em suas propriedades. Como mostra o gráfico juntamente com a literatura desse período é possível se perceber que muitos comerciantes de escravos arrumaram outros meios de praticar o tráfico de escravos. Um jeito de burlar o sistema inglês era achando outros caminhos tanto ao sul quanto ao norte de Luanda, onde navios ficavam de prontidão navegando perto da costa, caso algum grupo de escravos estivesse pronto para embarcar. Essas embarcações ficaram conhecidas como *palhotes*, "... licenciados para fazer a cabotagem de mercadorias, legítimas, os quais também levavam mantimentos para o tráfico negreiro. Navegando nos meandros de rios e dos braços do mar. Os barqueiros *cabinda* transportavam escravos para pontos de encontros secretos com navios negreiros a sua espera". "... de forma a iludir mais eficazmente as patrulhas antiescravagistas, inglesas e portuguesas (MARTIN, 1985, p. 52-53).

Houve uma grande disputa no nascente governo Geral da província, pois era liderada pelos militares portugueses, contudo os maiores investidores e apoiadores do governo eram particulares em grande parte traficantes de escravos a exemplo D. Ana Joaquina. Assim, podemos observar a figura de D. Joaquina foi de inteira relevância para historiografia Angolana. Contudo, estou ainda no começo dessa pesquisa e, uma vez que o material utilizado foi apenas recentemente disponibilizado, espero aprofundar a análise.

Referências

CARDOSO, Carlos Alberto Lopes. Dona Ana Joaquina dos Santos Silva, industrial angolana da 2ª metade do séc. XIX. **Boletim Cultural da Câmara Municipal de Luanda**. Luanda, n. 37, p. 5-14, out./dez. 1972.

MARTIN, Phyllis. Cabinda e seus naturais: alguns aspectos de uma sociedade marítima africana. **Revista Internacional de Estudos Africanos**. Lisboa, n. 3, p. 41-61, jan./dez. 1985.

OLIVEIRA, Vanessa S. Mulher e comércio: A participação feminina nas redes comerciais em Luanda (século XIX). In: PANTOJA, S.; BERGAMO, E. A.; SILVA, A. C. (orgs.). **Angola e as angolanas**: Memória, sociedade e cultura. São Paulo: Intermeios, 2016, p. 133-152.

VALENTIM, Alexandre; DIAS, Jill. O império africano: 1825-1890. In: SERRÃO, J; MARQUES, A.H.O. (orgs.). **Nova história da expansão portuguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

WHELLER, Douglas Lanphier. Angolan woman of means: D. Ana Joaquina dos Santos e Silva, mid-nineteenth century luso-african merchant-capitalist of Luanda. **Santa Barbara Portuguese Studies Review**, Santa Barbara, v. 3, p. 284-297, 1996.



**SCHWABINGER KUNSTFUND: A HISTÓRIA DE UMA COLEÇÃO DE
OBRAS DE ARTE SAQUEADAS: (1933 – 2014).**

Autoria: Lucian Pereira dos Santos: (PPH – CEAPAC – UEM).
Orientadora: Dra. Sandra C. A. Pelegrini: (PPH – CEPAC – UEM).

Resumo. No ano de 2013, a imprensa internacional relatou a descoberta de uma coleção de obras de arte constituída de aproximadamente mais de 1.400 peças que foram encontradas no apartamento do colecionador de arte Cornelius Gurlitt, cujo imóvel situava-se na cidade de München - Alemanha. Esta coleção que herdou de seu falecido pai foi constituída durante os primeiros anos do III Reich, a partir do confisco de obras de arte de acervos e coleções particulares e públicas alemãs. A descoberta deste polemica coleção de arte que contava com valiosas obras artísticas que estavam desaparecidas a mais de sete décadas, gerou um embate entre três partes: Os herdeiros de Cornelius Gurlitt, O Museu de Berna – Suíça que teria sido agraciado com a coleção segundo o testamento de Gurlitt e os descendentes dos legítimos donos das obras. O propósito deste trabalho e compreender as origens e trajetória da coleção da família Gurlitt e as repercussões envolvidas em seu destino, direito de posse e preservação.

Palavras-chave: Acervos & Coleções; Cultura; História; Patrimônio Cultural; Política.

Introdução

Em meados de Fevereiro de 2012, o promotor de justiça do distrito de Augsburg confiscou aproximadamente 121 telas e 1285 obras de arte sem molduras que foram encontradas em um apartamento em Schwabing, München – Alemanha em meio a uma investigação de sonegação de impostos (GOMPertz, 2013). O apartamento era propriedade de Cornelius Gurlitt (1932 – 2014), filho do historiador e comerciante de arte: Hildebrand Gurlitt (1895 – 1956), que era bem conhecido pelo antigo departamento de inteligência aliada da Pós-Segunda Guerra Mundial – que tinha como missão encontrar obras de artes confiscadas de acervos e coleções públicas e particulares durante os anos de governo nazista (1933 – 1945).

Devido ao histórico da família Gurlitt, as autoridades de investigação logo suspeitaram que no meio desta coleção de arte houvesse obras saqueadas pelas autoridades nazistas desde os primórdios do III Reich Alemão. O acervo descoberto estava bem preservado e contava com sua boa qualidade, dentre os trabalhos artísticos encontrados havia obras de velhos mestres da arte, impressionistas, cubistas e expressionistas – como: Claude Monet, Pierre-Auguste Renoir, Henri Matisse, Franz Marc, Marc Chagall, Otto Dix & Max Liebermann, entre muito outros. Todo o acervo foi confiscado pelas autoridades alemãs, entretanto Cornelius Gurlitt não foi detido. A descoberta que foi divulgada pela imprensa internacional trouxe repercussão à mesma altura (SMALÉ, 2013).

Cornelius Gurlitt inicialmente se recusou cooperar com as autoridades investigativas, sendo ainda constatado que ele possuía a posse de mais uma dúzia de pinturas de origem suspeita em sua casa situada na cidade austríaca de Salzburg (BBC NEWS, 2014). Em 07 de Abril de 2014, um acordo entre Gurlitt e as autoridades alemãs foi fechado – em troca do retorno do acervo confiscado em München, Cornelius deveria cooperar com a força-tarefa de investigação para determinar a origem de todas as obras, caso fosse constatado que determinadas obras fossem roubadas elas deveriam ser devolvidas aos seus legítimos donos (DEUTSCHE WELLE, 2014). Entretanto, um mês após este acordo Cornelius Gurlitt veio a falecer e teria deixado um testamento que entregava seu acervo de obras de arte ao Museu de Belas-

Artes de Bern – Suíça, onde alegam plena legalidade por seu direito de posse das obras de arte “presenteadas” pelo falecido Gurlitt (FORBES, 2014).

As origens da coleção de obras de arte de Hildebrand & Cornelius Gurlitt: (1925 – 1945)

Hildebrand Gurlitt construiu seu nome na Alemanha de Weimar como um renomado colecionador, historiador e comerciante do mundo da arte, chegando a ocupar posições importantes em instituições de arte, galerias e museus alemães. No ano de 1925 ocupou o cargo de diretor do Museu König Albert de Zwickau, apreciador da arte moderna chegou ao realizar diversas exposições de arte moderna, a primeira que organizou possuía obras do pintor expressionista alemão: Hermann Max Pechstein (1881 – 1955).

No ano seguinte contratou a *Bauhaus Dessau* para realizar a decoração do museu, no mesmo ano realiza uma exposição de arte da expressionista alemã: Käthe Kollwitz (1867 – 1945), em 1927 organizou as exposições de: Erich Heckel (1883 – 1970) & Karl Schmidt-Rottluff (1884 – 1976) – ambos eram membros do grupo artístico chamado: *Die Brücke*. E por fim no ano de 1928 foram expostos os trabalhos de Emil Nolde (1867 – 1956). Até o ano de 1930 viria a realizar mais exposições de artistas modernos como: Kandinsky, Kirchner, Klee, Kokoschka, Marc & Munch.

Foi removido de seu cargo no ano de 1930, pois o estilo artístico que a arte moderna trazia não agradou o gabinete administrativo do museu que era formado por uma grande maioria de membros conservadores, que ignoraram completamente o sucesso financeiro da exposição e a boa repercussão apresentada pela imprensa nacional, a justificativa dada para sua demissão era de “colocar em prática uma política artística que afronta o salutar sentimento popular da Alemanha” (NICHOLAS, 1996, p.19).

Com a chegada dos nazistas ao poder no ano de 1933 ele foi mais uma vez deposto do cargo que ocupava – desta vez fora em Hamburg, onde atuava como curador e diretor de organização da associação de arte: *Kunstverein*, os motivos de sua demissão fora seu apreço pela arte moderna e por possuir ancestralidade judaica por parte de sua avó (LAQUEUR, 2013). Após esses acontecimentos mudou-se com sua família para a cidade de Dresden, onde

estabeleceu um comércio próspero como negociante de arte se especializando em arte moderna.

Adolf Hitler e os demais membros do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães: (NSDAP: *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*) assim que estabeleceram controle pleno sobre a Alemanha, implantaram suas diretrizes de governo a base de sua ideologia nas diversas áreas da sociedade alemã, desde aspectos políticos a culturais foram reconfigurados segundo as vontades do *Führer*. Ao que se diz a arte foi decretado que toda a arte moderna seria considerada uma ameaça ao espírito da sociedade germânica, pois esta arte para o NSDAP possuía profundas relações com o judaísmo e bolchevismo, sendo assim não haveria mais espaço para a arte moderna na Alemanha de Hitler e toda a produção que fosse derivada deste estilo artístico passou a ser considerada como: *Entartete Kunst*, ou seja, “Arte Degenerada”.

Hildebrand Gurlitt que sofreu perseguição devido a realizar diversas exposições de “arte degenerada” e construiu seu nome como um prestigioso comerciante de arte, começou a atrair as atenções de dirigentes do partido nazista. O Ministro da Propaganda Dr. Joseph Paul Goebbels (1897 – 1945) que possuía certo apelo pela arte moderna expressionista de pintores como Emil Nolde, o autorizou a continuar com a compra e venda de arte moderna sob suas diretas ordens.

Entre os anos de 1933 – 1937: Adolf Hitler ordenou que toda a *Entartete Kunst* presente em território alemão fosse confiscada seja ela de origem pública ou privada, para tal tarefa foi estabelecida a “Comissão de Exploração de Arte Degenerada” que foi dirigida por quatro comerciantes de arte: Karl Buchholz, Ferdinand Möller, Bernhard Böhmer & Hildebrand Gurlitt, estes eram especialistas receberam a tarefa de confiscar toda arte moderna em solo alemão. Aproximadamente mais de 16.000 obras de arte foram confiscadas pelas autoridades nazistas e categorizadas como “Degeneradas”, segundo os princípios do nacional-socialismo germânico. A comissão que foi incumbida com o objetivo de vender a maior quantidade possível dessas obras de arte soube aproveitar da grade rede de contatos de Hildebrand que se entendia por boa parte da Europa e da América do Norte (NICHOLAS, 1996, p.34). Herman Göring uma das figuras de maior poder do alto-comando nazista aproveitou o

momento para arrecadar fundos para sua própria coleção de arte, por meio dos quatro negociadores de arte que nem sempre entregavam a comissão todos os procedimentos de venda das obras de arte (FELICIANO, 2006).

Uma quantidade considerável desses trabalhos artísticos foi exposta na cidade de München entre os dias: 19 de Julho – 30 de Novembro de 1937, na exposição intitulada de: *Die Ausstellung Entartete Kunst* – “Exposição de Arte Degenerada”, que visava passar uma imagem extremamente negativa e difamadora em relação aos artistas modernistas e seus trabalhos que eram taxados pelos nazistas como uma “verdadeira montanha de lixo”.

As obras que não foram entregues a comissão de organização da exposição de Arte Degenerada foram transferidas para o castelo barroco: *Schloss Schönhausen*, situado na parte nordeste da capital alemã – Berlin. Os quatro comerciantes receberam a permissão para comercializar a venda e compra destas obras confiscadas para a arrecadação de fundos que seriam destinados ao governo nazista, os quatro perceberam que este era o momento de construir valiosas coleções e acervos particulares com obras de grandes mestres da arte moderna a baixos custos forjando os relatórios de compra e venda que eram entregues a comissão do NSDAP (NICHOLAS, 1996, p.35).

Posteriormente um relatório completo acerca da compra, venda e troca das obras de arte confiscadas pela comissão e comercializadas entre os anos de 1937 – 1938, foi confeccionada por ordem do Ministro da Propaganda Alemã, o museu britânico Victoria & Albert Museum detém a única cópia que sobreviveu a guerra – no relatório o nome de Hildebrand Gurlitt aparece inúmeras vezes (VAM, 2014). Enquanto muitos clientes realizavam pagamentos em grandes quantidades de Franco Suíços, Dr. Gurlitt e seus companheiros realizavam pagamentos de alguns Francos ou até mesmo uma fração de Franco por obras e esboços que pertenciam a artistas como: Van Gogh & Picasso.

Esta era as origens da coleção de mais de 1.400 obras de arte que Hildebrand Gurlitt construiu a base de saques de coleções públicas e privadas alemãs sob o aval das autoridades nazistas. Segundo o historiador Hector Feliciano, o Marechal da Aviação Alemã: Hermann Wilhelm Göring (1893 – 1946) utilizou-se de sua influência e poder dentro da alta cúpula do III Reich para indicar diversos membros da “Força-tarefa Reichsleiter Rosenberg” (ERR:

Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg), incluindo o Dr. Gurlitt para a arrecadação de fundos e obras de arte de origem francesa que seriam destinadas a coleção de arte do Marechal do III Reich (FELICIANO, 2006).

Pós-Segunda Guerra Mundial e as investigações preliminares: (1945 – 1956)

Após os términos das hostilidades na Europa em Maio de 1945 por meio da assinatura dos termos de rendição incondicional da Alemanha perante os representantes das forças armadas aliadas na cidade francesa de Reims, iniciou-se o processo de busca, detenção e interrogatório de personagens envolvidos nos mais diversos tipos de setores do antigo III Reich Alemão. Gurlitt e sua mãe foram capturadas pelas forças armadas estadunidenses onde ambos foram submetidos a diversos interrogatórios acerca do seu papel no processo de confisco e saque de obras de arte entre os anos de 1937 – 1945. Ele alegou as autoridades estadunidenses que sua coleção e documentação acerca das transações de obras de arte que se encontrava em sua residência na cidade de Dresden na Kaitzer Strasse foram ambas destruídas em Fevereiro de 1945, quando a cidade foi vítima de um devastador bombardeiro incendiário que reduziu praticamente toda a cidade a cinzas – matando um aproximadamente 25.000 civis alemães (NARA M1947).

As autoridades estadunidenses e alemãs confiscaram de Hildebrand Gurlitt cerca de: 115 obras de artes que ela alegava ter obtido por meios legais, entre as obras apreendidas estavam o: *Domador de Leões* (Sem data) de Max Beckmann e um *Auto-retrato* de Otto Dix datado de 1919, estas foram devolvidos a Gurlitt após análises dos conselheiros culturais estadunidenses que atuavam na investigação das obras (EDDY, 2013). Gurlitt alegou até o fim de sua vida que não passou de mais uma vítima do nazismo principalmente devido sua ancestralidade judaica, no fim acabou sendo libertado pelas autoridades estadunidenses e alemãs continuando a comercializar arte até sua morte em um acidente de carro em 1956. Neste momento seu filho Cornelius Gurlitt já administrava secretamente o acervo pessoal de seu falecido pai.

As autoridades alemãs revelaram que uma nova análise dos documentos nazistas somadas a correspondências de Hildebrand com membros do partido comerciantes e colecionadores de arte se tornou um fator

crucial para a descoberta do cachê de obras de arte de München (BARNETT, 2013). As investigações revelaram que meados de Maio de 1940 o ministério da propaganda alemã vendeu a Gurlitt aproximadamente 200 pinturas, das quais estava incluído: *A Caminhada* (1929) de Chagall, *A Família agrícola* (1905) de Picasso, e *O Porto de Hamburg* (1910) de Nolde que ele teria adquirido após realizar um pagamento de 4.000 Francos Suíços, no ano seguinte, Gurlitt adquiriu: 115 obras de “arte degenerada”, pelos mesmos meios (BARNETT, 2013).

A captura de Gurlitt e sua esposa por autoridades estadunidenses ocorreram na região de Schlösselfeld – Alemanha em Junho de 1945, oficiais vinculados ao: *Monuments; Fine Arts, and Archives Program*: (MFAA), realizaram parte dos interrogatórios de Gurlitt que alegava que essas obras pertenciam a sua coleção particular que em grande maioria teria sido destruída após sua casa situada na *Kaitzer Straße* – em Dresden graças aos intensos bombardeiros aliados que afligiram a cidade alemã em Fevereiro de 1945 (VON IRA, 2013).

Gurlitt teve sorte em seus interrogatórios, pois boa parte do foco da MFAA estava destinada a preservação de obras de antigos mestres da arte europeia e não a arte impressionista e pós-impressionista que era categorizada pelos nazistas de “degenerada”, arte está que Gurlitt comercializou sob as orientações do NSDAP. O que os investigadores da MFAA gostariam de saber de Gurlitt era a origem de 200 obras de arte de aparente propriedade francesa, Gurlitt por sua vez alegou que as adquiriu entre os anos de 1942 – 1944 por meio de um comerciante de arte na cidade de Paris (KÜRTEEN, 2013).

Apesar de ser libertado após construir uma imagem de vítima do nazismo Hildebrand Gurlitt e sua esposa foram libertados, mas as autoridades aliadas não compraram planamente sua história e continuaram com as investigações. Isso não impediu que cerca de: 206 obras de arte fossem retornadas a Gurlitt em Dezembro de 1950, deste acervo podemos destacar: Um autorretrato de Otto Dix, *Dois Cavaleiros na praia* (1901) de Max Liebermann, uma pintura alegórica de Chagall, 112 pinturas, 19 desenhos e 72 outros objetos (ENOCH, 2013).

O Tesouro de München: A descoberta das autoridades alemãs: (2010 – 2013)

Como dito anteriormente as autoridades estadunidenses e alemãs não confiavam nos depoimentos de Gurlitt sobre as origens de sua coleção de arte, mesmo após sua morte em 1956, os focos da investigação eram voltados para seu filho e herdeiro: Cornelius Gurlitt. Em Setembro de 2010, autoridades alemãs realizavam buscas de rotina nos passageiros da linha férrea: Zurich – München, quando se depararam com Cornelius que carregava com sigilo uma quantia de: € 9.000: (£ 7.500; US\$ 13.000), por lei todo passageiro poderia transportar consigo uma quantia de € 10.000, ele foi autorizado a prosseguir em viagem, porém com a suspeita das autoridades (FOCUS, 2013), já que ele alegou que conseguiu esse dinheiro após transações comerciais com a Galeria de Arte Kornfeld em Bern – Suíça.

Quando as autoridades alemãs aprofundaram as investigações, um grande número de suspeitas era levantada sobre Cornelius Gurlitt, ele dizia que morava Salzburg – Áustria, porém sua principal residência era em München – Alemanha, aparentemente nunca foi empregado por ninguém, não possuía registros no sistema de impostos e serviços sociais da Alemanha, não havia se casado, não possuía pensão ou um plano de saúde – oficialmente ele não existia para o Estado Alemão (HALL, 2013).

O cerco começou a fechar em Setembro de 2011 quando o promotor de München entrou com um pedido de busca para entrar no apartamento de Cornelius em Schwabing – München. Em Fevereiro do ano seguinte o mandato de busca foi cumprido, as autoridades não tardaram em invadir o apartamento em busca de somas de dinheiro não declaradas ou até mesmo pistas de alguma conta no exterior. Em vez disso fizeram uma descoberta surpreendente: mais de uma centena de obras de arte escondidas atrás de uma grande quantidade de latas de comida que estavam vencidas. Inicialmente foi estimado que este acervo valesse no mínimo €1 Bilhão de euros (BBC, 2013).

A revista alemã *Focus* foi que realizou a maior parte da cobertura da descoberta do “Tesouro de Munich”, ele divulgou a imprensa internacional que cerca de 1.500 obras de arte foram descobertas no imóvel de Cornelius Gurlitt e que pelo menos 200 delas seriam pinturas que desapareceram durante a Era

Nazista (FOCUS, 2013). Toda a coleção foi colocada sob a guarda das autoridades alemãs e enviadas para Garching.

A análise da coleção de Cornelius Gurlitt: traçando as origens das obras de artes

O primeiro historiador de arte a ser indicado para analisar o acervo apreendido de Cornelius Gurlitt foi o Dr. Meike Hoffmann, que se comprometeu a investigar as origens de cada obra de arte apreendida e realizar a busca de seus antigos proprietários e descendentes, a comunidade dos historiadores da arte pediram que fosse emitida uma lista completa sobre as obras encontradas no apartamento de Cornelius para que facilitasse o processo de retorno aos seus antigos donos (ALEXANDER, 2013).

Cornelius insistia que seu falecido pai obteve de forma legal essas obras e que não devolveria nenhuma delas aos antigos proprietários (BBC, 2013). A pressão causada pelas atenções da imprensa levaram o cunhado de Gurlitt entregar as autoridades policiais vinte e duas obras de arte que estavam sob sua posse (BBC, 2013). Uma das obras desta coleção era de autoria do fauvista: Henri Matisse, a tela apresentava o retrato de uma mulher – o quadro foi identificado com pertencente à coleção do comerciante de arte: Paul Rosenberg (1881 – 1959), um francês de origem judaica que morava em Paris, antes da ocupação nazista, Rosenberg era o representante de Picasso, Braque e Matisse, tendo sido forçado a abandonar sua coleção de arte quando fugiu da França no ano de 1940 (OLTERMANN, 2013). Um embate legal entre os herdeiros de Rosenberg, Cornelius e o governo alemão levou ao retorno da obra aos herdeiros de Paul Rosenberg em 2015 (EDDY, 2015).

Foi constatado que Gurlitt teria realizado a venda de algumas obras que deveriam ser recuperadas como um óleo sobre tela de Renoir datado de 1881, que teria sido vendido a um colecionador de arte estadunidense. Uma obra que teria sido vendida a Galeria Kornfeld em Bern, no ano de 1990 quando ele foi abordado pela polícia alemã no trem. O quadro de Max Beckmann intitulado: *O Domador de Leões*, que foi vendido em um leilão £750, 000 libras esterlinas (VON IRA, 2013 & HALL, 2013).

Em Março de 2014, a BBC noticiou que mais 238 obras de arte que estavam sob a posse de Cornelius Gurlitt foram encontradas em sua residência

na Áustria. Dentre as obras encontradas estavam: *Uma paisagem marítima com dois navios* de Manet; *Retrato de um homem* de Jean Courbet, *Um Homem sentado* de Renoir, *A praia* de Max Liebermann e *A Ponte de Waterloo* (1903) de Claude Monet (EVANS, 2014).

No mês seguinte foi estabelecido o acordo que dizia determinava o retorno das obras de arte a Cornelius Gurlitt, desde que este comprometesse a cooperar com as investigações da força tarefa para a devolução das obras categorizadas como frutos de roubo (DEUTSCHE WELL, 2014). Para que essa tarefa fosse realizada com extrema eficácia, foi criada uma entidade chamada: *Schawbinger Kunstfund*, ou: “Força Tarefa Gurlitt”, o objetivo dessa organização era identificar as origens de todas as pinturas de Cornelius Gurlitt, porém essa organização até hoje apresentou pouca visibilidade de suas atividades, assim como poucos resultados, gerando grande crítica por parte da imprensa alemã e internacional (DEUSTCHE WELL, 2014).

A Morte de Cornelius Gurlitt e a disputa por sua “herança”

No dia 06 de Maio de 2014, Cornelius Gurlitt veio a falecer e surge a notícia de que ele teria doado sua coleção de arte ao acervo do Museu de Belas-Artes de Bern – Suíça, que seria considerado como o único herdeiro do acervo de obras de arte. A Força Tarefa Gurlitt ficou abismada com a notícia, se não bastasse à prima de Gurlitt: Uta Werner entrou com um pedido de posse das obras de arte, onde clamava que este acervo por direito pertenceria aos parentes de Cornelius, onde alegavam também que Gurlitt em seus últimos anos de vida sofria de problemas mentais como: delírios e transtorno de personalidades, assim não podendo tomar tal decisão em plena sanidade (VON STEFAN, 2014).

Acreditasse que muitas obras podem retornar a propriedade de Gurlitt a não ser que herdeiros dos antigos proprietários possam provar que Hildebrand & Cornelius Gurlitt as adquiriram por meio ilegal. As autoridades da Força Tarefa Gurlitt acreditam que precisam realizar uma investigação profunda em pelo menos 590 obras de arte para averiguar se foram frutos da política de saque e confisco de obras artísticas realizado pelo Regime Nazista e outras 380 já foram identificadas como obras confiscadas e categorizadas pelo NSDAP de *Entartete Kunst* (LOST ART INTERNET DATA BASE, 2013).

Em Julho de 2014, duas estatuas foram descobertas no apartamento de Gurlitt em München, que segundo a BBC News poderiam ser obras de Rodin & Degas – em Setembro do mesmo ano no hospital que Cornelius ficou internado foi encontrada uma maleta que continha uma pintura sobre papel de uma paisagem, foi constatado que a obra de arte era de autoria de Monet pintada entre os anos de 1864 – 1867 (BBC, 2014).

Em Novembro de 2014, o Museu de Bern decidiu aceitar a coleção de Gurlitt, porém os diretores e oficiais do museu suíço afirmaram a imprensa que não aceitariam arte confiscada pelos nazistas, sendo assim aproximadamente 500 obras permaneceram na Alemanha até que seus donos originais pudessem ser identificados. Destas obras três foram devolvidos imediatamente aos legítimos donos: *Femme Assise* (1924), uma obra de Henri Matisse que pertencia a Paul Rosenberg que foi devolvida aos seus descendentes, *Dois Cavaleiros na praia* (1901) de Max Liebermann que foi entregue ao bisneto de David Friedman – industrialista e colecionador de arte, que acabou colocando-a em leilão em Maio de 2015, sendo vendida a 550.000 libras esterlinas (BBC, 2015) e *Tocando o piano* (1840) de Carl Spitzweg que pertencia Henri Hinrichsen, músico que foi assassinado no KZ Auschwitz – Polónia (BBC, 2014).

Os complexos questionamentos sobre a posse legal das obras de arte de Cornelius Gurlitt

O acervo de Cornelius Gurlitt trouxe questionamentos do passado e presente acerca da legalidade das obras de arte que foram saqueadas pelo governo nazista durante sua existência. Quando a coleção foi apreendida por ordem do promotor ele chegou a ser acusado pela imprensa sobre o direito de fazer tal ato e de até mesmo estar aproveitando da situação. Devido à complexidade e problemática do tema em questão, o direito de propriedade de obras de arte adquiridas durante o período nazista (1933 – 1945), se tornando algo altamente complexo. Prova disso pode ser encontrada na decisão tomada pelo alto conselho de controle aliado após o termino da guerra que decidiu aceitar a lei nazista que legalizava a posse de “arte degenerada”, para que o comércio de arte pudesse prosseguir sem complicações (DITTMAR, 2013).

Na Alemanha não existe nenhuma lei que exija a devolução de obras de obras de arte saqueadas pelos nazistas – desde que é claro seja comprovado que sua aquisição foi realizada por vias legais. Com a assinatura do *Washington Agreement – 1998* a Alemanha concordou que todas suas instituições públicas iriam verificar seus inventários em busca de bens saqueados pelos nazistas e devolve-los aos seus legítimos donos, porém quase duas décadas se passaram e pouquíssimas instituições como museus e bibliotecas fizeram o levantamento e devolução destes bens.

Aparentemente o mesmo não se aplica a casos individuais, sendo assim a lei alemã não obriga a uma pessoa que tiver uma obra de arte que foi fruto do saque nazista devolve-la ao seu antigo dono. Pensando dessa maneira Cornelius não possuía a obrigação de devolver as obras que constituíam seu acervo particular e sua apreensão por parte Reinhard Nemetz - Procurador Geral da Baviera feria os direitos de propriedade garantidos pela constituição alemã (WEFING, 2013).

Até os dias presentes estão sendo realizadas diversas investigações com o propósito de encontrar e identificar os inúmeros bens e patrimônios culturais saqueados de museus e coleções particulares européias durante o contexto do III Reich Alemão, porém, ainda falta visibilidade por parte das autoridades investigadoras. Mais de sete décadas se passaram desde o fim da Segunda Guerra Mundial, porém, muitos assuntos como o desaparecimento de obras de arte saqueadas durante o contexto permanecem sem uma conclusão definitiva levando inúmeros pesquisadores e investigadores continuarem suas buscas pelos paradeiros e destinos dos mais belos exemplares da produção cultural humana.

Referências:

ALEXANDER, Harriet. **Art experts demand Germany releases list of €1bn Nazi art trove.** The Telegraph: United Kingdom, 04 de Novembro de 2013. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/germany/10424957/Art-experts-demand-Germany-releases-list-of-1bn-Nazi-art-trove.html> Acesso em; 05 de Junho de 2017.

BARNETT, Louise. **Art dealer paid Nazis Just 4, 000 Swiss Francs for masterpieces.** The Telegraph: London, United Kingdom, 10 de Novembro de 2013. Disponível em:

<<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/germany/10439168/Art-dealer-paid-Nazis-just-4000-Swiss-Francs-for-masterpieces.html>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

BBC NEWS. **Nazi Looted Art found in Munich.** BBC News: United Kingdom, 03 de Novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-24794970>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

BBC NEWS. **German Police check new art haul near Stuttgart.** BBC News: London, 12 de Novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-24910093>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

BBC NEWS. **Nazi-Looted Art: German Collector says He owns pictures.** BBC News: London, 17 de Novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-24977814>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

BBC NEWS. **Nazi loot probe: More art found at Gurlitt Áustria Home.** BBC News: London, 11 de Fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-26133532>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

BBC NEWS. **Possible Rodin and Degas Works found at Gurlitt Home.** BBC News: London, 24 de Julho de 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/entertainment-arts-28464629>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

DEUTSCHE WELLE. **Gurlitt reaches deal with German authorities over vast trove of art.** Deutsche Welle News: Alemanha, 07 de Abril de 2014. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/gurlitt-reaches-deal-with-german-authorities-over-vast-trove-of-art/a-17549261>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

EDDY, Melissa. **German Officials Provide Details on Looted Art.** The New York Times: Estados Unidos da América do Norte, 05 de Novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/11/06/arts/design/german->

[officials-provide-details-on-looted-art-trove.html](#)> Acesso em: 05 de Junho de 2013.

EDDY, Melissa. **Matisse from Gurlitt Collection Is Returned to Jewish Art Dealer's Heirs**. The New York Times: New York, 15 de Maio de 2015. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2015/05/16/arts/international/matisse-gurlitt-collection-femme-assise-seated-woman.html?_r=0> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

ENOCH, Nick. **How US military quizzed German dealer of £1bn Nazi art loot Just after the war**. Daily Mail: United Kingdom, 09 de Novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2493980/Nazi-art-loot-German-dealer-quizzed-U-S-military-just-war.html#ixzz2k9BmfvdM>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

EVANS, Stephen. **Cornelius Gurlitt: One Lonely man and his hoard of stolen nazi art**. BBC News Magazine: Berlin - Alemanha, 26 de Março de 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/magazine-26746697>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

EVANS, Stephen. **Nazi Art Hoarder Gurlitt makes Swiss Museum sole heir**. BBC News: Berlin, 07 de Maio de 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-27306269>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

EVANS, Stephen. **Nazi Art Hoarder Cornelius Gurlitt, 81, dies**. BBC News: Berlin, 06 de Maio de 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-27298832>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

FOCUS. **1500 Werke Von Künstlern wie Picasso, Chagall und Matisse: Meisterwerke zwischen Müll – Fahnder entdecken in München Nazi-Schatz in Milliardenhöhe**. FOCUS ONLINE: Alemanha, 04 de Novembro de 2013. Disponível em: <http://www.focus.de/kultur/kunst/nazi-raubkunst-meisterwerke-zwischen-muell-fahnder-entdecken-kunstschatz-in-milliardenhoehe_aid_1147066.html> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

FELICIANO, Hector. **The Lost Museum**. Bonjour Paris: United Kingdom, 31 de Março de 2006. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2486251/1bn-haul-art-Picasso-Renoir-Matisse-squalid-Munich-flat.html#ixzz2jbOnohDE>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

FORBES, Alexander. **Will Germany Keep Gurlitt's Trove from the Swiss?** Artnet News: Estados Unidos da América do Norte, 08 de Maio de 2014. Disponível em: <<https://news.artnet.com/market/will-germany-keep-gurlitts-trove-from-the-swiss-14647>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

GOMPERTZ, Will. **Nazi trove in Munich contains Unknown works by masters.** BBC News: Europe, 05 de Novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-24818541>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

HALL, Alan. **£1bn haul of art treasures seized by Nazis found in squalid Munich flat.** Mail Online News: United Kingdom, 03 de Novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2486251/1bn-haul-art-Picasso-Renoir-Matisse-squalid-Munich-flat.html#ixzz2jibOnohDE>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

KÜRTEEN, Jochen. **Monuments Men: Tracking looted treasures.** Deutsche Welle: Alemanha, 11 de Novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.dw.com/en/monuments-men-tracking-looted-treasures/a-17218246>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

LAQUEUR, Walter. **Degenerate Art and The Jewish Grandmother: the story of the family behind the nazi-era art trove.** Mosaic Magazine: Estados Unidos, 04 de Dezembro de 2013. Disponível em: <<https://mosaicmagazine.com/observation/2013/12/degenerate-art-and-the-jewish-grandmother/>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

LOST ART INTERNET DATA BASE. **Schwabing art trove: Provenance of treasures to be researched alongside criminal proceedings: Suspicious works being publicised at www.lostart.de.** Deutsches Zentrum Kulturgutverluste: Lost Art-Datenbank – Lost Art Internet Data Base: Alemanha, 11 de Novembro de 2013. Disponível em: <http://www.lostart.de/Content/02_Aktuelles/2013/13-11-15%20PM%20Taskforce_EN.html> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

NARA M1947. **Collection: Gurlitt.** Fold3: Estados Unidos da América do Norte, 2009. Disponível em: <<https://www.fold3.com/document/231981211/>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

NICHOLAS, Lynn H. **Europa Saqueada: O destino dos tesouros artísticos europeus no Terceiro Reich e na Segunda Guerra Mundial.** Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OLTERMANN, Philip. **Modernist Art Haul Looted by Nazis, Recovered by German Police.** The Guardian: United Kingdom, 04 de Novembro de 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/nov/03/nazis-looted-modernist-masterpieces-germany-police>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

SMALE, Alison. **Report of Nazi-Looted Trove Puts Art World in Uproar.** The New York Times: Estados Unidos da América do Norte, 04 de Novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/11/05/arts/design/trove-of-apparently-nazi-looted-art-found-in-munich-apartment.html?pagewanted=1&r=0>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

VAM. **Entartete Kunst.** Victoria and Albert Museum: London. Disponível em: <<http://www.vam.ac.uk/content/articles/e/entartete-kunst/>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

VON IRA, Mazzoni. **Nazi-Raubkunst in München.** Süddeutsche Zeitung: München, 14 de Novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.sueddeutsche.de/kultur/depot-mit-nazi-raubkunst-in-muenchen-der-verwerter-und-sein-sohn-1.1809631>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

VON PETER, Dittmar. **Der Fall Gurlitt: Verbrechen lohnt sich.** Jüdische Allgemeine: Alemanha, 07 de Novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.juedische-allgemeine.de/article/view/id/17492>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

VON STEFAN, Koldehoff. **Der Fall Gurlitt: Die Causa Gurlitt: Leichtgradig Kompliziert.** Frankfurter Allgemeine: Alemanha, 19 de Novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.faz.net/aktuell/feuilleton/kunst/der-fall-gurlitt/die-causa-gurlitt-leichtgradig-kompliziert-13273066.html>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.

WEFING, Heinrich. **Münchner Bilderfund: Fluch des Schatzer.** Zeit Online: Alemanha, 21 de Novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.zeit.de/2013/48/gurlitt-kunstwerke-raubkunst>> Acesso em: 05 de Junho de 2017.



UM REALISMO “AVANT LA LETTRE”: O QUE O “ESCRIBA SENTADO” TEM A NOS DIZER

Rodrigo Lourenço dos Santos
(UEL)

Resumo. Este artigo pretende apresentar aos leitores a existência de uma manifestação artística no Egito Antigo (que contém alguns traços que podem ser considerados como sendo realistas para a contemporaneidade) e o seu contraste com a arte canônica que foi produzida ao longo dos tempos na mesma civilização. Para esta investigação, será utilizada como fonte a imagem da escultura *Escriba Sentado* (cerca de 2.500 a. C.). A primeira parte traz um olhar acerca do ofício do escriba, mostrando algumas características relacionadas a sua vida particular e conseqüentemente a sua carreira. Já a segunda parte faz um pequeno mergulho na Arte do Egito Antigo, mostrando suas características mais gerais. Haverá uma ênfase maior no campo da escultura por este ser o tipo de manifestação artística que pretendemos analisar. Por fim, a terceira parte mostrará algumas possíveis interpretações da obra *Escriba Sentado* e como pode ser estabelecida uma relação de transgressão com os cânones artísticos do período. Uma representação como o *Escriba Sentado*, que contém aspectos visivelmente realistas, pode nos dar pistas para pesquisas posteriores a respeito da condição social do indivíduo ali retratado a partir de seus traços raciais e sua fisionomia.

Palavras-chave: Arte; Egito; Escriba.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo investigar a existência de uma manifestação artística no Egito Antigo (que contém alguns traços que podem ser considerados como sendo realistas para a contemporaneidade) e o seu contraste com a arte canônica que foi produzida ao longo dos tempos na mesma civilização. Para esta investigação, será utilizado como fonte a imagem da escultura *Escriba Sentado* (cerca de 2.500 a. C.).

A escolha da obra *Escriba Sentado* que data do Antigo Império (3.200-2.200) está relacionada com o embate entre o realismo e a convenção, tendo em vista que essa temática ainda pode estabelecer novas inquietações sobre essa relação para o tempo presente. Segundo Coli (1995, p. 37)

[...] o historiador da arte não consegue evitar inteiramente os critérios seletivos, pois o conjunto de objetos que estuda supõe uma escolha. Privilegiará um autor que pareça a seus olhos e aos de seus contemporâneos mais importante, consagrando-lhe um maior número de páginas, aprofundando mais a análise.

A escultura *Escriba Sentado* de autoria desconhecida, foi achada em 1850 pelo arqueólogo francês Auguste Mariette em um sepulcro da necrópole de Saqqara (Egito) e desde 1854 se encontra no Museu do Louvre (Paris). A escultura teria sido realizada em um momento em que a sociedade do Antigo Egito já estava organizada em uma estrutura relativamente clara. No cume estava o faraó, seguido pelos sacerdotes e escribas. Perto da base se encontravam os militares, artesãos, camponeses e escravos. Contudo, ao contrário do que foi por muito tempo estabelecido com relação a uma dominação quase que total do primeiro grupo com relação ao segundo, hoje sabemos, auxiliados por novos e intensos estudos, que a relação entre esses grupos era também de trocas culturais. A arte egípcia contém diversas características que a definem como sendo singular dentro da história da arte, entretanto, duas particularidades nos parecem mais importantes para a discussão do presente estudo. Uma delas seria a tradição direta, transferida de mestre a aluno, e deste a um apreciador ou mesmo copiadador. A outra seria aliar regularidade geométrica e o olhar perspicaz da natureza.

Para tentar alcançar o objetivo proposto, o trabalho está dividido em três partes. A primeira parte traz um olhar acerca do ofício do escriba, mostrando algumas características relacionadas a sua vida particular e conseqüentemente a sua carreira. Já a segunda parte faz um pequeno mergulho na Arte do Egito Antigo, mostrando suas características mais gerais. Haverá uma ênfase maior no campo da escultura, por este ser o tipo de manifestação artística que pretendemos analisar. Por fim, a terceira parte mostrará algumas possíveis interpretações da obra *Escriba Sentado* e como pode ser estabelecida uma relação de transgressão com os cânones artísticos do período. Além disso, é necessário mostrar que a definição de arte é muito plural para os dias atuais, por mais que alguns conceitos relacionados sobre ela, como os de Pierre Bourdieu, tenham alcançado diversos docentes nas mais variadas universidades do país. Proponho que pensemos a arte segundo as palavras de Coli (1995, p. 22) “[...] a autoridade institucional do discurso competente é forte, mas inconstante e contraditória, e não nos permite segurança no interior do universo das artes.”

Pupilos de Thot: a importância do escriba no Antigo Egito

É do conhecimento de muitos que são introduzidos nos estudos sobre o Egito Antigo, o fato dos escribas terem ocupado uma posição de destaque na sociedade, muito devido a sua capacidade de desenvolver a aptidão da escrita. Muito mais do que somente receber esse dom das mãos de Thot (segundo a crença então vigente) o escriba era altamente valorizado pelo poder de eternizar indivíduos e acontecimentos relevantes, por meio do registro. Tendo essa função um status elevado, era normal que a profissão fosse exaltada, como estando acima de tantas outras que existiam no Antigo Egito. Bakos (2000, p.16) interpretando um documento antigo intitulado *A sátira dos ofícios* realça que o seu autor

Dua Khety discorre sobre quinze ofícios, desde o do oleiro – cruel – porque ele remexe na lama como um porco, até o do pescador – o mais sofrido – porque tem os crocodilos como companheiros de ofício. Em contrapartida, Dua Khety elogia as condições de trabalho e as recompensas que cabem aos que sabem ler e escrever, salientando a característica que julga a principal: *não há profissão sem chefe, exceto a do escriba Ele é sempre tratado com dignidade por onde quer que vá.*

A memorização e a cópia de textos eram fundamentais para a instrução do aluno, sendo que o começo dos estudos, acontecia com quatro anos de idade e era finalizado aos dezesseis. O processo de aprendizagem da escrita era demorado e tinha como um de seus objetivos, representar uma língua que não era falada. Os sistemas de educação eram pautados por conhecimentos de ordem prática e era dividido em dois momentos. Num primeiro momento, o procedimento era constituído pela memorização, regulado pela reduplicação de listas de hieróglifos, estabelecidos em ordem numérica e classificados na categoria, simultaneamente com os respectivos significados. Já em um segundo momento, os estudantes passavam a realizar cópias de textos religiosos. Nessas obras estavam contidas máximas e preceitos, relacionadas a questões morais e conseqüentemente, éticas. Bakos (2000, p.17) ainda interpretando *A sátira dos ofícios* mostra que um dos aspectos que o escriba tinha que absorver, estava relacionado com a prudência e

Dua Khety ensina seu filho a não tomar partido em discussões, a manter distância dos oficiais, a não interromper as pessoas, a não falar de coisas secretas e afastar-se de desordeiros. Ainda aconselha o garoto a ser moderado nas palavras, comer e beber pouco, a ouvir mais que falar e a elogiar os competentes.

O itinerário dos estudos, que tinha como um de seus fins a memorização das aulas pelos estudantes, poderia ter sido muito duro, forçando o aprendiz, até mesmo a estudar nos dias festivos. Os professores já tinham o costume de fazer marcações com tinta vermelha (algo ainda muito costumeiro no tempo presente) nos erros que eram cometidos pelos alunos. Apesar de tudo que foi colocado até agora a respeito do escriba, é necessário salientar que mesmo ocupando um status elevado na sociedade do Egito Antigo e tendo passado por um rigoroso período de estudos, assim como as demais funções dentro do Antigo Egito, haviam obstáculos relacionados com a vaidade dentro do seu ofício, que poderiam ter tirado um pouco do seu brilhantismo.

Arte no Egito Antigo: uma busca pela perpetuidade

A colocação de uma produção material em um determinado estilo artístico, traz consigo a ideia de que deve haver uma espécie de catalogação, não só de manifestações artísticas como das obras propriamente ditas, para

se alcançarem uma maior objetividade dentro da história da arte. Esse método talvez faça com que o estudioso se torne mais mecânico na sua interpretação, em detrimento de uma busca mais especulativa e imaginativa. Contudo, os tentáculos quase que metódicos da catalogação, na maioria das vezes, acabam vencendo essa disputa, como nos coloca Coli (1995, p. 35-36) “Estamos diante de produtos que nos escapam, que se desenvolvem de modo tão inesperado, tão pouco previsível que, para os dominar, não resistimos à tentação fácil de os classificar.

É necessário ressaltar que muito provavelmente, os egípcios antigos encarregados de projetar monumentos e tumbas, esculpir cabeças e estátuas ou mesmo pintar murais, não tinham a noção de estarem produzindo arte como entendemos no tempo presente. Para eles, se tratava da construção de uma representação do seu mundo, fortemente pautada pela religião. O caráter prático era uma das características fundamentais da arte egípcia.

Na arquitetura, temos como algumas das principais características: a aparência misteriosa e blindada, a sensação de eternidade e a firmeza e durabilidade. Seja para preparar a volta do faraó para junto dos deuses, glorificação das divindades ou mesmo afastar os maus espíritos, a arquitetura do Egito Antigo nos mostrou como essa civilização era extremamente organizada.

Na pintura, podemos elencar alguns aspectos: ausência de perspectiva e profundidade, bidimensionalidade e a Lei da Frontalidade. Mesmo tendo um papel aparentemente secundário nas manifestações artísticas, a pintura não estava desligada de um dos objetivos propostos pela arte egípcia, ou seja, providenciar servos para aqueles que conseguissem passar pelo julgamento após a morte. O interesse dos pintores egípcios estava diretamente ligado com a plenitude e não com a beleza.

Já na escultura, que é o que mais nos interessa neste trabalho, os escultores, na sua grande maioria, tinham como regra a arte canônica egípcia, sendo que entre as suas especificidades centrais, podemos destacar três particularidades.

A primeira é a não utilização da perspectiva (também vista na pintura) aonde, a representação dos seres e das coisas obedeciam a vários pontos de vista e não apenas a um único ponto. A segunda particularidade é a variedade no tamanho das figuras, indicando o seu status perante o grupo no qual está localizado e conseqüentemente, sua posição dentro da sociedade egípcia como um todo. Por fim, a terceira singularidade está relacionada com a ligação, em alguns casos, entre arte representativa e escrita. Em muitas produções artísticas do Egito Antigo, temos a inclusão da escrita hieroglífica em esculturas ou mesmo a interpretação das segundas pela primeira. Gombrich (1999, p.58) realça alguns pontos citados acima por nós, quando afirma que “Vê-se que o escultor não estava tentando lisonjear o seu modelo nem preservar uma expressão fugidia. Interessava-se rigorosamente pelos aspectos essenciais. Ficavam excluídos todos os detalhes secundários.”

Contudo, houveram alguns momentos em que a arte canônica egípcia sofreu algumas rupturas consideráveis, principalmente na escultura, fornecendo meios para interpretar sob outros olhares, essa arte funerária.

Uma pequena transgressão dos cânones?

O objetivo que o escultor ou escultores (uma vez que não sabemos quase nada sobre a autoria) se propôs a alcançar na obra, intitulada posteriormente como *Escriva Sentado*, está longe de alcançar um consenso entre os estudiosos. Portanto, é muito mais favorável tentarmos fazer uma análise voltada para as peculiaridades que tornaram esta escultura (figura 1) um dos grandes exemplos de ruptura com os cânones da arte egípcia. Segundo Ginzburg (1989, p.145) em se tratando de representações artísticas “O conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria.”

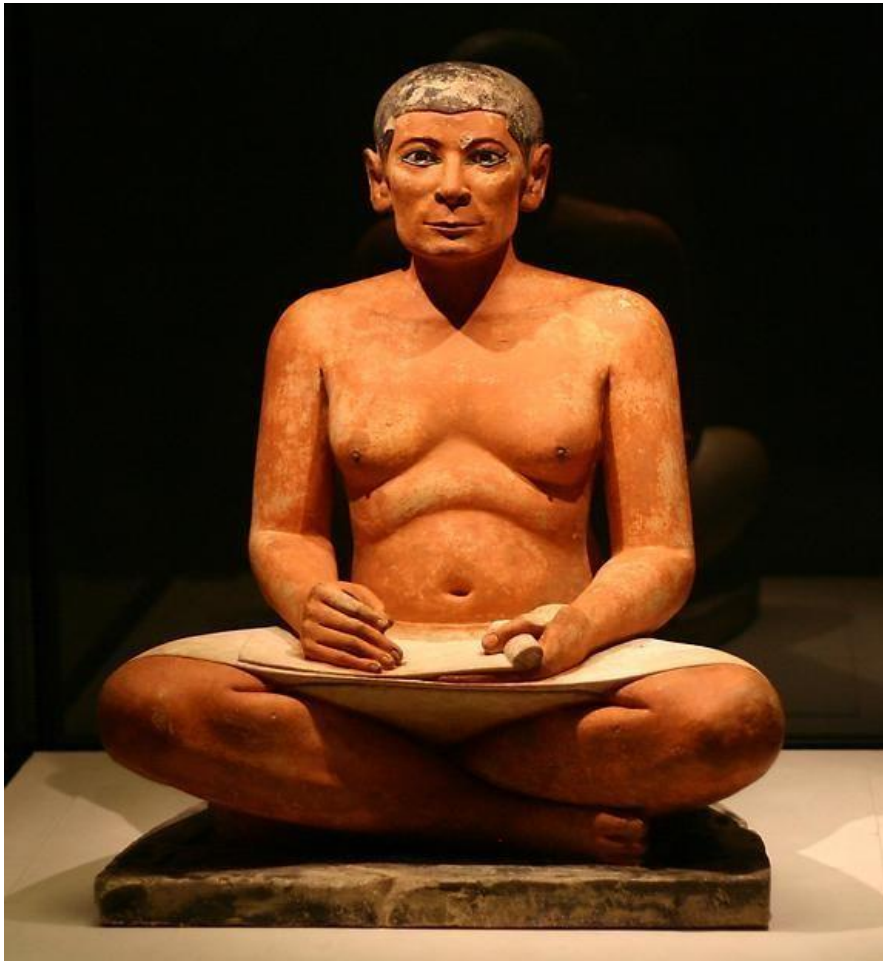


Figura 1 – Escriba Sentado, por volta de 2.500 a. C.. Calcário, alabastro e pedra, 53,70 x 44 x 35 cm. **Fonte:** <http://www.louvre.fr/en/oeuvre-notices/seated-scribe>.

O contato com a imagem de uma obra de arte transforma nossas visões acerca de um determinado tempo e espaço, mas também pode suscitar novas inquietações sobre a ruptura e principalmente a permanência de determinadas práticas na contemporaneidade, modificando nossos olhares enquanto investigadores. Coli (1995, p. 109) enfatiza que

A arte tem assim uma função que poderíamos chamar de conhecimento, de 'aprendizagem'. Seu domínio é o do não-racional, do indizível, da sensibilidade: domínio sem fronteiras nítidas, muito diferente do mundo da ciência, da lógica, da teoria. Domínio fecundo, pois nosso contato com a arte nos transforma. Porque o objeto artístico traz em si, habilmente organizados, os meios de despertar em nós, em nossas emoções e razão, reações culturalmente ricas, que aguçam os instrumentos dos quais nos servimos para apreender o mundo que nos rodeia.

Mesmo tendo a religião como base não só para suas produções artísticas, mas também como centro do entendimento do mundo e da sociedade na qual viviam, os egípcios antigos em alguns períodos de sua longa história, alteraram um pouco suas formas de enxergar o mundo que os rodeava. Seja com uma experiência (ainda que tenha sido por um curto período de tempo) monoteísta na religião, seja abandonando algumas regras no campo da arte canônica, os antigos egípcios nos deixaram pistas que nos revelaram muito mais do que somente uma sociedade estática e dependente como o antigo conceito marxista de “modo de produção asiático” que durante muito tempo se vinculou.

A imagem do *Escriba Sentado* tem como característica inicial a representação de um escriba em um gesto típico do seu ofício. Porém, mergulhando um pouco em pequenos detalhes contidos na obra e a forma como o escultor a realizou, nos revela um nível de realismo surpreendente.

Começamos com o cuidado que o artista teve com a produção do semblante do escriba (figura 2) nos revelando (ainda que não em escalas com as quais estamos acostumados nos dias de hoje) uma interessante expressividade. Já com relação a forma como dedos, mãos e unhas foram trabalhadas (figura 3) nos dá a sensação de que o autor teria dado uma atenção especial a esses aspectos, por serem as partes do corpo do escriba que mais dialogam com as suas ferramentas de trabalho (pequenos pincéis e o papiro). Outros aspectos também chamam a atenção do espectador, contudo, achamos que o semblante e os dedos, mãos e unhas, trabalham mais diretamente com a proposta do presente estudo, que é avaliar um possível nível de realismo na representação desta figura.

Devido ao tratamento que foi dedicado na produção dessa obra e conseqüentemente o seu nível de realismo, algumas possibilidades foram propostas para o indivíduo representado. Uma delas dialoga com a possibilidade de ele ter sido um membro da realeza. A outra propõe que ele poderia ter ocupado um cargo de alto escalão dentro do seu grupo.

Entretanto, é necessário ressaltar que mesmo em produções realistas como a escultura *Escriba Sentado*, ainda não podemos nos posicionar a favor de uma possível estética dentro dos ramos artísticos egípcios e

Gombrich (1999, p.58) nos lembra que “De fato, essas obras não tinham a finalidade de provocar deleite. A rigor elas se destinavam a ‘manter vivo’.



Figura 2 – Face - Detalhe da figura 1.



Figura 3 – Mãos - Detalhe da figura 1.

Considerações finais

Interpretar com os olhares do presente uma manifestação artística da Antiguidade, é percorrer o perigoso trajeto do anacronismo. Entretanto,

partindo do princípio que as questões que são levantadas pelo historiador com relação a sua fonte normalmente são oriundas do seu tempo histórico, identificar aspectos realistas em uma escultura oriunda do Egito Antigo e seus reflexos na cultura do período, pode ser um meio para se chegar a novas interpretações sobre perguntas ainda sem conclusões plausíveis.

Segundo Santos (1996, p. 18) “A Arte é um produto cultural que tem como objetivo a práxis histórico-social. Ela retrata a realidade da sua época.”

A partir do momento em que escolhemos o nosso objeto de estudo e conseqüentemente a nossa fonte, automaticamente estamos priorizando um problema que nos é bem particular. Sendo assim, uma representação como o *Escriba Sentado*, que contém aspectos visivelmente realistas, pode nos dar pistas para pesquisas posteriores a respeito da condição social do indivíduo ali retratado a partir de seus traços raciais e sua fisionomia. Sempre buscando entender que mesmo em sociedades organizadas como a do Antigo Egito, temos exemplos que mostram que a criatividade do ser humano é algo que o liberta de algumas amarras.

Referências

BAKOS, Margaret Marchiori. Percalços de um ofício privilegiado. **Boletim do CPA**. Campinas: IFCH – UNICAMP, ano 5, nº10, 2000.

COLI, Jorge. **O que é Arte**. 15ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In:_____. **Mitos, emblemas e sinais**. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMBRICH, Ernest Hans Josef. Arte para a eternidade. In:_____. **A História da Arte**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

SANTOS, Yolanda Lhullier dos. A Produção Artística do Ponto de Vista Sociológico. **ARTEunesp**. São Paulo: UNESP, nº 12, 1996.



A RESISTÊNCIA XETÁ FRENTE A ESPOLIAÇÃO DE SEU TERRITÓRIO TRADICIONAL

Beatriz Rosa do Carmo Silva²⁵⁴
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Resumo. O grupo étnico Xetá foi considerado extinto pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) até a década de 1990, haja visto que todo território tradicional desta etnia já havia sido ocupado, e acreditando existir apenas cinco descendentes deste grupo étnico que teriam sido criados junto aos brancos, portanto, não guardariam consigo lembranças de sua sociedade ou cultura tradicionais. Muito embora a crenças da extinção dos Xetá tenha vigorado por décadas sem que tenha sido questionada, as ampliações nos estudos no campo da etnohistória possibilitaram um aumento do interesse por um estudo mais aprofundado das populações consideradas “extintas” pela FUNAI. Isto posto, os trabalhos de Carmen Lucia da Silva refutaram esta afirmativa, comprovando a existência de oito descendentes Xetá capazes de falar sobre suas histórias e costumes em sua língua tradicional. Sendo assim, Silva trabalhou para organizar e documentar, por meio de um trabalho de história oral, a história destes oito descendentes de acordo com o ponto de vista dos indígenas, e não mais a partir da história Oficial já produzida a respeito. Desta forma, com este trabalho pretende-se abordar a história do povo Xetá, buscando, por meio da leitura e análise da dissertação mestrado e tese doutorado de Carmen Lucia Silva, compreender não apenas a cultura deste grupo étnico, mas principalmente o processo de espoliação de território e cultura tradicional que levou a crença de que este povo havia sido extinto.

Palavras-chave: História Indígena; Etnohistória Xetá; Memória Xetá.

²⁵⁴Possui Graduação em História pela Universidade Estadual de Maringá (2017) e atualmente cursa mestrado na mesma instituição, dentro da linha de pesquisa intitulada História, Cultura e Narrativas oferecida pelo programa de Pós-graduação em História da Universidade.

INTRODUÇÃO/JUSTIFICAVA

O grupo étnico Xetá, de território tradicional na Serra dos Dourados no Noroeste do Paraná foi considerado extinto pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI até a década de 1990, haja visto que todo território tradicional desta etnia já havia sido ocupado e acreditando ter restado uns poucos descendentes que teriam sido criados junto aos brancos, portanto, não guardariam consigo lembranças de sua sociedade ou cultura originais.

Muito embora a crença da extinção dos Xetá tenha vigorado por décadas sem que tenha sido questionada, as ampliações dos estudos no campo da etno-história possibilitaram um aumento no interesse pelo estudo mais aprofundado das populações indígenas consideradas “extintas” pela FUNAI.

E foi deste interesse que autores como Carmen Lucia da Silva e Lucio Tadeu Mota passaram a investigar o passado desta etnia tão pouco conhecida e pesquisada. Destas pesquisas resultaram inovações que não somente refutaram a afirmada extinção dos Xetá, como trouxeram a luz do conhecimento científico a riqueza e complexidade de sua cultura, relações sociais e como se deu o processo de destruição de seus territórios tradicionais e de sua cultura.

OBEJTIVOS

Até a década de 1970, no Brasil, persistia a ideia de os povos indígenas não terem nem futuro nem passado, e a ausência de pesquisas no campo da história como no campo da antropologia contribuía para a perpetuação deste ideário. Ideologias que relacionavam o indígena como exótico, um ser congelado no tempo e que esses povos não tinham saído do “ponto zero” do desenvolvimento social eram comumente aceitas (CUNHA, 2009).

Esta visão de “exotismo” aliou-se a uma ideologia de “superioridade racial” amplamente difundida durante o século XX por todo o Ocidente. De acordo com Lucio Tadeu Mota (2014), trata-se do que o antropólogo Georges Balandier chamou de “situação colonial”, ou seja, “uma dominação imposta por

uma minoria estrangeira, racial e culturalmente diferente, em nome de uma superioridade racial e cultural dogmaticamente afirmada, a uma maioria autóctone. ” (MOTA, p. 1. 2014). De acordo com Mota, esta suposta superioridade racial negligenciou participação na história de muitas populações, inclusive as indígenas, reforçando a concepção de que estes povos não constituíam história e que estavam congelados no tempo.

Essa visão de “exotismo” e a concepção de povos sem história contribuíram para a omissão do Estado frente as ações das empresas colonizadoras que avançavam sobre os territórios tradicionais do grupo Xetá, sendo agravada pela falta de prepara daqueles que buscaram dar “apoio” a este grupo, mas que na verdade os afastaram cada vez mais uns dos outros, e por consequência de sua cultura tradicional. Além disso, toda história produzida neste período, procurou demonstrar que não haviam indígenas de território tradicional no Paraná, e aqueles que existiam já estavam incorporados na sociedade tradicional.

Neste trabalho, buscaremos demonstrar como os esforços de Carmen Lucia da Silva foram responsáveis por refutar esta história Oficial, e ainda difundir a história do povo Xetá a partir de sua própria narrativa e visão de mundo. Para isso, integraremos neste trabalho, a perspectiva de etnohistória produzida por autores como Manuela Carneiro da Cunha e João Pacheco de Oliveira, que tem buscado demonstrar outra visão da história dos povos indígenas, uma visão “êmica”, onde os indígenas não sejam vistos como vítimas, e sim, atores sociais que percebem sua própria história (CAVALCANTE, 2011). Outra concepção historiográfica que contribuiu para a construção de uma nova visão da história indígena, e que se pretende utilizar nesta pesquisa, é da História vista de baixo, defendida por autores como E. P. Thompson, que pretendem produzir conhecimento a partir daqueles indivíduos marginalizados pela história, como as mulheres, homens comuns, e também, os indígenas. Em seu livro “Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional”, por exemplo, Thompson busca discutir os costumes da população inglesa do século XVIII a partir do cotidiano das classes trabalhadoras (THOMPSON, 1998). Ele, com a perspectiva da História vista de

Baixo, pretendeu mostrar como os costumes e a cultura se manifestaram, mas o fez por meio da observação das classes trabalhadoras.

Cunha lembra que “A perspectiva de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira.” (CUNHA, 1992. p. 18), deste modo, pretende-se realizar o estudo do Povo Xetá, não por meio das fontes Oficiais, já amplamente difundida e que não expressa a realidade histórica das populações originárias, e sim, compreender a história deste povo por meio de seus mitos, de sua visão da própria história, constituindo-a da maneira como este povo a concebem.

DESENVOLVIMENTO

Os primeiros registros feitos da presença de grupos indígenas Xetá na região noroeste do estado do Paraná, margem esquerda do Rio Ivaí, região conhecida como Serra dos Dourados, foram feitos pelo Barão de Antonina por volta de 1840. De acordo com Lucio Tadeu Mota, desde então tem sido registrada informações acerca da presença dos Xetá nesta região.

Em seu livro “Os Xetá no vale do Rio Ivaí 1840-1920”, publicado em 2013, Mota traz diversos registros feitos por engenheiros, expedicionários, colonos, que tiveram contato com os Xetá no vale do rio Ivaí. Mota faz menção a uma expedição realizada por Antônio Borges Pereira e Francisco Ferreira da Rocha Loures, em 1842, em que “é muito provável em que a expedição de Antônio Borges Pereira tivesse entrado em contato com os índios Xetá que viviam nos territórios do baixo do rio Ivaí” (MOTA, 2013, p. 20). Já a partir destes relatos, e muitos outros apresentados em seu livro comprova a efetiva presença deste grupo na região do noroeste do Paraná deste o século XIX, muito embora, os registros acerca das populações Xetá tenha ganhado mais visibilidade a partir de 1940, quando começa colonização moderna do noroeste do estado do Paraná

Por meio dos riquíssimos relatos podemos observar que desde a confirmação da existência de grupos étnicos Xetá nas imediações do rio Ivaí,

estes grupos buscaram manter-se afastados dos ainda desconhecidos homens brancos.

Apesar dos esforços dos agentes governamentais – autoridades presentes, mas expedições, engenheiros, etc – em inseri-los na sociedade nacional, os Xetá quase sempre se mantiveram escondidos, esquivos, ariscos, em pequenos grupos internados nos mais recônditos e ignorados abrigos das florestas do Oeste paranaense. Os Xetá não se aproximaram dos aldeamentos religiosos estabelecidos no Norte da província e nem estabeleceram relações com as populações brancas que aos poucos foram ocupando seus territórios no alto Ivaí na região da Colônia Teresa Cristina. (MOTA, 2013. p. 8)

As razões para este afastamento foram as mais diversas. Os Xetá já em 1842 reconheciam o perigo que representava se aproximar dos brancos, devido as doenças, capturas e as complicações por ingestão de sua comida. Já no século seguinte, os Xetá teriam ainda mais motivos para se afastarem dos branco devido aos roubos de mulheres e crianças, capturas e mortes praticadas pelos agrimensores das companhias colonizadoras.

E foi desta forma, evitando o contato com as populações brancas que os Xetá se mantiveram presentes no vale do Ivaí, mantendo seu modo de vida inalterados, até meados do século XX, quando o Paraná passou por um intenso processo de colonização, que acabou sendo um dos fatores determinantes para o fim da sociedade Xetá.

A pesquisadora e antropóloga Carmen Lucia da Silva, em seus excepcionais trabalhos acadêmicos, contribuiu de forma imensurável para o reconhecimento da cultura e etnia Xetá. Foi por meio de seu interesse particular e do contato com remanescentes Xetá que Silva decidiu ir em busca da história deste povo a fim de questionar a extinção deste grupo étnico.

Os resultados destes esforços levaram a produção de uma dissertação e uma tese de doutorado onde a autora conseguiu identificar 8 remanescentes Xetá, que ainda traziam consigo em suas memórias a lembrança de suas vidas no mato e os costumes que praticavam. Junto a estes sobreviventes a autora fez um trabalho etnográfico através da narrativa dos 8 sobreviventes, onde podemos observar aspectos de grande valor tanto da organização cultural e

social, como esclarece de que maneira ocorreu o rápido processo de destruição dos Xetá enquanto povo sócio culturalmente organizado.

Diferente dos estudos baseados na versão Oficial da história indígena, Carmen Lucia da Silva prioriza a história indígena concebida pelo viés da história oral, constituindo assim a principal intenção de seu trabalho etnográfico, onde a autora pretende fazer o registro da extinção da sociedade Xetá.

Por intermédio das narrativas e lembranças históricas dos sobreviventes Silva, traz uma história dos povos Xetá ainda desconhecida e que difere em muito da versão reproduzida pelo estado e órgãos indigenistas nas décadas de 1940 a 1960. A autora ainda salienta a importância do estudo da história Xetá através das narrativas por eles mesmo produzidas, uma vez que “Se o presente estudo fosse baseado apenas nas fontes documentais, certamente ele reproduziria uma versão oficial da história indigenista a respeito do desaparecimento do povo Xetá do cenário paranaense” (SILVA, 1998, p. 15).

Um dos aspectos que se observa nas narrativas é como a visão etnocêntrica do homem branco em detrimento da cultura dos povos nativos contribuiu para a desagregação dos Xetá. A crença na inferioridade dos povos originários foi determinante nas decisões tomadas pelo estado do Paraná sobre as ações das colonizadoras e dos descasos referentes aos Xetá. Foi o mesmo etnocentrismo que contribuiu para o *roubo* das crianças Xetá como evidenciado por Silva

Os pretextos e justificativas para arrancar uma criança Xetá de seus pais eram os mais variados. Todos eles, é claro, eficientes e referenciados num suposto conhecimento daquele grupo, ancorados no etnocentrismo dos colonizadores, que nutriam em relação ao grupo uma “admiração” pelo exótico, uma repulsa ao selvagem e um imaginário de sua não humanidade. [...] As justificativas para tal ato eram as mais variadas mas sempre ancoradas no ideário de salvação e resgate da humanidade do selvagem primitivo. (SILVA, 1998, p. 196)

Todos os oito remanescentes têm em comum o fato de terem sido *tirados* de seus grupos familiares ainda crianças, algo que se tornou muito

comum durante a as décadas de 50 e 60 quando o trabalho das colonizadoras se intensificaram.

Os relatos contam que as mulheres e as crianças se tornaram foco das violências, sendo os primeiros do grupo a desaparecerem. Estes *roubos* de crianças ocorriam de inúmeras maneiras, podendo ser levadas por agrimensores as fazendas, onde passavam a ser criadas em meio aos brancos ou eram levadas pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI para a cidade onde também seriam criadas de acordo com a cultura dos brancos.

Algumas destas crianças que foram levadas pelo SPI passaram a integrar expedições de busca por outros grupos Xetá na condição de intérpretes. Outras foram criadas junto as fazendas ajudando nos trabalhos e afazeres domésticos, onde as tentativas de seus pais em recuperá-las foram frustradas, como fica evidente no depoimento de Antônio Lustosa de Freitas

Avisados pelos membros do grupo de que ela estaria na Fazenda, seus pais chegaram até o local para buscá-la. Não alcançando êxito na primeira tentativa retornaram para a aldeia. Sua mãe não desiste e tenta por mais duas vezes pegá-la, mas o administrador da fazenda não permitiu que a levasse. Desde então seus pais não foram mais vistos, e não apareceram mais na propriedade. (SILVA, 1998, p. 87)

Por meio deste excerto é possível observar que a destituição da sociedade ocorreu não só através das mortes pela nova alimentação, fome ou assassinatos, mas de uma forma tão dolorosa tanto quanto para os indivíduos envolvidos. O afastamento das crianças Xetá de seu meio de convívio tirou delas seu referencial cultural, uma vez que assim que chegavam ao convívio dos brancos eram destituídos de seus adornos, não tinham mais com quem praticar a fala da língua Xetá, e perdiam toda a possibilidade que lhes restava de dar continuidade a suas práticas e tradições culturais.

As razões que levaram o processo da deterioração dos Xetá em manterem sua organização social foram diversas. Este grupo étnico teve de lidar com as pressões internas geradas pela diminuição de seus territórios de caça e coleta, roubo das mulheres, desaparecimento das crianças, complicações pela mudança em suas dietas e as constantes fugas que não os permitiam mais praticar seus costumes tradicionais. Entre os motivos que

levaram a drástica diminuição populacional Xetá reside os casos de indígenas que foram postos em caminhões e levados para destinos até hoje desconhecidos, como lembra um dos sobreviventes do extermínio em uma de suas entrevistas para Silva

Ele chegou, pegou eu e meu irmão e nos colocou dentro de uma cabine de caminhão. Tocou o carro e nós ficamos sem escolha, não tínhamos como fugir. Ele dizia que nós íamos passear. Eu não sabia, nem o meu irmão, nós não entendíamos nada. Nós não queríamos ir, mas ele levava a gente. Depois ele acabou soltando meu irmão no caminho e levando só eu. Meu irmão escapou. (SILVA, 1998, p. 56)

Em todo este processo de deterioração sociocultural, os indivíduos, crianças e jovens, que sobreviveram foram justamente aqueles que foram transplantados de seus territórios, retirados de seus familiares e referencial cultural para serem criados por famílias brancas que habitavam diferentes pontos do estado.

Em todo este processo de destruição da sociedade Xetá o órgão indigenista SPI teve papel preponderante, estando nitidamente omissos perante a situação em que os Xetá se apresentavam. Entre os anos de 1948-1952 ocorreu um intenso movimento populacional em todo o estado, com ênfase na região noroeste, que era onde haviam, possivelmente, vastas regiões de terras devolutas disponíveis para serem ocupadas por plantações de café.

No período de 1948-1949 já são comunicadas “aparições” de índios nas proximidades das fazendas, acampamentos das colonizadoras e do contato dos agrimensores com vestígios de presença indígena nas regiões que estavam sendo loteadas. No entanto é apenas em 1955, quando a 7ª Inspeção Regional do SPI em Curitiba é comunicada oficialmente sobre a “invasão” de alguns índios em uma fazenda é que o órgão indigenista passa a ter ações mais significativas a respeito dos grupos Xetá que ainda viviam na região da Serra dos Dourados (SILVA, 1998).

Muito embora já tivessem ocorrido expedições que comprovavam a presença de grupos étnicos nas terras que estavam sendo colonizadas, foi apenas com a expedição organizada em novembro de 1955 pelo SPI em conjunto com alguns pesquisadores, e com o auxílio de alguns indígenas Xetá

que haviam sido capturados anos antes, que o órgão indigenista teve contato mais próximo com os grupos Xetá.

Ainda assim não foi um trabalho efetivo, como fica claro em uma das narrativas descritas no trabalho de Silva, onde um dos indígenas Xetá que acompanhavam as expedições expressa sua frustração:

Ao narrar o ocorrido durante as expedições, Tuca observa que faltou determinação à equipe. Segundo ele, o tempo de permanência na mata era insuficiente para seguirem as longas caminhadas que seu povo fazia. As aldeias eram distantes umas das outras e para atingi-las era preciso muito tempo percorrendo a mata. Na sua compreensão, as pistas seguidas eram contrárias à direção dos índios, algumas pessoas não tinham preparo para caminhadas longas, era necessário alguém que conhecesse bem a mata como guia. (SILVA, 1998, p.185)

Em 1956 foram encerradas as expedições de busca por grupos Xetá, apesar de existirem inúmeros relatos e comprovações de que ainda haviam grupos étnicos fugindo dentro da mata no território que ainda restava.

Não bastasse as colonizadoras desmentiram as evidências de presença indígena no noroeste do estado, o SPI juntamente com o Governo do Estado passara a endossar o discurso de que os Xetá seriam oriundos do estado do Mato Grosso do Sul e Paraguai, estando em território paranaense apenas transitoriamente, o que daria credibilidade as colonizadoras a continuarem derrubando a mata, além de justificar a não garantia dos territórios tradicionais Xetá.

Neste mesmo período as frentes de colonização avançavam cada vez mais sobre a região da Serra dos Dourados, território tradicional dos Xetá. Como já mencionado o avanço das colonizadoras expôs cada vez mais os Xetá a uma condição de penúria e desespero ante seu cada vez mais próximo e reconhecido fim. Diante deste cenário, afirma Silva que a omissão do estado do Paraná e do órgão indigenista SPI não se preocuparam em garantir a proteção do território físico e cultural dos Xetá. Esta postura de negligência só fez tornar mais intensas e violentas as ações das companhias colonizadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evidente ausência de atuação do estado e de órgãos de proteção com a FUNAI, levou a quase total deterioração de uma etnia. Embora o povo Xetá tenha lutado por seu território tradicional, as frentes colonizadoras exerciam avançavam cada vez mais sobre suas terras apoiadas pela postura desenvolvimentista do Estado do Paraná, que as deu poder para agir contra os indígenas a medida em que se mostrou ausente na proteção destes e de seus territórios. Esta negligência que se manteve por muitas décadas, foi responsável pelos atos de violência praticados pelos agrimensores contra este grupo, como o roubo das mulheres e crianças, o desaparecimento de índios em caminhões, assassinatos e morte por ingestão de comida salgada.

Frente esta situação, e vendo que não poderiam mais viver fugindo na mata, alguns grupos Xetá buscaram ajuda junta a algumas fazendas próximas, que pudesse não somente ser fonte de alimentação, mas também um ambiente onde estariam “seguros” dos agrimensores. Ainda que a estada nestas fazendas tenha lhes garantido sua segurança física, esta agravou ainda mais a deterioração dos Xetá como grupo socialmente organizado, devido seu afastamento de seu território tradicional, e de outros integrantes de sua etnia.

Entretanto, por meios dos interesses de pesquisadores e antropólogos como Carmen Lucia da Silva, foi possível reunir os sobreviventes deste massacre e registrara a história deste povo, contestando sua extinção e ainda os dando força para continuarem sua luta na defesa de seus direitos e conservação de sua história.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História* (São Paulo), São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun., 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro (org). História dos índios no Brasil – São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

MOTA, Lucio Tadeu. Os Xetá no vale do Rio Ivaí 1840-1920. Maringá: Eduem, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco/FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

SILVA, Carmen Lucia da. Sobreviventes do extermínio uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá. Santa Catarina, 1998.

SILVA, Carmen Lucia da. Em busca da sociedade perdida: o trabalho da memória dos Xetá. Brasília, 2003.

THOMPSON, E.P. Costumes em comum. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



VOZES FEMININAS: UM ESTUDO SOBRE A MULHER E OS DIREITOS TRABALHISTAS A PARTIR DE BERTHA LUTZ E A FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

Izadora Carvalho da Silva²⁵⁵

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar a trajetória das mulheres brasileiras, no processo de busca e consolidação de seus direitos trabalhistas, durante o primeiro governo do então presidente Getúlio Vargas, conhecido popularmente por “Era Vargas” que tem início no ano de 1930 e se encerra em 1937, com a instauração do autoritário Estado Novo. A representação do público feminino, neste trabalho, se dá por meio da figura conhecida naquela época, Bertha Maria Julia Lutz. Foi ela, líder de um dos movimentos feministas mais atuantes no período, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) que surgiu em 1922 e encerrou gradativamente suas atividades a partir de 1937. O grupo nasceu após o retorno de Bertha Lutz ao Brasil, posteriormente aos seus primeiros contatos com movimentos feministas na Europa, durante a mocidade. No período de sua graduação em Ciências Naturais pela Sorbonne, ela teve conhecimento dos ideais de alguns grupos, a exemplo das Sufragistas. Em terras brasileiras, começa a trabalhar com seu pai Adolpho Lutz, no Museu Nacional. Paralela a sua profissão, funda seu primeiro grupo em prol da mulher, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. Em pouco tempo, este cede espaço para o movimento que viria a se constituir, após sua participação na I Conferência Interamericana de Mulheres, no estado de Baltimore, EUA. Um dos objetivos dessa reunião era que cada participante representante de sua nação, criasse no mesmo, um movimento vinculado a organização internacional, assim surge a FBPF. Sob o comando de Bertha Lutz, a FBPF constitui-se por mulheres feministas de classe média e alta, na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, vale ressaltar, que além de sua sede na capital brasileira, o movimento possuía várias filiais estendendo seu

²⁵⁵ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2014-2017.

caráter a nível nacional. O grupo, assim como de sua líder adotaram postura moderada enquanto atuaram. Eram pautas da FBPF, o sufrágio feminino, liberdade da mulher, emancipação cultural e educacional do sexo. Referente aos direitos trabalhistas, valorização do trabalho doméstico. Quanto as mulheres inseridas nas indústrias brasileiras, recebiam menos que os homens ainda que efetuasse mesma função que ele. Os ofícios em que atuavam eram restritos, empregos noturnos não eram aceitos socialmente, os cargos destinados as funcionárias eram sempre os mesmos: professoras, datilógrafas, enfermeiras, secretárias. Vivia-se sob tutela do marido, esposas deveriam assumir suas profissões somente com a aprovação de seus respectivos cônjuges. Não havia a licença maternidade para mães trabalhadoras, nem mesmo creches para os filhos destas. É esta a trajetória que desejou-se retomar neste artigo, sob fins de compreender o modo como as mulheres se fizeram representar neste período, a partir da figura de Bertha Lutz e da FBPF, abrangendo seus meios de atuação e impacto social, além da contribuição de Bertha nesse cenário. Para isso, foi efetuada pesquisa bibliográfica, bem como a análise de fontes documentais, a serem ainda coletadas e digitalizadas no Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Este artigo exhibe a proposta do Trabalho de Conclusão de Curso da autora. Externa, resumidamente, as conquistas teóricas até então realizadas e os possíveis caminhos que esta pesquisa pode tomar, visto que ela ainda não foi concluída.

Palavras chave: História das mulheres; direitos do trabalho; Bertha Lutz; Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Financiamento: CNPq.

Introdução

Refletir sobre os direitos da mulher no Brasil, seja ele da esfera social, política ou civil, exige que tomemos abordagem específica. Estes devem ser entendidos enquanto um processo que teve início a tempos, mas ainda não encerrou. Tal afirmação se confirma, no próprio presente, nossa geração é marcada com discussões, assembleias, manifestações que possuem como tema a garantia ou a abolição de direitos. Portanto, o direito da mulher vem se constituindo de amplo debate, num processo interminável entre modificações, criações, abolições, melhorias e desmantelamentos.

A chamada Era Vargas, período escolhido para tratar destas questões, mais especificamente, durante o primeiro governo do então presidente Getúlio Vargas (1930-1937), é crucial para compreender este processo de elaboração e manutenção dos direitos do trabalho da mulher brasileira, visto que até

aquele momento, a elas não eram concedidos seu exercício pleno, nem mesmo o sufrágio feminino.

O momento citado foi importante na história das relações entre o capital e trabalho no Brasil, pois durante esses anos a luta pelos direitos trabalhistas e sociais sofreu uma inflexão, com a progressiva regulamentação e extensão de direitos a todos os trabalhadores urbanos. O problema do trabalho feminino enfrentava, além das resistências patronais naturais ao aumento de direitos dos trabalhadores em geral, as resistências de gênero.

É durante as décadas de 1920 e 1930, que a população feminina do país reinicia sua participação em lutas por direitos ao voto, bem como de regulamentação do trabalho feminino e emancipação intelectual da mulher. Há no Rio de Janeiro, ampla movimentação por meio de grupos formados por mulheres feministas, que buscavam a concretização de suas causas. Um deles, o escolhido para compor esta pesquisa, foi a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). O movimento surgiu em 1922 e encerrou gradativamente suas atividades após 1937, ano em que foi instituído o governo autoritário do Estado Novo.

Composto unicamente por mulheres, a FBPF teve como destacada liderança Bertha Maria Julia Lutz, filha de Adolpho Lutz e de Any Fowler Lutz. Bertha Lutz nasceu no dia 02 de agosto de 1894, em São Paulo e faleceu em 16 de setembro de 1976, já com a idade avançada, num asilo da Estrada Velha da Tijuca. Durante sua vida se dedicou a ciência, pesquisando e viajando, mas parte dela também se destinou as causas sociais, sobretudo femininas.

O objetivo geral desse artigo foi o de analisar dentro da conjuntura de luta e conquistas por direitos do trabalho, durante o governo Provisório e Constitucional, na cidade do Rio de Janeiro, como se deu a formalização dos direitos do trabalho, mais especificamente dos direitos do trabalho das mulheres. E, principalmente, de que forma elas atuaram naquele momento, na busca e garantia por seus próprios direitos, representadas a partir da figura de Bertha Maria Julia Lutz, líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, assim como suas principais contribuições para a causa trabalhista.

Este artigo tem como função divulgar resumidamente as principais conquistas da pesquisa de Trabalho de conclusão de curso (TCC) da autora. O que será apresentado posteriormente, serão discussões de cunho bibliográfico sobre o tema, além de uma breve exposição sobre os documentos obtidos no Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, do Arquivo Nacional, localizado no Rio de Janeiro, que se encontram em processo de digitalização e análise pela autora e, os possíveis aproveitamentos dos mesmos para o seguimento desta pesquisa.

A trajetória dos direitos sociais no Brasil

Antes de compreender-se o que são os direitos sociais, primeiro deve-se entender: o que são os direitos?

Basicamente, o direito remete a uma das vias do pacto social estabelecido entre cidadão e Estado. Através deste, todo sujeito deve cumprir com uma série de deveres e em troca disso, o estado lhe concede diferentes direitos, mantendo assim a ordem social vigente.

Os direitos sociais, objeto de análise deste artigo, são, portanto, uma das categorias que abrangem os direitos como um todo. De acordo com José Murilo de Carvalho (2002, p. 10)

Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Elas incluem direito a educação, ao trabalho, ao salário justo, á saúde e á aposentadoria

O objetivo dos direitos sociais é cessar com as desigualdades tão presentes em todo o mundo, são eles quem amparam o cidadão, seja por meio do acesso à educação e saúde pública de qualidade, ou por assistência concedida ao sujeito, com programas sociais, a exemplo da aposentadoria. É dentro desta categoria que os direitos do trabalho da mulher estão inseridos.

Busquemos então, restituir a trajetória dos direitos sociais desde a República Velha até o recorte aqui explanado, que remete ao Primeiro governo de Getúlio Vargas. A proposta dessa retomada na história do Brasil, deriva da necessidade de se mensurar as principais transformações dentro desta categoria, considerando seu contexto e o que este significou para a constituição dos direitos sociais, mais especificamente do trabalho.

O período Republicano, era marcado pelos legados de um Brasil Colônia. Após anos de vigência, a “Política do Café com Leite” dava indícios de que passava por abalos. Os Coronéis, assim como o voto de cabresto, foram símbolos deste momento político fraudulento e fragmentado que representava a nação. Neste contexto os direitos políticos eram severamente infringidos, mas não só eles, os direitos sociais também. Inicialmente, antes mesmo de serem conquistados, nem mesmo identidade a classe trabalhadora possuía. Sendo este o primeiro maior desafio dos cidadãos: superar a visão advinda do Brasil escravagista, denegrindo o trabalho, ato que demandava força braçal realizado somente por escravos anteriormente, para então se consolidarem enquanto grupo e, a partir daí, iniciarem a luta por seus próprios direitos.

Posteriormente, aproximando-se do final da República Velha, em meados da década de 1920, após maior desenvolvimento das cidades, caracterizando-se enquanto um fenômeno urbano, as demandas da população trabalhadora variavam e abriam espaço para amplas movimentações que viriam acontecer após a Revolução de 30. Desejavam carga horária de oito horas de trabalho, a regulamentação do trabalho feminino com normas que protegessem mulheres grávidas, por exemplo, licença a maternidade, proteção do menor trabalhador, condições de higiene no ambiente de trabalho, assistência em casos de acidente. Tais ideias geravam presumível desagrado das forças patronais. Neste momento as greves e ações dos trabalhadores toravam-se mais corriqueiras e agitadas.

Eis que a Revolução de 30 eclode após articulação do movimento tenentista com a Aliança Nacional Libertadora. O dia 03 de outubro de 1930, data do início da revolta, é marcado pelo impedimento de Júlio Prestes em assumir seu cargo de presidente, enquanto sucessor de Washington Luís (então chefe executivo do país), visto que a Revolução havia tomado conta da nação. Em novembro daquele mesmo ano, por meio do decreto de N° 19.398, e após conflitos armados, os militares transferem o governo a Getúlio Vargas que se investiu não só do poder executivo, como do legislativo, enquanto líder do Governo Provisório do Brasil. Coloca-se fim a República do “Café com Leite”, logo após afastamento de Júlio Prestes.

Tudo isso significava o abandono das antigas estruturas do país, ruralista, agroexportador, de políticas voltadas para o mercado externo. Era hora de buscar autonomia e ao mesmo tempo garanti-la, tanto econômica quanto política. A superação dos vícios e dependências que atrasavam o Brasil só seria possível por meio de um estado centralizado, interventor e planejador. É por meio dessa mudança de postura que o estado assume para si, por conta do processo modernizador do Brasil, de desenvolvimento urbano, que os direitos sociais se potencializam e, além disso, que as categorias trabalhadoras iniciam movimentação consistente. Para Pedro César Dutra Fonseca (2012 p. 175)

O fato de a indústria não poder ser considerada mero “subproduto” da defesa dos interesses do café pode em boa parte ser evidenciado pela forma com que o governo passou a envolver-se nas políticas relativas ao trabalho, considerando como questão de Estado sua regulamentação, reconhecendo os conflitos como de “classe”, criando instituições para mediá-los, bem como para educar e preparar mão de obra para as atividades produtivas, não só rurais como urbanas- o comércio e a indústria.

A partir de Getúlio Vargas os sindicatos aumentam em grandes proporções, assim como os partidos políticos. Tem início as primeiras

conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio já em 1930 por meio do decreto N° 19.433, o órgão agiu sobre questões trabalhistas, da previdência social e sindical. Logo depois, foi criado o Departamento Nacional do Trabalho e diversos direitos foram regulamentados, entre eles a jornada de trabalho reduzida para oito horas, o trabalho feminino, salários iguais entre homens e mulheres, o trabalho infantil e em 1932 criou-se a carteira de trabalho, maior símbolo do trabalhador naqueles anos.

Aprovados estes direitos, eles viriam a ser regulamentados na nova Constituição de 1934. Esta última serviu para concretizar, de fato, diversas leis trabalhistas por anos desejadas. O estado, essencial para a compreensão das relações sociais da época, atuava enquanto mediador de classes, sob os moldes harmoniosos corporativistas. Diante disso, diversos movimentos sociais se viram em ótima oportunidade para sua melhor representatividade nas causas sociais. Assim aconteceu com os movimentos feministas, que se aproveitaram do contexto político favorável, em prol dos direitos da mulher. Um desses movimentos foi a FBPF, liderada por Bertha Lutz, a serem abordados no próximo tópico.

O resgate da voz feminina: Bertha Lutz e a FBPF

Bertha Maria Julia Lutz nasceu no dia 02 de agosto de 1894 em São Paulo. Seus pais foram Adolpho Lutz, reconhecido por seus trabalhos enquanto microbiologista e reformador da saúde pública brasileira e Any Fowler Lutz, que além de enfermeira, foi fundadora de programas sociais no Brasil.

Viveu sua infância e adolescência com os pais e durante a mocidade mudou-se para a França. Aos vinte e um anos de idade, já em continente Europeu, ingressa na Faculdade de Ciências da Universidade de Paris (Sorbonne) sob incentivo paterno. Conclui seu curso em ciências naturais, com especialidade em botânica, ecologia, embriologia e química biológica no ano de 1918 e, seu retorno ao Brasil ocorre logo após o término do mesmo.

A juventude na Europa foi marcada pelo contato que obteve com movimentos feministas. Inevitavelmente, ao chegar em terras brasileiras, tão logo ela desejou expor tais conhecimentos e localizar no Brasil movimentos com os mesmos anseios. Suas primeiras aparições enquanto defensora do feminismo se dá por meio de textos, crônicas publicadas em revistas, que questionavam e conclamavam as mulheres para maior participação na vida social do país.

Bertha Lutz rompia com tabus da sociedade brasileira, seu nome foi destaque quando assumiu o cargo de secretária do Museu Nacional, na cidade

do Rio de Janeiro, por meio de concurso público, no dia 03 de setembro de 1919 e nesta função permaneceu até o ano de 1936. Ela era a segunda mulher na história do Brasil a assumir um cargo público, vale mencionar que durante este período, em nosso país, era proibido as mulheres participarem de concursos e, em vários casos, suas próprias inscrições foram negadas.

No mesmo ano fundou a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, o principal objetivo da Liga era o voto feminino, direito negado a todas as mulheres na Constituição de 1891, que viria a ser conquistado anos depois. O choque e curiosidade causado na população brasileira diante disso era inevitável.

Paralelo ao grupo, a líder ainda viajava em nome do governo para diversos eventos, de diferentes temáticas e enquanto representante do Brasil ampliava seu reconhecimento social, tornando-se engajada em assuntos políticos, educacionais e sociais. Mulher singular, de família financeiramente abastada, formada, gradativamente Bertha tornou-se figura pública nacional reconhecida e, usava dessa influência a favor das causas feministas.

Ano de 1922, é nele que se dá a I Conferência Interamericana de mulheres em Baltimore, EUA. Bertha Lutz, uma das convidadas, se reuniu com várias representantes do continente americano e lá fundaram a Associação Pan Americana de Mulheres. O propósito desta organização era que em cada país representado na conferência deveria existir uma Associação Nacional, que por sua vez seria subdividida em associações estaduais, com a finalidade de discutir e representar as mulheres na conquista por seus direitos. Sendo assim, dessa comunhão com Carrie Chapman Catt²⁵⁶, de quem seria amiga por vários anos, Bertha Lutz cria a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no dia 09 de agosto de 1922, substituindo a antiga Liga.

A FBPF foi um movimento de classe média e classe média alta do Rio de Janeiro, suas integrantes eram na maioria, advogadas, engenheiras, mulheres de médicos, políticos etc. Diferente de outros grupos feministas o padrão financeiro dessas mulheres era alto, a exemplo da própria líder. Apesar da sede na capital carioca, segundo Rachel Soihet (2000, p. 102) “surgem filiais da FBPF em diversos estados, assim como outras associações assistenciais e profissionais unem-se à referida entidade”. Tal fator denuncia o caráter nacional que o grupo acabou adquirindo, ampliando sua capacidade de ação sobre diversos estados.

² Carrie Chapman Catt foi a líder norte americana do grupo feminista *National American Women Suffrage Association* (NAWSA) nos EUA, seu movimento pioneiro na busca pela igualdade dos sexos, consagrou a luta pelo sufrágio feminino. Posteriormente, integraram a ele causas pela educação política da mulher, o trabalho feminino etc. Esta líder manteve contato diplomático direto com Bertha Lutz, com quem as posições feministas eram compatíveis. MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Entre o igualitarismo e a reforma dos direitos das mulheres: Bertha Lutz na Conferência Interamericana de Montevideu, 1933**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v. 21, p. 927-944 Setembro-Dezembro, 2013.

Seus objetivos eram variados, a busca pelo sufrágio persistia, a emancipação cultural da mulher também era visionada, pois de nada adiantaria sua luta se a maioria, não se tornassem conscientes de seus próprios direitos, assim como da relevância dos mesmos. A reformulação no sistema educacional era outra causa da FBPF, sobretudo o ensino secundário, restrito a homens e proibido em diversas escolas para mulheres.

Por fim, ressalta-se as causas do direito do trabalho da mulher. Desejavam principalmente, a regulamentação do trabalho feminino, igualdade salarial entre os sexos, apoio a licença maternidade, creches para mães trabalhadoras, oficialização do trabalho doméstico, contestação da tutela matrimonial, igualdade de acesso a carreiras públicas e a derrubada da proibição sob o trabalho noturno para o sexo feminino.

O contato com as mulheres inseridas no mercado de trabalho do Brasil, fortaleceram-se após a conquista do voto feminino. Depois do sufrágio houve necessidade de buscar-se novos caminhos e novas lutas para preencher o espaço vago, por muito tempo ocupado pela busca ao voto.

A participação de Bertha Lutz nesse sentido foi extremamente proveitosa, ela contribuiu para a adesão de diversas leis na Constituição de 1934, a partir da elaboração do livro “Os 13 princípios básicos: sugestões ao anteprojeto da Constituição”. Após sua eleição para deputada federal, enquanto suplente do deputado Candido Pessoa, a líder amplifica o debate referente as mulheres trabalhadoras. Em seu curto mandato (1936-1937), consegue elaborar projetos consistentes como o “Estatuto da Mulher”, que propunha revisão legislativa e penal, referente as leis em torno da mulher brasileira e o “Departamento Nacional da Mulher”, com função assistencialista para a mulher e a infância, a quem Bertha também defendia.

Diversas críticas pairam sobre esta pioneira feminista brasileira, assim como sobre o movimento por ela criado. Tanto para sua época, a exemplo de Patrícia Galvão, quanto para análises historiográficas posteriores, os argumentos se fazem em torno do tradicionalismo de Bertha e da FBPF. Um grupo considerado por muitos como “elitista” e sempre fechado para as classes populares. Foram consideradas tradicionais demais, pois não contestavam a hierarquia de gênero, não enfrentavam a Igreja Católica, principalmente quando o assunto era divórcio e, seus meios de ação jamais se aproximavam de algo mais radical.

A apropriação de tais análises não convém para este trabalho. Na verdade, há que se discordar delas. Tais críticas são falhas a partir do momento em que se pensa Bertha Lutz assim como seu movimento, enquanto filhas de seu próprio tempo. De acordo com Raquel Soihet, tais historiadores (2000, p. 106)

[...] incorrem no pecado do anacronismo ao analisar muitas das dimensões das questões de gênero, presentes no movimento em foco, a partir de experiências propiciadas e decodificadas por um outro momento histórico. Criticam, particularmente, nas feministas focalizadas, a mitificação da maternidade, na argumentação em prol da aquisição de direitos. Na minha interpretação, a utilização desse recurso revela uma das táticas próprias a sujeitos submetidos a relações desiguais de poder, que percebem sua incapacidade, em um dado momento, de questionar as prerrogativas da vontade dominante. Pelo contrário, reverenciam as regras estabelecidas, embora busquem perseguir objetivos próprios.

Interpretar essas mulheres dentro do processo e contexto em que viveram, permite com que se questione, afinal, tradicionalismo ou tática? Neste trabalho opta-se pela abordagem de feminismo tático, demonstrado acima. Visto que Bertha Lutz e FBPF se utilizavam de determinados caminhos, questionáveis por alguns, mas que eram os melhores disponíveis a sua época, para as lutas feministas.

Experiência no Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

Como mencionado anteriormente, a pesquisa aqui esboçada ainda se encontra em processo de desenvolvimento. Sendo assim, a análise documental da qual o trabalho deverá ser composto não foi concluída. Tais lacunas derivam do momento, os documentos obtidos no Fundo da FBPF, ainda passam por digitalização e análise. Brevemente, a proposta deste tópico é expor a variedade das fontes obtidas no Arquivo Nacional.

Em viagem recente a cidade do Rio de Janeiro, realizada no mês do outubro²⁵⁷, com o projeto de pesquisa intitulado “*A Mão Visível do Estado: Política Social Comparada no Brasil, Argentina e Estados Unidos (1930-1955)*”, coordenado pelo professor Francisco Ferraz, obtivemos as fontes históricas do Fundo da FBPF.

A partir do acesso pleno aos documentos, cedido gentilmente pelas responsáveis sobre o Fundo, encontramos grande variedade de fontes. Organizados em volumes, por assunto e períodos deparamo-nos com cartas enviadas por Bertha, ou por ela recebidas, a maioria tinha como conteúdo a troca de favores. Discursos da líder também foram especialmente coletados.

²⁵⁷ A viagem teve duração de cinco dias, ocorreu entre as datas de 15/10/2017 a 20/10/2017.

As atas das reuniões da FBPF, merecem maior atenção, todas elas se encontram em bom estado de digitalização e podem vir a constituir uma rica análise, pois foram preservadas em grande quantidade, desde o ano de 1922 até 1931. Elas possuem sua relevância porque permitirão proveitosos aprofundamentos de questões internas do movimento, quem fazia parte dele, quais eram seus objetivos e mesmo a quem desejavam atingir.

Além destes, foi coletado as listas com assinaturas de filiadas, que permitirão a análise do perfil destas feministas. Algumas matérias de jornais, os estatutos elaborados em diferentes anos pelo grupo, quem envolvem inclusive questões burocráticas e financeiras da FBPF, além de suas finalidades também fazem parte do acervo. E por fim, algumas listas feitas pelas próprias integrantes do grupo, com títulos de obras literárias e autoras que fundamentavam o grupo teoricamente.

O acervo que se encontra no Arquivo Nacional é vasto e rico em informações, infelizmente por conta de questões externas, como o tempo permitido para a pesquisa e da própria viagem em si, impediu que a coleta se realizasse sobre todo o acervo. Entretanto, dentro desses imprevistos coletou-se a maior parte de fontes possíveis e consideradas pelo grupo mais relevantes para o momento.

Conclusão

Cabe salientar enquanto considerações finais que Bertha Lutz, assim como seu grupo, a FBPF, foram agentes importantes no processo de representação das mulheres Brasileiras, entre os anos de 1930 e 1937 para a conquista de seus próprios direitos.

Organizaram-se por meio do movimento e aproveitaram a oportunidade, enquanto tal, para adquirir conquistas em torno dos direitos da mulher. Estes últimos não diziam respeito somente aos direitos do trabalho, como foi demonstrado nesse artigo. Suas causas variavam, mas de acordo com a efetivação de cada um, foi criando-se a necessidade de buscar mais pela mulher. Daí deriva a maior preocupação que Bertha Lutz terá com a mulher trabalhadora, fossem elas: datilografas, funcionárias de indústrias, trabalhadoras domésticas ou enfermeiras.

Todas tinham seu ambiente de trabalho restrito e violado por conta das diferenciações de sexo, sendo seus direitos, em suma, eram seriamente feridos. O amparo viria a partir do momento propício, que a política brasileira proporcionou com a Revolução de 30 e ascensão de Getúlio Vargas ao poder. E esta oportunidade ocorre não só com os movimentos feministas, como para vários outros, através da mediação entre estado e sociedade, visando o

amparo da mesma sob aprovação e potencialização dos direitos sociais, por meio da lei.

A mulher vivia num espaço considerado alheio ao seu, que não possuía compatibilidade com suas funções naturais e, essas foram as principais críticas enfrentadas pelos movimentos feministas, como a FBPF. Entretanto, Bertha Lutz e seu grupo, souberam utilizar-se de meios viáveis para a época, dialogando com estruturas dominantes e com o governo, conquistando assim maior visibilidade e garantia de direitos trabalhistas.

Este artigo, que tentou expressar as principais conquistas teóricas elaboradas pela orientanda teve como dever resgatar a voz e história da respeitável figura de Bertha. Sua trajetória foi essencial para as mulheres que conviveram no mesmo período que ela e posteriores a sua trajetória também.

Referências bibliográficas

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943**. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol. 29, nº 59, p. 667-686, setembro-dezembro, 2016.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Entre o igualitarismo e a reforma dos direitos das mulheres: Bertha Lutz na Conferência Interamericana de Montevideú, 1933**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v. 21(3): p. 927-944 setembro-dezembro, 2013.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Bertha Lutz**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Série perfis parlamentares, nº 73 Versão PDF, 2016.

SOIHET, Rachel. **A pedagogia da conquista pelo espaço público das mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz**. *Revista Brasileira de Educação* nº 15, p.97-117. ISSN 1413-2478, 2000.



LITERATURA E HISTORIOGRAFIA: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE OS ROMANCES GUAYRÁ, DE MARCO AURÉLIO CREMASCO E SILÊNCIO, DE SHUSAKU ENDO

Lucimara Andrade da Silva
(Graduação em História, UEL)

Resumo. Esta comunicação apresenta um estudo comparado entre dois romances históricos: o livro “Guayrá” (2017), do autor Marco Aurélio Cremasco e “Silêncio”, de Shusaku Endo (1966). Estes narram a história dos jesuítas, sendo que o primeiro se passa no novo mundo no século XVI, período das missões religiosas, e o segundo tem como cenário o extremo oriente, no século XVII, em que os cristãos foram perseguidos pelo xogunato no Japão. Apesar de ambos abordarem os trabalhos missionários, apresentam contextos distintos. Sendo assim, as circunstâncias nas quais os jesuítas empreenderam a evangelização foram determinadas pelas características políticas, econômicas e culturais dos povos. O objetivo do estudo é analisar a narrativa da história através da literatura, questionando como se dá a relação com a historiografia, e também comparando as missões jesuíticas e o papel desempenhado pela Companhia de Jesus na expansão marítima das coroas ibéricas. Considerando que através da ficção é possível reconstituir parte da história, ainda que por meio da imaginação e dos fatos históricos, percebemos então, que o uso da literatura permite uma riqueza de detalhes, que foram embasados em uma extensa pesquisa, pois não há como a imaginação tratar sozinha de temas históricos.

Palavras-chave: Historiografia; Literatura; Cristãos no Japão; Missionários no Guayrá.

Introdução

Este artigo apresenta um estudo comparado entre dois romances histórico-ficcionais, sendo esses “Guayrá” (2017), do autor Marco Aurélio Cremasco e “O silêncio”, de Shusaku Endo (1966). Buscando analisar o contexto de produção, a narrativa e a representação do passado que cada enredo comporta. Tendo em vista, que no estudo da história a fonte literária pode ser um objeto complexo no trabalho historiográfico, pois é privilegiada em alguns aspectos, principalmente por criar um imaginário da época que o romance aborda. Analisaremos os possíveis questionamentos referente as fontes, através da revisão bibliográfica, discutindo a relação entre a história e a literatura, levando em consideração o diálogo entre ambas, sendo que fazem parte dos debates do campo de estudo que trata da fonte literária, e abarca também conceitos da teoria literária, cujo desenvolvimento no Brasil ocorreu a partir de 1990, sendo uma temática promissora que se encaixa no âmbito da história cultural. Além disso, abordaremos o uso da fonte literária, os cuidados metodológicos específicos com relação ao que é de fato acontecimento histórico e o que é ficção. Dessa forma, pretende-se compreender como a ficção se relaciona com a história, e também o contexto de cada narrativa, tentando localizar a questão do silêncio e do esquecimento na jornada dos jesuítas em seus trabalhos missionários.

A metodologia de pesquisa utilizada no presente trabalho é de cunho bibliográfico, com base nos estudos de autores que abordam essa temática entre eles: Hayden White (1991); Sandra J. Pesavento (1995) e Nicolau Sevcenko (2003). Através da análise, das relações da literatura com a historiografia, é possível identificar que houve uma extensa pesquisa na escrita de ambos os livros. Além disso, percebe-se que essa relação se “resolve no plano epistemológico, mediante aproximações e distanciamentos, entendendo- as como diferentes formas de dizer o mundo, que guardam distintas aproximações com o real” (PESAVENTO, 2004, p.80). Além disso, deve ser levado em conta a importância das reflexões e da problematização da fonte literária, buscando a historicização entre a história e a literatura, sendo que como afirma Nicolau Sevcenko (2003), “a literatura é caracterizada por trabalhar com possibilidades, enquanto a História lida com a realidade, levando

em consideração que a Literatura não tem compromisso com os fatos chamados histórico, ou seja, ela não tem o compromisso de ser fiel aos acontecimentos do passado”(apud MARTINS, 2015, p.3899). Tanto a narrativa histórica quanto a literatura apresentam versões da realidade, pois ambas representam inquietações e questionamentos que mobilizam os homens em cada época de sua história, são diferentes na medida em que a história busca o real, pelo que sucedeu, sendo assim, o historiador em sua narrativa não pode inventar personagens ou acontecimentos, nem mesmo se a situação for semelhante ao fato histórico e a literatura não tem essa preocupação com a fidelidade ao fato histórico, pode então recorrer a imaginação.

Objetivos

O estudo da literatura na perspectiva historiográfica proporciona resultados peculiares, utilizando como fonte o romance e fazendo a comparação dos contextos, permite compreender a narrativa e as motivações dos trabalhos missionários, os perigos e as dificuldades enfrentadas pelos jesuítas, sendo que na obra literária “O Silêncio”, apresenta uma narrativa baseada em documentos históricos e também com base nos registros referente ao período, que revelam a saga do cristianismo no Japão. No caso do livro “Guayrá”, contou com uma minuciosa pesquisa historiográfica, linguística e documental, para construir um imaginário das reduções jesuíticas na província do Guairá no século XVII, que permite com o uso da história, da ficção, da mitologia, da língua indígena e da cultura apresentar uma teia de relações entre os jesuítas e os índios.

Em ambos os livros a força da fé e a coragem transparecem dentro das narrativas que se relacionam por tratar de trabalhos religiosos, apesar dos contextos serem diferentes. A expansão marítima iniciada no século XV, permitiu com as caravelas e instrumentos de navegação que os missionários empreenderem missões religiosas. “Entre os séculos XV e XVII, o mundo se viu transformado por uma expansão marítima europeia que alcançou diferentes partes do globo terrestre da descoberta do Novo Mundo até o extremo oriente”. (FERNANDES, 2017, p.55)

No romance “Guayrá”, o núcleo jesuítico está presente de forma interna, nos medos, nas angustias e nos desígnios espirituais. Aliás, também na

fundação das missões, na pregação do evangelho e também na percepção dos costumes, crenças e hábitos dos índios, que desencadeiam inquietações com relação a nudez das mulheres, a luxúria e os desvios das regras da igreja, tido como influência do demônio. Algumas dessas inquietações são apaziguadas pelas penitências. Uma semelhança em ambos são as menções aos martírios dos padres e a luta interna para continuar firmes na fé católica e guiando seus fiéis no caminho da salvação. Isso está presente também no romance “O silêncio”, nas descrições das torturas violentas, nos martírios dos cristãos pelos Xoguns, na tentativa forçar estes abdicarem da fé católica pela sobrevivência.

É possível perceber nos livros a expressão tanto do autor, da sua época e do leitor, talvez em detalhes que somente uma leitura detalhada pode identificar, pois a narrativa capta “o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, num entrelaçamento que varia de uma cultura para outra” (BURKE, 1992, p. 15). Segundo Ferdinando Castelli (1973), no livro “O Silêncio”, é perceptível que tem como principal questionamento a relação entre cristianismo e o pensamento japonês, e o conflito entre oriente e ocidente, sendo que o autor Shusaku Endo vivenciou essa relação instável e inquieta. De acordo com William Johnston (1982), no prefácio da obra “O Silêncio”, descreve os livros de Shusaku como:

Problemáticos e controversos, que o que escreve é profundamente psicológico, e que descreve a angústia da fé e a misericórdia de Deus [...] problemas que, a certa altura, pareciam remotos naquele país: problemas da fé e de Deus, do pecado e da traição, do martírio e da apostasia. (ENDO, 1969, p.5)

Comparando, a escrita com o romance “Guayrá”, é possível identificar marcas de expressões do contexto do autor dentre essas, a própria escolha do tema por morar próximo aos territórios em que se localizavam as missões, sendo na cidade de Guaraci no Paraná. Além disso, as concepções e ideias sobre a cultura indígena e a história local. Nesse sentido, a escrita literária carrega marcas subjetivas com relação ao contexto em que foi produzida, das expectativas do autor e também da forma de recepção. Enquanto a escrita do historiador, por causa da sua especificidade, possui uma preocupação com o rigor e a objetividade na pesquisa histórica, sendo assim está preso a condição

do real acontecido como as fontes e documentos referentes a esse real. Como afirma Sevcenko (2003, p. 59), “a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir-a-ser.” Dessa forma, o historiador preocupa-se com a realidade e o escritor busca as possíveis realidades, sendo esse “um ponto que deve ser cuidadosamente considerado pelo historiador que pretende utilizar material literário em suas pesquisas”. (SEVCENKO, 2003, p. 30)

Na literatura o escritor aborda o fato histórico e os personagens, com maior liberdade e subjetividade, baseado na exploração dos detalhes do enredo e dos personagens. A obra literária tem dois aspectos, sendo ao mesmo tempo história e um discurso, como afirma Tzvetan Todorov:

Ela é história, no sentido em que evoca uma certa realidade, acontecimentos que teriam ocorrido, personagens que, deste ponto de vista, se confundem com os da vida real, mas, a obra é ao mesmo tempo discurso: existe um narrador que relata a história; há diante dele um leitor que a percebe. Neste nível, não são os acontecimentos relatados que contam, mas a maneira pela qual o narrador nos fez conhecê-los. (1973, p. 211)

A obra literária, é uma fonte produtiva e diversificada que permite aos pesquisadores e historiadores da cultura enriquecer sua narrativa, em específico devido ao universo cheio de significações e representações. Sendo assim, através do romance surgem novas maneiras de pensar história e também contribui para questionar a história dita oficial, com seus padrões e verdades históricas. Desse modo, a literatura proporciona “desvendar o imaginário da época e pode ser uma fonte para a História” (PESAVENTO, 2004, p.81). Com o uso da ficção, a literatura trata de ações imaginadas, sentimentos, intermediação entre o real e as aspirações coletivas. “Ambas são formas de representar questões que são pertinentes aos homens da época em que são produzidas, possuindo um público destinatário e leitor” (PESAVENTO, 2004, p.81). O romance é resultado da criação de seu autor e pode narrar o contexto histórico da época, abordando as possibilidades, revela a história não só pelo viés do vencedor. Além disso, o historiador pode adquirir conhecimento por meio das técnicas narrativas do romance, o texto pode guiá-lo para novas fontes sobre o tema e também em perceber aquilo que não está explícito no

texto, assim multiplicando a possibilidade de leitura. Esse seria “o efeito de real fornecido pelo texto literário que consegue fazer seu leitor privilegiado, no caso, o historiador, com o seu capital específico de conhecimento, divisar sob nova luz o seu objeto de análise, numa temporalidade passada” (PESAVENTO, 2006, p. 6). Dessa forma, a obra literária é uma fonte rica que proporciona o acesso ao imaginário, bem como das fontes utilizadas pelo autor na construção do romance, cuja “narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica.” (PESAVENTO, 2006, p. 6)

Resultados

A análise comparada das fontes literárias, permite compreender que os romances históricos podem auxiliar o trabalho do historiador, pois tanto a historiografia quanto a literatura apresentam versões da realidade, representam inquietações e dúvidas que impulsionam os homens em cada época de sua história. Dessa forma, as obras literárias “*O silêncio*” (1966) e “*Guayrá*” (2017), baseiam-se em fontes do período, relatos, e também fazem uso da “criatividade, a imaginação e a originalidade, partem das condições reais do tempo e do lugar, as quais [...] podem ser concretas ou não, da existência social e de suas experiências” (Candido, 1985, p. 24). Sendo assim, é possível identificar indícios de discursos em ambas narrativas dos romances.

No caso do livro *Guayrá*, de autoria do escritor, poeta e engenheiro químico, Marco Aurélio Cremasco. Natural de Guaraci (PR), professor na Faculdade de Engenharia Química da Unicamp e um dos fundadores da revista de literatura Babel. No romance trata dos acontecimentos que remontam à época da fundação das missões jesuíticas na província do Guairá, sendo que esse território compreende parte do atual estado do Paraná. Sua narrativa, tem como questão principal o contexto social e de esquecimento. Nesse sentido, sua narrativa mostra a importância da história desse período da província do Guairá no século XVII, que quase sempre aparece em segundo plano ou mesmo é desconsiderada, pela história oficial. Isso é visível até mesmo no abandono e no descaso com os sítios arqueológicos das missões do Guairá. Apesar de utilizar a história canônica, com uso de passagens da bíblia, não

apresenta discurso religioso. Pelo contrário busca mostrar o trabalho missionário dos jesuítas espanhóis na província do Guairá, sendo que a primeira missão repovoada é a redução Nossa Senhora de Loreto de Pirapó, na historiografia a fundação da mesma foi realizada no ano de 1610, próxima ao Rio Pirapó, na margem esquerda do rio Paranapanema, cujos vestígios se encontram na cidade de Itaguajé no Paraná. Na medida que mais índios eram aldeados, novas missões eram criadas, foram fundadas cerca treze reduções na província. Ao longo da narrativa acompanhamos a saga dos jesuítas no Guairá, sendo eles: José Cataldino, Simón Mascetta, Antônio Ruiz de Montoya, Francisco Ortega, Diego Salazar e Jean Vaisseau (Vaseo), Cristóbal de Mendonza, Marcos Marin, Francisco Diaz Taño, José Derménech e outros, totalizando cerca de 23 missionários jesuítas que atuaram nas missões na província do Guairá. De acordo com a narrativa do romance, os trabalhos missionários envolviam inúmeras dificuldades no percurso das viagens e também na catequização, os missionários “deviam despertar o respeito as coisas consideradas sagradas, levar os índios a missa, fazer menção aos sermões e ficar próximo as crianças, pois estas delatavam os desvios dos adultos. Além disso, são narradas as visões dos jesuítas sobre os hábitos dos indígenas com relação a nudez, o canibalismo e a poligamia. Os padres inseriam novos elementos a cultura do índio, sendo necessário a reorganização social do espaço, colocando limites a liberdade com base no evangelho e nas regras da igreja. De certa forma ignorando que os indígenas tinham uma cultura e religião próprias, sendo assim na catequização utilizavam de com conceitos sobre céu, inferno e salvação das almas, para intimidar os indígenas. Nesse projeto de catequização muitas vezes os padres eram emboscados pelos índios selvagens, passavam dificuldades como fome e as doenças muitos acabavam morrendo em decorrência disso. Um dos martírios descritos com base nos acontecimentos históricos registrados nos relatos da época é o do padre Cristóbal de Mendoza assassinado por um grupo de índios selvagens. Aliás, também são narrados os conflitos com os índios e vicentistas, as fugas e as mortes nos ataques as missões. As condições difíceis e os conflitos acabam levantando dúvidas sobre a continuidade do trabalho missionários. Dentre as inquietações dos missionários com relação a nudez e o pecado, sendo que um caso explorado na narrativa é de um padre que caiu em tentação e acabou por

obra da lascívia cometendo pecado de se envolver com uma donzela, sendo que a alegação foi que a moça estava possuída, e precisava ser salva e após ser exorcizada foi perdoada, já o sacerdote se perdeu por conta da influência do demônio.

Em muitos casos por causa das inquietações os padres recorriam as penitências, como uso do cilício, sendo que essas descrições fazem uso da ficção, mas estas também aparecem nos registros históricos como prática comum entre os jesuítas. Outro caso de penitência descrito, é protagonizado pelo Pe. Antônio Ruiz de Montoya, que ao ter pensamentos pecaminosos sobre uma índia se lança com a cabeça e as mãos em um formigueiro. A narrativa nesse caso faz uso da ficção, mas parte da história, pois esse acontecimento é citado pelo próprio jesuíta em seu diário das missões. Embora os missionários tenham obtido resultado nas missões, com a invasão e destruição das reduções pelos mamelucos e bandeirantes, os jesuítas tiveram que escolher entre resistir ao avanço dos vicentistas ou fugir para proteger os índios aldeados. A decisão final é pela fuga, sendo essa também marcada pelas mortes. Na historiografia Pe. Montoya ajuda na fuga dos carijós nas balsas pelas margens perigosas do Uruguai.

O enredo do romance traz passagens marcantes, que tecem a intrincada rede de relações sociais, culturais, políticas e religiosas na província. O jesuíta nos é apresentado sem apologia ou condenação, pelo contrário, são mostradas suas ideias e concepções. Não podemos incorrer a ideia que estes eram os responsáveis pela escravidão do indígena, pois não se deve generalizar, na maioria das vezes os missionários seguiam as ordens superiores da igreja católica e dos representantes do poder político. Nem sempre aqueles que estavam a frente das reduções eram os responsáveis pelas decisões, havia um entorno de relações, troca de informações e exigências superiores. Aliás, temos que considerar que muitas vezes a redução era um meio de proteger os indígenas das encomiendas e da escravidão nos engenhos. Além disso, são narradas as ações políticas dos governantes do Rio da Prata e do Paraguai, os interesses territoriais das coroas ibéricas Espanha e Portugal e também que as invasões dos vicentistas eram motivadas pela captura de selvagens e pelo ressentimento dos cristãos-novos com a igreja católica, por causa das ações

do santo ofício em consequência disso, as invasões as reduções eram mais violentas.

Ao abordar a escolha pela salvação do rebanho a narrativa do romance se assemelha ao livro *O silêncio*, em que os missionários também enfrentam dúvidas em meio a perseguição religiosa no Japão, tendo que escolher o impossível, abandonar seu rebanho ou renegar o seu Deus. No caso do romance histórico "*O silêncio*", escrito pelo católico japonês Shusaku Endo (1923-1996), que faz parte da terceira geração de escritores japoneses do século XX, ganhou destaque dentro e fora do Japão, por causa das polêmicas religiosas suscitadas pelo romance, "focaliza o período agitado da história japonesa conhecido como "o século cristão", sobre o qual uma palavra de explicação não será inoportuna" (ENDO, 1969, p.5). Este trata da história do cristianismo no Japão, no contexto de perseguição aos cristãos na segunda metade do século XVII pelos Xoguns Tokugawa, contrários a conversão a fé cristã, após o decreto de expulsão dos cristãos do Japão feito por Ieyasu Tokugawa no início da era Edo. O autor busca resgatar personagens históricos do contexto desse período. Na historiografia a chegada dos jesuítas portugueses no Extremo Oriente, fazia parte do projeto de evangelização em larga escala, "os desafios demonstraram desde cedo serem dos mais diversos. A Companhia de Jesus se apresentou como a ordem religiosa melhor preparada para desempenhar a função de "converter" novos fiéis à fé Católica". (FERNANDES, 2017 p.155). O crescimento do número de cristão acabou, desencadeando a desconfiança do governo, que acreditava que a religião cristã tentava destruir a doutrina verdadeira e mudar o governo do país para obter a posse das terras. A inquisição foi instaurada no ano de 1640 pelo xogun Iemitsu Tokugawa quando se iniciaram uma perseguição aos cristãos. Chegando a executar aproximadamente trinta mil camponeses cristãos. Mas perceberam que o martírio reforçava a fé e começaram a realizar seções de torturas até a apostasia.

O romance narra a história de sacrifício e de fé do jovem jesuíta português Sebastião Rodrigues (personagem baseado na figura histórica de Giuseppe Chiara), este viaja ao Japão no ano de 1640, em busca de seu mentor Pe. Cristóvão de Ferreira superior dos jesuítas em Portugal, que estava pregando a fé católica no Japão há cerca de vinte anos. Sua viagem tinha o

objetivo de investigar os rumores de que seu mentor após ser torturado teria renunciado a fé e apostatado, e também na tentativa de oferecer consolo aos cristãos japoneses que eram brutalmente perseguidos. Os jesuítas Sebastião Rodrigues e Francisco Garpe mesmos cientes do perigo eminente e dos avisos do superior em Macau Alessandro Valignano, viajam rumo ao Japão. Chegando em Nagasaki enfrentam dificuldades tendo que ficar escondidos com medo de serem descobertos, pois os samurais ofereciam dinheiro em troca de cristãos e se fossem capturados, provavelmente seriam mortos. Além dessas dificuldades pais era pobre, tinham que sobreviver do pouco alimento retirado da terra, sendo esse pepinos e raízes, de forma oculta peregrinavam e catequizavam nas ilhas de Goto.

Pe. Sebastião Rodrigues vê os cristãos serem torturados ao negar-se a pisar na imagem de cristo e cuspir na cruz, e o silêncio de Deus frente ao sofrimento dos cristãos abala sua fé e traz dúvidas. As descrições são fortes e embasadas nos relatos sobre o período, torturas com água fervente, na fogueira e no poço. O jesuíta Sebastião Rodrigues é preso e vivência a angustia de ver os cristãos serem torturados até a morte ou apostatarem, nessa inquietação espera seu martírio, porém este não chega, pois, o missionário não vai seguir o mesmo caminho que cristo, seu papel será diferente, ao chegar a essa conclusão dolorosa, aos poucos começa a compreender que Deus está presente mesmo no silêncio e que seus caminhos são misteriosos e acaba renegando a fé para proteger os cristãos.

O livro levanta o questionamento na narrativa e no próprio nome da obra referente ao silêncio de Deus diante do sofrimento, da tortura e dos martírios dos cristãos no Japão. Se Deus existe, porque o silêncio para com o sofrimento daqueles que nele creem? Além dessa outra questão é abordada ao longo da narrativa, sendo crucial e decisiva, sobre a teologia ocidental dos missionários ser insuficiente ou mesmo inadequada para compreender a perseguição dos cristãos e também para sanar as inquietações e as dúvidas dos jesuítas com relação a sua fé.

O autor do romance chega a conclusão definitiva de que o cristianismo precisa adaptar-se radicalmente para poder fincar raízes no “pântano” do Japão. Dessa forma, “a árvore do cristianismo helenizado não pode simplesmente ser arrancada da Europa e plantada no pântano do Japão, de

tradição cultural completamente diversa” (ENDO, 1982, p.14). Segundo Castelli (1973, p. 235), com esse romance Shusaku Endo ressalta a universalidade do cristianismo e os desafios deste no encontro com a espiritualidade japonesa no caso do romance o budismo e a cultura japonesa que é menosprezada no empreendimento da catequização. Dessa forma, livro *O silêncio* pretende “escavar no coração do homem em busca daqueles componentes universais que encontram no cristianismo a sua expressão mais autêntica e fundar sobre eles a força da evangelização”. O livro levantou discussões, na época em que foi publicado, pois Endo escreve sobre algo que remete ao seu tempo, o personagem principal enfrenta o mesmo problema que o escritor, o de não o compreenderem, pois no Japão poucos tentavam entender o cristianismo, sendo essa religião malvista entre os nipônicos. Batizado ainda jovem por insistência de sua mãe, carregou marcas de uma fé católica, na qual tinha dúvidas constantes, o eixo de sua problemática no romance é a apostasia, sendo essa o ato de negar a fé cristã. De acordo com Geraldo Paiva, o escritor foi considerado por alguns teólogos responsável, “por desequilibrar a teologia do pecado e desvalorizar o heroísmo dos mártires japoneses primitivos como recurso literário para destacar, respectivamente, a misericórdia divina e o desencontro entre o cristianismo e a cultura japonesa, mas é claro em suas reservas teológicas”. (PAIVA, 2004, p. 116)

A obra *O silêncio*, utiliza uma linguagem diferente do narrar poético e mitológico do romance *Guayrá*. Shusaku faz uma narração seca, sem enfeites que em meio aos sons e cheiros que perturbam, com menção a um Deus distante e difícil, disfarçado de silencioso e descreve os jesuítas com base no exílio e a astúcia. O romance é baseado na história com uma extensa pesquisa, dos relatos do inglês Richard Cocks e de outros viajantes. Aliás, também se utiliza monumentos e artefatos do período nas descrições das crucificações dos padres e dos japoneses cristãos, como o monumento próximo à estação de Nagasaki, que marca o lugar onde os cristãos morreram e os fumie se encontram no museu Ueno em Tóquio. Além disso, o autor trata de uma questão próxima de seu tempo de um grupo secreto que ainda existe no Japão, embora cada vez menor, sendo chamado de “Kakurekirishitan”, ou cristãos ocultos, que praticavam o cristianismo com a fachada do budismo, para evitar perseguições. Até hoje pouco se sabe sobre esse período do

cristianismo no Japão, os registros que sobreviveram são os dos jesuítas, até mesmo a vida do Pe. Ferreira após apostasia, permanece um mistério, o que se sabe é que este passou a entregar os cristãos aos samurais. Após a explosão da bomba atômica em 1945 na cidade de Nagasaki os registros se perderam. Estima-se que cerca de três mil mártires foram feitos e outros apostataram-se.

Considerações finais

Após a leitura, análise e comparação dos romances históricos foi possível compreender que a literatura é passível de interpretação no estudo da história e pode contribuir com fontes ou mesmo novas possibilidades de análise. A conclusão que chegamos ao final dessa análise foi que o sucesso da catequização e as circunstâncias em que os jesuítas desempenharam a evangelização foram determinados pelas características de cada povo, sendo essas políticas, econômicas e culturais. Dessa forma, na província do Guairá os padres jesuítas não conseguiram concretizar plenamente o empreendimento, isso devido à interferência dos bandeirantes, mas, sem dúvida, obtiveram resultados inesperados durante o período de catequização dos indígenas, pois conseguiram transformar esses povos primitivos do rio da prata de nômades em sedentários, tribos guerreiras em agricultores pacíficos e povos canibais e polígamos em criadores de gado, baseado na unidade familiar através da evangelização. No Japão a situação foi diferente, o cristianismo não conseguiu resultados, sendo que atualmente a porcentagem de cristãos no Japão é menos de 1% da população, a maior parte dos cristãos japoneses encontra-se no sul do país. No romance *O silêncio*, o escritor conclui que o cristianismo não conseguiu se consolidar, pois “o Japão é um pântano porque absorve toda a sorte de ideologias, [...] e distorcendo-as no processo de fazê-lo [...] se esse cristianismo fosse menos ocidental, as coisas poderiam ter sido diferentes”. (ENDO, 1982, p.13). Portanto ambos os livros narram a saga dos missionários, os perigos e as dificuldades, e que os romances foram embasados na historiografia e carregam marcas subjetivas de seus autores e que o literato se utiliza do contato com a sociedade, da cultura e da história na escrita de seus livros.

REFERÊNCIAS

- BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton; NETO, José Maria [orgs.] Vários Orientes. Rio de Janeiro/União da Vitória; Edições Sobre Ontens/LAPHIS, 2017.
- BURKE, Peter (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- CASTELLI, Ferdinando. “Un ‘thrilling’ teologico. SilenziodiShusakuEndo”. In: em *La Civiltà Cattolica* (1973) 2.961, 235.
- CREMASCO, M. A. **Evangelho do Guayrá**- Relatório Final de Atividades, Bolsa Funarte de Criação Literária 2010. Rio de Janeiro: Funarte, 40p., 2011.
- CREMASCO, Marco Aurélio. **Guayrá**. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2017.
- ENDO, Shusaku. **O silêncio**. São Paulo: Círculo do Ouro, 1982.
- FERNANDES, Fernando Roque. **Do Extremo Oriente ao Novo Mundo: Caminhos da interculturalidade na missão Jesuíta Portuguesa (séc. XVI e XVII)**. In:
- JOHNSTON, William. **Prefácio**. In: ENDO, Shusaku. **O silêncio**. (org.). São Paulo: Círculo do Ouro, 1982.
- PAIVA, Geraldo José de. **Representação da religião no encontro de culturas: o catolicismo na literatura do escritor japonês ShusakuEndo**. In: ZANGARI, Wellington. **A representação na religião: perspectivas psicológicas** (org.). São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura**. *História da Educação*, Pelotas, p. 31 - 45, 01 set. 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura: uma velha-nova história**, *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, Debates*, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index1560.html>> Acesso em: 20. ago.2017.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 2003, 2 ed.
- TODOROV, Tzvetan. **As Categorias da Narrativa Literária**. In *Análise Estrutural da Narrativa*. (pg. 209-254). Tradução: Maria Zélia Barbosa Pinto. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.
- WHITE, Hayden. **Teoria Literária e escrita da História**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991.



A PROBLEMÁTICA DA FRONTEIRA E A FRENTE DE EXPANSÃO NO OESTE PAULISTA

Paulo Renato da Silva
(Mestrando em História Social – UEL)

Resumo. A expansão cafeeira foi o principal fator responsável pela (re)ocupação moderna do oeste paulista. Isso significou a destruição de ecossistemas, o deslocamento de populações e o extermínio de povos indígenas. Esse processo foi percebido e documentado como o avanço da fronteira da civilização sobre “terrenos desconhecidos”, criando-se uma fronteira de conflitos. E foi através da perspectiva da fronteira que pesquisadores explicaram o que ficou conhecido como *frente pioneira*. Uma das mais importantes discussões sobre a questão da fronteira é a categoria de *frente de expansão*, abordada por Martins (1997). Ao ser levada para o contexto da expansão cafeeira, a proposta do sociólogo permite transcender a perspectiva da frente pioneira e buscar a diversidade de povos que foi negada por seus atores. Nesse artigo propõe-se um balanço de pesquisas que trazem a questão da fronteira para a discussão desse contexto. A hipótese é a que essas perspectivas explicam esse movimento, mas que o texto de Martins apresenta o melhor acorde teórico para pensá-lo para além do ponto de vista do conquistador.

Palavras-chave: Fronteira; frente de expansão, oeste paulista, cafeicultura.

Introdução

O processo de (re)ocupação moderna do oeste paulista, impulsionado pela cafeicultura e sua logística, foi marcado pela existência de uma fronteira móvel, que se expandiu sobre territórios onde viviam populações tradicionais e diversos povos indígenas. Para além do caráter físico irregular e fragmentado, a fronteira também fluía de um local para o outro, de acordo com o lugar de fala dos agentes históricos, perpetuando-se representações duais de uma realidade cambiante, dividida idealmente entre, de um lado, terrenos desconhecidos, selvagens, sertão; e civilização, progresso, técnica, de outro. Na interpretação do contexto conhecido como *frente pioneira*, “fronteira” tornou-se tipologia analítica para pesquisadores sociais, que a dividiram em *frente econômica* e *demográfica*, ou a tomaram como categoria para explicar os problemas sociais relacionados à terra no país.

Uma das mais importantes discussões sobre a questão da fronteira é a categoria de *frente de expansão*, a partir do texto “O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”, do sociólogo José de Souza Martins (1997). Segundo Martins, as diferentes formas de ver a fronteira – designações e não conceitos –, dizem tanto a respeito a quem fala, quanto aos grupos observados, já que o vínculo dos pesquisadores com seus lugares sociais guiava seu olhar a aspectos de um ou de outro lado da fronteira. Essa proposta genérica, ao ser abordada no contexto da expansão cafeeira em São Paulo, oferece ao pesquisador um suporte dialético que o permite “ver” o movimento a partir de diversas perspectivas e transcender a clássica narrativa da *frente pioneira* e da glorificação do “pioneiro heroico”.

Nesse texto, propõe-se um balanço de pesquisas que tragam a questão da fronteira para a discussão da (re)ocupação moderna do oeste paulista. A hipótese é a que essas perspectivas explicam sim esse movimento, mas que o texto de Martins (1997) apresenta o melhor acorde teórico para pensar-se esse processo para além do ponto de vista do conquistador. A partir dessas premissas, podem ser propostas pesquisas específicas, que demonstrem em conjunturas de média duração, parte da diversidade que compõe o processo de desconstrução da sociedade paulista.

O Problema das Fronteiras

A tese do geógrafo francês Pierre Monbeig, publicada na década de 1940, se tornou uma clássica referência para as pesquisas sobre o contexto da expansão cafeeira no oeste paulista. Sua hipótese é a que esse contexto só pode ser entendido pelo movimento conhecido como *frente pioneira*, sendo

esse impulsionado pela expansão do capitalismo pelo mundo e estruturado a partir de elementos naturais característicos da região. Monbeig destaca a ligação existente entre criação de novos municípios, a presença de imigrantes em cada um deles e o avanço da linha férrea, fatores que sobrepostos ao mapa do estado ajudam a reconstruir o movimento de avanço da frente pioneira (MONBEIG, 1984). Seu texto está baseado em trabalhos que estruturaram interpretações da geografia, tais como na esquematização da existência de duas áreas na frente pioneira: a *fronteira demográfica*, que limita o sertão com a mata virgem para oeste, e a *fronteira econômica*, que separa o sertão a leste da região economicamente mais adiantada.²⁵⁸

Monbeig também discute a ação do mineiro (caipira), o predecessor da civilização ocidental que sofreu com um estranhamento frente ao avanço da fronteira econômica, destacando seu papel na fundação de vilas em interação com os fatores naturais. Quanto a pré-ocupação indígena, ressalta parte de sua diversidade, mas, como no desenrolar do texto sua perspectiva acaba atrelada ao lado dito civilizado da frente pioneira, os mundos indígenas são pouco levados em consideração. Em relação a essas populações que viviam quase independentemente do mercado, a perspectiva da frente pioneira evidencia em si a própria contradição intrínseca de se valorizar somente um lado de uma fronteira, que, quanto mais avançava, impulsionada pelos bons negócios, mais demandava a violência para fazer desaparecer aqueles que estavam no sertão. Quando Monbeig volta suas lentes de análise à expansão do capital, as paisagens humanas que a precederem as disputas étnicas na fronteira se tornam invisíveis, já que o que se procura é a cafeicultura: “[...] Teria ficado intacta a floresta dos planaltos ocidentais, se os plantadores não dispusessem de mão-de-obra nem meios de transporte” (MONBEIG, 1984, p. 96).

Apesar das deficiências da perspectiva da frente pioneira, o texto de Monbeig traz uma importante contribuição para pensar-se o movimento da frente de expansão. O geógrafo assinala seu caráter dinâmico, irregular e imprevisível, que se move segundo interesses diversos, tanto externos quanto internos a frente, como as próprias características naturais. Destaca que a frente pioneira não é uma linha perceptível continuamente, pois se assemelha mais a uma franja irregular:

[...] O avanço do povoamento está longe de ter o aspecto de um front contínuo que se pudesse balizar cuidadosa e regularmente. Trata-se mais de incursões de grupos numerosos, difíceis de localizar. É, portanto, melhor falar [...] em “franja pioneira”, expressão um tanto vaga, mas que

²⁵⁸ Ver: BOWMAN, Isaiah. *The pioneer fringe*. New York: American Geographical Society. No. 13, 1931; DEMANGEON, Albert. *Pionniers et fronts de colonisation*. Annales de Géographie, n. 234, p. 631-632, 1932; WAIBEL, Léo H. *As zonas Pioneiras do Brasil*. Rio de Janeiro, RBG, n° 04, out/dez, 1955.

convém melhor a esta região instável e incerta, onde manchas de floresta subsistem, às vezes por muito tempo, envolvidas por culturas ou pastagens, mesmo quando já bem distante o solo abriga os primeiros cultivos. É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas (MONBEIG, 1984, p. 165).

Martins (2010) analisa as mudanças nas relações e representações de trabalho na cafeicultura paulista e explicita o complexo mecanismo que estruturava o colonato, em que se desenvolveu a produção capitalista de relações não capitalistas de produção, submetidas e necessárias à reprodução do capital. A tese que mais interessa aqui é a de que o avanço sobre as terras do oeste paulista possibilitou, também, um lucro aos fazendeiros que ia além da agricultura e a logística do mercado cafeeiro: a formação de fazendas, que “quanto mais gente absorvia, mais gente necessitava”. Ao adquirir uma gleba de terra tida como virgem, o fazendeiro aproveitava a itinerância do caipira no desmatamento e preparação da fazenda para a incorporação contínua e progressiva de novas terras à produção. Depois de formada a fazenda, o “nacional” desmantelava seus ranchos e partia rumo a uma nova fronteira, e o trabalho na fazenda era entregue aos colonos. Durante cinco anos, o colono cuidava dos novos cafeeiros praticamente gratuitamente, tendo em troca um pequeno pagamento em dinheiro, mas, principalmente, a autorização para plantar, entre os jovens pés de café, sua cultura de subsistência. Assim também muitos proprietários vendiam a fazenda e partiam para tomar posse de uma nova área no sertão, já que, dessa forma, podiam duplicar o seu capital em cinco anos simplesmente formando novos cafezais (MARTINS, 2010).

Dividindo o oeste paulista em diversas regiões, Rogério Faleiros explica como a cafeicultura, atrelada à produção de alimentos, compunham um mecanismo que estruturava a fronteira móvel. A partir da análise de um grupo de fontes, o economista demonstra sistematicamente aquilo que pesquisadores já haviam afirmado: enquanto que para o fazendeiro a taxa de lucro ocorria sobre o trabalho (não) pago, que era exercido no cultivo do café; para os trabalhadores a vantagem estava em poder plantar alimentos entre as ruas de café e nos terrenos secundários, cujos rendimentos ficavam para si. Esse mecanismo propiciava ao fazendeiro pagar muito pouco ao trabalhador e, a esse último, se alimentar sem custos monetários e até vender algum excedente. Mas sua pesquisa demonstra que não era um simples plantar, colher e caminhar, como um olhar em perspectiva, ou outras pesquisas defendem, pois na cafeicultura, demorava-se anos para demarcar uma propriedade, derrubar as matas, preparar o terreno e a infraestrutura, atrair

mão de obra, plantar e colher várias safras que compensassem todo o trabalho(FALEIROS, 2007).²⁵⁹

Ligia Silva discute a diferença entre a reocupação dos espaços do interior na América do Norte, do Brasil e Argentina, no século XIX, comparando a influência da fronteira na formação da identidade desses países. Enquanto no Brasil a existência de terras ainda não dominadas era vista como negativa, como um atraso; nos EUA, a presença de “terras livres” impulsionou a formação de aspectos positivos do caráter do povo americano. A existência de um “mito da fronteira” durante a formação do Estado moderno norte-americano, atuando na configuração do povo e naconsolidação da democracia, teria ajudado a forjar as diferenças do desenvolvimento dos EUA em relação aos países latino americanos(SILVA, 2001).

A socióloga destaca o grande impacto do artigo “The Significance of the Frontier in American History”, de Frederick Turner, de 1893, na historiografia norte-americana, o que levou a uma mudança de perspectiva e de prioridades nos estudos sobre a formação dos EUA. Além de forjar parte do imaginário e ser objeto das medidas políticas da União, a fronteira também se tornou uma categoria analítica com suas distorções e manipulações intelectuais e políticas. Turner sistematizou ideias que faziam parte do cotidiano e que tinham sido apropriadas inclusive pela literatura, e deu-lhes um sentido histórico/ideológico numa conjuntura histórica particular, constituindo, assim, a fronteira como a própria expansão do destino dos Estados Unidos. A partir disso, ocorreu uma simplificação excessiva da tese de Turner como categoria analítica oficial, inclusive ganhando força em outros países, servindo de comparação com outras realidades(SILVA, 2001).

A pesquisa da economista Maria Secreto vai nesse mesmo sentido de uma história comparada, demonstrando que nos EUA a fronteira adquiriu significado de espaço livre da degeneração que assolava a Europa: aos colonos estavam disponíveis terras tidas como livres oferecendo oportunidades de construir uma sociedade nova. A fronteira estimulava a constituição da propriedade privada, o individualismo e a liberdade, que deveriam constituir o caráter do povo americano. Por esse ideário e pelas possibilidades concretas que oferecia para parte da sociedade americana, o avanço para o oeste representou o mito das oportunidades e da democracia (SECRETO, 2001).

Ao contrário dos EUA, no Brasil, em São Paulo do século XIX, o mito da fronteira aparecia nos discursos que criaram uma memória coletiva negativa: a quantidade de “terras desocupadas” era sinônimo de atraso econômico e

²⁵⁹Ver também: FONT, Maurício. Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933. In: Bernardo SORJ, F. H. CARDOSO e Maurício FONT. (orgs.) **Economia e movimentos sociais na América latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985; HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**. Café e sociedade em São Paulo 1886-1934. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

cultural. As elites brasileiras possuíam um grande desprezo pelas populações mestiças do interior e pressionaram para uma política de mão de obra, e não de colonização. Além de outros problemas, a Lei de Terras de 1850 colocou preço nas terras e impediu seu livre acesso aos camponeses, aos ex-escravos e aos imigrantes, e a fronteira não foi vista como lugar de oportunidades, mas sim de incertezas e violência. Na fronteira prevalecia a lei do mais forte e a ausência da lei oficial; para lá, iam os degenerados, os vadios, os posseiros. Para além da fronteira, existia o desconhecido, o “vazio demográfico”, o “sertão bruto”, lugar de doenças, de feras, o índio selvagem e oculto nas matas fechadas (SILVA, 2001; SECRETO, 2001).

A Frente de Expansão

Martins revisa algumas interpretações a respeito dos movimentos das fronteiras nos confrontos pela terra em diversos contextos, discutindo a categorização *frente de expansão*. Sem fazer uso de esquematismos classificatórios fixos e determinantes, parte da análise econômica do avanço e reprodução do capital, que, em sua expansão, pressiona direta ou indiretamente espaços já ocupados por outros povos, criando áreas de conflitos, onde passam a coexistir contraditoriamente tempos históricos diversos (MARTINS, 1997). É nesse sentido que a clássica perspectiva do geógrafo é complementada pela abordagem do antropólogo, oferecendo ao historiador uma base teórica para a reconstrução de nuances de um contexto mais complexo do que fontes desconexas entre si podem aparentar.

O sociólogo concorda com a existência, em diversos casos no Brasil, de duas fronteiras dentro de uma mesma área de expansão que, por seu movimento, nem sempre coincidem: a fronteira demográfica e a fronteira econômica. Na maioria dos movimentos de avanço moderno sobre territórios não demarcados juridicamente, pode ser notado um espaço de conflitos entre essas duas fronteiras: a “frente de expansão”. É nesse sentido que o termo frente pioneira, posto em voga por geógrafos, não dá conta de toda uma diversidade, já que:

[...] adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora[...] (MARTINS, 1997, p. 158).

Ao falar de frente pioneira, traz-se a percepção do movimento do capital sobre um espaço no qual são ignoradas outras relações econômicas e culturais que não as diretamente condicionadas pelo mercado. Esse conceito prioriza a descrição do avanço da fronteira econômica em detrimento da ambiguidade dos diferentes grupos que a precederam na fronteira demográfica. Segundo Martins:

A diferença inicial que os dois pontos de vista sugeriam era de que quando os geógrafos falavam de frente pioneira estavam falando de uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de campanhas de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma [...] (MARTINS, 1997, p. 156).

Já a categoria defrente de expansão apresenta o ponto de vista antropológico sobre os grupos indígenas, que são empurrados pela fronteira. Essa perspectiva, que foi formulada por antropólogos²⁶⁰, visa entender as formas de relação com o meio, a sociabilidade, economia, cultura e os contrastes entre os diversos povos indígenas, que são negados pelos atores integrados na fronteira econômica. A frente de expansão também refere aos posseiros, pequenos agricultores, quilombolas, caipiras, que vivem através de uma economia de excedentes, e cujo lugar de existência é a própria frente de expansão, além da fronteira econômica (MARTINS, 1997).

O avanço da fronteira econômica, com a proximidade dos mercados e a divisão social do trabalho, empurra essas populações que não participam da economia de mercado para um estranhamento sócio econômico, o que se acentua quando esses não têm os títulos da terra. O pequeno agricultor é visto como improdutivo e sem vínculos com a terra, migrante, fugindo da civilização e penetrando nas matas. Na frente de expansão, o mercado e o Estado não podem operar diretamente, onde predomina-se relações de compadrio e costume, e se favorece o coronelismo e a atuação de capangas. Enquanto avança para o interior, a fronteira mobiliza as populações camponesas a se mudarem em ritmos cada vez mais acelerados – ou, em última instância, a se integrarem como trabalhadores assalariados – pressionando ainda mais os grupos indígenas a disputarem a terra entre si (MARTINS, 1997).

Problematizando as relações humanas na constituição das fronteiras, Martins destaca a interação conflituosa entre grupos indígenas, camponeses e grupos integrados ao capital em diversos contextos. Segundo ele:

²⁶⁰Ver: OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O Índio e o mundo dos brancos**: A situação dos Tukúna do Alto Solimões. São Paulo, 1964; RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: A integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis, Editora Vozes, 1977.

[...] A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não é só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História [...] (MARTINS, 1997, p.151).

A incapacidade de entender ou aceitar culturas diferentes é metamorfoseada como incapacidade ou atraso econômico do “outro”. Essa diferença acaba com a sobreposição da fronteira econômica sobre a demográfica:

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna parte antagônica do *nós*. Quando a História passa a ser a *nossa História*, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou (MARTINS, 1997, p. 151, grifos no original).

Por fim, é preciso destacar que pensar a frente de expansão não é descrever de forma teleológica o avanço do capitalismo, enquanto sistema, sobre partes ainda não integradas. A própria migração de grupos, como o caipira no contexto pesquisado, apesar de impulsionada por mudanças econômicas, se dava também por questões de tradição e percepções de mundo. Nesse sentido, Martins também ressalta que resíduos de costumes, como arcaísmos religiosos, peonagens, escravidão por dívida, sobrevivem a onda modernizante; enquanto que empresas com alto capital e tecnologia avançam sobre áreas de florestas. Também as concepções de direito das populações camponesas e as diversas relações de interdependência – e não de propriedade – dos povos indígenas não podem ser explicados pelo desenvolvimento do capitalismo, ainda que esse explique seu desmantelamento (MARTINS, 1997).

A Frente de Expansão no Oeste Paulista

Os primeiros trabalhos aqui discutidos apresentam considerações generalizantes, que tentam explicar o macro fenômeno da cafeicultura e sua logística. Já o texto de Martins apresenta uma proposta

genérica, que tenta dar voz a povos e grupos suprimidos por essa estrutura econômica. Partindo dessas referências, propõe-se uma abordagem a partir de aspectos regionais objetivos – apesar dos problemas que tais recortes a *posteriori* suscitam – para que, em uma futura pesquisa, possam ser apreendidos os contrastes sincrônicos e diacrônicos da realidade histórica da frente de expansão no este paulista.

Ao delimitarem seus objetos em, por exemplo, áreas de atuação das linhas férreas, ou em regiões circundantes a uma cidade, pesquisadores o fazem a partir de realidades que se desenvolveram a partir do avanço moderno. Não cabe aqui apontar os problemas desse tipo de recorte, mas a partir desses para demonstrar como a frente de expansão se desenvolveu no que veio a ser forjado como uma nova região. Trata-se de se perguntar como um suceder de ecossistemas e elementos naturais, como tipos de solo, clima e relevo, além da existência de povos precedentes, balizaram as ocupações do meio ambiente, ao mesmo tempo em que foram retalhados e reconfigurados, gestando assim, novos arranjos sociais e memórias que negam esses outros tempos históricos. Foi isso o que ocorreu a partir de 1870 no avanço sobre o Planalto Ocidental Paulista. Por isso, propõe-se recortes a partir de elementos geográficos – como o faz a história ambiental – para que, partindo de uma paisagem, entenda-se como se deram as últimas movimentações dos diferentes grupos humanos e, por consequência, sua própria devastação.

Nesse sentido, pode-se citar alguns exemplos das diferenças entre os movimentos da frente de expansão no oeste paulista. Como na zona Noroeste, onde a construção da linha férrea e a criação das cidades avançaram por territórios indígenas e florestas onde o “homem branco” não possuía agricultura, cidades e o efetivo controle político (ver GHIRARDELLO, 2001). Assim, a partir da tipologia de Martins, é possível perceber que, ali, a frente de expansão foi comprimida, e o espaço temporal onde a fronteira demográfica dá lugar para fronteira econômica foi acelerado em poucos anos. Por outro lado, no sul/sudoeste paulista, o movimento de reocupação estava atrelado às demandas econômicas internas, como a criação de mares e o cultivo de alimentos, não se determinando pela economia de exportação cafeeira (ver CORRÊA, 2013). Isso implicou em um avanço bem mais lento da frente de expansão, se comparado ao movimento de penetração leste/oeste.

Por fim, apresentamos a Região do Vale do Paranapanema, que, na verdade, constituiu-se como um lugar de memória, perpetuado por representações de quem a descrevia genericamente de fora. Em certos documentos e pesquisas acerca dessa “região”, no contexto abordado, a heterogeneidade física e as diferenças de ritmos históricos cristalizaram-se em uma memória homogeneizadora, que transborda a própria realidade concreta do vale do Rio Paranapanema. Historicamente, reproduziu-se a ideia de uma região de fronteira, de incivilidade, conflito, de ausências do moderno, de uma

natureza exuberante e opressora. Por outro lado, uma nova memória foi sendo construída: a do vir a ser, da promessa, da necessidade da técnica, que poderia converter essa paisagem em uma realidade moderna. O que, de certa forma, foi ocorrendo com o avanço da linha férrea, quando essa região foi progressivamente controlada, integrada e expandida como Alta Sorocabana(DI CREDDO, 2003; GIAVARA, 2007).

Ao transcender essas memórias é possível perceber que as matas, os campos, as serras, os indígenas, o caipira, a linha férrea, compõem uma equação cujo ponto de contato é a frente de expansão. E dela nasce uma outra, cujo resultado é o progressivo avanço rumo ao oeste e a própria negação dessa diversidade. Cabe, agora, propor que se parta da perspectiva da frente de expansão, atrelada a uma bibliografia multidisciplinar e a fontes disponíveis, para pensar o gradual processo de reocupação das diversas paisagens que compõem o vale do Rio Paranapanema.

Por muito tempo, a Serra de Botucatu representou uma divisão entre o tempo histórico da “civilização” e os tempos dos povos que viviam ao longo do vale a oeste. Depois de avançada a fronteira, por décadas, Salto Grande passou a simbolizar o novo limite controlado por essa civilização e o sertão “desocupado”. Até que a Alta Sorocabana transpôs campos e florestas, alcançando o Paraná e o Mato Grosso(MONBEIG, 1984; GIAVARA, 2007). Cada um desses avanços significou um ciclo, por um lado, ditado pelos impulsos da economia cafeeira, e, por outro, pausado pelos “obstáculos” naturais, humanos e técnicos que compunham a frente de expansão. Essa fronteira progrediu em ritmos diferentes, mas submetendo povos e paisagens, antes distintos, a um lugar de existência como uma das engrenagens que compõe a civilização capitalista.

Considerações Finais

Olhando-se o processo histórico de reocupação moderna do oeste paulista é possível perceber um padrão. Primeiro, a terra tem “valor” em si, sendo ocupada de forma espontânea na fronteira demográfica, onde povos indígenas praticam economia de subsistência. Depois, a terra vira capital potencial na frente de expansão, onde geralmente existem camponeses a viver de economia de excedentes. Por fim, com a alta produção e os caminhos, a região se liga ao mercado mundial na fronteira econômica, onde prevalece a economia de acumulação. Quando a fronteira econômica atravessa essa paisagem, ela se torna território (demarcado, interligado, parte de um Estado), que continua a ser reorganizado atendendo diversamente aos movimentos do capital, mas sem as características de frente de expansão, apesar de alguns resquícios que permanecem e de regressões econômicas de áreas em decadência produtiva (Martins, 1997).

Em outras palavras, e esquematizando em signos o que a diversidade documentada sugere, podemos recorrer à analogia feita por Martins. O indígena vivia no tempo do mito, com economia de subsistência; o camponês, por sua vez, vivia na margem entre o mito e a história, praticando economia de excedentes; por fim, o capitalista vivia a História, com sua economia de acumulação. Percebe-se que os tempos se encontravam na fronteira: a bala, que saía da linha de produção fordista; era atirada pelo capanga que afugentava os camponeses, seus iguais; até atingir o indígena. A bala nascia no tempo do relógio, passava pelo tempo do costume e, finalmente, destruía o tempo da natureza (Martins, 1997).

Assim, ao que se pode notar na expansão sobre algumas paisagens do oeste paulista, é possível perceber que, no avanço da fragmentada e porosa fronteira entre “civilização” e o “sertão”, a presença física dos indígenas já se fazia distante, tudo fluía e o tempo se acelerava. Queimar matas para plantar milho se tornou repreensível – mas, relegado aos terrenos secundários, continuou a alimentar. O lugar de excelência dos porcos tocados ao mercado foi ocupado pelo gado. Vilas mais antigas se emanciparam sem as santidades em seus nomes, e, entre elas, outras já nasceram laicas. O terreno parou de ser demarcado “a olho”, por aguadas, pois o agrimensor trazia coordenadas oficiais. A moeda oficial substituiu as trocas entre “o que dá aqui, e o que dá lá”. As picadas no mato foram atropeladas por trilhos. Não mais as chuvas, mas o horário do trem passou a ditar a ida ao comércio. As cidades do leste cada vez mais se aproximaram; o “sertão desconhecido” do oeste cada vez mais se distanciou.

Referências

CORRÊA, Dora Shellard. **Paisagens Sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)**. Londrina: Eduel, 2013.

FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café: fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937)**. Tese (Doutorado em Economia). Unicamp, Campinas, 2007.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GIAVARA, Eduardo. **Viagem ao desconhecido: o olhar científico nas fronteiras do oeste paulista 1886-1905**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP. Assis, 2007.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 145-203.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

DI CREDDO, M. C. S. **Terras e índios**: a propriedade da terra no Vale do Paranapanema. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

SECRETO, Maria Verônica. **Fronteiras em movimento**: o oeste paulista e o sudeste bonaerense na segunda metade do século XIX. História Comparada. Tese (Doutorado). Campinas: IE/Unicamp, 2001.

SILVA, Ligia Osório. **Fronteira e identidade nacional**. UNICAMP, 2001.



O MOVIMENTO “NOVA CANÇÃO CHILENA” (1966-1973) SOB A PERSPECTIVA DE MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E SILÊNCIO EM POLLAK

AMANDA BEATRIZ RIEDLINGER SOARES²⁶¹

Resumo. Este trabalho propõe-se a analisar o movimento “Nova Canção Chilena”, comumente referenciado como N.C.Ch, a partir de uma perspectiva que aproxime o movimento às discussões que se referem à memória, ao silêncio e ao esquecimento, propostas pelo sociólogo austríaco Michael Pollak. Neste sentido, o movimento será trabalhado a partir da premissa de que sua atuação na sociedade latino-americana configurou a formação de uma memória coletiva e de uma identidade cultural e política comum de um grupo. Referente ao “silêncio e esquecimento”, serão analisadas as tentativas de supressão do movimento no período da ditadura militar de Augusto Pinochet no Chile, datada de 1973-1990. Para tanto, como fontes que darão base ao estudo, serão analisadas as canções produzidas pelo movimento em fins da década de 60 e início da década de 70, bem como as declarações de artistas solos e grupos que compunham o movimento.

Palavras-chave: Nova Canção Chilena; Memória; Silêncio.

²⁶¹ Amanda Beatriz Riedlinger Soares é acadêmica de História na Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail para contato: amandariiedlinger@hotmail.com.

INTRODUÇÃO:

Michael Pollak nasceu na Áustria, em 1948. Formou-se em sociologia na França e foi orientado por Pierre Bourdieu, autor de referência nos estudos das ciências sociais. Pollak valia-se da aproximação entre a política e as ciências sociais, bem como das proposições teóricas da História. Suas reflexões em torno da memória ancoravam-se nas reflexões pioneiras de Pierre Nora (1931) e Maurice Halbwachs (1877-1945). Em termos gerais, o autor ultrapassa as análises positivas da constituição da memória, levando-o a considerar a violência simbólica exercida pela “memória oficial” em relação às “memórias clandestinas”. Esta consideração só é possível a partir do olhar em torno das memórias dos marginalizados e excluídos (VIEIRA, 2015, p.1).

O referencial teórico base aqui utilizado (Memória, Esquecimento e Silêncio) foi publicado em 1989. O contexto de sua publicação é aquele ao qual Roger Chartier chamava-nos a atenção: a crise das ciências sociais e a vitalidade da História. As décadas de 70 e 80 foram marcadas por uma “crise dos clássicos” no campo das ciências sociais. O marxismo mecanicista mostrava-se um modelo teórico-metodológico insuficiente por si só. Sua principal falha residia na análise das questões somente a partir dos aspectos econômicos. É neste contexto que Chartier propõe a “História cultural da sociedade”, afirmando que a história é permeada pelo cultural, uma vez que tudo é representação. “A crise” refere-se também à Escola dos Annales, principalmente à história das mentalidades. Esta por sua vez, segundo Chartier, tendia a sistematizar e homogeneizar diferentes pensamentos, conformando-os e reduzindo-os a algo único e verticalizado (CHARTIER, 2002, passim).

A questão da identidade da América Latina sempre esteve em pauta nas produções historiográficas. A construção de uma identidade latino-americana mostrou-se necessária principalmente no período marcado pelas Revoluções do século XIX, onde após séculos de colonização espanhola os americanos passam a reivindicar a libertação da América dos domínios europeus. Esta identidade acentua-se mais solidamente após as ofensivas dos E.U.A. em pretender expandir seus territórios. O processo permite o surgimento e consolidação dos Estados nacionais americanos. Para sustentar-se

posteriormente, esta identidade irá ancorar-se em diferentes pontos estruturantes, dentre eles, nas produções culturais da América Latina.

A música para a América Latina assume a forma de símbolo de representatividade desta porção do continente americano. A partir do uso comum da língua espanhola – principalmente – e dos usos de instrumentalizações tipicamente latinas, a música configura-se como elemento de coesão e de sustentáculo a uma identidade tipicamente latino-americana. Segundo Natália AyoSchmiedecke, “a reivindicação de uma identidade continental esteve pautada na intenção de cultivar a música latino-americana para defender-se do imperialismo cultural, em todos os países subdesenvolvidos que sofrem opressão direta ou indireta” (SCHMIEDECKE, 2012, p.5).

Assim, a música tipicamente latina assume uma postura ofensiva em relação ao imperialismo cultural que caracteriza os E.U.A. Passa-se a chamar a atenção para a produção cultural “dos nossos” em detrimento à produção cultural “deles”. A opressão dos grandes centros cosmopolitas deixa de ser analisada somente pelos aspectos econômicos e passa também a ser analisada a partir dos aspectos sociais.

O MOVIMENTO “NOVA CANÇÃO CHILENA”: PRODUÇÕES MUSICAIS QUE SUSTENTARAM A CRIAÇÃO DE UMA MEMÓRIA DA ESQUERDA CHILENA:

Segundo o historiador francês Jacques Le Goff, a história constitui-se um refinamento da memória. A memória coletiva é formada a partir de negociações entre seus componentes daquilo que se deve lembrar e esquecer, portanto, seu caráter é seletivo. A história, por sua vez, compromete-se com a objetividade dos fatos, buscando aquilo que de fato ocorreu, independente se o que ocorreu é motivo de angústia, sofrimento ou dor (CARRETERO; ROSA; GONZÁLEZ, 2007).

A memória coletiva ampara-se em diferentes pontos estruturantes. Qualquer discurso ou objeto apresenta-se para a memória coletiva como passível de ser utilizado como suporte para sua coesão interna. Referente aos diferentes pontos sobre os quais a memória coletiva se apoia, afirma Pollak:

Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles, incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares de memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricos de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música [...] torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo (HALBWACHS, 1968, apud. POLLAK, 1989, p.3).

Inclui-se aqui a música como ponto referencial para a memória. A música, bem como toda produção cultural, apresenta-se como importante ferramenta para a conformação de uma memória coletiva que, por sua vez, resulta em uma identidade. Esta identidade, além de referenciar uma identidade cultural, muitas vezes assume um caráter político. Neste sentido, pode-se destacar o caso da Nova Canção Chilena.

O movimento N.C.Ch desenvolveu-se no Chile, nos anos finais da década de 60 até os anos iniciais da década de 70. Seus adeptos assumiram duas posturas principais: a (1) valorização dos temas folclóricos nacionais, a que se remetiam principalmente à tradição ancestral latino-americana (indígena); e a (2) crítica social a partir da canção revolucionária, esta última de cunho explicitamente político. A contracapa do primeiro LP do grupo musical Inti-Illimani(1969) expressa o objetivo do grupo em resgatar as raízes folclóricas americanas:

O conjunto INTI-ILLIMANI está situado em sua posição de luta, desde o momento em que seus integrantes tomaram consciência de que é preciso conservar os bens culturais deste continente [...] nos últimos séculos, novas formas de colonialismo penetraram a América, muito mais refinadas e que ameaçam anular tudo aquilo que constituía um rasgo da personalidade de nossos povos. Todavia, os esforços desenvolvidos por países imperialistas resultaram infrutíferos, porquanto nas novas gerações nasceu um interesse crescente por resgatar nossas próprias formas de expressão (INTI-ILLIMANI, DICAP, 1969, apud. SCHMIEDECKE, 2012, p.6).

A adesão dos *nuevos cancioneros chilenos* (como eram popularmente conhecidos os que compunham o movimento) a esta tendência que recorre ao folclore chileno permite a consolidação de uma memória coletiva comum do passado no que tange aos aspectos sociais. Neste sentido, a memória coletiva do movimento firma uma exaltação do indígena, bem como uma recusa ao imperialismo cultural dos E.U.A. Conforme Schmiedecke (2012), esta memória comum resultará em produções comuns: a valorização do indígena e do negro, a exaltação da América-latina, a beleza das mulatas, etc.

A segunda postura da N.C.Ch, já mencionada, refere-se às proporções políticas adquiridas pelo movimento. Para entender tal posicionamento dos artistas, é preciso recorrer ao contexto histórico e social do Chile no período. Em fins da década de 60, sob o governo do democrata-cristão Eduardo Frei (1964-1970), a sociedade chilena via-se polarizada. Havia dois setores principais: os que esperavam um “governo popular” e os que esperavam um governo de caráter progressista e modernizador (SCHMIEDECKE, 2012).

O mundo encontrava-se polarizado em decorrência da Guerra Fria. Também estava em curso a Guerra do Vietnã, o que afetou de forma decisiva as posições políticas dos que compunham o movimento. Victor Jara, compositor e cantor de destaque dentro da N.C.Ch, em 1970 com a canção *El derecho de viviren paz* explicita o “direito de viver em paz” da população vietnamita.

Salvador Allende vence as eleições de 70 no Chile. Seu governo firmava-se como uma “via chilena” para o socialismo, que seria conquistado de forma democrática e pacífica. Esta “via chilena” ancorava-se nos anseios populares (o que foi confirmado com o triunfo do governo da Unidade popular nas eleições), bem como nas produções culturais que a favoreciam. Afirma Schmiedecke (2012):

Neste contexto, diversos artistas procuraram se posicionar politicamente, oferecendo apoio a uma ou outra candidatura [...] por sua vez, a candidatura de Salvador Allende foi respaldada por Victor Jara, Isabel e Ángel Parra, Rolando Alárcon, Patricio Manns, Sérgio Ortega e os conjuntos Quilapayún, Inti-Illimani, Aparcoa e Tiempnuevo, entre outros. Sob o lema “Não há revolução sem canções”, estes artistas participaram de comícios da Unidade Popular e gravaram canções que tematizavam o governo eleitoral(SCHMIEDECKE, 2012, p. 2).

Assim, percebe-se que os artistas solos e grupos que compunham o N.C.Ch assumem uma posição estreitamente política. A arte ganha uma nova dimensão. A cultura passou a ser utilizada para finalidades políticas a partir das músicas revolucionárias. Esta vinculação da música à política se faz entendida a partir da análise do contexto político e social latino-americano. A América fazia-se palco de disputas dos E.U.A e da U.R.S.S. em decorrência da Guerra Fria, consolidando ditaduras nesta porção continental. As agitações políticas mostravam-se de todos os lados e, neste contexto de efervescência política e social, fazia-se necessário posicionar-se.

Este processo consolidou a formação de uma memória da esquerda chilena, a qual respaldava os discursos e ações da Unidade Popular, partido de Allende que abrigava alguns setores das esquerdas do período. Desta forma, a canção *Venceremos*, composta por Sergio Ortega e interpretada pelo grupo musical Quilapaýn, explicita o uso da música em favor das campanhas políticas da Unidade Popular:

Campeños, soldados, mineros/La mujer de
lapatriatambién/Estudiantes, empleados y
obreiros/Cumpliremos con nuestro deber/Sembraremos las tierras
de gloria/Socialista será el porvenir/Todos juntos haremos la
historia/A cumplir, a cumplir, a cumplir (ORTEGA, 1970).

Esta memória da esquerda, portanto política, estabelecerá uma identidade política ao movimento. Por sua vez, esta identidade política irá firmar-se em elementos comuns ao grupo: críticas sociais, compromisso com a realidade nacional, bem como o compromisso da Unidade Popular com o futuro do país. Desta maneira, “os nomes das canções mesclam gêneros musicais com as medidas propostas pela Unidade Popular [...] as medidas específicas são poucas vezes explicadas; em lugar disso, enfatizam-se as consequências esperadas, sempre positivas” (SCHMIEDECKE, 2012, p.10). Também esta memória coletiva, por si só, assumia “os outros” ou, em outras palavras, aqueles que não compunham essa coletividade: os setores progressistas e modernizadores do Chile, tendo como máxima expressão os E.U.A.

Dado o envolvimento entre o movimento cultural e o setor político da esquerda chilena, pode-se dizer que durante a presidência de Salvador Allende (1970-1973) a N.C.Ch. assumiu uma postura de “cultura oficial” do governo. Neste sentido, também sua memória se constituiu no período como “memória oficial”. Memória oficial, por sua vez, refere-se a uma memória legitimada e hegemônica. Salienta Schmiedecke (2012):

Os artistas que haviam apoiado a U.P. no período eleitoral continuaram a desempenhar um papel importante em seu governo, o que lhes atribuiu uma imagem de “arte oficial”, reforçada pela nomeação de alguns músicos – Isabel Parra, Víctor Jara, Inti-Illimani e Quilapayún – como Embaixadores Culturais do Governo Popular (SCHMIEDECKE, 2012, p. 3).

O quadro de hegemonia da memória oficial constituída pela N.C.Ch. irá alterar-se drasticamente a partir da instalação da ditadura de Pinochet, em 11 de setembro de 1973.

O MOVIMENTO “NOVA CANÇÃO CHILENA”: DE “MEMÓRIA OFICIAL” NO GOVERNO ALLENDE À “MEMÓRIA CLANDESTINA” NA DITADURA DE PINOCHET:

De fato, a memória coletiva é constituída em um determinado tempo. Todavia, ela só irá tomar a dimensão própria de memória coletiva *a posteriori*. Desta forma, aqueles que compunham a N.C.Ch. formaram uma memória da esquerda durante o governo Allende, mas só foram reconhecidos enquanto tais no período posterior, que constitui a ditadura de Pinochet.

No dia 11 de setembro de 1973 o general Augusto Pinochet Ugarte consolida a tomada do poder do Chile após a articulação dos militares, dando fim ao governo de Salvador Allende e, como consequência, à “via chilena” ao socialismo.

Pinochet, contando com a unidade das forças militares, instituiu as juntas militares golpistas e exigiu que o governo renunciasse. Deu garantias para Allende ao dizer que ele poderia sair do país com sua família, mas ele não aceitou, lutou até o fim e, às 11h30min do dia 11 de setembro de 1973, iniciou-se o bombardeio ao Palácio de Moñeda[...]a ascensão ao poder de Pinochet colocou fim na democracia e marcou o início a uma série de atrocidades cometidas contra o povo

chileno em um período de repressão e violência (CAMARGO; ALVES, 2011 p. 115-116).

A partir da instauração da ditadura, Pinochet deu especial atenção ao âmbito cultural e suas formas de expressão, o que é característico dos governos autoritários. Segundo o Diário “La Prensa”, (1979):

El teatro, el cine y la música constituyeron em uma arma temible del agresor subversivo. Las canciones de protesta, por ejemplo, jugaban um papel relevante em la formación del clima de subversión que se gestaba: ellas denunciaban situaciones de injusticia social, algunas reales, otras inventadas o deformadas (DIARIO LA PRENSA, 1979 apud CAMARGO; ALVES, 2011 p. 117).

Como mencionado, no período do governo Allende a N.C.Ch. constituiu-se como “memória oficial” do governo, havendo mútuo respaldo. Durante a ditadura, a partir das perseguições, punições e muitas vezes extermínio dos que ousassem expressar-se de forma contrária ao governo, a cultura mostrou-se limitada. As produções musicais, em termos gerais, ficaram a cargo dos exilados, que denunciavam as atrocidades de Pinochet.

Valendo-se das reflexões de Pollak acerca das disputas travadas entre memórias, pode-se dizer que a memória da esquerda chilena, antes oficial e agora clandestina devido ao seu conteúdo político, passa a conflitar com a atual memória oficial defendida por Pinochet. Este processo demonstra o caráter flexível das memórias, que assumem diferentes posições dependendo do governo instaurado. Pinochet definiu o que deveria ser a atual memória coletiva chilena:

Revisando el primer eje, aparece um documento elocuente, La política Cultural del Gobierno de Chile, de 1975. Ésta declara que “el arte no podrá estar más comprometido com ideologias políticas”, al tiempo que se propone definir el “deber ser” nacional, confiriendo a la cultura la misión de criar “anticuerpos” contra el marxismo para “extirpar de raíz y para siempre los focos de infección que se desarrollaron y pueden desarrollarse sobre el cuerpo moral de nuestra patria (JORDÁN, 2007, p. 89 apud CAMARGO; ALVES, 2011, p. 121).

Assim, a produção cultural do Chile tende a silenciar-se, acentuando o caráter “destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional”.

Segundo Pollak (1989), as memórias clandestinas, portanto silenciadas, geralmente pela memória oficial²⁶², tendem a aflorar “em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exarcebados”. De fato, é o que ocorre no momento de crise que se encontra o Chile durante sua ditadura. Apesar de silenciada e suprimida, a Nova Canção Chilena tomou formas que se estenderam às fronteiras do país, uma vez que seus *nuevos cancioneros* levaram consigo no exílio seus engajamentos sociais e políticos, comprovando empiricamente que as tentativas de silenciar uma memória são infrutíferas, uma vez que esta continua atuando na subversão (POLLAK, 1989, p. 4).

Perseguições e punições à memória da esquerda chilena no período ditatorial de fato ocorreram. Para combater esta memória da esquerda foram organizados discursos que disseminassem as novas ideologias vigentes e também mobilizados militares para que punissem os contrários ao regime. O extermínio de músicos e artistas de todas as ordens caracterizou-se como o ponto máximo de tentativa de suprimir esta memória esquerda herdeira dos anos de Salvador Allende. Neste sentido, faz-se digno de menção o caso de Victor Jara, compositor e cantor de destaque dentro do movimento. Após a articulação do golpe, Jara foi levado ao Estádio Chile²⁶³ e mantido preso durante cinco dias. Afirma o jornalista Paulo Cannabrava Filho:

Levaram Víctor até uma mesa e ordenaram que colocasse as mãos sobre ela. Rapidamente surgiu um machado. De um só golpe cortaram os dedos da mão direita. Os dedos caíram ao piso de madeira, vibrando e se mexendo ainda, enquanto o corpo de Víctor se movimentava pesadamente. Em seguida choveram sobre ele golpes, pontapés e os gritos de “canta agora... canta...”, a fúria desencadeada e os insultos solenes do verdugo diante de “um alarido coletivo” dos detidos. De improviso, Víctor se incorporou, trabalhosamente, e com olhar perdido se dirigiu às galerias do estádio... fez-se um silêncio profundo. E então gritou: “Vamos lá companheiros, vamos fazer a vontade do senhor comandante”. Firmou-se por alguns instantes e depois, levantando suas mãos ensanguentadas, começou a cantar com voz ansiosa o hino da Unidade Popular, a que todos fizeram coro. Aquele espetáculo era demasiado para os militares. Soou uma rajada e o corpo de Víctor

²⁶² “Embora na maioria das vezes esteja ligada à fenômenos de dominação, a clivagem entre memória oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação sobre o silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominante e sociedade civil.” (POLLAK, 1989, p.5)

²⁶³ O Estádio Chile no período ditatorial foi utilizado como campo de prisões, torturas e execuções. Em setembro de 2003 o estádio foi nomeado estádio Victor Jara.

começou a se dobrar para a frente, como se fizesse uma longa e lenta reverência a seus companheiros. Depois caiu de lado e ficou ali estirado...”(FILHO, 2003, p.224).

O caso de Victor Jara, neste sentido, explicita as medidas do governo Pinochet para suprimir ou aniquilar as memórias que se remetiam ao governo de Salvador Allende.

CONCLUSÃO:

Em um primeiro momento este trabalho objetivou apresentar os processos que deram a constituição de uma memória coletiva da esquerda chilena a partir da N.C.Ch. Estes processos só foram possíveis a partir de uma correlação entre aspectos culturais e políticos. Para tanto, recorreu-se a trechos musicais e declarações dos que compunham o movimento, afirmando o caráter “allendista” das produções musicais até setembro de 73.

Posteriormente, valendo-se das proposições de Pollak acerca do “Silêncio e Esquecimento” das memórias subterrâneas na sociedade, foi possível pensar as diversas tentativas de Pinochet de soterrar as memórias que se remetiam à Salvador Allende ou à Unidade Popular. De fato, durante a ditadura de Pinochet a N.C.Ch. silenciou-se, porém seu silêncio não constituiu-se um esquecimento de Salvador Allende.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANNABRAVA FILHO, Paulo. No olho do furacão – América Latina anos 60-70. São Paulo: Cortez, 2003.

CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, Maria Fernanda. Ensinar história em tempos de memória. In: Ensino de história e memória coletiva. Artmed Editora S.A., 2007, p.13-23.

CAMARGO; Cássio Michel dos Santos; ALVES, Rafael Souza. Ditadura, repressão e música no Chile. Oficina do Historiador, EDIPUCRS, v.3, n.2, ago.2011. p. 112-124.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In:_____.À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre. Ed: Universidade-UFRGS, 2002.p. 60-79.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. Trad. Dora Rocha Flaksman. Rio de Janeiro, v.2 n.3, 1989, p.3-15.

SCHMIEDECKE, Natálio Ayo. As diferentes faces da Nova Canção Chilena: folclore e política nos discos Inti-Ilumani e Canto al programa (1970). São Paulo, 2012. p.1-15.

SCHMIEDECKE, Natálio Ayo. O movimento da Nova Canção Chilena no debate sobre a “questão cultural” travado na revista La Quinta Rueda (1972-1973). Rio de Janeiro, 2014. p. 1-13.

VIEIRA, Itala Maduell. A memória em Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michael Pollak. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2015. p.1-10;

Disponível em <<http://www.cancioneros.com/nc/475/0/el-derecho-de-vivir-en-paz-victor-jara>> Acesso: em 14 Ago. 2017.

Disponível em <<http://www.cancioneros.com/nc/1541/0/venceremos-claudio-iturra-sergio-ortega>> Acesso em 14 Ago. 2017.

Disponível em <<http://memoriasdaditadura.org.br/artistas/victor-jara/index.html>> Acesso em 16 Ago. 2017.



O ENSINO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA: AS EXPERIÊNCIAS COM OS MORADORES DAS PEQUENAS COMUNIDADES DA RML.

Nátali Emilene de Souza
Prof. Dr. Marco Antonio Neves Soares
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Resumo. Percebemos a importância do significado na relação entre teoria e prática no decurso das atividades do grupo de pesquisa “Regional/Local: Experiência Histórica em Pequenas Comunidades da Região Metropolitana de Londrina”, através da entrevista oral com os moradores das pequenas comunidades onde desenvolvemos nosso trabalho. Fez-se necessário apoiarmos nas metodologias de ensino-aprendizagem, assim como buscarmos por conteúdos e um bom planejamento. O presente trabalho traz como enfoque principal o ensino de história e memória coletiva, em vista das experiências com os moradores das pequenas comunidades da RML, que vivem às margens do processo de globalização, com suas tensões e adequações, aplicadas neste trabalho através da história escolar, cotidiana e acadêmica. Trataremos também de discussões a cerca do planejamento e da ludicidade como elementos indispensáveis na prática pedagógica. Pretendemos apresentar o papel do ensino de História no cenário atual de globalização, a multiplicidade de identidades, a fragmentação de histórias em razão da história nacional, as diferenças entre história e memória. Intentando encontrar solução para as questões apresentadas, analisamos nossos registros dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa, pesquisamos nos livros e artigos em revistas, com base na linha teórica História Cultural e Social, onde encontramos contribuições teóricas principalmente nas obras de Michel de Certeau, Roger Chartier, John Huizinga e Walter Benjamin.

Palavras-chave: Memórias; Identidades; Globalização; Ensino de História.

O presente trabalho resulta do estudo e reflexões realizadas no grupo de pesquisa “O Regional/local e a experiência histórica em pequenas comunidades da região metropolitana de Londrina”, sobre os materiais obtidos nas atividades desenvolvidas nas disciplinas optativas ofertadas no segundo semestre do ano letivo de 2016 e primeiro semestre de 2017, com as atividades realizadas em campo, nos distritos e patrimônios das cidades de Londrina: Taquaruna, Guairacáe Maravilha, de Cambé: Pratae de Primeiro de Maio: Ibiaci, para registrarmos as atividades gravamos as entrevistas orais e fotografamos.

É importante evidenciar que antes de sairmos a campo, para a realização da entrevista oral com os moradores das localidades para conhecermos as percepções que eles possuem de si mesmos, primeiramente tomamos consciência do que consistia a metodologia história oral e para isto, entre outros textos que abordam esta temática, fizemos a leitura do Manual de História Oral, onde a historiadora Alberti (2004), escreve sobre a escolha e os tipos de entrevistas e que para fazer história oral é preciso pensar em perguntas que justifiquem o desenvolvimento da investigação. Assim, com o intuito de conhecer a relação das pessoas que vivem naquelas localidades com a globalização, nós levamos a campo um questionário de perguntas referentes ao vínculo das pessoas com o local, relações interpessoais na localidade, escolaridade e educação, trabalho, lazer, cotidiano, meios de comunicação, religião e religiosidade, mortalidade, a relação de poder entre as pessoas e mitos populares.

Entre os materiais que embasaram a metodologia para as atividades em campo, utilizamos para o registro fotográfico a metodologia *Guidelines*, que propõe a observação de onze características para a documentação: atividades e usos da terra; enquadramentos da organização espacial; respostas ao meio ambiente; tradições culturais; redes de circulação; demarcações de limites; vegetação relacionada ao uso da terra; edificações, estruturas e objetos; aglomerados; sítios arqueológicos e; elementos de pequena escala, pois através destas, podemos identificar a atividade humana presente na paisagem histórica rural.

Após cada trabalho de campo, pudemos ver além do que a disciplina objetivava, compreendemos a importância da teoria e prática e mudamos

nossas compreensões pessoais. E é devido a estas percepções que também desenvolvemos no grupo de pesquisa “O Regional/local e a experiência histórica em pequenas comunidades da região metropolitana de Londrina” um trabalho voltado à área da educação e a história local, para a qual trazemos a proposta do trabalho com a história oral, com a memória coletiva, com a formação das identidades em sala de aula, utilizando o lúdico como estratégia de ensino e ressaltando a importância de planejar as aulas.

Diante de nossas experiências nos distritos e patrimônios, percebemos a importância de se planejar as aulas e os resultados de se colocar a teoria em prática. E estes resultados não estão apenas relacionados aos materiais concretos (áudios e transcrições das entrevistas e as fotografias), estamos nos referimos também às mudanças e transformações que ocorreram em nós enquanto alunos e futuros professores de História, em nossa maneira de planejar e trabalhar com História oral. Entendemos por meio de nosso envolvimento e experiência que o planejamento por nortear a realização das atividades, é essencial às aulas, mas compreendemos que as improvisações são justificáveis desde que o professor, assim como nós, compartilhe das ideias de Fusari (2008) de que as improvisações devem ser eventuais, pois prejudica a aprendizagem dos alunos e o trabalho escolar como um todo.

Alguns livros didáticos abordam o ensino de história local preocupando-se apenas ou na maioria das páginas, em abordar o engrandecimento de alguns nomes, geralmente dos pioneiros. Em uso das contribuições de Freire (2011), observamos que a prática do trabalho docente deve partir do conhecimento prévio apresentado pelo corpo discente para fazer da prática pedagógica responsável, competente e assim propiciar aos alunos uma aprendizagem significativa e qualitativa. O modo de trabalho conhecido como aula-oficina, organizado por Barca (2004), ressalta também a importância da investigação prévia para o planejamento da aula, para selecionar as fontes e trabalhar na orientação e ao mesmo tempo em ação conjunta com os alunos na análise das fontes, pois assim, o aluno toma consciência do que já aprendeu e o professor consegue manter a motivação em seus alunos por meio deste trabalho conjunto.

Deste modo, percebemos que enquanto planeja, é importante que o professor analise cuidadosamente os norteadores do ensino, como o livro

didático, pois de acordo com Bittencourt (2012), o livro didático pode se transformar em instrumento reprodutor de ideologias e saberes oficiais impostos por seus produtores, pois contém um sistema de valores, ideologia e cultura e é limitado e condicionado por razões econômicas, ideológicas e técnicas. Deste modo devemos nos atentar e problematizar questões que o livro didático apresenta.

Distante de seu objetivo inicial, a instituição escolar e o ensino de História hoje, intentam por meio do trabalho conjunto com a comunidade escolar, incitar o aluno a desenvolver a criticidade, problematizar, as memórias e as ausências ao invés da simples reprodução. Percebemos que as memórias individuais ou coletivas se diferem da História à medida que selecionam, ocultam ou acrescentam em suas experiências o que convém, enquanto a História não se importa com os inconvenientes e problematiza a memória coletiva, assim como suas ausências e ocultamentos. De acordo com Carretero (2007), a história escolar contribui na construção do pensamento crítico, mesmo que vinculada aos livros de textos e ao currículo educativo, a história cotidiana está inscrita na memória dos cidadãos por meio da memória coletiva e a história acadêmica, ou seja, a historiografia é construída a partir das constituições do saber, composto por instituições específicas e condições sociais.

Segundo Benjamin (1984), a geração anterior marca o mundo perceptivo da criança, que irá se confrontar com ele ao recriar e criar seu universo, a fim de entender seu propósito. Em uso da concepção de apropriação de Certeau (1998), percebemos que o processo de apropriação das contribuições culturais da geração anterior se dá pelo confronto da criança com estas contribuições lhe dando novos significados ao perceber traços com os quais se identifica. Percebemos que a criança ao se apropriar e significar as contribuições da geração que a antecede, tomando parte das contribuições de Chartier (1991), representa e marca a existência de um grupo, deste modo, são as contribuições presentes das concepções ausentes, ou seja, o caráter subjetivo humano permite interpretações e modificações.

Deste modo, à medida que o aluno se apropria e significa o mundo, em consonância com o conteúdo sistematizado, constrói conhecimento e aprende e faz isto em um ritmo próprio e individual. E por sermos marcados e

marcamos gerações devemos incitar reflexões pertinentes às apropriações e leituras do mundo. Ao interagir com o aluno em seu processo de construção do conhecimento, além de trazer recursos visuais, cinestésicos e auditivos, que são básicos para a aprendizagem, visto que cada ser humano possui um registro predominante, o professor deve ter a sensibilidade de pensar em métodos e estratégias de ensino.

Neste trabalho propomos o lúdico como estratégia para o processo de aprendizagem, pois de acordo com Huizinga (2000), o jogo está constantemente em nossas vidas é significativo, fisiológico, emocional e permite o desenvolvimento dos alunos em diferentes áreas: cognitiva, psicológica, afetiva, motora, social, além de contribuir para a preparação para adversidades da vida pessoal e em sociedade, “o conhecimento não se copia nem se transmite, mas se estrutura progressivamente nas interações qualificadas entre o sujeito e o meio físico, social, simbólico.” (CAIMI, 2009, p.68).

Novas reflexões referentes a variados aspectos tiveram de ser feitas com as transformações sociais, tecnológicas e com a globalização. Ao passo que ocorreram mudanças e transformações na sociedade, a instituição escolar e o ensino de História se modificaram. Assim, hoje compreendemos as mudanças do ensino escolar, que em seu princípio objetivava disciplinar os alunos por meio de métodos que conhecemos por tradicionais de ensino, e também, as mudanças que ocorreram com a disciplina de História, que em seu início não consentia críticas e visava o nacionalismo presente na memória coletiva.

Mudanças de diversas naturezas ocorrem em diferentes espaços concomitantemente, com durações diferentes e influenciadas umas pelas outras ou não, objetivando suprir necessidades. A maneira como se pensa em um período da história são respostas às situações históricas. Sabemos que resultante dos avanços tecnológicos na agricultura, também nos setores de informação e comunicação, a partir da segunda metade do século XX e posteriormente, houve o crescimento massivo da população urbana e do trabalho urbano, o que fez com que ocorressem grandes transformações tanto no meio urbano, que recebeu uma grande quantidade de indivíduos, quanto no rural, que sofreu um esvaziamento decorrente da substituição do trabalho

braçal por máquinas, havendo assim, a escassez populacional rural conjunta a de estabelecimentos e instituições. No entanto, o que pretendemos é saber sobre estas mudanças, através do contato com os indivíduos que sofreram ou não modificações em suas vidas em decorrência delas.

O lúdico proporciona atitudes espontâneas e de acordo com Oliveira (2007), o lúdico instiga a curiosidade, visto isto, professores podem transformar as aulas em momento repleto de aprendizagem sem ser maçante ou cansativo, pois o aluno movido e envolvido pelo momento lúdico faz perguntas que no momento da aula e carteiras enfileiradas não seria encorajado suficientemente para fazer. Propomos então, que o professor após o levantamento prévio e trabalho de reflexão e análise com os alunos proponha aos alunos a elaboração de perguntas e através destas perguntas construam alunos e professor um jogo de trilha. O professor pode destacar as perguntas feitas pelos alunos no decorrer da aula e leva-las digitadas para que com o mapa da localidade, do bairro ou da rua criem o material para a montagem de um jogo de trilha. Assim, os alunos trabalham na elaboração das pistas e perguntas dando eles próprios vida ao jogo.

Referências:

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In: **Para uma educação de qualidade**: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórico. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.

BITTENCOURT, Circe. Livros Didáticos Entre Textos e Imagens. In: **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL – MEC, Ministério da Educação, Portal da Educação. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>

CAIMI, Flávia Eloisa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende? In: **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CERTEAU, Michel de. Ler: uma operação de caça. In: CERTEAU, Michel de **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 05, nº 11, jan./abr. 1991.

CARRETERO, Mario, ROSA, Alberto e GONZÁLEZ, Maria Fernanda. **Ensino da história e memória coletiva**; tradução Valéria Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FUSARI, J.C. **O papel do planejamento na formação do educador**. São Paulo, SE/CENP, 1988.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. 4. ed., São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos**. 7ª ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2007.



A TRAJETÓRIA A E AÇÃO MÉDICA DE RUY MIRANDA: O COMBATE À LEPROSA EM CURITIBA (1960-2010)

Thaysa L. L. Stabelini

(Mestranda em História Social – PPGHS - Universidade Estadual de Londrina)

Resumo. Pesquisar a História da Lepra no Paraná e não encontrar o nome de Ruy Noronha Miranda é algo muito raro. Sua atuação foi de fundamental importância e os resultados desta são, até hoje, percebidos até mesmo em conversas com pessoas que o conheceram. Considerando tal questão, objetiva-se no presente estudo discorrer sobre algumas de suas contribuições considerando, para tal, o arcabouço histórico no qual o mesmo estava inserido bem como as políticas públicas dominantes nestes recortes de tempo (de 1950 a 2010), e as mudanças tanto destas políticas quanto dos discursos que as permearam. Como metodologia se priorizou a pesquisa qualitativa, levantamento de fontes primárias escritas (como relatórios médicos, publicações e documentos oficiais e institucionais). Foi realizada, também, uma visita técnica à Fundação Pró-Hansen, instituição ainda ativa e que foi fundada com o auxílio de Ruy Miranda. Como fundamentação teórica foram utilizados autores da área de História, Medicina e Ciências Sociais como Cabral, Castro, Cunha, Elias, Goffman, Olinto, entre outros. Os resultados obtidos demonstram que a atuação de Ruy Miranda se caracterizou por um momento em que, no Brasil, o médico sai somente da esfera do atendimento particular e domiciliar para participar das políticas públicas, implantadas pelo Estado, na qualidade de cientista e pesquisador. Deste modo, observa-se que as pesquisas realizadas pelo médico, bem como sua atuação e participação em diversos eventos nacionais e internacionais trazem: maior representatividade do Brasil diante da comunidade médica mundial e das discussões acerca da doença; um novo olhar sobre a questão do isolamento compulsório e a gradual mudança do discurso coerente à necessidade de isolamento dos doentes para políticas públicas voltadas à melhor assistência aos doentes e suas famílias, bem como a um tratamento mais humanizado, que objetiva, além da cura, a reinserção social destas pessoas.

Palavras-chave: Curitiba; Fundação Pró Hansen; Lepra; Ruy Noronha Miranda.

Introdução

A doença pertence à história, em primeiro lugar, porque não é mais do que uma idéia, um certo abstrato numa “complexa realidade empírica” e porque as doenças são mortais. (...) A doença pertence não só à História superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à História profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às representações, às mentalidades.” (LE GOFF, 1999, p. 7 - 8)

Doença que não remonta apenas aos dias atuais e não tem somente consequências patológicas, mas também psicológicas, sociais, econômicas e culturais, durante muito tempo (e até mesmo no presente) a lepra é alvo de estigmas²⁶⁴ e fortes preconceitos e o corpo do doente ainda visto, muitas vezes, como algo monstruoso, anormal e amedrontador, sendo assim, levado à condição de *outsider*²⁶⁵ perante à sociedade “sadia”

Como afirma Cunha:

Seja na antiguidade, quando esses doentes eram expulsos dos muros das cidades, seja na Idade Média, quando os leprosos passavam por um ritual no qual era declarada a sua morte civil perante a sociedade, as ações promovidas contra a lepra eram medidas de exclusão contra os doentes, baseadas em sua maior parte apenas em conotações religiosas de impureza moral. (CUNHA, 2011, p. 1)

O estigma atrelado à doença permaneceu durante outros períodos históricos. “As imagens e representações sociais da lepra atravessaram os séculos e continuaram a exercer forte influência sobre os contemporâneos – e verdadeiros – doentes de lepra.” (CUNHA, 2011, p.1). Dentre estes períodos históricos, umas das figuras que ganhou destaque no que tange à forma de lidar e tratar estas pessoas foi o médico, sendo possível, através do seu discurso (junto à demais fontes históricas), compreender as dimensões da doença àquelas épocas, bem como, o imaginário perpetuado e fundamentado

264 “Teria o sentido de desvio social, algo ou alguém que se encontra fora das normas, inabilitado, diferente das

peças consideradas normais. Devido a um sinal/ marca que carrega.” (SCHENEIDER, 2011, p. 40). Para melhor compreensão, ver: GOFFMAN, Erving. **Estigma**: la identidad deteriorada. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993, 172p.

265 Ver: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

no discurso com embasamento científico de acordo com os conhecimentos existentes naqueles determinados momentos. No Brasil, a relevância do discurso produzido pelos médicos fora mais enfatizada a partir da Primeira República, quando esta figura passa a fazer parte não apenas da esfera mais “escondida”, como quando prestara apenas atendimentos domiciliares, mas também a configurar à si mesmo o *status* de cientista, detentor de um saber relevante, passível de promover mudanças na vida individual e coletiva das pessoas. Consideradas tais questões, pode-se observar que pesquisar a História da Lepra²⁶⁶ no Paraná e não encontrar o nome de Ruy Noronha Miranda é algo muito raro. Sua atuação foi de fundamental importância e os resultados desta são, até hoje, percebidos até mesmo em conversas com pessoas que o conheceram. Suas contribuições foram além da Medicina. Suas ações humanas e seu amor pela profissão trouxeram ao mesmo o reconhecimento como um símbolo da luta contra a hanseníase e a sua atuação refletiu na formação de inúmeros profissionais voltados ao estudo e tratamento da doença no Paraná. Diferenciando-se por seu discurso voltado ao tratamento humanizado e à reabilitação dos doentes, Ruy Miranda trouxe ideias diferentes e se dedicou, mesmo após aposentar-se, à busca de novos meios para o combate à doença, meios estes que se diferenciavam das antigas práticas características²⁶⁷ do período de institucionalização da lepra no país. Deste modo, objetiva-se no presente estudo discorrer sobre algumas de suas contribuições considerando, para tal, o arcabouço histórico no qual o mesmo estava inserido bem como as políticas públicas dominantes nestes recortes de tempo (de 1960 a 2010), e as mudanças tanto destas políticas quanto dos discursos que as permearam. Como metodologia se priorizou a pesquisa qualitativa, levantamento de fontes primárias escritas (como relatórios médicos, publicações e documentos oficiais e institucionais). Foi realizada, também, uma visita técnica à Fundação Pró-Hansen, instituição ainda ativa e que foi fundada com o auxílio de Ruy Miranda. Como fundamentação teórica foram utilizados

266 No Brasil, a doença teve a nomenclatura alterada para *Hanseníase* com a Lei nº9.010 de 29 de março de 1995. No entanto, em alguns momentos da pesquisa faz-se o uso do termo *lepra* por ser este referente à terminologia adotada nestes períodos específicos.

267 Práticas como: Apreensão dos doentes, isolamento compulsório nos chamados leprosários como medida profilática e terapêutica e tratamentos que focalizavam o combate a alguns sintomas, mas que muitas vezes (considerando-se a falta de maiores informações à época) não traziam e nem buscavam a possibilidade de reinserção destas pessoas na sociedade). (STABELINI, 2014)

autores da área de História, Medicina e Ciências Sociais como Castro, Cunha, Elias, Goffman, Olinto, entre outros.

Alguns aspectos da trajetória de Ruy Miranda

Nascido em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em julho de 1914, graduou-se em Medicina pela Universidade Federal do Paraná em 1938 e em 1943 recebeu o título de livre docente em Doenças Tropicais na mesma Universidade.(PEREIRA, 2010). Foi um dos fundadores do Conselho Regional de Medicina, além de integrar o primeiro grupo de conselheiros da entidade médica. Também foi um dos primeiros médicos a receber o Diploma de Mérito Ético - Profissional do CRM/PR. Ocupou vários cargos administrativos, entre os quais: o de diretor da Divisão de Lepra do Estado do Paraná e do Hospital Colônia São Roque, onde, durante a graduação, atuou como voluntário (1930). Enquanto diretor, morou dentro do Leprosário São Roque de 1942 a 1946. Exerceu a presidência da Sociedade Brasileira de Dermatologia e a vice-presidência da Associação Médica Brasileira, fundando a Regional da Sociedade Paranaense de Dermatologia. Ingressou na carreira do magistério superior em 1941. Fundador da cadeira e primeiro professor de Dermatologia da Faculdade de Ciências do Paraná, atuando como professor dos Departamentos de Dermatologia da UFPR e da PUCPR. Organizou o Ambulatório de Dermatologia da Santa Casa de Misericórdia (Curitiba) e deu início ao seu atendimento gratuito, atuando no local até 1957. Em 1954 lecionou, gratuitamente, Dermatologia, na Escola de Enfermagem “Madre Léonie”. (FUNDAÇÃO PRÓ HANSEN, 2013, pp. 4-12). Em 1959 foi Eleito Membro Efetivo da Academia de Letras José de Alencar, ocupando a cadeira n.º 25, “Emílio de Menezes” e da Academia Paranaense de Medicina. Em 1960 foi titular da disciplina de Dermatologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná durante 2 anos. Transformou-se em verdadeiro cientista pelo empenho demonstrado na pesquisa do mal de Hansen. “Legou à medicina 19 novas e originais contribuições nesse campo. Publicou 15 livros, 200 trabalhos científicos e 43 relatórios de observações sobre a atividade profissional.”(FUNDAÇÃO PRÓ-HANSEN, 2010, p.1). Enfatizava a capacitação dos profissionais para o trabalho e atendimento aos doentes. Fundou dois periódicos científicos: Publicações do Centro de Estudos Leprológicos e

Divulgação Científica e o Centro de Estudos Leprológicos Sousa Araujo da Universidade Federal do Paraná, onde publicou durante 20 anos a Revista do Centro de Estudos Leprológicos com trabalhos inéditos. Dentre suas descobertas e contribuições científicas, pode destacar-se, também:

- Inoculação do bacilo em seres humanos e cultivo deste bacilo em laboratório;
- Atenção especial à questão social da doença, objetivando o atendimento filantrópico aos doentes, junto a outros profissionais criou a Fundação Pró-Hansen em 1990;
- Ênfase nos estudos da questão da odontoleprologia – tratamento específico às lesões que a doença causa na boca dos pacientes;

Em 1967, foi contemplado com o Prêmio Nacional de Leprologia do Brasil e, em 1971, com a medalha de ouro da Ordem do Mérito da Polônia.

Na década de 1970, quando o internamento compulsório deixou de ser válido em território nacional e as políticas públicas apontavam para a educação sanitária, novas formas de tratamento para quem era acometido pela lepra estavam surtindo efeitos. A voz de médicos e pesquisadores brasileiros também começara a se projetar com mais destaque em reuniões e congressos internacionais e, em um destes eventos, Ruy Miranda, juntamente a Cândido Silva, Lygia M. C. De Andrade e Nilson Silva, apresentou na Argentina um relatório sobre seus trabalhos relacionados à lepra e depois disso discursou expressando sua visão e também orientando o Serviço de Leprologia deste país.

Os registros deste evento estão no relatório “Uma Viagem Científica no Brasil e na Argentina”. Dentre as questões levantadas neste relatório, em agosto de 1974, cabe destacar o quatro últimos tópicos, os quais se referem a questões voltadas principalmente à pesquisa e novas metodologias em relação não só ao desenvolvimento científico, mas também aos corpos doentes.

De acordo com Miranda:

(...) 11 – Deve ser incentivada a formação e desenvolvimento de Centros de Estudos e Pesquisa Leprológica e seu entrosamento com Centros de Pesquisa Bio-Médica correlata. Este intercâmbio deve constituir-se num instrumento de padronização da metodologia aplicada às pesquisas, com objetivo de atingir resultados consistentes e comparáveis; 12 – Devem ser desenvolvidos projetos de pesquisa que visem a

obtenção de métodos capazes de evidenciar a lepra infeccção ou a doença em sua fase mais precoce possível. (MIRANDA, 1974, p.18)

Neste ponto, percebe-se que a metodologia científica padronizada tornaria os resultados obtidos mais “coerentes”, de forma a manter discussões mais plausíveis entre os médicos e pesquisadores com base nas mesmas etapas de testes. Além disso, nota-se a preocupação com o diagnóstico precoce da doença, que possibilitaria melhoras mais rápidas nos quadros clínicos, algo que, como será abordado adiante, perdura até os dias atuais e não era algo enfatizado nas fases iniciais das campanhas contra a Lepra no Brasil. Em relação à inoculação (estudos de transmissão da doença testados em outros organismos a fim de promover a imunidade ou reação contra a bactéria) até a década de 1970 não era possível realizá-la, pois não se encontrava nos animais comumente utilizados para testes (principalmente ratos) os tecidos necessários para simulação da atuação da bactéria da mesma forma que esta age no corpo humano. No entanto, notar-se a também no relatório uma nova proposta de acordo com as pesquisas desenvolvidas no período.

De acordo com Miranda:

(...) 13 – Devem ser incrementados os estudos de transmissão experimental em tatus, **a fim de possibilitar investigações relacionadas ao M. eprae, à imunopatologia e à terapêutica da doença**, bem como a obtenção de material para a produção de lepromina. (MIRANDA, 1974, p. 18. Grifo nosso)

Tendo em vista as reações que os doentes apresentavam diante da posologia dos medicamentos e demais ações (como citado no segundo capítulo da presente pesquisa, vômitos, diarreias, febres, entre outras) buscava-se, agora, atentar para cada estágio das mesmas, bem como de reavaliar os métodos empregados e melhorar a qualidade de vida dos doentes.

Sobre isso, afirma Miranda:

(..) 14 – Deve-se procurar esclarecer a patogenia e classificação dos estados reacionais mediante a **aplicação de métodos mais modernos e mais apropriados para tal fim, considerando que esses estados representam o maior**

empecilho para o sucesso da terapêutica. (MIRANDA, 1974, p. 118. Grifo nosso)

Diante de todos os trabalhos elaborados e sua intensa atuação, Ruy Miranda também discursou sobre sua experiência em uma reunião internacional del eprólogos na Argentina, um mês após apresentar o relatório anterior, em setembro de 1974.

Iniciando seu discurso, coloca Miranda:

É uma grande consideração para com o Brasil solicitarem a minha palavra nesta oportunidade pois, tendo-se escutado, até agora, a voz de cada um dos representantes estrangeiros, em seu respectivo idioma, eu sou o terceiro brasileiro a falar-vos como orador visitante. (MIRANDA, 1974, p.118)

Em seguida, homenageia os fundadores da Sociedade Argentina de Leprologia e discorre sobre as atividades da mesma, de sua fundação até o ano em que ocorrera a reunião. Outro ponto importante a ser destacado logo ao final do discurso de Ruy Miranda é o reforço que este dá à missão dos médicos e cientistas ali presentes. De acordo com Miranda:

(..) Assim sois vós também – os componentes da Sociedade Argentina de Leprologia, por sua Diretoria e seus associados. Justificando muito bem a sigla da sua agremiação, vós sois o sal da ciência, o sal da amizade, o sal da cultura e do progresso. Vós estais – à semelhança dos pregadores do Evangelho – propagando a doutrina do saber e da verdade, em obediência ao que desejarem os inesquecíveis fundadores desta Sociedade. (MIRANDA, 1974, p.118. Grifo nosso)

Cerca de 10 anos depois de participar desta conferência, já aposentado mas ainda atuante, Ruy Miranda, em entrevista ao jornal “Gazeta do Povo”, disse que após conseguir fazer o cultivo do bacilo em laboratório enviou a pesquisa para ser publicada em duas revistas médicas especializadas: uma nos EUA e outra na Inglaterra. Ambas as revistas não publicaram e nem lhe responderam. Ainda nessa entrevista, fez uma declaração, a respeito do fato das duas revistas médicas especializadas não publicarem a pesquisa dele e nem lhe responderem: **“Países como o nosso são desacreditados. Eles acham que nós somos caloteiros, mentirosos e vadios. É difícil eles aceitarem o que nós dizemos!”** (GAZETA DO POVO, 1985, p.22). Ele também disse nessa entrevista que tentara provar cientificamente que havia

conseguido fazer a cultura em laboratório do Bacilo de Hansen, declarando que isto era muito difícil, pois cada bactéria para ser identificada precisa passar por várias provas biológicas e bioquímicas e, pelo fato deste bacilo nunca ter sido cultivado em laboratório, ficava difícil encontrar um parâmetro de identificação, mas, de doze provas possíveis, ele já havia obtido resultados positivos em oito (ou seja, em 2/3 delas). Além disso, queixou-se da pouca verba que recebia para as pesquisas, afirmando que:

Se recebesse mais verbas para as pesquisas, poderia comprovar cientificamente que conseguiu cultivar o Bacilo de Hansen em laboratório e passaria, assim, para a fase final dos projetos 29 e 33 da Fundação Pró-Hansen que são, respectivamente: um **remédio mais eficaz no tratamento da Hanseníase e uma vacina contra a Lepra.** (GAZETA DO POVO, 1985, p.22)

Em 18 de julho de 1990, junto a uma equipe de cerca demais 5 profissionais da saúde, Ruy Miranda criara a **Fundação Pró – Hansen.**

Sobre a Fundação Pró Hansen

Situada no bairro Cristo Rei, em Curitiba, a Fundação Pró – Hansen é considerada referência em tratamentos dermatológicos e assistência aos pacientes com hanseníase e outras doenças de pele. “Conta com uma equipe multidisciplinar formada por: médicos, psicólogos, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, enfermeiros, funcionários administrativos e voluntários nos conselhos e diretoria.” (FUNDAÇÃO PRÓ – HANSEN, 2013, p.4). Além disso, a instituição é filantrópica e exerce atividades de Assistência Médico – Social:

(...) conquistou e mantém importantes títulos que dão credibilidade e relevância aos seus trabalhos. No reconhecimento da sua atuação filantrópica, a Fundação Recebeu os títulos de Lei de Utilidade Pública Municipal, Federal e Certificado Nacional de Assistência Social – CNAS, em especial por prestar assistência médica dermatológica sem ônus para o paciente, onde mais de 80% de sua capacidade de atendimento se dedica aos que fazem consulta médica sem custo, sejam eles encaminhados pelo SUS ou pacientes em situação especial atendidos com 100% de gratuidade. (FUNDAÇÃO PRÓ – HANSEN, 2013, p. 4)

Dentre as atividades exercidas pela instituição encontram-se: Dermatologia clínica, sanitária e geral; Dermatologia Cirúrgica; Fototerapia; Fisioterapia; Atendimento psicológico: doentes e familiares e grupos de autocuidado e informação. Os dados do quadro a seguir são referentes aos tipos de atendimentos na Fundação Pró – Hansen em 2010:

Quadro 1 - Tipos de atendimentos da Fundação Pró – Hansen em 2010

Atendimentos	Quantidade
Hansenianos Masculinos	610
Hansenianos femininos	290
Hanseníase – casos novos	23
Crianças	787
Dermatologia Geral	9.268
Total Geral	10.978

Fonte: FUNDAÇÃO PRÓ – HANSEN. **Relatório de Atividades 2010.** Curitiba, 2010. p. 43

Observa-se que o número de homens acometidos pela doença ainda era maior que o número de mulheres (como observado nas primeiras campanhas sanitárias, no início da Primeira República), porém, o número de crianças com a doença ultrapassa ambos. Em relação à procedência das consultas na instituição, tem-se os seguintes dados demonstrados no quadro abaixo:

Quadro 2 – Consultas na Fundação Pró–Hansen em 2010

Gerais	10.978
SUS	8.784
Particulares	126
Convênios	2.017
Gratuitas	51

Fonte: FUNDAÇÃO PRÓ – HANSEN. **Relatório de Atividades 2010.** Curitiba, 2010. p. 43

Analisando estes últimos dados, nota-se que o número de atendimentos às pessoas com doenças dermatológicas (aqui se referindo não apenas à hanseníase) no Paraná é ainda muito grande. Cabe lembrar que os dados da Fundação Pró–Hansen não se referem apenas a indivíduos que residem em Curitiba, mas também às pessoas que habitam outras regiões do estado e

recorrem ao tratamento na capital. É importante destacar como a percepção de tratamento humano sobre os hansênicos, antigamente chamados de leprosos, se mostra muito diferente dos primeiros documentos analisados no início da Primeira República brasileira.

A preocupação contemporânea não é apenas relacionada com o contágio das pessoas que não possuem a doença. Tem-se muito mais reforçadas questões como a educação sanitária, a prevenção e, principalmente, a tentativa de enfraquecer o estigma gerador de sofrimento aos doentes e suas famílias, levando-os a reabilitação na sociedade “sadia” e reintegração como agentes participativos do meio em que vivem. Não permitir a “morte social” dos doentes, gerada pela falta de conhecimentos e pelo preconceito, tem se tornando um dos pontos mais destacados nas ações médicas do século XXI

Considerações finais

As representações e alegorias que envolveram o imaginário social sobre a lepra e os corpos doentes na História variaram e foram relacionadas desde “maldições religiosas” e “punições pelo pecado” à falta de higiene, pobreza e consumo de alimentos “impróprios”. Lendas e leis se fizeram pontos drásticos na memória de muitos dos doentes e de suas famílias. Em relação ao combate à doença, os agentes envolvidos (poder público, médicos e filantropia) tentaram construir um discurso coerente com a necessidade de isolar os corpos doentes na falta de meios para se combater a doença, e colocaram os leprosários como “pequenas cidades”, ideais para realizar o isolamento dos doentes. Esta política de isolamento se perpetuou durante as décadas de 1920 e 1930, mesmo diante da dicotomia de pontos de vista das autoridades médicas acerca da internação compulsória dos doentes e de novos recursos, como a educação sanitária e a “higienização” do meio urbano. Foram construídos inúmeros leprosários em todo o país, numa aliança entre governos federais, municipais e estaduais. Destacando-se no Paraná o Leprosário São Roque, ativo até o presente momento, agora como Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná. Além disso, foram criados departamentos nacionais designados ao estudo e pesquisa sobre a doença, responsáveis pelas ações

médicas sobre a mesma, culminando com o predomínio do modelo do sanitário-campanhista até o início dos anos 60. Com a lenta transição para a política de desinstitucionalização destas práticas sobre a doença, o decreto do fim do isolamento compulsório e a descoberta de novos medicamentos, os resultados obtidos na presente pesquisa demonstram que a atuação de Ruy Miranda se caracterizou por um momento em que, no Brasil, o médico saiu somente da esfera do atendimento particular e domiciliar para participar das políticas públicas, implantadas pelo Estado, na qualidade de cientista e pesquisador. Deste modo, observa-se que as pesquisas realizadas pelo médico, bem como sua atuação e participação em diversos eventos nacionais e internacionais trouxeram: maior representatividade do Brasil diante da comunidade médica mundial e das discussões acerca da doença; um novo olhar sobre a questão do isolamento compulsório e a gradual mudança do discurso coerente à necessidade de isolamento dos doentes para políticas públicas voltadas a melhor assistência aos doentes e suas famílias, o aperfeiçoamento dos profissionais que trabalham com estas questões, bem como um tratamento mais humanizado, que objetiva, além da cura, a reinserção social das pessoas que foram acometidas pela doença.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Elizabeth Amorim de. **A arquitetura do isolamento em Curitiba na República Velha**. Curitiba: E.A. de Castro, 2004. 168 p.

CUNHA, Vívian da Silva. **O isolamento compulsório em questão: Políticas de combate à lepra no Brasil (1920 -1941)**. 2005. 136 páginas. (História) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/historiadahansenise/media/DissertacaoCunha.pdf>>. Acesso em: 04.jun.2017

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FUNDAÇÃO PRÓ HANSEN. **Professor Ruy Miranda**. Disponível em <<http://www.prohansen.org/#!/ruynoronhamiranda/c1i8x>> Acesso em: 10. fev. 2014

FUNDAÇÃO PRÓ – HANSEN. **Relatório de Atividades 2010**. Curitiba, 2010

FUNDAÇÃO PRÓ – HANSEN. **Relatório de Atividades 2013**. Curitiba, 2013

GAZETA DO POVO. **Entrevista com Drº Ruy Noronha Miranda**. Curitiba, 26.07.1988, p. 22

GOFFMAN, Erving. **Estigma: la identidad deteriorada**. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993, 172p.

MIRANDA, Ruy Noronha. **Uma viagem científica no Brasil e na Argentina**. Centro de Estudos Leprológicos Souza Araújo. UFPR. Curitiba, 1975

SCHENIDER, Danielle Silvia. **Lepra: Representações da doença e dos doentes através de discursos medico-científicos e governamentais**. Congresso Internacional de História. Maringá, 2009. p.2168-2177. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/592.pdf>. Acesso em: 09.jun.2017

STABELINI, Thaysa Lauara Loiola. **Políticas Públicas, Medicina e Lepra no Paraná do Século XX**. Curitiba, 2015. 111 p. Monografia (Licenciatura em História). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015.



DIDÁTICA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA PÚBLICA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Matheus Henrique Marques Sussai
Mestrando em História Social – PPGHS
(Universidade Estadual de Londrina)

Resumo. Nos últimos anos as redes sociais online se mostraram lugares propícios para que muitas páginas difundissem ideias históricas extraescolares, usos do passado. Apresentam-se aqui as reflexões iniciais da perspectiva teórica de uma pesquisa de Mestrado em História Social, que visa investigar esses “usos do passado” difundidos pelo “MBL – Movimento Brasil Livre” (página do *Facebook*). A Didática da História e a História Pública são dois campos do conhecimento da História que possuem objetivos parecidos: a primeira busca investigar as elaborações de ideias históricas em ambientes extraescolares; já a segunda tem a finalidade de pesquisar a história que “vaza pelos poros” da academia (ALBIERI, 2011), que se instaura nas diversas mídias e em qualquer outro lugar que não seja o ambiente acadêmico. Ou seja, este texto tem o propósito de refletir sobre essas duas perspectivas com a finalidade de estabelecer um diálogo entre ambas, para que estas possam embasar, no futuro, a nossa pesquisa. Através das discussões dos autores Klaus Bergmann (1989/1990), JörnRüsen (2010a; 2010b; 2011), RafaelSaddi (2010), entre outros, sobre a Didática da História; e de Sonia Wanderley (2016), Ricardo Santhiago (2016), Sara Albieri (2011), entre outros, sobre a História Pública, buscaremos uma interação entre essas duas áreas para o embasamento do nosso trabalho. Por ora, podemos dizer que tanto a Didática da História, quanto a História Pública, são áreas que se preocupam com os usos do passado, as elaborações históricas extraescolares e não especializadas, que se mostram cada vez mais comuns nos últimos anos.

Palavras-chave: Didática da História; História Pública; Uso do passado; Redes sociais; Facebook.

Financiamento: CAPES/DS.

O presente texto tem o objetivo de discutir dois campos da História pretendendo um possível diálogo entre eles. A Didática da História, disciplina oriunda da Alemanha; e a História Pública, perspectiva de estudo dos usos do passado que vem sendo desenvolvida em muitos países, mas são considerados os primeiros estudos vindos de lugares separados (de formas diferentes): Estados Unidos da América, Austrália e Grã-Bretanha.

Tal discussão teórica dos dois campos surge com o intuito de colaborar com uma pesquisa de Mestrado em História Social (PPGHS) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que está em andamento. Essa pesquisa busca investigar as noções de história veiculadas por uma página da rede social online *Facebook*²⁶⁸. O MBL é um grupo bem organizado que se considera de direita política e neoliberal, defendendo o livre mercado e conseqüentemente o Estado mínimo. Nas suas publicações/postagens, são encontrados diversos tipos de conteúdos, todos com cunho político, sendo totalmente contra a esquerda²⁶⁹.

Nas suas postagens, temos diversas críticas aos governos petistas, aos políticos de partidos brasileiros e estrangeiros que se consideram ou se enquadram no espectro da esquerda política. Nos últimos anos, muitas páginas destinadas a discutir política foram ganhando público no *Facebook*, e os brasileiros não estão ficando de fora. Páginas que se consideram de esquerda e de direita ganham as linhas do tempo de muitos usuários do *Facebook*, difundindo e formando política e historicamente muitas pessoas. O MBL possui

²⁶⁸ A página em questão é o “MBL – Movimento Brasil Livre”. O *Facebook* é uma rede social lançada em 2004, fundado por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Andrew McCollum, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, estudantes da Universidade Harvard. Este termo é composto por *face* (que significa face também em português) e *book* (que significa livro), o que indica que a tradução literal de *facebook* pode ser “livro de caras”. O *Facebook* é gratuito para os usuários e gera receita proveniente de publicidade, incluindo *banners* e grupos patrocinados. Os usuários criam perfis que contêm fotos e listas de interesses pessoais, trocando mensagens privadas e públicas entre si e participantes de grupos de amigos. A visualização de dados detalhados dos membros é restrita para membros de uma mesma rede ou amigos confirmados, ou pode ser livre para qualquer um, dependendo da escolha do usuário. O *Facebook* possui várias ferramentas, como o mural (linha do tempo), que é um espaço na página de perfil do usuário que permite aos amigos postar mensagens para ele ver. Ele é visível para qualquer pessoa com permissão para ver o perfil completo, e *posts* diferentes no mural aparecem separados no “*Feed de Notícias*”. O “*Face*”, como é mais conhecido, possui também aplicativos, com os mais diversos assuntos, e eventos, onde a pessoa pode convidar todos seus amigos para um determinado evento. Disponível em <<http://www.significados.com.br/facebook/>>. Acesso em 15 de novembro de 2017.

²⁶⁹ Ou melhor, contra a “noção” de esquerda que o próprio grupo tem.

mais de 2,5 milhões de curtidas²⁷⁰, sendo atualmente uma das páginas que mais difundem opiniões política no Brasil. Relacionam-se com ondas liberais e neoconservadoras. Liberal por defender economicamente o Estado mínimo e o Livre Mercado, e neoconservador pelas defesas a políticos que lutam em favor da “moral” da família, dos “bons costumes”, da vida religiosa, contra as cotas raciais, contra o movimento feminista (em todos os aspectos), etc. Muito do que se encontra na página, refere-se a opiniões permeadas pelo preconceito, estereótipo e derrisão, e até mesmo indução ao ódio, justificadas pela ideia de “liberdade de expressão”.

Neste processo, vão se estabelecendo noções anticientíficas, inclusive quanto aos saberes históricos. Podem ser encontradas várias publicações definindo Nazismo, Comunismo, Ditadura Militar no Brasil, entre outros. Essa é a parte que mais nos interessa. As ideias de história que são veiculadas pela página. As narrativas que se utilizam de noções históricas geralmente não produzidas por historiadores e nem pela escola, mas que ganham cada vez mais respaldo nos seguidores da página. É a história que circula nessas páginas das redes sociais, e, por conseguinte, é a história que provavelmente circula (cada vez mais) em várias parcelas da sociedade.

Foi a partir dessas percepções que optamos por discutir dois campos da Ciência Histórica que podem nos ajudar a investigar essa fonte. Então, este texto tem como objetivo expor um pouco das duas áreas e mostrar a relação entre elas, para que nos auxilie futuramente na pesquisa.

Começaremos pela Didática da História. Como nos mostra Jörn Rüsen (2011), a História levou por muito tempo a perspectiva de “Mestra da vida”, na qual a orientação para a vida, a ligação com o presente era questão chave da aprendizagem histórica. Seguiu-se então, “a máxima ciceroniana da *Historia Magistra Vitae* [...]” (ALVES, 2013, p. 54-55). Esta foi uma perspectiva que era inquestionável até fins do século XVIII, no qual prevalecia a “noção de que a didática ocupava um papel central na formulação de qualquer história.” (SADDI, 2010, p. 67).

Tanto Ronaldo Cardoso Alves (2013), quanto Rafael Saddi (2010) estão partindo das discussões feitas pelos historiadores alemães, principalmente

²⁷⁰ Outros usuários que curtem a página, que a seguem, que recebem notificações sobre as suas informações.

JörnRüsen, Klaus Bergmann, Karl-Ernst Jeismann, entre outros, sobre essa “expulsão” da Didática da História da Ciência Histórica. Como nos ensina JörnRüsen, “devido à crescente institucionalização e profissionalização da história, a importância da didática da história foi esquecida ou minimizada.” (RÜSEN, 2011, p. 25). Foi principalmente no final do século XIX, com a cientificação da história, que se consolida a separação da História da vida prática (SADDI, 2010, p. 69).

Assim, a História enquanto ciência ficou reservada apenas para um grupo que se considerava especialista na área. Enquanto a Didática da História “reduzia-se à elaboração de métodos para transmissão de um conhecimento que ela mesma não produzia. O historiador produzia o conhecimento, o didático transmitia.” (SADDI, 2010, p. 70).

Como nos especifica JörnRüsen (2011):

Como os historiadores do século XIX se esforçaram para tornar a história uma ciência, este público foi esquecido ou redefinido para incluir apenas um pequeno grupo de profissionais especialistas treinados. A didática da história não era mais o centro da reflexão dos historiadores sobre sua própria profissão. Ela foi substituída pela metodologia da pesquisa histórica. A “cientificação” da história acarretou um estreitamento consciente de perspectiva, um limitador dos propósitos e das finalidades da história. A esse respeito, a cientificação da história excluiu da competência da reflexão histórica racional aquelas dimensões do pensamento histórico inseparavelmente combinadas com a vida prática. Desse ponto de vista, pode ser dito que a história científica, apesar de seu clamor racionalista, havia conduzido aquilo que eu gostaria de chamar “irracionalização” da história. (RÜSEN, 2011, p. 25).

JörnRüsen enfatiza que esse processo de institucionalização da História enquanto ciência excluiu a competência da reflexão histórica com a vida prática (parte que o historiador dá muita importância em seus escritos). Em outras palavras, a História se distanciou da vida. Ronaldo Cardoso Alves (2013), ao também discutir esse processo, argumenta: “A cientificação da História que poderia aprofundar sua aproximação à Vida, por meio da sistematização do pensamento histórico, utilizou esse atributo para dela se distanciar.” (ALVES, 2013, p. 55). Esse afastamento da Didática da História e da Ciência da História também pode ser notado à medida que a Didática fica destinada a “pragmática função de treinar professores que simplesmente deveriam transformar saber histórico acadêmico em saber histórico escolar.” (ALVES, 2013, p. 55). Aquela

disciplina que deveria dar total importância à vida dos sujeitos, dos aprendizes, estava se distanciando do seu objetivo.

Na Alemanha, durante as décadas de 1960 e 1970, ocorreu o que os autores que discutem essa cisão entre as disciplinas chamam de “crise de legitimidade da Ciência Histórica e do Ensino de História” (SADDI, 2010, p. 71). Era considerada uma perda de legitimidade do pensamento histórico. Essa crise estava relacionada ao fato de que “nem a Ciência da História nem o Ensino de História estavam em condições de atender às demandas e necessidades que a sociedade alemã apresentava.” (SADDI, 2010, p. 71). Para esclarecer, os historiadores se viram confrontados. Tinham pela frente o desafio “do papel legitimador da história na vida cultural e na educação.” (RÜSEN, 2011, p. 29).

Conforme nos apresenta JörnRüsen, a resposta dos historiadores a esse desafio se deu:

[...] ampliando o campo da autorreflexão e do autoentendimento histórico. Os historiadores começaram a respeitar aquelas dimensões dos estudos históricos onde necessidades, interesses e propósitos apareciam como fatores determinantes do pensamento histórico. Em termos simples, o estudo da história na Alemanha Ocidental passou por aquilo que poderíamos descrever como uma mudança de paradigma. (RÜSEN, 2011, p. 29-30).

Assim, temos a reinserção da Didática da História à Ciência da História. Estas duas disciplinas voltam a se relacionar, na qual a importância da vida prática, da orientação temporal no tempo presente, ganha atenção novamente da Teoria da História. A História volta a se aproximar da vida; o cotidiano volta a ter importância para a pesquisa histórica.

Como vimos, a partir dos anos 60 e 70 na Alemanha, temos essa “mudança de paradigma” que altera os olhares para com os objetivos da Didática da História na Alemanha. Isso se desenvolveu nos últimos anos, chegando até ao Brasil como uma perspectiva do Ensino de História que ganha cada vez mais pesquisadores interessados na área.

Para nos auxiliar, não vemos melhor forma de contextualizar a nova concepção de “Didática da História” que surgiu nos últimos anos, do que nas palavras de Ronaldo Cardoso Alves (2013):

Nos últimos 40 anos, o campo da metodologia do ensino de História tem procurado com maior consistência empírica e epistemológica, concertar caminhos que provejam à disciplina de História elementos que a caracterizam como fundamental para o desenvolvimento da consciência histórica nos indivíduos, com vistas à sua utilização na vida cotidiana. Em outras palavras, essas vertentes partiram da premissa da necessidade de constituir parâmetros claros que respondam à pragmática pergunta que rotineiramente se apresenta no cotidiano intra e extraescolar: afinal, para que serve a História? Tal pergunta, por si só, já revela a necessidade de transformar a realidade instrumental ideológica da História em um instrumento de autorreflexão pública que permita às pessoas e aos grupos da sociedade construir identidade e se colocar autonomamente diante dos problemas de orientação temporal (im)postos pelo cotidiano. [...] Foi nesse contexto que emergiu uma nova concepção da área de estudo denominada Didática da História na Alemanha e esta diretamente tem influenciado pesquisas brasileiras do campo do ensino de História. Dentre variadas linhas de estudo destaca-se o trabalho do já citado JörnRüsen, o qual parte de referenciais epistemológicos que têm como premissa relacionar a produção historiográfica oriunda da ciência da História com a Vida prática dos indivíduos na sociedade. (ALVES, 2013, p. 56-57).

Assim, a Didática da História retoma o seu papel dentro da História, buscando investigar as consciências históricas dos sujeitos. Por consciência histórica, entendemos que é a “constituição de sentido sobre a experiência do tempo [...]. A capacidade de constituir sentido necessita ser aprendida, e o é no próprio processo dessa constituição de sentido.” (RÜSEN, 2010a, p.104). Em outro trabalho, o historiador JörnRüsen complementa que a “consciência histórica pode ser analisada como um conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico e a função que ele exerce na cultura humana.” (RÜSEN, 2011, p. 37). A História tem que ter conexão com a vida prática, é isso que defende o campo da Didática da História ao investigar as formas de elaboração do conhecimento histórico em diversos meios.

Para compreendermos este retorno da Didática da História para as questões relacionadas à pesquisa histórica - e não mais apenas como mediadora do ensino – é também necessário falar da *Função Didática Básica da História*. Quem cria essa titulação é Karl-Ernst Jeismann, muito referenciado nos textos traduzidos do alemão JörnRüsen, e pelo brasileiro Rafael Saddi, autor que utilizaremos aqui para a tradução. Para Jeismann, o objeto central da Didática da História é a Consciência Histórica.

Rafael Saddi (2010) argumenta que:

Por *Função Didática Básica da História (die didaktische Grundfunktion der Historie)* “quer-se dizer que qualquer afirmação sobre o passado tem um elemento didático inerente”. (JEISMANN, 1977). Desta forma, toda História, metodicamente regulada (científica) ou não, “nos diz alguma coisa”, ou “significa alguma coisa para nós”, no presente. Isto porque uma afirmação sobre o passado sempre conduz a “um processo de comunicação atual de compreensão sobre o passado” e se submete a uma “vontade de orientação presente”. (SADDI, 2010, p. 74).

Ou seja, temos que nos atentar para todas as formas de elaborações do passado. Tanto aquelas que passam pelo crivo da ciência, quanto às produções culturais extraescolares e não acadêmicas (filmes, jogos, livros, entre outros). O MBL é uma página do *Facebook* que difunde ideias políticas carregadas de argumentos históricos, os quais a Didática da História considera como documento do historiador.

Devido ao fato de muitas dessas páginas trazerem ideias históricas não especializadas, pretendemos utilizar da Didática da História para analisar as nossas fontes. Para Klaus Bergmann, a Didática da História “não apenas tematiza a História regulada e disciplinada pela ciência e pelo ensino mas também abarca a História transmitida no processo de socialização, que não é filtrada por nenhuma disciplina científica.” (BERGMANN, 1989/1990, p. 32). Assim, vemos como essa orientação teórica se interessa pelas formas de elaboração da história que se inserem em socializações e ambientes extraescolares, como as redes sociais online, ou mais especificamente ainda: as páginas do *Facebook*.

Jörn Rüsen (2010a) nos mostra que “os processos de aprendizado histórico não ocorrem apenas no ensino de história, mas nos mais diversos e complexos contextos da vida concreta dos aprendizes [...]” (p. 91). É por isso que nos surgiu o interesse de investigar as elaborações das narrativas históricas difundidas pela página do *Facebook*: “MBL – Movimento Brasil Livre”, nos quais foram publicadas muitas postagens definindo “comunismo” e “nazismo” como tendo o mesmo significado; definições de “Ditadura Militar Brasileira” (apologias); entre outras ideias com conteúdos históricos. Essas ideias de história estão fazendo sentido para as pessoas. Os seguidores do MBL, e o próprio grupo que comanda a página, acreditam nessas ideias. Existe a relação do passado e a orientação para a vida prática. A partir das concepções que eles possuem de eventos históricos, atuam no presente

defendendo as suas ideias, mesmo que em alguns casos essas ideias estejam permeadas de estereótipos e preconceitos, elas estão fazendo sentido na vida prática dessas pessoas.

O historiador JörnRüsen, ao falar da Didática da História, diz que:

A didática da história analisa agora todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; [...]. (RÜSEN, 2011, p. 32).

Este autor é muito importante para a nossa discussão sobre essa orientação teórica que prevê o levantamento sobre o que as pessoas pensam sobre a história. Para JörnRüsen, o objetivo específico da Didática da História é investigar o aprendizado histórico (2011, p. 39). O autor ainda complementa que: “A disciplina da história não pode mais ser considerada uma atividade divorciada das necessidades da vida prática.” (RÜSEN, 2011, p. 38). A História tem que estar ligada com a vida, com a orientação temporal no presente a partir das experiências passadas, pensando nas perspectivas futuras.

A Didática da História é a disciplina que analisa todas as formas de elaboração sobre o passado: as acadêmicas, as extraescolares e as não acadêmicas. Essa renovada Didática da História se interessa pelos “usos públicos da história”, sendo assim, passa a investigar:

[...] todos os espaços produtores/divulgadores de conhecimento histórico: a academia, a escola, o museu, o teatro, a propaganda, e também as mídias – sejam as clássicas, jornal, cinema, televisão, ou as novíssimas, como as relacionadas à informática, em especial a *web*. Todos são vistos como espaços de produção e uso público da história. (WANDERLEY, 2016, p. 208).

A História de qualquer maneira sempre se conecta com a vida prática. As pessoas aprendem história em vários lugares, e não só na escola (navegando na internet e se deparando com páginas como o MBL, por exemplo). As pessoas dão significados ao passado e a partir disso, se orientam no presente. É por isso que a Didática da História se interessa por todas essas formas de elaboração da História. Rüsen, ao tentar propor uma definição mais modesta do objeto de pesquisa da Didática da História, diz: “Seu objetivo é investigar o aprendizado histórico” (RÜSEN, 2011, p. 39).

A citação que se encontra mais acima, retirada do texto “Narrativas contemporâneas de História e Didática da História Escolar”, da autora Sonia Wanderley (2017), já faz parte de um livro chamado: *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. Uma obra que faz um levantamento de alguns trabalhos iniciais de História Pública no Brasil. Sonia Wanderley é uma das poucas autoras que se arriscou a relacionar História Pública com Didática da História (mesmo que não tenha feito isso explicitamente), utilizarei dela aqui para fazer essa ponte, e começar a falar da História Pública.

A História Pública surge nos Estados Unidos da América em meados da década de 1970. Ela está muito ligada ao desemprego dos profissionais da área de História nos EUA. Foi na University of California, de Santa Barbara, que “O historiador fundador dali declarou: ‘A história pública refere-se ao emprego de historiadores e do método histórico fora da academia’ [...]” (LIDDINGTON, 2011, p. 34). Para alguns, a denominação da “História pública” é apenas um novo nome para uma forma de História que já é antiga: o estudo dos usos do passado. De qualquer forma, essa nomenclatura vem ganhando espaço nos programas de pós-graduação em História.

A Austrália também tem parte nesse movimento pioneiro da História Pública, na qual surgiu um pouco mais tarde que a dos EUA (década de 1990), até certo ponto como uma crítica a eles, mas também relacionadas com questões referentes ao desemprego dos graduados em História. Era hora de achar outro lugar para a atuação de historiadores. A Grã-Bretanha também não ficou de fora dessa discussão, o movimento aparece também na década de 1990. Mas a História Pública que veio da América não deu certo. Foi principalmente a área do “Patrimônio e Memória” que se dedicou a essa perspectiva de estudo. Em 1997, a revista *Oral History* lançou uma seção de história pública com o enfoque nos usos e representações públicas do passado, já levando em conta as novas tecnologias e os *web sites*. (LIDDINGTON, 2011).

Como não há muito espaço para uma História mais detalhada dos dois campos, vamos ao que Jill Liddington (2011) diz sobre a definição de História Pública: não há uma resposta única sobre o que ela é. Jurandir Malerba (2016) nos atenta para a expansão vertiginosa do público consumidor de história nos últimos anos. O autor ainda diz que: “A história não mais [...] se produz

somente na academia; muito menos se veicula apenas por meio do livro impresso. As plataformas digitais subverteram as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado.” (MALERBA, 2016, p. 11). Nessas bases digitais, qualquer pessoa pode colaborar na compreensão sobre o passado, e também nos usos deste.

Nesta área da História Pública podemos perceber uma:

[...] recente explosão ruidosa de formas populares de apresentação do passado. Esses mesmos fenômenos acontecem em maior ou menor medida no Brasil: constata-se uma sensível demanda social por história nos mais diversos espaços de formação de opinião fora das universidades, novos lugares de exercício da profissão, uma demanda crescente de consumo popular de história [...] (MALERBA, 2014, p. 32).

O que ocorre é que essa demanda crescente por história não está sendo suprida pelos historiadores. Estes, dificilmente produzem para fora da academia. Por isso, jornalistas, documentaristas, cineastas, romancistas, divulgam versões historiográficas com grande penetração na cultura, enquanto a Academia passa ao largo desse tipo de atividade. (ALBIERI, 2011, p. 23). Para a historiadora Jill Liddington (2011), os últimos anos presenciaram uma “[...] explosão de representações populares do passado.” (p. 31). E a autora pensa a História Pública como sendo justamente “[...] a apresentação popular do passado para um leque de audiências [...]”. (LIDDINGTON, 2011, p. 34).

Ricardo Santhiago (2016), ao falar de História Pública, expõe bem o que acontece com os trabalhos dos historiadores. São muito poucos os trabalhos que conseguem se destacar no meio das produções de alguns jornalistas e outros profissionais que não são da história²⁷¹. “São poucas apreciações sérias em meio a muitos aforismos polemistas. Infelizmente, o Brasil não tem tido muita originalidade [...]” (SANTHIAGO, 2016, p. 29).

Quando se fala do que estuda a História Pública, Ricardo Santhiago diz:

²⁷¹ Não estamos querendo defender que um jornalista não possa fazer um trabalho historiográfico com qualidade. Muitos já o fazem com o respaldo científico da história. Mas as produções que queremos chamar a atenção aqui são aquelas em que o objetivo foi apenas mercadológico, na qual se inserem várias “teorias da conspiração” em trabalhos de história que deveriam ser sérios. Produções que o maior objetivo foi causar algum impacto, fazer polêmica e vender, não tendo nenhum respaldo científico ou seriedade metodológica.

Pelo menos desde a emergência das mídias, inúmeros escritores, jornalistas, cineastas, artistas e outros agentes têm enformado e difundido o verbo, o som e a imagem do passado para audiências não acadêmicas. Com o aguçamento de demandas sociais por história e memória, a disseminação de recursos tecnológicos e, por fim, a popularização da internet, as formas adquiridas pelo chamado “espírito público da história” se multiplicaram, pouco ou nada dependendo da instituição de um campo formalizado de debates. (SANTHIAGO, 2016, p. 24).

Como podemos ver, a História sempre achou uma forma de sair do campo da academia e ir para um público mais amplo. Já que a academia não dá a devida atenção a esse público, a história “vaza” pelos poros e chega a um público amplo a partir de diversas narrativas não produzidas por historiadores. Erro dos historiadores, é claro, que não ocuparam estes espaços e outros o fizeram. Tanto como Ricardo Santhiago escreveu acima, quanto a outros historiadores que discutem essa questão da História Pública, concordam que a internet se mostrou um lugar propício para a difusão de narrativas populares do passado.

Anita Lucchesi e Bruno Leal Pastor de Carvalho dizem que:

O fascínio pelo passado encontrou no ambiente digital terreno fértil para se desdobrar em produções culturais, de variados portes, ou, simplesmente para se manifestar publicamente em perfis pessoais, comerciais e institucionais das mais diversas redes sociais, como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*, *Flickr*. (LUCCHESI; CARVALHO, 2016, p. 155).

Tanto a História Pública, quanto a Didática da História se interessam pelos usos do passado. O objetivo está em investigar essa história que circula na sociedade, nos *mass* mídia, no museu, na escola, na *web*, etc. Definições extraescolares e não acadêmicas de “nazismo”, “comunismo”, “Ditadura Militar brasileira”, entre outros, estão fazendo sentido para algumas pessoas. Vemos muitas defesas a regimes totalitários nas redes sociais online, muita confusão nas leituras sobre “stalinismo” e “nazismo” (muitas vezes visto como pertencentes à esquerda política e representantes das mesmas causas). São ideias históricas veiculadas por páginas como o MBL que estão fazendo sentido para as pessoas. São usos do passado no nosso presente, no qual tanto a Didática da História e a História Pública podem nos ajudar a investigar

essas questões, fazer um levantamento dessas noções, e colaborar com os estudos dessas duas áreas inseridas também na História do Tempo Presente.

Referências

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de O. (Org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 19-28.

ALVES, Ronaldo Cardoso. História e vida: o encontro epistemológico entre Didática da História e Educação Histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 49-69, jan./jun. 2013.

BERGMANN, Klaus. A História na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**. v.9, n.19, set.89/fev.90, p. 29-42.

LIDDINGTON, Jill. O que é a História Pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de O. (Org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História digital: Reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 149-163.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre a PublicHistory. **História da Historiografia**, v. 15, p. 27-50, 2014.

_____. Os historiadores e seus públicos: Desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Texto de Divulgação**. 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/27247441/Os_historiadores_e_seus_p%C3%BAblicos_Desafios_ao_conhecimento_hist%C3%B3rico_na_era_digital>. Acesso em 08 de agosto de 2017.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011. p. 23-40.

_____. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010a.

_____. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010b.

SADDI, Rafael. Didática da história como sub-disciplina da ciência histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2010.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados. Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, JunieleRabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-35.

WANDERLEY, Sonia. Narrativas contemporâneas de História e Didática da História escolar. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, JunieleRabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 207-217.

Sites

<https://www.facebook.com/mblivre/>

<http://www.significados.com.br/facebook>



RELAÇÕES DIPLOMATICAS EUROPEIAS DE 1871 A 1914:

A WELTPOLITIK E O EXPANSIONISMO ALEMÃO

Danilo de Longhi Tessaro²⁷²
Universidade Estadual de Londrina

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações acerca da diplomacia europeia entre os anos após a Unificação alemã até as vésperas da Grande Guerra de 1914. Assim, amparando-se em uma recente produção historiográfica sobre o tema, pretende-se refletir a maneira como a Unificação alemã de 1871 afetou o equilíbrio de poder até então vigente na Europa após as Guerras napoleônicas. O surgimento de um novo Estado politicamente e economicamente forte, no centro do continente europeu, aos poucos foi alterando ao longo da segunda metade do século XIX as relações diplomáticas estabelecidas pelas potências europeias sobretudo após o congresso de Viena em 1815. A ideia é de que neste recorte temporal estabelecido que vai de 1871 a 1914, a diplomacia europeia pode ser dividida em dois períodos: Durante e após o governo do chanceler alemão Otto von Bismarck. No decorrer do tempo em que Bismarck ficou no poder entre 1871 a 1889, ele procurou estabelecer relações que ajudassem na consolidação do recente Estado alemão, adotando uma postura mais conservadora em relação a política externa. Contudo, quando Bismarck deixa o posto de chanceler e Guilherme II ascende ao posto de novo Kaiser, suas ações imperialistas acabaram remodelando o sistema geopolítico construído por Bismarck. O milagre econômico alemão e a *Weltpolitik* adotada pelo Kaiser culminaram no estabelecimento de novas alianças entre as potencias europeias que levaram a polarização do continente em dois sistemas de alianças que influenciaram na tomada de decisões na crise de 1914. Assim, pretendo abordar como a *Weltpolitik* e o imperialismo alemão remodelaram as relações diplomáticas europeias após 1890 e levaram formação desses dois blocos de alianças que resultaram na crise de junho de 1914.

²⁷² Graduando do curso de licenciatura em história da Universidade Estadual de Londrina

Palavras-Chave: Diplomacia europeia; Unificação alemã; Weltpolitick; Sistema de alianças; Otto von Bismarck.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal, fazer um estudo dos caminhos tomados pela diplomacia europeia após a unificação alemã em 1871. Através do estudo das habilidades de Otto von Bismarck para a consolidação do império alemão, pretende-se investigar as políticas alemãs adotadas pela Alemanha quando Bismarck deixou o cargo em 1889. Assim, esse trabalho tem como objeto de estudo a diplomacia europeia adotada após o surgimento de uma nova potência europeia e de suas ações imperialistas, sobretudo após a década de 1890.

O mundo após a Unificação Alemã

O período que se seguiu após as unificações Italiana (1861) e Alemã (1871), foi bastante conturbado para a diplomacia europeia estabelecida após o congresso de Viena, em 1815. Segundo Antônio Carlos Lessa, em seu livro “História das Relações Internacionais”, a formação dessas novas nações são exemplos da nova “ideia nacional” e impulsionou as minorias nacionais que balançaram o equilíbrio europeu dominante até então, como no caso do recém formado Império Austro-Húngaro em 1867. (LESSA, 2005). Assim, a segunda metade do século XIX, viu nascer sobre os ideais do liberalismo e do nacionalismo, movimentos que buscavam consolidação em torno de uma unidade nacional, da formação dos Estados-Nação. A recém unificação da Alemanha em 1871, viu o emergir de uma nova potência na Europa continental, com um setor industrial em franca expansão e com interesses internacionais acabou por ruir o sistema de equilíbrio de poder europeu, lançando as bases para que a diplomacia europeia encontrasse outros meios para reestruturação de estabilidade entre as nações europeias. (LESSA, 2005). Esse processo provocou grandes mudanças políticas e econômicas. Sendo assim:

Essa reestruturação teve como consequências principais a universalização da hegemonia europeia por todo o planeta e a transformação do equilíbrio de poderes, que abandonava

gradualmente a sua tradicional configuração multipolar para assumir novas formas, calcadas na existência de dois polos que se bateriam em guerra a partir de 1914 (LESSA, 2005. Pág, 119).

Assim, com estruturação dessas novas relações de poder, o período de 1871 a 1914, viu o alvorecer de uma nova sociedade europeia de grandes avanços econômicos, políticos e tecnológicos, em um longo período de paz, com a ausência de conflitos entre as potências europeias (LESSA, 2005). A *Belle Époque*, como ficou conhecido esse longo período de paz, foi marcado por grandes avanços científico e tecnológicos da segunda revolução industrial, que lançaram novos países, como os Estados Unidos e Japão, à competição internacional e aos conflitos nos interesses da política europeia. Sendo assim, os países europeus, como a propósito de protegerem seus mercados, realizaram uma série de acordos de ajuda mútua e alianças político-militares. (DARÓZ, 2016). Esses acordos, de certa forma, culminaram na polarização do continente como veremos mais a seguir.

A era Bismarck e a Tríplice Aliança

O sistema de alianças que reestruturou a Europa após 1871, foi construído através da diplomacia do chanceler alemão, Otto von Bismarck, que ficou no cargo por longos 18 anos, de 1871 a 1889. Bismarck, grande responsável pela unificação alemã, liderou os estados germânicos sobre a égide prussiana. Entrou em guerra com a Dinamarca em 1864, pelos ducados germânicos de Schleswing e Holstein, como a Áustria em 1866, na chamada guerra das 7 semanas e passaram a comandar os estados do norte. Em 1870, entrou em guerra contra a França, devido ao episódio de sucessão do reino espanhol e pela hegemonia dos estados do sul. Com isso, acabou completando a unificação iniciada na primeira metade do século XIX, com *Zollverein*²⁷³, em 1834. Após a vitória sobre a França, o rei prussiano, Guilherme I, foi proclamado o primeiro imperador da Alemanha, e Bismarck, o primeiro chanceler. Ele construiu um sistema que ampliava seus poderes e o fazia somente prestar contas com o imperador. (SOUSA, Mundo Educação).

²⁷³ União Aduaneira dos estados germânicos estabelecida em 1834 sob liderança prussiana; estabelecia uma fronteira alfandegária em comum.

Com a derrota, a França teve que assinar o tratado de Frankfurt em 1871, que estipulava o pagamento de uma elevada taxa indenizatória sendo obrigados a cederem as províncias de Alsáciae Lorena (regiões ricas em minerais), para Alemanha. Com o tratado, foram impostos a assistir a formação do 2º Reich em pleno o palácio de Versalhes, grande símbolo francês. (ANGELO, 2009.) Com a queda de Napoleão III, tem-se o início da *3ª República francesa*²⁷⁴. Tudo o que aconteceu após a derrota na guerra franco-prussiana, causou uma extrema revolta entre a população e os governantes franceses, esses que passaram a incitar uma revanche sobre a Alemanha para recuperarem as províncias perdidas em 1871. (ALTMAN, 2014). Esse sentimento ficou conhecido na historiografia como revanchismo francês, e está entre as causas da crise de 1914. Esse sentimento de revanche é uma das explicações para as políticas adotadas pela França ao longo de 40 anos.

Segundo Carlos Lessa (2005), a diplomacia europeia após a guerra franco-prussiana, foi reestruturada através de acordos realizados por Otto von Bismarck. O Chanceler de aço realizou diversos acordos diplomáticos com os países vizinhos com a finalidade principal de deixar a França isolada, e impossibilitada de reaver os territórios perdidos. A busca pelo equilíbrio de poder começou uma década depois da unificação alemã, mais precisamente em 1882, com a formação da tríplice aliança, através de acordos entre Alemanha, Áustria-Hungria e Itália. Apesar do *Império Habsburgo* e o *Reino da Itália*²⁷⁵ de Emanuel III serem grandes rivais no mar adriático, sobretudo após a Unificação italiana em 1861, o tratado em comum acordo com a Alemanha, impediam o conflito entre esses dois países. (CLARCK, 2014).

Em 1887 a diplomacia de Bismarck conseguiu mais duas vitórias para a consolidação do recém império alemão. Com o fim da *Entente dos 3*

²⁷⁴ Proclamada em setembro de 1870 durante a guerra Franco-Prussiana, após Napoleão III ter sido capturado pelas tropas prussiana em Sedan, republicanos invadiram Paris e proclamaram a 3ª República francesa.

²⁷⁵ Surgiu em 1861 com a anexação do reino da Lombardia, dos reinos papais (Parma, Modena, Romagna e Toscana), dos reinos das Duas Sicílias e dos Estados Pontifícios; teve como primeiro rei Victor Emanuel II; a unificação só foi completada uma década mais tarde com a anexação de Roma por Emanuel III.

*Imperadores*²⁷⁶ em 1887, devido a choque de interesses entre o império russo e austríaco nos Bálcãs, o chanceler de ferro firmou um acordo em segredo com Czar Nicolau II. O *tratado de Resseguro*²⁷⁷, estabelecia a mutua neutralidade entre ambos, caso a Rússia entrasse em guerra com a Áustria, ou a Alemanha com a França. (LESSA, 2005). E segundo, com os acordos do mediterrâneo, que tinha a função de manter o status quo vigente e impedir o avanço dos interesses russos e franceses na região. Assim:

Os dois acordos foram firmados em fevereiro e em dezembro daquele ano pela Grã-Bretanha e Itália, a eles aderindo a Áustria- Hungria no mês seguinte e a Espanha logo depois. Com a conclusão dos Acordos do Mediterrâneo, Bismarck obtinha indiretamente a vinculação formal da diplomacia britânica ao seu sistema de alianças. O conjunto de tratados de 1887 constitui o terceiro sistema de alianças de Bismarck. (LESSA, 2005. Pág, 137).

Com isso, a Grã-Bretanha se tornou uma das aliadas da Alemanha, pelo menos até a década seguinte. Com a morte do imperador Guilherme I em 1888, seu neto, Guilherme II, filho de Frederico III (falecido apenas três meses depois que assumiu o trono), se tornou o novo imperador do segundo reich. Figura totalmente diferente de seu pai, “era uma personalidade emblemática”. (LESSA, 2005).

O herdeiro então coroado, o jovem e impetuoso Guilherme II, era uma personalidade extremamente complexa: conservador e autoritário, pretendeu desde o primeiro momento do seu reinado uma concentração de poderes ainda maior do que aquele que dispunha já tradicionalmente o Kaiser. Em outras palavras, pretendia exercer diretamente o poder, sem intermediários, como expressão tardia da melhor tradição absolutista que já se tornara antiquada na Europa. (LESSA, 2005. Pág, 140).

A maneira de governar do novo imperador, não agradou Bismarck, que renunciou ao cargo de chanceler em março de 1890. Diferentemente de Bismarck que buscava garantir a integridade interna do império, Guilherme acreditava que somente com a expansão de suas fronteiras, dentro e fora da

²⁷⁶ A liga dos 3 imperadores como ficou conhecida, foi um acordo estabelecido pelos monarcas Guilherme I da Alemanha, Francisco José da Áustria e Alexandre II da Rússia; vigorou entre os anos de 1872 a 1878.

²⁷⁷ LESSA; Antônio Carlos. História das Relações Internacionais: a Pax Britannica e o mundo no século XIX. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 136.

Europa, garantiria o pleno desenvolvimento do Império Alemão. (LESSA, 2005). Assim, o novo Kaiser, passou:

[...] a reivindicar um novo *status* internacional, que condizente com as suas condições econômicas e militares, enquanto a divisão do mundo e impérios coloniais e em áreas de influência econômica constituía um novo ponto de fricção entre as potências. (LESSA, 2005. Pág, 121).

Assim, a Alemanha também deveria ter seu “lugar no sol”, como o império britânico. (SOHDHAUS, 2011). A nova política alemã, adotada após 1890, buscava expandir seus interesses econômicos e políticos pelo globo. A *weltpolitik* ou “política mundial”, buscava garantir esses interesses na Ásia, na África e no oriente médio. (STEVENSON, 2016). Essas ações expansionistas e militaristas do novo Kaiser, acabaram por ruir com o sistema diplomático construído por Bismarck, levando a Alemanha ao isolamento, perdendo possíveis aliados com a Grã-Bretanha e a Rússia. (STEVENSON, 2016). As novas ações adotadas pelas potências europeias após a década de 1890, lançaram grandes tensões sobre o continente no início do século XX.

Fim da era Bismarck e a formação da Entente

Após 1890, tem-se uma mudança radical no sistema de equilíbrio europeu. As potências do continente, em uma série de interesses particulares, acabaram por remodelarem o sistema geopolítico construído por Bismarck. A rede de interesses internacionais desses países culminaram na divisão do continente em dois blocos, a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente, antagônicos entre si. Esse sistema polarizado acabou levando a Europa a guerra com a crise entre a Áustria-Hungria e Sérvia, em junho de 1914. Como o historiador, Christopher Clark diz:

A polarização do sistema geopolítico na Europa foi uma condição prévia essencial para a guerra que eclodiu em 1914. Era quase impossível prever uma crise nas relações austro-sérvias, por mais grave que fosse, poderia arrastar para uma guerra continental. A bifurcação em dois blocos de alianças não causou a guerra; na verdade, contribuiu para soffrear como para a escalada nos anos pré-guerra. Sem os dois blocos, porém, o conflito não teria começado como começou. O sistema bipolar estruturou o ambiente na qual as decisões cruciais foram tomadas. (CLARK, 2014. Pág, 151).

Para compreendermos as políticas externas adotadas pelos principais países europeus, precisamos entender como se deu a formação da tríplice Entente, bloco rival das potências centrais, as vésperas de 1914. A Entente foi o mais longo dos tratados de paz a se formarem na Europa. Em uma sequência de três acordos de paz e cooperação mútua, ao longo de mais de vinte anos, para a consumação desta aliança. Foi através de três tratados formados em separado entre França, Rússia e Grã-Bretanha: Primeiro a aliança franco-russa de 1892; Segundo a Entente cordiale de 1904 entre França e Grã-Bretanha; em terceiro, a Entente anglo-russa de 1907. Todos, culminaram na formação da Tríplice Entente em 1907. (CLARK, 2014).

A estruturação deste bloco tem início com a aliança entre França e Rússia, com uma série de conferências entre 1892 e 1894, que se concretizou no tratado franco-russo. Entre os motivos que levaram o império Russo a buscar um acordo com a França, isolada até então, foram uma série de descontentamentos com a Alemanha após 1890, com a não renovação do *tratado de Resseguro*. A aliança franco-russa, ratificada em 1894, tinha como objetivo primordial, o apoio recíproco caso algum país da Tríplice Aliança se mobilizasse para a guerra contra algum deles. (CLARK, 2014). Assim, tinha a função de conter o rápido crescimento econômico alemão, os deixando cercados em caso de guerra. A finalidade francesa, era o de criar uma aliança anti-germânica que contivesse seu rápido expansionismo. Seu propósito começou a ganhar moldes possíveis após Guilherme II assumir o posto de Kaiser.

A preferência dada aos interesses do império Habsburgo acabou descontentando o Czar, que via sua rivalidade com Viena nos Balcãs sendo prejudicada pelo apoio alemão à Áustria. Contudo, apesar de terem interesses totalmente opostos, característicos de uma república de uma autocracia, sendo grandes rivais no mediterrâneo, o que levou a buscarem esse entendimento, foi pelo medo de uma aliança entre a Grã-Bretanha e a Alemanha. Segundo Christopher Clark, o tratado de Heligoland-Zanzibar, de junho de 1890, entre Alemanha e Inglaterra, que por meio desse trocaram ou cederam territórios entre si, deixou o império russo em alerta. Parecia que a crescente rivalidade entre britânicos e russos estava prestes a explodir em um conflito armado, com a

rápida aproximação inglesa com os alemães, quando a Inglaterra estava prestes a unir forças com a Tríplice Aliança (CLARCK, 2014). Sendo assim:

A intimidade que parecia aumentar entre Grã-Bretanha e a Alemanha ameaçava somar o problema da Rússia nos Bálcãs às tensões geradas por sua intensa rivalidade global com a Grã-Bretanha, uma rivalidade que se materializava em várias áreas: Afeganistão, Pérsia, China e estreitos da Turquia. Para contrabalancear essa ameaça percebida, os russos deixaram suas reservas de lado e buscaram abertamente um acordo com a França. (CLARK, 2014. Pág, 157).

Portanto, a aliança franco-russa, serviu como um contraponto as potências centrais e a Grã-Bretanha, moldando-se como uma rivalidade a ameaça que a tríplice Aliança representava. (CLARK, 2014).

A aproximação entre França e Inglaterra se deu através de alguns fatores em específico, dentre os quais, o medo frente ao crescente poderio alemão. Ela acabou se efetivando em um momento que as tentativas de um entendimento franco-germânico foram por água abaixo, quando o plano francês de criação de uma liga anti-britânica fracassaram. (CLARK, 2014). Ao exigir a permanência do status quo das possessões europeias no mediterrâneo em troca de uma de uma liga anti-britânica, os alemães causaram uma guinada na política externa francesa. Ter que aceitar a hegemonia alemã nas províncias da Alsácia e Lorena, causou um descontentamento geral entre os políticos franceses, que passaram a cogitar uma amizade com sua maior rival por meio de uma barganha imperial:

[...] a consolidação do controle britânico sobre o Egito seria trocada pela aquiescência britânica no controle do Marrocos pelos franceses. Esse trato tinha a vantagem de prevenir a temida (embora na verdade muito improvável) perspectiva de uma iniciativa conjunta anglo-germânica no Marrocos. Em 1903, o ministro francês das Relações Exteriores chegara à conclusão de que uma permuta Marrocos-Egito deveria servir de alicerce para uma entente de amplo alcance com a Grã-Bretanha. (CLARK, 2014. Pág, 163).

Assim, a rivalidade entre França e Alemanha, por tempos esquecida, voltou a aquecer o cenário europeu no início do século passado. Portanto, a Entente Cordiale de 1904, nasceu de um acordo diplomático que visava garantir os interesses globais das antigas rivais França e Inglaterra, frente ao recente

imperialismo alemão. Ela se tornou efetiva em 1905, após a crise do Marrocos, em que a França em conjunto com os britânicos:

[...] planejava tomar o Marrocos, um país cuja a independência havia sido garantida por um tratado internacional, sem compensar nem mesmo consultar o governo alemão. (CLARK, 2014. Pág, 163).

Já a Entente anglo-russa de 1907, encerrou longas décadas de extremas animosidades no extremo oriente e na Ásia. Esse tratado se efetivou após uma série de 3 convenções em São Petersburgo, que visavam resolver os conflitos diplomáticos entre ambos os países na Pérsia, no Afeganistão, e no Tibete. (FERREIRA, 2016). A convenção anglo-russa de 1907, como ficou conhecida, tinha como objetivo também impedir que o expansionismo alemão alcançasse lugares de influência britânica e russa na Ásia. De acordo com André de Carvalho (2016), essa convenção falhou em resolver os problemas na Ásia e que esse acordo parece estar diretamente ligado a rivalidade comum entre ambos os países perante o rápido desenvolvimento alemão.

Com isso, Grã-Bretanha e Rússia decidiram “encerrar” seus conflitos no oriente afim de barrar o expansionismo alemão na Ásia através do império Otomano. Assim, a convenção de 1907 pôs fim a quase um século entre ambos países, que ficou conhecido como o “*Grande Jogo*”²⁷⁸. (MONIÉ e BINSZTOK, 2012).

Contudo, como deixa claro Clark (2014), não foi o crescente poderio alemão após a adoção da *Weltpolitik* que levou a Grã-Bretanha a buscar acordos com antigos rivais. Foram as crescentes pressões na periferia do império Britânico que levaram os ingleses a buscarem acordos com a França e com a Rússia, que se materializaram com a formação da Tríplice Entente em 1907.

[...] não foi a construção de navios alemães após 1898 que impeliu a Grã-Bretanha a aproximar-se da França e da Rússia. As decisões de entrar em uma entente com a França e buscar um acordo com a Rússia foram tomadas principalmente em consequência de pressões sobre a periferia do Império. Os planejadores britânicos estavam menos obcecados e assustados com a construção de navios alemães do que muitos supõem. A estratégia naval britânica nunca se concentrou apenas na Alemanha, e assim na necessidade de

²⁷⁸ Termo utilizado para se referir a rivalidade internacional na disputa por colônias entre França e Inglaterra ao longo do século XIX.

permanecer dominante em um mundo de grandes potências navais que incluía a França, a Rússia e os Estados Unidos. (CLARK, 2014. Pág, 177).

A Entente surgiu como uma força rival a tríplice Aliança, já formada na época de Bismarck. Porém, além de entender a geopolítica adotada pelas potências europeias após 1890, precisamos compreender como os nacionalismos levaram o continente europeu a uma extrema rivalidade. Dentre os principais que levaram a Europa a guerra em 1914 estão: o Pangermanismo, Pan-Eslavismo (Rússia e Sérvia), e o Revanchismo Frances. (DARÓZ, 2016). Contudo, ficaremos presos a análise do expansionismo alemão, que é o objeto principal deste trabalho.

A Weltpolitik e o Pangermanismo

Quando Guilherme ou Wilhelm II assumiu o posto de Kaiser após a morte de seu pai em 1888, a política externa do império alemão se transformou por completo. Guilherme II, estava decidido a pôr um fim na política externa adotado por Bismarck desde 1871. (MCMEEKIN, 2011). Assim, a diplomacia adotada por Bismarck de não interferir nos assuntos externos das potências imperiais, evitando aventuras desnecessárias e visando a consolidação interna alemã, chegou ao fim em 1889, quando foi demitido do cargo de chanceler. (MCMEEKIN, 2011).

Portanto, podemos dizer que o desenvolvimento de um sentimento pangermânico teve seu início na década de 1890, com a adoção da Weltpolitik ou “Política Mundial” adotada pelo novo Kaiser. Através do ideal nacionalista, a expansão da influência do império alemão pelo globo passou a ser a principal política adotada por Guilherme II e seus conselheiros, com a ideia de que a Alemanha também deveria ter seu “lugar no sol”²⁷⁹. (SOUNDHAUS, 2014). A Weltpolitik do Kaiser buscava levar a influência alemã para diversas regiões, como no império Otomano, na China e na África do sul. (STEVENSON, 2016).

²⁷⁹ Frase dita pelo ministro do exterior alemão, Bernhard von Bülow em seu discurso no Reichstag em 1897. SONDHAUS, Lawrence. A Primeira Guerra Mundial: História Completa. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014. p. 22.

Grandes marcas de manifestação dessa “política mundial” alemã são: as leis navais de 1898 e 1900; e a construção da estrada de ferro Berlim-Bagdá, que passada por alguns países europeus como a Sérvia e cortava o império Otomano. (STEVENSON, 2016).

As leis navais aprovadas pelo Reichstag no início do século XX, propiciou para Alfred von Tripitz²⁸⁰, a possibilidade da criação de uma frota naval que ameaçasse o poderio inglês. (DARÓZ, 2016). Essa ideia ao invés de aproximar ambos os países contra outras potências, acabou por desenvolver uma rivalidade pela hegemonia naval, que, aos poucos, foi deixando a Alemanha cada vez mais isolada no cenário europeu. Essa disputa pela hegemonia naval influenciou outras potências europeias a uma corrida armamentista, que elevou os gastos militares desses países para equiparem seus exércitos, e estarem preparados caso algum conflito eclodisse. Por exemplo: a Inglaterra após ver o crescimento do poderio alemão, aumentou em 57% seus gastos com a marinha de guerra entre 1907 e 1913. (SOUNDHAUS, 2011). O símbolo dessa disputa pelos mares ficou por conta da recente tecnologia propiciada pela segunda revolução industrial: o navio de guerra *Dreadnought*²⁸¹. Esses países quase triplicaram a produção desse tipo de navio, ambas produzindo aproximadamente 4 deles por anos (STEVENSON, 2016).

A construção da estrada de ferro Berlim-Bagdá está entre as ações alemãs símbolos da Weltpolitik do Kaiser. Tendo visitado a capital turca em duas oportunidades, uma logo que assumiu em 1889 e outra em 1898, a aliança com o império Otomano estava dentro dos interesses alemães. Com a morte de Bismarck no verão de 1898, Guilherme II não tinha mais grandes impedimentos para imprimir uma política externa mais agressiva. (MCMEEKIN, 2011).

No final do século XIX, a ideia de unir o oriente e ocidente através do império Otomano, um dos aliados, passou a fazer parte dos planos alemães para sua expansão econômica. Ao introduzir tecnologia europeia na Ásia, o Kaiser visava povoar outros impérios, ao construir uma estrada de ferro que

²⁸⁰ Alfred von Tripitz (1849 – 1930), foi o principal idealizador e estrategista da Marinha Imperial da Alemanha; foi almirante, ministro e comandante da mesma.

²⁸¹ HMS Dreadnought foi um projeto da Marinha Imperial Britânica que impôs um novo padrão a indústria naval no início do século XX; lançado em 1906, tinha como objetivo rivalizar com o poderio da crescente marinha alemã; a principal inovação foi a adoção de turbinas a vapor.

passava pela Anatólia, Mesopotâmia e pela Pérsia. O grande objetivo era o de comercializar os produtos alemães nessas regiões e trazer especiarias para vender na Europa, e claro, chegar ao petróleo no golfo Pérsico. (MCCEEKIN, 2011).

A decadência do império Otomano desde sua derrota para a Rússia nos Bálcãs em 1878, onde perdeu vastos territórios na Europa, fez com que o sultão Abdul Hamed II²⁸², buscasse um aliado europeu que fizesse frente Rússia e a Inglaterra, com diversos interesses na região. (COLEÇÃO GRANDES ACONTECIMENTOS DA HISTÓRIA, Ed 2). Diante disso, o Kaiser, que tinha a simpatia de diversos povos que faziam parte do território otomano, via a possibilidade de ampliar sua influência sobre o mundo islâmico através da Turquia, como uma forma de desestabilizar as colônias do império Britânico na Ásia.

A construção teve início em meados da década de 1890, e foi financiado pelo mais banco alemão da época: o Deutsche Bank. Ao longo da construção, surgiram uma série de problemas diplomáticos como os britânicos e russos, que buscavam impedir o avanço alemão na região em busca do petróleo. (PHILIPP, 2015). Em 1914, quando a guerra eclodiu, faltavam apenas 600 Km até Bagdá. A ferrovia só foi concluída em 1940 pelo governo iraquiano sob influência britânica, vitoriosa em 1918. (PHILIPP, 2015).

Conclusão

Após a exposição da diplomacia europeia de 1871 a 1914 e da Weltpolitik alemã, através de amplas produções historiográficas recentes, podemos ter uma pequena ideia de algumas ações que influenciaram as tomadas de decisões dos países europeus, frente à crise de 1914. É possível notar que a escalada para a guerra se iniciou na década de 1890, com as ações expansionistas e militaristas do novo Kaiser Guilherme II. Acreditando que a Alemanha deveria ter colônias de acordo com seu poderio econômico, o Kaiser, buscou expandir os interesses alemães pelo globo. Chegar tarde na partilha da África, fez com que o império alemão buscasse outros meios de ampliar seus poderes econômicos. Foi através do desenvolvimento de uma marinha forte e

²⁸² Sultão otomano de 1876 a 1909

com o investimento em países aliados, como os otomanos, que conseguiram expandir suas áreas de influência. Porém, o milagre econômico germânico passou à ameaçar os domínios do império britânico, o que levou a uma série de desavenças e competições entre ambos até 1914. Como Christopher Clark (2014) coloca, enquanto as ações imperialistas inglesas eram vistas como naturais e desejáveis, as ações alemãs eram tidas como “desrespeitos gratuitos e repugnantes à paz”.

Referências Bibliográficas

A REVISTA. Coleção Grandes Acontecimentos da História – A Primeira Guerra Mundial – As Origens do Conflito. – Mirandópolis, SP: Nova Sampa Diretriz, 20-
-.

ALTMAN, Max. Hoje na História: 1870 – Paris proclama III República. In: operamundi – Memória. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/37712/hoje+na+historia+1870++paris+proclama+iii+republica+.shtml>. Acessado em: 8 de agosto de 2017.

ANGELO, Vitor Amorim de. Unificação Alemã: Bismarck foi o cérebro da unificação. In: UOL educação, 2009. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/unificacao-alema-bismarck-foi-o-cerebro-da-unificacao.htm>. Acessado em: 7 de agosto de 2017.

CARVALHO, André de. Torneio das sombras: uma história pela disputa da Ásia Central. In: Entropia Acadêmica. Disponível em: <https://entropiaacademica.wordpress.com/2016/06/23/torneio-das-sombras-uma-historia-da-disputa-pela-asia-central/>. Acessado em: 11 de agosto de 2017.

CLARK, Christopher. Os Sonâmbulos: Como eclodiu a Primeira Guerra Mundial. – 1ªed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DARÓZ, Carlos. O suicídio da Europa. In:_____. O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia. São Paulo: Contexto, 2016. 208 p.

FERREIRA, Gonçalo. Entente Anglo-Russa. In: Knoow.net. Disponível em: <http://knoow.net/historia/historiamundial/entente-anglo-russa/>. Acessado em: 10 de agosto de 2017.

LESSA, Antônio Carlos. História das Relações Internacionais: a *PaxBritannica* e o mundo no século XIX. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MCCEEKIN, Sean. O expresso Berlim-Bagdá: o Império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial. São Paulo: Globo, 2011.

MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob. Geografia e Geopolítica do Petróleo. In: MONIÉ, Frédéric. O novo “grande jogo” e a geopolítica dos oleodutos no Mar Cáspio. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

PHILIPP, Peter. 1903: Concessão para a ferrovia Constantinopla-Bagdá. In: DW – Made for mids. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/1903-concess%C3%A3o-para-ferrovia-constantinopla-bagd%C3%A1/a-303242>. Acessado em: 19 de agosto de 2017.

SONDHAUS, Lawrence. A Primeira Guerra Mundial: História Completa. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

SOUSA, Rainer Gonçalves. A Unificação Alemã. In: Mundo Educação. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/a-unificacao-alema.htm>. Acessado em: 7 de agosto de 2017.

STEVENSON, David. 1914 – 1918: a história da Primeira Guerra Mundial. Barueri, SP: Novo Século Editora, 2016.



PANÓPTICA: ASSOCIAÇÃO DO OLHAR E DO PODER NA OBRA LARANJA MECÂNICA

Valéria Mazzer Tortelli
(Graduanda em História, UEL)

Resumo. Este estudo buscar-se-á utilizar a obra de Athony Burgess, *Laranja Mecânica*, publicado em 1962, como fonte documental para a produção de conhecimento histórico. Inclusive, em 1971 foi lançado o filme, adaptado e dirigido por Stanley Kubrick. O texto aborda a distopia, isto é, um pensamentofilosófico que caracteriza uma sociedade imaginária controlada pelo Estado ou por outros meios extremos de opressão, criando condições de vida insuportáveis aos indivíduos. Dessa maneira, a partir do tratamento de *Ludovico*, retratado no livro bem como na película, será possível investigar o Panoptismo, desenvolvido na obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault (1926 – 1984). Assim, com a análise do texto e levando em consideração a forma que a história foi transportada às telas, há a possibilidade de aduzir que, tanto a literatura outrossim a história concebem determinada representação sobre a realidade. Dessarte, a análise, mesmo concisa, poderá contribuir com discentes do curso de História e áreas afins, para que alcancem compreensão acessível, relacionando reflexões acerca das relações de poder em obras de Michel Foucault.

Palavras-chave: História Social; Linguagem; Michel Foucault; Panóptica; Poder.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é sobre a obra *Laranja Mecânica*, publicado em 1962, de Anthony Burgess. Embora conciso, avaliará o tratamento *Ludovico*, associando ao olhar e ao poder, e assim, em meio a algumas abordagens, elencar-se-á somente uma para que seja aprofundada devidamente.

A intenção, ao ser feita a resenha de maneira simples sem que haja críticas, é justamente para o leitor entrar em contato com esse livro, na íntegra, e dessa maneira refletir em torno à própria complexidade da obra. Com isso, repensar sobre os problemas elencados no texto. Isso proporcionará, além de uma visão mais ampla, questionar qual teria sido o impacto da obra *Laranja Mecânica*, nas décadas de 60 e 70. Para assim, quem sabe transportá-lo à distopia²⁸³, até porque, foi lançado inclusive o filme, em 1971, adaptado e dirigido por Stanley Kubrick.

Portanto, as possíveis abordagens serão enumeradas, depois a resenha crítica do texto com a abordagem escolhida para aprofundar os estudos, para finalmente alcançar uma análise mais detalhada, a partir da Panóptica, da obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault.

DESENVOLVIMENTO

A escolha sobre o interesse do governo em se utilizar de Alex, como "cobaia", para o tratamento *Ludovico*, para possivelmente ampliar os presidiários violentos. Todavia, a probabilidade de ser expandido às fábricas, à população, não pode ser deixado de lado. Isto é, levar à panóptica à sociedade.

As possíveis abordagens para análises:

- O simbolismo permeia do início ao fim a obra de Anthony Burgess;
- A moralidade, quando coloca o que é "bom" e o que é "mau";
- A "psicologia comportamental" proposto pelos psicólogos John B. Watson e B.F. Skinner. Pois Burgess desaprovava o behaviorismo;
- A negligência da família, não por não ter interesse no filho Alex, mas sim pela liberdade em excesso;
- A rejeição aos valores sociais;
- O governo totalitário que restringe a liberdade individual;
- A linguagem *nadsat*, utilizada por Anthony Burgess, talvez para enfatizar na primeira parte, a maneira dos jovens se comunicarem através de

²⁸³ Distopia é um pensamento filosófico que caracteriza uma sociedade imaginária controlada pelo Estado ou por outros meios extremos de opressão, criando condições de vida insuportáveis aos indivíduos.

gírias;

- A distopia na qual através da opressão, cria para o indivíduo uma situação insurportável;
- A pós-modernidade, em suas relações tradicionais, podem perder a estabilidade e o jovem diante disso é de um descompromisso, praticamente, total;
- Delinquência juvenil com a formação de gangues;
- A alienação pós-industrial, que caracterizou o século XX, demonstrando a situação do jovem, diante disto, em um futuro próximo, ou seja, a sociedade do controle, no qual nenhuma pessoa deixa de estar vigiada.

O tema desse estudo é a abordagem escolhida: “Panóptica: associação do olhar e do poder na obra *Laranja mecânica*”, a partir da obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault (1926 – 1984), francês, filósofo, teórico social, filólogo e crítico literário.

Engenhosa e inteligente, a obra *Laranja mecânica*, de Anthony Burgess, é narrada em primeira pessoa, narrador-personagem, pelo protagonista Alex. Este vive em uma sociedade futurista, com problemas desmensurados e violência extrema (ultraviolenta), inserido em um governo totalitário²⁸⁴. A obra é considerada ícone²⁸⁵ literário de alienação pós-industrial que caracterizou o século XX.

Logo de início, o leitor se depara com uma linguagem extremamente articulada durante os diálogos, denominada de *Nadsat* (russo e inglês). É importante ressaltar que há um glossário incluso. Todavia, não foi Burgess quem o fez, e sim, pesquisadores, que após estudar e relacionar o *Nadsat* com as falas do texto, conseguiram traduzir/decifrar as gírias. Li após a leitura da obra. Sendo que no filme, a linguagem *Nadsat* não é utilizada.

Pode-se considerar que, *Laranja Mecânica* é dividida em três partes: a primeira retrata a violência do jovem Alex, a segunda, sobre a sua prisão e o tratamento *Ludovico*, e a última, o retorno do jovem à sociedade após o tratamento.

De início, Alexander De Large (Alex), que é o líder de seus *drugues*, Pete, Georgie e Dim estão em uma “lancheonete”, bebendo leite com drogas. Quando terminam, saem pelas ruas cometendo vários delitos ultraviolentos: espancam um ancião, brigam com uma gangue rival Billboy, roubam um

²⁸⁴ Governo totalitário refere-se aos regimes e às ideologias que restringem a liberdade individual e que acumulam todo o poder no Estado, sem restrições nem divisões.

²⁸⁵ Denomina-se ícone a uma representação de um objeto ou pessoa. O termo também pode ser utilizado de modo figurado para aludir a um tipo de elemento que representa uma determinada circunstância ou fato. Os ícones podem ser considerados de certa forma signos que comunicam uma informação a um receptor, sendo que esta informação associa o representado ao representante.

veículo e estacionam em frente à casa do escritor F. Alexandre, no qual, após adentrarem, estupram e assassinam a esposa deixando o escritor seriamente machucado.

É importante salientar que, a mulher é violentada em frente ao esposo, enquanto Alex canta “Singin' in the rain”. De forma inescrupulosa, a violência e o distanciamento são notórios.

Após mais essa atrocidade, saem do local e Alex volta para sua residência. Entra em seu quarto e ouve Ludwig van Bethoveen, “Nona sinfonia”. Na manhã seguinte, a mãe o acorda para ir ao colégio, e mais uma vez Alex diz estar se sentindo mal. Sua mãe aceita tranquilamente, deixando-o por uma semana em casa sem que vá à escola. Aqui se observa como os seus pais não possuem autoridade sobre o rapaz e aceitam passivamente o que ele fala.

Nessa mesma manhã, após discutir com os membros de sua gangue e deixar bem claro quem é que manda, Alex aceita a sugestão de invadir a residência de uma mulher que têm muitas posses, e justamente naquele dia se encontra sozinha. Então, dirigem-se até o local, todos entram e Alex a assassina. Apenas ele é pego pela polícia e vai para o presídio.

Na segunda parte do livro, a narração é sobre o tempo que Alex passa no presídio e a maneira na qual se comporta. Certo tempo depois, Alex fica sabendo, dentro da detenção, de um tratamento experimental, para detentos ultraviolentos, que pode reabilitá-lo em duas semanas. Se interessa, se candidata e é recrutado. Inicia-se assim o tratamento *Ludovico*. Através de imagens extremamente violentas com estupros, que é obrigado a assistir, lhe causam enjoos repetidos devido ao uso de drogas, e concomitante a isto, a trilha sonora, justamente, é de seu compositor favorito, Ludwig van Beethoven, a “Nona sinfonia”. Coincidência triste para Alex. A partir disto, cada vez que a escuta, passa muito mal.

A terceira parte se inicia após as duas semanas do tratamento *Ludovico*, quando Alex sai do presídio e retorna a sua casa. Contudo, não é mais como antes. Com isso, passa a viver só, perambulando pelas ruas, até encontrar o ancião no qual ele e seus *druguis* espancaram no início da narrativa. Este, ao reconhecê-lo, junto com outros mendigos, começam a agredi-lo. Devido ao tratamento *Ludovico*, Alex não reage e nem revida. Começa, então, gritar por socorro, quando aparecem dois policiais e, qual não é a surpresa, são dois dos antigos companheiros de gangues, os *druguis* Dim e Georgie. Estes o levam para um local, provavelmente, afastado do centro da cidade e começam a espancá-lo e quase o afoga.

Sozinho, após apanhar muito, avista uma residência e pede ajuda. Sob os cuidados do Sr. Alexandre e seu criado Julian, por não ser reconhecido num primeiro instante como aquele quem estuprou a esposa e o deixou inválido, resolve ajudá-lo. Todavia, no mesmo dia, Sr. Alexander o reconhece dos jornais e tem a certeza, quando Alex está no quarto tomando banho, pois está

cantando a música “Singin’ in the rain”. Então, ao confirmar que o rapaz fora “cobaia” do tratamento *Ludovico*, isto contribui para que Sr. Alexandre pedisse auxílio a alguns colegas para tirar proveito político dessa situação, ou seja, Alex seria usado como arma política contra o governo.

Alex é drogado durante o jantar pelo Sr. Alexandre e seu criado, que o deixam preso em um quarto e quando desperta, ouve a “Nona sinfonia”, Ludwig van Bethoveen. Em vista disso, sente uma dor insuportável, e por conseguinte, Alex se joga da janela, contudo não falece.

Quando recobra a consciência, Alex está em um hospital psiquiátrico, muito machucado pela queda, mas cercado de cuidados. O Ministro do Interior vai visitá-lo, se aproxima, se desculpa pelos acontecidos decorrente do tratamento *Ludovico*, e lhe oferece um emprego. Isto se Alex concordasse em se posicionar ao lado do governo, já que a tentativa de suicídio fora uma péssima publicidade para o Estado.

No último capítulo, já recuperado, pensa em se tornar membro produtivo da sociedade e reflete sobre construir uma família e a possibilidade que seus filhos, infelizmente, possam se tornar, se não igual, piores que ele.

É preciso observar que, este tipo de tortura é antiga. E não é somente ao assistir aos filmes de torturas e estupros que faz Alex ficar atemorizado. Portanto, peço licença para abrir um parênteses aqui: de acordo com Cury (2015, p. 66), há três tipos de janelas em nossa mente: neutras, *Killer* e *Light*. A utilizada em Alex, através do tratamento *Ludovico*, foi a *Killer*. Esta faz com que o indivíduo fique angustiado, tenha fobia, fique depressivo. Enfim, “as janelas *Killer* são as janelas traumáticas ou zonas de conflito”. É preciso lembrar dos usos das drogas, em Alex, contribui para tudo isto. Abaixo a foto, que embora seja do filme, retrata com veracidade a narrativa do livro.



Imagem 1: <http://alaranja-filmes.blogspot.com.br/2013/04/analise-do-filme-laranja-mecanica.html>

2.1 PANOPTISMO NA OBRA DE BURGESS

De acordo com Foucault (1999), o Panoptismo é o princípio geral de uma nova “anatomia política” cujo objeto e fim não são a relação de soberania, mas as relações de disciplina e comportamento.

O Panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos. Experimentar remédios e verificar seus efeitos. Tentar diversas

punições sobre os prisioneiros, segundo seus crimes e temperamento, e procurar as mais eficazes. (FOULCAULT, 1999, p. 168, grifo nosso)

Para Foucault (1999, p. 219), a eficácia do olhar é a garantia da eficácia do poder. Definindo o *panopticum* como "a fórmula abstrata de uma tecnologia bem real, a dos indivíduos", Foucault leva a associação do olhar e do poder às suas últimas consequências: trata-se da onipotência de um olhar tecnicamente disponibilizado para o controle social – mas trata-se sobretudo de um olhar legislador, um olhar constituinte de seus sujeitos enquanto tais.

Abaixo, em sequência, retirei trechos para que seja possível visualizar a eficácia do olhar, como Foucault esclarece, que é para garantir a eficácia do poder. Destarte, a maneira que as drogas interferem diretamente na janela *Killer*, e algo que no dia a dia, para o indivíduo, pratica sem pensar, ou seja, por impulso. O “peso na consciência”, não faz parte dos seus pensamentos.

Relacionado a isso, Alex detém o que ele pensa ser o poder. Não há sentimento com relação à vítima, só a busca do prazer. Com o tratamento *Ludovico*, a janela *Killer* sendo aberta com drogas, faz com que, o que se assiste e se ouve, manipule a mente de forma tão engendradora, que o indivíduo, nesse caso Alex, sente o medo, a repulsa, a agonia, enfim, o pânico pelo qual as personagens passam. Com isso, após duas semana desse tratamento, algo que antes não havia importância, por não se importar com a sensação alheia, toma conta da mente, e faz com que ele tenha medo de ser atingido pelo que antes não o atingia.

O Panóptico funciona como uma espécie de **laboratório de poder**. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração de comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça. (FOULCAULT, 1999, p. 169, grifo nosso)

Neste primeiro trecho abaixo, Alex está em uma sala de cinema, ao lado com o médico, que lhe ministra colírio o tempo todo. Pois não é possível ficar tanto tempo com as pálpebras abertas, sem piscar, já que há a necessidade de lubrificar os olhos. Alex, mesmo estando obrigado, naquele instante, pelos aparelhos que mantêm seus olhos abertos, no início do tratamento *Ludovico*, tinha consciência. Pois ele fala sobre a qualidade do filme.

[...] E aí as luzes se apagaram e lá estava Vosso humilde narrador e amigo sentado sozinho no escuro, totalmente odinoki e apavorado incapaz de se mover ou fechar as glazis ou de fazer qualquer coisa. E aí, Ó, meus irmãos, o show de filme começou com uma música muito gromki e dramática [...]. Era uma película de cine-cínico de qualidade muito boa, tipo assim profissional mesmo, [...] (BURGESS, 2013, p. 104, grifo nosso)

É preciso considerar que o Panoptismo não tem a intenção de deixar o indivíduo inconsciente, até muito pelo contrário. Isto corrobora para levá-lo há uma espécie de pseudo-realidade, se é assim que é possível denominar. Sendo que a realidade que o tratamento quer entronizar no paciente é justamente fazer, como argumenta Foucault (1999, p. 171), “o esquema Panóptico, sem se desfazer nem perder nenhuma de suas propriedades, é destinado a se difundir no corpo social; tem por vocação tornar-se aí uma função generalizada.”.

[...] esse poder se exerce mais do que se possui, que não é o “privilégio” adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito do conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. [...] A derrubada desses “micropoderes” não obedece portanto à lei do tudo ou nada; [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 20-21)

Portanto, quando Alex é exposto à imagens ultravioletas, não é interesse que ele fique com a “consciência pesada”, mas sim entronize em sua mente, através da abertura da janela *Killer*, e o leve a sentir as imagens e a sonoplastia do filme de tal forma que, Alex entre em pânico, como se o que estivesse acontecendo com as personagens do filme, fosse ele mesmo inserido às cenas. Para Alex o filme se torna a sua realidade. Alex não perde a sua consciência. Pelo contrário. Fica aguçada.

O Panóptico, ao contrário, tem um papel de amplificação; se organiza o poder, não é pelo próprio poder, nem pela salvação imediata de uma sociedade ameaçada: o que importa é tornar mais forte as forças sociais – aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar. (FOUCAULT, 1999, p. 171)

Nesse ponto, faço conexão com a terceira parte do livro. Pois Alex narra que o tempo todo, estava assistindo as cenas e cada vez mais consciente, estava se sentindo bem devido às vitaminas (drogas).

Agora, o tempo todo que eu estava vendo isso, eu estava começando a ficar muito consciente de não estar me sentindo assim tão bem, e isso eu atribuí à subnutrição e ao meu estômago que ainda não estava totalmente para a rica pishka e as vitaminas que eu estava recebendo ali. [...] (BURGESS, 2013, p. 104 -105)

Aqui, se faz necessário retomar trechos da terceira parte do livro, nos quais descrevem as atitudes de Alex sob controle do governo, através do tratamento *Ludovico*, que o coloca sob vigilância, sem ter alguém efetivamente vigiando-o. É preciso recordar acontecimentos com relação ao ancião que lhe reconheceu e vingou-se. Alex grita por socorro. Mais tarde, quando aparecem dois policiais, justamente seus “amigos” de gangues, os *druguis* Dim e Georgie, que o levam para local afastado e começam a espancá-lo e quase Alex se afoga. Todavia, não reage e nem revida em nenhum dos dois episódios.

O poder disciplinar não é descontínuo, ao contrário, ele implica um procedimento de controle de controle contínuo; [...] não se é marcado por uma situação que foi dada logo de saída; é-se visível, está-se perpetuando na situação de ser olhado. [...] O poder disciplinar olha para o futuro, para o momento em que a coisa funcionará sozinha e em que a vigilância poderá não ser mais que virtual, em que a disciplina, por conseguinte, tornar-se-á um hábito. (FOUCAULT, 2006, p. 59)

Se faz necessário refletir que, o corpo de Alex foi condicionado através do tratamento *Ludovico*, e com isto há a repetição do medo diante à aberturada janela *Killer* em seu inconsciente. Nesse momento a disciplina fora utilizada para controle.

Foucault esclarece (2006, p. 95), o poder pode ser totalmente anônimo. Os representantes do governo e seus médicos, ao expô-lo ao tratamento *Ludovico*, sabem que ao soltá-lo do presídio, já estará internalizado o medo. Assim, não haverá necessidade de vigilância externa, o “verdadeiro efeito Panopticon” acontecerá mesmo que não haja alguém.

[...] o Panopticon é, como vocês estão vendo, um aparelho de individualização e de conhecimento ao mesmo tempo; é um aparelho de saber e de poderão mesmo tempo, m que individualiza, por um lado, e que, individualizando, conhece. [...] o panóptico, como vocês estão vendo, é um esquema formal para a constituição de um poder individualizante e de um saber sobre os indivíduos.(FOUCAULT, 2006, p. 97-98)

Portanto, o interesse do Governo Totalitário, no qual o livro *Laranja Mecânica* aborda, tem a intenção de manipular, melhor ainda, de levar ao indivíduo nãoquestionar e se integrar de tal maneira que, o que antes era “normal” em seu comportamento diário, torna-se conscientemente impossível de conseguir fazê-lo.

[...] Então deve ter sido muito bem feito o que eles chamam de montagem ou edição ou uma veshka dessas. Porque era muito real. E quando chegou o sexto ou sétimo maltchik babando smekando e entrando fundo e a devotchkakrikando na trolha sonora feito bizumni, então comecei a me sentir mal. Eu sentia dores no corpo todo e achei que ia vomitar, e ao mesmo tempo, não vomitar, e comecei a me sentir perturbado, Ó, meus irmãos, porque eu estava preso demais naquela cadeira. [...] Reação cerca de doze pontos cinco? Promissor, promissor. (BURGESS, 2013, p. 104 -105, grifo nosso)

Assim, isso não o deixa perceber que não é a realidade que ele concebe, mas àquela entronizada pela sujeição real que nasce mecanicamente a partir de uma relação fictícia. (FOUCAULT, 1999, p. 167)

[...] Aquilo era real, muito real, embora se você pensasse melhor não poderia imaginar plebeus realmente concordando em deixar que fizessem isso tudo com eles num filme, e se esses filmes eram feitos pelo Bem ou pelo Estado, não era possível imaginar que eles

recebessem permissão para fazer esses filmes sem tipo assim interferir com o que estava acontecendo. [...] (BURGESS, 2013, p.105)

Com relação aos sintomas que Alex adquiriu, o mecanismo da Panóptica, está interligado ao tratamento *Ludovico*. Não creio que Burgess houvesse se baseado nas ideias de Foucault, mas a relação coloca Alex manipulado. O poder que ele exercia, de domínio, agora, após o tratamento, se inverte. O dominador passa a ser dominado.

Foucault mostra que não é assim, nem disso, que procede o poder: ele é menos uma propriedade que uma estratégia, e seus efeitos não são atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, táticas, técnicas, funcionamentos; ele se exerce mais do que se possui, não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas. (DELEUZE, 2005, p. 35)

Não há necessidade nem de vigilância virtual, nem presencial, já que os agulhões estão introjetados em Alex. Dessa forma, através do tratamento *Ludovico*, a Panóptica se encontra na obra *Laranja Mecânica*, de Anthony Burgess.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é possível constata, Antony Burgess, nas décadas de 50 e 60 imaginava o futuro, provavelmente muito próximo, no qual o homem já estaria preso em seus pensamentos, embora, fisicamente, estivesse livre, estaria sob vigilância. E não apenas presencial ou virtual, enfato, mas manipulado, estimulado, introjetado, em suma, é o poder e o saber, a estratégia das classes dominantes agindo sobre o corpo do indivíduo e do coletivo.

De acordo com Deleuze (1988, p. 80), “Assim, Vigiar e Punir define o Panóptico pela pura função de impor uma tarefa ou um comportamento quaisquer a uma multiplicidade qualquer de indivíduos, sob a única condição de que a multiplicidade seja pouco numerosa e o espaço limitado e pouco extenso.”. E é isto que acontece com Alex.

Por outro lado, com o advento da *internet*, os seres humanos estão interagindo com o outro lado do mundo, como se estivessem frente a frente. Isto traz ao poder, certa onipresença das pessoas, mas da mesma maneira que vigiam, também são vigiadas. Se na época das masmorras, Idade Média, a regra era: prender, tirar a luz e isolar. Atualmente, a regra é: prender, deixar a luz e vigiar. (Foucault, 1999) Assim, são presídios, escolas, hospitais, enfim, não há diretamente o tratamento *Ludovico*, mas “O Panoptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição.”, como já mencionou-se anteriormente.

A obra *Laranja Mecânica*, com certeza, se tornou um clássico atemporal. Burgess teve o dom de relacionar aquele momento do filme com momentos futuros, que estariam, concomitantemente, trazendo o poder ao indivíduo e o apreendendo em seus próprios medos. Mesmo que não haja

vigilância externa ou virtual, o indivíduo e/ou coletivo se fiscalizam, se policiam, de maneira a se tornarem dominantes e dominados de acordo com o referencial.

[...] Bentham nem sequer diz que é um esquema para a instituição, ele diz que é um mecanismo, um esquema que dá força a toda a constituição, uma espécie de mecanismo pelo qual o poder que atua ou deve atuar numa instituição vai poder adquirir o máximo de força. O Panopticon é um multiplicador; é um intensificador de poder dentro de toda uma série de instituições.[...] E, diz igualmente Bentham, o que há de maravilhoso nesse Panopticon é o que ele constitui “uma nova maneira de dar ao espírito um poder sobre o espírito”. (FOUCAULT, 2006, p. 92)

De início, Alex dominou seus druguis e as pessoas que interagiram com ele. Após o tratamento *Ludovico*, quando ele é solto, se torna dominado, possuído pelo seu próprio “espírito”. Ele se torna refém de si próprio.

FONTE

BURGESS, Antony. **Laranja mecânica**. São Paulo: Aleph, 2004.

REFÊRENCIAS

BAUM, William. **Compreender o behaviorismo**. São Paulo: Artmed. 2006.

CAPELLER, Ivan. **Kubrick com Foucault ou O desvio do panoptismo**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Nº13, 2004.

CURY, Augusto. **Ansiedade**: como enfrentar o mal do século. São Paulo: Saraiva. 2015, p. 65 – 67.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade de saber**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Le Foucault Électronique**: version électronique de les ouvres completes de Michel Foucault. Paris: Gallimard-Seuil, 2001.

_____. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix. 1989.

Disponível em <<http://alaranja-filmes.blogspot.com.br/2013/04/analise-do-filme-laranja-mecanica.html>> Acesso em: 05 de Agosto, 2017.



“É PROIBIDA A ENTRADA DE JAPONESES E CACHORROS”: ORIGENS E CONSEQUÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DO SENTIMENTO ANTIJAPONÊS NA CHINA E COREIA DO SUL

Luiz Filipe Oliveira Tosta
(Universidade Estadual de Londrina)

Resumo. Em 2007 difunde-se na internet uma fotografia da entrada de um restaurante na província de Guangzhou, sul da China, contendo as seguintes informações, em cantonês e inglês: “É proibida a entrada de japoneses e cachorros”. Por mais que a frase choque pelo seu teor racista encontrá-la na China é reflexo da má impressão que noventa por cento dos nacionais deste país têm do seu vizinho nipônico que, de acordo com uma pesquisa encomendada pela BBC World Service em 2014, veem a influência japonesa em sua sociedade como negativa. Está má impressão é compartilhada pela Coreia do Sul que, de acordo com a mesma pesquisa, tem setenta e nove por cento da população também com uma visão negativa do Japão. Neste trabalho analisarei este sentimento antijaponês entre os sul-coreanos e chineses, recorrendo a possíveis fatores que teriam contribuído para seu crescimento, como o expansionismo japonês iniciado com a Era Meiji, a ocupação japonesa da Coreia (1910-1945), a primeira e segunda guerra sino-japonesa, além de temas ainda recorrentes entre os três países, como crimes de guerra cometidos pelo Império do Japão durante a Segunda Guerra Mundial e de que maneira o Japão pós Segunda Guerra lida com tais questões, face às expectativas de seus dois vizinhos mais importantes.

Palavras-chave: Japão; China; Coreia do Sul; Expansionismo Japonês; Crimes de Guerra.

O SENTIMENTO ANTINIPÔNICO

Em 2007 difunde-se na internet uma fotografia tirada por um autor desconhecido de um aviso na frente de um restaurante no HigherEducationMega Center na cidade de Guangzhou, China, contendo as seguintes informações, em cantonês e inglês: “É proibida a entrada de japoneses e cachorros”. Por mais que a frase choque pelo seu teor racista encontrá-la na China é reflexo da má impressão que noventa por cento dos nacionais deste país têm do seu vizinho nipônico que, de acordo com uma pesquisa encomendada pela BBC World Service (2014), veem a influência japonesa em sua sociedade como negativa. Esta má impressão é compartilhada pela Coreia do Sul que, de acordo com a mesma pesquisa, tem setenta e nove por cento da população também com uma visão negativa do Japão.

Ainda que essa má impressão tenha aumentado nos últimos anos devido a embates políticos e diplomáticos entre estes países, como o incidente envolvendo as disputas entre China e Japão pelas ilhas Senkaku (Ilhas Diaoyu em chinês) e entre Japão e Coreia pelos rochedos de Liancourt, o sentimento anti-japonês nestes dois países asiáticos parece ser ainda mais antigo, de acordo com a redação da BBC (2015). Mesmo que investidas japonesas contra o continente tenham ocorrido antes do século XIX, a postura expansionista do Império do Japão para com seus vizinhos e acusações de abusos e crimes durante a Segunda Guerra sino-japonesa e Segunda Guerra Mundial podem ser consideradas eventos chave para a compreensão da opinião negativa dos chineses e coreanos para com seu vizinho.

Neste trabalho analisarei este sentimento antijaponês entre os coreanos e chineses, recorrendo a possíveis fatores que teriam contribuído para seu crescimento, como já citado anteriormente, o expansionismo japonês iniciado com a Era Meiji, a ocupação japonesa da Coreia (1910-1945) e a primeira guerra sino-japonesa, além de temas ainda recorrentes entre os três países, como crimes de guerra cometidos pelo Império do Japão durante a Segunda Guerra Mundial. Referindo-me ao período contemporâneo, não analisarei o

sentimento antijaponês na República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), devido à dificuldade com fontes e documentação.

INVASÃO E EXPANSIONISMO NIPÔNICO NA COREIA E CHINA

Até meados do século XIX, o Japão estava isolado do resto do mundo, mantendo contato limitado apenas com poucos países, como China e Países Baixos, em pequenos entrepostos comerciais. Esta política isolacionista se inicia com a ascensão dos Tokugawa ao poder como xoguns²⁸⁶, a partir de 1603 e só terá seu fim com a chegada do Comodoro Matthew Perry, dos Estados Unidos da América, a costa do país que, na base da canhoneira, forçaria o Japão a abrir suas portas. Após mais de duzentos anos de reclusão, o Japão estava atrasado militarmente em relação aos ocidentais e para evitar a dominação, um grupo vê a modernização do país como única maneira de garantir a independência. Logo, uma união entre os *daimyos* dos *Han*²⁸⁷ de Satsuma e Choushu se forma e é bem sucedida em derrubar o Xogunato dos Tokugawa. Após a guerra contra os Tokugawa o poder é devolvido simbolicamente ao Imperador, vez que forma-se uma oligarquia entre os vencedores, que influenciaria e controlaria o jovem imperador Meiji, abrindo as portas para a modernização (HANE, 1992).

O Japão moderno que nasce na Era Meiji tem seus desejos expansionistas para com seus vizinhos uma vez que o país, uma cadeia de ilhas superpovoadas com escassez de recursos naturais, começara a se desenvolver rapidamente, para suprir suas necessidades o Japão estaria disposto a conquistar os países que possuíam estes recursos, se preciso, pela força (CLARKE & COSTELLE, 2009). A Coreia, para Hane (1992, p. 152) desde o início da restauração Meiji, atraiu o olhar imperialista do Japão que irá se aproveitar da instabilidade política da península para, cada vez mais, aumentar sua influência local. O descontentamento do povo coreano vai possibilitar o surgimento e a popularização de organizações como a sociedade *Tong Hak*, um grupo religioso conservador altamente antijaponês e antiestrangeiro.

²⁸⁶ Espécie de chefe militar apontado simbolicamente pelo imperador do Japão.

²⁸⁷ Espécie de domínio senhorial controlado por um *daimyo*, ou Senhor.

Em 1884, o *Tong Hak* começa uma série de levantes populares no sul do país com o apoio da população empobrecida. Ao descobrir que o governo coreano estava planejando pedir apoio à China para conter a organização, os japoneses imediatamente decidem despachar uma brigada para controlar a revolta e desembarcam em Icheon, apesar de um comunicado do governo local informando que “a situação estava sob controle”. Ainda assim as tropas japonesas movem-se para o palácio real em Seul, instauram um antigo príncipe local no poder e o obrigam a pedir a saída das tropas chinesas do território coreano. Em 25 de julho ocorre uma batalha entre navios de guerra japoneses e chineses, estes últimos que estavam transportando reforços para a Coreia, quatro dias depois os japoneses movem suas tropas contra os chineses, declarando guerra ao gigante oriental no dia primeiro de agosto (HANE, 1992, p. 160).

As forças armadas do Japão, mais bem equipadas e preparadas acabam obtendo vitória após vitória contra os chineses. Ainda para Hane (1992, p.161) o bom desempenho e a vitória da guerra sino-japonesa iniciou a carreira imperialista do Japão com o aumento de sua influência na Coreia, a colonização da ilha de Formosa (atual Taiwan) tomada dos chineses, outras concessões territoriais e, conseqüentemente, o aumento estrondoso do investimento militar japonês. Esta animosidade militar do Japão para com seus vizinhos não é nova: em 1592, sob o comando de Toyotomi Hideyoshi, o Japão invadiu a Coreia com o objetivo de abrir caminho para uma futura conquista da China, mas falha (ROCKSTEIN, 1993). No entanto, séculos depois, a nação insular já contabilizava três quartos do comércio estrangeiro da Coreia e após a guerra russo-japonesa em 1905, a península se tornará um protetorado japonês e, em 1910, finalmente se converterá em uma colônia, condição que perdurará até o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 (KING, 1945).

O próximo alvo dos japoneses será a região do nordeste da China, a Manchúria: após um atentado armado por oficiais do exército de Guandong, um grupo das forças armadas japonesas, à Companhia Ferroviária do Sul da Manchúria, de propriedade nipônica, o exército japonês tomou a região com relativamente pouca resistência armada chinesa. Após a tomada, este território foi transformado em um Estado Fantoche do Japão denominado Manchukuo e

o antigo (e último) imperador chinês, Puyi, foi apontado como chefe de Estado do país. Uma conquista do novo governo de Manchukuo foi a unificação monetária que facilitou a modernização econômica, tanto que em 1934 a região já era a mais industrializada da China. O crescimento, porém, não era destinado diretamente ao bem estar da população local e sim, mais plausivelmente, para fins militares. Esta visão se torna mais evidente com o crescimento do conflito entre Japão e China e a o início da Guerra do Pacífico (RYOICHI, 2011). De acordo com Mizoguchi (1979), a ocupação japonesa também proporcionou um crescimento econômico na Coreia que, para o autor, teria aumentado os padrões de vida da população coreana.

Em sete de julho de 1937 iniciar-se-ia outro conflito entre China e Japão cujo estopim seria um incidente pequeno entre tropas chinesas e japonesas na ponte Marco Polo, nos arredores de Pequim; entretanto nunca foi verificado qual lado foi o verdadeiro responsável pelo “primeiro tiro”. Por mais que nos dias iniciais a situação parecesse sob controle, o conflito se desenrolou na Segunda Guerra Sino-Japonesa, que ceifaria milhões de vidas, principalmente de civis chineses (HANE, 1991, p. 275). Em 1941 os japoneses já haviam firmado o pé seguramente na China e invadido as colônias britânicas da Birmânia e Malásia pela sua borracha, a colônia holandesa de Sumatra, pelo seu petróleo e, também, avançado para a colônia francesa da Indochina. Os Estados Unidos retalham estas ações cortando o suprimento de petróleo para o Japão. Pressionados pelos embargos dos Estados Unidos e seus aliados, o Japão ataca a base naval de Pearl Harbor no Havaí em 1941, com o objetivo de impedir um possível avanço americano contra o Japão, entrando em guerra contra este país. As hostilidades no pacífico cessarão apenas com o bombardeio nuclear as cidades de Hiroshima e Nagasaki e a rendição incondicional do Japão em 1945 (CLARKE & COSTELLE, 2009).

NANQUIM E AS “MULHERES DE CONFORTO”

Durante a campanha contra a China, o Império do Japão teria cometido uma série de crimes de Guerra que marcariam a relação do país insular com seus vizinhos para muito além do fim do conflito. Incidentes como a prostituição forçada de mulheres dos países ocupados, principalmente coreanas, ainda são

motivo de debate e controvérsia 70 anos após o fim da Segunda Guerra Mundial. Em relação à China, um dos mais discutidos e polêmicos assuntos é o do massacre cometido pelo exército imperial japonês contra a então capital chinesa, Nanquim, onde milhares de soldados e civis teriam sido massacrados pelo exército japonês no que viria a ser conhecido como Massacre Nanquim ou ainda Estupro ou Atrocidades de Nanquim cujo número de vítimas continua motivo de debate entre os países.

Nanquim foi cercada pelo Exército Imperial no início de dezembro de 1937 e um ataque com força total começou a partir do dia 10, dois dias depois os primeiros soldados adentraram os muros da cidade e no dia 13, finalmente, Nanquimé totalmente tomada pelos japoneses. A capital chinesa, no período anterior a invasão, é transferida para Chongqing e, durante o cerco e o ataque, vários oficiais do governo chinês passaram a abandonar a cidade, seguidos por civis rumando a Zona Segura de Nanquim, um campo de refugiados próximo à cidade. A partir do dia 12, quando a queda da antiga capital torna-se eminente, o exército recebe ordens para abandonar a cidade pelos flancos, porém poucos soldados conseguem sair desta maneira. Sem saída, bloqueados pelo exército japonês e pelo rio Yangtzé, as forças chinesas na cidade caem na desordem absoluta com muitos dos retardatários trocando seus uniformes por roupas civis e tentando fugir para a Zona Segura. Durante as próximas semanas, o exército japonês comete uma série de assassinatos, pilhagens, estupros e incêndios criminosos, levando a um total de 200 mil mortes calculadas pelo Tribunal Militar do Extremo Oriente²⁸⁸, 100 mil destas apenas na conta do general Mitsui, responsável pela tomada da cidade (SUMIO & JUN' ICHIRO, 2011, p.137-138).

No entanto, para Sumio e Jun'Ichiro (2011, p.138) os números são controversos dependendo do interlocutor: enquanto os chineses alegam no seu Tribunal para os Crimes de Guerra em Nanquim que mais de 300 mil pessoas tenham sido mortas, o lado japonês calcula um número aproximado de 20 a 40 mil mortos na tomada da cidade, tendo 200 mil como número máximo absoluto.

²⁸⁸ Tradução livre de *International Military Tribunal for the Far East*, o IMTFE, também conhecido como Tribunal de Tóquio, foi um tribunal criado pelas forças aliadas após a Segunda Guerra Mundial para julgar crimes de Guerra de classe A cometidos pelo Império do Japão, onde 28 pessoas foram processadas e 25 condenadas (MOFA, 2016).

Ainda para os mesmos autores (2011, p.138-139), alguns fatores contribuíram para um saldo tão grande de mortos em Nanquim: como o incidente contra a China foi um conflito sem declaração formal de guerra, faltava no exército imperial japonês um conjunto de diretrizes concretas sobre o que fazer com os civis das localidades ocupadas, isso somado a ausência de policiais militares para garantir a disciplina dos soldados que tomaram a cidade, sem suprimentos ou comida, ou seja, uma vez em Nanquim os saques passam a acontecer, o que contribuiu para a perda de disciplina e atividades criminosas por parte do Exército Imperial.

A posição oficial do Ministério das Relações Exteriores do Japão (2016) é de que durante a tomada e ocupação da cidade de Nanquim houve excessos, incluindo saques e assassinatos, na mesma declaração, sugere que os números sejam controversos e que podem variar de acordo com a fonte ou teoria utilizada. Sobre o Tribunal Militar do Extremo Oriente, o MOFA (Ministério das Relações Exteriores do Japão) reconhece sua legalidade e “não se vê em posição de fazer objeções” ao mesmo, assim como acordado no artigo 11 do Tratado de São Francisco ou Tratado de Paz com o Japão, vejamos o que este diz:

“O Japão aceita os julgamentos do Tribunal Militar do Extremo Oriente assim como outras cortes aliadas que visem o julgamento de crimes de guerra, dentro e fora do Japão, e cumprirá as sentenças impostas em japoneses no Japão. O poder de conceder clemência, de reduzir sentenças e de intervir por estas pessoas não será exercido a não ser pela decisão do Governo ou dos Governos que impuseram as sentenças em cada instância, em recomendação do Japão. No caso de pessoas sentenciadas pelo Tribunal Militar do Extremo Oriente este poder não será exercido a não ser pela decisão de uma maioria dos Governos representados no Tribunal, em recomendação do Japão”.

Artigo 11 do Tratado de São Francisco (1952).

Ao analisar a declaração do Ministério das Relações Exteriores do Japão, pode-se inferir que o país aceita os julgamentos e se reserva de objeções vez que o Japão está sob as imposições do Tratado de São Francisco, lembrando que após o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki, o Império do Japão rende-se incondicionalmente aos Aliados. Outro ponto a se

questionar é que o Japão oficialmente reconhece que houve excessos e crimes em Nanquim, mas não diz explicitamente que foram cometidos pelo Exército Imperial. Ao levarmos essas reflexões em consideração, pode-se aventar que um dos motivos para a animosidade recorrente entre China e Japão, ainda que no campo da opinião pública, seja a ausência de um claro pedido oficial de desculpas, ou uma posição mais firme do governo japonês no que diz respeito à autoria do Massacre de Nanquim. De acordo com uma redação do jornal britânico *The Economist* (2015), muitos japoneses hoje ainda veem beleza no passado militarista do país, a ponto de diminuir ou até mesmo negar eventos como o Massacre de Nanquim ou as Atrocidades de Manila (1945).

De acordo com Lai (2002) o Massacre de Nanquim também seria conhecido como Estupro de Nanquim, tanto pela forma que o Exército Imperial lidou com a cidade, tanto pelas centenas de casos de estupros que teriam sido cometidos contra as mulheres locais. As ações do Exército Imperial em Nanquim causaram tanto ultraje e desaprovação que, temendo pela sua imagem externa, as forças armadas e o governo japonês viram na instalação de bordeis nos *fronts* de combate como solução para que os japoneses não estupassem as mulheres locais. O governo japonês teria compelido mulheres para trabalhar nestes bordeis, que ficariam conhecidos como Estações de conforto, e tais mulheres como *ianfu*, ou “mulheres de conforto”. Ainda para Lai (2002), três preocupações pairavam sobre o governo do Império do Japão ao instituir estas Estações de Conforto: em primeiro lugar, como já citado, evitar que situações como o Estupro de Nanquim ocorressem novamente; em segundo lugar, visava-se evitar que soldados japoneses trocassem informações militares por favores sexuais das mulheres locais; em terceiro lugar, ao instalar “bordeis militares”, as forças armadas pensam em reduzir o número de contágios por doenças venéreas.

Com medo do impacto que levar mulheres japonesas em alta quantidade para realizar favores sexuais para os soldados teria no moral dos mesmos, vez que “estes poderiam ver suas irmãs, primas, tias e outras familiares” prestando tais favores, o governo recorreu às colônias (como Coreia e Taiwan) e países ocupados (como China, Filipinas e Indonésia) para suprir as Estações, sendo que pelo menos 80% dessas Mulheres de Conforto eram nacionais da Coreia.

Ainda, de acordo com relatos de sobreviventes, muitas mulheres eram recrutadas para estes locais sobre a proposta de trabalhar como cozinheiras ou enfermeiras, quando não simplesmente raptadas pelos japoneses. Como há uma falta de documentação sobre o assunto, não se pode dizer exatamente o número exato de mulheres que foram forçadas a se prostituir para o exército imperial, porém, estima-se um número próximo a 200 mil, onde apenas 30% teriam sobrevivido após o fim da Guerra (LAI, 2002). Dependendo das fontes, este número de mulheres forçadas a se prostituir pode ser maior ou menor: enquanto algumas fontes têm estimativas menores, em torno de 50 mil mulheres, outros indicam que os números podem ter chegado aos 300 mil (BBC, 2000; ASAHI SHINBUN, 2014).

Oficialmente, o Ministério das Relações Exteriores do Japão reconhece as Mulheres de Conforto e, em um pronunciamento de agosto de 2015 do Primeiro Ministro do Japão, foi dito que “nunca deve ser esquecido que houve mulheres atrás das linhas de combate cuja honra e dignidade foram severamente manchadas”. Contudo, o website do MOFO diz que em dezembro de 2015 o presidente da Coreia do Sul e o Primeiro Ministro do Japão acordaram que o assunto das Mulheres de Conforto está “finalmente e irreversivelmente” resolvido, e que ambos os países trabalham para continuar acordos referentes a estas mulheres (MOFO, 2016). Ainda de acordo com o MOFO (2016), o Japão vem trabalhando para indenizar as vítimas do Exército Imperial Japonês, como diz o trecho:

Reconhecendo que o problema das Mulheres de Conforto foi uma grande afronta a honra e a dignidade de um grande grupo de mulheres, o Governo do Japão, junto ao povo japonês, discutiu o que poderia ser feito para expressar suas sinceras desculpas e remorso pelas Mulheres de Conforto. Como resultado, o povo e o Governo do Japão cooperaram e juntos estabeleceram o *Asian Women Fund* (AWF) em 19 de Julho de 1995. Aproximadamente 600 milhões de Ienes foram doados para o AWF pelo povo e pelo Governo do Japão, como uma visão de preencher sua responsabilidade moral, foi providenciado um total de 4,8 bilhões de Ienes ao AWF.

Ministério das Relações Exteriores do Japão (2016)

Aqui temos um ponto interessante para observar a relação entre o Japão e a Coreia do Sul, enquanto que para o Ministério das Relações Exteriores do

Japão a situação está “finalmente e irreversivelmente” resolvida, este talvez não seja o pensamento de uma parte do povo coreano, que pode acreditar que a compensação monetária pelo que foi feito com a sua população durante a ocupação japonesa não é o suficiente, ou talvez tenha demorado demais. Ainda sobre o assunto, a dificuldade em chegar a um consenso sobre os números de Mulheres de Conforto pode ser outro fator que trave melhorias nas relações entre os dois países, ainda que na esfera da opinião pública, assim como a questão dos números referentes ao Massacre de Nanquim para os Chineses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o fim da Era Meiji, a relação do Japão com seus vizinhos mais próximos (China e Coreia), passou a ser moldada de umamaneira essencialmente única: o Japão começou a ver a si mesmo como um líder natural para a região da Ásia e, face às potências coloniais europeias, almejou exercer o seu próprio domínio -que era visto como natural- aos países da região de acordo com a redação do jornal britânico *The Economist* (2015). Estes desejos imperialistas levaram o país a uma série de conflitos contra seus vizinhos, que culminaram em atrocidades e crimes que muito dificilmente sairão da mente dos afetados, recorrendo à frase popular: “a vítima nunca se esquece”, assim como o povo japonês dificilmente esquecera-se do destino dos civis nas cidades de Hiroshima e Nagasaki. Com isto, torna-se mais claro o porquê da percepção ruim dos coreanos e chineses em relação à influência japonesa. Como visto nos parágrafos acima, ainda há uma grande controvérsia em relação aos números de vítimas dos crimes de guerra cometidos pelo Império do Japão, além de diferentes teorias sobre a natureza dos crimes em si, como comentado pelo MOFA. Todos estes fatores tornam a relação entre os três países, principalmente no que convém à Segunda Guerra Mundial, bastante delicada.

Outro fator agravante é que ainda há hoje no Japão pessoas que veem beleza no *fukokukyohei*, ou seja, o conceito de “nação forte, exército forte” pensado ainda na Era Meiji, dentre estes o conservador Primeiro Ministro Shinzo Abe, como escrito na já citada redação do jornal britânico *The*

Economist (2015), *Asia's Second World War Ghosts*. Em 2015, Abe sugeriu leis que afrouxariam o Artigo 9 da Constituição Nacional, esta afirma que “o povo japonês para sempre renuncia à Guerra e à ameaça do uso de Força”. Para políticos como Keisuke Suzuki, a constituição atual limita a capacidade do Japão em se defender, vez que o país não pode ter bombas atômicas ou porta aviões, sua única garantia são os laços com os Estados Unidos da América, mas ainda assim não seria o suficiente, como afirma o político em entrevista a BBC(2015). Toda essa animosidade militarista no Japão traz um efeito negativo em seus vizinhos, principalmente aqueles que, no passado, experimentaram lidar com o Império militarista e expansivo pós-Era Meiji. Isso fundido às questões ainda não resolvidas entre os três países contribuem para que a influência japonesa seja vista como negativa por uma parcela tão grande dos chineses e sul coreanos.

REFERÊNCIAS

1. Fontes Bibliográficas

HANE, Mikiso. **Modern Japan: A Historical Survey**. United States: Westview Press, 1992

KING, Betty L. **Japanese Colonialism and Korean Economic Development (1910-1945)**. Asian Studies, 1975.

LAI, Grace. **Comfort Women in Japan and Korea**. Dalhousie Journal of Legal Studies.

MIZOGUCHI, Toshiyuki. **Economic Growth of Korea Under Japanese Occupation: Background of industrialization of Korea (1911-1940)**. Hitotsubashi Journal of Economics Vol. 20, No. 1, Junhode 1979, p.19.

ROCKSTEIN, Edward D. **Strategic and operational aspects of Japan's invasion of Korea (1592-1598)**. Naval War College, Newport, R.I. 18 de Junho de 1993, 270p.

RYOUICHI, Tobe. **The Manchurian Incident to the Second Sino-Japanese War**. In: Japan-China Joint History Research Report. Modern and Contemporary History, vol. 1.2011, 198p.

SUMIO, Hatano& JUN'ICHIROU, Shouji. **The Sino-Japanese War of 1937–45: Japanese Military Invasion and Chinese Resistance**. In: Japan-China Joint History Research Report. Modern and Contemporary History, vol. 1.2011, 198p.

2. Artigos, redações e reportagens de Jornais

ASAHI SHINBUN. **Confusion with 'volunteer corps': Insufficient research at that time led to comfort women and volunteer corps seen as the same**. Disponível em <<http://www.asahi.com/articles/SDI201408213564.html>> Acesso: 26/07/2017.

BBC.British Broadcasting Corporation. **Sex slaves put Japan on trial**.BBC News. Disponível em <<http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/asia-pacific/1061599.stm>> Acesso: 26/07/2017.

BBC.British Broadcasting Corporation. **Is Japan abandoning its pacifism?**BBC News.25/10/2015. Disponível em <<http://www.bbc.com/news/world-asia-34278846>> Acesso: 26/07/2017.

BBC.British Broadcasting Corporation. **BBC Country Poll**.BBC World Service. 2014. Disponível em <<https://downloads.bbc.co.uk/mediacentre/country-rating-poll.pdf>> Acesso: 17/02/2017.

THE ECONOMIST.**Asia's Second World War Ghosts**. 13/08/2015. Disponível em <<http://www.economist.com/news/essays/en/asia-second-world-war-ghosts>> Acesso: 06/07/2017

3. Documentários

CLARKE, Isabelle& COSTELLE, Daniel. **Apocalypse: La 2ème guerre mondiale**. CC&C Clarke Costelle& Cie (co-produção) (as CC&C); Établissement de Communication et de Production Audiovisuelle de laDéfense (ECPAD) (co-produção); NHK (co-produção); 8 de setembro de 2009, 312 minutos (6 episódios).

4. Notas publicadas por *websites* de órgãos governamentais

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO JAPÃO (MOFA). **History Issues Q&A**. 9 de agosto de 2016. Disponível em <http://www.mofa.go.jp/policy/q_a/faq16.html#q8> Acesso: 26/07/2017.



DE SANTO MONGE À SANTO MÁRTIR: AS VÁRIAS FACETAS DE PRISCILIANO DE ÁVILA

Cláudia Trindade de Oliveira²⁸⁹
UNESP-Assis

Resumo. Prisciliano foi um líder religioso capaz de promover um poderoso movimento de seguidores que partilhavam de sua diferente interpretação cristã. No entanto, considerado um herege, morre vítima da corte imperial do imperador Máximo em 385, fato que torna sua morte convertida em martírio para seus devotos, cometidos desde então com uma maior firmeza na difusão de suas doutrinas, bem como no seu modo de vida rigoroso. Deste modo, este trabalho visa discutir “as imagens de santo” que Prisciliano acabou propagando na região da Galiza juntamente aos priscilianistas. Para tanto, utiliza-se da metodologia da análise crítica do discurso dando ênfase ao diálogo direto de fontes como a crônica de Sulpício Severo e algumas atas conciliares para interpretá-las no contexto da sociedade tardo-imperial, no processo de transformações profundas, que apoiava já para a Grande Igreja, isto é, o cristianismo ortodoxo: o triunfo do período Constantino, que chocava-se frontalmente com as práticas de uma religiosidade cristã priscilianista entendida na chave evangélica e paulina, e dificilmente homologável pela hierarquia poderosa dos séculos IV e V.

Palavras-chave: Prisciliano; concílios; Sulpício Severo; santidade.

²⁸⁹ Discente de mestrado em História, com auxílio de bolsa CAPES/contato: triciaudiam@gmail.com

Infelizmente a historiografia especializada nos estudos priscilianistas ainda “engatinha” no que tange às referências de Prisciliano, pois pouco se sabe a seu respeito; tanto que seus dados históricos se baseiam principalmente na Crônica de Sulpício Severo (CONDOÑER, 1987). Tal obra, por sua vez, o localiza no final da segunda metade do século IV e refere-se à última etapa de sua vida, isto é, próximo ao ano de 380, quando da realização do conselho cesaraugustano -Concílio de Zaragoza I- (VIVES, 1963, p.19-33). Essa reunião teria sido realizada em Zaragoza, com a participação de doze bispos (CALAZANS, 2005, p. 50) e inclusive seria mencionada pelo próprio Prisciliano e tornaria-se um evento relevante no concurso com o seu principal adversário, Hidácio de Mérida (CRESPO LOSADA, 2009, p. 17).

É a partir do livro II da obra sulpicianiana (CODONER, 1987, p.70-133) que faremos uma breve explanação acerca da trajetória de Prisciliano, levando-se em conta aspectos religiosos advindos do Oriente, do cristianismo primitivo²⁹⁰, e que teriam influenciado seu grupo, que então passou a vigorar no interior da Península Ibérica, a saber, na região da Galiza²⁹¹ (*Gallaecia*). A princípio, as origens do que se convencionou denominar heresia²⁹² priscilianista teriam partido de um indivíduo egípcio, de nome Marco, originário de Mênfis e que teria transmitido diversos ensinamentos a uma senhora chamada Ágape e ao seu esposo Elpídio, ambos de elevado nível social, que então viriam a se tornar os mestres de Prisciliano (VENTURA, 2005, p.16-17).

A caracterização de Prisciliano segundo Sulpício Severo é a de um homem que, igualmente aos seus mestres, também teria nascido no seio de uma família conhecida e muito abastada e dado a costumes austeros (VENTURA, 2005, p. 17). Um homem agudo, inquieto, eloquente, culto e erudito, com extraordinária disposição para o diálogo e a discussão, feliz sem dúvida, se não houvesse degradado sua extraordinária inteligência entregando-se a interesses depreciáveis (CONDOÑER, 1987, p.125). Esses aspectos acabaram favorecendo o ganho de vários seguidores, em que se ampliava a

²⁹⁰ Referência ao cristianismo do século I até fins do século III, quando este ocupava uma posição marginal e não oficial no Império Romano, ou seja, época em que a Igreja não havia se legalizado.

²⁹¹ Região predominantemente rural localiza no noroeste da Península Ibérica, onde se tinham permanências de práticas pagãs.

²⁹² Termo do grego *haíresis/ hairen* que significa escolha/ filosofia. À medida que se fortalecia, a Igreja criava seu conjunto de “leis”. Assim, toda e qualquer escolha e filosofia que não coubesse dentro desse modelo seria considerada uma heresia.

participação de mulheres e leigos e posteriormente se estenderia entre os bispos, Instâncio, Salviano e Higino de Córdova (VENTURA, 2005, p.17).

O I Concílio de Saragoza, realizado em 380 reuniu bispos hispânicos e aquitanos, ocasião da primeira condenação por heresia ao círculo de Prisciliano (VIVES, 1963, p.16-18). Também estaria presente nesta reunião o bispo Itácio de Ossonoba, que ficou encarregado de comunicar os demais bispos hispânicos sobre a deliberação estabelecida neste evento, bem como instruí-los para que permanecessem afastados dos indivíduos envolvidos em casos de heresia. Este então aliou-se à Hidácio de Mérida, que por sua vez não mediu esforços para perseguir os priscilianistas. Unidos, conseguiram um documento junto ao imperador Graciano que determinaria a expulsão dos indivíduos considerados hereges.

Em 383, os bispos próximos a Prisciliano, isto é, Instâncio e Salviano o nomearam a bispo da Diocese de Ávila²⁹³ e em seguida todos se dirigiram à Roma para se defenderem das acusações perante o bispo, passando por diversas cidades onde conseguiriam, inclusive, novos seguidores. Porém, ao chegarem a Roma não foram recebidos pelo bispo Dâmaso e tampouco pelo bispo Ambrósio em Milão. Decidiram então regressar à Roma, mas desta vez com o interesse em fazer contato direto com o poder secular. Teriam subordinado um funcionário do imperador, um indivíduo de nome Macedônio, que concederia a eles um documento que invalidaria as decisões do Sínodo de Saragoza, permitindo-os retomar a posse de suas respectivas igrejas (VENTURA, 2005, p.18).

Assim que Máximo subiu ao poder imperial por usurpação, o bispo Itácio lhe expôs suas acusações contra os priscilianistas, que ordenou todos os implicados a responderem junto ao Sínodo de Bourdeaux. O líder priscilianista teria recusado a jurisdição episcopal e requisitado a jurisdição imperial, este então foi levado para junto do imperador em Tréveris, que o julgou e o condenou, tal como seus seguidores (VENTURA, 2005, p.18). Prisciliano foi acusado de diversas coisas, dentre elas bruxaria, feitiçaria,

²⁹³ Muito se questiona a respeito dessa nomeação, pois por um lado, teria sido uma tentativa de escapar às perseguições; por outro, seria uma maneira de firmar uma autoridade e com isso buscar novos adeptos.

praticante de magias, mentor práticas obscenas, ocultismo, gnóstico, enfim, acusações que o levaram à decapitação em 385.

Terminada a vida de Prisciliano, o mesmo não aconteceu com sua obra, pois seus seguidores a entenderam como um legado a ser transmitido às outras gerações, tanto que deram sequência à corrente priscilianista por pelo menos mais dois séculos para outros lugares (ROEDEL, 1995, p.89). Isso pode ser verificado muito posteriormente nas atas dos concílios bragantinos de finais do século VI, cujos cânones apresentam menções diretas aos priscilianistas. Referimo-nos especificamente aos dos Concílios I e II de Braga, de 561 e 572, respectivamente (VIVES, 1963, p.65-106); os quais podem ser considerados como documentos antipriscilianistas e estão diretamente ligados à figura do bispo Martinho, à época frente à Diocese de Braga, com importante papel na efetivação da unidade religiosa cristã (FIOROT, 2016) e considerado uma das personalidades mais relevantes da Igreja latina no século VI (DEL VAL, 1990, p.7).

Entre as dúvidas que nos atém sobre o priscilianismo é o porquê deste movimento ter durado por tanto tempo? Uma das possíveis respostas a isso seria, talvez, a própria maneira com que o líder priscilianista conduziu desde início o seu grupo. Prisciliano não estava preocupado em afirmar ou em impor uma “verdadeira fé”²⁹⁴ como diziam os clérigos, pois suas pretensões estavam voltadas mais para o estabelecimento de um “diálogo entre os homens e Deus” ou com “forças superiores”, ou mesmo vivenciar uma espiritualidade²⁹⁵. Tanto que Chadwick afirma que “Prisciliano costumava pregar aos irmãos cristãos que consagassem mais tempo ao estudo do espírito” (1977, p. 27). Nesse sentido, um dos aspectos negados pelos priscilianistas era o modelo de igreja hierárquica que havia sido sancionado no Concílio de Nicéia, em 325 (ESCRIBANO, 2012, p. 252).

Uns dos ensinamentos transmitidos por Prisciliano era o de total desapego aos bens materiais, tanto que ele próprio se postou como exemplo disso. Apesar da procedência de família abastada, seu mergulho profundo na

²⁹⁴ Definição clerical para o que eles compreendiam como o certo, em detrimento de quaisquer manifestações religiosas que não estivessem dentro de seu modelo cristão.

²⁹⁵ Qualidade daquilo que é independente da matéria e subentende-se a ciência da ascese que conduz à instauração de relações com Deus (VAUCHEZ, 1985, p.09).

concepção religiosa o conduziu à abnegação de todos seus bens materiais para assim seguir uma vida simples, serena e sem quaisquer ambições. Embora essas atitudes de renúncias materiais se opusessem ao modo de vida do episcopado regional, com o tempo o priscilianismo começou a atrair simpatizantes por esse motivo. “Seus primeiros adeptos pertenciam à nobreza, mas posteriormente os menos favorecidos tiveram espaço” (SILVA, 2008, p.87).

Percebe-se a partir daí uma ampla aproximação de Prisciliano com os ideais ascéticos de pensadores vindos do Oriente durante os primeiros séculos. Blázquez Martínez (1981) o considera, inclusive, o introdutor do ascetismo na região da Galiza. Grosso modo, os ascetas pregam o amplo exercício do autocontrole por meio da meditação e do controle do corpo, o comedimento diante dos deleites e das sensações despertadas pelas distrações proporcionadas pela vida material. Os indivíduos que atingem esse amplo grau da austeridade se consideram praticantes das virtudes da alma e alimentam o propósito de conquistar uma condição espiritual mais elevada e plena.

Essa elevação espiritual teria associação íntima com a *fuga mundi*, muito recorrente na vida de monges, e que passaria a ser também uma das práticas defendidas por Prisciliano. Alguns dos indivíduos entre os priscilianistas se evadiam do mundo em direção a uma forma mais sólida de vida, buscada no silêncio, na solidão e na distância o quanto mais longe possível do vazio da vida em sociedade. A evasão significava, dentre outras coisas, a recusa dos vícios de um mundo dado a vaidades, bem como em uma “espécie de teste” do indivíduo quanto à sua capacidade de enfrentar seus próprios limites de isolamento, tentação e de fé, enfrentando os mais diversos desafios. Contudo, esta não era uma prática bem vista pelo episcopado, pois uma autoridade religiosa jamais deveria ausentar-se por muito tempo de seu posto de comando. As objeções com relação a este tipo de comportamento podem ser encontradas em alguns capítulos das atas do I Concílio de Zaragoza (VIVES, 1963, p. 16-17).

Outro traço comum aos priscilianistas era a constante prática de jejuns, os quais não tinham dias específicos, bastava que os indivíduos se sentissem angustiados e ou preocupados com algo para os aderirem. Sentimentos como

estes, ou seja, a preocupação e a angústia, de acordo com a crença priscilianista, significavam uma espécie de “sujeira mental” acumulada sobre o corpo e por isso manifestada fisicamente. Um mal cuja cura se dava por meio de jejuns praticados por certo tempo, os quais seriam capazes de retomar por completo o equilíbrio mental perdido. Contudo, os jejuns praticados tanto por leigos quanto por clérigos não poderiam ocorrer aos domingos (SILVA, 2009, p. 5).

Além dos jejuns, o hábito do consumo de carnes figurava igualmente entre as restrições dos priscilianistas, pelo menos durante a permanência de Prisciliano junto ao grupo. Segundo eles, tal como o corpo, a carne enquanto alimento estava associada à essência do mal por ser constituída de matéria e, conseqüentemente, teria relação com a impureza terrena; por isso poderia ser evitada, uma vez que facilitaria assim a caminhada rumo à purificação do homem. Para os priscilianistas, o corpo puro levaria naturalmente à expiação do espírito, tornando-se mais fácil dese atingir o entendimento do sagrado, alçar a esferas espirituais superiores, receber favores de Deus e conquistar a paz íntima. Esse aspecto de impureza da carne também tinha outra implicação: “os priscilianistas não acreditavam na existência corpórea de Cristo, por isso não comungavam e com isso deixavam de ingerir o verdadeiro corpo de Cristo” (CATON, 1962, p.87). Tanto os jejuns quanto a exclusão da carne foram condenados pelas autoridades reunidas no Concílio de Braga I (VIVES, 1963, p.74), como aponta o capítulo XIV dos cânones deste evento (SILVA; SILVA, 2008, p. 01).

No priscilianismo os leigos e as mulheres tiveram espaço, tanto no que se refere à administração e participação dos ritos litúrgicos, como na escolha dos livros religiosos a serem consultados durante os cultos, dentre os quais se encontrava uma ampla literatura apócrifa. As mulheres foram as que tiveram maior espaço dentro deste círculo. Por um lado, a forte adesão feminina poderia estar associada à presença de cantos, hinos e danças durante as celebrações priscilianistas, desenvolvidas especialmente por mulheres, assim justifica Andrés Guillem (2001, p.118). Por outro, estaria relacionada a uma espécie de tentativa de resistência ao casamento por parte de algumas jovens, uma vez que seus adeptos eram contra o matrimônio, afirma Ventura (2005, p. 47). Esse assunto acabou gerando mais discussões nos concílios (I de

Zaragoza, capítulo I),(VIVES, 1963, p. 16). A não acessibilidade feminina aos domínios religiosos expressa neste documento tinha por objetivo evitar que as mulheres aderissem ao priscilianismo, tal como ocorreria posteriormente, quando da viagem de Prisciliano à Roma.

Como se pode perceber, vários são os aspectos que acabariam por aproximar Prisciliano da imagem de homem santo: o desapego dos bens materiais e a renúncia ao conforto, a sua identificação com correntes do ascetismo, a adoção prática da *fuga mundi*, assim como a prática dos jejuns. Características estas, inclusive, relacionadas ao ideal religioso monástico dos primeiros anos do cristianismo. Por um lado, é fato que o personagem Prisciliano não foi um monge, não pelo menos do ponto de vista do episcopado, de modo a ser reconhecido pela Igreja como tal; que aliás, lhe imputou um título contrário, isto é, o considerou um desviante da fé cristã, condenando-o como herege. Porém, por outro, ele foi reconhecido pelos galegos como tal, ou então no mínimo como sendo um indivíduo de natureza santa que viveu e experimentou de uma fé cristã.

Os aspectos do abandono ao consumo de carne e principalmente do espaço dado às mulheres e leigos dentro do priscilianismo também contribuíram, ainda que em menor grau, para a formação de uma imagem positiva de Prisciliano junto à população da Galiza, conferindo-lhe um grau de santidade. O primeiro se relaciona à própria dieta local, que era rural e mais adepta aos vegetais. Já o segundo, contribuiu “à medida que possibilitou as mulheres usarem ervas²⁹⁶ durante as celebrações religiosas, bem como lhes permitiu aprenderem sobre as sagradas escrituras, as quais também podiam ensinar” (FIERRO, 1985, p. 26).

Para aos galegos, então arraigados às práticas religiosas ancestrais, lhes “interessava mais um exemplo de comunidade encabeçada por um guia carismático” (ESCRIBANO, 2012, p. 252), assim como sucedera com Prisciliano, do que um corpo episcopal que lhes expurgasse seus costumes cotidianos em nome de um cristianismo que pouco lhes dizia. A aproximação

²⁹⁶ O uso de ervas nos cultos era uma característica comum dentre os priscilianistas, embora tal prática fosse muito criticada pelo corpo clerical, que a associava à magia.

das práticas de religiosidades populares²⁹⁷ locais com as do priscilianismo fez com que esse movimento ganhasse a confiança de vários adeptos, motivo pelo qual permitiu que ele continuasse com grande vigor por muito tempo mesmo após a morte de Prisciliano. Seu corpo seria, inclusive, trasladado para a Hispânia e recebido com grande pompa. Se em um primeiro momento Prisciliano fora venerado como santo, posteriormente tornaria-se um verdadeiro mártir, uma vez que teria morrido em nome de uma fé que ele considerava como válida.

Por fim, ressalta-se que apesar de escassas as informações relacionadas aos indivíduos considerados cristãos heterodoxos e, conseqüentemente restrita a historiografia sobre o tema, considera-se de suma importância tentar compreender os diversos testemunhos, a fim de que se possa obter mais dados para melhor analisarmos o embate ocorrido através desses discursos entre os cristãos ortodoxos (nicenos)²⁹⁸ e heterodoxos; o que nos faz pensar não simplesmente em uma unidade ou uma cristandade como um todo, mas em diferentes formas de apreender, pensar e experienciar o sagrado cristão, tal como fizera o priscilianismo.

REFERÊNCIAS:

I-Fontes Primárias impressas:

CONCÍLIOS VISIGÓTICOS E HISPANO-ROMANOS. VIVES, José. (ed). Barcelona/ Madrid: CSIC. Instituto Enrique Flórez, 1963.

MARTINHO DE BRAGA. **De Correctione Rusticorum.** In: DEL VAL, U.D. (ed). Martin de Braga: obras completas. Madrid: Fundación Universitaria Española, 1990. p. 145-153.

PRISCILIANO: **Tratados.** Estudo Histórico-Filosófico. In: VENTURA, Ricardo (trad.). Coleção Pensamento Português. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

SULPÍCIO SEVERO. Vida de Martin. In: CODOÑER, C. (trad.). **Sulpício Severo:** obras completas. Madrid: Tecnos, 1987. p. 70-133.

²⁹⁷ Conceito complexo que, grosso modo, analisa a presença de crenças religiosas em convívio paralelo aos hábitos cristãos.

²⁹⁸ Indivíduos que tinham os dogmas baseados no Concílio de Niceia, realizado em 325, ocasião em que se estabeleceu, dentre outras coisas, a questão da Santíssima Trindade.

II- Obras Gerais:

BLÁSQUEZ MARTÍNEZ, J. M. Prisciliano, introductor del ascetismo en Hispania: las fuentes, estudio de la investigación moderna. Zaragoza: **MDC**, p.68-121, 1981.

CALAZANS, J. **Um olhar comparativo sobre o priscilianismo nos séculos IV e VI**: os vestígios do movimento no reino suevo. Rio de Janeiro, 2005. 167f. Dissertação (Mestrado em História Comparada), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2005.

CATON, F. J. M. Manifestaciones ascéticas en La Iglesia Hispano-Romana del siglo IV. Leon: **Archivo Histórico Diocesano**, 1962.

CHADWICK, H. **Prisciliano de Ávila**: ocultismo y poderes em la iglesia primitiva. Espasa-Calpe. Madrid, 1977.

CRESPO LOSADA, M. J. **Traducción y comentario filológico del Tractatus primus de Prisciliano de Ávila, intitulado Liber Apologeticus**. Madrid, 2009. 659f. Tesis (doctoral) - Universidad Complutense de Madrid, 2009.

ESCRIBANO, Victoria. El priscilianismo y Gallaecia (ss. IV e V), **Sémata**, 2012, p.251-293.

FIERRO, D. T. **Prisciliano**: Mártir apócrifo. Madrid: Breogan, 1985.

FIOROT, J.B. **Galiza, uma terra pagã**: religiosidade e religião no discurso do De Correctione Rusticorum (séculos V-VI). Assis, 2016. 186f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de São Paulo, 2016.

GUILLEM, A. O. Actitud del Estado romano ante el priscilianismo. **Espacio, Tiempo y Forma**. Serie II, Historia Antigua, t.14, p.115-127, 2001.
ROEDEL, L. R. Movimento social e contestação religiosa: as duas faces de uma heresia. **Revista de História**. Vitória-ES: UFES, n.4, 1995, p.87-96.

SILVA, L. L.; SILVA, P. D. Considerações acerca das disposições litúrgicas na Galiza a propósito da atuação de Martinho de Braga frente ao priscilianismo. Encontro de História ANPUH. **Anais Eletrônicos**. Rio de Janeiro, p.1-9, 2008.

SILVA, V.F. Construindo a religiosa ideal: da diversidade ao modelo único. **Revista de História Comparada da UFRJ**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.01-29, 2009.

VAUCHEZ, Andrés. **La espiritualidad del Occident Medieval**: s. VIII-XII. Madrid: Catedra, 1985.



VILA DE SÃO PAULO DO SÉCULO XVI: O COTIDIANO DOS MORADORES POR MEIO DAS ATAS DA CÂMARA

Andreza da Silva Vieira²⁹⁹
Sezinando Luiz Menezes³⁰⁰
(UEM)

Resumo. O trabalho analisa o cotidiano da vila de São Paulo de Piratininga, no século XVI, por meio das Atas das reuniões da Câmara, e a formação da Vila que remonta meados da década de 1550. O status jurídico de vila significava, naquele contexto, a institucionalização da administração colonial lusitana na América Portuguesa. A vila estava inserida na Capitania de São Vicente, e sua Câmara estava sujeita ao capitão-mor da região, que por sua vez se subordinava ao capitão donatário e, finalmente, ao governador geral. Para um povoado ser elevado a condição de vila, era necessário que cumprisse alguns pré-requisitos jurídicos e que dispusesse de certa infraestrutura, como a Igreja, o pelourinho e também a própria Câmara. As Atas narram de forma geral, as necessidades, os problemas da vila e os encaminhamentos adotados pelos oficiais. Dentro de um emaranhado de discussões administrativas, o meio social e o cotidiano dos moradores vão transparecendo. São as relações humanas que nos interessam: relações que se estabeleceram na vila no século XVI por um conjunto de indivíduos reguladas por instituições e normas originadas em outro continente, que foram geradas de necessidades e problemas distintos daqueles que viviam em uma região remota no interior da América.

Palavras-chave: América Portuguesa; Atas da Câmara, vila de São Paulo.

²⁹⁹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (PPH) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e participante do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP), vinculado à mesma instituição. Email: deza.vieira@live.com

³⁰⁰ Professor associado do Departamento de História (DHI) e do programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH UEM). É um dos coordenadores do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP). Email: sl.menezes@uol.com.br

Introdução

A porção das terras americanas que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertenciam aos lusitanos foi dividida em 12 capitanias hereditárias. A administração de cada capitania foi concedida pelo Rei a um Capitão Donatário, e os direitos e deveres dos capitães donatários foram estabelecidos nas “cartas de Doação” e nos forais. Normalmente as cartas de doação estabeleciam a obrigatoriedade do donatário em defender o território, procurar riquezas tais como metais preciosos, promover a colonização, concedendo sesmarias e organizando a produção, e propagar a fé cristã aos gentios. Segundo Sergio Buarque de Holanda, as dificuldades encontradas pelo colonizador português em terras americanas foram muitos e começaram logo cedo.

Os donatários foram de certa maneira abandonados à própria sorte pela Coroa portuguesa, visto tamanhas dificuldades. “Não havia dinheiro que chegasse para tentativas de desbravamento a tão grande distância das bases iniciais”. Estava o termo colono perfeitamente presente na ocasião aos ambiciosos que se arriscavam na empresa. (HOLANDA, 1968, p. 100).

Conforme a hierarquia administrativa da Coroa, o Capitão-Mor tinha como uma de suas atribuições à criação de vilas. Cada vila deveria possuir uma Câmara, expressão do poder político, uma Igreja, símbolo do comprometimento com a propagação da fé, um pelourinho, a forca e a cadeia, símbolos da esfera pública da aplicação e vigilância do cumprimento das normas jurídicas régias. A Câmara da vila tinha como função “(...) controlar os gastos da administração pública do local, regulamentar as atividades comerciais desenvolvidas nos arredores da cidade, cuidar da preservação e limpeza de todo o patrimônio público e empreender a realização de obras públicas”. (SILVA, 2010, p. 156). Vale lembrar que a mesma não tinha jurisdição alguma sobre os jesuítas, pois os padres da Companhia de Jesus respondiam apenas à Coroa portuguesa e ao clero romano.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é procurar apreender o cotidiano dos moradores da vila de São Paulo de Piratininga durante o século XVI e como a relação entre os modos de vida indígena, português e o meio em que viviam formaram uma nova configuração cultural e social. A fundação da Vila de São Paulo trouxe a presença europeia para o interior do continente. A vida social em São Paulo, relativamente isolada do restante da colônia, levou ao estabelecimento de relações singulares entre colonizadores, jesuítas e nativos americanos. Assim, o processo de refinamento dos costumes que a vida urbana exigiu dos europeus na modernidade foi chamado por Norbert Elias (2011) de processo civilizador. Para o autor, dentro do espaço da Europa Ocidental (neste trabalho consideramos os espaços além-mar conquistados pelos portugueses), esse processo ocorreu ao longo da modernidade e submeteu a todos desde infância, em maior ou menor grau e com maior ou menor sucesso. A construção de identidades tanto do meio coletivo quanto individual relaciona-se principalmente a forma de vida da região; por isso há várias ideologias tanto regionalmente quanto dentro de um grupo tido como homogêneo.

Elias aponta que há várias formas de distinção e diferenciação entre os indivíduos, sendo uma delas suas unidades sociais, e que pessoas de unidades distintas se comportam de maneiras bastante específicas. Não conseguimos visualizar esse processo de modo claro e óbvio porque acostumamos a considerar como algo natural, mas ao analisar o modo de vida português com o indígena naquele período, podemos encontrar essa construção disposta entre todas suas ações; os portugueses que foram viver além da Serra do Mar tiveram que se despir de todas as amarras sociais para conseguirem sobreviver à região. Mesmo dispostos a contrariar a sociedade, neste caso a Coroa e a Igreja em busca da sobrevivência, acabavam permanecendo submissos a um certo padrão de vida contido neles próprios, desde a moral até a religiosidade e por isso então a busca constante pela reprodução da forma de vida que possuíam no continente europeu. Esse processo social que diferencia os indivíduos entre si, mas que ao mesmo

tempo une em busca de melhor convivência, ensina (através dos próprios indivíduos) a como se comportar em determinadas situações e em determinados lugares, por exemplo. Um indivíduo exerce uma coação sobre o outro, e a exigência de bom comportamento é colocada enfaticamente. Assim os indivíduos passam a controlar as emoções. Norbert Elias (2011) afirma que os hábitos aos poucos vão se internalizando e tornam parte do autocontrole e após um tempo se tornam tão óbvias que nem é preciso mencioná-las. Por isso não há possibilidade de afirmar que o português morador dos trópicos tinha a mesma forma de vida daquele da Europa. A mudança social se torna perceptível quando as pessoas deixam de responder da mesma forma em razão da mudança cotidiana, política, econômica e cultural do período e da realidade no qual se encontram inseridos.

Resultados

Serafim Leite (2006) afirma que as relações das Câmaras locais com os jesuítas eram condicionadas por leis, que deveriam ser respeitadas. Porém isso nem sempre ocorria, como no caso da vila de São Paulo: localizada no meio do sertão e distante do poder central da capitania, necessitava de respostas imediatas para alguns problemas enfrentados e nem sempre tinham como aguardar respostas do poder central. Em busca de soluções para os problemas cotidianos que exigiam uma rápida solução, o poder das câmaras se fortalecia a ponto de se contrapor ao poder administrativo central chegando muitas vezes a enfrentá-lo.

[o] municipalismo, transplantado da Mãe Pátria, mas que, pelo isolamento e distância do poder central, assumia em certas épocas o papel de “estado” no Estado, com veemente preponderância local. Daqui nasciam antagonismos e lutas contra quem quer que, nos próprios lugares, representasse os interesses e a doutrina superior do Estado. (LEITE, 2006, p. 229).

Segundo Serafim Leite (2006), o jesuíta Manoel da Nóbrega, percebeu que os pais dos meninos que frequentavam o Colégio localizado na Vila de São Vicente viviam quase todos no interior, e tinham que fazer uma longa e difícil caminhada para chegar a vê-los: “Do campo traziam farinha e outros gêneros

através da serra difícil”. (LEITE, 2006, p. 269). Embora o acesso fosse difícil, Manoel da Nóbrega considerou que a região do Vale do Anhangabaú, serra acima, seria ideal para a ação catequética, pois era rota de viagens de grupos indígenas diversos. Conforme Serafim Leite, Manoel da Nóbrega foi quem conduziu as negociações e firmou os acordos tanto com os líderes nativos ali viviam, Tibiriça e Caiubi, quanto com João Ramalho, português que vivia entre os índios na região onde hoje se localiza a cidade de Santo André.

“Nóbrega [...] escolheu sítio junto do Tieté, perto da confluência do Tamanduateí, entre êste e o Anhangabaú, posição magnífica, defendida naturalmente das incursões do mar pela serra altíssima, com um clima suave, de ares puros, despejados e largos, que favoreciam o estudo”. (LEITE, 2006, p, 270).

O Jesuíta Serafim Leite é um historiador comprometido com a ação da Igreja na América Portuguesa e, por conseguinte, sua narrativa tem certo tom laudatório. Isto pode ser observado, por exemplo, quando afirma que os primeiros que abriram caminho para a região da vila de São Paulo foram os padres com a finalidade de pregar o evangelho aos nativos e fundar uma aldeia de índios cristãos. Segundo ele, somente com a iniciativa dos padres foi que os portugueses, de certa forma protegidos, mudaram-se para ali. “E atraídos pela fertilidade do solo, também emigraram para êsse lugar muitos moradores, os Padres lhes deram sítios para fazerem povoação por ser local seguríssimo e ficarem livres das ciladas dos bárbaros.” (LEITE, 2006, p. 290).

Donatário da Capitania de São Vicente, Martim Afonso de Sousa já havia instituído um povoado no interior, a Vila de Santo André da Borda do Campo. Entretanto Santo André enfrentava grandes dificuldades. Entre os problemas da vila estavam a ausência de comunicação com a administração colonial portuguesa, os inúmeros saques e à fragilidade que se encontrava diante do poderio indígena daquele lugar. Em suas cartas, o padre jesuíta Leonardo Nunes descreveu a situação em que eles viviam, dizendo que entre os índios, havia alguns cristãos, os quais passavam anos sem irem à missa e confessar por falta de clérigos; para o jesuíta, estes estavam vivendo como selvagens. (in: LEITE, 2006).

As Atas da Câmara de São Paulo foram disponibilizadas na internet pela prefeitura em 2012, encontrando-se digitalizados e de fácil acesso. Contudo devido aos anos, a falta de conservação e cuidado, algumas atas desapareceram. Transcritas por Francisco Escobar e Manuel Alves de Sousa, logo no início do século XX, os 53 volumes trazem informações sobre os mais diversos aspectos da vida, e não somente administrativas e político- econômicas.

As Atas narram, de forma geral, as necessidades, os problemas da vila e as possíveis soluções tomadas pelos oficiais da Câmara. Dentro desse emaranhado de falas administrativas, o meio social e o cotidiano dos moradores vão transparecendo. Isso pode ser observado, também, nas Atas da Câmara de Santo André, escritas no século XVI. As atas mostram que o lugar estava passando por inúmeras dificuldades. Acostumados à vida no interior, muitas vezes os moradores iam para suas roças e acabavam não voltando à vila por vários dias. Para que a vila não ficasse abandonada e sujeita a saques, os oficiais resolveram que haveria revezamento; metade dos moradores ficariam na vila enquanto a outra iria para suas terras, e em outro dia a que fora ficaria, sob pena de multa. (ATAS, 1914). O procurador do conselho da Câmara queixa-se, em ata do dia 20 de setembro de 1557, da fome que os moradores passavam e da morte dos animais em consequência da pobreza. Além de todos esses fatores, ainda havia os ataques constantes feitos por indígenas.

A formação do povoado de São Paulo de Piratininga remonta a meados da década de 1550. A elevação do povoado a Vila significava a institucionalização da administração colonial portuguesa: havia a criação da Câmara, que estava sujeita ao capitão-mor da região, que por sua vez se sujeitava às ordens do capitão donatário e, finalmente, às do governador geral. A administração e a efetividade burocrática eram sinais de que a Coroa portuguesa estava ciente daquela região e de que a mesma pertencia aos seus domínios.

A hierarquia do poder político estabelecida na legislação nem sempre era obedecida, e muitas vezes questionada pelos próprios contemporâneos, já que nem sempre as determinações, normas e ordens chegavam até a vila em razão da distância e da dificuldade de comunicação. Ao analisar a história da formação brasileira, Sérgio Buarque de Holanda mostra que padres jesuítas da

época afirmavam que por vezes era mais fácil conseguir se comunicar com a Coroa Portuguesa, em outro continente, do que com os próprios colonos que aqui viviam:

Ainda em 1552, escrevendo da Bahia aos irmãos de Coimbra, o Padre Francisco Pires queixa-se de não poder tratar senão de assuntos locais, porque, acrescenta, “às vezes passa um ano e não sabemos uns dos outros, por causa dos tempos e dos poucos navios que andam pela costa, e às vezes se vêem mais cedo navios de Portugal que das capitâneas”. E no último de agosto do ano seguinte, encontrando-se no sertão de São Vicente, Nóbrega manda dizer ao Padre Luís Gonçalves da Câmara: “Mais fácil é vir de Lisboa recado a esta capitania que da Bahia”. (HOLANDA, 1968, p. 122).

Um dos problemas recorrentes dos moradores da vila foram os ataques indígenas realizados por diversas etnias. Conforme as Atas, foram realizadas diversas sessões com objetivo de discutir os problemas enfrentados, já que os assaltos eram constantes. Mesmo estabelecendo alianças com alguns grupos da região, a vila sofria saques regularmente. No dia 12 de maio de 1564, os oficiais da Câmara fizeram um requerimento ao capitão Estásio de Sá pedindo auxílio, pois se encontravam em posição de submissão aos índios. Por não obterem apoio e forças necessárias do governo geral, sofriam grandes assaltos dos indígenas da região (tupiniquins e tamoios). No embate com os nativos os habitantes da vila afirmavam que as forças do governo iriam chegar e os expulsariam. Segundo os escritos, esta “ameaça” diminuía a intensidade dos saques e embora diminuísse, os ataques não terminavam por ali. No requerimento, os oficiais, em nome da população, fizeram críticas a falta de estrutura e de condições da vila porque não conseguiam conciliar a proteção necessária com os trabalhos diários. (ATAS, 1914, p. 46).

Para Serafim Leite, muitas vezes os oficiais fizeram petições para os capitães em busca de ajuda descrevendo acontecimentos irrealistas ou de forma exagerada: “Para atrair a participação do Capitão e dos Padres, os camaristas encareciam, de certo, o perigo dos Tupiniquins mais do que era na verdade”. (LEITE, 2006, p. 295). Ao lermos as Atas, é possível perceber a falta de respostas do capitão-mor para a Câmara e as sucessivas reclamações quanto a isso. A demora em obter respostas e a necessidade de solucionar de

imediatos os problemas enfrentados levava os habitantes da vila a realizar ações independentes da administração central.

Considerações Finais

Com base nas Atas, é possível visualizar as dificuldades, as angústias, as frustrações, as vitórias e derrotas, enfim, o cotidiano dos moradores. Por exemplo, no dia 11 de outubro de 1578, o escrivão relata que havia um preso na casa da Câmara e por isso os oficiais tiveram que reunir em outro lugar. (1967, p. 125). Desta forma, se percebe a precariedade das instalações públicas, pois a falta de uma prisão na vila fez com que os oficiais tivessem que ceder o espaço público em que se reuniam para que o preso tivesse lugar para ficar. É importante lembrar também que a Câmara possuía poder de regular tudo o que ocorria dentro do âmbito da vila, desde taxaço de impostos até o que se deveria produzir. Para exemplificar, as Atas estabeleciam que apenas uma pessoa estava autorizada a colocar telhas em todas as casas da vila. A Ata ressalta, no entanto, que o serviço deveria ser feito por um preço justo e de qualidade porque se era necessário. (ATAS, 1967, p. 70).

A partir dessas informações, se vislumbra um cotidiano totalmente novo para os colonos portugueses na América. A vida e suas formas eram diferentes do que estavam acostumados, e se quisessem sobreviver e amealhar riqueza, deveriam se adaptar à nova realidade: "(...) os adventícios tiveram que habituarem às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores da terra". (HOLANDA, 1994, p. 19). Em poucas palavras, Sérgio Buarque de Holanda mostra a grande importância e influência do modo de vida indígena durante esse período, já que os portugueses que ficavam na região, desde degredados até clérigos e capitães, foram forçados a mudar suas formas de vida.

A Coroa portuguesa procurou reproduzir na América as instituições e formas de administração que existiam na Europa. Não obstante, a região da América Latina que mais tarde começaria a ter a forma do Brasil de hoje, não vivia sob as mesmas condições. São Paulo foi fruto desse embate entre as leis e o meio; por se encontrar distante do litoral e possuir amplo acesso ao chamado sertão, teve características diferenciadas das vilas próximas ao mar, que mantinham, em comparação com São Paulo, contato frequente com o

reino e as instituições coloniais. Assim, é perceptível o fato de que não foram somente os moradores da vila que tiveram de se adaptar ao meio, mas as leis e a Coroa também.

Aos poucos, o colono foi abandonando seus costumes e se tornando um homem distinto. Estando em contato frequente com os nativos, adquiriu hábitos semelhantes com os deles, o que incomodou profundamente os padres jesuítas que aqui chegaram. “Mais transigentes do que o gentio da terra mostraram-se muitos colonos brancos, adotando em larga escala os recursos e táticas indígenas de aproveitamento do mundo animal e vegetal, para a aquisição de meios de subsistência”. (HOLANDA, 1994, p. 56). Dessa forma, o português que viera ao novo mundo para reproduzir a sua forma de vida, seus costumes, seus hábitos, enfim, sua cultura e transformar o território americano que lhe cabia pelo Tratado de Tordesilhas em um “imenso Portugal” acaba sendo transformado pela América.

Analisar a organização da vida paulista no século XVI por meio da documentação produzida pela Câmara de São Paulo ao longo desse período, é buscar visualizar dentro de um pequeno grupo, por vezes individualmente, uma forma de vida social nem sempre clara. Observamos que tanto Florestan Fernandes (1963) quanto Norbert Elias (1994) são condizentes com a ideia de que indivíduo e sociedade são ligados, o que acaba tornando impossível analisar apenas uma delas distintivamente. Utilizando da fala de Karl Mannhein, Fernandes afirma que o indivíduo,

(...) encontra uma situação herdada, com modos de pensamento que se adaptam à dita situação e com tentativas de melhorar as respostas herdadas ou de substituí-las por outras, que permitam enfrentar melhor as alterações e as mudanças dessa situação. Todo indivíduo se acha, pois, predeterminado, em duplo sentido, pelo fato de ter-se desenvolvido dentro de uma sociedade: de um lado, encontra uma situação estabelecida e, do outro, acha nessa situação modos preformados de pensamentos e de conduta. (MANNHEIM, 1941, p. 3 apud FERNANDES, 1963, p. 17).

A mudança na forma de vida não foi planejada por todos os sujeitos de forma simultânea e no entanto o processo de transformação vivido por cada um e por todos na vila aconteceu de forma sutil. Dessa maneira, concluímos que a sociedade e indivíduo acabam se relacionando o tempo todo, e que as

mudanças sociais foram fruto das ações de diversos indivíduos a partir do meio que estavam inseridos. Seria inútil da parte historiográfica e de qualquer pesquisador tentar qualificar as ações dos agentes, como se os mesmos soubessem que seus atos acarretariam em certos desenlaces, dando uma possível lógica histórica aos fatos para a então sociedade. Norbert Elias (1994) ressalta que nada dentro desta perspectiva é harmoniosa, por isso a definição de sociedade se encaixa exatamente nesses aspectos. Para o autor, não há um único objetivo que una todos os indivíduos e, portanto, tanto a sociedade quanto os indivíduos são desprovidos de finalidades absolutizantes. Deste modo podemos entender que a vila de São Paulo conduziu as transformações nos homens como um todo e não foi resultado de um ato isolado, mas sim de uma mudança social.

Os avanços da individualização, como na Renascença, por exemplo, não foram consequência de uma súbita mutação em pessoas isoladas, ou da concepção fortuita de um número especialmente elevado de pessoas talentosas; foram eventos sociais, consequência de uma desarticulação de velhos grupos ou de uma mudança na posição social do artista-artesão, por exemplo. Em suma, foram consequência de uma reestruturação específica das relações humanas. (ELIAS, 1994, p. 29).

Com o passar do tempo as novas condições de vida foram criando raízes e, ainda no século XVI foram originando uma identidade específica daqueles moradores, caracterizados como paulistas. Para Holanda, essa configuração gerou uma forma de vida com contornos próximos ao modo de vida dos índios porque o meio assim o exigia, pois, na “luta diuturna contra a floresta, onde todos os inimigos são traiçoeiros, não há lugar para se formarem as imaginações intrépidas e generosas em que o civilizado se distrai da monotonia em um mundo em constantes e mortais perigos”. (HOLANDA, 1994, p. 122).

Referências

Actas da Câmara da cidade de São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Div. Arquivo Histórico do Dep. Cultura, 1967, 1 v. e 2 v.

Actas da Câmara de S.to André da Borda do Campo. São Paulo: Duprat & C.^a, 1914.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. SILVEIRA, Camila Nunes Duarte. Notas sobre a ação pedagógica da Companhia de Jesus no Brasil de 1549 a 1599. In: TOLEDO, César de Alencar Arnaut, RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto, SKALINSKI Jr, Oriomar (organizadores). **Origens da educação escolar no Brasil Colonial.** Vol I Maringá: Eduem, 2012.

COSTA, Célio Juvenal. MEN, Priscila Kelly Cantos. Características da educação nos colégios jesuíticos em Portugal e no Brasil no século XVI. In: TOLEDO, César de Alencar Arnaut, RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto, SKALINSKI Jr, Oriomar (organizadores). **Origens da educação escolar no Brasil Colonial.** Vol I Maringá: Eduem, 2012.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. Vol. 1, 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Organização social dos Tupinambá.** 2^a ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira.** 3^a ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras.** 3^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LEITE, S. I. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** 2^a ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006.

MAINKA, Peter Johann. O início da colonização do Brasil no contexto da Expansão marítima portuguesa (1415-1549). In: TOLEDO, César de Alencar Arnaut, RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto, SKALINSKI Jr, Oriomar (organizadores). **Origens da educação escolar no Brasil Colonial.** Vol I Maringá: Eduem, 2012.

PREZIA, Benedito. *Os indígenas do planalto paulista.* In: BUENO, Eduardo. (org.). **Os nascimentos de São Paulo.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org). **História de São Paulo Colonial.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.



**TORNAR-SE ANTROPOLOGA: RELATOS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE
NOS MEMORIAIS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
(2000 – 2015)**

Rafaela Duarte Vieira.
Graduanda em História (Unesp/Assis)

Resumo. A partir de sete memoriais de professoras do departamento de antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), de concursos de livre-docência e de titularidade, buscamos caracterizar a escrita auto reflexiva dessas mulheres como uma autoetnografia. Os memoriais, enquanto fonte de pesquisa, após a realização dos concursos de provas e títulos para professor (a) livre-docente ou titular da FFLCH, USP, são armazenado no CAPH. O recorte temporal justifica-se por duas razões: trata-se de um período de reestruturação da carreira acadêmica na USP, o que possivelmente ampliou a quantidade de concursos, e destaca-se, em termos teóricos-intelectuais, a influência do “giro-literário”, que legitimaria um maior espaço para a subjetivação neste tipo de narrativa. Entendemos que tais relatos, de natureza autobiográfica, e que no caso antropólogos por ser identificado como uma forma de autoetnografia (VERSIANI, 2005, SILVA, 2009), permite tanto a apresentação de si, como do outro, em que dimensiona, de formas distintas, a figura pública e a privada, tal como um narciso que encara um espelho rodeado pelas relações institucionais.

Palavras-chave: memorial acadêmico, autoetnografia, infância, escrita feminina, USP.

Introdução

Os memoriais são documentos institucionais solicitados pelas universidades brasileiras para o ingresso na instituição ou progresso de carreira docente. O principal objetivo desses documentos ao serem elaborados é apresentar os principais fatos da vida universitária de quem escreve. Ao observarmos o significado da palavra "memorial" percebemos que ao apresentar os fatos considerados "memoráveis" demonstra que o documento é o conjunto de relações estabelecidas entre quem escreve e as instituições que percorreu e que os fatos individuais ou coletivos.

Entendemos que tais relatos, de natureza autobiográfica, e que no caso antropólogos por ser identificado como uma forma de autoetnografia (VERSIANI, 2005, SILVA, 2009), permite tanto a apresentação de si, como do outro, em que dimensiona, de formas distintas, a figura pública e a privada, tal como um narciso que encara um espelho rodeado pelas relações institucionais.

A Universidade de São Paulo criada em 1934, pela elite paulista que julgava necessário a criação de um espaço intelectual após a Revolução Constitucionalista de 1932 com a união de faculdades já existentes no país. Tal documento passou a ser solicitado a partir da abertura dos concursos públicos de seleção para contratação, de livre docência e de titularidade, embora não exista um modelo obrigatório, o que permite que hajam alguns que privilegiam uma dimensão mais cartesiana, próxima do currículo, e outros, mais hermenêutica, semelhantes às memórias³⁰¹. (SILVA, 2015)

Os memoriais escolhidos para análise estão no o CAPH – Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda” que foi fundado em 15 de março de 1966, pelos professores Eurípedes Simões de Paula, Maria Regina da C. R. Simões de Paula e Aziz Nacib Ab’Saber vinculado a Faculdade

³⁰¹ SILVA, Wilton C. L.. A vida, a obra, o que falta, o que sobra: memorial acadêmico, direitos e obrigações da escrita. Tempo e Argumento, v. 7, p. 103 - 136, 2015.

de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP)³⁰².

Os documentos que estão arquivados no CAPH foram reunidos ao longo dos seus mais de 50 anos, sendo constituídos de documentações burocráticas e de caráter pessoal, relativos à FFLCH e à USP. O acervo possui diversos projetos relacionados à construção da memória universitária “uspiana”, onde o “Projeto Memória”³⁰³, que busca guardar dos documentos burocráticos pertencentes a esses profissionais, além de todo material utilizado pelos professores ao longo de sua carreira.

Percebemos que tal projeto se estendeu pela Universidade de São Paulo mesmo sem tal nomenclatura, onde os Departamentos, Faculdades e Campus buscam resgatar suas memórias, consolidando as estruturas históricas da Instituição com documentos próprios, relacionado à pesquisa, orientações e ensino, além de arquivos pessoais³⁰⁴. As fontes escolhidas estão apoiadas em dois tipos livre-docência e titularidade, com ênfase nos memoriais escritos pelas professoras do Departamento de Antropologia³⁰⁵ da Universidade de São Paulo. Nas universidades brasileiras têm-se vários tipos de cargos no interior da carreira, dentre eles estão professor: Professor Auxiliar; Professor Assistente; Professor Adjunto; Professor Associado e

³⁰² A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas foi fundada como Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com os polos da Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola Politécnica, Escola de Medicina Veterinária, Escola Superior de Agricultura, Escola de Belas Artes, Instituto de Educação, Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais. Com o total de onze departamentos atualmente, sendo eles: Antropologia, Ciências Políticas, Sociologia, Filosofia, Geografia, História, Letras Clássicas e Vernáculas, Letras Modernas, Letras Orientais, Linguística, Teoria Literária e Literatura Comparada.

³⁰³ Dentro do “Projeto Memória” estão selecionados os memoriais acadêmicos dos professores e professora, dos quais cataloguei 49 memoriais da Antropologia e História entre 2000 a 2015.

³⁰⁴ “1. os arquivos das instituições de tutela do ensino e da pesquisa (ministérios, secretarias, agências de fomento), em geral de caráter público, no caso do brasileiro, dotados de documentos de cunho essencialmente administrativo. 2. os arquivos das próprias instituições de ensino e pesquisa (universidades, laboratórios, escolas técnicas, centros especializados), de caráter público ou privado, compostos de documentos oriundos tanto da administração dessas instituições quanto das atividades pedagógicas e investigativas nelas desenvolvidas. 3. os arquivos pessoais de cientistas, de cunho pretensamente privado, cujos documentos podem ser representativos não apenas das atividades de pesquisa por eles desempenhadas no âmbito da instituição.” (CAMPOS. 2014, p. 57- 58)

³⁰⁵ Ana Claudia Duarte Rocha Marques Livre-docente no ano 2015; Beatriz Perrone-Moisés Livre-Docente no ano de 2015; Fernanda Arêas Peixoto livre docente no ano de 2012; Lilia K. Moritz titular no ano de 2004; Margarida Maria Moura livre-docente no ano de 2000 e Sylvia Caiuby Novaes livre docente no ano de 2006 e titular no ano de 2010.

Professor Titular. Carreira do Magistério Superior Federal, nas universidades do estado de São Paulo o plano de carreira apresenta o título de professor livre-docente e professor titular.

O título de Livre-docência surge no Brasil, outorgado por uma instituição de ensino superior, a partir do concurso público, desde 11 de setembro de 1976, apenas para portadores do título de doutor, e que atesta uma qualidade superior na docência e na pesquisa³⁰⁶.

O título de livre-docência é obtido a partir de um edital aberto de acordo com a disponibilidade das universidades, não existindo uma temporalidade para que tal processo aconteça, o candidato precisa entregar a documentação, composta por uma tese, documentos comprobatórios e o memorial de Livre-Docência, perante uma banca examinadora que deve ser formada por apenas professores já livre-docentes e/ou titulares que pertencem ou não a universidade que o concurso está aberto, que fará uma avaliação da documentação.

Na Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP), a livre-docência é requisito para a candidatura a professor titular e o livre-docente recebe o título de professor-associado, quando já pertence ao quadro docente da universidade.

Essa dicotomia serve como um convite para a leitura e análise desse tipo de escrita de si e sua compreensão como memória tanto individual quanto coletivo, de modo a tornar visível um percurso individual no interior de uma instituição acadêmica e com os determinantes pessoais e grupais que caracterizam a professora universitária.

A construção da memória acadêmica é moldada fontes utilizadas onde encontramos dois pontos principais: o próprio indivíduo que escreve suas memórias, com suas necessidades pessoais e institucionais, e que silencia,

³⁰⁶ A livre-docência é regulada pelas Lei nº. 5.802/72 e nº. 6.096/74 e pelo Decreto 76.119/75 e pelo Parecer 826/78 do extinto Conselho Federal de Educação. Modificações ocorreram na lei desde sua formação, todavia essas características principais não foram alteradas no Estado de São Paulo.

oculta ou enfatiza certa memória e as documentações que foram acumuladas para embasar tal discurso.

De fato, o ato de memória que se dá a ver nas narrativas de vida e nas autobiografias coloca em evidência essa aptidão especificamente humana que consiste em dominar o próprio passado para inventariar não o vivido, como supunha Maget, mas o que fica do vivido. O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa: restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, “sublimações”, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações e reinterpretações constituem a trama desse ato de memória que é sempre uma excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda narrativa. (Candau, 2011, p.71)

Identificar as particularidades que distinguem a escrita feminina, na qual o exercício de autorreflexão e o momento que está vivenciado, analisado pelas professoras reflete o lugar em que elas estão situadas e a importância da representatividade da escrita de si, devido ao fato das mulheres ainda no século XX ocuparam um lugar secundário.

A criatividade indenitária (KAUFMANN, 2004) está ligada a quantidade de recursos que os indivíduos possuem, portanto, a escrita autobiografia diferencia-se de acordo com os aspectos culturais, sociais e intelectuais de cada indivíduo.

Aqueles que dominam um grande número de palavras podem entrar em argumentações precisas e complexas, conduzindo a uma construção de si mesmo reflexiva e judiciosa (implicando uma postura particular de apresentação de si mesmo), dando a possibilidade de experimentar facetas de si mesmo detalhadas e múltiplas. (KAUFMANN, 2004, p.182)

A multiplicidade de “estilos” no desenvolvimento estético e narrativo dos memoriais faz necessária a reflexão sobre aqueles que viabilizaram apenas a escrita cartesiana desses documentos, destituindo-os de aspectos subjetivos, mesmo quando o autor-narrador possui recursos para tal feito.

As percepções dessa esfera de poder e ocupação do espaço público e historiográfico demonstra as posições que as mulheres começaram a conquistar ao longo do século XX, principalmente no interior do ensino universitário, Cavalcanti (2007) faz uma análise sobre a ocupação das mulheres nos

espaços de educação básica, no qual diferenças de classe influenciaram o avanço no âmbito educacional, destacando que:

Espaço de valores e posturas mais burguesas – que separou ideologicamente os papéis sociais em apropriadamente masculinos e femininos prescreveu deveres às mulheres de modo a confiná-las em esferas específicas de atuação conveniente: o lar, a família. (CAVALCANTI, 2007, p.62)

Dessa mesma forma percebemos as relações de poder para construção da memória coletiva e individual onde as modificações tornam-se inevitáveis devido à necessidade de controle e manutenção das esferas sociais, onde o espaço pessoal funde-se com o espaço público, principalmente quando observamos os memoriais que participam de um concurso público, mas que em suas raízes o indivíduo que possui memórias de infância, juventude, família, relações positivas e negativas.

Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p.427)

As modificações na escrita dos memoriais identificadas por Câmara e Passeggi (2012), serviram de base para o estudo da fonte, abordando três estruturas narrativas: institucionalização (1930 – 1950): período de formação dos primeiros memoriais, tais documentos possuíam modelos rígidos para sua construção; consolidação (1950 – 1970): os memoriais deixam de possuir uma estrutura de rígida e se aproximam dos curriculum vitae; diversificação: a abertura para o espaço autobiográfico nos memoriais acadêmicos, a valorização da escrita autodiegética, com o memorial de titularidade de Magna Soares (1981) SILVA (2015).

Portanto, o recorte temporal (2000 - 2015) favoreceu a ampliação de pesquisas com a fonte, que apesar dos aspectos cartesianos exigidos pelas universidades, oferta reflexões sobre o pertencimento ao grupo, escrita de si e a ocupação do espaço acadêmico³⁰⁷. Além desse fator, temos o aumento do

³⁰⁷ De um lado, sensíveis a novas abordagens antropológicas ou sociológicas, os historiadores quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais. Daí resultaram vários deslocamentos fundamentais: das estruturas para as redes, dos sistemas de posições

número de concursos nas universidades públicas do país, com a entrada do século XXI, valorizando o espaço universitário e esse tipo de documentação.

Como a pesquisa ainda se encontra em seu estágio inicial, apresentamos apenas algumas conclusões parciais, a partir das primeiras leituras e fichamentos dos memoriais.

As mulheres representam uma maioria numérica dentro do departamento e se mostra rica a percepção das conquistas de espaço institucional e do volume da produção acadêmica de tais sujeitos no interior do departamento.

Memoriais/Homens		
Antropólogos	Livre-Docência	Titularidade
Heitor Frúgoli Junior	2014	
John CowartDawsey		2006
José Guilherme Cantor Magnani		2012
Marcio Ferreira Da Silva		2012
Vagner Gonçalves Da Silva	2013	
Memoriais/Mulheres		
Antropólogas	Livre-Docência	Titularidade
Ana Claudia D. R. Marques	2015	
Beatriz Perrone-Moisés	2015	
Fernanda Arêas Peixoto	2012	
Lilia K. Moritz		2004
Margarida Maria Moura	2000	

para as situações vividas, das normas coletivas para as estratégias singulares. A 'micro-história', inicialmente italiana, hoje espanhola, foi a tradução mais viva dessa transformação da abordagem histórica baseada no recurso a modelos interacionistas ou etnometodológicos. Radicalmente diferente da monografia tradicional, a *micro-história* pretende construir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e seus confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem. O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos." (CHARTIER, 1994, p. 2)

Sylvia Caiuby Novaes	2006	2010
----------------------	------	------

As narrativas da infância e juventude possuem significativa relevância na escrita de si das mulheres; e essa maior ênfase em dimensões subjetivas do relato permitem referenciar um contraste com a escrita masculina, assim como em relação ao processo de formação e trabalho acadêmico.

Minha carreira foi decidida numa quarta-feira do início do inverno de 1973, no meio de uma tarde cinzenta, no topo da escada entre o térreo e o primeiro andar do antigo Museu do homem, no Trocadéro, diante de uma vitrine esquimó. Ou mais precisamente algumas horas mais tarde, quando meu tio (MB) respondeu a pergunta que lhe fiz assim que entrei em casa:

- "Como se chama quem estuda povos diferentes?"

- "Antropólogo."

Tive a sorte de descobrir o nome da profissão que desejava em Paris, levada pelas pesquisas de minha mãe: na biblioteca o Liceu Rodin, onde estudava o primeiro autor que encontrei com essa palavra-chave foi Levi- Strauss. Um bom liceu, uma boa biblioteca, e o Museu do Homem as quartas-feiras, dia sem aulas nos liceus e com museus gratuitos para estudantes. Pude ler em sequência os dois volumes da Antropologia estrutural, e depois Tristes trópicos, O pensamento selvagem, Raça e história, O totemismo hoje, as Mitológicas. Nos corredores, entre aulas, encantada e atordoada, fui lendo. (PERRONE-MOISÉS, Beatriz, 2015, p.2)

A partir dos relatos de infância e juventude, conseguimos observar que essas mulheres em sua maioria os familiares possuíam excelentes condições sociais, que influenciaram em sua formação ainda no ensino básico, ou seja, antes de entrarem no espaço universitário já estavam envolvidas em eventos artísticos, concertos, palestras, cursos de idiomas e formação complementar, podemos observar essa situação em diversos memoriais.

Para o curso de Ciências Sociais levava em minha bagagem uma formação pré-universitária que incluía cursos em língua estrangeira - 3 anos de italiano, 6 anos de francês e alemão, 11 anos de inglês. Passei três meses nos Estados Unidos antes de terminar o colegial, através de um programa de intercâmbio, que além da convivência numa família com hábitos muito diversos da minha, me propiciaram fluência no inglês. A fluência nos outros idiomas viria posteriormente, através de leituras e viagens.

Percebo hoje como foram importantes os vários cursos que frequentei antes de iniciar a faculdade; além dos cursos de língua estrangeira, aqueles de História da Arte, fotografia e pintura. Foram marcantes as aulas na Escola de Artes Brasil Dois Pontos, dirigida por Nasser, Baravelli, Rezende e Fajardo, artistas muito mais preocupados com o treinamento da sensibilidade do que com a formação artística técnica e formal. Nesta escola tive também aulas de fotografia com Claudia Andujar, que valorizava a sensibilidade do olhar, deixando em segundo plano o manejo de câmeras fotográficas. Passávamos aulas e aulas olhando fotos de grandes fotógrafos, aprendendo a olhar através do olhar de grandes mestres.

Concertos, teatros, cinema e exposições faziam parte de minhas atividades familiares. Aprendi desde cedo o gosto pelas artes e pela cultura, comecei a

me interessar igualmente cedo pelas diferentes formas de expressão artística e cultural, por estilos de vida diversos, em diferentes classes sociais. Tinha enorme prazer no debate, no desafio de defender uma posição. (NOVAES, Sylvia Caiuby, 2010, p. 3– 4)

Os principais temas abordados por homens e mulheres enquadram-se na esfera acadêmica, onde eles fazem um resumo de como foi período ainda no ensino fundamental e médio, a chegada à graduação e inserção nas suas respectivas áreas de pesquisa, mestrado e doutorado. Os memoriais apresentam um conjunto de informações semelhantes, podemos observar tal feito com o memorial dos professores Ana Claudia Marques e Vagner Gonçalves da Silva:

Este memorial registra, portanto, um processo de profissionalização como antropóloga, em contraste com aquele anterior, que elaborei por ocasião do concurso para a vaga que hoje ocupo e dava testemunho de minha formação. Porém, o atual guarda com o antigo uma continuidade – a despeito de todas as rupturas, mudanças de caminha causadas pelos obstáculos e pelas diversas oportunidades que me foram oferecidas ao longo desses anos – que pretendo sublinhar aqui: um aprendizado incessante, desprovido de telos, indissociável de contingências, circunstâncias, escolhas.” (MARQUES, Ana Claudia Duarte Rocha, 2015, p.4)

Este Memorial esta organizado em duas partes. Na primeira procurei dar uma visão de meu percurso considerando a formação acadêmica e as principais atividades desenvolvidas no âmbito da docência, pesquisa, extensão e produção bibliográfica. A ausência de "modelos" para relatórios deste tipo cria dificuldades na sua elaboração e, penso, na sua leitura, pois não sabemos exatamente ate" que ponto devemos mesclar a lista de coisas realizadas, - geralmente apresentadas quantitativamente, como palavras em "estado de dicionário", em nossas inúmeras versões de CVs -, com uma avaliação pessoal qualitativa do que essas coisas significam, considerando as dificuldades de avaliar com distanciamento e imparcialidade aquilo que nós mesmos produzimos. Sendo assim, optei por deixar que a linha cronológica contendo o léxico das coisas feitas organizasse a sua possível sintaxe atribuída a posteriori.” (SILVA, Vagner Gonçalves da, 2013, p. 3)

As ocupações burocráticas para as mulheres e relações pessoais com alunos, funcionários e colegas de Departamento são demonstradas com “afetividade”, até mesmo por aquelas que não construíram sua carreira acadêmica desde a sua formação básica na Universidade de São Paulo.

Dentre todas, a parceria com Jorge Mattar Villela é a mais difícil de descrever de modo que faça sentido em um memorial de carreira profissional e seja fiel à experiência. Desde o começo, ainda antes, quando a antropologia mal se esboçava em nosso horizonte, Jorge e eu partilhamos nossos fascínios, paixões, devaneios, erros e acertos. Nossa formação foi conjunta, na graduação, no mestrado e no doutorado, assim como os campos que fizemos nesse período e alguns dos outros posteriores. (MARQUES, Ana Claudia Duarte Rocha, 2015, p.22)

“Se pudesse usar os conceitos de Sahlins (1987) diria que o Laboratório se diferencia de outros espaços no interior da universidade por ser fruto muito mais de uma estrutura performativa do que prescritiva. Neste espaço as relações se constroem não a partir do status ocupado por cada um numa hierarquia rígida, mas a partir de desejos, escolhas, interesses, e fundamentalmente confiança mútua. Isto não significa ignorar as diferentes categorias que aí se reúnem: alunos, pesquisadores, funcionários, docentes, a coordenadora. Ao contrário do que é habitual nas grandes instituições, nossas relações nos Laboratórios não são definidas exclusivamente pelas categorias que ocupamos. E porque conseguimos estabelecer relações informais e de confiança entre estas diferentes categorias, que temos o ambiente que temos. Estas categorias, por sua vez, não estão presas a uma rígida definição de papéis. Podemos ter alunos de iniciação científica tomando decisões importantes, funcionários opinando sobre o conteúdo dos trabalhos acadêmicos, docentes carregando caixas e arrastando moveis. Em outras palavras, sem a instituição nosso trabalho não seria possível, mas por outro lado, é preciso impedir que a vivência institucional engesse e esterilize nossas relações.” (NOVAES, Sylvia Caiby, 2010, p. 19 – 20)

A realização do memorial é observada de maneira complexa e questionada por essas professoras, principalmente, porque essas mulheres no concurso de ingresso como docente elas já entregaram um memorial, logo podemos observar repetições nesses documentos.

Depois de escrever alguns livros e muitos artigos, parece fácil, à primeira vista, redigir umas poucas paginas sobre o próprio percurso intelectual. Pois não é.

Antes de mais nada, é difícil reconstruir uma trajetória notando e alinhando continuidades. Soa estranho buscar coerência em decisões, muitas vezes, marcadas por embaraços contextuais, hoje um pouco distantes no tempo. Mais complicado, ainda, é" perceber que o passado, no meu caso, é um tanto recente.

Assim, mesmo com receio de julgar o "passado breve", recuo ao final da década de 1960, quando nos tempos do Ginásio Vocacional acompanhei (quase de arquivada) os anos da ditadura e da repressão. Com minha pequena experiência, entendi os impasses que o conhecimento social trazia e senti a falta de meus professores, inesperadamente afastados por conta de preferencias políticas.

Foi também nessa escola que compreendi a importância da educação. Lá me iniciei na prática de seminários, nos trabalhos de equipe, conheci a lógica de "participar" e entendi o que significava informar e formar. Nunca senti de maneira tão intensa como o mundo estava muito perto de mim, mas precisava ser descoberto.

O prazer de estudar, o exercício de polemizar, a interdisciplinaridade: esses eram alguns dos muitos desafios que a escola oferecia. A ditadura tratou de destruir estabelecimentos como aquele, mas não apagou a curiosidade e o respeito pelo conhecimento que tais instituições souberam incutir. (SCHWARCZ, Lilia Moritz. 2004, p.3)

Os memoriais femininos apresentam mais elementos familiares, como: filhos, marido, mãe e pai, ora para enfatizar a carreira dessas pessoas ou para

apresentar a participação dessas pessoas durante a vida acadêmica dessas pessoas.

Através deste grupo de mulheres fui convidada a ir ao Paquistão, onde ocorreria o casamento da filha de uma delas e para esta pesquisa obtive uma bolsa da ICCCR - International Centre for Contemporary Cultural Research. Os paquistaneses são extremamente hospitaleiros. Passei um mês, com minhas três filhas, hospedada na casa da avó da noiva e pude me exercitar na filmagem do ritual do casamento, constituído de várias fases, que se estendem por três semanas. Contribuí também para isto o fato de ter levado minhas filhas. O casamento é um ritual tipicamente familiar, que reúne os parentes espalhados em distintas regiões do país; tal como os Bororo, os paquistaneses vivem em grandes comunidades, onde os vínculos familiares são absolutamente fundamentais. Através de minhas filhas era possível combinar a observação participa-te (e elas estavam fascinadas pela possibilidade de se integrarem ao grupo, participando de todos os rituais) e simultaneamente filmar. (NOVAES, Sylvia Caiby. 2010, p.15)

Memorial da antropóloga Margarida Maria Moura, naturalização da profissão. Todavia, observamos que outros fatores influenciam os indivíduos a estabelecerem as suas relações.

Nasci num lar onde a Antropologia era o "métier" materno. Minha adorada mãe de suavíssima memória, iniciara sua vocação para a disciplina nos anos trinta, quando cansada de ser professora primária do Distrito Federal, formada pela antiga Escola Normal, resolveu sair em busca de novos mestres, que pudessem inicia-la no ofício de pesquisar. Tinha então vinte e seis anos e lecionava nos subúrbios do Rio de Janeiro desde os dezessete. Chapeuzinho na cabeça e luvas de pelica nas mãos sempre delicadas, passara quase nove anos indo e vindo de morros e baixadas, acessíveis pelos trens de ferro que saíam da estação da Leopoldina, no Rio de Janeiro, na República ainda Velha. (MOURA, Margarida Maria. 2000, p.1)

Conclusão

O estudo dos memoriais produzidos no início do século XXI, permite notar as modificações em nossa sociedade, dentro e fora do espaço acadêmico, pois o sujeito público e privado participam da vida cultural, sociais, econômica e tecnológica de sua geração, dessa forma os memoriais acadêmicos se mostram uma fonte de pesquisa vasta para estudos em diversas áreas.

A partir dos memoriais acadêmicos esperamos debater: a valorização desse tipo de documentação a partir dos 2000, como as professoras de ambos os departamentos inseriam suas perspectivas acadêmicas, pessoais e coletivas na escrita autobiográfica, dialogando com o espaço individual e coletivo da universidade.

Esse conjunto de características que ainda em sua forma inicial buscam caracterizar os memoriais justifica o interesse em pesquisa-los, principalmente porque as pesquisas relacionadas à escrita feminina nesse tipo de fonte são escassas. Mais que documentos meramente burocráticos os memoriais buscam mesmo com suas restrições guardar a memória das universidades.

Referências

ALBERTI, Verena. “Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa”, In: Estudos Históricos, FGV, Rio de Janeiro, vol.4, n.7, 1991, p.66- 81.

ARFUCH, Leonor. O Espaço biográfico. Dilemas da Subjetividade Contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BURKE, Peter. A escrita da História. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

CÂMARA, Sandra Cristinne Xavier da. PASSEGGI, Maria da Conceição. O gênero memorial acadêmico no Brasil: concepções e mudanças de uma autobiografia intelectual.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto. Trad. de Maria da Conceição Passeggi, João Gomes da Silva Neto, Luiz Passeggi. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

FOUCAULT, Michel. “A escrita de si”, In: O que é um autor? Portugal: Veja/Passagens, 1992.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da

hermenêutica. Tradução de Antônio Cavalcanti Maia. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 273-295

GUSDORF, Georges. *Autobiographie: essays theoretical and critical*. New Jersey: Princeton University Press, 1980.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*, tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004.

KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1994.

LEJEUNE, Philippe. *O Pacto autobiográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LISBOA, Marcos José Alves. *O conceito de identidade narrativa e a alteridade na obra de Paul Ricoeur: aproximações*. Impulso, Piracicaba, v. 23, n. 56, p. 99-112, 2013.

MARTON, ScarlettZerbetto. *Memorial (Concurso de Professor-Titular em História da Filosofia Contemporânea)*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio." In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

_____. "Memória e identidade social". In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

REGO, Teresa Cristina. *Trajetória intelectual de pesquisadores da educação, a fecundidade do estudo dos memoriais acadêmicos*.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo III*. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus editora, 1997.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora Unicamp, 2000.

- ROCHA, Clara. Máscaras de Narciso. Coimbra: Almedina, 1992.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. Memorial acadêmico para Professor Titular. Educ. rev.no.63 Curitiba Jan./Mar. 2017
- SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SILVA, Wilton C. L.. Brilho etéreo de arquivos e lembranças: algumas questões sobre arquivos pessoais e biografias. Diálogos (On-line), v. 21, p. 32-43, 2017.
- SILVA, Wilton C. L.. Saber se inventar: o memorial acadêmico na encruzilhada da autobiografia e do egodocumento..Métis: História & Cultura, v. 15, p. 44-67, 2017.
- SILVA, Wilton C. L.. A vida escrita por mulheres. Revista Antropológicas, v. 27, p. 240-250, 2016.
- SILVA, Wilton C. L.. Para além da ego-história: memoriais acadêmicos como fontes de pesquisa autobiográfica.. Patrimônio e Memória (UNESP), v. 11, p. 71-95, 2015.
- SILVA, Wilton C. L.. A vida, a obra, o que falta, o que sobra: memorial acadêmico, direitos e obrigações da escrita. Tempo e Argumento, v. 7, p. 103- 136, 2015.
- SILVA, Wilton C. L.. Quando a experiência acadêmica se transforma em experiência de escrita: memoriais acadêmicos como autobiografias. Cadernos de História (UFOP. Mariana), v. IX, p. 86-106, 2014.
- SILVA, Wilton C. L. Espelhos de palavras: escritas de si, autoetnografia e ego-história. In AVELAR, Alexandre; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- SOARES, Magda. Metamemória-memórias: travessia de uma educadora. Rio de Janeiro: Cortez, 1981.

THOMPSON, Paul. A memória e o eu. In: A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografias: conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

WAIZBORT, Leopoldo. Para uma sociologia do memorial acadêmico: um fragmento. Revista de Teoria Literária e Literatura Comparada, São Paulo.



UMA ANÁLISE DOS MURAIS DE JOSÉ CLEMENTE OROZCO SOBRE A REVOLUÇÃO MEXICANA (1926)

Danielle Thais Vital Gonçalves Longo
Graduada (UEM)

Resumo. Este trabalho tem como proposta apresentar uma análise da arte muralista do pintor mexicano José Clemente Orozco expressa num conjunto de murais pintados em 1926 nas paredes do pátio da Escola Nacional Preparatória, na Cidade do México, com uma temática que remete ao período da guerra civil da Revolução Mexicana. Os murais analisados são *La familia*, *Mujeres* e *La despedida*. A análise será desenvolvida a partir das considerações teóricas dos historiadores de arte A. Warburg e E.H. Gombrich sobre as relações da produção artística com o contexto. Portanto, os três murais serão analisados com o intuito de identificar sua relação com o contexto da época em que foram pintados e também com a perspectiva artística e ideológica de Orozco enquanto pintor. Assim, de acordo com a proposta de Gombrich da arte como uma forma de comunicação, ou seja, “veículo de uma mensagem”, também buscaremos analisar os murais em questão enquanto uma produção artística portadora de um poder comunicativo e transmissora de uma mensagem. Esta análise visa contribuir para a compreensão da obra do muralista mexicano e também das representações visuais da Revolução Mexicana, principalmente por meio da pintura mural.

Palavras chave: Muralismo mexicano; José Clemente Orozco; Revolução Mexicana.

Introdução

O muralismo mexicano foi um movimento artístico que surgiu, nos anos 20, como um descoramento cultural da Revolução Mexicana de 1910. A partir do governo de Álvaro Obregón (1920-1924), o Estado mexicano pós- revolucionário passou a destinar recursos para a promoção das artes plásticas, voltadas à temáticas como a promoção da história e da identidade nacional mexicana. Neste contexto, despontou um grupo importante de pintores, destacando-se os chamados “três grandes” muralistas mexicanos, Diego Rivera, David Alfredo Siqueiros e José Clemente Orozco.

Em relação ao estilo de Orozco, Raquel Tibol, historiadora da arte e uma das maiores especialistas sobre o muralismo mexicano afirma:

Es evidente la propensión romántica de Orozco fincada en un realismo de esencia naturalista, saturado de alegorías e implicaciones discursivas; realismo orgánico que nace, respira y se alimenta de las vivencias de grandes núcleos populares. En su obra Orozco no ve la realidad literalmente, sino que hace una interpretación de ella por medio de un estilo pictórico fuerte y directo. La fuerza dramática de su pintura no desprecia los recursos de la caricatura sino que los asume. (TIBOL, 2009, p. 243)

O muralismo representava uma expressão da arte moderna e, ao pintar seus temas nas paredes de edifícios públicos, possibilitava que pessoas comuns tivessem acesso a temáticas sociais, políticas e culturais. Assim, o muralismo levava a sua maior expressão a ideia das vanguardas artísticas sobre a função social da arte (DE MICHELLI, 1991), ao realizar uma arte pública que podia ser acessível a todos.

Como afirma Raquel Tibol (2009):

Es indudable que el muralismo mexicano es fruto de las condiciones producidas por la revolución [...] de 1910; pero el pensamiento avanzado de sus mejores artistas le permitió sobrepasar el enmarcamiento ideológico de la Revolución mexicana y llegar a obras que son ejemplos cumbres del realismo de nuestro tiempo. El verdadero realismo no opone el contenido a la forma, ni la abstracción a la concreción, ni la intelección a la emoción. Su firme intento de servir al hombre en su avance histórico hace que sume forma y contenido, objetivación, emoción e racionalización, para superar siempre y en todo momento fáciles y frívolas enajenaciones. (TIBOL, 2009, p. 17)

Em 1926, José Clemente Orozco pintou nas paredes do pátio da Escola Nacional Preparatória, na Cidade do México, uma série de murais em alusão ao período de guerra civil da Revolução Mexicana. Entre os murais desse ciclo, que totalizam 9, todos pintados em 1926, selecionamos para a análise 3 murais intitulados *La familia*, *La despedida* e *Mujeres*:

Mural 1: La despedida



Disponível em <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:DespedidaOrozcoSICDF.JPG>

Acesso em 02/2015)

Mural 2: La familia



(Disponível em <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:LaFamiliaOrozcoSICDF.JPG>

Acesso em 02/2015)

Mural 3: Mujeres



(Disponível em <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:MujeresOrozcoSICDF.JPG> Acesso em 02/2015)

Acreditamos que a análise das representações de Orozco sobre a Revolução Mexicana, através dos murais, guarda um diferencial importante em relação aos outros dois principais muralistas, Rivera e Siqueros, pelo fato que, ao contrário dos outros dois, Orozco vivia no México no período da guerra civil. Portanto, sua experiência de vida durante a guerra com certeza influenciou sua visão da Revolução e refletiu no desenvolvimento das suas obras muralísticas sobre o tema.

Assim, a realização dessa pesquisa buscou contribuir para a compreensão da obra do muralista mexicano e também das representações visuais da Revolução Mexicana.

Objetivos

O objetivo deste trabalho é analisar esses três murais a fim de identificar sua relação com o contexto da época em que foram pintados e também com a perspectiva artística e ideológica de Orozco enquanto pintor. A base teórico-metodológica da análise parte dos pressupostos da História da Arte, através de dois dos seus principais historiadores, Aby Warburg e E. H. Gombrich, a partir dos comentários de Carlo Ginzburg (1989) em “De A. Warburg a E. H. Gombrich: notas sobre um problema de método”.

Este trabalho visa compreender parte da obra do muralista mexicano e também das representações visuais da Revolução Mexicana, principalmente por meio da pintura mural, com intuito de apresentar uma nova abordagem sobre os murais pintados por José Clemente Orozco, que vai na contra mão da visão tradicional apresentada, de que suas pinturas seriam pessimistas e sombrias.

Resultados

De acordo com o historiador da arte A. Warburg, entende-se que a arte está inserida na sociedade e relacionada ao contexto; Warburg busca um “elo”, ou seja, uma relação da arte com a simbologia e a mentalidade da época, para ele uma obra expressa sua época de forma. (WARBURG *apud* GINZBURG, 1989)

Segundo Carlo Ginzburg (1989), o método de Warburg possuía um sentido duplo:

Como justamente observou C. G. Heise, o objetivo da pesquisa de Warburg era duplo: por um lado, era preciso considerar as obras de arte à luz de testemunhos históricos, de qual qualquer tipo e nível, em condições de esclarecer a gênese e o seu significado; por outro, a própria obra de arte e as figurações de modo geral deveriam ser interpretadas como uma fonte *sui generis* para a reconstrução histórica. (GINZBURG, 1989, p.56.)

Sendo assim, segundo Warburg a análise do contexto de uma obra é de suma importância. E quanto ao contexto das obras pintadas pelo pintor mexicano José Clemente Orozco, especificamente seus três murais, *La família*, *La despedida* e *Mujeres*, estes realmente estão intimamente ligados com o seu contexto conforme veremos a seguir.

No momento em que Orozco pintou os murais citados, ocorreram episódios importantes do ponto de vista político e que influenciaram sua produção artística. Primeiramente tem-se o patrocínio do início do movimento muralista, ocasionado por José Vasconcelos, ministro da Educação Pública durante o governo de Álvaro Obregón (1920-1924).

O muralismo surge, portanto, durante o período da “reconstrução nacional” do México, após a guerra civil, um período de otimismo e esperança no qual se buscava a consolidação da identidade nacional do povo mexicano após Revolução.

No entanto, em 1924, Obregón sai do poder e Calles é quem começa dominar a política mexicana. Tem-se o surgimento de conflitos entre vários setores da sociedade mexicana contra o projeto iniciado por Vasconcelos e contra os muralistas, sendo inclusive alguns murais de Orozco e de outros artistas estragados por estudantes da Escola Nacional Preparatória. (AZUELA, 2003) Desenha-se então, uma situação de impasse, entre apoiar ou não apoiar o projeto mais autoritário de Calles. Porém, Orozco fica em uma situação na qual aceita o patrocínio callista, para que, assim, pudesse pintar.

Porém, apesar de o muralismo já estar guinando para uma pintura da história oficial, tendo em vista o financiamento governamental, Orozco expressa em seus murais de 1926 algo diferente. Ele pinta uma visão própria sobre o que foi a Revolução Mexicana, baseado em suas convicções e experiência de vida, já

que ele presenciou episódios importantes da Revolução, como afirma em sua *Autobiografía* (OROZCO, [1945] 1970):

La Decena Trágica [...] fue algo terrible, realmente [...]. El ladino general Victoriano Huerta lanzaba a los batallones maderistas contra los cañones y ametralladoras de que estaba erizada la fortaleza y los pobres maderistas caían como moscas rociadas con flit. (OROZCO, [1945] 1970: 34)

No trecho acima, Orozco refere a um dos episódios mais violentos da Revolução, que ocorreu em 1913, quando o presidente Francisco Madero foi assassinado à traição pelo general Victoriano Huerta. Percebe-se nessa citação que o pintor se refere aos “batalhões” de “pobres maderistas [partidários de Madero] que caíam como moscas”. Portanto, suas lembranças da época remetiam muito menos ao próprio líder Madero ou seu assassino, o general Huerta, e muito mais à multidão de pessoas comuns envolvida nesses acontecimentos, ou seja, a participação da população mexicana em meio aos eventos revolucionários.

Assim, acreditamos que sua vivência durante guerra civil e as lembranças que conservou daquele período se refletiram na forma como construiu as cenas da Revolução em seus murais nos anos 20.

Segundo a historiadora mexicana Alicia Azuela (2003), os murais de Orozco na Escola Nacional Preparatória, são murais “contra o estado”, ou seja, contrários à ideologia oficial. Nesses murais, Orozco constrói uma narrativa sobre Revolução Mexicana que tem a participação do povo comum como elemento central. Ele não pinta nenhum grande líder, mas sim o povo mexicano como o personagem histórico que, de fato, fez a revolução.

Nos murais analisados, percebemos que Orozco representa o “popular”, o sofrimento e esforço dessas pessoas comuns, homens e mulheres que lutaram na Revolução, participando da mesma ativamente em busca de melhores condições para suas vidas e de suas famílias. Aliás, é significativa a presença feminina nesses murais, sendo que um deles, é intitulado exatamente “Mulheres” e representa as várias figuras femininas – mãe, esposa, filha – em sua relação de dor pelo afastamento ou perda de seus filhos, maridos ou pais. Queremos agora tocar no conceito de “função” da arte, levantado por Gombrich, conforme é destacado por Ginzburg (1989):

esse conceito de “função” leva Gombrich a romper com o círculo mágico das pinturas que se parecem com outras pinturas [...]: “a forma de uma representação”, escreve ele, “não pode ser separada do seu fim e das exigências (*requirements*) da sociedade onde aquela determinada linguagem visual é válida”. (GINZBURG, 1989, p.90.)

Basicamente, pode-se dizer que Gombrich pensa a arte a partir da recepção, acreditando na capacidade que uma obra de arte tem de transmitir uma comunicação, ou seja, uma mensagem que, em geral, visa atender as exigências e expectativas da época.

Portanto, ao analisar os murais de Orozco a partir dessa perspectiva, é possível pensarmos poder cominativo que eles expressam e na mensagem que nos passam. Apesar das cores frias e escuras, não pensamos que se tratem de imagens pessimistas. Em nossa visão, essas imagens carregam uma mensagem positiva, que busca demonstrar, através da pintura, sentimentos humanos profundos – como a solidariedade –, ressaltados na figura do povo mexicano, das pessoas comuns e desfavorecidas, que sofreram e participaram de uma luta revolucionária ansiando por uma vida mais digna.

Em nossa concepção, por meio da pintura desses murais, Orozco expressa respeito e afeição por esses personagens desconhecidos, humildes camponeses em sua maioria, que são retratados de forma terna, mas ao mesmo tempo forte, em suas telas.

Nota-se, acima de tudo, uma certa serenidade permeando as relações entre os personagens nas cenas pintadas, mesmo em casos como *Las mujeres*, que apresenta uma mulher chorando. Nos três murais são representados atos de solidariedade, carinho e união da população (não há nenhum indivíduo solitário nessas pinturas), mesmo diante da dura experiência da guerra.

Essa, justamente, nos parece ser a mensagem principal das obras de Orozco sobre a Revolução Mexicana, que evocam o período da guerra civil, nos anos 1910.

Considerações finais

O contexto pós-revolucionário no México, Orozco pintou murais como *La familia*, *La despedida* e *Mujeres*, que estão intimamente ligados com o contexto da sua

época, aludindo à Revolução Mexicana num período em que esse processo já começava a se institucionalizar e o novo Estado a ganhar contornos políticos mais autoritários.

Esse contexto é fundamental para compreender a mensagem que as obras de Orozco emitem. Essas obras nos revelam uma visão positiva e até mesmo romântica da participação popular no movimento revolucionário, pois Orozco representa o povo mexicano de forma a valorizar e dignificar o ser humano comum e, em especial, a participação popular na Revolução Mexicana.

Ao contrário do que tradicionalmente se considera, de que os tons escuros predominantes nos murais de Orozco revelam uma visão sombria e pessimista sobre a Revolução Mexicana e sobre o ser humano em geral, acreditamos que as obras analisadas, apesar das cores, não transmitem uma visão sombria, mas sim positiva, dignificante, sobre a participação das pessoas comuns no processo revolucionário.

Nesse sentido, Orozco passando uma visão diferente da visão predominante nos núcleos de poder da época, ao colocar como centro do processo revolucionário não os grandes líderes, os chefes militares, mas as pessoas comuns e anônimas que fizeram a revolução, sobretudo os camponeses.

Conclui-se, portanto que analisar uma obra de arte tanto a partir da análise iconologia (relação da arte com o contexto), quanto como uma forma de comunicação/discurso são de suma importância, pois ambos os métodos nos possibilitam fazer interpretações e reflexões que contribuem para que tenhamos uma melhor compreensão da arte e de sua função na sociedade.

Referências:

AGUILAR CAMÍN, Hector & MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana*. São Paulo: Edusp, 2000.

DE MICHELI, Mario. *As vanguardas artísticas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

AZUELA, Alicia. *Arte y poder. México*: FCE; El Colegio de Michoacán, 2003.

GINZBURG, Carlo. De A. Warburg a E. H. Gombrich: notas sobre um problema de método. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. São Paulo: 1989.

OROZCO, José Clemente. *Autobiografía*. Ediciones Era, México, 1970. [Original de 1945].

TIBOL, Raquel. *José Clemente Orozco: una vida para el arte. Breve historia documental.* (3^a ed.). México: FCE, 2009.



EXPERIÊNCIA RELIGIOSA NA INFÂNCIA: ALGUMAS PERCEPÇÕES PRECOCES DE C. G. JUNG ACERCA DO CRISTIANISMO (1957)

Fernanda Dayara Salamon*

Resumo: Como Carl Gustav Jung (1875-1961) se coloca diante do cristianismo? Como tais elementos religiosos vão se constituindo numa alma tão sensível? Conscientes da complexidade que perpassa o pensamento do criador da psicologia analítica, buscamos discutir a sua autobiografia intitulada “Memória, Sonhos, Reflexões”, organizada por Aniela Jaffé, em busca de suas percepções precoces sobre o cristianismo. Quando de Certeau (1998) discutiu a leitura como uma operação de caça, nos colocou diversas plataformas para refletirmos acerca da apropriação. Objetivo aqui construir uma discussão teórico-metodológica acerca da possibilidade de aplicação do conceito de apropriação discutido pelo historiador francês, para pensar a forma como Jung se apropriou dos elementos religiosos e os recriou em sua obra. Considerando os limites do texto, analisarei o capítulo “Infância” buscando demonstrar algumas das referências ao cristianismo no contexto de vida do autor suíço.

Palavras-chave: Psicologia Analítica; Cristianismo; História da Leitura; Apropriação; Autobiografia.

* Graduanda da Universidade Estadual de Londrina.

Como Carl Gustav Jung (1875-1961) se coloca diante do cristianismo? Como tais elementos religiosos vão se constituindo numa alma tão sensível? Aniela Jaffé¹ na introdução da autobiografia “Memórias, Sonhos, Reflexões” comenta que ele foi “[...] um homem para o qual a alma sempre significou a realidade mais autêntica [...]” (JAFFÉ, 2016, p. 19), aqui já se nota tal inclinação para as coisas do espírito por um prisma do sentimento. Ao longo da apresentação da obra esta analista conta como tudo foi se encaminhando, a forma que organizou junto aos que propuseram tal escrito sobre Jung e sua trajetória, para que não fosse uma biografia, mas uma autobiografia. Objetiva-se aqui construir uma discussão teórico-metodológica acerca da possibilidade de aplicação do conceito de apropriação discutido por Certeau (1998), pensando a forma como Jung se apropria dos elementos religiosos e os recria em sua obra.

Tratar de uma autobiografia já é algo que incita uma reflexão bastante complexa a ser desenvolvida, portanto, aqui trabalharemos com uma reflexão sobre autobiografia a partir do texto “Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografia” de Lígia Maria Leite Pereira (2000) que propõe um diálogo bibliográfico acerca dos gêneros de escrita. Tal autora faz uma contextualização do gênero biográfico que surge no século XVIII juntamente com direitos individuais, consequentes da Revolução Francesa. Faz uma clara distinção entre biografia e autobiografia, sendo a primeira uma história de um indivíduo redigido por outro, segundo a autora, e o segundo, explica Lejeune: “Denominamos autobiografia o relato retrospectivo em prosa que alguém faz de sua própria existência, desde que ela coloque o acento principal sobre a sua vida individual, em particular sobre a história de sua personalidade.” (LEJEUNE apud PEREIRA, 2000, p. 123)

Para que se conheça a proposta deste trabalho, atentemo-nos à apresentação da fonte. Tal obra se intitula “Memória, Sonhos, Reflexões” e foi organizada por Aniela Jaffé; analisamos a 30ª edição, publicada em 2016, no Rio de Janeiro, pela editora Nova Fronteira e seu título original é *Erinnerungen, Träume, Gedanken*, publicado em 1962 pela Exlibris na Alemanha e pela Randon House no ano seguinte numa versão em inglês, da qual é feita a tradução da edição brasileira.

Ao longo da apresentação somos advertidos ao modo de concepção da obra e o inicial desejo do editor Kurt Wolff de publicar uma biografia de Jung, tal tarefa já era

¹ Analista alemã (1903-1991), trabalhou no Instituto C. G. Jung e foi secretária particular de Jung.

compreendida como difícil desafio, visto a aversão de exposição do homenageado. Mais madura a ideia, Wolff gostaria que não fosse uma biografia, mas sim uma autobiografia, e, a atitude favorável de Jung fez com que este trabalho em comum progredisse em 1957. O consentimento do autor é que foi a razão intrínseca da autobiografia “[...] esta autobiografia já toma um rumo diferente daquele que eu a princípio imaginara. É por necessidade que escrevo minhas primeiras lembranças e um dia de abstenção já me causa mal-estar físico. [...]” (JUNG apud JAFFÉ, 2016, p. 18) essas são algumas palavras de Jung, anotadas por Jaffé.

Segundo Jaffé explica na introdução, Jung aprovou o manuscrito em análise, corrigiu algumas passagens e até mesmo propôs alguns acréscimos. Ela complementou alguns capítulos da autoria de Jung com suas anotações das conversas e eliminou algumas repetições. “Quanto mais o livro avançava, mais solidamente seu trabalho e o meu se fundiam.” (JUNG apud JAFFÉ, 2016, p. 19) Tais afirmações trazem à tona alguns questionamentos acerca da autoria integral da obra. Com as sensibilidades e subjetividades identificadas no primeiro capítulo, é possível supor uma continuidade de tal característica, mas, não se pode deixar de pontuar que a maior parte da narrativa é escrita pela organizadora da obra, entretanto, em primeira pessoa, como se o próprio biografado falasse. Mas, com tais colocações na introdução, é possível fazer perguntas a respeito de tal escrito, até mesmo porque a psicanalista Jaffé deixa clara a desconfiança e até recusa inicial de Jung a respeito de uma autobiografia. Isso é então um compilado? Se encaixa no que se pode chamar de uma autobiografia? São questões teórico-metodológicas que precisam ser melhores explanadas e serão, ao longo dessa pesquisa que está em fase introdutória.

A divisão dos capítulos se coloca conforme narra momentos de sua vida, de forma cronológica, assim, tem início na infância, depois trata dos seus anos de colégio, anos de estudo, atividade psiquiátrica, seu contato com Sigmund Freud, seu confronto com o inconsciente, gênese da obra, a torre, sobre suas viagens, sobre suas visões, sobre suas reflexões acerca da vida depois da morte, últimos pensamentos, retrospectiva e apêndice. Depois, há trechos de cartas importantes, considerações sobre o Livro Vermelho e alguns dados sobre a família do autor feita por Aniela Jaffé. No capítulo “Infância”, percebe-se muita riqueza de detalhes e sensibilidades de Jung. É como uma imersão em seus primeiros anos de vida, quando sempre pontua as sensações que teve diante do mundo que ia desbravando. Sensações de medo, insegurança, desconfiança, dúvida... Coisas que o chamavam atenção, como por

exemplo, algumas pessoas mortas que apareciam na região em que vivia com sua família. Suas lembranças começam a surgir a partir dos dois ou três anos de idade e se encontram espacialmente em Kesswil (cantão da Turgóvia), região noroeste da Suíça, à beira do lago de Constança. Eles moravam no presbitério do castelo de Laufen, que domina as quedas do Reno.

Carl Gustav Jung nasceu em 1875 e morreu em 1961. Entre suas diversas atribuições foi um influente psiquiatra e criador da psicologia analítica. Ele nasceu em Kesswil, na Suíça, se formou em medicina pela Universidade da Basileia e iniciou sua vida profissional em Zurique, na Clínica Psiquiátrica Burgholzli. Foi professor da Faculdade de Medicina entre 1905 e 1913, onde deu aula sobre psicologia e psiconeuroses. A sua colaboração com Sigmund Freud, criador da psicanálise, se iniciou em 1907, mas essa parceria durou pouco tempo devido a discordâncias entre os dois. Publicou diversos livros importantes e seus estudos se materializaram também em trabalhos, seminários e outras obras que são intensamente procuradas e estudadas até hoje. A autobiografia foi redigida já ao final de sua vida, quando estava com aproximadamente 82 anos.

Encaminhando-se para a metodologia e os possíveis caminhos que faço para realizar o que se objetiva neste trabalho, apresentarei os conceitos e noções trabalhados por Michel de Certeau; este foi um jesuíta, interessado por História das religiões, que nasceu em maio de 1925 e morreu em janeiro de 1986 em Paris. Quando Certeau trata da leitura como uma operação de caça, nos coloca diversas plataformas para refletirmos acerca da apropriação. Esse conceito é novo no campo da História, aparece a partir da década de 70. Ao pensarmos no que a própria palavra “apropriação” supõe, compreende-se, em geral, que é uma seleção de ideias articuladas de forma imprevisível. Ela às vezes pode ser silenciosa e nunca é uma decodificação, mas uma possibilidade de interpretação. A apropriação é um círculo infinito.

Certeau vai tratar de uma história da leitura; adverte sobre a importância da oralização dos séculos XVI e XVII e a consequente mudança nos textos e intencionalidades a partir do momento em que não eram mais proclamados em tom específico: a leitura podia ser apropriada pelo seu leitor partindo de seu próprio referencial de mundo. Um exemplo claro disso é quando os padres costumavam rezar a missa em latim: quando passam a rezar na língua local, abre-se as portas para o universo das apropriações, o que no caso da Igreja, é uma ameaça, pois, já se tem

uma interpretação esperada para todos os fenômenos, limitando outras possibilidades de compreensão. O jesuíta aponta aspectos da leitura e passividade: toda leitura modifica seu objeto; é preciso esperar do leitor o seu sentido, este não toma lugar do autor, mas inventa com seus próprios valores e ideias o que era “intenção” dos que escreveram. “Combina os fragmentos e cria algo não-sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir pluralidade indefinida de significações. [...]” (CERTEAU, 1998, p. 265).

A ideia central de Certeau e que nos remete à apropriação é quando o autor explica que o texto só tem sentido através do leitor, que este muda com eles, ordena-se conforme as exterioridades do leitor, suas formas de compreensão. Buscando fazer uma correlação com essa formulação teórica, abordaremos algumas formas de como o Jung se apropria dos elementos religiosos do cristianismo e os ressignifica. Já na introdução a autora não deixa de pontuar como a questão religiosa mexia com ele, a partir de suas próprias experiências e suas visões, que sempre o acompanharam, tendo uma fome insaciável pelas coisas da alma. Nesta mesma introdução ela fala um pouco sobre o que é alma para ele, esta que cria espontaneamente imagens de conteúdo religioso. Tal é o apontamento central, quando se compreende que Jung recria o cristianismo: ele se apropria do cristianismo de uma forma muito interessante, faz uma recriação totalmente original, o que é o objeto de investigação desta pesquisa.

O conceito junguiano de religião difere em muitos pontos importantes do cristianismo tradicional, principalmente no tocante à resposta ao problema do Mal e à concepção de deus, que não é somente o “protetor” ou o “bom Deus”. Do ponto de vista do cristianismo dogmático, Jung era um outsider. [...] suas ideias religiosas não foram totalmente compreendidas. (JUNG apud JAFFÉ, 2016, p. 21)

Aniela Jaffé, sendo próxima a Jung e também a organizadora da obra, traz informações bastante preciosas acerca de seu contato com o cristianismo e sua inclinação para as “coisas da alma”. Ela afirma que Jung se declarava cristão e interpretava os problemas religiosos do homem cristão do ponto de vista da psicologia. Ele impunha, segundo ela, a exigência cristã de uma fé com a necessidade de compreender. Deixa bem claro que o suíço por um lado possui uma afirmação subjetiva, baseada numa vivência e, por outro, faz constatações científicas e objetivas, onde se restringe conscientemente à fatos demonstráveis. Nas obras científicas trata de uma “imagem de Deus na alma humana” mas, quando é o homem religioso que

fala, é influenciado por sentimentos poderosos e apaixonados, com experiências interiores e exteriores de uma vida longa e fecunda. Ele escreveu em 1952 a um jovem sacerdote: “Acho que todos os meus pensamentos giram em torno de Deus como os planetas em torno do Sol, e são da mesma forma irresistivelmente atraídos por ele. Eu me sentiria como o maior pecador querer opor uma resistência a esta força.” (JUNG apud JAFFÉ, 2016, p. 22)

Considerando os limites do texto, analisarei o capítulo “Infância” buscando demonstrar algumas das referências ao cristianismo no contexto de vida do autor. Pretendo mencionar o que mais o desconcerta e alguns elementos que são decisivos, como o seu pai ser um pastor luterano. Seu pai é daqueles que usavam uns “sapatos lustrosos” ao qual ele sempre faz referência quando se remete àqueles que explicam sobre Deus. Quando ocorria que algumas pessoas que desapareciam e eram encontradas mortas diziam seu pai ao pequeno Carl que “[...] o *Senhor Jesus* as chamou para junto de si.” (JUNG, 2016, p. 32). Isso já o intrigava: como pode esse Senhor Jesus ser tão bom se frequentemente aparecem pessoas mortas e dizem que o mesmo sujeito os levou para junto de si? Não parecia haver cabimento isso na cabeça de uma criança.

A mãe do menino ensinou uma oração a ele que se remetia a Jesus, isso causava um sentimento de conforto diante das inseguranças que tinha sobre a noite, a qual ele insiste muito durante o capítulo. Quando criança, entendia que o Senhor Jesus era afável e cuidava das crianças nas ambiguidades da noite, evitando que Satã as devorasse e isso parecia muito bom, porém, Jesus levava as pessoas consigo e isso era equivalente a colocar as pessoas num buraco cavado na terra. Ele começou a ter uma desconfiança de Jesus, ainda mais que sempre estava na boca daqueles homens que utilizavam sapatos lustrosos.

Há uma ocasião que fala sobre um jesuíta, que considera ser seu primeiro trauma consciente. Via sempre uma figura com longa veste negra se encaminhando para a floresta e quando via, tinha um medo apavorante, soma-se a isso o fato do seu pai sempre dizer que os jesuítas representavam algo particularmente perigoso. No fundo, Jung não entendia o que significava a palavra “jesuíta”, porém, identificava a semelhança com a palavra “Jesus”, que aparecia na oração que sua mãe havia lhe ensinado. Mais tarde descobriu que essa figura não era nada além de um padre católico.

Nesta mesma época que se colocavam tais inquietações, teve o primeiro sonho

que ele se lembrou e isso o ocupou durante toda a vida. O sonho oportunizou diversas reflexões posteriores nele: o presbitério onde eles moravam ficava isolado; atrás deste, se estendia uma ampla campina e aí ele descobriu uma cova que tinha uma escada que conduzia ao fundo. Desceu e viu um tapete vermelho, avistando também uma poltrona esplêndida e sobre ela tinha uma forma gigantesca que alcançava quase o teto. Era estranho: feito de pele e carne viva, sua parte superior tinha um olho que o fitava o alto, ele não se movia. Ele sentiu angústia e então ouviu a voz de sua mãe, gritando: “Sim, olhe-o bem, isto é o devorador de homens!” (JUNG, 2016, p. 34). Muito mais tarde compreendeu que a forma estranha era um falo e fez duas suposições para o sonho:

Nunca cheguei a saber se minha mãe, no sonho, pretendia dizer: “*Isto é o devorador de homens*” ou “*Isto é o devorador de homens*”. No primeiro caso, teria querido significar que não era “Jesus” ou o “Jesuíta” o devorador de crianças, mas o falo; no segundo, que o devorador de homens é representado de um modo geral pelo falo; portanto, o sombrio “Senhor Jesus”, o jesuíta e o falo seriam idênticos. (JUNG, 2016, p. 34)

Fazendo brevemente um apontamento à análise que o próprio Jung faz do sonho, ele diz que esse falo parece ser um deus subterrâneo que reaparece a cada vez que se fala sobre o Senhor Jesus. Com isso Jesus não parecia real e aceitável, era pouco digno de amor, pois, pensava na equivalência à tal revelação do sonho. A roupa escura do jesuíta lançou uma sombra sobre a doutrina cristã a partir de tudo o que tinha compreendido de mundo, soava sempre como um cortejo fúnebre. O amor de Jesus parecia suspeito, pois, parecia um deus dos mortos-protetor e alguém que expulsava os demônios da noite, mas a sua própria figura era assustadora, o motivo é porque se apresenta na cruz como sangrento e sacrificado. Até realizar a crisma, Jung fazia um esforço de perceber a figura positiva de Cristo, conforme esperavam dele, mas não conseguia superar a desconfiança secreta que sentia.

Na minha consciência eu era religioso, cristão, embora com uma restrição: “Mas não é exatamente assim!” Ou então perguntava a mim mesmo: “O que acontece sob aquilo que se encontra sob a terra?” E quando me inculcavam doutrinas religiosas ou me diziam “Isso é bonito, isso é bom!” eu pensava no íntimo: “Sim, mas existem coisas diferentes e muito misteriosas, e isso as pessoas não sabem.” (JUNG, 2016, p. 43)

As ideias desenvolvidas por Certeau servem e se aplicam à pesquisa que está em andamento, pois, compreende-se a partir desta análise inicial do capítulo de

“Memórias, Sonhos, Reflexões” que Jung considera o cristianismo como elemento determinante para a explicação da psique humana, não dizendo em nenhum momento que a religião não fazia sentido e, divergindo, difere dos demais estudiosos no sentido de que a mesma era uma produtora de neurose, como Freud pensou. Vale recordar o dito por Certeau acerca do consumo: um leitor quando consome um livro ou um fenômeno cultural, o fazendo de forma interessada, recria o produto consumido. Ele primeiro recebe o produto, aqui podendo metaforizar com uma digestão, e então, após o consumo ou ingestão de determinado conteúdo, ele se apropria do que faz conexões com suas próprias referências internas e externas.

Está claro que tinha muitas desconfianças acerca do Senhor Jesus ou sobre o que os homens dos sapatos lustrosos diziam, mas, mesmo assim, Jung faz algo incrível com o cristianismo, ele o recria, o reinventa. Percebamos a forma como ele observa a palavra Jesus, quando dizem que é sinônimo de tudo bondoso e dócil que existe no mundo, mas, ele começa a fazer conexões com algumas coisas ruins, como as pessoas que desaparecem ou são enterradas, o que não parece estar em concordância do que diziam sobre aquele Jesus. Outro exemplo pode ser percebido quando, ao pensar no que seria um jesuíta e o que tal palavra quer dizer (que para ele se parece com Jesus) se depara com coisas negativas ensinadas por seu pai a respeito dessa figura, pelo motivo de ser um pastor protestante e inserir um valor contrário ao catolicismo. Então, esse Jesus era bom mesmo? Quais são os limites das coisas, quais coisas são de Jesus ou pertence às sombras que tanto o assusta? A noção apresentada por um cristianismo “oficial” é de uma aceitação do Jesus amável e afável, que contraria as sombras, os demônios, no entanto, a partir de suas experiências, foi notando um descompasso.

No sonho que teve não conseguia dissociar, a partir da fala que veio de sua mãe, que aquele era o “devorador de homens”, enquanto na sua percepção, como as pessoas à sua volta diziam, ele só conseguia entender que o devorador de homens era o próprio Senhor Jesus, pois, quando alguém morria os adultos diziam: Jesus o levou. Então, percebe-se o descompasso a partir do sonho do Cristo-falo, já que é uma forma de ver e pensar no cristianismo que não se faz usualmente, nem se leva a concepções tão profundas assim, já que a doutrina já está pronta e explicada, basta seguir. Por ser confortável e consolador as pessoas incorporam essa coisa pronta, não fazendo conexões com o seu próprio ser, sendo totalmente o contrário do que Jung faz, é por isso que se afirma que ele recria o cristianismo, porque mostra algo

arraigado ao seu próprio ser, aos seus próprios monstros e questionamentos internos, o que parece bem mais razoável ao se pensar numa religião que faça sentido na vida dos indivíduos, essa que não é produtora de neurose, mas pode ajudar a curar a neurose, fazendo alusão aqui, de forma rápida, pelo motivo que Jung e Sigmund Freud romperam. Então, Jung se apropria dos elementos religiosos, traz seus questionamentos internos à tona e os ressignifica, estando exatamente aqui o ponto em que a discussão de apropriação do autor acima explicitado, se encaixa nesta análise.

Contudo, é importante considerar o caráter introdutório de tal pesquisa, objetivando-se apenas apontar caminhos para pensar a forma como o Jung faz tal reinvenção do cristianismo. Pretende-se, ainda, mergulhar em águas mais profundas em todos os pontos aqui mencionados, visto que esta discussão teórico-metodológica se faz para melhor visualizar a aplicação de conceitos que demonstram serem eficazes para trabalhar com meu objeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. Ler: uma operação de caça. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 236-248.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: CHARTIER, R. **À beira da falésia: a História entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade; UFRGS, 2002. p. 61-79.

JAFFÉ, Aniela. Introdução. In: JUNG, Carl Gustav. **Memórias, sonhos, reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, pp. 17-24.

JUNG, Carl Gustav. **Memórias, sonhos, reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. Trad. Dora Ferreira da Silva. 30.ed.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre história de vida, biografias e autobiografias. **História Oral**, 3. 2000, p. 117-27.



HISTÓRIA CULTURAL DO CRISTIANISMO PRIMITIVO: CONCEPÇÃO PAULINA DE CRUZ NA PRIMEIRA CARTA AOS CORÍNTIOS A PARTIR DE MICHEL DE CERTEAU (SÉCULO I D.C.)

Aláina Garcia Margiotti
Universidade Estadual de Londrina

Resumo: o presente trabalho propõe uma discussão a respeito da narrativa de Paulo sobre a crucificação de Jesus, de modo a compreender o sentido que confere ao sofrimento de Jesus na cruz em uma época em que o cristianismo ainda não se constituía em uma religião separada do judaísmo. Também tento identificar as semelhanças do significado do sacrifício no judaísmo à ideia colocada por Paulo ao reconhecer em Jesus o messias redentor esperado na tradição judaica. Esta reflexão será norteadas pelas contribuições da história cultural a partir de Michel de Certeau. Proponho-me a analisar essa temática a partir do conceito de astúcia do autor, para compreender a forma como Paulo, na Primeira Carta aos Coríntios, falava sobre sacrifício e passava a simbolizar a ideia de redenção na cruz. Procuo refletir a maneira que seu discurso se constitui em torno do sacrifício do messias para a redenção dos pecados da humanidade e, neste sentido, a maneira que transporta esse significado ao símbolo da cruz. Como ressalta Michel de Certeau, um produto cultural não é reproduzido tal qual recebido, e sim recriado, transformando-se em uma representação nova ao entrar em contato com o outro. Neste sentido, podemos aferir que Paulo não compreende o sacrifício de redenção passivamente, numa perspectiva exclusivamente judaica, mas seu testemunho contribui para o nascimento de uma nova representação ao testemunhar sua fé em Jesus como o messias salvador não somente da etnia judaica, mas de toda a humanidade. Por fim, para tentar compreender as concepções paulinas de cruz refletidas na Primeira Carta aos Coríntios, também exploro o significado da crucificação no contexto do império romano, num sentido não religioso. Para esta última análise, me baseio nas contribuições de Michel Foucault para compreender os mecanismos de estabelecimento do poder por meio da punição no poder romano. Desse modo, este significado se faz diferente do defendido por Paulo ao representar a cruz, pois para ele, esta passa a ser símbolo de redenção, não de punição.

Palavras-chave: Cruz; Sacrifício; Paulo; Historiografia da Cultura.

Introdução/Justificativa

As correntes historiográficas têm estudado os fenômenos religiosos de maneiras diferentes ao longo do tempo, lançando olhares distintos na compreensão da relação entre religião e história. Tratando-se de cristianismo antigo, sabemos que os escritos bíblicos são estudados há séculos principalmente por teólogos e exegetas, mas também pelos historiadores, que se preocupam em compreender seu impacto cultural na sociedade. Compreender o repertório cultural do contexto de produção do autor mostra-se como algo essencial para uma melhor interpretação desses escritos, pois ao contextualizá-los, adequamos essas palavras ao sentido mais provável para a época. No entanto, sabemos que uma interpretação nunca será exata, pois tratam-se de apropriações feitas ao longo do tempo pelos sujeitos, individual e coletivamente. Partindo desse princípio, este trabalho justifica-se nesta tentativa em dimensionar historicamente o significado de um símbolo – a cruz – no contexto de nascimento do que se constituiria, posteriormente, na religião cristã.

A cartas paulinas autênticas são os mais antigos documentos que compõem o cânon do Novo Testamento. Suas epístolas eram destinadas aos fiéis das comunidades pelas quais o apóstolo pregava, anunciando a Boa-Nova do Messias, tanto aos judeus como aos gentios. Neste sentido, mesmo que os evangelhos sejam narrativas que enfocam, principalmente, a crucificação de Jesus, Paulo “é o único a refletir sobre a centralidade da cruz em seus escritos” (COLLI, 2016, p.7). Para esta breve análise, escolhi uma passagem em que Paulo aborda a temática da cruz de Cristo, em 1 Coríntios 1, 17-3²:

Pois não foi para batizar que Cristo me enviou, mas para anunciar o Evangelho, sem recorrer à sabedoria da linguagem, a fim de que não se torne inútil a cruz de Cristo. Com efeito, a linguagem da cruz é loucura para aqueles que se perdem, mas para aqueles que se salvam, para nós, é poder de Deus. Pois está escrito: “Destruirei a sabedoria dos sábios e rejeitarei a inteligência dos inteligentes. Onde está o sábio? Onde está o homem culto?” Onde está o argumentador deste século? Deus não tornou louca a sabedoria deste século? Com efeito, visto que o mundo por meio da sabedoria não reconheceu a Deus na sabedoria de Deus, aprovou a Deus pela loucura da pregação salvar aqueles que creem. Os judeus pedem sinais, e os gregos andam em busca de sabedoria, nós, porém, anunciamos Cristo crucificado, que para os judeus, é escândalo, para

² Nas citações do texto bíblico, uso a Bíblia de Jerusalém. (GORGULHO, 2002, p. 1994).

os gentios é loucura, mas para aqueles que são chamados, tanto judeus como gregos, é Cristo, o poder de Deus e sabedoria de Deus. Pois o que é loucura de Deus é mais sábio do que os homens, e o que é fraqueza de Deus é mais forte do que os homens.

Vede, pois, quem sois, irmãos, vós que recebestes o chamado de Deus; não há entre vós muitos sábios segundo a carne, nem muitos poderosos, nem muitos de família prestigiosa. Mas o que é loucura no mundo, Deus o escolheu para confundir os sábios; e o que é fraqueza no mundo, Deus o escolheu para confundir o que é forte; e, o que no mundo é vil e desprezado, o que não é, Deus escolheu para reduzir a nada o que é, a fim de que nenhuma criatura possa vangloriar-se diante de Deus. Ora, é por ele que vós sois em Cristo Jesus, que se tornou para nós sabedoria proveniente de Deus, justiça, santificação e redenção, a fim de que, como diz a Escritura, aquele que se gloria, glorie-se no Senhor.

Para que possamos compreender os motivos de Paulo na escrita dessa carta, precisamos conhecer o contexto da comunidade a qual foi endereçada. Colônia romana desde o segundo século antes da era cristã, Corinto era uma cidade portuária movimentada comercial e culturalmente, pois sua prosperidade atraía pessoas de diferentes lugares, constituindo na cidade uma diversidade de culturas. Este multiculturalismo fazia de Corinto uma urbe peculiar dentro do Império Romano, pois ali conviviam, sobretudo, gregos, romanos e judeus. Esta diversidade impediu que houvesse em Corinto uma religião predominante, refletindo, possivelmente, uma diversidade religiosa tolerável entre esses habitantes. Como ressalta Tiago Dias de Souza, na comunidade de Corinto tanto “havia cidadãos ricos e pobres, como também judeus e gentios convertidos ao cristianismo.” (SOUZA, 2016, p. 41).

Tida como autêntica, esta carta foi escrita quando Paulo estava em Éfeso, no decurso de sua terceira viagem apostólica, por volta de 52 a 54, depois de sua estadia na cidade de Corinto. As divisões na comunidade teriam motivado o apóstolo à escrita desta epístola, além de problemas de ordem moral (relativos à “promiscuidade” que dava fama a Corinto) e social (devido à grande desigualdade social da cidade). Estas questões, bem como outras de ordem doutrinária, promoveram divisões na comunidade. Portanto, ao redigir esta carta, Paulo procurou “corrigir” e “instruir” a *eklesia* cristã de Corinto, de modo a contornar estes desafios.

Neste trecho, especificamente, Paulo chama atenção para a forma que os coríntios estavam tratando a crucificação de Jesus. O apóstolo direciona sua crítica a dois grupos, os judeus e os gregos, que estariam compreendendo a crucificação de maneira equivocada, não enxergando (ou desprezando) seu sentido maior. Ao

mencionar a “loucura da cruz”, Paulo questiona a sabedoria mundana que os gregos estavam preocupados, pois não conseguiam adequar o ensinamento paulino da cruz de Cristo aos seus conhecimentos helênicos. Paulo critica o orgulho da razão dos gregos, pois esta estaria os impedindo de enxergar a verdadeira sabedoria de Deus presente na cruz, ou seja, a redenção.

Paulo também faz uma crítica – nem tão dura quanto aos gregos – aos judeus, que esperavam sinais que comprovassem o messianidade de Jesus. Assim, “de acordo com os problemas tocados nas duas Cartas aos Coríntios, a comunidade tinha acolhido a novidade da fé cristã, mas sem se libertar plenamente da sua dependência tanto do saber idealizado da sociedade grega quanto da expectativa de milagres dos judeus.” (KORNER, 2007, p. 30-31). Portanto, segundo o autor, tanto gregos como judeus possuem uma preocupação narcísica, ou seja, voltada apenas a si mesmo, onde a satisfação de suas próprias necessidades ou a valorização de seu próprio saber os impedem de enxergar o verdadeiro sentido da cruz de Cristo que Paulo pregava.

Desse modo, segundo a narrativa de Paulo na carta, os coríntios não seriam “os mais sábios”, pois ainda não tinham compreendido a sabedoria de Deus, e nem eram os mais prestigiados materialmente, pois a maioria das pessoas da comunidade seria a camada mais pobre da população da cidade, sem qualquer poder nem prestígio. No entanto, o discurso da cruz estava sendo destinado a essas pessoas pobres e marginalizadas que constituíam os cristãos de Corinto. Neste sentido, o apóstolo conforta essas pessoas que sofrem “na carne”, defendendo que são, na verdade, privilegiadas por poderem entrar em contato com o chamado de Cristo por meio de sua pregação.

Por fim, nesta passagem, Paulo também faz menção a dois trechos da tradição judaica, presentes nos livros de Isaías (29, 14; 33, 18 e 19, 12) e Jeremias (9, 22-23), se mostrando grande conhecedor da Lei judaica. Além desses saberes, Paulo também apresenta grande conhecimento da cultura helênica (por estar imerso culturalmente neste universo), além de haver certa influência da filosofia estoica em seu pensamento.

Objetivos

Em linhas gerais, o objetivo desse trabalho está em compreender o sentido que

Paulo confere ao sofrimento de Jesus na cruz, de uma maneira geral em sua doutrina, mas também a forma que se refere à cruz no trecho em questão. Portanto, podemos perceber que a cruz além de significar, sobretudo, a redenção dos pecados da humanidade, simboliza, também, a grande revelação, a verdadeira sabedoria, a força e a vitória. Paulo se refere a estes termos ao colocar seus antônimos, que estariam no pensamento daqueles que ainda não compreendiam o sentido da crucificação de Jesus: o escândalo ao invés da revelação do messias, a loucura ao contrário da sabedoria, a fraqueza opondo-se à força. Além dessas dicotomias abordadas na carta, uma maior permeia seu pensamento: a ideia de redenção na crucificação, não sendo entendida como um simples e óbvio mecanismo de punição. A violência, desse modo, “não é anulada ou superada, pelo contrário, subjetivamente assume-se sua transição dialética entre punição e redenção.” (COLLI, 2016, p. 7 e 8).

Diferentemente desse sentido religioso defendido por Paulo, a crucificação pode ser entendida como um mecanismo de punição comum na Antiguidade e no Império Romano. Segundo uma análise baseada nas técnicas de dominação externas estudadas por Michel Foucault, a crucificação se enquadraria nesta técnica de poder, onde o Poder Soberania – o poder do soberano – utilizaria de um espetáculo público de suplício na condenação daqueles que considerasse culpados. Essa medida se justificaria na exposição da dor pois, segundo FOUCAULT (1997, p. 41),

[...] cabe ao culpado levar à luz do dia sua condenação, e a verdade do crime que cometeu. Seu corpo mostrado, passeado, exposto, supliciado, deve ser como o suporte público de um processo que ficara, até então, na sombra; nele, sobre ele, o ato de justiça deve-se tornar legível para todos.

Desse modo, ao chocar o restante da população com uma morte extremamente dolorosa, se garantiria o exemplo, ou seja, o intuito dessa punição seria atingir também os expectadores, para que estes não cometessem o mesmo delito do condenado.

Resultados

A partir desses pressupostos, podemos aferir que a percepção de Paulo a respeito da cruz é, sobretudo, de redenção dos pecados da humanidade. A astúcia em seu pensamento está na interpretação que faz a respeito de algo visto por todos como negativo, ou seja, de punição, de fraqueza, de loucura, para algo positivo –

redenção, força, sabedoria. Seu pensamento representa a resistência a uma norma, pois garante um significado diferenciado do comum, do geral.

Desse modo, embasados no conceitual de Michel de Certeau, percebemos que as astúcias dos consumidores (vistos como quem consome a cultura), vão contra a obediência de ideias, crenças e valores uniformizados. Ao defender sua percepção a respeito da cruz de Cristo, Paulo contribui, por ser um dos principais autores do Novo Testamento, para o fortalecimento da crença no messias salvador, redentor, com base principalmente no Servo Sofredor tanto enunciado por Isaías.

Ao utilizar Isaías, Paulo se apropria do texto remetendo o discurso do profeta ao messianismo de Jesus, pois Isaías é o maior dos profetas messiânicos. No entanto, o messias que o profeta anuncia trará sobre a Terra um reino de paz e justiça. Diante dessa expectativa, muitos judeus esperavam um messias-rei, que realmente reinasse sobre a Terra. Paulo, no entanto, centra sua análise no messias sofredor, que ainda voltaria para instaurar esse reino.

Esta análise no messias sofredor em Paulo é embasada neste livro judaico, onde o profeta estaria anunciando as humilhações e glorificação do messias rei – o “Servo” é aquele que irá restabelecer o reino de Deus no mundo: “Mas lahweh quis esmagá-lo pelo sofrimento. Porém se ele oferece sua vida como sacrifício expiatório, certamente verá uma descendência, prolongará seus dias, e por meio dele o desígnio de Deus triunfará.” (Isaías, 53, 10)³.

Paulo se apropria de passagens como essa de textos antigos para compor seu discurso, sua teologia centrada na crucificação e ressurreição de Jesus. Desse modo, o autor do Novo Testamento justifica sua mensagem no texto judaico, para assim legitimar sua crença de que Jesus era o messias tão esperado. No entanto, com base em Michel de Certeau, vemos que as apropriações culturais não se manifestam como cópias idênticas às representações de que se originam, mas carregam originalidades pertinentes aos diferentes sujeitos que operam esse processo de ressignificação, referentes ao diferente contexto em que se encontram.

Considerações Finais

Por fim, vemos que a “pregação da cruz”, conforme a teologia paulina, se

³ Nas citações do texto bíblico, uso a Bíblia de Jerusalém. (GORGULHO, 2002, p. 1340).

propaga entre os cristãos nos séculos seguintes, se constituindo como palavras de autoridade que alimentam a crença cristã. Michel de Certeau define crença como “investimento das pessoas em uma proposição, o ato de enunciá-la considerando verdadeira” (CERTEAU, 1998, p. 278). Desse modo, a crença não seria o objeto em si, mas a maneira pela qual as pessoas se relacionam com esse objeto ao considerá-lo verdadeiro. Esse processo se constrói por meio de uma relação de convencimento que transforma a subjetividade do crente. Se transportadas para um poder em consolidação, as crenças passam a legitimá-lo, trazendo os crentes para si.

Com base em Certeau, podemos categorizar o resultado das interpretações como representações, que são apresentadas ao outro por meio de uma estratégia, ou seja, um mecanismo de convencimento. No entanto, neste contato com o outro, ocorre um confronto, pois a representação não é absorvida por ele, e sim apropriada, adequando o discurso recebido à sua leitura de mundo. Do mesmo modo, quando apresenta seu discurso, ele se torna uma representação, que irá dispor de um discurso de convencimento, retomando o ciclo.

Mediante esta interpretação com base na Nova História Cultural – e não uma interpretação religiosa, podemos aferir que o discurso de Paulo se configura numa representação, que por meio do que Certeau chama de astúcia, se constitui em algo diferenciado do óbvio, do comum, da visão que se tinha até então.

Posteriormente, a teologia da cruz, de Paulo, acaba se tornando uma representação que ganha credibilidade não somente entre os crentes de Corinto, mas em toda tradição cristã que se sucede.

Referências

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ephrain Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLLI, Gelci André. Violência e redenção: dialética e subjetividade de Paulo em Atos dos Apóstolos. **II Simpósio da ABHR**. Florianópolis: UFSC, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. 15 Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GORGULHO, Gilberto da Silva; STORNILO, Ivo; ANDERSON, Ana Flora (Orgs.). **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo, Paulus: 2002.

KORNER, Konrad. A loucura e o escândalo da cruz de Cristo na religião atual -

Algumas considerações teológicas e psicanalíticas sobre 1 Cor 1,18–2,9. **Revista de Cultura Teológica**, s.l, v. 15 - n. 58, pp. 29-49, 2007.

SOUZA, Tiago Dias de. A comunidade de Corinto e as circunstâncias da carta. **Revista Caminhando**, s.l, v. 21, n. 1, pp. 33-46, 2016.